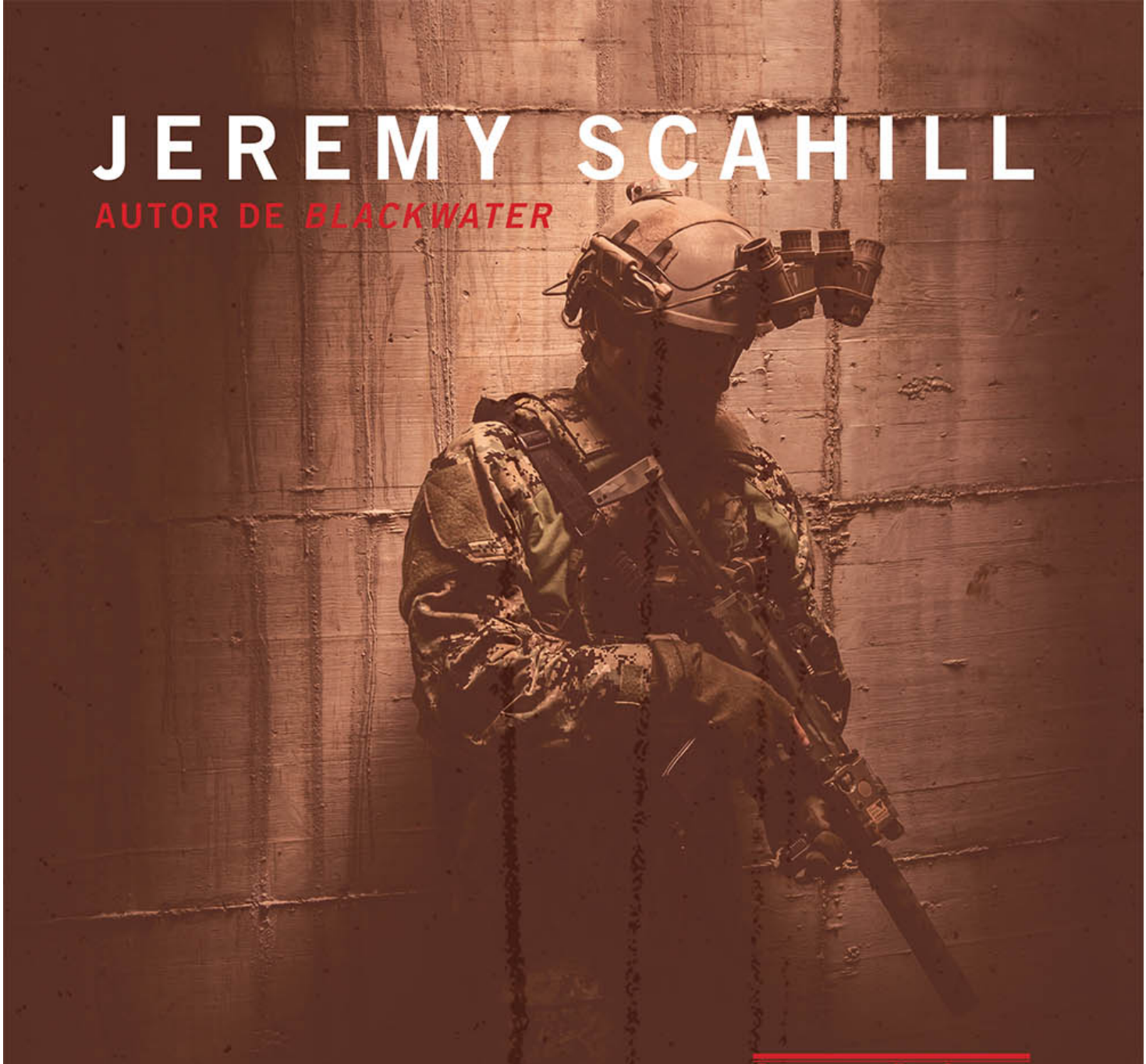
JEREMY SCAHILL

AUTOR DE *BLACKWATER*



COMPANHIA DAS LETRAS

GUERRAS SUJAS

O MUNDO É UM CAMPO DE BATALHA

JEREMY SCAHILL

Guerras sujas

O mundo é um campo de batalha

Tradução
Donaldson Garschagen

Para os jornalistas — os que foram presos por fazer seu trabalho e os que morreram na busca pela verdade.

É proibido matar; portanto, todos os assassinos serão punidos, a menos que matem em grande número e ao som de trombetas.

Voltaire

Sumário

Mapas
Nota ao leitor
Prólogo

1. "Havia a preocupação [...] de não criar uma lista negra americana"
   WASHINGTON, DC, 2001-2
2. Anwar Awlaki: uma história americana
   ESTADOS UNIDOS E IÊMEN, 1971-2002
3. Achar, atacar, acabar: a ascensão do JSOC
   WASHINGTON, DC, 1979-2001
4. O chefe: Ali Abdullah Saleh
   IÊMEN, 1970-2001; WASHINGTON, DC, 2001
5. O enigma de Anwar Awlaki
   REINO UNIDO, ESTADOS UNIDOS E IÊMEN, 2002-3
6. "Estamos num novo tipo de guerra"
   DJIBUTI, WASHINGTON, DC, E IÊMEN, 2002
7. Planos especiais
   WASHINGTON, DC, 2002
8. Sobrevivência, evasão, resistência, fuga
   WASHINGTON, DC, 2002-3
9. O criador de caso: Stanley McChrystal

ESTADOS UNIDOS, 1974-2003; IRAQUE, 2003

10. "A intenção deles é a mesma que a nossa"
SOMÁLIA, 1993-2004

11. "Um inimigo derrotado não é um inimigo destruído"
IÊMEN, 2003-6

12. "Nunca confie num infiel"
REINO UNIDO, 2003

13. "Você não precisa provar para ninguém que agiu certo"
IRAQUE, 2003-5

14. "Sem sangue, sem sujeira"
IRAQUE, 2003-4

15. A estrela da morte
IRAQUE, 2004

16. "A melhor tecnologia, as melhores armas, o melhor material humano — e um monte de dinheiro para torrar"
AFEGANISTÃO, IRAQUE E PAQUISTÃO, 2003-6

17. "Grande parte daquilo era de legalidade duvidosa"
FONTE: "CAÇADOR"

18. A prisão de Anwar Awlaki
IÊMEN, 2004-7

19. "Os Estados Unidos conhecem a guerra. Eles são mestres da guerra"
SOMÁLIA, 2004-6

20. Fuga da prisão
IÊMEN, 2006

21. Perseguição transfronteiras
PAQUISTÃO, 2006-8

22. "Todas as medidas tomadas pelos Estados Unidos beneficiaram a Al-Shabab"
SOMÁLIA, 2007-9

23. "Se seu filho não vier para cá, será morto pelos americanos"
IÊMEN, 2007-9

24. "Obama decidiu manter o rumo fixado por Bush"
ESTADOS UNIDOS, 2002-8

25. Ataques com o selo de Obama
PAQUISTÃO E WASHINGTON, DC, 2009

26. Os caras das operações especiais querem "resolver essa merda como fizeram na América Central nos anos 1980"
WASHINGTON, DC, E IÊMEN, 2009

27. Suicídio ou martírio?
IÊMEN, 2009

28. Obama abraça o JSOC
SOMÁLIA, COMEÇO DE 2009

29. "Soltem a rédea do JSOC"
ARÁBIA SAUDITA, WASHINGTON, DC, E IÊMEN, FINS DE 2009

30. Samir Khan: um improvável soldado de infantaria
ESTADOS UNIDOS E IÊMEN, 2001-9

31. Tiro pela culatra na Somália
SOMÁLIA E WASHINGTON, DC, 2009

32. "Se matam crianças inocentes e dizem que elas são da Al-Qaeda, todos nós somos da Al-Qaeda"
WASHINGTON, DC, E IÊMEN, 2009

33. "Os americanos queriam mesmo matar Anwar"
IÊMEN, FIM DE 2009-COMEÇO DE 2010

34. "Sr. Barack Obama […] espero que reconsidere sua ordem de matar […] meu filho"
WASHINGTON, DC, E IÊMEN, COMEÇO DE 2010

35. Uma noite em Gardez
WASHINGTON, DC, 2008-10; AFEGANISTÃO, 2009-10

36. O ano do drone
IÊMEN E ESTADOS UNIDOS, 2010

37. Anwar Awlaki é empurrado para o inferno
IÊMEN, 2010

38. A agência matrimonial da CIA
DINAMARCA E IÊMEN, 2010

39. "O leilão do assassino"
WASHINGTON, DC, 2010

40. "Estamos aqui para o martírio, meu irmão"
IÊMEN, 2009-10

41. A perseguição de Abdulelah Haider Shaye
IÊMEN, VERÃO DE 2010

42. O presidente pode criar suas próprias regras
WASHINGTON, DC, E IÊMEN, FIM DE 2010

43. "É provável que a cabeça de ponte da Al-Qaeda na Somália tenha sido facilitada"
SOMÁLIA, 2010

44. "Anwar Awlaki [...] com certeza tem um míssil em seu futuro"
IÊMEN, 2011

45. O curioso caso de Raymond Davis: Ato I
PAQUISTÃO, 2011

46. O curioso caso de Raymond Davis: Ato II
PAQUISTÃO, 2011

47. O tsunami da mudança
ÁUSTRIA E IÊMEN, 2011

48. A fortaleza de Abbottabad
WASHINGTON, DC, 2010-1; PAQUISTÃO, 2011

49. "Pegamos o cara. Pegamos o cara"
PAQUISTÃO, 2011

50. "Agora eles estão atrás do meu filho"
SOMÁLIA, WASHINGTON, DC, E IÊMEN, 2011

51. "Foi a sangue-frio"
PAQUISTÃO, 2011

52. "Os Estados Unidos consideram a Al-Qaeda como terrorismo, e nós consideramos os drones como terrorismo"

IÊMEN, FIM DE 2011

53. A Casa Rosada
WASHINGTON, DC, E SOMÁLIA, 2011

54. "Selvageria total em todo o país"
SOMÁLIA, 2011

55. Abdulrahman desaparece
IÊMEN, 2011

56. Hellfire
WASHINGTON, DC, E IÊMEN, 2011

57. Pagar pelos pecados do pai
WASHINGTON, DC, E IÊMEN, 2011

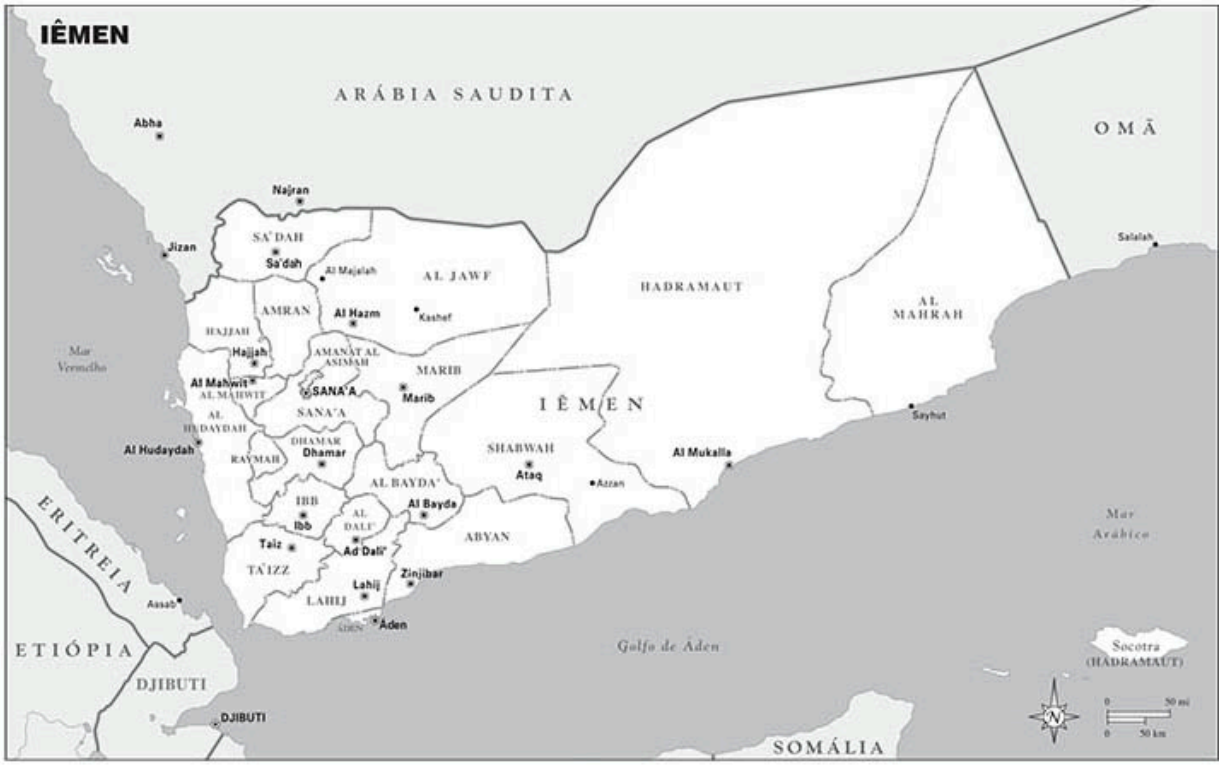
Epílogo: A guerra perpétua

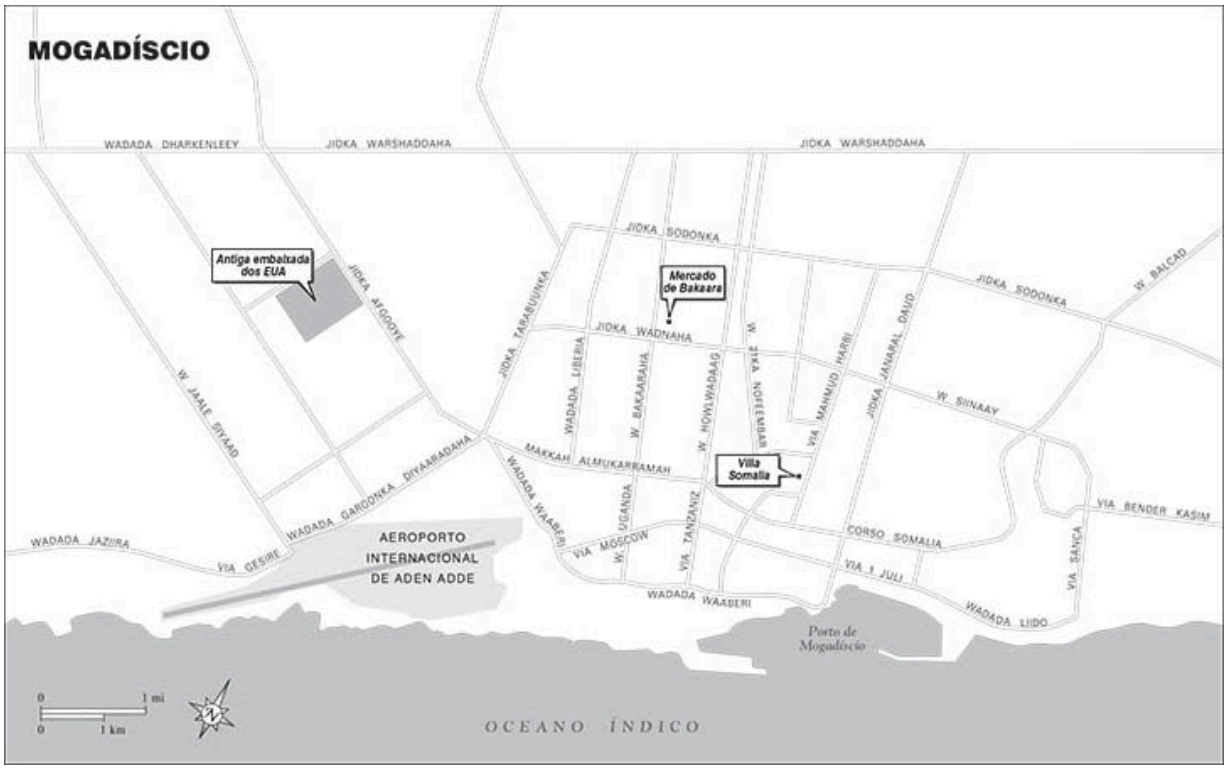
Agradecimentos
Siglas e abreviaturas
Notas

ORIENTE MÉDIO
TURQUIA
ARMÊNIA
AZERBAIJÃO
USBEQUISTÃO
TURCOMENISTÃO
CHIPRE
LÍBANO
SÍRIA
IRAQUE
PALESTINA
ISRAEL
EGITO
IRÃ
AFEGANISTÃO
PAQUISTÃO
KUWAIT
QATAR
EAU
ARÁBIA SAUDITA
OMÃ
IÉMEN
SUDÃO
ERITREIA
ETIÓPIA
DJIBUTI
SOMALILÂNDIA
SOMÁLIA
Mar Mediterrâneo
Mar Arábico

AFEGANISTÃO E PAQUISTÃO
USBEQUISTÃO
QUIRGUISTÃO
CHINA
TAJIQUISTÃO
TURCOMENISTÃO
DUCHAMBE
AFEGANISTÃO
PAQUISTÃO
ÍNDIA
IRÃ
OMÃ
Mar Arábico
BALUQUISTÃO
ÁREAS DO NORTE
N.W.F.P.
PUNJAB
SIND
KANDAHAR
HELMAND
ZABUL
PAKTIKA
BAJAUR
KUNDUZ
BAGHLAN
BADGHIS
HERAT
FARAH
GHOR
GHAZNI
LOGAR
KUNAR
NANGARHAR
PARWAN
KAPISA
WARDAK
BAMYAN
SAMANGAN
JAWZJAN
FARYAB
NIMROZ
URUZGAN
PAKTIA
KOHISTAN
Base Operacional Avançada Chapman
KABUL
ISLAMABAD
PESHAWAR
NOVA DELHI
Karachi
Lahore
Kandahar
Herat
Mazar-e Sharif
Kunduz
Faizabad
Taloqan
Aybak
Meymaneh
Chaghcharan
Ghazni
Gardez
Khost
Jalalabad
Farah
Lashkar Gah
Zaranj
Quetta
Multan
Bahawalpur
Jodhpur
Udaipur
Ahmedabad
Porbandar
Rajkot
Jamshoro
Sukkur
Ludhiana
Amritsar
Gujranwala
Faisalabad
Sialkot
Gilgit
Skardu
Chitral
Dir
Swat
Miram Shah
Wana
Zhob
Loralai
Sibi
Jacobabad
Hyderabad
Mirpur Khas
Umerkot
Bikaner
Kota
Ujjain
Indore
Surat
Vadodara
Rajkot
Jamnagar
Bhuj
Turbat
Panjgur
Khuzdar
Lasbela
Gwadar
Dasht
Mekran
Coast
Hingol
Nal
Kharan
Chagai
Nushki
Dalbandin
Qila Saifullah
Qila Abdullah
Pishin
Chaman
Spin Boldak
Zahedan
Nimruz
Helmand
Kandahar
Zabul
Uruzgan
Ghor
Badghis
Faryab
Jawzjan
Sar-e Pul
Samangan
Balkh
Baghlan
Takhar
Badakhshan
Kunar
Nuristan
Laghman
Parwan
Kapisa
Logar
Wardak
Ghazni
Paktia
Khost
Paktika
Bajaur
Swat
Dir
Chitral
Gilgit
Skardu
Ladakh
Kashmir
Jammu
Amritsar
Ludhiana
Delhi
Rajasthan
Gujarat
Maharashtra
Madhya Pradesh
Uttar Pradesh
Bihar
Jharkhand
West Bengal
Orissa
Andhra Pradesh
Karnataka
Goa
Tamil Nadu
Kerala
Sri Lanka
Maldives
Bay of Bengal
Arabian Sea
Indian Ocean
Afghanistan
Pakistan
India
China
Iran
Oman
Turkmenistan
Uzbekistan
Kyrgyzstan
Tajikistan
Kabul
Islamabad
Peshawar
Quetta
Karachi
Lahore
Kandahar
Herat
Mazar-e Sharif
Kunduz
Faizabad
Taloqan
Aybak
Meymaneh
Chaghcharan
Ghazni
Gardez
Khost
Jalalabad
Farah
Lashkar Gah
Zaranj
Quetta
Multan
Bahawalpur
Jodhpur
Udaipur
Ahmedabad
Porbandar
Rajkot
Jamnagar
Bhuj
Turbat
Panjgur
Khuzdar
Lasbela
Gwadar
Dasht
Mekran
Coast
Hingol
Nal
Kharan
Chagai
Nushki
Dalbandin
Qila Saifullah
Qila Abdullah
Pishin
Chaman
Spin Boldak
Zahedan
Nimruz
Helmand
Kandahar
Zabul
Uruzgan
Ghor
Badghis
Faryab
Jawzjan
Sar-e Pul
Samangan
Balkh
Baghlan
Takhar
Badakhshan
Kunar
Nuristan
Laghman
Parwan
Kapisa
Logar
Wardak
Ghazni
Paktia
Khost
Paktika
Bajaur
Swat
Dir
Chitral
Gilgit
Skardu
Ladakh
Kashmir
Jammu
Amritsar
Ludhiana
Delhi
Rajasthan
Gujarat
Maharashtra
Madhya Pradesh
Uttar Pradesh
Bihar
Jharkhand
West Bengal
Orissa
Andhra Pradesh
Karnataka
Goa
Tamil Nadu
Kerala
Sri Lanka
Maldives
Bay of Bengal
Arabian Sea
Indian Ocean

CHIFRE DA ÁFRICA
ARÁBIA SAUDITA
SUDÃO
ERITREIA
IÊMEN
DJIBUTI
Camp Lemonnier
SOMALILÂNDIA
ETIÓPIA
SOMÁLIA
SUDÃO DO SUL
UGANDA
QUÊNIA
TANZÂNIA
OCEANO ÍNDICO
Golfo de Áden
MOGADÍSCIO
KAMPALA
NAIRÓBI
Lago Vitória


IÊMEN
ARÁBIA SAUDITA
OMÃ
Abha
Najran
Jizan
SA'DAH
Sa'dah
Al Majalah
AL JAWF
HADRAMAUT
Salalah
AL MAHRAH
AMRAN
Al Hazm
Kashef
HAJJAH
Hajjah
AMANAT AL ASIMAH
MARIB
Mar Vermelho
Al Mahwit
AL MAHWIT
SANA'A
Marib
SANA'A
I Ê M E N
AL HUDAYDAH
Sayhut
Al Hudaydah
DHAMAR
RAYMAH
Dhamar
SHABWAH
Ataq
Azzan
Al Mukalla
AL BAYDA'
IBB
Al Bayda
Mar Arábico
ERITREIA
AL DALI'
Ibb
ABYAN
Taiz
Ad Dali'
TA'IZZ
Zinjibar
Lahij
LAHIJ
Aden
Aasab
ETIÓPIA
Golfo de Áden
Socotra
(HADRAMAUT)
DJIBUTI
DJIBUTI
SOMÁLIA
N
0
50 mi
0
50 km


MOGADÍSCIO
WADADA DHARKENLEEY
JIDKA WARSHADDAHA
JIDKA WARSHADDAHA
Antiga embaixada dos EUA
JIDKA AFGOOYE
JIDKA SODONKA
Mercado de Bakaara
JIDKA SODONKA
W. BALCAD
JIDKA TARABUUNKA
JIDKA WADNAHA
W. JAALE BIYAAD
WADADA LIBERIA
W. BAKAARAHA
W. HOWLWADAAG
W. JIKA NOFEMBAR
VIA MAHMUD HARBI
JIDKA JAMAAL DAUD
W. SIINAAY
MAKKAH ALMUKARRAMAH
Villa Somalia
WADADA GARDONKA DIYAARADAHA
WADADA WAABERI
VIA BENDER KASIM
WADADA JAZIIRA
VIA GESIRE
AEROPORTO INTERNACIONAL DE ADEN ADDE
VIA MOSCOW
W. UGANDA
VIA TANZANIA
CORSO SOMALIA
VIA 1 JULI
VIA SANCA
WADADA WAABERI
WADADA LIIDO
Porto de Mogadíscio
0 1 mi
0 1 km
N
OCEANO ÍNDICO

SOMÁLIA
IÊMEN
ERITREIA
Taiz
Assab
Áden
Golfo de Áden
DJIBUTI
DJIBUTI
Lago Abbe
Bosaso
BARI
Berbera
Dire Dawa
HARGEYSA
SOMALILÂNDIA
Bandarbeyla
Garowe
NUGAAL
Eyl
ETIÓPIA
MUDUG
Gaalkacyo
GALMUDUG
Rio Gode
Rio Shabelle
Dhusa Mareb
XIMAN & XEEB
Rio Genale
BAKOOL
Beledweyne
GALGUDUUD
MUD
Dolo Bay
Xuddur
SOMÁLIA
HIIRAAN
Mereeg
Garbahaarey
REGIÃO DO MÉDIO SHABELLE
Baydhabo
Rio Juba
Jawhar
ANZANIA
BAY
BANADIR
MOGADÍSCIO
Rio Shabelle
Marka
JUBBADA DHEXE
REGIÃO DO BAIXO SHABELLE
QUÊNIA
Bu'aale
JUBBADA HOOSE
Jamaame
Kismayo
OCEANO ÍNDICO
Lamu
N
0 50 mi
0 50 km

Nota ao leitor

Esta é a história de como os Estados Unidos adotaram o assassinato como parte essencial de sua política de segurança nacional. É também a história das consequências dessa decisão para dezenas de países do mundo inteiro e para o futuro da democracia americana. Embora os ataques do Onze de Setembro tenham alterado radicalmente o modo como os Estados Unidos orientam sua política externa, as raízes dessa história precedem em muito o dia da queda das Torres Gêmeas. No mundo pós-Onze de Setembro existe também uma tendência a ver a política externa americana através de uma lente maniqueísta que, por um lado, leva a considerar a invasão do Iraque pelo segundo presidente Bush como um desastre absoluto que trouxe à nação a ideia de que estava numa guerra global e, por outro, que coube ao presidente Barack Obama pôr ordem na casa. Aos olhos de muitos conservadores, o presidente Obama tem sido fraco no combate ao terrorismo. Aos olhos de muitos liberais, ele travou uma guerra "mais inteligente". A realidade, porém, é bem mais complicada.

Este livro conta a história da expansão das guerras secretas dos Estados Unidos, do abuso das prerrogativas do Poder Executivo e do instituto do segredo de Estado, bem como do emprego de unidades militares de elite que prestam contas exclusivamente à Casa Branca. *Guerras sujas* revela também, ao longo de governos republicanos e democratas, a sobrevivência da concepção segundo a qual "o mundo é um campo de batalha".

O livro começa com um breve histórico do tratamento dispensado pelos Estados Unidos ao terrorismo antes do Onze de Setembro. Daí em diante, entrelaço diversos relatos que abrangem desde os primeiros dias do governo Bush até o segundo mandato de Obama. Chegamos a conhecer figuras da Al-Qaeda no Iêmen, chefes de milícias da Somália apoiados pelos Estados Unidos, espiões da Agência Central de Inteligência (Central Intelligence Agency, CIA) no Paquistão e Comandos de Operações Especiais encarregados de caçar pessoas acusadas de serem os inimigos dos Estados Unidos. Conhecemos homens que comandam as operações mais secretas das Forças Armadas e da CIA, e ouvimos as histórias de participantes que passaram a vida nas sombras, alguns dos quais falaram comigo com a condição de não ter sua identidade revelada.

O mundo agora já sabe que a Equipe 6 dos Sea, Air, Land teams (SEALS) e o Comando Conjunto de Operações Especiais (Joint Special Operations Command, JSOC) foram as unidades que mataram Osama bin Laden. Este livro revelará missões até agora desconhecidas ou pouco conhecidas dessas mesmas forças, que nunca serão discutidas por aqueles que exercem o poder nos Estados Unidos nem imortalizadas em filmes de Hollywood. Mergulhei fundo na vida de Anwar al-Awlaki, o primeiro cidadão americano conhecido marcado para morrer por seu próprio governo — apesar de nunca ter sido acusado de crime algum. Também ouvimos aqueles que ficam no fogo cruzado — civis que enfrentam bombas lançadas por drones e atos de terrorismo. Entramos na casa de civis afegãos cujas vidas foram destruídas por uma incursão aérea noturna malsucedida das Operações Especiais, o que os transformou de aliados dos Estados Unidos em potenciais homens-bomba.

Alguns casos relatados neste livro podem parecer desconexos no princípio, pois se referem a pessoas completamente diferentes entre si. Entretanto, tomados em conjunto, revelam a assombrosa visão do que nos espera no futuro, num mundo assolado por guerras sujas sempre em expansão.

Jeremy Scahill

Prólogo

O adolescente sentou-se do lado de fora da casa, com os primos, reunidos para um churrasco.[1] Seu cabelo era comprido e despenteado. Sua mãe e seus avós sempre lhe diziam que cortasse o cabelo, mas o menino achava que tinha se tornado sua marca registrada e gostava dele assim. Poucas semanas antes, tinha fugido de casa, mas não por rebeldia de adolescente. Ele tinha uma missão. No bilhete que deixou para a mãe antes de pular a janela da cozinha ao nascer do sol e se encaminhar para o ponto de ônibus, admitiu que tinha apanhado dinheiro na bolsa dela — quarenta dólares — para a passagem, e pedia desculpas por isso. Explicou sua missão e pediu perdão. Disse que em breve estaria de volta.

O menino era o mais velho da família. Não apenas da família integrada por seus pais e três irmãos, mas também na grande casa que eles dividiam com tias, tios, primos e dois de seus avós. Era o preferido da avó. Quando tinham visitas, era ele quem servia o chá e os biscoitos. Quando a visita ia embora, ele arrumava tudo. Uma vez, sua avó torceu o tornozelo e precisou ir para o hospital. Quando ela saiu da emergência, mancando, o menino estava ali para recebê-la e levá-la para casa em segurança. "Você é um garoto gentil", [2] dizia sempre a avó. "Não mude nunca."

Sua missão era simples: ele queria encontrar o pai. Fazia anos que não o via e temia ficar apenas com lembranças nebulosas se não o encontrasse: o pai

ensinando-o a pescar; a andar a cavalo; surpreendendo-o com um monte de presentes no aniversário; levando os filhos à praia ou para comer doces.

Encontrar o pai não ia ser fácil. Tratava-se de um homem procurado. Tinha a cabeça a prêmio e escapara por pouco de morrer mais de uma dúzia de vezes. O fato de forças poderosas em diversos países estarem à procura do homem não dissuadiu o menino. Ele estava cansado de ver vídeos que pintavam seu pai como terrorista e como uma figura maligna. Ele o conhecia apenas como pai, e queria ter pelo menos um último momento com ele. Mas as coisas não aconteceram assim.

Três semanas depois de ter pulado a janela da cozinha, o menino estava ali fora com os primos — adolescentes como ele — preparando um churrasco para jantar sob as estrelas. Nessa hora, deve ter ouvido o barulho dos drones — aviões não tripulados — chegando, seguidos do chiado dos mísseis. Foi atingido em cheio. O menino e seus primos ficaram estraçalhados. Tudo o que restou dele foi a parte posterior da cabeça, com o cabelo ainda esvoaçando. Tinha completado dezesseis anos poucas semanas antes, e agora fora morto por seu próprio governo. Foi o terceiro cidadão americano a ser morto em operações autorizadas pelo presidente em duas semanas. O primeiro tinha sido seu pai.

I. "Havia a preocupação [...] de não criar uma lista negra americana"

WASHINGTON, DC, 2001-2 — Eram dez horas da manhã de 11 de junho de 2002,[1] nove meses depois dos ataques do Onze de Setembro. Senadores e representantes entravam em fila na sala S-407 do Capitólio dos Estados Unidos. Todos eram membros de um pequeno grupo de elite de Washington e, por lei, guardiães dos mais reservados segredos do governo americano. "Proponho por meio desta que a reunião da comissão seja fechada ao público", disse o republicano Richard Shelby, um dos senadores pelo Alabama, com sua fala arrastada de sulista, "com a justificativa de que a segurança nacional dos Estados Unidos poderia ficar comprometida se os trabalhos se tornarem públicos". A moção foi apoiada sem demora e a sessão secreta começou.

Enquanto os membros da Comissão Especial de Inteligência do Senado e a Comissão Especial Permanente de Inteligência da Câmara dos Representantes se reuniam em Washington, DC, do outro lado do mundo, no Afeganistão, líderes políticos e tribais participavam de uma *loya jirga*,[2] ou "grande conselho", incumbida de decidir quem governaria o país depois da pronta derrubada do governo talibã pelas Forças Armadas dos Estados Unidos. Depois do Onze de Setembro, o Congresso americano concedeu ao governo Bush amplos poderes para perseguir os responsáveis pelos ataques. O governo talibã, que dirigia o Afeganistão desde 1996, tinha sido esmagado, privando a

Al-Qaeda de seu santuário no país. Osama bin Laden e outros líderes da organização estavam foragidos. Mas para o governo Bush, a longa guerra estava apenas começando.

Na Casa Branca, o vice-presidente Dick Cheney e o secretário de Defesa Donald Rumsfeld se concentravam no planejamento da invasão seguinte: a do Iraque. Tinham chegado ao poder com o plano de derrubar Saddam Hussein e, apesar de não haver ligação do Iraque com o Onze de Setembro, esses ataques foram usados como pretexto para pôr tal projeto em prática. Mas as decisões tomadas no primeiro ano do governo Bush iam muito além do Iraque, do Afeganistão e até mesmo da Al-Qaeda. Os homens do poder naquele tempo estavam determinados a mudar a forma como os Estados Unidos travavam suas guerras e, no processo, atribuir um poder sem precedentes à Casa Branca. Os dias de combate contra inimigos fardados e exércitos nacionais, segundo as regras das Convenções de Genebra, tinham terminado. "O mundo é um campo de batalha" era o mantra repetido pelos neoconservadores dos aparatos de segurança dos Estados Unidos e mostrado em slides de PowerPoint para destacar os planos de uma guerra global, avassaladora e sem fronteiras. Mas os terroristas não seriam o único alvo. Os mecanismos de controle próprios do sistema democrático em vigor havia duzentos anos estavam no centro de interesse daqueles homens.

A sala S-407 ficava no sótão do edifício do Capitólio. Não tinha janelas, e o acesso a ela se dava por um único elevador ou uma escada estreita. Considerada uma dependência de segurança, estava equipada com sofisticados dispositivos de contraespionagem[3] para impedir qualquer tentativa de escuta ou monitoramento externo. Durante décadas, tinha sido usada para os mais delicados briefings feitos aos membros do Congresso pela CIA, pelas Forças Armadas americanas e por dezenas de outras figuras e entidades que povoam as sombras da política americana. Nessa sala, que estava entre as poucas em que os segredos mais bem guardados da nação eram discutidos, ações secretas eram explicadas e avaliadas.

Quando se instalaram para a reunião a portas fechadas na Colina do Capitólio naquela manhã de junho de 2002, senadores e representantes ouviram uma história de como os Estados Unidos tinham ultrapassado um limiar. O propósito declarado da sessão era rever o trabalho e a estrutura das organizações contraterroristas americanas de antes do Onze de Setembro. Na época, muitos dedos apontaram as "falhas" da Inteligência americana que levaram àqueles acontecimentos. Depois daquele que foi o mais devastador ataque terrorista da história praticado em solo americano, Cheney e Rumsfeld acusaram o governo Clinton de não ter reconhecido a iminência da ameaça da Al-Qaeda, deixando o território americano vulnerável na época em que Bush assumiu o poder. Os democratas contra-atacaram e invocaram sua própria história de combate à Al-Qaeda na década de 1990. A apresentação de Richard Clarke aos legisladores americanos nesse dia em especial pretendia, em parte, mandar uma mensagem à elite do Congresso. Clarke tinha sido o tzar do contraterrorismo do presidente Bill Clinton e liderou o Grupo de Segurança Contraterrorista do Conselho de Segurança Nacional (CSN) durante a década que precedeu o Onze de Setembro. Também trabalhou no CNS do primeiro presidente Bush e foi secretário assistente de Estado no governo do presidente Ronald Reagan. Era um dos funcionários mais experientes[4] em contraterrorismo dos Estados Unidos e, na época da sessão, estava saindo do governo, embora ainda mantivesse o cargo de conselheiro especial do segundo presidente Bush para segurança ciberespacial. Clarke, personagem da linha-dura que ganhou destaque num governo democrata, era conhecido por ter batalhado em favor de mais ações secretas[5] quando Clinton estava no poder. Assim, era compreensível que o governo Bush o aproveitasse para defender um regime cujas táticas militares e de Inteligência tinham sido anteriormente classificadas de ilegais, antidemocráticas ou simplesmente arriscadas.

Clarke disse que na era Clinton o diálogo dentro da comunidade de segurança nacional era marcado por grande preocupação com a possibilidade de violar uma antiga proibição presidencial de assassinato e por muito medo

de repetir escândalos do passado. Disse ainda que, em sua opinião, criara-se na CIA "uma cultura segundo a qual quando se fazem operações secretas em grande escala, elas se embaralham, fogem de controle e acabam respingando na Agência".[6]

"A história das operações secretas nas décadas de 1950 a 1970 não foi feliz", disse Clarke aos legisladores. A CIA orquestrou a deposição de governos populistas na América Latina e no Oriente Médio, apoiou esquadrões da morte em toda a América Central, instrumentalizou o assassinato do líder rebelde Patrice Lumumba no Congo e fomentou a ação de juntas militares e ditaduras. O dilúvio de assassinatos ficou tão fora de controle que em 1976 um presidente republicano, Gerald Ford, precisou editar a Ordem Executiva 11905 que proibia explicitamente os Estados Unidos de levar a termo "assassinatos políticos".[7] Os funcionários da CIA que tinham atingido a maturidade naquela era de sombras e chegaram a posições de comando durante a década de 1990, segundo Clarke, "tinham institucionalizado [a ideia de que] a ação secreta é arriscada e costuma sair pela culatra. E os sabichões da Casa Branca que estão pressionando em favor de ações secretas vão desaparecer quando [a Comissão de Inteligência do Senado] exigir prestação de contas sobre a bagunça que aquela ação secreta se tornou".

O presidente Jimmy Carter emendou a proibição do assassinato implementada por Ford para torná-la mais abrangente. Alterou os termos que limitavam a proibição a assassinatos políticos e estendeu-a a assassinatos praticados por terceiros, contratados pelos Estados Unidos. "Nenhuma pessoa empregada pelo governo dos Estados Unidos ou agindo em seu nome poderá se mobilizar ou conspirar a favor da mobilização para assassinato",[8] dizia a ordem executiva do presidente Carter. Embora o presidente Reagan e o primeiro Bush tenham mantido esses termos, nenhuma resolução presidencial definou o que constituiria um assassinato. Tanto Reagan quanto o primeiro Bush e Clinton contornaram a proibição. Reagan, por exemplo, autorizou um ataque à casa do ditador líbio Muammar Kadafi[9] em 1986, como retaliação por sua suposta participação num ataque a bomba contra uma boate em Berlim. O

primeiro presidente Bush autorizou ataques contra os palácios de Saddam Hussein durante[10] a Guerra do Golfo de 1991. Clinton fez o mesmo durante a operação Raposa no Deserto[11] em 1998.

Clarke relatou para os legisladores que, no governo Clinton, fizeram-se planos para matar e capturar líderes da Al-Qaeda e de outras organizações terroristas, inclusive Osama bin Laden. O presidente Clinton declarou que a proibição não se aplicava a terroristas estrangeiros envolvidos em conspirações para atacar os Estados Unidos. Depois das explosões a bomba das embaixadas americanas no Quênia e na Tanzânia no fim de 1998, Clinton autorizou o uso de mísseis de cruzeiro[12] contra supostos acampamentos da Al-Qaeda no Afeganistão e também um ataque contra uma fábrica no Sudão que, segundo o governo americano, produzia armas químicas. No fim, descobriu-se que a fábrica era na verdade um laboratório farmacêutico.[13] Embora a autorização para ações letais tivesse sido concedida por Clinton, era considerada uma opção apenas para situações extraordinárias e somente por ordem do presidente, a depender de cada caso.[14] Em vez de dar carta branca para essas operações, a Casa Branca na era Clinton exigia que cada ação proposta fosse minuciosamente verificada. Instituíram-se as estruturas legais e "autorizações para ações letais" foram rubricadas pelo presidente, permitindo o uso de força mortífera na perseguição a terroristas no mundo todo. Mesmo assim, disse Clarke, o gatilho raramente era acionado.[15]

Clarke admitiu que as autorizações da era Clinton para assassinatos específicos "parecem uma série de documentos talmúdicos e um tanto bizarros", acrescentando que eram cuidadosamente elaborados para reduzir o alcance dessas operações. "O governo, particularmente o Departamento de Justiça, não queria abandonar a proibição do assassinato de modo a jogar fora o bebê junto com a água do banho. Queriam que os desdobramentos das autorizações fossem limitados." Acrescentou que as autorizações da era Clinton eram como "uma seleção bem reduzida. Mas isso, penso, foi por causa desse desejo de não abandonar totalmente a proibição de assassinatos e criar uma lista negra americana".

A portas fechadas, a representante Nancy Pelosi, que estava entre os mais poderosos democratas do Congresso, orientou seus colegas a não discutir publicamente nenhum dos memorandos confidenciais que autorizassem o uso de força letal. Os memorandos, disse ela, "se enquadram na forma mais restrita de notificação,[16] no mais alto nível do Congresso. É extraordinário [...] que essa informação nos seja passada aqui hoje". Ela preveniu contra qualquer vazamento para a imprensa e acrescentou: "De jeito nenhum podemos confirmar, negar, garantir ou admitir ter conhecimento dos memorandos". Perguntaram a Clarke se ele achava que os Estados Unidos deveriam revogar a política de proibição de assassinatos. "Acho que é preciso ter muito cuidado com a abrangência das autorizações para uso de força letal", ele respondeu. "Não acredito que a experiência israelense de ter uma vasta lista negra tenha sido um grande sucesso. Não foi — com certeza não deteve o terrorismo nem as organizações cujos membros foram assassinados." Clarke disse que quando ele e seus colegas do governo Clinton deram autorização para operações de assassinato dirigido, tencionavam que houvesse casos raros e precisos.

> Não queríamos criar um amplo precedente que permitisse aos funcionários da Inteligência ter listas negras no futuro e se envolver habitualmente em coisas próximas ao assassinato [...]. Tanto no Departamento de Justiça quanto entre elementos da Casa Branca e da CIA havia a preocupação de não criar uma lista negra americana que se tornasse uma instituição em funcionamento à qual pudéssemos apenas acrescentar nomes, tendo grupos de assalto para matar pessoas.

Com tudo isso, Clarke fazia parte de um pequeno grupo de funcionários da comunidade contraterrorista do governo Clinton que se mobilizava para tornar a CIA mais agressiva no uso da autorização para ações letais e lutava para dilatar os limites da proibição de assassinato. "Na esteira do Onze de Setembro", declarou Clarke, "quase tudo o que propusemos antes dos atentados está sendo feito."

Em breve, quase tudo seria tudo e mais um pouco.

Donald Rumsfeld e Dick Cheney rechearam o governo de destacados neoconservadores que tinham passado a era Clinton operando um verdadeiro governo na sombra, trabalhando com organizações de direita e para importantes grupos privados, preparando seu retorno ao poder. Entre eles estavam Paul Wolfowitz, Douglas Feith, David Addington, Stephen Cambone, Lewis "Scooter" Libby, John Bolton e Elliott Abrams. Muitos tinham dado os primeiros passos na Casa Branca das eras Reagan e Bush. Alguns, como Cheney e Rumsfeld, já vinham da era Nixon. Muitos tinham sido atores essenciais[17] na construção de uma visão política amparada pelo ultranacionalista Projeto para um Novo Século Americano (Project for the New American Century, PNAC). Apesar da decisão presidencial de usar a força na Iugoslávia e no Iraque e promover uma série de ataques aéreos a outras nações, eles viam o governo Clinton como uma posição praticamente pacifista que tinha debilitado a dominação americana e deixado o país vulnerável. Acreditavam que os anos 1990 tinham sido uma "década de negligência defensiva".[18] Os neoconservadores havia muito defendiam a posição de que os Estados Unidos, com o fim da Guerra Fria, tinham se tornado a única superpotência e deviam exercer sua força com agressividade sobre o globo, redefinindo mapas e expandindo seu império. No centro dessa visão estava um aumento radical dos gastos militares, segundo planos traçados por Cheney e seus assessores quando ele foi secretário de Defesa, em 1992. O esboço de Cheney para o Guia de Planejamento da Defesa, como afirmavam os neoconservadores no documento de fundação do PNAC, "propunha um esquema[19] para manter a preeminência americana, impedindo a ascensão de outra potência rival, moldando a ordem internacional no que se refere à segurança de acordo com os princípios e interesses americanos". Wolfowitz e Libby foram os principais autores[20] do manifesto de Cheney sobre a defesa, que afirmava que os Estados Unidos deviam ser a única superpotência e empreender todas as ações necessárias para impedir "potenciais concorrentes[21] de sequer aspirar a um maior papel regional ou global".

O plano deles, no entanto, foi descartado por forças mais poderosas[22] do governo do primeiro Bush, em especial o chefe do Estado-Maior Conjunto, general Colin Powell; o secretário de Estado, James Baker; e o conselheiro de Segurança Nacional, Brent Scowcroft. A versão final, para frustração de Cheney e dos neoconservadores, amenizou em boa medida o tom imperialista.

Uma década depois, antes mesmo do Onze de Setembro, os neoconservadores — de volta ao poder com o governo do segundo Bush — recolheram aqueles planos da lata de lixo da história e se empenharam em implementá-los. Expandir a projeção das forças americanas era essencial, assim como a constituição de unidades operacionais de elite ágeis. "Nossas forças, no próximo século, devem ser ágeis, letais, prontamente mobilizáveis e exigir um mínimo de apoio logístico",[23] declarou Bush filho num discurso da campanha de 1999 redigido por Wolfowitz e outros neoconservadores. "Precisamos ter condições de projetar nosso poderio a grandes distâncias, em dias ou semanas, e não em meses. Em terra, nosso armamento pesado deve ser mais leve. Nosso armamento leve deve ser mais letal. Todo ele deve ser mais fácil de mobilizar."

Os neoconservadores também vislumbravam um domínio mais eficaz dos Estados Unidos sobre os recursos naturais do planeta e o confronto direto com os Estados-nações que se interpusessem no caminho. A mudança de regime em numerosos países seria considerada com seriedade, principalmente no Iraque, rico em petróleo. "Fervorosos defensores[24] da intervenção militar americana, poucos neoconservadores serviram nas Forças Armadas e menos ainda foram eleitos para cargos públicos", observou Jim Lobe, jornalista que acompanhou a ascensão do movimento neoconservador durante a década que precedeu o Onze de Setembro. Eles tinham um "objetivo incansável de domínio militar global e desprezavam as Nações Unidas e o multilateralismo em geral". Lobe acrescentou que

> na concepção neoconservadora, os Estados Unidos são no mundo uma força do bem; têm a responsabilidade moral de exercer essa força; seu poderio militar deve ser dominante; devem ser

> globalmente comprometidos mas jamais impedidos, por compromissos multilaterais, de tomar atitudes unilaterais em prol de seus interesses e valores; e devem ter uma aliança estratégica com Israel. Saddam deve sair, afirmam eles, porque é uma ameaça a Israel e também à Arábia Saudita, e porque acumulou e usou armas de destruição em massa.

O grupo do PNAC concluiu que

> os Estados Unidos procuraram durante décadas desempenhar um papel mais permanente na segurança regional do Golfo. Embora o conflito não resolvido com o Iraque proporcione a justificativa imediata, a necessidade de uma substancial força americana no Golfo transcende o regime de Saddam Hussein.[25]

Semanas depois de assumir o governo, Rumsfeld e Cheney passaram a pressionar em favor da retirada da chancela americana ao Estatuto de Roma, que reconhecia a legitimidade de um tribunal internacional de justiça, assinado pelo presidente Clinton no apagar de luzes de seu mandato. Eles não queriam que as forças americanas ficassem sujeitas a um eventual julgamento por seus atos em todo o mundo. Assim que se tornou secretário de Defesa, Rumsfeld determinou que sua equipe jurídica — e as de outras instâncias do governo americano — descobrissem de imediato "como podemos cair fora e anular a assinatura de Clinton".[26]

Mesmo na comunidade de veteranos da política externa do Partido Republicano, esses personagens eram vistos como extremistas. "Quando vimos essa gente voltando, todos os que estavam por ali disseram: 'Meu Deus, os malucos estão de volta'[27] — 'os malucos' — era assim que falávamos daquela gente", lembra Ray McGovern, que trabalhou na CIA durante 27 anos, foi informante da Segurança Nacional do primeiro Bush quando este era vice-presidente e trabalhou com ele quando foi diretor da CIA, no fim da década de 1970. McGovern disse que, uma vez no poder, os neoconservadores ressuscitaram ideias que líderes experientes em política externa tinham descartado em governos republicanos anteriores, acrescentando que essas ideias extremistas em pouco tempo "seriam resgatadas das cinzas e implementadas". Na opinião desses homens, se "temos muito peso para

distribuir, devemos distribuí-lo. Devemos nos afirmar em áreas críticas, como o Oriente Médio", relatou McGovern.

Por décadas, Cheney e Rumsfeld foram líderes de um movimento militante que atuava fora do governo e, durante as gestões republicanas, agia dentro da própria Casa Branca. Sua missão era dar ao braço executivo do governo dos Estados Unidos poderes sem precedentes para travar guerras ocultas, praticar operações secretas sem fiscalização e espionar cidadãos americanos. Em sua opinião, o Congresso não tinha nada a ver com a fiscalização dessas operações, devendo apenas financiar os órgãos que as poriam em prática. Para eles, a presidência deveria ser uma ditadura de segurança nacional que responderia apenas a suas próprias convicções sobre o que era melhor para o país. Os dois homens trabalharam juntos pela primeira vez na Casa Branca de Nixon em 1969, quando Rumsfeld contratou Cheney,[28] então universitário, como seu assessor no Gabinete de Oportunidade Econômica. Foi o pontapé inicial da carreira de Cheney nos centros de comando da elite republicana e do projeto de uma vida dedicada a reforçar os poderes do Executivo. Quando o escândalo se abateu sobre a Casa Branca de Nixon na década de 1970 — com os bombardeios clandestinos do Laos e do Camboja, revelados por uma lista de "inimigos" internos e a deplorável invasão do quartel-general do Comitê Democrático Nacional no hotel Watergate —, o Congresso começou a atacar[29] as prerrogativas do Executivo e o sigilo extremo que permeava o governo. O Congresso condenou[30] o bombardeio do Laos e do Camboja e cancelou a tentativa de Nixon de vetar a Lei dos Poderes de Guerra de 1973, que limitava os poderes do presidente para autorizar ações militares. A lei determinava que o presidente "consultasse o Congresso[31] antes de lançar as Forças Armadas americanas em hostilidades ou em situações nas quais o iminente envolvimento em hostilidades esteja claramente indicado pelas circunstâncias". Na ausência de uma declaração formal de guerra, o presidente deveria informar o Congresso, por escrito e dentro de 48 horas, sobre qualquer ação militar, "as circunstâncias que determinavam a intervenção das Forças Armadas; a autoridade constitucional e legislativa sob a qual essa

intervenção ocorreria e a abrangência e duração estimadas das hostilidades ou do envolvimento". Cheney considerava a Lei dos Poderes de Guerra inconstitucional e uma intromissão nos direitos do presidente como comandante em chefe das Forças Armadas. Ele chamou essa época de "pior momento"[32] da autoridade presidencial americana.

Depois que o escândalo de Watergate forçou a renúncia de Nixon, Cheney passou a chefe de gabinete do presidente Ford, e Rumsfeld tornou-se o mais jovem secretário de Defesa da história americana. Em 1975, o Congresso intensificou sua investigação do submundo das operações secretas da Casa Branca, sob os auspícios da Comissão Church, assim chamada por ter como presidente o senador democrata Frank Church, de Idaho. A comissão investigou uma ampla gama de abusos cometidos pelo Poder Executivo, entre eles operações de espionagem contra cidadãos americanos.[33] A investigação da Comissão Church pintou um quadro das atividades secretas ilegais praticadas sem fiscalização do Judiciário ou do Congresso. Investigou também o envolvimento dos Estados Unidos na deposição e morte do presidente socialista do Chile, Salvador Allende,[34] democraticamente eleito, em 1973, mas Ford alegou imunidade do Executivo e evitou a devassa.[35] Em certo ponto das investigações da comissão, Cheney tentou induzir a Agência Federal de Investigação (Federal Bureau of Investigation, FBI)[36] a investigar o famoso jornalista Seymour Hersh e a conseguir um processo por espionagem contra ele e contra o *New York Times* em retaliação às denúncias sobre espionagem interna ilegal praticada pela CIA. O objetivo era intimidar outros jornalistas e evitar que tornassem públicas ações secretas polêmicas da Casa Branca.

O FBI recusou o pedido de Cheney de perseguir Hersh. O resultado final da investigação da Comissão Church foi um pesadelo para Cheney e seu movimento de fortalecimento do Executivo: a criação de comissões parlamentares[37] legalmente incumbidas de inspecionar as operações americanas de Inteligência, inclusive ações secretas. Em 1980, o Congresso aprovou uma lei[38] que exigia que a Casa Branca transmitisse às novas comissões de inteligência informações sobre todos os programas de

espionagem. Cheney e Rumsfeld passariam a maior parte do resto de suas carreiras tentando cercear a autoridade dessas comissões.

Ao término do governo liberal de Carter, Cheney concluiu que os poderes da presidência tinham sido "gravemente enfraquecidos".[39] Durante os anos do governo Reagan, ele foi representante de Wyoming no Congresso, tendo apoiado com firmeza uma virada radical no sentido de dar mais poderes à Casa Branca. Charlie Savage, ganhador do prêmio Pulitzer, observa em seu livro *Takeover: The Return of the Imperial Presidency and the Subversion of American Democracy* [A tomada do poder: A volta da presidência imperial e a subversão da democracia americana] que o Departamento de Justiça de Reagan tentou pôr fim "ao ressurgimento do Congresso[40] [ocorrido] na década de 1970", emitindo um relatório no qual se propunha que a Casa Branca pudesse desconsiderar leis que "se imiscuíam inconstitucionalmente no Poder Executivo". A Casa Branca de Reagan lançou mão de um instrumento que lhe permitia reinterpretar leis e emitir decretos presidenciais que burlassem a fiscalização do Congresso. No início da década de 1980, o governo Reagan estava profundamente empenhado em incentivar uma insurgência direitista contra o governo sandinista de esquerda na Nicarágua, na América Central. A pedra de toque dessa campanha era o apoio secreto dos Estados Unidos aos esquadrões da morte dos "contras". Reagan autorizou também que fossem minados os portos em torno da Nicarágua, o que levou ao julgamento dos Estados Unidos na Corte Mundial por uso ilegal de força.[41]

Em 1984, quando finalmente o Congresso americano proibiu toda a ajuda americana aos contras, aprovando a Emenda Boland,[42] alguns funcionários da Casa Branca, liderados pelo coronel Oliver North, que trabalhava no CSN, deram início a um plano clandestino de arrecadação de recursos para os rebeldes direitistas, em flagrante violação da lei americana. Esses recursos foram gerados pela venda ilícita de armas ao governo iraniano, violando o embargo de armas vigente. Catorze membros[43] do governo Reagan, entre eles o secretário de Defesa, seriam processados por envolvimento nessas operações. Quando o escândalo Irã-contras se tornou público e o Congresso

investigou com rigor suas origens, Cheney destacou-se como o principal defensor da Casa Branca na Colina do Capitólio, manifestando sua opinião minoritária[44] em defesa do programa secreto que a maior parte de seus colegas tinha considerado ilegal. O "relatório minoritário" de Cheney defendendo a Casa Branca qualificava como "histérica" a investigação do caso Irã-contras. Ele afirma que a história "deixa pouca ou nenhuma dúvida de que o presidente deve desempenhar o papel principal na condução da política externa dos Estados Unidos" e conclui que, "portanto, as ações do Congresso no sentido de limitar o presidente nessa área deveriam ser revistas com um grau considerável de ceticismo. Se prejudicarem o cerne das funções presidenciais em política externa, devem ser abolidas".

O primeiro presidente Bush indultou os aliados de Cheney condenados por ligação com o caso Irã-contras, e Cheney permaneceu como secretário de Defesa durante a Guerra de Golfo de 1991. Nessa posição, continuou dando forma a sua ideia de um Poder Executivo como poder supremo. Enquanto foi secretário de Defesa, começou a plantar as sementes de outro programa que ajudaria a consolidação da supremacia do Executivo: encomendou à Halliburton, gigante do setor de infraestrutura para campos de petróleo, um plano de privatização[45] da burocracia das Forças Armadas na maior medida possível. Cheney compreendeu bem cedo que o uso de empresas privadas para travar as guerras dos Estados Unidos criaria outra barreira para a fiscalização e proporcionaria mais sigilo em torno do planejamento e da execução dessas guerras, declaradas ou não. Ele passaria a comandar a Halliburton durante a maior parte da década de 1990, atuando como ponta de lança na criação de um exército corporativo secreto que finalmente se tornaria o fulcro de suas guerras abertas ou secretas quando ele voltasse à Casa Branca, em 2001. Durante a era Clinton, Cheney também se dedicou ao Instituto Americano de Empreendedorismo,[46] de orientação neoconservadora, aperfeiçoando uma agenda política e militar que poderia ser implementada a partir do momento em que seu partido voltasse ao poder. Quando o segundo presidente Bush tomou posse, Cheney se tornou o mais poderoso vice-

presidente da história. E sem perda de tempo começou a trabalhar para aumentar esse poder.

Em 10 de setembro de 2001, um dia antes que o Boeing 757 que fazia o voo 77 da American Airlines se estatelasse contra a parede oeste do Pentágono, Donald Rumsfeld esteve naquele mesmo edifício para fazer um de seus principais discursos como secretário de Defesa. Havia dois retratos dele na parede[47] — um deles mostrava-o como o mais jovem secretário de Defesa da história americana, o outro como o mais velho. O Onze de Setembro ainda não tinha ocorrido, mas mesmo assim Rumsfeld ocupava a tribuna naquele dia para uma declaração de guerra.

"O assunto de hoje é um adversário que representa uma ameaça, uma grave ameaça,[48] à segurança dos Estados Unidos da América", urrou Rumsfeld.

> Esse adversário é um dos últimos bastiões do planejamento centralizado do mundo. Governa impondo planos quinquenais. A partir de uma única capital, ele tenta impor suas exigências a outros fusos horários, continentes, oceanos e além. Com coerência brutal, reprime o pensamento livre e esmaga novas ideias. Atrapalha a defesa dos Estados Unidos e põe a vida de homens e mulheres fardados em risco.

Rumsfeld — veterano paladino da Guerra Fria — disse a sua nova equipe que

> talvez esse adversário se pareça com a antiga União Soviética, mas esse inimigo não existe mais: nossos antagonistas são hoje mais sutis e implacáveis. Vocês poderiam pensar que estou falando de um dos últimos déspotas decrépitos do mundo. Mas os tempos deles também estão quase no passado, e eles não podem se equiparar à força e ao tamanho deste adversário. O adversário está mais perto de casa. É a burocracia do Pentágono.

O que estava em jogo, afirmou, era grave — "uma questão de vida ou morte, ao fim e ao cabo, de todos os americanos". Rumsfeld disse a sua plateia, composta de antigos executivos da indústria da Defesa transformados em

burocratas do Pentágono, que pretendia racionalizar as guerras americanas. "Alguém perguntaria: como é possível que o secretário de Defesa ataque o Pentágono diante de sua própria gente?", disse Rumsfeld à plateia. "Eu responderia que não tenho vontade de atacar o Pentágono, quero libertá-lo. Precisamos salvá-lo de si mesmo." A isso, Rumsfeld e sua equipe chamaram de "revolução nos assuntos militares".[49]

A equipe estrelada de política externa de Bush subiu ao poder com uma agenda de reorganização radical das Forças Armadas americanas, para pôr fim ao que eles chamavam de enfraquecimento das defesas nacionais da era Clinton e reativar as iniciativas de implantação de poderosos sistemas de mísseis defensivos[50] favorecidos por Reagan e outros paladinos da Guerra Fria. Como lembrou Douglas Feith, vice de Rumsfeld, "a ameaça do terrorismo jihadista[51] estava na lista de preocupações do governo de Bush desde que este assumiu, no início de 2001, mas chamava menos atenção do que a Rússia". O foco no "terrorismo" nos primeiros dias do governo se centrava nas ameaças representadas por Estados-nações — Irã, Síria, Coreia do Norte e Iraque — e levou a uma mudança de regime. Cheney e Rumsfeld tinham passado a maior parte da década de 1990 traçando um caminho que lhes permitisse redesenhar o mapa do Oriente Médio, mas não consideraram a ameaça assimétrica representada pela Al-Qaeda e por outros grupos terroristas. O Iraque, e não a Al-Qaeda, era sua obsessão. "Desde o início,[52] estávamos reunindo provas contra Hussein e buscando uma forma de derrubá-lo e transformar o Iraque num novo país", disse Paul O'Neill, ex-secretário do Tesouro. "E se fizéssemos isso, tudo estaria resolvido. Era só encontrar o modo de fazê-lo. Essa era a questão. Que o presidente dissesse: 'Tudo bem. Encontrem uma maneira de fazer isso'." Na segunda reunião do CSN, em 1º de fevereiro de 2001, Rumsfeld disse abertamente: "O que queremos mesmo é pensar em como ir atrás de Saddam".

Ironicamente — apesar de todo o "blá-blá-blá" de Rumsfeld sobre a debilidade da era Clinton e das acusações dos neoconservadores contra os democratas, que teriam cochilado em relação à vigilância da Al-Qaeda —, o

próprio Rumsfeld, de início, estava reticente sobre a iminência da ameaça representada pelo grupo antes do Onze de Setembro. O jornalista Bob Woodward detalhou uma reunião que teria sido realizada em 10 de julho de 2001, dois meses antes dos ataques. O diretor da CIA, George J. Tenet, reuniu-se com Cofer Black, chefe do Centro de Contraterrorismo (Counterterrorism Center, CTC) da CIA em Langley, na Virgínia. Os dois homens revisaram as informações da Inteligência americana sobre Bin Laden e a Al-Qaeda. Segundo Woodward, Black

> expôs a situação,[53] que consistia em interceptação de comunicações e outros recursos de Inteligência altamente confidenciais que mostravam a crescente probabilidade de que em breve a Al-Qaeda atacaria os Estados Unidos. Tratava-se de uma massa de fragmentos e detalhes que, no entanto, conformavam um panorama convincente, tão convincente que Tenet decidiu que ele e Black iriam imediatamente à Casa Branca.

Na época,

> Tenet estava tendo dificuldade para pôr em marcha um plano de ação imediato contra Bin Laden, em parte porque o secretário de Defesa, Donald H. Rumsfeld, questionara todas as interceptações e demais recursos de Inteligência da Agência de Segurança Nacional. "É possível que tudo isso não passe de um grande engano?", Rumsfeld perguntara. Talvez fosse um plano para dimensionar as reações e a defesa dos Estados Unidos.

Depois de analisar os dados da Inteligência com Black, Tenet ligou para a conselheira de Segurança Nacional, Condoleezza Rice, de seu carro, a caminho da Casa Branca. Quando Black e Tenet se encontraram com ela, naquele mesmo dia, segundo Woodward, "sentiram que não estavam convencendo a conselheira. Ela foi cortês, mas eles sentiram a rejeição". Mais tarde, Black diria que "a única coisa que não fizemos foi puxar o gatilho da arma que tínhamos apontada para a cabeça dela".

Foi então que os aviões pilotados pelos sequestradores do Onze de Setembro se chocaram contra as Torres Gêmeas e o Pentágono. Na mesma hora, Rumsfeld e sua equipe vislumbraram que a luta contra o terrorismo não

só não prejudicaria seus planos para o Iraque, mas poderia até mesmo proporcionar o argumento para colocá-los em prática. E talvez mais importante: o momento que se seguiu ao ataque permitiu que Rumsfeld, Cheney e seu séquito concretizassem as ambições que acalentavam havia muito tempo a respeito de um Executivo todo-poderoso, com o direito praticamente ilimitado de travar guerras passando por cima de todas as fronteiras, justificados, em sua opinião, por uma ameaça global à segurança nacional. Os objetivos e planos de que eles falaram, a meia-voz, em reuniões extraoficiais em pouco se tornariam a política oficial dos Estados Unidos.

Quando a equipe de guerra do presidente Bush começou a planejar uma resposta aos ataques do Onze de Setembro, Rumsfeld saiu na frente para pôr o Iraque imediatamente na lista de alvos. Na preparação das reuniões que Bush faria no fim de semana de 15-6 de setembro em Camp David, Feith dirigiu a Rumsfeld um memorando com a lista "dos alvos prioritários imediatos[54] para uma ação inicial": a Al-Qaeda, o Talibã e o Iraque. "A agenda estava clara[55] desde a noite de 11 de setembro", contou-me o general Hugh Shelton, na época chefe do Estado-Maior Conjunto e o mais antigo conselheiro militar do presidente Bush. Ele disse que Rumsfeld e Wolfowitz começaram a pressionar imediatamente em favor de um ataque ao Iraque. "Precisamos entrar no Iraque. Precisamos fazer isso imediatamente", diziam eles. "Isso apesar de não haver nenhum indício[56] que relacionasse [o Onze de Setembro] ao Iraque", disse Shelton. "Mesmo assim, o rufar de tambores começou naquela noite. Eles não ficaram nada satisfeitos quando cheguei ao gabinete com os planos que tinha [para responder aos ataques do Onze de Setembro] e viram que nenhum deles incluía o Iraque." Segundo Richard Clarke, em 12 de setembro o presidente Bush lhe disse três vezes que procurasse "uma partícula" de indício que ligasse o Iraque aos ataques. Wolfowitz enviou um memorando a Rumsfeld no qual dizia que "mesmo uma probabilidade de 10%[57] de Saddam Hussein estar por trás dos ataques" significaria que "a prioridade máxima deve ser voltada para eliminar a ameaça". Junto com Shelton do lado dos que se opunham à invasão do Iraque estava um de seus antecessores, Colin Powell,

secretário de Estado. Uma década antes, durante a Guerra do Golfo, Powell tinha batido de frente com Wolfowitz[58] — na época, subsecretário de Defesa — e com os líderes ideológicos civis do Pentágono que pretendiam enviar tropas e tudo o mais a Bagdá para depor Saddam. Mas Powell e outros conservadores tradicionais, como o ex-secretário de Estado James Baker e Brent Scowcroft, ganharam a queda de braço. Agora, com os ataques do Onze de Setembro ainda frescos na memória, Wolfowitz e os ideólogos tinham certeza de atingir seus objetivos.

Em Camp David, disse Shelton, Wolfowitz continuou pressionando a favor de uma investida contra o Iraque, mesmo depois que Shelton, Powell e altos funcionários da Inteligência afirmaram que não havia indícios do envolvimento do país nos ataques. Como a discussão estava centrada no Afeganistão e no ataque ao santuário da Al-Qaeda, "exatamente como se esperava, Wolfowitz trouxe a questão à baila: 'Precisamos usar isso como motivo para atacar o Iraque'", relembra Shelton. O dr. Emile Nakhleh, experiente analista da CIA na época, também estava assessorando o presidente durante o período imediatamente posterior ao Onze de Setembro. Nakhleh estava na Agência havia uma década e passara a maior parte desse tempo viajando por países muçulmanos com propósitos supostamente acadêmicos. Tendo dado início ao Programa de Análise Política da Estratégia Islâmica da CIA e na condição de professor residente especializado em grupos militantes islâmicos e em governos do Oriente Médio, ele era para a Agência o equivalente a um general de três estrelas. Em resposta às pressões de Rumsfeld e Wolfowitz a favor de uma invasão do Iraque naquelas primeiras reuniões, contou-me Nakhleh, em dado momento ele se levantou e disse a eles: "Se vocês querem ir atrás daquele filho da puta [Saddam] para acertar contas com ele, sintam-se à vontade, mas não temos informação de que Saddam esteja ligado à Al-Qaeda ou ao terrorismo, e não temos informações claras"[59] sobre armas de destruição em massa (Weapons of Mass Destruction, WMD). Nakhleh revelou que depois das primeiras reuniões sobre o Onze de Setembro, "minha conclusão e a de outros analistas era de que eles estavam se

encaminhando para a guerra. O trem tinha dado a partida, sem se importar com os dados apresentados pela Inteligência". O presidente Bush engavetou as discussões sobre o Iraque durante algum tempo, tendo prometido em campanha não se envolver em questões de "construção nacional". Disse que queria uma política externa "modesta".[60] Mas suas opiniões mudavam rapidamente.

Foi preciso algum tempo — e mais de uma dúzia de visitas[61] de Cheney e seu chefe de gabinete, "Scooter" Libby, à CIA — para que se fabricassem os "indícios" de um programa de produção de WMD e assim se pusessem em prática os planos de invasão do Iraque. Nesse ínterim, porém, eles tiveram de travar uma guerra contra a fiscalização externa do Executivo e seu dever de prestar contas. A campanha da CIA e das Forças Especiais no Afeganistão foi, no início, um estardalhaço. Enquanto a guerra do Afeganistão gerava manchetes espetaculares que trombeteavam a agilidade e a decisão da campanha militar americana contra o débil governo talibã, Cheney, Rumsfeld e seus parlamentares neoconservadores estavam atarefados conspirando em favor de uma guerra global. Essa guerra se estenderia à frente interna, com escuta telefônica não autorizada, prisão em massa[62] de árabes, paquistaneses e outros imigrantes muçulmanos, e uma prodigiosa reversão das liberdades civis dos cidadãos americanos. Para travar essa guerra, eles deveriam desmantelar e manipular uma burocracia de fiscalização e exame legal que tinha sido construída ao longo de sucessivos governos. Tudo isso abriria as portas para uma bateria de táticas que já tinham sido empregadas mas agora poderiam ser mobilizadas numa escala sem precedentes: ações secretas, operações ilegais, prisões secretas, sequestros e o que passou a ser uma nova designação de assassinato: a caça de Alvos de Grande Valor.

Saindo da era Reagan-Bush, na qual a instituição da ação secreta foi prejudicada pelo escândalo Irã-contras, o presidente Clinton instaurou novos mecanismos de fiscalização e criou um rigoroso sistema legal[63] para a

aprovação de ações secretas letais. Quando Clinton, ou seu conselheiro de Segurança Nacional, propunha uma ação secreta, a proposta tinha de passar por um sistema de fiscalização interna: primeiro pela CIA, onde a advocacia geral da Agência analisava sua legalidade antes de passá-la para novos exames (e, possivelmente, para a proposição de mudanças em decorrência da apreciação legal) por parte de duas distintas comissões da CIA — o Grupo de Planejamento de Ações Secretas e o Grupo de Análise de Ações Secretas. Depois que a ação proposta era analisada e modificada por essas comissões, voltava à área jurídica da CIA para uma análise legal final e depois era devolvida à Casa Branca, onde seria submetida ao Grupo de Trabalho Interagências para Ações Secretas, integrado por representantes de diversos órgãos do Poder Executivo. Esse grupo analisava as possíveis consequências da ação secreta e mais uma vez apreciava sua legalidade. Depois de um exame final pelos chefes e seus suplentes de órgãos relevantes, a ação era apresentada ao presidente para autorização. Ações desse tipo raramente eram aprovadas.

Quando o presidente Bush tomou posse, no início de 2001, seu governo indicou que pretendia manter muitos desses mecanismos de controle. A Diretriz Presidencial de Segurança Nacional-1 (NSPD-1), assinada por Bush em 13 de fevereiro de 2001, refletia em boa medida[64] o sistema da era Clinton para a aprovação de ações secretas. Contudo, em março Bush pediu à conselheira de Segurança Nacional, Condoleezza Rice, que solicitasse à CIA "a preparação de uma nova série de autorizações[65] para a ação secreta no Afeganistão". Clarke e seus congêneres da CIA que comandavam a "Unidade Bin Laden" começaram a projetar ações secretas que tinham como alvo a Al-Qaeda, enquanto o governo propunha reforços nas verbas da CIA para o combate ao terrorismo. Clarke insistiu muito num golpe contra a Al-Qaeda em retaliação[66] ao ataque a bomba contra o navio *USS Cole* na costa do Iêmen em outubro de 2000. Como acontecera na era Clinton, muitos dos planos tinham como alvo líderes da Al-Qaeda no Afeganistão. No fim de maio, Rice e Tenet se reuniram com Clarke, Cofer Black e com o chefe da Unidade Bin Laden para discutir a "ofensiva" contra a Al-Qaeda. Na época, a CIA praticava ações para

obstaculizar Bin Laden, mas entre aqueles altos funcionários do governo havia o consenso de que era preciso "quebrar a espinha"[67] da Al-Qaeda. Eles endossaram também a ajuda secreta ao Uzbequistão,[68] mas se abstiveram de oferecer ajuda significativa à Aliança do Norte e a outros grupos que combatiam o Talibã no Afeganistão. Em outras palavras, deram continuidade à política da era Clinton para a Al-Qaeda e o Afeganistão, ainda que com mais dinheiro e mais foco.

Um esboço da NSPD de combate ao terrorismo começou a circular em junho. Stephen Hadley, vice-conselheiro de Segurança Nacional, qualificou o programa da Comissão do Onze de Setembro como "assumidamente ambicioso",[69] destacando uma iniciativa plurianual que envolvia "todos os instrumentos do poder nacional", inclusive um programa de ações secretas de longo alcance. Mas este último ainda passaria por cinco reuniões[70] de adjuntos antes de ser apresentado aos líderes. Numa dessas reuniões, em agosto de 2001, a Comissão de Adjuntos do CSN "concluiu[71] que não era ilegal para a CIA matar Bin Laden ou um de seus imediatos" com um ataque do drone Predator.

Embora o uso de drones fosse se tornar uma das preferências do esquema americano de assassinatos dirigidos, antes do Onze de Setembro havia muitas divergências sobre o tema entre o pessoal de Bush envolvido no combate ao terrorismo. No último ano do governo Clinton, os Estados Unidos começaram a operar drones[72] no Afeganistão a partir de uma base americana secreta no Uzbequistão chamada K2.[73] Já havia um projeto de criação do drone armado, mas o artefato ainda não estava em operação.[74] Cofer Black afirmava[75] que os drones não deviam ser usados nem mesmo para reconhecimento, sugerindo que o governo esperasse até que ele pudesse ser armado. Lembrou que um Predator tinha sido localizado sobre território afegão em 2000, levando o governo talibã a mobilizar caças MiG. "Não acredito que a importância do reconhecimento seja maior que o risco de encerrarmos o programa por culpa dos ânimos exaltados pela imagem de talibãs desfilando com um Predator carbonizado diante das câmeras da

CNN",[76] afirmou Black. Afinal, o governo decidiu engavetar[77] o uso de drones de reconhecimento no Afeganistão até que eles pudessem ser armados para atacar. Mas enquanto Black, Clarke e outros membros da equipe de contraterrorismo pressionavam a favor do uso do Predator para operações de assassinato dirigido, as principais lideranças da CIA manifestavam sérias preocupações com a possibilidade de pôr em prática esse programa, fazendo eco a muitas das preocupações do pessoal de contraterrorismo da era Clinton com a criação de listas negras. Segundo a Comissão do Onze de Setembro, Tenet

> em especial punha em questão se ele, como diretor da Agência Central de Inteligência, devia operar um Predator armado. "Esse é um campo novo",[78] nos disse ele. Tenet formulava perguntas-chave: Qual é a cadeia de comando? Quem efetua o disparo? Os líderes dos Estados Unidos se sentem bem tendo a CIA fazendo isso, escapando ao comando e ao controle militares normais?

Charles Allen, diretor assistente da CIA para coleta de informações[79] entre 1998 e 2005, disse que tanto ele quanto o número três da agência, A. B. "Buzzy" Krongard, "ficariam felizes em puxar o gatilho,[80] mas Tenet estava apavorado" e acrescentou que nenhum funcionário da CIA tinha autoridade para usar drones na eliminação sumária de pessoas, mesmo tratando-se de terroristas.

Enquanto se desenrolavam esses debates no interior da Agência, faltava apenas uma semana para o Onze de Setembro quando o governo Bush marcou uma reunião de "primeiro escalão" para discutir a ameaça da Al-Qaeda. Na reunião de 4 setembro,[81] um anteprojeto da NSPD foi oficialmente apresentado e aprovado "depois de breve discussão" para ser levado à assinatura de Bush. A conselheira de Segurança Nacional Condoleezza Rice teria dito ao presidente que em sua opinião eles levariam três anos para pôr em prática[82] o ambicioso programa. Em 10 de setembro, Hadley continuava pressionando o diretor Tenet e a CIA a preparar esboços de autorizações legais "para o 'amplo programa de ações secretas'[83] previsto no anteprojeto da diretriz presidencial". Hadley instou Tenet a preparar também documentos

"que autorizassem uma ampla variedade de outras atividades secretas, inclusive capturar ou usar força letal" contra "elementos de comando e controle" da Al-Qaeda. De acordo com o relatório da Comissão do Onze de Setembro, esse capítulo devia detalhar documentos da era Clinton e ser amplo o bastante para "abranger quaisquer ações secretas relacionadas [a Osama bin Laden] que sejam consideradas". Embora o governo Bush estivesse trabalhando para ampliar o alcance do uso de força letal contra Bin Laden e seus principais subordinados, o processo foi marcado pelas mesmas preocupações manifestadas durante a era Clinton sobre a concessão de autorização generalizada para matar. A Casa Branca de Bush estava enveredando por um caminho semelhante ao do governo Clinton, tentando burlar a proibição de assassinar e, ao mesmo tempo, exigindo análise minuciosa de cada proposta de operação letal.

No Onze de Setembro, tudo isso ia mudar.

Quando as Torres Gêmeas desmoronaram, a mesma coisa aconteceu com o sistema de fiscalização e análise das operações secretas letais cuidadosamente construído no transcurso da década anterior.

"Só uma crise[84] — real ou percebida como tal — produz uma mudança verdadeira." Assim escreveu o ícone conservador Milton Friedman em seu livro *Capitalismo e liberdade*. Friedman foi um importante assessor de sucessivos governos republicanos e exerceu forte influência sobre muitos funcionários da Casa Branca de Bush. Orientou Rumsfeld[85] no começo de carreira, assim como Cheney, e destacados neoconservadores no governo pediam-lhe conselho[86] com regularidade. Friedman apregoava:

> Quando essa crise ocorre,[87] as ações empreendidas dependem das ideias vigentes. Esta é, acredito, nossa função básica: desenvolver alternativas para as políticas existentes, mantê-las vivas e disponíveis até que o politicamente impossível se torne politicamente inevitável.

Para os altos funcionários das áreas de Segurança Nacional e Defesa de Bush, que passaram os oito anos de governo Clinton — ou mais — desenvolvendo essas alternativas, os ataques do Onze de Setembro e o apoio quase unânime do Congresso controlado pelos democratas ofereceram uma oportunidade imperdível de tornar suas ideias inevitáveis. Numa misteriosa premonição, os neoconservadores do PNAC tinham afirmado em seu relatório "Reconstrução das defesas americanas", pouco mais de um ano antes do Onze de Setembro, que "o processo de transformação, mesmo que traga mudanças revolucionárias, provavelmente será longo, a menos que ocorra alguma catástrofe ou evento catalisador — como um novo Pearl Harbor".[88] Cheney e Rumsfeld podem não ter sido capazes de ver o Onze de Setembro chegando, mas mostraram-se mestres em explorar os ataques. "O ataque de Onze de Setembro foi um desses acontecimentos históricos tão poderosos que incentiva novos modos de pensar e perturba os complacentes", lembrou Feith. "Ele criou a oportunidade de dar a muitas pessoas — amigos e inimigos, nos Estados Unidos e fora deles — uma nova perspectiva. Rumsfeld, Wolfowitz e eu achamos que o presidente tem o dever de usar sua tribuna[89] privilegiada."

De acordo com a Constituição americana, é o Congresso, não o presidente, que tem o direito de declarar guerra. Mas 72 horas depois do Onze de Setembro, o Congresso deu um passo radical na direção oposta. Em 14 de setembro de 2001, a Câmara e o Senado deram ao presidente Bush plenos poderes para travar uma guerra global, aprovando a Autorização para Uso de Força Militar (Authorization for Use of Military Force, AUMF). O documento estabelecia que "o presidente fica autorizado a usar toda a força necessária e adequada[90] contra nações, organizações e pessoas que em juízo tenham planejado, autorizado, cometido ou ajudado os ataques terroristas cometidos em Onze de Setembro de 2001, ou dado abrigo a essas organizações ou pessoas, para evitar qualquer ato futuro de terrorismo internacional contra os Estados Unidos por parte dessas nações, organizações e pessoas". O uso do termo "pessoas" foi interpretado pelo governo como um sinal verde para o assassinato. A autorização foi aprovada pela Câmara com um único voto

contra e pelo Senado por unanimidade.[91] O único voto contra a AUMF foi da representante democrata liberal Barbara Lee, da Califórnia. "Por mais difícil que possa ser esse voto, algum de nós deve alertar sobre a necessidade de moderação",[92] disse ela, com a voz embargada, quando falou no plenário da Câmara naquele dia. "Deve haver alguns de nós[93] que digam: vamos dar um passo atrás por um momento e pensar nas implicações de nossos atos de hoje — vamos compreender melhor suas consequências", disse ela em sua justificativa de voto. "Precisamos ter o cuidado de não embarcar numa guerra cujo fim não se vê sem ter uma estratégia de saída nem um alvo definido." O discurso de dois minutos de Barbara Lee foi toda a resistência oposta pelo Congresso ao pedido de plenos poderes e autorização para a guerra que a Casa Branca pedia.

Fortalecido pelo esmagador aval bipartidário a uma guerra global e sem fronteiras contra um inimigo sem país, o governo Bush declarou o mundo um campo de batalha. "Temos de trabalhar, porém, como uma espécie de lado negro,[94] por assim dizer", proclamou Dick Cheney no programa *Meet the Press* da NBC em 16 de setembro de 2001, antecipando o que estava por vir. "Temos de trabalhar nas sombras, no mundo da Inteligência. Muito do que temos a fazer deve ser feito em sigilo, sem nenhuma discussão, usando recursos e métodos acessíveis a nossos órgãos de Inteligência, se quisermos ter êxito." O presidente assinou publicamente a AUMF, tornando-a lei em 18 de setembro de 2001, mas a resolução que assinara secretamente na véspera foi ainda mais relevante. A diretriz presidencial secreta,[95] que permanece sigilosa até hoje, concedia à CIA autorização para capturar e manter em custódia militantes suspeitos no mundo inteiro, o que levaria à criação de uma rede daquilo que os funcionários do governo chamavam internamente de "lugares negros", prisões secretas que podiam ser usadas para encarcerar e interrogar pessoas. Acabava também com os empecilhos representados pela fiscalização e pelo exame interagências do processo de autorização de assassinatos dirigidos. Talvez ainda mais importante, acabava com a exigência da assinatura do presidente para cada operação secreta letal. Os advogados do governo

concluíram que a proibição de assassinato não se aplicava a pessoas classificadas como "terroristas", o que dava grande liberdade à CIA para autorizar operações de morte. O presidente Bush queria que a CIA tomasse a frente. Tinha o homem certo para a função.

Cofer Black passou grande parte de sua carreira na África, atuando nas sombras. Seu batismo de fogo foi em Zâmbia, durante a guerra da Rodésia; passou depois à Somália e esteve na África do Sul[96] durante a guerra brutal do regime de apartheid contra a maioria negra. Durante sua permanência no Zaire,[97] Black trabalhou no programa de armas secretas do governo Reagan que pretendia armar forças anticomunistas em Angola. No início da década de 1990, muito antes da maior parte dos integrantes da comunidade de contraterrorismo, Black tornou-se obcecado por Bin Laden e declarou-o a grande ameaça a ser neutralizada. De 1993 a 1995, trabalhou disfarçado de diplomata na embaixada dos Estados Unidos em Cartum, Sudão, onde servia na verdade como chefe da estação da CIA.[98] Bin Laden estava também no Sudão, construindo a rede internacional que, ao término do período de Black, a CIA chamaria de "Fundação Ford do terrorismo islâmico sunita".[99] Os agentes de Black que perseguiam Bin Laden trabalhavam nas condições da "diretriz operacional"[100] da era Clinton, que restringia seu trabalho à coleta de informações sobre Bin Laden e sua rede. Black queria autorização para matar o saudita bilionário, mas a Casa Branca de Clinton ainda não tinha assinado[101] a autorização, como viria a fazer depois do ataque a bomba contra embaixadas americanas na África. "Infelizmente, naquele tempo a licença para matar — chamada oficialmente de Documento Letal — era tabu na organização",[102] disse Billy Waugh, agente da CIA que trabalhou com Black no Sudão. "No começo da década de 1990, fomos forçados a aderir ao parecer legal hipócrita e aos bons samaritanos." Entre as ideias rejeitadas de Waugh estava um suposto complô para assassinar Bin Laden em Cartum e jogar o corpo na embaixada

iraniana,[103] numa tentativa de culpar Teerã, ideia que, segundo Cofer Black, Waugh "adorava".

Nos primeiros dias do governo Bush, Black começou a pressionar novamente na tentativa de conseguir autorização para pegar Bin Laden. "Ele costumava vir a meu gabinete[104] e me divertia contando sobre todas as vezes que tinha tentado fazer alguma coisa com Bin Laden antes do Onze de Setembro", lembra Lawrence Wilkerson, chefe de gabinete do secretário de Estado Colin Powell na época. Segundo Wilkerson, Black dizia que "por causa da falta de coragem da [Força] Delta e por falta de competência burocrática da CIA, ele nunca pôde fazer nada". Black teria dito a Wilkerson que

> todas as vezes que apresentam uma oportunidade à Delta, por exemplo, eles chegam com essa lista de perguntas que precisam ser respondidas, como: "Que tipo de prego existe na porta?". "Que tipo de tranca tem a porta?" "Qual é o número de série da tranca?", e toda essa patacoada, que não passa das besteiras de sempre das Forças de Operações Especiais porque não querem fazer nada.

Para grande alegria de Black, todos esses cuidados em breve seriam descartados, como tudo o mais.

Em 6 de agosto de 2001,[105] o presidente Bush estava em sua fazenda de criação de cavalos, em Crawford, Texas, onde recebeu o briefing diário intitulado "Bin Laden decidido a atacar os Estados Unidos".[106] Mencionava duas vezes a possibilidade de que ativistas da Al-Qaeda tentassem sequestrar aviões, dizendo que as informações do FBI "indicam um modelo de atividade suspeita nos [Estados Unidos] compatível com a preparação de sequestro ou outros tipos de ataque, inclusive levantamentos recentes em edifícios do governo federal em Nova York". Nove dias depois, Black falou numa conferência secreta do Pentágono sobre contraterrorismo. "Seremos atingidos em breve",[107] disse ele. "Muitos americanos morrerão, e pode acontecer nos Estados Unidos."

Depois do Onze de Setembro, Bush e Cheney reescreveram as regras do jogo. Black já não precisaria apontar uma arma para a cabeça de alguém a fim de conseguir licença para operações letais. "Minha emoção pessoal foi porque

agora a coisa começou oficialmente", recordou Black. "A analogia seria a do cachorro acorrentado que agora é solto. Eu simplesmente não aguentava esperar."[108] Na primeira reunião que teve com o presidente Bush depois dos ataques de Onze de Setembro, Black detalhou o modo como os paramilitares da CIA se mobilizariam no Afeganistão para caçar Bin Laden e seus escudeiros. "Quando acabarmos, eles vão ficar com a boca cheia de formigas",[109] prometeu Black, numa tirada que no círculo mais restrito do governo valeu-lhe o apelido de "O Cara da Boca Cheia de Formigas". Dizia-se que o presidente adorava o jeito de Black. Quando ele disse a Bush que a operação não seria incruenta, o presidente declarou: "Vamos em frente.[110] Guerra é guerra. Estamos aqui para ganhar". Philip Giraldi, funcionário de carreira da CIA especializado em recrutamento e treinamento de agentes que frequentou The Farmer [A Fazenda] — unidade de treinamento na área rural da Virgínia — junto com Black, lembra-se de tê-lo encontrado por acaso no Afeganistão, pouco depois que as primeiras equipes americanas lá pousaram, após o Onze de Setembro. "Fazia muitos anos que eu não o via", disse Giraldi. "Fiquei surpreso[111] ao constatar como ele tinha se tornado tacanho. Falava o tempo todo em trazer a cabeça de Bin Laden numa bandeja — e com isso queria dizer exatamente a cabeça de Bin Laden numa bandeja." Giraldi disse que Black "tinha uma visão limitada das coisas" e detestava os aliados europeus mais próximos dos Estados Unidos, inclusive os britânicos: "Ele não confia nem um pouco neles". Quando se tratava da emergente guerra americana global, contou Giraldi, Black era "um verdadeiro entusiasta, o que é pouco comum na Agência. Lá em geral as pessoas são meio céticas. Se você é um funcionário da Inteligência em campo, logo fica cético em relação a uma porção de coisas. Mas Cofer era um desses entusiastas".

Em 19 de setembro, a equipe da CIA de codinome Quebra-Queixo foi mobilizada. Black deu a seus homens instruções diretas e macabras. "Cavalheiros, quero lhes dar suas instruções[112] e quero que fiquem bem claras. Discuti o assunto com o presidente e ele está de pleno acordo", disse Black ao agente secreto da CIA Gary Schroen e sua equipe. "Não quero capturar Bin

Laden e seus bandidos, quero-os mortos", esclareceu. "Eles devem ser mortos. Quero ver fotos da cabeça deles espetadas em lanças. Quero despachar a cabeça de Bin Laden numa caixa de gelo seco. Quero poder mostrar a cabeça de Bin Laden ao presidente. Prometi a ele que faria isso." Schroen disse que foi a primeira vez em seus trinta anos de carreira que lhe ordenaram assassinar um adversário em vez de tentar capturá-lo. Black perguntou se tinha sido claro. "Perfeitamente claro, Cofer", respondeu Schroen. "Não sei onde vamos encontrar gelo seco aqui no Afeganistão, mas com certeza conseguiremos fabricar lanças no campo." Depois Black explicou por que aquilo seria necessário. "Precisamos de algum DNA",[113] disse ele. "Essa é uma boa maneira de obtê-lo. Pegue um facão, decepe a cabeça dele e pronto, você terá um bom punhado de DNA, e assim vai poder examiná-lo e fazer testes. É melhor do que arrastar o corpo inteiro!" Quando diplomatas russos que se reuniram com Black em Moscou antes da invasão total do Afeganistão lhe lembraram a derrota dos soviéticos para os mujahedin apoiados pelos Estados Unidos, Black revidou: "Vamos matá-los", disse. "Vamos espetar a cabeça deles em lanças. Vamos abalar o mundo deles."[114] Num prenúncio das coisas que estavam por vir, as operações secretas organizadas por Black de imediato depois do Onze de Setembro se apoiavam firmemente em funcionários terceirizados. A equipe inicial da CIA era composta de cerca de sessenta membros antigos da Força Delta, ex-SEALs e outros operadores das Forças Especiais que trabalhavam para Black como terceirizados independentes e constituíam a maior parte do primeiro grupo de americanos[115] que foram ao Afeganistão depois do Onze de Setembro.

No início, a lista de pessoas pré-selecionadas como alvos de assassinato dirigido era pequena: as estimativas oscilam entre sete e vinte e poucas pessoas,[116] incluídos Bin Laden e seu segundo homem, Ayman al Zawahiri. E as operações estavam dirigidas basicamente para o Afeganistão. Em 7 de outubro, o presidente Bush lançou oficialmente[117] a operação Liberdade Duradoura (Operation Enduring Freedom, OEF) e as Forças Armadas americanas começaram uma série de ataques aéreos, seguidos de invasão por

terra. Nos primeiros dias da campanha do Afeganistão, o pessoal da CIA e as Forças Especiais trabalharam em conjunto. "Estamos lutando pelos objetivos do contraterrorismo no palco afegão", escreveu o chefe de Operações Especiais Contraterroristas num memorando dirigido ao pessoal da CIA em outubro de 2001.

> E embora visando a grandes objetivos num terreno incerto e esquivo, lutamos também pelo futuro das operações bélicas integradas da CIA/DoD contra o terrorismo no mundo todo. Vamos cometer erros enquanto mapeamos novo território e testamos novas metodologias, mas nossos objetivos são claros e nosso conceito de parceria é sólido.[118]

Na época, a CIA tinha uma capacidade paramilitar muito reduzida,[119] mas como principal órgão encarregado da caça aos culpados dos ataques do Onze de Setembro, podia requisitar forças das Operações Especiais para desempenhar suas missões.

Rumsfeld não tinha interesse em servir de equipe de apoio à CIA, e a crescente projeção que a Agência vinha ganhando na guerra que se desenrolava não caiu bem para o secretário de Defesa, que não podia fazer nada além de zombar do governo Clinton. Ele, Cheney e seus aliados neoconservadores achavam que a CIA tinha se tornado um pálido reflexo liberal do que fora no passado. A ação secreta, pensavam, tinha sido interrompida por advogados e por uma intromissão desnecessária da fiscalização por parte do Congresso, o que atrapalharia aquilo que eles viam como operações de vida ou morte que deviam ser executadas em sigilo. Embora Cofer Black tivesse o mesmo ardor de Rumsfeld no que diz respeito a matar "terroristas", isso não bastava. Rumsfeld não queria nada com os burocratas fiscalizadores da CIA e não queria ter suas forças sob o controle da Agência. Cheney deixou claro que naquele governo os advogados da CIA e as comissões parlamentares não seriam vistos como defensores da lei ou parte de um sistema necessário de controles. Como Rumsfeld gostava de dizer, tais instituições eram um estorvo para "a iniciativa de luta contra os terroristas". Os advogados seriam consultados para dar sua chancela a políticas secretas, e

somente alguns membros selecionados do Congresso seriam ouvidos. Os briefings ao Congresso, inclusive aqueles de pleno acesso obrigatório à "Gangue dos Oito" — a elite dos membros da Câmara e do Senado que era historicamente informada das operações da Inteligência relacionadas a ações secretas — seriam censurados e redigidos internamente na Casa Branca, o que significa que os legisladores receberiam uma versão asséptica dos fatos.

Nos meses que se seguiram ao Onze de Setembro, Cheney, Rumsfeld e suas equipes empreenderam diversas iniciativas importantes que visavam garantir que nenhuma burocracia atravessaria seu caminho quanto aos planos de usar as forças americanas mais sinistras sem controle externo. Cheney queria dissuadir a CIA da ideia de que ela tinha algum tipo de independência. Em vez de ser o principal verificador de dados e mecanismo de Inteligência do presidente, a CIA, em seu novo papel, poria em prática políticas predeterminadas. Cheney queria eliminar os exames interagências das ações letais propostas, como tinha sido praxe na era Clinton. Logo depois do Onze de Setembro, a Casa Branca reuniu um grupo de advogados dos altos escalões do governo cuja missão seria justificar legalmente a tortura, o sequestro e o assassinato. O grupo, que se autodenominou "Conselho de Guerra",[120] era liderado por David Addington, assessor jurídico e conselheiro de longa data de Cheney e seu colaborador no "relatório minoritário"[121] defendendo a operação Irã-contras. Também faziam parte do grupo[122] o assessor jurídico da Casa Branca Alberto González e seu adjunto, Tim Flanigan; o chefe da área jurídica do Pentágono, William Haynes; e o vice-procurador-geral adjunto John Yoo. O Conselho de Guerra excluiu deliberadamente[123] o chefe da área jurídica do Departamento de Estado e outros advogados das Forças Armadas e do Departamento de Justiça que historicamente eram incluídos no exame legal das estruturas de combate ao terrorismo. Esse ponto estava claro: o grupo fora criado para produzir a justificativa legal de táticas empregadas numa guerra suja e secreta, e não para avaliar independentemente a legalidade dessas táticas.

Para travar sua guerra global, a Casa Branca fez amplo uso das táticas que Cheney vinha defendendo havia muito. Seria fundamental para sua campanha do "lado negro" o uso de autorizações presidenciais que, por sua natureza, limitariam muito qualquer fiscalização pelo Congresso. Segundo a Lei de Segurança Nacional de 1947, exige-se que o presidente emita uma autorização antes de qualquer ação secreta. A lei determina que a ação deve estar de acordo com a lei e a Constituição do país.[124] A autorização presidencial assinada por Bush em 17 de setembro de 2001 foi usada para criar um programa secreto altamente confidencial cujo nome em código era Greystone[125] ou GST, como se mencionava nos documentos internos, para servir de guarda-chuva[126] sob o qual muitas das atividades mais clandestinas e legalmente discutíveis seriam autorizadas e postas em prática nos primeiros dias da Guerra Global contra o Terror (Global War on Terrorism, GWOT). Baseava-se na interpretação do governo sobre a AUMF aprovada pelo Congresso, que declarava alvo legítimo qualquer suspeito de ligação com a Al-Qaeda, em qualquer parte do mundo. Com efeito, a autorização presidencial declarava legais e previamente autorizadas todas as ações secretas, o que, segundo os críticos, violava o espírito da Lei de Segurança Nacional. Com o GST, foi criada uma série de programas compartimentalizados[127] que, juntos, constituíam efetivamente uma operação global de assassinato e sequestro. A autorização para assassinatos dirigidos foi radicalmente simplificada. Essas operações já não precisavam da aprovação direta do presidente caso a caso. Black, chefe do CTC, agora podia ordenar diretamente os ataques.[128]

O dia em que Bush assinou o memorando de notificação que autorizava, entre outras iniciativas, o programa de Alvos de Grande Valor, o corpo de funcionários do CTC e "congêneres estrangeiros selecionados" foram informados sobre isso em Washington, DC. "Cofer [Black] apresentou uma nova autorização presidencial que amplia nossas opções[129] para tratar dos alvos terroristas — uma das poucas vezes que uma coisa assim aconteceu desde que a CIA foi proibida oficialmente de praticar assassinatos, em 1976", lembra Tyler Drumheller, antigo chefe das operações clandestinas da CIA na

Europa. "Estava claro que o governo via aquilo como uma guerra que seria travada, em grande parte, por efetivos da Inteligência. Isso exigia uma nova forma de operar." John Rizzo, advogado veterano da CIA que colaborou na redação da autorização, diria mais tarde que "nunca em minha experiência participei ou tive notícia de uma autorização presidencial de tamanha abrangência e tão agressiva. Foi simplesmente extraordinário".[130]

O GST era também veículo das operações de captura conhecidas como transferências internacionais de presos. Com amparo do GST, a CIA começou a se relacionar com órgãos de Inteligência de diversos países para estabelecer acordos[131] que lhe permitisse atuar em seus territórios e criar prisões clandestinas em lugares onde as pessoas pudessem ficar detidas, ser submetidas a interrogatório e mantidas à distância da Cruz Vermelha, do Congresso americano e de qualquer coisa vagamente assemelhada a um sistema judiciário. Esses acordos davam imunidade não só aos funcionários do governo americano como também a terceirizados privados.[132] O governo não queria levar suspeitos de terrorismo a julgamento "porque eles recorreriam a advogados",[133] disse Jose Rodriguez, que na época comandava o Diretório de Operações, responsável por toda a "ação" posta em prática pela agência. "Nosso trabalho, antes de mais nada, é obter informação." Para isso, os interrogadores eram autorizados a usar técnicas hediondas, às vezes medievais, muitas das quais foram aperfeiçoadas pelo estudo das táticas de tortura dos inimigos dos Estados Unidos. Os advogados do Conselho de Guerra emitiram uma série de documentos legais,[134] mais tarde apelidados de "Memorandos da Tortura" pelas organizações defensoras dos direitos humanos e das liberdades civis, que procuravam racionalizar essas táticas como sendo necessárias e diferentes da tortura. "Precisamos levar todos os integrantes do governo a agir como homens[135] e nos dar as autorizações necessárias", lembrou Rodriguez, que, com Black, se tornaria um dos principais arquitetos da política da tortura. "Eu já tinha tido, na Agência, uma porção de experiências em que tivemos de assumir a culpa. E não estava

disposto a permitir que isso acontecesse com as pessoas que trabalham para mim."

A CIA começou a manter prisioneiros em segredo no Afeganistão em dependências do campo de pouso de Bagram, que tinha sido confiscado pelas forças americanas. No início, tratava-se de uma operação localizada, com prisioneiros amontoados em contêineres de navio. Com o tempo, ela se expandiu para um punhado de outros lugares discretos, entre eles uma prisão subterrânea perto do aeroporto de Cabul e uma velha olaria[136] ao norte da cidade. Funcionando como uma subestação da CIA, a olaria, que se tornou conhecida como Salt Pit[137] [salina], seria usada para manter prisioneiros, inclusive aqueles que tinham sido capturados em outros países e levados para o Afeganistão. Os funcionários da CIA que trabalharam em contraterrorismo desde os primeiros dias depois do Onze de Setembro dizem que a ideia de uma rede de prisões secretas no mundo todo não era inicialmente um plano de grandes proporções, formando-se[138] à medida que as operações se tornavam mais abrangentes. A princípio, a CIA cogitou em usar navios e ilhas remotas — como as ilhotas desabitadas que salpicam o lago Kariba[139] em Zâmbia — como possíveis locais de detenção nos quais pudessem interrogar suspeitos de ligação com a Al-Qaeda. No fim das contas, a CIA construiu sua própria rede de prisões clandestinas em pelo menos oito países, entre eles Tailândia, Polônia, Romênia, Mauritânia, Lituânia e na ilha de Diego Garcia, no oceano Índico. No início, porém, por carecer de prisões secretas próprias, a Agência começou a enviar os suspeitos[140] para o Egito, Marrocos e Jordânia para interrogatório. Usando os serviços de Inteligência de outros países, podiam torturar livremente[141] os prisioneiros sem as incômodas averiguações do Congresso.

Nos primeiros momentos do programa GST, o governo Bush enfrentou pouca resistência do Senado e da Câmara. Democratas e republicanos davam imenso espaço ao governo para travar sua guerra secreta. Por sua parte, a Casa Branca às vezes se negava a informar detalhes[142] de suas operações secretas às comissões parlamentares de fiscalização, mas pouco se protestava

contra essa reserva. O governo tomou também a decisão unilateral de reduzir a Gangue dos Oito[143] a apenas quatro membros: os presidentes de ambas as câmaras legislativas e os presidentes das comissões de Inteligência da Câmara e do Senado. Esses congressistas ficaram proibidos de discutir as informações recebidas com quem quer que fosse. Na prática, isso queria dizer que o Congresso não tinha controle algum sobre o programa GST. Era exatamente o que Cheney queria.

O governo Bush não foi o criador do programa de transferência internacional de presos da CIA. Ele teve início no governo Clinton, em meados da década de 1990, quando foi assinada uma resolução presidencial[144] que autorizava a CIA e as Forças de Operações Especiais, juntamente com o FBI, a capturar suspeitos de terrorismo no mundo inteiro sem respeitar tratados bilaterais de extradição ou convenções internacionais. A resolução de Clinton também permitia que funcionários do governo americano enviassem suspeitos de terrorismo para o Egito,[145] onde, bem longe das leis americanas e dos direitos dos presos, eles podiam ser interrogados por agentes da mukhabarat (polícia secreta) que não estavam sujeitos às restrições americanas sobre a tortura. O programa exigia autorização direta[146] para cada operação de captura. No governo Clinton, foram efetuadas mais de setenta transferências.[147] Em alguns casos, aviões americanos pousavam nos países e levavam os presos de volta aos Estados Unidos para julgamento. Entre as transferências internacionais de presos de maior destaque estavam a de Mir Aimal Kasi,[148] paquistanês que baleou e matou dois funcionários da CIA diante do quartel-general da Agência em 1993 e foi recambiado do Paquistão em 1997; a de Ramzi Yousef,[149] o cérebro do atentado a bomba contra o World Trade Center em 1993; a de Wali Khan Amin Shah,[150] que planejou explodir numerosos aviões americanos ao mesmo tempo em 1995; e a de Tsutomu Shirosaki,[151] membro do Exército Vermelho japonês, que praticou um atentado a bomba contra a embaixada americana em Jacarta e acabou capturado em 1996. Todas essas transferências se fizeram

sob o amparo de mandados de juízes americanos e terminaram com julgamentos civis. No entanto, em casos em que os Estados Unidos preferiram a Inteligência à justiça, os presos foram levados a terceiros países onde não teriam direitos legais. Em 1998, o Congresso aprovou uma lei pela qual se instituía que

> a política dos Estados Unidos não contempla expulsão, extradição[152] ou qualquer outra forma de retorno involuntário de uma pessoa a um país em que haja indícios consistentes de que essa pessoa correrá risco de ser submetida a tortura, independentemente de sua presença física nos Estados Unidos.

As diretrizes presidenciais de Bush depois do Onze de Setembro jogaram essas preocupações pela janela, e a CIA intensificou o uso daquilo que os defensores dos direitos humanos passaram a chamar de "táxis de tortura".

No fim de 2001, quando o novo programa de morte/captura começava a funcionar a pleno vapor, o número três da CIA na época, Buzzy Krongard, declarou que a "guerra contra o terror" seria "vencida em grande parte[153] por forças que não são conhecidas, em ações que não serão vistas e com métodos sobre os quais é melhor não querer saber". Um funcionário americano diretamente envolvido no translado de presos declarou ao *Washington Post*: "Não metemos o cacete[154] neles. Mandamos eles para outros países para que metam o cacete neles lá". Outro funcionário que supervisionou a captura e a transferência de prisioneiros disse ao jornal que "se você não violar os direitos humanos de alguém em algum momento, provavelmente não conseguirá cumprir sua tarefa"[155] e acrescentou: "Não acho conveniente promover a ideia de tolerância zero nesse assunto. Esse foi o grande problema da CIA durante muito tempo". Cofer Black pôs um ponto final nisso quando falou ao Congresso sobre a nova "flexibilidade operacional" empregada na guerra contra o terror. "Essa é uma área muito confidencial, mas tenho de dizer que tudo o que vocês precisam saber é que houve um antes do Onze de Setembro e um depois do Onze de Setembro", disse Black. "Depois do Onze de Setembro, a coisa desandou."[156]

As primeiras fases do programa de transferência internacional de presos no pós-Onze de Setembro deram início a algo que tornaria uma disputa de muitos anos entre o FBI e a CIA sobre quem assumiria a liderança das investigações no caso dos ataques terroristas. Também trouxeram à tona o pouco apreço da Casa Branca de Bush por qualquer coisa que lembrasse uma abordagem dentro da lei acerca da questão dos responsáveis pelos ataques. Quando o regime talibã se esfacelou e os soldados americanos começaram a ser despejados no Afeganistão, dezenas de quadros operacionais da Al-Qaeda passaram a recuar para a fronteira com o Paquistão. Em novembro, forças paquistanesas[157] prenderam Ibn al-Shaykh al-Libi, instrutor da Al-Qaeda que supostamente comandava o campo de treinamento de Khalden no Afeganistão, onde foram treinados Richard Reid, o futuro "homem da bomba no sapato",[158] e Zacarias Moussaoui, chamado de Vigésimo Sequestrador. Os paquistaneses entregaram Libi a agentes do FBI estacionados na Base Aérea de Bagram para interrogatório. O FBI considerava o prisioneiro uma provável fonte valiosa sobre a Inteligência da Al-Qaeda e uma possível testemunha contra Moussaoui. Jack Cloonan, agente do FBI com base em Nova York, disse a seu pessoal no Afeganistão: "Tratem disso[159] como se estivesse acontecendo exatamente aqui, em meu escritório de Nova York". E acrescentou: "Lembro-me de ter falado com eles por uma linha telefônica segura. Disse a eles: 'Façam um favor a si mesmos, informem o cara sobre seus direitos. Pode estar fora de moda, mas se não o fizermos, isso vai aparecer. Pode levar dez anos, porém se não o fizerem, isso vai atingir vocês e a reputação do Bureau. Façam disso um exemplo brilhante do que achamos certo'". Os interrogadores de Libi disseram que ele foi um colaborador, "sinceramente gentil"[160] e que concordou em dar informações sobre Reid em troca da promessa de proteção para sua família.

No entanto, enquanto o FBI achava que estava fazendo progressos com Libi, quadros operacionais da CIA, por ordem de Cofer Black,[161] irromperam em Bagram e exigiram a custódia do prisioneiro. Os agentes do FBI se opuseram,[162] mas a Casa Branca passou por cima deles. "Você sabe para onde

está indo",[163] disse um dos homens da CIA a Libi ao tirá-lo do FBI. "Antes de você chegar lá, vou achar sua mãe e foder com ela."

A CIA levou Libi para o *USS Bataan*,[164] no mar da Arábia, onde estava também o chamado talibã-americano John Walker Lindh, que tinha sido preso no Afeganistão, e combatentes de outras nacionalidades. Do navio, Libi foi transferido para o Egito, onde foi torturado por agentes egípcios. Seu interrogatório foi focado num objetivo que se tornaria ponto central do programa de transferência e tortura: dar prova de uma relação entre o Iraque[165] e os acontecimentos do Onze de Setembro. Uma vez sob custódia da CIA, Libi foi bombardeado com perguntas que tentavam ligar os ataques e a Al-Qaeda ao Iraque. Mesmo depois que seus interrogadores declararam que tinham quebrado sua resistência e que ele estava "obediente", o gabinete de Cheney interveio diretamente[166] e ordenou que ele continuasse submetido a técnicas aperfeiçoadas de interrogatório. "Depois de um interrogatório realmente pesado[167] — isto é, técnicas aperfeiçoadas e extremadas de interrogatório —, ele admitiu que a Al-Qaeda e Saddam estavam trabalhando em conjunto. Admitiu que eles trabalhavam juntos na produção de WMDs", disse o antigo interrogador do FBI Ali Soufan ao programa *Frontline* da PBS. Mas a Agência de Inteligência de Defesa (Defense Intelligence Agency, DIA) lançou sérias dúvidas sobre as afirmações de Libi, observando, num relatório confidencial, que ele "não dava detalhes"[168] sobre o suposto envolvimento do Iraque e afirmando que "provavelmente esse indivíduo estava enganando deliberadamente" seus interrogadores. Observando ainda que ele tinha "estado sob interrogatório ao longo de várias semanas", a análise da DIA concluiu que Libi poderia estar "descrevendo a seus interrogadores cenários que ele sabia que chamariam a atenção deles". Apesar dessas dúvidas, a "confissão" de Libi foi entregue ao secretário de Estado Colin Powell[169] para que a usasse na apresentação fraudulenta sobre a Guerra do Iraque feita pelo governo americano ante as Nações Unidas. Em seu discurso, Powell diria que "posso trazer-lhes o caso[170] de um ativo e experiente terrorista que diz que o Iraque dava treinamento à Al-Qaeda para o uso dessas armas". Mais tarde,

depois que essas afirmações se comprovaram falsas, Libi reconheceu, segundo Soufan, que tinha mentido. "Eu disse o que vocês queriam ouvir",[171] contou. "Queria parar com a tortura. Disse alguma coisa que vocês queriam ouvir."

O modelo que desde o início começou a se firmar com o programa de transferência e interrogatório centrava-se em dois objetivos principais: desmantelar a rede da Al-Qaeda para evitar novos ataques e servir de apoio para uma invasão do Iraque. Na busca desses objetivos, nenhuma opção ou tática seriam deixadas de fora. Enquanto o Departamento de Estado advertia para o perigo de uma declaração de guerra global mal planejada e pressionava a favor de uma resposta restrita e dentro da lei ao Onze de Setembro, Cheney começou a traçar planos para ambiciosas operações globais de sequestros e assassinatos em que inicialmente certos elementos da CIA desempenhariam papéis de liderança. Cheney, segundo antigos altos funcionários da CIA e do Departamento de Estado, começou de fato a dirigir uma caçada humana global[172] usando uma mistura de Forças de Operações Especiais e quadros operacionais da Divisão de Atividades Especiais (Special Activities Division, SAD) da CIA, o braço paramilitar da Agência. Esses ex-funcionários comentaram que tais operações ocorriam numa cultura em que embaixadores, comandantes das Forças Armadas americanas convencionais e até mesmo chefes de postos da CIA no estrangeiro eram mantidos na ignorância a respeito de operações secretas ou clandestinas. Para executar o programa, Cheney se valeu da brecha obscura na lei americana e nas prerrogativas de comando que se interpõe entre a jurisdição da CIA e a das Forças Armadas.

Em novembro de 2001, Cheney convocou uma reunião[173] na Casa Branca para dar os retoques finais numa resolução presidencial, redigida por Addington e outros juristas, que determinava de que forma os prisioneiros capturados no exterior seriam julgados. Como de hábito, os advogados do Conselho de Guerra foram convidados para a reunião, que, no entanto, excluiu altos funcionários do Departamento de Estado e do Conselho de Segurança Nacional (National Security Council, NSC). Powell e a assessoria jurídica do Departamento de Estado tinham dito ao presidente Bush[174] que

em sua opinião, pelas Convenções de Genebra, os presos do Talibã e da Al-Qaeda tinham direito a proteção legal e tratamento humano sob custódia do inimigo. Advertiram ainda que se não oferecessem essa proteção aos inimigos, poriam em perigo a vida[175] de soldados americanos que caíssem prisioneiros nessa guerra. Em 7 de fevereiro de 2002, o presidente Bush tomou uma decisão. Assinou outra resolução presidencial, baseada na suposição de que as Convenções de Genebra eram "singulares" e não se aplicavam a militantes do Talibã e da Al-Qaeda aprisionados pelos Estados Unidos. A resolução foi assinada logo depois que o governo Bush começou a mandar prisioneiros capturados no Afeganistão e em outros países para a prisão militar de Guantánamo, em Cuba.

Embora o Congresso estivesse desatento quanto a suas responsabilidades de fiscalização desde o começo da guerra contra o terror, o governo sabia que isso não ia durar. No início de 2002, já se levantavam algumas vozes na Colina do Capitólio exigindo informações da CIA e do governo sobre as táticas empregadas pela Agência na perseguição a suspeitos. É provável que os detalhes sobre como funcionavam essas operações do "Programa Cheney" no período imediatamente seguinte[176] ao Onze de Setembro e sobre quem de fato as executava nunca venham a ser revelados. "Deliberadamente, mantivemos o círculo de pessoas informadas sobre a localização das prisões clandestinas restrito a poucas pessoas. Não dissemos nada ao FBI",[177] lembra Rodriguez, o funcionário da CIA que coordenou a construção e o uso das prisões clandestinas. "Muita gente, mesmo que ocupasse os mais altos postos de segurança, deixou de ser informada. Até onde sei, a localização das prisões clandestinas não era conhecida nem mesmo pelo presidente." Rodriguez disse ainda que não se tratava de desconfiança em relação àqueles altos funcionários mantidos de fora do círculo de informados, "mas eles simplesmente não precisavam saber".

As estratégias que alimentaram a escalada dessa força se tornariam modelo para um programa secreto que Rumsfeld criaria no Pentágono. Rumsfeld notava que a CIA se tornava o macho alfa do GWOT sob o comando de Cheney.

Decidiu então levar o Pentágono a romper com o que ele chamava "dependência quase total da CIA"[178] e erguer uma cortina de ferro em torno das atividades mais delicadas dos principais combatentes de elite dos Estados Unidos. Esse projeto foi idealizado como uma operação de Inteligência paralela à CIA, mas também como a mais eficiente máquina de morte e captura que o mundo já vira — que, por sua própria natureza, não se reportaria a ninguém além do presidente e de seu círculo mais chegado.

2. Anwar Awlaki: uma história americana

ESTADOS UNIDOS E IÊMEN, 1971-2002 — O mundo era um lugar diferente quando George W. Bush fazia campanha para a presidência, em 2000. O dia 11 de setembro não tinha nenhum significado especial para os americanos, e Osama bin Laden não estava no centro das atenções das Forças Armadas e da máquina de Inteligência dos Estados Unidos. Para muitos árabes e muçulmanos, a era Clinton tinha resultado em esperanças desfeitas de que a questão palestina fosse negociada a favor deles. Muitos muçulmanos americanos viam Bush, e não o vice-presidente de Clinton, Al Gore, como sua esperança[1] para a eleição presidencial de 2000. Mas não se tratava apenas da Palestina. Muitos muçulmanos partilhavam valores sociais conservadores com cristãos evangélicos como Bush em questões referentes a casamento, direitos dos homossexuais e aborto. Um desses muçulmanos americanos era um jovem imã do Novo México chamado Anwar al-Awlaki. "Sim, discordamos numa porção de pontos quando se trata da política externa dos Estados Unidos", disse Awlaki em 2001. "Somos conservadores quando se trata de valores de família. Somos contra a decadência moral que estamos vendo na sociedade. Mas também apreciamos muitos dos valores dos Estados Unidos. A liberdade é um deles;[2] a oportunidade é outro."

Em muitos aspectos, a história de Awlaki era a história clássica de pessoas de uma terra distante que buscavam uma vida melhor nos Estados Unidos. Seu pai, Nasser Awlaki, foi um brilhante estudante do Iêmen que chegou aos Estados Unidos em 1966 com uma bolsa da Fundação Fulbright[3] para estudar

economia agrícola na Universidade Estadual do Novo México. "Eu lia muito sobre os Estados Unidos quando tinha apenas quinze anos", lembra Nasser.

> Minha impressão sobre o país, quando eu era ainda um menino na escola elementar e até os últimos anos do ensino médio, era de que os Estados Unidos eram um país de democracia e a terra das oportunidades. Ansiava o tempo todo por estudar nos Estados Unidos da América.[4]

Ao chegar, Nasser foi primeiro para Lawrence, Kansas, a fim de estudar inglês e depois dirigiu-se para o Novo México. "Eu queria conhecer essa gente do Novo Mundo[5] que tinha construído uma das nações mais avançadas que já se viu", declarou ele num ensaio de apresentação a seus colegas de classe nos Estados Unidos. Nasser escreveu que queria estudar "para ajudar meu povo a se tornar mais progressista e avançado". Ele tinha se casado logo depois de terminar o ensino médio, mas não pôde trazer Saleha para viver com ele nos Estados Unidos com a bolsa de 167 dólares por mês. "Como eu queria muito trazer minha mulher, concluí o bacharelado em agricultura em apenas dois anos e nove meses", contou ele quando nos conhecemos em sua casa grande e moderna em Sana'a, capital do Iêmen, em dezembro de 2011. Depois de se formar, Nasser voltou ao Iêmen, conseguiu um visto para a mulher e voltou a Las Cruces, Novo México, onde fez mestrado. Em 22 de abril de 1971,[6] nasceu o filho deles, Anwar. "Naquele tempo, era hábito distribuir charutos aos colegas da faculdade", disse ele, rindo. "Estava escrito no charuto: 'É um menino'. O dia em que Anwar nasceu foi inacreditável para mim. No Hospital Memorial de Las Cruces."

Nasser queria criar Anwar como americano, não apenas na nacionalidade, mas no caráter. Em 1971, quando a família se mudou para que Nasser fizesse o doutorado na Universidade de Nebraska, eles inscreveram o pequeno Anwar nas aulas de natação da sede local da Associação Cristã de Moços. "Ele já nadava de verdade com dois anos e meio", lembrou Nasser. "E era muito bom naquilo." Na sala de estar de sua casa em Sana'a, Nasser pegou o álbum da família e me mostrou fotos do pequeno Anwar, acomodado sobre um tapete, num retrato posado feito num shopping center. Finalmente, a família se

instalou em St. Paul, Nasser conseguiu emprego na Universidade de Minnesota[7] e matriculou Anwar na Escola Elementar Chelsea Heights. "Ele era um menino americano", disse Nasser, mostrando uma foto de Anwar em sala de aula. Anwar, de cabelos compridos e esvoaçantes, está sorrindo e apontando para o Iêmen num globo terrestre. Outra foto de família mostra o adolescente magrelo de óculos escuros e boné de beisebol na Disneylândia. "Anwar foi realmente criado como qualquer outro menino americano, gostava de esportes e se dava muito bem na escola. Era muito bom aluno e praticava todo tipo de esporte."

Em 1977, Nasser decidiu mudar-se com a família para o Iêmen — não sabia por quanto tempo. Acreditava que tinha o dever de usar sua formação americana para ajudar o paupérrimo país de origem. Queria que Anwar voltasse um dia aos Estados Unidos para cursar a universidade, mas achava que seria bom para o menino conhecer a terra natal da família. Assim, no último dia de 1977, a família voltou para Sana'a. Anwar, aos seis anos, mal falava árabe, mas aprendeu rapidamente. Chegou a ser o quarto de sua classe no fim de seu primeiro semestre em Sana'a, e em um ano falava com facilidade. Nasser e alguns de seus colegas acabaram abrindo uma escola particular que ensinava tanto em inglês quanto em árabe. Anwar esteve na primeira turma, junto com Ahmed Ali Abdullah Saleh, filho do presidente do Iêmen. Os dois seriam colegas de classe durante oito anos. Ahmed Ali se transformaria num dos homens mais temidos do Iêmen, líder da Guarda Republicana. Anwar, por sua vez, começou um curso para seguir os passos do pai na área acadêmica.

Anwar passaria os doze anos seguintes no Iêmen, época em que seu pai se tornaria mais chegado a seus amigos americanos em Sana'a. Nasser e diversos outros iemenitas formados nos Estados Unidos ou no Reino Unido trabalhavam com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (US Agency for International Development, USAID) e fundaram uma faculdade de agronomia com uma verba de 15 milhões de dólares oferecida pelos Estados Unidos. Em 1988, Nasser foi nomeado ministro da

Agricultura. Depois que Anwar completou os estudos secundários, um colega de Nasser na USAID prontificou-se a ajudar a encontrar uma boa faculdade para Anwar nos Estados Unidos. Nasser queria que o filho estudasse "engenharia civil, com ênfase em hidráulica e no problema dos recursos hídricos do Iêmen. Porque o Iêmen sofre muito com a escassez de água". Seu colega da USAID sugeriu a Universidade Estadual do Colorado (CSU) e ajudou Anwar a conseguir uma bolsa do governo dos Estados Unidos. Para isso, Anwar precisaria ter passaporte iemenita. "Naquela época, eu era apenas um professor universitário como qualquer outro e não tinha recursos para custear os estudos de meu filho nos Estados Unidos", lembrou Nasser. "Foi aí que o diretor americano da USAID me disse que seria fácil se Anwar tivesse passaporte iemenita, cumprindo assim os requisitos para ganhar uma bolsa. Então conseguimos o passaporte para ele." As autoridades iemenitas deram-lhe a cidade de Áden como lugar de nascimento. Mais tarde, isso causaria problemas para Anwar.

Anwar pousou no aeroporto de O'Hare,[8] em Chicago, em 3 de junho de 1990, e de lá dirigiu-se para Fort Collins, Colorado, para estudar engenharia civil.[9] "Seu sonho de juventude era terminar os estudos [nos Estados Unidos] e voltar para servir o Iêmen", disse Nasser. Durante o primeiro ano de Anwar na universidade, os Estados Unidos desencadearam a Guerra do Golfo contra o Iraque. Nasser recorda uma ligação telefônica que recebeu de Anwar quando as bombas americanas começavam a cair sobre Bagdá. Ele estava assistindo à transmissão de Peter Arnett, o famoso correspondente da CNN, que falava da capital iraquiana.

> Pela CNN ele viu fotos que mostravam um blecaute completo em Bagdá. Então Anwar pensou que a cidade estivesse mesmo completamente destruída. Bagdá tem um grande significado cultural para os muçulmanos, por ter sido a sede da dinastia abássida. Por isso, ele ficou bastante desapontado com o que acontecera. Nesse momento, começou a se preocupar seriamente com os problemas muçulmanos em geral.

Anwar admitiu que, ao chegar aos Estados Unidos para cursar a faculdade, não era bem um muçulmano praticante,[10] mas, depois de começada a Guerra do Golfo, tornou-se mais politizado e acabou liderando a Associação de Estudantes Muçulmanos[11] no campus. Interessou-se também pela guerra no Afeganistão e viajou para esse país nas férias de inverno de 1992. Os mujahedin, apoiados pelos Estados Unidos, tinham expulsado os ocupantes soviéticos em 1989, mas o Afeganistão continuava mergulhado na guerra civil e se tornara destino de muitos jovens muçulmanos, entre eles um número surpreendente de iemenitas, com o intuito de explorar uma frente da jihad. "Veio a invasão do Kuwait, seguida da Guerra do Golfo. Foi então que comecei a levar minha religião mais a sério", diria Anwar mais tarde.

> Tomei a iniciativa de ir ao Afeganistão para lutar. Passei um inverno lá e voltei com a intenção de encerrar minha permanência nos Estados Unidos e partir para o Afeganistão para sempre. Planejava voltar no verão, mas Cabul foi libertada pelos mujahedin, vi que a guerra tinha acabado e acabei ficando nos Estados Unidos.[12]

As notas de Anwar na faculdade começaram a despencar[13] à medida que ele investia mais em política e religião. Mais tarde, ele afirmaria que perdeu a bolsa de estudos[14] por causa de sua militância. "A notícia chegou a mim por meio de um contato na embaixada americana em Sana'a. Eles estavam recebendo relatórios sobre minhas atividades islâmicas no campus e sabiam que eu tinha ido ao Afeganistão, e essa foi a única razão para cortarem minha bolsa", disse. Em retrospecto, esse momento parece ter sido decisivo na trajetória de Anwar. Tinha surgido uma faísca que, combinada com os acontecimentos que sobrevieram, alterou seu caminho. Anos mais tarde, Anwar dizia que a bolsa que tinha recebido era parte de um complô do governo dos Estados Unidos com a intenção de recrutar estudantes do mundo todo para serem agentes do país. "O governo americano, por intermédio de seus programas de bolsas para estudantes estrangeiros, criou em seu favor um conjunto de quadros no mundo todo. Entre eles há líderes em todas as áreas:

chefes de Estado, políticos, empresários, cientistas etc. Todos eles têm algo em comum: foram sem exceção alunos de universidades americanas", escreveu ele. "Esses programas ajudaram o país a reforçar seu poder no mundo e disseminar seu controle. A maneira como os Estados Unidos estão administrando um império sem chamá-lo de império é uma das grandes inovações de nosso tempo." Ele falava de si próprio como uma pessoa incomum que resistiu a esse desígnio imperial. "O projeto de me tornar um dos milhares de homens e mulheres no mundo inteiro que devem lealdade aos Estados Unidos não funcionou. Eu já não servia para o papel. Eu agora era um fundamentalista!"[15]

Os membros da família Awlaki não se consideram especialmente religiosos, apenas bons muçulmanos que rezam cinco vezes ao dia e tentam levar a vida de acordo com o Alcorão. A religião não era totalmente sem importância, mas para os Awlaki a identidade tribal vinha em primeiro lugar. Eles eram também pessoas modernas que se relacionavam com diplomatas e empresários de vários países. Quando estava se politizando, Anwar frequentava uma mesquita perto da universidade no Colorado, e o imã local pediu-lhe que fizesse o sermão[16] de uma sexta-feira. Anwar concordou e percebeu que tinha dom para falar em público. Começou a pensar que talvez sua verdadeira vocação fosse a oração, não a engenharia. "Ele era uma pessoa muito promissora.[17] E esperávamos que tivesse um grande futuro", lembra o tio de Anwar, o xeque Saleh bin Fareed, um rico empresário e líder da tribo aulaq no Iêmen. "Acho que Anwar nasceu para ser líder. Estava no sangue dele e em sua cabeça."

Anwar se formou pela Universidade Estadual do Colorado[18] em 1994 e decidiu permanecer no estado. Casou-se com uma prima do Iêmen e arrumou trabalho como imã na Sociedade Islâmica de Denver.[19] Nasser contou que Anwar nunca tinha falado em tornar-se imã quando viajou para os Estados Unidos, mas que se encaminhou para isso depois que lhe pediram algumas vezes para pregar. "Ele achou que essa seria uma área em que poderia ser útil e fazer alguma coisa. Acho que começou por acaso. Mas suponho que depois ele passou a gostar daquilo, e então decidiu se afastar da engenharia como

profissão" para abraçar a missão de pregar o Islã. Anwar interessou-se pelos escritos e discursos de Malcom X[20] e passou a se preocupar com o drama da comunidade afro-americana. Em Denver, "começou a pensar sobre os problemas sociais dos Estados Unidos, conheceu muitos negros e ia visitá-los em prisões, tentava ajudá-los", disse Nasser. "Por isso, envolveu-se mais a fundo com os problemas sociais do país, referentes a muçulmanos e outras minorias." Falando de Awlaki, um membro da mesquita de Denver disse que "ele conseguia falar diretamente com as pessoas — olhando nos olhos delas. Ele tinha essa magia".[21] Um ancião da mesquita de Awlaki em Denver revelou ao *New York Times* que teve uma briga com o imã porque ele aconselhara um jovem fiel saudita a aderir à jihad na Tchechênia contra a Rússia. "Ele tinha o dom da palavra",[22] disse o ancião. "Mas eu lhe disse: não fale de jihad com minha gente."

Em 13 de setembro de 1995,[23] a mulher de Anwar deu à luz seu primeiro filho, um menino chamado Abdulrahman. Um ano depois, em 1996, Anwar mudou-se com a família para San Diego, Califórnia, e tornou-se imã da Masjid al Ribat al Islami.[24] Também começou um mestrado em liderança educacional[25] na Universidade Estadual de San Diego. No fim da década de 1990, quando os Estados Unidos estavam na expectativa da eleição presidencial de 2000, Nasser viajou para lá para um tratamento médico e visitou o filho em San Diego. Nasser mostrou-me uma foto de Anwar de barba, num barco, segurando um grande peixe que tinha fisgado. "Ele já era um imã, com a barba grande e tudo, você sabe", lembrou Nasser, sorrindo ao ver o retrato do filho, que usava uma camiseta amarela com o logo de uma organização islâmica local e um boné de beisebol. Um antigo vizinho de Awlaki em San Diego, Lincoln Higgie III, falou dele como "muito dado e alegre",[26] com uma esposa muito "recatada" e um filho "adorável". "Ele gostava de pescar atum",[27] lembrou Higgie, "de vez em quando me trazia alguns filés preparados pela mulher dele."

Enquanto esteve de visita ao filho, Nasser frequentou as orações das sextas-feiras e assistiu às prédicas de Anwar. "Era uma mesquita normal. Tinha

capacidade para cerca de quatrocentas pessoas, os que vinham eram, em sua maior parte, muçulmanos normais: engenheiros, médicos, donos de restaurante e coisas assim. De todo o mundo muçulmano, do mundo árabe", recordou Nasser. "Eu costumava ouvir os sermões dele. Na verdade, naquela época, ele estava pedindo aos muçulmanos que participassem do processo democrático nos Estados Unidos de forma encorajadora — na verdade, durante a campanha presidencial de Bush filho em 2000, ele achava que os republicanos conservadores seriam melhores que os democratas liberais e incentivou os muçulmanos a votar em Bush. Dizia que era porque ele era contra o aborto e coisas assim. Eram observações coerentes com a tradição muçulmana", lembrou Nasser. "Ele era bastante ativo na comunidade muçulmana e nunca tolerou violências. Era muito pacífico nos Estados Unidos. Tudo o que fazia, na verdade, era representar o Islã da melhor forma possível."

Em 1999, Anwar teve seu primeiro atrito com o FBI.[28] Ficou visado pelo Bureau por causa de um suposto contato com Ziyad Khaleel, um afiliado à Al-Qaeda que, segundo a Inteligência americana, teria comprado uma bateria para o telefone via satélite de Bin Laden. Também havia recebido a visita de um colega de Omar Abdel Rahman, o "xeque cego",[29] acusado de participar do ataque a bomba contra o World Trade Center em 1993. A investigação de 1999 teria descoberto outros vínculos que o FBI achou significativos, como a ligação com a Fundação Terra Santa,[30] instituição muçulmana de caridade acusada de levantar fundos para entidades palestinas de benemerência ligadas ao Hamas, organização considerada terrorista pelo Departamento de Estado americano. Durante os dois anos de sua permanência em San Diego, segundo dados fiscais levantados pelo FBI, Awlaki foi vice-presidente de outra organização, a Sociedade Beneficente para o Bem-estar Social (Charitable Society for Social Welfare, CSSW).[31] Segundo um agente do FBI, tratava-se de uma "organização de fachada[32] que levantava fundos para terroristas". Embora nunca tenha havido acusações contra a CSSW, promotores federais classificaram-na como subsidiária de uma organização maior fundada por

Abdul Majeed al-Zindani,[33] conhecido iemenita supostamente ligado à Al-Qaeda. No entanto, de acordo com essa lógica, o Departamento de Trabalho dos Estados Unidos[34] também seria culpado de associação ilícita por ter financiado projetos de milhões de dólares da CSSW entre 2004 e 2008. A família de Anwar rejeita a sugestão de que ele estivesse levantando dinheiro para grupos terroristas e insiste em que trabalhava em prol dos órfãos[35] do Iêmen e outros países do mundo árabe. A investigação americana sobre Anwar foi encerrada por falta de provas. Em março de 2000, o FBI concluiu que Awlaki "não preenche as condições para prosseguimento da investigação".[36] Mas não seria essa a última vez que o FBI se interessaria por Anwar.

Dois homens[37] que frequentavam a mesquita de Anwar em San Diego, Khalid al-Mihdhar e Nawaf al-Hazmi,[38] em breve estariam entre os dezenove sequestradores de aviões que cometeram os atentados do Onze de Setembro. Quando Anwar se mudou com a família para Falls Church, Virgínia, Hazmi frequentou também a mesquita de lá. Depois do Onze de Setembro, investigadores americanos acusariam Anwar de ser "conselheiro espiritual"[39] de Hazmi. Nasser me contou que perguntou ao filho sobre suas ligações com Hazmi e Mihdhar, e soube que Anwar tinha um relacionamento esporádico e estritamente religioso com esses homens. "Eu mesmo perguntei a ele. Ele respondeu: 'Eles rezam na mesquita como qualquer outra pessoa, e os vejo casualmente",' afirmou Nasser, perguntando:

> Por que motivo deste mundo você acha que a Al-Qaeda teria confiança em Anwar para lhe contar a respeito da coisa mais importante para a qual eles estavam se preparando? É inverossímil, porque ele não tinha laços de nenhum tipo com grupos como aquele. Tenho certeza. Estou completamente seguro disso.

A julgar pelos sermões de Anwar dessa época, não há nenhum indício de que ele tivesse alguma afinidade com a Al-Qaeda. Em 2000, Anwar começou a gravá-los em CD[40] e vendê-los em caixas. Os sermões eram extremamente populares[41] entre os muçulmanos dos Estados Unidos e de outros países do mundo anglófono. Ele gravou ao todo mais de cem CDs,[42] a maior parte deles

contendo palestras sobre a vida do profeta Maomé, de Jesus e de Moisés, assim como teorias sobre o além. Como disse o *New York Times*, "as gravações parecem isentas de radicalismo óbvio".[43] Começaram a aparecer convites regulares para que Anwar falasse em mesquitas e centros islâmicos em todos os Estados Unidos e no exterior. "Eu estava muito contente[44] com ele", disse Abu Muntasir, membro fundador de um grupo do Reino Unidos chamado JIMAS (acrônimo do nome árabe da Associação para o Reavivamento do Caminho do Mensageiro) que hospedou Awlaki diversas vezes. "Ele preencheu uma lacuna para os muçulmanos ocidentais que buscavam uma expressão da religião diferente do Islã da geração de seus pais, com a qual eles tinham dificuldade de se entender."

Apesar da natureza apolítica de sua prédica, Anwar mais tarde diria que agentes da Inteligência americana tinham enviado "espiões"[45] a sua mesquita de San Diego para colher informações sobre suas atividades. "Não havia nada acontecendo na mesquita que pudesse se enquadrar na vasta categoria do que hoje chamamos de terrorismo, no entanto, é minha firme convicção de que o governo, por alguma razão, estava tentando com insistência plantar espiões na mesquita", acusou ele.

Há outro mistério referente aos primeiros embates de Anwar com o FBI que talvez nunca seja esclarecido. Quando era imã em San Diego, Anwar foi preso duas vezes,[46] acusado de usar os serviços de prostitutas. No primeiro caso, ele assumiu a culpa para levar uma multa menor e pagou quatrocentos dólares. No outro, foi multado em 240 dólares e sentenciado a três anos de liberdade vigiada e a duas semanas de prestação de serviços comunitários. Essas prisões seriam usadas mais tarde para mostrar Anwar como um hipócrita, mas o pregador tinha outra explicação: o governo americano estava tentando chantageá-lo para que ele se tornasse um informante. Contou que em 1996 estava parado com sua minivan num sinal vermelho quando aproximou-se do veículo uma mulher de meia-idade, batendo na janela do passageiro. "Abri o vidro, e antes que ela, ou eu, pudesse dizer uma palavra, fui cercado por policiais[47] que me fizeram descer do veículo e me algemaram", lembrou ele.

"Fui acusado de procurar os serviços de uma prostituta e depois me soltaram. Eles fizeram questão de deixar claro para mim, sem lugar para dúvida, que a mulher era uma policial disfarçada. Eu não sabia o que pensar sobre o incidente." Então, poucos dias depois, ele recebeu a visita de dois homens que se identificaram como agentes federais e disseram que queriam sua "colaboração". Anwar disse que eles desejavam "informações referentes à comunidade muçulmana de San Diego. Fiquei irritadíssimo com o convite e deixei claro que jamais deveriam esperar de mim esse tipo de colaboração. Nunca mais soube deles". Até um ano depois, quando foi preso pela segunda vez pelo mesmo motivo. "Daquela vez me disseram que se tratava de um flagrante armado e que eu não ia conseguir escapar", lembrou Anwar.

Talvez ele estivesse mesmo procurando prostitutas, e a imagem de homem piedoso que construiu fosse um engodo elaborado. Porém mais tarde haveria outros sinais de que Anwar Awlaki pode não ter sido visto pela Inteligência americana como um simples alvo de investigação, mas como um colaborador potencial.

Anwar estava incomodado com seus atritos com a lei na Califórnia. "Achei que se o problema em San Diego fosse com o governo local, eu deveria pôr-me a salvo e mudar-me para algum outro lugar."[48] Nasser conseguiu para ele uma bolsa parcial[49] na Universidade George Washington, em Washington, DC, onde faria um doutorado. Àquela altura, a mulher de Anwar dera à luz o segundo filho e ele precisava de um emprego. Por isso, passou a trabalhar como guia espiritual[50] no conselho inter-religioso da universidade e conseguiu emprego como imã numa conhecida mesquita da Virgínia, Dar al Hijrah. "Nossa comunidade precisava de um imã que falasse inglês [...] alguém que pudesse oferecer [uma interpretação moderna do Islã] com a força plena da fé",[51] disse Johari Abdul Malik, o diretor para assuntos comunitários de Dar al Hijrah. A mesquita queria uma pessoa que pudesse apresentar as mensagens do Alcorão a um público de muçulmanos americanos. "Awlaki", disse Malik, "era essa pessoa. E ele transmitia sua mensagem com dedicação." A família se radicou num subúrbio da Virgínia em janeiro de 2001. Embora as reflexões de

Anwar anos mais tarde indiquem que seu ódio pelos Estados Unidos forjou-se nos anos que precederam o Onze de Setembro, se isso era verdade, ele fez um bom trabalho de dissimulação referente a sua imagem pública de figura altamente respeitável na comunidade muçulmana convencional.

Na manhã de 11 de setembro de 2001, Anwar Awlaki estava sentado no banco de trás de um táxi.[52] Acabava de chegar ao Aeroporto Internacional Reagan, em Washington, e seguia para casa depois de um voo noturno de volta de uma conferência em Irvine, Califórnia. Ouviu as notícias sobre o ataque e disse ao motorista que o levasse direto para a mesquita. Awlaki e seus colegas ficaram imediatamente preocupados com a possibilidade de ataque à mesquita, devido ao ódio que estava fermentando. Na noite anterior, a polícia tinha sido chamada à mesquita porque um homem havia estacionado seu carro diante do edifício e gritado ameaças[53] aos que estavam lá dentro durante meia hora. A mesquita ficou fechada por três dias[54] e divulgou um comunicado à imprensa condenando os ataques. "Nossa dúvida principal era 'como devemos reagir?'",[55] disse Awlaki ao *Washington Post*, explicando as razões para o fechamento da mesquita. "Nossas respostas são, principalmente para nossas irmãs, mais visíveis por causa das roupas: fiquem em casa até que as coisas se acalmem." Quando a mesquita foi reaberta, uma empresa de segurança[56] pertencente a muçulmanos foi contratada para revistar carros, bolsas e pessoas que entravam em suas dependências. Igrejas locais[57] ofereceram apoio a Dar al Hijrah, inclusive acompanhantes para mulheres muçulmanas temerosas de se aventurar fora da mesquita. Esse fato foi enaltecido publicamente por Anwar, diante de sua congregação e de repórteres, mas ele não deixou de informar seus fiéis sobre o preconceito contra muçulmanos e crimes de ódio — como o incidente em que uma muçulmana chegou cambaleando à mesquita em 12 de setembro, depois de ser agredida por um homem com um bastão de beisebol.[58] Em seu primeiro sermão após a reabertura da mesquita, Anwar condenou os ataques,

chamando-os de "hediondos".[59] "Nossos corações estão sangrando pelos ataques que atingiram o World Trade Center, assim como outras instituições dos Estados Unidos, apesar de nossa forte oposição à política americana favorável a Israel", disse ele, lendo a condenação aos ataques do xeque Yusuf al-Qaradawi, o famoso e polêmico teólogo egípcio. "Estamos aqui para construir, não para destruir [...]. Somos a ponte entre os Estados Unidos e 1 bilhão de muçulmanos do mundo inteiro", acrescentou Awlaki.

Quando sobreveio o Onze de Setembro, Awlaki não tinha televisor. "Eu lia as notícias pela internet", disse ele dias depois dos ataques. Mas depois do que aconteceu, corri à loja Best Buy[60] e comprei uma TV. E ficávamos grudados em nossas TVs. Para nós, muçulmanos, foi uma questão complicada porque sofremos duas vezes", afirmou ele.

> Sofremos como muçulmanos e como qualquer ser humano diante de uma perda trágica. E além de tudo sofremos as consequências do que poderia acontecer conosco na condição de comunidade muçulmana americana, já que os responsáveis pelos ataques são, até agora, identificados como árabes ou muçulmanos. Eu acrescentaria que fomos empurrados para o primeiro plano por causa desses acontecimentos. Temos sido alvo de grande atenção da imprensa, além da vigilância do FBI.

Enquanto Anwar se reunia com outros líderes muçulmanos para decidir como reagir aos ataques, mais uma vez ele entrou na mira do governo americano. "O Onze de Setembro caiu numa terça-feira", lembrou Anwar mais tarde. "Na quinta, o FBI bateu à minha porta."[61] Os agentes começaram a perguntar a Awlaki sobre suas relações com dois dos suspeitos. Mostraram-lhe fotos[62] dos sequestradores — inclusive dos dois que frequentavam a mesquita de San Diego, assim como de Hani Hanjour, que também passara uns tempos en San Diego e, ao lado de Hazmi, comparecera a um sermão[63] de Awlaki em Falls Church, Virgínia, em 2001. Awlaki "disse que não sabia o nome[64] de Hazmi, mas que identificava sua foto. Embora tenha admitido que se encontrou com Hazmi várias vezes, disse não se lembrar de nenhum assunto específico sobre o qual tivessem conversado", segundo a Comissão do Onze de Setembro. Awlaki disse também[65] que não tinha tido nenhum contato com

Hazmi na Virgínia, apenas em San Diego, e que não conhecia Hanjour. Segundo a comissão, Awlaki "descreveu Hazmi[66] como um estudante saudita de fala mansa que costumava aparecer na mesquita com um companheiro, mas que não tinha um grande círculo de amigos. Segundo arquivos do FBI já divulgados sobre as reuniões de Awlaki com agentes federais depois do Onze de Setembro, Awlaki falava de Hazmi como "um solitário",[67] acrescentando que era "muito calmo, uma ótima pessoa". Segundo o FBI, Awlaki não via Hazmi como "uma pessoa muito religiosa,[68] já que nunca usara barba e nem sempre comparecia às cinco sessões diárias de oração". Pouco depois daquela reuião, os agentes do FBI voltaram mais uma vez e pediram a Awlaki que trabalhasse com eles na investigação. Na visita seguinte, Awlaki contratou um advogado.[69] Num arquivo do FBI posterior a esse encontro lê-se: "A investigação sobre a associação de Anwar Awlaki e pessoas ligadas aos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos continua[70] no WFO (Gabinete Operacional do FBI em Washington)". (O nome de Awlaki às vezes aparece grafado como Aulaqi.)

De acordo com depoimentos posteriores prestados à Comissão do Onze de Setembro, Awlaki teve, no ano 2000, uma série de conversas telefônicas[71] com o saudita Omar al-Bayoumi, que ajudou Hazmi e Mihdhar a encontrar apartamentos em San Diego. Um investigador do FBI disse à comissão que achava que os homens estavam usando o telefone de Bayoumi na ocasião, sugerindo que Awlaki tivera contato direto com os sequestradores. Ainda assim, com base naquelas primeiras entrevistas, os investigadores não chegaram a uma conclusão sobre as ligações de Awlaki com os três sequestradores. A Comissão do Onze de Setembro afirmou que os futuros sequestradores "respeitavam Awlaki como figura religiosa e estabeleceram uma relação muito próxima com ele", mas acrescentou que "o indício é fraco[72] no que se refere a motivações específicas".

Enquanto o FBI revirava a relação de Awlaki com os sequestradores, centenas de pessoas lotavam a mesquita de Dar al Hijrah para ouvir a prédica do imã às sextas-feiras. Ele aconselhava as famílias e ajudava novos imigrantes

a encontrar casa e emprego. Entre os que vieram pedir-lhe ajuda estava um casal palestino que assistia a todos os sermões. Estavam tendo problemas com o filho, psiquiatra das Forças Armadas dos Estados Unidos. O casal achava que ele não tinha interesse pela religião deles. Nasser se lembra de Anwar ter lhe dito que eles pediram: "Por que não fala com nosso filho, para que venha conosco à mesquita?". Anwar se prontificou a ajudar. O filho deles se chamava Nidal Malik Hasan,[73] o homem que mais de uma década depois cometeria um dos piores massacres[74] da história numa base militar americana. Da mesma forma que a relação de Awlaki com alguns dos sequestradores do Onze de Setembro levou a uma devassa em sua vida, sua ligação com Hasan mais tarde seria usada para levantar suspeitas sobre sua participação em outros planos terroristas.

Sem dúvida, as mesquitas de Awlaki pareciam atrair diversos personagens que no futuro se tornariam terroristas. Mas é difícil determinar até onde ele sabia quem eram essas pessoas ou o que estavam planejando. Quando se examinam as experiências e as declarações de Awlaki nesse período, o mistério se aprofunda. O que se desenrolou entre Awlaki e o governo dos Estados Unidos a portas fechadas nos meses que se seguiram ao Onze de Setembro e o que foi representado publicamente por Awlaki e pela imprensa americana na mesma ocasião é uma fábula bizarra, cheia de contradições. É como se Awlaki estivesse vivendo uma vida dupla.

Nas semanas seguintes aos ataques, enquanto Anwar lidava com os agentes do FBI em privado, para o público ele se tornava uma celebridade, procurado por dezenas de meios de comunicação para personificar a visão de um muçulmano "moderado" sobre os ataques do Onze de Setembro. Repórteres de TV seguiam-no por toda parte. Programas nacionais de rádio pediam entrevistas. Era citado com frequência nos jornais. Awlaki convocou seus seguidores a doar sangue para as vítimas dos ataques e dinheiro para suas famílias. A liderança da mesquita falava dele como um homem conhecido por "seu compromisso inter-religioso, seu engajamento cívico e sua tolerância".[75] A agência de notícias Associated Press divulgou que entre os que

frequentavam seus sermões, "a maioria dizia não acreditar que ele fosse abertamente político ou radical".[76] Embora às vezes fizesse denúncias mordazes da política externa americana, também condenava com veemência os ataques. De início, chegou a manifestar que os Estados Unidos teriam razão em empenhar-se num "conflito armado" contra os responsáveis pelos ataques. "Sem sombra de dúvida", disse ele à rede PBS. "Já firmamos nossa posição [...] deve dar-se um jeito nas pessoas que fizeram isso, eles precisam pagar o preço do que fizeram. E toda nação da face da Terra tem o direito de se defender."[77]

Para os jornalistas "que lutavam para explicar o Islã, Awlaki era o clérigo a quem recorrer a qualquer hora.[78] Ele condenava o assasinato em massa, convidava os repórteres a acompanhá-lo e explicava pacientemente os rituais de sua religião", segundo o *New York Times*. Num outro artigo, o jornal diz que "Awlaki se afirma como [representante de] uma nova geração de líderes muçulmanos capazes de fazer convergir Oriente e Ocidente".[79] No fim de setembro de 2001, Awlaki disse:

> Acho realmente lamentável que seja preciso afirmar nossa posição, pois nenhuma religião compactuaria com isso, portanto deveria ser consensual. Mas estávamos numa situação em que tínhamos de dizer que o Islã não aprova isso. Não é possível que os que fizeram isso sejam muçulmanos, e se eles se dizem muçulmanos é porque subverteram a religião.[80]

O *Washington Post* consultou Awlaki diversas vezes depois do Onze de Setembro e até encarregou-o de estrelar uma transmissão pela internet[81] sobre o Ramadã. "Nossas posições precisam ser reiteradas e precisam ser muito claras",[82] disse ele num sermão transmitido nacionalmente pela PBS, poucas semanas depois dos ataques.

> O fato de que os Estados Unidos tenham semeado a morte e o homicídio de [...] civis no Iraque, o fato de os Estados Unidos estarem apoiando a morte e o assassinato de milhares de palestinos não justifica o assassinato de um civil americano em Nova York ou em Washington, e a morte de [milhares de] civis em Nova York e Washington não justifica a morte de um civil no Afeganistão. Essa é a diferença entre certo e errado, mal e bem, de que todos pretendem falar.

Mesmo condenando os ataques, Awlaki não poupou críticas, em sua análise, à posição americana em relação ao mundo islâmico. Num sermão pronunciado uma semana depois do Onze de Setembro, Awlaki trouxe à tona a caracterização da Al-Qaeda e seus propósitos feita pelo governo Bush. "Disseram que foi um ataque à civilização americana. Disseram que foi um ataque à liberdade americana, ao modo de vida americano", disse ele. "Mas não foi nada disso. Foi um ataque à política externa americana."[83] Quando os Estados Unidos começaram a fazer pressão sobre o Afeganistão, em outubro de 2001, Awlaki foi entrevistado pelo *Washington Times*. "Somos totalmente contrários ao que os terroristas fizeram. Queremos levar os responsáveis à justiça", disse. "Mas também somos contra o extermínio de civis no Afeganistão."[84] Ao se aproximar o primeiro Ramadã depois dos ataques, Awlaki disse: "Este ano vamos ter um nível mais alto de ansiedade em nossa comunidade". A festa religiosa muçulmana seria encoberta por um "ânimo sombrio, por causa dos acontecimentos de setembro e da guerra em curso no estrangeiro", disse ele, acrescentando: "Queremos sempre que o Ramadã chegue em tempos de calma, mas infelizmente este ano isso não vai acontecer".[85] Deixou bem claro também que era contrário à guerra dos Estados Unidos contra o Talibã. "Em minha opinião pessoal, sinto que os Estados Unidos apressaram-se ao travar essa guerra",[86] disse ele a um entrevistador.

> Poderia haver outros caminhos para resolver o problema, um dos quais seria a pressão diplomática, tirando proveito de todos os países muçulmanos que proclamaram seu apoio aos Estados Unidos quanto a essa questão e manifestaram sua preocupação com o que aconteceu no Onze de Setembro. Condenações muito veementes vêm de todo o mundo muçulmano. Assim, isso poderia ser capitalizado e servir para exercer alguma pressão sobre o Afeganistão ou sobre quem quer que tenha feito isso, em vez de correr para a guerra como estamos vendo.

Mais de uma década antes da chamada Primavera Árabe, Anwar criticava também o apoio americano a líderes autocráticos e seus regimes repressivos no Oriente Médio e predominantemente em países muçulmanos. "Não tem

de haver nesses regimes uma mudança radical, repentina, da noite para o dia, mas é preciso que haja pelo menos alguma pressão por parte dos Estados Unidos para que esses regimes se abram um pouco e concedam mais liberdade ao povo",[87] disse.

Percorrendo os subúrbios da Virgínia durante o Ramadã, no fim de 2001, Awlaki falou para uma câmera operada por um jornalista do *Washington Post*.

> Desde que a guerra começou, houve muitas baixas entre civis.[88] Muitas. E, infelizmente, isso não foi noticiado pela imprensa, ou pelo menos não numa proporção justa, portanto é preocupante que pessoas comuns no Afeganistão estejam pagando o preço disso. Elas são os peões nesse jogo político. Depois do Onze de Setembro, os sentimentos dos muçulmanos americanos se assemelhavam aos de qualquer pessoa nos Estados Unidos. Solidariedade para com as famílias das vítimas e a sensação de que quem quer que tivesse feito aquilo deveria ser levado à justiça [...] era esse o sentimento dominante entre todos os muçulmanos americanos, na verdade entre todos os muçulmanos do mundo. A guerra mudou isso, porque temos lembranças do Iraque ainda frescas em nossa memória. Em 1990 nos disseram que seria uma guerra contra Saddam Hussein. Mas depois de dez anos ele ainda está no poder e quem sofre é o povo iraquiano. Um milhão de pessoas morreram no Iraque. E agora essas lembranças nos assaltam de novo. Dizem que é para pegar os terroristas, mas eis o que temos novamente: baixas entre civis.

O entrevistador perguntou a Awlaki o que ele achava de Bin Laden e do Talibã. "Eles representam uma concepção muito radical,[89] uma visão extrema, e até certo ponto o que alimenta essa visão radical são as condições que prevalecem no mundo muçulmano", disse ele. "Trata-se sem dúvida de um grupo extremista. Alguns ensinamentos foram distorcidos. É um método para justificar pontos de vista usando textos religiosos, e isso pode ocorrer em qualquer religião." No vídeo, Awlaki aparenta estar lutando sinceramente para decidir como reagir ao Onze de Setembro. Aparece também como um pai carinhoso, assoando o nariz do filho menor. Em outro momento, ele segura a mão do bebê saltitante, a caminho da mesquita. Por um breve instante, Awlaki chega a cantar parte da música tema do programa infantil *Barney*: "Eu te amo, você me ama". É difícil, vendo horas de gravação, concluir que ele não passava de um bom ator.

À medida que a violência e o fanatismo contra muçulmanos se generalizavam, Awlaki pôde ver que as comunidades árabes e islamitas dos Estados Unidos estavam sendo visadas pelo governo federal. As pessoas que vinham ouvir seus sermões lhe contavam sobre o assédio que estavam suportando por causa de sua raça e de sua crença. Pessoas eram presas, mesquitas invadidas, e agentes federais[90] perseguiam negócios de muçulmanos. Como muitos muçulmanos americanos, Awlaki acreditava que sua gente estava sendo discriminada pela religião ou pela raça. "Há um sentimento[91] entre os muçulmanos de que estão sendo perseguidos, ou pelo menos de que são os únicos que estão pagando o alto preço do que aconteceu", disse Awlaki à Rádio Pública Nacional em outubro de 2001.

> A partir daqueles acontecimentos, houve um reforço na imagem negativa do Islã que a imprensa vem projetando. Há 1100 muçulmanos detidos nos Estados Unidos. Há um bombardeio em curso contra um país muçulmano, o Afeganistão. Então há várias razões para que os muçulmanos se sintam assim. É verdade que já foi dito que esta guerra não é contra o Islã, mas por todas as razões práticas são os muçulmanos que estão sendo atingidos.

Quando dois membros de sua antiga mesquita de San Diego foram detidos por supostas "fortes ligações" com os sequestradores que tinham frequentado o local, Awlaki censurou o FBI. "Não havia necessidade de prendê-los de maneira tão rude",[92] disse. Ele e seus colegas tinham recomendado paciência e cooperação com as autoridades, contou Awlaki, mas destacou que "nossa gente não vai nos dar ouvidos quando vir que é assim que o FBI a trata. Isso reforça nossa opinião de que somos uma comunidade sitiada [...] cujos direitos civis estão sendo violados". E prosseguiu: "Isso não está certo", afirmando que os dois homens tinham tentado colaborar voluntariamente com as autoridades antes de serem injustamente detidos. "Isso dá a impressão de que eles estão envolvidos. Acaba com a reputação deles. Estou convencido de que são inocentes."

Nas semanas que se seguiram ao Onze de Setembro, Awlaki comentou em dezenas de entrevistas à imprensa a luta que ele e outros líderes muçulmanos

vinham enfrentando em suas comunidades, inflamadas pelo sentimento de que os Estados Unidos estavam travando uma guerra contra os muçulmanos e o Islã. "As opiniões que dominam são as radicais,[93] que querem o confronto armado com seus governos. Então o que vemos agora é que todas as vozes moderadas estão em silêncio no mundo muçulmano", disse ele numa entrevista. Em outra, Awlaki afirmou: "Nós, muçulmanos americanos,[94] nos sentimos divididos entre nossa nação e nossa solidariedade com os muçulmanos do mundo inteiro." Awlaki começou a avisar os Estados Unidos de que enfrentariam uma reação se lançassem mão do que os muçulmanos viam como uma guerra contra sua religião. "Meu receio é que por causa desse conflito as opiniões de Osama bin Laden se tornem atraentes para parte da população do mundo muçulmano", disse. "Seria uma coisa assustadora, portanto os Estados Unidos precisam ter muito cuidado para não se colocarem como inimigos do Islã."[95]

Um dos desdobramentos mais estranhos na história de Awlaki depois do Onze de Setembro foi sem dúvida o convite que recebeu de funcionários do Departamento de Defesa (Department of Defense, DoD) para falar aos participantes de um almoço no Pentágono em 5 de fevereiro de 2002. Num e-mail confidencial mais tarde revelado, um dos organizadores do evento, funcionário do Pentágono, escreveu: "Tive o privilégio[96] de ouvir uma das exposições do sr. Awlaki em novembro e admirei seus vastos conhecimentos e a forma como comunicou aquelas informações e lidou com um elemento hostil que estava na plateia. Gostei em especial do que ele disse sobre como a pessoa comum do Oriente Médio vê os Estados Unidos e a imprensa internacional". O e-mail conclui que o evento teria de ser agendado para breve porque Awlaki "vai viajar por um longo período", acrescentando "acho que, se vier, o senhor vai gostar. [Awlaki] é muito informativo e este é com certeza um tema de grande interesse sobre o qual todos gostaríamos de saber um pouco mais". Segundo documentos confidenciais do Pentágono já revelados,

"naquele período, o secretário do Exército[97] estava ansioso para fazer a apresentação de um muçulmano moderado", e acrescentou que Awlaki "era considerado membro promissor da comunidade islâmica. Depois de investigado por razões de segurança, Awlaki "foi convidado para um almoço no Pentágono, ao qual compareceu,[98] na secretaria da Consultoria Jurídica do Exército. (É improvável que Awlaki tenha comido o sanduíche "Lado Leste Lado Oeste"[99] servido no evento, que incluía carne, peru e bacon no pão de centeio marmorizado.)

A ida ao Pentágono pode ter sido apenas um fato fortuito, decorrente de deficiências na investigação e da reputação de Awlaki na época, moldada pelas dezenas de aparições dele na imprensa, mas também alimentou rumores de que Awlaki cooperava com o governo americano nas investigações sobre o Onze de Setembro. Quando perguntei a Nasser Awlaki sobre o tal almoço no Pentágono, ele se entusiasmou. "Isso! Você sabe, é inacreditável", disse-me o pai de Anwar. "Uma vez, ele me disse que ia entrar para o Exército americano para ser sacerdote muçulmano." Numa conversa que teve com o filho naquele período, Anwar

> contou-me que estava muito aborrecido por não ter sido convidado para ir à Casa Branca, como outros dignitários muçulmanos durante o Ramadã, quando Bush tomou essa iniciativa, promovendo um jantar de Ramadã. Ele se surpreendeu por não ter sido chamado, já que era o imã de um grande centro religioso americano.

Awlaki pode não ter ido à Casa Branca, mas no começo de 2002 foi convidado a ministrar um serviço religioso no Capitólio. O sermão que pronunciou na época foi reproduzido no documentário *Muhammad: Legacy of a Prophet* [Maomé: o legado de um profeta].[100]

Em março de 2002, agentes federais americanos fizeram uma série de incursões[101] contra mais de uma dúzia de organizações muçulmanas sem fins lucrativos, estabelecimentos e residências de muçulmanos. Essas ações foram executadas sob a bandeira de uma força-tarefa interagências e faziam parte de uma ampla investigação sobre as finanças do terror denominada operação

Green Quest [Busca Verde].[102] Entre as organizações investigadas estavam respeitados núcleos de estudos, como o Instituto Internacional de Pensamento Islâmico[103] e a Escola de Graduação em Ciências Sociais e Islâmicas[104] da Universidade Cordoba, na Virgínia. As casas de vários líderes e funcionários dessas organizações também foram vasculhadas, e seus pertences, confiscados.[105] Essas incursões faziam parte de uma operação supostamente dirigida contra o financiamento do terrorismo. Os policiais apreenderam discos rígidos de computador, arquivos confidenciais e livros. Os arquivos apreendidos encheram quinhentas caixas.[106] Nunca foi apresentada acusação alguma baseada nessas incursões contra as organizações investigadas e seus líderes. Organizações muçulmanas convencionais e grupos de defesa dos direitos civis condenaram as operações, chamadas por eles de caça às bruxas. Awlaki fez um sermão contundente, dizendo que a operação Busca Verde "foi um ataque contra cada um de nós"[107] da "comunidade muçulmana", e advertiu: "Se hoje isso aconteceu com essas organizações, vocês serão os próximos". Em outro sermão, Awlaki declarou: "Talvez em breve o Congresso aprove uma lei declarando o Islã ilegal nos Estados Unidos. Não pensem que isso não pode acontecer. Tudo é possível no mundo de hoje porque não há direitos onde não houver uma luta por eles".[108]

O que Awlaki não sabia era que ele próprio tinha sido identificado como alvo da investigação[109] pela força-tarefa Busca Verde, que, afinal, concluiu que ele não tinha conexão com os grupos visados. Ao mesmo tempo, o FBI tentava obrigá-lo a cooperar em diversas investigações.[110] Awlaki acreditava que estavam usando suas prisões por prostituição em San Diego para tentar atraí-lo.[111] Na verdade, sua hipótese não era absurda. Pois era exatamente isso o que os homens do FBI estavam tentando fazer nos meses que se seguiram ao Onze de Setembro, quando Awlaki estava na Virgínia. "Eles esperavam que Awlaki passasse a cooperar com a investigação sobre os atentados se conseguissem surpreendê-lo com acusações semelhantes na Virgínia", noticiou mais tarde o *US News & World Report*.

> Fontes do FBI disseram que os agentes teriam visto o imã trazendo prostitutas da área de Washington para a Virgínia, e pensaram em aplicar uma lei federal normalmente reservada para surpreender proxenetas que transportam prostitutas através das divisas estaduais.[112]

Awlaki estava sendo festejado pela imprensa e apresentado como a voz do Islã moderno; um homem que falava com eloquência sobre a luta da comunidade muçulmana para administrar o sentimento de indignação pelos ataques do Onze de Setembro e fazia oposição às guerras que os Estados Unidos tinham desencadeado em contrapartida. Reservadamente, porém, Awlaki estava planejando ir embora do país. O imã Johari Abdul Malik, que era o diretor de assuntos comunitários da mesquita de Awlaki na Virgínia, disse que tentara convencer Anwar a permanecer nos Estados Unidos em 2002. "Por que você quer ir embora?",[113] Malik perguntou. E diz que Awlaki respondeu:

> Por causa do clima, não se pode trabalhar direito em razão do antiterrorismo, investigações sobre isso e aquilo. O FBI quer falar com a gente. Não foi isso que eu escolhi. Prefiro ir para algum lugar onde possa pregar, ensinar, falar todos os dias de algo que não seja o Onze de Setembro.

Awlaki disse também que estava pensando em se candidatar ao Parlamento do Iêmen[114] e em ter seu próprio programa de TV[115] no Golfo. Malik disse ainda que "Awlaki sabia que tinha sido preso por contratar serviços de prostitutas e que a revelação desse fato pelas autoridades americanas poderia arruiná-lo".[116]

Awlaki também tinha mudado de tom em relação aos Estados Unidos. Estava indignado com a intolerância contra os muçulmanos e as guerras em países islamitas. As incursões, junto com a guerra dos Estados Unidos no Afeganistão e as ameças de guerra contra o Iraque, estimularam Awlaki a se tornar mais incisivo em suas críticas ao governo dos Estados Unidos. Num sermão, um dos últimos que pronunciou nos Estados Unidos, Awlaki disse:

> Esta não é uma guerra contra o terrorismo. Precisamos ser totalmente claros quanto a isso. É uma guerra contra os muçulmanos.[117] É uma guerra contra os muçulmanos e contra o Islã. E não está acontecendo apenas no mundo lá fora, mas bem aqui, nos Estados Unidos, que dizem estar travando

> essa guerra em nome da liberdade, enquanto cerceiam a liberdade de seus próprios cidadãos só porque são muçulmanos.

A vigilância a que o governo americano submetia muçulmanos, mesquitas e imãs indignava Awlaki, disse Nasser. "Assim, Anwar de uma hora para outra se encontrou numa posição muito difícil. O país em que ele nascera, o país que ele amava, no qual ele queria pregar sua religião", no modo de ver de Anwar, "voltou-se na verdade contra os muçulmanos. Ele estava revoltado. E não podia praticar livremente sua religião nos Estados Unidos. Então achou que talvez a Grã-Bretanha fosse um bom lugar para ele", recorda Nasser. "Ele me ligou e disse: 'Pai, não posso concluir meu doutorado'." Nasser ficou arrasado. Sonhava que o filho concluísse o doutorado nos Estados Unidos e voltasse ao Iêmen para ensinar na universidade, como ele tinha feito.

Trocando os Estados Unidos pela Grã-Bretanha em 2002, Anwar também deixaria para trás a reputação de "moderado" que tinha construído na imprensa americana depois do Onze de Setembro. Seria Anwar Awlaki um colaborador disfarçado da Al-Qaeda? Um conselheiro espiritual dos sequestradores do Onze de Setembro, como o governo afirmaria mais tarde? Ou seria um muçulmano americano radicalizado em função das experiências que viveu nos Estados Unidos? Quando deixou a Virgínia — quer estivesse encenando um papel público para dissimular suas verdadeiras opiniões como militante, quer apenas tentando escapar das investigações e interrogatórios do governo americano —, Awlaki entrou em rota de colisão com a história.

3. Achar, atacar, acabar: a ascensão do JSOC

WASHINGTON, DC, 1979-2001 — Em 21 de novembro de 2001, quando a GWOT estava sendo posta em marcha, o secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, visitou Fort Bragg, quartel-general dos boinas-verdes. "Esta é uma guerra mundial[1] ao terrorismo, e cada um de vocês, cada uma das organizações que vocês representam, é indispensável. E eu sei — sei com certeza que, quando forem chamados, vocês estarão prontos", declarou Rumsfeld na base.

> No início de sua campanha, o presidente George W. Bush disse: "Estamos no começo de nosso esforço no Afeganistão, mas o Afeganistão é apenas o começo de nosso esforço no mundo. Esta guerra só terminará quando os terroristas internacionais forem encontrados, detidos e derrotados". Vocês são os homens e as mulheres que vão entregar pessoalmente essa mensagem aos inimigos dos Estados Unidos, selada com o poder e a fibra da maior força bélica da Terra.

Em sua aparição pública, Rumsfeld agradeceu às Forças Especiais convencionais, os boinas-verdes, por seu importante papel no Afeganistão, mas quando falou daqueles que "entregariam pessoalmente" a mensagem dos Estados Unidos estava se referindo a um grupo especial de combatentes que ele via como sua melhor arma e a mais sigilosa.

Embora alguns aspectos da visita de Rumsfeld a Fort Bragg fossem públicos, ele estava lá também para uma reunião secreta[2] — com as forças cujas unidades poucas vezes eram mencionadas pela imprensa e cujas operações estavam sempre envoltas em segredo: o Comando Conjunto de

Operações Especiais (Joint Special Operations Command, JSOC). No papel, o JSOC aparecia como uma entidade quase acadêmica, e sua missão oficial estava descrita em termos burocráticos e anódinos. Oficialmente, o JSOC era

> o comando conjunto[3] destinado a estudar as exigências e técnicas de operações especiais, garantir a interoperacionalidade e a padronização dos equipamentos, planejar e executar treinamento e exercícios dessas operações e criar táticas de operações especiais conjuntas.

Na verdade, o JSOC era a força secreta mais resguardada do aparelho nacional de segurança dos Estados Unidos. Seus membros eram conhecidos dentro da comunidade de operações secretas como ninjas, "comedores de cobras" ou, simplesmente, operadores. De todas as forças militares à disposição do presidente dos Estados Unidos, nenhuma era tão especial quanto o JSOC. Quando um presidente americano queria executar uma operação em sigilo absoluto, longe dos olhos bisbilhoteiros do Congresso, a melhor opção não era a CIA, e sim o JSOC. "Quem está se preparando para a mobilização?", perguntou Rumsfeld, dirigindo-se aos operadores especiais. Os generais indicaram os homens de prontidão. "Sorte a sua. Para onde vocês vão? Ah, vocês teriam de me matar se dissessem, certo?", gracejou Rumsfeld. "Eu estava só testando."

O JSOC nasceu das cinzas de uma missão fracassada que pretendia resgatar 53 reféns americanos presos na embaixada dos Estados Unidos em Teerã depois da revolução islâmica de 1979. Tendo como codinome operação Garra de Águia,[4] a ação consistia na inserção de operadores de elite da Força Delta, comandados por um de seus famosos fundadores, o coronel Charlie Beckwith, para preparar uma pista de pouso que seria usada em um ataque à embaixada. Entretanto, quando dois dos helicópteros sucumbiram a uma tempestade de areia[5] e um terceiro ficou preso ao solo, Beckwith e outros comandantes começaram a brigar sobre a questão de abortar ou não a missão. No meio do deserto iraniano, a perda de diversas aeronaves de importância vital[6] acabou num impasse quanto a ir em frente com a missão. Beckwith brigou com os comandantes da Força Aérea, da Marinha e do corpo de fuzileiros navais.

Finalmente, o presidente Carter deu ordem de abortar a missão.[7] Oito militares americanos morreram[8] na operação frustrada quando um helicóptero chocou-se contra um C-130 durante a evacuação. Foi um desastre. Os iranianos espalharam os reféns pelo país para evitar outra tentativa de resgate. Depois de 444 dias em cativeiro e negociações por debaixo dos panos que previam a troca dos reféns por armas,[9] os americanos acabaram sendo soltos, minutos depois[10] da posse do presidente Reagan.

Nos bastidores, a Casa Branca e o Pentágono analisavam o que teria dado errado na missão. Determinou-se que para tais casos seria necessário ter uma equipe unificada de operações especiais de elite, plenamente capacitada e que tivesse suas próprias aeronaves, soldados, SEALs e Inteligência. Logo depois do fracasso da operação Garra de Águia, o Pentágono formou o Diretório Conjunto de Teste para começar a preparar outro resgate, com o codinome de operação Texugo do Mel.[11] A missão nunca se realizou, mas teve início um programa secreto de formulação de planos para a fundação de uma equipe de operações especiais com qualificações de amplo espectro para garantir que desastres como o da Garra de Águia nunca mais acontecessem. Foi assim que, em 1980, o JSOC constituiu-se oficialmente, embora a Casa Branca e as Forças Armadas nunca tenham reconhecido sua existência. O JSOC era a única de todas as instituições militares e de Inteligência diretamente subordinada ao presidente, e pretendia ser seu pequeno exército privado. Pelo menos era assim que essa força era considerada na teoria.

O coronel Walter Patrick Lang passou grande parte de sua carreira militar em operações secretas. Logo no início, ajudou a coordenar a ação que levou à captura e ao assassinato de "Che" Guevara[12] na Bolívia em 1967. Foi membro do Grupo de Estudos e Observação (Studies and Observation Group, SOG), que executou a campanha de assassinatos dirigidos para os Estados Unidos durante a Guerra do Vietnã e, finalmente, tornou-se chefe do programa global de Inteligência humana da DIA. Serviu no Iêmen, Arábia Saudita, Iraque e outras regiões de conflito. Foi quem iniciou o programa de língua árabe na Academia Militar de West Point. Ao longo de sua carreira, Lang pôde

observar de perto a criação dos novos destacamentos americanos para operações especiais. A função principal das Forças Especiais "caretas", como os boinas-verdes, era

> treinar e comandar contingentes nacionais,[13] normalmente forças irregulares contra forças regulares ou guerrilhas. Isso é o que elas fazem, portanto estão sintonizadas com estrangeiros. Recrutam pessoas comunicativas que trabalhem bem com estrangeiros. Gente que goste de se sentar para comer direto de uma tigela comum, com a mão direita, bocados de carne fibrosa de bode velho. E ouvir a avó de alguém desfiar lero-leros sobre o passado ancestral fictício de sua tribo. Eles gostam disso.

Lang comparava os boinas-verdes a "antropólogos armados". O JSOC, dizia ele, era visto como

> uma unidade de comando contraterrorista nos moldes do SAS (Serviço Aéreo Especial) britânico. E o SAS não tem essa de "vamos ser legais com os nativos". Eles não fazem isso, são comandos, eles matam os nativos. Essa gente não é muito bem informada, num quadro mais geral, das consequências [que suas operações] podem ter para a posição dos Estados Unidos no mundo.

No começo, o JSOC era um pouco como uma ideia tardia dentro da burocracia militar. Não tinha orçamento próprio e era usado como força multiplicadora[14] em zonas de conflito sob comando das áreas de responsabilidade das Forças Armadas convencionais, o sistema global usado pelo Pentágono para organizar forças de supervisão de operações em regiões específicas. A Força Delta[15] foi instituída na década de 1970 como resposta a uma série de atentados terroristas que reforçaram a exigência de um aumento da capacidade dos combatentes americanos não convencionais e das Forças de Operações Especiais. "Muitos dos oficiais das Forças Armadas que se formaram nessa espécie de comando contraterrorista à moda de Charlie Beckwith são basicamente técnicos de guerra", disse-me Lang.

Depois do desastre da Garra de Águia no Irã, o JSOC seria criado como organização extremamente compartimentalizada, com Unidades de Missões Especiais (Special Mission Unit, SMUs) treinadas para o que eram chamadas

operações 3As: Achar, Atacar, Acabar. Isso significava procurar o alvo, localizá-lo e exterminá-lo. A agora famosa Equipe 6 dos SEALs da Marinha, que matou Osama bin Laden, foi criada para apoiar e executar essas missões. Seu fundador,[16] Richard Marcinko, tinha servido na força-tarefa conhecida como Equipe de Ação Terrorista que planejou a Garra de Águia. Originalmente chamada de Mobilidade 6, essa unidade de elite, composta de 75 SEALs da Marinha, se transformaria na principal unidade de combate ao terrorismo à disposição do governo americano. Até seu nome já era propaganda. Na época da fundação da Equipe 6, existiam apenas mais duas equipes de SEALs, mas Marcinko queria que os soviéticos pensassem que havia outras equipes sobre as quais eles nada sabiam.

No início, houve sérios problemas no seio do JSOC, pois seus efetivos foram formados a partir de diversas unidades de elite, entre elas a Força Delta, os SEALs e o 75º Regimento de Rangers do Exército, cada qual convencida da própria superioridade. O JSOC era treinado para operar em áreas proibidas, executando operações fulminantes de pequena escala ou de ação direta, ou seja, operações letais. Criou-se uma unidade temporária de Inteligência militar, o Grupo de Operações de Campo (Field Operations Group, FOG),[17] que mais tarde se tornaria o braço interno de Inteligência do JSOC, conhecido como "a Atividade". Uma de suas primeiras tarefas de destaque foi procurar informações para apoiar a operação de libertação do general James Dozier, sequestrado pelas Brigadas Vermelhas marxistas em dezembro de 1981 em Verona, Itália. Dozier foi o primeiro alto oficial americano a ser sequestrado. A Atividade descobriu sua localização depois de semanas de caçada, o que levou a uma bem-sucedida operação de resgate[18] executada pelas forças antiterroristas italianas. Com sede na base aérea de Pope e em Fort Bragg na Carolina do Norte, o JSOC acabaria comandando a Força Delta e os Rangers, do Exército, e a Equipe 6 dos SEALs, rebatizada com o nome de Grupo de Desenvolvimento de Guerra Naval (Naval Warfare Development Group, DEVGRU). Seu efetivo aéreo formou-se a partir do 160º Regimento de Operações Especiais da Aviação, conhecido como "Patrulheiros da Noite",

assim como do 24º Esquadrão de Táticas Especiais. Os fundadores do JSOC criaram-no como uma força antiterrorista. No entanto, durante grande parte de seus primeiros anos ele foi usado em outro tipo de missão. Suas equipes eram mobilizadas em segredo e se juntavam a forças militares ou paramilitares buscando derrubar governos considerados hostis aos interesses dos Estados Unidos. Às vezes, o limite entre treino e combate se apagava, principalmente nas guerras sujas da América Latina na década de 1980. O JSOC foi usado em Granada,[19] em 1983, quando o presidente Reagan ordenou a invasão americana, e durante toda a década de 1980 em Honduras, onde os Estados Unidos coordenavam o apoio aos contras da Nicarágua e combatiam a insurgência guerrilheira hondurenha. Durante seu primeiro mandato, Reagan pareceu ansioso por rotular o terrorismo como ameaça à segurança nacional, para que fosse combatido por uma força dinâmica. Em 1983, na época do bombardeio de Beirute, ele garantiu publicamente "rápida e eficaz retribuição" aos terroristas e assinou uma Decisão Diretiva de Segurança Nacional (National Security Decision Directive, NSDD) confidencial e uma autorização secreta liberando "o uso de sabotagem, morte[20] e ataques retaliatórios preventivos" contra grupos terroristas. A NSDD e a autorização mencionam o projeto de formação de "equipes de ação" letais da CIA e, segundo consta, autorizava a cooperação com o JSOC.

Quadros operacionais do JSOC aliaram-se a Forças Armadas estrangeiras em toda a América Latina e no Oriente Médio para combater sequestradores. Envolveram-se ainda na ação que levou à morte do traficante colombiano Pablo Escobar[21] em Medellín, em 1993. Essas operações fizeram surgir uma força de combatentes americanos versados em técnicas específicas e singulares de contrainsurreição. Nos últimos tempos da Guerra Fria, os quadros operacionais do JSOC tinham se tornado a nata da elite, os combatentes veteranos mais experientes das Forças Armadas americanas. Na década de 1990, eles continuaram a desempenhar papéis centrais, ainda que secretos, nas guerras dos Bálcãs, Somália, Tchetchênia, Irã, Síria e por toda a África e a Ásia. Na antiga Iugoslávia,[22] o JSOC ajudou na caça de acusados de crimes de guerra,

mas fracassou na captura de seus dois alvos principais, os servo-bósnios Ratko Mladic´ e Radovan Karadžic´. Com uma resolução presidencial secreta[23] do presidente Clinton, o JSOC foi autorizado a agir em solo americano em operações contraterroristas e no combate a ameaças relacionadas a WMDs, driblando a lei de Posse Comitatus, que proíbe os militares de atuar dentro do país.

Na verdade, algumas das missões mais delicadas do JSOC foram executadas dentro dos Estados Unidos. Em 1993, membros da Força Delta participaram da desastrosa incursão contra a comunidade do culto Ramo Davidiano em Waco, no Texas.[24] Setenta e cinco pessoas morreram na incursão, entre elas mais de vinte crianças e duas mulheres grávidas. O JSOC também executou operações de segurança dentro das fronteiras americanas quando o país sediou a Copa do Mundo de 1994[25] e os Jogos Olímpicos de 1996.

No fim da década de 1990, o DoD reconheceu oficialmente a existência de grupos como o JSOC, embora esse nome não tenha se tornado público. "Criamos Unidades de Missões Especiais equipadas, armadas e treinadas para lidar com uma ampla gama de ameaças transnacionais",[26] disse Walter Slocombe, subsecretário de Defesa para políticas. Calcula-se que 80%[27] das missões do JSOC anteriores a 2000 permaneçam confidenciais.

"Eu diria que eles são a grande jogada. Se você fosse um jogador, seria a carta que esconderia na manga."[28] Foi assim que o general Hugh Shelton definiu o JSOC para mim. Shelton foi chefe do Estado-Maior Conjunto no governo Clinton e passou a maior parte da carreira[29] nas Operações Especiais. Antes de ser nomeado pelo presidente Clinton, chefiou o Comando de Operações Especiais dos Estados Unidos (US Special Operations Command, Socom), que foi tecnicamente a organização que gerou as operações do JSOC.

> Eles formam uma unidade de tipo cirúrgico. Não devem ser usados para atacar fortalezas ou algo assim — isso é o que fazem o Exército e a Marinha. Mas quando se precisa de alguém para saltar de paraquedas a cinquenta quilômetros do alvo, descer pela chaminé de um castelo e fazê-lo explodir de dentro para fora — esses são os caras que devemos chamar.

Eles são "os profissionais silenciosos. Fazem as coisas, e fazem bem, mas não se vangloriam disso", acrescentou. "Você não vai querer empregá-los em qualquer coisa que exija força bruta… E cuidei que isso não acontecesse, quando era o chefe." No Onze de Setembro, Shelton era o chefe. E Rumsfeld o detestava, a ele e a suas ressalvas.

Embora a história secreta do JSOC fosse discutida, em tom abafado, pelos corredores do Pentágono, muitos de seus veteranos mais condecorados achavam que ele estava sendo subutilizado ou, pior, mal utilizado. Depois de um começo auspicioso e uma jurisdição abrangente, o JSOC passou a ser visto como filho bastardo dentro do Pentágono e da Casa Branca. O escândalo Irã-contras tinha trazido um estigma para a ação secreta. Apesar de alguns êxitos, como o resgate do cidadão americano Kurt Muse[30] de uma prisão panamenha na operação Causa Justa em 1989, as Forças de Operações Especiais passaram a ser usadas com reservas na década que antecedeu o Onze de Setembro.

Durante a Guerra do Golfo de 1991, o chefe do Comando Central dos Estados Unidos (US Central Command, Centcom), general Norman Schwarzkopf, relutou em incluir o JSOC no plano de guerra,[31] embora no final das contas tenha perdido essa batalha. O JSOC foi mobilizado e, entre outras missões, rastreou sistemas de mísseis SCUD para sabotá-los. Essa desconfiança começou a ceder um pouco durante a era Clinton. Naquele período, de acordo com a história oficial do Socom, o ritmo das Forças de Operações Especiais (Special Operations Forces, SOF) aumentou mais de 50%. "Só em 1996,[32] as SOF foram enviadas a um total de 142 países e realizaram 120 missões contra o tráfico de drogas, doze missões de desativação de minas e 204 exercícios conjuntos." Todavia, em vez de operações fulminantes dirigidas, o JSOC foi usado principalmente em ações de grande escala,[33] que cada vez mais se tornavam missões de paz com envolvimento de coalizões internacionais, como ocorreu nas guerras da Bósnia e Herzegovina, Libéria, Serra Leoa, Haiti e Somália. O JSOC entrou em ação poucas vezes em missões fulminantes, de ação direta, para as quais tinha sido criado. O general Wayne Downing, que chefiou o Socom de 1993 a 1996 e foi também comandante do JSOC, disse que

depois do fim da Guerra Fria, "a guerra não convencional" das Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos "tinha recebido pouca atenção",[34] e acrescentou que sua "qualificação nessa área tinha atrofiado". Disse que o JSOC "conserva excelentes condições de ação contraterrorista e contraproliferação, mas operava com uma postura mais reativa do que proativa".

Quando a ameaça representada pela Al-Qaeda começou a surgir, na década de 1990, o JSOC propôs missões[35] destinadas a atingir a liderança da rede. Seus comandantes acreditavam que esse era seu principal papel e, ao que se sabe, as primeiras versões de operações planejadas contra Bin Laden e a Al-Qaeda no fim da década de 1990 incluíram o JSOC.[36] Mas os comandantes do JSOC reclamavam que antes do Onze de Setembro suas forças "nunca tinham sido usadas[37] para caçar terroristas que haviam tirado vidas americanas". Segundo Downing, durante o tempo em que esteve à frente do Socom, ele participou do preparo de aproximadamente vinte operações[38] que visavam atingir grupos terroristas acusados de matar cidadãos americanos, mas o comando não podia "puxar o gatilho". Downing afirmou que embora o JSOC "tivesse uma excelente qualificação para o ataque direto e capacidade de 'acabar',[39] faltava-lhe competência para 'achar' e 'atacar', e Inteligência essencial" para travar uma guerra global contra o terrorismo.

"Durante muito tempo, eles foram alvo de piadas. Eram os caras 'grandões, maus, levantadores de peso', sabe como é, lá no Fort Bragg, dentro do complexo deles", lembra Lang.

> Mas eles conquistaram muito reconhecimento e fizeram coisas como aquelas, porém eles nunca entraram em combate com ninguém, até aquela história de Clinton na Somália [o infausto incidente com os helicópteros Black Hawks em 1993]. Você tem de admitir, eles eram muito valentes — não há dúvida sobre isso —, mas é certo que seus dias de glória, como uma espécie de faxineiros globais contra os inimigos da justiça e da verdade, só começaram depois do Onze de Setembro. Antes eles não fizeram muita coisa de fato.

Rumsfeld chegou ao poder com o propósito de mudar essa equação. Ele não só queria que o Pentágono assumisse as operações secretas da CIA, mas

pretendia tomar para si mesmo o controle delas, simplificando radicalmente a cadeia militar de comando. O JSOC foi criado em segredo para operações que, por sua própria natureza, deviam ser mantidas em segredo para praticamente todas as demais instâncias militares e de governo. Depois do Onze de Setembro, Rumsfeld agiu rápido para criar uma estrutura que driblasse o Estado-Maior e começasse a se entender diretamente com o comando de combate para executar operações fulminantes em áreas de sua responsabilidade. Segundo o Título 10[40] do Código dos Estados Unidos, o chefe do Estado-Maior Conjunto seria o mais alto conselheiro militar do presidente e devia servir como canal de contato com ele. "[Rumsfeld] não gostava nem um pouco disso", lembra Shelton. "Tentava diminuir minha autoridade ou suprimir membros de minha equipe", disse ele. Rumsfeld "queria ser o cara da política e das operações". Shelton disse-me que ele marginalizava "toda competência militar" e estava "sempre querendo descobrir a maneira de passar a tratar diretamente com os comandantes de tropas sem intermédio do chefe do Estado-Maior Conjunto, como seria natural para qualquer outro secretário de Defesa". Em suas memórias, Shelton diz que o modelo de secretário de Defesa de Rumsfeld "se baseia na trapaça,[41] na fraude, atende a propósitos políticos e tende a levar o Estado-Maior Conjunto a apoiar uma ação que pode não ser boa para o país, mas funciona para o presidente do ponto de vista político". E acrescentou: "Foi o pior estilo de liderança que testemunhei em 38 anos de serviço ou que testemunhei nos mais altos níveis do mundo empresarial desde então".

Shelton disse que durante seu tempo como chefe do Estado-Maior Conjunto, no governo de Clinton e no de Bush, interveio pessoalmente para interromper operações que acreditava que teriam resultado em morte de inocentes se tivessem ido em frente com base nos dados iniciais da Inteligência. Mas Rumsfeld pretendia agilizar o processo de autorização de operações de assassinato dirigido e não admitia ser atrapalhado pelos milicos. "Você precisa ter cuidado quando começa a matar gente, e ter certeza de que está matando as pessoas certas. E isso exige que se usem todos os efetivos que

temos, para se certificar de não cometer erros. Pode ser feito com rapidez, mas precisa ser conferido", disse Shelton. "Mesmo quando você não está disposto a perder a oportunidade de agarrar um terrorista, não vai querer provocar um incidente internacional que pode acabar nos equiparando ao terrorista." Distante da opinião de Shelton sobre como essas forças cirúrgicas deveriam ser mobilizadas, Rumsfeld acreditava que o JSOC estava sendo subutilizado e pretendia transformá-lo: se até então ele fora a ponta de lança de uma nova campanha global de assassinatos, agora passaria a ser a própria lança. Rumsfeld e muitos outros na comunidade de Operações Especiais acreditavam que Clinton e a alta oficialidade da década de 1990 tinham reduzido forças[42] como o JSOC a um estado de quase irrelevância na luta contra o terrorismo. Durante o governo Clinton, "a possibilidade de perseguir e capturar terroristas[43] recebeu muita atenção nos mais altos escalões do governo", concluiu um relatório encomendado por Rumsfeld três meses depois do Onze de Setembro. "Mas em algum ponto entre a origem e a execução, as opções das SOF sempre naufragavam por serem vistas como problemáticas."

O autor do relatório foi Richard Shultz, acadêmico especializado em Operações Especiais bélicas, e seu propósito era dissecar a estratégia contraterrorista de Clinton. Rumsfeld pretendia garantir que qualquer barreira legal ou burocrática que pudesse entravar a ação do JSOC fosse demolida. Shultz recebeu passe livre[44] e carta branca para realizar entrevistas com altos oficiais e analisar a Inteligência. A conclusão final de seu relatório foi de que os Estados Unidos precisavam tirar o JSOC da prateleira da segurança nacional e situá-lo no centro da guerra contra o terror.

O relatório Shultz, que teve partes adaptadas e transformadas num artigo dado a público pela revista neoconservadora *Weekly Standard*, mencionava que o incidente com os Black Hawks na Somália em 1993 tinha assustado a Casa Branca a ponto de paralisar as Forças de Operações Especiais. No fim de 1992, os Estados Unidos lideraram uma missão de paz das Nações Unidas[45] que pretendia distribuir ajuda humanitária e, mais tarde, libertar a Somália dos chefes de milícias que tinham derrubado o governo. Mas esses chefes,[46] em

aberto desafio às forças dos Estados Unidos e das Nações Unidas, continuaram a pilhagem da Somália. No verão de 1993, depois de uma série de ataques contra forças das Nações Unidas, Clinton deu sinal verde[47] ao JSOC para executar uma ousada operação de desmantelamento do círculo mais próximo do notório chefe de milícia Mohamed Farrah Aidid, cujas forças estavam consolidando rapidamente seu controle sobre Mogadíscio. Mas a missão descambou para o desastre[48] quando dois helicópteros Black Hawks do JSOC foram derrubados, dando origem a uma grande batalha entre as Forças de Operações Especiais e membros da milícia somaliana. Ao todo, foram mortos dezoito soldados americanos. Imagens de americanos arrastados pela cidade foram transmitidas para o mundo inteiro e acabaram provocando a retirada dos Estados Unidos. "O desastre de Mogadíscio[49] assustou tanto o governo Clinton quanto os militares, e confirmou a ideia do Estado-Maior Conjunto de que operações independentes nunca deveriam ter sido confiadas às SOF", afirma o relatório Shultz.

> Depois de Mogadíscio, explicou um oficial do Pentágono, houve "relutância até mesmo em discutir medidas proativas, combinadas com a reação à ameaça terrorista, por meio de operações das SOF. O Estado-Maior Conjunto ficou satisfeito quando o governo assumiu uma posição dentro da lei. Ele não queria pôr em campo tropas de operações especiais".

O general Peter Schoomaker, que comandou o JSOC de 1994 a 1996, disse que as resoluções presidenciais do governo Clinton "e os documentos e autorizações subsequentes, na minha opinião, foram emitidos só para constar.[50] O presidente assinava coisas que qualquer pessoa informada sabia perfeitamente que nunca iam acontecer", e acrescentou: "As Forças Armadas, a propósito, não queriam tocar no assunto. Havia muita relutância no Pentágono".

Entrevistados por Shultz, diversos funcionários que serviram no Estado-Maior Conjunto e em Operações Especiais na era Clinton afirmaram que funcionários como Richard Clarke, que defendiam o uso de soldados de Operações Especiais em campo, em operações de assassinato dirigido ou de

captura, visando Bin Laden e outros nomes da Al-Qaeda, foram acusados de malucos por seus superiores, pois estariam "fora de si, sedentos de poder, querendo ser heróis e coisas assim". Um antigo funcionário contou a Shultz que "quando recebíamos do grupo de contraterrorismo uma dessas propostas de ação das SOF, nossa função" não era "planejar sua execução, mas pensar em como íamos dizer não". Shultz denunciou esses "desmancha-prazeres", rótulo que aplicava aos responsáveis pelas restrições legais e burocráticas impostas na era Clinton, que "formaram uma falange impenetrável que assegurava que todas as discussões políticas de alto nível, todas as novas resoluções presidenciais firmes, os planos de contingência revistos e examinados e os ensaios gerais de missões acabassem por não dar em nada". Na opinião de Shultz, "essas restrições autoimpostas se reforçavam umas às outras [...] e mantinham marginalizadas as unidades de missões especiais" no governo Clinton, "mesmo que a Al-Qaeda atacasse [...] alvos no mundo todo e trombeteasse sua intenção de fazer mais".

O relatório Shultz pintava um quadro em que as Forças de Operações Especiais se mostravam algemadas pela oficialidade e por funcionários civis que preferiam lançar mísseis de cruzeiro e enfrentar Bin Laden e suas tropas terroristas dentro da legalidade. O medo de falhar e da humilhação, combinado com a preocupação de não violar a proibição de assassinato e de não matar inocentes na perseguição dos culpados, pavimentou o caminho para o Onze de Setembro, na opinião de Rumsfeld. Sua estratégia se reduzia a isto: ele queria os melhores matadores dos Estados Unidos matando inimigos dos Estados Unidos onde quer que estivessem.

Enquanto o país iniciava sua guerra global, Shultz começou a informar[51] altos funcionários do Pentágono sobre suas conclusões e recomendações. O relatório, classificado como "secreto",[52] era mordaz em sua denúncia da política de Clinton para o contraterrosrismo e defendia uma agressiva promoção do JSOC dentro do aparato de segurança nacional. Em vez de o JSOC ser uma força que poderia ser chamada em apoio a comandantes americanos convencionais em áreas de sua responsabilidade, esses comandantes é que

apoiariam o JSOC. Foi uma promoção sem precedentes da principal força de operações clandestinas a uma posição de suprema autoridade. Rumsfeld, que só precisou tratar com o general Shelton "durante quinze minutos",[53] como disse o próprio Rumsfeld, foi em frente a toda a velocidade depois que Shelton foi substituído, em outubro de 2001, por um chefe do Estado-Maior Conjunto bem mais maleável, Richard Myers. Se Rumsfeld ia "empregar" o JSOC na "execução de uma guerra global contra a Al-Qaeda, era preciso aprender as lições de Mogadíscio",[54] concluía o relatório Shultz. "Essas lições revelam como as unidades das SOF são boas, mesmo quando mal empregadas pelos governantes. Imagine se fossem bem empregadas na guerra contra o terrorismo."

Fosse para bem empregá-las ou não, Rumsfeld estava a ponto de catapultar o JSOC da obscuridade a uma proeminência e a uma potência sem precedentes na máquina de guerra dos Estados Unidos. Para isso, ele teria de invadir os domínios da CIA e criar estruturas paralelas subordinadas a ele mesmo, e não ao Congresso ou ao Departamento de Estado. Também ia precisar de uma operação de Inteligência independente para apoiar sua programação secreta.

⋆ ⋆ ⋆

Desde o início do governo Bush, Rumsfeld e Cheney tinham atritos frequentes com o secretário de Estado Colin Powell, e estavam decididos a impedir que o profusamente condecorado ex-chefe do Estado-Maior Conjunto se pusesse no caminho de suas guerras. Powell não era uma pombinha, mas desde os primeiros momentos após o Onze de Setembro defendeu que os Estados Unidos elaborassem uma resposta militar firmemente focada na Al-Qaeda. Ele e seus assessores afirmaram que "nossos aliados e amigos[55] no estrangeiro se sentirão mais à vontade com ataques americanos retaliatórios contra os responsáveis pelos ataques do que com uma guerra global contra terroristas islâmicos e Estados que os apoiam", lembrou Douglas Feith. Powell, segundo ele, acreditava que uma "campanha punitiva de abrangência

restrita manteria a política americana mais alinhada com a abordagem de combate ao terrorismo dentro da lei". Mas os neoconservadores estavam decididos a travar guerras preventivas contra Estados-nações e queriam liberar a CIA da burocracia legal e fiscalizadora. "Esqueçam as 'estratégias de retirada'",[56] disse Rumsfeld duas semanas depois do Onze de Setembro. "Buscamos um envolvimento sustentado que não implique prazos." Como secretário de Estado, Powell era responsável pelas relações e alianças internacionais. Sua agenda diplomática quase que de imediato entrou em conflito direto com a dos neoconservadores. Ele e seus embaixadores também tinham como atribuição monitorar as atividades da CIA no mundo. Eles deviam ser informados de todas as operações nos outros países — uma restrição que Rumsfeld e Cheney engoliam com dificuldade.

Malcolm Nance, especialista da Marinha em contraterrorismo que treinou a elite das Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos, pôde observar o modo como militares experientes estavam sendo marginalizados por Cheney, Rumsfeld e sua milícia de ideólogos dentro do governo. "Nenhuma dessas pessoas[57] jamais tinha servido em combate, mas Colin Powell, Lawrence Wilkerson e seus auxiliares foram todos combatentes", disse-me Nance.

> E é engraçado, pois eles foram isolados no Departamento de Estado, e os ideólogos civis se instalaram no Pentágono, e eram eles que vinham com o que chamamos CCTC, "Conceitos de Combate de Tom Clancy". Eles começaram a ler livros e revistas, e a pensar "vamos ser durões, vamos fazer isto e aquilo, vamos sair e alvejar gente na rua, e vamos começar a prender gente". Os que tomavam as decisões eram quase infantis, queriam fazer grandes coisas, Dungeons & Dragons, sabe como é, capa e espada o tempo todo.

No Onze de Setembro, a CIA não tinha um grande contingente paramilitar próprio — no máximo seiscentos ou setecentos[58] quadros operacionais secretos. Assim, muitos de seus ataques dependiam fortemente de efetivos das Forças Especiais e das Forças de Operações Especiais — que tinham mais de 10 mil homens — cedidos à Agência para missões específicas. "Toda a qualificação paramilitar[59] vinha realmente das Forças Armadas, das Forças

Especiais", lembra Vincent Cannistraro, funcionário de carreira da CIA na área de contraterrorismo que também passou pelo Pentágono e pela Agência de Segurança Nacional (National Security Agency, NSA). "Ela na verdade não existe, exceto em forma de esqueleto, na CIA", contou. "As Forças Especiais têm a qualificação. Os recursos empregados eram do DoD, e a transferência deles para a direção da CIA era uma decisão política tomada em âmbito nacional."

De início, subordinada ao presidente Bush, a CIA era o órgão dominante na guerra global. Mas Cheney e Rumsfeld bem cedo compreenderam que ela não precisava ser a única força oculta e que havia outro contingente à disposição da Casa Branca capaz de oferecer muito mais flexibilidade e quase nenhuma ingerência parlamentar ou do Departamento de Estado. Embora algumas operações precisassem passar pela CIA — sobretudo quando se tratava de estabelecer prisões clandestinas em colaboração com a Inteligência de outros países —, o grupo de Cheney não confiava nos burocratas da Agência. "Acho que Rumsfeld e Cheney pensavam que a CIA era um bando de maricas,[60] o mesmo que pensavam do Departamento de Estado", lembrou Wilkerson, antigo chefe de gabinete de Powell. Wilkerson contou que durante sua gestão começou a ver um modelo "daquilo que considero uma ascensão do poder presidencial, poderes de comandante em chefe assumidos pelo vice-presidente dos Estados Unidos". Cheney, particularmente, disse ele, tinha saudade das guerras secretas da década de 1980, "o período em que Ronald Reagan ajudou os contras a combater o governo sandinista" e a

> relação quase simbiótica entre algumas Forças de Operações Especiais e quadros operacionais clandestinos da CIA. Acho que isso leva a um verdadeiro modelo para a Guerra contra o Terror, como se esperaria que fosse, porque era isso que Cheney queria. Operar no lado clandestino.

Rumsfeld considerava que o empréstimo de Forças Operacionais Especiais à CIA criava um intermediário problemático e obstrutivo que poderia levantar objeções legais intermináveis. Ele queria que as principais forças de ação direta dos Estados Unidos estivessem livres de restrições e prestassem contas apenas

a ele e ao presidente. A CIA não pode fazer nada sem o conhecimento das comissões de fiscalização da Inteligência, ou sem informá-las quase que imediatamente depois", disse Cannistraro, que colaborou na instituição do Centro de Contraterrorismo da CIA.

> Antes do Onze de Setembro, quando a CIA executava uma operação paramilitar, havia elementos das Forças Especiais ligados a ela, e portanto esses elementos estavam sob controle civil, e o que estavam fazendo para a CIA era informado à Comissão de Fiscalização da Inteligência. Mas se a operação for executada pelas Forças Armadas, não se segue a mesma orientação, já que ela não precisa ser relatada às comissões fiscalizadoras da Inteligência. É uma operação militar. E portanto faz parte de uma guerra, ou da "preparação militar".

Cannistraro disse-me que algumas das atividades mais polêmicas e secretas do mundo foram executadas "pelas Forças Armadas dentro do 'Programa Cheney', porque não precisavam ser informadas ao Congresso".

Enquanto Powell e o Departamento de Estado tomavam precauções[61] para não estender o foco para além do Afeganistão, da Al-Qaeda e do Talibã, Rumsfeld pressionava para globalizar a campanha militar. "Não temos alternativa.[62] Precisamos levar a batalha aos terroristas, onde quer que se encontrem", declarou Rumsfeld em dezembro de 2001. "A única maneira de lidar com uma rede terrorista global é persegui-la onde ela estiver." Rumsfeld queria Forças de Operações Especiais na frente e no centro, e pediu ao general Charles Holland, chefe do Comando de Operações Especiais, que fizesse uma lista[63] de alvos regionais em lugares onde os Estados Unidos pudessem executar ataques retaliatórios ou preventivos contra a Al-Qaeda. No fim de 2001, Feith instruiu Jeffrey Schloesser, na época chefe da Célula de Planejamento Estratégico da Guerra contra o Terrorismo, a J-5 do Estado-Maior Conjunto, a preparar com sua equipe um plano chamado "Próximos Passos".

O Afeganistão seria apenas o começo. Rumsfeld queria planos de ataque para a Somália, Iêmen, América Latina, Mauritânia, Indonésia e mais outros. Num memorando dirigido ao presidente Bush, duas semanas depois do Onze

de Setembro, Rumsfeld disse que o Pentágono estava "explorando alvos[64] e resultados desejáveis em países em que as relações da CIA com os serviços de Inteligência locais não podem ou não vão levar à execução de projetos dos Estados Unidos". Isso incluía os países que receberiam os Estados Unidos "de forma amigável" e também os que não o fizessem.

O mundo é um campo de batalha — esse era o mantra.

4. O chefe: Ali Abdullah Saleh

IÊMEN, 1970-2001; WASHINGTON, DC, 2001 — Assim que os aviões se chocaram contra o World Trade Center, Ali Abdullah Saleh entendeu que precisava agir rápido. O presidente iemenita era famoso nos círculos da Inteligência como um astuto sobrevivente que passara relativamente ileso pela Guerra Fria, pelas profundas divisões tribais em seu país e por ameaças terroristas. Quando sobreveio o Onze de Setembro, Saleh já tinha problemas com os Estados Unidos por causa do ataque a bomba ao *USS Cole* próximo ao porto de Áden, no sul do Iêmen, e estava resolvido a impedir que o Onze de Setembro marcasse o começo do fim de sua permanência no poder, de décadas. Enquanto o governo Bush começava a traçar planos para uma guerra sem fronteiras em resposta aos atentados, Saleh incubou um plano próprio que tinha um objetivo central: ficar no poder.

Saleh passara a governar o Iêmen[1] em 1990, depois da unificação do norte, que ele já governara desde a década de 1970, com o sul, governado por marxistas com base em Áden. Era conhecido em seu país como "o chefe".[2] O coronel Lang, que serviu durante anos como adido militar e da Defesa no Iêmen, conheceu Saleh em 1979. Fluente em árabe, Lang era convocado com frequência como tradutor para reuniões delicadas com outros representantes do governo americano. Ele e seu congênere britânico do MI-6 muitas vezes iam à caça com Saleh. "Saíamos[3] com uma porção de carros e matávamos gazelas, hienas", lembrou Lang, acrescentando que Saleh era "razoavelmente bom de mira". Sobre Saleh, Lang disse: "Mesmo sendo um demônio, ele é

realmente encantador", falando das décadas de governo de Saleh como "um belo governo, num país que é um 'pega pra capar'. É como ser o comandante de uma nave dos Klingon, entende? Eles estão só esperando". Saleh, disse Lang, é mestre em jogar as tribos umas contra as outras, cooptando-as em momentos decisivos e terceirizando seus problemas.

> Há um equilíbrio precário, o tempo todo, entre a autoridade do governo e a desses enormes grupos tribais. Normalmente, o governo só controla as terras ocupadas por suas forças, ou onde está prestando algum serviço desejado pelos líderes tribais e pela população, como atendimento médico ou educação. Então você acaba tendo uma porção de cidades protegidas, com uma série de postos de controle em volta delas e umas poucas expedições punitivas que o governo põe em ação pelo país todo para castigar pessoas com quem eles estão disputando algo.

Durante a guerra dos mujahedin contra os soviéticos no Afeganistão, na década de 1980, milhares de iemenitas aderiram à jihad — alguns deles coordenados e financiados[4] diretamente pelo governo de Saleh. "Todos eles foram enviados ao Afeganistão[5] para enfrentar a invasão e a ocupação pelos soviéticos", afirmou Saleh numa entrevista ao *New York Times* em 2008.

> E os Estados Unidos obrigavam países amigos naquele tempo, incluído o Iêmen, os países do Golfo, Sudão e Síria a apoiar os mujahedin — que eles chamavam de combatentes da liberdade — e a lutar no Afeganistão. Os Estados Unidos apoiavam decididamente o movimento islâmico na luta contra os soviéticos. Então, depois do colapso destes no Afeganistão, os Estados Unidos de uma hora para outra adotaram uma atitude completamente diversa e extrema e começaram a pressionar os países a combater os movimentos islâmicos que existiam em territórios árabes e islâmicos.

Quando os jihadistas voltavam ao país de origem, Saleh lhes proporcionava um santuário.[6] "Como no Iêmen temos pluralismo político,[7] decidimos não combater esses movimentos", disse Saleh. A Jihad Islâmica,[8] movimento de Ayman al-Zawahiri, o médico egípcio que chegou a se tornar o número dois de Bin Laden, instalou uma de suas maiores células no Iêmen na década de 1990. Decididamente, Saleh não via a Al-Qaeda como grande ameaça. Na verdade, via os jihadistas como aliados convenientes que em algum momento

poderiam ser usados em seus próprios planos internos. Em troca da liberdade que Saleh lhes oferecia para se deslocar e treinar no Iêmen, ele podia usar os jihadistas que tinham lutado no Afeganistão no combate aos secessionistas do sul[9] e, mais tarde, aos rebeldes xiitas do imã Houthi[10] em Sa'dah, no norte. "Eles eram os capangas[11] que Saleh usava para controlar qualquer elemento problemático. Temos muitos casos em que Saleh usou esses caras da Al-Qaeda para eliminar opositores do regime", disse-me Ali Soufan, ex-agente do FBI que trabalhou muito no Iêmen. Como eram valiosos para a agenda interna de Saleh, "podiam operar livremente. Conseguiam documentos iemenitas para viajar. Saleh era sua base mais segura. Fazendo esse jogo, ele tentava fazer de si mesmo o protagonista".

Em consequência desse relacionamento, na década de 1990, enquanto a Al-Qaeda se expandia, o Iêmen ofereceu-lhe terreno fértil para campos de treino e para recrutamento de jihadistas. Durante o governo Clinton, fora do pequeno grupo de funcionários que acompanhavam a ascensão da Al-Qaeda, a maior parte deles do FBI e da CIA, esse acordo mal provocou uma vibração no radar contraterrorista dos Estados Unidos.

Isso mudaria em 12 de outubro de 2000, depois de um ataque do tipo Davi contra Golias a um navio de guerra americano de 1 bilhão de dólares, o *USS Cole*, que estava atracado no porto de Áden para abastecimento. Pouco depois das onze da manhã, um pequeno barco a motor, carregado com duzentos quilos de explosivos,[12] foi atirado contra o navio e abriu uma cratera de doze metros por doze no flanco do *Cole*. O ataque matou dezessete marinheiros americanos e feriu mais de trinta. "Um destróier até os valentes podem temer,/ Inspira horror no porto e em alto-mar", [13] diria Bin Laden num vídeo de recrutamento da Al-Qaeda, declamando um poema escrito por um de seus assistentes.[14] Segundo especialistas em Al-Qaeda, o ataque inspirou uma legião de novos recrutas — principalmente do Iêmen — a se filiar à organização e a grupos similares.

Os agentes do FBI que viajaram ao Iêmen logo depois do ataque foram detalhadamente monitorados pelas autoridades iemenitas e recebidos no

aeroporto por Forças Especiais locais que apontavam armas para eles. "O Iêmen é um país com 18 milhões de cidadãos e 50 milhões de metralhadoras", relatou John O'Neill, que liderou as investigações do FBI sobre o ataque. Mais tarde, ele diria que "este pode ser o ambiente mais hostil[15] em que o FBI já operou". No verão de 2001, o FBI teve de se retirar por completo[16] depois de uma série de ameaças contra seus agentes e um suposto complô que pretendia explodir a embaixada americana. "Enfrentamos com regularidade ameaças de morte,[17] cortinas de fumaça e obstruções diplomáticas", lembrou Soufan, um dos principais investigadores do FBI. De modo geral, o governo de Saleh[18] obstruiu a investigação americana sobre o ataque a bomba, mas não foi nem de longe a única fonte de frustração para os investigadores. "Ninguém na Casa Branca de Clinton[19] parecia se preocupar com o caso", lembrou Soufan.

> Esperávamos que o governo de Bush filho fosse melhor, mas com exceção de Robert Mueller, diretor do FBI, os principais funcionários do governo em breve deixaram o caso de lado, porque, segundo Paul Wolfowitz, vice-secretário de Defesa, "tinha caducado".

Soufan e uns poucos funcionários do contraterrorismo americano observaram que a explosão do *USS Cole* fortaleceu a posição de Bin Laden. "O ataque ao *Cole* havia sido uma grande vitória",[20] comentou Lawrence Wright em seu livro seminal sobre a Al-Qaeda, *O vulto das torres*. "Os campos da Al-Qaeda no Afeganistão ficaram lotados de novos recrutas, e doadores dos Estados do Golfo chegavam carregando maletas cheias de petrodólares, como nos dias de glória da jihad afegã."

Uma semana antes do Onze de Setembro, Saleh vangloriou-se pela Al Jazira de que seu governo não tinha autorizado o FBI a interrogar ou questionar nenhum alto funcionário iemenita sobre o ataque. "Recusamo-nos a lhes dar acesso[21] ao Iêmen com tropas, aviões e navios", declarou Saleh. "Ficaram sob vigilância direta de nossas forças de segurança. Respeitaram nossa posição e se submeteram ao que mandamos."

Os ataques terroristas ao World Trade Center em 11 de setembro de 2001 trouxeram novas dificuldades para a relação entre o regime de Saleh e os

Estados Unidos. Embora estando no poder desde o fim da década de 1970, depois do Onze de Setembro o mundo de Saleh poderia facilmente ter desmoronado em um instante. "Aqueles que fazem guerra[22] contra os Estados Unidos escolheram a própria destruição", declarou o presidente Bush quatro dias depois dos atentados. "A vitória contra o terrorismo não vai se decidir com uma única batalha, mas com uma série de ações contra organizações terroristas e contra aqueles que lhes dão abrigo e apoio." A parte do "abrigo" foi interpretada por Saleh como um aviso ameaçador — e com razão.

Os documentos presidenciais e outras resoluções emitidas por Bush depois do Onze de Setembro autorizavam a CIA e as Forças de Operações Especiais a combater a Al-Qaeda em qualquer parte do mundo em que seus quadros operacionais estivessem baseados. Enquanto as forças americanas pressionavam o Afeganistão, as Forças de Operações Especiais e a CIA continuavam a rastrear os movimentos dos quadros operacionais da Al-Qaeda com o objetivo de localizá-los, para morte ou captura, onde quer que eles pousassem. Depois da rápida derrocada do governo talibã de Cabul pelos Estados Unidos, muitos dos combatentes estrangeiros alinhados com Bin Laden se viram em fuga e em busca de refúgio. Um de seus principais portos seguros foi encontrado nos ermos do Iêmen.

O governo Bush pôs o Iêmen numa lista[23] de primeiros alvos prováveis na guerra contra o terror e poderia ter facilmente desmontado o governo Saleh, apesar da arrogante declaração deste, antes do Onze de Setembro, de que "o Iêmen é a tumba dos invasores".[24] Saleh estava determinado a não seguir o destino do Talibã e não perdeu tempo para armar as jogadas que lhe garantiriam isso.

A primeira delas foi pegar um avião para os Estados Unidos.

Em novembro de 2001, o presidente Saleh chegou a Washington, DC, onde manteve conversas[25] com o presidente Bush, com o vice-presidente Cheney e com os diretorer do FBI, Robert Mueller, e da CIA, George Tenet. Disse a quem quisesse ouvir que o Iêmen estava do lado dos Estados Unidos. A imprensa foi trazida à Casa Branca para uma sessão de fotos dos dois líderes sorrindo e

apertando-se as mãos. Em seus encontros com Bush, Saleh enfatizou a "condenação aos ataques terroristas de Onze de Setembro nos Estados Unidos e a denúncia, por parte do Iêmen, de todas as formas de terrorismo", referindo-se a seu país como "um importante parceiro[26] na coalizão contra o terrorismo".

Enquanto em público desenrolava-se o espetáculo de Saleh, com o governo Bush retratando-o como aliado na recém-denominada "Guerra Global contra o Terror", a portas fechadas altos funcionários do governo intermediavam acordos para expandir a presença americana no Iêmen. Durante os encontros realizados em Washington, que incluíram visitas de Mueller e Tenet à suíte pessoal de Saleh no Ritz Carlton Hotel[27] da 22th Street, o presidente iemenita ganhou de presente um pacote de ajuda[28] no valor de 400 milhões de dólares, além de financiamentos do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. E, o que era essencial para os Estados Unidos, o pacote incluía a ampliação do treinamento das Forças Especiais do Iêmen pelos americanos. Esse treinamento permitiria levar as Forças Especiais dos Estados Unidos para dentro do Iêmen sem comprometer internamente a imagem de Saleh. Como parte do trato, os Estados Unidos instalariam um "campo de contraterrorismo"[29] no Iêmen, comandado pela CIA, pelo Corpo de Fuzileiros Navais e por Forças Especiais americanas que seriam respaldadas pelo posto avançado americano no Djibuti, país africano próximo que também servia como base de drones Predator. Tenet conseguiu que os Estados Unidos fornecessem helicópteros e equipamento de escuta. Saleh deu também a Tenet uma permissão essencial para o uso de drones da CIA[30] em território iemenita.

"Saleh sabia o que fazer para sobreviver",[31] disse o dr. Emile Nakhleh, que foi alto funcionário da Inteligência da CIA. Durante as décadas em que esteve no poder, Saleh "aprendeu a falar a língua da Guerra Fria para se tornar benquisto por nós e por outros países ocidentais que falavam a língua do anticomunismo". Depois do Onze de Setembro, Saleh "aprendeu rápido" que tinha de falar a língua do contraterrorismo, acrescentou Nakhleh.

Então ele veio para cá procurando apoio, procurando financiamento. Mas Saleh, desde o primeiro instante, nunca pensou que o terrorismo representasse uma ameaça para ele. Achava que o Iêmen fosse basicamente uma plataforma para a Al-Qaeda e outras organizações terroristas e que o objetivo real fosse Al Saud, a Casa de Saud. E então encontrou um jeito de lidar com eles. Assim, ele vinha aqui e falava conosco na língua que nos agradava e que compreendíamos, mas depois voltava para casa e fazia todo tipo de aliança com todo tipo de personagens tenebrosos que pudessem ajudá-lo a sobreviver. Não acho que ele pensasse sinceramente que a Al-Qaeda representasse uma séria ameaça a seu regime.

O coronel Lang disse que Bush

estava tão empolgado com o presidente Saleh, um sujeito atraente, amável e comunicativo, que na verdade ficou ansioso para ouvir o que Saleh dizia, como "Gostamos dos americanos, queremos ajudá-los, queremos cooperar com vocês", esse tipo de coisa, e se dispôs a enviar-lhe ajuda, inclusive militar.

Durante o encontro com o presidente Bush em novembro de 2001, Saleh "manisfestou a preocupação[32] e a esperança de que a ação militar no Afeganistão não excedesse as fronteiras do país para se disseminar por outras partes do Oriente Médio, fomentando mais instabilidade na região", segundo uma declaração da embaixada iemenita em Washington ao término da visita. Mas para manter o Iêmen de fora da lista de alvos de Washington, Saleh precisava entrar em ação. Ou pelo menos dar a impressão de que estava fazendo isso.

A comitiva de Saleh recebeu uma lista de diversos suspeitos da Al-Qaeda que o regime iemenita deveria perseguir como prova de boa vontade. No mês seguinte, Saleh ordenou que suas forças fizessem uma incursão numa aldeia[33] da província de Marib, onde se supunha que residissem Abu Ali al-Harithi, um dos principais suspeitos da explosão do *Cole*, e outros militantes. A operação das Forças Especiais iemenitas foi um erro monumental. Tribos locais tomaram diversos soldados como reféns, e os homens visados pela incursão escaparam ilesos. Mais tarde, os soldados foram libertados por ação de

mediadores tribais, mas a ação irritou as tribos e serviu de advertência a Saleh para que ficasse longe de Marib. Foi o começo do que se tornaria um complexo e perigoso jogo de xadrez para Saleh, que dava seus primeiros passos com o intuito de satisfazer o desejo de Washington quanto a assassinatos dirigidos no Iêmen, enquanto mantinha para si o controle do poder.

Pouco depois das reuniões de Saleh em Washington, os Estados Unidos criaram uma força-tarefa para o Chifre da África e o Golfo de Áden. No fim de 2002, cerca de novecentos militares e funcionários da Inteligência[34] foram enviados a um antigo posto avançado francês, Camp Lemonnier, no Djibuti, com o nome de Força-tarefa Conjunta Combinada — Chifre da África (Combined Joint Task Force — Horn of Africa, CJTF-HOA). Essa base secreta, situada a apenas uma hora de barco do Iêmen, tornar-se-ia em pouco tempo o centro de comando para ações secretas dos Estados Unidos no Chifre da África e na Península Arábica, servindo como plataforma de lançamento para que a CIA e o JSOC atacassem à vontade fora do palco da guerra declarada do Afeganistão.

Quando começaram a montagem de Lemonnier, os Estados Unidos reforçaram a presença de "instrutores" militares no Iêmen. Embora oficialmente estivessem no país para modernizar suas forças contraterroristas, os americanos, sem perda de tempo, puseram-se a armar sua capacidade operacional[35] para rastrear suspeitos da Al-Qaeda, achar e atacar sua localização, de modo que suas forças pudessem acabar com eles. O coronel Lang lembrou que

> ao longo dos anos, houve lá toda espécie de gente que, do ponto de vista americano, seriam personagens duvidosos que teriam procurado abrigo no Iêmen. E Saleh joga seu próprio jogo, então oferece abrigo e um lugar de refúgio para essas pessoas. Assim, era sabido que havia inimigos dos Estados Unidos, e eles começaram a procurar essas pessoas.

Um ano depois do primeiro encontro de Saleh com Bush, os "treinadores" americanos lançariam sua primeira operação "quente".

5. O enigma de Anwar Awlaki

REINO UNIDO, ESTADOS UNIDOS E IÊMEN, 2002-3 — Quando Anwar Awlaki chegou ao Reino Unido, ligou para seu tio rico, o xeque Saleh bin Fareed, que tinha uma casa no sul da Inglaterra. "Tio Saleh, estou aqui. Posso vê-lo?",[1] perguntou Anwar. "Seja bem-vindo", respondeu Bin Fareed. Quando Anwar chegou à casa do tio, os dois puseram em dia assuntos familiares antes que a conversa se encaminhasse para os acontecimentos nos Estados Unidos. "Você tem alguma coisa a ver com o que aconteceu?", Bin Fareed se lembra de ter perguntado, sabendo que Anwar tinha sido interrogado inúmeras vezes pelo FBI. Ele tinha ouvido também novas informações de que Anwar havia se encontrado com alguns dos sequestradores. "Não tenho nada a ver aquilo", disse Anwar, segundo o tio. "Se eu tivesse alguma coisa com a Al-Qaeda ou com aquela gente, eu não estaria agora aqui na Inglaterra com você. Viajo livremente. No Reino Unido, ninguém encosta a mão em mim." Ele contou que agentes americanos tinham dito: "Não temos nada contra você". Anwar ficou com o tio enquanto se instalava na Inglaterra e começou a pregar para plateias muçulmanas em grupos comunitários, centros religiosos e mesquitas, com uma paixão, se não militância, cada vez maior. Falava da importância de defender e promover o Islã num momento em que estava sendo atacado, como ele acreditava. "Ele costumava viajar de trem — ia para Londres, para Birmingham, dava suas palestras e voltava", lembrou Bin Fareed.

Num discurso que fez naquele período na conferência anual da instituição de caridade JIMAS, na Universidade de Leicester, Awlaki lançou um apelo aos

muçulmanos do Ocidente para que defendessem e pregassem sua fé. "Devemos nos preocupar[2] com o que está acontecendo com nossos vizinhos, com nossos amigos, com nossos companheiros de trabalho, com as pessoas que vivem conosco", disse ele.

> E não estamos nos importando, sabendo que o destino de nossos vizinhos e amigos é o fogo do inferno, não estamos fazendo nada a esse respeito. Então, nossa função principal como minoria, como muçulmanos que vivem entre não muçulmanos, é proclamar publicamente a mensagem, e quando a entregarmos, que seja em termos simples e claros, sem confusão.

Recomendou que não fossem agressivos na divulgação do Islã, dizendo que deviam ser como os mensageiros da UPS, da DHL ou do FedEx. "Em vez de bater à porta com um martelo, e quando a pessoa atender jogar o pacote na cara dela", dizia ele, "você bate na porta gentilmente e, quando abrirem, você lhes dirige um sorriso."

Em meados de 2002, Awlaki voltou ao Iêmen para estudar na famosa Universidade da Fé, em Sana'a. "Tive licença[3] da administração da universidade [...] para frequentar qualquer curso, em qualquer nível, e aproveitei para assistir aulas de Tafsir [exegese do Alcorão] e de Fiqh [jusrisprudência islâmica] durante alguns meses", escreveria Awlaki mais tarde, acrescentando que "também aproveitei os ensinamentos do xeque Abdul Majeed al-Zindani, reitor da universidade". Mas enquanto Awlaki começava a dar seus próximos passos, os que o investigavam nos Estados Unidos não se esqueciam dele.

Na época em que Awlaki viajou à Arábia Saudita[4] e ao Iêmen para estudar o Islã, havia quem achasse, nos Estados Unidos, na Comunidade de Inteligência americana (Intelligence Community, IC) que o caso dele não devia ser encerrado, que o jovem imã poderia estar ligado ao Onze de Setembro e que nem todas as pistas sobre ele tinham sido investigadas. Alguns achavam que ele não devia ter sido liberado para sair dos Estados Unidos. "Quando ele deixou a cidade, foi como se tudo estivesse perdido",[5] disse uma fonte do FBI. Ainda assim, segundo a Comissão do Onze de Setembro, a investigação sobre

o suposto envolvimento de Awlaki não trouxe indícios que pudessem ser considerados "fortes o bastante para justificar um indiciamento criminal".[6]

Em junho de 2002, os agentes que o investigavam conseguiram um mandado de prisão[7] contra ele, embora duvidassem muito de seu retorno aos Estados Unidos. A ordem de prisão não foi emitida por causa de seus supostos contatos com os sequestradores do Onze de Setembro, nem por solicitar serviços de prostitutas, mas por falsidade ideológica, remetendo a seu pedido de bolsa de estudos no início da década de 1990 em que declarava o Iêmen como país de nascimento. Quando chegou aos Estados Unidos para cursar a faculdade e se inscreveu na Previdência Social, Awlaki reafirmou o Iêmen como país de nascimento. Na ocasião em que teve de explicar-se diante das autoridades, ele resolveu o problema[8] dizendo que seus documentos iemenitas estavam errados. Agora, dez anos depois, os policiais federais queriam reabrir o caso como pretexto para prendê-lo. "Ficamos em êxtase[9] ao descobrir que podíamos conseguir um mandado de prisão contra esse cara", lembrou um antigo agente da Força-tarefa Conjunta. As acusações que queriam impingir-lhe por falsificação de passaporte poderiam valer-lhe dez anos de cadeia[10] e ser usadas para pressioná-lo a cooperar com mais afinco com as investigações sobre o Onze de Setembro.

Se um dia ele ia voltar aos Estados Unidos, os investigadores não sabiam. Pediram ao Departamento do Tesouro que pusessem o nome de Awlaki no sistema do TECS II,[11] o Sistema de Comunicações de Fiscalização do Tesouro, que faria com que qualquer contato que ele tivesse com funcionários da Imigração ou da Alfândega soasse um alerta, resultando em sua prisão. Se tentasse entrar nos Estados Unidos, o FBI seria informado imediatamente.

As chances pareciam remotas.

Mas Awlaki voltou, muito antes do que se poderia esperar, e quando isso aconteceu, uma sequência de eventos levantou sérias dúvidas sobre suas relações com o FBI.

Em Sana'a, Nasser Awlaki discutia com o filho. Anwar lhe dissera que não queria mais viver nos Estados Unidos. O assédio do FBI era excessivo, os muçulmanos estavam sendo perseguidos, presos, investigados. Mas o velho Awlaki não desistiria de ter um filho autenticamente americano que fizesse doutorado nos Estados Unidos. "Faça mais uma tentativa, Anwar",[12] disse Nasser ao filho em setembro de 2002. Nasser e a mulher se ofereceram para cuidar dos dois filhos mais velhos de Anwar, Abdulrahman e Maryam, enquanto Anwar e a mulher voltariam à Virgínia com o caçula, Abdullah, para tentar resgatar a vida deles nos Estados Unidos. "Era como se fosse um teste", lembrou Nasser. "Se eles achassem que as coisas ficariam bem" nos Estados Unidos, Nasser levaria Abdulrahman e Maryam para os pais. Anwar acabou concordando. "Foi mesmo por insistência minha. Eu lhe disse: 'Volte e veja como estão as coisas, e se tudo estiver bem continue seu doutorado na Universidade George Washington'", disse Nasser.

O FBI, ao que parece, estava a par dos planos de Anwar. Em 8 de outubro de 2002, Awlaki foi tema de um memorando[13] confidencial de distribuição restrita emitido pela Inteligência de Comunições Eletrônicas (Electronic Communications, EC) do FBI. Seu conteúdo continua sendo confidencial. No dia seguinte, 9 de outubro de 2002, a Procuradoria dos Estados Unidos no Colorado entrou com um pedido de anulação[14] da ordem de prisão contra Awlaki. O procurador que suspendeu a ordem de prisão disse que o governo reconhecia não haver indícios suficientes para sustentar uma acusação e que Awlaki não podia ser incriminado por "ter má reputação".[15] Dois dias depois de enviado o memorando da EC-FBI sobre Awlaki e um dia após ser apresentado o pedido de suspensão da ordem de prisão, Awlaki e a família chegaram ao aeroporto JFK,[16] em Nova York, num voo procedente de Riade, Arábia Saudita, que pousou pouco depois das seis da manhã. Quando Awlaki passou pelo controle de passaportes, seu nome apareceu na lista do TECS II e do alerta de terrorismo. A justificativa que aparecia na tela era: "Passageiro antiterrorista".[17] Pesquisando em sua base de dados, os agentes descobriram a ordem de prisão que a Procuradoria no Colorado estava tentando suspender.

Mas ela ainda estava vigente.[18] Awlaki foi levado com a família por agentes do Serviço de Imigração e Naturalização (Immigration and Naturalization Service, INS) para uma área especial de controle, onde ficou detido por três horas.[19] "O indivíduo foi acompanhado primeiramente pelo INS e depois pela Alfândega",[20] foi a mensagem registrada pelos agentes no boletim de ocorrência. Sua bagagem foi revistada,[21] e os funcionários da Alfândega informaram seus superiores de que tinham Awlaki em custódia. Tentaram encontrar o agente especial do FBI indicado como elemento de contato nos avisos que apareceram nas telas quando inseriram o nome de Awlaki, Wade Ammerman. Mas de início eles não conseguiram encontrá-lo, porque o número do celular dele estava inválido.[22]

Ammerman era um dos principais agentes da investigação sobre Awlaki. Uma alta autoridade da Alfândega, David Kane, disse aos agentes que pegaram Awlaki que ia procurar Ammerman.[23] Por coincidência, Kane tinha trabalhado no caso Awlaki[24] anos antes, quando Awlaki era imã em San Diego. Depois disso, Kane fora transferido para a Virgínia e voltou a investigar Awlaki como parte da operação Busca Verde, que visava as redes de financiamento do terror. Embora tivesse tentado ligar Awlaki a essas redes, disse que "não encontramos ligação[25] entre o grupo e Awlaki". Assim, Kane sabia exatamente quem era a pessoa que os funcionários da Alfândega do aeroporto JFK tinham em mãos em 10 de outubro de 2002. Mas quando finalmente conseguiu localizar o agente Ammerman, este disse que a ordem de prisão contra Awlaki tinha sido suspensa e que ele deveria ser solto. Kane disse que o FBI "não deu explicações"[26] sobre a ordem. No boletim de ocorrência, os funcionários da Alfândega observaram que tinham "RECEBIDO UMA LIGAÇÃO DO S/A KANE AVISANDO QUE A ORDEM DE PRISÃO EMITIDA PELO DEPTO. ESTADO TINHA SIDO REVOGADA",[27] acrescentando que um representante do Gabinete Operacional do FBI em Washington tinha ligado para eles e dito que a ordem de prisão do Colorado "TINHA SIDO REVOGADA EM 9 DE OUTUBRO". Curiosamente, a ordem de prisão só foi efetivamente revogada em 11 de outubro.[28]

Os documentos americanos que falam da detenção de Awlaki no JFK dizem que os Awlaki foram libertados pelos agentes às 9h20 da manhã, "com agradecimentos pela sua paciência",[29] e receberam um formulário no qual avaliariam sua experiência com as autoridades. Um funcionário da Saudi Arabian Airlines acompanhou os Awlaki até sua conexão para Washington, DC. "Os funcionários da Alfândega ficaram muito constrangidos com a situação e não sabiam o que dizer", lembrou Awlaki mais tarde. "Ouvi um pedido de desculpas de um deles,[30] com uma cara estranha. Eu mesmo estava chocado e perguntei: é isso mesmo? Ele disse sim, senhor, é isso mesmo. Vocês estão livres para embarcar." No dia seguinte, a ordem de prisão foi oficialmente revogada, embora um dia antes o FBI soubesse claramente que isso ia acontecer.

Livre para viajar dentro dos Estados Unidos, Awlaki voltou à Virgínia. Retomou contato com antigos colegas e começou a avaliar qual seria o futuro que podia ambicionar para sua família nos Estados Unidos, se é que havia algum. Foi então que aconteceu um curioso encontro. Em outubro de 2002, Awlaki fez uma visita a outro líder islâmico carismático,[31] um iraquiano-americano de nome Ali al-Timimi, que era o principal pregador[32] de Dar al-Arqam, um centro islâmico de Falls Church, Virgínia. Mas Timimi não era apenas religioso; era também um jovem cientista brilhante que frequentava a prestigiada Georgetown Day School em Washington e se formara em biologia. Na ocasião da visita de Awlaki, ele estava fazendo doutorado e trabalhava em pesquisa genética sobre câncer.[33] Timimi foi identificado pelo FBI por possível envolvimento no "complô do antraz"[34] descoberto depois do Onze de Setembro, e o Bureau acreditava também que ele devia estar envolvido com uma rede que pretendia treinar jihadistas do Ocidente em solo americano. Nunca se fez uma acusação formal a Timimi no caso do antraz.

O encontro de Timimi com Awlaki contribuiria para dar forma a uma teoria alternativa sobre a relação de Awlaki com o FBI, segundo a qual ele não seria apenas alvo ou pessoa de interesse para a investigação.

Teria o FBI levado Anwar Awlaki a virar a casaca e feito dele um informante?

A sucessão de indícios que apoiam essa teoria é sugestiva. O agente especial Ammerman, que facilitou a libertação de Awlaki no aeroporto JFK, não só tinha trabalhado no seu caso como também fora um dos principais investigadores[35] de Timimi depois do Onze de Setembro. "Acho que ninguém ia querer que eu falasse[36] sobre as coisas em que estava envolvido", disse Ammerman a Catherine Herridge, jornalista da Fox News que investigou o caso e tinha contato frequente com agentes da lei americanos. Herridge supunha que o FBI "estava tentando cultivar[37] Awlaki como um quadro de inteligência humana", como o próprio Awlaki tinha afirmado anos antes. Mas teriam tido sucesso?

Quando Awlaki chegou à casa de Timimi, começou a falar sobre recrutamento de jihadistas ocidentais. "Nunca na vida Ali tinha conversado com o cara[38] ou se encontrado com ele", contou-me o advogado de Timimi, Edward MacMahon. "Awlaki simplesmente apareceu na casa dele e perguntou se podia ajudá-lo a encontrar jovens que quisessem aderir à jihad." MacMahon disse que Timimi desconfiou do surgimento "totalmente inesperado" de Awlaki. Na época, a comunidade muçulmana estava sob intensa vigilância do governo — grupos islâmicos tinham sido devassados, muçulmanos vinham sendo detidos com frequência para interrogatório e se suspeitava da existência de espiões e informantes infiltrados em organizações muçulmanas. "É preciso voltar no tempo para entender", disse MacMahon.

> A comunidade sabia que estavam fazendo todo tipo de investigação e Ali era um muçulmano de muito destaque. O que quero dizer é: por que o cara [Awlaki] estava ali? Por que estava pedindo a uma pessoa que nunca tinha visto na vida que o ajudasse a encontrar jovens para a jihad? Isso cheirava a cilada. Ali expulsou-o de sua casa.

Os amigos de Timimi disseram suspeitar que Awlaki podia estar trabalhando com o FBI e tentando enganá-lo.[39] Em 2003, a casa de Timimi foi invadida por agentes federais. Ele acabou condenado[40] por incitar onze

muçulmanos jovens, quase todos americanos, a aderir ao Talibã para combater os Estados Unidos no Afeganistão. Os acusadores disseram que seus sermões contribuíram para inspirar a "Jihad Paintball do Norte da Virgínia", que treinara com armas de paintball para unir-se à luta no Afeganistão. Durante os procedimentos legais, Timimi disse que acreditava ter visto um fio elétrico[41] entre as roupas de Awlaki quando este chegou a sua casa, em 2002, e que o FBI tinha a gravação do encontro. Quando os advogados de Timimi pediram que as supostas fitas fossem dadas a conhecer, a promotoria respondeu que "Al-Timimi quer que o Tribunal determine que o governo exiba as fitas que ele afirma terem sido feitas por Awlaki quando o visitou. Não temos autoridade para tal solicitação".[42] MacMahon disse que a resposta do governo dava a entender que "trata-se de uma questão de segurança nacional[43] e confidencial". Mas não foi apenas a aparentemente "despropositada" visita de Awlaki a Timimi que MacMahon achou suspeita. "Pensamos que [Awlaki] estava levando um fio, e queríamos saber como ele chegou" à casa de Timimi. Mais tarde, MacMahon soube que ele tinha sido levado por Nabil Gharbieh, supostamente membro da conspiração que mais tarde colaborou com a promotoria. "Como foi que Anwar Awlaki foi parar na casa de Ali?", perguntou MacMahon, antes de mencionar sua própria teoria: "Porque [o agente especial] Ammerman fez com que Gharbieh o levasse até lá".

Ammerman encontrou-se com Awlaki quando este voltou à área de Washington, DC, em outubro de 2002 e foi ele na verdade o agente que fez com que Awlaki fosse liberado[44] do aeroporto JFK para poder seguir até a capital. Se os dois homens falaram sobre Timimi, não sabemos. Mas há outras vagas pistas de uma ligação. Segundo o *Washington Post*

> No fim de 2002, o Gabinete Operacional do FBI em Washington recebeu duas pistas semelhantes de muçulmanos do local: Timimi estava liderando "um grupo islâmico conhecido como Dar al-Arqam" que tinha "realizado treinamento de tipo militar", escreveria mais tarde em seu depoimento o agente especial do FBI John Wyman. Ele e outro agente, Wade Ammerman, interessaram-se vivamente pelas pistas.[45]

Anos depois, essa série de acontecimentos levaria o parlamentar republicano Frank Wolf, da Virgínia, a exigir respostas do FBI. Numa carta dirigida ao diretor Robert Mueller, Wolf perguntou: "Existe alguma ligação[46] entre o comunicado eletrônico do FBI sobre Awlaki, a moção de revogação de sua ordem de prisão e o repentino retorno de Awlaki aos Estados Unidos?". Wolf notou também que "depois de sua detenção no [aeroporto] Kennedy, na manhã de 10 de outubro de 2002, um agente do FBI — o agente especial Wade Ammerman do Gabinete Operacional em Washington — ordenou que Awlaki fosse posto em liberdade pelos agentes da Alfândega depois de ser detido com base numa ordem de prisão vigente", acrescentando:

> Isso é especialmente questionável dada a coincidência desses acontecimentos. A moção da Procuradoria do Colorado que revogava a ordem de prisão só foi aprovada em 11 de outubro, um dia depois que o FBI ordenou a liberação de Awlaki. Por que o FBI ordenou a liberação de Awlaki se a ordem de prisão ainda estava vigente?

O pedido de acesso a um memorando de 8 de outubro da Inteligência do FBI e outros documentos sobre Awlaki, apresentado por jornalistas, foi negado. O Bureau enviou "27 páginas de vazio",[47] citando "segurança nacional e resoluções do executivo", segundo Herridge, a jornalista da Fox.

É claro que há outras teorias sobre a visita de Awlaki aos Estados Unidos e seu encontro com Timimi — principalmente a que diz que Awlaki estava realmente tentando recrutar jovens ocidentais para a jihad. Também é possível que o FBI tenha intervindo para libertar Awlaki depois da detenção no aeroporto por querer seguir seus passos nos Estados Unidos e investigar seus movimentos e contatos. Não é raro que os agentes da lei permitam que suspeitos ou pessoas de seu interesse fiquem à solta, pensando que estão livres, para poder monitorá-los.

Quanto a Timimi, acabou sentenciado a prisão perpétua. Entre as testemunhas da acusação[48] estava Gharbieh, o homem que levou Awlaki ao encontro dele. Os advogados de Timimi alegaram que ele foi condenado com

base em provas forjadas num julgamento nascido do pânico sobre a iminência de novo ataque no pós-Onze de Setembro. MacMahon sustentou que Timimi foi acusado com base em medos — não em provas. "Eles não iam correr nenhum tipo de risco", disse ele. "Mas normalmente não usamos nosso sistema de justiça como uma espécie de curral, como os britânicos fizeram com os irlandeses na Irlanda do Norte."

MacMahon alegou que o FBI escondeu deliberadamente o papel de Awlaki no caso Timimi e acreditava que se esse papel tivesse sido reconhecido, Timimi poderia ter usado o fato como prova em sua luta pela liberdade. "Se eles tivessem revelado que Ammerman facilitou a viagem, eu teria entrado em detalhes no assunto, mas eles sonegaram essa informação", disse.

> O FBI simplesmente não vai admitir o que fez. Teria sido uma prova essencial no julgamento de Ali. O coitado pegou prisão perpétua. Como você sabe, a acusação contra ele foi de recrutar jovens para a jihad. Portanto, o fato de um agente do governo — alguém que trabalhava para o governo — ter vindo até ele para pedir que fizesse exatamente isso, e ter sido posto para fora, refutaria totalmente as acusações.

Anos mais tarde, o representante Wolf pressionou o governo americano sobre o assunto. "Como foi que Awlaki foi parar[49] na casa de Ali al-Timimi com uma testemunha da acusação pouco depois de ter sido autorizado a voltar aos Estados Unidos? Será que o FBI sabia desse encontro antes" do retorno de Awlaki? Provavelmente nunca se saberá se Awlaki colaborou com o FBI na tentativa de obter uma acusação contra Timimi. Ele falou em numerosas ocasiões das tentativas do FBI de fazer dele um colaborador. Teria tido êxito? "Wade Ammerman testemunhou no caso [de Timimi]. Para mim, há provas incontestáveis de que Wade Ammerman tentou cooptar Anwar Awlaki. Ou talvez até pensasse que tinha conseguido", disse MacMahon.

> O que quero dizer é que Awlaki era uma das únicas pessoas nos Estados Unidos que teve contato com os sequestradores em diversos estados. Não é todos os dias que o FBI coopta um alvo. Como é possível que não tenham prendido esse cara [Awlaki] quando o tinham em seu escritório? Estão caçando gente que joga paintball quando eles têm esse cara no escritório deles.

Anwar "nunca me contou que tinha tido esse problema em Nova York", lembrou Nasser. E sobre as relações de Anwar com o FBI e as possíveis tentativas de cooptá-lo? "Ele nunca me falou disso", acrescentou Nasser. O FBI negou-se a esclarecer o que aconteceu exatamente com Awlaki no fim de 2002 e por quê. Isso deixa muitas perguntas sem resposta, inclusive algumas que poderiam ter bastante importância para acontecimentos futuros. Será que os federais enredaram Awlaki com ameaças de indiciamento por solicitar prostitutas ou por suas relações com os sequestradores? Será que ele foi chantageado para cooperar? Será que Awlaki estaria colaborando com o FBI em troca de ser deixado em paz pelo governo? Se foi isso, ele teria entendido que o governo nunca o deixaria em paz e que lhe exigiriam que trabalhasse como informante para sempre?

"Na minha opinião, e é apenas uma opinião, havia um plano para tentar o recrutamento",[50] disse-me um ex-alto funcionário de contraterrorismo do FBI.

> Se Awlaki foi pressionado e fingiu aceitar, isso explicaria a revogação da ordem de prisão depois que ele foi solto. Eu acredito que ele fingiu cooperar durante algum tempo e depois simplesmente caiu fora. Isso explicaria também a relutância do FBI em revelar detalhes sobre o caso vigente que eles tinham em San Diego. Era constrangedor demais.

Se essa fosse a verdade, não seria interessante para nenhuma das partes reconhecê-la. Seja como for, disse Nasser, Anwar "decidiu que não era mesmo bom para ele ficar de novo nos Estados Unidos". No fim de dezembro, Awlaki deixou os Estados Unidos, dessa vez para sempre. Um ano depois, quando lhe perguntaram por que ele tinha sido autorizado a ir embora, um funcionário do FBI respondeu: "Não sabemos como foi que ele saiu".[51]

6. "Estamos num novo tipo de guerra"

DJIBUTI, WASHINGTON, DC, E IÊMEN, 2002 — Em meados de 2002, quadros operacionais da Inteligência dos Estados Unidos descobriram que o homem que eles haviam apontado como um dos cérebros da explosão do *Cole* em 2000, Abu Ali al-Harithi, estava no Iêmen. Funcionários americanos deram-lhe o apelido de "Padrinho do Terror do Iêmen".[1] Durante meses, equipes do JSOC e drones tinham estado à caça dele sem resultado, e o embaixador americano Edmund Hull se reunira com chefes tribais em Marib,[2] dando-lhes dinheiro em troca de informações sobre o paradeiro e os movimentos de Harithi, que usava diversos telefones celulares[3] e trocava seus chips com frequência para não ser localizado. Num domingo, 3 de novembro, a equipe de Inteligência, por interceptação de sinais das Operações Especiais do Iêmen, localizou Harithi numa propriedade em Marib depois que ele usou um telefone celular cujo número a Inteligência americana rastreara meses antes. "O pessoal das Operações Especiais tinha a propriedade sob vigilância",[4] lembrou o general Michael DeLong, na época vice-comandante do Centcom dos Estados Unidos. Eles estavam se preparando para invadir a propriedade quando Ali e seis de seus aliados saíram. Entraram em SUVs e fugiram."

Como parte da operação, a CIA tinha lançado um drone MQ-1 Predator[5] de seu posto avançado no Djibuti para o espaço aéreo do Iêmen. Mas esse não era apenas um drone de espionagem: estava equipado com dois mísseis Hellfire antitanque. Estava sob controle operacional de uma divisão altamente secreta da CIA, a Divisão de Atividades Especiais. Enviava imagens ao vivo[6]

para o Centro de Contraterrorismo em Langley, Virgínia, assim como para o centro de comando no Djibuti. "Agora estávamos numa caçada equipados com um Predator de alta velocidade",[7] afirmou DeLong.

As imagens enviadas pelo drone mostravam Harithi e seu grupo numa empoeirada Land Cruiser, num comboio[8] que avançava pela madrugada a 160 quilômetros de Sana'a. Estavam passando por Marib, localidade que o embaixador americano deveria visitar no dia seguinte. Enquanto o comboio circulava pelo deserto iemenita, o motorista de Harithi gritava num telefone por satélite, falando com um homem com quem os quadros operacionais da Al-Qaeda deveriam se encontrar. "Estamos bem aqui",[9] ele gritou. Os analistas da Inteligência ouviram a voz de Harithi no fundo, dando instruções ao motorista, e perceberam que o drone tinha o jipe sob pleno controle. "Nossa Inteligência diz que é ele", disse DeLong ao diretor da CIA, George Tenet, enquanto ambos monitoravam as imagens ao vivo, cada um de sua base. "Um deles é americano — o cara gordo. Mas é da Al-Qaeda."

Tenet ligou para Saleh e informou que ia dar o sinal verde para o ataque. Saleh concordou, porém insistiu que a missão deveria ser mantida em segredo. Tenet anuiu. "Nós também não queremos publicidade",[10] lembrou-se DeLong. "Se surgirem perguntas, a versão iemenita oficial será de que uma SUV ocupada por civis chocou-se acidentalmente com uma mina terrestre no deserto e explodiu. Não haveria menção a terroristas nem a disparo de mísseis."

Uma vez resolvidas as formalidades, Tenet deu luz verde para a ação. Um míssil Hellfire de 150 centímetros foi lançado contra o jipe, que explodiu. Um dos passageiros sobreviveu ao golpe e conseguiu se arrastar por cerca de vinte metros[11] antes de cair morto. Enquanto os restos do jipe queimavam no deserto, um quadro da CIA foi até o local para examinar o resultado do ataque e colher amostras de DNA[12] dos mortos. Dias depois, revelou-se que entre os eles estava Ahmed Hijazi, também conhecido como Kamal Derwish, cidadão americano[13] nascido em Buffalo, Nova York. Depois do ataque, funcionários do governo americano ligaram publicamente Hijazi ao que eles chamavam de

célula do terror de Buffalo, conhecida como "Sexteto de Lackawanna". Hijazi tinha sido citado como participante sem antecedentes[14] do grupo conspiratório de seis iemenitas-americanos que fornecia material de apoio à Al-Qaeda. Organizações de direitos civis afirmaram que esses homens tinham sido incentivados e depois apanhados pelo FBI. Tinham sido presos dois meses antes do assassinato de Hijazi. Os investigadores do FBI disseram que ele era "membro de carteirinha da Al-Qaeda"[15] e estava ajudando a pôr em marcha uma célula clandestina em Buffalo.

Um dia depois do ataque do drone, o presidente Bush estava no Arkansas em campanha pelos candidatos republicanos às eleições parlamentares. Sem mencionar explicitamente o ataque, Bush mandou uma mensagem sobre sua estratégia para os quadros da Al-Qaeda no mundo todo. "A única maneira de tratá-los é como o que eles são: assassinos internacionais",[16] declarou Bush. "E a única maneira de encontrá-los é ter paciência, persistência e ir atrás deles. Os Estados Unidos da América estão fazendo exatamente isso."

No Pentágono, o secretário de Defesa Donald Rumsfeld se esquivava das perguntas sobre o papel dos Estados Unidos no ataque, dizendo apenas que se Harithi tinha sido morto, "seria uma coisa muito boa tê-lo fora de ação".[17] Quando pressionado sobre a proporção das operações americanas no Iêmen, Rumsfeld disse apenas: "Temos algum pessoal naquele país. Além do que já disse, não vou entrar no assunto dos nossos acordos com o governo do Iêmen".

Enquanto o governo Bush caracterizava o ataque que matara Hijazi e Harithi como uma operação bem-sucedida contra perigosos Alvos de Grande Valor, funcionários anônimos revelavam por diversos canais da imprensa que a operação tinha sido americana, mas que eles relutavam em discutir o assunto em virtude do dano que poderiam causar ao governo de Saleh. "A maior parte dos governos não simpatiza com a ideia de ter esquadrões de choque americanos ou Predators não tripulados perambulando por seu país, praticando justiça sumária", relatou a revista *Newsweek*, acrescentando que Saleh tinha dado aos Estados Unidos "consentimento para ir atrás da Al-Qaeda

com seus próprios recursos tecnológicos".[18] Mas então, em 5 de novembro, Paul Wolfowitz, vice-secretário de Defesa, confirmou abertamente que se tratava de um ataque americano, irritando tanto Saleh quanto a CIA. "Foi uma operação tática de sucesso,[19] e a cada vez que temos um êxito como esse, esperamos não apenas nos livrar de gente perigosa, mas também impor mudanças em suas táticas, em suas operações e em seus procedimentos", declarou Wolfowitz na CNN.

> E às vezes, quando as pessoas mudam, elas se expõem de novas maneiras. Portanto, temos apenas de manter a pressão em toda parte possível, frustrar os santuários em todo lugar que pudermos e pressionar cada governo que estiver dando apoio a essa gente para que fiquem fora disso.

Foi dito que Saleh ficara "extremamente irritado"[20] com a revelação. "Isso vai causar grandes problemas para mim",[21] reclamou com o general Tommy Franks, comandante do Centcom. "É por isso que é tão difícil[22] fazer acordos com os Estados Unidos", disse o general iemenita Yahya M. al Mutawakel. "Eles não levam em conta as circunstâncias internas do Iêmen." Para a comunidade de Inteligência e de Operações Especiais dos Estados Unidos, que junto com o governo de Saleh tinha inventado uma história para culpar um caminhão-bomba[23] ou uma mina terrestre, a situação foi de causar fúria. Mas nem todos ficaram descontentes. Quando perguntaram ao senador Robert Graham, presidente da Comissão de Inteligência do Senado, se o ataque do drone tinha sido "o precursor de outros que estavam por vir", ele respondeu sem meias palavras: "Espero que sim".[24]

O assassinato dirigido de um cidadão americano fora do campo de batalha do Afeganistão suscitou a indignação de grupos defensores das liberdades civis e dos direitos humanos. Foi o primeiro assassinato dirigido praticado pelos Estados Unidos fora do campo de batalha e publicamente admitido desde a proibição de assassinatos políticos determinada por Gerald Ford em 1976. "Se houve um assassinato deliberado[25] de suspeitos em vez da prisão, em circunstâncias em que eles não representavam ameaça imediata, o assassinato terá sido uma execução extrajudicial que viola a legislação internacional de

direitos humanos", declarou a Anistia Internacional numa carta ao presidente Bush. "Os Estados Unidos deveriam emitir uma declaração clara e inequívoca de que não aprovam execuções extrajudiciais em nenhum caso, e que qualquer funcionário envolvido nessas ações será levado à justiça."

Longe de emitir uma declaração desse tipo, o governo Bush não só assumiu a operação como opôs firme resistência a seus críticos, afirmando seu direito legal de matar pessoas que entendesse como terroristas em qualquer país, mesmo que se tratasse de cidadãos americanos. "Posso garantir que não temos aqui nenhuma dúvida constitucional",[26] disse a conselheira de Segurança Nacional Condoleezza Rice na Fox, uma semana depois do ataque.

> O presidente concedeu ampla autoridade a funcionários dos Estados Unidos em variadas circunstâncias para fazer o que fosse preciso para proteger o país. Estamos num novo tipo de guerra, e já deixamos muito clara a importância de travar esse novo tipo de guerra em campos de batalha diversos.

E acrescentou: "Isso é jurisdição ampliada".

O assassinato dirigido não chamou a atenção apenas de grupos de direitos humanos. "À medida que se faz isso mais e mais, começa a parecer uma política", disse o ex-conselheiro jurídico da CIA, Jeffrey Smith. Se usados com regularidade, esses ataques levarão a crer "que assassinar pessoas é um comportamento aceitável [...]. O assassinato como norma de conduta internacional[27] expõe os líderes americanos e os americanos no estrangeiro".

Além de lançar o novo tipo de guerra no Iêmen e nas regiões circundantes, o ataque do drone que matou Hijazi serviria de precedente para o sucessor de Bush, Barack Obama, que cerca de uma década depois afirmaria o direito dos Estados Unidos de matar outro cidadão americano no Iêmen.

No quadro geral, o ataque do Predator em 2002 foi um momento seminal na guerra contra o terror. Foi a primeira vez que se usou uma versão armada do drone Predator para atacar a Al-Qaeda fora do Afeganistão.[28] "Isso quer dizer que as regras de combate mudaram",[29] disse ao *Los Angeles Times* um ex-funcionário da CIA familiarizado com operações especiais. O ataque foi o

primeiro disparo na nova guerra sem fronteiras do governo dos Estados Unidos. "A melhor maneira[30] de manter os Estados Unidos livres do terrorismo é ir atrás dos terroristas onde eles se escondem e fazem planos", disse o presidente Bush em seu comunicado semanal pelo rádio, depois do ataque do drone. "E esse trabalho continua no mundo todo." Bush reafirmou que tinha "enviado tropas" ao Iêmen, mas destacou que elas estavam apenas dando treinamento.

Como dissera Bush, estavam em andamento os planos que levariam à prática a nova doutrina segundo a qual "o mundo é um campo de batalha." No fim de 2002, as Forças Armadas e a Inteligência dos Estados Unidos corriam contra o relógio no aperfeiçoamento e na ampliação de Camp Lemonnier,[31] nos arredores do aeroporto do Djibuti, preparando-o para o papel de base clandestina de operações do JSOC e outras equipes de Operações Especiais. De lá poderiam atacar à vontade alvos no Iêmen e na Somália classificados como terroristas pelos amplos parâmetros usados pelo presidente Bush para definir o que seria um combatente na guerra do terror. Em 12 de dezembro, Donald Rumsfeld fez uma visita surpresa à base, que ainda estava em construção. "Precisamos estar onde a ação está",[32] disse Rumsfeld a centenas de soldados em uniforme de campanha. "Ninguém duvida que esta parte do mundo é uma área em que há ação." E continuou: "Há numerosos terroristas, por exemplo, atravessando o mar, no Iêmen. Esses são problemas sérios". Naquele dia, alguém perguntou a um porta-voz do Exército americano em Camp Lemonnier se a nova base já tinha efetuado alguma missão. "Nenhuma tão convencional a ponto de podermos falar dela",[33] ele respondeu. Em 13 de dezembro, a base adquiriu oficialmente plena operacionalidade.[34]

A operação americana no Djibuti recebeu o reforço de mais de quatrocentos soldados e marinheiros[35] a bordo do *USS Mount Whitney*, um navio de comando e controle que navegava pelo Chifre da África e pelo golfo de Áden. Sua missão oficial: detectar, desorganizar e derrotar grupos terroristas, impedindo-os de expor à ameaça iminente os parceiros da coalizão

na região. "Estamos chegando, estamos à caça, somos implacáveis",[36] declarou o comandante do *Whitney*, John Sattler. Seu navio ajudaria a coordenar uma ofensiva clandestina que englobava Somália, Iêmen, Quênia, Etiópia, Eritreia, Djibuti e Sudão. Como disse Sattler, em dezembro de 2002, seu navio estava decorado com papais-noéis de papel e outros motivos natalinos,[37] além de um retrato de Osama bin Laden perfurado por tiros. Ele definia sua missão como uma caça de líderes terroristas que fugiam do Afeganistão e procuravam o Iêmen, a Somália e outros países da região. "Se eles vacilarem,[38] nós os levaremos à justiça. Mesmo que não vacilem, se dormirem um pouco mais cedo à noite ou até um pouco mais tarde de manhã, estaremos lá."

Sattler negou-se a confirmar se suas forças estavam envolvidas no ataque do drone em novembro de 2002, mas disse: "Se eu fosse um terrorista, e achasse que enquanto rodava alegremente pela estrada com meus camaradas terroristas, de repente — sem aviso — pudesse deixar de existir, eu estaria olhando para a esquerda, para a direita e agora para cima, porque estaremos ali". Em 22 de dezembro, Sattler reuniu-se com o presidente Saleh[39] e outros altos funcionários do governo iemenita em Sana'a. Na época, a embaixada americana não comentou nada sobre a reunião. O governo iemenita disse apenas que tinha sido discutida uma "coordenação"[40] na "guerra contra o terrorismo". O *New York Times* caracterizou bem a opinião de um alto funcionário do governo Bush sobre o Iêmen: "Enquanto o sr. Saleh permitir que a CIA use drones Predator não tripulados sobre território iemenita e coopere com as Forças de Operações Especiais e com a CIA na caça aos membros da Al-Qaeda",[41] o governo continuará apoiando o presidente do Iêmen.

O ataque mortífero do drone americano no Iêmen e a construção da base no Djibuti pressagiaram uma era de "ação direta" pelas forças contraterroristas dos Estados Unidos na região. "Desnecessário dizer que há um ano não estávamos aqui",[42] disse Rumsfeld em Camp Lemonnier. "Desconfio que se olharmos para trás, para um, dois, três ou quatro anos atrás, vamos achar que

essas instalações deviam estar aqui." Além de fortalecer a operação militar convencional dos Estados Unidos no Iêmen e no Chifre da África, as Forças de Operações Especiais americanas, incluindo membros do JSOC, na época com bases discretas no Qatar e no Quênia, foram postas em alerta para fazer novas incursões clandestinas no Iêmen e na vizinha Somália, do outro lado do golfo de Áden. Embora a CIA assumisse a liderança de muitas das operações futuras dos Estados Unidos na região, aquele foi um momento-chave na ascensão das Forças de Operações Especiais americanas, principalmente o JSOC, a uma posição de influência sem precedentes dentro do aparato de segurança nacional dos Estados Unidos.

7. Planos especiais

WASHINGTON, DC, 2002 — Em 2002, a disputa entre a CIA e o Pentágono pela supremacia na luta global dos Estados Unidos contra o terrorismo começou a se assemelhar a uma pequena guerra. Em 17 de abril, o *Washington Post* publicou uma matéria de primeira página dizendo que as Forças Armadas dos Estados Unidos tinham deixado Osama bin Laden escapar depois de ter sido ferido em Tora Bora, no Afeganistão, em dezembro de 2001, dizendo no parágrafo de abertura que tinha sido "o mais grave erro[1] na guerra contra a Al-Qaeda". Rumsfeld ficou furioso e achou que Cofer Black, na época chefe do contraterrorismo da CIA, tinha sido a fonte "profunda"[2] para a matéria. Um mês depois, Black foi "designado para outro cargo"[3] num escritório periférico da CIA em Tysons Corner, Virgínia. Houve quem dissesse que a transferência tinha sido obra de Rumsfeld.[4] Seja como for, o Diretório Operacional da CIA e seu Centro de Contraterrorismo seguiram em frente com a campanha global de operações clandestinas de Cheney. Black foi readmitido[5] no CTC por Jose Rodriguez, que, como seu predecessor, era um promotor entusiasta[6] das "técnicas de interrogatório aperfeiçoadas" e das "prisões clandestinas" da CIA. Mas a divisão analítica da Agência era outra coisa.

Os especialistas em assuntos iraquianos da CIA e o Departamento de Estado estavam causando problemas para a orientação do governo quanto à guerra contra o Iraque. Cheney e seu principal assessor, Scooter Libby, começaram a visitar a Agência[7] para pressionar seus analistas a apresentar informações que ligassem o Iraque ao Onze de Setembro ou a um ativo programa de WMDs. Na

época, a facção favorável à guerra contra o Iraque estava sendo apoiada[8] pelos analistas do Departamento de Estado e da CIA. A IC, por ordem expressa do presidente Bush e sob intensa pressão do gabinete do vice-presidente, vinha revendo todas as informações do início da década de 1990 em busca de uma ligação entre Saddam e a Al-Qaeda, entre o Iraque e o Onze de Setembro. Estava se formando na IC um consenso sobre a inexistência de "informação confiável"[9] a respeito do envolvimento do Iraque no Onze de Setembro "ou em qualquer outro golpe da Al-Qaeda", pois mais do que uma parceria de cooperação, segundo um relatório apresentado pela CIA ao Congresso, a relação do Iraque com a Al-Qaeda "se parece com a que existe entre dois atores independentes que tentam se explorar mutuamente". Insatisfeitos com essa resposta, Rumsfeld e Cheney começaram a instituir seu próprio aparelho de Inteligência, à medida que planejavam a expansão da capacidade de ação direta do JSOC no mundo.

Semanas depois do Onze de Setembro, a sala de Douglas Feith no Pentágono tornou-se sede de uma "operação de Inteligência paralela ad hoc" secreta que serviria a dois objetivos: colher "informações" que apoiassem a opção pela guerra "preventiva" contra o Iraque e fornecer a Rumsfeld, Wolfowitz e Feith "dados que possam ser usados para desacreditar, pôr em dúvida e contradizer as análises da CIA".[10] Quando a operação de Inteligência paralela foi descoberta, Rumsfeld tentou minimizar sua importância. "É negócio dele [Feith].[11] Essa gente trabalha para ele", disse Rumsfeld. "Estavam procurando redes terroristas, relações da Al-Qaeda com Estados terroristas, esse tipo de coisa." Wolfowitz disse ao *New York Times* que o grupo de Inteligência paralela estava "ajudando a filtrar[12] uma enorme quantidade de dados incrivelmente valiosos reunidos por nossos diversos serviços de Inteligência", e falou de um "fenômeno que ocorre no trabalho de Inteligência, o fato de pessoas determinadas a demonstrar certa hipótese verem fatos que outras não veem, e não verem outros fatos que estas veem". Acrescentou que "a lente através da qual se examinam os fatos afeta aquilo

que se procura", mas garantiu que o grupo "não estava fazendo avaliações de Inteligência independentes".

Em meados de 2002, o "negócio" de Feith tinha se transformado no Gabinete de Planos Especiais, cujo plano principal consistia em criar uma justificativa para a invasão do Iraque,[13] como se tornaria claro mais tarde, depois que as propaladas WMDs não se materializaram e a imprensa convencional, um tanto quanto constrangida, começou a reexaminar as circunstâncias que poderiam levar à guerra. Wilkerson acusou Cheney, Rumsfeld e seus assessores de terem insistido em conhecer e analisar informações de campo em estado bruto, sem prévia interpretação, acreditando que "eles poderiam fazer mais do que a Agência fez",[14] acrescentando que sua "leitura" dos dados brutos "sempre conduziria a um cenário mais ameaçador do que o vislumbrado pela Agência", já que, na opinião deles, ela "simplesmente não poderia fazer nada que não fosse tergiversar". Wilkerson via essa posição com receio. "Qualquer profissional respeitável da Inteligência diria que não se entregam informações em estado bruto a leigos porque eles não sabem interpretá-las", disse-me ele.

> Foi assim que Cheney, Feith e aquela gente montaram uma colcha de retalhos — é o que aquilo era — de violações das sanções impostas ao Iraque, de desenvolvimento de um programa de WMDs e assim por diante. Eles simplesmente pegaram aquilo que demonstrava suas opiniões preconcebidas e juntaram tudo.

Só em 2002 Cheney realizou cerca de dez visitas pessoais à CIA. Seu principal assessor, Libby, fez diversas viagens,[15] assim como o ex-porta-voz da Câmara, Newt Gingrich,[16] na época "consultor" do Pentágono. William Luti,[17] adjunto de Feith para o Oriente Próximo e o Sul da Ásia, também frequentou a Agência. Alguns analistas disseram que se sentiam pressionados a ajustar suas avaliações à agenda política de Cheney e companhia, e que Libby inundara a CIA com pedidos de centenas de documentos que, segundo os analistas, levariam um ano para ser produzidos.[18] Cheney chegava a Langley, solicitava uma sala de conferências[19] no sétimo andar da sede da CIA e

convocava vários analistas e altos funcionários da Agência. A equipe de Cheney, principalmente, estava "determinada[20] a ligar Saddam e seu regime à Al-Qaeda", lembrou Jose Rodriguez, que na época dirigia o programa de interrogatório de Alvos de Grande Valor e as prisões clandestinas. As "conexões entre o Iraque e a AQ eram indiscutivelmente frágeis", reconheceu. "Eu poderia lhe dar uma lista de meia dúzia de países que tinham laços mais substanciais com a organização de Bin Laden do que o Iraque."

Não seria inusitado, para um vice-presidente dos Estados Unidos, fazer uma visita à CIA, mas segundo Ray McGovern, ex-analista da Agência — que foi relator de Segurança Nacional do vice-presidente Bush pai na década de 1980 —, as "numerosas visitas" de Cheney foram "sem precedentes".[21] Ele acrescentou que Cheney estava fazendo "pressão incessante" sobre os analistas para que produzissem as informações que ele queria. "É como convidar os vendilhões ao templo. É um santuário", afirmou McGovern. "Não temos legisladores sentados à mesa, ajudando-nos a tirar as conclusões corretas, e essa é a única explicação para as numerosas visitas de Dick Cheney àquele lugar."

Um relatório investigativo preparado pelo senator Carl Levin, da Comissão de Serviços Armados do Senado, concluiu que o gabinete de Feith "criou e disseminou uma avaliação 'alternativa'[22] das relações do Iraque com a Al-Qaeda que foi além dos juízos emitidos pelos profissionais da IC e deu como resultado a apresentação de informações suspeitas sobre as relações entre o Iraque e a Al-Qaeda aos legisladores, por meios diretos e indiretos". Feith editava[23] especialmente seus relatórios dependendo da pessoa que os receberia. O gabinete de Cheney teve acesso a todos esses relatórios, mas o que Feith apresentou a Tenet, diretor da CIA, omitiu slides de PowerPoint de importância crucial para a Agência. As apresentações para a equipe de Cheney, segundo o relatório de Levin, "passavam a ideia[24] de que os Estados Unidos tinham fortes indícios de uma ligação entre o regime de Hussein e a Al-Qaeda que não existiam". Tenet não sabia que o gabinete de Feith estava assessorando o presidente e o vice sem seu conhecimento, e só descobriu isso

um ano depois que o Iraque tinha sido invadido. "Os principais especialistas em Inteligência e o principal funcionário da Inteligência do presidente foram privados da oportunidade[25] [...] de corrigir imprecisões" nos relatórios de Feith, afirma o relatório de Levin. Mais importante ainda, a CIA foi "privada da oportunidade de informar a Casa Branca de aspectos relevantes sobre a confiabilidade de alguns dos relatórios nos quais se baseou o documento do subsecretário da Casa Branca, Feith".

Em agosto de 2002, a equipe de Feith apareceu numa reunião da IC em que estava sendo fechada a versão final do relatório sobre o Iraque. Analistas profissionais da Inteligência que estavam na reunião disseram que aquilo era "pouco usual"[26] porque "membros de uma organização consumidora de informações", como era o caso do pessoal de Feith, "normalmente não participam da criação de produtos da Inteligência". Durante a reunião, a equipe de Feith reclamou que o relatório não era direto e continha excessivas restrições. Pressionou ainda os analistas a incluir informações desacreditadas[27] sobre um encontro realizado em Praga entre um dos sequestradores do Onze de Setembro, Mohammed Atta, e um funcionário da Inteligência iraquiana antes dos ataques. A equipe de Feith redigiu um memorando dirigido a Rumsfeld e Wolfowitz depois da reunião. Alegaram que a "CIA tentava desacreditar,[28] descartar ou minimizar" a informação que Feith queria que fosse incluída no relatório final, o que resultara "em conclusões incoerentes em muitos casos". E concluíram: "Portanto, o relatório da CIA deve ser lido com reservas — e a interpretação da CIA deve ser ignorada".

No fim, debaixo de grande pressão da equipe de Cheney e do gabinete de Feith, o relatório final da IC dos Estados Unidos sobre o Iraque incluiu "informações questionáveis",[29] segundo a investigação feita pelo Senado, que se adequavam à decisão de invadir o Iraque já tomada antes pelo governo. Mais tarde, Feith apresentou à Comissão Especial de Inteligência do Senado um relatório sigiloso. O *Weekly Standard* conseguiu o memorando e usou-o como prova de uma sólida ligação entre a Al-Qaeda e o regime iraquiano. O documento de Feith, diz o escritor Stephen Hayes, provava que "Osama bin

Laden e Saddam Hussein tiveram uma relação operacional[30] desde o início da década de 1990 até 2003", afirmando claramente que "já não pode haver dúvida séria sobre o trabalho do Iraque de Saddam Hussein com Osama bin Laden e a Al-Qaeda para conspirar contra os americanos". A campanha de pressão dirigida sobre a CIA e outros órgãos de Inteligência, junto com os relatórios de Feith, constituiriam a base das duvidosas acusações que transformariam a invasão do Iraque em realidade.

8. Sobrevivência, evasão, resistência, fuga

WASHINGTON, DC, 2002-3 — O ataque com um drone no Iêmen, em novembro de 2002, foi o tiro de largada da iniciativa que visava expandir a ação militar americana para além do campo de batalha afegão. O foco da imprensa da época continuava na campanha do governo Bush para justificar a invasão do Iraque, mas a CIA estava construindo um arquipélago de prisões clandestinas para lidar com o resto do mundo. Prisioneiros capturados em diversos países eram mantidos em gulags de serviços de Inteligência estrangeiros, onde eram interrogados e com frequência torturados sob direção dos agentes da Inteligência americana. A construção de prisões clandestinas da CIA estava em andamento e interrogavam-se presos de "grande valor".

Mas a disputa entre o FBI e a CIA estava se tornando insustentável. Alguns membros do FBI[1] eram contrários ao que viam como táticas extremas empregadas pelos interrogadores da Agência. Outros, como Rumsfeld e Cheney, acreditavam que a CIA não ia longe o bastante e ficava limitada pela exigência de manter as comissões parlamentares a par de suas operações. Em dezembro de 2002, o diretor da CIA, George Tenet, gabou-se de que os Estados Unidos e seus aliados já tinham detido mais de 3 mil suspeitos[2] de filiação ou associação à Al-Qaeda, em mais de cem países. Mas apesar dessas proclamações, o jogo estava apenas começando. O ardor pós-Onze de Setembro que permitiu que as operações clandestinas fluíssem com força total e não fossem, em grande parte, questionadas pelo Congresso e pela imprensa estava arrefecendo. Jornalistas e juristas esgaravatavam coisas. Alguns

membros do Congresso começavam a fazer perguntas. Havia rumores sobre "prisões secretas".

Cheney e Rumsfeld não estavam satisfeitos com as informações que vinham recebendo de interrogadores da CIA ou da Agência de Inteligência de Defesa (Defense Intelligence Agency, DIA), das Forças Armadas. "Temos de começar a pressionar a Inteligência", observou Rumsfeld num memorando interno de março de 2002. "Não está indo nada bem",[3] afirmou.

> Estamos enfrentando a tarefa de procurar terroristas um a um. Isso nunca foi tarefa do DoD. Mas hoje os terroristas estão bem organizados e bem financiados, estão tentando produzir armas de destruição em massa e podem causar muito dano aos Estados Unidos. Portanto, encontrá-los passou a ser incumbência do DoD.[4]

Rumsfeld e seus assessores começaram a procurar ajuda de um programa militar secreto. A Agência Conjunta de Pessoal de Resgate (Joint Personnel Recovery Agency, JPRA) era responsável pela coordenação do resgate de militares americanos presos em território inimigo, inclusive em "áreas proibidas", onde sua mera presença, se conhecida, poderia desencadear uma crise ou um escândalo internacional de grandes proporções. Contudo, outro trabalho do JPRA era de relevância maior para Rumsfeld: preparar americanos para, em caso de captura, resistir[5] às tentativas do inimigo de extrair-lhes informação. Todos os quadros operacionais das Forças Especiais dos Estados Unidos passavam pela horrível máquina de tortura do JPRA, o programa conhecido como Sere (Sobrevivência, Evasão, Resistência e Fuga).

O Sere foi criado para apresentar a soldados, marinheiros e aviadores americanos o espectro completo da tortura que "uma nação totalitária,[6] em total desrespeito aos direitos humanos e às Convenções de Genebra", poderia aplicar-lhes caso fossem capturados. No treinamento do Sere, os militares eram submetidos a um regime infernal de táticas de tortura extraídas das técnicas usadas por cruéis ditaduras e terroristas. Durante o treinamento,[7] os militares podiam ser sequestrados em seus quartéis, surrados, encapuzados, algemados e amontoados em vans ou helicópteros. Podiam sofrer afogamento

simulado, açoites, ter a cabeça socada contra a parede. Com frequência eram privados de alimento e de sono, e sujeitos a tortura psicológica. "Na escola do Sere, 'técnicas aperfeiçoadas de interrogatório' são métodos de tortura do inimigo",[8] disse Malcolm Nance, que trabalhou no programa de 1997 a 2001 e ajudou a montar e modernizar seu currículo. Nance e outros instrutores do Sere estudaram os relatos de prisioneiros de guerra americanos ao longo da história. Dissecaram as táticas de interrogatório da China comunista, da Coreia do Norte, do Vietcongue, da Alemanha nazista e dezenas de outros regimes e grupos de terror.[9] O conhecimento institucional do Sere foi "feito de sangue. Foi escrito com sangue. Tudo o que usamos no Sere já serviu para matar pelo menos um militar dos Estados Unidos — ou milhares deles, em alguns casos". O Sere, disse Nance, "era um repositório de tudo o que se conhece [em táticas de tortura] fora daqui. Temos interrogatórios da época da Guerra Civil, literalmente, os interrogatórios originais". O propósito do programa era preparar militares americanos para enfrentar as táticas de inimigos sem lei. Mas Rumsfeld e seus aliados viam uma finalidade diferente para ele.

Nas primeiras etapas do programa Alvos de Grande Valor, a CIA e a DIA comandavam o espetáculo do interrogatório, mas membros do JSOC observavam tudo em detalhes. Internamente, o JSOC concluíra que os métodos usados pelos interrogadores americanos no Afeganistão não estavam dando resultado — não porque fossem cruéis demais, mas por não serem cruéis o bastante.[10]

> Desde o início,[11] foi feita uma pressão incrível sobre os interrogadores para que extraíssem informações úteis de cada pessoa que tínhamos sob custódia. Alguns desses presos eram cúmplices, outros eram inocentes; alguns eram bem informados, outros não tinham ideia de nada,

lembrou o coronel Steven Kleinman, que passou 27 anos trabalhando na Inteligência americana e foi um dos mais experientes interrogadores da história moderna dos Estados Unidos. Ocupou muitos cargos, entre eles o de diretor de Inteligência na academia do JPRA.

> Em muitos casos, simplesmente erramos ao levar o interrogatório e os interrogadores além dos limites. Por culpa disso, o interrogatório deixou de ser um método de obter informação para se transformar numa forma de castigo para os que não queriam cooperar.

Kleinman disse ainda que quando as táticas de tortura "se revelavam ineficazes para gerar o tipo de informação prática exigida pelos chefes" interrogadores veteranos, entre eles alguns do FBI e das Forças Armadas, sugeriam o uso de táticas alternativas não coercitivas e não violentas. Altas autoridades da Casa Branca "faziam pouco dessas táticas ou rejeitavam-nas" por achá-las "irrelevantes". "Então optávamos por mais do mesmo, só que a pressão aumentava muito [...] em alguns casos num grau alarmante", disse Kleinman. "Quando nos víamos obrigados a escolher entre ser mais astutos ou mais brutais, preferíamos a segunda opção."

Para desenvolver novas táticas, Rumsfeld e sua equipe recorreram ao programa usado para treinar soldados americanos a resistir à tortura praticada pelo inimigo. Enquanto o JSOC revisava os "erros" dos programas de interrogatório e a CIA e a DIA comandavam a prisão clandestina do aeroporto de Bagram no Afeganistão, eles começavam a rever a possibilidade de interrogar combatentes inimigos capturados no campo de batalha num nível mais avançado. O programa Sere, acreditavam eles, poderia sofrer um processo de engenharia reversa.[12] As táticas medievais que eles aprenderam com a história dos maiores torturadores seriam seu novo manual de interrogatório. "Estamos em guerra com um inimigo que já violou flagrantemente as leis da guerra",[13] declarou Rumsfeld no fim de 2001. "Eles não usam uniformes. Eles se escondem em cavernas, no estrangeiro, e entre nós aqui em casa." Ao denunciar o desprezo do "inimigo" pelas leis da guerra, Rumsfeld e sua equipe se preparavam para seguir-lhe o exemplo. Já em dezembro de 2001, o gabinete de Rumsfeld começou a pedir a assistência da JPRA para a "exploração"[14] de prisioneiros.

De início, os chefes dos quartéis-generais da JPRA resistiram aos pedidos de Rumsfeld no sentido de exportar suas táticas de treinamento para as câmaras

da guerra contra o terror. Num memorando de duas páginas dirigido à área jurídica do Pentágono, a JPRA alertou sobre o uso das táticas de "tortura" em prisioneiros inimigos. O comando da JPRA afirmou:

> A necessidade de obter informação de uma fonte que não quer cooperar o mais rápido possível — a tempo de evitar, por exemplo, um ataque terrorista iminente que possa resultar em perda de vidas — tem sido considerada um argumento convincente para o uso da tortura […]. Em essência, a coação física e/ou psicológica está sendo vista como alternativa ao processo convencional de interrogatório, mais demorado. O erro inerente a essa linha de raciocínio é a suposição de que, por meio da tortura, o interrogador pode extrair informação confiável e exata. A história e a análise do comportamento humano aparentemente refutam essa suposição.

A JPRA observou que "mais de 90% dos interrogatórios tiveram sucesso", estabelecendo uma afinidade com o preso, e sabendo que depois de ser submetido a técnicas cruéis de interrogatório, a decisão do prisioneiro de resistir se fortalece. O memorando da JPRA observa que, quando muito torturados, os prisioneiros acabam "dando as respostas que acham que o interrogador está procurando. Nesse caso, a informação não é confiável nem exata".[15]

Entretanto, Rumsfeld e equipe seguiram em frente. Feith e outras autoridades da Defesa instruíram a JPRA a começar a fornecer informação detalhada sobre o programa Sere a interrogadores americanos. No começo de 2002, a JPRA começou a informar o pessoal da DIA sobre "resistência do preso,[16] técnicas e informações sobre exploração de presos". Enquanto isso, o psicólogo mais destacado do Sere, o dr. Bruce Jessen, que também prestava serviços para a CIA, começou a desenvolver um "plano de exploração"[17] para que os interrogadores da Agência recebessem instruções de como aplicar as táticas do Sere a presos. No início de julho de 2002, esses interrogadores começaram a receber treinamento[18] de instrutores e psicólogos do Sere sobre táticas extremas de interrogatório. Ainda em julho, o gabinete de Rumsfeld requisitou documentos da JPRA,

> incluindo trechos dos planos de aula de instrutores do Sere, uma lista de recursos coercitivos físicos e psicológicos usados no treinamento de resistência do Sere e o memorando de um psicólogo do Sere avaliando os efeitos psicológicos a longo prazo do treinamento de resistência sobre os alunos e os efeitos do afogamento simulado. A lista das técnicas [19] incluía procedimentos como privação sensorial, interrupção do sono, posições incômodas, afogamento simulado e surras. Ela se refere também a uma seção do manual do instrutor da JPRA que discute "pressões coercitivas", como manter a luz permanentemente acesa e tratar a pessoa como se fosse um animal.

O assessor jurídico para Inteligência do Pentágono, Richard Shiffrin, reconheceu que o Pentágono queria os documentos para aplicar "engenharia reversa" aos conhecimentos do Sere sobre as táticas de tortura usadas pelo inimigo e aplicá-las a prisioneiros dos Estados Unidos. Ele contou também que a JPRA forneceu aos interrogadores documentos sobre "experimentos de controle da mente"[20] usados em prisioneiros americanos por agentes norte-coreanos. "Era como no filme *Sob o domínio do mal*", disse Shiffrin. O comandante da JPRA mandou as mesmas informações também para a CIA.[21]

O uso dessas novas técnicas foi discutido no NSC,[22] inclusive em reuniões a que compareceram Rumsfeld e Condoleezza Rice. No verão de 2002, os assessores jurídicos do Conselho de Guerra, liderados pelo conselheiro de Cheney, David Addington, tinham elaborado um fundamento legal que definia a tortura de uma maneira tão restrita que praticamente qualquer tática que não redundasse em morte era lícita.

> Para que um ato configure tortura como se define [no estatuto federal sobre tortura], deve infligir dor difícil de suportar. A dor física, para ser considerada tortura, deve ser equivalente em intensidade à dor que acompanha grave ferimento físico, como a falência de um órgão, prejuízo de função corporal ou mesmo a morte,[23]

afirmou Jay Bybee, procurador assistente do Escritório de Assessoria Jurídica, no que se tornaria um infausto memorando legal de racionalização da tortura aplicada a prisioneiros dos americanos. "Para que a dor, ou o sofrimento, puramente mental seja considerada tortura dentro [do estatuto federal sobre tortura], deve resultar em dano psicológico significativo ou ter duração

significativa, por exemplo, durante meses ou mesmo anos." Um segundo memorando assinado por Bybee dava justificativa legal[24] para usar uma série específica de "técnicas aperfeiçoadas de interrogatório", entre elas o afogamento simulado. "Não haveria refutação alguma",[25] disse Rodriguez, da CIA, que coordenava interrogatórios nas prisões clandestinas. "Em agosto de 2002, percebi que tinha todas as autorizações de que precisava, toda a aprovação necessária. A atmosfera no país era outra. Todos queriam que salvássemos vidas de americanos." E acrescentou: "Chegamos à fronteira da legalidade. Chegamos à fronteira, mas permanecemos dentro dos limites legais".

Em setembro de 2002, os líderes do Congresso foram informados sobre essas técnicas específicas de interrogatório.[26] Alguns democratas, entre eles a representante Nancy Pelosi, diriam mais tarde que nunca tinham sido informados[27] sobre o uso de afogamento simulado. Os relatores da CIA e seus colegas republicanos diziam outra coisa,[28] afirmando que nenhum dos líderes da Câmara e do Senado informados sobre o método tinham apresentado objeções. Posteriormente, Pelosi esclareceu que, na época, ela tinha sido informada sobre a tática do afogamento simulado mas não de seu uso efetivo em interrogatórios. Seja qual for a verdade, o programa de tortura estava agora funcionando a todo vapor e, no que dizia respeito à Casa Branca, com o apoio legal do governo americano. "Em vez de cooptar esses quadros operacionais [da Al-Qaeda] e trazê-los para o nosso lado, usamos metodologias do Sere, que não passam de metodologias do inimigo", lembrou Nance. "Pegar [esses métodos], invertê-los e aplicá-los além das margens de segurança […] quebra completamente a fibra moral de quem quer que levante a mão e jure apoiar e defender a Constituição dos Estados Unidos."

Anos depois que as prisões clandestinas foram criadas e dezenas de prisioneiros transitaram entre elas, a Comissão Internacional da Cruz Vermelha (International Committee of the Red Cross, ICRC) reuniu testemunhos de catorze prisioneiros sobreviventes. Alguns tinham sido capturados[29] na Tailândia, outros em Dubai ou no Djibuti. A maior parte

tinha sido presa no Paquistão. O relatório da ICRC conta o que acontecia quando as forças americanas faziam um prisioneiro:

> O detento era fotografado, vestido e nu, antes e depois da transferência. Fazia-se o exame de cavidade corporal (exame retal), e alguns detentos disseram que nesse momento recebiam um supositório (os detentos não sabiam que supositórios eram esses e que efeito teriam).
>
> Faziam com que o detento usasse uma fralda e se vestisse com um conjunto de moletom. Punham-lhe fones de ouvido, pelos quais ele às vezes ouvia música. Ele era vendado com pelo menos um pano amarrado na cabeça e punham-lhe óculos pretos. Alguns detentos disseram que antes das vendas e dos óculos tinham os olhos tapados com algodão […].
>
> Ele tinha pés e mãos acorrentados e era transportado por terra até um aeroporto e posto num avião. Normalmente permanecia sentado e reclinado, com as mãos algemadas à frente. O tempo de viagem […] ia de uma hora a mais de 24 ou trinta horas. O detento não era autorizado a ir ao banheiro e se necessário tinha de urinar e defecar na fralda.

Segundo a ICRC, alguns dos prisioneiros eram levados de uma prisão clandestina a outra durante mais de três anos, sendo mantidos em "confinamento contínuo em solitária e incomunicáveis. Não tinham noção de onde estavam presos nem contato com pessoas que não fossem seus interrogadores e vigias". O pessoal da guarda, americano, usava máscaras. Nenhum dos prisioneiros era autorizado a dar um telefonema ou escrever à família informando sobre sua prisão. Eles simplesmente desapareciam.

Durante o período de prisão, alguns detentos ficaram confinados em espaços exíguos e foram mantidos nus por longo tempo, às vezes meses. Alguns permaneciam durante dias a fio nus e em "posições incômodas", com os "braços estendidos e acorrentados sobre a cabeça". Durante a tortura, eles não eram autorizados a usar o banheiro e "tinham de urinar e defecar ali mesmo". Pancadas e chutes eram comuns, como era comum ter uma coleira no pescoço que era usada para jogar o preso contra a parede ou arrastá-lo pelos corredores. Usavam música alta para impedi-lo de dormir e manipulavam a temperatura. Se achavam que o preso estava disposto a cooperar, davam-lhe roupas para que se vestisse. Se era considerado não cooperador, era mantido nu. Manipulavam a alimentação — às vezes os

presos eram submetidos a dieta líquida durante semanas a fio. Três prisioneiros disseram à ICRC que tinham sido submetidos a afogamento simulado. Alguns deles foram levados a uns dez lugares diferentes[30] ao longo do período de prisão. "Durante esse tempo, me disseram que eu era um dos primeiros a receber essas técnicas de interrogatório, portanto não havia regras", disse à ICRC um prisioneiro dos primeiros tempos da guerra contra o terror. "Senti que eles estavam experimentando[31] e ensaiando técnicas que seriam usadas depois em outras pessoas."

Na época em que a CIA começava a aplicar as táticas do Sere a um número maior de prisioneiros em suas prisões clandestinas, Rumsfeld estava insatisfeito com o rumo que a Agência estava dando aos interrogatórios. No fim de 2002, o JSOC instituiu uma força-tarefa encarregada de traçar planos para um futuro papel de seu pessoal no interrogatório de "combatentes considerados ilegais".[32] A CIA prestava contas à Casa Branca[33] — especificamente ao gabinete de Cheney — sobre seus progressos com o uso das táticas do Sere nas prisões clandestinas, mas o JSOC poderia desfrutar de mais flexibilidade e ser muito menos fiscalizado. Os quadros operacionais do JSOC foram selecionados pela Casa Branca para participar de um programa paralelo de interrogatório conhecido abertamente pelo nome de Cobre Verde. Internamente, o programa era chamado de Caixa de Fósforo.[34] O interrogatório devia ser uma de suas táticas principais, mas Cheney e Rumsfeld tinham planos muito mais ambiciosos para uma nova maneira misteriosa de travar uma guerra global e secreta.

⋆ ⋆ ⋆

Existem áreas nebulosas nas leis que regem as operações militares e de Inteligência dos Estados Unidos. O Título 50 do Código dos Estados Unidos, ou Lei Federal, determina as regras e estruturas das operações de Inteligência, enquanto o Título 10 compreende as ações militares. A nomenclatura empregada para designar as operações tem sérias implicações no que se refere

à fiscalização e à prestação de contas. Os termos "ação secreta" e "operação clandestina" costumam ser usados como se significassem a mesma coisa. Não é assim. "Ação secreta" é uma locução legal e doutrinária que, em sentido amplo, designa a atividade cujos responsáveis devem ter sua identidade mantida em segredo. Espera-se que confira aos Estados Unidos a possibilidade de negar sua autoria. Operações desse tipo são extremamente arriscadas — não só em termos de risco operacional, mas porque muitas vezes envolvem agentes secretos americanos agindo dentro das fronteiras de um país soberano sem aviso a seu governo. Se a operação for exposta ou interrompida, a possibilidade de um escândalo é real. A definição legal de ação secreta,[35] segundo o Título 50, é "atividade ou atividades do governo dos Estados Unidos para influenciar condições políticas, econômicas ou militares no estrangeiro, onde se pretende que o papel do governo dos Estados Unidos não seja exposto ou publicamente reconhecido". Uma ação secreta exige uma autorização presidencial e que a Casa Branca informe seu conteúdo às comissões de Inteligência da Câmara e do Senado. Essa informação deve ser prestada antes da ação secreta, a menos que existam "circunstâncias extraordinárias". A exigência de participação do Congresso foi instituída para evitar escândalos[36] como o da invasão da baía dos Porcos, em Cuba, e o Irã-contras. Essas operações foram defendidas apaixonadamente por Cheney e Rumsfeld. Embora eles sem dúvida tenham lamentado que o caso Irã-contras tenha se tornado público e suscitado controvérsia, não consideraram a operação em si um escândalo, mas um modelo de como os Estados Unidos deveriam conduzir seus negócios sujos.

A doutrina militar define outro tipo de atividade, "as operações clandestinas",[37] nas quais o motivo do sigilo é proteger a integridade da missão e não dissimular o responsável, o governo dos Estados Unidos. As Forças Armadas podem executar operações que sejam ao mesmo tempo secretas e clandestinas, mas isso é raro. Ao contrário das ações secretas, as operações clandestinas não exigem a emissão de um documento presidencial se "hostilidades futuras" estiverem "previstas" no país em que serão

executadas. Nesses casos, o governo não é obrigado a informar o Congresso. Essas operações são definidas como "atividades militares tradicionais"[38] e atribuem às comissões de Inteligência direitos de fiscalização não imediatos.[39] Pela lei americana, as Forças Armadas não estão obrigadas a revelar as ações específicas que constituem uma operação, mas o papel dos Estados Unidos "na operação como um todo" deve ser "aparente" ou, finalmente, "reconhecido".

Do ponto de vista de Rumsfeld e Cheney, os Estados Unidos estavam em guerra e o mundo era um campo de batalha. Portanto, estavam "previstas" hostilidades em todos os países da Terra, o que exigia dúzias, se não centenas, de potenciais "atividades militares tradicionais" espalhadas pelo mundo. Cheney e Rumsfeld descobriram que usando o JSOC — uma força operacional cujas atividades supostamente se enquadravam tanto no Título 10 quanto no 50 — podiam operar na lacuna que existe entre a lei que rege as Forças Armadas e a que rege a Inteligência. Grande parte das operações do JSOC poderia ser enquadradas na doutrina militar da "Preparação do Espaço de Batalha", definida pelo Comando de Operações Especiais dos Estados Unidos como "a designação genérica de todas as atividades executadas antes do Dia D e da Hora H para planejar e preparar possíveis operações militares posteriores [...] em áreas prováveis ou potenciais de emprego, treino e preparo para operações militares posteriores". Essas atividades poderiam ser executadas como Forças de Operações Avançadas (Advance Force Operations, AFOs),[40] "operações militares executadas por forças que precedem os elementos principais na área de operações". Ao contrário do que ocorria com as operações da CIA, as AFOs podiam ser executadas com mínima fiscalização externa — durante um período de duração considerável — antes de um ato hostil "aberto" ou por uma "contingência" que podia nem ocorrer.

As comissões de Inteligência do Senado viam essa lógica como uma forma de contornar[41] a fiscalização e as leis, afirmando que o DoD queria mobilizar sem restrições seu aparelho de Inteligência cada vez mais formidável com o pretexto de planejamento operacional para futuras hostilidades militares, sem outorgar às comissões parlamentares o direito de fiscalização.

Para somar mais uma camada de complexidade burocrática a essa área já turva da lei americana, estava o fato de que eram as comissões de serviços armados que autorizavam o financiamento das operações, mas as comissões de Inteligência tinham o poder de determinar o que constituía uma ação secreta. As comissões muitas vezes se desentendiam sobre essa questão e protegiam ferozmente seu terreno, deixando uma grande abertura para abusos e para a exploração de lacunas ou áreas nebulosas.

Embora a CIA devesse ser o principal órgão de execução de ações secretas, a Autoridade Nacional de Comando — integrada pelo presidente e por Rumsfeld — podia aplicar as autorizações concedidas dentro do Título 50 a outras organizações, delegando efetivos militares[42] para as operações da CIA. O JSOC, por exemplo, foi usado para ações secretas em áreas politicamente frágeis, sem repercussão na lei internacional, ou para substituir a autoridade do Congresso para declarar guerra. As operações do Título 10 executadas dentro da "Preparação do Espaço de Batalha" tinham ainda menos exigências de informação ao Congresso e, com a resolução parlamentar que autorizava a guerra global, a Autoridade Nacional de Comando podia usar seu poder para ordenar operações militares sem ter de rotulá-las como ações secretas. Essa sempre foi uma área cinzenta aberta à exploração. E que era atraente para Cheney, Rumsfeld e suas equipes enquanto planejavam seus "Próximos Passos".

Rumsfeld tinha grandes planos para as Operações Especiais — e eles não incluíam nenhum controle ou mediação por parte da CIA. A saída de Cofer Black abriu uma porta para ele, garantindo-lhe mais controle sobre as guerras nas sombras. Mas o Congresso e a Agência não eram os únicos que Rumsfeld queria tirar do caminho. Ele incluía também a burocracia convencional das Forças Armadas e a alta oficialidade, que na opinião dele tinham se tornado brandos e medrosos. "A pior maneira de organizar uma caçada humana […] é deixar que seja planejada pelo Pentágono", Rumsfeld escreveu num memorando interno em que expunha sua visão de como as unidades das SOF deveriam começar a atacar globalmente. "Temos de estar dispostos a aceitar

os riscos inerentes a uma área de cobertura menor." Em 22 de julho de 2002, Rumsfeld enviou uma resolução secreta ao general Charles Holland, comandante do Socom, em que prefigurava uma "caçada humana" descentralizada, que contornaria a estrutura tradicional do comando militar e operaria mais como um grupo de assalto privado. Recomendou a Holland que "criasse um plano"[43] para lidar com a Al-Qaeda e grupos associados. Explicou que mais adiante eles precisariam encontrar uma forma de "passar ao largo" da burocracia do Pentágono e dar andamento a ordens de mobilização "em minutos ou horas, e não em dias ou semanas". E acrescentou: "O objetivo é capturar terroristas para interrogatório e, se necessário, matá-los, e não simplesmente prendê-los num exercício de cumprimento da lei". Mas Holland "não respondeu tão pronta e definitivamente, como o pessoal de Washington achou que ele faria", lembrou Lawrence Wilkerson, coronel reformado que serviu trinta anos no Exército. "O pessoal de Washington, nesse caso, eram Rumsfeld e Cheney." O general apresentou um plano de cinco anos,[44] quando Rumsfeld queria ação imediata.

Enquanto Rumsfeld e Cheney pressionavam a favor do começo imediato das Operações Especiais em âmbito global, comandantes militares de alta patente manifestavam a preocupação de que aqueles planos se sobrepusessem[45] à capacidade militar de colher e explorar informações. Algumas equipes do JSOC no Afeganistão tinham se envolvido em lutas internas com outras equipes do JSOC e, embora tenham matado um número enorme de afegãos e combatentes estrangeiros, nem sempre era claro quem eram as pessoas que estavam matando. Um dos grandes problemas era a falta de informações sólidas. Enquanto a CIA assumia a liderança na caça aos Alvos de Grande Valor, Rumsfeld pressionava os homens do JSOC a apresentar resultados. Mas sem boas informações, eles estariam caçando fantasmas.

Quando Rumsfeld propôs reforçar o JSOC e torná-lo global, o general Holland opôs resistência. Disse-lhe que estava preocupado com a falta de "informações práticas"[46] nas novas regiões-alvo propostas. Um alto comandante militar disse sem meias palavras que "a Inteligência não era boa o

bastante[47] para nos permitir uma campanha como aquela". Rumsfeld e seus acólitos teriam ridicularizado os comandantes, principalmente o general Holland, pelo que eles viam como excesso de precaução. Um conselheiro do Pentágono que trabalhou junto de Rumsfeld na época disse ao jornalista investigativo Seymour Hersh que Rumsfeld e sua equipe estavam convencidos de que "havia poucos generais de quatro estrelas favoráveis ao Comando de Operações Especiais", que era preciso ter mais "generais combativos"[48] e que, mais adiante, os oficiais de alta patente que ascenderam durante a era Clinton precisariam ser "reavaliados".

Mais a gosto de Rumsfeld era o general Wayne Downing, que, estando na reserva, foi convocado, depois do Onze de Setembro, para servir como vice-conselheiro de Segurança Nacional e coordenar a campanha contra redes terroristas e "aqueles que as apoiam".[49] Embora tecnicamente subordinado à conselheira de Segurança Nacional Condoleezza Rice, ele funcionaria como defensor do JSOC dentro da Casa Branca.

Downing fez o que pôde para que o JSOC voltasse a suas raízes de "força oculta/de baixa visibilidade"[50] e adotasse uma "postura preventiva com grande capacidade de achar e atacar em operações prolongadas". Começou a fazer pressão sobre as Forças de Operações Especiais para que se preparassem para a "futura luta indireta e clandestina da GWOT em países com os quais não estamos em guerra" e para executar operações em "áreas diversas, delicadas, não autorizadas e proibidas". Recomendou que o JSOC prestasse contas diretamente ao secretário de Defesa e não encaminhasse suas operações através da cadeia de comando convencional.

Na realidade, o JSOC já estava agindo com liberdade. Enquanto Downing passava por cima dos canais oficiais, Rumsfeld e Cheney, segundo Wilkerson, já tinham

> contornado o Comando de Operações Especiais[51] e iam rapidamente a Fort Bragg e começavam a dar instruções para as atividades da Força de Operações Especiais, ação direta, na maior parte dos casos, diretamente do gabinete do vice-presidente para o Comando Conjunto de Operações Especiais.

Em poucos meses, Holland perderia seu posto no Socom.

Era o começo do que viria a ser um projeto de muitos anos de Rumsfeld e Cheney com o objetivo de destacar sua pequena unidade cirúrgica de elite da cadeia de comando mais ampla e transformá-la numa máquina mortífera global. Antes do Onze de Setembro, eles já tinham grandes planos para o JSOC, mas os ataques terroristas deram-lhes toda a munição de que precisavam para ganhar sua própria guerra contra a fiscalização dessas forças de elite e altamente letais.

"Eu estava vendo o surgimento daquilo que veria mais tarde no Iraque e no Afeganistão, onde as Forças de Operações Especiais atuavam sem que o comando convencional tivesse ideia do que eles estavam fazendo", disse Wilkerson. "Isso é perigoso, é muito perigoso.[52] Você pode arrumar todo tipo de confusão se não informar o comandante do teatro de operações sobre o que está fazendo." Wilkerson disse-me que quando trabalhava no governo Bush:

> Tínhamos o JSOC operando como uma extensão do [governo], fazendo coisas que o Poder Executivo — leia-se Cheney e Rumsfeld — queria que ele fizesse. Isso significava mais ou menos ter carta branca. "Se você tem que fazer isso, faça." Era muito assustador para mim, como soldado convencional.

Rumsfeld e Cheney não se entendiam com a CIA em matéria do jogo de Inteligência referente à guerra que se insinuava no Iraque. E como eles planejavam outras guerras, não confiavam nos analistas da CIA para lhes proporcionar as informações necessárias para atacar globalmente, sem demora e com frequência. Rumsfeld acreditava que as Operações Especiais precisavam ter sua própria operação de Inteligência, voltada especificamente para alimentar a campanha global de assassinato/captura. O JSOC já trabalhava em estreita colaboração com uma afamada operação de Inteligência em interceptação de sinais, a Atividade de Apoio à Inteligência, ou simplesmente a Atividade. Também conhecida como Raposa Cinzenta,[53] a unidade

especializou-se em vigilância eletrônica e interceptações. Mas Rumsfeld queria também uma entidade que espelhasse as competências[54] da CIA — baseada na inteligência proporcionada por seres humanos, conhecida na comunidade como Humint (human intelligence). Na primavera de 2002, uma comissão presidida por Brent Scowcroft, ex-conselheiro de Segurança Nacional, recomendou que a NSA, o Gabinete Nacional de Reconhecimento e a Agência Nacional de Imagens e Mapeamento fossem tirados do controle do Pentágono e transferidos para a CIA.[55] Rumsfeld reagiu com violência e levou a Inteligência americana para o sentido oposto.

Em abril de 2002, foi lançado o Projeto Ícone.[56] O financiamento para o programa, que não foi informado às comissões parlamentares de Inteligência, veio de verbas do Pentágono "realocadas". As "novas equipes clandestinas"[57] constituídas de "agentes, linguistas, interrogadores e técnicos" eram mobilizadas junto com Forças de Operações Especiais com um novo foco na coleta de informações humanas — obtidas a partir de interrogatórios de campo, da vigilância e do gerenciamento de fontes locais e equipamentos. Depois de operar inicialmente com codinomes, o programa secreto ficaria conhecido como Braço de Apoio Estratégico (Strategic Support Branch, SSB).[58] Em julho de 2002, o presidente Bush transferiu a Raposa Cinzenta[59] para o Comando de Operações Especiais por resolução executiva, dando a Rumsfeld o controle sobre grande parte dos equipamentos e sistemas da Inteligência americana. Esse novo negócio da Raposa Cinzenta trabalhando com o SSB proporcionaria informações em tempo real às Forças de Operações Especiais para detectar militantes suspeitos, evitar futuros ataques e "preparar o campo de batalha" para potenciais operações militares. Em resumo, ele alimentaria uma caçada humana global. Se o negócio de Inteligência de Doug Feith representava uma ameaça à supremacia dos analistas da CIA, o SSB estava voltado para substituir as autoridades das estruturas de Inteligência humana da Agência.

Qualquer país, amigo ou inimigo dos Estados Unidos, seria alvo legítimo para as operações. A CIA, os embaixadores americanos e os governos locais não

seriam informados. Os primeiros memorandos de planejamento enviados por Rumsfeld indicavam que ele queria o SSB focado em operações de coleta de informações em "países-alvo emergentes, como Somália, Iêmen, Indonésia, Filipinas e Geórgia". O SSB foi criado para "operar sem ser percebido[60] e sob o controle direto do Secretário de Defesa". O *Washington Post* conseguiu documentos internos do Pentágono que pediam um braço de Humint "receptivo a tarefas encomendadas diretamente pela Secretaria de Defesa". As unidades do SSB operariam em "sigilo não oficial", às vezes usando nomes e nacionalidades falsos com o objetivo de proteger "todo o espectro das operações de Humint". Era um desafio direto à CIA, cujo Diretório de Operações tinha sido tradicionalmente o órgão encarregado de missões secretas, principalmente quando executadas em nações "amigas" ou em países nos quais "a guerra convencional é uma perspectiva distante ou improvável". Havia uma linguagem própria nas instruções internas do SSB, na qual se definia "coordenação" como o fato de dar à Agência aviso com 72 horas de antecedência antes de lançar uma missão de coleta de informações, mas o SSB estava determinado a dinamizar radicalmente o ritmo e o alcance das operações militares secretas contra suspeitos de terrorismo, não importa onde residissem.

"Cheney com toda certeza, e Rumsfeld também, ainda que em menor medida, viam a CIA como a irmã mais fraca[61] e como uma organização que não era politicamente confiável", lembrou Philip Giraldi, agente da CIA.

> E essencialmente ficou decidido que iríamos seguir a trilha do JSOC. Mas é claro que a trilha do JSOC tinha problemas. Quando você usa as Forças Armadas como ponta de lança nessas atividades, não estando em guerra, quando você se envolve com o envio de pessoas a outro território soberano, abre todo tipo de precedente complicado, desses que as agências de Inteligência foram criadas para evitar.

As ações secretas permitem que quadros operacionais americanos passem por cima de convenções internacionais e violem as leis internas de outros países. As operações militares dos Estados Unidos, no entanto, são obrigadas pela lei

americana a observar leis internacionais, as leis da guerra e as Convenções de Genebra, embora fosse óbvio que o governo Bush não via as coisas dessa forma no que se refere a certos prisioneiros militares. Usar Forças de Operações Especiais para ações secretas poderia representar para o país a perda da condição de signatário das Convenções de Genebra,[62] uma acusação de espionagem e finalmente o rótulo de "combatentes ilegais". Os críticos se preocupavam com a possibilidade de pôr membros das Forças Armadas dos Estados Unidos em risco, caso fossem capturados, com seus inimigos em condições de ignorar as proibições das Convenções de Genebra referentes a tortura e tratamento desumano alegando o precedente americano.

Embora o SSB fosse comandado oficialmente[63] pelo vice-almirante Lowell Jacoby, chefe da DIA, o verdadeiro capataz era Stephen Cambone, ideólogo político recrutado por Rumsfeld. Neoconservador de destaque, Cambone apareceu pela primeira vez no radar do Pentágono quando comandou a Iniciativa de Defesa Estratégica[64] em 1990. Mais tarde, trabalhou em projetos especiais[65] para Rumsfeld nas comissões do DOD que tratavam de sistemas defensivos com mísseis e armas espaciais. Trazer Cambone a bordo para ajudar a dar forma ao programa caçador-matador das Operações Especiais estava na cabeça de Rumsfeld desde que o Onze de Setembro abriu as comportas. Oficialmente, Cambone era assistente especial[66] de Rumsfeld. Na verdade, era o batedor de Rumsfeld na criação da versão do "lado escuro" do DOD.

Quando, depois do Onze de Setembro, Rumsfeld começou a tentar tomar da CIA o controle da GWOT, recorreu a Cambone. Num de seus famosos memorandos excêntricos, em 23 de setembro de 2001, Rumsfeld disse a sua equipe: "Queremos considerar seriamente passar as Operações Especiais para o CINC [comandante em chefe] do terrorismo global. Eles têm um centro conjunto de Inteligência. O esforço tem de ser global".[67] Naquele dia, Rumsfeld mandou uma nota a Cambone sob a rubrica "Competências",[68] pedindo a ele que tentasse descobrir "como poderemos desenvolver novas competências não convencionais para o Pentágono e para tropas, como as de

Operações Especiais, de um tipo diferente. Precisamos de mais flexibilidade e versatilidade". Três dias depois, na manhã de 26 de setembro de 2001, Rumsfeld mandou um novo memorando para Cambone sob a rubrica "Oportunidade".[69] "Esta é a hora de corrigir a Inteligência", escreveu ele, dizendo que queria redesenhar a estrutura das forças americanas pelo globo, "reorganizar nossas forças na Europa e na Ásia, acelerar a transformação do Exército, reduzir os quartéis-generais e manter a defesa do território tinindo. Deve haver outras coisas que possamos fazer também".

Cambone se tornaria um poderoso ator na penumbra, com acesso a Rumsfeld e equipe. Uma de suas primeiras tarefas seria organizar as atividades das Operações Especiais destinadas a matar e capturar pessoas declaradas terroristas, ou inimigas, por Rumsfeld e pela Casa Branca. O coronel Lang disse:

> São todos farinha do mesmo saco,[70] isto é, "vamos conseguir as geringonças mais high-tech para comunicações e armas, vamos conduzir essas operações no mais alto nível de eficiência, vamos ter uma Inteligência realmente boa, assim pegar pessoas e matá-las".

E Rumsfeld disse a Cambone: "Precisamos aumentar o número total das Forças Especiais".[71] Em 2002, Cambone começou a estudar os meios de liberar o maior número possível de atiradores.[72] Começou transferindo algumas das tarefas tradicionalmente desempenhadas pelas SOF para as Forças Armadas convencionais, entre elas o treinamento de forças estrangeiras, as missões de transporte aéreo e a atuação como Força de Reação Rápida (Quick Reaction Force, QRF) para VIPs no Afeganistão. Rumsfeld e Cambone queriam todos os recursos das SOF voltados para o assassinato e a captura. O resto que ficasse com o grande exército.

Em meados de 2002, Rumsfeld enviou uma ordem confidencial ao general Richard Myers, chefe do Estado-Maior Conjunto, solicitando uma mudança abrangente no modo como o JSOC e outras Operações Especiais funcionavam. Ele queria uma "autorização preliminar"[73] para as operações e máxima autoridade para os comandantes de campo na execução das missões.

O objetivo de Rumsfeld era reorganizar a estrutura das Forças de Operações Especiais americanas, demolindo barreiras para permitir a realização de operações rápidas, letais e globais sem mediação burocrática daqueles que não precisavam saber delas. As Unidades de Missões Especiais (Special Mission Unit, SMUs) do JSOC, a Força Delta, conhecida oficialmente como Grupo de Aplicações de Combate (Combat Applications Group, CAG),[74] e a Equipe 6 dos SEALs eram interessantes para Rumsfeld porque estavam habituadas a operar com autonomia, mesmo nos velhos tempos de comandos regionais responsáveis por todas as tropas em operação dentro de sua área de responsabilidade (*area of responsability*, AOR). Essas SMUs integraram a Força Nacional de Missões e foram autorizadas a operar discreta e globalmente sem nenhuma coordenação com as autoridades do comando convencional. Rumsfeld queria que esse modelo fosse aplicado a todas as Forças de Operações Especiais.

"Hoje demos diversos passos[75] para fortalecer o Comando de Operações Especiais dos Estados Unidos, de modo que ele possa dar contribuições ainda maiores à GWOT", declarou Rumsfeld. "Desde 1987, o Comando de Operações Especiais vem sendo organizado como comando de apoio, ou seja, proporcionando combatentes e materiais aos diversos comandantes regionais de combate, que então planejam e orientam missões. Isso acabou. De agora em diante", afirmou Rumsfeld, "o Socom será seu próprio chefe — com um quartel-general em Tampa, Flórida, e Comandos do Teatro de Operações Especiais regionais capazes de organizar ataques e outras ações diretas com continuidade." Rumsfeld disse que isso era necessário por causa da "natureza do inimigo e da necessidade de operações rápidas e eficientes na caça e no desmantelamento de redes terroristas mundiais".

Em 2003, Rumsfeld criou um novo cargo para Cambone,[76] que jamais existira dentro da burocracia civil do Pentágono: o de subsecretário de Defesa para Inteligência. Seu ocupante era chamado internamente de "tzar de Inteligência de Defesa" — e o cargo já foi fundado com uma autoridade sem precedentes, como se quisesse obrigar todas as entidades de Inteligência do

Pentágono, antes independentes, a subordinar-se diretamente a Cambone.[77] Isso incluía a DIA e a NSA. Steven Aftergood, da Federação de Cientistas Americanos, declarou que a criação do cargo era parte de um movimento que visava "desviar o centro de gravidade[78] da IC mais para dentro do Pentágono". Em termos reais, isso queria dizer que 85% do orçamento total do país para a Inteligência estaria sob controle de Cambone, e apenas 12% sob controle do diretor da CIA. "Rumsfeld não era má pessoa",[79] comentou comigo um antigo assessor de um comandante das Operações Especiais. "Ele tinha visão. Deixava que gente como Cambone metesse a mão na merda." Líderes das Forças Armadas convencionais desprezavam Cambone. Um alto oficial do Exército, no começo da gestão de Cambone, escarneceu: "Se eu tivesse uma última bala no revólver, acabaria com Stephen Cambone".

O braço direito de Cambone era uma lenda no mundo de trevas das operações militares secretas, o general de divisão William "Jerry" Boykin, originário da Força Delta[80] e com passagens pelo JSOC e pela CIA. Passou toda a carreira nas sombras da política externa americana, envolvido em operações não reconhecidas oficialmente no mundo inteiro. Na visão de Boykin, "durante as décadas de 1980 e 1990, as SOF tiveram grandes oportunidades[81] de entrar em combate, preparar o campo de batalha, dar forma ao ambiente e coletar informações, mas receberam "aprovação para menos de 10% das oportunidades que se apresentaram". Essas oportunidades, afirmou, "se perderam pela falta de apetite para correr riscos e por falta de visão e de compreensão das vantagens de preparar o espaço da batalha com antecedência. Havia também medo das consequências". Boykin acreditava que as operações americanas de contraterrorismo tinham se tornado subservientes a padrões de Inteligência que exigiam praticamente 100% de certeza de que tanto o alvo quanto civis não seriam mortos. Ele disse que rejeitava a expressão "informações práticas". "Deem-me a prática", declarava, " e eu lhes darei as informações."

No entanto, algumas pessoas alertaram sobre o risco dessa abordagem. Levar as Forças de Operações Especiais a executar operações como as da CIA e

"ampliar seu papel como Rumsfeld pretende poderia ser muito perigoso para a política externa americana",[82] afirmou Jennifer Kibbe, do Instituto Brookings, e acrescentou que usar as Forças de Operações Especiais era "muito mais fácil do que usar a CIA. E essa facilidade era o que atraía Rumsfeld". Isso significava que as Operações Especiais

> podem executar operações secretas no estrangeiro, sem permissão dos governos locais e com pouca ou nenhuma fiscalização ou contestação do Congresso. Se Rumsfeld fizesse o que queria, os falcões do governo em pouco tempo começariam a usar Forças Especiais para atacar ou subverter outros regimes da lista de alvos de Washington.

No que se refere ao Departamento de Estado, Powell e Wilkerson começavam a ver os efeitos dessa nova operação paralela fugir ao controle do Pentágono. "Logo no início da chamada 'Guerra Global ao Terror', tivemos coisas como embaixadores ligando, mandando e-mails ou telegramas depois de terem visto gente rondando as cidades onde estavam alocados, homens brancos, 1,95 metro de altura, cinquenta centímetros de bíceps, e não demorava muito para que o embaixador imaginasse quem era essa gente e por que estavam ali", lembrou Wilkerson.

> Começamos a ser obrigados a pressionar Rumsfeld a respeito do que ele estava fazendo, ou seja, mandando essas Forças de Operações Especiais para o mundo todo, sem avisar o pessoal local, sem avisar o embaixador, o chefe da missão naquele país. As coisas chegaram a tal ponto que tivemos uma morte na América do Sul, onde um desses homens, certa noite, ficou bêbado, sacou a arma e matou um motorista de táxi. Tivemos de tirá-lo do país às pressas.

Wilkerson acrescentou: "Nem sequer tenho certeza de que Rumsfeld soubesse de algumas delas [operações] que o gabinete do vice-presidente mandava executar".

"Aquilo foi crescendo e saiu do controle do vice-presidente. Tornou-se praticamente irrefreável",[83] contou-me Cannistraro, antigo alto funcionário da CIA.

> Havia gente no Pentágono encarregada de dirigir "Operações Especiais especiais" que não passava pela cadeia de comando normal e era mantida de fora da ação coordenada com a CIA, com o Departamento de Estado ou com qualquer outra instância do governo. E tudo isso se justificava porque o Onze de Setembro mostrou que estávamos em guerra e que essa guerra devia ser tratada com medidas especiais. E aquilo saiu de controle. Havia alguns lugares em que, como não estavam coordenados nem informados, eles erravam e matavam gente que não tinha a ver com alvos reais.

E acrescentou: "Isso acontecia, e com frequência".

A Comissão Especial Permanente de Inteligência da Câmara dos Representantes chegaria à conclusão de que Pentágono "tinha mostrado propensão[84] a aplicar o rótulo [de preparação do espaço de batalha] a qualquer lugar que tivesse tido algum dia o mais leve vínculo teórico com uma remota operação militar". Para alguns oficiais de carreira que tinham servido nas Forças Armadas convencionais, as coisas que viam acontecer dentro do Pentágono eram iníquas. "Sabíamos que as Convenções de Genebra estavam sendo sacrificadas[85] desde muito cedo, por assim dizer", disse-me o coronel Douglas Macgregor, oficial condecorado do Exército que comandou a mais famosa batalha de tanques[86] da Guerra do Golfo de 1991. Ele pertenceu à equipe do Pentágono que estava mapeando os primeiros passos do planejamento da Guerra do Iraque em 2001 e 2002. Disse que ficou perturbado com o que via dentro do DOD desde que Cheney e Rumsfeld começaram a montar o SSB e o JSOC. "Para ser bastante honesto com você, eu fiquei fora daquilo. Não quis me envolver e não tinha interesse em participar porque temia que acabássemos violando a lei", disse ele.

> Fossem elas nossas próprias leis, as das Convenções de Genebra ou a "Lei da Guerra", que é como nós, fardados, nos referíamos a ela, esperava-se que alguém se levantasse e dissesse: "Sinto muito, senhor secretário, sr. Cambone, general Boykin, vocês não têm autoridade para suspender as Convenções de Genebra. Ela foi ratificada pelo Senado dos Estados Unidos". Mas temos outro problema. Não temos interesse no Senado, em manter quem quer que seja informado e em observar as leis. Então, se você não tiver ninguém em nenhum dos poderes — seja o Judiciário, o Legistativo ou o Executivo — interessado em fazer cumprir a lei, você pode fazer o que lhe der na telha. E acho que foi o que acabou acontecendo.

Em todas as Forças Armadas havia grande consternação ante a possibilidade de um desastre provocado por esse novo poder reivindicado por Rumsfeld e Cheney e pela aventura global que eles planejavam para as Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos. "Pelo fato de entrar num país amigo[87] com forças para executar uma missão militar, os Estados Unidos cometeram um ato de guerra, mesmo considerando que nosso interesse não estava no país, e sim em quartéis terroristas", observou a coronel Kathryn Stone num relatório de 2003 para a Academia Militar do Exército:

> A maior parte do mundo tinha chegado a olhar as guerras de fato travadas pela CIA como meio de vida, porque a maioria das potências tira proveito da ação de seus próprios congêneres da CIA em ação em países estrangeiros, sem ter nada a ganhar politicamente por reclamar de um ato de guerra quando a ação secreta de outro país é descoberta. No entanto, é pouco provável que o mundo tolere forças militares regulares dos Estados Unidos desfilando secretamente por toda parte. O mundo perguntaria, com razão: aonde isto vai parar? Se os Estados Unidos empregarem SOF para executar ações secretas condenáveis, o próximo passo seria um ataque clandestino com mísseis Tomahawk, ou quem sabe até um ataque com mísseis dissimulado, para encobrir as impressões digitais dos Estados Unidos?

A análise da coronel Stone mais tarde seria vista como profética, mas essas preocupações foram sepultadas. O coronel Lang lembrou:

> Acho que ocorreu muita coisa por debaixo dos panos, e em consequência disso eles conseguiram bastante liberdade de ação. O presidente ficou passivo, em seu primeiro mandato deixou-os ir adiante em diversos casos, e eles tinham suas próprias ideias de como fazer as coisas, bem parecidas com o modo como os israelenses fazem. Sabe como é, o famoso "um por cento de Cheney": na dúvida, acabe com eles. Basicamente é isso, capture-os ou mate-os. E foi o que fizeram durante muito tempo.

Rumsfeld e Cheney estavam começando a construir a infraestrutura de sustentação de uma guerra global livre de controle — e o JSOC seria sua arma por excelência. Eles precisavam de um general proativo para comandar sua guerra secreta. Encontraram-no na pessoa do general Stanley McChrystal, dos Rangers do Exército americano.

9. O criador de caso: Stanley McChrystal

ESTADOS UNIDOS, 1974-2003; IRAQUE, 2003 — Stanley McChrystal era filho de um general do Exército.[1] Ingressou na Academia Militar de West Point em 1972,[2] onde ganhou a reputação de "criador de caso".[3] Bebia muito e se mostrava ávido por ação. Uma noite, McChrystal e alguns amigos simularam uma invasão[4] a um dos edifícios do campus, usando armas de verdade e bolas de meia como granadas. McChrystal quase levou um tiro dos seguranças e mais tarde foi punido por seus atos. Um prontuário cheio de problemas disciplinares, no entanto, não se interpôs no caminho de McChrystal, que se tornou comandante de batalhão. Formou-se pela West Point em 1976,[5] concluiu a Escola de Forças Especiais em Fort Bragg em 1979 e comandou uma unidade de boinas-verdes de 1979 a 1980, embora não tenha participado da grande maioria das missões de destaque realizadas no início de sua carreira militar. "Perdi o Panamá[6] e Granada, e isso me incomodava", lembrou McChrystal. "Você sempre fica imaginando como se comportaria." Nos anos que se seguiram a West Point, McChrystal trilhou um caminho duplo que lhe valeria a reputação de "guerreiro acadêmico". Fez mestrado em segurança nacional e estudos estratégicos no Colégio de Guerra Naval dos Estados Unidos e em relações internacionais na Universidade Salve Regina. Subiu na hierarquia dos Rangers e serviu em unidades aéreas e das Forças Especiais.

Em 1986, McChrystal tornou-se comandante do 3º Batalhão do 75º Regimento dos Rangers e, pelo que se sabe, revolucionou[7] o sistema de treinamento, modernizou a tecnologia usada por suas forças e aumentou o

ritmo do condicionamento físico e da preparação para operações noturnas. O primeiro trabalho conhecido de McChrystal com uma equipe do JSOC foi durante os preâmbulos da Guerra do Golfo de 1991, quando ele serviu como comandante de ações clandestinas nas operações Escudo no Deserto e Tempestade no Deserto. Embora enviado ao Golfo para ajudar a coordenar operações especiais, ele passaria a guerra entre a Arábia Saudita e Fort Bragg. Quando estava entrando para o mundo das operações nebulosas, McChrystal admite que "nunca tinha disparado contra ninguém".[8] Pelo contrário, ele se centrava no planejamento e na execução de missões, desenvolvendo técnicas de liderança e ascendendo na hierarquia das Operações Especiais.

No fim da década de 1990, McChrystal tinha se tornado comandante dos Rangers. Dalton Fury, que chefiou uma equipe da Força Delta que caçou Bin Laden no Afeganistão, serviu como oficial do estado-maior de McChrystal nos Rangers antes de se transferir para a Delta. De acordo com Fury:

> Meus parceiros nos Rangers[9] e eu tivemos uma oportunidade única de presenciar o que havia de bom e de ruim nele [McChrystal]. Acho que se fosse ferido no campo de batalha, derramaria sangue vermelho, azul e branco — as cores oficiais do 75º Regimento dos Rangers. Ele é 110% Ranger do Exército americano. Mesmo com as costas imprestáveis e os joelhos provavelmente deteriorados depois de uma vida de marchas e saltos de paraquedas, ele não admitia usar o botão de pausa humano.

Fury observou que, na condição de Ranger, "McChrystal era considerado um Nível II, comandante subordinado à estrutura de Comando Conjunto das Operações Especiais. O patamar mais alto, o Nível I, era reservado exclusivamente para membros da Força Delta e da Equipe 6 dos SEALs. Isso, ao que parece, sempre incomodou McChrystal. Ele não tinha temperamento para estar subordinado a alguém, nem para que seus Rangers fossem considerados cidadãos de segunda classe pelas Unidades de Missões Especiais de Nível I.

Com efeito, McChrystal lutou durante anos para elevar a posição dos Rangers do Exército na máquina de Operações Especiais, recusando-se a vê-los

como celeiro da Força Delta. "Os Rangers eram e ainda são tão qualificados para suas Tarefas Essenciais no cumprimento de missões quanto as unidades de Nível I para as suas", lembrou um ex-Ranger que serviu sob o comando de McChrystal. "Ele acreditava que a perda de oficiais e suboficiais de qualidade para aquela que muitos consideram a verdadeira ponta de lança das unidades — o que lhe garantia mais verbas, mais autoridade e a atribuição dos alvos principais — prejudicava o Regimento." Como explicou Fury, aos olhos de McChrystal "os Rangers estavam tão capacitados[10] para sua missão principal de tomada de aeroportos e incursões quanto a Delta para o resgate de reféns em terra e os SEALs para atacar navios em movimento".

Fury lembrou-se de uma conversa que teve com o então coronel McChrystal na qual discutiram a fracassada operação Garra de Águia no Irã, a tentativa de resgate de reféns executada pela Força Delta em 1980, que se tornou uma mancha na comunidade de Operações Especiais.

> Foi uma conversa interessante e esclarecedora. A essência da discussão foi a opinião do coronel McChrystal segundo a qual Beckwith devia ter dado continuidade à missão com menos quadros operacionais e helicópteros. Embora os riscos aumentassem substancialmente, para o coronel McChrystal o constrangimento aos olhos do mundo pelo malogro da tentativa foi exponencialmente mais devastador para a reputação de nossa nação do que a execução de uma missão de alto risco que poderia ter ainda uma chance de sucesso, mesmo que pequena. McChrystal acreditava que o povo americano nunca mais aceitaria uma decisão como aquela.

Depois de se firmar como ícone dos Rangers, McChrystal poliu suas credenciais com períodos passados em Harvard e no Conselho das Relações Exteriores (Council on Foreign Relations, CFR) em Nova York. Em 1998, Dick Cheney, que na época presidia a Junta de Seleção da Sociedade Militar no CFR,[11] recomendou McChrystal à sociedade para "ampliar" seu "entendimento das relações exteriores". No CFR, McChrystal redigiu um documento de trabalho detalhado em que discutia os méritos da intervenção humanitária. Nesse documento, escrito antes do Onze de Setembro, afirma que "é uma realidade militar[12] que a nação seja incapaz de uma ação mundial sem limites.

É uma realidade política que a intervenção militar americana irrestrita ou injustificada não seja aceita ou tolerada, nem pelo Congresso nem por outras nações", e acrescenta:

> Nossas ações, principalmente as intervenções, podem desagradar regiões, nações, culturas, economias e povos, por mais virtuoso que seja o propósito. Devemos ter certeza de que o remédio que oferecemos por meio da intervenção não seja pior que a doença. Não devemos pôr em risco nossa capacidade militar de desempenhar missões essenciais para a defesa nacional [...]. A perda ou a degradação do poder dos Estados Unidos é um preço que o mundo não pode pagar.

Ironicamente, McChrystal, que se considerava politicamente liberal, acabaria devendo sua fama a homens que fizeram tudo o que ele, em seu documento de trabalho do CFR, recomendava que não se fizesse.

Quando ocorreram os ataques do Onze de Setembro, McChrystal era chefe do estado-maior do 18º Corpo Aerotransportado. Pouco depois, foi enviado ao Afeganistão para ajudar na instalação da Força-tarefa Conjunta Combinada 180 (Combined Joint Task Force 180, CJTF 180), que se tornaria o quartel-general[13] da operação Liberdade Duradoura. Nos primeiros tempos da CJTF 180, McChrystal comandou uma "organização híbrida"[14] integrada por Forças de Operações Especiais, unidades convencionais e Forças Especiais. A Força-tarefa, centrada na Base Aérea de Bagram, tinha a missão[15] de coordenar o espectro completo do esforço de guerra, dirigindo operações que tinham como alvo as lideranças da Al-Qaeda e do Talibã, além de outras operações de contraterrorismo. Ela tomaria a liderança nas operações de detenção e interrogatório de suspeitos para obtenção de "informações práticas" no Afeganistão. A CJTF 180 comandou muitas das unidades que iniciaram o uso generalizado de incursões noturnas[16] contra casas de suspeitos da Al-Qaeda ou do Talibã. Essas incursões eram consideradas um "ensaio para a guerra contra o terrorismo"[17] que mais tarde seria travada em toda parte.

Em julho de 2002, McChrystal foi chamado a Washington para receber uma promoção. Cinco meses depois que ele deixou o Afeganistão, a CJTF 180 se envolveu num escândalo de abuso contra prisioneiros[18] que eclodiu quando

foi revelado que em dezembro de 2002 dois presos sob custódia da Força-tarefa tinham morrido de contusão muscular, expondo as "técnicas aperfeiçoadas de interrogatório" que lá estavam sendo usadas. Nunca ficou claramente determinado se os responsáveis pertenciam à Força-tarefa ou à Unidade de Missão Especial que usava as dependências da Força-tarefa para interrogatórios. Dois oficiais da Polícia Militar foram levados a julgamento[19] por essas mortes. Embora o período que McChrystal passou no Afeganistão tenha sido breve, foi lá que ele estreitou suas relações de trabalho com uma lenda do mundo da Inteligência militar: o general Michael T. Flynn.

Assessor de McChrystal no 18º Corpo Aerotransportado, Flynn foi destacado com ele para Cabul, onde serviu como diretor de Inteligência[20] para a CJTF 180. Conhecido na juventude como surfista e boêmio,[21] Flynn foi promovido a segundo tenente do Exército em 1981, tornou-se oficial da Inteligência e fez numerosas visitas a Fort Bragg. Participou da invasão de Granada em 1983 e da invasão do Haiti no começo da década de 1990. Passou a carreira trabalhando em delicados programas de Inteligência militar e construindo sistemas de coleta de dados em áreas "proibidas". Com McChrystal subindo, Flynn subia junto. Quando McChrystal retornou a Washington, Flynn voltou ao comando da 111ª Brigada de Inteligência Militar, cujos membros, entre outras atividades, deviam ser mobilizados, "equipados com sistemas de baixa densidade",[22] tais como veículos aéreos não tripulados, "para eventuais operações em todo o mundo". Esse período marcou um aumento radical no uso de diversos tipos de drones, que mais tarde se tornariam as armas por excelência, das guerras de Washington. Flynn estava na crista da onda da tecnologia de Inteligência, que estaria, por sua vez, no centro da campanha global cada vez mais acirrada de morte/captura.

McChrystal observava dos bastidores o transcurso da invasão do Iraque. Antes que começasse a operação Choque e Pavor, um grupo de elite composto de comandos do JSOC, conhecido como Força-tarefa 20, foi destacado para atuar no Iraque, preparando a chegada da grande força de invasão. Sua missão era tríplice: ajudar as forças invasoras a localizar alvos

para ataques aéreos, descobrir mísseis SCUD e outras armas de destruição em massa e caçar Alvos de Grande Valor, como Saddam Hussein. A "supersecreta"[23] Força-tarefa 20 "vinha operando na região autônoma curda do norte do Iraque havia mais de uma década, e em 2002 suas forças se infiltraram no Iraque propriamente dito", revelou William Arkin no *Los Angeles Times* em junho de 2003. "Os comandos instalaram 'esconderijos' e postos de escuta, bem como sensores acústicos e sísmicos nas estradas iraquianas para detectar atividade. Invadiram a rede de fibra óptica do país para escutar as comunicações." A Força-tarefa, que mal chegava a mil integrantes,[24] incluía equipes de alto nível, cada uma delas com doze comandos, que tinham carta branca para viajar por todo Iraque perseguindo Saddam Hussein, líderes do Partido Baath e estruturas de comando militar.

Embora a Força-tarefa 20 tivesse autonomia no campo de batalha e coordenasse suas operações diretamente com oficiais do Pentágono, seus homens às vezes se uniam a unidades militares convencionais. "Em 2003, soldados do JSOC estiveram entre os primeiros a chegar ao sul do Iraque,[25] onde entraram sob a proteção de uma força-tarefa blindada da 3ª Divisão de Infantaria", relatam William Arkin e Dana Priest em seu livro *Top Secret America* (América ultrassecreta).

> Segundo três comandantes do JSOC, esses soldados ajudaram a divisão a matar mais de 5 mil iraquianos no episódio que talvez tenha sido o mais sangrento da guerra, a marcha para Bagdá. "Parecia a Segunda Guerra Mundial, tal era o barulho", disse um comandante do JSOC que estava lá. Os atiradores, em veículos blindados, enfrentavam ondas humanas do Exército iraquiano, fedayin e bandos de simpatizantes civis. Tinham ordens de matar qualquer pessoa que subisse nos veículos. "Aquele era o segredinho sujo, o reverso escuro da guerra", disse ele. "Havia corpos para todo lado".

Veículos blindados "também foram entregues aos comandos do JSOC para suas próprias missões de captura ou assassinato, dirigidas contra iraquianos baathistas leais a Saddam Hussein, e de busca e apreensão de armas de destruição em massa". Eles nunca encontraram nada para apreender.

McChrystal voltou do Afeganistão bem quando o planejamento da Guerra do Iraque estava a pleno vapor. Seu novo cargo era de vice-diretor de operações do Estado-Maior Conjunto (J-2). Como muitos funcionários militares e da Inteligência, não via o Iraque como uma ameaça terrorista e não era entusiasta da invasão. "Muitos de nós[26] pensávamos que o Iraque não era uma boa ideia", disse McChrystal ao jornalista Michael Hastings. "Cooptamos a imprensa na invenção da Guerra do Iraque", disse ele. "Era possível vê-la chegando."

Os esforços americanos para combater a Al-Qaeda no Afeganistão, afirmou McChrystal, foram retardados pela invasão do Iraque. Ele disse:

> Acho que, de certa forma, eles se complicaram do ponto de vista militar, mas o que acredito mesmo é que isso aconteceu[27] porque a opinião do mundo muçulmano sobre o esforço americano mudou. Quando perseguimos o Talibã no Afeganistão em 2001, havia certo consenso de que tínhamos as condições e o direito de nos defender. E o fato de a Al-Qaeda ter sido protegida pelo Talibã era autêntico. Acho que a decisão de entrar no Iraque foi menos legítima, na opinião de muitos observadores. Assim, ao mesmo tempo que houve uma pressão sobre os recursos e uma redução de nossa capacidade de prender a atenção em vários lugares, acho que o mais importante foi que grande parte do mundo muçulmano agora questionava o que estávamos fazendo e perdemos parte do apoio que na minha opinião teria sido de grande ajuda no longo prazo.

Não obstante suas apreensões, no primeiro mês da invasão americana no Iraque McChrystal emergiria das sombras e se tornaria — pelo menos durante um mês — um dos rostos mais conhecidos das Forças Armadas dos Estados Unidos. No Pentágono, ele falaria aos repórteres e, a portas fechadas, daria briefings confidenciais ao Congresso. Em abril de 2003, o representante Jose Serrano, democrata de Nova York, apelidou os briefings de "a mentira de cada dia".[28] Os sentimentos de Serrano eram partilhados por outros democratas da Câmara. "Não tiro grande proveito deles [os briefings]", disse o representante John Conyers. "Fico sabendo mais por outras fontes que não comprometem minha possibilidade de falar" sobre a guerra, disse ele. "Acho que não era a melhor forma de usar meu tempo", declarou à imprensa o representante Bobby Rush a respeito dos briefings.

Outros legisladores, no entanto, entendiam que os briefings de McChrystal eram mais honestos e confiáveis do que as sessões tempestuosas protagonizadas por Rumsfeld. "Minha equipe sai atrás de informações pela manhã",[29] disse o então senador Joseph Biden, que apoiava a invasão do Iraque. "Elas são consideravelmente mais valiosas que as festejadas notícias dadas pelo secretário." O senador John McCain disse: "Eles simplesmente informam os fatos sem enfeites[30] […]. Não acredito que [Rumsfeld] nos informe sobre o quadro puramente militar, como fazem esses caras".

Numa entrevista coletiva, McChrystal chamou a atenção para a importância das Forças de Operações Especiais na Guerra do Iraque. "Elas são mais extensas[31] nessa campanha do que em qualquer outra que eu já tenha visto. Provavelmente, como percentagem do esforço, elas não têm precedentes no caso de uma guerra que também tem um aspecto convencional", declarou. "Provavelmente, este é o uso mais eficiente e amplo das Forças de Operações Especiais na história recente." Disse que as Forças Armadas estavam usando "um processo bastante preciso e muito dirigido[32] contra o regime". Em 14 de abril, McChrystal já estava praticamente cantando vitória. "Vou adiantar[33]que os principais combates estão encerrados porque a maior parte das unidades iraquianas em campo deixou de mostrar coerência", disse ele. Na verdade, a guerra estava apenas começando, e quer pensasse que a invasão do Iraque tinha sido uma "boa ideia" quer não, McChrystal estava a ponto de sentir o gosto da guerra em primeira mão, em campo. Mesmo quando Bush declarava "Missão Cumprida" no Iraque, McChrystal estava sendo solicitado por Cheney e Rumsfeld para comandar a mais poderosa equipe de assassinato/captura da história dos Estados Unidos. Em setembro de 2003, ele se tornou comandante do JSOC.

Mitos contraditórios foram criados em torno de Stanley McChrystal. O que predominou, repetido incansavelmente em vários perfis publicados pela imprensa, foi o do "guerreiro acadêmico" em melhor forma física do que

qualquer outro homem mais jovem sob seu comando. Na década de 1990, quando estava no Conselho das Relações Exteriores, fazia uma única refeição por dia e corria os vinte quilômetros[34] que o separavam do gabinete, na ida e na volta, todos os dias. Era bem versado nos clássicos, mas gostava da comédia de Will Ferrell, *Ricky Bobby: A toda velocidade*, e fazia referência a ela, assim como citava frequentemente os filmes do Monty Python. Sua cerveja preferida era a Bud Lite Lime.[35] Sem dúvida, é reverenciado e adorado pelos homens que serviram sob seu comando. "É um guerreiro singular[36] na história americana. Tenho, é claro, uma enorme admiração pessoal pelo cara", disse Andrew Exum, ex-Ranger que serviu sob o comando de McChrystal no Iraque.

> Quando se é um jovem líder de pelotão dos Rangers, e Stan McChrystal sobe ao pódio diante de você, você está diante tudo o que quer ser na vida: nem mais nem menos que uma pessoa notável, um soldado fantástico, um sujeito competente e muito admirado. É por isso que ele é chamado de "papa" pelo pessoal da comunidade. É que acima dele não há ninguém.

Na verdade, McChrystal não foi o primeiro comandante do JSOC a ser chamado de "papa." É uma referência que remete ao governo Clinton, quando a então procuradora-geral Janet Reno[37] comentou que arrancar informações do JSOC era como tentar o acesso aos arquivos secretos do Vaticano. Porém, mais do que qualquer outro comandante antes ou depois dele, McChrystal era o Papa para a comunidade do JSOC. Embora achasse que a Guerra do Iraque era uma espécie de tiro no pé, McChrystal a via também como uma oportunidade de revolucionar o JSOC e elevá-lo a uma posição mais poderosa do que nunca. "Stan era o epítome do guerreiro.[38] Um homem que quando recebe uma instrução do comandante em chefe, sai na hora e cumpre a ordem", disse um ex-integrante da equipe de McChrystal. "O que Stan conseguiu entender é que, com o apoio adequado da Casa Branca, ele e sua força conseguiriam fazer coisas que nunca tinham sido feitas."

"McChrystal é teimoso",[39] observou Fury, que foi oficial do Estado-Maior sob o comando dele,

> e ninguém poderá dizer que ele não é um homem de notável vigor, intelecto privilegiado e uma dedicação intransigente a seus soldados, ao povo americano e ao nosso estilo de vida. Pessoalmente, não conheço ninguém com mais vigor e apetite pela luta do que […] McChrystal. Ele imprime um ritmo incrível, espera excelência e exige resultados, mas o mais importante é que ouve os homens que estão em campo.

Ao assumir o JSOC, as origens de Ranger de McChrystal serviram-lhe de inspiração para "rangerizar" o comando. Quando comandava o 75º Regimento de Rangers, "termos como 'kit', usado com frequência pelos quadros operacionais da Delta e da Equipe 6 dos SEALs para designar utensílios, armas e equipamento carregados por um integrante de um grupo de assalto, foram banidos do léxico dos Rangers", disse Fury.

> O termo "invasor", ou "quadro operacional", também foi proibido no Regimento. Os homens que usavam o cadarço vermelho, preto e branco eram Rangers, e não invasores ou quadros operacionais. E não levavam nenhum kit, levavam equipamento militar padrão.

Quando assumiu o comando do JSOC, McChrystal acreditava que as diversas entidades de que se compunha o comando deviam operar como uma equipe fluente, com um "plano de fertilização cruzada de grupos de técnicas e de formação de equipes" em vez de servir de reserva para as operações mais precisas praticadas pela Delta ou pela Equipe 6, as Unidades de Missões Especiais. "Desde o início" de seu período como comandante do JSOC,

> McChrystal tentou abolir-lhe a condição de celeiro do Nível I. Ele agora tinha quadros de ataque e atiradores do Exército e da Marinha, e embora apoiasse totalmente a inovação arriscada e o pensamento fora dos padrões, apressou-se a encaixar suas ações num código de cores de fácil utilização. No entanto, isso nem sempre funcionava como ele queria.

McChrystal acreditava que os rapazes da Delta e da Equipe 6 deviam trabalhar em conjunto, mas, segundo Fury, logo entendeu que essa não seria a melhor abordagem. "Levou algum tempo, mas o general acabou

reconhecendo que as duas unidades eram maçãs e laranjas, e enquadrá-las naquele código de cores resultaria numa salada de frutas de técnicas, procedimentos e até de mentalidade." Essa capacidade de adaptação tornou-se parte da lenda de McChrystal nos tempos em que ele presidia as principais unidades de contraterrorismo dos Estados Unidos e a luta se globalizava cada vez mais.

Entretanto, quase invisível para a incansável arenga da imprensa sobre a ascensão do líder guerreiro, existia outro McChrystal — um homem que na verdade tinha visto muito pouca ação desde que chegara ao posto de comandante do JSOC, depois da invasão do Iraque. Esse McChrystal era um arrivista que tinha caído nas graças dos políticos certos, fossem democratas ou republicanos, assim como de figuras essenciais dentro da burocracia militar. Essencialmente, ele era um dos poucos escolhidos. "Soldado de terceira geração,[40] [McChrystal] perdeu o fim da Guerra do Vietnã enquanto frequentava West Point. Ao se formar, em 1976, entrou para um Exército esvaziado pelo impopular conflito do Sudeste Asiático", afirmou Carl Prine, repórter militar veterano.

> Com poucas guerras em que lutar durante cerca de duas décadas, ele progrediu num mundo pouco competitivo, com tudo ainda mais facilitado pelo fato de seu pai — o general da reserva Herbert McChrystal — ter sido diretor de Planejamento do Pentágono antes que o filho entrasse para o serviço ativo.

Segundo militares de carreira que conheceram McChrystal na época de West Point, durante anos ele tentou ascender na hierarquia militar. "Gosto muito de Stan como pessoa",[41] disse o coronel Macgregor, que foi companheiro de quarto de McChrystal em West Point. Mas Macgregor diz que depois do Onze de Setembro McChrystal insinuou-se para os neoconservadores, especialmente Rumsfeld e Cheney. "Ele construiu sua reputação no Pentágono com Rumsfeld. Era uma pessoa que via esse 'Califado global' como um terrível inimigo, e continuou batendo nessa tecla.

Isso tornou-o apreciado por todas as pessoas essenciais." As Forças Armadas, segundo Macgregor, funcionam com um

> sistema que repousa, em última instância, sobre uma fundação que é o favoritismo. Em outras palavras, eles questionam: "Você é um de nós?". Se acham que é culturalmente confiável, disciplinado, você passa a ser considerado uma pessoa que deve subir para níveis superiores. É uma espécie de fraternidade: "Esse homem vai continuar com a gente? Vai dizer o que mandarmos dizer e fazer o que mandarmos fazer?".

McChrystal, ele me contou, entendeu bem cedo que "se queria progredir, tinha de estabelecer relações. Foi o que ele fez no Pentágono".

Apesar da preocupação declarada sobre o modo como a política militar americana estava afastando os muçulmanos, McChrystal partilhava a opinião política de que os Estados Unidos se achavam de fato numa guerra contra o Islã, segundo um oficial da reserva que o conhecia desde o começo de sua carreira militar e passou pelo treinamento dos Rangers com ele. "Boykin, Cambone e McChrystal eram companheiros de viagem na grande cruzada contra o Islã",[42] disse-me ele. "Eles executavam o que era, para todos os fins práticos, um programa de assassinato." Macgregor disse que quando McChrystal foi designado como comandante do JSOC, "recebeu do sr. Cambone, diretor de Inteligência de Rumsfeld, e do general Boykin, braço direito de Cambone, a missão essencial de perseguir 'terroristas'. E claro que sua definição de 'terrorista' era muito, muito ampla." McChrystal, disse ele, "reinava sobre esse mundo obscuro em que todas as ações contra muçulmanos se justificavam porque você estava lutando contra o Califado".

Enquanto McChrystal reorganizava o JSOC, a Casa Branca e o Pentágono exigiam resultados no Iraque. No fim de 2003, a guerra que os Estados Unidos já tinham dado por ganha estava apenas no começo. A visão que os neoconservadores tinham do Iraque e as políticas mal concebidas deles estavam alimentando uma insurreição que nascia tanto entre sunitas quanto entre xiitas. O terreno foi preparado no ano em que L. Paul Bremer governava o Iraque dentro da Autoridade Provisória da Coalizão.

Bremer era um conservador convertido ao catolicismo[43] que começou sua carreira no governo trabalhando nos mandatos republicanos, e era respeitado tanto por neoconservadores quanto por direitistas evangélicos. Quarenta e oito horas depois do Onze de Setembro, Bremer escreveu no *Wall Street Journal*:

> Nossa reação[44] deve ir além dos ataques ineficazes da década passada, ações que pareciam planejadas para "avisar" os terroristas de nossa seriedade sem infligir dano real. Naturalmente, a debilidade dessas ações demonstrou o oposto. Dessa vez, os terroristas e aqueles que os apoiam devem ser esmagados. Isso significa guerra contra um ou mais países. E vai ser uma guerra longa, não dessas feitas para "mostrar na TV". Devemos evitar uma busca insensata de "consenso" internacional para nossos atos. Hoje, muitas nações estão demonstrando apoio e compreensão por causa das feridas dos Estados Unidos. Amanhã saberemos quem são nossos verdadeiros amigos.

Em meados de abril de 2003, "Scooter" Libby e Paul Wolfowitz entraram em contato com Bremer para falar sobre "a tarefa de dirigir a ocupação do Iraque".[45] Em meados de maio Bremer estava em Bagdá, liderando a Autoridade Provisória da Coalizão.

Durante o ano que passou no Iraque, Bremer foi um vice-rei agressivo que andava pelo país com um paletó da Brooks Brothers e com botas Timberland. Apresentava-se como "a única figura de autoridade suprema[46] — além do ditador Saddam Hussein — que a maior parte dos iraquianos já conheceu". Sua primeira iniciativa oficial, supostamente ideia[47] de Rumsfeld e de seu adjunto neoconservador, Douglas Feith, foi dissolver as Forças Armadas iraquianas e dar início a um processo de "desbaathificação", o que no Iraque representaria afastar da reconstrução e do processo político alguns dos cérebros mais privilegiados do país, já que a filiação ao partido tinha sido exigência para muitos empregos no Iraque de Saddam Hussein. A "Ordem 1"[48] de Bremer teve como resultado a demissão de milhares de professores, médicos, enfermeiros e outros servidores públicos, o que alimentou um

aumento do ódio e da decepção. Para os iraquianos, Bremer repetia o estilo de governo e a política de caça às bruxas de Saddam. Em termos práticos, as atitudes de Bremer levaram a muitos iraquianos uma mensagem de que eles teriam pouco a dizer quanto a seu futuro, um futuro que lhes parecia desolador e já conhecido. A "Ordem 2" de Bremer — a dissolução das Forças Armadas iraquianas — levou ao desemprego centenas de milhares de soldados iraquianos sem nenhum tipo de pensão. "Naquela semana, fizemos 450 mil inimigos[49] no palco do Iraque", disse um oficial americano à *New York Times Magazine*.

Um mês depois da chegada de Bremer, começou a se falar de um levante nacional. À medida que se generalizava o impacto sangrento da dissolução das Forças Armadas, Bremer reforçava sua retórica inflamada. "Vamos combatê-los[50] e impor nossa vontade a eles, vamos capturá-los e se necessário matá-los até que tenhamos imposto a lei e a ordem neste país", declarou ele.

Em 1º de maio, o presidente Bush, usando uma jaqueta de aviador, discursou no porta-aviões *USS Abraham Lincoln* diante de uma grande faixa que dizia: "Missão cumprida". "Meus companheiros americanos,[51] as principais operações de combate do Iraque estão encerradas", declarou. "Na batalha do Iraque, os Estados Unidos e nossos aliados dominaram." Era uma história da carochinha. O regime de Saddam tinha sido deposto e os dias do ditador estavam contados (não muito depois do discurso de Bush, em 23 de julho de 2003, os filhos de Saddam, Uday e Qusay, foram mortos numa incursão do JSOC),[52] mas a guerra de guerrilhas — uma das muitas forças em luta — estava apenas começando.

Rumsfeld negou as afirmações de que os Estados Unidos estivessem enfrentando uma insurreição guerrilheira. "Suponho que o motivo pelo qual não uso a expressão 'guerra de guerrilhas'",[53] ele gracejou, "é porque tal coisa não existe." Mas o recém-indicado chefe do Centcom, que tecnicamente era o comandante da Guerra do Iraque na linha de frente, discordava. O general John Abizaid disse numa entrevista coletiva em julho de 2003 no Pentágono que os Estados Unidos estavam enfrentando uma "guerra de guerrilhas do

tipo clássico"[54] no Iraque. Abizaid sabia que outra frente de resistência estava se abrindo, e não era comandada pelos "capangas" de Saddam. Em meados de agosto de 2003, três meses depois da chegada de Bremer a Bagdá, os ataques da resistência contra forças americanas e seus "colaboradores" iraquianos eram um fenômeno diário. Novas milícias estavam se formando e grupos sunitas e xiitas atacavam soldados americanos. Rumsfeld e Bush minimizaram a importância dos levantamentos no país, dizendo que eram executados por "remanescentes" do regime deposto, "criminosos", "saqueadores", "terroristas", "forças anti-Iraque" e "gente influenciada pelo Irã". Mas havia um fato que eles não conseguiam negar: o número de americanos que voltava para casa em caixões de metal aumentava exponencialmente, à medida que se multiplicavam os ataques. "Acreditamos ter uma ameaça terrorista significativa[55] no país, que é nova", Bremer finalmente reconheceu em 12 de agosto. "Estamos tratando isso com muita seriedade."

Em 19 de agosto, uma carreta Kamaz se aproximou do Canal Hotel de Bagdá, sede das Nações Unidas,[56] e estacionou bem debaixo da janela do representante especial das Nações Unidas no Iraque, Sérgio Vieira de Melo. No interior do edifício estava sendo realizada uma entrevista coletiva. Momentos depois, uma enorme explosão sacudiu o prédio. O caminhão tinha sido dirigido por um homem-bomba e estava carregado de explosivos, entre eles uma bomba de 220 quilos pertencente ao arsenal das antigas Forças Armadas iraquianas. Ao todo, morreram 22 pessoas, inclusive Vieira de Melo. Mais de cem ficaram feridas. Os Estados Unidos e as Nações Unidas afirmaram[57] que o homem-bomba tinha sido enviado por Abu Musab al Zarqawi, militante nascido na Jordânia que liderava o grupo Jama'at al Tawhid wa'al Jihad. Poucos dias depois da explosão, Rumsfeld discursou numa convenção de veteranos de guerras externas. "Ainda estamos enfrentando determinados adversários.[58] Como vimos no Iraque e no Afeganistão, os remanescentes que vieram de regimes derrotados ainda estão entre nós e continuam lutando muito depois de ter sua causa perdida", declarou.

> Existem alguns, ainda hoje, que estão surpresos com a permanência desses bolsões de resistência no Iraque e sugerem que isso representa algum tipo de fracasso por parte da Coalizão. Mas não é esse o caso. Com efeito, suspeito que alguns dos que estão nesta sala, em especial os que serviram na Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial ou no período imediatamente posterior à guerra, não se surpreendam com o fato de haver alguns baathistas lutando. Vocês se lembrarão dos remanescentes que ainda lutavam depois da derrota do regime nazista da Alemanha.

Rumsfeld tentava vender a ideia de que o principal da resistência no Iraque vinha dessa fonte, mas a verdade é que as forças mais letais que se erguiam no país eram uma reação à invasão e à ocupação. Enquanto os Estados Unidos combatiam numerosos grupos rebeldes sunitas, o líder xiita Moqtada al-Sadr preparava uma sublevação contra os Estados Unidos, junto com uma campanha de solidariedade para garantir serviços públicos básicos a comunidades de iraquianos. Como Sadr tinha intermediado uma frágil aliança com alguns grupos da resistência sunita, os Estados Unidos enfrentavam a possibilidade de uma rebelião popular nacionalista.

Depois do ataque a bomba de agosto, as Nações Unidas retiraram do Iraque a maior parte de seu contingente internacional. Em setembro de 2003, o complexo das Nações Unidas foi atacado pela segunda vez, levando a organização a retirar do país todo o seu pessoal não iraquiano.[59] Foi um poderoso exemplo de como a missão do Iraque estava longe de ser cumprida. Naquele mês, McChrystal tornou-se comandante do JSOC, encarregado de esmagar a insurreição que tinha sido incentivada pelas políticas de seus próprios chefes, sobre as quais ele tinha alimentado dúvidas. Depois de Saddam e seus capangas, o terrorista jordaniano Zarqawi, que tinha vindo ao Iraque lutar contra a ocupação americana, tornar-se-ia o alvo número um da Força-tarefa de McChrystal.

Zarqawi tinha viajado ao Afeganistão[60] para lutar junto aos mujahedin apoiados pelos Estados Unidos contra a ocupação soviética. No começo de 2000, foi julgado à revelia[61] na Jordânia por planejar ataques a turistas americanos e israelenses. O governo Bush tinha tentado usar Zarqawi para

provar o vínculo da Al-Qaeda com o Iraque, com base num tratamento médico[62] que Zarqawi teria feito em Bagdá em 2002. Quando disse, em cadeia nacional de televisão, em 7 de outubro de 2002, que o regime de Saddam representava uma "grave ameaça", Bush citou "contatos de alto nível" entre o governo de Saddam e a Al-Qaeda, afirmando que

> alguns dos líderes da Al-Qaeda[63] que fugiram do Afeganistão foram para o Iraque. Isso inclui um dos mais destacados líderes da Al-Qaeda, que recebeu tratamento médico em Bagdá neste ano, e que tem sido associado ao planejamento de ataques químicos e biológicos.

Em seu discurso às Nações Unidas, Colin Powell chamou Zarqawi de líder da "rede terrorista mortífera"[64] que recebeu abrigo seguro do governo de Saddam. Mas a suposição de que Zarqawi tenha estado em Bagdá com consentimento do governo iraquiano era duvidosa.[65] O regime de Saddam e a Al-Qaeda eram rivais. Não obstante, depois da invasão, Zarqawi teve a cabeça posta a um prêmio de 25 milhões de dólares,[66] e o JSOC pôs-se a caçá-lo no Iraque.

Não há dúvida de que Zarqawi era um personagem nefasto, mas era também um vilão conveniente para os Estados Unidos. Washington enfrentava uma resistência crescente no Iraque, e inflar a importância de Zarqawi podia situar os combates no Iraque no contexto de uma guerra ampla contra o terror. Zarqawi desempenhou seu papel com perfeição. Um ano depois do atentado contra as Nações Unidas, ele e seu grupo juraram obediência[67] a Osama bin Laden e fundaram a Al-Qaeda da Mesopotâmia, também conhecida como Al-Qaeda no Iraque (AQI). Apesar de sua declaração de lealdade, Zarqawi acabaria sendo um problema para a organização. Seus ataques implacáveis a muçulmanos — tanto no Iraque quanto na Jordânia — acabariam fazendo o jogo da ocupação americana e da propaganda de Washington contra a resistência iraquiana.

O Iraque serviria de laboratório para a criação de uma nova máquina de assassinato e captura, centrada no JSOC, comandada por McChrystal e subordinada apenas a um pequeno grupo dentro da Casa Branca e do Pentágono. Em poucos meses, o programa de assassinato dirigido e captura começaria a se parecer com Programa Fênix da CIA para a Guerra do Vietnã, durante a qual a Agência, apoiada por Forças de Operações Especiais americanas e milícias autóctones, pôs em marcha uma odiosa campanha de "neutralização" do Vietcongue e suas redes de apoio. Em termos claros, o Programa Fênix era na verdade um esquadrão da morte bem organizado. "Eles mataram um grande número de pessoas,[68] milhares e milhares, supostamente pertencentes ao Vietcongue", disse Gareth Porter, historiador independente que escreveu muito sobre o Programa Fênix no Vietnã e sobre a história do JSOC. "O Fênix foi na verdade o avô dessa abordagem [do JSOC] da guerra."

Lidar com a insurreição iraquiana se tornaria uma tarefa à qual se dedicaria a quase totalidade das forças americanas de elite, embora Rumsfeld e Cheney tivessem aspirações de expandir globalmente a ação do JSOC. Em 16 de setembro de 2003 — no mesmo mês em que Holland se aposentou como comandante do Socom e o general Bryan "Doug" Brown assumiu o posto —, Rumsfeld assinou uma resolução que fazia do JSOC a principal força contraterrorista dos Estados Unidos. A resolução incluía listas pré-autorizadas de quinze países[69] onde se poderia empreender a ação contraterrorismo (*counterterrorism*, CT) e especificava quais ações podiam ser praticadas. Brown, veterano das SOF e membro fundador do 160º Regimento de Operações Especiais da Aviação, disse no Senado que "o centro[70] da guerra global ao terrorismo do DOD está no US-Socom". O Socom, comando autônomo recém-fundado, seria "a principal autoridade de combate para planejar, sincronizar e, como se orientou, executar operações globais contra redes terroristas em coordenação com outras autoridades de combate". Um mês depois, Rumsfeld exigia respostas de seus principais conselheiros. "Estamos nos mobilizando contra eles, capturando, matando ou detendo e dissuadindo[71] mais terroristas

todos os dias do que os madraçais e os clérigos radicais estão recrutando e treinando?", escreveu Rumsfeld num memorando a Wolfowitz, Feith e Myers.

Era uma pergunta interessante, debatida por muita gente na comunidade contraterrorista. Mas enquanto a liderança da Al-Qaeda fugia para países de todo o Chifre da África, para a Península Arábica e para o Paquistão, a principal força contraterrorista americana recebia ordens de se centrar totalmente num país onde não havia a presença da Al-Qaeda antes da entrada dos tanques americanos, um ano atrás. O Pentágono distribuiu baralhos a suas tropas no Iraque, atribuindo um valor a cada um dos vários líderes do antigo regime do Partido Baath. Saddam era o ás de espadas. A tradição remonta à Guerra Civil americana. Mas dessa vez, os baralhos não foram produzidos só para as Forças Armadas, mas como objetos de consumo vendidos ao público.[72] O governo Bush parecia acreditar em sua própria publicidade sobre como seria fácil a vitória no Iraque, achando que ao destruir o Partido Baath e matando ou capturando seus líderes, a guerra seria ganha sem demora.

Quando McChrystal chegou ao Iraque, em outubro de 2003, sua Força-tarefa 20, rebatizada Força-tarefa 121, comandaria a caçada. Entre seus membros havia pessoal do JSOC, comandos SAS britânicos e alguns grupos de iraquianos. Sua tarefa consistia em remover tudo em busca das cartas do baralho. "A missão da ação direta, força-tarefa de operações especiais, era realmente centrada na liderança do antigo regime", lembrou Andrew Exum, que comandou um pelotão de Rangers como parte da Força-tarefa de McChrystal no Iraque. "As cartas do baralho — sabe como é, as pessoas mais procuradas. Acho que isso se baseava em grande parte na ideia de que a insurreição no Iraque, os combates, como que desapareceriam se uma porção daqueles caras desaparecesse." Essa teoria se mostrou fatalmente equivocada.

Fosse qual fosse o valor estratégico do esforço, ele teve algum sucesso quanto a seus objetivos imediatos — eliminar alvos individuais escolhidos. O braço direito de McChrystal como futuro comandante[73] da Força-tarefa Alvos de Grande Valor do JSOC era William McRaven, um SEAL conhecido por suas ambições acadêmicas. Embora McChrystal recebesse grande parte dos

créditos pela competência do JSOC e pela supervisão de seus maiores golpes, a comunidade de Operações Especiais sabia que grande parte das conquistas da Força-tarefa Alvos de Grande Valor era obra de McRaven.

Criado em San Antonio, Texas, McRaven cresceu com gosto pelas Forças Armadas — seu pai pilotara aviões de combate Spitfire na Segunda Guerra Mundial. O jovem Bill McRaven era fã ardoroso dos filmes de James Bond — e particularmente fascinado pelas explorações submarinas de Sean Connery em *007 contra a chantagem atômica*, segundo sua irmã. "Era o filme predileto dele!", disse Nan McRaven à revista *Time*. "Eu disse a ele: 'Você pode ser um 007 quando crescer'.[74] Acho que ele fez isso."

McRaven formou-se em jornalismo pela Universidade do Texas em 1977. Alistou-se no programa de carreira ROTC [Reserve Officers' Training Corps] da Marinha ainda na faculdade, e logo depois de formado, já como oficial, entrou para o treinamento dos SEALs. Terminado o treinamento, foi enviado às Filipinas. Quando Richard Marcinko criou o DEVGRU, a Equipe 6 dos SEALs, em 1982, pediu a McRaven que comandasse uma das equipes de SEALs.[75] A liderança desregrada de Marcinko não demorou a criar desavenças com seu jovem tenente. Marcinko comprava carros de luxo para seus SEALs e financiava festas licenciosas[76] com prostitutas nas dependências da Marinha. "Os SEALs estavam satisfeitos,[77] eu estava satisfeito e ninguém tinha problema com isso, a não ser Bill McRaven", contou Marcinko à revista *Time*, lembrando de McRaven como um desmancha-prazeres. "Era um rapaz brilhante, mas não gostava de meu estilo curto e grosso. Se eu era permissivo, ele era rígido demais. Ele eliminava o que havia de especial na guerra especial." McRaven via as coisas de outro modo. "Eu não era um cavaleiro investindo com minha lança contra um moinho de vento", conta McRaven. Marcinko "era o chefe, eu era um tenente muito jovem. Havia coisas que eu achava que não estavam muito certas [...] e ele me liberava" de fazê-las. Segundo um antigo comandante das Forças Especiais, Marcinko pediu a McRaven que executasse "algumas atividades duvidosas",[78] que McRaven negou-se a fazer e "não voltou atrás". Outros integrantes da Equipe 6 dos SEALs achavam a integridade

de McRaven heroica, mas depois da encrenca com Marcinko "pensaram que era o fim da carreira dele".[79]

Na verdade, era a carreira de Marcinko em operações clandestinas que estava chegando a um fim abrupto — enquanto a de McRaven apenas começava. Em março de 1990, Marcinko foi condenado a 21 meses de prisão[80] por fraude contra o governo dos Estados Unidos numa venda de armas. McRaven em pouco tempo assumiu o comando de um pelotão da Equipe 4 dos SEALs, voltada para a América do Sul e a Central. Há poucos detalhes de conhecimento público sobre a história de combates de McRaven, embora tivesse sido líder de uma "unidade-tarefa"[81] na Guerra do Golfo, segundo sua biografia oficial. Em 1991, ele entrou para a Escola Naval de Pós-Graduação e se formou em 1993. Contribuiu para a instituição do programa Operações Especiais/Conflito de Baixa Intensidade (Special Operations/ Low Intensity Conflict, SO/LIC) e foi o primeiro formado[82] por esse programa. Recebeu uma graduação dupla em SO/LIC e em questões de segurança nacional. Sua tese de graduação publicada em forma de livro, *The Theory of Special Operations* (A teoria das Operações Especiais), foi muito lida e usada como texto didático. O livro analisa diversas batalhas de Operações Especiais desde a Segunda Guerra Mundial até a Guerra do Vietnã, apresentando lições que poderiam ser aprendidas para futuros conflitos e guerras. É considerado um texto seminal no estudo da guerra de Operações Especiais. "Bill é tido como o mais inteligente dos SEALs de todos os tempos",[83] disse um ex-comandante em 2004. McRaven serviu como "comandante de unidade-tarefa" no Oriente Médio e comandou também a Equipe 3 dos SEALs, que opera no Sudeste Asiático. Em 2001 era comandante de navio, comodoro do Grupo 1 de Guerra Naval Especial dos SEALs.

Pouco depois do Onze de Setembro, a equipe de SEALs de McRaven foi enviada ao Afeganistão, mas seu comandante não pôde acompanhá-la porque tinha fraturado a pélvis[84] e parte da coluna num salto de paraquedas perto de sua base, no Colorado. Houve quem previsse que ele jamais lutaria novamente, e que talvez nem voltasse a andar. McRaven renunciou ao

comando, mas sua carreira não estava terminada. De certa forma, o acidente de paraquedas foi positivo. Embora fora do campo de batalha nos primeiros tempos, ele se tornaria um ator[85] importante na estratégia que daria forma às operações de contraterrorismo praticadas nos anos seguintes. Wayne Downing, que acabava de ser nomeado vice-conselheiro de Segurança Nacional para o combate ao terrorismo, pediu a McRaven que fizesse parte de sua equipe na Casa Branca. McRaven acabou trabalhando para Downing durante dois anos, enquanto se recuperava das lesões. Atribui-se a ele o papel principal na autoria da "Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo" de Bush. Não foi um trabalho confortável para um guerreiro marginalizado. O capitão McRaven se transformaria na principal figura do JSOC dentro do NSC e coordenaria o Gabinete de Combate ao Terrorismo. Entre suas atribuições estava a confecção e verificação[86] das listas de Alvos de Grande Valor que seriam abatidos pelo JSOC. Ele foi um dos principais responsáveis pela militarização da política contraterrorista dos Estados Unidos e pela construção da infraestrutura para a criação de listas de morte. A passagem de McRaven pelo NSC abriu-lhe o caminho para se tornar um dos nomes mais poderosos da história militar dos Estados Unidos e uma figura transformadora na institucionalização do assassinato como componente central da política de segurança nacional americana.

Logo depois do Onze de Setembro, não havia mais de duas dúzias de nomes na lista da morte dos Estados Unidos. Desde que McRaven assumiu o trabalho, a lista passou a crescer ano a ano. Depois de colaborar na preparação do JSOC para a caçada humana global, McRaven finalmente seria convocado para implementá-la. Existem "três pessoas que realmente aperfeiçoaram as Forças de Operações Especiais e podem reivindicar o crédito pela maneira como elas se desenvolveram a partir de 2001", disse-me Exum. "Você tem Bill McRaven, Stan McChrystal e Mike Flynn".

IO. "A intenção deles é a mesma que a nossa"

SOMÁLIA, 1993-2004 — No começo de janeiro de 2003, Mohamed Afrah Qanyare estava postado na pista do campo de pouso isolado[1] que ele controlava, a pequena distância de Mogadíscio, ao norte. O minúsculo aeroporto era uma pequena fortaleza numa nação perigosa e sem lei. A segurança privada de Qanyare que vigiava o perímetro estava estrategicamente distribuída "no mato", fazendo um ataque de surpresa — ou, se se quiser, uma visita informal — muito arriscada. Nos anos que se seguiram à queda do ditador Mohamed Siad Barre — que encabeçou o último governo estável da Somália —, Qanyare se firmou como um dos mais poderosos chefes de milícias[2] que devastavam Mogadíscio e reclamavam sua própria fatia do território. A pista de pouso de Daynile era feudo de Qanyare. E dava dinheiro. Muito dinheiro. Ao longo de uma década, os lucros do aeroporto vieram basicamente do contrabando de *mira*,[3] ou *khat*, a folha de propriedades estimulantes mascada por milhões de pessoas em todo o Chifre da África e na Península Arábica. Era a droga preferida dos milhares de milicianos que lutavam liderados por Qanyare e por outros chefes de milícias, além de fator importante na loucura que tomava conta da Somália havia muito tempo. Mas naquele dia em especial — 5 de janeiro de 2003 — a aeronave que Qanyare esperava na pista não era da Bluebird Aviation,[4] com seu carregamento de folhas da desordem, mas um pequeno Gulfstream que trazia um outro tipo de carga volátil.

Qanyare disse que não lembra para qual órgão de governo trabalhavam os brancos que desceram do aeroplano naquele dia, mas eram sem dúvida americanos. "Acho que eram da Inteligência militar especial e da CIA", recordou Qanyare. "Mas na verdade não sei. É assunto deles. Eram da Inteligência, da Inteligência americana."[5]

Poucas semanas antes, Qanyare tinha sido abordado por um amigo de toda confiança que lhe contou que a CIA queria encontrar-se com ele em Nairóbi, Quênia. No dia seguinte ao Natal, Qanyare reuniu-se num quarto de hotel com um grupo de brancos. "Eles pediam para trabalharmos juntos, e aceitei porque os Estados Unidos são uma potência mundial", disse ele. "Discutimos assuntos de Inteligência." Tratava-se da intenção de Washington de perseguir e eliminar um pequeno grupo de quadros operacionais da Al-Qaeda que estavam no radar da CIA e do JSOC. Entre eles, como disseram os americanos a Qanyare, havia homens perigosos que tinham planejado e executado os ataques a bomba contra as embaixadas dos Estados Unidos no Quênia e na Tanzânia em 1998, matando mais de duzentas pessoas. Disseram também que Washington desconfiava que a Al-Qaeda estivesse planejando ampliar seus ataques na África Oriental.

Com efeito, em 28 de novembro de 2002, um mês antes da reunião de Qanyare com os americanos em Nairóbi, terroristas executaram ataques simultâneos no Quênia.[6] Um dos alvos foi um resort de férias em Kikambala, no litoral norte de Mombasa; o outro foi um jato israelense no Aeroporto Internacional Moi, na mesma cidade. No primeiro ataque, três homens entraram no Paradise Hotel num veículo carregado de explosivos, matando treze pessoas além de si mesmos e ferindo mais de oitenta. Depois de alguns minutos, dois homens dispararam mísseis terra-ar contra o avião da Arkia Airlines[7] que faria o voo 582. Por pouco não atingiram o avião. Washington suspeitava que os homens responsáveis pelo planejamento desses ataques faziam parte da mesma célula que atacara suas embaixadas em 1998. Depois dos atentados no Quênia e na Tanzânia, muitos dos principais suspeitos foram

parar na Somália — entre eles, Fazul Abdullah Mohammed, mais tarde indiciado[8] nos Estados Unidos por suposta participação nas explosões.

No fim de 2001, Fazul tinha começado a reunir uma equipe[9] em Mogadíscio que acabaria perpetrando os ataques de 2002 no Quênia. Algumas das armas usadas em Mombasa foram rastreadas e sua origem atribuída ao próspero mercado negro de armas[10] da Somália, inclusive os mísseis terra-ar Strela-2 usados contra o avião israelense. O financiamento da operação ficou a cargo de um sudanês, Tariq Abdullah,[11] também conhecido como Abu Talha al-Sudani, que se deslocava entre a Somália e os Emirados Árabes Unidos (EAU). Um quadro operacional até então desconhecido, Saleh Ali Saleh Nabhan, chamou a atenção das autoridades americanas quando o rastreamento do carro que explodiu no Paradise Hotel levou até ele.[12] Cidadão queniano de ascendência iemenita, Nabhan era acusado também de ter disparado um dos mísseis. Ele teria administrado uma célula terrorista em Mombasa durante anos, possivelmente servindo de intermediário principal[13] entre a célula do Quênia e a liderança da Al-Qaeda no Afeganistão-Paquistão. Depois dos ataques de novembro de 2002, Nabhan, Fazul e seus cúmplices fugiram mais uma vez para a Somália[14] de barco.

Esses homens figuravam com destaque na lista de Alvos de Grande Valor que Washington pretendia pegar, mas havia outras preocupações maiores e mais sistemáticas, como uma Somália desgovernada servindo de território privilegiado para a Al-Qaeda lançar novas raízes, principalmente depois que a invasão americana do Afeganistão pôs em fuga as lideranças da organização que lá se encontravam.

Mohamed Qanyare tem uma presença marcante, física e intelectualmente. É alto e seus olhos, ladeados de rugas, têm uma intensidade surreal. Como ele mesmo diz, foi criado no "sertão" da Somália e educou-se com missionários menonitas[15] que lhe ensinaram a profissão de contador. Quando jovem, Qanyare aplicou seus estudos fazendo a contabilidade da polícia secreta da

Somália, que impulsionou sua carreira nos recônditos obscuros da política bélica do país. Ele fala inglês fluente e ri a toda hora de suas própria piadas, muitas delas bastante engraçadas. Com frequência veste guayaberas muito bem passadas, embora a cabeleira revolta mostre seu lado mais rude.

Durante os três anos que se seguiram à primeira visita de seus quadros operacionais ao aeroporto de Qanyare, os americanos pousariam ali uma ou duas vezes por semana.[16] A equipe americana[17] muitas vezes misturava quadros operacionais da CIA a "atiradores" do JSOC. No começo, era a CIA quem comandava a operação a partir da embaixada americana em Nairóbi. "O aeroporto está no interior,[18] no meio do mato. Portanto, ele realmente é bastante secreto", gabava-se Qanyare. "Foi projetado para não expor ou deixar ver quem está pousando. Os americanos gostam disso." Numa das primeiras visitas, Qanyare levou-os a sua mansão. Durante o café, eles puseram diante do chefe militar somaliano uma série de fotografias. Ele se negou a revelar o que os americanos lhes disseram que pretendiam fazer com os homens das fotos. "Minha tarefa era eliminar os representantes da Al-Qaeda da Somália e de toda a África Oriental", disse-me Qanyare.

> Minha intenção era dar combate a essas pessoas com a ajuda, os conhecimentos e a anuência dos americanos. Essa era minha intenção. Posso dizer que a intenção deles é a mesma que a nossa, e que eles querem eliminar os representantes da Al-Qaeda do Chifre da África.

Embora o pessoal da CIA trabalhasse com Qanyare e outros chefes de milícias, membros da divisão de Inteligência do JSOC — a Atividade — às vezes agiam por conta própria. De forma independente, começaram a construir uma rede de vigilância e escuta[19] em toda Mogadíscio. Estavam "preparando o campo de batalha", não lutando nele. Em Washington, ainda não havia disposição para levar coturnos americanos ao solo da Somália. Mas com certeza havia apetite por uma força terceirizada ao velho estilo, que Qanyare satisfaria com prazer.

Em média, contou Qanyare, os americanos lhe pagariam entre 100 mil e 150 mil dólares[20] mensais por seus serviços e pelo uso de seu aeroporto.

Telegramas diplomáticos confidenciais enviados da embaixada americana em Nairóbi detalhavam um plano que empregaria "parceiros com laços não tradicionais[21] (leia-se chefes de milícias)" na Somália. Seu objetivo, de acordo com os telegramas, era "localizar e neutralizar Alvos de Grande Valor". Assim nasceu uma coalizão de chefes de milícias financiada pelos Estados Unidos que atuariam como homens de Washington na Somália. O nome que ela acabaria por receber exalava o envolvimento da Agência: Aliança para a Restauração da Paz e do Contraterrorismo. Na comunidade americana de Inteligência, no entanto, ela ficou conhecida como "operação Black Hawk",[22] numa alusão ao desastre de 1993 que levou à retirada das forças americanas da Somália. O que começou como uma silenciosa operação de coleta de informações contra um punhado de membros da Al-Qaeda em pouco se tornaria uma guerra suja a pleno vapor, reminiscência do apoio dos Estados Unidos aos contras da Nicarágua na década de 1980.

A Somália poderia ser um país muito diferente daquele que os Estados Unidos e seus chefes de milícias ajudaram a criar depois do Onze de Setembro. O islamismo radical[23] era uma novidade no país e não se generalizou antes do lançamento da GWOT. Muitos analistas experientes em assuntos da Somália acreditavam que a meia dúzia de radicais que havia no país poderia ter sido contida e que o objetivo central da estabilização deveria ter sido desarmar os chefes de milícias e privá-los de poder. Em vez disso, Washington apoiou diretamente a expansão de sua força e, no processo, causou um retrocesso que abriu as portas para que a Al-Qaeda se instalasse no país. Enquanto a CIA cultivava seu relacionamento com Qanyare e outros chefes de milícias, o governo oficial da Somália observava dos bastidores. Constituído de tecnocratas formados no Ocidente, o "Governo Nacional de Transição" era pouco além de uma ideia que existiu em suítes de hotel e em cafés do Quênia e outros países vizinhos. E os órgãos de contraterrorismo de Washington tratavam-no como tal.

Depois dos ataques do Onze de Setembro e da declaração de Bush: "Quem não está conosco está com os terroristas",[24] o ministro das Relações Exteriores da Somália, Ismail Mahmoud "Buubaa" Hurre, apressou-se a escrever uma carta ao secretário de Estado americano. "Estamos com vocês,[25] e estamos tão preocupados quanto vocês com a possibilidade de a Al-Qaeda entrar [na Somália]", recorda Buubaa. "Mas", disse-me ele, enquanto tomava um café num luxuoso hotel de Nairóbi, "a resposta foi morna." Em vez de estreitar laços com o governo da Somália, comentou, "eles começaram a cooperar com os chefes de milícias, achando que a melhor maneira de combater o terrorismo seria ajudando-os a ficarem mais fortes e expulsando os fundamentalistas da Somália. O tiro saiu pela culatra".

Em 23 de setembro de 2001, o presidente Bush assinou a Resolução 13224, definindo mais de 25 grupos e pessoas como terroristas que podiam ser visados pela GWOT. Mais tarde, a lista cresceria para mais de 180 nomes. Oficialmente, a resolução era um meio de "interromper a rede de apoio financeiro a terroristas e organizações terroristas",[26] mas também revelava grupos que poderiam ser atingidos militarmente. Entre os alvos originais havia um grupo somaliano, Al-Itihaad al-Islamiya (AIAI). Embora o grupo tenha sido desmantelado em grande parte[27] antes do Onze de Setembro, era usado como nome genérico para designar militantes islâmicos na Somália. O AIAI tinha participado da insurreição[28] contra a força de paz das Nações Unidas na Somália na década de 1990 e assumiu uma série de atentados terroristas e assassinatos na Etiópia.[29] As acusações de uma ligação da Al-Qaeda com o incidente do Black Hawk Down foram em grande parte ligadas ao AIAI. Sua inclusão na Resolução 13224 foi uma indicação de que o governo Bush estava considerando a possibilidade de atacar dentro do território da Somália.

Os que planejavam a guerra nos Estados Unidos previam que quando as forças americanas invadissem o Afeganistão, os quadros operacionais da Al-Qaeda e outros jihadistas buscariam refúgio em outro lugar. O Iêmen e a Somália estavam entre os destinos previstos, e por isso Washington e seus aliados mobilizaram uma flotilha conhecida como Força-tarefa 150,[30]

encarregada de interceptar os jihadistas que se dirigissem para aqueles países. Falando da sede da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 18 de dezembro de 2001 — depois de um relatório apresentado por Rumsfeld aos ministros da Defesa das nações-membros — o ministro da Defesa da Alemanha, Rudolf Scharping, disse aos repórteres que a questão de uma incursão dos Estados Unidos na Somália "não era de 'se', mas de 'como' e 'quando'".[31] Rumsfeld não perdeu tempo negando o que chamou de "uma história engraçada[32] sobre um alemão que fala qualquer coisa", e disse aos repórteres presentes a um briefing à imprensa do DoD que "o alemão estava errado". "Ele não quis dizer aquilo e provavelmente lamenta tê-lo dito", continuou Rumsfeld. "E estava redondamente enganado."

Embora as forças americanas não tivessem entrado imediatamente na Somália — tendo o Afeganistão e o Paquistão como prioridades —, a base expandida de Camp Lemonnier no Djibuti ia se transformando a passos largos num centro de irradiação das atividades do JSOC e da CIA no Chifre da África. A base foi incumbida de manter a Somália sob vigilância, assim como o Iêmen, seu vizinho, dela separado apenas por uma estreita faixa d'água. Scharping poderia ter se enganado no curto prazo, mas se comprovaria depois que "redondamente enganado" havia sido um exagero. Poucos dias depois que Rumsfeld desmentiu os planos dos Estados Unidos para entrar na Somália, o secretário de Estado Colin Powell disse que a instabilidade do país tornava-o "maduro para ser manipulado[33] por aqueles que fomentam o caos", e acrescentou: "É por isso que estamos mesmo de olho na Somália — não para persegui-la como nação ou como governo, mas por perceber o fato delicado de que o país pode ser um lugar onde as pessoas de repente encontram abrigo".

Funcionários do governo americano na África Oriental preocupavam-se também com a possibilidade de que o Quênia pudesse se transformar numa espécie de Paquistão, oferecendo esconderijo para uma rede da Al-Qaeda que supostamente estaria "reconstruindo sua infraestrutura no Quênia".[34] Algumas vozes começaram a se erguer dentro das Forças Armadas americanas

em favor de uma presença robusta e plena dos Estados Unidos no Chifre da África, e os noticiários abundavam em especulações a respeito dos propósitos de Washington quanto à Somália. "A possibilidade de haver células do terror no país é real",[35] declarou Walter Kansteiner, que liderava a divisão África do Departamento de Estado na época. "Identificando a Somália como base terrorista[36] para a Al-Qaeda de Bin Laden e outras organizações extremistas, consta que aviões de reconhecimento dos Estados Unidos [...] tenham começado a vigiar alvos a partir do céu, enquanto as Forças Armadas e os agentes da CIA contatavam possíveis aliados na Somália e na vizinha Etiópia", segundo o jornal *San Francisco Chronicle*. O vice-secretário de Defesa Paul Wolfowitz disse que, avaliando as ameaças terroristas no Chifre da África, "as pessoas mencionam a Somália por razões óbvias.[37] É um país praticamente sem governo, um país em que a Al-Qaeda já tem certa presença".

Da mesma forma que o governo de Ali Abdullah Saleh no Iêmen, as elites governantes do Quênia e da Etiópia viram oportunidades na ameaça terrorista depois do Onze de Setembro. Os dois governos receberam bem o reforço da assistência contraterrorista americana, o treinamento de suas forças e o apoio financeiro em troca de permitir o acesso territorial a forças dos Estados Unidos. A Etiópia, durante longo tempo o arqui-inimigo da Somália, via os islamistas locais como uma ameaça e forçava a barra para mostrar a Al-Qaeda como um perigo assustador para seu vizinho do leste. Enquanto os interessados regionais invocavam uma ameaça terrorista iminente e se espalhavam boatos de uma possível operação americana na Somália, destacados especialistas em assuntos somalianos se referiam ao perigo da Al-Qaeda como "uma ninharia".[38] "Não há necessidade[39] de entrar às pressas na Somália", disse o ex-embaixador americano na Etiópia, David Shinn. "Se o que se quer são alvos militares, duvido que existam." O professor Ken Menkhaus, da Universidade Davidson, um intelectual somaliano que escreveu diversos ensaios sobre a tradição política islâmica da Somália antes do Onze de Setembro, calculava que o número de somalianos com "laços significativos" com a Al-Qaeda estaria entre dez e doze.[40] Uns poucos combatentes

estrangeiros também poderiam estar escondidos lá, mas com a carência de Inteligência — à qual Shinn se referia como "abissal"[41] —, táticas do tipo "pegue e agarre" poderiam não ser aconselháveis, recomendou.

Embora dentro das Forças Armadas, da CIA e do governo Bush houvesse quem quisesse entrar na Somália, esses planos teriam de esperar. A Força-tarefa Conjunta Combinada para o Chifre da África no Djibuti assumiu a posição de observar para ver o que acontecia, e muitos de seus comandos, incluindo os efetivos do JSOC e da CIA, originalmente destacados para Camp Lemonnier depois do Onze de Setembro, seriam reorientados para a iminente invasão e ocupação do Iraque. Como revelou um ex-membro do Comando de Operações Especiais da Força-tarefa para o Chifre da África, de início havia a determinação de

> trazer todos os recursos[42] das Forças Armadas dos Estados Unidos, especificamente o Comando de Operações Especiais. E iríamos garantir que [a Al-Qaeda] não fosse capaz de se recuperar ou de usar qualquer parte do Chifre da África como santuário para suas operações contra os Estados Unidos.

No entanto, ele explicou que

> contra a nossa vontade, as coisas não aconteceram assim. A certa altura, os responsáveis superiores decidiram que a principal ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos era o Iraque. E quando o foco foi desviado para lá, os recursos foram com ele. Isso levou a uma ausência de foco, e mais flagrantemente, a uma falta de recursos para o Chifre da África e seu entorno.

O papel do JSOC na Somália durante os anos que se seguiram ao Onze de Setembro ficou reduzido a dar proteção local à CIA, à instalação de equipamentos de vigilância em campo e a uma equipe de prontidão[43] no Djibuti, preparada para o assalto se alguma coisa desse errado com os pequenos grupos comandados pela CIA que lidavam com os chefes de milícias.

À medida que os recursos do JSOC eram canalizados em massa para o Iraque, a ação dos Estados Unidos na Somália reduziu-se a uma guerra secreta terceirizada. E os Estados Unidos fizeram de Mohamed Qanyare seu homem

em Mogadíscio. Segundo telegramas diplomáticos confidenciais enviados pela embaixada americana em Nairóbi, a Inteligência americana desautorizava furiosamente críticas internas à aliança com chefes de milícias para executar as operações de assassinato dirigido e captura. "As afirmações de diplomatas e colegas de organizações não governamentais (ONGs) de que uma abordagem mais sutil [...] ajudaria a orientar nossas ações contraterroristas não levam em conta o imediatismo da ameaça", dizia um desses telegramas. Certas pessoas, afirmava claramente a mensagem, "devem ser afastadas da equação somaliana".[44]

Foi o começo de uma relação de muitos anos entre a CIA e uma rede de chefes de milícias criminosa que conduziria a Somália por um caminho ainda mais direto para o caos e o banho de sangue. Teria como resultado também o ressurgimento das próprias forças islâmicas que os Estados Unidos queriam esmagar, mais poderosas do que nunca.

Para muitos americanos, a palavra Somália traz à lembrança uma de duas imagens: uma criança desnutrida ou soldados americanos arrastados pelas ruas de Mogadíscio depois do infausto incidente da derrubada dos helicópteros Black Hawk em 1993. A suposta participação da Al-Qaeda na batalha de Mogadíscio foi incluída em 1998 num indiciamento[45] de Bin Laden nos Estados Unidos, no qual a organização era acusada de ter treinado clãs somalianos para combater a missão americana, o que culminou com dezoito soldados americanos mortos e 73 feridos. Bin Laden certamente ajudou a dar força a essa versão. Naquele ano, numa declaração, ele chamara os Estados Unidos de "cobra" e exortava seus seguidores a "cortarem-lhe a cabeça e detê-la".[46] Numa entrevista posterior, Bin Laden se gabaria de que os militantes que derrubaram os Black Hawks estavam entre os 250 jihadistas[47] mandados por ele à Somália. Segundo suas declarações,

> os jovens ficaram surpresos[48] com o baixo moral dos soldados americanos e compreenderam melhor do que nunca que o soldado americano é um tigre de papel e com uns poucos golpes se deixa

derrotar [...] arrastando seus corpos e sua vergonhosa derrota.

Não obstante, muitos especialistas duvidam que a Al-Qaeda tenha desempenhado um papel central nesses acontecimentos. Somalianos entrevistados pela imprensa disseram que "nunca tinham ouvido falar de Bin Laden[49] antes que ele começasse a se vangloriar de sua ação na Somália". Sem dúvida, durante esse período, Bin Laden estava procurando deixar sua marca, mas as milícias somalianas em nada precisavam de sua ajuda para implantar a destruição. O país já tinha caído num estado permanente de guerra civil, com vários chefes de milícias comandando homens que aterrorizavam e desestabilizavam o país, disputando o controle sobre cada metro de terreno. Depois da retirada da força das Nações Unidas, em 1994, a Somália mergulhou ainda mais fundo no caos.

A "Batalha de Mogadíscio" foi o final sangrento de uma missão cujo codinome era operação Serpente Bárbara.[50] Liderada pelo general de divisão William Garrison, na época comandante do JSOC, ela se tornou um dos grandes desastres da comunidade de Operações Especiais dos Estados Unidos desde a fracassada missão de resgate dos reféns americanos em Teerã em 1980. No entanto, muita gente dentro da comunidade do JSOC não via as coisas dessa forma. O tenente-general Boykin, um dos membros originais da Força Delta, serviu ao lado de Garrison na missão da Somália como comandante do contigente da Delta. "Esse lugar miserável[51] mastigou e cuspiu combatentes de elite do mais poderoso exército da história do mundo", pensou Boykin ainda em Mogasdíscio depois da batalha. Ele culpou a Casa Branca de Clinton de ter abandonado a Somália. Depois do desastre, Boykin e Garrison pressionaram pelo envio de mais soldados e defenderam um aprofundamento da ofensiva,[52] mas seus pedidos foram rejeitados. O general Garrison passou para a reserva[53] em 3 de agosto de 1996, exatamente dois dias depois da morte de Mohamed Farrah Aidid,[54] que fora ferido em combate semanas antes na Somália. Embora o país tenha sido deixado de lado pelos Estados Unidos nos anos seguintes, ele nunca saiu da cabeça dos quadros operacionais do JSOC.

Só em 1996, depois que Bin Laden foi expulso do Sudão, a Al-Qaeda passou a fazer sentir sua presença na África Oriental. No verão de 1998, agentes americanos na Albânia negociaram a transferência clandestina de cinco membros[55] da jihad islâmica, a organização de Ayman al-Zawahiri. Os homens foram transferidos para o Egito, onde teriam sido torturados inclusive com choques elétricos[56] na genitália. Em 5 de agosto, Zawahiri publicou uma carta num jornal britânico em que jurava vingança contra os Estados Unidos "numa língua que eles vão entender".[57] Dois dias depois, em 7 de agosto de 1998, células da Al-Qaeda organizadas nas cercanias de Nairóbi lançaram caminhões-bomba contra as embaixadas americanas no Quênia e na Tanzânia, matando 224 pessoas, entre elas doze americanos, e ferindo mais 5 mil. Foi a primeira vez que grande parte do mundo ouviu falar de Osama bin Laden e que o FBI inscreveu-o na sua lista dos dez mais procurados.[58] O líder da Al-Qaeda, ao assumir a responsabilidade pelos ataques às embaixadas, disse inicialmente que aquele era o troco[59] dado aos Estados Unidos pela "invasão" americana da Somália, mas a data escolhida para os ataques coincidiu também com o oitavo aniversário[60] da mobilização de tropas americanas para a Arábia Saudita.

"Usaremos todos os meios ao nosso alcance[61] para levar os responsáveis à justiça, não importa o quanto custe e quanto tempo leve", declarou o presidente Clinton no Rose Garden depois dos ataques. Clinton assinou um documento secreto que autorizava o uso dissimulado de força letal na caça aos responsáveis; a Casa Branca determinou que uma missão para matar Bin Laden "não seria incoerente com a proibição dos assassinatos". Embora Clinton tenha autorizado a CIA a usar força letal contra Bin Laden, instruções posteriores dadas a chefes de postos da CIA no mundo destacavam que seria preferível capturá-lo.[62] A opção de usar Forças de Operações Especiais americanas estava sobre a mesa, mas o governo concluiu que "seria muito mais fácil[63] e menos arriscado disparar mísseis de cruzeiro", segundo o relatório do Pentágono encomendado por Rumsfeld para revisar a política contraterrorista da era Clinton. O general Downing, ex-comandante do JSOC e

do Socom, disse que a posição que ele encontrou entre funcionários do governo Clinton era: "Não deixem esses caras das SOF[64] passarem pela porta porque são perigosos [...]. Eles vão fazer alguma coisa constrangedora" para o país.

Embora algumas informações em poder dos americanos indicassem que as missões exploratórias[65] que culminaram nos atentados contra embaixadas tivessem sido coordenadas na Somália, a Casa Branca de Clinton não permitiria nenhuma incursão naquele país. Em vez disso, preferiu atingir lugares suspeitos da Al-Qaeda no Afeganistão e no Sudão com mísseis de cruzeiro de longo alcance numa missão denominada operação Alcance Infinito.[66] O alvo do bombardeio no Sudão, a fábrica Al-Shifa, acabou sendo um laboratório farmacêutico legítimo, que produzia a metade dos medicamentos consumidos no país[67] e não, como alegaram os Estados Unidos, uma instalação para a fabricação de gás paralisante. Não obstante, a África Oriental já tinha sido escancarada como uma nova frente nas operações que vinham se tornando uma guerra secreta dos Estados Unidos contra a Al-Qaeda. "Estamos envolvidos num conflito de longo prazo",[68] disse a secretária de Estado Madeleine Albright. "Infelizmente, esta é a guerra do futuro."

Quando Bush assumiu o governo, o secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, concordou com a avaliação de Albright, mas via a posição do governo Clinton em relação à "guerra do futuro" com absoluto desprezo. Assumiu o cargo decidido a situar as forças mais obscuras do aparelho militar dos Estados Unidos à frente e no centro da máquina de guerra, e o Onze de Setembro acelerou seus planos. Mas nos primeiros anos depois do Onze de Setembro a Somália foi, no melhor dos casos, uma preocupação de terceiro nível para o governo Bush — atrás da guerra do Afeganistão e, finalmente, do Iraque.

Nos anos que se seguiram à retirada dos Estados Unidos e das Nações Unidas de Mogadíscio, a Somália foi ainda mais destruída. A bela arquitetura

da capital, com seus magníficos edifícios de influência italiana, ficou reduzida a uma série de esqueletos esburacados por projéteis. Jovens desempregados — muitos deles viciados em *khat* — uniram-se às milícias formadas a partir de clãs e dedicaram a vida à causa dos chefes dessas milícias. "Todos pensavam em termos de tomar para si uma fatia de Mogadíscio",[69] lembrou Buubaa, o ex-ministro das Relações Exteriores."Era como se o Estado somaliano tivesse acabado e cada um quisesse demarcar sua pequena gleba para ganhar dinheiro e poder para fins pessoais que nada tinham a ver com os interesses nacionais." Essa foi a Somália a que chegaram os americanos em 2003, quando se aproximaram de Qanyare, uma das pessoas que tinha contribuído para a destruição do país.

O general Downing afirmou que uma "atitude discreta e quase invisível"[70] seria crucial para a estratégia americana na Somália, acrescentando que os Estados Unidos deveriam ter cuidado para não "inflar o atrativo da retórica [da Al-Qaeda] ou a repercussão de sua ideologia extremista". O governo Bush pode ter tentado seguir a parte do conselho de Downing referente à atitude discreta, mas, pelo fato de se aproximar dos chefes de milícias, necessariamente desatendeu à segunda parte. Acreditando ter o aval de Washington, Qanyare e sua aliança apoiada pela CIA em pouco tempo se transformaram: de capangas em luta pelo controle do território passaram a ser milícias paramilitares que usavam o disfarce da guerra contra o terrorismo para justificar suas atividades. Funcionários da CIA e o pessoal de Operações Especiais viajavam entre Nairóbi e Mogadíscio[71] transportando dinheiro e listas de suspeitos que Washington queria eliminar. De início, o foco estava na captura de quadros operacionais estrangeiros. A CIA não queria que os chefes de milícias perseguissem somalianos por medo de dar combustível à guerra civil. Segundo o jornalista Sean Naylor, especializado em assuntos militares, o líder do programa conjunto da CIA com os chefes de milícias era John Bennett, na época chefe da estação da CIA em Nairóbi. Internamente, Bennett expôs as regras práticas de seu programa: "Vamos trabalhar com os chefes de milícias. Não enganamos nossos escolhidos. Eles não nos enganam. Não

perseguiremos somalianos, apenas [estrangeiros da] Al-Qaeda". Os milicianos, no entanto, tinham seus próprios planos. Qanyare me contou que seus treinadores da CIA relutavam em apertar o gatilho[72] em operações de assassinato, temendo que um americano pudesse ser morto ou capturado. Assim, eles deixavam o serviço sujo para Qanyare e os demais chefes.

Depois do acordo com a CIA, Qanyare e seus seguidores se lançaram numa campanha total de assassinato dirigido e captura contra qualquer pessoa — somaliano ou estrangeiro — suspeita de apoiar algum movimento islâmico. Em alguns casos, os milicianos capturavam pessoas que os Estados Unidos consideravam alvos de grande valor, como Suleiman Ahmed Hemed Salim, suspeito de pertencer aos quadros operacionais da Al-Qaeda, preso na primavera de 2003.[73] Mohamed Dheere,[74] um dos chefes de milícias e companheiro de Qanyare, sequestrou Salim e entregou-o aos americanos. Soube-se depois que Salim foi mantido em duas prisões secretas[75] no Afeganistão. Em 2004, contrariando frontalmente as regras que Bennett supunha observadas pelos chefes de milícias, os homens de Qanyare fizeram uma incursão na casa de um militante somaliano,[76] Aden Hashi Farah Ayro. Na tentativa declarada de capturar Abu Talha al-Sudani, que os Estados Unidos estavam caçando na suposição de que estivesse ligado aos ataques às embaixadas na África, eles sequestraram por engano o cunhado de Ayro, Mohamed Ali Isse, procurado por sua ligação com uma onda de assassinatos ocorridos na Somalilândia em 2003-4. Isse contou[77] que foi posto num helicóptero americano e transportado para um navio da Marinha dos Estados Unidos. O jornalista Paul Salopek, do *Chicago Tribune*, descobriu o paradeiro de Isse numa prisão de Berbera, Somalilândia, anos depois. Isse lhe contou que, uma vez a bordo do navio americano, foi tratado de um ferimento causado por bala e logo interrogado por agentes americanos à paisana durante cerca de um mês. Depois foi levado a Lemonnier, a caminho de uma prisão clandestina na Etiópia, onde afirmou ter sido torturado com choques elétricos por agentes da Inteligência etíope treinados por americanos. Foi devolvido então ao campo de trabalhos forçados na Somalilândia, onde permaneceria.

Dezenas de outros suspeitos foram sequestrados pelos milicianos apoiados pela CIA e entregues a agentes americanos. "O empenho[78] dos líderes da facção Mogadíscio em agarrar figuras da Al-Qaeda para os americanos e receber recompensa em dinheiro gerou uma pequena indústria de sequestros. Como especuladores no mercado de ações, líderes de facções dedicaram-se a prender estrangeiros — principalmente árabes, mas não exclusivamente — na esperança de que estivessem numa lista de procurados", segundo um relatório de 2005 do Grupo Crise Internacional.

> Segundo um líder de milícia que colaborou estreitamente com os americanos em operações de contraterrorismo, nada menos de dezessete suspeitos foram apreendidos somente em Mogadíscio a partir de 2003 — todos eles, exceto três, aparentemente inocentes.

Em muitos casos, os Estados Unidos decidiam que os prisioneiros não tinham interesse para a Inteligência e mandava-os de volta para a Somália. Às vezes, segundo um antigo alto funcionário do governo somaliano e oficiais militares, os milicianos executavam essas pessoas para evitar que falassem.[79]

"Esses homens já eram chefes de milícias odiosos,[80] detestados por muita gente em Mogadíscio. Foi então que começaram a assassinar imãs e líderes de oração locais", disse Abdirahman "Aynte" Ali, analista somaliano que escreveu longamente sobre a história da Al-Qaeda e sobre a política dos chefes de milícias na Somália. "Eram capturados e levados para o Djibuti, onde há uma grande base americana. Em muitos casos, tinham a cabeça decepada e levada aos americanos, a quem os algozes diziam: 'Matamos este cara'." E acrescentou: "A grande maioria das pessoas que eles mataram nada tinha a ver com a GWOT".

Num telegrama diplomático enviado da embaixada em Nairóbi para o Departamento de Estado, funcionários americanos reconhecem que o uso de milicianos na caçada a supostos terroristas "pode parecer uma escolha indigesta,[81] sobretudo à luz das baixas entre civis em recentes episódios de combate em Mogadíscio". Mas, explicam: "Esses parceiros são o único recurso

de que dispomos para expulsar" os terroristas "de suas posições na capital do país".

Quando conheci Qanyare, ele negou que suas forças estivessem cometendo execuções extrajudiciais ou sequestrando e torturando prisioneiros, mas depois de pressionado a respeito de suas operações admitiu que capturava e interrogava pessoas. E então respondeu: "Quando você está combatendo um inimigo, qualquer opção é válida. Se você quer combater a Al-Qaeda, precisa combatê-los sem piedade, porque eles são impiedosos". Fez uma pausa antes de fechar com chave de ouro sua afirmação. "Sem misericórdia."[82]

O "governo americano não estava ajudando[83] o governo [somaliano], mas ajudava os chefes de milícias que lutavam contra o governo", queixou-se Buubaa, o ex-ministro das Relações Exteriores. Washington "achava que os milicianos eram fortes o bastante para caçar os islâmicos ou livrarem-se deles. Mas aconteceu tudo ao contrário. Tudo ao contrário. Foi uma loucura, uma ideia louca".

À medida que a CIA estreitava seu envolvimento com os chefes de milícias somalianos, a maior parte dos efetivos do JSOC e das Forças Armadas americanas no Chifre da África era redirecionada para a guerra que Cheney e Rumsfeld estavam mortos de vontade de fazer desde que chegaram ao poder: no Iraque. Esse não seria um conflito comandado pela CIA, como ocorreu nas primeiras etapas da Guerra do Afeganistão. O JSOC regeria o espetáculo. E teria um novo líder, uma "estrela em ascensão" e um dos "cavaleiros de Jedi[84] que estão lutando no que Cheney chama de 'sombras'".

II. “Um inimigo derrotado não é um inimigo destruído”

IÊMEN, 2003-6 — Pouco depois das onze da noite[1] de 12 de maio de 2003, numerosos grupos de militantes da Al-Qaeda executaram um ataque muito bem coordenado em Riade, Arábia Saudita. Usando uma combinação de carros-bomba e comandos fortemente armados, as células da Al-Qaeda atingiram três edifícios que abrigavam um grande número de americanos e outros ocidentais. Entre esses alvos estavam as instalações de uma empresa prestadora de serviços de defesa para os Estados Unidos, a Vinnell Corporation,[2] que dava treinamento para Guarda Nacional Saudita, e outro prédio pertencente a um bilionário saudita simpatizante dos Estados Unidos. Morreram 35 pessoas e mais de 160 ficaram feridas. Meses depois, em novembro de 2003, outro ataque a bomba contra o condomínio residencial Al Mohaya,[3] no vale do Laban, matou dezessete pessoas e feriu mais de 120. Os dois ataques inflamaram uma campanha contra as redes da Al-Qaeda[4] em todo o reino — foram presas mais de seiscentas pessoas e algumas, acusadas de cumplicidade, foram capturadas e mortas. Embora a Al-Qaeda tenha considerado os ataques um grande sucesso, a repressão que eles desencadearam obrigou a organização a procurar uma base segura fora da Arábia Saudita. Muitos de seus membros fugiram para o Iêmen.

Durante esse período, a rede da Al-Qaeda no Iêmen virou uma confusão. Um ano depois do ataque do drone em novembro de 2002, o sucessor de

Harithi, Muhammad Hamdi al-Ahdal,[5] foi preso com dezenas de outros militantes suspeitos. Sob pressão dos Estados Unidos, Saleh deteve e mandou para a cadeia mais de cem pessoas,[6] declaradamente por suspeita de envolvimento com o ataque ao *USS Cole*.

O período seguinte, de 2003 a 2006, só mereceu destaque na medida em que o governo Bush parecia ter se desinteressado completamente pelo Iêmen e por possíveis ameaças da Al-Qaeda provenientes do país. "Houve um interlúdio[7] de pouco mais de dois anos em que parecia que a Al-Qaeda havia sido derrotada no Iêmen", lembrou Gregory Johnsen, professor da Universidade Princeton, tido como um dos maiores especialistas americanos em Iêmen, num depoimento prestado ante a Comissão de Relações Exteriores do Senado.

> Entretanto, em vez de garantir a vitória, tanto o governo dos Estados Unidos quanto o do Iêmen trataram-na como absoluta, sem compreender que um inimigo derrotado não é um inimigo destruído. Com efeito, a Al-Qaeda foi retirada da lista de prioridades dos dois governos e substituída por preocupações aparentemente mais urgentes. Embora a ameaça representada por ela não tenha necessariamente ficado esquecida entre 2004 e 2005, foi em grande parte ignorada.

Johnsen acreditava que esse "lapso de vigilância" foi "em boa medida responsável pela relativa facilidade" com que a Al-Qaeda reconstruiu sua infraestrutura no Iêmen. Outro fator que agiu em favor da organização foi a prisão de centenas de pessoas por simples suspeita de filiação a ela — em alguns casos, com poucos ou nenhum indício —, o que transformou as cadeias em fábricas de radicalismo. "Esses homens foram jogados em prisões de segurança máxima com combatentes experientes que fizeram de tudo para radicalizar seus companheiros de cela, jovens e sugestionáveis", declarou Johnsen ao Senado. "Esse problema foi bastante negligenciado na época" e "voltaria a assombrar tanto o Iêmen quanto os Estados Unidos ao longo de muitas etapas da guerra contra a Al-Qaeda".

Em Washington, as autoridades pareciam ter perdido o interesse pelo Iêmen, mas o mesmo decerto não acontecia com as Forças Armadas

americanas, sobretudo a comunidade de Operações Especiais. Embora Rumsfeld tenha designado a maior parte das forças de captura e assassinato do JSOC para a campanha de Alvos de Grande Valor no Iraque, o Iêmen permaneceu no radar dessas forças, cuja missão expressa era a execução de operações contraterroristas. Diversos veteranos de Operações Especiais desse período disseram-me que estavam decepcionados[8] pelo que consideravam o desvio para o Iraque de sua capacidade operacional, que poderia ser usada para confrontar a ameaça mais séria representada pela Al-Qaeda em outros lugares. Em meados de 2003, o terreno no Iêmen estava sendo preparado para o ressurgimento da Al-Qaeda, enquanto o presidente Saleh lutava para acabar com uma insurreição interna. Em 2004, a minoria houthi[9] protagonizou uma sublevação armada no norte, desencadeando uma contraofensiva por parte de Saleh que resultou na morte de centenas de pessoas, entre elas Hussein Badreddin al-Houthi, líder da rebelião. Seu irmão, Abdul-Malik al-Houthi, sucedeu-lhe e continuou a lutar contra Saleh. Para combater os houthis durante o período que se tornou conhecido como o "das seis guerras" e durou de 2004 a 2010, Saleh usou forças tanto da Al-Qaeda quanto sauditas, além de suas próprias Forças de Operações Especiais,[10] treinadas e equipadas pelos americanos. Ahmad Mansur, porta-voz da Al-Qaeda, afirmou que o governo iemenita pediu apoio da Al-Qaeda para combater os houthis em troca de "relaxar a perseguição[11] a nossos membros". Essa versão foi confirmada[12] por diversas ex-autoridades de destaque da Inteligência e das Forças Armadas dos Estados Unidos.

Saleh recebeu também um forte apoio dos sauditas nesse esforço. Consta que a certa altura eles davam ao Iêmen 10 milhões de dólares, por mês,[13] para que o país combatesse os houthis. Para os sauditas, a situação do país apresentava um conjunto de problemas que ia além da rebelião dos houthis. De modo geral, o reino saudita era o principal financiador do Iêmen, fornecendo ao governo de Saleh uma quantia estimada em 2 bilhões de dólares anuais[14] em ajuda. Para justificar suas guerras contra os houthis perante os Estados Unidos, Saleh e os sauditas afirmaram com insistência a

existência de apoio iraniano aos houthis e deliberadamente identificavam os rebeldes com a Al-Qaeda.

Enquanto o presidente Saleh lançava mão de vários argumentos na tentativa de sustentar seus próprios objetivos políticos e militares, e a CIA e o JSOC se entrincheiravam cada vez mais no Iêmen a partir de sua base no Djibuti, Saleh se valia do desejo americano de ter sob custódia os suspeitos da explosão do *Cole* para obter mais apoio material. Apesar dos insistentes pedidos do FBI e de outras agências e funcionários americanos, o presidente se recusava a entregar os principais suspeitos da explosão, entre eles Jamal al-Badawi, cuja extradição tinha sido pedida abertamente pelos Estados Unidos depois que ele foi indiciado num tribunal federal americano em 2003.[15] "A Constituição do Iêmen[16] proíbe a extradição de iemenitas", disse Saleh ao *New York Times*.

Saleh intermediou um esquema pelo qual a maior parte dos suspeitos seria processada e condenada no Iêmen. Em 2002, pressionado por Washington a tomar alguma atitude, ele criou o que chamou de "conselho de diálogo"[17] para "enfrentar" os jihadistas em solo iemenita por meio da reabilitação e da reconciliação. "O Estado iemenita sentiu uma necessidade urgente[18] de agir contra o islamismo radical", observou a pesquisadora Ane Skov Birk, especializada em terrorismo. "Essa necessidade nasceu da percepção do perigo que ameaçava o país, representado em parte pelos próprios militantes e em parte pela possibilidade de que os Estados Unidos declarassem guerra ao Iêmen se o Estado deixasse de agir contra aqueles militantes." Como parte do programa, centenas de iemenitas foram postos sob custódia, com relatos de tortura e tratamento desumano que representaram "graves violações[19] dos direitos dos presos". Entre 2002 e 2005, mais de trezentos iemenitas foram soltos. Diversos dos "reabilitados" pelo programa voltariam à luta,[20] combatendo no Iraque ou unindo-se à Al-Qaeda ou a outros grupos militantes no Iêmen, e o programa acabou sendo suspenso em 2005. Para experientes observadores do Iêmen, o jogo de Saleh com os suspeitos do *Cole* lembrava um esquema de captura de reféns com o objetivo de arrancar mais dinheiro,

mais treinamento e mais equipamento militar dos Estados Unidos. Entregá-los aos americanos seria um desastre político para Saleh e acabaria com seu poder de negociação em relação a Washington.

"Depois do *Cole*,[21] Saleh entendeu que a Al-Qaeda não merecia confiança, mas não ia abrir o jogo", disse um ex-funcionário do contraterrorismo americano que trabalhou longamente no Iêmen durante esse período. Ele me disse que os suspeitos da Al-Qaeda que iam parar na cadeia acabavam sendo soltos após cumprir um "programa fictício de 'reabilitação' em que juravam sobre o Alcorão que renunciariam ao terrorismo, eram indultados ou o governo simplesmente deixava que fugissem". Em 2003, dez dos principais suspeitos da explosão do *Cole* fugiram da cadeia,[22] dando início a um ciclo que durou anos de prisões, indiciamentos, fugas e novas prisões. "A Al-Qaeda pretende[23] causar apenas o dano necessário para convencer o regime [de Saleh] de que é melhor reduzir o esforço de destruir a Al-Qaeda e permitir que o grupo atue em relativa liberdade no Iêmen e a partir dele, desde que não realize ataques importantes dentro do país", observou o ex-funcionário da CIA, Michael Scheuer. A atitude de Saleh em relação a supostos quadros operacionais da Al-Qaeda, segundo Scheuer, "quase com certeza equivale a uma licença para que os militantes façam o que quiserem, onde quiserem, desde que não seja no Iêmen".

De 2003 a 2006, enquanto o governo de Saleh permaneceu de fora do radar do governo Bush, houve reuniões ocasionais para exigir ação contra os suspeitos do *Cole*. Em 2004, James Pavitt, vice-diretor de operações da CIA, declarou à Comissão do Onze de Setembro: "Nossas operações,[24] em conjunto com nossos parceiros, estão ganhando terreno contra o núcleo da Al-Qaeda", e acrescentou: "Há dois anos e meio, teríamos posto na seguinte ordem nossas principais preocupações: Iêmen, Arábia Saudita, Sudeste Asiático", mas hoje "quase todos os alvos principais desapareceram do Iêmen, mortos ou capturados". Na verdade, o gigante adormecido estava apenas acordando.

12. "Nunca confie num infiel"

REINO UNIDO, 2003 — Na época em que a invasão do Iraque se transformava rapidamente numa ocupação, Anwar Awlaki voltou ao Iêmen, mas lá seu pai convenceu-o a fazer uma nova tentativa na Grã-Bretanha.[1] Anwar deixou a família a cuidado dos pais e voltou ao Reino Unido, onde ficaria durante quase dois anos, pregando muitas vezes em mesquitas bem conhecidas. Entre os patrocinadores de Awlaki[2] estavam a Associação Muçulmana da Grã-Bretanha e a Federação das Sociedades de Estudantes Islâmicos, ambas com fortes laços com a Irmandade Muçulmana, uma organização mundial. Sua parceria com essas organizações foi provavelmente de conveniência, observou o pesquisador Alexander Meleagrou-Hitchens, que fez um alentado estudo histórico sobre a vida de Awlaki.

> Por meio da parceria, as organizações procuraram cooptar[3] um pregador jovem e carismático que as ajudasse a ganhar prestígio entre os muçulmanos ocidentais. Em troca, abririam para ele as facilidades de sua considerável capacidade organizacional, oferecendo a Awlaki uma tribuna e grandes plateias já formadas.

Em 2003, Awlaki realizou uma turnê de palestras na Grã-Bretanha, durante a qual falou em proeminentes universidades, faculdades e organizações comunitárias sobre a "guerra contra o Islã" e o papel dos muçulmanos no mundo ocidental. "Sua popularidade no Ocidente estava no auge, e ele atraía multidões", segundo Meleagrou-Hitchens. O dr. Usama Hasan, que tinha sido

imã da mesquita Tawhid em Leyton, no norte de Londres, disse que Awlaki tinha se tornado "um dos ícones do salafismo ocidental[4] e lotava qualquer ambiente em que falasse. As pessoas ansiavam por vê-lo".

Awlaki continuou levando sua mensagem e, embora muitas de suas prédicas se concentrassem em ensinamentos religiosos ou em fazer analogias modernas a Maomé e outros profetas, sua política se tornava claramente mais militante. Seus sermões encontravam eco entre os jovens que amadureciam numa época em que percebiam que sua religião estava sendo demonizada. "Há uma cultura global sendo empurrada pela goela[5] de todos os que estão na face da Terra. Essa cultura global é protegida e promovida. Thomas Friedman, um escritor famoso nos Estados Unidos e que escreve para o *New York Times*, diz que a mão oculta do mercado não sobrevive sem seu punho oculto. A rede McDonald's nunca teria florescido sem a McDonnell Douglas — que projetou os F-15s", disse Awlaki num sermão.

> Em outras palavras, não estamos na verdade tratando com uma cultura benevolente e compassiva. É uma cultura que não deixa escolha. Ou você aceita o McDonald's, ou McDonnell Douglas manda seus F-15s em cima de sua cabeça. É uma cultura muito intolerante que não pode coexistir com nada mais. Ela extirpa qualquer outra cultura da face da Terra. Simplesmente corta-lhe as raízes. E aqui temos uma citação do [historiador russo e dissidente soviético] Alexander Soljenítsin […]. "Para destruir um povo, você deve cortar suas raízes." E a única ideologia que está fazendo frente a essa cultura global é o Islã.

Awlaki deplorava a realidade que percebia entre os jovens muçulmanos ocidentais, o fato de que eles

> conhecessem melhor astros do rock ou jogadores de futebol que os companheiros de Rasul Allah [o profeta Maomé]. Vocês podem ver que nossa juventude sabe mais sobre pop stars do que sobre os Sahaba [companheiros] de Rasul. Na verdade, às vezes até mais do que sobre os Anbiya [Profetas]. Quantos de nossos jovens sabem o nome de todos os Anbiya de Alá? Quantos dos nossos jovens sabem o nome dos Sahaba? Mas pergunte a essas mesmas pessoas o nome dos jogadores de futebol de seu time, ou dos melhores jogadores de basquete, e eles vão saber a lista toda. Portanto, está havendo uma grave crise de identidade entre os muçulmanos.

Awlaki entrelaçava referências da cultura pop com histórias do Alcorão. Criticava a imprensa corporativa e as organizações internacionais de direitos humanos, que ele denunciava como propagandistas daqueles que "planejavam matar" o Islã. Em Londres, fez um discurso em que prevenia jovens muçulmanos a não se enganarem com a aparente bondade de seus vizinhos ou amigos não muçulmanos.

> A lição importante que se deve aprender é nunca, jamais confiar num *kuffar* (infiel).[6] Não confie nele. Ora, talvez você diga: "Mas meu vizinho é uma pessoa tão legal, meus colegas de classe são tão legais. Meus colegas de trabalho são pessoas fabulosas, tão decentes e honestos. E sabe como é, o único problema é que nós muçulmanos estamos criando má fama para o Islã. Seria bom que esses terroristas parassem de fazer o que estão fazendo" [...]. Eu não vou discutir se seu vizinho é uma pessoa legal. Ou o seu colega de classe. Eles devem mesmo ser pessoas decentes e legais. Mas, irmãos, essa pessoa que você conhece não é a que manda. E quando o Alcorão fala sobre os infiéis, está falando dos líderes, daqueles que manipulam os cordões. Não faça um juízo [com base em] Fulana de Tal e Fulano de Tal. Nem baseado no americano médio.

Os infiéis, disse ele, estavam decididos a destruir o Islã. "Precisamos ficar espertos e não nos deixar enganar", declarou ele à plateia enlevada. "Malcolm X sempre dizia: 'Temos sido feitos de bobos'."

Awlaki falava muito na perseguição e detenção de muçulmanos pelo mundo, de Guantánamo a Londres, Virgínia e outros lugares. Pedia a seus seguidores que vissem a luta deles no Ocidente como a mesma que se dava em países muçulmanos. "Estamos vendo[7] cair uma nação muçulmana atrás da outra, e ficamos olhando, sentados, sem fazer nada. Quando tomaram a Palestina, não fizemos nada", vociferou num sermão em Londres durante um evento chamado "Basta de Terror Policial". "A Ummah [comunidade muçulmana global] fica olhando enquanto o Iraque está sendo consumido. E não vai parar por aí, porque a coisa vai se espalhar a outros países, como a Síria, e só Alá sabe qual será o próximo." E acrescentou: "Quando permitimos que uma nação muçulmana caia, estamos permitindo que aconteça a mesma coisa a todos e a cada um de nós".

A palestra de dezembro de 2003 foi organizada como parte de uma série de eventos realizada na Grã-Bretanha contra o que a comunidade muçulmana via como repressão racista. Usando leis antiterror semelhantes à Lei Patriot dos Estados Unidos, as forças de segurança britânicas deram início a uma campanha de prisões em massa de muçulmanos — muitos deles estudantes — por suspeita de envolvimento em complôs terroristas. "Estamos prendendo[8] gente sem parar", disse a mais alta autoridade da polícia britânica, John Stevens. "Isso faz parte desse grande esforço que estamos fazendo desde o Onze de Setembro. E vai continuar." Foi contra esse pano de fundo que Awlaki disse a seus ouvintes que

> muitos muçulmanos vêm sendo presos. Sabe quando se fala em Guantánamo e essas coisas todas? Existe uma Guantánamo[9] neste país. Houve 524 muçulmanos presos dentro das novas leis, e só dois foram acusados. Temos mais de 520 muçulmanos trancados na cadeia, deixados a apodrecer, sem que exista crime nenhum — eles não fizeram nada e não há acusações contra eles. São deixados lá durante meses a fio, só para apodrecer nas celas daquelas prisões. O que vocês fizeram por eles?

Ele convocou seus seguidores a agir.

> Ficamos aqui sentados olhando sem fazer nada. Achando que, tapando os olhos e ficando quietos, vamos estar em segurança. Se você não der um basta a isso agora, vai acontecer com você, pode acontecer com sua mulher, com sua filha. É preciso pôr limites antes que isso cresça… Então você precisa fazer qualquer coisa de que for capaz. É uma responsabilidade — está pendurada em seu pescoço. É uma coisa que você deve a seus irmãos muçulmanos, à Ummah e a Alá.

Em Londres, os sermões de Awlaki se tornaram mais políticos, condenando as guerras em países muçulmanos e a detenção de muçulmanos no Ocidente. Guantánamo e o programa americano de tortura tiveram um impacto forte e claro sobre ele. "Ele se tornou uma figura pública,[10] como você vê", lembrou seu pai. Embora muitos de seus primeiros sermões fossem apolíticos e versassem sobre a vida dos profetas e a interpretação do Alcorão, ele se tornara um ativista político. "Anwar, em todas as suas palestras, tentava ligar o que dizia a coisas que estavam acontecendo", disse Nasser. Em seus sermões,

entrelaçava suas teorias sobre a guerra dos Estados Unidos contra o Islã à condenação da tortura, levando às vezes suas convicções ao terreno da teoria conspiratória, principalmente ao denunciar as organizações de defesa dos direitos humanos. "Os judeus e os cristãos[11] não ficarão contentes enquanto você não for como eles. Como podemos confiar nos líderes do *kufr* (descrentes) quando hoje, hoje mesmo, agora, neste instante, há irmãos muçulmanos na cadeia?", disse Awlaki numa palestra na Grã-Bretanha, com a voz trêmula de emoção.

> Usam todos os métodos sinistros de interrogatório contra eles. Usaram homossexuais para estuprá-los. Trouxeram mães, irmãs e esposas que foram estupradas diante desses irmãos. Sim, é verdade que isso não está acontecendo no Ocidente, mas o Ocidente sabe disso. As Nações Unidas sabem disso. A Anistia Internacional sabe disso, e eles não fazem nada. Na verdade, às vezes até incentivam.

Meleagrou-Hitchens destacou que durante todo o tempo que passou na Grã-Bretanha, Awlaki não "fez declarações públicas claras de apoio à jihad violenta no contexto ocidental contemporâneo", observando que "embora procurasse incutir um despertar político islâmico em seu público, não recomendava abertamente uma jihad violenta em países do Ocidente". Ainda que falasse sobre a jihad e usasse textos históricos árabes, como o Livro da Jihad, de Ibn Nuhaas, intelectual do século XIV que morreu lutando contra os mongóis e os cruzados, tinha cuidado ao expor seus argumentos. "Quero dizer logo[12] de início e deixar muito claro que nosso estudo deste livro não é uma exortação ou um convite à violência, ou uma promoção da violência contra uma pessoa, uma sociedade ou um Estado", disse Awlaki numa palestra sobre o livro. "Estamos estudando um livro de seiscentos anos… É isso que estamos fazendo. Trata-se de um estudo meramente acadêmico de um livro velho e tradicional." Ficava claro que Awlaki estava pensando em sua próxima jogada, e Meleagrou-Hitchens acredita que sua "renúncia" a convocar à violência "tinha provavelmente a intenção de evitar a atenção das autoridades britânicas de segurança".

O prestígio de Awlaki entre os jovens muçulmanos anglófonos nas ruas estava em alta, mas sua vida solitária na Grã-Bretanha, longe da mulher e dos filhos, não era sustentável.

Então, Awlaki decidiu voltar para Sana'a. Nasser Awlaki disse que era porque Anwar não tinha conseguido se manter no Ocidente[13] e queria procurar oportunidades de trabalho e estudo no Iêmen. Mas pessoas ligadas a Anwar no Reino Unido tinham outra opinião. Usama Hasan, que lutara contra os soviéticos no Afeganistão, insinuou que Awlaki queria levar à prática aquilo que dizia. "Sempre tive a impressão[14] de que ele ansiava por isso [fazer a jihad], e nosso anseio foi de certa forma saciado, mas ele nunca teve essa oportunidade", disse. "Juntem-se a isso os fortes vínculos que ele tinha com o Iêmen, muito ligado à Al-Qaeda, e o apelo da jihad era então muito forte."

13. “Você não precisa provar para ninguém que agiu certo”

IRAQUE, 2003-5 — Com a Guerra do Iraque já a pleno vapor, Rumsfeld instruiu o general John Abizaid, comandante do Centcom, a extinguir as Forças-tarefas de Grande Valor que o JSOC dirigia no Afeganistão e no Iraque, a TF-5 e a TF -20. No lugar delas, o JSOC dirigiria uma Força-tarefa unificada, a TF-121, com jurisdição operacional sobre os dois países. Por trás disso estava a ideia de que “localizar e depois capturar[1] ou matar líders da Al-Qaeda e do Talibã ou membros fugitivos do antigo governo do Iraque exigia planejamento e missões que não fossem limitadas pelo traçado do mapa numa região de fronteiras porosas”. Foi mais um passo no sentido de eliminar a distinção entre missões “secretas” e missões “clandestinas”, mas Rumsfeld determinara que o JSOC fosse em frente. Em consonância com a determinação de Rumsfeld de fazer das Forças de Operações Especiais o principal instrumento na “caçada humana global”, a Força-tarefa seria comandada[2] por McRaven e supervisionada por McChrystal, que teriam à sua disposição todos os recursos de Inteligência dos Estados Unidos, inclusive o que precisassem da CIA. Além dos SEALs de McRaven, dos Rangers de McChrystal e de membros da Força Delta, a equipe teria comando sobre paramilitares da Divisão de Atividades Especiais[3] da CIA e apoio da Atividade, o braço de Inteligência do JSOC dedicado à interceptação.

Os dias em que quadros operacionais do JSOC eram cedidos rotineiramente à CIA tinham terminado. O Braço de Apoio Estratégico, de Cambone, e a Atividade estavam coordenando o fornecimento dos dados de todas as fontes da Inteligência à Força-tarefa. "Isso equivale a reduzir a distância entre o sensor e o atirador,[4] disse ao *Washington Times* um alto funcionário da Defesa. "Você passa todas as suas próprias informações aos caras que atiram e prendem. Todas as informações sob um mesmo teto."

Embora a TF-121 tivesse recebido a missão[5] de matar ou capturar Osama bin Laden e Saddam Hussein na primavera de 2004, o interesse de Washington estava cada vez mais no Iraque. Funcionários veteranos da Inteligência identificaram esse período como um divisor de águas na caça a Bin Laden. Numa época em que o JSOC pedia mais recursos e autorizações para perseguir alvos no Paquistão e em outros países, houve um desvio radical que fez do Iraque a prioridade número um.

O alto preço da reorientação para uma missão contraterrorista mais abrangente foi uma grave preocupação para o tenente-coronel Anthony Shaffer, oficial da Inteligência militar, treinado pela CIA e com passagens pela DIA e pelo JSOC. Shaffer comandava uma força-tarefa, a Stratus Ivy, que fazia parte do programa iniciado no fim da década de 1990 conhecido pelo codinome Able Danger.[6] Utilizando o que era então a última palavra na tecnologia de "escavação de dados", o programa era tocado pela Inteligência militar e pelo Comando de Operações Especiais e tinha como objetivo identificar células da Al-Qaeda em todo o globo. Shaffer e alguns de seus colegas[7] do Able Danger alegaram que tinham descoberto vários sequestradores do Onze de Setembro um ano antes dos ataques, mas nenhuma providência tinha sido tomada a respeito deles. Disse à Comissão do Onze de Setembro[8] que se sentira frustrado quando o programa foi encerrado, pois acreditava que era uma das poucas ferramentas eficazes que os Estados Unidos tinham na luta contra a Al-Qaeda antes do Onze de Setembro. Depois dos ataques, Shaffer voltou à ativa como voluntário e tornou-se comandante da Base Operacional Alfa, da DIA, que segundo ele "executava operações

antiterroristas clandestinas" na África. Shaffer comandava o programa secreto, visando membros da Al-Qaeda que pudessem fugir do Afeganistão para buscar abrigo na Somália, na Libéria e em outras nações africanas. "Foi a primeira ação secreta da DIA[9] na era pós-Guerra Fria, na qual meus oficiais usaram as Forças Armadas africanas para caçar e matar terroristas da Al-Qaeda em seu lugar", lembrou Shaffer.

Como muitos outros funcionários experientes que perseguiam a Al-Qaeda antes do Onze de Setembro, Shaffer acreditava que finalmente o foco estava na direção certa ao destruir a rede do terror, matando ou capturando seus líderes. Mas aí todos os recursos foram redirecionados para a invasão do Iraque. "Eu vi a insensatez[10] do governo Bush de perto e em pessoa", disse Shaffer. Depois de um ano e meio comandando as operações africanas, "fui obrigado a fechar a Base Operacional Alfa para que seus recursos fossem usados na invasão do Iraque".

Shaffer foi readmitido como planejador de Inteligência da equipe da DIA que ajudava a passar informações sobre possíveis localizações de WMDs às equipes avançadas do JSOC que entraram no Iraque em segredo antes da invasão. "Não deu em nada",[11]afirmou. "Como sabemos agora, nenhuma WMD foi encontrada." Ele acreditava que o desvio do foco e dos recursos para o Iraque foi um erro grave que permitiu a Bin Laden continuar em ação por praticamente mais uma década. Shaffer por fim foi enviado para o Afeganistão, onde se desentendeu com outros líderes militares dos Estados Unidos sobre suas intenções de comandar operações dentro do Paquistão para chegar aos líderes da Al-Qaeda que estavam escondidos no país.

A partir de 2002 e durante 2003, unidades de Operações Especiais e da CIA no Afeganistão começaram a desviar seus recursos para o Iraque. Ao ser desativada, em 2003, a TF-5 do Afeganistão já tinha perdido "mais de dois terços[12] de sua força de combate": passou de 150 comandos para apenas trinta. No inverno de 2003, "quase metade[13] dos agentes da Inteligência e comandos americanos que tinham estado no Afeganistão e no vizinho Paquistão já tinham sido enviados para o Iraque". O codinome de Saddam era "Número

Um da Lista Negra", e a força de McRaven intensificou a caçada, vasculhando todo o país atrás dele. Tiraram de suas casas ou esconderijos membros da família, antigos guarda-costas e assessores de Saddam e pressionaram essas pessoas para que dessem informações sobre o paradeiro dele. No fim de 2003, os comandantes das Forças Armadas convencionais dos Estados Unidos estavam ficando cada vez mais preocupados com o que ouviam sobre as técnicas usadas pela TF-121 para interrogar prisioneiros. Era muito parecido com os rumores que tinham ouvido sobre o que a CIA estava fazendo em suas prisões clandestinas. "Os presos capturados pela TF-121[14] tinham ferimentos que levaram os médicos a observar que 'eles mostram sinais de terem sido surrados'", segundo um relatório militar secreto preparado para destacados generais americanos que estavam no Iraque na época. O relatório cita um oficial que teria dito: "Todo mundo sabe disso".[15] O documento alegava que parte do tratamento dispensado aos detidos pela TF-121 poderia ser "tecnicamente" ilegal e advertia seriamente sobre a possibilidade de que a prisão em massa de iraquianos lançasse lenha na fogueira de uma insurreição latente, acrescentando que os iraquianos poderiam passar a ver os Estados Unidos e seus aliados como "inimigos gratuitos".[16]

Contudo, no momento mesmo em que os militares descobriam o programa de detenções potencialmente ilegal e contraproducente que estava sendo posto em prática pela TF-121, a Força-tarefa conquistou uma importante vitória que chegaria às manchetes internacionais e ganharia muitos elogios no Pentágono. Um ex-guarda-costas[17] capturado e interrogado por ela tinha informado a localização de uma fazenda na periferia de Tikrit, a cidade natal de Saddam, que o líder iraquiano usava como esconderijo. Os homens de McRaven, apoiados por dezenas de soldados da 4ª Divisão de Infantaria e milicianos locais, pousaram na fazenda depois de cortar o fornecimento de energia e deixá-la totalmente às escuras. Após revistarem as construções da propriedade, estavam a ponto de desistir quando um soldado notou uma fenda no assoalho, parcialmente encoberta por um tapete. Debaixo dela acharam uma placa de isopor disfarçando um buraco.

Em 14 de dezembro de 2003, o governo Bush julgou que o fim da Guerra do Iraque — e a vitória — estavam à vista. Naquela manhã, Paul Bremer, tendo ao lado o general Ricardo Sánchez, subiu ao pódio para uma estrevista coletiva em Bagdá. "Senhoras e senhores, nós o pegamos",[18] disse Bremer, mal disfarçando um sorriso. Ele se referia a ninguém menos que Saddam Hussein. O líder iraquiano deposto tinha sido encontrado escondido numa trincheira escavada no interior de uma cabana de tijolos numa fazenda em Adwar, perto de Tikrit, com uma pistola. Os soldados apreenderam ainda alguns fuzis AK e 750 mil dólares [19] em cédulas de cem. Quando um membro da Força Delta enxergou Saddam escondido no buraco, o líder iraquiano disse: "Sou Saddam Hussein.[20] Sou o presidente do Iraque. Quero negociar". O soldado teria respondido: "O presidente Bush manda lembranças". Momentos depois, os homens de McRaven levaram-no a um local de triagem do JSOC, uma instalação temporária, perto do aeroporto de Bagdá. Era chamado Camp Nama. Ironicamente, o lugar que se tornaria o abrigo temporário[21] de Saddam tinha sido anteriormente uma de suas câmaras de tortura. A imprensa mostrou imagens dele fazendo um exame médico, mas o JSOC já vinha utilizando o local para atividades bem mais escusas, que nunca seriam mostradas na TV.

"Este é o momento de olhar para o futuro,[22] para seu futuro de esperança, para um futuro de reconciliação. O futuro do Iraque, o futuro de vocês, nunca foi tão esperançoso. O tirano está preso", declarou Bremer com firmeza. "A economia está avançando. Vocês têm diante de si a perspectiva de um governo soberano em poucos meses." O general Sánchez disse que a operação tinha sido um esforço conjunto, envolvendo "uma coalizão de forças de Operações Especiais",[23] mas o JSOC e seus comandantes não receberam nenhum crédito direto. Nem McChrystal nem McRaven estiveram no pódio naquele dia, porém as pessoas da comunidade de Operações Especiais dizem que foi McRaven quem coordenou a operação Aurora Vermelha. McRaven e

o secretário assistente de Defesa, Thomas O'Connell, veterano da Atividade, fumaram juntos um mesmo charuto[24] diante da cela de Saddam logo depois da captura do líder iraquiano. Rumsfeld anunciou acreditar que "a insurreição de oito meses de duração poderia começar a perder o gás".[25] Na verdade, a guerra estava apenas começando, principalmente para McChrystal e McRaven. E a CIA sabia disso.

"Estamos vendo o surgimento de uma insurreição no Iraque",[26] dissera Robert Richer, chefe da Divisão da CIA para o Oriente Próximo, a Bush durante um briefing da Inteligência no fim de 2003. "É uma palavra forte", interpôs Rumsfeld. "O que você quer dizer com isso? Como você define insurreição?" Quando Richer explicou o que queria dizer, Rumsfeld satirizou: "Devo discordar de você". Finalmente, Bush interveio. "Eu não quero ler no *New York Times* que estamos enfrentando uma insurreição", declarou. "Não quero ninguém no gabinete dizendo que existe uma insurreição. Acho que ainda não chegamos lá." Apesar da recusa de Rumsfeld a aceitar o fato, Richer estava certo. O Iraque, que não tinha ligação com a Al-Qaeda ou com o Onze de Setembro, estava se tornando um ímã para grupos de jihadistas dispostos a combater e matar americanos.

Embora tenha se falado muito na presença da Al-Qaeda no Iraque no período seguinte, poucas vezes se disse que os combatentes estrangeiros estavam chegando por causa da invasão americana. Se não por outro motivo, porque o regime de Saddam e a Al-Qaeda eram inimigos. E embora a presença da organização fosse indubitável depois da invasão de março de 2003, Zarqawi e a AQI representavam uma proporção mínima dos que atacavam as forças americanas de ocupação. Diferentes milícias, unidades do Exército iraquiano dissolvidas, guerrilheiros xiitas e várias facções políticas competiam pelo poder local, todas elas voltadas contra os Estados Unidos. Ataques americanos, como o cerco de Fallujah em abril de 2004 e um tiroteio na cidade sagrada xiita de Najaf, combinados com a guerra mais ampla contra o popular clérigo Moqtada al-Sadr, estavam engrossando as fileiras da insurreição. Apesar de tudo o que se falava sobre as profundas divergências sectárias no Iraque, a

ocupação americana estava, na verdade, unindo os iraquianos, tanto os xiitas quanto os sunitas, na causa comum[27] de combate aos ocupantes. Os Estados Unidos deveriam ter entendido desde cedo que sua política desastrosa estava levando o Iraque ao caos. Mas os planejadores americanos da guerra estavam decididos a fincar a bandeira da vitória no país pela força, o que significava que a insurreição devia ser esmagada e seus líderes, mortos ou capturados. "Partíamos do pressuposto de que havia determinado grupo de resistentes, por assim dizer, e que se capturássemos Saddam Hussein, se fôssemos capazes de capturar ou matar os filhos deles, então poderíamos mais ou menos debelar a insurreição", lembrou Andrew Exum, o Ranger do Exército.

> Estávamos obcecados pela ideia de pegar esses Alvos de Grande Valor, independentemente de qualquer estratégia maior ou mais abrangente para obter a pacificação do Iraque. Acho que acabamos por exacerbar uma porção dos motivos que levaram ao conflito e por agravar a insurreição.[28]

Havia duas guerras no Iraque. Uma delas, travada pelo exército convencional, era em grande parte uma ocupação; a outra era uma guerra de desgaste levada a cabo pelo JSOC. Os homens de McChrystal não se dispunham a acatar ordens vindas de comandantes das forças convencionais. O general Sánchez, que de 2003 a 2004 foi o comandante supremo das forças americanas no Iraque, contou-me que o pessoal do JSOC dificilmente fazia a gentileza[29] de informá-lo sobre as operações que estavam planejando, mesmo em áreas controladas pelas forças americanas convencionais. Quando o faziam, era apenas para alertar as forças convencionais de que seus homens deviam guardar distância. Exum lembrou a relação do JSOC com os militares convencionais: "Deus sabe que dependíamos daqueles caras para evacuação de feridos e para a Força de Reação Rápida, no caso de as coisas darem errado, mas na verdade não falávamos com eles no nível de comando". As operações da Força-tarefa, disse Exum, eram "muito compartimentalizadas, muito estanques". O JSOC estava criando um sistema em que suas operações de Inteligência alimentavam sua ação, e com frequência aquela Inteligência não

era checada por ninguém de fora da estrutura do JSOC. A prioridade era ter sempre alvos para atacar. "O mais grave[30] é o abuso de poder que isso possibilita", disse Wilkerson, o ex-chefe de gabinete de Powell. E continuou:

> Você vai e consegue algumas informações, e normalmente suas informações chegam por meio desse mesmo aparato, então você diz: "Oh, isto sim é que é informação aproveitável. Esta é a operação Trovão Azul. Vão lá e façam". E eles iam, e matavam 27, trinta, quarenta pessoas, ou quantas fossem, e capturavam sete ou oito. Aí você descobria que as informações eram ruins e que tinha matado uma porção de inocentes e que estava com um punhado deles nas mãos, então mandava esses caras para Guantánamo. Nunca ninguém ficava sabendo de nada. Você não precisa provar para ninguém que agiu certo. Você fazia tudo em segredo e simplesmente partia para a próxima operação. Você diz: "Põe na conta da experiência", e passa para a próxima operação. E pode acreditar, isso acontecia.

Exum lembrou de ter caçado Izzat Ibrahim al-Douri, um dos principais comandantes militares de Saddam, que tinha recebido a designação de Rei de Paus no baralho dos Alvos de Grande Valor. Alguém lhes deu a dica de que Douri estava em certa casa, e eles fizeram uma incursão noturna. Assim que começou a incursão, a equipe de Rangers de Exum foi alvejada por dois homens. Retribuíram o fogo e abateram os dois. "Soubemos mais tarde que nossas informações eram de duas semanas antes", lembrou. "Matamos os caras e mais tarde ficamos sabendo que eles estavam vigiando o gerador do bairro." Na opinião de Exum, os homens provavelmente pensaram que os Rangers eram ladrões. "Agora, eu não perco o sono por causa disso, porque os caras estavam atirando em mim, mas mesmo assim, se você começa a pensar no caso de uma perspectiva estratégica, é um desperdício."

As forças de McChrystal entenderam rapidamente que a resistência iraquiana estava crescendo, e não diminuindo, mesmo depois que vários dos principais membros do regime do partido Baath foram mortos. McChrystal e seu vice, Mike Flynn, começaram a avaliar as condições da insurreição. O JSOC tinha sido "reduzido a uma dimensão menor[31] nos meses que se seguiram à invasão inicial", lembrou McChrystal. "Encontramos uma ameaça crescente vinda de numerosas fontes — mas principalmente da Al-Qaeda no Iraque.

Começamos a fazer uma análise do inimigo e de nós mesmos. Não era fácil entender nem eles nem nós." Na pequena base do JSOC, na periferia de Bagdá, McChrystal e sua equipe começaram a mapear as informações que tinham sobre a AQI, usando um quadro branco. "Como todas as demais forças militares da história, de início víamos o inimigo como víamos a nós mesmos", escreveu McChrystal mais tarde num artigo para a revista *Foreign Policy*:

> Composta principalmente de mujahedin estrangeiros, leais sobretudo a Osama bin Laden, mas controlados, no Iraque, pelo jordaniano Abu Musab al-Zarqawi, a AQI foi responsável por uma campanha de extrema violência contra as forças de coalizão, o governo iraquiano e xiitas iraquianos. Seu objetivo declarado era esfacelar o Iraque e finalmente estabelecer ali um califado islâmico. Como de costume, começamos a mapear a organização como se ela obedecesse à estrutura militar tradicional, com hierarquia e fileiras. Acima de todos estava Zarqawi, abaixo dele uma cascata de oficiais e soldados rasos. Mas quanto mais olhávamos, mais o modelo parecia não servir. Os oficiais da Al-Qaeda no Iraque não esperam memorandos de seus superiores, muito menos ordens de Bin Laden. As decisões não eram centralizadas, mas executadas com rapidez e comunicadas lateralmente a toda a organização. Os combatentes de Zarqawi estavam adaptados a suas áreas de atuação, como Fallujah e Qaim na província de Anbar, no leste do Iraque, e por meio da tecnologia moderna se mantinham estreitamente ligados ao resto da província e do país. Dinheiro, propaganda e informações fluíam em proporções alarmantes graças a uma coordenação poderosa e ágil. Assistimos a suas mudanças de táticas (de ataques com foguetes para homens-bomba, por exemplo) quase simultâneas em diversas cidades. Era uma coreografia mortal conquistada com uma estrutura em mudança contínua, muitas vezes irreconhecível.

A insurreição era bem mais complexa do que os que estavam em Washington ou no Pentágono deixavam transparecer. Mas a decisão de seguir em frente, tendo como alvo todo e qualquer insurgente, não se alterou. Em vez de recuar, eles dobraram a aposta. Exum disse:

> Se você vê um princípio de insurreição que começa a surgir, não precisa ser um gênio para entender que arrastar pessoas para fora de suas casas no meio da noite, e fazer isso de uma maneira que não inclui comunicação com os vizinhos… explicar por que essa pesssoa está sendo arrastada para fora de casa no meio da noite, não é difícil ver que isso pode inflamar tensões, que pode na verdade exacerbar os motivos que levaram ao conflito. Acho que provavelmente foi isso o que aconteceu em 2003.

Mas não era assim que Rumsfeld via as coisas. Ele queria acabar com a insurreição e decapitar seus líderes. McChrystal foi incumbido de criar um sistema para atingir esses objetivos. Ele começou a erguer uma estrutura capaz de obter e partilhar informações que pudessem ser usadas para facilitar uma grande expansão das incursões em domicílios e operações de assassinato dirigido. McChrystal lembrou:

> Cada vez ficava mais claro — muitas vezes por meio de interceptação de comunicações ou relatos de insurgentes que tínhamos capturado — que nosso inimigo consistia numa constelação de combatentes organizados não numa hierarquia, mas com base em relações e conhecimentos, reputação e fama. Entendemos que tínhamos de ter agilidade para detectar pequenas mudanças, fosse o surgimento de novas personalidades e alianças ou repentinas mudanças de tática.

O JSOC "tinha de processar as novas informações em tempo real para que pudéssemos agir em relação a elas", afirmou ele. "Uma chuva de brasas estava caindo por toda parte à nossa volta, e tínhamos de vê-las, pegar as que conseguíssemos e reagir instantaneamente àquelas que nos escapavam e começavam a incendiar o terreno."

A Força-tarefa High Value Target [Alvo de Grande Valor], chamada de HVT, foi desmembrada em quatro subunidades:[32] a Força-tarefa Oeste, cuja principal unidade era um esquadrão da Equipe 6 dos SEALs, com apoio dos Rangers; a Força-tarefa Central, integrada por um esquadrão da Força Delta com apoio dos Rangers; a Força-tarefa Norte, formada de um batalhão dos Rangers e um grupo da Delta; e a Força-tarefa Negra, um esquadrão do Serviço Aéreo Especial do Reino Unido, com paraquedistas britânicos. Cada uma dessas subunidades podia ser complementada por uma companhia de Forças Especiais especializada em missões de "ação direta". O ritmo das investidas se acelerou graças a informações obtidas numa incursão que levavam a outras duas ou três. "O general McChrystal e Mike Flynn, seu vice para Inteligência, deram novo vigor àquela Força-tarefa e fizeram algumas coisas inovadoras", lembrou Exum.

> No passado, em boa parte por causa da experiência de Mogadíscio em 1993, a regra era não ir a parte alguma sem ter uma companhia dos Rangers do Exército de reserva. Bem, com McChrystal, ninguém ficava de reserva. Isto é, eles atingiam alvos todas as noites de modo muito disperso. Você tinha pelotões de Rangers [executando operações] que anteriormente só as unidades de Missões Especiais de Nível executariam.

O método de fusão usado por McChrystal e Flynn para reunir informação se apoiava numa infraestrutura de ataque conhecida pelo acrônimo A3EA:[33] Achar, Atacar, Acabar, Explorar e Analisar. McChrystal escreveu:

> A ideia era combinar analistas que encontravam o inimigo (por meio da Inteligência, vigilância e reconhecimento); operadores de drones que situavam com precisão o alvo; equipes de combate que acabavam com ele, capturando-o ou matando-o; especialistas que exploravam os elementos de Inteligência que a incursão proporcionava, tais como celulares, mapas e presos; e analistas de Inteligência que transformavam a informação bruta em dados utilizáveis. Procedendo dessa forma, acelerávamos o ciclo da operação de contraterrorismo, colhendo informações valiosas em horas, não em dias.

Parte da estratégia contrainsurrecional de McChrystal e Flynn girava em torno da tecnologia, enquanto a outra dependia de fazer prisioneiros e deles extrair informações o mais rápido possível.

Estrategicamente, Flynn e McChrystal eram festejados como gênios. Mas o conjunto do sistema, em última instância, se baseava em inteligência humana, não em tecnologia. E com um espectro incrivelmente diversificado de insurgentes atacando as forças de ocupação, o que dificultava em muito as coisas. Foi essa necessidade urgente de Humint e a pressão da Casa Branca e do Pentágono por resultados que esmagassem a insurreição (que eles declaravam que não existia) que levaram ao regime brutal de abuso e tortura de prisioneiros praticado pelo JSOC. Insatisfeitos com o ritmo dos interrogatórios realizados pela CIA e por outros órgãos americanos nas primeiras etapas da GWOT, Rumsfeld e Cambone criaram um programa de transferências internacionais de presos e detenção paralelo ao usado nas

prisões clandestinas da CIA no programa GST. O novo Programa de Acesso Especial (Special Access Program, SAP) ficou conhecido por diversos codinomes, como Cobre Verde, Caixa de Fósforos[34] e Pegada.[35] Altamente confidencial e contando com apenas umas duas centenas de pessoas nele iniciadas, o programa alavancou a atividade privada de Inteligência de Cambone, no Pentágono. "Eles não estavam conseguindo nenhuma informação substancial[36] dos prisioneiros no Iraque" no começo da invasão, disse um antigo alto funcionário da Inteligência a Seymour Hersh.

> Nenhum nome. Nada em que eles pudessem confiar. Cambone diz: "Preciso resolver esse troço e estou cansado de trabalhar dentro da cadeia normal de comando. Montei esse aparelho todo — o programa clandestino de acesso especial — e vou com tudo". Então ele aperta o botão e a eletricidade começa a circular.

Embora o programa Cobre Verde tenha ganhado impulso no Iraque, ele foi criado antes da invasão de 2003, e a ideia era torná-lo global. Foi "a resposta de Rumsfeld[37] aos esquadrões da morte da CIA idealizados por Cofer Black", disse a jornalista investigativa Jane Mayer. "Membros dos esquadrões recebiam pseudônimos, usavam caixas de correio reservadas e andavam à paisana. Trabalhavam numa estrutura elástica fora da cadeia de comando normalmente rígida do Pentágono." Hersh, que foi o primeiro a denunciar a existência do Cobre Verde na *New Yorker*, entrevistou diversos ex-funcionários de alto nível e oficiais militares sobre o programa. "Não vamos iniciar mais pessoas do que o necessário em nosso coração das trevas", disse a Hersh um ex-funcionário de alto nível da Inteligência. "A regra é 'agarre quem deve agarrar.[38] Faça o que quiser'."

Quando o tenente-coronel Shaffer esteve no Afeganistão, viu as primeiras fases do Cobre Verde. Eu estava "autorizado", disse, "mas muitos de nós achávamos que aquilo não era adequado e simplesmente não estava certo".[39] Quando visitou as instalações da Força-tarefa no Afeganistão, Shaffer disse que ficou "impressionado — e não no bom sentido — com o que eu tinha visto". Disse que o interior do edifício estava "completamente destruído. As salas

tinham sido transformadas em celas ou em áreas abertas, emolduradas com madeira e aço". Não tinha "nada parecido com as áreas de interrogatório que eu conhecia." As salas de interrogatório da Força-tarefa Cobre Verde no Afeganistão, disse ele, "tinham dispositivos para prender os braços e as pernas dos prisioneiros. Foram planejadas para que eles ficassem agrilhoados e mantidos em posições incômodas para maximizar o desconforto e a dor".

> Fui apresentado a um "sistema" de interrogatório ultrassecreto autorizado por meu chefe da época, o secretário de Defesa Donald Rumsfeld, assim como por Stephen Cambone, subsecretário de Defesa para a Inteligência, o que permitia o uso de técnicas de interrogatório altamente coercitivas nas pessoas detidas no Afeganistão.

Enquanto esteve nas "gigantescas dependências", lembrou Shaffer, "pude perceber uma sensação de tensão no ar — palpável e crua —, como caminhar na praia antes que se desencadeie um furação". O mundo sabia sobre Guantánamo e em breve saberia sobre Abu Ghraib. Fotos chocantes vazariam para a imprensa, mostrando cachorros latindo, ameaçadores, para presos encolhidos, pirâmides de presos nus diante de guardas sorridentes, a assustadora imagem de um homem encapuzado com os braços abertos como que crucificado sobre uma caixa. Disseram-lhe que se perdesse o equilíbrio e caísse, seria eletrocutado pelos fios que trazia amarrados nos dedos. A prisão de Abu Ghraib ficaria mal-afamada no mundo todo, mas quase ninguém falava de Camp Nama.

14. "Sem sangue, sem sujeira"

IRAQUE, 2003-4 — No primeiro ano da Guerra do Iraque, uma porção de atividades sujas do JSOC tiveram lugar num pequeno conjunto de edifícios aninhados numa base militar da época de Saddam perto do Aeroporto Internacional de Bagdá. As Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos tinham assumido o controle da base logo depois da invasão de março de 2003 e ergueram uma cerca em volta do conjunto que constituía o Camp Nama. No centro do conjunto ficava a Central de Interrogatório de Campo de Batalha (Battlefield Interrogation Facility, BIF).

Membros da Força-tarefa do JSOC moravam em Nama, mas este não era apenas um dormitório. A Força-tarefa usava diversos codinomes, que eram mudados com frequência por segurança operacional e para dificultar investigações. Em momentos distintos, ela foi chamada de TF-20, TF-121, TF-6-26, TF-714 e TF-145. Suspeitos de rebeldia arrancados de casa em incursões ou presos nas ruas das cidades iraquianas eram levados para Nama e instalados em uma de duas estruturas:[1] o "Motel 6", uma tenda de compensado, ou o "Hotel Califórnia", uma construção permanente que meses antes era usada como prisão pelo regime de Saddam. O acrônimo Nama significava "Nasty-Ass Military Area".[2] Seu lema, como era anunciado em cartazes distribuídos por todo o acampamento, era "sem sangue, sem sujeira". Segundo uma autoridade do DoD, isso se baseava num ditado da Força-tarefa: "Se você não tirar sangue deles,[3] não poderá ser acusado".

Para instituir os métodos de interrogatório dos prisioneiros que seriam feitos no Iraque, as Unidades de Missões Especiais que integravam a Força-tarefa HVT usaram uma cópia dos procedimentos operacionais padrão (Standard Operating Procedure, SOP) criados no tempo em que McChrystal dirigia as operações de detenção e interrogatório no Afeganistão, como parte da CJTF 180. Segundo uma investigação feita anos depois pela Comissão de Serviços Armados do Senado, a Força-tarefa do Iraque simplesmente "mudou o cabeçalho e adotou o SOP literalmente".[4] O SOP "incluía posições desconfortáveis,[5] privação de sono e uso de cachorros". O regime de técnicas de tortura, estabelecido por exigência de melhores resultados nos interrogatórios por parte de Rumsfeld, Cheney e seus grupos, estava se disseminando.

As pessoas levadas ao Nama não tinham os mesmos direitos dos prisioneiros de guerra (Prisioners of War, POWs). Eram tidas como combatentes ilegais.[6] Não tinham advogado,[7] não eram assistidas pela Cruz Vermelha nem acusadas de crimes. Rumsfeld estabelecera as diretrizes para o programa de presos "clandestinos" aplicado pelo JSOC, fora da alçada das Forças Armadas convencionais. A Força-tarefa podia ficar com o preso durante noventa dias[8] sem que ele tivesse acesso a nada que se assemelhasse a direitos e sem transferi-lo para prisões militares regulares. De fato, isso significava que a Força-tarefa tinha poderes absolutos sobre os prisioneiros durante três meses para extrair deles qualquer informação que pudessem dar. Os prisioneiros eram submetidos[9] a "espancamentos, a frio extremo, ameaças de morte, humilhações e diversas formas de abuso ou tortura psicológica", segundo a organização Human Rights Watch. A Cruz Vermelha, advogados ou parentes dos presos tinham acesso proibido ao Nama. Segundo um ex-interrogador do Nama, um coronel lhe disse que "tinha recebido ordens diretas do general McChrystal[10] e do Pentágono para que a Cruz Vermelha não entrasse ali de jeito nenhum". Da mesma forma, investigadores do Exército não eram autorizados a pôr os pés no Camp Nama.[11] Os membros da Força-tarefa eram informados de que essas medidas eram "muito necessárias[12] para a eficácia da

operação, e não queremos que se saiba nem mesmo o nosso nome, o da nossa unidade".

Em dezembro de 2003, a general de divisão Barbara Fast enviou o coronel Stuart Herrington ao Iraque para investigar as condições das prisões e das operações de Inteligência, mas ele foi barrado[13] pela Força-tarefa no Nama. A base era tão secreta que quando o general Geoffrey Miller, ex-comandante da prisão da baía de Guantánamo, tentou visitá-la, não lhe permitiram entrar até que ele levou sua solicitação ao topo da cadeia de comando.[14] Era preciso uma identificação especial[15] para entrar em Camp Nama, e as únicas pessoas que entravam sem ela eram prisioneiros, algemados e encapuzados. Ironicamente, mesmo não tendo permitido a entrada de Miller no campo, o pessoal do Nama conseguiu que o general ficasse do lado deles. Durante aquela viagem ao Iraque, visitando outros campos de detenção incluindo o de Abu Ghraib, Miller teria criticado duramente os administradores das prisões militares americanas por "dirigirem um clube de campo",[16] acusando-os de leniência para com os presos. Miller sugeriu uma "GTMOização"[17] das prisões e, segundo oficiais que se reuniram com a "equipe GTMO", eles comentavam a eficácia do uso de cachorros "no interrogatório de árabes", que "tinham medo de cachorro".[18]

A Força-tarefa do Nama era dirigida pelo JSOC, mas tinha sido montada com funcionários de diversas agências e unidades. Havia interrogadores da CIA e da DIA, assim como da Força Aérea, e grande variedade de analistas e guardas. Um interrogador que trabalhou em Camp Nama em 2003-4 lembrou:

> Eles nos disseram que não podíamos falar à nossa cadeia de comando[19] sobre quem trabalha aqui ou o que [a Força-tarefa] faz. Seus integrantes são completamente silenciados. Só podem falar no assunto entre si. Era isso que nos diziam desde o primeiro dia. A cadeia de comando era a mais frouxa possível. Não havia hierarquia na Força-tarefa. Chamávamos o coronel pelo primeiro nome, como também o subtenente […]. Nem que eu quisesse, saberia dizer qual era o sobrenome do subtenente ou o do coronel. Quando você perguntava o nome de alguém, não te diziam o sobrenome […]. Seja como for, acreditava-se que, no mais das vezes, o nome informado não era o verdadeiro.

Muitos membros da Força-tarefa deixavam crescer a barba e ansiavam por parecer o mais assustadores e intimidadores possível. "Este é o lado negro das forças.[20] É o espaço em que você tem essencialmente quadros que desfrutam de alto grau de liberdade. Os que chegam a esse nível são tratados com certa deferência", disse-me o tenente-coronel Anthony Shaffer. "Há uma cultura de que todos devem ser tratados pelo nome, não importa a hierarquia, e a conclusão básica é de que, quando você chega a esse nível, você sabe o que deve fazer e não há outra possibilidade, não há margem para paparicos."

De volta ao Departamento de Estado, Wilkerson pôde constatar que esse sistema de prisões paralelas estava sendo urdido por Rumsfeld e Cheney, e achou que eles estavam usando a Força-tarefa justamente para evitar que fossem controlados. "Não havia nenhuma fiscalização,[21] e quando não há fiscalização você se torna todo-poderoso. E quando você tem certeza de que não há fiscalização, sabe que pode fazer o que bem entender", disse ele.

> Nós nos esquecemos de que quando criamos essas unidades de operações especiais, criamos dentro delas pelo menos uma percentagem — e essa percentagem aumenta inacreditavelmente nas Forças de Operações Especiais — de verdadeiras máquinas de matar. É isso o que eles são. É para isso que são treinados e aperfeiçoados, para ser instrumentos de matar. Quando se permite que não haja fiscalização sobre eles e se permite que eles repitam as operações vezes sem conta, sem fiscalização, então se estará permitindo que eles espontaneamente se convençam de que podem tudo. Assim, quase tudo vai acontecer.

Ao investigar o programa americano de tortura e o papel do JSOC nele, Scott Horton, advogado de direitos humanos e então presidente da Comissão Internacional de Direitos Humanos da Associação de Advogados da Cidade de Nova York, denunciou:

> Em vez de eles se reportarem ao comando local, o comando de Bagdá, subindo para o Centcom e depois voltando para o Pentágono, parecia haver uma espécie de elevador expresso que ia direto das operações de campo do JSOC para o subsecretário de Defesa para a Inteligência [Cambone] e dele para o secretário de Defesa. Assim eles se reportavam diretamente a Washington — a níveis muito, muito altos.[22] Sabemos que o JSOC não observava certas regras que em geral eram aplicadas,

> referentes ao modo como se realizavam as operações de captura e de interrogatório. Eles tinham suas próprias regras. Assim, havia Programas de Acesso Especial, e sabemos que essas operações estavam associadas a muita brutalidade, as pessoas eram espancadas e submetidas a maus-tratos graves. Na maioria das ocasiões, os casos de tortura e de sérios abusos estavam mais ligados a operações do JSOC do que qualquer outra coisa.

Logo que o JSOC foi enviado ao Iraque para liderar a caça de WMDs e dos principais nomes do governo Saddam, os primeiros prisioneiros que fez eram categorizados em termos da informação que pudessem dar que rendesse resultados no apoio àquelas missões. Os métodos brutais de interrogatório que estavam sendo aperfeiçoados em prisões clandestinas e no Afeganistão passaram a ser usados sem restrições no Iraque. "Havia duas razões[23] pelas quais esses interrogatórios eram tão persistentes e por que se usavam métodos extremos", disse um antigo funcionário da Inteligência.

> A principal delas era a preocupação com alguma espécie de novo ataque [depois do Onze de Setembro]. Mas durante a maior parte de 2002 e ainda em 2003, Cheney e Rumsfeld, principalmente, ficaram exigindo provas da ligação entre a Al-Qaeda e o Iraque que [o ex-líder iraquiano exilado Ahmed] Chalabi e outros tinham afirmado que havia.

O governo Bush queria também encontrar armas de destruição em massa e demonstrar, em retrospecto, que suas afirmações a esse respeito eram verdadeiras. Rowan Scarborough, jornalista conservador, especializado em assuntos militares e autor de dois livros que lhe proporcionaram amplo acesso a Rumsfeld e sua equipe, lembra a fúria de Rumsfeld nos briefings diários sobre a inexistência de WMDs no Iraque. Segundo Scarborough:

> A cada manhã, a equipe de emergência tinha de informar que outro lugar tinha sido uma decepção. Rumsfeld ficava cada vez mais furioso. Um oficial conta que ele dizia: "Elas têm de estar lá!". Numa dessas exposições, ele pegou os slides e atirou-os em cima dos expositores.[24]

Horton acrescentou:

> Desde o início, grande parte dessa operação de coleta de dados […] era acionada pela necessidade de produzir informação que justificasse [a guerra]. E acho que o emprego da tortura foi autorizado em larga medida na esperança de que fosse dar resultados. Não acredito que algum dia tenha havido a expectativa de que ela fosse revelar a verdade, mas faria com que as pessoas dissessem o que eles queriam ouvir e de alguma forma dessem respaldo ao que acontecia.

Mas à medida que se passavam os meses e se esboroavam as suposições sobre a ligação entre o Iraque, as WMDs e a Al-Qaeda, o foco dos interrogatórios começou a se orientar no sentido de esmagar a insurreição. A lista de alvos e suspeitos aumentou consideravelmente, transformando o baralho que representava os homens de Saddam num catálogo potencialmente infinito. "Vimos os franceses[25] fazerem isso na Argélia e os americanos fazerem o mesmo no Iraque em 2003", lembrou Exum, que na época foi enviado ao Iraque. "Tudo começa com uma lista de alvos, talvez uns cinquenta caras, talvez duzentos, mas o trabalho vai avançando e no fim você está com uma nova lista de alvos com 3 mil nomes."

McChrystal ampliou o papel do JSOC nas operações de captura, mas Camp Nama já havia sido criado e estava em funcionamento antes que os homens do JSOC pisassem no Iraque. A CIA, que já tinha infligido aos prisioneiros mais do que sua cota de maus-tratos, ficou tão chocada com a tortura no Nama que tirou seus interrogadores[26] da base em agosto de 2003, embora continuasse passando informações para a Força-tarefa. Na verdade, um mês antes que McChrystal assumisse o comando do JSOC, um investigador do Exército, além de funcionários da Inteligência e agentes da lei, já tinham manifestado suas preocupações[27] com o abuso contra presos, insinuando que o JSOC estava empregando técnicas brutais. Em setembro de 2003, depois de uma solicitação do "comandante da Unidade de Missões Especiais da Força-tarefa", instrutores do Sere, cuja missão oficial era preparar soldados americanos para resistir à tortura e ao cativeiro, chegaram a Camp Nama.[28]

A Força-tarefa do JSOC não reconhecia o Camp Nama como prisão, e sim como "local de triagem"[29] no qual se obtinham informações. Isso dava

cobertura para toda a atividade suja e o sigilo que envolviam o lugar. Para Horton, o advogado de direitos humanos:

> O Programa de Acesso Especial, dentro do qual operava a Força-tarefa, recebeu uma missão e devia ser autorizado a usar todo tipo de procedimentos especiais que não só se afastavam dos procedimentos militares normais como violavam a lei e a política militares, e isso se fazia por meio do Programa de Acesso Especial, que normalmente vinha do subsecretário de Defesa para a Inteligência [Stephen Cambone]. Aquilo era claramente um comportamento criminoso. No entanto, no regime especial do JSOC, estava sendo autorizado — e incitado — pelos oficiais que comandavam o acampamento, que supostamente deviam proibir esse tipo de conduta.

A Central de Interrogatório de Campo de Batalha em Camp Nama tinha quatro salas de interrogatório[30] e uma para triagem médica, onde Saddam foi examinado logo após sua captura. Mobiliada com tapetes comuns e de oração, sofás, mesas e cadeiras, era na "Sala Suave" que os prisioneiros que cooperavam e os hierarquicamente superiores eram levados para interrogatório — e para tomar chá. As salas Azul e Vermelha (ou Madeira) eram maiores (cerca de três metros por dois), retangulares e nuas; a primeira tinha uma demão de tinta azul sobre as paredes de compensado. Esses recintos eram usados para interrogatórios de média intensidade, ao que consta com o emprego de técnicas aprovadas pelo Manual de Campo do Exército americano. A Sala Preta foi mantida como estava desde seus tempos de câmara de tortura de Saddam e, por via das dúvidas, a Força-tarefa manteve no lugar os ganchos de açougue que pendiam do teto da época do reinado de terror do ditador iraquiano. A Sala Preta era a maior, quadrada, com cerca de 3,5 metros de lado. Era nela que o JSOC fazia os interrogatórios mais violentos.

Os presos eram levados de um recinto para outro, dependendo do grau de cooperação. "Fazíamos isso para mostrar ao preso que se ele dissesse o que queríamos ouvir, este seria o tratamento que receberia",[31] disse Jeff Perry, pseudônimo de um interrogador de Camp Nama que relatou à organização Human Rights Watch suas experiências como testemunha ocular do que acontecia ali. "Se não, o tratamento será aquele. Havia sempre muitos presos,

indo de cá para lá entre as salas." Quando se supunha que um preso tinha informação sobre Zarqawi, era mandado diretamente para a Sala Preta. Ela era usada também quando "o interrogador acha que o preso está mentindo, ou que não se vai chegar a parte alguma só com conversa", lembrou Perry. "Íamos com ele para a Sala Preta." Ela era usada também quando os interrogadores ficavam "bravos com [um preso] e queria[m] castigá-lo por algum motivo".

Na Sala Preta, todo o espectro das táticas do Sere era aplicado aos prisioneiros, juntamente com uma enormidade de práticas medievais de todo tipo. "O lugar era todo pintado de preto, do piso ao teto. A porta era preta, tudo era preto", lembrou Perry. "Tinha alto-falantes nos quatro cantos, até o teto. Num dos ângulos havia uma mesinha e talvez algumas cadeiras. Mas normalmente na Sala Preta ninguém ficava sentado. Ficavam de pé, em posições incômodas." Os interrogatórios[32] incluíam música altíssima, luzes estroboscópicas, espancamentos, manipulação do ambiente e da temperatura, privação de sono, sessões de interrogatório de 24 horas, imersão na água, posições incômodas e humilhação pessoal, frequentemente de cunho sexual. A nudez forçada não era rara. Praticamente todo ato contra os prisioneiros estava permitido, desde que cumprisse a regra: "Sem sangue, sem sujeira". Mas, no fim das contas, até o sangue era permitido.

Um ex-prisioneiro[33] — filho de um dos guarda-costas de Saddam — disse que foi despido, socado na coluna até desmaiar, mergulhado em água fria e obrigado a ficar na frente do ar-condicionado, sendo esmurrado no estômago até vomitar. Prisioneiros de outras dependências também descreveram os atos hediondos[34] cometidos contra eles por interrogadores e guardas, que chegavam a sodomizar detentos com objetos, esmurrá-los, aplicar-lhes enemas e usar manipulação alimentar — nada além de pão e água, durante mais de duas semanas, num dos casos.

Membros da Força-tarefa batiam nos presos com a coronha do fuzil e cuspiam na cara deles.[35] Um dos membros disse que tinha ouvido interrogadores "espancando o preso quase até a morte".[36] Segundo um ex-

interrogador, um de seus colegas foi "admoestado e transferido para o serviço administrativo porque urinou numa garrafa e deu-a a um preso para beber".[37] Membros da Força-tarefa interrompiam interrogatórios não brutais[38] e começavam a dar tapas ou pancadas nos presos. Em pelo menos uma ocasião, eles sequestraram a mulher de um suspeito procurado "para alavancar[39] a rendição do alvo primário". A mulher, de 28 anos, tinha três filhos e ainda amamentava o menor, de seis meses. Depois de entrevistar numerosos membros da Força-tarefa do Nama, a Human Rights Watch concluiu que "ao que parece, os abusos faziam parte de um processo regular — 'procedimentos operacionais padronizados'".

Steven Kleinman, na época tenente-coronel da Força Aérea, chegou a Camp Nama[40] no começo de setembro de 2003, bem quando McChrystal estava assumindo o comando do JSOC. Kleinman era um interrogador experiente e instrutor de Sere da Força Aérea. Quando foi enviado ao Iraque, supunha que seu trabalho consistiria em observar os interrogatórios no acampamento e estudar como poderiam ser feitos com maior eficiência. Um ano antes, ele tinha investigado o programa de Guantánamo e encontrara "problemas sistêmicos fundamentais"[41] que, em sua opinião, tinham sabotado os objetivos dos interrogatórios. Mas a Força-tarefa de Camp Nama tinha outros planos. Eles disseram a Kleinman[42] que estavam com problemas para conseguir informação confiável e acionável dos presos, e queriam que ele e seus colegas ajudassem a aplicar as táticas de Sere aos interrogatórios. Em essência, queriam que eles aplicassem a seus prisioneiros as mesmas táticas de tortura que haviam ensinado militares americanos a resistir.

Kleinman reconheceu que o Serviço de Inteligência estava uma bagunça, mas não acreditava que isso ocorresse porque os interrogatórios não fossem brutais o bastante. Descreveu uma situação caótica[43] que prescindia totalmente de qualquer triagem de presos mais eficaz, sendo que alguns deles não tinha nenhum valor para a Inteligência. Mas a Força-tarefa queria que Kleinman e seus colegas participassem dos interrogatórios, e eles acabaram recebendo ordens para fazê-lo.[44] Kleinman logo se viu na Sala Preta do Nama.

"Entrei na sala de interrogatório,[45] toda pintada de preto com [um] foco de luz no prisioneiro. Atrás dele havia um soldado […] com uma barra de ferro […] batendo na mão dele", lembrou.

> O interrogador estava sentado numa cadeira. O intérprete à sua esquerda e o preso ajoelhado […]. O interrogador fez uma pergunta, que foi traduzida, o preso respondeu e, depois da tradução, foi golpeado no rosto […]. Foi assim com cada pergunta e cada resposta. Perguntei a meus colegas quanto tempo vinha durando aquilo, especificamente as pancadas, e disseram que mais ou menos meia hora.

Kleinman disse que considerava as táticas empregadas contra o prisioneiro "violações diretas das Convenções de Genebra e [ações que] podiam configurar crime de guerra". Ele disse que relatou ao comandante da Unidade de Missão Especial do Nama que seu pessoal vinha adotando condutas "ilegais" e violando sistematicamente as Convenções de Genebra. Não teve efeito algum sobre o comandante ou sobre outros colegas de Kleinman do JPRA/Sere. Segundo ele, seu superior lhe disse que eles tinham sido "instruídos com entusiasmo a usar os métodos Sere"[46] nos interrogatórios. Kleinman disse então que acreditava que essa havia sido "uma ordem ilegal"[47] e acrescentou que "não ia ter nenhum envolvimento com aquilo, e achava que eles também não deveriam ter". Disseram-lhe que os prisioneiros não estavam protegidos pelas Convenções de Genebra porque eram "combatentes ilegais". A tortura continuou.

Kleinman lembrou também o caso de um preso que a Força-tarefa estava tentando dobrar.[48] Seus colegas resolveram fazer o homem acreditar que estava sendo solto e levaram-no a um ponto de ônibus. Instantes depois, ele foi agarrado de novo e levado de volta a Nama. O homem "foi literalmente carregado por dois guardas para dentro do bunker, lutando contra eles. Lá, foi derrubado", disse Kleinman. Seus dois colegas de Sere

> assumiram a iniciativa naquele ponto […]. Arrancaram as roupas dele, rasgando-as — não cortaram, fizeram a roupa em tiras […] arrancaram sua cueca, tiraram-lhe os sapatos, ele já estava encapuzado — aí teve as mãos e os pés algemados — o tempo todo gritavam em seu ouvido em inglês que ele era

> […] uma porcaria de ser humano […]. Depois alguém ordenou que ele fosse mantido de pé naquela posição durante doze horas, por mais que pedisse socorro, por mais que implorasse e, a menos que ele desmaiasse, os guardas não deviam atender a nenhum pedido de socorro.

Apesar das objeções de Kleinman à ampliação das táticas Sere no Nama, a Força-tarefa e os chefes de Kleinman seguiram em frente. Em setembro de 2003, começaram a desenvolver um "Conceito de Operações", ou Conop (Concept of Operations),[49] para que a base "explorasse" Alvos de Grande Valor. Análogo ao "Plano Preliminar de Exploração", criado um ano antes pelo dr. Bruce Jessen, psicólogo-chefe de Sere, para uso no Afeganistão, o Conop recomendava o uso de táticas de tortura do inimigo para treinar soldados americanos e aplicar-lhes engenharia reversa. Ele recomendava "ajustar as consequências do castigo ao detento de modo a maximizar a diferença cultural". Menos de um mês após sua chegada, Kleinman foi afastado do Nama porque, nas palavras do inspetor-geral do Pentágono, "tornou-se claro que havia um atrito nascente"[50] entre a Força-tarefa e ele. Mais tarde, Kleinman diria ao Senado americano que "atrito" era um eufemismo e que ele acreditava que sua vida vinha sendo ameaçada por membros da Força-tarefa em retaliação a suas divergências. Um de seus membros, disse ele, pôs-se a afiar uma faca enquanto recomendava a Kleinman que "dormisse com um olho aberto"[51] porque a Força-tarefa não "afaga terroristas".

Outra fonte da tortura do Nama era o fato de os membros da Força-tarefa HVT responsáveis por caçar pessoas continuarem tendo acesso aos prisioneiros que sequestravam. Segundo o general Miller, às vezes a Força-tarefa do Nama usava operadores especiais como interrogadores.[52] Isso criava situações em que o ódio do campo de batalha se derramava sobre os interrogatórios, mesmo depois que o preso estava desarmado e vigiado. Malcolm Nance, ex-instrutor de Sere, disse-me: "A primeira coisa que os capturados em campo de batalha descobrem é que o cara que o capturou vai ficar muito zangado por ele ter matado alguns camaradas dele, então ele já sabe que vai levar porrada. Simples assim".[53] A situação ficava ainda pior quando os soldados que haviam

feito o ataque tinham acesso a seus prisioneiros durante muitos dias. "Está na doutrina do Exército que quando você realiza uma captura, uma das coisas que faz é proteger o prisioneiro e depois você o manda depressa para a retaguarda. Você o tira das mãos da unidade que o capturou",[54] lembrou um oficial do Exército sobre sua experiência num outro lugar de triagem. "Bem, nós não fazíamos isso. Eles eram mantidos em nossa unidade de detenção por um período, acho eu, superior a 72 horas. Então ele era posto sob a guarda dos soldados que havia pouco ele tentara matar." O oficial contou um incidente em que um preso suspeito de ter matado um soldado americano teve a perna quebrada pelos companheiros do soldado com um bastão de beisebol.

Perry lembrou de um incidente logo depois que ele chegou a Nama envolvendo um suposto financiador de Zarqawi levado ao acampamento. O homem estaria recusando-se a dar qualquer informação aos interrogadores: "Não tomei parte nesse interrogatório, estava apenas observando […]. Havia uma área parecida com um jardim com sujeira e lama e uma mangueira de água fria", lembrou Perry, acrescentando:

> Ele foi despido, jogado na lama e molhado com a água gelada da mangueira, em pleno fevereiro. À noite fazia muito frio. Eles abriram o jato da mangueira, e ele ficou completamente nu na lama. [Então] ele foi tirado de lá e posto perto de um aparelho de ar-condicionado. Fazia um frio extremo, estava congelando, e ele foi devolvido à lama e molhado de novo. Foi assim a noite inteira. Todo mundo sabia disso. As pessoas entravam, o subtenente e assim por diante, todo mundo sabia o que estava acontecendo, e eu estava entre eles, como que andando para a frente e para trás vendo [que] é assim que eles fazem as coisas.

Perry se lembrou também de ter visto um oficial da SAS britânica — não autorizado a executar nenhum tipo de interrogatório — bater sem piedade num preso até que ele e outro soldado intervieram. Já no verão de 2003, o posto Bagdá da CIA reclamava com Langley[55] que os soldados de Operações Especiais eram agressivos demais com os presos. Scott Muller, consultor jurídico da CIA, disse que as técnicas usadas em Nama eram "mais agressivas"[56] do que as usadas pela CIA.

A Força-tarefa levava novos detentos para Camp Nama em helicópteros sem identificação.[57] Os prisioneiros eram vestidos com macacões azuis e durante o transporte iam de olhos vendados. Os interrogadores em Nama preenchiam um "formulário de autorização" no computador em que marcavam as técnicas de interrogatório pesado que pretendiam usar nos detentos. Em teoria, o pedido para usar essas técnicas precisava da aprovação de superiores. "Nunca vi um papel daqueles que não estivesse assinado. Devia ser assinado pelo comandante, fosse ele quem fosse", lembrou Perry. "Ele devia assinar a cada vez que se fazia aquilo". Outro interrogador acrescentou que "todo interrogatório pesado[58] [era] aprovado pelo J2 [o chefe de Inteligência da unidade] da Força-tarefa e pelo departamento médico antes de sua execução". Perry prosseguiu:

> Alguns interrogadores usavam essas técnicas sem preencher coisa nenhuma, fosse porque era uma chateação, fosse porque não queriam fazê-lo e sabiam que seriam aprovados de qualquer forma, e que não ia ter muito problema se fossem apanhados fazendo aquelas coisas sem uma assinatura.

Quando Perry e um grupo de colegas começaram a manifestar a seus comandantes o desconforto que sentiam com o que estava acontecendo em Camp Nama, os comandantes convocaram advogados do Corpo Jurídico das Forças Armadas (Judge Advocate General's Corps, JAG), que deram uma palestra aos descontentes sobre a distinção entre inimigos ilegais e prisioneiros de guerra e sobre as brechas legais que isso abria. Perry lembrou:

> Em pouco tempo, chegaram dois oficiais do JAG, advogados, e exibiram para nós uma sequência de slides de duas horas de duração sobre a necessidade daquilo, por que razão não era ilegal, eles são combatentes inimigos e não prisioneiros de guerra, e portanto podíamos fazer aquilo tudo com eles e assim por diante. Acho que já tinham aquela apresentação de PowerPoint preparada, então vinham e nos mostravam aquilo e assim acabavam com as dúvidas a respeito.

Os advogados, afirmou Perry, disseram que "não tínhamos de nos ater às Convenções de Genebra porque aqueles homens não eram prisioneiros de guerra". Perry disse que achava que os advogados "vinham e diziam o que

quer que tivessem de dizer para remendar a situação e dar continuidade à guerra".

Todo o pessoal da Força-tarefa tinha de assinar um compromisso de sigilo.[59] Os interrogadores eram informados com frequência de que a Casa Branca e Rumsfeld estavam observando de perto suas operações. Perry declarou ter visto McChrystal em Camp Nama em mais de uma ocasião. O pessoal do Nama, disse ele, era levado a crer que as técnicas tinham sido aprovadas por aqueles acima deles, que "estavam a poucos degraus de distância do Pentágono na cadeia de comando". Os comandantes da Força-tarefa, disse ele, afirmavam aos interrogadores que a Casa Branca ou o Pentágono eram diretamente informados de seus progressos, em especial no que se referia a Zarqawi. Os comandantes diziam: "Rumsfeld foi informado, tal e tal relatório está na mesa de Rumsfeld esta manhã, lido pelo secretário de Defesa". E acrescentou: "É um grande incentivo para gente que trabalha catorze horas por dia. Ei, nós estamos na Casa Branca!". Malcolm Nance disse-me:

> Quando você tem o presidente dos Estados Unidos dando o exemplo, você aceita Abu Ghraib, aceita o abuso. Você vê a IC distorcendo as coisas a tal ponto que, no mundo deles, nunca ninguém foi vítima de "abuso" por parte das Forças Armadas americanas.

O general de divisão Keith Dayton, comandante do Grupo de Inspeção do Iraque, fundado em junho de 2003 para coordenar a caçada às WMDs, descreveu a situação em Nama como "um desastre prestes a acontecer",[60] prevenindo o inspetor-geral do Pentágono de que ele precisava "impor algumas regras nesse lugar agora mesmo para nos proteger de ter problemas e ter ceteza de que essa gente é tratada de maneira adequada". Dayton cita casos de prisioneiros transferidos da Força-tarefa para unidades militares convencionais com sinais de "queimaduras graves", os olhos roxos, a "coluna quase quebrada", "inúmeras contusões no rosto". Soldados e funcionários de Camp Cropper (perto de Camp Nama) declararam sob juramento que tinham

recebido pessoas detidas e interrogadas pela Força-tarefa e pela Equipe 5 dos SEALs que apresentavam sinais óbvios de violência.

Há pelo menos dois casos de iraquianos que morreram imediatamente após terem sido transferidos de dependências onde estavam sob custódia de comandos dos SEALs. Depois de algo que uma equipe dos SEALs chamou de "confronto", em 5 de abril de 2004, o prisioneiro Fashad Mohammad[61] foi entregue a uma base convencional, onde foi interrogado e autorizado a dormir, e foi então que ele ficou inerte e depois morreu. O laudo do legista, divulgado sob proteção da Lei de Liberdade de Informação, disse que Mohammad "morreu sob custódia dos Estados Unidos cerca de 72 horas após ter sido preso. Segundo o relatório, foi preciso usar força física para sua apreensão durate uma incursão. Enquanto esteve preso, ele foi encapuzado, privado de sono e submetido a condições ambientais de calor e frio, sofrendo inclusive o uso de água gelada em seu corpo e no capuz". Embora o relatório mencione "numerosos ferimentos, abrasões e contusões" e um "trauma causado pelo emprego de força bruta e asfixia posicional", concluiu que a causa da morte era "indeterminada". Em 4 de novembro de 2003, Manadel al-Jamadi[62] morreu na prisão de Abu Ghraib, em meio a afirmações de que teria sido espancado até a morte por membros da Equipe 7 dos SEALs. Um dos membros dessa equipe foi submetido a corte marcial, mas acabou sendo absolvido — e ninguém foi acusado de homicídio.

Em dezembro de 2003, um memorando confidencial do Pentágono advertia: "Parece claro que" a Força-tarefa "precisa ser controlada[63] a respeito do tratamento que dispensa aos presos". Mas a tortura e a violência em Camp Nama continuaram, principalmente em casos em que se supunha que o preso tivesse alguma informação sobre Zarqawi ou sua rede. Todos os interrogatórios tinham como objetivo extrair informações que levassem a uma próxima incursão, a um próximo ataque, a uma próxima captura ou assassinato. Num "centro de operações" perto de Nama, "analistas da Força-tarefa examinavam informações[64] obtidas de espiões, de presos e do avião de vigilância Predator de controle remoto para unir as pontas e ajudar os

soldados em suas incursões", noticiou o *New York Times*. "Duas vezes ao dia, ao meio-dia e à meia-noite, interrogadores militares e seus supervisores se reuniam com funcionários da CIA, do FBI e de unidades militares aliadas para estudar as operações e as novas informações."

No começo de 2004, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha publicou um relatório bombástico sobre as prisões em massa de iraquianos. Afirma-se que "mais de cem 'presos de grande valor'[65] eram mantidos durante quase 23 horas por dia em estrito confinamento solitário, em diminutas celas de concreto privadas da luz solar", numa seção de "Presos de Grande Valor" no aeroporto de Bagdá. Sem mencionar especificamente qual a Força-tarefa, o relatório descreve as incursões que levaram à prisão de dezenas de iraquianos. Os soldados irrompiam nas casas

> normalmente depois do anoitecer, derrubando portas, acordando brutalmente os moradores, gritando ordens, prendendo membros da família num cômodo vigiado enquanto davam busca no resto da casa, quebrando mais portas, armários e outros bens. Prendiam os suspeitos imobilizando-lhes as mãos às costas com algemas descartáveis, punham-lhes capuzes e levavam-nos embora. Algumas vezes prendiam todos os homens adultos da casa, inclusive velhos, deficientes e doentes. O tratamento dispensado a eles consistia em ameaçá-los, insultá-los, apontar-lhes fuzis, dar-lhes socos, pontapés e coronhadas. Quase sempre as pessoas eram levadas com a roupa que usavam no momento da prisão — às vezes de pijama, ou só com a roupa de baixo — e não tinham licença de levar pertences essenciais, como roupas, artigos de higiene pessoal, remédios ou óculos.

O relatório citava "funcionários dos serviços de Inteligência das Forças Armadas" que disseram à Cruz Vermelha "que segundo seus cálculos entre 70% e 90% das pessoas privadas de liberdade no Iraque tinham sido presas por engano". Os documentos da Cruz Vermelha faziam eco ao relatório militar confidencial do fim de 2003, segundo o qual a violência contra presos e as prisões em massa de iraquianos dariam a impressão de que os Estados Unidos e seus aliados estavam agindo como "inimigos gratuitos" do povo iraquiano.

Quando finalmente as Forças Armadas tiveram autorização para investigar Camp Nama, seus agentes foram ameaçados por funcionários do acampamento, enquanto interrogadores da DIA tiveram as chaves de seus

carros confiscadas e receberam "ordens"de não discutir com ninguém o que tinham visto. Em 25 de junho de 2004, o vice-almirante Lowell Jacoby, na época diretor da DIA, mandou um memorando de duas páginas a Stephen Cambone com uma lista de queixas[66] do pessoal da DIA em Camp Nama. Um dos interrogadores teve suas fotos confiscadas depois de retratar presos machucados, e outros se queixaram de que comandos da Força-tarefa tinham proibido que eles saíssem do acampamento sem licença, mesmo que fosse para ir ao barbeiro, e de levar para lá qualquer pessoa de fora; além disso, tinham recebido ameaças e seus e-mails haviam sido censurados. Apesar de todas essas tentativas de ocultação, as notícias sobre violência contra presos em Nama chegaram aos superiores e finalmente aos legisladores.

Em 2004, sob pressão de um punhado deles, Stephen Cambone, cujo SSB estava realmente possibilitando as operações de interrogatório brutal em Camp Nama, rabiscou um bilhete a seu vice,[67] o tenente-general Boykin. Datado de 26 de junho, ele dizia: "Descubra imediatamente o que está acontecendo. Isso é inaceitável. Em especial, quero saber se isso faz parte de um padrão de comportamento da Força-tarefa 6-26". Um assessor de Boykin declarou que "na época, [Boykin] disse ao sr. Cambone que não tinha encontrado nenhum desvio de conduta[68] habitual na Força-tarefa".

Apesar de todos os alertas, um relatório oficial das Forças Armadas americanas sobre as acusações de abuso em Nama e outras dependências concluiu que os relatos de torturas de prisioneiros não eram verdadeiros. As acusações de malfeitos e má conduta por membros da Força-tarefa foram tratadas internamente em vez de obedecerem aos procedimentos disciplinares tradicionais das Forças Armadas. Num caso em especial, quando um agente da Divisão de Investigações Criminais do Exército (Army Criminal Investigations Division, CID) tentou investigar um membro da Força-tarefa por abuso contra um preso, a investigação foi abortada porque, no dizer da CID, "o objeto de investigação[69] é membro da Força-tarefa 6-26" e o oficial de segurança da própria Força-tarefa "era quem tinha reconhecida jurisdição sobre essa matéria".

Ao todo, 34 membros[70] da Força-Tarefa foram "punidos" por desvio de conduta e pelo menos onze membros foram transferidos. Em 2006, a organização Human Rights Watch revelou que "um pequeno número de membros da Força-tarefa recebeu punições administrativas, mas eles não foram levados à corte marcial. Cinco Rangers ligados à Força-tarefa foram levados à corte marcial por abusos praticados contra presos", mas "as sentenças foram todas de seis meses ou menos. Não há indício de que oficiais superiores [tenham sido] responsabilizados, apesar das sérias dúvidas sobre sua culpa criminal".

Um interrogador da Força Aérea que trabalhou com a Força-tarefa do JSOC na caça a Zarqawi contou-me que ele "não viu nenhuma forma de fiscalização[71] sobre a campanha de assassinato ou captura". Disse ter testemunhado e interrompido diversos casos de abuso, que relatou à cadeia de comando. "Em relação aos casos que comuniquei, não houve responsabilização. Num deles, o interrogador simplesmente foi trazido de volta de uma localidade longínqua e reintegrado ao trabalho na prisão principal. O clima reinante era tal que o sigilo era a prioridade." E acrescentou: "Minha impressão geral era de que violações ocasionais da lei seriam toleradas desde que nunca chegassem à imprensa".

Os maus-tratos e a tortura em Camp Nama não eram exceção, e sim regra. Quando o governo americano começou a pesquisar como tinham começado os horrores praticados contra presos em Abu Ghraib, a investigação revelou que os dirigentes da prisão tinham se mirado no exemplo dado por Camp Nama, Guantánamo e Bagram, no Afeganistão. Quando Abu Ghraib passou a ser controlada pelas forças americanas e transformada, de prisão e câmara de tortura da era Saddam, num gulag dos Estados Unidos, os americanos encarregados de sua instalação simplesmente adotaram os procedimentos operacionais padronizados da Força-tarefa e, mais uma vez, mudaram o cabeçalho[72] e seguiram em frente.

O escândalo da tortura em Abu Ghraib foi escancarado em abril de 2004, quando importantes agências de notícias publicaram fotos que mostravam

abusos sistemáticos, humilhação e tortura de prisioneiros praticados por militares americanos. À medida que novas fotos se tornavam públicas, viam-se prisioneiros nus amontoados em pirâmides, cães furiosos rosnando para presos trêmulos, execuções simuladas. Quando o general de divisão Antonio Taguba finalmente investigou,[73] encontrou evidências documentais de atos ainda piores que os mostrados pelas fotos, mas a Casa Branca atribuiu a tortura e os maus-tratos a umas poucas "maçãs podres", e o público nunca teria acesso ao verdadeiro alcance das atrocidades cometidas em Abu Ghraib.

Os horrores das prisões americanas no Iraque podem nunca vir à luz plenamente, mas uma coisa está totalmente clara: táticas que logo depois do Onze de Setembro tinham sido consideradas de domínio exclusivo do mais intragável "lado negro" das forças americanas e exigiam a aprovação dos mais altos níveis do poder dos Estados Unidos para cada aplicação tinham se tornado procedimentos habituais e amplamente aceitos para o tratamento de presos num imenso campo de batalha com grande número de prisioneiros sob custódia das Forças Armadas americanas.

O capitão Ian Fishback, formado por West Point em 2001, foi enviado ao Afeganistão com o 82º Aerotransportado para combates travados entre agosto de 2002 e fevereiro de 2003. No fim de 2003, ele foi mandado para a base Mercury, no Iraque. Tanto no Afeganistão quanto no Iraque, Fishback testemunhou a migração das táticas das prisões clandestinas para as prisões militares e locais de triagem. Em 7 de maio de 2004, Fishback assistiu ao depoimento de Rumsfeld no Congresso.[74] O secretário de Defesa disse que os Estados Unidos estavam seguindo as Convenções de Genebra no Iraque e o "espírito" dessas convenções no Afeganistão. A declaração de Rumsfeld não coadunava com o que Fishback tinha visto, e por isso ele começou a procurar respostas ao longo de sua cadeia de comando.

> Durante dezessete meses[75] tentei, por meio de minha cadeia de comando, determinar quais eram os padrões que regulavam o tratamento de presos. Consultei o comandante do batalhão, muitos

> advogados da JAG, muitos parlamentares democratas e republicanos e seus assessores, o gabinete do inspetor-geral de Fort Bragg, inúmeros relatórios de governo, o secretário do Exército e muitos generais, um interrogador profissional de Guantánamo, o vice-diretor do departamento de West Point responsável pelo ensino de teoria da guerra justa e leis da guerra terrestre e numerosos parceiros que vejo como homens honrados e inteligentes. Fui incapaz de obter respostas claras e coerentes da liderança a respeito do que constitui tratamento legal e humano de presos. Tenho certeza de que essa confusão contribui para um amplo leque de abusos, inclusive ameaças de morte, espancamento, fratura de ossos, assassinato, exposição a intempéries, esforço físico extenuante, tomada de reféns, desnudamento, privação de sono e outros tratamentos degradantes. Eu e os soldados que estavam sob meu comando presenciamos alguns desses abusos, tanto no Afeganistão quanto no Iraque.

Quando Fishback começou a investigar a tortura e os abusos que tinha presenciado, foi "posto no gelo" pelas Forças Armadas. Ficou confinado a Fort Bragg e impedido de deixar a base[76] para comparecer a uma reunião já programada no Capitólio. Numa carta aos senadores republicanos Lindsey Graham e John McCain, Fishback escreveu:

> Alguns não veem necessidade de [investigação]. Dizem que desde que nossos atos não sejam tão horríveis quanto os da Al-Qaeda, não devemos nos preocupar. Quando foi que a Al-Qaeda tornou-se o padrão pelo qual se mede a moralidade dos Estados Unidos?

O protesto de Fishback mal mereceu uma piscada do radar.

No verão de 2004, McChrystal deslocou oficialmente a Força-tarefa para a base aérea Balad, a sessenta quilômetros ao norte de Bagdá, e levou consigo o local de interrogatório e "triagem" de HVTs. Mas uma mudança de cena não poria fim aos abusos. McChrystal negava categoricamente que em Camp Nama os comandantes "ordenassem maus-tratos aos prisioneiros", afirmando que qualquer abuso era resultado de "lapsos de disciplina"[77] individuais entre os membros da Força-tarefa. As acusações de tortura sistemática praticada em Nama, disse ele, eram falsas. "Não era esse o caso antes que eu assumisse o comando nem no comando de meus sucessores", escreveu McChrystal em suas memórias.

15. A estrela da morte

IRAQUE, 2004 — A enorme base aérea de Balad tinha sido construída por Saddam com infraestrutura e instalações modernas. O centro de captura/morte do JSOC que ali se estabelecera era um microcosmo do modo como Rumsfeld e Cheney queriam que o aparelho de segurança nacional dos Estados Unidos funcionasse: todas as agências e todos os recursos de Inteligência dos Estados Unidos estariam subordinados às equipes de morte integradas pela classe dos guerreiros de Operações Especiais, dirigidos pela Casa Branca e pelo secretário de Defesa. Mais tarde, aquilo seria louvado por McChrystal e outros como uma operação conjunta sem precedentes, mas na verdade era um espetáculo comandado pelo JSOC em que todos os demais desempenhavam papéis secundários. O jornalista Mark Urban, correspondente de guerra credenciado junto aos comandos britânicos que trabalhavam com a Força-tarefa de McChrystal, disse que alguns quadros operacionais do JSOC se referiam ao Centro de Operações Conjuntas de Balad como

> a estrela da morte,[1] porque tinham a sensação de que "bastava apontar um dedo, por assim dizer, para eliminar alguém". Outros que presenciaram ao vivo a explosão de bombas de duzentos quilos através de câmeras com intensificador de imagem referiam-se às telas que viam como a "TV da morte".

O centro de comando do JSOC era conhecido como "a fábrica", ou "o chão de fábrica". McChrystal gostava de chamar o aparelho de morte/captura de "a máquina".

Em meados de 2004, o ritmo das operações do JSOC tinha se acelerado vertiginosamente. A CIA tinha contatos no centro de informações conjuntas, ao lado de técnicos em satélites da Agência Nacional de Inteligência Geoespacial, especialistas em vigilância da NSA e, por via das dúvidas, "especialistas" em Iraque do Departamento de Estado. Spencer Ackerman, da revista *Wired*, relatou que:

> Um ponto de junção criado pela NSA, chamado Portal Regional em Tempo Real, permitia que quadros operacionais que tinham obtido fragmentos de informação em suas incursões — contatos telefônicos de uma célula terrorista, recibos de compra de ingredientes para bombas, ou mesmo localização geográfica de celulares de terroristas — enviassem seus dados a diferentes pontos da rede. Um analista podia não dar o devido valor a uma informação. Mas assim que o JSOC tornou-se de fato uma experiência de terceirização em massa da Inteligência,[2] em pouco tempo obteve um panorama maior e mais profundo do inimigo que estava combatendo — e essencialmente emulando.

Com efeito, o JSOC estava fazendo uma guerra secreta sepultada no interior de uma guerra maior e controlando a Inteligência.

Em abril de 2004, Rumsfeld continuava martelando a história de que a insurreição iraquiana era conduzida por remanescentes do regime deposto. Depois que quatro seguranças particulares terceirizados que trabalhavam para a empresa mercenária Blackwater foram mortos numa emboscada[3] em Fallujah em 31 de março de 2004, Bush ordenou um ataque revanchista em massa contra a cidade, e com esse fim deu aos comandantes americanos a ordem: "Chutem o balde!", "Matem!".[4] Aparentemente sem entender que o levante de Fallujah tinha sido inflamado pelo cerco americano à cidade e pelo número desproporcional de mortes de civis, Rumsfeld trovejou: "Bandidos, assassinos[5] e antigos capangas de Saddam não serão autorizados […] a se opor à paz e à liberdade". A ocupação americana estava criando uma situação em que novas células militantes pipocavam a cada semana, e a Força-tarefa tinha

muita dificuldade para identificá-las, para não falar de rastreá-las. A estratégia americana que estava se impondo consistia em flexibilizar a definição de insurgente e se empenhar numa guerra total contra qualquer pessoa suspeita de ser "militante". "Os americanos negavam totalmente o estado de insurreição", disse um oficial da Inteligência britânica. "A arrogância e a empáfia[6] [...] eram de tirar o fôlego."

No começo de abril de 2004, um jovem empresário americano chamado Nicholas Berg desapareceu em Bagdá. Como dezenas de milhares de americanos, Berg fora ao Iraque para aproveitar a explosão de negócios que estava ocorrendo depois da invasão. Durante o governo de Saddam, o Iraque praticamente não tinha telefonia móvel, e Berg via cifrões na perspectiva de erguer torres para celulares. No entanto, nunca realizaria seu sonho. Em 8 de maio, uma patrulha militar americana encontrou seu corpo,[7] sem cabeça, numa ponte de Bagdá. Três dias depois, apareceu na internet um vídeo intitulado:[8] "Abu Musab al-Zarqawi abate um americano". No vídeo, Berg aparece vestido com um macacão laranja parecido com os que eram usados pelos presos em Guantánamo. O jovem judeu americano fez uma breve declaração identificando-se antes de ser agarrado por homens mascarados que empunhavam armas. Dois deles imobilizaram o empresário enquanto um terceiro decepava-lhe a cabeça com uma faca. Um deles gritou "Allah u Akbar" [Deus é grande], enquanto outro segurava a cabeça diante da câmera. O narrador do vídeo disse: "Nós avisamos que a dignidade de homens e mulheres muçulmanos em Abu Ghraib e outros lugares não será resgatada senão com sangue e almas. Vocês não receberão de nós nada além de caixões e mais caixões", avisando que outros americanos seriam

> abatidos da mesma maneira. Como pode um muçulmano livre dormir em paz vendo o Islã massacrado e sua dignidade sangrando, e as imagens da vergonha e as notícias do escárnio demoníaco do povo do Islã — homens e mulheres — na prisão de Abu Ghraib?

A voz do narrador foi identificada pela Inteligência americana como sendo de Zarqawi.

Embora a referência de Zarqawi à tortura em Abu Ghrahib fosse oportunista, calou fundo nos iraquianos que sobreviveram para contar a história de suas tribulações naquela prisão, em outras como ela e nos "locais de triagem". Não havia dúvida de que tais atos alimentavam a insurreição. Na verdade, Malcolm Nance, o ex-instrutor de Sere que trabalhou no Iraque naquele período, disse-me que viu indícios diretos de que o modo como os Estados Unidos mantinham e tratavam os presos ajudou os grupos extremistas a recrutar novos quadros. As prisões, disse ele, tornaram-se "a Universidade Jihadista de Estudos sobre Homens-Bomba",[9] explicando que "os piores dos piores são postos junto com caras que nunca tinham pensado em se tornar jihadistas, e de repente esses caras são soltos e viram carne de canhão para atentados suicidas".

O assassinato de Berg, cometido por Zarqawi, deu ao governo Bush uma boa oportunidade de abandonar a afirmativa de que a violência no Iraque era comandada por "resistentes do regime" e transferir a ênfase para os terroristas da Al-Qaeda. Por sua vez, o foco dos Estados Unidos em Zarqawi lhe valeu notoriedade e fama, e ele começou a arrecadar mais financiamento para sua rede, até então obscura. Grande parte do dinheiro[10] vinha de sauditas, sírios e jordanianos abastados. Embora o terrorista jordaniano já estivesse havia algum tempo na mira do JSOC, ele se tornou uma mina de ouro para a propaganda do governo Bush, que agora podia afirmar que a resistência no Iraque era comandada pela Al-Qaeda. "A execução de Nicholas Berg catapultou Zarqawi, instantaneamente, para a atenção da imprensa",[11] lembrou Richard Rowley, jornalista independente que passou um longo período no Iraque naquela época, inclusive em redutos de Zarqawi. Disse ele:

> Os Estados Unidos estavam ansiosos por caracterizar publicamente a insurreição como um movimento liderado por extremistas estrangeiros e fizeram de Zarqawi o rebelde mais procurado do Iraque. Ofereceram uma recompensa de 20 milhões de dólares por sua cabeça e identificaram-no retroativamente como o cérebro de praticamente todos os principais ataques terroristas no país. A caça de Zarqawi substituiu a de Saddam Hussein como o objetivo público número um da campanha americana. A atenção dos americanos foi útil para Zarqawi, que rapidamente ganhou renome entre

os insurgentes, e seu renome foi útil para os americanos, que assim justificaram a mais sangrenta de suas operações na guerra.

Essa operação ocorreu em novembro de 2004, com o segundo cerco de Fallujah, que se tornou um poderoso símbolo da resistência à ocupação americana. Depois dele, uma sangrenta guerra civil eclodiria no Iraque. Zarqawi anunciou uma guerra contra os xiitas, enquanto os Estados Unidos formavam seus próprios esquadrões da morte xiitas.

No centro da contribuição dos Estados Unidos para a guerra civil iraquiana estavam dois americanos. Um deles era o general David Petraeus, que tinha íntima ligação com a Casa Branca, em especial com Dick Cheney, e fora indicado por Rumsfeld em junho de 2004 para liderar o Comando Multinacional de Transição em Segurança-Iraque. O outro era o coronel da reserva James Steele, ex-executivo da Enron[12] escolhido por Wolfowitz para desempenhar uma função importante[13] no Iraque.

Embora a Enron tivesse sido uma importante financiadora da campanha de Bush, Steele não foi parar no Iraque devido a seu passado na empresa. Ele tinha uma ligação profunda com as guerras sujas dos Estados Unidos na América Central. Em meados da década de 1980, como coronel da Marinha, foi um dos principais oficiais em atividade na "contrainsurreição"[14] durante a sangrenta guerra fomentada pelos Estados Unidos em El Salvador, onde ele coordenou o Grupo Consultivo Militar dos Estados Unidos, supervisionou a assistência militar de Washington e o treinamento do Exército salvadorenho para combater a guerrilha de esquerda da Frente de Libertação Nacional Farabundo Martí. No fim da década, Steele foi chamado a depor[15] durante a investigação do escândalo Irã-contras sobre seu papel no fornecimento clandestino de armas aos esquadrões da morte nicaraguenses através da base aérea de Ilopango em El Salvador.

Steele e Petraeus foram peças fundamentais de um programa conhecido como "salvadorização do Iraque" ou simplesmente Opção Salvador.[16] Os dois homens montaram unidades iraquianas de Operações Especiais que seriam usadas na campanha contrainsurrecional, mas que prontamente se

transformaram em esquadrões da morte incontroláveis. "Vamos pegar essa gente e dar-lhe uma lição de que não vão se esquecer", disse o ministro de Defesa do Iraque, Hazim Shaalan, no dia em que o primeiro batalhão de seiscentos homens das Operações Especiais entrou em ação, em junho de 2004. "Americanos e forças aliadas têm restrições que nós não temos. É nosso país, nossa cultura, e temos leis diferentes das de vocês." Enraivecido por causa de outro atentado suicida dias depois, Hazim declarou: "Vamos cortar-lhes as mãos e decapitá-los".[17]

Steele, por sua vez, ajudou a engendrar uma Unidade Especial de Comandos de Polícia[18] (também chamada Brigada Lobo), integrada por membros da antiga Guarda Republicana e das SOF da era Saddam recrutados pelo Ministério do Interior. Segundo uma matéria de Peter Maass publicada pela *New York Times Magazine* em 2005, de início Petraeus nada sabia sobre essa unidade; quando ficou sabendo, visitou sua base na Zona Verde, lançou aos comandos um de seus conhecidos desafios e ficou nisso. "Ele não estava apenas apoiando uma nova formação militar; estava apoiando uma nova estratégia",[19] disse Maass. "Os durões do passado ajudariam a moldar o futuro do país. Petraeus decidiu que os comandos receberiam todo tipo de armamento, munição e suprimentos de que necessitassem", e deu pleno apoio a Steele. Depois que o primeiro-ministro interino Ayad Allawi perdeu a eleição de janeiro de 2005, a Brigada Lobo foi dominada por membros da milícia xiita, que se tornaram então os beneficiários do apoio de Petraeus. Foi quando o Iraque mergulhou numa violência indescritível.

O Centro de Comando de McChrystal em Balad estava agora caminhando numa velocidade decente. "Meses vitais[20] tinham sido perdidos enquanto a liderança do Pentágono negava a insurreição. No começo de 2004, ela estava mudando, e McChrystal era um dos poucos que entendiam a situação e a necessidade de lidar com ela", relatou o correspondente Mark Urban.

> Foram estabelecidas equipes de cada uma das agências de Inteligência em Balad. Quando começou a extrair suas informações, McChrystal pôs todas elas numa intranet semelhante a que ele tinha criado no Afeganistão. Com isso, permitiu que os que estavam na linha de frente do trabalho contraterrorista dos Estados Unidos partilhassem suas informações com todos [...]. A Roma contraterrorista de McChrystal não podia ser feita em um dia. Levou grande parte do ano de 2004 para tomar forma.

Com Saddam Hussein na cadeia e a Força-tarefa de Grande Valor abrindo caminho a bala no Iraque, McChrystal e McRaven começaram a se concentrar de novo nos HVTs no Afeganistão e na caça de Osama bin Laden. "Se existe alguém bastante inteligente e astuto[21] para pegá-lo [Bin Laden], McRaven, junto com a Delta e a Equipe 6 dos SEALs que ele comanda, vai conseguir", disse o general Downing em 2004. A observação de Downing sobre McRaven e a Equipe 6 foi profética, mas ele não viveria para vê-la realizada, pois morreu em 2007. O Iraque estava se afundando nas chamas de insurreições diversas, em grande parte alimentadas pela invasão e pela ocupação do país pelos Estados Unidos, pelos maus-tratos e torturas impostos a prisioneiros e pela percepção generalizada, por parte da população iraquiana, de que os Estados Unidos eram um "inimigo gratuito". Zarqawi e sua rede se fortaleceram e transformaram em sangrenta realidade aquilo que no começo era mentira: a presença da Al-Qaeda no Iraque. McChrystal empregaria grande parte de seu tempo tentando achar, atacar e, finalmente, eliminar Zarqawi. Mas o Afeganistão e o Paquistão também batiam à porta.

16. "A melhor tecnologia, as melhores armas, o melhor material humano — e um monte de dinheiro para torrar"

AFEGANISTÃO, IRAQUE E PAQUISTÃO, 2003-6 — No Afeganistão, da mesma forma que no Iraque, o JSOC comandava suas próprias operações de detenção e tinha sua lista de pessoas que pretendia matar ou capturar. Conhecida como Lista Conjunta de Alvos Prioritários (Joint Prioritized Effects List, JPEL),[1] ela começou com os líderes do Talibã e da Al-Qaeda, mas nos anos seguintes, à medida que se ampliava a insurreição afegã, chegou a mais de 2 mil nomes. Assim como no Iraque, onde se viu obrigado a abrir caminho a bala através de uma lista de "rebeldes" permanentemente revigorada e aumentada, o JSOC acabou se defrontando com uma guerra de guerrilhas em que os mais poderosos combatentes dos Estados Unidos lutavam contra afegãos que não tinham nenhuma ligação anterior séria com a Al-Qaeda ou com o Talibã.

Anthony Shaffer, quadro operacional de carreira da DIA, chegou ao Afeganistão em julho de 2003 para trabalhar com o grupo[2] encarregado de caçar líderes da Al-Qaeda, do Talibã e do Hezb-e-Islami Gulbuddin (HIG), movimento militante ligado à Al-Qaeda. Shaffer recebeu um pseudônimo e documentos falsos — número de inscrição na Previdência, carteira de habilitação, cartões de crédito e passaporte. Seu nome de guerra era Chris Stryker,[3] inspirado no personagem de John Wayne no filme *O portal da glória*, de 1949. Shaffer encontrou firmes aliados nos ninjas do JSOC que voltavam ao

Afeganistão para reativar a caça a Bin Laden, ao mulá Mohammed Omar e a outros líderes da Al-Qaeda e do Talibã, numa operação coordenada pela Base Aérea de Bagram. À medida que os membros da Força-tarefa "iam chegando a Bagram,[4] a própria estrutura da base mudou. Veio com eles uma energia quase surreal", lembrou Shaffer.

> Num dado momento, aviões de transporte C-17 lotados pousavam em Bagram a cada trinta ou quarenta minutos, levavam cerca de uma hora para descarregar e decolavam novamente. Pude ver paletes e mais paletes de material saindo dos C-17s, alinhados e cheios de equipamentos de alta tecnologia suficientes para fazer funcionar um país.

Shaffer disse que o número de comandos e pessoal de apoio para a missão Alvo de Grande Valor "inchou", e acrescentou que enquanto a força-tarefa original "tinha sido uma unidade compacta de uns duzentos homens", esta agora "teria mais de 2 mil". Como lembra Shaffer, as forças do JSOC tinham "a melhor tecnologia, as melhores armas, o melhor material humano — e um monte de dinheiro para torrar".

Pouco depois que o JSOC começou a trabalhar, a Força-tarefa montou um grande centro de operações,[5] erguendo uma série de estruturas de compensado e barracas que serviam para tudo, desde alojamentos a centros de Inteligência. O cerne da base era o Centro de Operações Táticas, instalado numa imensa barraca. Da mesma forma que o Centro de Operações Conjuntas no Iraque, era chamado de Estrela da Morte. A partir dessa base, o JSOC tentaria matar ou capturar os homens mais procurados do Afeganistão. SEALs barbados passeavam pela base à paisana, e quase ninguém usava tarjas de identificação que pudessem revelar a pessoas de fora quem eles eram. A presença do JSOC não agradou[6] os boinas-verdes e outros membros de Operações Especiais "brancas", que tinham se esforçado durante anos para criar conexões no país, dedicando para isso muito tempo em viagens pelas áreas mais inóspitas do Afeganistão. Ao contrário dos boinas-verdes, o JSOC não estava no país para conquistar corações e mentes. Depois de sua chegada,

a missão já não parecia antropológica. Seria uma caçada humana e às vezes uma máquina de matar.

No começo do mandato de McChrystal à frente do JSOC, Shaffer fez-lhe várias exposições no Afeganistão. Shaffer vinha pressionando para obter permissão para atuar no interior do Paquistão e insistiu com seu supervisor para que ele autorizasse operações além das fronteiras do país e contra refúgios da Al-Qaeda, dizendo que "as informações indicam[7] que a maior parte de seus líderes se acha agora no Paquistão". O superior de Shaffer disse-lhe que "por enquanto isso não é uma opção. Para falar com franqueza, e que isto fique entre nós, McChrystal está tentando conseguir essa permissão" mas "o Centcom e o Pentágono disseram que temos de ficar deste lado". McChrystal estava resolvido a mudar essa situação.

O Paquistão e a CIA tinham uma velha e complicada história, mas, sobretudo nos anos que se seguiram ao Onze de Setembro, a Inteligência Interserviços (Inter-Services Intelligence, ISI) chegou a aceitar que teria de conviver com os quadros operacionais da Agência circulando em seu território. Em algumas ocasiões, as duas entidades chegaram a colaborar, mas era mais frequente ver a CIA lutando para impedir as tentativas da ISI de frustrar suas operações, enquanto a ISI tentava rastrear todos os quadros operacionais dos Estados Unidos que trabalhavam no Paquistão. Era uma relação mútua baseada em desconfiança, desonestidade, calúnia e, no final, na necessidade. Quando os Estados Unidos invadiram o Afeganistão, em outubro de 2001, forçando os líderes da Al-Qaeda e do Talibã a fugir, as áreas tribais do Paquistão tornaram-se o epicentro das operações contraterroristas de Washington. Para algumas missões, como a captura de pessoas suspeitas de vinculação com os atentados do Onze de Setembro, o Paquistão e a CIA levaram à prática operações conjuntas. Entretanto, o JSOC acreditava que a CIA estava sendo manipulada e que os Estados Unidos teriam de atuar

unilateralmente no interior do Paquistão se quisessem acabar com os refúgios da Al-Qaeda.

Para consternação da ISI, em 2002 o presidente Pervez Musharraf celebrou um acordo secreto[8] com o JSOC que permitiu às forças dos Estados Unidos acompanharem forças paquistanesas em incursões contra células supostamente da Al-Qaeda nas regiões tribais do país. Shaffer exultou. Disse-me: "A questão tinha se tornado: em que profundidade, com que gravidade, violaríamos a soberania do Paquistão".[9] As normas para a atuação[10] de Rangers do Exército americano e outras "unidades de caça a terroristas" ao longo da fronteira entre o Afeganistão e o Paquistão determinavam que "as entradas no PAK [estavam] autorizadas" nos seguintes casos: perseguição transfronteiras, tropas em contato com o inimigo, resgate de pessoal e ações contra "os três grandes": Bin Laden, Zawahiri e o mulá Mohammed Omar, líder talibã, desde que aprovadas pelo comandante do Centcom ou pelo secretário de Defesa. Como "regra geral", essas forças de caça a terroristas não podiam penetrar mais de dez quilômetros além da fronteira. Teoricamente, as autoridades americanas e paquistanesas deviam ser notificadas logo depois de cada uma das ações. Mas a realidade era outra: era de importância capital a possibilidade do Paquistão de negar ter conhecimento prévio e denunciar violações da soberania após o fato. Os Estados Unidos atacariam e Musharraf tacharia as incursões americanas de "invasão". No entanto, bem quando a campanha do JSOC no Paquistão começava a decolar, ela sofreu um enfraquecimento devido ao desvio, uma vez mais, de muitos recursos para o Iraque, a fim de fazer frente à insurreição que se agravava. Como resultado, em 2003-4, o Paquistão permaneceu em boa medida como uma operação controlada pela CIA.

Em 2004, as autoridades da Casa Branca e do Pentágono encarregadas da caçada humana global deram uma série de ordens confidenciais que em conjunto configuraram um programa continuado de assassinatos e desrespeito

pela soberania das nações. Os desentendimentos entre a CIA e Rumsfeld sobre qual seria a entidade responsável pela condução da caçada humana e das guerras globais, iniciadas logo após o Onze de Setembro, chegaram a um ponto decisivo. Para financiar as operações do JSOC, cada vez mais abrangentes, Rumsfeld pediu um aumento de 34% no orçamento[11] de Operações Especiais, que passou de 5 bilhões de dólares para 6,7 bilhões. Foi em 2004 que o JSOC garantiu sua posição na cabeceira da mesa do contraterrorismo, posição que seria mantida durante governos republicanos e democratas. Procurando dar liberdade às forças de Operações Especiais, o presidente Bush fez uma declaração que ele e seu sucessor, Barack Obama, repetiriam palavra por palavra ao Congresso, todos os anos, para justificar a estratégia de guerra sem fronteiras que transformou o mundo num campo de batalha. "Tomarei as medidas adicionais que forem necessárias para o exercício do direito dos Estados Unidos à autodefesa e à proteção dos cidadãos e dos interesses americanos",[12] afirmou Bush.

> Essas medidas podem incluir a realização de mobilizações imprevistas de operações especiais e outras forças para operações delicadas em vários pontos do mundo. Não é possível saber agora qual a amplitude exata ou a duração da utilização das Forças Armadas dos Estados Unidos necessárias para combater a ameaça ao país.

No começo de 2004, Rumsfeld assinou uma resolução secreta que racionalizava a capacidade operacional do JSOC e sua possibilidade de atingir alvos fora dos campos de batalha declarados no Iraque e no Afeganistão. Conhecida como Ordem de Execução da Rede Al-Qaeda ou AQN-ExOrd, ela autorizava operações do JSOC "em qualquer parte do mundo" onde se soubesse, ou suspeitasse, que quadros operacionais da Al-Qaeda atuassem ou se refugiassem. A resolução, que permanece confidencial apesar das tentativas feitas por jornalistas de obtê-la, relacionava pelo nome quinze ou vinte países,[13] entre eles Paquistão, Síria, Somália, Iêmen e Arábia Saudita, assim como diversas outras nações do Golfo. A AQN-ExOrd foi redigida em 2003,[14] principalmente pelo Comando de Operações Especiais e pelo Gabinete do

Secretário Assistente de Defesa para Operações Especiais/Conflito de Baixa Intensidade e promovida por Wolfowitz e Cambone como justificativa para as operações secretas — e letais — das Forças Especiais no mundo todo. Uma parte da resolução prevê aquilo que uma fonte de Operações Especiais chamou de "perseguição transfronteiras", que se parece com o que ocorre quando uma polícia estadual americana tem licença para cruzar a divisa e entrar em outro Estado para perseguir um suspeito. "É essencialmente o que eles fazem quando perseguem alguém na Somália e essa pessoa escapa para a Etiópia ou para a Eritreia",[15] revelou essa fonte. A resolução foi assinada na primavera de 2004, mas Rumsfeld levou quinze meses para conseguir a "aprovação presidencial" da Casa Branca. A demora se deu em parte por causa de "entraves burocráticos",[16] mas a CIA também opôs resistência, vendo-a como outra usurpação de sua autoridade como principal órgão de perseguição à Al-Qaeda depois do Onze de Setembro.

O envio de pessoal de Operações Especiais a embaixadas americanas sob o disfarce de adidos militares (Military Liaison Elements, MLE)[17] levantou uma polêmica séria na CIA e no Departamento de Estado. Mas o pessoal do JSOC não se limitava a pessoas que trabalhavam com cobertura oficial. Tinha também quadros operacionais em vários países com "cobertura não oficial", usando às vezes identidades falsas respaldadas por passaportes falsificados, às vezes de outros países. Seu trabalho consistia em ajudar o preparo do campo de batalha para operações do JSOC, e com frequência não era coordenado com o trabalho da CIA ou dos embaixadores. "Se a presença [do Socom] em embaixadas americanas no estrangeiro é uma tentativa de abrir caminho para operações militares unilaterais dos Estados Unidos, ou para capacitar elementos de defesa na prática de ações secretas separadas da CIA, os problemas americanos no exterior com certeza aumentarão significativamente",[18] disse John Brennan, oficial da CIA que passou 25 anos na Agência e na época comandava o Centro Nacional de Contraterrorismo. O uso do cargo de adido militar como disfarce para membros do JSOC, assim como a operação de Inteligência de Cambone, era visto por alguns civis que participavam do esforço de guerra

como um precedente perigoso. Todavia, o general Boykin, subsecretário de Defesa para Inteligência, investiu contra os críticos do programa bombardeando o que chamou de "uma suposição de que o secretário está querendo dizer: 'Tire a CIA desta história que nós vamos assumir'. Eu não vejo dessa forma, em absoluto".[19] Em vez disso, Boykin afirmou: "Na verdade, o secretário tem mais responsabilidade na coleta de informações para o programa nacional de Inteligência estrangeira" do que "o diretor da CIA".

Foi nesse período que Rumsfeld, Cambone e o JSOC passaram por cima da distinção entre "secreto" e "clandestino", com apoio da Casa Branca. O Pentágono começou a chamar de "coordenação" com a CIA o fato de avisar a Agência, com 72 horas de antecedência, que o JSOC ia fazer uma operação, e Cambone mudou a definição de "ordem de mobilização" das Forças Armadas, que precisavam de autorização do Congresso. Cambone instituiu novas diretrizes[20] que garantiram o direito de Forças de Operações Especiais "executar operações clandestinas de Humint" antes de avisar o Congresso. Não só a CIA estava sendo alijada de operações sobre as quais tinha soberania histórica, como o emprego do JSOC na execução de operações de Inteligência manteve o Congresso ainda mais ao largo. Juntamente com o programa Cobre Verde, isso na prática significou que o JSOC estava livre para atuar ao mesmo tempo como agência de espionagem e força de morte/captura. Até mesmo alguns influentes aliados republicanos da Casa Branca ficaram perturbados com o que estavam vendo. "As operações controladas pela CIA tinham uma série de restrições e fiscalização, e as Forças Armadas têm outras", disse um parlamentar republicano "que desempenha importante papel fiscalizador em segurança nacional", segundo o *Washington Post*.

> É como se aqui houvesse uma intenção do tipo: "Vamos evitar toda e qualquer fiscalização transferindo para as Forças Armadas tarefas normalmente desempenhadas pela [CIA] sem contar para ninguém". Para mim, isso imediatamente acendeu uma luz vermelha. Por que eles não querem nos contar?[21]

Rumsfeld e seus assessores sabiam que o braço paramilitar da CIA era pequeno demais para levar a cabo uma guerra global, e como Bush tinha boas razões para que o Comando de Operações Especiais atuasse globalmente sob seu próprio comando, aquilo eram favas contadas. Além da AQN-ExOrd, ele convenceu o presidente Bush a inserir na NSPD-38 uma terminologia[22] que codificava o papel global do Socom como sendo achar e atacar suspeitos de terrorismo, acabando com eles. A referência não confidencial à NSPD-38 diz que se trata de uma "Estratégia Nacional de Segurança para Proteger o Ciberespaço". Assim, a resolução, que permanece confidencial, deu ao JSOC uma liberdade sem precedentes para atacar no mundo inteiro, dando autorização prévia, na prática, para operações letais fora de qualquer campo de batalha declarado. "Há uma porção de coisas na NSPD-38[23] que nada têm a ver com o ciberespaço", revelou uma fonte de Operações Especiais, acrescentando que a autorização para atividades de Operações Especiais "era posta em prática antes de ser assinada". Entre elas estava "uma ampla autorização para a prática de operações do tipo Achar, Atacar e Acabar, tendo o Socom na cabeça". Acrescentou que a resolução confidencial era um "segredo absoluto" e calculava "que talvez haja cinco cópias, [mantidas] todas no espaço físico do gabinete do NSC. Todos fazem piada sobre o cofre do tamanho de um homem".

A caçada humana global que o JSOC estava agora plenamente autorizado a pôr em prática tinha muitas trilhas. O JSOC produziu listas de alvos com várias figuras da Al-Qaeda que eles tinham permissão para perseguir globalmente, listas de "irrecuperáveis" que podiam ser mortos, outros que eles podiam deixar que se deslocassem livremente na tentativa de reunir informações sobre seus contatos ou sobre suas células. Embora alguns possam ter considerado escandaloso o que estava acontecendo com a Força-tarefa 121 no Iraque e no Afeganistão, aquilo foi, de muitas maneiras, a visão definitiva do tipo de guerra que Rumsfeld e Cheney queriam: nada de prestação de contas, máximo sigilo e total flexibilidade.

Scott Horton, advogado de direitos humanos, disse que o programa

> é comparável ao que o Gabinete de Serviços Estratégicos (Office of Strategic Services, OSS) fez durante a Segunda Guerra Mundial e ao que a CIA fez posteriormente. Assim, em certa medida, essa função não é rara. Não é raro que as Forças Armadas tenham comandos que, num palco de guerra, procurem comandos e controles inimigos com o objetivo de identificá-los e matá-los. E sim, era possível entrar num café e atirar em alguém. E isso seria um ato de guerra tradicional e autorizado. O que é diferente neste caso é que de repente o palco de guerra tomou o mundo todo — ele está em toda parte. E eles consideram a possibilidade de assassinar pessoas em Hamburgo, na Alemanha, na Noruega e na Itália, assim como em Marrocos, Jordânia, Senegal, Turquia, Iêmen, Filipinas e em pontos do Chifre da África. E eu diria que, em termos legais, isso é absolutamente ilegítimo,[24] já que ocorre fora do palco de guerra normal.

No fim de 2004, Rumsfeld enviou um memorando a seus principais conselheiros, entre eles Cambone e Douglas Feith. Era confidencial, com a tarja FOUO (For Official Use Only, Para Uso Oficial Exclusivo) e tinha como tema "Preparação do espaço de batalha".[25] Nele, Rumsfeld dizia que estava preocupado com "a velha frase 'preparação do espaço de batalha' já não ser a terminologia adequada". Hoje em dia, declarou, "o mundo inteiro é o 'espaço de batalha'".

O uso de drones armados ainda dava seus primeiros passos[26] nas guerras globais dos Estados Unidos, mas os drones de vigilância já estavam em operação havia anos. A Força-tarefa do JSOC começou a usar um sistema que Mike Flynn, o vice de Inteligência de McChrystal, chamava de "Olho que Não Pisca",[27] no qual drones e outras aeronaves realizariam uma "vigilância aerotransportada permanente" para "aplicar observação com multissensores 24 horas por dia para chegar a um conhecimento maior sobre o funcionamento das redes inimigas, mediante a construção de um modelo de análise" que pudesse ser usado para orientar incursões. Usando aquilo que Flynn chamou de "análise nodal", eram construídos modelos de movimentos que rastreavam pessoas suspeitas de ligação com um grupo rebelde ou uma célula. A análise nodal, acreditava Flynn, teria

> o efeito de tomar um inimigo obscuro e revelar sua infraestrutura física para finanças, reuniões, quartéis-generais, contatos com a imprensa e fornecimento de armas. Em consequência disso, a rede se tornaria mais visível e vulnerável, neutralizando assim a vantagem desigual do inimigo de proteger um alvo. A recompensa dessa análise é significativa, mas é preciso paciência para deixar que o quadro da rede vá se desenhando durante um longo período e aceitar o risco de perder a presa.

Finalmente, a Força-tarefa faria "seguimento de veículos", com que monitoraria os movimentos de veículos supostamente usados pelos insurgentes. Em algumas ocasiões, a Força-tarefa usaria três patrulhas de combate aéreo para vigiar um alvo ou um grupo de pessoas. "Não basta ter uma porção de olhos postos num alvo — é preciso ter os olhos postos no alvo durante longo tempo", afirmou Flynn. Com essa abordagem, seria obtida

> vigilância contínua de um alvo enquanto ao mesmo tempo se constrói o modelo de vida através da análise nodal e do seguimento de veículos. Ela proporciona ao comandante da força militar outras opções além de matar ou deixar ir embora um inimigo sob observação; com Inteligência, Vigilância, Reconhecimento (Intelligence, Surveillance, Reconnaissance, ISR) suficiente, o comando de uma força pode demonstrar uma paciência operacional muito maior, permitindo que se revele uma rede de insurgentes muito maior.

O que distingue as forças do JSOC das tropas convencionais, disse Flynn, é que no grande exército "as forças são mais propensas a cobrir alvos diferentes durante períodos mais curtos do que a SOF, que tende a focar a busca num número menor de alvos por muito mais tempo". O JSOC precisava entender "os modos de vida de uma rede inimiga".

O Comando de Operações Especiais começou a trabalhar também num programa de monitoramento de insurgentes, tanto os já conhecidos quanto os suspeitos, que parecia ter saído de um filme de ficção científica. Conhecido pelo nome de Identificação, Rastreio e Localização Clandestinos e Contínuos[28] (Continuous Clandestine Tagging Tracking and Locating, CTTL), consistia no uso de biometria e química de ponta para produzir um programa de reconhecimento facial e também uma "impressão digital térmica humana"

para cada pessoa. Usavam também um "traçador químico biorreativo"[29] com o qual marcavam pessoas raspando discretamente uma parte de seu corpo. O traçador emitia um sinal que o JSOC podia monitorar de longe, o que lhe permitia rastrear pessoas 24 horas por dia, 365 dias por ano. Era como uma versão moderna dos antigos dispositivos caça-fantasmas do cinema, que os espiões costuravam nas roupas do inimigo ou instalavam no piso de seu veículo. O traçador permitia que o JSOC marcasse prisioneiros, soltando-os depois para investigar se eles conduziriam a Força-tarefa a uma possível célula terrorista ou rebelde. Marcar pessoas que não estivessem presas apresentava mais dificuldade, mas mesmo assim era possível. O uso dessa tecnologia, junto com o ritmo acelerado de assassinatos e capturas, inspiraria o presidente Bush a dizer que o "JSOC é assustador".[30]

Embora o Iraque consumisse a maior parte dos recursos de contraterrorismo dos Estados Unidos, a Casa Branca e o Pentágono davam continuidade a suas guerras crepusculares em outras partes do mundo, e a guerra do Afeganistão se deteriorava, praticamente esquecida. Bin Laden ainda estava à solta, como muitos de seus principais seguidores, e o pronunciamento de Bush sobre o "procura-se vivo ou morto" tinha sido relegado a motivo de chacota e símbolo de uma guerra fracassada, ainda que em expansão. O mulá Omar estava foragido, a situação no Paquistão se complicava, e a Somália e o Iêmen eram cada vez mais vistos no radar do contraterrorismo.

À medida que aumentavam as baixas americanas no Iraque, em decorrência do agravamento da insurreição, o presidente Bush pressionava os comandantes[31] sobre quantas pessoas tinham matado a cada dia. Os generais das forças convencionais muitas vezes hesitavam diante da pergunta, mas a resposta do JSOC era inequívoca. Quando lhe perguntavam quantos iraquianos a Força-tarefa matara no Iraque, o chefe da Inteligência de McChrystal, Mike Flynn, respondia: "Milhares, nem sei quantos foram".[32] No Iraque, a Força-tarefa tinha começado a tornar realidade os mais caros sonhos de Rumsfeld e Cheney, mostrando de que uma força secreta compacta e com recursos era

capaz — conseguindo ainda manter-se longe dos olhares curiosos do Congresso, da imprensa e até mesmo da CIA.

Embora Rumsfeld e Cheney já estivessem passando por cima da cadeia de comando militar convencional e tratando diretamente com o JSOC, eles agora tinham todas as peças do quebra-cabeça encaixadas. A Força-tarefa que fora montada e aperfeiçoada no Afeganistão e no Iraque estava a ponto de globalizar suas ações e ir além dos campos de batalha declarados. McChrystal começou a estabelecer uma rede de gabinetes de ligação do JSOC[33] em diversos países do Oriente Médio e em outras regiões para evitar depender de embaixadas americanas e chefes de postos da CIA ou trabalhar com eles. "O DoD está ansioso[34] para alavancar seu envolvimento em atividades contraterroristas e de olho em responsabilidades e atribuições operacionais tradicionalmente confiadas à CIA", afirmou Brennan, que na época chefiava o Centro Nacional de Contraterrorismo.

> Infelizmente, o importante papel de liderança da CIA em muitas dessas áreas vem sendo firmemente erodido, e a atual militarização de muitas funções e responsabilidades da Inteligência do país será vista como um grande erro num futuro muito próximo.

Na esteira do escândalo das WMDs, nos primórdios da Guerra do Iraque, profissionais veteranos da Inteligência já se preocupavam com uma possível perda da isenção nas análises feitas pela CIA em benefício de programas políticos. Com o JSOC sendo usado como uma operação de Inteligência paralela à da CIA — e com forças para atuar sem uma fiscalização independente —, eram grandes as possibilidades de abuso do poder militar substancial e sigiloso.

O coronel Patrick Lang, que já comandara as operações globais de Inteligência humana da DIA, concordava com Brennan a respeito dos riscos das inovações implantadas por Rumsfeld e Cheney na estrutura de comando. "Quando se fez do Socom um comando apoiado em lugar de um comando de apoio, liberou-se [o JSOC] para fazer qualquer tipo de coisa", disse ele.

> Fazer coisas como essas sem coordenação com o embaixador dos Estados Unidos naquele país nem com o governo do país em questão não passa de uma espécie de banditismo. Quero dizer que com isso estaremos pedindo algum tipo de retribuição, por alguém em nosso próprio quintal, contra nosso próprio povo. Não é uma boa ideia, em absoluto.[35]

Que se danassem os críticos, o modelo do JSOC no Iraque estava a ponto de sair em turnê. "Com as nossas Forças de Operações Especiais, temos capacidade de travar a guerra de forma muito discreta, e de um jeito que não vai exigir muita fiscalização por parte do Congresso", disse Exum. A ideia, disse ele, era a seguinte: "Você tem um braço executivo forte que tem uma espécie de licença para fazer guerra onde for necessário, onde ele resolver que é necessário, no mundo inteiro. Se você dispõe desse ótimo martelo, por que não iria pregar uns pregos?".[36]

No começo de 2005, eclodiu uma disputa por debaixo dos panos[37] entre a CIA, o Centcom e o Pentágono sobre quem teria o papel principal no combate à Al-Qaeda no Paquistão depois que alguns relatórios da Inteligência americana fizeram crer que o segundo homem da Al-Qaeda, Ayman al-Zawahiri, participaria de uma reunião a realizar-se na área tribal de Bajaur, no Waziristão. O general McChrystal insistiu muito numa incursão para capturar Zawahiri, e alguns altos funcionários da CIA queriam que ele fizesse isso sem informar o embaixador americano em Islamabad, Ryan Crocker. Anthony Shaffer disse que ele e os planejadores das Operações Especiais americanas teriam preferido realizar essa missão sem informar a CIA também. "Achamos que havia uma probabilidade de que em algum momento a CIA — sem querer ou intencionalmente — daria à ISI informações sobre o que estávamos fazendo", ele me disse. "Em resumo, a ideia era que tocássemos a coisa sozinhos. Achávamos que não se podia confiar muito na CIA nem nos paquistaneses." E acrescentou: "Existem alguns alvos que os paquistaneses jamais nos ajudariam a pegar".[38]

A CIA, no entanto, estava bem consciente dessa operação. Equipes dos SEALs da Marinha e dos Rangers do Exército que estavam no Afeganistão se preparavam para subir a bordo de um avião e dar início à operação — integrada por não menos de cem comandos — quando a briga entre a CIA, o Centcom e o Pentágono tornou-se tão séria que a operação foi abortada. Um ex-dirigente da CIA declarou ao *New York Times* que a incursão era controversa e que ele "dissera aos caras das Forças Armadas que aquilo seria a maior besteira[39] desde a baía dos Porcos".

Shaffer disse que as regras para atacar dentro do Paquistão tinham "mudado radicalmente" e "se tornaram restritivas a um ponto que eu não imaginava possível", e acrescentou: "O formato da guerra mudava sob nossos pés". Segundo Shaffer, o general McChrystal continuou pressionando para obter permissão para agir no Paquistão", e acrescentou:

> Tenho certeza de que havia uma decisão política tomada em algum nível que restringia nossa possibilidade de executar operações transfronteiras e assim tratar das coisas que todos, de nosso ponto de vista, acreditávamos que eram o verdadeiro problema. O problema verdadeiro era o Paquistão, não o Afeganistão.

Foi então que, em outubro de 2005, o Paquistão foi atingido por um terremoto de magnitude 7,6. Morreram cerca de 75 mil paquistaneses. Milhões ficaram desalojados. O JSOC e a CIA aproveitaram a confusão[40] para encher o país de quadros operacionais, prestadores de serviços e comandos, sem a verificação de antecedentes normalmente exigida pela ISI. Segundo os jornalistas Marc Ambinder e D. B. Grady, as equipes de Inteligência do JSOC que entraram no Paquistão com a CIA tinham diversos objetivos, entre eles cultivar círculos de informantes que buscassem informações sobre a Al-Qaeda e a respeito de como o Paquistão transportava suas armas nucleares. A força de elite americana queria também infiltrar-se na ISI.

"Como parte de um programa secreto cujo codinome era CAPTURA DE TELA,[41] o JSOC, juntamente com pessoal da DIA e prestadores de serviços, foi autorizado a seguir e identificar membros da ISI suspeitos de simpatizar com a

Al-Qaeda", disseram Ambinder e Grady. "Não se sabe se as unidades do JSOC usaram de força letal contra esses funcionários da ISI: um de seus homens disse que o objetivo do programa era rastrear terroristas através da ISI usando contrainformação e guerra psicológica."

Apesar dessa incrível oportunidade, nem o Afeganistão nem o Paquistão receberam muita atenção no plano de guerra do governo Bush. Pelo contrário, os principais quadros operacionais do JSOC e da CIA foram mais uma vez redirecionados para o Iraque, a fim de enfrentar a insurreição que se disseminava rapidamente, o que transformava em farsa as afirmações do governo de que as forças americanas seriam recebidas como libertadoras. A unidade da CIA encarregada de caçar Bin Laden, o posto Alec, foi desativada. "Isso claramente prejudicaria nossas operações contra a Al-Qaeda", disse um alto ex-dirigente da CIA, Michael Scheuer, o primeiro diretor da unidade. "Atualmente, na agência, Bin Laden e a Al-Qaeda parecem ser tratados apenas como os primeiros entre iguais."[42]

O chefe do braço de operações clandestinas da CIA, Jose Rodríguez, reorganizou a guerra secreta americana no Paquistão sob o codinome operação Bala de Canhão. Em tese, seria uma tentativa de reforçar a perseguição à Al-Qaeda. Mas com a maior parte dos efetivos veteranos da CIA e de Operações Especiais atolados no Iraque, a operação foi executada por pessoal sem experiência. "Temos um número bem limitado de agentes com experiência operacional no mundo islâmico", disse ao *New York Times* um antigo funcionário da Inteligência. "Todos estão no Iraque. Estávamos todos prejudicados pelo Iraque."[43] A guerra secreta no Paquistão tornou-se em grande medida uma campanha de bombardeio com drones, o que o pessoal da CIA na embaixada americana em Islamabad chamava de "meninos com seus brinquedos".[44] A campanha dos drones eliminou diversos suspeitos da Al-Qaeda e supostamente perdeu Zawahiri por pouco, mas também resultou em dezenas de civis mortos, protestos e indignação entre os paquistaneses.

Embora os ataques com drones da CIA tenham se tornado a principal arma dos Estados Unidos no Paquistão naquele período, as forças do JSOC

conseguiam, às vezes, executar operações de guerra esporádicas, ainda que "com muito protesto dos paquistaneses", segundo Shaffer. Numa incursão de 2006 em Damadola, Bajaur, os SEALs do DEVGRU atacaram uma casa suspeita e prenderam várias pessoas. "Chegaram de helicóptero,[45] desceram por cordas e entraram no edifício", relatou ao *Los Angeles Times* um ex-funcionário americano que conhecia a operação. "Do ponto de vista tático, foi uma operação bem executada." Mas fontes da imprensa paquistanesa viram-na de outro modo. "Soldados americanos violaram o espaço aéreo paquistanês,[46] chegaram à cidade em helicópteros, mataram oito pessoas na casa do clérigo Maulana Noor Mohammad e levaram mais cinco para o Afeganistão", relatou o jornalista Rahimullah Yusufzai.

Com recursos minguados em virtude da intensificação da insurreição no Iraque, o governo Bush começou a terceirizar sua guerra no Paquistão. Entrou em cena a Blackwater, empresa mercenária secreta de Erik Prince já conhecida por seu infame trabalho no Iraque. Como a CIA, a Blackwater tinha seu próprio disfarce: segurança diplomática. Desde os primeiros momentos da GWOT, seus quadros operacionais eram capazes de acudir em grande número a zonas de guerra como se fossem guarda-costas de autoridades americanas. A Blackwater era a guarda pretoriana de elite dos altos funcionários dos Estados Unidos que dirigiam a ocupação do Iraque e ao mesmo tempo trabalhavam para o Departamento de Estado, o Pentágono e a CIA, proporcionando segurança a suas operações em zonas de conflito no mundo todo.

Além disso, a empresa conseguiu contratos de treinamento de forças militares estrangeiras, inclusive o Corpo de Fronteira do Paquistão,[47] a força federal paramilitar oficialmente responsável pela repressão a terroristas ou militantes nas áreas tribais

Enquanto isso, do lado afegão da fronteira, a Blackwater controlava quatro Bases Operacionais Avançadas,[48] inclusive a americana mais próxima da fronteira com o Paquistão. Tudo isso era muito atraente tanto para o JSOC quanto para a CIA.

Segundo Shaffer, entre as funções que a Blackwater desempenhava para a CIA estava o treinamento de milícias afegãs para incursões no Paquistão, o que permitia aos Estados Unidos negar que realizassem tais incursões.

> Cuidei de dois KIAs [mortos em ação] da CIA/Blackwater, atingidos quando desempenhavam uma missão […] essencialmente exercendo a função de Operações Especiais, treinando milicianos afegãos para fazer coisas além da fronteira. Essa é uma coisa que eles faziam e da qual com certeza não gostariam de falar.

Uma das razões para contratar a Blackwater, acrescentou Shaffer, "era a evitar fiscalização".

Muitos dos quadros operacionais de elite da empresa, principalmente os que trabalhavam em sua divisão mais melindrosa, a Blackwater Select,[49] eram veteranos das Operações Especiais. Não era difícil para eles, portanto, servir a dois senhores: a CIA e o JSOC. Enquanto aquela tinha como função ocupar-se de várias tarefas ligadas à Inteligência, este tinha uma ocupação central no mundo todo: a morte e captura de Alvos de Grande Valor. Em 2006, doze "operadores de ação tática" da Blackwater foram recrutados para uma incursão secreta do JSOC no Paquistão contra instalações da Al-Qaeda. O codinome da operação era Fúria Vibrante.[50] O envolvimento da Blackwater demonstrou o quanto a empresa tinha se tornado importante para as ações secretas dos Estados Unidos.

Em 2005, Abu Musab al-Zarqawi intensificou sua campanha sem trégua contra xiitas iraquianos e muçulmanos sunitas que ele julgava fracos ou inoperantes. Achando que o assassinato de muçulmanos por Zarqawi seria um tiro que sairia pela culatra, a liderança central da Al-Qaeda procurou o militante jordaniano. Numa carta a Zarqawi, em julho de 2005, o braço direito de Bin Laden, Ayman al-Zawahiri o cobriu de elogios por seu papel na jihad, enfatizando que o primeiro objetivo no Iraque seria expulsar os invasores americanos. A guerra sectária contra os xiitas, declarou Zawahiri, era "de

menor importância ante a agressão externa",[51] e a Al-Qaeda no Iraque devia privilegiar o apoio a uma revolta popular contra os americanos. Zawahiri advertiu Zarqawi:

> Na ausência desse apoio popular, o movimento islâmico mujahed seria esmagado nas sombras, longe das massas, intimidadas ou com sua atenção desviada, e a luta entre a elite jihadista e as autoridades arrogantes ficaria confinada a masmorras longe do povo e da luz do dia. É exatamente por isso que lutam as forças seculares apóstatas que controlam nossos países. Essas forças não pretendem exterminar o movimento islâmico mujahed; o que elas querem é isolá-lo das massas muçulmanas desorientadas ou atemorizadas. Portanto, nosso plano deve considerar o envolvimento das massas muçulmanas na batalha e levar o movimento mujahed até elas.

Zarqawi, no entanto, parece não ter dado a menor atenção a Zawahiri. No começo de 2006, seu grupo formou o Alto Conselho dos Mujahedin, que imediatamente ameaçou líderes sunitas na província de Anbar — que estava na linha de frente de combate aos Estados Unidos — de "fazer de vocês um exemplo[52] para todos e para cada um" se não se unissem à Al-Qaeda. Em fevereiro de 2006, o grupo de Zarqawi praticou um atentado a bomba num dos lugares mais sagrados dos xiitas, a mesquita de Askariya em Samarra, destruindo sua famosa cúpula dourada. O breve período de levante nacional unificado contra os americanos no Iraque chegara ao fim. Zarqawi cometeu um terrível erro tático ao atacar as tribos sunitas de Anbar. Isso empurrou tribos antes antiamericanas para uma aliança com os ocupantes.[53] Os Estados Unidos lhes deram armas, dinheiro e apoio em troca de combate ao grupo de Zarqawi. Com isso e com o apoio aos esquadrões da morte xiitas, os Estados Unidos tiveram sucesso na tentativa de iraquizar sua guerra contra o terrorismo.

Embora anos depois o general Petraeus tenha ficado com o crédito de "vencedor" da Guerra do Iraque, por meio de uma escalada das tropas, ele também ajudou, juntamente com Zarqawi, a destruir o Iraque e a criar um banho de sangue sectário que continuaria bem depois da ocupação americana. Petraeus seguiria em sua carreira ascendente rumo à proeminência e ao poder

dentro do aparelho de segurança nacional dos Estados Unidos, mas os dias de Zarqawi estavam contados. Em junho de 2006, o JSOC achou e atacou o terrorista jordaniano, acabando54 com ele. Em 7 de junho, membros da Força-tarefa foram enviados de helicópteros a um palmeiral em Hibhib, onde Zarqawi fora localizado pela Inteligência americana e jordaniana. Alguns comandos desceram sobre a aldeia por meio de cordas. Em instantes, a Força-tarefa cercou a aldeia. Segundo testemunhas iraquianas, os americanos foram recebidos a tiros, disparados de uma casa, seguindo-se um breve tiroteio. A força americana decidiu não correr riscos e chamou um F-16, que lançou sobre a casa uma bomba de duzentos quilos, guiada a laser. Pouco depois, outra bomba igual atingiu a casa. Zarqawi estava morto.

17. “Grande parte daquilo era de legalidade duvidosa”

FONTE: “CAÇADOR” — Embora eu tenha começado a cobrir as guerras americanas na década de 1990, passando muito tempo na Iugoslávia, no Iraque e em outras partes do Oriente Médio, o JSOC só entrou em meu radar quando já ia bem avançada a ocupação americana do Iraque. Eu não tinha noção da abrangência das operações do JSOC nem de como elas se relacionavam (ou não se relacionavam) com as unidades militares convencionais e com a CIA. Meu passaporte pessoal para o JSOC foram fontes que cultivei quando trabalhava em minha investigação sobre a prestadora de serviços militares privada Blackwater, que empregava grande quantidade de ex-integrantes das Operações Especiais, muitos dos quais tinham trabalhado com o JSOC e com a CIA. Em diversos casos da Blackwater que eu estava pesquisando, a sigla JSOC aparecia com regularidade. Quando comecei a investigar aquilo que cada vez mais se tornava uma guerra secreta global, recebi um comunicado eletrônico de um homem capaz de ajudar a dar sentido a esse mundo ultrassecreto. Quando começamos a nos comunicar, fiquei um tanto paranoico a respeito dele. Meu computador acabava de ser invadido e eu recebera uma série de telefonemas e e-mails ameaçadores em relação a meu trabalho sobre a Blackwater e o JSOC. Assim, quando ele entrou em contato comigo, a ocasião me pareceu suspeita.

Ele se apresentou como um americano patriota que acreditava na GWOT, mas se disse profundamente preocupado com o papel que a Blackwater estava desempenhando nessa guerra. Tinha lido meu livro sobre a empresa, me viu na TV e decidiu entrar em contato. De início, eu não lhe disse nada sobre o JSOC. Falamos apenas da Blackwater. Quando eu o pressionava para que falasse de seu papel nas diversas guerras americanas, ele mudava de assunto ou dizia coisas tão vagas que praticamente poderia ter sido um integrante de qualquer unidade. Por fim, após nos comunicarmos durante alguns meses por meio de mensagens eletrônicas criptografadas, passei a acreditar que ele estava autenticamente interessado em me ajudar a entender o que era o mundo do JSOC. Depois que ganhamos confiança mútua, ele disse que queria falar comigo sobre o que fazia, com uma condição: que nos víssemos pessoalmente.

Decidi chamá-lo de "Caçador" porque quando finalmente nos encontramos, foi num motel de quinta a um passo de Fort Belvoir, na Virgínia, sede da ala de Inteligência do JSOC.[1] O motel chamava-se The Hunter (O Caçador). Acabou sendo o cenário adequado para o primeiro de muitos encontros ao longo de anos. O Caçador servira sob as ordens do general McChrystal, do almirante McRaven e de diversos comandantes de forças-tarefas de Operações Especiais, e participara das operações dessa organização tão cercada de sigilo, no momento mais transformador de sua história.

Não há muita coisa que eu possa dizer publicamente a respeito do que o Caçador fazia ou ainda faz por causa da natureza coesa da comunidade de Operações Especiais e porque lhe dei minha palavra de que nunca daria pistas de sua identidade. Os membros dessa comunidade quase nunca falam com repórteres e com certeza não falam sobre algumas das operações mais delicadas que executaram. O que posso dizer é que depois que passei a me encontrar com o Caçador, pressionei-o a me dar provas de que ele era quem dizia ser e de que fora testemunha ou participante dos acontecimentos sobre os quais estava informando. Ao longo dos anos, ele me mostrou suas várias insígnias do DoD e deu provas de suas atividades, assim como fotos dele em vários países. Verifiquei seus documentos com fontes competentes, embora

escondendo sua identidade, e constatei que era tudo verdade. Há pouco que eu possa dizer de boa-fé sobre ele, além do fato de que trabalhara com o JSOC e diversas outras forças-tarefas confidenciais, em operações executadas em campos de batalha reconhecidos ou não.

Ao longo de vários anos e dezenas de encontros e conversas, o Caçador dividiu comigo sua análise sobre a ascensão do JSOC. Deixou claro que não me passaria informações confidenciais e que não poria em risco a integridade de nenhuma operação. Disse-me que tinha grande admiração pelo general McChrystal e pelo almirante McRaven, e que os integrantes do JSOC, chamados por ele de "gente que tem uma crença verdadeira na nação e em nossos ideais", eram os melhores guerreiros à disposição dos Estados Unidos. Qualificou o treinamento exigido para a formação de SEALs, de membros da Força Delta e de outros quadros operacionais como o mais rigoroso do planeta. Essas Unidades de Missões Especiais "recebem um alto grau de autonomia para a ação direta, para missões contraterroristas especiais de reconhecimento em nome dos Estados Unidos, quase exclusivamente em sigilo". Pela natureza de seu trabalho e pelo sigilo que o cerca, "existe ali potencial para abuso".

O Caçador atribuiu a ascensão do JSOC à condição de principal força antiterrorista depois do Onze de Setembro à opinião generalizada, no governo Bush e na comunidade de Operações Especiais, de que a CIA não estava à altura da tarefa de travar uma guerra global. Em um dos nossos primeiros encontros, afirmou:

> Havia uma profunda insatisfação com o nível da Inteligência humana e com as operações paramilitares que estavam sendo executadas em nome da Agência, e com o tempo o Comando Conjunto de Operações Especiais tornou-se, com efeito, o braço militar do governo, no sentido de que se encarregaria de realizar os desejos das autoridades máximas em relação ao cumprimento de metas políticas. Depois do Onze de Setembro, a função do JSOC ampliou-se significativamente, e o funil, por assim dizer, foi ativado. Bilhões e bilhões de dólares eram canalizados para o Comando de Operações Especiais e, por sua vez, encaminhados ao JSOC. E isso coincidiu com uma latitude e uma liberdade de movimentos muito maiores — a autonomia.

O Caçador indica Cheney, em particular, como o personagem do governo mais obcecado pela transformação do JSOC. "Eu tinha sempre a impressão de que [Cheney] compreendia os meandros do DoD e de todos os seus componentes e agências", lembrou Hunter.

> Cheney entendia que para remodelar radicalmente as Forças Armadas americanas e situá-las numa nova base para uma "Guerra contra o Terror" ou para uma "Guerra Prolongada" — o que agora é chamado de "neutralizar o extremismo" — ele teria de atribuir cada vez mais autoridade e responsabilidade aos elementos mais obscuros das Forças Armadas, o que acabaria resultando no fato de o Comando de Operações Especiais ter o papel principal no tocante à execução de operações de contraterrorismo no mundo todo.

O governo Bush, disse o Caçador, mudou o propósito das autorizações para "Preparação Operacional do Espaço de Batalha", que, como ele diz, permite que as Forças Armadas americanas "lancem as bases de qualquer operação militar possível ou futura, enviando coletores de informações, ou linguistas, a um teatro, a um lugar onde não exista necessariamente uma guerra declarada, para 'preparar o campo de batalha'". Durante o governo Bush, diz ele, "isso de alguma forma foi desvirtuado para operações paramilitares, normalmente secretas, sem sombra de prestação de contas. Eles diziam uma coisa ao Congresso, mas faziam outra". Ele falou do programa paralelo do JSOC de transferências de pessoas de um país para outro, usado para prender e interrogar pessoas. Entre elas havia algumas que o governo "tinha previsto não entregar ao Departamento de Justiça, nem permitir que o Departamento de Estado, ou o embaixador extraordinário para Crimes de Guerra e a Agência Central de Inteligência se envolvessem nos casos. Eles executavam suas próprias operações de detenção".

O Caçador me contou que alguns de seus colegas começaram a questionar a forma como estavam sendo usados. "Havia bastante inquietação por parte das pessoas da comunidade a respeito daquilo que nos mandavam fazer, onde e com que objetivo. Muito daquilo era de legalidade discutível, e a maior parte se dava fora de qualquer campo de batalha estabelecido", lembrou. Ele

esclareceu também que uma considerável parcela da comunidade de quadros operacionais e funcionários do JSOC que "acreditava sinceramente" nas ideias de Rumsfeld e Cheney "e estava plenamente consciente da natureza extralegal das operações em si, era conivente com elas e acreditava que elas contavam com a anuência superior do secretário de Defesa e, em última instância, da Casa Branca". Os caras do JSOC "são como um bando de lobos que serve como ponta de lança, fazendo coisas que uns acham que cabem a Deus, outros que cabem aos Estados Unidos", disse ele. Rumsfeld e Cheney "alijaram intencionalmente a Agência e foram ao JSOC com parâmetros, objetivos e metas políticas que queriam alcançar para seus próprios propósitos políticos".

Quando lhe perguntei quais eram as operações que ele achava mais discutíveis, o Caçador respondeu prontamente: "Usar as Forças de Operações Especiais para espionar sem conhecimento do Departamento de Estado e da Agência Central de Inteligência, usar as Forças de Operações Especiais para capturar ou matar gente supostamente ligada a organizações extremistas pelo mundo afora, em alguns casos em países aliados". Ele relacionou operações executadas pelo JSOC em dezenas de países, além do Iraque e do Afeganistão, entre os quais Somália, Argélia, Filipinas, Indonésia, Paquistão, Tailândia, Mali, Iêmen, Colômbia, Peru e diversos países da Europa e da Ásia Central. No mundo inteiro, o JSOC estava sendo usado para executar "operações fulminantes — fossem de captura ou de morte, em alguns casos de prender pessoas".

"Quem eram as pessoas marcadas para morrer?", perguntei.

"Gente ligada a alguma organização extremista, ou suspeita de vínculo com alguma organização extremista. Ou pessoas que davam refúgio ou dinheiro", disse-me ele.

"Que tipo de informação era necessário para se afirmar: 'Temos luz verde' para executar uma operação de assassinato dirigido fora de um campo de batalha?"

"A maior parte delas era puramente circunstancial", ele respondeu. "A maioria das operações se baseava em Inteligência acessível, mas não

necessariamente em informações comprovadas. Acho que esse é o aspecto mais preocupante das operações que vazaram."

A ideia era, afirmou, "o mundo é um campo de batalha e estamos em guerra. Portanto, os militares podem ir aonde quiserem, fazer o que quiserem e assim cumprir os objetivos de segurança nacional, qualquer que seja o governo que esteja no poder".

18. A prisão de Anwar Awlaki

IÊMEN, 2004-7 — Quando Anwar Awlaki voltou ao Iêmen, em 2004, a história estava traçando para ele um caminho que o conduziria à infâmia internacional e a um confronto com o JSOC, a CIA e o programa de assassinatos dos Estados Unidos. Parece improvável que ele soubesse disso na época. Como poderia saber? Seu pai, Nasser, disse que a decisão de voltar a Sana'a deveu-se a motivos práticos e não foi indício de um radicalismo crescente. "Ele não conseguiu uma bolsa[1] para estudar na Grã-Bretanha", afirmou Nasser, e por isso "decidiu voltar ao Iêmen". Mas o que aconteceu com Awlaki ao voltar para o Iêmen tornaria mais rígida sua opinião sobre as políticas americanas e o levaria a renunciar a qualquer lealdade que pudesse ter tido para com seu país de nascimento. Awlaki chegou a Sana'a e estava analisando seus próximos passos. Tinha planos de estudar na Universidade da Fé[2] e foi convidado a pregar em algumas mesquitas. Numa palestra na Universidade de Sana'a, ele falou sobre o papel do Islã no mundo e condenou a guerra americana no Iraque. Ele, a mulher e os filhos se instalaram na casa de Nasser, perto da universidade. Nessa época, seu filho mais velho, Abdulrahman, tinha nove anos. Como o pai, em seus primeiros anos de vida tinha sido criado como americano. Era um menino magro, de óculos, muito parecido com o pai quando tinha a sua idade. Anwar "pensou em criar um centro de ensino do Islã e também da língua — para ensinar o árabe a não muçulmanos e coisas assim", lembrou Nasser. "Ele pensava em fundar sua

própria escola, algo como uma escola fundamental. Queria pregar com regularidade até encontrar um trabalho adequado para si."

Contudo, os Estados Unidos não tinham se esquecido de Awlaki, e agentes da Inteligência iemenita estavam em seu encalço desde o dia em que chegou ao país. Awlaki tinha se acostumado a viver vigiado e fazia o possível para ganhar a vida. Mas a religião — sua fé — era sua verdadeira paixão. Passava muito tempo diante do computador, gravando sermões e mantendo uma assídua correspondência com seus seguidores no exterior. "Ele dava palestras pela internet", disse Nasser. "E tentou também abrir um negócio, sabe, uma imobiliária, algum empreendimento. Estava tentando trabalhar como qualquer pessoa, comprando e vendendo propriedades." Nasser riu, balançando a cabeça, e acrescentou: "Sabe como é, isso não deu certo". Os filhos de Awlaki estavam adorando o tempo que passavam com os avós, tias e tios, e a família começou a construir um apartamento separado para Anwar e família no terreno de sua casa em Sana'a.

Os membros da família Awlaki falam dessa época como um período de meditação para Anwar. Parece claro que em 2006 ele tinha admitido o fato de que sua vida como americano acabara. O FBI não ia deixá-lo em paz. As guerras do Iraque e do Afeganistão o enfureceram. Passava dias e noites sem fim refletindo acerca de como os muçulmanos deviam reagir às guerras, do Iraque a Gaza, ao Afeganistão e mais além. Seus sermões se tornavam mais rígidos. Com frequência ele debatia a natureza da jihad com seus correspondentes. Parecia realmente estar lutando para descobrir suas próprias verdades em relação ao mundo do pós-Onze de Setembro. Mas Anwar não fazia referência à Al-Qaeda, pelo menos num sentido positivo. "Era tudo normal, e pensamos que ele tinha deixado tudo aquilo [os Estados Unidos] para trás", lembrou Nasser. "E estávamos construindo nossa casa, fizemos um apartamento para ele e tudo o mais. Então, na verdade, para mim estava tudo normal. E ele só estava trabalhando em seus sermões e coisas assim. Nada além disso."

Nada além disso até que Anwar foi posto na cadeia.

"Esse foi o divisor de águas", disse Nasser.

Anwar Awlaki era um preso político. Em meados de 2006, quando foi detido por forças iemenitas apoiadas pelos Estados Unidos, houve um pretexto. Algo como o fato de ele haver intervindo numa disputa tribal.[3] Entretanto, como na maior parte das prisões por motivos políticos, isso foi apenas uma desculpa mal disfarçada para encarcerá-lo. Anwar foi preso de noite e confinado numa solitária na temida prisão de Sana'a[4] dirigida pela Organização de Segurança Política (Political Security Organization, PSO), que trabalhava em estreita colaboração com a Inteligência americana. Depois que ele foi preso, agentes da Inteligência iemenita confiscaram[5] seu computador e as gravações de palestras feitas na Universidade da Fé. Nunca houve acusações concretas contra ele. Anwar jurava que era o governo americano que o mantinha preso, de modo que Nasser procurou a embaixada dos Estados Unidos para pedir ajuda. Afinal, Anwar era cidadão americano. Certamente eles conheciam Anwar, pensou Nasser. Era aquele que estava sempre na TV depois do Onze de Setembro, o "imã para toda obra". Um funcionário da embaixada disse que pouco podia prometer além de que "tomaria conta"[6] de Anwar.

"Durante nove meses,[7] fiquei confinado numa solitária subterrânea. Eu diria que a cela media cerca de 2,5 metros por 1,20 metro", lembrou Awlaki mais tarde. "Não tinha lápis ou papel, nem fazia exercício algum. Fiquei todo esse tempo sem ver a luz do sol." Ele disse que "não tinha contato com ninguém além dos guardas da prisão".

Não há dúvida de que os Estados Unidos estavam ligados à prisão de Anwar. "Acho que fui preso a pedido do governo americano",[8] disse ele. "Fiquei sob custódia sem explicação alguma." Assim que foi preso, lembrou ele, os agentes da Inteligência iemenita "começaram a fazer perguntas[9] sobre minhas atividades islâmicas no país, e daí em diante foi se tornando claro que eu fora preso a pedido do governo americano. Foi o que eles me disseram".

Também disseram a Awlaki que os Estados Unidos queriam que seus próprios agentes o interrogassem. No relatório de um inspetor especial das Nações Unidas sobre execuções extrajudiciais sumárias ou arbitrárias é informado que Awlaki tinha sido preso "a pedido do governo dos Estados Unidos".[10]

O *New York Times* noticiou que John Negroponte, que na época da prisão de Anwar era diretor nacional da Inteligência americana, "disse a autoridades iemenitas que os Estados Unidos não se opunham a sua prisão".[11] Mas a atuação americana foi além de não fazer oposição. Uma fonte iemenita com estreitas ligações com Awlaki e com o governo do país contou-me sobre uma reunião entre Negroponte,[12] o embaixador americano no Iêmen e o príncipe Bandar bin Sultan, ex-embaixador saudita nos Estados Unidos. Bandar era extremamente próximo do governo Bush e do presidente em particular — tão próximo que seu apelido era "Bandar Bush".[13] Essa mesma fonte disse que tinha conversado com o embaixador iemenita e que este revelara que Negroponte disse algo como: "Foi ótimo vocês terem prendido Anwar. É bom. Porque o que nos preocupa é a [sua] pregação, os sermões, temos medo de que ele venha a influenciar jovens no Ocidente". O embaixador iemenita, ainda segundo minha fonte, disse a Negroponte:

> Olhe, não há acusação alguma contra Anwar, não podemos deixá-lo preso indefinidamente. Gente de tribos do Iêmen, amigos [de Anwar], grupos de direitos humanos americanos e britânicos estão escrevendo cartas a Condoleezza Rice e a nós sobre sua prisão. Por isso não podemos deixá-lo preso indefinidamente.

A resposta de Negroponte, disse minha fonte, foi: "É, mas vocês precisam fazer isso".

Em novembro de 2006, Nasser Awlaki encontrou o presidente do Iêmen, Ali Abdullah Saleh, numa conferência sobre desenvolvimento em Londres. "Pedi a ele que soltasse meu filho", lembrou Nasser. "E ele disse: 'Há problemas com os americanos, vou tentar resolvê-los e solto seu filho'." Saleh bin Fareed, tio de Anwar, com quem ele ficara durante um curto período na Grã-Bretanha, é um dos mais poderosos xeques tribais do Iêmen. É o chefe da

tribo aulaq, a qual pertencia Anwar, que conta com cerca de 750 mil pessoas.[14] No Iêmen, são as tribos e não o governo as detentoras de poder e influência, e os aulaqs não tolerariam que Anwar ficasse preso sem acusações. Bin Fareed disse-me que procurou o presidente Saleh e perguntou-lhe por que Anwar estava preso. "Os americanos pediram que ele continuasse na cadeia",[15] respondeu Saleh. Segundo Bin Fareed, os americanos disseram a Saleh:

> Queremos que ele fique preso uns três ou quatro anos. [Anwar] fala bem — a razão que eles nos deram é que ele fala muito bem, muita gente lhe dá ouvidos nos Estados Unidos, principalmente jovens. E no mundo inteiro também. E queremos que ele fique [preso] alguns anos, até que o esqueçam.

Quando o presidente Saleh visitou Washington,[16] pouco depois de Anwar ter sido preso, reuniu-se com o diretor do FBI, Robert Mueller, com o diretor da CIA, George Tenet, e com outras autoridades da Inteligência americana. Saleh disse a Nasser que tinha discutido o caso de Anwar com eles. Na verdade, ele disse que tinha perguntado diretamente ao presidente Bush sobre Anwar. "Se vocês têm alguma coisa contra Anwar al-Awlaki, digam o que é", Saleh teria dito a Bush. "Se não disserem, vamos soltá-lo." Ao que o presidente Bush teria dito: "Dê-me dois meses para que eu responda".

Passaram-se dois meses e Nasser recebeu uma ligação do chefe da Organização de Segurança Política, o general Galib al-Qamish. "Dr. Nasser", ele disse, "por favor peça a seu filho que colabore com os interrogadores que estão vindo de Washington para vê-lo." Nasser foi até e prisão para falar com ele.

> Eu disse a meu filho: "Por favor, você sabe que queremos resolver isso de uma vez por todas. Por que não colabora e aceita receber essa gente?". E [Anwar] disse: "Estou disposto a me encontrar com eles. Encontrei-me com eles nos Estados Unidos e vou fazer o mesmo no Iêmen".

Os agentes do FBI que vieram entrevistar Anwar ficaram dois dias.[17] Awlaki "foi levado a uma sala[18] e quando se deparou com os americanos não se pôs

na posição de acusado; pelo contrário, entrou na sala [e] se comportou como um chefe", lembrou Shaykh Harith al-Nadari, que estava preso com ele.

> Escolheu a melhor cadeira, comeu as frutas oferecidas pelos iemenitas aos americanos e serviu-se de uma xícara de chá. Perguntei-lhe sobre a natureza da investigação. Ele disse que tudo aquilo era para encontrar uma mínima infração que permitisse que ele fosse levado a um tribunal americano. Foi um interrogatório, disse ele. No entanto, eles não encontraram o que procuravam.

A Inteligência iemenita insistiu[19] para ter seus próprios representantes na sala. Awlaki disse que, ao ser interrogado pelos agentes americanos durante dois dias, "houve certa pressão,[20] que me recusei a aceitar, o que levou a um conflito entre mim e eles, porque achei aquele comportamento inadequado da parte deles [...]. Mas isso se solucionou e eles pediram desculpas". Anwar, segundo Nasser, colaborou com os interrogadores. Mesmo assim, passaram-se dias e semanas e ele continuou atrás das grades.

Quando a família Awlaki exigiu que o regime lhe desse explicações, o presidente iemenita pôs as cartas na mesa. O vice-presidente Abd Rabbuh Mansur Hadi disse a Nasser que o presidente tinha de lhe propor uma escolha difícil: ele queria que Anwar continuasse preso ou que fosse libertado "para ser morto por um drone americano?". "E então o presidente do Iêmen me disse: 'Deixe seu filho na prisão e não o faça sair, porque se sair vai ser morto'", disse Nasser, esclarecendo que na época ele acreditava que "o único motivo pelo qual meu filho era visado pelos Estados Unidos era por causa de sua popularidade entre os muçulmanos anglófonos do mundo". E concluiu: "Acho que Ali Abdullah Saleh sabia de alguma coisa".

Enquanto a família lutava por sua liberdade do lado de fora, dentro da prisão Anwar se dedicava aos livros. Todos que pudesse conseguir. Durante os dois primeiros meses, o Alcorão foi o único livro que lhe permitiram. Mais tarde, Awlaki diria que via sua "prisão como uma bênção",[21] pois ela lhe proporcionou a "oportunidade de reler o Alcorão, estudá-lo e lê-lo de um

modo que seria impossível fora da cadeia. O período em que estive preso foi de férias deste mundo". Disse também que "foi porque eles me tiraram tudo[22] e me deram o Alcorão, que ele ganhou esse significado diferente", acrescentando que:

> É por causa das distrações à nossa volta que não tiramos o máximo de proveito do Alcorão. Mas quando uma pessoa está naquele lugar solitário, todas as distrações desaparecem e nosso coração se fixa na palavra de Alá, e as palavras assumem um significado completamente diverso.

Finalmente, Awlaki pôs as mãos no livro *À sombra do Alcorão*, de Sayyid Qutb. Havia algumas coincidências significativas entre as experiências de vida de Awlaki e as de Qutb, acadêmico e pensador egípcio cujos escritos e ensinamentos mais tarde seriam considerados a base intelectual dos movimentos militantes islâmicos. No Egito, ele era um dissidente que defendia a implantação de um governo islâmico. Da mesma forma que Awlaki, tinha passado algum tempo no Colorado,[23] e em 1949 matriculou-se na Faculdade Estadual de Educação do Colorado. Depois de sua permanência nos Estados Unidos, Qutb investiu contra o que percebia como excessos da cultura americana — mulheres com pouca roupa, o jazz, lutas, o futebol e o álcool. Rotulou a sociedade americana de "primitiva", dizendo que seu povo era "insensível à fé[24] na religião, à fé na arte e também à fé em valores espirituais". Quando voltou ao Egito, Qutb estabeleceu estreitos vínculos com a Irmandade Muçulmana. Em 1954, foi detido e mandado para a cadeia,[25] onde permaneceria durante a maior parte de sua vida futura. Foi torturado na prisão, onde também escreveria seus textos mais influentes,[26] entre eles o livro que Awlaki leria em sua cela meio século depois. Em 1966, Qutb foi enforcado[27] depois de declarado culpado de conspiração para derrubar o governo egípcio.

Awlaki disse que ficou "tão envolvido[28] pelo autor que sentia como se Sayyid estivesse em minha cela, falando diretamente comigo. Minha leitura na prisão tinha uma peculiaridade: eu podia sentir a personalidade do autor por meio de suas palavras. Assim, embora eu estivesse confinado numa solitária,

nunca estava sozinho". Awlaki disse que tentou limitar a leitura a trinta páginas por dia, "mas por causa do estilo fluente de Sayyid eu lia diariamente entre cem e 150 páginas. Na verdade, lia até cansar os olhos.

> Meu olho esquerdo se cansava antes do direito, então eu o tapava com a mão e continuava lendo com o olho direito até que ele não aguentava mais e simplesmente se fechava. Minha visão começou a ficar prejudicada, principalmente a do olho esquerdo. Fosse por causa de ler demais, ou pela pouca luz, Alá é quem sabe. Soube que problemas de visão e dos rins eram as queixas mais comuns entre os prisioneiros.

Ele leu também obras de Charles Dickens (*Tempos difíceis*), Shakespeare (*Rei Lear*) e Herman Melville (*Moby Dick*). "Um diretor da prisão especialmente mau[29] decidiu proibir-me de ter livros islâmicos", escreveu Awlaki mais tarde.

> Shakespeare foi a pior coisa que li durante todo o tempo em que estive preso. Nunca gostei dele. Provavelmente a única razão pela qual ele se tornou tão famoso foi o fato de ser inglês e ter sido apoiado e promovido pelos falantes de uma língua global.

Awlaki, no entanto, elogiava a obra de Dickens. "O que me fascinou nesses romances foram os surpreendentes personagens criados por Dickens e as semelhanças que guardam com certas pessoas da atualidade. São muito interessantes", ele escreveu.

> Por exemplo, o gordo e prepotente Josiah Bounderby, de Coketown, é parecido com George W. Bush; o pai de Lucy, Gradgrind, é como alguns pais muçulmanos programados para achar que só a medicina e a engenharia são profissões dignas para seus filhos; a surpreendente crueldade de Stephen Blackpool é como a de certas pessoas que aparentemente parecem seres humanos decentes e bondosos; e Uriah Heep parece alguns dos muçulmanos fervorosos de hoje em dia.

Mais tarde, Awlaki refletiria sobre a alimentação na cadeia. Sobre o *kudam*, "o pão que servia como alimento básico[30] dos presos e soldados do Iêmen", escreveu:

> Deveria ser multigrãos. Costumava ser assim antes. Agora ele é feito mais provavelmente de trigo integral. É fermentado, e por isso seu gosto lembra o do pão de *sourdough* feito de massa lêveda, de San Francisco (quem mora nos Estados Unidos sabe do que estou falando). Consiste numa crosta sólida (quero dizer sólida de verdade) e poderia ser usado com uma arma numa briga. Antes de ser preso,[31] tinha conversado com ex-presidiários sobre como era estar na cadeia, que isso serviu como um preparo mental para o que estava por vir. Lembro as palavras de um dos *shuyukh* [líderes religiosos] que esteve nessa mesma prisão. Ele dizia que a comida era horrível, por isso eu esperava o pior.

Em sua primeira manhã na prisão, Awlaki lembrou:

> comecei a ouvir portas se abrindo e soldados gritando para os presos que pegassem sua comida. Quando chegou minha vez eu já estava bem acordado. Abriram a porta e vi dois soldados, um deles com um balde e o outro arrastando um saco de *kudam*. O que carregava o balde pegou meu prato e verteu nele uma xícara de feijão fumegante enquanto o outro me entregou seis pedaços de *kudam*.

Depois de poucas semanas, ele concluiu: "Essa comida dá nojo".

Por fim, as autoridades carcerárias permitiram que Awlaki recebesse da família, duas vezes por semana, comida feita em casa. "No entanto, a administração da prisão usava isso para pressionar os prisioneiros. Com o pretexto de procurar objetos escondidos nos alimentos, às vezes me entregavam minha refeição sem condições de consumo. Uma vez, eles misturaram arroz, bolo de chocolate e salada, e despejaram na massa resultante uma caixa de suco de mirtilo. Até o guarda que me entregou a comida ficou triste com o estado dela", lembrou Awlaki. A cadeia, disse ele, reafirmou seu compromisso com a religião. "O Islã não é algo que se use para preencher o compartimento espiritual da vida enquanto se relega tudo o mais a caprichos e desejos. O Islã deve governar cada aspecto de nossa vida."

Depois que Anwar Awlaki passou dezessete meses preso, a tremenda pressão de grupos tribais que o regime de Saleh tinha de contentar para se manter no poder e da influente família de Anwar finalmente forçou sua libertação. O xeque Saleh bin Fareed foi ter com o presidente iemenita para

lhe dar garantias de que Anwar não causaria problemas se fosse posto em liberdade. "Tudo bem, se o senhor tem alguma coisa contra Anwar, por favor leve-o aos tribunais", disse Bin Fareed ao presidente. "E se algo for provado, pode matá-lo. Não nos importamos. Se tiver alguma coisa, alguma prova contra ele, não vamos nos importar se o senhor mandá-lo ao tribunal e matá-lo. Se não tiver, devolva-nos nosso filho." O presidente, disse ele, respondeu: "Para ser franco, não tenho nada contra Anwar, seja lá o que for". Naquele dia, ordenou-se que Awlaki fosse solto. "Os americanos não gostaram nem um pouco daquilo", disse Bin Fareed. Um telegrama diplomático vindo dos Estados Unidos sobre a libertação de Awlaki promoveu-o a "xeque" e se referiu a ele como "o suposto conselheiro espiritual[32] de dois dos sequestradores do Onze de Setembro". O telegrama dizia ainda que "contatos" no governo iemenita disseram a funcionários americanos que "eles não tinham provas suficientes para incriminar [Awlaki] e já não podiam mantê-lo preso ilegalmente". Poucos anos depois, o governo americano tomaria a prisão de Awlaki como prova de que ele estava havia muito tempo envolvido em complôs do terror contra os Estados Unidos. Sem nenhuma prova para apoiar suas afirmações, a declaração do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos afirmou que Awlaki "tinha sido preso no Iêmen em 2006 acusado de extorsão mediante sequestro[33] e por envolvimento num complô da Al-Qaeda para sequestrar um alto funcionário americano, mas foi libertado em dezembro de 2007 e depois permaneceu escondido no Iêmen".

19. “Os Estados Unidos conhecem a guerra. Eles são mestres da guerra”

SOMÁLIA, 2004-6 — Enquanto o JSOC passava a dominar os campos de extermínio que se alastravam pelo Iraque, pelo Afeganistão e por outros países, a Somália continuava em seu mergulho no caos. Os chefes de milícias, assassinos que estavam pondo em prática as operações de morte/captura dirigidas da CIA, eram temidos e detestados. Em 2004, a campanha terceirizada da Agência na Somália estava preparando o terreno para uma série espetacular de eventos que levaria a um aumento quase impensável do prestígio da Al-Qaeda no Chifre da África. Mas o trabalho conjunto da CIA com os chefes de milícias não foi o único responsável pela importante sublevação na Somália. O preço que os civis estavam pagando pela guerra no Iraque e no Afeganistão e os abusos em Abu Ghraib e Guantánamo davam credibilidade à ideia de que os Estados Unidos estavam travando uma guerra contra o Islã. Embora o país apoiasse seus próprios chefes de milícias em Mogadíscio, os atos de Washington depois do Onze de Setembro levaram à formação de uma coalizão de antigos chefes de milícias e movimentos religiosos que ameaçaria o desempenho dos prepostos dos Estados Unidos dentro e fora da Somália.

Yusuf Mohammed Siad me contou que foi abordado pela CIA[1] em Dubai em 2004. O notório chefe de milícia somaliano, conhecido pelo nome de guerra de Indha Adde, ou Olhos Brancos, estava — como Mohamed Qanyare — entre os facínoras que dividiram e destruíram a Somália durante a guerra civil

travada ao longo da década de 1990. Depois de assumir pela força o controle da região de Shabelle Hoose,[2] Indha Adde autoproclamou-se governador numa ocupação paramilitar tão brutal que lhe valeu o apelido de Carniceiro. Comandou operações de tráfico[3] de armas e drogas a partir do porto de Merca e transformou a cidade numa terra sem lei. Da mesma forma que Qanyare, ele controlava uma milícia de bom tamanho e uma boa quantidade de veículos armados. Mas ao contrário de Qanyare, Indha Adde mantinha uma relação amistosa com o pequeno grupo de radicais islâmicos que se espalhavam no panorama caótico da Somália na década de 1990. Ele admitia abertamente que dava refúgio e proteção a alguns dos mesmos homens que Washington estava perseguindo. Isso fez dele um atraente quadro potencial para a CIA. Em Dubai, ele disse, encontrou-se com o chefe de operações para a África Oriental da CIA. "Eles me ofereceram dinheiro,[4] ofereceram verbas para a região que eu controlava, ofereceram-me prestígio e poder na Somália por meio de cooperação com os Estados Unidos", lembrou-se ele quando nos encontramos em uma de suas casas em Mogadíscio em junho de 2011. "A CIA estava sempre me dizendo que os homens que eu protegia eram criminosos que atiraram bombas em embaixadas americanas, que eram uma ameaça também para o mundo. Disseram que queriam que eu entregasse esses caras a eles."

Mas Indha Adde tinha visto a aliança de chefes de milícias apoiada pela CIA em ação e não quis saber de nada daquilo. Em sua opinião, estavam matando somalianos a serviço de uma potência estrangeira. "Eles eram contratados para caçar qualquer pessoa procurada pelos americanos. Seus prisioneiros eram todos maltratados — eram desnudados e tinham a boca tapada com fita adesiva", lembra ele. "Os chefes de milícias matavam os prisioneiros que os americanos deixavam em liberdade para evitar que falassem sobre sua captura."

Além disso, Indha Adde estava num processo de transformação do bandido beberrão que era naquilo que ele via como um muçulmano autêntico. Quando os americanos invadiram o Iraque em 2003, Indha Adde — como muitos muçulmanos no mundo inteiro — julgou que os Estados Unidos eram

"arrogantes" e estavam numa cruzada contra o Islã. "As palavras do presidente americano contra o Islã, a invasão do Iraque e a guerra do Afeganistão me levaram a não cooperar pessoalmente com a CIA", lembrou-se ele. "Recusei todas as propostas." Indha Adde tomou a decisão de empenhar suas forças para derrotar os chefes de milícias da CIA. "O governo Bush superestimou a força da Al-Qaeda e de Osama [Bin Laden]. Mas quando invadiu o Iraque, todos pensamos que o Islã estava sendo atacado. Aquela foi a maior vitória da Al-Qaeda, e foi por isso que a apoiamos."

Quando membros de destaque da Al-Qaeda buscaram seu apoio ou pediram para instalar santuários nas áreas controladas por ele, Indha Adde concordou. Para ele, os homens estavam do lado certo da história, combatendo os cruzados e seus prepostos, os chefes de milícias, e defendendo o Islã. "Pessoalmente, pensei até mesmo em Osama como um homem bom que só queria a implantação da lei islâmica", lembrou ele. "Se houvesse equitatividade, Bush deveria ter sido executado como Saddam Hussein. Mas ninguém é poderoso a ponto de levar os Estados Unidos a julgamento."

Enquanto Qanyare trabalhava com os americanos, Indha Adde se tornava um dos principais aliados paramilitares da Al-Qaeda e comandante de uma das facções islâmicas mais poderosas entre as que surgiram na Somália depois do Onze de Setembro. As atividades que tinham começado com um discreto encontro com Qanyare num quarto de hotel de Nairóbi, em 2002, com o objetivo de matar ou capturar cinco terroristas em especial,[5] haviam se transformado em esquadrões da morte que perambulavam pela Somália matando com impunidade, sendo vistos por todos como diretamente apoiados e incentivados pelos Estados Unidos. Numa reunião com autoridades americanas no começo de 2006, segundo um telegrama diplomático, o presidente da Somália, internacionalmente reconhecido, "pensava em voz alta nas razões pelas quais os Estados Unidos queriam começar uma guerra aberta em Mogadíscio".[6]

Foi essa época horrível que deu origem à União das Cortes Islâmicas (UCI), que se sublevaria contra os prepostos apoiados pelos Estados Unidos. A UCI

não foi um complô organizado pela Al-Qaeda, mas uma resposta autóctone à ilegalidade e à violência dos chefes de milícias, principalmente os apoiados pela CIA. Enquanto a Somália se desintegrava, começaram a aparecer pequenos tribunais islâmicos regionais[7] que criaram sistemas locais de justiça baseados na Sharia, pretendendo implantar algum tipo de estabilidade. Durante muitos anos, esses tribunais foram entidades bastante autônomas baseadas em clãs. Em 2004, os doze tribunais[8] se uniram para formar o Conselho Supremo das Cortes Islâmicas da Somália, conhecido como "as Cortes". O xeque Sharif Sheikh Ahmed (conhecido como xeque Sharif), ex-professor primário e clérigo da região de Shabelle Dhexe, foi eleito presidente das Cortes. Indha Adde acabaria sendo seu ministro da Defesa. "Quando a União das Cortes Islâmicas se formou, havia uma guerra civil na Somália. Havia assassinatos, roubos e estupros. As vítimas eram os desvalidos. Todos sofriam, mas os clãs mais fracos eram os mais atingidos", lembrou Indha Adde. "Os chefes de milícias mandavam, e nós procurávamos uma forma de unir e salvar nosso povo. É o Islã que nos une, por isso formamos a União das Cortes Islâmicas."

Em 2005, armas e dinheiro do estrangeiro eram derramados sobre a Somália. Indha Adde e outras figuras proeminentes das Cortes começaram a receber carregamentos de armas pesadas e munição[9] que chegavam da Eritreia a campos de pouso particulares. Nesse meio-tempo, a Etiópia aliou-se aos Estados Unidos em apoio aos chefes de milícias da CIA[10] com dinheiro, armas e munição. O primeiro-ministro da Somália, Ali Mohamed Gedi, veterinário formado na Itália, assistia à CIA financiando e armando Qanyare e outros chefes de milícias, alguns deles ministros de seu governo.

> Eu seguia de perto aqueles chefes de milícias e principalmente Qanyare, que enganava as organizações americanas de Inteligência dizendo: "Posso derrotar esse terrorista, esse islâmico. Sim, vou pegá-los amanhã, só mais um dia". E eles pagavam.

A CIA, ele acusou, solapou seu governo e "incentivou a multiplicação de tribunais islâmicos e seu fortalecimento. [Os Estados Unidos] incentivaram os

tribunais islâmicos porque sustentavam os chefes de milícias e o 'grupo de antiterrorismo' naquela época. Assim, a confusão toda começou naquele ponto".[11]

Em fevereiro de 2006, quando a União das Cortes Islâmicas ganhava força, Qanyare e a rede de chefes de milícias da CIA foram a público para anunciar oficialmente[12] a Aliança para a Restauração da Paz e do Contraterrorismo e para convocar os somalianos a se unir a eles na luta contra os "jihadistas". Em março, na Casa Branca, o NSC endossou oficialmente[13] a campanha americana de financiamento e apoio aos chefes de milícias. O porta-voz do Departamento de Estado Sean McCormack disse que a estratégia americana consistia em

> trabalhar com pessoas responsáveis[14] […] no combate ao terror. É nossa real preocupação — o terror criando raízes no Chifre da África. Não queremos ver a criação de outro porto seguro para terroristas. Nosso interesse se resume em ver a Somália chegar a dias melhores.

Washington "preferia ver a situação só pelo prisma de sua 'guerra ao terror'", observou Salim Lone, ex-funcionário das Nações Unidas. "A administração Bush apoiou os chefes de milícias — violando o embargo de armas que ela ajudou as Nações Unidas a impor à Somália anos antes —, canalizando para eles, indiretamente, armas e malas cheias de dólares."[15] Qanyare e seus aliados de repente apareceram muito mais bem armados do que antes. "Para lutar com [a Al-Qaeda], você precisa de forças muito bem treinadas. E de soldados, armas e logística. E também de reforços", disse-me Qanyare. Sem nenhuma sensibilidade para o irônico fato de que sua aliança com os americanos estava na origem da UCI, Qanyare disse a seus manipuladores que "esta guerra é fácil,[16] não vai levar tempo nenhum". Não levaria nem seis meses, ele previu. Ele estava certo quanto ao prazo, mas não sobre o desfecho.

Depois que os chefes de milícias declararam guerra aberta às Cortes Islâmicas, Mogadíscio foi abalada por seus piores combates em mais de uma década. Em maio, o *Washington Post* noticiava batalhas "que tinham sido das mais violentas[17] desde o fim da intervenção americana em 1994, que deixaram

150 mortos e centenas de feridos". O Grupo de Monitoramento das Nações Unidas, em seu relatório ao Conselho de Segurança, citou o apoio aos chefes de milícias oferecido "clandestinamente por um terceiro país".[18] O relatório não revelava qual era o país, mas todo mundo sabia. Os diplomatas americanos na região em pouco tempo se viram assediados por seus congêneres de outras nações, inclusive da União Europeia. Segundo um telegrama da embaixada americana em Nairóbi, alguns governos europeus, "tendo concluído que os Estados Unidos estão apoiando chefes de milícias como meio de dar curso à GWOT, nos disseram que estão preocupados com a possibilidade de que essas ações retardem o CT e os objetivos de democratização na Somália". Os Estados Unidos, dizia o telegrama, estavam preparando o lançamento de um relatório que declararia sem meias palavras: "Há sinais preocupantes de que a população em geral — irritada com o visível apoio dos Estados Unidos aos chefes de milícias — está cada vez mais se unindo à causa dos jihadistas".[19] Algumas autoridades americanas estavam claramente descontentes com o programa da CIA para os chefes de milícias. Eles disseram em privado ao *New York Times* que "a campanha prejudicou as iniciativas contraterroristas[20] dentro da Somália e fortaleceu os mesmos grupos islâmicos que pretendia marginalizar".

Com a instância de empresários de Mogadíscio e outras cidades e, com seu forte apoio, a União das Cortes Islâmicas, antes desunida, começou uma mobilização organizada para derrotar os chefes de milícias da CIA. Indha Adde seria o líder de sua campanha militar. A UCI convocou os somalianos a "unir-se à jihad[21] contra os inimigos da Somália".

Mas não se tratava simplesmente de uma causa religiosa. Os chefes de milícias tinham sido um desastre para os negócios em Mogadíscio. O "assassinato [de] líderes religiosos e imãs[22] nos bairros locais e de professores primários na verdade inflamou uma cólera providencial", disse Abdirahman "Aynte" Ali, somaliano especializado no estudo do terrorismo. No entanto, do ponto de vista financeiro, os chefes de milícias "vinham mantendo Mogadíscio como refém havia dezesseis anos. Eles não abriam o aeroporto, nem o porto.

Todos tinham pequenos campos de pouso ao lado de suas casas — literalmente suas casas. E assim mantinham as pessoas como reféns". No fim de 2005, os empresários tinham dado dinheiro à UCI para comprar armamento pesado e pegar os chefes de milícias da CIA. Somalianos de todas as classes começaram a se inscrever para lutar junto à UCI. "As pessoas saíam do trabalho no Mercado Bakaara, pegavam suas armas e se uniam à luta contra os chefes de milícias", recordou Aynte. "E na manhã seguinte voltavam a suas lojas, ou ao que quer que fosse. Era impressionante."

A União das Cortes Islâmicas não era um grupo homogêneo. Muitos de seus líderes e soldados não tinham ligação com a Al-Qaeda, pouco sabiam sobre Bin Laden e tinham uma pauta voltada para seus problemas internos. A ascensão meteórica de sua popularidade tinha tudo a ver com o ódio aos chefes de milícias combinado ao desejo ardente de estabilidade e algum tipo de lei e ordem. "Enviamos nossos combatentes a Mogadíscio com a intenção de parar com a guerra civil e pôr fim à brutalidade dos chefes de milícias",[23] disse o xeque Ahmed "Madobe" Mohammed Islam, cuja milícia, a Ras Kamboni, com base em Jubba, no sul da Somália, aderiu à UCI em 2006. Segundo me contou, seus "homens na UCI eram pessoas de opiniões diversas — liberais, moderadas e extremistas". Além da expulsão dos chefes de milícias e da estabilização do país pela imposição da Sharia, "não havia um programa político em comum".

Havia elementos da UCI, é certo, que tinham um projeto para a Somália semelhante ao do Talibã. Mas os tribunais com bases regionais eram muito mais usados para governar seus próprios clãs e subclãs do que como um sistema nacional de justiça. Embora a Somália seja uma nação quase que exclusivamente muçulmana, tem também uma forte tradição secular que entraria em conflito direto com um programa ao estilo do Talibã imposto nacionalmente. De acordo com o que observou o Internacional Crisis Group em seu relatório de 2005 intitulado "Islâmicos na Somália":

> A promessa de ordem e segurança[24] representada pelos tribunais atraía somalianos de todo o espectro religioso. A heterogeneidade de seus membros e a diversidade dos que os apoiavam faziam com que toda tentativa de rotular o sistema da Sharia de "extremista", "moderado" ou de qualquer orientação específica fosse vã. Na verdade, as Cortes eram uma complicada coalizão de conveniência, que se mantinha unida por uma convergência de interesses.

A entidade afirmava que apenas duas das Cortes tinham sido "regularmente associadas à militância e eram contrabalançadas por outras Cortes. E conclui:

> A maior parte das Cortes parece existir para propósitos principalmente pragmáticos. Mais do que impor um programa islâmico ou um novo governo somaliano, é provável que muitas delas sejam absorvidas de bom grado por um futuro sistema judiciário.

Isso não significa que os extremistas não vissem os tribunais como veículo para a implantação de seu programa radical. "Não partilhamos objetivos,[25] metas ou métodos com grupos que patrocinam ou apoiam o terrorismo", declarou o xeque Sharif, líder da UCI, num apelo dirigido à comunidade internacional. "Não temos estrangeiros em nossas Cortes, e só estamos aqui por uma necessidade da comunidade à qual servimos." A declaração de Sharif pode ter sido tecnicamente verdadeira, mas só porque a Harakat al-Shabab al-Mujahidin não era oficialmente uma das Cortes.

Mais conhecida pelo nome abreviado, Al-Shabab, ou Juventude, o grupo de jovens militantes islâmicos uniu suas forças às da UCI durante a guerra contra os chefes de milícias. Há várias versões sobre a época da formação oficial da Al-Shabab que vão do fim da década de 1990 a 2006. Com base em entrevistas com membros do grupo, Aynte concluiu que sua fundação ocorreu em algum momento de 2003.[26] A Al-Shabab foi organizada de início por Aden Hashi Farah Ayro, que segundo os Estados Unidos tinha sido treinado em campos da Al-Qaeda no Afeganistão e estava por trás do assassinato de estrangeiros que trabalhavam em missões de ajuda à Somália. Outro líder influente era Ahmed Abdi Godane, conhecido jihadista do norte da Somália, região relativamente pacífica. Os homens começaram pelo treinamento de um grupo de jovens

somalianos para uma guerra santa. "Eles eram extremamente discretos, e muita gente que participou do treinamento não era plenamente aceita na sociedade. Eles não eram intelectuais islâmicos, nem anciãos de clãs", disse Aynte.

> Buscavam legitimidade, e por isso aderiram à União das Cortes Islâmicas, já que não tinham nada a perder. Se a UCI se transformasse no governo central da Somália, seria um grande negócio. Se ela se dissolvesse, eles sabiam que podiam capturar a essência dela. Eram previdentes.

Afinal, a Al-Shabab acabaria ganhando um poderoso aliado com Hassan Dahir Aweys, ex-coronel do Exército somaliano que se tornara comandante militar da Al-Itihaad al-Islamiya, depois da derrubada do regime de Barre.

Com a Al-Shabab, a Al-Qaeda viu uma oportunidade: a de penetrar efetivamente no panorama político da Somália, objetivo pelo qual ela lutava, em vão, havia muito tempo. Entre os aliados mais próximos da Al-Shabab em seus primeiros tempos estava Indha Adde, na época membro de destaque da facção de Aweys da UCI. "Eu protegia toda aquela gente", lembrou ele a respeito dos estrangeiros que tinham começado a aparecer dentro da Al-Shabab. "Achava que eram boas pessoas." Entre os que ele protegia estava Abu Talha al-Sudani, supostamente especialista em explosivos e figura importante no financiamento[27] das operações da Al-Qaeda na África Oriental. Indha Adde também deu refúgio a Fazul Abdullah Mohammed, natural das ilhas Comores, supostamente o cérebro dos ataques a bomba às embaixadas em 1998. "Na época, Fazul me pareceu uma pessoa equilibrada", lembrou Indha Adde. "Na verdade, ele nos disse que não tinha nada a ver com as bombas." Quando começou a guerra contra os chefes de milícias apoiados pela CIA, Indha Adde percebeu que Fazul "tinha grande experiência militar. Ele e outros [combatentes estrangeiros] tinham sido treinados pessoalmente por Osama". Para Indha Adde, a CIA e o governo dos Estados Unidos eram os agressores, e os combatentes estrangeiros que pipocavam na Somália faziam

parte de uma luta em progresso para retomar a Somália das mãos dos chefes de milícias. Apoiadas pela Al-Qaeda, as forças da Al-Shabab começaram a usar as táticas empregadas pelo próprio Qanyare e outros milicianos, assassinando pessoas relacionadas à aliança entre a CIA e os chefes de milícias.

Fazul pode ter convencido Indha Adde de que não tinha nada a ver com terrorismo. Mas nos gabinetes da comunidade americana de contraterrorismo, ele se tornara o HVT número um de Washington na África Oriental. Fazul não era apenas terrorista, era um crente. E, segundo todos os relatos, brilhante. Nascido em 1972 ou 1974,[28] dependendo de cada um de seus numerosos passaportes e documentos de identidade, ele foi criado[29] numa família estável e economicamente bem-posta no extremamente instável grupo de ilhas que formam o arquipélago de Comores. O cenário político de sua infância foi preenchido com golpes ou tentativas de golpes — pelo menos dezenove ao todo — depois que as Comores se declararam independentes da França, em 1975. Quando menino, Fazul gostava de se fazer de James Bond ao brincar de espionagem com os amigos. Gostava de imitar os passos de dança de Michael Jackson e, segundo seus professores, foi uma criança muito inteligente. Aos nove anos, sabia de cor grande parte do Alcorão e recitava seus versículos na rádio nacional. Quando cresceu, começou a estudar com pregadores ligados ao wahabismo saudita.

Ao chegar a Karachi, no Paquistão, em 1990, já estava totalmente radicalizado. Embora tenha começado a fazer o curso de medicina, em pouco tempo se transferiu para estudos islâmicos e foi recrutado para treinar com os mujahedin, que acabavam de expulsar os soviéticos do Afeganistão. Foi em Peshawar, no Paquistão, que ele ouviu pela primeira vez a pregação de Osama bin Laden. Pouco depois chegou ao Afeganistão para treinamento em guerrilhas, em despistar a vigilância, no uso de armas leves e pesadas e na fabricação de bombas. Em 1991, ele escreveu a seu irmão Omar que tinha "sido confirmado"[30] na Al-Qaeda. Sua primeira missão,[31] em 1993, foi uma viagem à Somália para ajudar no treinamento de pequenos grupos de militantes islâmicos que tinham aderido à insurreição contra as forças

americanas e das Nações Unidas. Trabalhou sob o comando de Abu Ubaidah al-Banshiri, encarregado por Bin Laden de dirigir as operações da Al-Qaeda na Somália. Para Fazul, era o começo de uma longa carreira de terrorista na África Oriental. Foi lá que ele se ligou a Aweys e a membros da Al-Itihaad, que mais tarde o conduziriam ao aprisco da União das Cortes Islâmicas.

Fazul dizia[32] que tinha participado da derrubada dos helicópteros Black Hawk em 1993, mas a Al-Qaeda não conseguiu entrincheirar-se na Somália enquanto os chefes de milícias dividiam o país entre si. A maior parte deles não tinha serventia para Bin Laden ou para qualquer estrangeiro. De acordo com um estudo do Centro de Combate ao Terrorismo da Academia Militar de West Point:

> A longo prazo, o primado do tribalismo na Somália acabou frustrando o esforço de recrutamento da Al-Qaeda e deu origem a uma firme coalizão contra ocupantes estrangeiros. A organização confundiu seu apelo em favor da jihad no Afeganistão com um motivador universal ao qual os muçulmanos da Somália iam aderir na mesma proporção. Na Somália de 1993, esse apelo caiu em ouvidos moucos, já que a sobrevivência diante de competidores locais falou mais alto do que a jihad.

Por isso, Fazul voltou sua atenção para o Quênia.

Os atentados a bomba contra embaixadas ali e na Tanzânia levaram cinco anos de cuidadoso planejamento e preparo. Trabalhando com o ativista Saleh Ali Nabhan, da Al-Qaeda, Fazul coordenou diretamente o atentado de Nairóbi, alugando a casa[33] que serviria como laboratório para a fabricação dos explosivos para a operação. Nesse período, ele tornou-se uma estrela em ascensão dentro da Al-Qaeda. Transformou-se num de seus mais valiosos emissários, fundando células em toda a África Oriental e, por um período, transferiu sua família[34] para Cartum, no Sudão, onde Bin Laden estava erigindo a Al-Qaeda e se preparando para declarar guerra aos Estados Unidos. Em 1997, quando Bin Laden anunciou oficialmente que a Al-Qaeda atacaria alvos americanos, Fazul já tinha saído do Sudão e ficou furioso por ficar sabendo da novidade pela CNN.[35] O anúncio desencadeou perseguições,[36] inclusive uma incursão na casa de um dos aliados mais próximos de Fazul, que

estava preparando o atentado de Nairóbi. No fim, apesar de diversos choques com as autoridades quenianas, os ataques a embaixadas foram um triunfo indiscutível que catapultou Bin Laden e a Al-Qaeda à ignomínia internacional. Ele também pôs Fazul no caminho rumo à liderança das operações da Al-Qaeda na África Oriental.

Depois do ataque de Nairóbi, os Estados Unidos começaram uma agressiva campanha de congelamento dos bens de Bin Laden e da Al-Qaeda. Em resposta, Bin Laden procurou novas fontes de renda e encarregou Fazul de uma ambiciosa operação que visava penetrar no mercado de "diamantes de sangue". De 1999 a 2001, Fazul trabalhou intensamente na Libéria,[37] sob a proteção do ditador Charles Taylor. No total, a Al-Qaeda pôs as mãos em algo em torno de 20 milhões de dólares em dinheiro, obtidos a partir do comércio de diamantes, em grande parte extraídos dos campos de extermínio de Serra Leoa. Nessa altura, Fazul era um homem procurado, caçado com denodo pelas autoridades americanas, e a Al-Qaeda gastava muito dinheiro para mantê-lo em segurança. Ele tinha se tornado um quadro importante.

Em 2002, Fazul foi enviado a Lamu, no Quênia — por ironia, a um passo de onde seria criada a base do JSOC na baía de Manda. De lá ele organizou os ataques ao Hotel Paradise de Mombasa e ao avião israelense. Alguns dos quadros operacionais que participaram da missão tinham começado o treinamento em Mogadíscio, e Fazul viajava com regularidade à Somália[38] para verificar seus progressos. Durante esse período, trabalhou bastante com Nabhan. Depois dos ataques de Mombasa, Fazul se deslocava discretamente entre o Quênia e a Somália. Ao que parece, a CIA estava sempre em seus calcanhares. Em 2003, a agência contratou Mohamed Dheere,[39] que fazia parte da aliança de chefes de milícias da CIA, para caçá-lo. Qanyare disse-me que a foto de Fazul tinha sido mostrada a ele já em janeiro de 2003 por agentes da Inteligência americana. Ele diz que mostrou aos agentes do contraterrorismo americano casas usadas por Fazul e Nabhan e lhes deu coordenadas de GPS, mas os agentes americanos relutavam em desencadear operações de assassinato dirigido em Mogadíscio, dizendo que preferiam que

os chefes de milícias capturassem esses homens. "Temiam que pessoas inocentes morressem em decorrência de suas ações", disse-me Qanyare. "Mas prendê-los não era fácil porque contavam com a proteção de gente da Al-Qaeda natural do país."

Os chefes de milícias não conseguiram pegar Fazul nem Nabhan. Em agosto de 2003, enquanto a CIA estava empenhada na caça a Fazul e a outros suspeitos de terrorismo na África Oriental, um endereço de e-mail que a Agência acreditava estar ligado à Al-Qaeda foi rastreado e levou a um cibercafé em Mombasa. Trabalhando com um agente secreto da CIA, forças de segurança quenianas invadiram o café e prenderam dois homens que estavam diante de um computador com a conta do e-mail suspeito aberta. Quando eram levados a um veículo policial, o maior dos dois suspeitos deu um empurrão no menor, sacou uma granada e a explodiu. Fontes de Operações Especiais disseram mais tarde ao jornalista Sean Naylor que o homem maior era um "guarda-costas suicida" e que o menor, que ele estava protegendo, era na verdade Fazul. "As forças de segurança acorreram ao local, mas Fazul era esperto demais para elas",[40] conta Naylor. "Ele correu para uma mesquita e saiu de lá vestido de mulher, usando um *hijab* [véu] ou qualquer outra forma de ocultar o rosto usada pelas muçulmanas." A Inteligência americana vasculhou o apartamento que estava sendo usado por Fazul e seu guarda-costas em Mombasa e descobriu um dispositivo para falsificação de passaportes e vistos.

Em 2004, a Inteligência americana disse ter interceptado comunicações[41] de Nabhan que indicavam a intenção de atacar mais uma vez a embaixada americana em Nairóbi, usando um caminhão-bomba e um avião alugado. Nessa época, os agentes do contraterrorismo americano tinham posto Fazul e outros membros do braço somaliano da Al-Qaeda "entre os fugitivos mais procurados do planeta",[42] dizendo que Fazul era "um mestre do disfarce, um perito falsificador e um hábil fabricante de bombas" que era "absurdamente esquivo" e "o mais perigoso e […] mais procurado" dos nomes da Al-Qaeda na Somália.

Em Mogadíscio, Fazul ligou-se a Aweys e a Aden Hashi Farah Ayro, militante somaliano treinado pela Al-Qaeda no Afeganistão, e a outros antigos camaradas da Al-Itihaad, que começavam a fundar a Al-Shabab. Ele e Nabhan serviam como principais emissários da Al-Qaeda junto ao grupo. A essa altura, a Inteligência americana ainda nem sabia seu nome e referia-se a ele simplesmente como "o grupo especial".[43] A base de treinamento da Al-Shabab, o Centro Salahuddin, ficava num terreno antes ocupado por um cemitério italiano[44] que tinha sido terrivelmente profanado. Era fortificado e dava aos recrutas a oportunidade de ver vídeos de jihadistas do Afeganistão, do Iraque e da Tchetchênia, assim como vídeos que mostravam Bin Laden. "Depois que a Al-Shabab criou o Centro Salahuddin, começaram a oferecer treinamento e técnicas, trazendo a experiência necessária", disse Aynte. Quando a União das Cortes Islâmicas começou a se afirmar como uma força capaz de expulsar os chefes de milícias, Fazul garantiu que a Al-Qaeda faria parte dela. "Fazul e Nabhan, todos os estrangeiros estavam conosco", lembrou Madobe. "Na época eles estavam empenhados em fazer conexões e coordenações que acreditávamos ser parte da jihad, e sabíamos que eram membros da Al-Qaeda." Madobe disse que não se preocupou com Fazul e com outros membros da organização quando começaram a rondar a UCI. A Al-Shabab, ele afirmou, tinha muito pouco apoio dos maiores clãs da Somália e era um ator menor se comparado às Cortes, muito mais poderosas. "Estavam em desvantagem em relação aos membros das Cortes, que tinham programas positivos", disse ele. "Mas posso afirmar que a atuação dos Estados Unidos ajudou a impulsioná-los."

A Al-Shabab começou a conquistar uma reputação em 2005, quando executou uma enxurrada de "assassinatos e profanações de cemitérios de Mogadíscio e outras regiões que foram manchetes",[45] segundo Aynte. Em seu ensaio "A anatomia da Al-Shabab", ele afirma que nos anos seguintes à constituição da organização, "mais de cem pessoas, principalmente ex-

generais, professores, empresários, jornalistas e ativistas foram assassinados sem alarde". Ele notou que um ex-comandante de campo da Al-Shabad

> dissera que os objetivos dos assassinatos eram duplos: em primeiro lugar, eram uma tentativa deliberada e preventiva de eliminar dissidências e possíveis barreiras. Em segundo, pretendiam infundir medo e terror no coração das elites de Mogadíscio, que na época eram muito influentes porque dominavam completamente os negócios, a imprensa e o meio acadêmico.

Enquanto a CIA permanecia obcecada pelo número relativamente pequeno de combatentes estrangeiros que integravam a UCI na Somália, muitos integrantes das Cortes não os viam como problema. A maior parte dos líderes da UCI acreditava que se eles viessem a causar problemas para as Cortes, seriam controlados pelos clãs, que tinham importância suprema na estrutura de poder da Somália. Mas foi a atuação de Washington que tornou a Al-Shabab e seus aliados da Al-Qaeda mais poderosos do que o governo americano ou a CIA poderiam imaginar.

Com o apoio público esmagador, as Cortes levaram apenas quatro meses para expulsar os chefes de milícias da CIA e pôr para correr Qanyare e seus homens. "Fomos derrotados por insuficiência logística das coisas de que uma milícia precisa para sobreviver: munição, armas superiores e coordenação. Era disso que se precisava", lembrou Qanyare. Ele reclamava que os Estados Unidos lhe davam apenas "uns trocados". Apesar disso, a fé de Qanyare em seus parceiros da CIA permanecia inabalável. "Os Estados Unidos conhecem a guerra. Eles são mestres da guerra. Sabem melhor do que eu. Então, quando fazem uma guerra, sabem muito bem como financiá-la. São professores, grandes professores." Enquanto as Cortes surravam as forças de Qanyare, afirmou ele, a CIA recusou-se a aumentar seu apoio a ele e a outros chefes de milícias.

"Não os culpo, porque eles trabalham sob instruções de seus chefes", disse ele, acrescentando que se os Estados Unidos tivessem dado mais dinheiro e armas no momento decisivo em que a UCI estava sitiando Mogadíscio, "poderíamos ter ganho. Poderíamos tê-los derrotado". Enquanto se preparava

para fugir de Mogadíscio, ele disse que avisou Washington. "Eu disse a eles que seria caro demais para vocês derrotar [a Al-Qaeda e a Al-Shabab] no futuro, no Chifre da África. A Al-Qaeda está crescendo com rapidez, recrutando gente, e tem uma cabeça de ponte, um santuário seguro — um território vasto."

O JSOC tinha uma presença discreta na Somália até esse ponto, pois a CIA controlava a maior parte das operações contraterroristas no lugar. Mas à medida que os chefes de milícias protegidos pela Agência foram sendo afastados do poder, o JSOC começou a considerar a possibilidade de exercer um papel mais ativo. O general McChrystal, comandante do JSOC, já tinha começado a coordenar teleconferências[46] sobre o Chifre da África e começava a pressionar a favor da ampliação do papel do JSOC nas operações de contraterrorismo na região.

Em junho de 2006, as forças da UCI assumiram oficialmente o controle de Mogadíscio.[47] Alguns especialistas em Somália do governo americano saudaram a expulsão dos chefes de milícias "como uma notícia maravilhosa",[48] nas palavras de Herman Cohen, ex-secretário de Estado assistente para assuntos africanos. "Os chefes de milícias causaram tremendos infortúnios. […] Com eles, as pessoas estavam sempre inseguras", declarou Cohen no dia seguinte à tomada da capital pela UCI. "É muito importante impedir que esses chefes voltem a Mogadíscio." Sobre o apoio de chefes de milícias: como Qanyare, Cohen disse: "Acho que o governo dos Estados Unidos entrou em pânico. Basta ver um grupo muçulmano para dizer: 'Aí vem o Talibã'". Quanto ao risco de a Somália se transformar num valhacouto da Al-Qaeda, disse: "Acho que é pequeno, porque o pessoal do movimento islâmico viu o que aconteceu ao Talibã e não quer que aconteça o mesmo com eles".

O presidente da UCI, xeque Sharif, imediatamente escreveu uma carta às Nações Unidas, ao Departamento de Estado, à Liga Árabe, à União Europeia,

à União Africana e a outros organismos internacionais negando a relação da UCI com terroristas e afirmando que as Cortes queriam "estabelecer relações amigáveis[49] com a comunidade internacional, baseadas em respeito e interesses recíprocos".

"O atual conflito foi alimentado pelas informações incorretas dadas por esses chefes de milícias ao governo dos Estados Unidos", escreveu ele. "Sua especialidade é aterrorizar pessoas, e foram capazes de usá-la para aterrorizar o governo americano dando informações erradas sobre a presença de terroristas na Somália." Numa carta posterior dirigida à embaixada americana em Nairóbi, Sharif prometeu apoio no combate ao terrorismo e disse que a UCI queria "convidar uma equipe de investigação[50] das Nações Unidas para garantir que os terroristas internacionais não estavam usando a região como rota ou como esconderijo".

Os Estados Unidos não se impressionaram com a carta. "Embora estejamos dispostos a encontrar elementos positivos na UCI", dizia um telegrama diplomático enviado de Nairóbi, "reconhecer a presença de estrangeiros da Al-Qaeda servirá como teste decisivo[51] para nosso compromisso com qualquer de seus líderes."

De modo geral, a opinião dos Estados Unidos sobre a tomada do poder pelas Cortes Islâmicas não era unânime. Dezenas de telegramas diplomáticos do período mostram uma avaliação confusa e contraditória pelas autoridades americanas. Sharif era regularmente considerado "moderado"[52] nesses telegramas enviados da embaixada americana em Nairóbi. Ainda assim, segundo Jon Lee Anderson, da *New Yorker*, "o governo Bush tinha chegado até a cogitar o assassinato de Sharif".[53] A Al-Shabab, por sua vez, o via como um vendido, cujas tentativas de bajular o Ocidente eram uma apostasia.

Diplomatas americanos trabalharam com o governo reconhecido da Somália para resolver como se aproximar da UCI, mas as Forças Armadas e a CIA viam a tomada de Mogadíscio pelas Cortes como uma grave crise. "De repente, isso está se tornando uma questão importante, na qual se concentram pessoas de muitas esferas do governo: analistas militares, analistas de

Inteligência etc. De repente, a Somália foi catapultada para o radar de todo mundo",[54] disse Daveed Gartenstein-Ross, que sempre prestava consultoria às Forças Armadas dos Estados Unidos, inclusive ao Centcom, que assessorou as forças militares dos Estados Unidos enviadas ao Chifre da África. "A questão imediata tem dois aspectos: o primeiro é sobre a relação das Cortes com a Al-Qaeda, e o segundo é o surgimento de um possível santuário terrorista na Somália." O presidente Bush estava em Laredo, Texas, quando chegou a notícia de que a UCI tinha expulsado os chefes de milícias de Mogadíscio. "Obviamente, quando há instabilidade em qualquer parte do mundo, isso nos diz respeito. Há instabilidade na Somália",[55] disse ele. "Estamos observando cuidadosamente o desenrolar dos acontecimentos. E quando eu voltar a Washington vamos formar uma ideia mais estratégica de como reagir corretamente aos últimos incidentes no país."

Enquanto a Casa Branca formava ideias estratégicas, a UCI implantava um programa radical em Mogadíscio — mas que praticamente todos os somalianos viam como benéfico. As Cortes começaram a desmontar a absurda barafunda de barreiras[56] que separavam o domínio de um chefe de milícia de outro, o que levou a uma queda significativa no preço dos alimentos. Reabriram os portos e o aeroporto,[57] possibilitando um aumento vertiginoso da ajuda humanitária que conseguia chegar a Mogadíscio. Roubos e outros crimes diminuíram substancialmente, e muitos habitantes disseram aos jornalistas que se sentiam mais seguros[58] do que em qualquer outro momento dos dezesseis últimos anos. A UCI "trouxe uma pequena dose de estabilidade sem precedentes em Mogadíscio", lembrou Aynte. "Você podia sair de carro à meia-noite, sem problema, sem seguranças." Autoridades americanas reconheceram[59] a melhora na entrega de ajuda e creditaram à UCI a redução da pirataria no país. Até mesmo membros do governo somaliano no exílio, apoiado pelos Estados Unidos, reconheceram que a UCI tinha conseguido algo importante. "As Cortes Islâmicas trouxeram uma imagem de ordem[60] e estabilidade em Mogadíscio", admitiu Buubaa, ex-primeiro-ministro que se opusera à UCI. "Muita gente em Mogadíscio reconheceu isso."

Não foi o caso da comunidade de Operações Especiais dos Estados Unidos.

Depois do Onze de Setembro, o JSOC tinha sido encarregado de caçar os terroristas mais procurados do mundo, na concepção da Casa Branca. O programa social das Cortes Islâmicas não mudaria esse fato. A aventura da CIA com os chefes de milícias tinha sido um fracasso categórico e na verdade teve como resultado um aumento na proteção dada a nomes da Al-Qaeda que estavam no radar do JSOC. A invasão do Iraque era, de muitas formas, um enorme desvio em relação à missão central do JSOC. "Não há dúvida quanto a isso. O Iraque ferrou com tudo", disse Gartenstein-Ross. A Somália é um "país que, em comparação com o Iraque, teria sido mais fácil de estabilizar. Mas os recursos nunca eram voltados para lá. O maior problema é que não se fez nada para evitar uma insurreição — e com efeito, desde o começo se anunciava uma insurreição". Mais precisamente, as próprias medidas tomadas por Washington serviram de faísca para a insurreição. Depois do fracasso da CIA na Somália, as Forças Armadas americanas começaram a preparar uma campanha para esmagar as Cortes. Mas com a lembrança da derrubada dos helicópteros Black Hawk ainda dominante quando se falava de tropas americanas em solo da Somália, a Casa Branca começou a considerar a utilização de um vizinho humilhado, a Etiópia, como força fantoche que poderia dar cobertura às equipes de ataque americanas, principalmente do JSOC, para entrar dissimuladamente na Somália e começar a perseguir seus Alvos de Grande Valor.

Um telegrama das Nações Unidas de junho de 2006, em que se mencionava uma reunião de autoridades do Departamento de Estado e oficiais das forças americanas da Força-tarefa do Chifre da África, indica que os Estados Unidos sabiam da diversidade da UCI, mas "não permitiriam" que ela governasse a Somália. Os Estados Unidos, segundo se notou, pretendiam "unir-se à Etiópia[61] se o[s] 'jihadista[s]' assumirem o poder". O telegrama concluía dizendo que "qualquer ação etíope na Somália deve ter o aval de Washington". Algumas vozes dentro do governo americano se ergueram a

favor do diálogo ou da reconciliação, mas foram abafadas por falcões decididos a derrubar a UCI.

Equipes de Operações Especiais estavam havia muito na Etiópia, treinando suas famosas unidades de comandos Agazi.[62] O país tinha também efetivos aéreos americanos e pequenas instalações militares a que os Etados Unidos tinham acesso. Mas embora a Etiópia viesse a desempenhar um papel importante nos acontecimentos que estavam por vir, outro vizinho da Somália proporcionaria a plataforma de lançamento para as forças do JSOC. As Forças Armadas americanas começaram a construir Camp Simba na baía de Manda, no Quênia, pouco depois do desastre que foi a derrubada dos Black Hawks. Embora seu propósito original fosse treinar e assistir forças marítimas do Quênia ao longo da costa da Somália, depois que a UCI subiu ao poder e os Estados Unidos começaram a esboçar planos de contingência, a base de Manda assumiu um novo papel. Equipes do JSOC, principalmente as que pertenciam à Equipe 6 dos SEALs/DEVGRU, começaram a se instalar ali.[63] Sua presença era dissimulada pelas unidades de serviços civis das Forças Armadas americanas, que se misturavam à população local — na reconstrução de escolas e em projetos de tratamento de águas — e treinavam as forças quenianas convencionais. Era da baía de Manda que as equipes de assalto das tropas de elite dos Estados Unidos partiriam para possíveis operações na Somália. Os homens encarregados dessa missão seriam conhecidos como Força-tarefa 88.[64]

Praticamente desde o instante em que a UCI assumiu o poder, os etíopes começaram a babar com a possibilidade de intervenção. Desde que os dois países travaram uma guerra cruenta na década de 1970, as Forças Armadas etíopes violavam habitualmente a fronteira, irritando os somalianos da região. Militantes somalianos que viam a região etíope de Ogaden como própria faziam incursões e ataques em território do país vizinho. Depois que a UCI assumiu o poder, Adis Abeba teve a oportunidade de reforçar sua retórica[65] sobre a ameaça que jihadistas somalianos representavam para a região. Ao fugir de Mogadíscio, Qanyare foi à rádio nacional[66] para avisar que a vitória da

UCI resultaria na invasão da Etiópia, dizendo que os somalianos estavam cometendo um grave erro ao apoiar as Cortes. "Nunca, jamais apoiei que a Etiópia entrasse na Somália", lembrou Qanyare. "Juro por minha vida, nunca aceitei isso. Porque eu sei quem eles são, o que querem, o que estão procurando." Um mês depois que a UCI subiu ao poder, diplomatas americanos começaram a registrar relatos de "missões clandestinas de reconhecimento"[67] da Etiópia "na Somália como preparação para futuras operações".

Os Estados Unidos "já tinham interpretado mal os acontecimentos ao ajudar odiosos chefes de milícias. E interpretaram mal outra vez", disse-me Aynte.

> Deveriam ter aproveitado a oportunidade de se ligar à UCI. Porque das treze organizações que integravam as Cortes, doze eram tribunais islâmicos, tribunais de clãs que não tinham nenhuma jihad global [em seus planos] nem nada parecido. A maioria de seus membros nunca tinha saído da Somália. Eram gente do país. A Al-Shabab era a única ameaça — só isso. E era possível controlá-la. Mais uma vez, porém, a situação foi mal interpretada, e a Etiópia passou a ser pressionada pelos Estados Unidos a invadir a Somália.

Quanto à Al-Qaeda, ele disse: "Foi a dica que eles estavam esperando".

Malcolm Nance, veterano com 25 anos de Programa de Combate ao Terrorismo da comunidade americana de Inteligência, passou a maior parte de sua carreira trabalhando em operações secretas no Oriente Médio e na África. Estudou a ascensão da Al-Qaeda e da Al-Shabab, e conhecia bem a liderança das duas organizações. Nance disse-me que acreditava que os Estados Unidos tinham administrado muito mal a questão do contraterrorismo na Somália. Antes dos boatos sobre uma intervenção etíope, disse ele, a "Al-Shabab era uma organização secundária, periférica".[68] Nance achava que os Estados Unidos deveriam ter tentado trabalhar com a UCI e buscar isolar os quadros operacionais estrangeiros da Al-Qaeda.

> Como um cara da Inteligência, sabe o que eu teria feito? [com um dirigente da Al-Qaeda]: Eu o deixaria de lado. Poria muitos efetivos o mais perto dele possível. Investiria recursos nele e em todos

os seus subordinados. Para descobrir tudo o que pudesse. Descobrir qual era a profundidade real da Al-Qaeda ali. Depois ele sofreria um acidente lamentável na estrada […]. Você sabe, um caminhão que bate de frente com ele.

Nance acreditava que, dada a estrutura somaliana de poder baseada nos clãs — e sua insistente marginalização de agentes estrangeiros e a rejeição generalizada de ocupação estrangeira —, os Estados Unidos poderiam ter feito uma guerra de propaganda contra o número relativamente pequeno de quadros operacionais da Al-Qaeda junto às Cortes e assim "acabar com a mentalidade deles, acabar com sua razão de ser". "Não teria sido muito mais divertido rotular a Al-Qaeda como um culto não islâmico? A ponto de as pessoas se negarem a vender pão para eles, a ponto de lutarem contra eles quando estivessem num campo de batalha." A Inteligência americana, ele disse, deveria ter promovido operações de desinformação para caracterizá-los como "satânicos, ou pessoas anti-Islã." E acrescentou: "Devíamos ter ido atrás deles dessa forma, e isso teria ajudado cada dimensão a acabar com a organização". As chances de sucesso da estratégia proposta por Nance são discutíveis, dado o sistema de clãs da Somália e a firme oposição à influência externa. Mas isso nunca foi posto à prova. Ele chamou a estratégia real dos Estados Unidos que se seguiu de "absolutamente inacreditável".

Da mesma forma que o JSOC e a CIA, a Al-Qaeda monitorava de perto o que acontecia na Somália. Quando correram os boatos de uma intervenção externa, Osama bin Laden divulgou uma declaração em que dizia que não tinha a ilusão de que a Etiópia estivesse tomando as próprias decisões. "Estamos advertindo todas as nações[69] do mundo a não aceitar o pedido dos Estados Unidos de enviar forças internacionais à Somália. Juramos por Alá que vamos combater seus soldados em solo somaliano, e nos reservamos o direito de puni-los em seu próprio território, ou em qualquer outro lugar, no momento azado e da maneira adequada", declarou ele.

Tenham o cuidado de não esperar e se atrasar, como fizeram alguns muçulmanos quando tardaram em acudir o governo islâmico do Afeganistão. Esta é uma oportunidade de ouro e uma obrigação

pessoal de todos os que forem capazes, e vocês não devem perder a oportunidade de criar o núcleo do Califado.

A União das Cortes Islâmicas — e o primeiro período de relativa paz que Mogasdíscio experimentou — durou apenas seis meses. Enquanto diplomatas americanos na região alertavam seus superiores, em privado,[70] sobre as prováveis consequências terríveis de uma invasão etíope e procuravam identificar meios de reconciliação entre a UCI e o governo de transição internacionalmente reconhecido, a equipe de segurança nacional do governo Bush se preparava para uma guerra que deporia a UCI. No fim de 2006, forças etíopes postavam-se em diversos pontos da fronteira com a Somália. Embora diplomatas americanos manifestassem preocupação com a escalada, pareciam não perceber que o aparato militar americano estava profundamente envolvido naquilo.

A UCI percebeu o que estava por vir. Tanto o xeque Sharif, que meses antes prometera colaborar com os Estados Unidos e com as Nações Unidas, quanto Aweys convocaram os somalianos a travar uma jihad contra qualquer força invasora etíope. Em uniforme de combate, Sharif às vezes empunhava um fuzil AK-47 quando fazia pronunciamentos públicos. "Quero dizer ao povo somaliano que ele tem de proteger seu país e sua religião", dizia. "O velho inimigo da Somália está de volta, portanto dei minhas ordens aos soldados das Cortes Islâmicas: estamos convocando-os para a jihad, como Alá".[71] Em novembro, quando a Etiópia começou a pressionar as autoridades americanas para apoiar uma invasão e depor a UCI, os americanos conseguiram uma "resolução executiva"[72] escrita em árabe e supostamente emitida por Aweys, que recentemente assumira o cargo de presidente da UCI. Essa resolução incitava ao assassinato de dezesseis representantes do governo somaliano no exílio, inclusive o presidente, Mohammed Yusuf, e o primeiro-ministro, Mohamed Gedi. Especificamente, convocava "mártires" da Al-Shabab a "executar as operações usando os mais mortíferos métodos suicidas empregados por combatentes mujahedin no Iraque, no Afeganistão, na Palestina e em outros países do mundo".

Em dezembro, os Estados Unidos já tinham criado uma estratégia a ser dividida com as Forças Armadas etíopes e com o governo da Somália no exílio para expulsar as Cortes de Mogadíscio. O plano consistia em pôr no poder o governo da Somália, débil mas oficial, que seria sustentado por forças somalianas, treinadas pelos etíopes, e pelas Forças Armadas da Etiópia. Quanto aos líderes da UCI e aos combatentes estrangeiros, a Força-tarefa 88, com base em Manda, executaria um plano para caçá-los e matá-los.

Em 4 de dezembro de 2006, o comandante geral do Centcom, John Abizaid,[73] pousou em Adis Abeba para uma reunião com o primeiro-ministro, Meles Zenawi. Oficialmente, era uma visita de rotina a um aliado dos Estados Unidos. Por detrás dos panos, estava claro que a guerra era iminente. "Vimos o que estava acontecendo como a chance de nossa vida",[74] disse um oficial do Pentágono à revista *Time*, "uma raríssima oportunidade para que os Estados Unidos agissem diretamente contra a Al-Qaeda e pegassem esses terroristas."

Dias depois da reunião com Abizaid na Etiópia, o Departamento de Estado americano radicalizou sua retórica e passou a caracterizar publicamente a UCI como uma das frentes da Al-Qaeda. "O Conselho das Cortes Islâmicas está sendo controlado por membros de células da Al-Qaeda na África Oriental", declarou Jendayi Frazer, secretário de Estado assistente para assuntos africanos e o principal funcionário do governo americano na África. "A camada superior das Cortes é extremista até a medula. Eles são terroristas[75] e controlam tudo." De forma análoga ao que fizeram durante a preparação da invasão do Iraque, em 2003, os principais veículos da imprensa começaram a exagerar as conexões da Al-Qaeda, publicando impressões de funcionários americanos anônimos como se fossem fatos incontestes. Começaram a sair manchetes sensacionalistas que anunciavam a "crescente ameaça da Al-Qaeda na África".[76] Repórteres das redes televisivas anunciavam incansavelmente resenhas da história do conflito na Somália, omitindo, como convinha, o papel dos Estados Unidos na geração da crise. Na CBS, o veterano correspondente David Martin declarou: "A Somália tem sido um lugar seguro[77] para a Al-Qaeda desde que as Forças Armadas dos Estados Unidos saíram do país, logo

após a infame derrubada dos Black Hawks". A correspondente da CNN no Pentágono, Barbara Starr, falava como se fosse um porta-voz do governo Bush: "A preocupação de hoje na África Oriental[78] é fechar a Somália como santuário de terroristas, pois caso contrário a ameaça de um novo ataque continua sendo real".

Embora o governo Bush e alguns destacados veículos da imprensa exagerassem a ameaça terrorista, nem todos rezavam pela mesma cartilha. Mesmo quando as Forças Armadas dos Estados Unidos se preparavam para a ação, o diretor de Inteligência nacional, John Negroponte, manifestou ceticismo quanto à acusação de que as Cortes estavam sendo dominadas pela Al-Qaeda. "Não acho que os fatos sejam indubitáveis",[79] disse. A Somália "surgiu na tela do radar bem recentemente", observou, acrescentando que a questão principal era se a UCI "seria o próximo Talibã". E concluiu: "Não creio que eu tenha visto uma boa resposta". John Prendergast, que atuou como especialista em assuntos africanos no NSC e no Departamento de Estado durante o governo Clinton, chamou de "tola"[80] a política de Bush para a Somália, dizendo que apoiar uma invasão etíope do país tornaria "praticamente impossível implementar nosso programa de contraterrorismo".

O então senador Joe Biden, que na época se preparava para assumir a presidência da Comissão de Relações Internacionais, falou claro e convincentemente, mostrando um conhecimento histórico perspicaz da sequência de eventos que levou a UCI ao poder. Biden acusou:

> Fazendo uma aposta errada[81] nos chefes de milícias para jogar nossa cartada, o governo levou ao fortalecimento das Cortes, enfraqueceu nossa posição e não deixou boas opções. Este é um dos desdobramentos menos conhecidos, porém mais perigosos do mundo, e o governo não tem uma estratégia confiável para lidar com ele.

Com ou sem uma estratégia confiável, o governo estava decidido a derrubar as Cortes.

Em 24 de dezembro de 2006, aviões de guerra etíopes começaram o bombardeio, enquanto a fronteira com a Somália[82] era cruzada por tanques.

Era a clássica guerra por procuração comandada por Washington e travada por 40 mil ou 50 mil soldados[83] do vizinho mais desprezado da Somália. O ministro de Defesa da UCI, Indha Adde, deu uma entrevista coletiva e convidou publicamente combatentes islâmicos estrangeiros a unir-se à luta. "Que eles venham lutar na Somália e fazer a jihad, e, se Deus quiser, atacar Adis Abeba",[84] disse.

Enquanto os aviões de combate bombardeavam a Somália e as forças etíopes avançavam em direção a Mogadíscio, Frazer e outros membros do governo americano negavam que Washington estivesse por trás da invasão. Essas afirmações eram comprovadamente falsas. Gartenstein-Ross afirmou:

> Os Estados Unidos patrocinaram a invasão etíope, pagaram tudo, até o combustível gasto, para assumir isso. E havia também forças americanas na frente de batalha, forças de Operações Especiais dos Estados Unidos A CIA estava na frente de batalha. A Força Aérea também fazia parte da história. Tudo isso dava superioridade militar aos etíopes.

"Os etíopes não teriam sido capazes de ir em frente sem o apoio do governo americano", lembrou Gedi, que na época era o primeiro-ministro no exílio e trabalhou com a Inteligência americana e com o governo etíope no planejamento da invasão. "As forças aéreas americanas nos apoiavam."

Qanyare viu a aliança que tivera com a CIA ser substituída pelos etíopes, os mais recentes prepostos de Washington. Para ele, foi um desastre incalculável. A "comunidade internacional trouxe [os etíopes], com o pretexto de que estavam lutando contra a Al-Qaeda", disse Qanyare.

> Eles matavam a população por causa do ressentimento que vinha da guerra de 1977. Liquidavam as pessoas, matavam mulheres e crianças. Eliminação. Com o pretexto de combater a Al-Qaeda. Acho que se os Estados Unidos conhecessem o caráter deles, nunca teriam apelado para eles.

No dia de Ano-Novo, o primeiro-ministro no exílio, Gedi, estava instalado em Mogadíscio. "A era dos chefes de milícias na Somália está terminada",[85] declarou ele. Numa mostra do que estava por vir, eclodiram por toda parte

manifestações[86] contra as forças que o tinham levado ao poder, e a população começou pronta e raivosamente a denunciar a "ocupação" etíope. Os acontecimentos de 2007 empurrariam a Somália para uma trajetória de mais horror e caos, levando a um aumento surpreendente no poder e no tamanho das forças que Washington pretendia combater. "A Etiópia e a Somália eram arqui-inimigas, inimigas históricas, e as pessoas achavam que aquilo estava agravando ainda mais a situação", disse Aynte. "Estava nascendo uma insurreição."

"Se houve uma lição em termos de operações militares nos dez últimos anos, ela nos diz que os Estados Unidos são uma força insurgente muito eficaz", disse Gartenstein-Ross. "Nas áreas em que tentam derrubar um governo, são bastante bons nisso. O que não se vê é sucesso em estabelecer uma estrutura de governo viável." As ações dos Estados Unidos e da Etiópia, disse Buubaa, ex-ministro das Relações Exteriores, vão acabar "conduzindo a Somália ao redil da Al-Qaeda".

Nance, o veterano de Inteligência, acha que a invasão etíope apoiada pelos Estados Unidos foi uma bênção para a Al-Shabab:

> Antes daquilo, a organização existia dentro de uma estrutura muito pequena, como as dos chefes de milícias, mas depois que a Etiópia chegou — é bastante óbvio que ela agia como um representante [dos Estados Unidos] — a Al-Qaeda disse: "Ótimo! Uma nova frente de batalha completa para a jihad. É lá que vamos pegá-los. Vamos pegar os cristãos etíopes, vamos pegar conselheiros americanos. Agora basta criar um novo campo de batalha e revigoraremos a organização da Al-Qaeda na África Oriental". Foi exatamente o que aconteceu.

20. Fuga da prisão

IÊMEN, 2006 — Enquanto os chefes de milícias da CIA combatiam a União das Cortes Islâmicas na Somália e o governo Bush se concentrava quase exclusivamente na insurreição em ascensão no Iraque, houve uma fuga em massa da prisão de Sana'a que se tornaria um fato da maior importância para a reconstrução da Al-Qaeda na região. Entre os fugitivos estavam figuras de destaque que integrariam o núcleo da liderança de uma nova organização, a Al-Qaeda na Península Arábica (AQPA), inclusive Nasir al-Wuhayshi, que tinha sido secretário pessoal de Bin Laden. Em 3 de fevereiro de 2006, Wuhayshi e outros 22 presos escaparam da prisão de segurança máxima[1] por um túnel construído entre uma cela e uma mesquita próxima, embora mais tarde[2] Wuhayshi tenha se vangloriado de ter saído literalmente pela porta da frente depois das orações matinais. Wuhayshi se reuniria aos braços saudita e iemenita da Al-Qaeda sob a bandeira regional da AQPA. Qasim al-Rimi, que fugiu na mesma ocasião, tornar-se-ia comandante militar da AQPA. "É um problema sério",[3] disse Rumsfeld alguns dias depois da fuga. "Eram pessoas intimamente envolvidas com as atividades da Al-Qaeda e diretamente ligadas ao atentado contra o *USS Cole* e a morte de marinheiros que estavam a bordo." Entretanto, enquanto Rumsfeld e outras autoridades americanas se dedicavam quase somente a pressionar o presidente iemenita Ali Abdullah Saleh a recapturar Jamal al-Badawi, que os Estados Unidos queriam que fosse extraditado, e outros suspeitos do atentado contra o *Cole*, seriam Wuhayshi e Rimi os que se tornariam os mais perigosos e problemáticos dos fugitivos.

Diversos ex-dirigentes da Inteligência americana, autoridades policiais e militares que trabalharam em operações e na política do Iêmen disseram-me que essas fugas não eram acidentais e que tampouco o fato de a AQAP ter escolhido o Iêmen estava inteiramente fora do controle de Saleh. Embora normalmente descartassem a ideia de um conluio direto entre Saleh e a Al-Qaeda no planejamento dos atentados, essas pessoas comentavam que durante muitos anos Saleh dera permissão tácita para atos de terrorismo em território iemenita, ou explorara esses ataques, depois de ocorridos, como meio de lembrar Washington da ameaça representada pela Al-Qaeda no Iêmen. "Saleh sabia fazer o jogo[4] de modo que todos — da Al-Qaeda aos sauditas e aos Estados Unidos — ficassem sabendo que ele era necessário", disse a ex-autoridade máxima do contraterrorismo americano, com grande experiência no Iêmen. "E jogava muito bem."

O jogo tinha como objetivo obter dinheiro, armas e treinamento especializado para que as principais forças de elite combatessem as rebeliões internas que ele via como a verdadeira ameaça a sua sobrevivência. "Durante anos, vimos alguns desses regimes fazendo esse tipo de jogo", disse em 2010 o dr. Emile Nakhleh, antigo agente sênior de Inteligência da CIA.

> Eles fazem esse jogo para sobreviver,[5] para ficar do lado certo, para conseguir todo tipo de ajuda militar — e na verdade a ajuda militar equivale a duas ou três vezes a ajuda econômica que o Iêmen recebe. […] Portanto, se isso é verdade, eles não estão necessariamente servindo à política contraterrorista estratégica, de longo prazo [dos Estados Unidos].

Alguns experimentados analistas políticos iemenitas acreditam, no entanto, que havia na verdade uma cooperação direta do regime de Saleh com a Al-Qaeda. Dizia-se que alguns membros da Guarda Republicana, da PSO e das Forças Centrais de Segurança (Central Security Forces, CSF) — todas elas recebiam apoio de Washington — estavam trabalhando com células da Al-Qaeda ou já tinham ajudado a organização com suprimentos, esconderijos e informações sobre instalações diplomáticas estrangeiras. A fuga da prisão em 2006 pareceu a alguns especialistas em segurança bem informados "um

trabalho interno",[6] afirmou o jornalista Sam Kimball num relatório para a revista *Foreign Policy*.

> A prisão é uma imponente fortaleza no coração de Sana'a, com soldados à paisana patrulhando todo o seu entorno. As pequenas celas dos internos — onde só entram utensílios de plástico — são revistadas várias vezes por dia. Os presos só saem para o banho de sol durante meia hora diária.

O coronel da reserva Muhsin Khosroof disse:

> Não sabemos como foi que eles conseguiram as ferramentas para cavar um túnel de trezentos metros, nem sabemos onde foi parar a terra que saiu dali. Sem apoio direto de funcionários da prisão, essa operação teria sido impossível.[7]

A fuga contribuiu diretamente para o crescimento da Al-Qaeda no Iêmen. Se for verdade o que disseram o coronel Khosroof e outros oficiais, isso significa que os Estados Unidos apoiavam o mesmo governo que ajudava a ressurreição da Al-Qaeda no Iêmen.

Depois da fuga, o governo Bush continuou aumentando a assistência militar ao país. Segundo a mais alta autoridade do contraterrorismo americano na época, Saleh achava que o custo político de acabar com a Al-Qaeda de maneira definitiva — entregando seus líderes — seria alto demais. "No momento em que entregar as principais figuras, [Saleh] despenca no abismo junto com a Al-Qaeda. Eles vão deixar de apoiá-lo. Ou seja, o relacionamento vai ficar gravemente abalado." E acrescentou que Saleh "não deu aos Estados Unidos nada de substancial em troca do dinheiro que recebeu".

Em julho de 2006, cinco meses depois da fuga, os Estados Unidos promoveram uma grande ampliação de Camp Lemonnier[8] no Djibuti, que passou de 35 hectares para quase duzentos. Seus efetivos chegaram a 1500, e o local transformou-se num grande eixo da CIA e um ponto de escala para Forças de Operações Especiais que estivessem executando ações secretas ou clandestinas na região. "Algumas equipes usam a base[9] quando não estão trabalhando 'às ocultas' em países como Quênia, Etiópia e Iêmen", publicou a

revista *Stars and Stripes*, citando o oficial executivo do campo, coronel Joseph Moore.

Enquanto Saleh fazia seu jogo com os americanos sobre a fuga de prisioneiros, os Estados Unidos consolidavam gradualmente sua presença na região, embora os funcionários do governo Bush continuassem tratando o reagrupamento da Al-Qaeda no Iêmen como questão secundária. Em outubro de 2007, Saleh recebeu a mais alta assessora[10] do presidente Bush em questões de segurança nacional e contraterrorismo, Frances Townsend, em Aden. Durante o encontro, ela pediu a Saleh que atualizasse suas informações sobre Jamal al-Badawi, o suposto cérebro do ataque ao *Cole*. Saleh confirmou que ele tinha sido solto e estava "trabalhando em sua fazenda" a pouca distância do local onde ele e Frances Towsend estavam reunidos. Saleh disse ainda que vinha de um encontro com Badawi duas semanas antes. "Ele me prometeu abandonar o terrorismo e eu lhe disse que seus atos prejudicavam o Iêmen e sua imagem; ele começou a entender", disse Saleh. Quando Frances Townsend "manifestou desânimo" com a libertação de Badawi, Saleh disse a ela que não se preocupasse porque "ele está debaixo de meu microscópio". Foi Saleh quem, segundo um telegrama diplomático enviado depois do encontro, mencionou Wuhayshi e disse a Towsend, sem rodeios, que ele tinha assumido o posto de líder da Al-Qaeda no Iêmen. Townsend, segundo o telegrama, desviou a conversa para o sistema fracassado de prisão domiciliar do país. Ainda na mesma reunião, Saleh falou sobre sua luta contra os secessionistas do sul, mais uma vez retratando sua sobrevivência como central para a política de Washington. "É importante que o Iêmen não chegue a um estado de instabilidade", disse a Townsend. "Precisamos do apoio de vocês." Ao que ela respondeu: "Não precisa se preocupar. É claro que apoiamos o Iêmen".

O momento mais inusitado da reunião talvez tenha sido aquele em que Saleh fez entrar Faris Mana'a, grande traficante de armas iemenita, e o fez sentar-se ao lado de Townsend. Segundo as Nações Unidas, "apesar do embargo de armas[11] imposto pelas Nações Unidas à Somália desde 1992, os interesses de Mana'a no tráfico de armas para o país remonta pelo menos a

2003", e Mana'a "forneceu, transferiu ou vendeu à Somália, direta ou indiretamente, armas ou material similar em violação ao embargo de armamentos". Quando Mana'a entrou na sala, deram-lhe um assento à mesa de Townsend. "Olá, FBI", disse Saleh a um dos representantes americanos, "se ele não se comportar direito, podem levá-lo… de volta para Washington no avião de Townsend, ou para Guantánamo". Saleh disse a Townsend que suas forças tinham interceptado recentemente um carregamento de armas de Mana'a, que teria sido entregue às Forças Armadas iemenitas. "Ele doou armas para as Forças Armadas da nação — e agora pode ser considerado um patriota", brincou Townsend. Saleh riu. "Não, ele é um agente duplo — doou armas para os rebeldes de Al-Houthi também." Um telegrama diplomático americano autorizado por Townsend logo após a reunião proclamou: "Vocês não vão acreditar". Pondo um ponto de exclamação no episódio todo, dois anos depois, Mana'a passou a coordenar as iniciativas de "paz" do presidente Saleh junto aos rebeldes houthi.

O contato de Townsend com Saleh — e os de outros funcionários do governo americano — mostra bem o talento de Saleh para jogar em diversas posições em sua guerra para se manter no poder. "O modo como ele usa a dupla ameaça de terrorismo e instabilidade quando se refere ao conflito interno também não é novo", afirma o telegrama diplomático aprovado por Townsend depois da visita. "Saleh usa repetidamente essa tática quando tenta ganhar apoio do USG [governo dos Estados Unidos]." É claro que Saleh usava essa atitude porque dava resultado. No que diz respeito à Al-Qaeda, quanto menos estável parecia o governo de Saleh, mais dinheiro e treinamento ele conseguia extrair dos Estados Unidos. "Todos esses representantes americanos se viam em apuros[12] ao tratar com Saleh", disse um ex-militar americano que trabalhou no país. "Quando se trata do Iêmen, ele é muito mais esperto que qualquer um deles."

Depois do ataque do drone americano em 2002 e da prisão de dezenas de supostos militantes, a Al-Qaeda no Iêmen foi gravemente atingida e tornou-se uma organização de existência mais teórica. Mas depois da fuga de presos de

2006, os fugitivos reconstruíram a organização adormecida. Saleh pouco fez para impedi-los. Os Estados Unidos estavam tão obcecados pela recaptura de Jamal al-Badawi e de outro suspeito da explosão do *Cole*, um cidadão americano chamado Jabir al-Banna, que deram pouca atenção aos demais. "Os Estados Unidos fizeram muita pressão[13] sobre o Iêmen para que capturassem os dois", segundo Gregory Johnsen, especialista em estudos sobre o Oriente Médio de Princeton. "Mas, como muitas vezes acontece, as pessoas que causavam os maiores problemas não eram aquelas com quem os Estados Unidos mais se preocupavam. Aquelas sobre as quais pouco se sabia se mostraram as mais perigosas."

Como disse Saleh a Townsend durante a reunião de 2007, a Al-Qaeda estava, com certeza, se reagrupando depois da fuga de presos. E, como ele disse, a organização estava sendo liderada por Wuhayshi, ex-secretário de Bin Laden. Wuhayshi era um jihadista calejado[14] que foi primeiro ao Afeganistão no fim da década de 1990, onde se ligou a Bin Laden. Em 2001, quando os Estados Unidos invadiram o Afeganistão, Wuhayshi lutou na famosa batalha de Tora Bora e depois fugiu para o Irã, onde foi capturado e ficou preso durante dois anos antes de ser entregue ao Iêmen, em 2003. Nunca foi acusado de nenhum crime. Depois de fugir da prisão iemenita, ele redefiniu a Al-Qaeda do Iêmen como organização regional e não nacional, e chamou-a Organização da Jihad Al-Qaeda no Sul da Península Arábica, que se tornaria a AQPA. Sob sua liderança, a Al-Qaeda no Iêmen "tornou-se mais estridente,[15] mais bem organizada e mais ambiciosa do que nunca", afirmou Johnsen na época. Wuhayshi "reestruturou completamente a organização". O fato de a Al-Qaeda estar de volta à ativa foi bom para Saleh, porque exigiu que americanos e sauditas tomassem uma atitude — e principalmente que financiassem e armassem seu regime. Mas o JSOC estava perdendo a paciência com Saleh e logo começaria a ampliar suas próprias operações no interior do Iêmen, com ou sem a anuência do presidente.

21. Perseguição transfronteiras

PAQUISTÃO, 2006-8 — A gestão de Donald Rumsfeld como secretário de Defesa chegou a um fim inglório nos últimos meses de 2006. Meia dúzia de generais reformados, alguns dos quais tinham sido comandantes de importância na guerra do Iraque, cerraram fileiras com vários parlamentares republicanos e democratas a fim de promover uma campanha exigindo sua demissão. Muitos procuraram culpá-lo pela deterioração da situação no Iraque, outros pelos abusos na prisão de Abu Ghraib. Os republicanos sofreram perdas graves nas eleições para o Legislativo, que deram maioria aos democratas no Senado e na Câmara dos Representantes, o que muitos analistas políticos atribuíram à crescente oposição à guerra do Iraque. Entre os auxiliares do presidente na Casa Branca que haviam lutado para que Bush o mantivesse no cargo estava Dick Cheney. Embora o presidente tivesse defendido Rumsfeld de início, por fim aceitou sua demissão. Rumsfeld era, sem dúvida, um dos nomes de destaque no esquema de assassinatos secretos e tortura instituído depois do Onze de Setembro, mas sua saída não alteraria radicalmente o rumo das ações e dos programas que ele ajudara a criar.

Em dezembro de 2006, Robert Gates sucedeu a Rumsfeld. Gates tinha um estreito relacionamento de trabalho com a CIA, órgão em que havia passado grande parte de sua carreira. Trabalhou na Agência em fins da década de 1960 e, posteriormente, no começo da década de 1990, foi seu diretor — tendo sido o primeiro funcionário de carreira a subir na hierarquia[1] até o cargo de diretor. Gates servira em várias ocasiões ao NSC e tinha também ligações estreitas[2] com

as Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos. Fora alvo de investigação por uma suposta participação no escândalo Irã-contras, e embora a comissão independente que investigou o caso tivesse concluído que ele "esteve próximo a muitas figuras que exerceram papéis relevantes no caso Irã-contras e estivesse em condições de ter conhecimento de suas atividades", decidiu-se que sua intervenção "não justificava indiciamento". Gates fora também um ator importante na guerra do Afeganistão contra os soviéticos, alimentada pelos Estados Unidos[3] na década de 1980. Um de seus primeiros atos no Pentágono foi recolocar o Paquistão, com firmeza, no radar da campanha de assassinatos dirigidos.

Em depoimento perante a Comissão de Serviços Armados do Senado, três meses depois da posse de Gates no DoD, o general Douglas Lute, diretor de operações do Estado-Maior Conjunto, afirmou que os comandantes militares americanos tinham "poder de morte e captura" ou de "ação direta no Afeganistão",[4] o que lhes dava "liberdade para agir contra aqueles que demonstrassem atos hostis". Lute, entretanto, acrescentou que esses poderes também permitiam operações no interior do Paquistão. Se "o inimigo" tenta "fugir transpondo a fronteira, temos todos os poderes de que precisamos para persegui-lo". Interrogado sobre o poder para empreender operações mais invasivas, como atacar diretamente Osama bin Laden no Paquistão, Lute disse que só falaria sobre isso numa sessão fechada.

O acordo de "perseguição ativa" tinha deixado a ISI enfurecida desde que foi acertado por Musharraf e o JSOC, em 2002. Não havia no Paquistão quem não soubesse que a CIA estava operando intensamente no país — todo ataque com drone era um claro lembrete disso —, mas não se podia admitir que as Forças Armadas americanas estivessem atuando com outra finalidade que não fosse treinar as forças paquistanesas. Enquanto os militares paquistaneses e a ISI exigiam menos ações americanas em seu território, fazia anos que o JSOC vinha "pressionando bastante"[5] para que a Casa Branca lhe desse maior liberdade para atacar, mesmo em casos em que a operação fosse mais complexa do que a simples perseguição, do outro lado da fronteira, de suspeitos de serem

agentes da Al-Qaeda. "Deem-nos mais liberdade, temos de atacar os locais onde ficam seus santuários" — foi assim que uma autoridade americana resumiu na época o discurso do JSOC.

Embora o Paquistão negociasse com dureza — às vezes superava estrategicamente os Estados Unidos —, o fato era que precisava do dinheiro, das armas e do apoio de Washington. Assim, no final das contas, se o Paquistão não queria lidar com certos elementos terroristas, o JSOC e a CIA o faziam. E a Casa Branca dava sua aprovação. No caso do JSOC, isso significava incursões dirigidas no interior do país. "Creio que essa era uma daquelas coisas para as quais os paquistaneses às vezes fechavam os olhos,[6] quase como no programa dos drones", disse-me Anthony Shaffer, quadro operacional da DIA que atuava bastante no Paquistão. "Não acredito, nem por um minuto, que o presidente [Asif Ali] Zardari e o [diretor da ISI] general [Ashfaq Parvez] Kayani, e mesmo Musharraf antes, não soubessem que fazíamos essas coisas."

Em 2007, o orçamento para as operações especiais americanas tinha subido 60% em relação a 2003,[7] passando para mais de 8 bilhões de dólares anuais. Em janeiro, o presidente Bush anunciou a "escalada no Iraque". O número de militares convencionais americanos aumentou para 20 mil, e Bush autorizou também um aumento substancial de operações de assassinatos direcionados, executados por forças do JSOC. A operação foi o canto do cisne do general McChrystal no JSOC. No fim de 2007, o presidente começou a declarar que a escalada no Iraque fora um sucesso. Isso deu condições ao JSOC de voltar a se concentrar no Paquistão.

Em fins de 2007, o governo Bush começou a elaborar planos para uma intensificação substancial no emprego das Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos no interior do Paquistão. Não obstante, o plano empacou em decorrência da luta entre a CIA e o Pentágono pelo controle das operações no Paquistão, num desacordo a que o *New York Times* se referiu como "intensas discórdias[8] dentro do governo Bush e dentro da CIA" quanto à "conveniência de comandos americanos realizarem ataques terrestres no interior de áreas tribais".

Em junho de 2008, um incidente pôs à mostra os riscos associados a uma possível expansão das atividades das operações especiais americanas no Paquistão. Uma batalha entre forças americanas e do Talibã na província afegã de Kunar transbordou para o Paquistão. As forças dos Estados Unidos pediram apoio aéreo, e helicópteros americanos lançaram mísseis contra os talibãs. Os ataques mataram também onze soldados paquistaneses posicionados em seu lado da fronteira. O Paquistão denunciou a ação como um ataque "não provocado e covarde"[9] dos Estados Unidos. "Assumiremos uma posição definida em favor da soberania, da integridade e de respeito próprio", declarou o primeiro-ministro paquistanês, Yousaf Raza Gillani, ao Parlamento. "Não permitiremos que nosso solo [seja atacado]." Na verdade, porém, o Paquistão não tinha como sustentar tais declarações.

Dois dias depois do incidente, em 13 de junho de 2008, o vice-almirante William McRaven assumiu o comando do JSOC, que até então era exercido pelo general McChrystal, herdando a tarefa de dar continuidade à caçada de Osama bin Laden e outros HVTs. Ficou evidente que o malfadado ataque que matou os soldados paquistaneses não o perturbara. McRaven, ex-líder de uma equipe de SEALs da Marinha e vice-comandante de McChrystal no JSOC, passou a clamar por mais liberdade para efetuar ataques no Paquistão. Em julho de 2008, o presidente Bush aprovou uma ordem secreta[10] — que dera ensejo a muitos debates entre a CIA, o DoD e o Pentágono —, autorizando as Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos a realizar operações dirigidas de morte ou captura. Ao contrário do acordo anterior com o presidente Musharraf, as Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos não atuariam em conjunto com forças paquistanesas nem pediriam autorização prévia ao governo do Paquistão para efetuar ataques em solo paquistanês. "Para amenizar os temores da embaixadora dos Estados Unidos, Anne Patterson, em relação ao número crescente de óbitos de civis em decorrência de incursões do JSOC em outros países, os comandos deram-lhe um terminal do sistema Predator, para que ela pudesse acompanhar uma incursão em tempo real", segundo os repórteres Dana Priest e William Arkin. Ameaçado de

impeachment, o presidente Musharraf, que durante muito tempo fora um maleável aliado dos Estados Unidos, deixou o cargo em agosto de 2008. Quase de imediato, as forças do JSOC passaram a testar seu sucessor. Como uma fonte das Operações Especiais, que trabalhava com McRaven, me disse na época, "Bill rapidamente expandiu as operações"[11] no Paquistão.

Em 3 de setembro de 2008, dois helicópteros levaram uma equipe de SEALs da Marinha que estava a serviço do JSOC para o outro lado da fronteira entre o Afeganistão e o Paquistão. Apoiados por um avião de artilharia aerotransportada AC-130 Spectre, com capacidade de infligir sérios danos, os americanos desceram numa aldeia perto de Angoor Adda,[12] pequena cidade de montanha no Waziristão do Sul, no Paquistão, perto da fronteira com o Afeganistão. Os helicópteros pousaram silenciosamente, e 24 SEALs equipados com óculos de visão noturna tomaram posição em torno da casa de um lenhador e vaqueiro de cinquenta anos. De acordo com alguns relatos, a equipe de Operações Especiais tinha informações de que um líder da Al-Qaeda estava na casa. Para o *Washingon Post*, esse foi "o primeiro ataque terrestre dos Estados Unidos contra um alvo do Talibã dentro do país". Seja como for, uma vez posicionados, os SEALs executaram sua missão.

O que ocorreu depois de disparados os primeiros tiros ainda é motivo de polêmica. De acordo com as autoridades americanas, "cerca de duas dezenas de supostos combatentes da Al-Qaeda"[13] foram mortos numa "ofensiva planejada contra militantes que vinham atacando uma base avançada americana do outro lado da fronteira com o Afeganistão". Já segundo aldeões,[14] os SEALs abriram fogo, matando o dono da casa, Payo Jan Wazir, seis crianças, entre elas uma menina de três anos e um menino de dois, e duas mulheres. Quando os vizinhos de Payo Jan ouviram os tiros e correram para ver o que acontecia, disseram os aldeões, os SEALs dispararam contra eles, matando mais dez pessoas. O governo paquistanês declarou que todos eram civis. Os Estados Unidos insistiram que eram militantes da Al-Qaeda. O Ministério das Relações Exteriores do Paquistão convocou a embaixadora Patterson. Numa nota, denunciou a operação, tachando-a de "grave violação

do território do Paquistão",[15] alegando que a incursão causara uma "imensa perda de vidas civis". O Ministério das Relações Exteriores declarou "lamentável" o fato de forças americanas terem "cruzado a fronteira e recorrido ao uso de força contra civis", asseverando que "tais ações são contraproducentes e decerto não contribuem para nossos esforços conjuntos contra o terrorismo. Pelo contrário, solapam a própria base da cooperação e podem alimentar o fogo do ódio e da violência que estamos tentando extinguir".

Depois de anos em que era instruído a concentrar a maior parte de seus recursos no Iraque, o JSOC estava, finalmente, conseguindo realizar operações mais coordenadas no Paquistão. No fim das contas, a visão que Rumsfeld tinha do mundo como um campo de batalha concretizou-se mais plenamente depois que ele deixou o DoD do que quando estava no poder. Sua saída inaugurou uma era em que as mais potentes forças sombrias dos Estados Unidos transferiram-se do Iraque para as guerras crepusculares americanas no sul da Ásia, na África e em outras áreas.

22. "Todas as medidas tomadas pelos Estados Unidos beneficiaram a Al-Shabab"

SOMÁLIA, 2007-9 — Grande parte da atenção da mídia na Somália, no começo de 2007, se voltava para a invasão e ocupação pela Etiópia, mas o JSOC estava concentrado na caça. No começo de janeiro, montara rapidamente sua "ninfeia" improvisada na discreta base militar dos Estados Unidos na baía de Manda, no Quênia, e estava à espera do momento de atacar. Os planejadores americanos queriam que a invasão etíope forçasse os líderes da União das Cortes Islâmicas a deixar a capital e se refugiar em redutos, sobretudo ao longo da fronteira com o Quênia, onde a Força-tarefa 88 poderia investir contra eles. O JSOC tinha aviões AC-130 posicionados secretamente numa base aérea perto de Dire Dawa,[1] Etiópia, capazes de atacar líderes da UCI e combatentes estrangeiros que batessem em retirada, o que possibilitaria a equipes do JSOC deixar a base na baía de Manda e penetrar na Somália para terminar o trabalho, se fosse necessário. A política americana na Somália se reduzira a um único princípio: achar, atacar e acabar. "É um abate duro, fulminante",[2] afirmou Malcolm Nance. "Se não for um abate duro, não dá certo, sabe?"

Em 7 de janeiro, um drone Predator dos Estados Unidos,[3] desarmado e lançado de Camp Lemonnier, sobrevoou o sul da Somália, rastreou um comboio e transmitiu informações ao vivo para o comando da Força-tarefa. Logo depois, um AC-130 decolou para a Somália e metralhou o comboio[4] no

momento em que ele entrava numa floresta na fronteira entre o Quênia e a Somália. Segundo relatos,[5] o alvo era Aden Hashi Farah Ayro, o comandante militar da Al-Shabab, ou Fazul ou Nabhan, líderes da Al-Qaeda na África Oriental. Autoridades americanas declararam que o ataque matara de oito a doze combatentes, e espalhou-se o boato de que entre os mortos estaria um "líder da Al-Qaeda".[6] Fontes de informações dos Estados Unidos e da Etiópia acreditavam que essa pessoa poderia ser Ayro ou Abu Talha al-Sudani, o financista da Al-Qaeda. Uma equipe do JSOC, vinda da baía de Manda, pousou no local do ataque, na Somália, a fim de colher amostras de DNA dos mortos. Entre os corpos e os destroços acharam o passaporte de Ayro, sujo de sangue,[7] e acreditaram ter abatido um líder importante.

No entanto, soube-se depois que Ayro realmente estivera no comboio e deve ter ficado ferido, mas acabou escapando.

Em 9 de janeiro, o JSOC lançou outro ataque, dessa vez "contra membros da célula da Al-Qaeda na África Oriental, possivelmente refugiados numa área remota da Somália, perto da fronteira queniana",[8] segundo um telegrama diplomático americano enviado pela embaixada em Nairóbi. Seguiram-se, durante vários dias, outros ataques aéreos que mataram dezenas de civis, segundo testemunhas e grupos de direitos humanos. Nunca se confirmou se esses ataques foram realizados pelos Estados Unidos, pela Etiópia ou pelos dois países em conjunto. Sem dúvida, helicópteros e outras aeronaves etíopes atacavam a Somália unilateralmente. O Pentágono assumiu o ataque de 7 de janeiro,[9] mas não fez comentários sobre os demais, embora autoridades americanas anônimas tenham admitido que foram de responsabilidade dos Estados Unidos. Os primeiros relatos da imprensa americana descreveram os ataques como operações bem-sucedidas que estavam eliminando, um a um, os líderes da "Al-Qaeda" na Somália. Segundo vários relatos, baseados em informações fornecidas por autoridades americanas anônimas, Ayro e Fazul tinham sido mortos em operações especiais dos Estados Unidos. Uma notícia particularmente cômica da anunciada morte de Fazul no *New York Post* tinha o seguinte título: "Al-Qaeda esmagada: ataque dos Estados Unidos na Somália

mata demônio da embaixada".[10] Na realidade, com exceção de uma, todas as figuras importantes procuradas pelos Estados Unidos saíram incólumes dessas operações. Em algum momento, quando os AC-130 e helicópteros americanos e aeronaves etíopes atacavam redutos da Al-Shabab, Sudani foi morto por acaso,[11] embora os militares americanos só tenham sabido disso meses depois.

Foi o começo de uma campanha concentrada de operações dirigidas de assassinato e captura pelo JSOC na Somália, mas de início ela deu poucos resultados relevantes. Na verdade, os homens que estavam sendo caçados se tornariam, por ironia, beneficiários dos próprios ataques destinados a matá-los. "Estávamos investindo e fazendo ataques com aviões AC-130", disse-me Nance. "É um aparelho excelente quando usado contra tropas numerosas e conhecidas, para isso o AC-130 é ótimo." No entanto, em vez de tropas, disse ele, "estávamos eliminando grupos de civis".

Realmente, os ataques dos AC-130 resultaram num número absurdo de mortes de civis somalianos. Num incidente particularmente tenebroso, foi atacado um grande grupo de pastores nômades e suas famílias. A Oxfam, organização de direitos humanos da Somália, afirmou que setenta somalianos inocentes foram mortos. "Não havia combatentes entre eles",[12] declarou um representante do grupo. "A causa do ataque talvez se relacionasse a uma fogueira que os pastores tinham acendido de noite, mas isso é algo que eles fazem normalmente para afastar mosquitos e outros animais dos rebanhos." A Oxfam juntou-se à Anistia Internacional para contestar a legalidade dos ataques aéreos. "Segundo o direito internacional, há o dever de distinguir entre alvos militares e civis", advertiu a Oxfam. "Estamos muito preocupados com a possibilidade de que esse princípio não esteja sendo seguido e que pessoas inocentes na Somália estejam pagando o preço."[13]

Os ataques americanos concentravam-se principalmente ao longo da fronteira entre o Quênia e a Somália, reduto de Ahmed Madobe e de sua milícia Ras Kamboni. Madobe era cunhado e protegido de Hassan Turki, comandante jihadista que fundou a milícia e liderou forças militares de cada um dos sucessivos movimentos islâmicos na Somália: a União Islâmica (Al-

Itihaad al-Islamiya), a UCI e, por fim, a Al-Shabab. Quando os ataques começaram, Madobe e seus homens estavam voltando para sua base perto da fronteira com o Quênia, pondo-se inadvertidamente ao alcance direto da Força-tarefa 88, do JSOC. Membros da divisão de Inteligência do JSOC, a Atividade, vinham rastreando os movimentos de Madobe e de outros líderes da UCI. Tal como Indha Adde, Madobe conhecia e respeitava os combatentes internacionais que tinham acorrido à Somália para ajudar na batalha contra os chefes de milícias respaldados pela CIA. Seu mentor, Turki, era agora um terrorista perseguido pelos Estados Unidos.[14] Tudo isso, além de sua posição como líder, inseriu Madobe na lista dos alvos do JSOC.

Madobe sabia que os Estados Unidos e a Etiópia estavam atacando líderes da UCI que fugiam, e depois de incidentes em que escapou por um triz, levando-o a suspeitar de que tivesse se tornado um alvo, ele e um pequeno grupo saíram pelo interior da Somália, procurando manter-se longe do número cada vez maior de aviões que viam no céu. "À noite, tínhamos medo de acender uma fogueira para cozinhar, e de dia não queríamos fazer fumaça", disse-me ele quando o conheci, num posto avançado perto da fronteira queniana. "Como não tínhamos alimentos pré-cozidos, a situação ficou muito difícil." Pensando bem, disse, provavelmente sua perdição tinha sido a tecnologia. "Tínhamos telefones Thuraya, com transmissão por satélite, e é evidente que isso ajudou os americanos a nos localizar com mais facilidade."[15]

Na noite de 23 de janeiro de 2007, Madobe e seu grupo acamparam debaixo de uma grande árvore. "Por volta das quatro da manhã, levantamo-nos para as orações matinais, e foi então que os aviões começaram a nos atacar", contou. "Todo o espaço aéreo estava coalhado de aviões. Havia AC-130, helicópteros e caças a jato. O céu estava cheio de atacantes. Atiravam em nós com armas pesadas." Morreram as oito pessoas que estavam com ele no acampamento, entre as quais, segundo Madobe, havia mulheres. Ele próprio foi ferido. Ele supôs que uma força terrestre viria em seu encalço. "Peguei uma arma e uma porção de pentes de munição. Achei que a morte estava chegando para mim e queria matar o primeiro inimigo que visse", disse. "Mas nada disso

aconteceu." Madobe ficou ali, ferido, perdendo sangue e energia. Depois, por volta das dez da manhã, soldados americanos e etíopes chegaram num helicóptero, que pousou perto de onde ele estava. Madobe lembra que um soldado americano aproximou-se dele, que jazia estirado no chão, sem camisa. "Você é Ahmed Madobe?", perguntou. "E vocês quem são?", Madobe devolveu. O soldado americano respondeu: "Somos as pessoas que vieram aqui para capturar você". O americano exibiu uma foto de Madobe, que enquanto estava sendo algemado perguntou se aquilo seria mesmo necessário. "Você pode ver que já estou meio morto", disse.

Puseram-no num helicóptero e levaram-no para uma base improvisada em Kismayo, que estava sendo utilizada pelas forças americanas e etíopes. Os americanos, disse ele, começaram a interrogá-lo imediatamente, e só depois que agentes etíopes intervieram foi que lhe deram água e lhe prestaram atendimento médico. Em Kismayo, enquanto se recuperava dos ferimentos, os americanos o interrogavam a intervalos regulares. "Tinham os nomes de diversos rebeldes e combatentes numa lista e me perguntavam se eu os conhecia ou se tinha informações sobre eles", disse. Um mês depois, ele foi entregue à Etiópia, onde ficou preso durante mais de dois anos.

Ao contrário de Madobe, o ex-presidente da UCI, xeque Sharif, desejava fazer um acordo. Embora altas autoridades americanas tivessem dado a entender que a UCI equivalia ao Talibã ou estava sendo dirigida pela Al-Qaeda, na verdade os Estados Unidos viam o xeque Sharif como um "moderado". Em 31 de dezembro, enquanto a UCI se desintegrava, Sharif foi a Kismayo, de onde falou pelo telefone com o embaixador dos Estados Unidos em Nairóbi. Segundo um cabograma diplomático americano, enviado de Nairóbi ao Departamento de Estado, "o embaixador disse a Sharif[16] que, no entender dos Estados Unidos, ele poderia desempenhar um papel importante ajudando a promover a paz e a estabilidade na Somália". O embaixador, que consultara Washington antes para propor um acordo a Sharif, "declarou que os Estados Unidos estavam dispostos a recomendar que o Quênia ajudasse a levá-lo

[Sharif] a Nairóbi se ele se dispusesse a colaborar no apoio à paz e à estabilidade na Somália […] e a rejeitar o terrorismo".

Era o começo de uma campanha americana, nos bastidores, para mudar a imagem de Sharif. Para o vice-secretário de Estado, Jendayi Frazer, seria "preferível cooptar[17] um xeque fraco, Sharif Sheikh Ahmed, para evitar que os linhas-duras cerrem fileiras em torno dele". Por fim, com a ajuda dos serviços de Inteligência americanos, Sharif deixou a Somália e se refugiou no Quênia.[18] Ali Mohamed Gedi, ex-primeiro-ministro da Somália, me disse: "Acredito que [Sharif] estivesse trabalhando com a CIA.[19] Eles o protegiam". Gedi me contou que quando Sharif fugiu para o Quênia, no começo de 2007, o governo americano pediu-lhe que emitisse documentos de viagem para Sharif poder viajar ao Iêmen. Gedi disse que também escreveu cartas de recomendação aos governantes quenianos e iemenitas, pedindo-lhes que permitissem a Sharif fixar residência no país. "Eu fiz isso a pedido do governo dos Estados Unidos", declarou. No Iêmen,[20] Sharif começou a organizar seu retorno ao poder em Mogadíscio, dessa vez com o apoio dos Estados Unidos.

Ao contrário de Sharif, muitos dos que fugiam da Somália estavam em desacordo com a CIA e com os serviços de informações americanos. As forças de segurança do Quênia — às vezes agindo a pedido de Washington — começaram a prender dezenas e dezenas de pessoas. A organização Human Rights Watch informou que o Quênia deteve

> pelo menos 150 homens,[21] mulheres e crianças de mais de dezoito países — inclusive dos Estados Unidos, do Reino Unido e do Canadá — em operações realizadas perto da fronteira da Somália. Suspeitando de que os detidos tivessem ligações com o terrorismo, os quenianos os mantiveram sob custódia durante semanas, sem acusação, em Nairóbi. Durante três semanas, de 20 de janeiro a 10 de fevereiro, o governo queniano transportou de avião para a Somália dezenas dessas pessoas — sem aviso às famílias, a advogados ou aos próprios detidos —, que foram entregues a militares etíopes.

Em sua investigação, a Human Rights Watch concluiu que quando os prisioneiros foram entregues à Etiópia, "eles na verdade desapareceram", sendo-lhes "negado acesso a suas embaixadas, suas famílias e a organizações

humanitárias internacionais como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha". O texto acrescentava: "Entre fevereiro e maio de 2007, diariamente, as autoridades de segurança etíopes transportaram detidos — entre os quais várias mulheres grávidas — para uma casa onde autoridades americanas os interrogaram a respeito de ligações com terroristas". Ao todo, as forças de segurança e de informações do Quênia detiveram grande número de pessoas para os Estados Unidos e outros países, incluindo 85 pessoas entregues à Somália só em 2007. Pelo menos uma delas foi levada para Guantánamo.[22] A Somália estava se tornando um microcosmo de guerra maior contra o terror, tanto para a Al-Qaeda quanto para os Estados Unidos.

Na época em que o JSOC e as forças etíopes intensificavam sua caça aos líderes da União das Cortes Islâmicas, em janeiro de 2007, Fazul Abdullah Mohammed deixou a família[23] perto da fronteira do Quênia e desapareceu. Por fim, chegou de volta a Mogadíscio, para reencontrar-se com os combatentes da Al-Shabab que ele ajudara a treinar e financiar. Ele já se tornara o mais experiente quadro operacional da Al-Qaeda no Chifre da África, tendo a seu crédito vários ataques espetaculares, entre eles os atentados contra a embaixada, em 1998. Estava prestes a assumir papel de destaque numa peça que a Al-Qaeda vinha montando desde o começo da década de 1990. O grupo enfim arrastara os Estados Unidos de volta a uma guerra assimétrica no coração da África Oriental.

Com os líderes somalianos da UCI foragidos, a Al-Qaeda via a Somália como uma linha de frente ideal para a jihad e começou a aumentar seu apoio à Al-Shabab. No começo de janeiro de 2007, um dos principais homens de Osama bin Laden, Ayman al- Zawahiri, abordou a situação na Somália numa gravação distribuída pela internet. "Falo-lhes hoje enquanto as forças invasoras etíopes conspurcam o solo da amada Somália muçulmana", começou. "Convoco a nação muçulmana da Somália a permanecer no novo campo de batalha, que é um dos campos lançados pelos Estados Unidos e seus

aliados e pelas Nações Unidas contra o Islã e os muçulmanos." Implorou aos mujahedin: "Façam emboscadas, plantem minas, organizem ataques e combates suicidas, até acabar com eles como os leões devoram suas presas".[24]

Com a desintegração da UCI, a Al-Qaeda viu seu caminho para a Somália se abrir. "Com a ajuda de todos esses combatentes estrangeiros,[25] a Al-Shabab assumiu o combate, sob a liderança da Al-Qaeda", recordou Indha Adde, que tinha sido ministro da Defesa da UCI.

> A Al-Shabab começou a ordenar execuções, e muçulmanos inocentes foram mortos. Chegaram a ter como alvos membros [da UCI]. Eu fui comandante de todas as operações militares [da UCI] e me voltei contra a Al-Shabab depois de ver todos esses crimes contra o Islã.

Por fim, Indha Adde entrou para a clandestinidade,[26] juntamente com Hassan Dahir Aweys, e passou a receber apoio do inimigo-mor da Etiópia, a Eritreia.[27] Os dois homens se aproximaram do movimento islâmico militante à espera de ver como ficariam as coisas. Por fim, ambos tomaram rumos bastante diferentes.

No começo de fevereiro de 2007, a invasão etíope transformara-se numa ocupação que vinha ensejando uma intranquilidade cada vez maior. Numa nação que já sofrera um dos piores destinos na história recente, os civis somalianos vinham pagando outro preço altíssimo. A ocupação foi marcada por brutalidades indiscriminadas contra civis. Soldados etíopes e do governo somaliano, com apoio americano, dominavam os bairros de Mogadíscio à força, vasculhando casas em busca de partidários da UCI, saqueando propriedades de civis e espancando ou fuzilando qualquer pessoa suspeita de colaboração com forças contrárias ao governo. Punham atiradores nos terraços de edifícios e, segundo testemunhos, revidavam qualquer ataque com força desproporcional,[28] bombardeando áreas densamente povoadas e vários hospitais, de acordo com a Human Rights Watch. Tornaram-se frequentes relatos de execuções extrajudiciais por parte de soldados etíopes, sobretudo nos últimos meses de 2007. Segundo a Anistia Internacional, abundavam relatos de que soldados etíopes "chacinavam" homens, mulheres e crianças

"como cabritos"[29] — degolando-os a faca. Tanto as forças do governo de transição da Somália, liderado por exilados e apoiado pelos Estados Unidos, quanto as forças etíopes foram acusadas de horrenda violência sexual. Embora as forças ligadas à Al-Shabab também fossem acusadas de crimes de guerra, uma grande proporção dos crimes[30] informados à Anistia Internacional, que incluíam saques, estupros e execuções extrajudiciais, foi cometida pelo governo somaliano e por forças etíopes.

Informou-se que cerca de 6 mil civis[31] teriam sido mortos em combates em Mogadíscio e no sul e no centro da Somália em 2007, e mais de 600 mil foram desalojados, na capital e ao redor da cidade. Estima-se que 335 mil refugiados somalianos[32] deixaram o país em 2007. A estabilidade das Cortes Islâmicas tinha sido substituída por um retorno aos bloqueios de estradas, atividades de milícias e, pior, por tropas do arqui-inimigo da Somália, a Etiópia, que patrulhavam as ruas e com frequência matavam somalianos.

"O grande problema[33] é que não foram tomadas medidas para evitar uma rebelião […] e com efeito, logo no começo, assistiu-se ao surgimento de uma sublevação, em decorrência da falta de estabilidade no país", lembrou-se Daveed Gartenstein-Ross, que prestara assessoria ao Centcom com relação à sua política para a Somália. "O que acabamos fazendo foi depender basicamente dos etíopes para estabilizar a Somália. E isso, em si, foi uma decisão terrível."

Como a UCI se desmantelara e a brutal ocupação etíope prosseguiria ainda por mais quase três anos, a Al-Shabab assumiu a vanguarda na luta contra a ocupação estrangeira. Aynte disse:

> Para eles, foi a brecha que estavam esperando.[34] Foi a fúria que vinham procurando, a fim de mobilizar a raiva das pessoas e apresentar-se como o novo movimento nacionalista que expulsaria os etíopes da Somália. Por isso, durante os três anos em que a Etiópia ocupou a Somália, a Al-Shabab nunca emitiu uma única palavra sobre a jihad global. Sempre afirmou que sua meta principal era escorraçar os etíopes dali.

Para a Al-Qaeda, isso era apenas o começo de todo um mundo novo, possibilitado em boa parte pelas ações de Washington. "O que gerou as Cortes Islâmicas?", perguntava Madobe.

> Os chefes de milícias, apoiados pelos Estados Unidos. E se a Etiópia não invadisse a Somália, e se os Estados Unidos não realizassem ataques aéreos, vistos como uma continuação da brutalidade dos chefes de milícias e da Etiópia, a Al-Shabab não teria sobrevivido. Todas as medidas tomadas pelos Estados Unidos beneficiaram a organização.

Em abril, estava em curso uma insurreição de vulto contra a ocupação etíope. Numa batalha de quatro dias,[35] calcula-se que tenham morrido quatrocentos soldados etíopes e rebeldes somalianos. Mais tarde, multidões de somalianos arrastaram soldados etíopes pelas ruas,[36] e a Al-Shabab começou a visar a liderança do governo, posta no poder com o apoio dos tanques etíopes.

Em 3 de junho de 2007, um Toyota Land Cruiser[37] carregado de explosivos ultrapassou as barreiras de segurança diante da residência do primeiro-ministro Gedi, em Mogadíscio, e explodiu bem diante da casa. O ataque suicida matou seis guardas e feriu dezenas de outros. Depois do incidente, testemunhas acharam membros decepados a 1,5 quilômetro do local. "O alvo era eu, e eles usaram um carro-bomba com mais de duzentos quilos de explosivos. Explodiram minha casa", disse-me Gedi. "Isso foi o começo dos atentados suicidas em Mogadíscio, visando aos líderes e ao governo." Foi a quinta tentativa de assassinato contra Gedi. Naquele mesmo ano, ele renunciou.

Embora o primeiro-ministro etíope, Meles Zenawi, tenha declarado que a invasão fora um "tremendo sucesso",[38] a afirmação simplesmente não correspondia à verdade. Se a Somália já era uma área de recreação para militantes islâmicos, a invasão, apoiada pelos Estados Unidos, abriu as portas de Mogadíscio para a Al-Qaeda. Washington estava dando a Osama bin Laden e à Al-Qaeda a oportunidade de garantir uma presença na Somália que tinham tentado obter várias vezes, mas em vão. "Creio que eles [começaram a ter] um poder real quando ocorreu a invasão etíope", disse. Fazul e Nabhan "tinham

se tornado a ponte entre a Al-Shabab e a Al-Qaeda, valendo-se dos meios da Al-Qaeda, trazendo para a Somália mais combatentes estrangeiros, assim como recursos financeiros — e, mais importante ainda, know-how militar: como fabricar explosivos, como treinar pessoas etc. Foi então que ganharam a grande influência de que precisavam.

Enquanto Aweys e seus aliados — entre eles Indha Adde — juravam continuar a luta contra os etíopes e o governo somaliano, o xeque Sharif intensificava sua cooperação com o Governo Federal Transitório (GFT) e o governo dos Estados Unidos. A Al-Shabab observava e esperava, vendo na luta pelo poder uma oportunidade.

Em 26 de fevereiro de 2008, a secretária de Estado Condoleezza Rice designou oficialmente a Al-Shabab como uma organização terrorista[39] e o JSOC intensificou a caçada. Em 2 de março, os Estados Unidos atacaram com mísseis[40] uma casa da Al- Shabab onde estaria residindo Saleh Ali Saleh Nabhan, o principal líder da Al-Qaeda na África Oriental. Segundo alguns relatos, ele teria sido morto, mas quando a poeira assentou, viu-se que entre os mortos estavam vários civis, algumas vacas e um burro, mas nada de Nabhan.

Em 1º de maio, após três meses de ataques que pareciam estar matando mais inocentes do que pessoas visadas, o JSOC atingiu seu alvo. Às três horas da manhã, cinco mísseis de cruzeiro Tomahawk[41] caíram sobre a cidade de Dhusa Mareb, na região central da Somália, fazendo voar pelos ares uma casa que, segundo o Centcom, era usada por "um conhecido quadro operacional da Al-Qaeda, também chefe de milícia". A missão, de acordo com autoridades militares, fora resultado de semanas de vigilância e rastreamento.[42] Testemunhas na área declararam ter visto os corpos de dezesseis pessoas.[43] Um deles era o de Aden Hashi Ayro, comandante militar da Al-Shabab. Embora os serviços de informações americanos tivessem errado várias vezes quanto à morte de líderes da Al-Shabab, dessa feita havia pouca margem para dúvida. Depois do ataque, a organização divulgou uma nota em que confirmava a morte de Ayro e o enaltecia como herói. A declaração incluía a

primeira fotografia de Ayro dada a público e uma biografia sua.[44] Pouco antes da morte de Ayro, segundo um telegrama diplomático americano, o líder da Al-Shabab se reunira com Indha Adde, membro do clã Ayr, talvez para intermediar um acordo. As autoridades americanas esperavam que sua morte isolasse a Al-Shabab de seus ex-aliados da UCI e causasse "a curto prazo uma interrupção de operações terroristas".[45] O ataque pode ter dissuadido Indha Adde de aprofundar sua aliança com a Al-Shabab, mas o assassinato também estimulou a organização e fez de Ayro um mártir.

A ocupação etíope começou a perder força após um acordo firmado no Djibuti,[46] em agosto de 2008, entre a facção do xeque Sharif e representantes do GFT. Na realidade, a insurreição da Al-Shabab debilitara enormemente os etíopes, mas a farsa diplomática serviu para salvar as aparências. O "Acordo do Djibuti" abriu caminho para que Sharif assumisse a presidência em Mogadíscio. Para os observadores experientes da política somaliana, o ressurgimento de Sharif foi inacreditável. Os Estados Unidos e a Etiópia derrubaram seu governo, porém depois o apoiaram como presidente do país. Quando me encontrei com Sharif no gabinete presidencial em Mogadíscio, ele se recusou a falar[47] sobre esse período em sua carreira, dizendo apenas que aquela não era a ocasião indicada. Ironicamente, o xeque Sharif, que certa vez se declarou um guerreiro contra a ocupação estrangeira, viria a depender inteiramente da força da União Africana, apoiada pelos Estados Unidos, que substituiu os etíopes, para manter seu poder nominal.

Quando alguns membros da UCI e do governo somaliano se aliaram, depois do Acordo do Djibuti, Aweys e a Al-Shabab rejeitaram a aliança, como era de esperar, por acreditar que a UCI "se submetera aos infiéis", como disse Aynte. Fazul e Nabhan foram

> fundamentais para persuadir a Al-Shabab a não aderir ao Acordo do Djibuti. Se a Al-Shabab tivesse aderido ao Acordo, que possibilitou o governo liderado pelo xeque Sharif, Fazul e outros nomes da

> Al-Qaeda não teriam sido [capazes de permanecer] na Somália. Por isso, creio que foi de interesse pessoal de nomes da Al-Qaeda, para garantir que isso não acontecesse.

Ahmed Abdi Godane, líder da Al-Shabab na Somália, declarou que Sharif era um apóstata e um "fantoche servil"[48] dos "infiéis". Por ocasião da formação do novo governo, a Al-Shabab preparou-se para ampliar sua insurreição, dispondo-se a derrubar o novo governo de coalizão e expulsar as forças da Missão da União Africana na Somália (African Union Mission in Somalia, Amisom), apoiada pelos Estados Unidos, que substituíra os etíopes.

Como grande parte dos líderes da UCI tinha morrido, estava exilado ou disputava cargos ministeriais no recém-instalado governo apoiado pelos Estados Unidos, a Al-Shabab tirava proveito da desordem. O grupo acolheu os combatentes desencantados, que se consideravam traídos pela liderança das Cortes. Além de seu compromisso de levar avante a jihad, o que separava a Al-Shabab do governo somaliano era a diversidade de clãs.[49] Sua liderança era formada por membros dos quatro clãs principais da Somália, mas também punha membros de clãs minoritários em posições de relevo. Além disso, fazendo jus a seu nome, a Al-Shabab começou a recrutar jovens somalianos que pudesse doutrinar com facilidade. Isso lhes dava uma sensação de poder[50] num ambiente mais uma vez dominado por brutais chefes de milícias e pela política de clãs.

Em 2008, a Al-Shabab tornou-se um movimento de base ampla e uma importante força social. Ao mesmo tempo que mantinha sua ofensiva militar, começou a se instalar no sul do país, projetando uma imagem de soft power e cultivando o apoio popular. Os membros da organização faziam "visitas" diplomáticas,[51] como diziam, a cidades e a seus habitantes, levando alimentos, dinheiro e "tribunais islâmicos itinerantes" para resolver disputas locais. Lembrando a atitude da UCI, os militantes islâmicos dedicavam-se a realizar julgamentos rápidos em cada cidade, solucionando disputas locais e sentenciando criminosos. Muitos desses controles de cidades somalianas eram incruentos, envolvendo longas negociações[52] com os anciões que lideravam os clãs para convencê-los das nobres intenções da Al-Shabab.

Ela deu continuidade a essa diplomacia com programas sociais populares. Uma medida de grande importância consistiu em reduzir ainda mais os bloqueios de estradas[53] e os postos de controle, o que a UCI já começara a fazer quando estava no poder. Historicamente, esses postos de controle eram usados pelos chefes de milícias como instrumentos de extorsão, e não como meios de segurança. "A ideia de que [a Al-Shabab] e outros grupos rebeldes islâmicos são um exército desorganizado de fanáticos ignorantes, cujo primeiro instinto consiste em usar de força e de terror para impor sua visão radical, é uma caricatura",[54] diz um relatório do Grupo Crise Internacional (International Crisis Group, ICG).

> As táticas dessas organizações têm se mostrado mais adequadas e eficazes do que as de seus adversários. Em larga medida, elas tiveram êxito em passar uma imagem de verdadeiros patriotas somalianos, em oposição ao GFT, aliado dos etíopes. Em consequência disso, vêm ganhando popularidade no centro e no sul da Somália, tal como antes da invasão etíope, em dezembro de 2006.

Entretanto, ao mesmo tempo que se empenhava em sua versão de uma campanha de popularização, a Al-Shabab também pôs em prática políticas que lembravam as do Talibã,[55] proibindo os apreciados filmes indianos, cobrindo à força o cabelo de homens que usavam cortes "impróprios" e impondo sentenças rigorosas por infrações a sua interpretação da Sharia. No começo de 2009, a Al-Shabab já controlava a maior parte do sul da Somália. "Em muitas áreas, ela é a única organização[56] em condições de proporcionar serviços sociais básicos, como postos médicos rudimentares, centros de distribuição de alimentos e um sistema de justiça elementar fundamentado na lei islâmica", concluiu um informe da Comissão de Relações Exteriores do Senado americano.

> Os diplomatas ocidentais temem que a Al-Shabab continue a conquistar adeptos ao proporcionar serviços, da mesma forma que o Hamas teve sucesso na Faixa de Gaza. Os especialistas advertem: há pouca coisa que os Estados Unidos possam fazer para debilitá-la.

Um aumento dos bombardeios pelos Estados Unidos ou uma maior intervenção militar estrangeira, avisa o informe, poderia fortalecer a Al-Shabab.

Enquanto a organização consolidava seu apoio local, no cenário global a Al-Qaeda podia agora usar a jihad na Somália para recrutar ativistas. Nesse quadro, uma nação cristã, a Etiópia, apoiada pelos Estados Unidos — a raiz de todo mal — tinha invadido a Somália e matado muçulmanos. Jihadistas tinham se insurgido e repelido a invasão, tornando a Somália um campo de batalha contra a cruzada que, havia tempos, Osama bin Laden afirmava que os Estados Unidos estavam travando. Quando os etíopes se retiraram, segundo Aynte, a Al-Shabab "viu-se mais popular[57] e poderosa do que nunca", transformando "sua luta interna irredentista num pronunciamento jihadista global". Combatentes estrangeiros começaram a chegar à Somália em número cada vez maior. Osama bin Laden divulgou a gravação de um discurso intitulado "Continuem a lutar, campeões da Somália",[58] em que ampliava as exortações à derrubada do governo "apóstata" de Sharif. A Al-Shabab começou a dominar facilmente territórios de todo o sul da Somália, e logo se viu no controle de uma área muito maior do que aquela controlada pelo governo somaliano, embora este último fosse apoiado por milhares de soldados da União Africana, financiados e treinados pelos Estados Unidos e outros países ocidentais. A Al-Shabab acabou se tornando a principal força jihadista na Somália — e em breve tinha sob seu domínio um território maior que o de qualquer outro grupo ligado à Al-Qaeda na história. A política americana dera errado de alto a baixo, transformando, em poucos anos, uma turba somaliana desorganizada nos novos heróis da luta global da Al-Qaeda.

23. "Se seu filho não vier para cá, será morto pelos americanos"

IÊMEN, 2007-9 — Durante o tempo em que Anwar Awlaki cumpriu pena em regime de prisão solitária num cárcere do Iêmen, a Al-Qaeda ressurgia naquele país. Embora a liderança civil do governo Bush praticamente não prestasse atenção nisso, o JSOC acompanhava de perto a reorganização da Al-Qaeda no Iêmen. Em 27 de março de 2007, uma unidade militar iemenita da província de Hadramaut descobriu um drone espião dos Estados Unidos[1] que a maré levara à praia, no mar da Arábia. O *Scan Eagle*, um veículo desarmado de reconhecimento aéreo, fora lançado pelo navio *USS Ashland*, mandado para lá no começo de 2007 para dar apoio às operações de contraterrorismo da Força-tarefa Combinada 150 no Chifre da África. Grupos de direitos humanos também alegavam que o *Ashland* estava sendo usado pelas forças americanas como prisão flutuante,[2] recebendo suspeitos de ligação com a Al-Qaeda detidos na região. Um dia depois que os militares iemenitas resgataram o drone, o presidente Saleh ligou para o encarregado de negócios dos Estados Unidos no Iêmen, que garantiu que o *Scan Eagle* tinha caído no mar e não penetrara no espaço aéreo iemenita. Saleh disse ao americano que não engolia a história, mas prometeu que o Iêmen não "transformaria aquilo num incidente internacional", como se lê num telegrama diplomático americano, enviado depois do telefonema, e que "instruiria as autoridades do governo [iemenita] a não comentar" o acontecimento. Em vez disso, o governo Saleh

divulgou uma versão que ajudava a promover a campanha de propaganda de Saleh contra o Irã. Em 29 de março, órgãos de comunicação oficiais do Iêmen noticiaram que forças militares iemenitas tinham derrubado um "avião de espionagem" iraniano, depois de consultas a "forças multinacionais" na região. De acordo com o telegrama americano, Saleh "poderia ter aproveitado a oportunidade para ganhar pontos políticos, mostrando-se duro contra os Estados Unidos em público, mas preferiu culpar o Irã". O drone acidentado foi um presságio do que estava por vir.

Enquanto a Al-Qaeda se reagrupava no Iêmen, começou a realizar uma série de ações em pequena escala, principalmente na província de Marib, local do ataque do drone americano que matou Harithi em 2002. Entre essas ações estavam ataques suicidas contra instalações produtoras de petróleo e gás.[3] Em março de 2007, assassinaram o chefe das investigações criminais[4] em Marib, Ali Mahmud al Qasaylah, por sua suposta atuação no ataque do drone. Numa mensagem gravada em áudio,[5] o assistente de Wuhayshi, Qasim al-Rimi, anunciou que Wuhayshi era o novo chefe da Al-Qaeda no Iêmen. Na mesma mensagem, Rimi declarou que o grupo continuaria a vingar-se dos responsáveis pelo ataque do drone americano. Duas semanas depois da divulgação da fita de Rimi, homens-bomba atacaram um comboio de turistas espanhóis[6] em Marib, matando oito deles, juntamente com dois motoristas iemenitas.

Após dezoito meses na prisão, Awlaki voltou para um mundo em que as guerras americanas a que se opusera ativamente tinham se espalhado. Ao que parecia, a guerra estava chegando ao Iêmen. À medida que o JSOC e a CIA intensificavam suas operações, a história de Awlaki passou a lembrar uma imagem especular. Ao ser libertado, em fins de 2007, ele não se escondeu, como o governo dos Estados Unidos afirmou. Foi para a casa onde morava com a família,[7] em Sana'a, tentando achar um meio de apoiá-la e continuar sua pregação.

Numa entrevista, dias após sua libertação, perguntaram a Awlaki se ele voltaria para os Estados Unidos ou para a Grã-Bretanha a fim de pregar. "Bem,

eu gostaria de viajar.[8] Entretanto, só depois que os Estados Unidos retirarem todas as suas acusações desconhecidas contra mim", respondeu ele. A verdade[9] é que minha volta aos estados Unidos não está proibida. Saí por livre e espontânea vontade e me recuso a voltar de moto próprio", disse Awlaki mais tarde.

> Na verdade, ocorre o contrário. O cônsul americano me incentivou a voltar aos Estados Unidos durante a visita que me fez quando estive preso. Alhamdulillah [graças a Deus], Alá me abençoou dando-me para viver uma terra abençoada pelo testemunho de Rasulullah [o profeta]. Por que trocar isso pela vida nos Estados Unidos? Eu me recuso até a visitar esse país, pois seu governo não merece confiança, já que mente tanto quanto seus meios de comunicação.

Quanto ao que faria em seguida, Awlaki disse: "Tenho algumas oportunidades abertas[10] no momento, e ainda não escolhi entre elas. Por ora, estou estudando a situação".

No começo de 2008, a internet tornou-se a mesquita digital de Awlaki, por meio da qual ele podia alcançar muçulmanos em todo o mundo. Em fevereiro, ele criou seu próprio site na rede (www.anwar-alawlaki.com), intitulado "Iman Anwar's Blog". Criou também uma página no Facebook, atraindo milhares de visitantes. Em sua primeira postagem no blog, Awlaki escreveu:

> Antigamente,[11] era preciso alguns dias para viajar, por exemplo, de Meca a Medina, que estão separadas por apenas 450 quilômetros. Agora, podemos nos comunicar com o mundo inteiro em poucos segundos. Texto, áudio e vídeo, tudo em poucos segundos. Por isso, eu gostaria de dizer a todos os irmãos que conheço pessoalmente e com quem passei horas inesquecíveis: *Salam aleicum e woxa Alá*, nunca os esquecerei [...]. E àqueles que conheci através desses meios de comunicação modernos, mas com quem não pude estar pessoalmente, impedido pelas circunstâncias, digo que ainda me sinto vinculado a eles e que os amo em nome de Alá, porque preferiram seguir o Islã. *Salam aleicum*, e se não nos encontrarmos neste mundo, pedimos a Alá que estejamos entre aqueles que se encontrarão reclinados nos tronos do Paraíso.

O site de Awlaki tinha uma vibrante seção de comentários, e ele construiu uma ampla comunidade on-line a que dava muita atenção. As qualidades

humanas — e uma atenção à discussão mundana — que Awlaki mostrava nesses debates complicavam a forma caricatural como era retratado na imprensa ocidental e ajudavam a explicar a simpatia que despertava, em especial entre certos muçulmanos no Ocidente. Numa postagem intitulada "Você gosta de queijo?",[12] Awlaki levantou a seguinte questão: "Queijo é ótimo. Por isso, se você é fã de queijo, talvez esteja se perguntando: é lícito ou não consumir queijos feitos por não muçulmanos?". Em outra postagem do blog, tratou de práticas financeiras compatíveis com o Alcorão e advertiu os muçulmanos residentes nos Estados Unidos contra a aquisição de uma casa mediante hipoteca imobiliária. "Se você é uma pessoa[13] a quem Alá tornou rico, deve evitar ser proprietário de bens de raiz nos Estados Unidos, investindo seus dólares em ouro e prata", escreveu.

> Além de ser a atitude mais prudente do ponto de vista financeiro, é também o que o Islã recomenda. Os muçulmanos não devem apoiar a economia de um país que os está combatendo. Por fim, os que estão pensando em comprar uma residência nos Estados Unidos mediante hipoteca, que é uma forma clara de *Riba* [usura], devem temer a ira de Alá.

Entretanto, as postagens de Awlaki também eram marcadas por hostilidade aos Estados Unidos e mostravam uma clara radicalização de sua postura política. Não havia mais nenhuma moderação em relação aos Estados Unidos ou à democracia. "Os muçulmanos não procuram se infiltrar[14] no sistema e trabalhar de dentro para fora. Não é esse o nosso estilo. É o estilo dos judeus e dos *munafiquin* [hipócritas], mas não dos muçulmanos", postou ele em agosto de 2008.

> Como muçulmanos, não devemos submeter o Islã aos caprichos das pessoas, ou seja, se elas o escolhem nós o implementamos, se não, aceitamos sua decisão. Nossa posição é que havemos de impor o reino de Alá na Terra pela ponta da espada, queiram as massas ou não. Não submeteremos a Sharia a testes de popularidade. Rasulullah [o profeta] diz: Fui enviado com a espada até que somente Alá seja cultuado. Esse caminho, o caminho de Rasulullah, é aquele que devemos seguir.

E acrescentou:

> Atualmente o mundo muçulmano está sob ocupação, e as declarações de nossos sábios são claras no sentido de que é a *fardh ayn* [um dever iniludível] de todo muçulmano apto lutar para libertar a terra muçulmana. Quando uma coisa é *fardh ayn*, ela é *fardh ayn*. Não se pode teorizar ou imaginar hipóteses diferentes. A lei é clara e suas implicações também.

Awlaki elogiou o Talibã no Afeganistão e a União das Cortes Islâmicas na Somália como dois "exemplos bem-sucedidos, ainda que longe de perfeitos" de um sistema de governança islâmica. A jihad, ele escreveu, "é o que [o teórico militar Carl] Clausewitz chamaria de 'guerra total', mas com as normas de fogo islâmicas. É uma batalha no campo de batalha e também pelos corações e mentes das pessoas".

Awlaki começou instando seus seguidores nos Estados Unidos a romperem com o governo e a sociedade do país e se afastarem de qualquer participação no processo político:

> Hoje, os Estados Unidos são a terra de um interessante conjunto de pecados[15] colhidos a dedo em todas as nações que existiram antes de nós: a obstinação do povo de Nuh; a arrogância do povo de Aad; a rejeição dos sinais de Alá pelo povo de Thamud; a sodomia do povo de Lut; o desvio financeiro do povo de Shuyab, pois os Estados Unidos são os maiores emprestadores e promotores da economia baseada nos juros; a opressão de Abu Jahl e outros; a cupidez, a fraude, o amor à vida temporal e a falsidade dos filhos de Israel; e também a arrogância do faraó, que tinha a ideia torta de que só por ser o líder da nação mais poderosa do mundo e estava à testa do maior exército de seu tempo, podia, de uma forma ou de outra, derrotar os servos de Alá.
>
> Irmãos e Irmãs, isso leva à convicção de que o castigo de Alá paira sobre os Estados Unidos. Quando? Como? Alá sabe melhor.
>
> Por conseguinte, se vocês fazem parte do grupo de infelizes que foram morar no lugar errado e na época errada, é aconselhável que saiam daí. Isso, obviamente, se me derem ouvidos. Muitos não dão, e ainda estão vivendo a utopia do sonho americano. Não estou falando de Mo e Mike, que ainda estão dançando as músicas da MTV, com sua Coca e seu Big Mac, e que só são muçulmanos no nome; estou falando dos muçulmanos praticantes, que, lamentavelmente, ainda pensam que os Estados Unidos de George W é a Abissínia do Négus.

A IC americana via os sermões de Awlaki na internet como uma ameaça. Algumas autoridades começaram a fazer uma campanha surda contra ele na imprensa. "Há bons motivos para crer[16] que Anwar Awlaki tenha se envolvido em atividades terroristas seríssimas desde que deixou os Estados Unidos, inclusive tramando ataques contra os Estados Unidos e nossos aliados", declarou uma autoridade americana de contraterrorismo ao *Washington Post* em fevereiro de 2008, sem apresentar provas.

Em seu blog e por meio de e-mails, Awlaki levantou questões como a conveniência da participação de muçulmanos ocidentais na jihad, e começou a debater os méritos de viajarem às linhas de frente para lutar. Uma nova geração de jovens muçulmanos privados de direitos procuravam com avidez as gravações de Awlaki em vídeo e áudio. Uma das mais desejadas era "Constantes no caminho da jihad", uma palestra em áudio que, segundo se acreditava, fora gravada em 2005.[17] A palestra baseava-se nas lições de Yusuf al-Ayyiri, o primeiro líder operacional[18] da Al-Qaeda na Península Arábica e articulado estrategista de guerrilhas, morto por forças de segurança sauditas em 2003. Na palestra, Awlaki expunha as ideias de Ayyiri sobre a jihad, inserindo num contexto corrente as histórias de batalhas épicas travadas por guerreiros islâmicos em defesa de sua fé. "Sempre que vocês virem a palavra terrorismo,[19] substituam-na pela palavra jihad." Todos os "governos no mundo estão unidos para lutar contra o Islã", acrescentou Awlaki. "As pessoas procuram achar um meio de cair fora da jihad porque não gostam dela. A realidade da guerra é horrível, e por isso as pessoas tentam evitá-la, mas a luta foi imposta a vocês, é uma instrução de Alá." Os verdadeiros muçulmanos, disse Awlaki, citando os textos de Ayyiri, definem a vitória não como um simples triunfo militar, mas como um ato de sacrifício. "O mujahid sacrificando a 'si mesmo' e a sua riqueza é vitória. A vitória é sua ideia, sua religião. Se você morre por sua religião, sua morte espalhará a *da'wa* [proselitismo em nome do Islã] [...]. Alá escolhe *Shuhada* [mártires] entre os crentes. Isso é uma vitória."

Os analistas de contraterrorismo da CIA e o FBI começaram a esquadrinhar os sermões de Awlaki em busca de pistas que ele pudesse ter deixado sobre suas possíveis ligações com a Al-Qaeda. Não descobriram nada de específico, mas viram uma ameaça em sua influência e na inspiração que muitos buscavam nele. Várias investigações revelavam referências aos sermões de Awlaki, e em especial à palestra "Constantes". "Em certo sentido, Awlaki transpõe um fosso,[20] pois fala em árabe, mas também fala em inglês e é cidadão americano, por isso sabe como se dirigir aos jovens", disse-me o dr. Emile Nakhleh, que já dirigiu a Divisão Política do Islã da CIA. "E assim o perigo não é que ele seja outro Bin Laden. O que algumas pessoas no governo temem em relação a Awlaki é o fato de ele representar esse novo fenômeno de recrutamento, reunindo pessoas comuns que caem no radar."

À medida que crescia a popularidade de Awlaki — muitas de suas postagens recebiam centenas de comentários de pessoas que lhe pediam conselhos —, os Estados Unidos passaram a fazer enorme pressão sobre os serviços de informações iemenitas para que voltassem a prendê-lo. "Os americanos estavam muito furiosos[21] com o governo [iemenita]", disse Saleh bin Fareed, líder da tribo aulaq, que se reunia periodicamente com autoridades americanas e iemenitas para solucionar disputas entre o governo e as tribos iemenitas. "Estavam realmente irritados. E acho que faziam muita pressão sobre o presidente [iemenita] para que ele fosse posto de novo" em custódia. Awlaki era seguido onde quer que fosse. "Era molestado[22] e ficava sob vigilância durante todo o tempo que passava em Sana'a. E não podia fazer nada", lembrou o pai de Awlaki, Nasser, que morava com o filho na época. "Eles o vigiavam de perto", acrescentou Bin Fareed. "E ele não gostava disso. Onde quer que fosse, havia agentes de informações a sua direita e a sua esquerda. Se ele ia à mesquita, iam com ele. Se fosse de carro, estavam atrás dele. Se ele comia, eles também comiam. Acho que ele não se sentia livre."

O xeque Harith al-Nadari, amigo de Awlaki, comentou: "Vivíamos sob vigilância e assédio",[23] e Awlaki determinou que "Sana'a não era mais um lugar adequado para nós". Por fim, decidiu sair de Sana'a e ir para Ataq,[24]

capital da província de Shabwah, área tribal de sua família situada no sul do Iêmen, perto do mar da Arábia. Achou que seria deixado em paz pelos serviços de informações iemenitas e pelo governo americano. Estava enganado.

Washington exercia uma pressão constante sobre o regime iemenita. Quando Anwar saiu de Sana'a, a Inteligência americana exigiu que os serviços de informações iemenitas o levassem de volta para lá. Yahya Saleh, chefe da Unidade de Contraterrorismo do Iêmen, organismo de elite treinado e financiado pelos Estados Unidos, disse a Nasser: "Se seu filho não vier para cá, será morto pelos americanos". Nasser e Bin Fareed viajaram a Shabwah a fim de tentar convencer Anwar a voltar para Sana'a. "Fui a Shabwah. Estive com Anwar. Tentei convencê-lo", disse-me Fareed.

> Ele me respondeu: "Tio, não vou fazer isso. Nasci livre. Eu lhe asseguro que não tenho nada a ver com terrorismo. Não tenho nada a ver com a Al-Qaeda […]. Vou de casa para a mesquita e da mesquita para casa, e as pessoas que a frequentam são todas da aldeia. Eu escrevo na internet, as pessoas me fazem perguntas, e eu respondo. Eu prego o Islã, essa é a minha ocupação".

Anwar disse a seu poderoso tio que se encontrasse alguma prova de que ele estava envolvido em terrorismo, "pode vir, me prender e me pôr na cadeia".[25]

Awlaki tinha levado a mulher e os filhos para Ataq, mas depois eles voltaram para Sana'a a fim de morar com os pais dele. Em Ataq, como me contaram fontes da família, agentes do Serviço de Informações iemenita submetiam Anwar à vigilância constante. Por isso ele resolveu mudar-se para mais longe, indo para a pequena aldeia da família,[26] Al-Saeed, na zona rural. "É um vilarejo. Quer dizer, uns poucos milhares de pessoas moram ali no vale. Todos são da mesma tribo", disse-me Bin Fareed. "Se vem alguém de outra aldeia, sabe-se que é um estranho. Ou seja, todo mundo se conhece. Acho que os americanos não gostaram disso." Na aldeia de sua família, Awlaki continuou a postar mensagens em seu blog, mostrando-se cada vez mais radical. Começou a dizer a amigos e parentes[27] que acreditava que os Estados Unidos estavam em seu rastro.

A caçada dos Estados Unidos a Awlaki coincidiu com a escalada dos ataques da Al-Qaeda ao Iêmen. Em 17 de setembro de 2008, o grupo fez um violento ataque camicase[28] à embaixada dos Estados Unidos em Sana'a. O conjunto de prédios, que lembrava uma fortaleza, foi alvo de uma investida coordenada com carros-bomba, granadas lançadas por foguetes e armas automáticas, matando treze guardas e civis, um deles americano. Todos os seis atacantes morreram também. A Al-Qaeda declarou que o ataque fora bem-sucedido. "Esse ataque é um lembrete[29] de que estamos em guerra com extremistas que se dispõem a matar pessoas inocentes para alcançar seus objetivos ideológicos", disse o presidente Bush ao general David Petraeus na Casa Branca. "Um dos objetivos desses extremistas ao matarem pessoas é tentar fazer com que os Estados Unidos percam a calma e se retirem de algumas regiões do mundo."

Pouco tempo depois, Petraeus assumiria a chefia do Centcom, cargo em que supervisionaria as guerras dos Estados Unidos — declaradas e não declaradas — no Oriente Médio. Uma de suas tarefas seria coordenar uma expansão dos ataques militares secretos dos Estados Unidos no Iêmen. Em maio, pouco depois de ter sido informado de que iria para o comando do Centcom, ele se encontrou no Qatar[30] com o diretor da CIA, Michael Hayden, com o comandante do JSOC, almirante McRaven, e com outras pessoas para discutir planos de aumento dos ataques a suspeitos de pertencerem à Al-Qaeda, onde quer que atuassem.

Quando o ataque à embaixada foi noticiado nos Estados Unidos, o futuro chefe de Petraeus, o senador Barack Obama, estava em plena campanha. "Isso só nos faz lembrar[31] que temos de redobrar nossos esforços para erradicar e destruir as organizações terroristas internacionais", comentou Obama em Grande Junction, Colorado. O Iêmen começava a deixar de ser um local de baixa prioridade.

Michael Scheuer, veterano da CIA com 22 anos de experiência e ex-chefe da unidade da Agência que cuidava de Bin Laden, observou que "a organização da Al-Qaeda no Iêmen parece ter se estabilizado[32] depois do período de confusão e repressão pelo governo que se seguiu à morte de seu líder Abu Ali Harithi, em novembro de 2002". Scheuer acrescentou:

> Para a Al-Qaeda, o Iêmen constitui uma base central, fundamental, que liga seus teatros de operações no Afeganistão, no Iraque, na África Oriental e no Extremo Oriente; proporciona também uma base para treinamento de combatentes iemenitas e para descanso e reaparelhamento de combatentes de múltiplos grupos islâmicos depois de seus períodos de atuação no Afeganistão, no Iraque e na Somália.

Ao todo, houve dezenas de ataques documentados da Al-Qaeda contra solo iemenita, de 2000 até o fim do governo Bush. Com o tempo, cresceram a ajuda militar dos Estados Unidos e o financiamento pela CIA. "Quando [a Al-Qaeda] começa a criar problemas no Iêmen, o dinheiro americano começa a fluir",[33] disse Scheuer. "Para Saleh, a Al-Qaeda é a dádiva perpétua. Para ele, ela é a principal arrecadadora de recursos sauditas e americanos."

Em outubro de 2008, a base americana no Djibuti foi posta, oficialmente, sob o controle do Comando dos Estados Unidos na África (United States Africa Command, Africom), o sexto comando geográfico unificado do Pentágono. O Iêmen permaneceu na AOR do Centcom e se tornou foco de atenção especial do SOC(FWD)-Yemen (Comando Especial de Operações-Avançado Iêmen). Enquanto Saleh administrava suas complexas relações com os Estados Unidos através de canais oficiais, de vez em quando, como disseram veteranos das Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos, equipes do JSOC realizavam "ações diretas, unilaterais" no Iêmen contra suspeitos de ligações com a Al-Qaeda. Tais ações jamais eram mencionadas em público, e algumas podem ter sido feitas sem conhecimento ou autorização direta de Saleh. "Naquele período, estávamos treinando e organizando as forças nacionais de segurança no Iêmen", disse-me o ex-assessor de um alto dirigente do JSOC. "Ao mesmo tempo, localizávamos e,

depois, matávamos pessoas[34] que sabíamos que eram extremistas da Al-Qaeda — ou sobre as quais recaíam suspeitas — na península ou em torno dela, e no próprio Iêmen." Ainda que o Iêmen aparecesse com frequência cada vez maior nos radares do JSOC e da CIA, de modo geral o país permanecia fora das manchetes. Nos três debates entre Barack Obama e John McCain durante a campanha eleitoral de 2008, o Iêmen não foi mencionado uma só vez.

Um dos argumentos usados por Obama em sua campanha foi que Bush desperdiçara, no Iraque, recursos que deviam ter sido usados para combater a Al-Qaeda. "Ela não estava[35] no Iraque até George Bush e John McCain se decidirem pela invasão", declarou em fevereiro de 2008. "Desviaram os olhos dos responsáveis pelo Onze de Setembro — da Al-Qaeda." O novo presidente se comprometeu a reformular as prioridades americanas no Afeganistão, onde o ex-comandante do JSOC, o general McChrystal, ficaria encarregado da guerra, porém Obama logo se deu conta de que sua promessa de fazer a luta se voltar contra a Al-Qaeda não se limitaria ao Afeganistão. Uma pequena nação árabe, o Iêmen, viria a se tornar peça importante no xadrez do contraterrorismo de Obama.

Quando os oito anos da era Bush chegavam ao fim, e a campanha eleitoral americana entrava em suas últimas semanas, Anwar Awlaki invectivou contra as esperanças que os muçulmanos, nos Estados Unidos e em todo o mundo, estavam expressando em relação à candidatura de Barack Obama. "Aqueles que defendem a participação nas eleições americanas argumentam que estão escolhendo o menor de dois males.[36] Esse princípio está correto, mas o que eles não percebem é que, ao escolher o menor de dois males, cometem um mal ainda maior", escreveu Awlaki em outubro de 2008.

> Os tipos de candidatos que a política americana tem exibido são totalmente repulsivos. Pergunto-me: como pode algum muçulmano que tenha uma pitada de *iman* [fé] no coração caminhar até a urna e nela depositar um voto que endossa criaturas como McCain ou Obama?! [...]. Não importa o quanto seu voto seja irrelevante, no Dia do Juízo você será chamado a explicá-lo. Você, sem pressão ou

coerção, optou, conscientemente, por votar a favor do líder de uma nação que está promovendo a guerra contra o Islã.

Posteriormente, numa outra postagem, Awlaki escreveu que "na maioria das questões que dizem respeito aos muçulmanos, há pouca diferença[37] entre McCain e Obama. "Por exemplo, eles têm as mesmas ideias sobre a guerra contra o terror e a questão da Palestina. Toda pessoa que conheça a história da política americana, ainda que por alto, sabe que, no tocante às questões principais, os dois partidos rezam pela mesma cartilha."

À medida que Awlaki elevava o tom de sua retórica, a IC americana aumentava o nível da ameaça que via nele. Um mês antes da eleição de Obama, abriu-se uma minúscula janela na forma como Awlaki era considerado quando Charles Allen, subsecretário de Segurança Interna para Informações e Análise, referiu-se a ele como "partidário da Al-Qaeda[38] e ex-líder espiritual de três dos sequestradores do Onze de Setembro". Foi a primeira vez que uma autoridade do governo americano ligou publicamente Awlaki ao terrorismo. Allen acusou Awlaki de "dirigir aos mulçumanos americanos pela internet, a partir de sua nova residência no Iêmen, palestras radicais incentivando ataques terroristas". Quando as observações de Allen foram publicadas, Awlaki redarguiu em seu blog. Quanto a sua suposta função de "conselheiro espiritual" de alguns dos sequestradores, escreveu: "Essa é uma afirmação sem fundamento,[39] que refutei repetidas vezes durante os interrogatórios do FBI e junto aos meios de comunicação. O governo dos Estados Unidos e a imprensa insistem ainda em espalhar essa inverdade". Quanto a incentivar ataques terroristas, respondeu: "Eu o desafio a apontar uma única palestra em que eu tenha estimulado 'ataques terroristas'". Contudo, aos olhos do governo americano, os apelos de Awlaki em prol da jihad equivaliam a incentivá-los.

Quando Obama, como presidente eleito, começou a plasmar sua política externa e suas equipes de contraterrorismo, o Iêmen apareceu como uma alta prioridade. Embora a maioria dos americanos e do resto da população mundial nunca tivesse ouvido falar de Anwar Awlaki, o novo governo estava

monitorando seus movimentos no Iêmen. As autoridades americanas não apresentaram nenhuma prova concreta de que ele estivesse envolvido ativamente em alguma trama terrorista, mas asseveravam que era uma figura inspiradora, cujos sermões não cessavam de aparecer na investigação de vários complôs. Em 2006, descobriu-se que muçulmanos canadenses, acusados de planejar a invasão do Parlamento para decapitar o primeiro-ministro, tinham ouvido as prédicas de Awlaki. Ademais, alguns dos homens condenados pelo plano de ataque a Fort Dix,[40] em Nova Jersey, em 2007, tinham elogiado Awlaki, segundo uma gravação feita por um informante do governo. Outras referências a ele surgiam em inquéritos realizados no Reino Unido, assim como em Chicago e Atlanta. Awlaki louvava abertamente a Al-Shabab da Somália, onde os Estados Unidos se preocupavam cada vez mais com a possibilidade de muçulmanos ocidentais aderirem à jihad. Jovens americanos de Minneapolis, de ascendência somaliana, que tinham ido para a Somália[41] a fim de juntar-se à Al-Shabab teriam sido inspirados pela palestra "Constantes no caminho da jihad", de Awlaki.

Numa postagem de 21 de dezembro de 2008 intitulada "Saudações à Al-Shabab da Somália", Awlaki escreveu que a captura, pelo grupo, de territórios em Mogadíscio e outras partes da Somália

> enche nosso coração[42] de imensa alegria. Gostaríamos de parabenizar vocês por suas vitórias e realizações […]. A Al-Shabab não só teve êxito em ampliar as áreas que estão sob seu domínio como conseguiu pôr em vigor a Sharia e nos dar um exemplo vivo de como nós, muçulmanos, devemos proceder a fim de mudar nossa situação. O voto não nos valeu, mas a bala, sim.

Awlaki comparou as insurreições armadas da Al-Shabab contra os apaniguados dos americanos aos ensinamentos de "universidades islâmicas dirigidas por Letrados de Zonas Verdes submetidos a governos liderados por proxenetas", cujos ensinamentos defendiam "fraqueza e humilhação". Awlaki afirmou que a "universidade da Somália" haveria de "formar um alunado" de

> combatentes temperados no campo e dispostos a seguir avante sem temor ou hesitação. Ela proporcionará a seus discentes a experiência prática de que a Ummah necessita muitíssimo para seu próximo estágio. Mas o sucesso deles depende do apoio de vocês. Cumpre à Ummah auxiliá-los com homens e dinheiro.

A Al-Shabab respondeu à mensagem de Awlaki, que postou a resposta em seu blog. Dirigindo-se a ele como "amado xeque Anwar",[43] sua declaração dizia:

> Olhamos para o senhor como um dos pouquíssimos letrados que assumem uma postura firme em relação à verdade e defendem a honra dos mujahedin e dos muçulmanos com sua contínua revelação das tramas insensatas dos inimigos de Alá. Alá sabe quantos outros irmãos e irmãs foram tocados por seu trabalho, e por isso lhe pedimos que prossiga com o esforço importante que vem fazendo onde quer que esteja e que nunca tema a acusação dos acusadores.

E concluía: "Oh, xeque, nós o admiramos não só como soldado, mas também como um seguidor de Ibn Taymiya [letrado islâmico famoso por resistir aos mongóis no século XIII]".

Durante o cerco israelense de Gaza, conhecido como operação Chumbo Fundido, iniciado no fim de 2008, o tom de Awlaki tornou-se bem mais radical e belicoso. "O Estado ilegal de Israel[44] precisa ser erradicado. Da mesma forma como Rasulullah os expulsou da Península Arábica, os judeus da Palestina precisam ser empurrados para o mar", ele escreveu. "Não existem civis israelenses, a menos que sejam muçulmanos. Quando o inimigo investe contra nossas mulheres e crianças, devemos investir contra as deles."

Awlaki era influente junto a círculos jihadistas e entre muçulmanos ocidentais jovens e conservadores, inclusive aqueles que pretendiam participar das lutas armadas contra os Estados Unidos, Israel e seus aliados. Seus sermões tinham se tornado virais em fóruns jihadistas na internet, acompanhados com toda a atenção pelos serviços de informações americanos. Mas não foi apresentada nenhuma prova concreta de que Awlaki tenha feito alguma coisa que não estivesse protegida pela Primeira Emenda à Constituição americana, que trata da liberdade de expressão, ou que não exigisse uma longa batalha

judiciária para mostrar que era inconstitucional. Havia, porém, muita fumaça em torno dele que levava os serviços de informações americanos a desejar que ele fosse silenciado, como esteve nos dezoito meses que passou numa prisão iemenita. Agora que ele estava fora do cárcere e se tornando mais popular a cada postagem em seu blog, intensificou-se a vigilância digital sobre ele.

Sem que Awlaki soubesse, seus e-mails estavam sendo interceptados e lidos, enquanto seu blog era vasculhado em busca de pistas de contatos. Em 17 de dezembro de 2008, o FBI interceptou um e-mail que ele recebera de Nidal Hasan, o major do Exército cujos pais tinham sido membros da mesquita de Awlaki na Virgínia, em 2001. O último contato de Awlaki com Hasan se dera antes que ele trocasse os Estados Unidos pelo Iêmen, e fora tão somente para falar com ele a pedido de seus pais. Em retrospecto, o e-mail era fatídico. "Há muitos soldados[45] nas Forças Armadas americanas que se converteram ao Islã durante o tempo de serviço. Há também muitos muçulmanos que aderem às Forças Armadas por uma quantidade de outros motivos", escreveu Hasan a Awlaki.

> Alguns parecem ter conflitos internos e até mataram ou tentaram matar outros soldados [americanos] em nome do Islã, como, por exemplo, Hasan Akbar [soldado americano condenado por matar dois colegas de farda no Kuwait] etc. Outros consideram que não há conflito algum. Fatwas anteriores parecem vagas e não muito definidas.

A seguir, ele perguntou a Awlaki:

> O senhor poderia tecer alguns comentários gerais sobre os muçulmanos nas Forças Armadas [americanas]? O senhor consideraria que uma pessoa como Hasan Akbar ou outros soldados que tenham cometido tais atos com o objetivo de ajudar os muçulmanos/o Islã a lutar pela jihad (vamos apenas imaginar isso por ora), se eles morressem, o senhor os consideraria *shahids* [mártires]? Compreendo que essas perguntas são difíceis, mas o senhor parece ser um dos poucos que moraram nos [Estados Unidos e que] tem um bom conhecimento do Alcorão e da suna, e que não tem medo de falar claro.

Awlaki não respondeu a esse e-mail, mas Hasan continuou a lhe escrever durante meses.

Embora os investigadores americanos nada tenham feito contra Hasan depois desse e-mail, um ano depois, quando ele abateu treze de seus colegas de farda em Fort Hood, no Texas, seus e-mails ajudaram a compor a versão de que Awlaki era um terrorista. "Awlaki sintetiza a filosofia da Al-Qaeda[46] em palestras palatáveis e bem escritas", declarou Evan Kohlmann, que se proclamou estudioso da Al-Qaeda e foi uma conhecida "testemunha especialista" em julgamentos de acusados de terrorismo, ao *New York Times*. "Eles podem não ensinar às pessoas como fabricar uma bomba ou usar uma arma, mas ele lhes diz quem devem matar e por quê, e ressalta a urgência da missão." Kohlmann era chamado com frequência para esclarecer temas referentes à Al-Qaeda junto a autoridades do governo americano, embora não falasse árabe,[47] nem tivesse viajado exaustivamente por países onde a organização tinha forte presença. Kohlmann fez uma exposição ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos e disse que já os avisara quanto ao que disse ser a capacidade cada vez maior de Awlaki para incitar jovens ocidentais a aderir a jihads estrangeiras ou realizar ataques terroristas em seus próprios países. Kohlmann observou que deveria haver "pouca surpresa[48] pelo nome de Anwar Awlaki e seu sermão sobre "Constantes no caminho da jihad" aparecerem em todas as investigações sobre terrorismo de origem nacional, fosse nos Estados Unidos, no Reino Unido, no Canadá ou em outros países". Segundo ele, a prédica "Constantes" de Awlaki era "uma palestra que com o tempo tornou-se a 'bíblia virtual' para extremistas muçulmanos solitários".

Embora Awlaki sem dúvida estivesse chamando a atenção de um número cada vez maior de autoridades e analistas de contraterrorismo nos Estados Unidos, havia na comunidade de informações quem julgasse que sua importância estava sendo exagerada. Os sermões de Awlaki estavam mesmo pipocando em vários inquéritos sobre incidentes ligados ao terrorismo, mas ele era praticamente desconhecido no mundo das verdadeiras células da Al-Qaeda. Salvo entre os muçulmanos ocidentais de língua inglesa, ele não

exercia influência na maior parte do mundo muçulmano. "Acho que tendemos a concentrar tanta atenção nele porque ele prega em inglês.[49] E por causa disso estamos mais expostos ao que ele diz, e porque estamos mais expostos ao que ele diz, supomos que ele tenha mais influência do que realmente tem", declarou Joshua Foust, que na época era analista da DIA no Iêmen. Foust disse que estava preocupado com a possível influência dos sermões de Awlaki sobre jovens muçulmanos ocidentais, mas achava que certas pessoas na IC estavam exagerando o papel que suas prédicas desempenhavam em tramas terroristas. "Não vejo nenhum indício de que [Awlaki] represente alguma espécie de ameaça ideológica contra os Estados Unidos. Eu diria que 99,99% das pessoas que escutam a ideologia de Awlaki, ou acreditam nela, nunca a põem em prática", disse-me Foust.

> Por isso, se você vai argumentar que foi a ideologia que levou alguém a fazer alguma coisa, precisa ter — ao menos na minha opinião — honestidade intelectual e rigor analítico. Vai ter de me explicar o motivo pelo qual aquela ideologia compeliu aquela pessoa a agir, mas por que não compeliu todos os que não agiram a não agir. E quanto a mim, não creio que seja possível mesmo explicar isso. Nunca vi um argumento que realmente o faça. Assim, para começar, creio que grande parte da atenção em Awlaki não faz sentido algum, porque lhe atribuímos uma importância e uma influência que na verdade ele não tem.

Da perspectiva de Awlaki, ele vinha pregando aquela mensagem anos antes do Onze de Setembro, e fazendo isso nos Estados Unidos. "Organizações [muçulmanas americanas] apoiavam a jihad no Afeganistão, na Bósnia, na Tchetchênia e na Palestina. Eu estava lá, nos Estados Unidos, naquele tempo", lembrou Awlaki.

> Clamávamos dos púlpitos[50] […] pela jihad, por Alá, pela criação do Califado. Obediência e Repúdio. Podíamos falar livremente. A liberdade que havia nos Estados Unidos nos permitia dizer essas coisas, e tínhamos muito mais liberdade lá do que em muitos países do mundo islâmico.

Awlaki acreditava que sua mensagem não tinha passado por mudanças fundamentais, mas que o alvo da jihad que ele defendia, sim. Palestras que ele

tinha feito na década de 1990, defendendo a jihad na Tchetchênia, no Afeganistão ou na Bósnia, eram condizentes com as metas das políticas americanas. Uma década depois, as mesmas mensagens — aplicadas contra os Estados Unidos — ganharam um novo significado e mostraram Awlaki como traidor do país em que nascera.

Em fins de 2008, Awlaki postou "Um novo ano: realidade e aspirações", mensagem na qual fazia uma análise de várias guerras no mundo islâmico e citava países em que os mujahedin muçulmanos estavam logrando vitórias sobre as potências ocidentais. No Iraque, escreveu:

> Os Estados Unidos chegaram à conclusão[51] de que não podem resolver o problema sozinhos e precisam buscar a ajuda dos *munafiquin* [hipócritas]. Com todas as forças externas e internas combinando seus esforços para lutar contra os portadores da verdade no Iraque, nossos irmãos não precisam vencer para ser vitoriosos. Tudo que precisam fazer é dar tempo ao tempo. Se conseguirem fazer isso, estão [vencendo]. O invasor não poderá permanecer lá para sempre.

No Afeganistão, afirmou Awlaki, "os mujahedin estão ganhando, a OTAN está perdendo […]. Obama está todo animado a pôr fim ao terrorismo concentrando-se no Afeganistão. Rezo para que os irmãos deem a ele e a suas forças umas boas lições este ano". Awlaki também comemorou a melhora da situação da Al-Shabab na Somália como "a melhor notícia do ano" e escreveu que ela "está vencendo em todas as frentes. Queira Alá que assistamos ao anúncio da criação de um emirado islâmico. A Etiópia está cansada de travar uma guerra por procuração em nome dos Estados Unidos". Awlaki predisse que os Estados Unidos voltariam a investir contra a Somália, observando, como se adivinhasse o futuro: "O mar ao redor da Somália já está ocupado sob o pretexto de proteção contra os piratas. Este ano poderá assistir a bombardeios aéreos, havendo a possibilidade de uma nova invasão por forças terrestres".

Sobre o plano global, Awlaki afirmou: "Está em andamento a separação entre os fiéis e os hipócritas que precede todas as vitórias muçulmanas".

> A jihad prosseguirá.[52] E tudo isso são tijolos para a construção da Ummah em seu próximo estágio. Se Alá deseja um fim, ele prepara o meio para tal. Alá deseja a vitória para essa Ummah e está preparando os meios para isso. Não nos sentemos longe do palco dos acontecimentos. Façamos parte dessa vitória.

De certa forma, a fixação de Awlaki pelos protagonistas islâmicos de uma escalada da guerra global de civilizações tinha paralelo num novo conjunto de listas compiladas secretamente pelas equipes de contraterrorismo do governo Obama. Havia nessas listas dezenas de líderes da Al-Qaeda, bem como militantes situados em níveis muito inferiores da cadeia alimentar: "facilitadores", "suspeitos de militância", "propagandistas". O governo se preparava para uma série de guerras menores no Oriente Médio, no Chifre da África e na Península Arábica, bem como para uma mudança de estratégia no Afeganistão, na tentativa de cortar a cabeça da liderança do Talibã. No centro da nova estratégia de Obama havia um programa de assassinatos que concretizava a visão que Rumsfeld tinha do mundo como campo de batalha.

Awlaki previu que o novo presidente americano seria um falcão contra os movimentos de resistência islâmicos. Estava certo. Obama logo daria carta branca ao JSOC e à CIA para empreender uma caçada humana global. A captura era a segunda opção. A missão precípua era matar aqueles que o presidente considerava uma ameaça aos Estados Unidos, malgrado afirmações públicas em contrário por porta-vozes das Forças Armadas e do governo. A tarefa do JSOC não seria apenas matar os líderes máximos da Al-Qaeda, mas dizimar sua infraestrutura de apoio, matando também todos os seus integrantes. Foi por meio desse programa que Awlaki se viu na alça de mira do novo presidente. Em breve, ele se tornaria um cidadão americano condenado à morte sem ter passado por julgamento.

24. “Obama decidiu manter o rumo fixado por Bush”

ESTADOS UNIDOS, 2002-8 — Barack Obama é professor de direito constitucional, formado numa universidade da Ivy League, e sua carreira política foi cuidadosamente planejada. Em outubro de 2002, quando era senador estadual em Illinois, assumiu uma posição quanto à guerra no Iraque que prenunciava a política externa que mais tarde ele articularia como candidato à presidência. “Não me oponho a todas as guerras”, declarou.

> Eu me oponho a uma guerra tola.[1] A uma guerra irrefletida. Eu me oponho à tentativa cínica, por parte de […] guerreiros de salão, guerreiros de fim de semana desse governo, de nos meter pela goela abaixo suas próprias agendas ideológicas, sem levar em conta os custos em vidas perdidas e as dificuldades suportadas.

Obama aludiria frequentemente a esse discurso, mas pouquíssimos americanos o ouviram na época. Obama surgiu no cenário nacional em 2004, quando fez um ardoroso discurso programático, muito elogiado, na Convenção Nacional Democrata, obteve um lugar no Senado federal e, três anos depois, anunciou sua candidatura à presidência. “Sejamos a geração[2] que nunca esquecerá o que aconteceu naquele dia de setembro e que confrontará os terroristas com tudo o que temos”, disse no discurso em que anunciou que concorreria à presidência. “Podemos trabalhar juntos para rastrear terroristas

com Forças Armadas mais fortes, podemos apertar a rede ao redor de suas finanças e podemos melhorar nossa capacidade de coleta de informações."

Ao definir sua estratégia de campanha em relação à política externa, Obama e seus assessores precisaram assumir uma postura difícil: criticar as políticas de segurança nacional da era Bush e, ao mesmo tempo, mostrar-se muito duros com o terrorismo. Ele adotou uma linha dupla para atacar o candidato republicano, John McCain: ligá-lo à guerra no Iraque, à ausência de prestação de contas e aos segredos da era Bush e, ao mesmo tempo, comprometer-se a travar uma guerra mais inteligente, mais focada, contra a Al-Qaeda.

Na manhã de 4 de outubro de 2007, o *New York Times* publicou uma longa reportagem de primeira página sobre um parecer do Departamento de Justiça, emitido em 2005, que concedia "um endosso franco das mais duras técnicas de interrogatório[3] já utilizadas pela Agência Central de Inteligência". Na gestão do recém-nomeado procurador-geral Alberto Gonzales, a CIA "pela primeira vez recebeu autorização explícita para submeter suspeitos de terrorismo a uma combinação de métodos físicos dolorosos e táticas psicológicas, que incluíam tapas na cabeça, simulação de afogamento e temperaturas gélidas". Naquela manhã, Obama apareceu em rede nacional de televisão. "Isso é um exemplo[4] do que perdemos nos últimos seis anos e que temos de reconquistar", disse ele a Mika Brzezinski, âncora da rede MSNBC.

> Você sabe, todos nós acreditamos que temos de rastrear e capturar ou matar terroristas que ameaçam os Estados Unidos, mas temos de entender que a tortura não vai nos proporcionar informações, e vai criar mais inimigos. Por isso, como estratégia para criar um país mais seguro e protegido, acho isso errado, além de imoral.

Obama acrescentou: "Acho que esse governo, basicamente, julgava aceitável qualquer tática, desde que pudesse dar-lhe uma interpretação que fosse conveniente e mantê-la longe dos olhos do público".

À medida que a campanha presidencial avançava, as promessas de reverter as políticas da era Bush vieram a ocupar lugar de destaque no temário de Obama. A tortura, a prisão de Guantánamo, as guerras sem justificativas nem

prestação de contas e a evisceração das liberdades civis nos Estados Unidos chegariam ao fim, prometeu Obama. "Temos sido governados pelo medo[5] nesses últimos seis anos, e esse presidente utilizou o medo do terrorismo para lançar uma guerra que jamais devia ter sido autorizada", disse no fim de outubro de 2007. Segundo ele, o clima político fomentado pelo governo Bush corroera insidiosamente os Estados Unidos, interna e externamente. "Nem sequer falamos sobre as liberdades civis e sobre o impacto daquelas políticas de medo, do que foi feito em termos de minar as liberdades civis básicas neste país, do que isso fez em termos de solapar nossa reputação em todo o mundo", disse Obama.

No entanto, mesmo enquanto recebia elogios e apoio de liberais e de organizações contrárias à guerra nos Estados Unidos, Obama articulava uma visão de política externa que, no capítulo do contraterrorismo, deixava claro que ele tencionava autorizar operações secretas e clandestinas. "Foi um erro terrível[6] deixar de agir quando tivemos a oportunidade de acabar com uma reunião da liderança da Al-Qaeda em 2005", declarou Obama. "Se temos informações sobre alvos terroristas importantes que nos permitam agir, e se o presidente Musharraf não se dispuser a agir, nós o faremos." McCain criticou Obama por dizer que executaria ataques dentro do Paquistão, qualificando sua atitude de irresponsável. "Não se diz pelo rádio[7] que se vai bombardear um país sem sua permissão", disse McCain. Obama replicou que o governo Bush tinha feito "exatamente isso", e acrescentou: "Essa é a posição que deveríamos ter assumido desde logo [...] o fato é que essa seria a estratégia correta".[8]

Em 2008, ao aceitar a indicação democrata para concorrer à presidência num campo de futebol apinhado em Denver, Colorado, Obama anunciou a política que pretendia executar: ampliar a guerra no Afeganistão e aumentar globalmente as operações americanas de captura e morte. "John McCain gosta de dizer[9] que vai perseguir Bin Laden até as portas do inferno, mas não vai persegui-lo nem até a caverna onde ele mora", disse Obama, reiterando que, se fosse eleito, os Estados Unidos agiriam unilateralmente no Paquistão ou

onde quer que fosse para matar terroristas. "Devemos acabar com Osama bin Laden e seus representantes se os tivermos em mira."

Em seus discursos de campanha, Obama falava sempre em pôr fim à guerra no Iraque, mas também articulava uma linha dura com relação a ataques unilaterais dos Estados Unidos que exigiriam uma participação significativa do JSOC e da CIA. Depois da posse, quando começou a formar a equipe de política externa, ele aliciou uma série de democratas linha-dura, entre eles o vice-presidente, Joe Biden, e a secretária de Estado, Hillary Clinton, que tinham apoiado a invasão do Iraque em 2003. Susan Rice seria a embaixadora na ONU, e Richard Holbrooke chefiaria o componente civil do plano de Obama de ampliar a guerra no Afeganistão. Todos eles tinham apoiado, no passado, intervenções militares e políticas econômicas neoliberais, além de demonstrar uma visão do mundo sintonizada com o arco da política externa que vinha desde a gestão do primeiro presidente Bush até o presente. Obama manteve também o secretário de Defesa de Bush, Robert Gates, indicou John Brennan, veterano da CIA, para ser seu principal consultor em contraterrorismo e segurança interna, e nomeou o general James Jones seu consultor de segurança nacional.

Republicanos conservadores cobriram de elogios as escolhas de Obama. O principal consultor de Bush, Karl Rove, classificou-as como "tranquilizadoras",[10] e Max Boot, líder neoconservador que trabalhara na campanha de McCain, exultou: "Estou surpreso[11] com essas nomeações. Muitas delas poderiam ter sido feitas por McCain na presidência". Para Boot, a voz de Hillary Clinton seria "poderosa" em "defesa do 'neoliberalismo', que, em muitos aspectos, não difere tanto assim do 'neoconservadorismo'". Michael Goldfarb, colega de Boot, escreveu no *Weekly Standard*, órgão oficial do movimento neoconservador, que com certeza "nada vi que represente uma mudança drástica no modo de atuar de Washington. O que se espera é que Obama decida manter o rumo[12] fixado por Bush em seu segundo mandato".

Semanas depois de assumir o cargo, no começo de 2009, Obama emitiu uma mensagem clara de que pretendia manter intactas muitas das políticas mais agressivas de contraterrorismo de Bush. Entre elas estavam os assassinatos dirigidos, escutas telefônicas não autorizadas, o uso de prisões secretas, uma atitude dura em relação ao direito de habeas corpus para prisioneiros, detenções indefinidas, transferência internacional de presos pela CIA, emprego de drones em bombardeios, utilização de mercenários em guerras americanas e uso da "Prerrogativa do Segredo de Estado". Houve casos em que Obama ampliou os programas da era Bush que antes havia censurado como característicos de um Poder Executivo irresponsável.

Durante a campanha, ele declarou que faria os torturadores da era Bush responderem por seus malfeitos, mas voltou atrás em relação a essa retórica, dizendo depois da eleição que "precisamos olhar para a frente,[13] em contraposição a olhar para trás". Disse que seu trabalho como presidente "consiste em garantir, por exemplo, que na CIA haja pessoas de extraordinário talento que trabalhem duro para manter os americanos em segurança. Não quero que elas sintam, de repente, que têm de passar todo o tempo olhando por cima do ombro".

No começo do mandato de Obama, Dick Cheney acusou-o de estar tomando medidas "para desmontar várias políticas[14] que criamos e que mantiveram a nação em segurança durante quase oito anos contra ataques terroristas como o do Onze de Setembro". Cheney estava enganado. Na realidade, Obama garantiu que muitas dessas políticas se tornassem instituições bipartidárias, bem estabelecidas, na política de segurança nacional dos Estados Unidos durante muitos e muitos anos. Se essas políticas mantiveram os americanos em segurança — ou se lhes deram menos segurança — é outra questão.

25. Ataques com o selo de Obama

PAQUISTÃO E WASHINGTON, DC, 2009 — Ao se instalar no Salão Oval, em seu novo papel de comandante supremo, o presidente Obama ajustou a retórica da vasta Guerra Total contra o Terror, de Bush, rebatizando-a como "guerra contra a Al-Qaeda e seus aliados". Em seu terceiro dia no cargo, assinou uma série de resoluções executivas que, segundo a versão oficial, "desmantelavam" os programas de tortura e detenção da era Bush. "A mensagem que divulgamos[1] para o mundo é a de que os Estados Unidos pretendem dar seguimento à luta em curso contra a violência e o terrorismo, e que vamos fazer isso com vigilância; vamos fazer isso com eficácia; e vamos fazer isso de maneira compatível com os nossos valores e os nossos ideais", declarou Obama, ao lado de dezesseis oficiais reformados. "Tencionamos vencer essa luta. Vamos vencê-la em nossos termos." Entretanto, ao mesmo tempo que dispensava os rótulos da era Bush e a retórica dos oito últimos anos da política externa americana, ele agia rapidamente para expandir as guerras secretas que haviam marcado os mandatos de seu predecessor.

Um dia depois de Obama ter assinado suas resoluções executivas, o diretor da CIA, Michael Hayden, fez-lhe uma exposição[2] a respeito de uma operação que a Agência estava para realizar no interior do Paquistão: um ataque de drone perto da fronteira do Afeganistão. Os alvos, disse Hayden ao presidente, eram integrantes do alto escalão da Al-Qaeda e do Talibã. Naquele mesmo dia, 23 de janeiro, dois mísseis Hellfire foram lançados contra objetivos situados no Waziristão do Norte e do Sul. O primeiro ataque[3] atingiu um

vilarejo perto de Mir Ali, no Waziristão do Norte, por volta das dezessete horas, hora local. O segundo[4] atingiu uma construção na aldeia de Karez Kot, no Waziristão do Sul, mais ou menos às 20h30. Hayden, que daí a semanas deixaria a Agência, admitiu ante o presidente que os HVTs não tinham sido atingidos, mas que "pelo menos cinco militantes[5] da Al-Qaeda" tinham morrido. "Ótimo", comentou Obama, que deixou claro que apoiava a escalada de ataques de drones no Paquistão.

Quando agentes de Inteligência examinaram a filmagem dos ataques de drones de 23 de janeiro, ficou claro que tinha havido morte de civis. John Brennan procurou o presidente[6] e lhe contou o acontecido. Cinco "militantes" podiam ter morrido nos ataques, mas não eram as únicas vítimas fatais. De acordo com o Bureau de Jornalismo Investigativo, o primeiro ataque, no Waziristão do Norte, matou entre sete e quinze pessoas,[7] quase todas civis. Muitas delas eram de uma mesma família. Segundo relatos, um menino tinha sobrevivido, embora com uma fratura de crânio, uma perfuração de estômago e a perda de um olho.[8] O segundo ataque, no Waziristão do Sul, atingira a "casa errada"[9] e matara de cinco a oito civis, segundo relatos posteriores. Muitos desses mortos, entre os quais ao menos duas crianças, pertenciam à família do ancião de uma tribo, que também morrera. Esse ancião, segundo informações, seria membro de uma "comissão de paz pró-governo".[10]

Obama convocou Hayden para uma reunião e pediu uma exposição em detalhes dos protocolos do programa de drones. Apesar das dezenas de sumários sobre temas de segurança nacional que ele havia recebido desde sua indicação para candidato democrata à presidência, foi nessa ocasião que o novo presidente ouviu falar pela primeira vez daquilo que a CIA chamava de "ataques por indícios".[11] Nos últimos meses do governo Bush, a Agência começara a atacar pessoas com base em comportamentos, e não em informações específicas. Segundo a CIA, "homens em idade militar" que faziam parte de um grande agrupamento de pessoas em determinada região, ou que tinham contatos com outros suspeitos de militância ou com terroristas, podiam ser considerados alvos para ataques de drones. Para a realização de

um ataque não era necessário uma identificação positiva. Bastavam alguns dos "indícios" que a Agência definira para identificar suspeitos de terrorismo.

Depois de ouvir a argumentação de Hayden, Obama decidiu não rejeitar a política de ataques por indícios, embora lhe acrescentasse uma restrição:[12] o diretor da CIA teria a palavra final em todos os ataques. Vez por outra, essa autoridade era delegada ao subdiretor ou ao chefe do Centro de Contraterrorismo da Agência. Obama avisou que poderia retirar a autorização para ataques por indícios em data posterior. Mas não fez isso.[13] Nos meses seguintes, o novo diretor da CIA, Leon Panetta, com ajuda de "autoridades secretas" do Centro de Contraterrorismo da CIA, ministrou ao presidente um "curso intensivo"[14] sobre ataques dirigidos. Panetta fez uma revisão do programa de drones e de outros protocolos de ação, que incluíam a lista de autorizações necessárias para a execução de um ataque. Obama e Panetta teriam reuniões diretas depois que HTVs foram atingidos no Paquistão.

Durante aquele primeiro ano no cargo, Obama realizou reuniões periódicas, de uma hora de duração, com grandes autoridades, nas quais se discutiam todas as questões de segurança nacional e contraterrorismo. De acordo com os participantes, essas primeiras reuniões tinham um caráter "pedagógico".[15] Debatiam-se temas ligados à coleta de informações e ameaças à segurança, mas Obama ainda estava tomando conhecimento de novas capacidades e potenciais. Na maior parte do primeiro ano, os debates sobre captura ou morte de pessoas fora do Afeganistão e do Paquistão foram sobretudo hipotéticos. O vice-diretor do Estado-Maior Conjunto, general "Hoss" Cartwright, e o principal consultor de contraterrorismo de Obama, John Brennan, bem como o almirante McRaven, comandante do JSOC, ganharam voz cada vez mais ativa nas deliberações. Uma das primeiras tarefas relacionadas à agenda de segurança nacional de Obama foi uma revisão rigorosa das resoluções executivas de Bush referentes a assuntos militares. Na área de contraterrorismo, Obama conservou muitas políticas de seu antecessor e acabou mantendo a maior parte das resoluções executivas sem

emendas.[16] Em alguns casos, procurou ampliar as autorizações. Obama começou a atacar o Paquistão praticamente todas as semanas.

Obama herdou de Bush um programa ampliado de uso de drones. Os ataques no Paquistão tinham se tornado mais frequentes nos últimos meses de 2008. Pouco antes de Obama ganhar a eleição, Bush havia "acertado um acordo tácito[17] para permitir que [os ataques com drones] continuassem sem envolvimento paquistanês". A política americana consistia em avisar o Paquistão sobre os ataques quando já estavam em curso ou minutos depois de terem sido realizados. O presidente Obama aprovou a mudança, que trouxe consigo uma elevação da atividade dos drones, e "endossou plenamente[18] o programa de ações secretas". Ele também manteve em suas funções "praticamente todo o pessoal-chave"[19] da CIA que dirigira a campanha secreta no governo Bush. Obama foi apresentado a esse programa, logo depois da eleição, por Mike McConnell, diretor dos Serviços Nacionais de Informações, que estava de saída. Parte dele era uma rede de Humint dentro do Paquistão. Os espiões proporcionavam as informações colhidas no campo, que constituíam uma contrapartida indispensável à vigilância e ao ataque feito pelos drones. O programa de espionagem, que vinha sendo implantado havia cinco anos e, segundo constava, era caro, foi "o verdadeiro [segredo][20] que Obama guardaria consigo a partir daquele momento".

Algum tempo depois da posse, Obama passou a pressionar Panetta com relação à caçada de Osama bin Laden. Em maio de 2009, disse ao diretor da CIA que ele tinha de transformar essa caçada em "sua meta número um"[21] e determinou a Panetta que apresentasse um "plano de operação detalhado"[22] para localizar Bin Laden. Panetta tinha trinta dias para formular esse plano, durante os quais passava ao presidente atualizações semanais sobre seus progressos, mesmo quando havia pouco a informar.

Enquanto a caçada a Bin Laden se intensificava, os ataques com drones prosseguiam. E também a morte de civis. Em 23 de junho, a CIA matou

diversos supostos militantes num ataque de míssil Hellfire no Waziristão do Sul, e horas depois fez outro ataque contra pessoas que participavam de um serviço fúnebre pelos mortos. Dezenas de civis foram mortos[23] — as estimativas variaram de dezoito a 45. "Depois que terminaram[24] as orações, as pessoas pediam umas às outras que deixassem a área, pois havia drones no ar", disse um homem que perdeu a perna no ataque. "Primeiro, dois drones dispararam dois mísseis, o que provocou grande confusão, pois havia fumaça e poeira por todo lado. Pessoas feridas gritavam e pediam ajuda […]. Daí a um minuto, dispararam o terceiro míssil, e eu caí no chão." Segundo se divulgou, os serviços de informações americanos acreditavam que Baitullah Mehsud, líder do Talibã no Paquistão, estaria "entre os presentes".[25] Não estava, pelo menos quando os mísseis foram disparados.

Dizia-se que o esquivo Mehsud já tinha sobrevivido a mais de uma dúzia de atentados contra a sua vida, nos governos de Bush e Obama, em ações que deixaram um saldo de centenas de mortes. Foi então que, no começo de agosto, os serviços de informações americanos localizaram Mehsud na casa de seu sogro,[26] na aldeia de Zanghara, no Waziristão do Sul. Em 5 de agosto, drones da CIA dispararam contra ele, que se achava no terraço da casa, com parentes e outros convidados. Ele foi estraçalhado por dois mísseis Hellfire, que mataram mais onze pessoas.

Em outubro de 2009, ao que se sabe, Obama ampliou as "áreas-alvo"[27] no Paquistão, aumentando o espaço em que a CIA podia atacar, autorizou a Agência a adquirir mais drones e "aumentou a verba das forças paramilitares secretas da Agência". Ele já autorizara, em dez meses, o mesmo número de ataques com drones[28] que Bush autorizara em seus oito anos de governo.

A CIA recebia grande parte do crédito e das críticas pelo programa americano de ataques com drones no Paquistão, mas ela não atuava sozinha. O JSOC tinha suas operações de Inteligência no país e às vezes realizava seus próprios ataques. No centro dos programas de assassinato dirigido do JSOC e da

CIA havia membros de uma divisão de elite da empresa Blackwater, que colaborava no planejamento de assassinatos de pessoas suspeitas de pertencer aos quadros do Talibã e da Al-Qaeda, em operações de "agarrar e prender" Alvos de Grande Valor e outras ações reservadas no Paquistão. Integrantes da Select, a divisão de elite da Blackwater, trabalhavam para a CIA em "bases ocultas[29] no Paquistão e no Afeganistão, onde fornecedores da empresa montam mísseis Hellfire e bombas de quinhentas libras [227 quilos] guiadas a laser, que instalam em aviões Predator pilotados por controle remoto".

Técnicos da Blackwater também trabalhavam para o JSOC num programa paralelo dirigido da Base Aérea de Bagram, no vizinho Afeganistão. Fontes dos serviços de informações e da empresa disseram-me que alguns elementos da Blackwater recebiam permissões permanentes de acesso acima do nível aprovado para eles. Ao pessoal da Blackwater era concedido ingresso no Programa de Acesso Especial, usando Medidas Alternativas Compartimentalizadas de Controle (Alternative Compartmentalized Control Measures, ACCMs). "Com uma ACCM,[30] o gerente de segurança pode lhe dar acesso para que você conheça programas altamente compartimentados, muito acima de "secretos", e opere com eles — mesmo que não tenha nada a ver com isso", disse-me uma fonte dos serviços de informações americanos. Isso permitia a membros da Blackwater que "não têm a permissão de acesso exigida, ou não têm direito a nenhuma permissão de acesso, participarem de operações sigilosas em confiança", acrescentou a fonte. "Pense na situação como um nível superexclusivo acima de sigilo máximo. É exatamente isso o que é: um círculo de amor." Em consequência disso, a Blackwater tinha acesso a informações de "todas as fontes", parte delas coletadas junto a unidades do JSOC em campo. "É assim que, no decorrer dos anos, muitas coisas foram feitas com terceirizados", disse a fonte. "Temos terceirizados que, normalmente, veem coisas que grandes autoridades não veem, a não ser que peçam."

Segundo minha fonte, essa operação Blackwater-JSOC no Paquistão era chamada de Qatar ao Cubo, em referência à base operacional avançada dos Estados Unidos no Qatar que serviu como centro de planejamento e execução

da invasão do Iraque. "Isso passa por ser o admirável mundo novo", disse-me ele.

> Essa é a Jamestown do novo milênio, e se espera que seja um ninho. Você pode saltar para o Uzbequistão, pode saltar de volta pela fronteira, pode saltar de lado, pode saltar para noroeste. Sua localização é estratégica, de modo que eles podem levar seu pessoal para onde quiserem sem ter de discutir com a cadeia de comando militar no Afeganistão, que é complicada. Eles não têm de lidar com essas coisas porque operam numa missão sigilosa.

Além de planejar ataques com drones e operações contra suspeitos de pertencerem às forças da Al-Qaeda e do Talibã para o JSOC e para a CIA, as equipes da Blackwater também ajudaram a planejar missões para o JSOC, dentro do Uzbequistão, contra o Movimento Islâmico do Uzbequistão. A Blackwater não executou diretamente as operações, que em terra couberam ao JSOC, disse-me a fonte de informações militares. "Isso despertou minha curiosidade e realmente me preocupa, porque não sei se você notou, mas nunca me disseram que estávamos em guerra com o Uzbequistão", disse ele. "E então, será que perdi alguma coisa? Rumsfeld está de volta ao poder?" Quando morrem civis,

> as pessoas dizem: "Ah, lá vai a CIA fazendo merda de novo, sem que ninguém a controle". Bem, pelo menos em 50% do tempo, foi o JSOC [que atacou] alguém que eles identificaram por meio de Humint, ou eles próprios colheram as informações, ou elas lhes foram passadas, e aí eles acabam com essa pessoa, e é assim que a coisa funciona.

O Congresso controla as operações da CIA, mas não as operações paralelas do JSOC. "Assassinatos dirigidos não são a coisa mais popular atualmente, e a CIA sabe disso", disse-me a fonte em 2009. "Os terceirizados e, sobretudo, o pessoal do JSOC, que atua protegido por uma missão sigilosa não são [controlados pelo Congresso], de modo que não estão nem aí. Se eles estiverem atrás de uma pessoa e houver 34 [outras] no prédio, 35 pessoas vão morrer. É essa a mentalidade." E acrescentou: "Eles não têm de prestar contas

a ninguém e sabem disso. É um segredo de polichinelo, mas o que você vai fazer, fechar o JSOC?".

Quando o presidente Obama e seu novo gabinete começaram a rever as ações e os programas secretos formulados na era Bush, viram-se diante de uma série de escolhas difíceis. Quais deviam ser interrompidos? Quais deviam prosseguir? O labirinto do programa de ações secretas da CIA, do JSOC e da Blackwater no Paquistão era um legado das lutas internas e do clima de segredo que dominavam a comunidade de contraterrorismo americana desde o Onze de Setembro. Como senador, Obama criticou a Blackwater e apresentou projetos[31] que procuravam fazer com que essa empresa e outras entidades privadas de segurança prestassem contas de suas ações. Agora, na qualidade de comandante supremo das Forças Armadas, ouviu sumários da CIA e das Forças Armadas que destacavam a necessidade de operações secretas. Expor concepções de política durante a campanha eleitoral era fácil, mas confrontar as forças de elite, as mais secretas da máquina de segurança nacional dos Estados Unidos, era outra coisa. E, de maneira geral, Obama preferiu aceitar — e não reprimir — essas forças. Quanto mais o presidente se envolveu com o dia a dia do programa de assassinatos dirigidos, mais esse programa cresceu. No fim de seu primeiro ano de governo, Obama e sua nova equipe de contraterrorismo começariam a construir a infraestrutura de um programa americano formal de assassinatos.

26. Os caras das operações especiais querem "resolver essa merda como fizeram na América Central nos anos 1980"

WASHINGTON, DC, E IÊMEN, 2009 — No dia em que Obama assinou uma resolução executiva determinando o fechamento da prisão de Guantánamo, a causa dos que se opunham a isso ganhou um impulso substancial depois que se soube que um ex-prisioneiro, libertado dentro de um programa de reabilitação apoiado pelos Estados Unidos, tinha reaparecido no Iêmen e declarado ser um líder da Al-Qaeda. Registrado em Guantánamo com o número 372,[1] Said Ali al-Shihri, capturado na fronteira do Afeganistão, tinha sido um dos primeiros detidos levados para Guantánamo, em 21 de janeiro de 2002. Segundo a versão do Pentágono para os acontecimentos, Shihri tinha recebido treinamento em táticas de guerra urbana no Afeganistão e era um "facilitador itinerante da Al-Qaeda",[2] financiando combatentes. De acordo com documentos relativos à sua estada em Guantánamo, Shihri declarou que tinha viajado ao Afeganistão, depois do Onze de Setembro, para participar de operações de socorro humanitário. Por fim, em novembro de 2007, o DoD decidiu repatriar Shihri para a Arábia Saudita. Depois de terminar o programa de reabilitação, apoiado pelo governo Bush, ele desapareceu.[3] Se era membro da Al-Qaeda antes de ser levado para Guantánamo, não se sabe ao certo. Mas não há dúvida sobre o que aconteceu depois de sua libertação.

Em janeiro de 2009, Shihri apareceu num vídeo com outro saudita que estivera preso em Guantánamo, Aby Hareth Muhammad al-Awfi, e dois notórios membros iemenitas da Al-Qaeda: Nasir al-Wuhayshi e Qasim al-Rimi. Nesse vídeo, postado no YouTube no fim de janeiro, os quatro homens, vestidos com uma mistura de traje tribal e farda militar, anunciavam a formação de uma nova organização regional, a AQPA. "Por Alá,[4] a prisão só fez aumentar nossa dedicação aos princípios pelos quais fomos à luta, pelos quais fizemos a jihad e pelos quais fomos presos", declarou Shihri, que usava um *keffiyeh* na cabeça e exibia uma cartucheira a tiracolo. Embora o nome da AQPA fosse conhecido em certos círculos de informações, principalmente na Arábia Saudita, antes da postagem do vídeo, para grande parte do mundo a notícia representou a estreia de uma Al-Qaeda rebatizada. Não por acaso, o quarteto do vídeo era formado por dois sauditas e dois iemenitas: isso era uma declaração sobre a ilegitimidade e o conluio dos governos saudita e iemenita. A nova AQPA "transformava a Al-Qaeda no Iêmen,[5] antes uma subsidiária da franquia, num organismo regional principal, que absorverá a entidade saudita, antes maior", segundo Barak Barfi, pesquisador da Fundação Nova América e especialista em assuntos do Oriente Médio. Para ele, Wuhayshi "e seus quadros efetivamente reconstruíram uma organização morta e tornaram-na mais forte". Naquele mês, a Arábia Saudita divulgou uma lista das 85 pessoas mais procuradas.[6] Vinte delas, de acordo com os serviços de informações sauditas, haviam aderido à AQPA no Iêmen.

A Al-Qaeda voltava ao Iêmen para se vingar. Um informe do Centro Nacional de Contraterrorismo, divulgado no começo de 2009, assim terminava: "A situação de segurança no Iêmen deteriorou-se substancialmente[7] no ano que passou, uma vez que a Al-Qaeda no Iêmen aumentou seus ataques contra as instituições públicas ocidentais e iemenitas". Durante grande parte do primeiro ano da presidência de Obama, o Iêmen raramente era mencionado em público fora de um pequeno círculo de autoridades de segurança nacional e jornalistas. O governo estava focado na

escalada da guerra no Afeganistão e numa redução das tropas dos Estados Unidos no Iraque.

Durante o primeiro ano do governo Obama, as operações secretas de contraterrorismo foram dominadas por uma ampliação da campanha de ataques com drones no Paquistão, complementados com ações secretas ocasionais do JSOC. O presidente declarou várias vezes que a guerra dos Estados Unidos contra a Al-Qaeda tinha foco nas áreas tribais dos dois lados da fronteira entre o Afeganistão e o Paquistão. "Não creio que ainda haja alguma dúvida[8] de que se desenvolveu um consórcio do terror, cujos tentáculos se estendem por toda parte", declarou a nova secretária de Estado, Hillary Clinton, numa das primeiras vezes que compareceu ao Senado. "Sim, eles alcançam a Somália, o Iêmen, o Maghreb etc., mas têm foco e raízes na área fronteiriça entre o Paquistão e o Afeganistão." No entanto, as autoridades de segurança nacional americanas já sabiam que quanto mais violentas eram suas ações no Paquistão, maior se tornava a probabilidade de que a Al-Qaeda conquistasse santuários em outros lugares.

Em 25 de fevereiro de 2009, em depoimento ante a Comissão Permanente de Inteligência da Câmara dos Representantes, o almirante Dennis Blair, recém-nomeado diretor nacional de Inteligência, afirmou que a sede da Al-Qaeda ficava nas áreas tribais do Paquistão, mas acrescentou: "Estamos preocupados com a mobilidade deles. Parecem pasta de dente num tubo".[9] Blair disse ainda: "Uma preocupação especial é a expansão das redes da Al-Qaeda" no "norte da África e o surgimento e a intensificação da presença da Al-Qaeda no Iêmen". O Iêmen, disse ele, "está ressurgindo como um campo de batalha jihadista", acrescentando sem meias palavras: "Estamos preocupados com a possibilidade de extremistas americanos, criados aqui e inspirados pela ideologia militante da Al-Qaeda, planejarem ataques dentro dos Estados Unidos".

O diretor da CIA, recém-nomeado por Obama, fez eco às apreensões de Blair. "Estamos lidando com um inimigo muito persistente",[10] disse Panetta a um grupo de jornalistas que ele convidou a Langley para uma mesa-redonda.

> Quando são atacados, acham meios de se reagrupar, de se instalar em outras áreas. E é por isso que estou preocupado com a Somália, é por isso que estou preocupado com o Iêmen [...] por causa desse tipo de possibilidade. Por isso, não creio que possamos parar no esforço de tentar desorganizá-los. Creio que o esforço terá de ser contínuo, porque eles não vão parar.

Blair advertiu que o Iêmen e a Somália poderiam "tornar-se santuários seguros" para a Al-Qaeda.

Durante a campanha presidencial, John McCain e outros republicanos tinham tentado convencer os eleitores de que Obama estava mal preparado para enfrentar a ameaça do terrorismo internacional. Entretanto, a partir dos primeiros dias de seu governo, o novo presidente mostrou-se, na verdade, extremamente concentrado em ampliar a guerra secreta dos Estados Unidos contra a Al-Qaeda e em expandi-la muito acima dos níveis da era Bush, em especial no Iêmen.

Dois dias depois da eleição, quando McConnell, diretor nacional de Inteligência que antecedeu a Blair, fez ao presidente eleito uma exposição sobre segurança global, disse-lhe que, depois da presença da Al-Qaeda nas áreas tribais do Paquistão, "uma "ameaça imediata[11] era a organização no Iêmen". Duas semanas depois, quando Obama se encontrou com o almirante Mike Mullen, presidente do Estado-Maior Conjunto, ouviu dele que apesar das informações substanciais dos Estados Unidos sobre a ressurreição da Al-Qaeda no Iêmen, não existiam "planos adequados"[12] para fazer frente a ela. Menos de um ano após a posse de Obama, uma alta autoridade da Casa Branca acusou o governo Bush de ter permitido à Al-Qaeda "se regenerar" no Iêmen e na Somália, "criando novos santuários[13] que têm crescido ao longo dos anos".

No começo de 2009, o governo Obama viu-se num impasse difícil com o presidente Saleh. Obama havia feito campanha prometendo fechar Guantánamo e assinara uma resolução executiva determinando seu fechamento. Quando de sua posse, cerca de metade[14] dos mais de duzentos prisioneiros em Guantánamo era formada por iemenitas. Em vista do

histórico do Iêmen referente a fugas de prisões e falsos programas de reabilitação, o governo não confiava em Saleh para dar o tratamento adequado a prisioneiros que fossem repatriados. Embora os sauditas tivessem "reabilitado" Shihri só para vê-lo transformado em líder da AQPA, a Casa Branca preferia transferir os prisioneiros iemenitas para a custódia saudita.

John Brennan, o principal consultor sobre contraterrorismo do presidente Obama, tornou-se seu porta-voz no trato com o Iêmen. Fluente em árabe, Brennan passara 25 anos na CIA, onde começou como analista e espião para tornar-se diretor das operações da Agência na Arábia Saudita. Em 1996, era chefe da estação da CIA em Riade quando se deu o atentado contra as Torres Khobar,[15] no qual dezenove militares americanos foram mortos. Durante a maior parte do governo Bush, ele esteve no epicentro das operações de informações dos Estados Unidos e veio a ser chefe do Centro Nacional de Contraterrorismo, rastreando informações sobre terroristas em todo o mundo. Brennan ligou-se à equipe de transição de Obama depois da eleição, ajudando a coordenar a estratégia de coleta de informações do novo governo. De início, Obama o escolhera para diretor da CIA, mas Brennan retirou seu nome quando ficou claro que declarações suas, no passado, em apoio a técnicas de "interrogatório estimulado" e a transferências de prisioneiros sem autorização judicial tornariam difícil que sua nomeação fosse confirmada. Em vez disso, Brennan teria o cargo de consultor assistente de segurança nacional para segurança interna e contraterrorismo, que não exigia confirmação pelo Senado. O cargo ganhou maiores poderes quando Obama fundiu as pastas da segurança interna e da segurança nacional e autorizou Brennan a ter acesso "direto e imediato"[16] ao presidente.

Em sua função como porta-voz de Obama em relação ao Iêmen, Brennan viu-se desempenhando um papel duplo: negociar acesso ao território do Iêmen para Operações Especiais e operações da CIA, assim como para treinamento de unidades iemenitas; e tratar da questão dos prisioneiros em Guantánamo. Como era de se prever, Saleh às vezes juntava as duas coisas, usando os prisioneiros como moeda de troca.

Em fevereiro de 2009, depois de fazer acordos com líderes tribais, Saleh liberou 176 homens[17] detidos ao longo de vários anos por suspeita de ligações com a Al-Qaeda. Em 15 de março, na histórica cidade fortificada de Shibam, no sul do país, quatro turistas sul-coreanos[18] morreram num atentado a bomba enquanto posavam para fotografias perto da área designada pelas Nações Unidas como patrimônio cultural. No dia seguinte, Brennan e o diretor de contraterrorismo do NSC, John Duncan, reuniram-se com Saleh, em Sana'a, para persuadir o presidente iemenita a permitir que os Estados Unidos enviassem prisioneiros iemenitas para a Arábia Saudita. Segundo um telegrama diplomático posterior, as propostas de Brennan foram "repetidamente repelidas".[19] Saleh exigiu que os prisioneiros fossem devolvidos ao Iêmen e postos num centro de reabilitação que, por sugestão de Saleh, deveria ser custeado por americanos e sauditas. "Ofereceremos a área em Aden, e vocês e os sauditas arcam com o custeio", disse-lhes Saleh, acrescentando que, em seu entender, 11 milhões de dólares, a título de ajuda, bastariam para a construção do centro. Brennan disse que Saleh estava "assoberbado" com a questão da Al-Qaeda e ocupado demais para dirigir esse centro. Segundo o telegrama, Saleh "mostrou-se ora desinteressado, ora enfastiado, ora impaciente durante a reunião de quarenta minutos".

Nessa reunião, Brennan entregou a Saleh uma carta do presidente Obama. A Saba, agência oficial de notícias do Iêmen, informou que a carta "tratava de cooperação entre os dois países no campo da segurança e do combate ao terror" e "louvava os esforços iemenitas[20] no combate ao terror e afirmava o apoio dos Estados Unidos ao Iêmen". Conforme um telegrama diplomático americano, a carta só se referia à situação de Guantánamo.[21] Antes de deixar Sana'a, Brennan declarou a um sobrinho de Saleh, alta autoridade na área de contraterrorismo no Iêmen, que "transmitia ao presidente Obama sua decepção com o fato de [o Iêmen] mostrar-se inflexível no trato" da questão de Guantánamo. Semanas após a reunião, Saleh afirmou à *Newsweek*: "Não somos soldados obedientes[22] dos Estados Unidos. Não dizemos sim a tudo o que eles nos pedem".

Foi quando Brennan atuava como analista da CIA na Arábia Saudita que o coronel Patrick Lang o conheceu. "Não creio que Brennan esteja à altura de lidar com Saleh em termos de pura sagacidade e manhas", disse-me Lang na época, acrescentando que os iemenitas "sabem como lidar conosco".[23]

Enquanto Brennan e outras autoridades civis discutiam com Saleh sobre os prisioneiros de Guantánamo, o assunto estava longe de ser uma prioridade na política de contraterrorismo de Washington. O governo Obama estava absorvido pela estratégia da guerra no Afeganistão e passaria vários meses debatendo qual seria o número adicional de soldados que deveria enviar ao país e sobre como lidar com os santuários da Al-Qaeda no Paquistão.

O comandante do Centcom, general Petraeus, fez todo o possível[24] para que Obama desse ao general Stanley McChrystal o comando supremo da guerra no Afeganistão, pois McChrystal partilhava seu pendor para ações fulminantes e operações clandestinas. Petraeus, entrementes, fazia planos para a intensificação da ação direta dos Estados Unidos no Iêmen e em outros territórios de sua área de controle. Ainda em abril, diante da Comissão das Forças Armadas do Senado, Petraeus delineou a postura do Centcom, falando em termos gerais muito consentâneos com a visão do mundo como campo de batalha, como na era Bush.

> O êxito contra as redes extremistas[25] na AOR do Centcom — no Iraque, na África, no Paquistão, no Iêmen, no Líbano e em outras partes — requer todas as forças e meios à nossa disposição, empregados numa conduta estratégica fundamentada nos princípios da contrarrebelião [...]. Nossos esforços de contraterrorismo, que buscam desmantelar as redes extremistas e suas lideranças, com frequência mediante o uso de forças militares, são cruciais.

No mesmo mês de abril, Petraeus aprovou um plano,[26] elaborado em conjunto pela embaixada dos Estados Unidos em Sana'a, a CIA e outros órgãos de Inteligência, que visava expandir a ação militar americana no Iêmen. Parte do plano envolvia dar treinamento em operações especiais a forças iemenitas,

mas também ataques unilaterais contra a AQPA. Petraeus queixou-se do que via como a "incapacidade do governo iemenita[27] para dar segurança e exercer controle em todo o seu território", que, segundo ele, "oferece a grupos terroristas e insurgentes na região, e em especial à Al-Qaeda, um santuário onde planejar, organizar e apoiar operações terroristas". Petraeus disse ainda, sem rodeios: "É importante que esse problema seja resolvido, e o Centcom está trabalhando nesse sentido". Apesar da retórica sobre cooperação entre os Estados Unidos e o Iêmen, Petraeus deixou claro que os Estados Unidos fariam ataques no Iêmen sempre que desejassem. "Quando era comandante do Centcom, estava numa posição que lhe permitia começar a aplicar essa 'doutrina sagrada' em outros lugares, no teatro que comandava", recordou o coronel Lang. "E quando você está sentado em seu quartel-general, é muito fácil cogitar ideias como essa." Lang fez uma pausa e acrescentou: "Você sabe como é: que isso seja feito, e isso é feito".

Na época, no verão de 2009, o general McChrystal tinha deixado o JSOC e servia como diretor de operações no Estado-Maior Conjunto. Embora fosse assumir em breve o posto de comandante da guerra no Afeganistão, sugeriu a Obama que mudasse a forma como o JSOC tinha sido usado no governo Bush, e empregasse a unidade como parte de forças-tarefas chefiadas por comandantes combatentes, e não como força independente. Junto com Petraeus, McChrystal procurou convencer Obama a autorizar a expansão das operações secretas contra a Al-Qaeda em uma dúzia de países no Oriente Médio, no Chifre da África e na Ásia Central. O presidente deu sinal verde ao plano. No caso do Iêmen, isso significava que as "ações diretas" ficariam sob comando de Petraeus[28] e seriam executadas pelos ninjas do JSOC.

Em 28 de maio, o vice-diretor da CIA, Stephen Kappes, embarcou num helicóptero da Força Aérea Iemenita[29] e viajou 190 quilômetros para o sul, até a cidade de Taiz, onde foi levado a uma das residências privadas do presidente. Saleh recebeu-o vestindo camisa social branca e calça preta. Tinha um leve corte sobre o olho esquerdo, devido a um acidente que sofrera na piscina, cerca de uma semana antes, em seu palácio de Sana'a. O foco da conversa de

45 minutos foram operações contra a AQPA e o intercâmbio de informações entre o Iêmen e os Estados Unidos, mas primeiro Saleh confirmou que decidira dar apoio à transferência de alguns dos prisioneiros iemenitas de Guantánamo para a Arábia Saudita — coisa que ele garantira a Brennan que não faria. Kappes agradeceu a Saleh em nome do presidente Obama, e, a seguir, Saleh reiterou seu pedido de um centro de reabilitação no valor de 11 milhões de dólares, acrescentando que o governo Bush o prometera. Passaram então a falar da questão central para Kappes: a AQPA. Kappes disse que os Estados Unidos estavam preocupados com a possibilidade de uma tentativa de assassinato contra Saleh. O líder iemenita respondeu que também temia essa possibilidade, acrescentando que já desmontara um plano para abater um dos aviões presidenciais em sua recente visita a Áden. Quando Kappes disse ao presidente que o governo Obama estava determinado a destruir a Al-Qaeda em todo o mundo, Saleh respondeu: "Espero que essa campanha prossiga e tenha êxito. Estamos fazendo o mesmo aqui. Nossa posição é inabalável".

Para Kappes, o resultado mais importante de seu encontro foi "a decisão [de Saleh] de mudar de posição e falar da AQPA como a ameaça mais séria que o Iêmen enfrentava". Kappes e seus assessores observaram que o foco principal de Saleh na AQPA, e não nos houthis ou nos secessionistas do sul, "tinha sido decidido quase que com certeza tendo em mente seus interlocutores [do governo dos Estados Unidos]" e "visava a obter o nível necessário de assistência política, econômica e militar para protelar o colapso do Iêmen, bem como as consequências negativas que isso traria para a estabilidade e a segurança da região". Durante a reunião com Saleh, Kappes também destacou que, no norte, os houthis estavam sendo apoiados pelo Irã e pelo Hezbollah. Sem que Kappes soubesse, Saleh estava preparando o caminho para outra ofensiva no norte. Os dois homens concordaram que a cooperação na área das informações estava avançando bem e só poderia tornar-se mais forte.

Em 1º de junho de 2009, Abdulhakim Mujahid Muhammad, cidadão americano, passou de carro diante do centro de recrutamento militar[30] em Little Rock, no Arkansas, e disparou. Matou o soldado raso William Long e feriu o cabo Quinton Ezeagwula, que estavam na rua. Nascido Carlos Bledsoe, Muhammad, convertido ao Islã, viajara em 2007 ao Iêmen, onde se casou e permaneceu por um ano e meio. Foi preso por autoridades locais depois de ser parado num posto de controle portando um passaporte somaliano falso, manuais de armas e publicações de Anwar Awlaki.[31] Muhammad passou quatro meses numa prisão, onde, de acordo com seu advogado, foi torturado por agentes de segurança iemenitas e transformado num radical por outros presos. "Se você um dia sair deste lugar desgraçado,[32] vamos caçá-lo até o dia de sua morte", teria dito a ele um agente do FBI durante a visita que lhe fez na prisão iemenita, segundo seu advogado.

Por fim, o governo dos Estados Unidos persuadiu o do Iêmen a deportá-lo para seu país. Em solo americano, a Força-tarefa Conjunta de Terrorismo, do FBI, investigou-o[33] mas não o pôs sob custódia. Muhammad declarou aos policiais que o interrogaram[34] que tinha sido motivado pelas guerras dos Estados Unidos no Iraque e no Afeganistão.

Após o tiroteio no Arkansas, enquanto seu advogado preparava a defesa, Muhammad enviou uma carta manuscrita ao juiz do processo, em que proclamava sua intenção de se declarar culpado. Explicou que os tiros tinham sido "um ataque jihadista[35] contra forças infiéis", afirmou sua fidelidade a Wuhayshi e à AQPA e disse: "Eu não estava louco, nem passava por pós-trauma, nem fui forçado àquela ação, na qual acredito e que é justificada pelas leis islâmicas e pela jihad da religião do Islã: combater aqueles que travam guerra contra o Islã e os muçulmanos". Talvez nunca venhamos a saber se Muhammad realmente tinha vínculos com a AQPA. Seu pai aventou a hipótese de lavagem cerebral e de que o filho "pudesse estar tentando mostrar-se ligado[36] à Al-Qaeda por acreditar que isso o levaria à execução e a se tornar um mártir". Se aquele tiroteio foi um ataque da AQPA ou não é uma questão que em breve se tornaria irrelevante, ainda que, como outros incidentes

sangrentos, tenha contribuído para a percepção de que o grupo estava determinado a atacar nos Estados Unidos.

Pouco tempo depois dos tiros contra o centro de recrutamento, o ex-vice-presidente Dick Cheney fez uma contundente denúncia pública contra as políticas de contraterrorismo do presidente Obama. Discursando no Instituto Americano de Empreendedorismo, entidade neoconservadora, Cheney atacou a interrupção formal das técnicas de "interrogatório estimulado" e comemorou a decisão do Congresso que cortou a verba destinada por Obama à transferência dos presos de Guantánamo para solo americano, manobra que bloqueou o fechamento da prisão. Cheney classificou as políticas de contraterrorismo de Obama, em especial a proscrição da tortura, como "irresponsabilidade travestida de moralismo",[37] anunciando que essas políticas "diminuiriam a segurança dos americanos".

Enquanto Cheney atacava em público, o governo Obama, nos bastidores, se preparava para lançar uma campanha de contraterrorismo muito maior e mais sofisticada do que a travada por Cheney e seu ex-chefe, sobretudo no que dizia respeito ao Iêmen, com base na polêmica doutrina Bush, segundo a qual o mundo é um campo de batalha. Obama tinha "duplicado a política de Bush",[38] disse Joshua Foust, que trabalhou como analista de assuntos iemenitas para a DIA na primeira metade do governo Obama. Logo depois de deixar a DIA, no começo de 2011, Foust me disse que a postura de Obama em relação ao Iêmen era "fortemente militarizada, fortemente focada em neutralizar diretamente a ameaça, em vez de drenar o pântano".

Desde o começo, os homens encarregados de "neutralizar a ameaça" eram, na verdade, dois dos principais atores da equipe de guerra do governo Bush. Enquanto o general McChrystal coordenava a escalada no Afeganistão e no Paquistão, o general Petraeus supervisionaria as "guerras pequenas" em outras áreas do Centcom, principalmente no Iêmen, em coordenação com o sucessor de McChrystal no JSOC, o almirante McRaven. Na estrutura da Força-tarefa, o JSOC constituía a força principal para ações secretas no Iêmen. Para muitos quadros operacionais do JSOC, o Iêmen parecia mais adequado a suas

qualificações do que o Afeganistão, onde a Al-Qaeda tinha sido em grande medida obliterada ou posta em fuga. "Esses caras são bisturis.[39] Eles não gostam de ser usados como marretas e postos para perseguir pastores de cabras do Talibã. No Iêmen, poderiam voltar a ser bisturis, extirpando a Al-Qaeda." Foust acrescentou que os caras das Operações Especiais "querem resolver essa merda como fizeram na América Central nos anos 1980. Não querem nem saber de perfumaria, contrainsurreição e 'construção nacional'".

Depois da visita de Kappes a Saleh, em maio, como parte do projeto para o Iêmen que envolvia a CIA, as Forças Armadas, o JSOC e o Departamento de Estado, Hillary Clinton autorizou o embaixador dos Estados Unidos no Iêmen, Stephen Seche, a negociar com Saleh a autorização para que os americanos utilizassem à vontade drones e helicópteros[40] sobre águas territoriais iemenitas. Seche foi instruído com todas as letras a não pôr nada no papel e só discutir a proposta pessoalmente. O motivo oficial que daria a Saleh para pedir esses direitos de sobrevoo era que o Centcom precisava dar acesso a seus drones para "impedir o contrabando de armas para Gaza". Um dos argumentos que usaria junto era um dado dos serviços de informações americanos, segundo os quais um "volume significativo de embarques de armas para o Hamas, do Iêmen ao Sudão, atravessa o mar Vermelho em apenas 24 horas". Outro argumento dizia que os Estados Unidos tinham descoberto "uma rede de contrabando originária do Iêmen que estava entregando armas a várias organizações no país, provavelmente incluindo grupos terroristas associados à Al-Qaeda". A cooperação do Iêmen em relação aos drones e helicópteros "aumentaria em muito a capacidade do Centcom para coletar as informações necessárias para identificar e rastrear" os embarques. Ainda que o objetivo dos Estados Unidos ao solicitar essa autorização pudesse realmente ser, até certo ponto, o combate ao contrabando de armas, a época em que foi feito o pedido leva a crer que havia outro motivo, mantido em segredo.

O general Petraeus foi ao Iêmen, em 26 de julho de 2009, para continuar preparando o terreno[41] para o plano conjunto da CIA e das Forças Armadas de

ampliar a campanha contra a AQPA. O general levou um presente para Saleh — a confirmação oficial de que Obama estava aumentando a ajuda militar ao Iêmen. Tanto para Saleh quanto para os Estados Unidos, era importante que o Iêmen demonstrasse estar combatendo a AQPA por sua própria conta e ocultasse a importância do envolvimento americano, que não cessava de aumentar.

Uma semana depois do encontro com Petraeus, Saleh mandou o sobrinho,[42] Ammar Muhammad Abdullah Saleh, alto comandante do Bureau de Segurança Nacional, para Marib, um viveiro de atividade da Al-Qaeda. Sua missão seria acabar com uma suposta célula da organização por meio de uma operação destinada a mostrar a Washington que Saleh estava agindo com seriedade. Foi um desastre. Apesar das negociações de Ammar com líderes tribais locais sobre as condições do ataque, as unidades iemenitas de contraterrorismo se saíram muito mal. Em vez de disparar contra o esconderijo da Al-Qaeda, atacaram uma área tribal, provocando uma batalha de artilharia em que os combatentes tribais na verdade se uniram à AQPA no revide às forças do governo. Um caminhão de suprimentos militares se perdeu e foi capturado por membros da Al-Qaeda. Por fim, as forças de Saleh perderam cinco tanques e vários soldados, enquanto sete outros foram aprisionados. A AQPA não perdeu tempo para tirar proveito do fiasco, chamando-o de "Batalha de Marib" e postando um vídeo[43] que mostrava os soldados capturados. Embora a operação tivesse sido uma catástrofe, foi útil para os Estados Unidos e para Saleh, por mostrar publicamente que o governo iemenita vinha combatendo a AQPA, ajudando assim a acobertar as ações americanas no Iêmen.

Em 10 de agosto, numa reunião com militares americanos, perguntaram ao almirante Mullen "em quais regiões, nós, das Forças Armadas, podemos esperar que tenhamos de nos concentrar não no ano que vem, ou daqui a dois anos, mas daqui a cinco ou dez anos". Ele respondeu: "O que eu vi a Al-Qaeda fazer nos últimos cinco ou seis anos foi confederar-se", acrescentando: "Preocupa-me que estejam sendo criados santuários[44] no Iêmen e na Somália,

por exemplo. Não é diferente do que tinham no Afeganistão quando isso começou, em 2001". Mullen mencionou também o norte da África, as Filipinas e a Indonésia. "É uma rede que está crescendo", disse.

O governo Obama elevou o número de treinadores das Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos no Iêmen. "Eles [os iemenitas] receberam treinamento gratuito,[45] dado pela elite da elite das Forças Armadas dos Estados Unidos — os melhores dentre os melhores", disse-me o ex-assessor de um comandante de Operações Especiais. "Os rapazes da missão 'Assessoria e Assistência', integrada principalmente pelo DEVGRU. O trabalho deles consiste em ensinar você a explodir merdas, pilotar helicópteros e fazer ataques noturnos, e eles são ótimos nisso." Enquanto o treinamento se expandia, também aumentavam as operações do JSOC — unilaterais, secretas e letais.

27. Suicídio ou martírio?

IÊMEN, 2009 — Enquanto o presidente Obama se instalava no Salão Oval, Anwar Awlaki ocupava-se com a construção de seu site e a divulgação de sua mensagem. Postou em seu blog um ensaio intitulado "Suicídio ou martírio?". Embora dissimulado de debate religioso — o Islã julgava o suicídio um pecado mortal ou não? —, o texto era, em última análise, uma defesa dos atentados suicidas. "Hoje em dia o mundo fica espantado[1] quando um muçulmano executa uma operação de martírio. Podem imaginar o que aconteceria se isso fosse feito por setecentos muçulmanos num só dia?", perguntava Awlaki. "Irmãos e irmãs, quer você concordem, quer não concordem com as operações de martírio, deixemos nossas divergências para trás e apoiemos nossos irmãos muçulmanos que estão nas linhas de frente. Da mesma forma como discordamos em muitas outras coisas, não devemos permitir que essas discórdias prejudiquem a solidariedade que devemos ter perante nossos inimigos." Poucas semanas antes de publicar esse ensaio, Awlaki postara links para um de seus textos mais lidos, "44 formas de apoiar a jihad". Em fevereiro, tinha disponibilizado links para que seus seguidores baixassem, gratuitamente, muitas de suas palestras mais apreciadas. A cada postagem nova em seu blog, Awlaki dava uma banana para as autoridades americanas que tinham tentado silenciá-lo e sepultá-lo numa masmorra iemenita. Ali estava Awlaki, atuando on-line à vista de todos, incentivando os muçulmanos a lutar contra os incréus e rotulando os Estados Unidos e seus aliados de "flagelo" e de "os maiores terroristas de todos".[2]

Em março de 2009, Awlaki dirigiu-se, pela internet, a uma conferência religiosa no Paquistão. "Estou lhes falando, neste momento, do Iêmen,[3] e há certas semelhanças entre o Iêmen e o Paquistão, de modo que quando falo de um, é como falar do outro", disse Awlaki aos conferencistas, com a voz alterada pelos efeitos da digitalização. "Ambos os países são parceiros importantes dos Estados Unidos na guerra contra o terror. Ambos abriram mão de sua soberania em favor dos Estados Unidos, ao aceitar ataques com drones dentro de seu território." Ambos tinham "sido usados como postos de abastecimento para a guerra dos Estados Unidos contra os muçulmanos. E ambos são governados por patifes". Awlaki disse que desejava falar francamente com sua plateia porque "dourar a pílula não vai trazer benefício a ninguém. Assim, se desejamos mudar nossa situação, precisamos realmente nos sentar, refletir e decidir qual é a doença, quais são os sintomas e como curá-la".

Em sua alocução, ele apelou a todos os muçulmanos aptos que aderissem à jihad contra os Estados Unidos no Afeganistão, no Iraque e em outros países, e recomendou aos que não pudessem combater que fizessem donativos em dinheiro para as causas. Estamos amealhando bens materiais, e deixamos a jihad na trilha de Alá. É por isso que estamos sendo humilhados agora. E essa humilhação não vai acabar", disse ele. Os Estados Unidos e seus aliados dependem de

> poderio — de seus aviões poderosos, de seus porta-aviões nos oceanos, de seus soldados com armamentos de alta tecnologia e de seus mísseis avançados. Isso é poderio. Como, então, conteremos o poderio deles? Será com negociações? Será desistindo? Será nos rendendo? Será nos dobrando diante deles? [...] Irmãos e irmãs, se não lutarmos hoje, quando lutaremos? A terra dos muçulmanos está ocupada, a opressão é geral, as leis do Alcorão são postas de lado. Que outra época é melhor para a jihad do que hoje?

Nasser Awlaki estava ficando preocupado com o filho. Tudo o que o velho Awlaki escutava de seus amigos e colegas no governo iemenita era sinistro. Altas autoridades de informações vinham avisá-lo de que os americanos

pretendiam matar Anwar. Falavam de drones que poderiam atacá-lo no interior de Shabwah, onde estava morando. O presidente Saleh telefonou pessoalmente para Nasser e lhe suplicou que convencesse Awlaki a voltar para Sana'a. "No momento em que o presidente me ligava,[4] o Ministério do Interior e os órgãos de segurança emitiram uma ordem para que ele fosse capturado", disse-me Nasser. "E o governador de Shabwah me telefonou e disse: 'Ouça, temos uma ordem do Ministério do Interior e dos órgãos de segurança para capturar seu filho'."

Isso não pegou Anwar de surpresa. Na aldeia de sua família, em Shabwah, ele estava morando na casa de barro de quatro andares de seu avô, gravando sermões e escrevendo em seu blog. Logo depois de sua chegada, forças de segurança iemenitas começaram a posicionar veículos[5] e armas no *wadi* (rio seco) que passava diante da casa. Anwar contou ao pai que eles apontavam armas automáticas para a casa, tentando intimidá-lo. "Veja, meu filho, não quero que você seja vítima de assédio, porque ou vai matar alguém ou alguém vai matá-lo", disse Nasser num telefonema. "Por isso, por favor, fique calmo. Não importa o que fizerem, fique calmo, por favor." Nasser temia que, se as forças iemenitas tentassem prender Anwar, começasse um tiroteio entre a tribo aulaq e as forças de segurança iemenitas.

Em maio de 2009, a pedido do presidente Saleh, Nasser e a mulher viajaram a Shabwah para visitar Anwar e pedir-lhe que voltasse com eles para Sana'a. "É isso que o presidente quer",[6] disse Nasser ao filho. "Ele está sendo pressionado pelos americanos." Falaram sobre a ordem de prisão. "O senhor é meu pai", disse Anwar. "Como pode me levar para Sana'a se essas pessoas querem me meter na prisão? Como pode ter certeza, pai, de que os americanos não farão alguma coisa contra mim?" Nasser disse ao filho que não podia lhe dar garantias, mas que acreditava que a volta para Sana'a fosse a medida mais segura. Anwar não quis ceder. "Não permitirei que os americanos[7] me digam em que posição pôr a minha cama", respondeu. "Foi uma discussão acalorada",[8] contou-me Nasser depois. "E isso foi triste para

mim, pois foi a última vez que conversei com ele, e não nos despedimos em termos muito amigáveis."

Saleh bin Fareed conversou com Anwar e concluiu que seu sobrinho não estava causando nenhum mal em Shabwah, uma província rural. Na verdade, achava que Anwar teria menos problemas ali. Bin Fareed ligou para o diretor do Serviço de Informações do Iêmen, general Galib al-Qamish. "Acho que vocês e os americanos[9] estão errados", disse ao general. Anwar "está lá, numa aldeia que tem de mil a 2 mil habitantes. Já que vocês pensam que ele é perigoso, em Sana'a vai estar perto de 2 milhões de pessoas. É melhor deixá-lo lá." Qamish suspirou. "Não é isso o que os americanos querem." Por que aquela obsessão dos americanos com Anwar era uma coisa que não estava clara para Fareed. Como podia um pregador, nos cafundós do Iêmen, representar uma ameaça para o país mais poderoso do mundo?

Anwar não se importava com o que os americanos queriam. Quando seus pais voltaram para Sana'a, começou a planejar o que faria em seguida. Para ele, sua família agira como intermediária para o governo iemenita, que o queria preso. Eram os americanos que vinham dando as ordens. Sabiam onde ele estava, e seus drones poderiam achá-lo. Ele não tinha alternativa: ou se rendia ou entrava para a clandestinidade. Sua mulher e seus filhos ficariam em Sana'a, sob os cuidados dos pais dele. Anwar estava sendo escorraçado, e por fim procurou o companheirismo e a proteção de outros proscritos que estavam sendo caçados no Iêmen. "De que me acusam?[10] De dizer a verdade? De defender a jihad por amor a Alá, e em favor das causas da nação islâmica?", perguntava Awlaki. "O mesmo vale para os americanos. Não tenho a mínima intenção de me entregar a eles. Se me querem, que me procurem."

Nidal Hasan, o psiquiatra do Exército americano, continuava a escrever a Anwar Awlaki, embora seus e-mails não fossem respondidos. Fazia perguntas sobre teologia e sobre a luta do Hamas contra o governo israelense, indagando, entre outras coisas, "é lícito disparar foguetes contra Israel?".[11]

Depois de alguns longos e-mails, Hasan mudou de atitude e começou a perguntar a Awlaki como poderia doar dinheiro para suas causas. Sugeriu que Awlaki lhe desse um endereço para o qual pudessem ser remetidas ordens de pagamento ou cheques, em vez de usarem serviços on-line. "Isso poderá garantir privacidade[12] para as partes envolvidas", escreveu Hasan. No mesmo dia, ele voltou a lhe escrever. "Uma bolsa no valor de 5 mil dólares[13] está sendo concedida ao melhor ensaio intitulado 'Por que Anwar Awlaki é um grande líder e ativista'. Ficaríamos honrados se o senhor entregasse o prêmio." Hasan acrescentou um P.S.: "Nós nos conhecemos rapidamente, há muito tempo, quando o senhor era o imã em Dar-al-Hijra. Não creio que o senhor se lembre de mim. Seja como for, depois disso eu me formei em medicina e terminei a residência". Awlaki finalmente respondeu. "Rezo para que você receba esta mensagem[14] em bom estado de *emaan* [saúde]", escreveu ele a Hasan.

> *Jazakum Allahu khairan* [Que Alá o recompense com benevolência] por pensar bem de mim. Eu não viajo, de modo que não poderei entregar fisicamente o prêmio, e, de qualquer forma, me sinto demasiado "embaraçado", na falta de uma palavra melhor, para entregá-lo. Que Alá o ajude em seus esforços.

Awlaki não deu nenhum indício de que tivesse de Hasan a mais remota lembrança. Hasan escreveu-lhe de novo, voltou a oferecer dinheiro e acrescentou um pós-escrito, dizendo que estava "procurando uma esposa[15] que se disponha a se esforçar junto de mim para agradar a Alá […]. Considerarei seriamente uma recomendação que venha do senhor". Awlaki respondeu:

> Obrigado pela oferta de ajuda.[16] Ela é necessária, mas simplesmente não sei como se fazem essas coisas. Existem pobres, órfãos, viúvas, projetos de *dawa* [proselitismo em nome do Islã] e a lista é enorme. Assim, se você sabe como fazer chegar a ajuda de acordo com a lei e num ambiente que, para começar, seja sério, por favor me diga. Fale-me mais de você. Ficarei de olho, em busca de uma irmã.

Enviado em 22 de fevereiro de 2009, esse foi o último e-mail que se sabe ter sido mandado por Awlaki a Hasan.

Durante vários meses, Hasan continuou a enviar e-mails a Awlaki. "Sei que o senhor é um homem ocupado.[17] Por favor, mantenha meu nome em sua lista de endereços para o caso de eu poder lhe prestar algum serviço e sinta-se à vontade para me telefonar a cobrar", escreveu Hasan. Daí em diante, as comunicações se tornaram uma via de mão única. O tom das mensagens de Hasan tornou-se o de um paciente em psicoterapia tentando tomar decisões difíceis. Num e-mail de maio de 2009, ele pontificou sobre a moralidade dos atentados suicidas e levantou

> a questão do "dano colateral"[18] em que se toma a decisão de permitir a morte de inocentes em troca de um alvo valioso. O Alcorão afirma que uma pessoa deve lutar com seus inimigos quando eles a atacam, mas sem exagerar. Por isso, eu diria que é aceitável o caso do homem-bomba cujo objetivo consiste em matar soldados inimigos ou aqueles que os ajudam, mas que no processo também mata inocentes. Ademais, se os soldados inimigos estão usando táticas antiéticas ou inescrupulosas, então as mesmas táticas podem ser usadas.

Hasan encerrou sua mensagem dizendo a Awlaki: "Sentimos falta de mensagens suas!".

O blog de Awlaki se tornara muito menos ativo do que fora em 2008. Com os governos dos Estados Unidos e do Iêmen em seu encalço, ele tinha questões mais prementes a resolver. Começou a se mudar de um lugar para outro nas áreas tribais de sua família, ao mesmo tempo que levava uma vida bem discreta. Quando tinha acesso à internet, postava um ou dois ensaios.

Enquanto Awlaki se preparava para uma vida na clandestinidade, o governo Obama aumentava a pressão sobre o governo do Iêmen para que caçasse militantes ligados a Al-Qaeda no país. Em 1º de agosto de 2009, Awlaki postou uma análise das batalhas entre o governo iemenita e "os mujahedin" em Marib, em que disse: "O primeiro combate frente a frente[19] entre o Exército e

os mujahedin terminou numa vitória retumbante para estes últimos. Que Alá os abençoe com novos triunfos. O Exército bateu em retirada depois de pedir uma trégua aos mujahedin". O texto assim concluía: "Oxalá isto seja o começo da máxima jihad, a jihad da Península Arábica, que libertaria o cerne do mundo islâmico dos tiranos que estão enganando a Ummah e colocando-se entre nós e a vitória". Para Awlaki, a jihad, pela qual propugnara em discursos durante muitos anos, estava se tornando realidade. Em seu entender, a guerra estava começando agora no Iêmen, e ele teria de decidir se o blog era mais forte que a espada.

Em 7 de outubro, Awlaki voltou a aparecer, com um ensaio intitulado "Poderá o Iêmen ser a próxima surpresa da temporada?",[20] em que escreveu:

> O povo americano deu a George W. Bush apoio unânime para lutar contra os mujahedin e lhe deu um cheque em branco para gastar o quanto fosse necessário para cumprir aquele objetivo. O resultado? Ele fracassou, horrivelmente. E se os Estados Unidos não conseguiram derrotar os mujahedin quando deram a seu presidente apoio ilimitado, como poderão vencer com Obama, que está com rédea curta? Se os Estados Unidos não lograram vencer quando estavam no pináculo de seu poder econômico, como poderão vencer agora, em meio a uma recessão — senão uma depressão?
>
> A resposta é simples: os Estados Unidos não podem vencer e não vencerão. As posições se inverteram, e não há como conter o movimento mundial da jihad. As ideias de jihad proliferam em todo o mundo, os movimentos dos mujahedin ganham força e os campos de batalha estão se expandindo, com os mujahedin abrindo novas frentes…
>
> A jihad desta era começou na Palestina, seguindo para o Afeganistão, a Tchetchênia, o Iraque, o Magreb, e a nova frente bem pode tornar-se o Iêmen.
>
> E quando essa nova frente da jihad se abrir no Iêmen, ela poderá se tornar a mais importante do mundo […]. A Península Arábica sempre foi uma terra de mujahedin, ainda que nenhum combate tenha ocorrido em seu solo. No Afeganistão, na Bósnia, na Tchetchênia e no Iraque, a participação de mujahedin da Península Arábica representou o maior bloco de combatentes estrangeiros. Quando a jihad começar na Península Arábica, ela estará retornando à sua origem […]. Na Península Arábica ficam Meca e Medina [as cidades santas do Islã]. Libertar os lugares santos do domínio da apostasia e da tirania é libertar o coração do Islã […].
>
> Os Estados Unidos e seus aliados na área estão conspirando contra os mujahedin, mas o número deles aumenta dia a dia. Queira Alá conceder a vitória aos verdadeiros crentes e lhes dar também firmeza para trilhar o Seu caminho.

Por casualidade ou desígnio, Anwar Awlaki viu-se na clandestinidade justamente quando a Al-Qaeda no Iêmen estava se tornando uma força real, com seu núcleo em Shabwah e Abyan, as áreas tribais aulaq. Fahd al-Quso, que ainda era caçado pelos Estados Unidos por sua participação no atentado contra o *USS Cole*, era membro da tribo de Awlaki, como várias outras figuras importantes da Al-Qaeda na Península Arábica.

Muitos iemenitas tinham participado da jihad em outras partes do mundo, como observou Awlaki, mas agora o Iêmen assistiria à ascensão de uma afiliada da organização dentro de suas próprias fronteiras. "Em 2001 ou 2002,[21] a Al-Qaeda não tinha mais de dez ou vinte pessoas no Iêmen, e não era uma organização", disse-me Abdul Rezzaq, repórter iemenita independente que entrevistou muitos membros fundadores da AQPA. "Ela só veio a ter uma estrutura em 2009." Na época da formação da AQPA, Awlaki julgou ser seu dever apoiar os irmãos jihadistas na luta contra o regime iemenita; achava também que em breve os americanos lançariam uma guerra contra eles. "Vivi nos Estados Unidos 21 anos.[22] Era a minha pátria", declarou Awlaki mais tarde.

> Fui um pregador do Islã e me envolvi no ativismo islâmico não violento. Entretanto, com a invasão americana do Iraque e a contínua agressão dos Estados Unidos aos muçulmanos, não pude conciliar minha vida lá com o fato de ser muçulmano [...] e cheguei à conclusão de que a jihad contra os Estados Unidos é compulsória para mim, da mesma forma que para todos os demais muçulmanos aptos.

Fazia muito tempo que o governo americano via em Awlaki um estorvo, e a comunidade americana de contraterrorismo o queria calado. Com a ascensão da AQPA no Iêmen, Awlaki passou a ser tido como uma ameaça cada vez mais ativa. O que ocorreu nos dois últimos meses de 2009 selaria a sorte dele. As próprias palavras de Awlaki também cruzaram uma linha essa época, já que ele passou a dar seu endosso, poderoso, a atos específicos de terrorismo contra alvos americanos.

Passado menos de um ano da posse do presidente Obama, o Iêmen seria alçado ao topo da lista de áreas conturbadas no radar do contraterrorismo americano, e Awlaki se tornaria uma figura destacada, a ponto de ser comparado a Osama bin Laden por altas autoridades dos Estados Unidos e classificado como uma das maiores ameaças terroristas que o país enfrentava.

28. Obama abraça o JSOC

SOMÁLIA, COMEÇO DE 2009 — No primeiro ano do governo Obama, grande parte da atenção da política externa americana centrou-se no Afeganistão e na promessa do presidente de intensificar a guerra nesse país. Apesar de estimativas segundo as quais restavam lá menos de cem membros[1] da Al-Qaeda, Obama cogitava um forte aumento no número de soldados americanos para dar continuidade à intervenção que ele chamara de "guerra justa" na campanha. Todavia, embora o Afeganistão fosse o maior espinho internacional para o governo, a Al-Qaeda vinha elevando bastante o número de seus militantes no Chifre da África e na Península Arábica.

Dizimada a União das Cortes Islâmicas, a Al-Shabab tornara-se o principal grupo armado na Somália, controlando territórios em Mogadíscio e outras áreas. Os Estados Unidos e seus prepostos da União Africana estavam apoiando um fraco governo de transição, chefiado pelo xeque Sharif, ex-presidente da UCI. Em maio de 2009, a luta entre o governo de Sharif e grupos ligados à Al-Shabab tornou-se tão intensa na capital que as Nações Unidas acusaram a organização de tentar "tomar o poder à força" numa "tentativa de golpe".[2]

Por volta dessa época, a Al-Shabab divulgou dois vídeos muito bem produzidos[3] em que aparecia um jovem americano barbado chamado Omar Hammami. Ex-aluno da Universidade do Sul do Alabama, ele se declarava membro da Al-Shabab e exortava outros muçulmanos ocidentais a se juntar a ele no campo de batalha da Somália. Hammami — o sobrenome vinha de seu

pai, imigrante sírio[4] — tinha sido criado como um americano comum no sul, jogava futebol e namorava. Sendo cristão, durante o ensino médio converteu-se ao islamismo. Depois disso, deixou a faculdade, casou-se com uma somaliana e tornou-se pai. Hammami começara a se radicalizar, falando em aderir à jihad e frequentando fóruns islâmicos na web. Em 2006, viajou ao Egito, onde conheceu Daniel Maldonado, outro cidadão americano, com quem tivera contato por meio de salas de bate-papo pela internet. Persuadido por Maldonado a viajar para a Somália e ver pessoalmente a revolução islâmica, Hammami embarcou para Mogadíscio, onde se hospedou primeiro com a avó de sua mulher. Em dezembro, às vésperas da invasão etíope, Hammami e Maldonado estavam ligados à Al-Shabab. "Achar aqueles caras caso conseguisse ficar na Somália se tornou minha meta",[5] declarou Hammami, dizendo que "tinha se declarado disposto a receber treinamento".

Maldonado acabou sendo capturado por "uma equipe multinacional de contraterrorismo"[6] na fronteira entre o Quênia e a Somália. Extraditado para os Estados Unidos, foi indiciado por terrorismo no começo de 2007 num tribunal federal.[7] Hammami, porém, evitou a captura e continuou nas fileiras da Al-Shabab. Segundo autoridades americanas de contraterrorismo, atraiu a atenção de Fazul e Nabhan,[8] líderes da Al-Qaeda, sobretudo devido à sua cidadania americana. No fim de 2007, um ano depois de ter chegado à Somália, Hammami apareceu na Al-Jazeera, com um *keffiyeh* cobrindo parte do rosto, explicando por que aderira à Al-Shabab. "Muçulmanos dos Estados Unidos,[9] levem em consideração a situação na Somália", exortou, usando seu pseudônimo, Abu Mansoor al-Amriki, ou o americano. "Após quinze anos de caos e domínio opressivo por parte de milícias apoiadas pelos Estados Unidos, seus irmãos se levantaram e instauraram a paz e a justiça nesta terra."

Hammami tornou-se o mais destacado recrutador de jovens muçulmanos ocidentais pela internet. Aproximou-se mais de Nabhan e Fazul, e, por fim, passou a ser um dos principais quadros operacionais estrangeiros da Al-Shabab. A essa altura, autoridades somalianas estimavam que mais de 450 combatentes estrangeiros[10] tinham entrado na Somália para aderir à luta da

Al-Shabab. "A única razão[11] pela qual estamos aqui, longe de nossa família, longe das cidades, longe de […] vocês sabem […] cubos de gelo, barras de cereais, todas essas coisas é porque estamos esperando para enfrentar o inimigo", disse Hammami no primeiro vídeo que a organização divulgou sobre ele, que estava numa área arborizada usando uma farda de camuflagem e um *keffiyeh*. "Se vocês puderem incentivar[12] seus filhos, seus vizinhos e qualquer pessoa conhecida a mandar mais gente […] para esta jihad, seria uma grande ajuda para nós."

No vídeo de Hammami, outro anglófono — este mascarado e segurando um AK-47 — apela a outros jovens ocidentais a se juntar à Al-Shabab: "Estamos chamando todos os irmãos[13] de além-mar, todos os shabab, onde quer que estejam, para que venham viver a vida dos mujahedin. Eles verão com seus próprios olhos, e gostarão do que virem". Em outros vídeos, Hammami aparece com líderes da Al-Shabab,[14] examinando mapas e ajudando a planejar operações. Em 2008, outro americano, Shirwa Ahmed,[15] morreu num ataque suicida no norte da Somália, tornando-se o primeiro homem-bomba americano de que se tem notícia a praticar um atentado na Somália. Não seria o último.

O número cada vez maior de muçulmanos americanos que viajaram ao Chifre da África para se juntar à Al-Shabab ganhava destaque nas avaliações sobre a ameaça representada pela Somália que esperavam por Barack Obama depois que ele ganhou a eleição, em novembro de 2008. Obama pouco falara sobre aquele país durante a campanha, embora se referisse indiretamente ao crescente imperativo de segurança nacional na África. Haveria, disse, "situações em que os Estados Unidos teriam de atuar com seus parceiros na África para combater o terrorismo com força letal".[16]

Quando o presidente Obama tomou posse, a Somália estava se tornando uma preocupação cada vez maior para a comunidade americana de contraterrorismo. Quando as Cortes Islâmicas assumiram o poder, em 2006, a

Al-Shabab era uma milícia pouco conhecida na periferia do movimento, com pouca participação de clãs. Seus militantes estrangeiros, em especial Fazul e Nabhan, eram perigosos, com comprovada capacidade de planejar e executar grandes ataques. Mas eles não estavam em posição de conquistar a Somália ou tomar uma parcela substancial do território. Agora, porém, em boa medida como reação à política dos Estados Unidos, as fileiras da Al-Shabab cresciam e os territórios por ela controlados se ampliavam. Sharif Sheikh Ahmed assumiu oficialmente a presidência da Somália no mesmo mês da posse de Obama, porém mal podia afirmar ser o prefeito de Mogadíscio. Governava, frouxamente, uma fatia do território da capital — com a autoridade de um vereador cercado de inimigos bem mais poderosos que queriam matá-lo.

"A ideia de que a Somália não passa de um Estado fracassado,[17] em algum lugar perdido, onde as pessoas lutam entre si sabe Deus por que razão, é um constructo que adotamos por nossa conta e risco", declarou Hillary Clinton na sessão em que o Senado confirmou seu nome como secretária de Estado. "O conflito interno no seio dos grupos somalianos é tão intenso quanto sempre foi, só que agora a ele se soma o ingrediente da Al-Qaeda e de terroristas que procuram tirar vantagem do caos."

O governo Obama aumentou o financiamento e os embarques de armas[18] para a Missão União Africana na Somália, a força de manutenção da paz conhecida como Amison. As Forças Armadas de Uganda, apoiadas pelo Burundi, assumiram o comando da situação onde os etíopes o tinham deixado, e começaram a expandir sua base militar próxima ao aeroporto internacional de Mogadíscio. A essa altura, a Al-Shabab tinha cercado as forças do governo somaliano e da União Africana no aeroporto e na sede do governo somaliano, semelhante a uma Zona Verde, conhecido como Villa Somalia. As forças da Al-Shabab eram mais bem pagas[19] que o Exército somaliano, e estavam muito mais dispostas a morrer do que os soldados da Amison, que não tinham nenhum interesse pessoal no conflito. Em fevereiro de 2009, quadros operacionais da Al-Shabab executaram ataques suicidas[20] que mataram onze soldados do Burundi. A base da Amison passou a ser alvo de

constantes ataques com morteiros, e seus comandantes admitiram que o bombardeio estava atingindo um "nível sem precedentes".[21] Um ataque de retaliação contra a Al-Shabab provocou uma troca de fogo que deixou quinze mortos em Mogadíscio e mais de sessenta feridos, muitos devido a um morteiro perdido que explodiu numa área civil. O *New York Times* disse que os combates tinham sido "os mais violentos de seu gênero[22] desde que as tropas etíopes se retiraram da Somália".

Alguns meses depois da posse de Obama, altas autoridades tinham começado a debater sobre ataques militares contra acampamentos da Al-Shabab, apesar de não existir ameaça concreta fora da Somália. O *Washington Post* noticiou uma cisão entre autoridades do DoD, que criticavam o que entendiam como uma "ausência de ação", e funcionários civis reticentes, fortemente impactados pelas desastrosas políticas de Bush nos anos anteriores. O governo Obama está "caminhando devagar,[23] e para os atores permanentes, a frustração continua a crescer", disse um funcionário do governo. "É crescente a apreensão quanto ao que os terroristas que operam na Somália podem fazer", disse uma autoridade de contraterrorismo ao *Post*. Nessa altura, o FBI já investigava pelo menos vinte casos[24] de jovens americanos de ascendência somaliana que tinham saído dos Estados Unidos para aderir à insurreição no país.

Enquanto a Al-Shabab continuava a ampliar sua jurisdição, a primeira grande crise que Obama enfrentou na Somália não veio do grupo islâmico, e sim de uma ameaça inteiramente diferente que, cada vez mais, se fazia sentir em torno do Chifre da África e da Península Arábica: piratas. Foi esse confronto — com piratas, e não com a Al-Qaeda — que cimentou a afinidade do presidente Obama com o JSOC.

A pirataria tinha surgido na Somália após a queda do regime de Siad Barre, em 1991. Durante os seis meses em que governou a Somália, a UCI atuou com decisão contra sequestros.[25] Depois da invasão etíope, os piratas tomaram

conta dos mares ao redor da Somália. Eles com frequência eram condenados como terroristas e criminosos, mas havia em suas ações um contexto raramente mencionado. Empresas internacionais e Estados-nações tinham tirado proveito da permanente instabilidade da Somália e passaram a tratar a costa somaliana como seu pesqueiro privado,[26] enquanto outros a poluíam com derrames ilegais de óleo.[27] Inicialmente, a pirataria foi, de certa forma, uma resposta a essas ações, e alguns piratas se viam como uma espécie de guarda costeira somaliana,[28] tributando barcos que procuravam lucrar operando numa área que tinha sido de domínio exclusivo de pescadores somalianos. Essas metas acabaram sendo postas de lado quando os piratas se deram conta de que podiam auferir quantias astronômicas sequestrando navios, fazendo reféns e negociando resgates. A pirataria era um grande negócio na Somália. Em certos casos, pagavam-se os resgates, os reféns saíam incólumes e todos iam cuidar da vida. Em raras ocasiões, houve reféns assassinados ou, com mais frequência, mortos de doenças ou descaso.

Em 8 de abril de 2009, os piratas somalianos sequestraram o navio errado. Nesse dia, o *Maersk Alabama*, cargueiro de bandeira americana, navegava no oceano Índico, rumo a Mombasa, acompanhando a costa da Somália, quando se aproximou uma embarcação de pequeno porte, trazendo quatro piratas armados. Os tripulantes do *Alabama* tinham recebido treinamento antipirataria[29] e fizeram tudo o que deviam fazer: soltaram foguetes de sinalização e começaram a transferir todos os que estavam a bordo para um cômodo seguro e protegido.[30] A tripulação manobrou o leme[31] do *Alabama* na tentativa de desviar o rumo do barco dos piratas, muito menor, e a seguir desligou a força do navio e incapacitou seus motores. No entanto, os jovens somalianos eram piratas experientes. Na verdade, a embarcação que estavam utilizando no ataque ao *Alabama* fora lançada do *FV Win Far 161*,[32] um barco de pesca de Taiwan que eles tinham acabado de capturar. Os piratas não faziam ideia de que o navio que estavam sequestrando pertencia a um importante prestador de serviços do DoD dos Estados Unidos,[33] ou que essa

operação poderia ser, em algum ponto, diferente de outras que já tinham realizado.

Quando a Casa Branca soube que um navio de bandeira americana tinha sido capturado e que seu comandante e outros membros da tripulação de vinte homens eram americanos, o sequestro tornou-se uma prioridade. O presidente Obama ouviu uma breve exposição sobre o caso. Tratava-se do primeiro navio registrado nos Estados Unidos e de bandeira americana a ser sequestrado desde os primeiros anos da década de 1800.[34] Horas depois do sequestro, Obama autorizou que um contratorpedeiro, o *USS Bainbridge*, fosse usado na reação.[35]

O *Bainbridge* chegou ao local em 9 de abril e soube que o comandante do *Alabama,* Richard Phillips, estava refém dos piratas[36] em um barco salva-vidas, fechado, a caminho da Somália. Um dos piratas tinha sido ferido durante a abordagem e acabou capturado por uma força da Marinha dos Estados Unidos. Os outros três tinham deixado o *Alabama* e estavam tentando fugir com o único trunfo que conseguiram para negociar: o comandante Phillips. No impasse que se seguiu, Obama e sua equipe de segurança nacional trabalharam 24 horas por dia com comandantes militares, analisando vários cenários sobre como resolver a crise e libertar Phillips ileso. Duas outras belonaves,[37] a fragata *USS Halyburton*, armada com mísseis teleguiados, e o navio de assalto anfíbio *USS Boxer*, foram enviadas para a área.

Dois dias depois da captura de Phillips, o presidente Obama recebeu dois estudos da Segurança Nacional sobre a situação. O secretário de Defesa, Robert Gates, disse que por duas vezes comandantes americanos tinham pedido autorização para o emprego de força letal, a que Obama assentiu "quase imediatamente".[38] A primeira autorização[39] foi dada às oito horas de 10 de abril, depois que oficiais da Marinha que estavam no *Bainbridge* na véspera viram Phillips tentando fugir[40] de seus captores, sendo logo recapturado. Em resposta, os piratas atiraram no mar[41] os únicos equipamentos de comunicação que havia no barco salva-vidas, temendo que fossem empregados para vigilância ou para comunicação secreta com Phillips.

Isso deixou as Forças Navais americanas equipadas apenas com os próprios olhos, e a Casa Branca com medo de que um cidadão americano morresse em público nas mãos de piratas, apenas três meses depois da posse de Obama. Em 11 de abril, às 9h20, o presidente deu uma segunda autorização[42] para o uso de força letal, dessa vez a um "conjunto adicional de forças dos Estados Unidos".

Foi o sequestro do *Alabama* que, de forma muito direta, apresentou o presidente Obama ao JSOC e a suas habilitações. Essa foi "pelo que sei, a primeira vez[43] que Obama teve uma percepção direta de seu próprio poder, como comandante supremo", comentou Marc Ambinder, jornalista com laços muito estreitos com a equipe de segurança nacional do governo Obama. O presidente autorizou agentes do JSOC a partirem imediatamente para o Chifre da África.[44] Ele ouviu também uma exposição a respeito da presença de uma unidade da Equipe 6 dos SEALs na base da baía de Manda,[45] no Quênia, que poderia chegar ao *Bainbridge* em quinze minutos. Esses homens, o presidente soube, eram os melhores atiradores das Forças Armadas americanas.

"Se a situação se reduzir a pôr atiradores de elite num helicóptero, com a certeza de que o primeiro tiro atingirá o alvo, quem deve ser encarregado disso?", perguntou o general Hugh Shelton, ex-chefe do Estado-Maior Conjunto e ex-comandante do Comando de Operações Especiais. Referindo-se à Equipe 6, ele me disse: "Eles são de uma precisão mortífera".[46] Com os atiradores dos SEALs preparados, os comandantes a bordo do navio pediram autorização para neutralizar os piratas. No governo, "houve certo debate", lembrou Ambinder. "Obama, o NSC e advogados queriam fazer isso, porque aquela era a primeira vez que criavam uma operação de cima para baixo, de modo que queriam fazer tudo com muito cuidado. Elaboraram normas de fogo claras e detalhadas."

Em 12 de abril, acreditando que os piratas tencionavam matar Phillips, o comandante do JSOC a bordo do *Bainbridge* foi posto em contato com a Sala de Situação da Casa Branca e falou diretamente com o presidente Obama. "Em síntese, o presidente fez ao comandante uma série de perguntas", disse Ambinder.

"Essas condições estão sendo atendidas? Há alguma maneira de fazer isso, salvar esse sujeito sem causar dano indevido a soldados americanos? A posição de tiro é boa? Há alguma possibilidade de outras baixas ou danos colaterais?" "Não, senhor." E, a seguir, o comandante perguntou: "Tenho sua permissão para ir em frente?". E o presidente disse: "Sim, o senhor tem". O comandante deu sua ordem.

Pá. Pá. Pá.

Três tiros,[47] disparados quase exatamente ao mesmo tempo por três atiradores. Três piratas somalianos mortos.

O capitão Richard Phillips foi resgatado e levado para os Estados Unidos com muita festa. Obama recebeu elogios de todos os setores do espectro político por sua firmeza para abater os piratas e pôr fim a uma situação de extorsão mediante sequestro sem perder uma só vida americana e com apenas três tiros. Nos bastidores, foi uma excelente lição para o presidente Obama sobre a força clandestina que Bush um dia elogiara como "terrível" — o JSOC. Ao agradecer às equipes que atuaram na operação Maersk Alabama, Obama pela primeira vez mencionou publicamente[48] o nome do almirante William McRaven, comandante do JSOC, que supervisionou a operação. "Excelente trabalho", disse ele a McRaven ao lhe telefonar depois da operação. "Os piratas somalianos estavam mortos, o capitão resgatado, e Obama se deu conta de forma clara, fisicamente, de que tem esse poder como presidente", lembrou Ambinder.

Acionar as Forças de Operações Especiais no Afeganistão ou no Paquistão era uma coisa, mas usá-las numa operação não convencional e não programada foi o que deixou bem claro o potencial delas. Depois do episódio dos piratas, o almirante McRaven tornou-se um convidado muito mais frequente do presidente e, da mesma forma como acontecera na gestão de Bush, os militares do JSOC passaram a ser os ninjas estimados de Obama. Após a operação Alabama, "o presidente convidou pessoalmente[49] os líderes das Forças de Operações Especiais à Casa Branca e pediu-lhes que tivessem um

papel participante na política", recordou uma fonte do JSOC que trabalhava no Chifre da África na época. Obama

> pediu-lhes conselhos militares, como profissionais, sobre a melhor forma de levar a cabo essas operações. Foi uma coisa de que nunca se ouvira falar no governo anterior, no sentido de que eles determinariam qual seria a política e a transmitiriam ao Pentágono, que, por sua vez, faria com que os comandos subordinados a executassem.

Obama, disse a fonte, "tinha abraçado" os líderes das Operações Especiais, em especial o almirante McRaven. Seu período na Casa Branca nas primeiras fases da Guerra Global ao Terror "ensinou-lhe a antecipar as necessidades dos formuladores de políticas, de modo que o JSOC estava sempre à frente da curva, eles sempre tinham a prescrição de política perfeita para a Casa Branca", acrescentou. O JSOC "sabia o que lhe seria pedido que fizesse antes que pedissem. Isso é crucial. É por isso que McRaven é uma figura fundamental [...]. Ele liga esses mundos".

Embora o Afeganistão e o Paquistão fossem as linhas de frente primordiais das guerras do JSOC, a situação no Iêmen e na Somália exigia uma atenção especial da equipe de contraterrorismo de Obama. Grande parte da energia da política externa se concentraria publicamente no Afeganistão, mas, em segredo, tanto a Al-Shabab quanto o JSOC estavam transformando a Somália num dos mais importantes campos de batalha da guerra assimétrica.

Em junho de 2009, um homem-bomba executou um ataque ousado[50] contra um hotel perto da fronteira da Etiópia, matando o ministro de Segurança da Somália e mais de uma dúzia de outras pessoas, entre elas um ex-embaixador somaliano. Na mesma semana, insurgentes mataram o chefe de polícia de Mogadíscio[51] num tiroteio. Em julho de 2009, a Al-Shabab havia conquistado tamanho controle sobre Mogadíscio que suas forças se achavam a algumas centenas de metros[52] da Villa Somalia, ameaçando apoderar-se da Zona Verde da capital, que abrigava o governo do xeque Sharif. O ataque só

foi repelido com a intervenção da União Africana, apoiada pelos Estados Unidos. Autoridades do frágil governo da Somália estavam sitiadas e com medo. "O governo está sendo enfraquecido pelas forças rebeldes",[53] disse o xeque Aden Mohamed Nur, presidente do Parlamento, depois da morte do chefe de polícia. "Pedimos aos países vizinhos — Quênia, Djibuti, Etiópia e Iêmen — que enviem tropas à Somália dentro de 24 horas." Isso nunca aconteceu.

Naquele verão, os Estados Unidos anunciaram o envio de quarenta toneladas[54] de armas para as forças do governo da Somália. Em agosto, a secretária Hillary Clinton deu uma entrevista coletiva em Nairóbi, ao lado de Sharif Sheikh. Inserindo um ponto de exclamação na extraordinária trajetória do presidente somaliano — da chefia das Cortes Islâmicas, deposto pelos Estados Unidos e depois líder do país com apoio americano —, ela referiu-se a Sharif como a "melhor esperança[55] que tivemos em bastante tempo". No entanto, a prioridade dos Estados Unidos não era o governo de Sharif. Era a caça. "Apresentamos ao presidente Obama diversas ações e iniciativas contra a Al-Qaeda e outros grupos terroristas", declarou John Brennan, consultor de contraterrorismo de Obama. "Ele não só aprovou essas operações como nos incentivou a sermos ainda mais agressivos, até proativos, a procurar novos meios e novas oportunidades[56] para acabar com esses terroristas." Na mira de Obama, disse Brennan, "destacavam-se aqueles que atacaram nossas embaixadas na África há onze anos […] e nosso país há oito".

No verão de 2009, os somalianos começaram a ver concentrações de grandes navios de guerra ao largo da costa de Mogadíscio. Faziam parte de um grupo de batalha dos Estados Unidos — e estavam ali com um objetivo.

29. "Soltem a rédea do JSOC"

ARÁBIA SAUDITA, WASHINGTON, DC, E IÊMEN, FINS DE 2009 — No fim de agosto de 2009, o príncipe saudita Mohammed bin Nayef recebeu um telefonema[1] de um dos homens mais procurados do reino, Abdullah Hasan Tali al-Asiri, quadro operacional da Al-Qaeda. O príncipe Bin Nayef era filho do poderoso ministro do Interior saudita, o príncipe Nayef bin Abdel-Aziz, terceiro na linha sucessória do trono. Além de atuar como substituto do pai, Bin Nayef era também chefe do serviço de contraterrorismo da Arábia Saudita. Como parte de seus deveres oficiais, ele incentivava os combatentes da Al-Qaeda a se entregarem, através do programa de reabilitação de terroristas do reino. Asiri, que em fevereiro de 2009 tinha sido incluído na lista dos 85 sauditas mais procurados, fugira do país[2] e estava morando no vizinho Iêmen. Se ele estava ligando para o príncipe a fim de se entregar, isso seria um triunfo de valor inestimável para os sauditas. Segundo constava, ele tinha sido recrutado[3] para a Al-Qaeda pelo irmão, Ibrahim Hassan al-Asiri, que, para os serviços de Inteligência saudita e americano, era o principal produtor de bombas para a AQPA.

"Preciso te encontrar[4] para contar toda a história", disse Asiri ao príncipe Bin Nayef.

"Se você vier, eu me encontro com você", respondeu o príncipe.

Asiri disse que veria o príncipe pessoalmente se ele mandasse um jato particular pegá-lo[5] numa cidade saudita que ficava pouco além da fronteira

com o Iêmen, a fim de levá-lo ao palácio de Bin Nayef. O príncipe concordou. No dia 9 de agosto, os dois se encontraram.

De acordo com Richard Barrett, chefe da equipe das Nações Unidas incumbida de monitorar a Al-Qaeda e o Talibã, assim que a reunião começou Asiri ofereceu ao príncipe um telefone celular. "Asiri disse:[6] 'Ah, você precisa falar com meus amigos porque eles também querem se entregar, e se eles falarem com você, com certeza virão'."

Enquanto o príncipe Bin Nayef falava ao telefone com supostos companheiros de Asiri no Iêmen, o telefone ativou uma bomba, explicou Barrett. É difícil crer, mas Asiri embarcara num avião da família real saudita com uma bomba de tetranitrato de pentaeritritol, conhecido como PETN, passara com ela por vários postos de segurança e entrara com ela no palácio do príncipe Bin Nayef em Jeddah. Os sauditas não tinham detectado a bomba, de quase meio quilo,[7] porque ela estava alojada no reto de Asiri. Enquanto o príncipe Bin Nayef falava ao celular, Asiri detonou a bomba. "Foi pura sorte que o príncipe só tenha ferido o dedo, porque a explosão ocorreu para baixo e para cima, e não no sentido lateral, na direção do príncipe", explicou Barrett. O ataque foi registrado em vídeo. "Pode-se ver o braço esquerdo do sujeito metido no forro da sala [...] de modo que a explosão deve ter sido bem forte [...] e pedaços dele espalhados por toda a sala", disse Barrett.

Mesmo o príncipe Bin Nayef tendo sobrevivido, o ataque representou um triunfo simbólico para a Al-Qaeda na Península Arábica. Ao que se saiba, esse foi o primeiro atentado à vida de um membro da família real saudita em décadas, e o primeiro ataque relevante da Al-Qaeda desde um surto de atentados a bomba e de mortes que durou vinte meses entre 2003 e 2004. Supôs-se que a bomba tenha sido fabricada por Ibrahim, irmão de Asari.[8] A AQPA estava no mapa.

Dias depois do malogrado atentado contra o príncipe Bin Sayef, o principal consultor de contraterrorismo de Obama, John Brennan, viajou à Arábia Saudita para entregar uma carta pessoal[9] de Obama a Bin Nayef na qual o presidente expressava seu "horror" pelo ataque. "Estive com o príncipe

Mohammed bin Nayef",[10] contou Brennan mais tarde. "Entrei na sala onde ocorreu o atentado. Sempre trabalhamos em estreito contato com os sauditas." E acrescentou: "Estamos muito preocupados[11] com relação a assassinatos, e continuamos a examinar todas as evidências que nos permitam tomar as medidas necessárias para impedir quaisquer tipos de ataques".

Para Barrett, o episódio dava ensejo à possibilidade de usar bombas escondidas dentro do corpo, como a de Asari, no ataque a linhas aéreas.

> No caso de Asari, temos um sujeito que entrou num avião e passou por pelo menos dois postos de controle. Ele deve ter passado por um detector de metais. Poderia ter entrado em qualquer avião. Aquela técnica teria dado certo em qualquer linha aérea e em qualquer lugar, não importa quais medidas de segurança fossem adotadas no aeroporto. E é provável que isso tenha graves consequências. O que se poderá fazer? Que nível de proteção será possível proporcionar nesses casos?

Depois de se encontrar com os sauditas para tratar do ataque a Bin Nayef em 27 de agosto de 2009, Brennan disse: "Não havia nenhum indício[12] […] de que a Al-Qaeda estivesse tentando utilizar esse tipo de ataque e esse modus operandi contra aviões". Brennan estava equivocado nesse ponto. O atentado malogrado contra Bin Nayef, planejado pelo irmão de Asari, não seria o último de que americanos ou sauditas tomariam conhecimento. No entanto, concentrou mais ainda a atenção, por parte de Riade e de Washington, na base da Al-Qaeda no Iêmen.

Em 6 de setembro de 2009, uma semana depois da tentativa de assassinato contra Bin Nayef, John Brennan mais uma vez reuniu-se com o presidente Saleh em Sana'a.[13] Saleh queixou-se, sem meias palavras, de que a ajuda dos Estados Unidos para as atividades de contraterrorismo era insuficiente e alegou que sua ofensiva contra os rebeldes houthis era de interesse de Washington. "Essa guerra que estamos fazendo é em benefício dos Estados Unidos", disse ele. "Os houthis são inimigos dos americanos também." No encontro com Brennan, Saleh acusou o Irã de tentar prejudicar sua relação

com Washington ao apoiar os houthis e tentar envolver também o Hezbollah. (Num telegrama sigiloso posterior,[14] autoridades americanas reconheceram que desde o início da luta, em 2004, não tinham se registrado ataques dos houthis a americanos ou interesses dos Estados Unidos, e levantaram sérias dúvidas sobre a importância do envolvimento iraniano.) Brennan disse a Saleh que seria contrário à lei dar-lhe apoio militar contra os houthis, já que os Estados Unidos consideravam a luta desse grupo uma "insurgência interna". Saleh replicou que ao negar apoio militar e se recusar a declarar que os houthis eram terroristas, Washington estava solapando as declarações de amizade e cooperação. Autoridades americanas declararam que Saleh estava "em perfeita forma" no encontro com Brennan, "às vezes desdenhoso e desinteressado, em outros momentos conciliador e simpático".

De acordo com o telegrama da embaixada americana sobre a reunião, Saleh "reiterou o pedido de mais recursos e equipamentos para combater" a AQPA. Em troca do aumento da ajuda, que ele sem dúvida desejava mais para suas guerras internas do que para lutar contra a Al-Qaeda, ofereceu a Brennan um trunfo valioso. "O presidente Saleh prometeu aos Estados Unidos acesso irrestrito ao território nacional do Iêmen para suas operações de contraterrorismo", destacou o telegrama. "Saleh insistiu em que o território nacional do Iêmen está disponível para operações de CT [contraterrorismo] dos Estados Unidos."

Brennan e outras autoridades americanas viram a oferta como uma tentativa de contar com uma apólice de seguro no caso de ataques futuros à embaixada dos Estados Unidos ou a outros alvos americanos. "Eu lhes dei uma porta aberta contra o terrorismo", disse Saleh a Brennan, "de modo que não sou responsável." No entender de Brennan, "o interesse [de Saleh] em delegar o esforço de CT no Iêmen", entregando-o aos Estados Unidos, estava ligado a seu desejo de liberar suas próprias forças e equipá-las melhor para enfrentar as rebeliões internas. "Uma campanha concertada de antiterrorismo [dos Estados Unidos] no Iêmen dará condições a Saleh de continuar a dedicar

seus recursos limitados à guerra contra os insurgentes houthis", dizia o telegrama.

> A consequência cabal — que, com fortes razões, suspeitamos que Saleh calculou — de pôr em ação, ao mesmo tempo, os "punhos de ferro" americano e [iemenita] no Iêmen será uma mensagem clara […], [a] qualquer outro grupo interessado em gerar intranquilidade política no país, de que um destino semelhante o aguarda.

Com relação às reuniões entre Brennan e Saleh, o coronel Lang, que tratou com Saleh durante anos, declarou:

> O que eles falam num encontro como aquele não quer dizer absolutamente nada.[15] Você só vê o que eles estão mesmo querendo fazer quando conversa com pessoas no nível operacional, nos bastidores. E quanto mais você os compreende, com menos facilidade será engambelado, e para ser franco, mais dispostos eles se mostram a aparecer com algum tipo de acordo razoável.

Fossem quais fossem os motivos de Saleh, Brennan ficou satisfeito com o encontro, pois os Estados Unidos estavam recebendo sinal verde oficial para executar operações especiais dentro do Iêmen. Brennan entregou uma carta do presidente Obama a Saleh, prometendo maior ajuda na "luta contra o terrorismo". A segurança do Iêmen, escreveu Obama, "é vital para a segurança dos Estados Unidos e da região, e os Estados Unidos adotarão uma iniciativa para ajudar o Iêmen".[16] Durante esse período, segundo fontes das Operações Especiais americanas, o governo Obama começou a autorizar[17] planos para operações mais letais no Iêmen.

Havia no Pentágono quem temesse que o foco no Iêmen estivesse se impondo tarde demais. "Não houve um número suficiente de pessoas[18] na comunidade de informações, ou nas Forças Armadas, que dessem a devida atenção [à região], e a Al-Qaeda tirou proveito disso, pondo-nos em desvantagem", declarou uma alta autoridade da Defesa ao *Washington Times* logo depois da visita de Brennan ao Iêmen. "Isso será para nós um sério problema no futuro próximo."

Em 30 de setembro de 2009, Michael Leiter, diretor do Centro Nacional de Contraterrorismo, compareceu ante o Senado dos Estados Unidos. "A Al-Qaeda encontra-se sob maior pressão[19] atualmente, enfrenta maiores desafios e está mais vulnerável do que em qualquer momento desde o Onze de Setembro", declarou ele à Comissão de Segurança Interna e Assuntos Públicos. "No entanto, mesmo assim, eles continuam sendo um inimigo robusto. E embora eu acredite que fizemos muito no sentido de impedir ataques e de nos defender deles, eles continuam a ser bastante possíveis nos Estados Unidos." Ainda que "o santuário da Al-Qaeda no Paquistão esteja diminuindo e se tornando menos seguro", disse Leiter, o grupo estava crescendo em outros países.

Leiter advertiu os senadores de que ramificações da Al-Qaeda começavam a "constituir uma crescente ameaça para nosso país". Algumas delas "têm se mostrado capazes de atacar alvos ocidentais em suas regiões", declarou, mas "elas aspiram a se expandir ainda mais". Leiter advertiu, em especial, à ameaça cada vez maior que a AQPA representava para o Iêmen. "Assistimos ao ressurgimento[20] da Al-Qaeda na Península Arábica, com o Iêmen desempenhando o papel de importante campo de batalha e possível base regional de operações, na qual a organização pode planejar ataques, treinar recrutas e facilitar a movimentação de quadros operacionais", afirmou. "Tememos que se a AQPA se fortalecer, os líderes da Al-Qaeda possam usar o grupo e a presença cada vez mais numerosa de combatentes estrangeiros na região para ampliar sua capacidade de operações transnacionais."

Nesse dia, o presidente Obama convocou seus principais assessores militares e políticos para uma reunião[21] na Sala de Situação da Casa Branca na qual se debateria a estratégia americana no Afeganistão. Dela participaram o vice-presidente, Joe Biden; a secretária de Estado, Hillary Clinton; o secretário de Defesa, Robert Gates; o diretor da CIA, Leon Panetta; o chefe do Estado-Maior Conjunto, almirante Mike Mullen; o diretor de Inteligência nacional, almirante Dennis Blair; e o general Petraeus. Os detalhes do que foi discutido

na reunião permanecem sigilosos, mas ficou evidente que o Afeganistão não foi o único tema em debate.

Pouco depois dessa reunião, o general Petraeus assinou uma ordem secreta, de sete páginas,[22] que autorizava pequenas equipes das Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos a realizarem operações clandestinas fora dos campos de batalha declarados do Iraque e do Afeganistão. A ordem estava marcada como "LIMDIS" (*limited distribution*) — para distribuição limitada. Cópias impressas foram entregues a cerca de trinta pessoas. Seu codinome original era "Abacate". A diretriz, conhecida como uma Ordem de Execução para uma Força-tarefa Conjunta de Guerra Não Convencional (Joint Unconventional Warfare Task Force, JUWTF), servia como uma espécie de autorização[23] para que equipes de Operações Especiais militares dos Estados Unidos executassem operações clandestinas sem a aprovação direta do presidente para cada operação. "À diferença de ações secretas realizadas pela CIA, essas atividades clandestinas não exigem a aprovação do presidente ou relatórios periódicos ao Congresso", informou Mark Mazzetti, do *New York Times*, a quem foi permitido ler a ordem de execução.

Essa ordem era uma clara comprovação da continuidade da política externa do governo anterior por parte da Casa Branca de Obama. Durante o governo Bush, o Pentágono justificava periodicamente suas operações especiais clandestinas insistindo que as forças não estavam em guerra, mas sim "preparando o campo de batalha". A "ExOrd" de Petraeus, em 2009, manteve e solidificou a justificativa da era Bush para expandir as guerras secretas na presidência de Obama. "Enquanto o governo Bush aprovara algumas atividades militares clandestinas distantes de zonas de guerra designadas como tal, a nova ordem visa tornar essas atividades mais sistemáticas e permanentes",[24] escreveu o *New York Times*. "Suas metas são construir redes capazes de 'penetrar, desorganizar, derrotar e destruir' a Al-Qaeda e outros grupos militantes, bem como 'preparar o ambiente' para futuros ataques de forças militares americanas ou locais, dizia o documento."

Além disso, a ordem de Petraeus deixava claro que os Estados Unidos estavam autorizando suas Forças Armadas, e não apenas a CIA, a executar essas operações secretas. "O governo Obama vinha relutando em permitir tal expansão[25] de atividades militares não tradicionais em países onde os Estados Unidos não têm presença formal. Essa prática era associada negativamente ao desrespeito do governo Bush-Cheney pelas normas internacionais", observou o jornalista Marc Ambinder na época.

> Contudo, imperativos políticos, a ameaça do terrorismo e a percepção do que as Forças Armadas americanas são capazes de realizar se suas rédeas forem cortadas aos poucos fizeram com que alguns dos altos assessores de Obama mudassem de opinião. Para isso contribuiu também o fato de o Congresso ter, de modo geral, dado às Forças Armadas ampla margem para realizarem atividades que paramilitares da Agência de Informações teriam julgado condenáveis.

Além de autorizar ações diretas por parte das Forças de Operações Especiais, a ordem de Petraeus tratava da coleta de informações,[26] inclusive por militares americanos, executivos e acadêmicos estrangeiros, além de outras pessoas, destinadas a identificar insurgentes ou terroristas e sua localização. A ordem, que Petraeus redigiu em conjunto com o almirante Eric Olson, chefe do Comando de Operações Especiais dos Estados Unidos, expunha um plano de operações clandestinas "que não podem nem devem ser executadas"[27] por forças militares regulares ou por órgãos de informações dos Estados Unidos. Entre aqueles que supervisionariam as atividades das Forças de Operações Especiais em todo o mundo, no governo Obama, estava Michael Vickers, ex-paramilitar da CIA da Divisão de Atividades Especiais e um importante ator nas operações de contrabando de armas e dinheiro, pela CIA, para os mujahedin no Afeganistão, na década de 1980.

O coronel Lang disse que na época em que a ordem foi emitida, as forças do JSOC no Afeganistão acreditavam ter eliminado ou capturado uma boa parte dos Alvos de Grande Valor no Afeganistão, ou pelo menos obrigado esses líderes a refugiar-se em outros países. "É por isso que se torna muito tentador começar a caçar pessoas em outros países. Porque esses agentes, altamente

especializados, estão perseguindo alvos que na verdade não são dignos de suas qualificações", disse-me ele. "Para a liderança [...] para o general de três estrelas e os de maior nível [...] a tentação[28] é procurar lugares onde empregar seus rapazes em campos mais verdes." Lang, um ex-boina-verde, falou dos homens do JSOC que travariam as pequenas guerras de Petraeus como "uma espécie de Assassinato S.A.", acrescentando: "O negócio deles é matar gente da Al-Qaeda. Essa é a missão deles. Não estão no negócio de converter quem quer que seja a nossos objetivos ou qualquer coisa desse tipo".

De acordo com o ex-assistente de um comandante graduado das Forças de Operações Especiais durante os governos de Bush e de Obama, a expansão das atividades de Operações Especiais por Obama no mundo inteiro foi, na realidade, uma continuação da Ordem de Execução AQN assinada no começo de 2004 por Rumsfeld, conhecida como "AQN-ExOrd", ou Ordem de Execução da Rede Al-Qaeda. Essa ordem foi criada para contornar processos burocráticos e legais, permitindo às Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos atuar em áreas ou países fora das zonas oficiais de batalha no Iraque e no Afeganistão. A mentalidade na Casa Branca de Obama, disse-me essa fonte, era de que "se o Pentágono já tem poder[29] para fazer essas coisas, que soltem a rédea do JSOC. E foi isso que essa Casa Branca fez". A fonte acrescentou: "O governo [de Obama] deu mais poder ao JSOC do que qualquer outro na história recente. Sem dúvida".

Apesar de certa hesitação inicial, ficou claro que Obama queria expandir e codificar a ordem da era Bush. "O governo Obama pegou a ordem de 2004 e foi acima e além dela", disse-me essa fonte. "O campo de batalha é o mundo. Voltamos a isso", acrescentou. "Estamos nos afastando dela um pouquinho, mas a 'preparação do campo de batalha', de Cambone, ainda está bem viva. Foi adotada para este governo."

No governo Bush, o JSOC e seu comandante, Stanley McChrystal, coordenavam grande parte de suas atividades com o vice-presidente, Dick Cheney, e o secretário de Defesa, Donald Rumsfeld. No governo Obama, o relacionamento com o JSOC tornou-se mais formalizado como um todo. Como

aquele ex-assistente me disse: "Antes a estratégia consistia em isolar o presidente.[30] Agora eles interagem de forma direta e habitual com essas pessoas".

Em 4 de outubro de 2009, poucos dias depois da assinatura da ordem de execução e um mês depois da reunião de Brennan com o presidente Saleh, o almirante McRaven fez uma discreta viagem ao Iêmen[31] para se reunir com Saleh. McRaven usou sua farda da Marinha, com listras amarelas nas mangas. Saleh, com um terno muito bem cortado, sentou-se numa poltrona dourada. O governo de Saleh declarou que os dois homens discutiram a "cooperação" no "combate ao terrorismo". A embaixada dos Estados Unidos em Sana'a declarou que eles haviam debatido "a cooperação entre os Estados Unidos e o Iêmen[32] contra a Al-Qaeda na Península Arábica", acrescentando: "Essas discussões dão respaldo aos esforços permanentes do governo dos Estados Unidos para ajudar o Iêmen a eliminar a ameaça que a Al-Qaeda representa para a segurança e a estabilidade desse país". No entanto, fontes iemenitas bem informadas afirmaram que McRaven pressionara Saleh a permitir que pelo menos três drones do JSOC operassem habitualmente no Iêmen e que também autorizasse "a execução de algumas operações especiais[33] semelhantes às que estão tendo lugar no Paquistão e na Somália". Saleh anuiu aos pedidos, cumprindo a promessa que fizera a Brennan para obter a ajuda americana de que precisava.

Em 9 de outubro, Obama reuniu-se com sua equipe de segurança nacional para debater a mais importante questão de política externa, o Afeganistão. Durante o encontro, Brennan opinou que a Al-Qaeda representava uma ameaça maior no Iêmen e na Somália do que no Afeganistão. "Estamos elaborando princípios geoestratégicos aqui",[34] disse Brennan, "e não vamos dispor de recursos para fazer, no Iêmen e na Somália, o que estamos fazendo no Afeganistão."

30. Samir Khan: um improvável soldado de infantaria

ESTADOS UNIDOS E IÊMEN, 2001-9 — Em retrospecto, parece bastante claro o curso dos acontecimentos que fizeram com que o Iêmen se tornasse, no fim de 2009, uma séria fonte de preocupação para o governo Obama. Em novembro, o Iêmen estava em todas as manchetes e, aparentemente, associado a todas as novas e supostas tramas terroristas contra os Estados Unidos, ao mesmo tempo que os tentáculos de Anwar Awlaki alcançavam todos os incidentes. Para muitos americanos, porém, o Iêmen parecia ter surgido do nada.

A presença contínua do Iêmen nos meios de comunicação teve início em 5 de novembro de 2009, quando um jovem psiquiatra do Exército americano, o major Nidal Malik Hasan — que escrevera uma série de e-mails a Awlaki — entrou no Centro de Processamento de Prontidão Militar,[1] em Fort Hood, Texas, gritou "*Allah u Akbar* [Deus é grande]" e abriu fogo contra seus colegas de farda, matando treze pessoas e ferindo 43 antes de ser baleado e paralisado. Segundo a maioria dos depoimentos, Hasan foi levado a cometer o atentado por uma combinação de fatores relacionados com o tratamento que ele fazia de soldados que haviam combatido no Afeganistão e no Iraque. Consta que ele tentara fazer com que alguns pacientes seus fossem processados por crimes de guerra[2] depois que lhe revelaram suas ações no campo de batalha, mas que tais pedidos tinham sido rejeitados. Hasan queixara-se a amigos e parentes[3]

que tinha sido tratado mal por alguns soldados por causa de sua religião. Segundo esses amigos e parentes, ele tentara dar baixa do Exército à medida que se esforçava cada vez mais para conciliar a fé com seu trabalho para uma Força Armada que combatia muçulmanos em terras muçulmanas.

Em 2007, numa apresentação em PowerPoint que fez antes de um congresso de médicos do Exército, Hasan declarou: "Para os muçulmanos no Exército, está ficando cada vez mais difícil[4] justificar moralmente o trabalho para uma força militar que parece guerrear continuamente com outros muçulmanos". Hasan defendia a concessão da condição de objetor de consciência a muçulmanos, para prevenir o que, em suas palavras, poderiam ser "fatos adversos". Na época do atentado, Hasan estava na iminência de ser enviado ao Afeganistão.[5] Logo depois do incidente, os meios de comunicação começaram a noticiar que ele mantivera contato com Awlaki, acrescentando que frequentara a mesquita de Awlaki, na Virgínia, em 2001, embora ninguém mencionasse que eles só tinham se encontrado uma vez. O fato de ambos terem trocado ao menos dezoito e-mails a partir de dezembro de 2008 passou a ser repisado dia e noite por jornalistas e políticos. Todavia, quando autoridades americanas de contraterrorismo passaram em revista os e-mails, determinaram que eram inócuos. Segundo o *New York Times*, "um analista de contraterrorismo que examinou as mensagens, logo depois de terem sido distribuídas, decidiu que eram compatíveis com pesquisas autorizadas que o major Hasan vinha realizando e não chamaram a atenção[6] de seus superiores militares". Mais tarde Awlaki declarou a um jornalista iemenita que Hasan o procurara basicamente para lhe fazer perguntas de caráter religioso. Afirmou ainda que não "dera ordens nem fizera pressão"[7] para que Hasan realizasse ataques, o que foi confirmado pelos e-mails, depois de divulgados. Entretanto, a reação de Awlaki ao atentado tornou esses detalhes irrelevantes aos olhos do público e do governo americanos.

Dias depois do tiroteio em Fort Hood, Awlaki postou em seu blog um texto de título nada sutil: "Nidal Hasan fez a coisa certa". Hasan, ele escreveu,

> é um herói.[8] É um homem de consciência que não pôde suportar viver a contradição de ser muçulmano e servir um exército que está fazendo guerra a seu próprio povo. Essa é uma contradição que muitos muçulmanos põem de lado, fingindo que não existe. Ele abriu fogo contra soldados que estavam prestes a serem mandados para o Iraque e o Afeganistão. Como pode haver dúvida quanto à correção do que ele fez? De fato, só existe uma única forma de um muçulmano justificar, do ponto de vista islâmico, a decisão de servir como soldado no Exército americano: é tencionar seguir as pegadas de homens como Nidal.

Awlaki exortou outros muçulmanos do Exército americano a realizarem operações semelhantes. "Nidal Hasan não foi recrutado pela Al-Qaeda",[9] disse Awlaki mais tarde. "Ele foi recrutado pelos crimes americanos, e é isso que os Estados Unidos se recusam a admitir." Essa foi a última postagem feita por Awlaki em seu blog.

No dia seguinte ao do atentado, logo de manhã, o presidente Obama reuniu-se com seus principais comandantes "e lhes ordenou que fizessem uma análise completa[10] da sequência de acontecimentos que levaram ao atentado". Em sua primeira alocução semanal após o incidente, Obama disse: "Devemos reunir todas as informações já obtidas sobre o atirador e temos de saber o que foi feito com essas informações. Depois de juntarmos esses fatos, teremos de tomar medidas com base neles". E o presidente disse ainda: "Nosso governo deve ser capaz de agir com rapidez e eficiência com relação a informações ameaçadoras. E nossos soldados precisam ter a segurança que merecem".

Embora não fossem apresentados indícios que ligassem Awlaki ao planejamento dos disparos em Fort Hood e os investigadores determinassem que Hasan não fazia parte de uma conspiração terrorista mais ampla, a suposta associação com Awlaki tornou-se parte importante da história e encorajou aqueles que defendiam uma ação mais agressiva do governo Obama no Iêmen. Em 18 de novembro, o senador Joseph Lieberman classificou o atentado como "o ataque terrorista mais destrutivo[11] contra os Estados Unidos desde o Onze de Setembro". Um mês depois, Lieberman pedia ataques preventivos contra o Iêmen.[12]

De seu esconderijo em Shabwah, Awlaki acompanhava as notícias. Vasculhava os noticiários, e seus "alertas Google" vinculados a seu nome começaram a silvar de minuto a minuto. Ele podia ter sido famoso, antes, entre muçulmanos de língua inglesa, mas agora seu nome se tornara verdadeiramente global. O fato de Awlaki ter ou não exercido algum papel no ataque assassino de Hasan passou a ser irrelevante nos Estados Unidos. Seu elogio ao atentado, feito com franqueza e alegria, tornou-se uma obsessão para a imprensa, que se referia a ele como o "imã do Onze de Setembro", e todos os dias novas reportagens esmiuçavam sua biografia. As prisões relacionadas à prostituição, seus supostos contatos com os sequestradores do Onze de Setembro, seus discursos sobre a jihad e seu blog — tudo foi entrelaçado de forma a dar a impressão de que Awlaki passara a vida inteira planejando operações terroristas contra os Estados Unidos. Na televisão, "peritos" em terrorismo pontificavam sobre sua capacidade de recrutar jihadistas ocidentais para a causa da Al-Qaeda.

Não muito tempo depois do atentado de Fort Hood, o blog de Awlaki teve um fim repentino. Os Estados Unidos bloquearam seu site, cujo URL estava registrado através da Wild West Domains,[13] empresa com sede em Scottsville, Arizona. "Fecharam meu site na internet,[14] em decorrência da operação de Nidal Hasan", recordou Awlaki. "Depois li no *Washington Post* que estavam monitorando minhas comunicações. Por isso fui obrigado a interrompê-las." Para Awlaki, a atenção dada a ele pelos meios de comunicação era sinal de uma vida difícil: ele teria de mudar de residência sem parar e apagar qualquer pista digital que pudesse levar a ele. Se antes já sabia que os americanos queriam prendê-lo, agora passou a temer que Obama o quisesse morto.

Em outubro de 2009, Samir Khan, um jovem americano de família paquistanesa, desembarcou em Sana'a.[15] Como centenas de outros muçulmanos de todo o mundo que chegam ao Iêmen a cada ano, Khan estava ali para estudar o Islã e o árabe nas mais famosas universidades antigas do país.

Ao menos foi isso o que ele disse à família e aos amigos em sua cidade. Nos dez anos que antecederam sua viagem para o Iêmen, Khan se tornara cada vez mais militante em suas opiniões políticas e em sua interpretação do Islã. O Onze de Setembro e a repressão aos muçulmanos nos Estados Unidos tiveram um efeito profundo sobre ele, tal como em Awlaki. Khan nascera em 1985, em Riade, Arábia Saudita, de pais paquistaneses, um dos quais tinha cidadania americana. "Ele é filho do Natal",[16] disse sua mãe, Sarah Khan, "porque nasceu no dia 25 de dezembro." Quando Samir tinha sete anos, a família imigrou para os Estados Unidos e foi morar na casa dos avós[17] do menino no Queens, Nova York. Seus parentes eram muçulmanos conservadores, mas também se consideravam americanos patriotas. "Na verdade, queríamos dar um futuro melhor às crianças", disse-me Sarah. "Tínhamos grandes esperanças para este país." Os colegas de Khan[18] no ensino médio lembram-se de um garoto meio desajeitado, com calças jeans largas, jogador de futebol americano, apesar da timidez, entusiasmado com o hip-hop e o jornal da escola. "Ele sempre se interessou por esportes", disse a mãe. "Sempre dizia que queria jogar na liga nacional de futebol."

Os interesses de Samir começaram a mudar em agosto de 2001, quando, com quinze anos, ele passou uma semana num acampamento de verão numa mesquita do Queens, patrocinado pela Organização Islâmica da América do Norte (Islamic Organization of North America, Iona), entidade conservadora ligada à organização paquistanesa Tanzeen-e-Islami. Anos depois, Khan disse numa entrevista que o acampamento tinha sido uma experiência importante para ele e que tinha voltado para a escola, naquele ano, sabendo "o que eu queria fazer na vida: ser um muçulmano resoluto, um muçulmano forte, um muçulmano praticante".[19] Abandonou as calças largas e o rap, só abrindo uma exceção para o hoje desfeito grupo de hip-hop chamado Soldados de Alá. Aproximou-se da Sociedade de Pensadores Islâmicos,[20] um grupo com sede em Jackson Heights que empregava o ativismo não violento, como "*dawas* [convites] de rua" em sua luta por um Califado Islâmico. Quando aconteceu o Onze de Setembro, Khan não fez esforço algum para esconder dos amigos e

da família suas novas atitudes em relação à religião e à política. Recusava-se a pronunciar o Juramento à Bandeira e por várias vezes discutiu com colegas de classe por declarar que os americanos tinham merecido o ataque.

"Antes do Onze de Setembro, as pessoas já notavam a mudança em Samir, mas não davam muita importância", comentou um colega de classe. "Mas, depois, mais pessoas decidiram questionar a ideologia dele e perguntavam: 'Será que ele está tentando ser como eles [os terroristas do Onze de Setembro]? Será que pensa como eles?'."[21] Outro colega disse que Khan costumava ser alvo de piadas étnicas. No primeiro ano do ensino médio, Khan ia à escola, todo dia, usando um gorro kufi.

O pai de Samir Khan notou que o filho começara a frequentar sites jihadistas na internet e fez a primeira de várias intervenções.[22] No anuário do colégio, Khan referiu-se a si mesmo como um "mujahid" e escreveu que entre seus planos estava viajar "ao exterior [para] estudar a lei islâmica e outros temas relacionados ao Islã". Incluiu em seu texto também uma máxima: "Se deres a Satã uma polegada,[23] ele te governará".

Em 2003, ano em que Samir Khan concluiu o ensino médio e em que os Estados Unidos invadiram o Iraque, ele passara a ter uma visão absolutamente radical da política externa americana. A família mudou-se para a Carolina do Norte, onde o pai de Khan, Zafar, passou a trabalhar como executivo numa empresa de tecnologia da informação. Samir matriculou-se numa faculdade comunitária[24] e ganhava algum dinheiro vendendo facas de cozinha e outros utensílios domésticos. Frequentava uma mesquita e, em discussões com outros muçulmanos,[25] deplorava a falta de firmeza dos líderes religiosos diante das guerras americanas.

Além disso, passou a dedicar muito tempo à internet, em busca de muçulmanos que pensassem como ele, postando em seu blog notícias sobre a jihad no exterior, muitas vezes assinando seus textos como "Inshallahshaheed" ou "um mártir se Deus permitir". Samir mantinha muitos blogs, retirando-os do ar com frequência[26] e mudando de servidor quando seus comentários

cáusticos passavam a ser criticados ou eram banidos pelos administradores dos servidores.

Samir por fim achou guarida no Muslimpad,[27] dirigido pela Islamic Network (empresa na qual trabalhara Daniel Maldonado, condenado por viajar a campos de treinamento da UCI na Somália). Um de seus blogs, também chamado Inshallahshaheed, foi lançado em 2005 e tornou-se imensamente popular em 2007, quando foi incluído na lista de 1 milhão de sites[28] considerados os melhores dentre os 100 milhões existentes, de acordo com o medidor de usuários <alexa.com>. Seus demais blogs tinham nomes como Human Liberation — An Islamic Renaissance and Revival [Emancipação humana — renascimento e revivificação pelo Islã]. Samir Khan enaltecia em seus blogs as vitórias e virtudes da Al-Qaeda e das organizações a ela filiadas, mas seus textos contribuíram também para popularizar um movimento ideológico mais amplo que incluía xeques e letrados de que poucos americanos tinham ouvido falar. Um blog posterior listava homens a que ele se referia como "sábios do Islã[29] [...] que nos transmitem conhecimentos". Entre eles estavam Abu Musab al-Zarqawi, Aby Layth Libi e Anwar Awlaki.

Um dos colaboradores do blog Inshallahshaheed era o americano Zachary Chesser,[30] que seria preso em 2010 por tentar viajar à Somália para filiar-se à Al-Shabab. Em seus vários sites, Samir comemorava ataques a soldados americanos no Iraque, divulgava textos de Osama bin Laden e fazia votos pela vitória dos jihadistas sobre as forças americanas e israelenses em todo o mundo.

Durante esse período, Khan começou a ser alvo da atenção da imprensa, principalmente do *New York Times*, que em 2007 fez um perfil dele em que o descrevia como um improvável soldado de infantaria[31] naquilo que a Al-Qaeda chama de "mídia jihadista islâmica". Nos Estados Unidos, ele se tornou um rosto novo na emergente e diversificada cultura digital militante, que começara com vídeos granulados de Zarqawi cortando cabeças no Iraque e encontrara plena expressão no que o *Times* chamou de uma "constelação de

operadores de comunicação aparentemente independentes que estão divulgando a mensagem da Al-Qaeda e de outros grupos" para pessoas em todo o mundo, inclusive, cada vez mais, do Ocidente.

Khan declarou ao *New York Times* que o vídeo de um homem-bomba explodindo um posto dos Estados Unidos no Iraque "trouxe-me imensa felicidade".[32] Com relação às famílias americanas que tinham parentes servindo no Iraque, ele disse: "O que acontece a seus filhos e filhas não me interessa nem um pouco", e chamou-os de "pessoas do fogo infernal".

Embora negasse ligações com grupos terroristas e declarasse a uma TV local[33] que não estava recrutando ativamente combatentes americanos, Khan deu a entender que talvez ele próprio viajasse um dia para se juntar à jihad, mas se absteve de incitar diretamente atos de violência. Chegou a contratar um advogado[34] que o aconselhasse em relação aos parâmetros da liberdade de expressão antes de lançar seu primeiro blog. Com efeito, as autoridades praticamente nada lhe fizeram, ainda que, com certeza, tenham tido sua atenção despertada: agentes da segurança interna, bem como analistas do Centro de Combate ao Terrorismo, passaram a acompanhá-lo de perto.[35] Sue Myrick, deputada republicana da Carolina do Norte, mais tarde revelou ao *Washington Post* que estivera envolvida em iniciativas para "silenciar [Khan][36] através do FBI". Esses esforços foram malsucedidos "porque ele não estava incitando à violência, estava simplesmente divulgando informações, e porque ele não parava de mudar de servidor".

Khan achava que as autoridades estavam fazendo alguma coisa além de ler seus blogs. "Na Carolina do Norte, o FBI pôs um espião[37] na minha cola que fingia querer converter-se ao Islã", escreveu ele. Em várias ocasiões, agentes do FBI visitaram a casa de Khan na tentativa de fazer com que os pais de Samir o persuadissem a fechar os blogs. De acordo com Sarah Khan, os agentes do FBI disseram à família que Samir não estava violando nenhuma lei e estava protegido pela liberdade de expressão, mas que estavam preocupados com a direção que ele parecia estar tomando. O pai de Samir, Zafar, chegara a ponto de cortar-lhe a conexão de internet e tentar outras medidas. Pediu ao imã[38]

Mustapha Elturk que tentasse persuadir Samir a reconsiderar seu radicalismo. Elturk sabia que o pai de Samir era "um muçulmano moderado,[39] devotado à sua fé". Disse que Zafar "tentou tudo que estava a seu alcance para convencer o filho e fazer com que ele falasse com imãs e com letrados muçulmanos que persuadissem" Samir de que "a ideologia da violência não é o caminho correto". Samir "estava absolutamente convicto[40] de que os Estados Unidos são um país imperialista que defende ditadores e dá apoio cego a Israel [...]. Em sua opinião, justificava-se o recurso a mortes indiscriminadas", lembrou Elturk. "Tentei usar argumentos[41] tirados do Alcorão e de letrados, e disse: 'Tudo o que você está pensando não é verdadeiro'."

Samir não se deixou abalar e continuou seu trabalho. O fruto de seus últimos meses nos Estados Unidos foi a *Jihad Recollections* (Memórias da Jihad), revista on-line em PDF que usava muitos recursos gráficos e publicava traduções de discursos de líderes da Al-Qaeda, além de textos originais dele próprio e de outros colaboradores. No fim de 2009, Samir tinha decidido sair dos Estados Unidos. Em seu entender, o FBI o vigiava 24 horas por dia, e ele se sentia enojado por estar cercado de muçulmanos que, segundo ele, tinham sido cooptados pela cultura americana.

Samir Khan publicou o quarto e último número da *Jihad Recollections* em setembro de 2009. "Eu sabia que a verdade real não poderia chegar às massas a menos que eu estivesse acima da lei", escreveu ele mais tarde. Khan viajou para o Iêmen no mês seguinte, com o pretexto de estudar árabe e ensinar inglês. Especialistas americanos em terrorismo chegaram a pensar que ele já recebera um convite[42] de Awlaki para ir ao Iêmen e ajudar a liderar a "jihad midiática". No entanto, de acordo com Sarah Khan, o Iêmen não foi a primeira opção do filho. Ele tinha procurando escolas no Paquistão e no Reino Unido, mas a papelada do Iêmen chegou primeiro. "Sabíamos da vontade dele de aprender o árabe, e ele estava em busca de boas escolas que lhe ensinassem a língua nas quais pudesse também aprender mais sobre o Islã e entender melhor o Alcorão", disse ela. Quando Samir disse aos pais que estava partindo para o Iêmen, a mãe ficou apreensiva, mas pensou: "Ele estará bem, já é

homem-feito. É provável que precise conhecer coisas, ver o mundo por si mesmo".

Entretanto, Samir estava passando por um processo muito diferente do que seus pais pensavam. Tinha decidido que não queria mais saber das coisas que entendia como a venalidade e os pecados da classe média americana. A internet fora sua melhor sala de aula, onde ele encontrara a pregação de líderes muçulmanos que o inspiravam. Assistira aos horrores das guerras e das invasões que se seguiram ao Onze de Setembro e chegara à conclusão de que tinha a obrigação de juntar-se a outros muçulmanos na luta contra as forças dos cruzados, como ele os via. "Depois que minha fé deu um giro de 180 graus, entendi que não podia mais morar nos Estados Unidos como um cidadão complacente. Minhas convicções tinham me transformado num rebelde contra o imperialismo de Washington", ele escreveu.

> Como alguém podia afirmar ser são[43] e continuar sentado sem fazer nada? Para mim, era impossível. Minha culpa [consciência] tornou-se meu modo de pensar. Não podia me imaginar como uma pessoa que perderia a oportunidade de uma vida, salvar a nação islâmica de seu apuro.

Apesar da vigilância, Samir Khan teve pouca dificuldade para deixar os Estados Unidos. "Foram necessários trinta minutos adicionais para eu pegar meu cartão de embarque na Carolina do Norte, porque, como o atendente me disse, eu estava sendo vigiado", contou depois Khan, que admitiu sua surpresa por poder sair do país quase sem problema algum. Khan passou algum tempo em Sana'a, dando aulas de inglês, antes de fazer planos de viajar ao sul para procurar os mujahedin. "Eu estava na iminência de me tornar, oficialmente, um traidor do país em que tinha sido criado e vivido durante a maior parte de minha vida", escreveu. "Refleti sobre muitos dos possíveis efeitos que aquilo poderia ter em minha vida. Mas, fossem quais fossem, eu estava disposto a aceitá-los!"

Morten Storm diz que conheceu Anwar Awlaki[44] em Sana'a, em 2006, pouco antes que Awlaki fosse metido na prisão durante dezoito meses, a pedido dos Estados Unidos. Ex-membro de uma gangue de motociclistas e criminoso condenado, Storm, nascido na Dinamarca, se convertera ao Islã. No fim da década de 1990, começou a conviver em círculos islâmicos com o nome de Murad Storm.[45] Tivera uma infância turbulenta. Cometeu seu primeiro assalto a mão armada[46] aos treze anos, e na adolescência foi detido pela polícia diversas vezes. Acabou se envolvendo com a gangue internacional Bandidos.[47] Em 1997, porém, renunciou à vida de drogas e crimes, dizendo à família e aos amigos que tinha se convertido ao Islã. Mudou-se para o Iêmen,[48] onde, em 2000, casou-se com uma marroquina. Dois anos depois tiveram um filho, a quem deram o nome de Osama.[49]

Um vídeo de 2005[50] mostra Storm em Londres, numa palestra do clérigo muçulmano radical Omar Bakri Mohammed. Storm afirmou que conhecera Awlaki um ano depois, em Sana'a. Na época, estudava na Universidade da Fé,[51] onde Awlaki tinha aulas e dava palestras. Segundo Storm, ele e Awlaki "conversavam livremente"[52] durante os meses que antecederam a prisão de Awlaki e se tornaram amigos. Disse também que enquanto Awlaki esteve preso, ele começou a mudar de opinião em relação à versão do Islã que estava praticando. "Descobri que aquilo em que eu acreditava não era, infelizmente, o que eu pensava que fosse."[53] Disse que procurou[54] o Serviço de Inteligência da Dinamarca (PET) para oferecer ajuda. Teria sido apresentado a representantes de serviços de Inteligência britânicos e da CIA. O PET, declarou, designou um agente para acompanhá-lo.

Quando Awlaki foi solto. Storm tornou-se potencialmente importante para a CIA. Ela e o PET "sabiam que Anwar me via como amigo[55] e confidente. Sabiam que eu tinha como falar com ele e descobrir onde morava", disse Storm numa entrevista a um importante jornal dinamarquês, o *Jyllands-Posten*. Disse também que as autoridades de informações dinamarquesas lhe deram dinheiro para "levar [a Awlaki] materiais e equipamentos eletrônicos".[56] Segundo Storm, a CIA queria instalar, no equipamento que ele estava

entregando a Awlaki, um dispositivo de rastreamento que possibilitasse aos americanos monitorar o clérigo e possivelmente matá-lo com um ataque de drone.

Em setembro de 2009, Storm voltou ao Iêmen e viajou à província de Shabwah, onde Awlaki estava escondido. Disse que ficou na casa de um simpatizante da Al-Qaeda e que, quando se avistou com o clérigo, este lhe pediu que conseguisse painéis solares ou uma geladeira portátil que ele pudesse usar para resfriar componentes de explosivos. "Conversamos também sobre os ataques terroristas.[57] Ele tinha planos para atacar grandes shoppings no Ocidente ou outras partes do mundo, onde houvesse muita gente, utilizando gases venenosos." As afirmativas de Storm não podem ser confirmadas, mas é certo que ele as transmitiu à CIA na época em que os Estados Unidos estavam reunindo evidências contra Awlaki.

Perguntei ao pai de Awlaki a respeito das declarações de Storm. "Não acredito em muitas coisas do que ele disse sobre Anwar", disse Nasser.

> Eu acho que esse sujeito fazia parte de uma conspiração para pegar Anwar[58] […] o homem e o personagem […] a fim de diminuir ou eliminar sua influência sobre muçulmanos e muçulmanas em todo o mundo. Então os Estados Unidos e a Dinamarca encontram um homem que foi durante a vida toda um sujeito rude, que fez um assalto a mão armada com apenas treze anos. Nos seus quarenta anos de vida, Anwar nunca se envolveu em nenhum ato de violência contra qualquer pessoa ou grupo.

O que é indiscutível é que Awlaki pediu a Storm que lhe arranjasse mais uma esposa. Tinha se casado com uma segunda iemenita[59] enquanto esteve foragido e teve uma filha com ela. Dessa vez, porém, queria, especificamente, uma branca convertida ao islamismo, para que fosse sua "companheira na clandestinidade",[60] explicou Storm. "Ele me perguntou se eu conhecia uma ocidental com quem ele pudesse se casar. Acho que ele desejava alguém capaz de entender melhor sua mentalidade ocidental", declarou Storm ao jornal dinamarquês. Ele concordou em ajudar Awlaki. "Eu gostaria de ressaltar duas

coisas",[61] Awlaki teria escrito a Storm num e-mail em fins de 2009, pedindo-lhe que as transmitisse a uma possível noiva.

> A primeira é que eu não tenho residência fixa. Por isso, minhas condições de vida variam bastante. Às vezes, chego a morar numa tenda. Em segundo lugar, devido às minhas condições de segurança, às vezes tenho de me isolar, o que significa que eu e minha família não nos encontramos com outras pessoas durante períodos prolongados. Se você é capaz de viver em condições difíceis, não se importa com a solidão e aceita restrições a suas comunicações com outras pessoas, então *alhamdulillah* [graças a Deus], isso é ótimo.

Ao voltar a Copenhague, Storm reuniu-se com autoridades da CIA e do PET. Disse que lhe mostraram imagens, obtidas por satélites, da área onde ele estivera em Shabwah e que identificou nelas a casa onde se hospedara. Forças iemenitas executaram um ataque[62] contra essa casa algum tempo depois, porém Awlaki já tinha se mudado. O dono da casa morreu. Storm também lhes falou do desejo de Awlaki de achar uma esposa ocidental. A CIA viu uma oportunidade nesse interesse. Os agentes americanos, disse Storm, ficaram "exultantes".[63] Segundo Storm, a CIA, secundada por agentes do PET, apresentou um plano. "O projeto consistia em achar uma pessoa[64] que tivesse a mesma ideologia e mentalidade [de Awlaki], para que ambos fossem mortos num ataque americano de drone", contou Storm. "Ajudei a CIA e o PET a rastrear Awlaki, para que os americanos pudessem lançar um drone contra ele. Esse era o plano."[65]

31. Tiro pela culatra na Somália

SOMÁLIA E WASHINGTON, DC, 2009 — No começo do verão de 2009, o JSOC tinha bem claro o fato de que os homens identificados como as mais perigosas ameaças para os interesses dos Estados Unidos na África Oriental, Saleh Ali Nabhan e Fazul Abdullah Mohammed, ainda estavam à solta. Acreditava-se que Fazul tinha se submetido a uma cirurgia plástica,[1] e os analistas de Inteligência podiam apenas fazer suposições sobre seu exato paradeiro. As pistas sobre os dois homens tinham se tornado cada vez mais vagas à medida que a Al-Shabab ampliava as áreas por ela controladas na Somália, dando a eles mais opções para se esconder ou operar discretamente.

A Inteligência americana acreditava que Nabhan tinha se incorporado mais profundamente às operações da Al-Shabab desde a deposição da UCI e estava liderando três campos de treinamento que produzia muitos homens-bomba, entre eles um cidadão americano. Um telegrama diplomático secreto da embaixada dos Estados Unidos em Nairóbi dizia que

> desde a escolha de Nabhan para treinador sênior[2] da Al-Shabab, no verão de 2008, o fluxo de estrangeiros para a Somália ampliou-se e passou a incorporar combatentes do sul da Ásia, da Europa, da América do Norte, do Sudão e da África Oriental, principalmente do Quênia.

Esses combatentes, de acordo com o telegrama, viajavam a Mogadíscio para lutar contra a União Africana, apoiada pelos Estados Unidos, e contra as

forças do governo somaliano. Os "campos continuam a treinar números cada vez maiores de estrangeiros", concluía.

O governo dos Estados Unidos queria desesperadamente tirar Nabhan de circulação, e em julho de 2009, a Inteligência americana promoveu um grande avanço potencial. Naquele mês, as forças de segurança do Quênia invadiram[3] a casa de um jovem queniano de ascendência somaliana chamado Ahmed Abdullahi Hassan, que morava em Eastleigh, a superlotada favela somaliana em Nairóbi. Na noite seguinte, os captores de Hassan levaram-no ao aeroporto de Wilson: "Puseram um saco na minha cabeça,[4] como em Guantánamo. Amarraram minhas mãos nas costas e me puseram num avião", lembrou Hassan, segundo uma declaração dele relatada a mim por um investigador de direitos humanos. "De madrugada, pousamos em Mogadíscio. Soube que estava em Mogadíscio por causa do cheiro do mar — o caminho passa muito perto da praia." De lá, Hassan foi levado a uma prisão secreta[5] nos porões da Agência de Segurança Nacional da Somália, onde foi interrogado por funcionários da Inteligência americana. Um relatório da Unidade Policial Antiterrorismo do Quênia que vazou afirmava que "Ahmed Abdullahi Hassan, também conhecido como Anas" era "um ex-assistente pessoal[6] de Nabhan" e "tinha sido ferido em combate perto do palácio presidencial em Mogadíscio em 2009". Era visto como prisioneiro de grande valor. "Fui interrogado inúmeras vezes", dizia Hassan em sua declaração, que foi contrabandeada da prisão e chegou até mim. "Fui interrogado por somalianos e por brancos. Todo dia apareciam caras novas."

Em sua campanha eleitoral e depois de se tornar presidente, Barack Obama prometeu que os Estados Unidos deixariam de usar certas táticas de tortura e detenção da era Bush. O diretor da CIA, Leon Panetta, afirmou, em abril de 2009, que "a CIA já não tem prisões ou instalações clandestinas"[7] e anunciou um "plano de desativação das unidades remanescentes". No entanto, três meses depois, Hassan se encontrava numa prisão secreta, sendo interrogado por americanos.

Segundo um funcionário americano que falou comigo com a condição de não ser identificado, Hassan não foi transferido diretamente do Quênia para a Somália pelo governo americano. No entanto, disse ele, "os Estados Unidos forneceram informações[8] que ajudaram a tirar Hassan — um perigoso terrorista — das ruas". Essa afirmação apoia a teoria segundo a qual forças quenianas estavam transferindo suspeitos em nome dos Estados Unidos e de outros governos. Outra fonte bem informada disse que Hassan tinha sido visado em Nairóbi porque a Inteligência deu a entender que ele era "o braço direito"[9] de Nabhan, na época tido como o líder da Al-Qaeda na África Oriental.

Dois meses depois que Hassan foi levado para a prisão secreta de Mogadíscio, em 4 de setembro de 2009, uma equipe do JSOC partiu em helicópteros[10] de um porta-aviões situado ao largo da costa da Somália e entrou no espaço aéreo somaliano. Segundo informações "acionáveis" recentes, os homens que eles perseguiam tinham feito viagens regulares[11] entre as cidades portuárias de Merca e Kismayo, perto da fronteira do Quênia. Naquele dia, esses alvos estavam viajando numa Land Cruiser, apoiado por caminhonetes com metralhadoras. Segundo testemunhas,[12] os helicópteros "zuniram" sobre uma aldeia rural a caminho do ponto onde se encontrava o comboio. Em plena luz do dia, a equipe do JSOC atacou os comboios, matando as pessoas nos veículos. Os comandos americanos então pousaram e recolheram pelo menos dois corpos.[13] Um deles, como se veio a confirmar mais tarde, era o de Saleh Ali Nabhan. Bryan Whitman, porta-voz do Pentágono, nada comentou sobre "uma suposta operação na Somália",[14] e também a Casa Branca se calou. Naquele dia, quando a Al-Shabab[15] confirmou que Nabhan, cinco outros combatentes estrangeiros e três somalianos tinham sido mortos no ataque, já restava pouca margem de dúvida. O JSOC tinha abatido o homem mais procurado da África Oriental na primeira operação de assassinato dirigido realizada no interior da Somália com autorização do presidente Obama.

Para quadros operacionais veteranos em contraterrorismo, como Malcolm Nance, a morte de Nabhan foi um exemplo do que os Estados Unidos deviam ter feito em vez de apoiar a invasão da Somália pelos etíopes. "Sou um partidário entusiasta[16] do assassinato dirigido quando se trata de pessoas que já não têm valor para nossos processos de coleta de informação. Se eles forem fortes demais para nossa capacidade de neutralizá-los no campo de batalha, o que temos de fazer é lançar um míssil Hellfire contra eles", disse-me Nance.

> Tivemos muito mais sucesso usando golpes cirúrgicos onde entramos — para dizer a verdade, muito como faz Israel — e lançamos o ataque com drones, e/ou com o Hellfire e explodimos o carro de um cara conhecido que se sabia que estava no veículo. Voamos até lá, pegamos o corpo, fizemos o reconhecimento dele e caímos fora. É assim que devia ser sempre. Devíamos estar fazendo isso há dez anos.

O ataque contra Nabhan rendeu muitos elogios a Obama vindos da comunidade de contraterrorismo e Operações Especiais, mas em outros círculos suscitou graves questões sobre o consenso emergente e suprapartidário referente a assassinatos, detenções e prisões secretas. "São como execuções sumárias",[17] disse Evelyn Farkas, ex-funcionária da Comissão de Serviços Armados do Senado, que trabalhou na área de fiscalização para o Socom de 2001 a 2008. "Quem está autorizando? Quem está fazendo as listas [de alvos]? É uma [missão] de morte ou captura ou é uma missão de morte?" Como candidato, Obama declarou que se afastaria radicalmente das políticas da era Bush, mas no caso Nabhan ele lançou mão das mais controversas dessas políticas. "Nossa política mudou alguma coisa desde o governo anterior?", perguntou Farkas. "Minha impressão é de que não."

Jack Goldsmith, que foi subprocurador geral no governo Bush, disse que a crença de que

> o governo Obama tinha revertido as políticas da era Bush está em grande medida equivocada. A verdade está mais próxima do contrário:[18] o novo governo copiou a maior parte do programa de Bush, expandiu-o de alguma forma e limitou-o só um pouquinho. Quase todas as mudanças de Obama ocorreram no âmbito das aparências, da argumentação, do símbolo e da retórica.

Embora decretando o fim das prisões secretas, Obama e sua equipe de contraterrorismo encontraram uma saída pela porta dos fundos para dar-lhes continuidade. Na Somália, a prisão secreta subterrânea onde Hassan ficou detido foi a primeira usada pela CIA como centro de interrogatório de suspeitos de pertencerem à Al-Shabab ou à Al-Qaeda. Embora tecnicamente não fosse dirigida pelos Estados Unidos, a prisão dava liberdade[19] aos agentes americanos para interrogar prisioneiros. Advogados contratados pela família de Hassan, supostamente o braço direito de Nabhan, viram em seu caso a exibição de uma continuidade levemente depurada das políticas de detenção de Bush. "O caso de Hassan leva a crer[20] que os Estados Unidos podem estar envolvidos numa Guantánamo descentralizada e terceirizada no centro de Mogadíscio", disseram os assistentes jurídicos quenianos da família, observando que Hassan não teve acesso a advogados, a sua família nem à Cruz Vermelha. Em pouco tempo ficaria claro também que Hassan não era o único prisioneiro mantido na cadeia subterrânea secreta da Somália — e que o papel de Washington naquela prisão não se resumia a interrogatórios ocasionais de presos de grande valor.

Com a morte de Nabhan, Fazul tornou-se o mais antigo importante dirigente da Al-Qaeda em atividade na Somália. Embora a Al-Shabab tenha sofrido dois golpes importantes em mãos do JSOC, praticamente não foi detida. Sua batalha assimétrica estava só começando. A morte de Nabhan, como várias outras vitórias "estratégicas" americanas trombeteadas com entusiasmo, acabaria sendo um tiro pela culatra. Mesmo quando executados com perfeição, os ataques dirigidos têm a característica de ajudar a reforçar a hierarquia dos grupos insurgentes e dar-lhes mártires a serem emulados. No fim de 2009, pelo menos sete cidadãos americanos[21] morreram lutando em nome da Al-Shabab, e acreditava-se que dezenas de outros estivessem em suas fileiras e campos de treinamento, preparando-se para ações futuras. Embora a Al-Shabab não tivesse condições de atacar diretamente os Estados Unidos, estava mostrando que era capaz de recrutar americanos e causar sérios

problemas aos fantoches do país em Mogadíscio. No processo, a Al-Shabab atrairia os Estados Unidos, a União Africana e o governo da Somália para uma repetição potencialmente desastrosa da era dos chefes de milícias da CIA, mesclada aos piores excessos do período de ocupação etíope.

É claro que o governo Obama via de outro modo os acontecimentos na Somália. Depois do assassinato dos piratas somalianos, executado à perfeição, o relacionamento do presidente Obama com o JSOC e seu comandante, o almirante McRaven, se tornou mais estreito. O governo repensou com cuidado as ordens vigentes, dadas por Bush, que autorizavam as Forças Armadas americanas a atacar terroristas onde quer que residissem, dentro da doutrina segundo a qual "o mundo é um campo de batalha", criada por Stephen Cambone e outros arquitetos da guerra contra o terror. E eles decidiram que queriam expandir essas autorizações. O secretário de Defesa, Robert Gates, e o novo diretor da CIA, Leon Panetta, que acabava de ser nomeado por Obama, trabalharam com afinco para pôr fim ao conflito entre a CIA e o JSOC, que, alimentado por Rumsfeld e Cheney, tinha persistido durante o governo Bush. Obama queria uma máquina contraterrorista sem fissuras. Depois do ataque a Nabhan, o então comandante do Centcom, David Petraeus, atualizou[22] a Ordem de Execução AQN, dando às Forças Armadas americanas, particularmente ao JSOC, um espaço muito maior para atuação no Iêmen, na Somália e em outros países. Os ataques assimétricos, relativamente raros durante o governo Bush — com o Iraque no centro das atenções do contraterrorismo — se tornariam o foco da guerra global renomeada por Obama.

Em seu primeiro ano de governo, o presidente Obama e seus assessores empenharam-se em remodelar a política contraterrorista americana em favor de um esforço mais abrangente e pleno para reduzir o extremismo, até então baseado, em grande medida, na segurança regional. Robert Gates resumiu o que se supunha ser a posição de altos funcionários civis e militares do governo

Obama quando afirmou, em abril de 2009, que não haveria uma "solução puramente militar"[23] para a pirataria e a guerra civil na Somália. A posição dos Estados Unidos para o país teria de se afastar da contenção. "O NSC[24] reuniu o Departamento de Estado, o DoD, a USAID, a IC e vários outros órgãos de governo para criarem uma estratégia ao mesmo tempo abrangente e sustentável", observou o secretário de Estado assistente para Assuntos Africanos, Johnnie Carson, em 20 de maio de 2009, diante da Comissão das Relações Exteriores do Senado. A maior assistência ao governo da Somália e à Amisom seria prioritária, mas o foco permaneceria voltado para a liderança da Al-Shabab e da Al-Qaeda.

As prioridades evidenciadas na primeira proposta de orçamento de Obama, no início de maio, eram evidentes: o presidente dava continuidade a uma política militarizada para a África e aumentava a assistência de segurança aos Estados africanos. O orçamento, observou Daniel Volman, diretor do Projeto de Pesquisa Segurança Africana, mostrava que "o governo está seguindo o curso[25] estabelecido para o Africom pelo governo Bush, em vez de manter esses programas em suspenso até que se pudesse fazer uma revisão séria da política americana de segurança para a África". O orçamento para a venda de armas para a África ascendeu a 25,6 milhões de dólares, contra os 8,3 milhões do ano fiscal de 2009, inclusive 2,5 milhões reservados para o Djibuti, 3 milhões para a Etiópia e 1 milhão para o Quênia. Da mesma forma, expandiram-se os programas de treinamento militar para esses países. Foram propostos mais gastos com Camp Lemonnier, assim como equipamentos navais para operações de segurança no oceano Índico. Além do uso de Camp Lemonnier como base de drones, o governo Obama chegou a um acordo com o governo das Seychelles[26] para estacionar nas ilhas um esquadrão de drones MQ-9 Reaper a partir de setembro de 2009. Embora o objetivo declarado da presença dos drones fosse a vigilância desarmada em apoio a operações antipirataria, funcionários do contraterrorismo americano começaram a pressionar para que eles fossem armados e usados na caça aos homens da Al-

Shabab. "Seria um erro[27] supor que Obama não levará mais longe a ação militar se a situação da Somália se agravar", concluiu Volman. Ele tinha razão.

Enquanto a equipe de segurança nacional de Obama começava a esboçar uma nova e letal estratégia para lidar com a Al-Shabab na Somália e com a AQPA no Iêmen, a Al-Shabab também estava se reorganizando. Fazul tinha assumido o posto de Nabhan e estava profundamente envolvido na estrutura de liderança da organização. No fim de 2009, a Al-Shabab tinha tirado enorme proveito da invasão etíope. "Agora estamos lidando com um grupo que está lá dentro e bem entrincheirado", disse-me Nance. Em setembro de 2009, as forças da Amisom em Mogadíscio tinham passado de 1700 homens para 5200,[28] graças, em parte, a um maior financiamento e apoio de Washington. Depois da morte de Nabhan, correram boatos de que as forças da Amisom estavam se preparando para uma ofensiva pós-Ramadã[29] contra a Al-Shabab ainda naquele ano.

Depois que Nabhan foi morto, quadros operacionais da Al-Shabab roubaram dois Land Cruiser[30] das Nações Unidas na Somália Central e levaram-nos a Mogadíscio. Em 17 de setembro, agentes da Al-Shabab conduziram os veículos até os portões do aeroporto internacional de Mogadíscio, onde as forças da Amisom estavam reunidas em sua base com funcionários da segurança da Somália. Estacionaram os utilitários diante dos escritórios de uma empresa americana prestadora de serviços de segurança e de um depósito de combustível. Os veículos das Nações Unidas foram pelos ares numa espetacular explosão suicida. No fim, mais de vinte pessoas morreram no ataque, entre elas dezessete soldados da União Africana. Na lista de mortos estava o vice-comandante das forças da Amisom, general Juvenal Niyoyunguruza, do Burundi. "Foi muito bem-feito do ponto de vista tático", disse um porta-voz da Amisom ao *New York Times*. "É como se esses caras tivessem um mapa do lugar." Foi o ataque mais mortífero[31] sofrido pela Amisom desde sua chegada à Somália, em 2007.

O porta-voz da Al-Shabab, xeque Ali Mohamud Rage, reivindicou a autoria do ataque e disse que ele vingara a morte de Nabhan. "Tivemos nossa

vingança[32] pela morte de nosso irmão Nabhan", declarou Rage. "Dois carros-bomba suicidas visando a base da União Africana, louvado seja Alá." E acrescentou: "Sabíamos que o governo infiel e as tropas da UA pretendiam nos atacar depois do mês sagrado. Isto é um recado para eles". Rage disse que no total cinco agentes da Al-Shabab participaram do ataque suicida. Pouco depois, testemunhas que tinham visto os Land Cruisers sendo preparados para a missão disseram ter ouvido dois homens-bomba falando inglês.[33] "Eles falavam inglês e se identificaram como sendo das Nações Unidas", disse Dahir Mohamud Gelle, ministro da Informação da Somália. Um site de notícias somaliano, tido como confiável, noticiou mais tarde que um dos atacantes era cidadão americano.[34] Enquanto os Estados Unidos festejavam a morte de Nabhan, a Al-Shabab lançava sua própria campanha de assassinatos dirigidos.

Em 3 de dezembro de 2009, dezenas de jovens e orgulhosos somalianos estavam reunidos no Shamo Hotel, em Mogadíscio, usando becas e capelos azuis e amarelos. Numa cidade que precisava desesperadamente de médicos, eles se tornariam tábuas de salvação. Todos estavam ali para receber o diploma de medicina, concedido pela Universidade Benadir, fundada em 2002[35] por um grupo de médicos e acadêmicos somalianos. Num vídeo da cerimônia,[36] que me foi mostrado em Mogadíscio, os jovens recém-formados sorriam para as câmeras, observados com orgulho pelas famílias e por amigos. Ao iniciar-se a cerimônia, todos se sentaram, com as autoridades na primeira fileira. Entre estas havia cinco ministros de Estado,[37] inclusive os da Educação, dos Esportes e da Saúde. Três deles pertenciam à diáspora somaliana e tinham retornado ao país para tentar reconstruir o governo. O ministro da Educação Superior,[38] Ibrahim Hassan Addou, era cidadão americano, e a ministra da Saúde,[39] Qamar Aden Ali, era uma somali-britânica. Cinegrafistas lotavam a beira do palco, à espera de uma momentosa entrevista coletiva. A formatura deveria ser uma mensagem à Somália e ao mundo: este é nosso brilhante futuro.

Entre as pessoas que entravam no auditório do Shamo Hotel havia várias mulheres vestidas com burcas que lhes cobriam todo o corpo e quase toda a cabeça. O ex-ministro da Saúde Osman Dufle deu as boas-vindas aos presentes e começou os procedimentos quando uma das pessoas vestidas com burcas se pôs de pé, voltou-se para as autoridades da primeira fila e numa voz inequivocamente masculina disse "paz". Antes que qualquer pessoa pudesse esboçar uma reação, o homem que estava sob a burca explodiu-se. A câmera que filmava o evento mostrou tudo branco por um momento. Quando o vídeo recomeçou, o salão cheio de fumaça tinha se tornado um cenário pavoroso. Havia membros decepados junto dos corpos a que pertenciam, e três dos ministros de governo mortos.

> De repente,[40] o salão tremeu e ouvi um barulho, BUM!, que vinha da frente do palco, onde a maior parte das autoridades e representantes do governo estavam sentados. Atirei-me ao chão e olhei para trás. Dezenas de pessoas estavam no chão sob uma enorme nuvem de fumaça. Outros corriam em busca da saída [...],

lembrou o jornalista somaliano Abdinasir Mohamed, que tinha saído para beber água quando o homem-bomba explodiu.

> Olhei para a direita e vi um de meus colegas morto e sangrando. Não pude fazer nada. Vi as cadeiras dos representantes do governo vazias e com sangue, e muita gente ferida com gravidade. O local ficou muito escuro, parecendo um abatedouro com sangue escorrendo pelo chão.

Ao todo, morreram 25 pessoas naquele dia, entre as quais formandos, membros de suas famílias e jornalistas. Um quarto ministro de governo morreria mais tarde em decorrência dos ferimentos. Cerca de 55 pessoas ficaram feridas. O que tinha sido planejado como uma mensagem de esperança havia sido transformado numa "catástrofe nacional",[41] nas palavras do ministro da Informação. O presidente xeque Sharif culpou a Al-Qaeda pelo ataque e suplicou desesperadamente ajuda externa. "Imploramos ao mundo[42] ajuda para nos defendermos desses combatentes estrangeiros", disse. O

homem-bomba foi identificado como cidadão dinamarquês[43] de ascendência somaliana.

As notícias do massacre começaram a correr o mundo, e a Al-Shabab negou sua responsabilidade no caso. "Declaramos que a Al-Shabab não planejou aquela explosão",[44] disse o xeque Rage. "Acreditamos que tenha sido um complô do próprio governo. Não é próprio da Al-Shabab atacar pessoas inocentes." Embora os ataques contra as forças estrangeiras da Amisom, apoiadas pelos Estados Unidos, possam não ter despertado a indignação entre os somalianos comuns — e é bem provável que fossem apoiadas em silêncio por grande parte da população de Mogadíscio —, mandar pelos ares uma cerimônia de formatura de médicos era indefensável. Talvez a Al-Shabab quisesse se desvincular do atentado por esse motivo, ou talvez tenha sido uma operação unilateral da Al-Qaeda, executada por um quadro operacional estrangeiro. Seja quem for que tenha planejado o ataque, o medo se instalou entre somalianos de todas as classes e posições sociais.

⋆ ⋆ ⋆

No começo de dezembro, o presidente Obama fez um importante discurso na Academia Militar de West Point em Nova York. Embora tenha se centrado na iminente expansão do número de soldados americanos no Afeganistão, o presidente abordou as guerras assimétricas em curso e em ampliação que seu governo vinha travando debaixo dos panos. "A luta contra o extremismo violento[45] não acabará depressa e irá além do Afeganistão e do Paquistão", declarou Obama.

> Vai ser uma prova de resistência para nossa sociedade livre e para nossa liderança no mundo. E ao contrário dos conflitos entre grandes potências e as claras linhas divisórias que caracterizaram o século XX, nosso esforço vai envolver regiões caóticas, Estados falidos, inimigos difusos.

E acrescentou:

> Teremos de ser ágeis e precisos no uso da força militar. Onde quer que a Al-Qaeda e seus aliados tentem estabelecer uma cabeça de ponte — seja na Somália, no Iêmen ou noutro lugar —, devem ser enfrentados com pressão crescente e parcerias fortes.

Uma semana depois do discurso em West Point, o presidente Obama recebeu o prêmio Nobel da Paz em Oslo, na Noruega. Suas afirmações conquistaram o louvor de republicanos linha-dura por sua firme defesa da projeção do poderio americano no mundo e pela afirmação segundo a qual as guerras travadas pelos Estados Unidos eram "guerras justas". "Talvez a questão mais profunda[46] sobre o recebimento deste prêmio seja o fato de que sou o comandante em chefe das Forças Armadas de uma nação envolvida em duas guerras", disse Obama. Elogiou os lendários militantes pacifistas Gandhi e Martin Luther King Jr. — este também contemplado com o prêmio, em 1964 — antes de expor por que discordava do pacifismo deles. Obama afirmou:

> Como uma pessoa que está aqui em consequência direta do trabalho a que o dr. King dedicou a vida, sou um depoimento vivo da força moral da não violência. Sei que não há fraqueza alguma, nenhuma passividade e nenhuma ingenuidade nas convicções e na vida de Gandhi e King [...]. Mas como um chefe de Estado que jurou proteger e defender sua nação, não posso me guiar apenas pelo exemplo deles. Deparo com o mundo como ele é, e não posso ficar inerte diante das ameaças ao povo americano. Para que não restem dúvidas: o mal existe no mundo. Um movimento não violento não poderia ter detido os exércitos de Hitler. A negociação não vai convencer os líderes da Al-Qaeda a depor suas armas. Dizer que às vezes o uso da força é necessário não é um apelo ao cinismo — é o reconhecimento da história, das imperfeições do homem e dos limites da razão.

Karl Rove, que fora um dos altos assessores de Bush, disse que o discurso tinha sido "excelente", "firme" e "eficaz",[47] enquanto muitos neoconservadores aderiam aos elogios a Obama. Newt Gingrich, ex-porta-voz republicano da Casa Branca, elogiou o fato de um "presidente liberal"[48] ter ido "a Oslo para um prêmio de paz e lembrar aos integrantes do comitê que eles não teriam liberdade nem condições de conceder um prêmio de paz sem que houvesse uso da força". Comentando os elogios de republicanos linha-dura ao discurso de Obama, o colunista Glenn Greenwald observou que tinha sido "o

mais explícito discurso pró-guerra[49] já pronunciado por alguém ao receber o prêmio Nobel da Paz". Quando Obama voltou de Oslo com o Nobel, seu governo estava a ponto de iniciar uma nova guerra secreta e anunciar uma era na política externa dos Estados Unidos em que teria em seu cerne a expansão do programa global de assassinatos.

32. "Se matam crianças inocentes e dizem que elas são da Al-Qaeda, todos nós somos da Al-Qaeda"

WASHINGTON, DC, E IÊMEN, 2009 — Em 16 de dezembro de 2009, autoridades do mais alto escalão da segurança nacional receberam um "álbum de figurinhas" com a biografia de três supostos membros da AQPA[1] que o almirante McRaven pretendia mandar matar pelo JSOC, numa "série de assassinatos dirigidos" no Iêmen. Seus codinomes eram Objetivos Akron, Toledo e Cleveland. O JSOC queria ir atrás dos alvos em menos de 24 horas e precisava da resposta dos assessores jurídicos: sim ou não. Os funcionários que organizaram a comissão da morte tinham pouco tempo para rever as informações. Tanto Harold Koh, assessor jurídico do Departamento de Estado, quanto seu congênere do Pentágono, Jeh Johnson, tiveram, segundo se relatou, apenas 45 minutos[2] desde que receberam os documentos até o início da teleconferência presidida pelo JSOC que decidiria se as missões seriam ou não empreendidas. Essa reunião foi mais demorada que a maior parte das outras de mesmo tipo e envolveu algo como 75 autoridades.[3] O governo Obama estava a ponto de iniciar o bombardeio do Iêmen e toda a estrutura de segurança nacional estava mobilizada.

O almirante McRaven participou da reunião via teleconferência e, com o tom frio e direto que lhe era peculiar, expôs o plano militar da "ação fulminante" contra os "alvos". O alvo principal, "Akron", era Mohammed

Saleh Mohammed Ali al-Kazemi, identificado como o homem forte da AQPA na província iemenita de Abyan. O JSOC estava à caça de Kazemi, e os homens de McRaven tinham conseguido "rastreá-lo num campo de treinamento perto da cidade de Al-Majalah".[4] Kazemi vinha escapando do JSOC havia meses. Agora, disse McRaven, a Inteligência americana havia localizado seu paradeiro com segurança. Depois de descartada uma operação de captura e da avaliação das demais opções militares, decidiu-se que o JSOC atacaria o campo com mísseis de cruzeiro.

Jeh Johnson sentiu "a forte pressão exercida[5] pelos militares para matar" e se considerou "atropelado e despreparado" para avaliar todas as opções. Mesmo assim, deu seu consentimento. Pouco tempo depois, num centro de comando do Pentágono, Johnson pôde ver imagens de satélite de Majalah. Vultos que pareciam do tamanho de formigas moviam-se de lá para cá. E então, com um grande clarão, elas se evaporaram. O que Johnson presenciara via satélite era chamado, dentro do JSOC, de "TV Morte". Agora Johnson sabia por quê.

Na manhã de 17 de dezembro, o BlackBerry do xeque Saleh bin Fareed começou a tocar.[6] Gente de sua tribo, a aulaq, disse-lhe que tinha havido um incidente horrível numa minúscula aldeia beduína chamada Majalah, na província de Abyan. Naquela manhã bem cedo, tinham chovido mísseis sobre as modestas casas de uma dúzia de famílias que viviam na remota e árida aldeia de montanha. Dezenas de pessoas tinham sido mortas, contaram a Bin Fareed, entre elas muitas mulheres e crianças. Bin Fareed sintonizou a Al-Jazeera bem no momento em que a notícia era dada. O locutor leu um comunicado à imprensa[7] do governo iemenita que dizia que aviões de guerra iemenitas tinham atacado um campo de treinamento da Al-Qaeda, impondo um golpe devastador aos militantes. Bin Fareed ligou para o chefe de sua segurança e para seu motorista, ordenando que preparassem seu SUV para uma viagem de Áden a Al-Majalah que lhes tomaria a metade do dia.

Bin Fareed é um dos homens mais poderosos do sul do Iêmen. Sua linhagem familiar remonta aos sultões que outrora governavam a Península Arábica. Depois que o colonialismo britânico chegou ao sul do Iêmen,[8] em 1839, a tribo aulaq tornou-se um de seus mais apreciados aliados tribais. De 1937 a 1963, a cidade sul-iemenita de Áden foi uma colônia da Coroa,[9] com suas áreas mais remotas governadas por meio de uma série de tratados com as tribos. Bin Fareed, filho de um sultão, estudou em escolas britânicas e foi criado como membro da realeza. Em 1960, viajou ao Reino Unido para cursar a faculdade e frequentar a academia militar, e depois disso voltou ao Iêmen, onde entrou para o Exército. Em 1967, o sul do país passou a ser controlado por marxistas, e os britânicos se retiraram.[10] Bin Fareed e sua família fugiram do país, acreditando que poderiam retornar em poucos meses. Levou um quarto de século.

Bin Fareed acabou se acostumando à ideia de uma vida no exílio. Passou grande parte da juventude em empreendimentos de negócios em todo o Golfo e longos períodos na propriedade da família no sul da Inglaterra. Com os anos, tornou-se grande prestador de serviços de transportes e de construção no Golfo. Em 1990, Bin Fareed era um homem extremamente rico. Naquele ano, o presidente Saleh unificou o norte e o sul do Iêmen e procurou Bin Fareed. Saleh precisava da ajuda das tribos para consolidar seu controle sobre o sul do país, e fez um acordo com os xeques tribais para que retornassem. Em 1991, Bin Fareed estava de volta ao Iêmen.

Na ocasião em que a Al-Qaeda começou a organizar formalmente uma base no Iêmen, em 2009, Bin Fareed tinha se tornado, mais uma vez, uma figura poderosa no país. Era membro do Parlamento, líder de uma grande tribo e estava construindo um vasto resort particular no golfo de Áden. Sabia que havia um punhado de pessoas que mantinha vínculos com a Al-Qaeda, inclusive membros de sua própria tribo, mas via-os basicamente como membros da tribo e não se preocupava muito com jihadistas, uma vez que o Iêmen estava cheio de veteranos da guerra dos mujahedin no Afeganistão e em outros países. Mais ainda, esses homens eram considerados heróis

nacionais por muita gente. Bin Fareed se lembrava do tempo em que Fahd al-Quso tinha sido preso por participação na explosão do *Cole*. A função de Quso teria sido filmar a explosão, mas ele não acordou a tempo.[11] Quando o governo o prendeu como um dos conspiradores do atentado, Bin Fareed foi chamado como mediador, já que Quso era membro da tribo aulaq. "É a primeira vez que ouço dizer que um Awlaki pertence à Al-Qaeda", disse ele. "E era somente ele, e talvez, acho eu, mais um ou dois."

Agora, nove anos depois, Bin Fareed via a imprensa anunciar a existência de um baluarte da Al-Qaeda bem no meio de suas áreas tribais. As notícias diziam que "nosso governo atacou a Al-Qaeda em Al-Majalah, onde ela tem uma base e um campo de treinamento. E tem grandes arsenais de todo tipo de armas e munições, foguetes e tudo o mais. E o ataque foi um sucesso", disse Bin Fareed. "E as notícias nem sequer mencionaram os americanos." Bin Fareed achava impossível que houvesse uma base da Al-Qaeda em Al-Majalah. Mesmo que lá houvesse membros da organização, pensou, o governo poderia facilmente ter enviado uma força terrestre para erradicá-los. As notícias que estava recebendo a respeito do ataque aéreo não faziam nenhum sentido para ele. Era uma área remota, mas não era Tora Bora.

Ao chegar a Al-Majalah, Bin Fareed ficou horrorizado. Ele me revelou:

> Quando chegamos lá, não pudemos acreditar em nossos próprios olhos. Isto é, se alguém tivesse problema de coração, acho que ia ter um ataque. Viam-se cabras e ovelhas para todo lado, viam-se cabeças de pessoas mortas aqui e ali. Viam-se corpos, viam-se crianças. Alguns deles não morreram imediatamente, mas queimando no fogo.

Havia partes de corpos distribuídas por toda a aldeia. "Não se sabia se aqueles restos eram humanos ou de animais", lembrou ele. Eles tentaram reunir todas as partes de corpos que puderam para incinerar. "Mas nem tudo pôde ser recuperado. Parte da carne foi comida pelas aves." Ao examinar a carnificina, Bin Fareed viu que a maior parte das vítimas era de mulheres e crianças. "Eram todos crianças, velhas, todo tipo de ovelhas, cabras e vacas. Inacreditável." Examinou o lugar e não achou indícios de nada que pudesse se

assemelhar vagamente a um campo de treinamento. "Por que fizeram isso? Por que diabos eles estão fazendo isso?", perguntou. "Não há depósitos [de armas], não há campo de treinamento. Não há ninguém, salvo uma tribo muito pobre, uma das tribos mais pobres do sul."

Mais tarde estive com diversos sobreviventes do ataque em Abyan, entre eles um líder tribal local chamado Muqbal, poupado porque tinha ido fazer algum serviço numa aldeia próxima. "As pessoas viam a fumaça[12] e sentiam a terra tremer — nunca tinham visto nada como aquilo. A maior parte dos mortos era de mulheres, crianças e velhos. Morreram cinco mulheres grávidas", disse-me ele. Depois que os mísseis caíram, "corri para lá. Encontrei corpos espalhados, mulheres e crianças feridas". Uma sobrevivente gemia ao lembrar e me contar os acontecimentos.

> Às seis da manhã [minha família] dormia e eu estava fazendo pão.[13] Quando os mísseis explodiram, perdi os sentidos. Não sei o que aconteceu com meus filhos, minha filha, meu marido. Só eu sobrevivi, com este senhor e minha filha. Eles morreram. Todos eles morreram.

Ao todo, mais de quarenta pessoas foram mortas em Al-Majalah, entre elas catorze mulheres e 21 crianças.[14]

Muqbal, que adotou uma criança órfã, ficou assombrado ante a acusação de que sua aldeia era uma base da Al-Qaeda. "Se matam crianças inocentes e dizem que elas são da Al-Qaeda, então somos todos da Al-Qaeda", disse-me ele. "Se as crianças são terroristas, somos todos terroristas."

Enquanto examinava os escombros, Bin Fareed viu objetos que pareciam ser partes de mísseis de cruzeiro Tomahawk. "É claro que nosso governo não tem esse tipo de foguete. O que quero dizer é que qualquer pessoa poderia dizer que isso pertencia a uma grande nação, a um grande governo", disse-me ele. Foi então que eles encontraram uma parte de um míssil com etiqueta: "Made in the United States" [fabricado nos Estados Unidos]. Al-Majalah estava também cheia de bombas de fragmentação. Poucos dias depois do ataque, morreram mais três pessoas[15] quando uma dessas bombas explodiu.

Bin Fareed achou que o governo do Iêmen estava mentindo e que os americanos tinham bombardeado Al-Majalah e massacrado dezenas de inocentes. E decidiu provar isso. Como também fez um jovem repórter iemenita.

Abdulelah Haider Shaye era uma espécie rara de jornalista num país cuja imprensa era dominada por aduladores do regime. "Só tínhamos acesso à imprensa ocidental[16] e à imprensa árabe financiada pelo Ocidente, que apresenta uma única imagem da Al-Qaeda", lembrou seu grande amigo Kamal Sharaf, chargista político e conhecido dissidente. "Mas Abdulelah tinha uma outra visão." Segundo Sharaf, Shaye não reverenciava a Al-Qaeda, porém via a ascensão do grupo no Iêmen como uma notícia importante. Shaye conseguia ter acesso a personalidades da Al-Qaeda em parte por causa de seu parentesco, por meio de um casamento,[17] com o clérigo islâmico radical Abdul Majeed al-Zindani, fundador da Universidade da Fé e apontado pelo Departamento do Tesouro[18] dos Estados Unidos como terrorista.

Embora Sharaf admitisse que Shaye usava suas relações para ter acesso à Al-Qaeda, ressalvava que ele também criticava "com ousadia" Zindani e seus seguidores: "Dizia a verdade sem medo". Shaye tinha traçado detalhados perfis de Wuhayshi e Shihri, líderes da AQPA, e documentara suas habilidades de fabricantes de bombas. Consta que Shaye chegou a provar, nervoso, um traje de homem-bomba[19] produzido pela AQPA. Era o principal cronista da ascensão do movimento. Seu trabalho jornalístico era famoso dentro e fora do Iêmen. Shaye já era bem conhecido no país como um corajoso jornalista independente, e aparentemente entrou em rota de colisão com o governo dos Estados Unidos com o bombardeio de Al-Majalah. Enquanto o caso se difundia pelo mundo, Shaye viajou para a aldeia e descobriu restos de mísseis de cruzeiro Tomahawk e das bombas de fragmentação, armas que não faziam parte do arsenal iemenita. Fotografou partes de mísseis, algumas delas com a etiqueta "Made in the United States", e distribuiu as fotos entre as agências

internacionais de notícias e as organizações de direitos humanos. Informou ainda que mulheres, velhos e crianças tinham sido a maior parte das vítimas. Depois de fazer sua própria investigação, Shaye concluiu que se tratava de um ataque dos Estados Unidos e anunciou sua conclusão para toda a imprensa e para quem quer que se dispusesse a ouvi-lo. O jovem jornalista estava se tornando uma pedra no sapato dos Estados Unidos. Mas quando passou a entrevistar Anwar Awlaki, transformou-se num alvo.

Bin Fareed e Shaye tinham razão. Al-Majalah tinha sido o tiro de largada da mais nova guerra dos Estados Unidos. Ao contrário dos programas de "ações secretas" da CIA, que exigiam notificação formal às comissões de Inteligência da Câmara e do Senado, essa operação foi executada dentro do "Programa de Acesso Especial",[20] que dava às Forças Armadas ampla liberdade para executar operações letais e secretas com pouca ou nenhuma fiscalização. No Iêmen, todas essas operações estavam sendo coordenadas pelas Forças de Operações Especiais com base no centro de operações conjuntas Estados Unidos-Iêmen em Sana'a,[21] com a divisão de Inteligência do JSOC coordenando as informações, dirigindo as forças iemenitas no teatro de operações e dando as coordenadas para ataques americanos com mísseis. Dentro da base, o pessoal das Forças Armadas e da Inteligência dos Estados Unidos e do Iêmen tinha acesso a vigilância eletrônica em vídeo em tempo real, assim como a mapas tridimensionais do terreno. O pessoal dos Estados Unidos que trabalhava no Iêmen enviava informações e detalhes operacionais para a NSA em Fort Meade, para o Comando de Operações Especiais em Tampa e para outros órgãos militares e de Inteligência.

Foi assim que se deu a destruição de Al-Majalah. Era 17 de dezembro. Pouco depois que a comissão de Obama se reuniu em Washington e aprovou a operação que assassinaria Kazemi e outros membros da Al-Qaeda que estavam na lista negra do almirante McRaven, o JSOC enviou aeronaves de vigilância[22] para monitorar os alvos. Foi dada a largada para a operação nas

primeiras horas da manhã, quando um míssil de cruzeiro Tomahawk foi disparado de um submarino ao largo da costa do Iêmen carregado com munição de fragmentação. O míssil caiu sobre um grupo de moradias em Al-Majalah. Nesse meio-tempo, outro ataque[23] estava sendo lançado em Arhab, subúrbio da capital, seguido de incursões em casas suspeitas de ligação com a Al-Qaeda executadas por homens de Operações Especiais iemenitas da unidade de contraterrorismo, onde eram treinados por americanos e apoiados pelo JSOC. A autorização para os ataques americanos foi dada a toque de caixa pelo gabinete do presidente Saleh por causa de "informações acionáveis", segundo as quais homens-bomba da Al-Qaeda estavam se preparando para ataques[24] na capital do Iêmen. O alvo em Arhab, segundo relatórios da Inteligência, era uma casa da Al-Qaeda na qual se supunha que estivesse escondido um peixe graúdo:[25] Qasim al-Rimi, líder da AQPA. Em Abyan, um funcionário anônimo dos Estados Unidos disse à ABC News "que estava sendo planejado um ataque iminente[26] contra um alvo americano".

Uma fonte militar que conhecia a operação contou-me que Al-Majalah tinha sido uma "operação do JSOC com submarinos e fuzileiros navais tomados de empréstimo à Marinha,[27] à vigilância aérea da Força Aérea e da Marinha com estreita colaboração da CIA e da DIA na frente do Iêmen. Contando com a tripulação dos submarinos, estamos falando de 350 a quatrocentas [pessoas] na jogada".

Assim que se teve notícia dos ataques, o governo de Saleh assumiu publicamente a responsabilidade. O Ministério da Defesa do Iêmen disse que suas forças tinham empreendido "operações preventivas de sucesso"[28] contra a Al-Qaeda, que 34 terroristas tinham sido mortos e dezessete presos. O Pentágono recusou-se a comentar o fato e encaminhou todos os questionamentos ao governo iemenita, que deu uma declaração assumindo a autoria dos ataques coordenados, dizendo num comunicado à imprensa que suas forças "executaram incursões simultâneas[29] em que mataram e prenderam militantes". O presidente Obama ligou para Saleh, "felicitou-o", "agradeceu por sua cooperação[30] e prometeu continuar lhe dando o apoio

americano". O ditador egípcio Hosni Mubarak também telefonou[31] para expressar sua satisfação.

Mas quando analistas de assuntos militares viram as imagens de Al-Majalah depois do ataque, questionaram a posse daquele tipo de armamento pelo Iêmen.[32] A Al-Jazeera transmitiu imagens de cartuchos de artilharia com números de série visíveis e sugeriu que o ataque tinha sido feito com um míssil de cruzeiro americano. Abdulelah Haider Shaye foi entrevistado pela emissora e descreveu os corpos de civis que tinha visto em Al-Majalah. Entre a munição encontrada no lugar havia sub-bombas BLU 97 A/B,[33] que ao explodir lançam cerca de duzentos fragmentos penetrantes a uma distância de mais de cem metros. São, essencialmente, minas terrestres voadoras capazes de triturar corpos humanos. As sub-bombas estavam equipadas também com zircônio inflamável, material incendiário que ateia fogo a objetos combustíveis com que entra em contato. O míssil usado no ataque, um BGM-109D Tomahawk, pode transportar mais de 160 bombas de fragmentação. Nenhum desses projéteis fazia parte do arsenal do Iêmen.[34]

Quando as notícias sobre o ataque se espalharam, o almirante Mike Mullen, chefe do Estado-Maior Conjunto, retornava, num avião militar, de uma viagem ao Iraque e ao Afeganistão e elogiou o que chamou de operações iemenitas apoiadas pelos Estados Unidos. "Realmente, dessa vez lavramos um tento.[35] Acho que estamos no caminho certo", disse. Em relação aos ataques, Mullen disse: "Aplaudo com vontade o que eles fizeram, o fato de estarem procurando especificamente aquelas pessoas, o fato de terem atacado a célula da Al-Qaeda, que cresceu substancialmente nos últimos anos ali".

Todavia, a grande maioria das vítimas do ataque não era formada por terroristas da Al-Qaeda. Muitas delas, segundo um telegrama diplomático confidencial americano, "eram de famílias beduínas nômades[36] que moravam em tendas próximas do campo de treinamento da AQPA". Um alto funcionário de Defesa iemenita disse que se tratava de "gente pobre que vendia alimentos e demais suprimentos a terroristas e que atuava em conluio com eles, tirando vantagem financeira da presença da AQPA na região". Para a Al-Qaeda, a

mensagem era clara: o ataque tinha sido obra dos Estados Unidos. A AQPA poderia usar as imagens da destruição, inclusive as de crianças mortas e desfiguradas, para atrair iemenitas para sua causa.

Saleh bin Fareed ficou furioso ao ver como o bombardeio de Al-Majalah estava sendo coberto pela imprensa ocidental. Praticamente todas as agências de notícias que cobriram o caso diziam que o Iêmen tivera como alvo um campo de treinamento da Al-Qaeda e que o ataque tinha sido um sucesso. Mas Bin Fareed tinha ido lá. Tinha ajudado a raspar os restos de corpos de beduínos pobres incrustados nas árvores. Tinha visto corpos de crianças retirados dos escombros. Tinha prometido a crianças órfãs que cuidaria delas, e vira as etiquetas em partes do míssil que mostravam que ele vinha dos Estados Unidos. Estava decidido a fazer com que o mundo soubesse que as vítimas do ataque não eram da Al-Qaeda — e que os Estados Unidos eram responsáveis.

Em 20 de dezembro, Bin Fareed organizou uma grande reunião de líderes tribais[37] de todo o Iêmen da qual participaram cerca de 150 xeques dos mais poderosos do país. Não era pouca coisa. Havia rivalidades antigas, hostilidades atuais e ódio mortal entre alguns dos mais destacados chefes presentes à reunião. Contudo, Bin Fareed convenceu todos a deixar de lado suas diferenças em favor da tarefa que tinham pela frente. "Fizemos um convite extensivo a muitos xeques de todas as tribos. Eles vieram de Marib, de Al-Jawf. Vieram do norte, vieram do sul", ele lembrou. "Levamos gente vinda de todas as partes do país a Majalah, só para provar e mostrar a toda a imprensa que nosso governo não estava dizendo a verdade. O desastre de Majalah era obra dos americanos. E não havia Al-Qaeda nenhuma."

O objetivo de Bin Fareed era reunir milhares de iemenitas de todo o país em Al-Majalah para manifestar solidariedade às vítimas do míssil. Como tinha uma propriedade a 160 quilômetros de Al-Majalah, hospedou ali todos os

líderes tribais visitantes na noite anterior, de modo que pudessem viajar juntos para a manifestação do dia seguinte.

Por volta das 21h30, quando os líderes tribais acabavam de jantar e de discutir a logística do dia seguinte, um dos seguranças de Bin Fareed aproximou-se dele e lhe segredou que meia dúzia de homens tinham chegado à propriedade. "Eles querem vê-lo", disse o segurança a Bin Fareed, que com um gesto autorizou que fossem levados ao interior da casa. "Mas eles estão portando metralhadoras pesadas, granadas de mão e lançadores de foguetes", disse o segurança. "Não tem importância", replicou Bin Fareed. "Temos o mesmo equipamento. Eles não são inimigos."

Os homens entraram na casa. Eram jovens, bem vestidos e de boa aparência. Conversaram um pouco e Bin Fareed perguntou como se chamavam. Conhecia suas tribos, mas não as pessoas. Perguntou em que trabalhavam. Os homens riram e se entreolharam. "Estamos desempregados", disse um deles. E acrescentou: "Dizem que somos da Al-Qaeda". "E são?", perguntou Bin Fareed. Os homens acabaram admitindo que eram. "Não há um só americano, um só israelense, um só britânico aqui em Shabwah", Bin Fareed advertiu-os. "Vocês estão causando um monte de problemas para seu povo. Estão criando uma má reputação para nós e para as nossas tribos. Se querem lutar contra israelenses, compro umas passagens e mando vocês para a Palestina."

Bin Fareed estava perdendo a paciência. "O que posso fazer por vocês?", perguntou. Os homens disseram que tinham ficado sabendo da manifestação em Al-Majalah e perguntaram se podiam falar ao público. "Se amanhã vocês forem lá como membros comuns de uma das tribos, serão bem recebidos", disse-lhes Bin Fareed, mas não como representantes da Al-Qaeda. "Não", respondeu um deles. "Queremos ir lá, fazer um discurso e falar sobre a Al-Qaeda." Bin Fareed perdeu o controle. "Isso quer dizer que vocês são mesmo uns idiotas. Idiotas mesmo", disse ele aos jovens. "Nossa manifestação é para provar ao mundo inteiro que não existe Al-Qaeda" em Al-Majalah e que "as pessoas mortas eram inocentes". Se eles fossem, disse-lhes, a "imprensa vai

dizer que todos nós somos da Al-Qaeda". E advertiu-os a não comparecerem. "Se vocês forem, podem raspar minha barba se sobreviverem três dias." Era uma advertência grave. No Iêmen, pelos costumes tribais, ter a barba raspada publicamente por outro homem é uma humilhação para toda a vida. Bin Fareed estava dizendo aos jovens da Al-Qaeda que mandaria matá-los se pusessem os pés em Al-Majalah.

Na manhã seguinte, às 4h30, Bin Fareed e dezenas de líderes tribais que ele reunira em sua propriedade se dirigiram para Al-Majalah. Ao chegar, já havia dezenas de milhares de iemenitas reunidos. Havia tendas armadas e carros até onde a vista podia alcançar. "Naquele dia, calculamos que havia ali entre 50 mil e 70 mil pessoas, outras estimativas diziam que eram mais", disse Bin Fareed. Depois que ele se instalou numa das grandes tendas e começou a repassar a programação do dia, seus seguranças irromperam. Disseram-lhe que os homens da noite anterior — os membros da Al-Qaeda — estavam num carro com um megafone fazendo um discurso. Bin Fareed pegou sua arma automática e se lançou para fora da tenda. Seus homens o seguraram. "Ou eles me matam ou eu os mato", disse Bin Fareed. "Eu avisei." Era tarde demais. Os homens da Al-Qaeda já tinham conseguido seu objetivo.

Enquanto Bin Fareed pegava sua metralhadora, um dos homens da Al-Qaeda, Muhammad Al-Kilwi, estava de pé num veículo falando para uma multidão na periferia da manifestação. Com a barba tingida com hena e uma jaqueta militar, ele dizia: "A guerra da Al-Qaeda no Iêmen[38] é contra os Estados Unidos, não contra as Forças Armadas iemenitas". Tendo ao lado os outros homens do grupo, que empunhavam fuzis, Kilwi jurou vingar os mortos de Al-Majalah. "Nosso problema é com os americanos e seus lacaios." Encerrou seu breve discurso e junto com seus acompanhantes saltaram para dentro de seus veículos e desapareceram nas montanhas. Naquela noite, um vídeo do discurso foi ao ar no mundo inteiro. A manifestação de Bin Fareed foi mostrada como obra da Al-Qaeda, justamente o que ele temia.

"Eles conseguiram pôr a perder nossa manifestação", lembrou Bin Fareed. Mas no fim ele foi vingado. Os homens que tinham se apropriado de sua

manifestação foram mortos poucos dias depois em outro ataque americano com míssil de cruzeiro.[39] Talvez tenham sido rastreados pelos americanos depois de aparecer na manifestação, supôs Bin Fareed. "Foram mortos", disse. "Todos eles."

No Iêmen, a indignação com os acontecimentos de Al-Majalah se generalizava, alimentada em grande medida pela suposição de que se tratava de um bombardeio americano. O Parlamento iemenita enviou uma delegação para uma investigação in loco.[40] Quando seus integrantes chegaram à aldeia, "encontraram todas as casas e seu conteúdo queimados, tudo o que restava eram pedaços de mobília" junto com "resíduos de sangue das vítimas e numerosos buracos escavados no chão pelo bombardeio […], além de muitas bombas não detonadas". A investigação concluiu que o ataque tinha matado 41 membros de duas famílias, inclusive catorze mulheres e 21 crianças. Alguns dos que foram mortos dormiam quando o míssil caiu. O governo de Saleh insistia que tinham sido mortos catorze quadros operacionais da Al-Qaeda, mas os representantes do Parlamento que participaram da investigação disseram que o governo só tinha sido capaz de dar o nome de um deles — Kazemi, o "líder" conhecido como Akron na lista do JSOC. Jornalistas iemenitas e analistas de segurança que entrevistei estavam pasmos[41] com o fato de Kazemi estar sendo mostrado como líder da Al-Qaeda, esclarecendo que ele era um veterano, já idoso, das primeiras guerras do Afeganistão e não era uma personalidade importante na AQPA.

Depois do ataque, uma alta autoridade iemenita disse ao *New York Times* que "o envolvimento dos Estados Unidos[42] gera simpatia pela Al-Qaeda. A cooperação é necessária — mas não há dúvida de que isso influencia o homem comum. Ele simpatiza com a Al-Qaeda".

Em 21 de dezembro, o embaixador Stephen Seche enviou um telegrama de Sana'a[43] para Washington em que dizia que o governo iemenita "não parece muito preocupado com vazamentos não autorizados a respeito do papel dos

Estados Unidos" no ataque com "a repercussão negativa da morte de civis". Seche informou que o vice-primeiro-ministro Rashad al-Alimi lhe dissera que "qualquer indício de envolvimento dos Estados Unidos, tal como fragmentos de munição americana encontrados nos lugares atingidos — poderiam ser explicados como equipamento adquirido dos Estados Unidos". Mas os Estados Unidos e o Iêmen sabiam que as forças de Saleh não tinham aquele tipo de bomba. Em seu telegrama, o embaixador Seche afirmava que o Iêmen "precisa pensar com seriedade em sua posição pública e se sua estrita adesão à versão segundo a qual o ataque foi unilateral não estará prejudicando o apoio público a operações de contraterrorismo legítimas e urgentes, no caso de vir à tona evidências em contrário".

Com efeito, meses depois do ataque, a Anistia Internacional publicou provas fotográficas da existência de bombas americanas no local. O Pentágono não respondeu[44] às indagações do grupo sobre a munição. "Um ataque militar desse tipo[45] contra supostos militantes sem uma tentativa de prendê-los é no mínimo ilegal", disse Philip Luther, vice-diretor da divisão da Anistia Internacional para o Oriente Médio e o norte da África. "O fato de que tantas das vítimas fossem na verdade mulheres e crianças indica que o ataque foi grosseiramente irresponsável." A Anistia Internacional observou que nem os Estados Unidos nem o Iêmen eram signatários da Convenção sobre Bombas de Fragmentação, um tratado voltado justamente para a proibição das armas usadas no ataque. Sem confirmar publicamente que o ataque tinha sido executado pelos Estados Unidos, funcionários do governo americano não identificados "referiram-se à carência de recursos"[46] quanto à decisão de usar o míssil de cruzeiro, alegando que como "os drones armados da CIA estavam comprometidos com a campanha de bombardeio do Paquistão [...], só os mísseis de cruzeiro estavam disponíveis na ocasião".

Autoridades iemenitas disseram ao embaixador americano que tinham dado 100 mil dólares[47] ao governador de Abyan para indenizar as famílias dos mortos. Enquanto isso, altos funcionários do contraterrorismo americano defendiam o ataque. Um deles disse ao *New York Times* que o ataque tinha sido

"executado de forma muito metódica"[48] e que as denúncias de morte de civis eram "muito exageradas". Mas segundo o jornalista Daniel Klaidman, Jeh Johnson, o advogado do Pentágono que autorizara o ataque, teria dito a respeito de sua responsabilidade no bombardeio de Al-Majalah que "se eu fosse católico, teria de me confessar".[49] Saleh, por sua vez, disse aos Estados Unidos que queria a continuidade dessas operações "sem interrupção até erradicar esse mal",[50] e Alimi acrescentou que o Iêmen "'deve manter o status quo' no que se refere à negativa oficial de envolvimento dos Estados Unidos para garantir novas 'operações positivas' contra a AQPA", segundo um telegrama americano enviado quatro dias depois do ataque. O ministro das Relações Exteriores do Iêmen, Abu Bakr al-Qirbi, pediu aos Estados Unidos que "mantivessem o silêncio"[51] sobre seu papel nos ataques e "continuassem a encaminhar as sindicâncias ao governo iemenita, a destacar a eficiência do contraterrorismo local [do governo do Iêmen] e a acentuar que a Al-Qaeda representa uma ameaça não só para o Ocidente, como também para a segurança do Iêmen". Enquanto diplomatas americanos continuavam a elaborar, com seus congêneres iemenitas, a versão de acobertamento, novas operações estavam sendo programadas.

O papel do governo dos Estados Unidos nos ataques praticados no Iêmen só foi revelado por vazamento de informações. Mas era claro quem estava dando as cartas. Em meio a exigências do Parlamento iemenita, que queria explicações sobre o massacre de Al-Majalah, o vice-primeiro-ministro Alimi começou a fazer circular uma versão atualizada a respeito de acobertamento, declarando: "As forças de segurança iemenitas executaram as operações com a ajuda da Inteligência da Arábia Saudita[52] e dos Estados Unidos da América em nossa luta contra o terrorismo". Embora mais perto da verdade, essa versão dos acontecimentos também era falsa. "Foram ataques com mísseis de cruzeiro[53] combinados com unidades militares terrestres", disse Sebastian Gorka, instrutor da Universidade de Operações Especiais Conjuntas do Comando de Operações Especiais dos Estados Unidos, que tinha treinado forças iemenitas.

Foi um sinal claro, dado pelo governo Obama, de que os americanos estavam levando a sério a ajuda dada ao Iêmen para eliminar as instalações da Al-Qaeda de seu território. Essas ações eram, em grande parte, executadas pelos Estados Unidos, mas com forte apoio do governo iemenita.

Segundo um alto militar dos Estados Unidos e funcionários da Inteligência, durante a incursão terrestre que se seguiu ao ataque aéreo a Ahrab em 17 de dezembro, Forças de Operações Especiais iemenitas que trabalhavam em conjunto com o JSOC encontraram um homem que seria sobrevivente de uma operação suicida da Al-Qaeda que ainda usava seu colete de homem-bomba. Foi preso e interrogado,[54] produzindo o que os Estados Unidos acreditavam ser informações acionáveis. Uma semana depois do ataque aéreo a Abyan e das incursões terrestres na periferia de Sana'a, o presidente Obama autorizou outro golpe, baseado em parte em informações dadas pelo homem preso na incursão de Arhab. Dessa vez o alvo era um cidadão americano.

33. "Os americanos queriam mesmo matar Anwar"

IÊMEN, FIM DE 2009 - COMEÇO DE 2010 — Nasser Awlaki não tinha notícias do filho desde maio. Em 20 de dezembro de 2009, ele recebeu uma ligação do presidente Saleh que lhe causou um nó na garganta. "Ele me ligou às três da tarde[1] e disse: 'Nasser, você soube das notícias?'. Perguntei 'Que notícias?'. E ele: 'Há quatro horas, seu filho foi morto por um avião americano'. Perguntei: 'Que avião americano? Onde?'." Saleh lhe disse onde tinha sido, uma área montanhosa de Shabwah. Nasser desligou e começou a telefonar para líderes tribais da região, desesperado por informações. Não se registrara nenhum ataque aéreo. "Não sei por que o presidente me falou aquilo", disse-me Nasser mais tarde, acrescentando que acreditava que os americanos tivessem dito a Saleh que iam pegar Anwar naquele dia, mas a operação fora cancelada por algum motivo. Qualquer que fosse a razão, agora estava claro: "Os americanos queriam mesmo matar Anwar".

Quatro dias depois do telefonema do presidente Saleh para Nasser, em 24 de dezembro, forças americanas executaram um ataque aéreo[2] numa área a 650 quilômetros a sudeste de Sana'a, no vale de montanha de Rafd, província de Shabwah. Segundo registros oficiais,[3] a Inteligência americana e a iemenita indicaram que Awlaki estava reunido com as duas pessoas mais importantes da florescente organização AQPA, Nasir al-Wuhayshi, ex-secretário de Bin Laden, e o líder da AQPA, Said Ali al-Shihri. Autoridades do Iêmen acusaram-

nos de estar "planejando um ataque a alvos iemenitas e estrangeiros relacionados ao petróleo".[4]

Os ataques aéreos mataram trinta pessoas, e as agências de notícias começaram a anunciar a morte de Awlaki e dos dois outros homens da Al-Qaeda. Antigos funcionários da Inteligência e "especialistas" em Iêmen apareceram em programas de notícias classificando essas mortes como "uma grande vitória[5] na luta contra a Al-Qaeda no Iêmen". Um alto funcionário do governo, não identificado, disse ao *Washington Post* que o governo Obama não tinha problema em atingir um cidadão americano que acreditava ter aderido à Al-Qaeda e afirmou: "Isso na verdade não muda nada[6] do ponto de vista da possibilidade de visá-los" porque "eles são agora parte do inimigo". O fato de o presidente ter autorizado um ataque assassino contra um cidadão americano passou quase sem questionamento tanto por democratas quanto por republicanos.

Apesar de os relatos dos ataques como obra de americanos terem chegado a grandes agências de notícias, principalmente por meio do vazamento de informações propiciado por funcionários americanos que tentavam mostrar que estavam atacando a Al-Qaeda, não houve reivindicação oficial das ações pela Casa Branca ou pelo Pentágono. "Embora os Estados Unidos tivessem conseguido evitar críticas mais pesadas,[7] o contínuo vazamento de informações procedentes de Washington e a cobertura da imprensa internacional sobre o envolvimento americano poderiam despertar ressentimentos antiamericanos no Iêmen", dizia um telegrama enviado da embaixada dos Estados Unidos em Sana'a a Washington.

Nasser assistiu aos noticiários que davam seu filho por morto. Conseguiu achar na tribo uma pessoa proeminente que estava em contato com Anwar. "Fui informado naquele dia de que meu filho não estava lá, mas não estava morto", lembrou ele. Quando um repórter do *Washington Post* lhe telefonou e pediu-lhe que comentasse a morte de Anwar, Nasser disse que ele estava vivo. Nesse meio-tempo, a CBS News entrevistou uma fonte no Iêmen que disse que Anwar não apenas estava vivo como os ataques tinham ocorrido "longe de sua

casa[8] e que ele nada tinha a ver com os mortos". Estivessem ou não no local, nem Wuhayshi nem Shihri tinham sido mortos no ataque.

"Eles decidiram matar [Anwar] no fim de 2009", disse-me Nasser.

> É legítimo que os Estados Unidos matem um cidadão americano sem o devido processo legal? Quero que algum advogado americano decente me diga se está certo o governo matar um cidadão americano com o pretexto de que ele disse alguma coisa contra os Estados Unidos ou contra seus soldados. Não conheço integralmente a Constituição americana, mas não creio que ela permita que se mate um cidadão americano por ter dito algo contra os Estados Unidos.

Enquanto o governo americano caçava Anwar Awlaki, o jornalista iemenita Abdulelah Haider Shaye conseguiu localizá-lo para uma entrevista exclusiva que foi transmitida mundialmente e traduzida para uma porção de línguas. Nos Estados Unidos, ela foi transmitida pela principal rede americana de TV e saiu nos jornais. A entrevista não teve nada de cordial, pois Shaye chegou a ser rude[9] e deu a impressão de realmente querer respostas. Entre outras coisas, Shaye perguntou a Awlaki: "Como o senhor pode concordar com o que Nidal Hasan fez ao trair sua nação americana? Por que o senhor abençoa os atos de Nidal Hasan? O senhor tem alguma relação direta com o incidente?". Shaye também apertou Awlaki quanto a incoerências de suas entrevistas anteriores.

Com o questionamento de Shaye, Awlaki articulou em profundidade a defesa do massacre perpetrado por Nidal Hasan em Fort Hood e disse a Shaye que queria "esclarecer" sua posição sobre o múltiplo assassinato. Awlaki disse ao jornalista:

> Eu não recrutei Nidal Hasan, mas os Estados Unidos sim, com seus crimes e suas injustiças, e é isso que os Estados Unidos não querem admitir. Não querem admitir que o que Nidal fez, e o que milhares de muçulmanos como ele estão fazendo ao lutar contra os Estados Unidos, decorre de sua política opressiva contra o mundo islâmico [...]. Nidal Hasan, antes de ser americano, é muçulmano, e também é da Palestina e vê o que os judeus estão fazendo ao oprimir seu povo com o apoio e a cobertura dos americanos. Sim, eu devo ter tido uma influência na orientação intelectual de Nidal, mas a questão não passa disso, já que não tento me desvincular do que Nidal fez por discordar dele, mas seria uma honra para mim ter tido um papel maior nisso.

Awlaki mostrou ao jornalista sua correspondência por e-mail com Hasan, para que Shaye pudesse tirar suas próprias conclusões sobre seu conteúdo. "Entreguei-a a você para publicação porque o governo americano proibiu que fosse publicada", disse-lhe Awlaki.

> Por que eles não querem que isso venha à tona? Qual é o motivo? Será que querem esconder suas falhas de segurança? Ou não querem admitir que Nidal Hasan era um homem de princípios e que prestou um serviço ao Islã? Será que [querem] mostrar o fato como um ato individual que não tem relação com os atos do criminoso Exército americano?

Awlaki disse que o governo americano tinha interceptado os e-mails que ele trocara com Hasan, inclusive o primeiro, enviado um ano antes dos tiros em Fort Hood, no qual Hasan "perguntava se matar soldados e oficiais americanos era legal ou não". Awlaki disse que os e-mails revelavam o fracasso dos órgãos da Inteligência americana. "Fico imaginando onde estariam as forças de segurança americanas que um dia proclamaram-se capazes de distinguir, do espaço, os números de qualquer placa de carro do mundo."

Shaye causara problemas para os Estados Unidos e para o governo iemenita ao revelar o papel dos Estados Unidos no bombardeio de Al-Majalah e em outros ataques. Agora ele estava em contato com Anwar Awlaki, dando ao pregador outra oportunidade de enviar sua mensagem. Shaye era um jornalista sério, que investigou assuntos importantes em seu país. Pelo menos suas entrevistas trouxeram à IC dos Estados Unidos, a políticos e teóricos do assassinato munição para apoiar sua campanha pela eliminação de Awlaki. Não obstante, os Estados Unidos percebiam Shaye como uma ameaça — e uma ameaça com a qual era preciso lidar.

Enquanto isso, Awlaki estava se tornando rapidamente um nome conhecido. Depois dos ataques e das incursões de dezembro, a imprensa e o Congresso começaram a acordar para o fato de que os Estados Unidos

pareciam encaminhar-se para uma guerra não declarada no Iêmen. Os acontecimentos do Natal de 2009 abalariam o país inteiro.

O presidente Barack Obama e sua família entoavam canções natalinas[10] no Havaí quando um de seus assessores interrompeu a festa, chamou Obama a um canto para um telefonema urgente de John Brennan, seu principal conselheiro para contraterrorismo.

Poucas horas antes, um jovem nigeriano, Umar Farouk Abdulmutallab, embarcara no voo 253 da Northwest Airlines[11] no aeroporto de Schiphol em Amsterdam. Três dias antes, ele fizera 23 anos. Por volta das oito da manhã, hora local, ele percorreu o corredor do avião e acomodou-se na poltrona 19A. Às 8h45, o avião decolara e sobrevoava o Atlântico em direção a Detroit. O pai de Abdulmutallab,[12] Alhaji Umaru Mutallab, era um empresário aposentado que servira como comissário de Desenvolvimento Econômico na Nigéria e um dos homens mais ricos do continente africano.

O caminho que levou o jovem e rico nigeriano ao voo 253 passava pelo Iêmen. Abdulmutallab frequentara escolas particulares de elite em Lomé, Togo, onde era conhecido por ser um muçulmano fervoroso, e foi lembrado por um de seus mestres como "o sonho de todo professor".[13] O jovem passou parte do ano de 2005 estudando árabe[14] em Sana'a e, como muitas personalidades vigiadas no Iêmen pelo aparelho de contraterrorismo dos Estados Unidos, frequentou palestras na Universidade da Fé. No mesmo ano, mudou-se para Londres, onde matriculou-se numa faculdade.[15] Foi lá que ele se tornou presidente do University College da sociedade islâmica de Londres e participou de protestos não violentos contra as guerras dos Estados Unidos e do Reino Unido em países muçulmanos. Organizou ainda uma conferência para denunciar a "guerra contra o terror".

Em pelo menos duas ocasiões, Abdulmutallab viajou aos Estados Unidos[16] em visita e, em 2008, obteve um visto para entradas diversas no país. Em agosto de 2008, compareceu a palestras num instituto islâmico do Texas[17]

antes de voltar ao Iêmen para estudar árabe. O pai de Abdulmutallab disse que durante esse período o filho se tornara cada vez mais radical, ficou obcecado pela Sharia e pelo que ele chamava de "verdadeiro Islã".[18] Finalmente, Abdulmutallab sumiu do mapa. Seu pai ficou tão preocupado que, em 19 de novembro de 2009, foi até a embaixada americana na Nigéria,[19] onde encontrou-se com dois funcionários da segurança americana, mais tarde identificados como agentes da CIA, e lhes disse que seu filho tinha desaparecido no Iêmen. Durante o encontro, ele mencionou "as opiniões religiosas extremas"[20] do filho.

Quando o voo 253 começou a descer em Detroit, Abdulmutallab queixou-se de uma dor de estômago e entrou no banheiro, onde ficou cerca de vinte minutos. Quando retornou a sua poltrona, cobriu-se com uma manta. Momentos depois, segundo o relato de outros passageiros, ouviu-se um barulho como o de um traque. Num piscar de olhos, um pedaço da calça de Abdulmutallab estava em chamas, assim como parte da parede interna do avião. Um passageiro que estava perto pulou sobre ele, e comissários de bordo correram para apagar o fogo. Quando um comissário perguntou a Abdulmutallab o que ele tinha na calça, ele teria respondido: "Material explosivo".[21]

Era a manhã de Natal, e por todos os Estados Unidos as famílias estavam abrindo presentes e se preparavam para as celebrações quando correu a notícia de que ocorrera um atentado num avião comercial americano. Logo depois que se tornou público que Abdulmutallab contrabandeava explosivos na roupa de baixo, ele se tornou conhecido como o "Homem da Bomba na Cueca". Não demorou muito para que se descobrisse a ligação de Abdulmutallab com o Iêmen, com um intenso foco em seu possível envolvimento com a AQPA. O fato de haver PETN entre os explosivos da bomba improvisada da cueca de Abdulmutallab foi tido como indício[22] do envolvimento de Ibrahim Asiri, que fez com esse material a bomba que seu irmão usara no atentado contra o príncipe Bin Nayef da Arábia Saudita meses antes.

Enquanto o governo Obama se apressava em reagir, começaram a surgir boatos na IC americana e entre parlamentares republicanos. Em pouco, Abdulmutallab era apresentado como quadro operacional da AQPA enviado a uma missão suicida[23] por Anwar Awlaki. A Inteligência iemenita informou aos Estados Unidos que Abdulmutallab tinha viajado a Shabwah, área tribal de Awlaki, em outubro de 2009, onde teria sido posto em contato com membros da AQPA. Uma fonte do governo americano disse que a Agência Nacional de Segurança tinha interceptado uma "comunicação de voz"[24] entre Abdulmutallab e Awlaki no outono de 2009 e concluiu que este "estava envolvido de alguma forma na organização do transporte ou da viagem do rapaz pelo Iêmen. Podia ser para treinamento, uma porção de coisas. Não creio que saibamos com certeza", declarou a fonte anônima ao *Washington Post*.

Um líder tribal de Shabwah, Mullah Zabara, disse-me mais tarde que vira o jovem nigeriano na fazenda de Fahd al-Quso, suposto participante da conspiração que determinou o bombardeio do *USS Cole*. "Ele estava regando as plantas",[25] contou-me Zabara. "Quando vi [Abdulmutallab], perguntei a Fahd: 'Quem é ele?'." Quso disse a Zabara que o jovem era de outra região do Iêmen, o que Zabara sabia que era mentira. "Quando o vi na TV, Fahd me contou a verdade."

O papel de Awlaki no "complô da cueca" não estava claro. Mais tarde, Awlaki diria que Abdulmutallab era um de seus "alunos".[26] Fontes tribais de Shabwah[27] disseram-me que quadros operacionais da Al-Qaeda procuraram Awlaki para dar aconselhamento religioso a Abdulmutallab, mas que Awlaki não estava envolvido no complô. Mesmo tendo elogiado o ataque, Awlaki disse que não esteve envolvido em sua concepção ou em seu planejamento. "Sim, houve algum contato entre mim e ele,[28] mas não dei uma sentença permitindo-lhe que executasse essa operação", disse Awlaki a Abdulelah Haider Shaye numa entrevista para a Al-Jazeera poucas semanas depois da tentativa de ataque:

> Apoio o que Umar Farouk fez depois de ter visto meus irmãos sendo mortos na Palestina durante mais de sessenta anos, e outros sendo mortos no Iraque e no Afeganistão. Em minha tribo, mísseis americanos também mataram mulheres e crianças, então não me pergunte se a Al-Qaeda matou ou se explodiu um avião civil americano depois de tudo isso. Os trezentos americanos não se comparam aos milhares de muçulmanos que foram mortos.

Shaye pressionou Awlaki sobre a tentativa de derrubar o avião, lembrando-lhe que era um avião de carreira civil. "O senhor apoiou Nidal Malik Hasan e justificou seu ato dizendo que o alvo era militar, e não civil. O avião de Umar Farouk Abdulmutallab era civil. Isso quer dizer que o alvo era o público americano?", insistiu. "Teria sido melhor se fosse um avião militar ou um alvo militar americano", respondeu Awlaki. Mas acrescentou:

> O povo americano vive [em] um sistema democrático e por isso eles são responsáveis por suas políticas. Foi o povo americano que votou duas vezes no criminoso Bush e elegeu Obama, que não é diferente de Bush, já que em suas primeiras palavras afirmou que não abandonaria Israel, e isso apesar de haver outros candidatos contrários à guerra nas eleições americanas, que tiveram poucos votos. O povo americano participou de todos os crimes de seu governo. Se se opusessem a eles, mudariam o governo. Eles pagam os impostos que são investidos no Exército e mandam seus filhos para as Forças Armadas, é por isso que têm a responsabilidade.

Pouco depois da tentativa de explosão, a AQPA deu uma declaração pela internet em que louvava Abdulmutallab como um herói que tinha "superado toda a tecnologia, aparelhos modernos e sofisticados e as barreiras de segurança dos aeroportos" e "atingiu seu alvo". A declaração se gabava de que "os irmãos mujahedin do Departamento de Manufatura" tinham construído o dispositivo, que não detonou por "uma falha técnica".[29] Quatro meses depois da tentativa de ataque, a AQPA divulgou um vídeo[30] que mostrava Abdulmutallab armado com um fuzil Kalashnikov, usando um *keffiyeh*, num campo de treinamento no deserto do Iêmen. No vídeo, homens mascarados treinavam com munição real. Uma cena mostra quadros operacionais da AQPA atirando contra um drone em voo. No fim do vídeo, Abdulmutallab lia uma declaração de martírio em árabe. "Vocês, da irmandade muçulmana da

Península Arábica, têm o direito de fazer a jihad porque o inimigo está em sua terra", dizia ele, diante de uma bandeira e um fuzil, vestido de branco. "Deus disse que se vocês não revidarem, vai castigá-los e substituí-los."

O incidente deu munição aos republicanos e a ex-funcionários do governo Bush, que acusaram o presidente Obama e sua equipe de segurança nacional de ignorar repetidos sinais de alarme que prenunciavam o incidente, dizendo que o aviso do pai de Abdulmutallab à embaixada em Abuja, Nigéria, deveria ter sido levado mais a sério. Um funcionário da Inteligência retrucou, declarando à *Newsweek*:

> Embora seja a hora das críticas e das acusações a posteriori,[31] não vi nada na reunião de Abuja que justificasse incluir o nome de Abdulmutallab na lista de pessoas proibidas em aviões. O que se tinha era um jovem cada vez mais religioso que dava as costas à vida de opulência levada por sua família. Isso por si só não faz dele um são Francisco nem um pistoleiro. É claro que cada dado parece diferente quando se sabe a resposta, como todos sabem agora.

Ao mesmo tempo, os republicanos usavam o incidente para mostrar Obama como um pacifista ingênuo. "O governo Obama chegou dizendo[32] 'não vamos mais usar a palavra "terrorismo". Vamos falar em "desastres provocados pelo homem"', tentando, você sabe como, acho eu, minimizar a ameaça do terrorismo", ironizou o representante Pete Hoekstra, na época vice-presidente da Comissão de Inteligência da Câmara, em declaração à Fox News dois dias depois do ataque frustrado. Em 30 de dezembro, o ex-vice-presidente Cheney desfechou outro ataque público destrutivo contra Obama: "Da maneira como vejo os acontecimentos dos últimos dias, fica claro mais uma vez que o presidente Obama está tentando fingir que não estamos em guerra",[33] declarou.

> Ao que parece, ele pensa que se der uma resposta discreta à tentativa de explodir um avião de passageiros e matar centenas de pessoas nós não estaremos em guerra. Parece que pensa que se der aos terroristas os mesmos direitos dos americanos, permitindo que se recusem a responder a perguntas e informando-lhes sobre os direitos dos presos, não estaremos em guerra.

O ataque de Cheney foi ousado, sobretudo por sua hipocrisia. Quando o "homem da bomba no sapato", Richard Reid, tentou explodir um avião de modo semelhante, o governo Bush processou-o em tribunais civis, e Rumsfeld declarou que "a questão estava em mãos dos agentes da lei".[34] Ao contrário de Obama, que manifestou-se prontamente após o incidente, o presidente Bush levou seis dias para se pronunciar sobre o ataque de Reid.

Mais tarde, Cheney disse que Obama "ao que parece, pensa que livrando-se das palavras 'guerra ao terror' não estaremos em guerra. Mas estamos em guerra, e quando o presidente Obama finge que não estamos, provoca insegurança".[35] A declaração de Cheney foi uma fenomenal distorção dos fatos. Obama já havia bombardeado o Iêmen, em seu primeiro ano de governo, mais vezes do que Bush e Cheney nos oito anos de seus dois mandatos na Casa Branca. "Uma porção de imbecis[36] que tenho visto na rede mostra que eles não sabem do que estão falando", vociferou Brennan em declaração ao *New York Times*. "Quando dizem que o governo não está em guerra com a Al-Qaeda, é pura besteira. Eles estão é fazendo o jogo da Al-Qaeda em seu esforço estratégico, que consiste em nos fazer brigar internamente em vez de nos centrarmos nela." Em sua posse, Obama tinha declarado que "nossa nação está em guerra[37] contra uma grande rede de violência e ódio". No que se refere ao Iêmen, Obama com certeza entendeu a presença da Al-Qaeda no país como um alvo prioritário, apesar das acusações públicas de Cheney.

Enquanto o governo Obama enfrentava olhares perscrutadores sobre a maneira como lidava com o incidente, também intensificava a ação militar dos Estados Unidos contra a AQPA. "Estamos aumentando nossa presença ali,[38] e temos de fazer isso, de nossas atividades de Operações Especiais, de boinas-verdes, da Inteligência", afirmou o senador Joe Lieberman na Fox News. Lieberman, que viajou ao Iêmen em agosto, disse que "uma pessoa de nosso governo me disse em Sana'a, capital do Iêmen: 'O Iraque é uma guerra de ontem. O Afeganistão é a guerra de hoje. E se não agirmos preventivamente, o Iêmen será a guerra de amanhã'. Esse é o risco que corremos". Da mesma

forma que Cheney, parecia que Lieberman estava atrasado. A guerra no Iêmen já estava em curso.

⋆ ⋆ ⋆

No começo de 2010, o governo Obama continuava a minimizar a interferência no Iêmen, e as autoridades repetiam variações da mesma história: os Estados Unidos estavam apenas dando apoio às operações de contraterrorismo do Iêmen. "As pessoas me indagam — a questão sempre vem à tona — se estamos enviando soldados ao Iêmen",[39] disse o almirante Mike Mullen, presidente do Estado-Maior Conjunto, numa palestra no Colégio Naval dos Estados Unidos em 8 de janeiro. "A resposta é: não temos planos para isso e não devemos nos esquecer de que se trata de um país soberano. E países soberanos escolhem quem vai entrar em seu território e quem não vai." Esses comentários encontraram eco na fala do próprio presidente dois dias depois. "Vimos durante todo o último ano[40] que a Al-Qaeda tornou-se um problema mais grave no Iêmen", disse Obama em 10 de janeiro. "Em consequência disso, fizemos uma parceria com o governo iemenita para atacar os campos de treinamento e as células dos terroristas de uma forma muito mais determinada e contínua." Sem meias palavras, Obama disse: "Não tenho intenção de mandar tropas à frente de batalha" no Iêmen. Incrível declaração de um comandante em chefe que, durante um ano inteiro, manteve soldados no campo de batalha, entrincheirados, ativos e em número crescente. A presença dos Estados Unidos era pequena, mas o JSOC estava em campo com autorização direta do presidente.

Em Sana'a, o Departamento de Estado observou que havia "um número cada vez maior de elementos das Forças Armadas[41] com base na embaixada [dos Estados Unidos]" como parte da expansão da "presença militar americana". De acordo com a Resolução 38 — NSDD-38, emitida em 1982, o embaixador dos Estados Unidos tinha a atribuição de autorizar[42] a entrada de todo o pessoal enviado ao Iêmen. Em junho de 2010, a embaixada relatou que

estava lidando com um "fluxo diário de propostas de engajamento apresentadas pelas Forças Armadas dos Estados Unidos" e solicitações de pessoal de Inteligência e das Forças Armadas que solicitavam "vistos de entrada" para o desempenho de "tarefas temporárias". O oficial de ligação entre o Comando de Operações Especiais e a embaixada era o tenente-coronel Brad Treadway, que exercera a mesma função para uma equipe dos SEALs do Grupo Naval de Guerra Especial no Iraque nas primeiras fases da invasão americana. Era sem dúvida um homem ocupado, já que as equipes de Operações Especiais estavam em franca expansão. No fim de janeiro, o JSOC já tinha participado de mais de duas dúzias[43] de incursões terrestres e ataques aéreos no Iêmen desde o bombardeio de Al-Majalah em 17 de dezembro. Dezenas de pessoas morreram nessas operações e outras tantas foram presas. Ao mesmo tempo, o JSOC começou a operar seus próprios drones no país.[44] O que tinha começado como ataques coordenados estava se transformando numa campanha permanente de assassinatos dirigidos no Iêmen, coordenada pelo JSOC.

"Depois daquele negócio com Abdulmutallab em dezembro,[45] [o presidente Saleh] de certo modo teve de mostrar mais apoio a nossas ações", lembrou o dr. Emile Nakhleh, ex-dirigente da CIA. "Ele fazia o jogo, e de certa forma fazia vista grossa quando executávamos certos tipos de operação militar, operações fulminantes contra alguns grupos radicais. Quando foi pressionado, disse que eram ações deles mesmos. Ele fazia o jogo."

Enquanto as Forças Armadas e os órgãos de Inteligência dos Estados Unidos começavam a planejar mais ataques no Iêmen, o general Petraeus viajou a Sana'a para outra rodada de negociações[46] com o presidente Saleh e seus principais oficiais militares e de Inteligência para garantir a continuidade depois das missões de dezembro e do fracassado complô do Natal. Em 2 de janeiro, Petraeus deu o pontapé inicial na reunião, informando a Saleh que os Estados Unidos mais que dobrariam a "assistência para a segurança" do Iêmen, o que incluiria 45 milhões de dólares para treinar e equipar Forças de Operações Especiais iemenitas para a guerra aérea contra a AQPA. Saleh pediu a

Petraeus doze helicópteros de ataque, dizendo que se a "burocracia" americana obstruísse a cessão dessas máquinas, Petraeus poderia fazer um acordo de bastidores com a Arábia Saudita e com os EAU para que esses países se incumbissem da transferência dos helicópteros. Petraeus disse a Saleh que já tinha discutido esse acordo com os sauditas.

Saleh informou a Petraeus que os Estados Unidos podiam posicionar aviões em território iemenita "às ocultas" e autorizou-os a atacar a AQPA quando houvesse "informações úteis". Oficialmente, disse Saleh a Petraeus, o Iêmen não queria forças americanas executando operações militares no Iêmen. "Vocês não podem entrar na área de operações, devem permanecer no centro de operações conjuntas", disse Saleh. Mas todos os que estavam presentes devem ter entendido que essa "exigência" não seria observada, como não tinha sido observada no passado.

Embora elogiando os ataques de dezembro, Saleh "lamentou" o uso de mísseis de cruzeiro para bombardear Al-Majalah, segundo um telegrama diplomático sobre a reunião, porque eles "não eram muito precisos". Na reunião, Petraeus alegou que "os únicos civis mortos no local tinham sido a mulher e os dois filhos de um quadro operacional da AQPA", o que era uma mentira deslavada. Saleh disse a Petraeus que preferia "bombas dirigidas de precisão" disparadas de aviões. Saleh chegou a explicitar o engodo, dizendo "vamos continuar afirmando que as bombas são nossas, não de vocês. O vice-primeiro-ministro do Iêmen, Rashad al-Alimi, disse de brincadeira que acabava de "mentir" ao declarar ao Parlamento iemenita que as bombas lançadas contra Arhab, Abyan e Shabwah eram produzidas nos Estados Unidos mas acionadas pelo Iêmen.

Pouco depois da reunião, Alimi disse aos repórteres que estavam no Iêmen que

> as operações em questão […] foram executadas totalmente por forças iemenitas.[47] O aparato de segurança do Iêmen tinha recebido apoio, informações e tecnologia não disponíveis no país principalmente dos Estados Unidos, da Arábia Saudita e de outros países amigos.

Contudo, a maior parte dos iemenitas não engoliu a história. Ahmed al-Aswadi, líder do partido de oposição Al Islah, disse que "a maior parte dos iemenitas acredita"[48] que os ataques recentes foram "na verdade executados por forças americanas" e que "a política dos Estados Unidos para esta região do mundo não é nenhum segredo. Se o governo não atende às exigências dos Estados Unidos, eles trazem seus drones". Durante sua reunião com Saleh, Petraeus reclamou que "só quatro das cinquenta missões de treinamento do Comando de Operações Especiais dos Estados Unidos com a Força Aérea iemenita tinham sido efetivamente executadas no ano passado". Em entrevistas, quadros operacionais das Forças Especiais com experiência no Iêmen revelaram que as Forças de Operações Especiais que eles estavam treinando não tinham vontade de lutar e me disseram que cada vez mais sentiam necessidade de assumir eles mesmos as tarefas.[49]

No começo de 2010, o governo Obama cancelou a repatriação de mais de trinta iemenitas de Guantánamo cuja libertação já tinha sido autorizada. "Dada a indefinição da situação[50] [no Iêmen], conversamos com o procurador-geral e concordamos em não transferir mais presos de volta ao Iêmen por ora", disse Obama em 5 de janeiro. Advogados de alguns dos presos classificaram a decisão de "injustificável",[51] dizendo que ela "na prática impediria qualquer progresso significativo na questão do fechamento de Guantánamo, que o presidente Obama afirmou repetidamente que tornará nossa nação mais segura". Estava claro que para o governo Obama a questão de Guantánamo, um dos pilares de sua campanha eleitoral, era muito menos urgente que seu programa de contraterrorismo no Iêmen, país que tinha mais cidadãos presos do que qualquer outro.

No Departamento de Estado, Hillary Clinton declarou que "a instabilidade do Iêmen[52] é uma ameaça à estabilidade regional e até mesmo à estabilidade mundial". Em 15 de janeiro, novos ataques aéreos[53] foram disparados contra supostos quadros operacionais da AQPA, com mísseis que atingiram dois veículos. Quatro dias depois, em 19 de janeiro, o governo americano qualificou formalmente[54] a AQPA como "Organização Terrorista Estrangeira".

Naquele dia, a pedido da embaixadora americana Susan Rice, o Conselho de Segurança das Nações Unidas tomou atitude similar.[55] O porta-voz do Departamento de Estado, P. J. Crowley, disse que essas atitudes "apoiam o esforço americano[56] para minar as potencialidades desse grupo. Estamos decididos a eliminar a possibilidade de a AQPA executar ataques violentos e a interromper, desmantelar e derrotar suas redes".

Em 20 de janeiro, mais uma vez, ataques com mísseis foram disparados contra supostos quadros operacionais da AQPA em Marib. Como ocorrera em 15 de janeiro, as autoridades iemenitas declararam mortos quadros importantes da AQPA[57] que mais tarde viu-se que estavam vivos, entre eles Qasim al-Rimi. Os ataques, um deles contra um comboio, levaram à suposição de que drones americanos armados estavam sendo usados no Iêmen. Essas duas séries de ataques pareciam dirigidas a decapitar a AQPA, exterminando sua liderança em Marib, centrada em Ayad al-Shabwani, que se suspeitava ser o líder local.[58] Nas incursões de 20 de janeiro, o editor-chefe do *Yemen Post*, Hakim Almasmari, falou em ataques aéreos continuados. "Hoje foram realizadas dezessetes incursões aéreas[59] em Marib, a maior parte delas tentando atingir Shabwani e seus amigos", disse. "Até agora, foi morto apenas um líder da Al-Qaeda. [As forças de segurança iemenitas] têm tropas em campo, mas não fazem nada. Os ataques, em sua maior parte, foram aéreos." Testemunhas oculares disseram que os aldeões estavam usando canhões antiaéreos para atingir os aviões.

34. "Sr. Barack Obama [...] espero que reconsidere sua ordem de matar [...] meu filho"

WASHINGTON, DC, E IÊMEN, COMEÇO DE 2010 — Em janeiro de 2010, notícias que vazaram para a imprensa americana diziam que o JSOC tinha promovido oficialmente Anwar Awlaki à categoria de captura ou morte em sua lista de Alvos de Grande Valor. A decisão de aprovar o assassinato dirigido de um cidadão americano foi tomada após uma revisão por parte do NSC, que deu luz verde para o assassinato de Awlaki. "Tanto a CIA quanto o JSOC[1] têm listas de pessoas chamadas 'Alvos de Grande Valor' e 'Pessoas de Grande Valor' que eles pretendem capturar ou matar", publicou o *Washington Post*. "Na lista do JSOC há três americanos, entre eles Awlaki, cujo nome foi incluído no fim do ano passado. Há coisa de alguns meses, a lista da CIA incluiu três cidadãos americanos, e um funcionário da Inteligência disse que o nome de Awlaki tinha sido incluído."

Quando a matéria do *Post* foi publicada, em 26 de janeiro, a CIA apressou-se a declarar que não tinha autorizado o assassinato de Awlaki. O *Post* publicou uma correção na qual afirmava que "o Comando Conjunto de Operações Especiais das Forças Armadas tem uma lista de alvos em que figuram diversos americanos". A evasiva destacava a vantagem para a Casa Branca de usar o JSOC para executar operações letais. "Acho a legalidade disso muito discutível,[2] devido ao fato de não estarmos em guerra", disse-me o coronel Patrick Lang

pouco depois da revelação do nome de Awlaki na lista do JSOC. "E ele não é membro de uma força inimiga que esteja legalmente em guerra com os Estados Unidos. Gosto de lei, quando o assunto é guerra. De outra forma, as coisas logo se tornam confusas." Glenn Greenwald, especialista em direito constitucional, observou na época:

> É óbvio que as forças americanas estão lutando num campo de batalha real,[3] de modo que elas (como qualquer outra força) têm o direito de matar combatentes lutando ativamente contra eles, mesmo sendo cidadãos americanos. Isso é apenas a essência da guerra. É por isso que se permite matar um combatente numa batalha real numa zona de guerra mas não, por exemplo, torturá-los quando capturados e definitivamente controlados. Porém aqui não estamos falando de combate. As pessoas dessa "lista de alvos" provavelmente serão mortas em casa, dormindo, dirigindo um carro com amigos ou parentes, ou desempenhando diversas outras atividades. Ainda mais grave, o governo Obama — da mesma forma que o de Bush anteriormente — define "campo de batalha" como o mundo todo.

A representante democrata Jane Harman, que na época presidia a Subcomissão de Segurança Interna da Câmara para Inteligência, falou de Awlaki como "provavelmente o terrorista número um[4] em termos de ameaça para nós". Acrescentou que o governo Obama tinha "deixado muito claro que as pessoas, inclusive americanos, que estão tentando atacar nosso país são pessoas que perseguiremos com certeza [...] são alvos para os Estados Unidos". Em 3 de fevereiro, o almirante Dennis Blair, na época diretor de Inteligência nacional, depôs diante da Comissão Especial Permanente de Inteligência da Câmara e confirmou que o governo Obama se achava no direito de matar cidadãos americanos, ao dizer que "a decisão de usar força letal[5] contra um cidadão americano exige permissão especial" e afirmou que "ser cidadão americano não evita que uma pessoa seja assassinada por quadros operacionais das Forças Armadas ou da Inteligência se ela estiver trabalhando com terroristas e planejando ataques contra concidadãos americanos".

"Nada sei do desconforto das pessoas que acompanham esses acontecimentos quando se passa a situar cidadãos americanos na mesma categoria que não cidadãos", disse-me Nakhleh, que tinha saído da CIA antes

que Awlaki fosse parar na lista do JSOC de candidatos ao assassinato. "Notei alguma inquietação[6] quanto a essa posição entre pessoas com quem falei a respeito de eliminar cidadãos americanos sem o devido processo." No entanto, ao que parece o governo Obama pouco se incomoda com isso. Ao falar da relação dos Estados Unidos com o Iêmen, que lhes permite atacar à vontade dentro do país, um alto funcionário do governo disse ao *Washington Post*: "Estamos satisfeitos[7] com o rumo que isso está tomando". No Iêmen, Nasser Awlaki leu a matéria e decidiu escrever diretamente a Obama.[8] Sua carta, que um jornalista americano passou a autoridades dos Estados Unidos, não recebeu resposta:

Para: Sr. Barack Obama, presidente dos Estados Unidos da América

Fiquei muito feliz quando o senhor foi eleito presidente dos Estados Unidos da América. Na verdade, passei toda a noite da apuração sem dormir, até que a imprensa declarou que o senhor era o "presidente eleito".

Li seu livro *A origem dos meus sonhos* e fiquei muito tocado. O senhor sabe que eu mesmo fui para os Estados Unidos em 1966, aos vinte anos, com uma bolsa da Fulbright para estudar economia agrícola. Anwar foi meu filho primogênito e quando nasceu, em 1971, distribuí muitos charutos a amigos e colegas da Faculdade Estadual do Novo México.

Em razão de meu amor pelo seu país, mandei Anwar para a Universidade Estadual do Colorado para que recebesse uma formação americana. Meu filho continuou seus estudos de pós-graduação e iniciou seu doutorado na Universidade George Washington em 2001.

Por causa dos infelizes acontecimentos do Onze de Setembro, tornou-se difícil para ele dar continuidade aos estudos em razão do mau tratamento que recebeu na universidade e por isso ele decidiu ir para o Reino Unido a fim de completar sua formação, mas, sem poder arcar com os custos de seus estudos, retornou ao Iêmen. Desde então, vem se dedicando a estudar e a pregar sua religião, e nada mais.

No entanto, ele foi mantido preso por mais de dezoito meses em decorrência de um pedido do governo americano. Em 2007, foi entrevistado durante dois dias pelo FBI, que não encontrou ligação entre ele e os acontecimentos do Onze de Setembro. Depois de posto em liberdade, continuou sendo assediado, o que o levou a sair de Sana'a, capital do Iêmen, para viver numa pequena cidade do sul do país. Durante muitos meses, um avião espião dos Estados Unidos sobrevoou a cidade, e quando se soube que ele estava sendo rastreado para ser preso mais uma vez, foi para as montanhas da província de Shabwah, terra de seus ancestrais.

Na quarta-feira 27 de janeiro de 2007, o *Washington Post* publicou um artigo de Dana Priest no qual ela diz que o senhor ordenou o ataque de 24 de dezembro ao lugar onde "se supunha que Anwar estivesse reunido com líderes da Al-Qaeda".

O *Post* informou que a CIA e o JSOC incluíram Anwar numa lista de chamados "Alvos de Grande Valor" que esses órgãos pretendem matar ou capturar, na suposição de que Anwar Awlaki seja um personagem da Al-Qaeda. O senhor sabe, como eu sei, que Anwar Awlaki nunca foi membro dessa organização e espero que nunca seja. Ele é simplesmente um pregador que tem o direito de divulgar a palavra do Islã onde quiser, o que é absolutamente legal e protegido pela Constituição americana. Assim, peço que o senhor reconsidere a ordem de matar ou capturar meu filho, baseada na falsa suposição de que ele é membro da Al-Qaeda. Mais uma vez, gostaria de lhe informar, senhor presidente Obama, que meu filho é inocente, nada tem a ver com violência, é apenas um acadêmico do Islã e acredito que nada tem a ver com o terrorismo. Assim, apelo mais uma vez para que o senhor respeite a lei americana. Se alguma vez Anwar fez algo errado, deve ser processado de acordo com a lei americana.

Atenciosamente,
Nasser A. Awlaki
Professor de economia agrícola
Universidade de Sana'a
República do Iêmen

35. Uma noite em Gardez

WASHINGTON, DC, 2008-10; AFEGANISTÃO, 2009-10 — Stanley McChrystal estava no campo de batalha desde o começo de 2008. Depois que McRaven assumiu o comando do JSOC, McChrystal voltou a Washington para servir como diretor do Estado-Maior Conjunto, cargo importante dentro na burocracia do Pentágono. Sua indicação foi freada[1] por um grupo de senadores que pretendiam que sua participação em sevícia e tortura de prisioneiros no Iraque e em outros países fosse investigada, mas ela acabou sendo confirmada. Não foi um rebaixamento para McChrystal. No mínimo, ele foi posto no centro de futuras decisões sobre mobilização de tropas e formação de forças que seriam utilizadas em operações militares. No Estado-Maior Conjunto, McChrystal conseguiu convencer[2] Obama a descentralizar o controle sobre as Forças de Operações Especiais e transferir alguma autoridade sobre táticas de guerra não convencionais aos comandantes em combate. Essas mudanças, por sua vez, ampliaram o campo de batalha secreto e facilitaram as operações letais que Obama autorizava cada vez mais no Iêmen e em outros países.

Durante os primeiros meses do governo Obama, sua equipe de segurança nacional envolveu-se num acalorado debate[3] sobre como proceder no Afeganistão. Alguns comandantes militares defendiam um aumento considerável nas forças americanas e uma retomada das táticas de contrainsurgência transformadas em mito nos relatos sobre o "sucesso" do reforço das tropas no Iraque, mas o vice-presidente Joe Biden e o conselheiro

de Segurança Nacional James Jones defendiam o deslocamento do foco da campanha[4] para o Paquistão, usando uma combinação de Forças de Operações Especiais e drones. "Não prevejo[5] uma volta do Talibã e quero expressar com clareza que o Afeganistão não se encontra em risco iminente", disse o general Jones em outubro de 2009. "A presença da Al-Qaeda diminuiu muito. Estima-se em no máximo cem os quadros da organização em atividade no país, sem bases e sem capacidade de lançar ataques contra nós ou contra nossos aliados."

McChrystal e McRaven tinham pressionado Obama a intensificar as forças americanas no Afeganistão e, juntamente com outros militares poderosos, entre eles Petraeus, convenceram o novo comandante supremo que esse era o caminho certo. Obama e McRaven "na verdade têm um relacionamento bastante bom, e McRaven,[6] enquanto McChrystal esteve no Afeganistão, trabalhou com ele como unha e carne, formulando a maneira de neutralizar as estratégias da Al-Qaeda", disse-me uma fonte próxima ao governo na época. McRaven "desempenhou um papel significativo e oculto na execução dos planos de McChrystal, que Obama acabou subscrevendo".

Em dezembro de 2009, Obama anunciou um reforço[7] de tropas no Afeganistão. No verão de 2010, o presidente queria aumentar de 68 mil para 100 mil o número de soldados americanos no país. Seu objetivo, como explicou no fim de 2009, era "desarticular, desmantelar e derrotar[8] a Al-Qaeda no Afeganistão e no Paquistão, evitar que ela possa ameaçar os Estados Unidos e nossos aliados no futuro" e "deter o ímpeto do Talibã". Obama afirmou estar "convencido de que nossa segurança está em jogo" e "de que novos ataques estão sendo planejados no momento mesmo em que estou falando. Não é um perigo sem propósito, não é uma ameaça hipotética". Para enfrentar essa "ameaça", Obama escolheu o general McChrystal como seu homem no Afeganistão.

Ao indicar McChrystal para o comando da ISAF e para o comando das forças americanas no Afeganistão, Obama revelou em que medida sua política contraterrorista estava centrada no JSOC. Obama escolheu um homem

identificado, mais do que qualquer outro, com as políticas militares mais agressivas do governo Bush, com exceção, talvez, do general Petraeus, para comandar a guerra que em pouco ele reivindicaria como sua. "Fiquei um tanto surpreso[9] quando McChrystal foi escolhido comandante no Afeganistão", lembrou o coronel Lawrence Wilkerson, que entrara em conflito com a opacidade do JSOC durante o governo Bush. "Esse cara tem sido mantido longe do público. Tem sido um quadro clandestino. É um cara acostumado à ação direta, habituado a fazer as coisas à sua maneira. É um cara habituado a fazer tudo sem nenhuma transparência."

Outras fontes com quem falei deram uma interpretação diversa à indicação de McChrystal. Falaram dos problemas que o comando convencional teve durante um longo tempo com as forças do JSOC, que executavam operações sem informá-los, e disseram que viam esse modo de agir como prejudicial à COIN, ou estratégia contrainsurrecional. "O Comando de Cabul[10] se sentia posto de lado, pois o JSOC dirigia seu próprio espetáculo, sem se ajustar à doutrina da contrainsurreição", e "a maior parte das táticas usadas pelo JSOC na verdade solapava a legitimidade do governo [afegão]", disse Scott Horton, advogado de direitos humanos que estudou profundamente o JSOC. "Portanto, acho que a maneira de conciliar essas coisas era mesmo pôr Stanley McChrystal no comando em Cabul. E fazê-lo observar a doutrina contrainsurrecional. Nomear alguém a quem o JSOC seria obrigado a dar ouvidos."

Embora muitas dessas Forças de Operações Especiais atuassem por fora da cadeia de comando da coalizão, em sua análise do esforço de guerra no Afeganistão, McChrystal deixou claro[11] que uma coordenação estreita com o JSOC estava entre seus principais objetivos e que ele pretendia integrar as Forças de Operações Especiais na estratégia geral de combate à insurreição. Os vice-almirantes McRaven e Robert Harward (veterano do JSOC e chefe de uma nova força-tarefa de detenção) foram levados a reuniões estratégicas sobre o Afeganistão realizadas na Casa Branca no outono de 2009. Da mesma forma que McChrystal, McRaven e Harward defendiam "uma pesada, pesadíssima

presença da COIN"[12] nos principais centros populacionais, usando equipes de contraterrorismo para perseguir alvos em todo o país. A região próxima da fronteira com o Paquistão receberia maior atenção, e o próprio McRaven queria também ter certeza de que as operações dentro do Paquistão não ficariam de fora. "Eles estão se concentrando nos principais centros populacionais,[13] que acham que podem salvar com efetivos terrestres, e qualquer coisa além disso seria avançar o sinal", disse um funcionário da NSC ao jornalista Spencer Ackerman em novembro de 2009. "O JSOC já está se reforçando para isso."

Por ser o homem a quem se atribuía a sistematização da prisão e do assassinato em massa de suspeitos de insurreição no Iraque, era pouco provável que McChrystal fosse visto como paladino da contrainsurreição no Afeganistão. Mas ele fez uma profissão de fé em seus dogmas básicos,[14] como um significativo aumento no contingente, um novo foco da segurança de grandes centros populacionais e a promoção da boa governança. Em sua audiência de confirmação, em junho, McChrystal destacou que a redução no número de mortos e feridos pela coalizão seria "essencial para [a] credibilidade"[15] da missão e que uma vitória tática seria "vazia e insustentável" se resultasse em indignação popular. A "completa eliminação da Al-Qaeda" do Paquistão e do Afeganistão ainda era um objetivo principal. No entanto, disse ele, a medida do sucesso no Afeganistão "não seria [o número de] inimigos mortos", mas "o número de afegãos protegidos da violência". McChrystal deu ordens que reduziram bastante os ataques aéreos[16] no Afeganistão, ataques esses que eram vistos como responsáveis pelo número descomunal de civis mortos. Em maio de 2009 — um mês antes da confirmação de McChrystal —, um ataque aéreo americano matou pelo menos 97 civis[17] na província de Farah, entre eles mulheres e crianças. McChrystal também implantou novas regras para incursões em domicílios, segundo as quais se exigia que "qualquer entrada numa casa afegã[18] devia ser efetuada pelas Forças de Segurança Nacional do Afeganistão [Afghan National Security Forces, ANSF], com apoio das autoridades locais".

Enquanto McChrystal e a "doutrina da COIN" eram festejados pela imprensa, na realidade os Estados Unidos estavam expandindo duas guerras simultâneas no Afeganistão: a campanha pública das Forças Armadas convencionais, centrada na COIN, e a guerra secreta travada pelas Forças de Operações Especiais. Na semana em que McChrystal foi confirmado como comandante da guerra do Afeganistão, também foram enviados ao país mil homens das Forças de Operações Especiais[19] e pessoal de apoio, elevando seu total para cerca de 5 mil. A lista do JSOC de Alvos de Grande Valor já não se limitava à Al-Qaeda; a estratégia de contrainsurreição de McChrystal precisava de resultados, e à medida que as forças convencionais trabalhavam para dar segurança às cidades, as equipes das SOF[20] dedicavam-se a ceifar as lideranças intermediárias do Talibã, assim como de outros grupos militantes, como a rede Haqqani. "De qualquer ângulo objetivo,[21] [McChrystal] era completamente despreparado para qualquer coisa que não fosse assassinato dirigido. Foi tudo o que ele fez durante cinco anos, de 2003 a 2008", disse-me o historiador Gareth Porter, que passou longo tempo no Afeganistão durante o mandato de McChrystal e achava que fazer de McChrystal o responsável pela guerra "dava sinais claros de que os Estados Unidos tendiam a dar ênfase cada vez maior ao assassinato dirigido no Afeganistão. Simplesmente isso — e, é claro, foi exatamente o que aconteceu".

Depois de assumir o comando no Afeganistão, McChrystal ampliou as incursões noturnas ao estilo do JSOC e incluiu mais nomes na lista da morte. Em outubro de 2009, havia mais de 2 mil pessoas[22] na Lista Conjunta de Alvos Prioritários. Em maio de 2009, as Forças de Operações Especiais estavam executando cerca de vinte incursões por mês no Afeganistão. Em novembro, sob o comando de McChrystal, esse número subira para noventa e ascendia com firmeza. Forças afegãs podiam ser empregadas para a entrada, mas segundo as novas regras, as incursões eram executadas pelas Forças Especiais americanas. Em dezembro de 2009, o número de incursões executadas pelo JSOC tinha quadruplicado.[23] "Isso é coisa do general McChrystal",[24] disse ao *Los Angeles Times* um alto funcionário americano. "Eles precisam mostrar que são

capazes de inverter a relação de forças. Ele precisa mostrar que está fazendo progresso." A multiplicação de incursões resultou também num inchaço da quantidade de presos.

Como tinha ocorrido no Iraque anteriormente, o JSOC executava suas próprias operações com presos[25] no Afeganistão. Os prisioneiros que supostamente tinham informação que pudesse levar a Alvos de Grande Valor eram conduzidos a centros de detenção dirigidos pelos Estados Unidos conhecidos como Áreas de Prisão no Campo,[26] localizados em bases americanas em todo o Afeganistão. Embora a OTAN desse orientação para limitar a detenção de militantes pelas forças de coalizão a 96 horas,[27] as Forças de Operações Especiais encontravam meios de manter os presos em suas dependências por até nove semanas.[28] Havia também uma prisão secreta dentro da prisão de Bagram, conhecida como Cadeia Negra,[29] onde os Alvos de Grande Valor eram mantidos. Como acontecia em Camp Nama, no Iraque, a Cadeia Negra era inacessível à Cruz Vermelha. Pessoas que trabalhavam com direitos humanos e investigaram o lugar denunciaram nudez forçada, manipulação do ambiente e confinamento solitário,[30] e ex-prisioneiros disseram ter sido espancados.[31]

Embora Obama tivesse prometido derrotar a Al-Qaeda no Afeganistão, o período em que McChrystal esteve no comando durante a guerra representaria um aumento notável do apoio dado ao Talibã e um número recorde[32] de soldados americanos mortos.

As nascentes "guerras de mentira" de Obama no Paquistão, Iêmen e Somália receberam pouca atenção da imprensa nos primeiros tempos de sua presidência. O foco esmagador estava no Afeganistão e no debate sobre o aumento do contingente, mas havia um desdobramento muito mais significativo a caminho. A Casa Branca, trabalhando em estreita colaboração com o general McChrystal, começou a adotar sua nascente lista de mortes globais dentro do Afeganistão, sepultada dentro da guerra pública maior que

envolvia as forças americanas convencionais. Quando visitei o Afeganistão em 2010, comandantes da polícia afegã me disseram que equipes de Operações Especiais americanas entravam em sua jurisdição[33] sem coordenação com as autoridades locais e sem informar às principais bases americanas da região. Executavam operações, matavam gente em incursões noturnas, capturavam pessoas que eram levadas para outras províncias. As incursões, explicaram os oficiais da polícia, estavam causando uma importante reação negativa que prejudicava as forças americanas convencionais e as unidades policiais afegãs apoiadas pelos Estados Unidos. Disseram-me que na verdade as incursões noturnas estavam ajudando o Talibã.

A Casa Branca estava bem consciente, àquela altura, da seriedade dos danos causados no Afeganistão. Em setembro de 2009, um diplomata americano no país apresentou sua carta de renúncia, na qual fazia uma contundente denúncia da guerra americana. Matthew Hoh, fuzileiro naval condecorado que fez diversas viagens pelo Iraque e depois serviu como principal funcionário civil na província afegã de Zabul, garantiu que "a presença e as operações dos Estados Unidos e da OTAN[34] em vales e aldeias pashtuns" chegavam a representar "uma força de ocupação contra a qual a insurreição se justificava". Numa carta ao Departamento de Estado, Hoh declarou sem meias palavras que "a presença militar dos Estados Unidos no Afeganistão contribui em grande medida para a legitimação e a aceitação da mensagem estratégica da insurreição pashtun". E escreveu:

> Acho enganosas as razões que alegamos para o banho de sangue e para o sacrifício de nossos homens e mulheres jovens no Afeganistão. Para que fosse honesta, nossa estratégia estabelecida para garantir que o Afeganistão evite o ressurgimento ou o reagrupamento da Al-Qaeda exigiria que além disso invadíssemos e ocupássemos o Paquistão ocidental, a Somália, o Sudão, o Iêmen etc. Nossa presença no Afeganistão só aumentou a desestabilização e a insurreição no Paquistão, onde tememos, com razão, que um governo deposto ou enfraquecido possa perder o controle sobre as armas nucleares do país.

O *Washington Post* noticiou que a carta de Hoh "repercutira de alto a baixo[35] na Casa Branca". Autoridades americanas, entre as quais o embaixador e o enviado de Obama para o Afeganistão e o Paquistão, Richard Holbrooke, tentaram oferecer a Hoh outros cargos para evitar sua renúncia. Holbrooke declarou ao *Post* que tinha perguntado a Hoh: "Se o senhor quer realmente influenciar a política[36] e ajudar a reduzir o custo da guerra em vidas e em recursos", não deveria permanecer "dentro do edifício, e não do lado de fora, onde vai poder atrair muita atenção mas sem o mesmo impacto político?". Hoh afinal recusou as ofertas e tornou pública sua oposição à guerra.

Quando estive com Hoh, pouco depois de sua renúncia, discutimos as incursões noturnas e o papel que o JSOC estava desempenhando no Afeganistão. Ele esclareceu que tinha enorme respeito pelas equipes de Operações Especiais e que acreditava que havia pessoas perigosas que "precisam ser mortas".[37] Mas questionava o uso dessas tropas de elite para combater o que tinha se transformado efetivamente numa insurreição popular contra a ocupação estrangeira. O JSOC, disse ele, é "a melhor tropa de choque que o mundo já conheceu", mas "está lá no Afeganistão, correndo atrás de líderes intermediários do Talibã que não ameaçam os Estados Unidos, só estão lutando contra nós porque estamos na seara deles". Disse-me ainda: "Nos metemos nessa forma de guerra de desgaste de Operações Especiais". Ele calculava que haveria "de cinquenta a cem" quadros operacionais da Al-Qaeda na época.

Sob o comando de McChrystal, o ritmo das incursões noturnas aumentava à medida que o JSOC ia assinalando nomes na lista da morte, que parecia não ter fim. McChrystal sabia bem como promover[38] seus planos junto à Casa Branca, e quando lutava para que sua opinião fosse adotada, fazia-o "com a mesma temeridade que usava para rastrear terroristas no Iraque: calcule como o inimigo atua, seja mais rápido e mais brutal do que qualquer outro e acabe com os filhos da puta", observou o jornalista Michael Hastings, que viajou com McChrystal e passou um tempo no Afeganistão. As forças-tarefas de Operações Especiais de McChrystal e McRaven começaram a expandir a lista

de alvos, perseguindo "colaboradores" e "suspeitos de militância"[39] do Talibã. As informações que alimentavam as operações se apoiavam em grande parte em fontes afegãs. Hoh disse-me que era comum que afegãos acusassem seus inimigos de ser quadros operacionais do Talibã como vingança em casos de disputa de terras ou conflitos tribais. O fornecimento dessas informações falsas às forças americanas, por sua vez, criou um ambiente em que um número enorme de afegãos inocentes se viu enfrentando comandos americanos que invadiam sua casa no meio da noite, capturando ou matando gente. "Sim, muitas vezes os caras certos foram perseguidos e os caras certos foram mortos", lembrou Hoh.

> E então, muitas outras vezes, pessoas erradas foram mortas. Às vezes eram famílias inocentes. Em outros casos, podiam ser pessoas e famílias que tinham sido denunciadas por vingança ou por rivalidades que existiam muito antes de que fôssemos para lá. Acontecia muito, aquele que procurava os americanos primeiro era quem entregava o rival, ou seu inimigo, ou seu antagonista.

Hoh disse que havia também vezes em que uma força-tarefa do JSOC "matava alguém que era importante para nós. Matavam um líder tribal ou algum tipo de administrador do governo que estava trabalhando conosco, ou com quem estávamos fazendo progressos. No meio da noite, você acabava baleando o cara". E acrescentou: "Não há nada que se compare ao ato de entrar numa aldeia no meio da noite, derrubar uma porta e matar uma mulher ou uma criança só para destruir" qualquer progresso civil ou militar que as Forças Armadas convencionais tivessem feito em áreas que circundam o Afeganistão. Investiguei diversas incursões noturnas malfeitas no país em que ficou claro que gente inocente tinha sido atingida. Nenhuma delas foi mais aterradora do que a que ocorreu perto de Gardez, na província de Paktia, em fevereiro de 2010.

Em 12 de fevereiro de 2010, Mohammed Daoud Sharabuddin tinha muito o que comemorar. O respeitado oficial da polícia recebera uma promoção

importante[40] com a qual tornara-se chefe de Inteligência num dos distritos da província de Paktia, no sudeste do Afeganistão. Era também pai de um recém-nascido.[41] Naquela noite, Daoud e a família estavam celebrando a atribuição de nome ao menino, ritual que ocorre no sexto dia de vida de uma criança.[42] A festa se realizava na propriedade deles, na aldeia de Khataba, a curta distância de Gardez, capital da província. Duas dezenas de pessoas estavam na casa para a festa, além de três músicos.[43] "Tínhamos muitos convidados[44] e música", contou-me Mohammed Tahir, cunhado de Daoud, quando visitei a família. "Durante a festa, as pessoas dançavam o *attan*, nossa dança tradicional".

A família Sharabuddin não pertencia à etnia pashtun,[45] dominante e quase exclusiva entre os talibãs. Sua língua principal era o dari. Muitos dos homens da família não usavam barba, alguns tinham apenas bigodes. Havia muito que se opunham ao Talibã. Daoud, o comandante de polícia, tinha passado por dezenas de programas de treinamento dos Estados Unidos, e sua casa estava cheia de fotos dele com soldados americanos. Outro membro da família era promotor da administração municipal, apoiada pelos Estados Unidos, e um terceiro era vice-reitor da universidade local. A área onde viviam era próxima a um quartel-general do Talibã, e a rede Haqqani — grupo insurgente que segundo os Estados Unidos era estreitamente vinculado à Al-Qaeda e à ISI, organização de espionagem paquistanesa — tinha executado ataques contra o governo e forças da OTAN. Assim, quando começou a notar alguma coisa errada diante da propriedade, a família receou que se tratasse de um ataque do Talibã a sua casa.

Eram cerca de 3h30 da madrugada e a festa estava acabando quando a família e seus convidados notaram que a luz[46] tinha sido cortada por alguém de fora. Nessa hora, um dos músicos, que tinha saído para o quintal para usar o banheiro, viu miras a laser que, do exterior da casa, varriam o terreno.[47] O homem correu para dentro e avisou os demais. "Daoud saiu para ver o que estava acontecendo", contou-me Tahir. "Ele pensou que o Talibã tinha chegado. Já estavam no telhado." Assim que Daoud e o filho de quinze anos,

Sediqullah, puseram os pés no quintal, foram atingidos por projéteis disparados por franco-atiradores[48] e caíram. A família começou a ouvir as vozes de seus agressores. Algumas davam ordens em inglês, outras em pashtun. A família começou a suspeitar que os agressores eram americanos. O pânico tomou conta dos que estavam na casa.

"Todas as crianças gritavam: 'Atiraram em Daoud! Atiraram em Daoud!'", lembrou Tahir. O filho mais velho de Daoud estava atrás do pai e do irmão quando eles dois foram atingidos. "Quando meu pai caiu, eu gritei",[49] contou-me ele. "Todo mundo — meus tios, as mulheres, todos saíram da casa e se precipitaram para a varanda. Corri até eles e recomendei que não saíssem, pois havia americanos atacando e matariam todos." Enquanto isso, os irmãos de Daoud, Mohammed Saranwal Zahir e Mohammed Sabir, tentavam socorrê-lo. "Quando saí correndo,[50] Daoud estava caído bem aqui", disse-me Mohammed Sabir, referindo-se ao lugar em que estávamos de pé no quintal poeirento. "Levamos Daoud para dentro."

Enquanto ele sangrava no piso de um corredor dentro da propriedade, seu irmão Zahir disse que ia tentar deter o ataque conversando com os americanos. Por ser promotor, ele sabia um pouco de inglês. "Trabalhamos para o governo!", ele gritou para fora. "Olhem para nossos carros de polícia. Vocês balearam um comandante da polícia!" Três mulheres da família, Bibi Saleha, de 37 anos; Bibi Shirin, de 22, e Gulalai, de dezoito, agarraram-se às roupas de Zahir e imploraram-lhe que não saísse. Não teria feito diferença. Zahir foi abatido ali mesmo onde estava, atingido por projéteis que feriram também as três mulheres. Zahir, Bibi Saleha e Bibi Shirin morreram na hora. Gulalai e Daoud sobreviveram durante horas, mas a família, sitiada, não pôde fazer nada por eles, que acabaram morrendo também.

De alguma forma, em questão de minutos, um evento familiar festivo se transformou num massacre. Sete pessoas morreram, segundo membros da família. Duas das mulheres estavam grávidas.[51] No total, as mulheres tinham dezesseis filhos.[52]

Eram sete da manhã. Poucas horas antes, Mohammed Sabir vira o irmão, a mulher, a sobrinha e a cunhada caídos. Agora, traumatizado, estava debruçado sobre os corpos numa sala cheia de soldados americanos. Os comandos mascarados tinham invadido a casa e começaram a revistá-la, vasculhando cada um dos aposentos. Sabir contou-me que Daoud e Gulalai ainda estavam vivos. Soldados americanos ficaram dizendo que iam providenciar assistência médica. "Eles não permitiram que levássemos os feridos ao hospital e ficaram dizendo que tinham médicos e iam cuidar dos feridos", disse ele. "Pedi com insistência que me deixassem levar minha filha ao hospital, ela tinha perdido muito sangue e nosso carro estava bem ali", disse Mohammed Tahir, pai de Gulalai. "Mas eles não deixaram. Minha filha e Daoud ainda estavam vivos. Continuamos pedindo, porém eles disseram que um helicóptero estava a caminho para levar nossos feridos ao hospital." Os dois morreram antes que chegasse um helicóptero para resgatá-los.

Ainda durante a incursão americana, Mohammed Sabir e seu sobrinho Izzat, juntamente com as mulheres de Daoud e Sabir, começaram a preparar mortalhas[53] para as vítimas. O costume afegão manda enfaixar os pés e a cabeça dos mortos. Um lenço amarrado sob o queixo evita que a boca fique aberta. Eles conseguiram fazer isso antes que os americanos começassem a algemá-los[54] e pusessem homens e mulheres sobreviventes em espaços separados. Foi nesse momento que os homens da família presenciaram uma cena pavorosa: os soldados americanos extraindo os projéteis dos corpos das mulheres. "Eles metiam a faca nos ferimentos e tiravam as balas", contou-me Sabir. Perguntei-lhe sem rodeios: "Você viu os americanos extraindo balas do corpo das mulheres?". Sem hesitar, ele respondeu: "Sim". Tahir disse-me que viu americanos com facas junto aos corpos. "Estavam extraindo as balas para eliminar as provas do crime", disse.

Mohammed Sabir não pôde comparecer ao sepultamento da esposa nem ao dos outros mortos da família. Depois da incursão, os americanos fizeram com que todos eles se ajoelhassem ou ficassem de pé no quintal, descalços, numa

manhã de inverno rigoroso, com as mãos atadas às costas.[55] Testemunhas disseram que os que tentavam falar com os soldados ou pedir-lhes algo eram espancados. "Eles me mandaram pôr as mãos ao alto, mas pensei que, se estava em minha própria casa, por que deveria fazer isso?", disse-me o filho mais velho de Daoud, Abdul Ghafar.

> Eles me bateram diversas vezes. Atiraram em minha direção e à minha volta. Joguei-me no chão. Pedi ao tradutor [afegão dos americanos] que lhes dissesse para não matar mulheres, só fazer sua busca. Nós apoiamos o governo. Trabalhamos com o governo. Eles me chutaram diversas vezes. Tentava ficar de pé, mas eles me chutavam.

Mais tarde, uma testemunha disse a um investigador das Nações Unidas que pelo menos dez pessoas tinham sido agredidas pelo grupo de americanos e afegãos,[56] entre elas Hajji Sharabuddin, o chefe da família, de 65 anos. "Eles nos disseram que tinham sido informados[57] da presença de quarenta ou cinquenta talibãs aqui", disse Sharabuddin. "Mas na verdade eram todos membros de minha família que trabalham para o governo." Sharabuddin exigiu que explicassem por que tinham invadido sua casa no meio da noite. "Vocês poderiam ter revistado minha casa de manhã", disse-lhes. "E se encontrassem algum talibã aqui, poderiam fazer comigo o que quisessem, ou destruir e depredar minha casa, e eu não os culparia."

Uma investigação das Nações Unidas, realizada dois dias depois da incursão que nunca viera a público, concluiu que os sobreviventes "foram vítimas de tratamento desumano, cruel e degradante[58] por terem sido agredidos fisicamente por tropas americanas e afegãs, dominados e obrigados a permanecer de pé e descalços durante horas à intempérie", acrescentando que as testemunhas disseram "que as tropas americanas e afegãs negaram-se a dispensar atendimento médico adequado e a tempo a duas pessoas que apresentavam graves ferimentos a bala, o que resultou na morte delas horas mais tarde".

Mohammed Sabir foi um dos homens escolhidos para interrogatório depois da incursão. Com as roupas ainda empastadas do sangue de seus entes

queridos, ele e outros sete homens foram encapuzados e algemados. "Amarraram nossas mãos e vendaram nossos olhos", lembrou ele. "Duas pessoas nos agarraram e nos empurraram, um a um, para dentro da aeronave." Foram levados a outra província afegã, Paktia, onde ficaram em poder dos americanos durante dias. "Meus sentidos não estavam funcionando", lembrou ele. "Não conseguia chorar, estava paralisado. Fiquei três dias e três noites sem comer. Não nos deram água para lavar o sangue." Os americanos submeteram os homens a exames biométricos, fotografaram-lhes as íris e tiraram suas impressões digitais. Grupos de interrogadores americanos e afegãos, contou-me Sabir, perguntaram-lhe sobre as ligações de sua família com o Talibã. Ele lhes disse que sua família era contra o Talibã, tinha lutado contra ele, e alguns de seus membros tinham sido sequestrados por talibãs.

"Os interrogadores americanos tinham barbas curtas e não usavam farda. Eram musculosos", lembrou Sabir, acrescentando que às vezes era sacudido com violência. "Dissemos honestamente que não havia talibãs em nossa casa." Um dos americanos disse a ele que "havia informações de que um homem-bomba se escondera em sua casa e planejava uma operação." Sabir retrucou: "Se tivéssemos um homem-bomba em casa, estaríamos tocando música? Quase todos os convidados eram funcionários do governo". Depois de três dias em cativeiro, disse-me Sabir, ele e os demais foram postos em liberdade pelos americanos. "Disseram que éramos inocentes, que lamentavam muito, e que era errado o que tinham feito em nossa casa." Contudo, publicamente os Estados Unidos e seus aliados contaram uma história muito diferente sobre o que tinha acontecido em Gardez naquela noite.

Enquanto Mohammed Sabir e os demais estiveram sob custódia americana, o quartel-general da Força Internacional de Assistência para a Segurança (International Security Assistance Force, ISAF) apressou-se a dar uma declaração sobre o incidente. Horas depois da incursão, a ISAF e o Ministério

do Interior afegão emitiram um comunicado conjunto à imprensa. Afirmavam que uma "força de segurança" integrada por afegãos e elementos internacionais tinha feito uma "descoberta tenebrosa" na noite anterior. A força estava numa operação de rotina perto da aldeia de Khataba. A Inteligência tinha "confirmado" que a propriedade era local de "atividade de militantes". Assim que se aproximaram do local, viram-se "envolvidos" num "tiroteio" com "diversos rebeldes", dizia a declaração. A força matou os rebeldes e estava revistando a propriedade quando fez a descoberta: três mulheres tinham sido "amarradas", "amordaçadas" e finalmente executadas dentro da propriedade. A força, dizia o comunicado, achou-as "escondidas numa sala adjacente".[59]

"A ISAF trabalha permanentemente com nossos parceiros afegãos no combate a criminosos e terroristas[60] que não se importam com a vida de civis", disse à imprensa o general do Exército canadense Eric Tremblay, porta-voz da ISAF, em relação à incursão. Referiu-se aos comandos que invadiram a casa como heróis. Vários homens, mulheres e crianças foram detidos pela força ao tentar sair da propriedade, afirmava a declaração, e oito homens tinham sido presos para averiguações. Durante o incidente, foi solicitado atendimento médico.[61]

Algumas agências divulgaram a notícia naquele dia e publicaram mais declarações de autoridades americanas, afegãs e da ISAF . Um "militar americano de alta patente" disse à CNN que quatro vítimas tinham sido encontradas na propriedade, dois homens e duas mulheres. Confirmou os detalhes sinistros da declaração sobre a execução das mulheres, acrescentando que aparentemente os assassinatos tinham motivos culturais extremos. "Apresentavam os sinais de crimes de honra tradicionais",[62] disse o militar, deixando implícito que as quatro pessoas tinham sido mortas por membros da própria família. Ainda deu a entender que adultério ou conivência com forças da OTAN poderia ter sido o motivo.

O *New York Times* publicou uma nota no dia seguinte, basicamente um resumo da versão da OTAN. Rob Nordland, repórter do *Times*, falou com o

chefe de polícia da província de Paktia,[63] Aziz Ahmad Wardak, que, segundo Nordland, confirmou muitos detalhes do incidente, mas disse que três mulheres e dois homens tinham sido mortos. Alegou que o grupo tinha sido assassinado por militantes talibãs que atacaram durante uma festa comemorativa de um nascimento. Autoridades americanas mais tarde diriam à imprensa que os corpos das vítimas apresentavam cortes e perfurações,[64] levando a crer que tinham sido esfaqueadas. Enquanto as agências internacionais de notícias veiculavam a versão americana dos eventos, repórteres locais começaram a falar com funcionários afegãos e membros da família. A Pajhwok Afghan News Agency falou com o subchefe de polícia da província, general Ghulam Dastagir Rustamyar, que disse que "Forças Especiais dos Estados Unidos" tinham matado as cinco pessoas durante uma operação, evidentemente em consequência de uma informação imprecisa ou falsa.[65] "A noite passada, os americanos executaram uma operação numa casa e mataram cinco inocentes, entre eles três mulheres", disse Shahyesta Jan Ahadi, membro suplente do conselho provincial de Gardez, a um repórter local da Associated Press. "As pessoas estão muito zangadas." Ahadi negou a afirmação da OTAN de que a incursão fora obra de uma força mista americana e afegã. "O governo [afegão] não sabia nada sobre isso", disse ele. "Condenamos com veemência esse ato."[66]

Dias depois da incursão, investigadores de direitos humanos das Nações Unidas conversaram com "autoridades locais", segundo as quais Forças Especiais americanas tinham vindo de Bagram a Gardez dias antes da operação. Essas autoridades disseram também que funcionários da segurança afegã tinham sido avisados sobre uma operação iminente, mas sem que lhes dessem informações sobre o lugar ou o momento em que seria executada. As Nações Unidas concluíram que nem as ANSF nem tropas da ISAF estavam envolvidas na incursão.

A OTAN tinha prometido uma "investigação conjunta", que nunca se realizou. Depois do incidente, autoridades afegãs da capital da província foram impedidas de entrar na propriedade.[67] "Quando chegamos lá, havia um rapaz

estrangeiro guardando os corpos, e não deixou que nos aproximássemos,[68] disse Wardak, da polícia de Paktia. Por fim, o Ministério do Interior enviou de Cabul uma delegação para investigar a incursão, liderada pelo principal investigador criminal[69] da capital afegã. Ao que parece, esse grupo trabalhou de forma bastante independente em relação à OTAN.

Quando Mohammed Sabir voltou para casa, depois de ser mantido preso pelos americanos, já tinha perdido o sepultamento da mulher e dos outros membros da família. Louco de tristeza, pensou em vingar seus entes queridos. "Perdi a vontade de viver", disse-me ele. "Queria vestir um colete de homem-bomba e explodir entre americanos. Mas meu irmão e meu pai não deixaram. Eu queria fazer a jihad contra os americanos."

Estava havendo, sem dúvida, um acobertamento da verdade. A família sabia. As Nações Unidas sabiam. E os investigadores afegãos sabiam. A tropa que invadiu a casa tinha sido enviada pelos Estados Unidos, mas quem eram os americanos que invadiram aquela casa no meio da noite?

O caso só começou a ser completamente desvendado um mês depois, quando um repórter britânico, Jerome Starkey, deu início a uma séria investigação dos homicídios de Gardez. Quando Starkey leu o comunicado de imprensa da ISAF, "não vi motivo para supor que não fosse verdade", disse. Quando estive na casa de Starkey, em Cabul, ele me disse: "Achei que o caso era digno de atenção porque se o teor do comunicado da imprensa fosse autêntico — um crime de honra múltiplo, três mulheres mortas pelos talibãs que depois foram mortos pelas Forças Especiais —, daria uma reportagem vívida e fascinante".[70] Mas quando visitou Gardez e começou a reunir testemunhas da região que pudessem estar com ele, logo se deu conta de que a versão da ISAF era provavelmente falsa.

A família tinha indícios significativos que desmentiam a versão divulgada pela ISAF e aceita por muitas empresas de notícias. A família em Gardez mostrou a Starkey e a mim um vídeo da noite da invasão, no qual aparecem

os músicos tocando e Daoud com seus parentes dançando para comemorar a cerimônia de dar nome ao filho de Daoud. "Acho que a melhor comparação que podemos fazer é com uma festa de batizado", lembrou Starkey. "Realiza-se na sexta noite após o nascimento da criança. Ela recebe um nome, geralmente dado por seus avós, e a família comemora convidando todos os amigos, vizinhos e parentes para uma espécie de ceia ou banquete em sua casa, com música e dança." Starkey compreendeu que a natureza da celebração

> não casava com a insinuação de que fossem talibãs. Os talibãs são conhecidos por suas normas muito estritas, e os instrumentos musicais foram proibidos quando eles estavam no poder. E ali estava o vídeo dos caras, de um conjunto de três músicos. Entrevistamos os músicos, que confirmaram a história. As coisas simplesmente não faziam sentido. Era óbvio que eles não eram talibãs.

Starkey esteve em Gardez cerca de um mês depois da invasão e falou com mais de uma dúzia de sobreviventes, com membros do governo municipal, agentes da lei e um líder religioso. Falou também com investigadores de direitos humanos das Nações Unidas que tinham feito uma investigação por sua conta na região. Todas as pessoas com quem ele conversou afirmaram com insistência que misteriosos atiradores americanos e afegãos tinham matado as cinco pessoas. Além de saber de novos detalhes sobre os assassinatos de 12 de fevereiro, Starkey achou que as forças convencionais da coalizão provavelmente não estavam por trás do ataque, o que fazia crer que "Forças Especiais" dos Estados Unidos estivessem envolvidas. Soldados americanos com base na área negaram participação[71] em qualquer incursão em Khataba naquele dia. E representantes afegãos que, segundo o protocolo da OTAN, deveriam ter sido notificados de qualquer operação em sua área de jurisdição disseram que não tinham tido notícia do planejamento de uma incursão. "Ninguém nos informou", disse o vice-governador de Gardez, Abdul Rahman Mangal. "Essa operação foi um erro."[72]

De acordo com as regras da OTAN, a equipe que executou a operação deveria ter deixado informações[73] sobre sua unidade com o pessoal local, mas

a família disse que não tinha recebido nada. Mais tarde, a família acusou os soldados de tentar ocultar a invasão, ajudados pela desinformação da OTAN.

Starkey fez contato com o contra-almirante Greg Smith, vice-chefe da equipe de comunicações do general McChrystal e lhe expôs as discrepâncias. Smith disse que a OTAN era culpada… de escolher mal as palavras. As mulheres, ele concordou, provavelmente estariam amortalhadas para o funeral, e não "amarradas e amordaçadas." Mas Smith negou que tivesse havido um "acobertamento" e insistiu que as mulheres estavam mortas havia horas. Confirmou que os homens tinham sido mortos por tropas americanas e afegãs. "Eles não eram os alvos dessa incursão específica", admitiu Smith. Mas estavam armados e mostraram "intenções hostis", afirmou, justificando a intensificação do uso da força. "Não sei se fizeram alguns disparos", disse ele. "Se você vê uma pessoa saindo de uma propriedade, e sua força de assalto está ali, esse é o sinal habitual para neutralizar a pessoa. Você não vai esperar ser atingido para então disparar."[74]

Apesar da investigação das Nações Unidas e de vários noticiários locais que contestaram a versão da ISAF, o comando na OTAN liderado pelos Estados Unidos não foi obrigado a prestar contas públicas sobre as graves discrepâncias entre o que a família dizia e as afirmações da ISAF. Isto é, até que Starkey publicou uma matéria no *Times* de Londres intitulada: "OTAN acobertou uma incursão noturna malfeita no Afeganistão que deixou cinco mortos". Horas depois da publicação da matéria, Starkey começou a receber telefonemas de advertência de seus colegas. "Fui informado por outros jornalistas de Cabul, amigos meus, que a OTAN estava fazendo briefings contra mim", contou-me Starkey. "A OTAN estava tentando me desacreditar, tentando dizer que a reportagem era inexata, tentando, na verdade, desacreditá-la."

O contra-almirante Smith fez uma declaração que prescindia da linguagem diplomática e indireta típica das notas oficiais. A assessoria de imprensa de McChrystal tinha passado a citar nomes. "A acusação levantada por Jerome Starkey, repórter do *Times* britânico, segundo a qual a OTAN 'acobertou' um incidente ocorrido em Gardez, na província de Paktia, é absolutamente

falsa",[75] dizia a declaração. Prosseguia acusando Starkey de distorcer palavras do almirante Smith e afirmava que o Comando Conjunto da ISAF tinha enviado uma equipe para fazer uma investigação na propriedade doze horas após o incidente. Smith e Duncan Boothby, assessores de imprensa civis de McChrystal na época, também "convidaram agências de notícias rivais,[76] bem como outros repórteres, a desmerecer Starkey, dizendo que ele não era um jornalista confiável", pelo fato de ter trabalhado num tabloide britânico. "Morei no Afeganistão durante quatro anos", disse Starkey. "E não me lembro de nenhum caso em que isso tenha acontecido. Que eu saiba, foi a única vez que eles mencionaram um jornalista pelo nome e deram destaque a um jornalista de maneira tão específica num desmentido."

A OTAN "anunciou que tinha uma gravação de minha conversa que contradizia meu texto taquigrafado", postou Starkey no blog Nieman Watchdog na semana seguinte, em relação à suposta citação errada. "Pedi para ouvir a gravação, mas não me atenderam. Pressionei, e disseram que tinha havido um mal-entendido. Por gravação, tinham querido dizer registro escrito, de alguém que tomou notas. As fitas, disseram, não existiam."[77]

Starkey insistiu e publicou outra matéria em que falava da cólera que a incursão despertara na comunidade e das respostas da OTAN e das autoridades afegãs. "Não quero dinheiro.[78] Quero justiça", disse Hajji Sharabuddin, o patriarca da família, a Starkey. Contou que, depois que os protestos paralisaram a capital da província, o governo tinha oferecido a eles uma compensação por cada parente morto. "Nossa família inteira já não se importa com a vida. Todos nós vamos cometer ataques suicidas e [toda a província] vai nos apoiar."

"Ontem, funcionários da OTAN continuavam dizendo aos jornalistas em Cabul que as mulheres tinham sido vítimas de um 'crime de honra'", escreveu Starkey. "No entanto, não explicam por que os corpos foram mantidos na casa durante toda a noite, contrariamente ao costume islâmico, nem por que a família tinha convidado 25 pessoas para celebrar a atribuição de nome a um recém-nascido naquela mesma noite."[79]

"Meu pai era amigo dos americanos e foi morto por eles", disse a Starkey o filho de Daoud, Abdul Ghafar, mostrando-lhe uma foto do pai com três soldados americanos sorridentes. "Eles mataram meu pai. Quero matá-los. Quero que os assassinos sejam levados à justiça."[80]

Em 15 de março de 2010, o *New York Times* afirmou que o general McChrystal tinha decidido[81] tomar sob seu comando a maior parte das Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos no Afeganistão. A decisão tinha sido motivada em parte pela preocupação com baixas civis, lembrou o artigo, causadas com frequência por tropas de elite que operavam fora da estrutura de comando da OTAN. A matéria do *Times* baseou-se em boa medida no relato de Starkey sobre a incursão em Gardez, confirmando que "Forças Especiais da polícia afegã junto de forças americanas de Operações Especiais" estavam por trás da operação. Mais uma vez, o almirante Smith evitou assumir a responsabilidade pela morte das mulheres. "O lamentável foi a morte de dois homens inocentes", disse o almirante. "Quanto às mulheres, não creio que algum dia se saiba como elas morreram."[82] No entanto, acrescentou: "Não sei se existe uma perícia criminal que mostrem perfurações de bala ou sangue no corpo das mulheres". Disse que as mulheres pareciam ter sido esfaqueadas e cortadas com facas, e não atingidas por arma de fogo. O *Times* conversou com Sayid Mohammed Mal, pai do noivo de Gulalai e vice-reitor da Universidade de Gardez. "Eles foram mortos pelos americanos", disse ele. "Se o governo não nos der ouvidos, vou levar todos os cinquenta membros de minha família a Gardez, vamos derramar gasolina no corpo e morrer queimados."[83]

Semanas depois, no início de abril, Starkey recebeu um telefonema inesperado. "A OTAN me ligou", contou-me Starkey. "Eles disseram: 'Jerome, queríamos lhe avisar de que estamos preparando um comunicado à imprensa. Estamos mudando nossa versão dos fatos'." Uma suposta investigação conjunta tinha "concluído que forças internacionais tinham sido responsáveis pela morte de três mulheres que estavam na mesma propriedade em que dois

homens foram mortos pela patrulha afegã-internacional que procurava um rebelde talibã". O comunicado prosseguia: "Embora os investigadores não tenham conseguido determinar conclusivamente como ou quando as mulheres morreram, por falta de indícios periciais, chegaram à conclusão de que foram mortas acidentalmente pelos disparos efetuados contra os homens".[84]

A declaração sustentava que os homens tinham manifestado "intenções hostis", mas que "mais tarde determinou-se que não se tratava de rebeldes". "A declaração [original] dizia que as mulheres tinham sido amarradas e amordaçadas, porém essa informação havia sido fornecida por um relatório preliminar feito por membros não afegãos da força conjunta que não conheciam bem os costumes fúnebres islâmicos", dizia o texto. Quando Starkey recebeu o telefonema, acabava de enviar outro texto para o *Times* de Londres. Era sua matéria mais explosiva até o momento e se baseava na conversa com um alto funcionário afegão envolvido na investigação do governo e com membros da família.

A delegação encerrara seu relatório, e McChrystal também foi informado de suas descobertas. O comunicado à imprensa, seguido da notícia de que McChrystal estava determinando uma segunda revisão do incidente, pretendia esvaziar uma terrível revelação. "Soldados das Forças Especiais americanas extraíram projéteis[85] do corpo de suas vítimas na sequência sangrenta da desastrada incursão noturna, depois lavaram os ferimentos com álcool e mentiram a seus superiores sobre o que tinha acontecido", afirmava Starkey em sua matéria, que saiu no dia seguinte. Investigadores afegãos disseram-lhe que os soldados americanos também tinham retirado os projéteis do local. A investigação concluiu que, dos onze tiros disparados, apenas sete projéteis tinham sido encontrados. Os quatro que faltavam, combinados com as provas fotográficas e o depoimento de testemunhas, levaram os investigadores àquela conclusão sobre o que as Forças de Operações Especiais tinham feito. "Em que cultura do mundo alguém convida […] pessoas para uma festa e mata três mulheres?", disse a Starkey o alto funcionário afegão. "Os corpos estavam a

oito metros do lugar onde preparavam a comida. Os americanos nos disseram que as mulheres tinham sido mortas catorze horas antes." Os investigadores do governo afegão confirmaram o que a família dissera a Starkey — e mais tarde a mim — sobre a extração dos projéteis do corpo das mulheres. "Sabíamos que o que estávamos esclarecendo era tão grave que teríamos que ter certeza de estarmos pisando em terreno firme", disse-me Starkey sobre a extração dos projéteis. "Deixei aquela acusação de fora da minha primeira matéria. Mas ao ouvi-la novamente de uma fonte afegã muito graduada, muito confiável, decidimos publicá-la."

Naquele mesmo dia, o *New York Times* publicou algumas conclusões da investigação afegã. "Chegamos à conclusão de que a patrulha da OTAN foi responsável pela morte de dois homens e três mulheres e que havia indícios de ocultação de provas na varanda da propriedade" por parte da equipe de ataque, declarou o chefe da investigação, Merza Mohammed Yarmad. "A cena estava revirada."[86] A OTAN declarou que as acusações dariam ensejo a novas investigações, mas mesmo assim rejeitou-as por completo. "Negamos enfaticamente que tenha havido extração de projéteis dos corpos. Simplesmente não há indícios",[87] disse um militar da OTAN. O oficial nomeado para realizar a segunda investigação foi posto sob o "controle operacional"[88] direto de McChrystal enquanto conduzia o inquérito. Os resultados continuaram sigilosos, mas a OTAN continuou insistindo que "não havia indícios de ocultação de provas".[89]

À medida que aumentava a indignação no Afeganistão pelas mortes de civis em incursões como a que ocorrera em Gardez, instalou-se um acirrado debate interno na OTAN acerca de como reagir. Em certo momento pensou-se numa viagem do próprio general McChrystal[90] à aldeia para pedir desculpas à família. Em vez disso, decidiu-se que quem iria a Gardez seria o comandante

da tropa responsável pela incursão e que no processo ele revelaria exatamente qual unidade estava por trás dos cruéis assassinatos e do acobertamento do massacre. Também seria revelada publicamente a face do JSOC. Na manhã de 8 de abril, pouco depois das onze horas, o almirante William McRaven, o discretíssimo comandante do JSOC, estacionava diante dos portões da propriedade dos Sharabuddin.

A família tinha sido avisada na noite anterior de que receberia uma visita importante. Acharam que seria McChrystal em pessoa. Mohammed Sabir e outros membros da família disseram-me que tinham discutido a possibilidade de matar McChrystal quando ele chegasse no dia seguinte, mas o imã local aconselhou que mostrassem hospitalidade e ouvissem o que ele tinha a dizer. Diante da reunião iminente, a família decidiu então chamar uma testemunha não afegã: Jerome Starkey. A OTAN tentara dissimular os detalhes e a hora da visita, mas assim que Starkey recebeu a ligação, empreendeu a viagem de meio dia que o levaria de Cabul a Gardez.

> Como não podia deixar de ser, estávamos muito ansiosos para garantir nossa presença no momento em que se desse o encontro, o que foi dificílimo, já que ninguém queria nos informar. E acho que, do ponto de vista das relações públicas, o pessoal que cuidava internamente da imagem da OTAN provavelmente não queria chamar a atenção [...]. Eles reconheciam que tinham cometido um erro. Mais uma vez, esperavam que a coisa ficasse por aí, mas não foi o que aconteceu.

Starkey chegou à casa da família de manhã cedo e ficou conversando e tomando chá com eles. "Por volta das onze, chegou um imenso comboio de grandes veículos blindados americanos, SUVs blindados e um número incontável, e digo incontável no sentido literal do termo, de oficiais e soldados afegãos", lembrou Starkey. "Entre eles havia um homem que usava um uniforme que achei parecido com o dos fuzileiros navais, mas que tinha na lapela o dístico US Navy [Marinha dos Estados Unidos]." No crachá de identificação lia-se apenas "McRaven". "Naquele tempo, eu não sabia quem era ele", disse Starkey, um dos repórteres ocidentais mais experientes dos que estavam no Afeganistão.

E aí se desenrolou uma das cenas mais extraordinárias que presenciei no Afeganistão. Da caçamba de uma caminhonete do Exército afegão, eles tiraram uma ovelha. Três soldados afegãos ajoelharam-se diante da ovelha na frente da casa, exatamente no lugar de onde aqueles soldados tinham iniciado a invasão. Afiaram uma faca, e um mulá do Exército afegão começou a rezar e a oferecer a ovelha em sacrifício.

Hajji Sharabuddin, o ancião da família, interveio. "Não façam isso", disse ele aos soldados. Starkey disse que as tropas afegãs e McRaven estavam tentando pôr a família numa situação difícil. "Quando uma pessoa chega a seu portão[91] e pede perdão, segundo a lei afegã, é difícil negar", tinha dito Sharabuddin a Starkey, e este acrescentou que a prática era "um antigo ritual afegão[92] conhecido como *nanawate*, no qual se sacrifica uma ovelha diante da porta de alguém para pedir perdão." A família, segundo Starkey, "ficou sem alternativa, sem nenhuma saída honrosa além de deixar que aqueles homens entrassem em [sua] casa".

Os soldados afegãos tentaram impedir o fotógrafo de Starkey, Jeremy Kelly, de fotografar e fizeram o possível para expulsar Starkey da sala depois que McRaven entrou. Mas a família insistiu que ele ficasse. Não fosse assim, nenhuma prova restaria de que aquele acontecimento extraordinário tinha ocorrido, nenhuma prova de quem eram os assassinos. No interior da casa, o comandante do JSOC ficou frente a frente com os sobreviventes da incursão, inclusive pais e maridos das mulheres que esses homens tinham matado. "O almirante McRaven se pôs de pé e fez um discurso extraordinário. Mencionou semelhanças entre ele e Hajji Sharabuddin, falou de ambos como homens espirituais, como homens de Deus. Fez comparações e achou semelhanças entre o cristianismo e o islã", lembrou Starkey. "O senhor e eu somos muito diferentes",[93] disse McRaven a Sharabuddin.

O senhor é um homem de família com muitos filhos e muitos amigos. Eu sou um soldado. Passei a maior parte de minha carreira no exterior, longe de minha família, mas também tenho filhos e meu coração está enlutado pelo senhor. Porém temos uma coisa em comum. Temos o mesmo deus. É um deus que demonstra muito amor e compaixão. Estou rezando pelo senhor, para que em seu luto

> Deus lhe demonstre amor e compaixão e aplaque sua dor. Estou rezando também para que Ele tenha piedade de mim e de meus soldados por essa terrível tragédia.

Starkey declarou que, a seguir, McRaven disse à família: "Meus soldados foram responsáveis pela morte de membros de sua família", e pediu desculpas. Os generais afegãos entregaram à família um monte de dinheiro — quase 30 mil dólares,[94] segundo parentes. As principais agências internacionais de notícias disseram que Hajji Sharabuddin aceitou as desculpas de McRaven.[95]

Meses depois, quando estive com Sharabuddin em sua casa, seu ódio só parecia ter aumentado. "Não aceito as desculpas deles. Não trocaria meus filhos nem por todo o reino dos Estados Unidos", disse-me ele, segurando um retrato dos filhos.

> No começo, pensávamos que os americanos eram amigos dos afegãos, mas agora achamos que os americanos é que são os terroristas. Os americanos são nossos inimigos. Eles trazem terror e destruição. Os americanos não só destruíram minha casa, destruíram minha família. Os americanos soltaram as Forças Especiais contra nós. Essas Forças Especiais, com suas barbas longas, fizeram coisas cruéis, criminosas.

"Dizemos que eles são o Talibã americano", acrescentou Mohammed Tahir, pai de Gulalai, uma das mulheres assassinadas. Enquanto eu falava com outros membros da família, Mohammed Sabir, que perdera os irmãos e a mulher no massacre, aproximou-se de mim junto com a filha de seis anos, Tamana. Disse-me que devíamos ir embora logo porque os talibãs controlavam as estradas de noite. Diante de nós, ele perguntou à filha: "Tamana, quem foi que os americanos mataram?". Ela abraçou as pernas do pai e recitou a lista de mortos. Depois seu olhar perdeu-se ao longe, inexpressivo. "Ela lembra cada detalhe daquela noite", disse-me Sabir. "A chegada dos americanos, os disparos, a destruição, tudo." Enquanto embarcávamos para partir, ele me disse: "Tenho um recado, para o povo dos Estados Unidos, que vai nos ajudar: livrem-se dessas Forças Especiais e as

ponham na cadeia, façam com que sejam condenados porque estão matando gente inocente".

Durante mais de um ano, tentei ter acesso a algum documento das Forças Armadas americanas sobre o incidente de Gardez. Solicitei boletins pós-operacionais e qualquer informação existente sobre medidas disciplinares aplicadas aos soldados que mataram as três mulheres e os dois homens e extraíram projéteis do corpo das mulheres. Preenchi formulários, dentro da Lei de Liberdade de Informação, que circularam por diversas instâncias das Forças Armadas até irem parar numa "agência" não identificada à espera de apreciação. Até o momento em que escrevo, começo de 2013, não recebi documento algum. Starkey me contou que suas tentativas de obter documentos tiveram a mesma sorte.

Não muito tempo depois que voltei do Afeganistão, no fim de 2010, estive com o general Hugh Shelton, ex-presidente do Estado-Maior Conjunto, e perguntei-lhe sobre o incidente de Gardez. Ele disse que não estava a par de todos os detalhes. E embora dissesse que deveria ser feita uma revisão interna do caso, por ordem do comandante, a fim de esclarecer o que tinha acontecido e determinar se alguns soldados deveriam ser submetidos à corte marcial, disse acreditar que o caso não voltaria a ser investigado. "Se aquele oficial da polícia [Daoud] e aquelas duas mulheres grávidas foram mortos por ação do JSOC, com base em todas as informações que eles tinham, segundo as quais ali estava sendo preparada uma operação terrorista, e se eles voaram para lá, tentaram entrar no local e encontraram algum tipo de resistência — quero dizer, houve tiros —, sinto muito que aquela gente tenha sido morta", disse-me ele.

> Mas, embora no lugar errado e na hora errada, nossos rapazes estavam fazendo o que achavam que deviam fazer, protegendo a si mesmos e a seus camaradas no processo. Dou-me por satisfeito. Não acho que deva ser investigado; penso que deve ser posto na conta desses malditos atos de guerra.[96]

O fato de Daoud ser um comandante de polícia treinado pelos Estados Unidos pouco significava para Shelton. "O fato de ser um chefe de polícia não significa que não pudesse ser também um terrorista. Ele podia estar trabalhando nos dois lados", disse ele.

> As duas mulheres grávidas? O fato de que estivessem grávidas é muitíssimo lamentável. Mas também é lamentável o fato de serem mulheres. Por outro lado, já levei tiro de mulher. Portanto, isso… não quer dizer nada. Isso não é desculpa. Elas morrem igual a homens que atiram em nós.

À medida que aumentava o ritmo das incursões noturnas, sob o comando de McChrystal, as Forças de Operações Especiais continuaram tendo liberdade de operar sem ter de prestar contas de seus atos, fato que, aparentemente, não passou despercebido a McChrystal. "É bom que você esteja lá esta noite e que abata quatro ou cinco alvos", disse McChrystal a um SEAL da Marinha no Afeganistão. A seguir, acrescentou: "Mas de manhã vou repreender você por ter feito isso".[97] No entanto, a cada nova incursão mais protestos se espalhavam pelo país.

As condições que tinham levado Matt Hoh a renunciar a seu cargo no Departamento de Estado em protesto, no fim de 2009, mantinham-se em 2010. Se algo tinha mudado, foi para pior. As mortes de civis decorrentes de operações da OTAN subiram para noventa nos primeiros meses de 2010, um aumento de 75% em relação ao ano anterior.[98] E não somente em incursões noturnas. Mais de trinta afegãos foram mortos a tiro em postos de controle desde que McChrystal assumiu o comando até a primavera de 2010. De acordo com McChrystal, em março de 2010, numa teleconferência com soldados americanos:

> Nos mais de nove meses[99] em que estou aqui, não houve um só caso em que tenhamos nos envolvido num incidente causado por escalada de força e machucado alguém que estivesse próximo a um veículo com bombas ou que estivesse preparado para um atentado suicida e, em muitos casos, eles levavam famílias [...]. Atiramos num número impressionante de pessoas, matamos uma porção delas e, que eu saiba, nenhuma representava uma ameaça real.

Embora McChrystal ostensivamente impusesse maiores restrições a incursões noturnas e suspendesse ataques aéreos quase que por completo, a realidade dos fatos ainda era a mesma: pessoas inocentes estavam morrendo, e os afegãos ficavam cada vez mais indignados. Em maio de 2010, os Estados Unidos executavam nada menos de mil incursões noturnas[100] por mês. As Forças de Operações Especiais "foram autorizadas a atirar contra qualquer homem armado que surgisse", informou Gareth Porter, "e com isso as incursões resultavam na morte de muitos civis afegãos, todos automaticamente classificados como rebeldes[101] pelas Forças de Operações Especiais".

Quando conheci o mulá Abdul Salam Zaeef, ex-porta-voz dos talibãs, no fim de 2010, ele me disse claramente que as incursões americanas estavam ajudando o Talibã, exatamente como dissera Hoh. "Eles estão incentivando as pessoas a se tornarem extremistas", disse-me ele em seu apartamento em Cabul, onde se encontrava em prisão domiciliar de fato, vigiado dia e noite por oficiais da polícia afegã diante de seu edifício. Os líderes políticos e militares dos Estados Unidos, disse ele,

> pensam: "Quando assustamos as pessoas, elas deveriam ficar quietas". Mas este é um país diferente. Quando você mata uma pessoa, quatro ou cinco outras se levantam contra você. Se você mata cinco pessoas, pelo menos vinte se levantam contra você. Quando você desrespeita as pessoas ou a honra das pessoas numa aldeia, a aldeia inteira se volta contra você. Isso está criando ódio contra os americanos.[102]

A morte de civis pelos Estados Unidos, combinada com a impressão generalizada de que o governo afegão só existia para facilitar a corrupção de poderosos chefes de milícia, traficantes de drogas e criminosos de guerra, criou uma situação em que o Talibã e a rede Haqqani ganharam apoio de comunidades da área pashtun que, de outra forma, não os apoiariam. Zaeef me disse que desde 2005,[103] quando ele saiu da prisão de Guantánamo, "o Talibã tornou-se mais forte". "Os talibãs estão caindo do céu?", perguntou Zaeef. "Não, é gente nova."

Quando perguntei a Hoh o que achava a respeito dos comentários de Zaeef, ele respondeu que eram exatos. "Acho que estamos provocando mais hostilidade. Estamos desperdiçando muitos recursos na perseguição de caras de nível médio que não ameaçam os Estados Unidos nem têm capacidade de ameaçar os Estados Unidos", disse-me ele. "Se dizemos que a Al-Qaeda recruta com base numa ideologia que defende o mundo muçulmano dos ataques do Ocidente, isso só faz alimentar essa ideologia."

Em junho de 2010, o Afeganistão se tornara a mais longa guerra da história americana.[104] Naquele verão, o número de mortos americanos bateu a marca de mil.[105] De junho de 2009 a maio de 2010, o número de ataques com artefatos explosivos improvisados tinha subido de 250 por mês para mais de novecentos.[106] À medida que a situação no Afeganistão se deteriorava e os talibãs e outros grupos insurgentes ganhavam terreno, um escândalo que atingiu as Forças Armadas americanas e a comunidade de Operações Especiais acabou levando à renúncia e à aposentadoria do general McChrystal, um dos arquitetos da máquina de matar americana pós-Onze de Setembro. Entretanto, seu afastamento nada teve a ver com suas ações com o JSOC no Iraque ou com sua participação no acobertamento do fogo amigo que causou a morte, em 2004, de Pat Tillman, jogador de futebol americano transformado em Ranger do Exército no Afeganistão, nem com seu papel na transformação do JSOC num esquadrão da morte em nível global. A queda de McChrystal foi provocada por uma matéria de Michael Hastings na revista *Rolling Stone*, que mostrava McChrystal e seu círculo mais próximo fazendo observações depreciativas sobre o presidente Obama, o vice Biden e outras autoridades civis americanas. Antes mesmo que a revista chegasse às bancas, trechos da matéria circularam pelos gabinetes do poder e pela mídia em Washington. McChrystal estava liquidado. Sua carreira de comandante das unidades de elite das Forças Armadas dos Estados Unidos fora encerrada por um artigo publicado numa revista que mostrava na capa Lady Gaga quase nua usando um sutiã do qual saíam dois fuzis.

Em 23 de junho, o presidente Obama, tendo a seu lado o vice Joe Biden, o almirante Mullen, o secretário de Defesa Gates e o general Petraeus, anunciou que, "com muito pesar", tinha aceitado a renúncia de McChrystal. "É a coisa acertada para nossa missão no Afeganistão, para nossas Forças Armadas e para nosso país", disse Obama diante da Casa Branca. "Acredito que seja a decisão certa para a segurança nacional", acrescentou. "A conduta retratada no artigo recentemente publicado não se coaduna com o que se espera de um comandante." Obama agradeceu a McChrystal "por sua notável carreira com a farda".[107]

"Esta é uma mudança de pessoas", declarou Obama. "Mas não uma mudança de política."

Essa questão ficou clara quando o presidente anunciou que o general Petraeus, um dos principais arquitetos da expansão do campo de batalha global dos Estados Unidos, assumiria o posto de McChrystal. Assim que Petraeus assumiu o comando da guerra, o ritmo das incursões noturnas aumentou[108] e foram retomados os ataques aéreos.[109] Com o aumento do número de civis mortos,[110] a insurreição afegã se intensificou. O programa de assassinato "dirigido" dos Estados Unidos estava alimentando a ameaça que pretendia combater.

36. O ano do drone

IÊMEN E ESTADOS UNIDOS, 2010 — Enquanto milhares de soldados americanos eram enviados e reenviados ao Afeganistão, a campanha secreta em campos de batalha não declarados se ampliava. Os Estados Unidos estavam atacando o Paquistão com drones semanalmente, enquanto tropas do JSOC atuavam na Somália e no Iêmen, este último submetido também a ataques aéreos. Ao mesmo tempo, as sucursais da Al-Qaeda nesses países ganhavam força. Quando voltei a me encontrar com o Caçador, que tinha trabalhado com o JSOC durante o governo Bush e continuava trabalhando na área de contraterrorismo no governo Obama, perguntei-lhe que mudanças tinham ocorrido de um para outro governo. Ele respondeu de bate-pronto:

> Está tudo na mesma.[1] Se algo mudou foi a intensificação das operações do JSOC neste governo, uma intensidade maior nas coisas que pedem a eles, nos lugares que pedem a eles e na forma de fazer o que pedem a eles [...]. Agora há coisas que transpiram, no mundo todo, o que seria impensável no governo Bush, não apenas por causa da oposição ferrenha dentro do gabinete, ou dentro do Pentágono, mas porque não teriam o apoio final do presidente. Neste governo, o presidente fez uma avaliação política e militar — é prerrogativa sua — e concluiu que o melhor é deixar o Comando Conjunto de Operações Especiais agir à solta, como um cavalo selvagem, na busca dos objetivos que [Obama] estabeleceu.

O governo Obama, disse-me o Caçador, empenhou-se em pôr fim às divergências entre a CIA e o JSOC e reunir todas as forças numa campanha global unificada contra o terrorismo, embora essa fosse uma tarefa hercúlea. O

que ficou claro no primeiro ano do governo Obama foi que o JSOC tinha ganhado a guerra de ideias de uma década dentro da comunidade americana de contraterrorismo. Suas ações diretas com foco paramilitar se tornariam a estratégia central das diversas pequenas guerras do novo governo, e não somente no Afeganistão. De acordo com o Caçador:

> As operações foram institucionalizadas a ponto de se tornarem parte integrante de qualquer campanha, em qualquer teatro de operações, e em certo momento cruzamos um limiar em que o Comando Conjunto de Operações Especiais se confunde com a campanha [...]. Em lugares como o Iêmen, é o Comando Conjunto de Operações Especiais e ponto. Eles dão as cartas. É a casa deles, e eles fazem o que precisam fazer.

Enquanto a identificação da política contraterrorista com o JSOC se generalizava, a CIA ia aumentando com firmeza sua competência paramilitar e expandindo seus ataques com drones e suas listas de alvos. De certa forma, aquilo parecia um cabo de guerra entre o JSOC e a CIA, que disputavam quem riscaria mais depressa os nomes constantes de suas listas de mortes.

No começo de 2010, havia pelo menos três entidades[2] dentro do governo americano que mantinham listas da morte: o NSC, com o qual Obama tratava diretamente por meio de reuniões semanais, a CIA e as Forças Armadas. A CIA tinha seu próprio "processo paralelo, mais enclausurado"[3] de seleção de alvos e execução de ataques, na maior parte dos casos no Paquistão. O Conselho Nacional de Segurança e o Departamento de Estado tinham pouca ingerência[4] sobre esse processo. Obama dava a última palavra em "ataques mais complexos e arriscados"[5] no Paquistão. Pelo menos duas vezes por mês,[6] o principal advogado da CIA recebia um documento do Centro de Contraterrorismo (quase sempre de duas a cinco páginas) com recomendações e informações sobre alvos. O advogado convocava pequenas reuniões com advogados do CTC e com o chefe do Serviço Nacional Clandestino, anteriormente chamado Diretório de Operações, que coordena as operações secretas da CIA no mundo. Advogados da Casa Branca e do Conselho Nacional

de Segurança examinavam a lista da CIA, que devia ser aprovada também pela Gangue dos Oito na Colina do Capitólio.

A lista das Forças Armadas, segundo os repórteres Dana Priest e William Arkin, "era na verdade mais de uma,[7] já que os soldados de operações especiais clandestinas" do JSOC tinham sua própria lista interna. Essas listas com frequência se sobrepunham, mas como observaram Priest e Arkin, "mesmo essas listas da morte altamente confidenciais não eram feitas de maneira coordenada pelos três principais órgãos envolvidos em sua criação".

Obama e sua equipe de contraterrorismo passaram o primeiro ano de sua presidência plenamente comprometidos com a formalização do processo de assassinato de suspeitos de terrorismo e outros "militantes". À sua maneira, eles tinham abraçado a posição neoconservadora do mundo como um campo de batalha, e as listas da morte que tinham montado abrangiam o mundo. Ao contrário do presidente Bush, que com frequência delegava as decisões sobre assassinatos a seus comandantes e a funcionários da CIA, Obama insistiu em autorizar pessoalmente[8] a maior parte dos ataques. Nas noites de terça-feira, Obama presidia reuniões apelidadas de Terças do Terror por altos funcionários do governo, durante as quais os alvos propostos eram "indicados" para integrar a lista da morte. Muitos deles eram conhecidos quadros operacionais do Paquistão, do Iêmen ou da Somália, mas às vezes eram apenas vagamente ligados a outros suspeitos ou, simplesmente, residentes de certas regiões.

"Esse processo secreto de 'indicações'[9] foi inventado pelo governo Obama, uma macabra sociedade de debates que examina slides de PowerPoint indicando nomes, apelidos e histórias de vida de supostos membros do ramo iemenita da Al-Qaeda ou seus aliados da milícia Shabab da Somália", relatou o *New York Times*. "As indicações vão para a Casa Branca, onde por sua própria insistência e orientado pelo sr. Brennan, o sr. Obama deve aprovar cada um dos nomes. Ele autoriza cada ataque no Iêmen e na Somália e também os mais

complexos e arriscados ataques no Paquistão", observou o *Times*. Os encontros das Terças do Terror se realizavam depois que um grupo maior — às vezes mais de cem pessoas, entre advogados e funcionários da segurança nacional — discutia os nomes que seriam acrescentados ou subtraídos da lista. O JSOC, segundo fontes bem informadas sobre as reuniões, dominava o processo e, nas palavras de uma fonte do JSOC, "preparava"[10] o pessoal do Departamento de Estado, da CIA e do governo para aceitar a campanha de assassinatos dirigidos que levaria a "infraestrutura" das redes a descer muito mais na "cadeia alimentar" em diversos países.

Embora Obama tivesse baseado sua campanha, em parte, na promessa de usar unilateralmente forças dos Estados Unidos na perseguição a terroristas conhecidos, manteve seu escopo limitado a Osama bin Laden e seus principais seguidores. Uma vez na presidência, ele tornou muito mais abrangente o sistema que estava construindo. Em essência, a lista da morte tornou-se uma espécie de justiça "pré-criminal" em que as pessoas eram consideradas alvos legítimos desde que se enquadrassem em certos padrões biográficos próprios de suspeitos de terrorismo. Utilizando ataques por indícios, já não era preciso que os alvos estivessem envolvidos em complôs ou atos contra os Estados Unidos. Seu potencial para cometer atos futuros podia ser uma justificativa para que fossem mortos. Às vezes, o simples fato de pertencer ao grupo "masculino em idade militar" em dada região do Paquistão servia como indício de atividade terrorista suficiente para desencadear um ataque de drone. No Iêmen, Obama autorizou o JSOC a atacar alvos mesmo quando os planejadores da missão desconhecessem a identidade daqueles que estavam bombardeando. Esses atos levavam o rótulo de Ataques de Desmonte de Atos Terroristas,[11] ou TADS [*Terrorist Attack Disruption Concepts*].

Enquanto Obama presidia as reuniões das Terças do Terror, a política de assassinato de seu governo era coordenada por dois arquitetos com vasta experiência em morte dirigida: John Brennan e o almirante William McRaven. Brennan trabalhara por longo tempo no programa de mortes do governo Bush; McRaven tinha ajudado a desenvolver a versão pós-Onze de Setembro

do programa quando trabalhou no NSC de Bush. Com Obama, os dois homens estavam agora encarregados de formalizar e racionalizar os programas de morte em que tinham trabalhado nas sombras durante a maior parte de sua vida profissional.

No Paquistão, a CIA assumiria a liderança em relação a ataques com drones, e Obama concedeu à Agência ampla autoridade para efetuar os ataques e equipou-a com mais drones. No fim de 2009, Leon Panetta declarou que a CIA estava "executando as mais agressivas[12] operações da história de nossa Agência". A maior parte do resto do mundo caberia ao JSOC, que no governo Obama foi agraciado com uma parte muito maior do mundo para atacar. Embora alguns conflitos de bastidores surgidos entre o JSOC e a CIA no governo Bush tenham persistido, tanto McRaven quanto Brennan viram uma oportunidade de promover uma frente de contraterrorismo mais unificada do que fora possível nos oito anos anteriores. As credenciais do presidente Obama como democrata liberal e advogado especializado em direito constitucional, que prometera pôr fim aos excessos da máquina de guerra de Bush, seriam de enorme valor para vender a causa do grupo.

Em entrevistas ao *New York Times* e outros importantes veículos, altos funcionários da Casa Branca insistiam no tema da "guerra justa", teoria abraçada por Obama em seu discurso de aceitação do prêmio Nobel, observando que Obama era admirador de santo Agostinho e de santo Tomás de Aquino. "Se John Brennan for a última pessoa[13] na sala com o presidente, fico tranquilo, porque Brennan é uma pessoa de uma retidão moral autêntica", disse o advogado do Departamento de Estado Harold Koh, que fora um dos grandes críticos das políticas de contraterrorismo do governo Bush. Agora mudava de tom. "É difícil, como seria para um padre de valores morais extremamente fortes, de repente ver-se encarregado de comandar uma guerra."

Na frente do contraterrorismo, o primeiro ano de Obama na presidência foi marcado pela adoção agressiva do assassinato como peça fundamental da política de segurança nacional dos Estados Unidos. Em parte, os ataques

preventivos foram motivados por medo de outro ataque aos Estados Unidos. Politicamente, os conselheiros de Obama sabiam que um ataque terrorista bem-sucedido poderia prejudicar sua presidência, e disseram isso claramente aos repórteres. Mas o uso intensivo dos quadros e dos drones do JSOC também serviu para sustentar a versão de que Obama estava travando uma guerra mais "competente" do que seu antecessor. Obama podia dizer que estava enfrentando os terroristas e, ao mesmo tempo, reduzindo a ocupação do Iraque, à qual se opusera. Embora Obama tenha recebido elogios de muitos republicanos por suas agressivas políticas contraterroristas, outros achavam que elas serviam para driblar a polêmica questão de como deter suspeitos de terrorismo dentro da lei. "A política deles é eliminar[14] Alvos de Grande Valor em vez de capturá-los", declarou o senador Saxby Chambliss, o mais proeminente republicano da Comissão de Inteligência do Senado. "Eles não vão proclamar isso, mas é o que estão fazendo." Pouquíssimos democratas ergueram a voz contra a emergente campanha global de assassinatos de Obama. "É o mais vantajoso[15] que temos a fazer do ponto de vista político — baixo custo, sem baixas americanas, dá a impressão de tenacidade", disse o almirante Dennis Blair, ex-diretor nacional de Inteligência de Obama, explicando como o governo via sua política. "Funciona bem internamente, só é impopular em outros países. Qualquer prejuízo que possa causar ao interesse nacional só vai surgir a longo prazo."

O governo utilizou intensamente o Instituto de Segredo de Estado e a alegação de estar protegendo a segurança nacional para esconder do público os detalhes de seu programa de mortes. Quando lhe convinha, o governo permitia o vazamento de detalhes de operações para jornalistas. Assim agindo, deu continuidade a muitas das práticas que os liberais democratas tinham censurado quando Bush e sua equipe estavam no comando. Jack Goldsmith, que tinha sido advogado do governo Bush, afirmou que "talvez a surpresa mais notável[16] de sua presidência" tenha sido o fato de "Obama ter dado continuidade a quase todas as políticas de contraterrorismo de seus antecessores". Quando Obama presidiu uma análise da proposta de assassinato

de Anwar Awlaki, lembrou um de seus principais assessores, chegou a declarar: "Este é fácil".[17] Fácil ou não, o governo Obama recusou-se a divulgar suas conclusões[18] sobre como uma operação daquelas poderia ser legal. "Este programa se baseia na legitimidade pessoal[19] do presidente, e isso não é sustentável", declarou ao *New York Times* o ex-diretor da CIA Michael Hayden.

> Levei a vida como uma pessoa que age com base em memorandos secretos da Assessoria Jurídica do Departamento da Justiça (Office of Legal Counsel, OLC), e não foi uma vida boa. Uma democracia não faz guerra baseada em memorandos sobre legalidade trancados num cofre do Departamento de Justiça.

Obama e sua equipe criaram um sistema "em que as pessoas estão sendo mortas[20] e não se sabe em razão de que provas, e não há meios de reparar a situação", disse-me o ex-inspetor da CIA Phil Giraldi.

> Não quer dizer que não haja terroristas lá fora, e de quando em quando um deles precisa ser morto por uma ou outra razão, mas quero saber qual é a razão. Não quero que alguém da Casa Branca venha me dizer "você tem de confiar em mim". Essas atitudes já foram além da conta.

Em meados de 2010, o governo Obama tinha aumentado de sessenta para 75[21] o número de países em que atuavam suas Forças de Operações Especiais. O Socom tinha cerca de 4 mil pessoas[22] em outros países do mundo, além do Iraque e do Afeganistão. "As funções das Operações Especiais[23] solicitadas pela Casa Branca vão além de ataques unilaterais. Incluem treinamento de forças contraterroristas locais e operações conjuntas com elas", publicou o *Washington Post* na época. "Existem planos para ataques preventivos ou retaliatórios em muitos países, com o propósito de que sejam executados quando for identificado um complô ou depois de um ataque ligado a um grupo específico."

John Brennan expôs a nova visão de contraterrorismo do governo Obama: Nós "não vamos simplesmente responder[24] depois do fato consumado" aos ataques terroristas. Vamos "levar o combate à Al-Qaeda e a seus aliados

extremistas onde quer que conspirem e treinem. No Afeganistão, Paquistão, Iêmen, Somália e por aí vai".

Fontes de operações especiais bem informadas disseram-me que entre os países a que foram enviados grupos do JSOC no governo Obama estavam Irã, Geórgia, Ucrânia, Bolívia, Paraguai, Equador, Peru, Iêmen, Paquistão (inclusive o Baluchistão) e Filipinas. Às vezes, esses grupos estiveram na Turquia, Bélgica, França e Espanha. O JSOC também apoiou as operações da Agência de Repressão às Drogas dos Estados Unidos na Colômbia e no México. Mas as duas grandes prioridades fora do Afeganistão e do Paquistão eram o Iêmen e a Somália. "Nesses dois lugares, há ações unilaterais em andamento",[25] revelou-me em 2010 uma fonte de Operações Especiais.

Um oficial das Forças Armadas disse ao *Washington Post* que o governo Obama tinha dado sinal verde para coisas "que o governo anterior não autorizava".[26] Os comandantes de Operações Especiais, disse o jornal, tinham mais comunicação direta com a Casa Branca do que na era Bush. "Temos muito mais acesso", disse um oficial das Forças Armadas ao jornal. "Eles falam publicamente muito menos, mas agem mais. Querem tornar-se agressivos muito mais rapidamente." Com Obama, contou-me o Caçador, o JSOC tinha condições de ser mais "firme, forte e rápido, com pleno apoio da Casa Branca".

Enquanto o governo Obama intensificava seus ataques com drones e a campanha de assassinatos dirigidos, as sucursais da Al-Qaeda tornavam-se mais fortes, incentivadas em certa medida pela escalada americana. Embora o governo Obama apregoasse que a Al-Qaeda estava na lona, seu programa global de assassinatos vinha se tornando um instrumento de recrutamento para as próprias forças que os Estados Unidos pretendiam destruir.

37. Anwar Awlaki é empurrado para o inferno

IÊMEN, 2010 — No começo de fevereiro de 2010, um líder da AQPA, Said Ali al-Shihri, que os iemenitas haviam anunciado ter matado diversas vezes, divulgou uma fita de áudio. "Aconselhamos vocês,[1] nosso povo da Península, a preparar e a portar suas armas, a defender sua religião e a si mesmos, e a unir-se a seus irmãos mujahidin", declarava, acrescentando que os "aviões de espionagem" — presumivelmente drones — estavam matando mulheres e crianças.

Em 14 de março, os Estados Unidos atacaram mais uma vez.[2] Abyan, no sul do Iêmen, foi atingida por ataques aéreos que mataram dois supostos quadros operacionais da AQPA, inclusive seu chefe para o sul do país, Jamil al-Anbari. Como tinha feito depois do bombardeio de Majalah, o Iêmen assumiu a autoria do ataque e Washington permaneceu em silêncio. Outro líder da AQPA, Qasim al-Rimi, confirmou as mortes numa fita de áudio divulgada logo depois dos ataques. "Um ataque dos Estados Unidos atingiu nosso irmão",[3] declarava ele. "O ataque foi executado enquanto nosso irmão fazia uma ligação telefônica pela internet." Quanto à reivindicação da autoria do ataque pelo Iêmen, Rimi disse: "Esse absurdo é equivalente ao de suas afirmações" por ocasião dos ataques de dezembro de 2009. "Que Deus castigue a mentira e os mentirosos." Poucos meses depois, a AQPA vingaria seus mortos lançando um ousado ataque contra uma dependência de segurança do governo em Áden, matando onze pessoas. A reivindicação de responsabilidade levava uma assinatura: "Brigada do mártir Jamil al-Anbari".[4]

Uma semana depois do ataque de 14 de maio, um dos principais elementos do comando das operações secretas no Iêmen, Michael Vickers, em companhia de James Clapper, subsecretário de Defesa para Inteligência, conversou com o presidente Saleh e outras autoridades iemenitas. A embaixada americana divulgou uma breve declaração sobre a reunião, dizendo que estavam lá para "discutir a cooperação contraterrorista em andamento"[5] entre os dois países e para "manifestar o apreço dos Estados Unidos pelos esforços incessantes do Iêmen para combater" a AQPA. Um mês depois, Vickers resumiu à Comissão de Serviços Armados do Senado, a portas fechadas,[6] a ação secreta dos Estados Unidos no Iêmen e na Somália. Um e-mail[7] que circulou no gabinete de Vickers na época, ao qual tive acesso em confiança, admitia que "uma Força-tarefa em operação no Iêmen ajudara forças iemenitas a matar suspeitos de terrorismo, mas também tinha executado operações unilaterais", acrescentando: "A IC, inclusive a DIA e a Agência Central de Inteligência, verifica as listas de alvos e decide quem deve ser capturado para propósitos de coleta de informações ou quem deve ser morto".

Enquanto as forças do JSOC continuavam atuando no Iêmen, às vezes treinando tropas iemenitas ou executando ações fulminantes, os ataques aéreos permaneceram. No fim de maio, o general James "Hoss" Cartwright, vice-comandante do Estado-Maior Conjunto, informou o presidente Obama sobre um Alvo de Grande Valor que o JSOC tinha localizado por radar. O presidente deu sinal verde para o ataque.[8] Em 24 de maio, um míssil americano atingiu um comboio de veículos[9] no deserto de Marib que, segundo "informações acionáveis", estava se dirigindo a uma reunião de quadros operacionais da Al-Qaeda. As informações estavam corretas em parte. Os homens que se encontravam naqueles veículos não eram membros da Al-Qaeda, mas importantes mediadores locais iemenitas que participavam da iniciativa do governo de desmilitarizar membros da AQPA. Entre os mortos estava Jabir al-Shabwani, vice-governador da província de Marib. Shabwani estava numa excelente posição para negociar, dado que seu primo Ayad[10] era

o líder local da AQPA, que as forças americanas e iemenitas tinham tentado eliminar com ataques em janeiro. Um tio de Shabwani e dois de seus acompanhantes também foram mortos no ataque. Um funcionário local disse que o "vice-governador se encontrava em missão de mediação[11] que visava persuadir elementos da Al-Qaeda a se entregar às autoridades".

Como no caso dos outros ataques americanos, as autoridades iemenitas assumiram publicamente a responsabilidade, e o Supremo Conselho de Segurança do Iêmen pediu desculpas[12] pelo que chamou de incursão malograda do governo. Contudo, esse ataque custou caro, por ter matado um de seus próprios membros. Poucas horas depois do ataque, a tribo de Shabwani atacou o principal oleoduto[13] que liga Marib ao porto de Ras Isa, no mar Vermelho. Os homens da tribo tentaram também ocupar o palácio presidencial na província, mas foram detidos por tropas e tanques do Exército iemenita. Legisladores iemenitas exigiram que o governo de Saleh explicasse como tinha acontecido o ataque e quem estava realmente por trás da guerra aérea em expansão.

Meses depois do ataque, alguns funcionários americanos começaram a desconfiar que o regime de Saleh tinha passado informações falsas aos Estados Unidos com a intenção de eliminar Shabwani, depois que explodiu uma contenda entre Jabir al Shabwani e "nomes-chave" da família do presidente Saleh. "Achamos que nos deram uma volta",[14] disse uma fonte americana com acesso a discussões de "alto nível" do governo Obama sobre o Iêmen. A Casa Branca, as Forças Armadas americanas e o embaixador dos Estados Unidos no Iêmen tinham aprovado o ataque. "Afinal, não se sabia, realmente, quem estava em todas aquelas reuniões [iemenitas]", disse ao *Wall Street Journal* um ex-funcionário da Inteligência americana. Segundo ele declarou, o ataque demonstrava que os Estados Unidos "aceitavam candidamente quando os iemenitas diziam: 'Ah, esse é um mau elemento, peguem ele'. E acaba que ele é um mau elemento do ponto de vista político, não é um mau elemento de verdade". Brennan teria ficado "furioso" com o ataque. "Como isso pôde ter acontecido?",[15] Obama perguntou mais tarde ao general Cartwright. O

general lhe disse que era informação errada dada pelos iemenitas. Segundo Cartwright, "ele tinha levado uma boa descompostura do comandante supremo".

Depois dos ataques com mísseis Tomahawk que mataram dezenas de civis em Al-Majalah em dezembro de 2009 e do desastroso ataque que matou Shabwani, a CIA começou a defender uma mudança nos ataques do JSOC, com a troca dos mísseis Tomahawk[16] pela arma preferida da CIA: drones. Os satélites de vigilância foram reposicionados, e enviaram-se mais drones Predator a bases secretas no Iêmen. "Os drones estão voando sobre Marib[17] a cada 24 horas e não há um só dia em que não sejam vistos", disse o xeque Ibrahim al Shabwani, outro irmão do mediador do governo assassinado no ataque de 25 de maio. "Às vezes voam baixo, outras vezes a grande altitude. O clima tornou-se pesado em decorrência da presença dos drones americanos e do medo que possam atacar a qualquer momento." Fomentar a insegurança parecia parte central da nova estratégia dos Estados Unidos, ameaçando com perigo de morte as tribos locais que apoiassem a Al-Qaeda. Mas na opinião de outros era um tiro pela culatra, sobretudo com líderes tribais locais que muitas vezes tinham membros da família em vários lados da guerra.

Há quem diga que Saleh, que dependia do apoio das tribos a seu regime, ao contrário de ter programado a morte de Shabwani, tinha pedido uma pausa nas ações secretas dos Estados Unidos depois do ataque. Entretanto, funcionários americanos insistiam que isso não abalava o acordo secreto que permitia que os Estados Unidos executassem ataques no Iêmen. "No fim das contas,[18] não é como se ele dissesse 'Chega disso'", declarou ao *New York Times* um funcionário não identificado do governo Obama. "Ele não nos expulsou do país."

O que não se pode discutir é que os ataques, especialmente aqueles que mataram civis e figuras de destaque das tribos, estavam dando à Al-Qaeda valiosa munição para sua campanha de recrutamento no Iêmen e para sua batalha propagandística contra a aliança americano-iemenita de combate ao terrorismo. Autoridades iemenitas disseram que entre dezembro de 2009 e

maio de 2010 os ataques americanos[19] mataram mais de duzentos civis e quarenta pessoas ligadas à Al-Qaeda. "O que os Estados Unidos estão tentando fazer atualmente no Iêmen é perigosíssimo,[20] já que cai como uma luva para a estratégia mais ampla da AQPA no que se refere a mostrar que o Iêmen não é diferente do Iraque e do Afeganistão", afirmou em junho de 2010 Gregory Johnsen, professor de Princeton, depois que a Anistia Internacional divulgou um relatório que documentava o uso de munição americana nos ataques executados no Iêmen. "Isso lhes possibilita afirmar que o Iêmen é uma frente legítima para a jihad", disse Johnsen, que em 2009 participou da equipe da USAID que avaliou o conflito do Iêmen. "Eles estão dizendo isso desde 2007, mas incidentes desse tipo funcionam como fermento para a argumentação deles."

No verão de 2010, depois de meses de incursões e ataques aéreos de forças americanas e iemenitas, a AQPA deu o troco. Em junho, um grupo de quadros operacionais da organização, usando uniformes militares, executou uma incursão[21] contra a divisão da polícia secreta iemenita, a PSO. Durante a cerimônia matinal de hasteamento da bandeira, quadros da AQPA lançaram granadas propelidas por foguetes contra o edifício e abriram fogo com armas automáticas, irrompendo pelos portões. Atingiram pelo menos dez oficiais e três faxineiras. O objetivo da incursão foi libertar suspeitos presos pela PSO, e teve sucesso. A incursão foi seguida de uma campanha sustentada de assassinatos que visava militares iemenitas de alta patente e funcionários da Inteligência. Durante o mês sagrado do Ramadã, que começara em agosto, a AQPA executou uma dúzia de ataques.[22] Em setembro, sessenta funcionários tinham sido mortos, muitos deles baleados por assassinos em motocicleta.[23] Esse método de ataque tornou-se tão comum que o governo acabou proibindo o trânsito de motos nas áreas urbanas de Abyan. O uso de "motocicletas em operações terroristas de assassinato de autoridades da Inteligência e funcionários da segurança" tinha "aumentado substancialmente nos nove últimos meses na província", disse um funcionário do Ministério do Interior do Iêmen.

Enquanto o governo do Iêmen se via sitiado e as ações secretas dos Estados Unidos se multiplicavam, Anwar Awlaki pronunciou uma "Mensagem ao Povo Americano" em que dizia que a tentativa de Umar Farouk Abdulmutallab de derrubar um aeroplano sobre Detroit tinha sido uma "retaliação aos mísseis de cruzeiro[24] e às bombas de fragmentação que mataram mulheres e crianças", e declarou: "Vocês têm seus B-52, seus Apaches, seus Abrams e seus mísseis de cruzeiro, e nós temos armas leves e artefatos explosivos improvisados. Mas temos homens, dedicados e sinceros, com coração de leão". Awlaki lançou também uma diatribe contra o governo americano e o de Saleh. Se "Bush é lembrado como o presidente que levou os Estados Unidos a se atolar no Afeganistão e no Iraque, parece que Obama quer ser lembrado como o presidente que levou os Estados Unidos a se atolar no Iêmen", declarou. Segundo ele,

> Obama já deu início à guerra no Iêmen com o bombardeio aéreo de Abyan e Shabwah. Com isso, lançou uma campanha publicitária para os mujahedin no Iêmen que em poucos dias fez o trabalho deles de anos […]. Os membros corruptos do governo iemenita e alguns chefes tribais que se dizem aliados deles estão se dando bem. O boato que corre entre eles é que chegou a hora de extorquir os americanos simplórios. Políticos, militares e agentes da Inteligência estão mamando milhões. Os funcionários do governo iemenita estão fazendo grandes promessas a vocês e mandando grandes contas: bem-vindos ao mundo dos políticos iemenitas.

O que havia de notável nas afirmações de Awlaki sobre a relação dos Estados Unidos com Saleh era como soava verdadeira para muitos analistas iemenitas veteranos. Durante esse período, Awlaki começou a conquistar uma dimensão mítica no discurso da imprensa e do governo dos Estados Unidos sobre ameaças terroristas. Mas a questão real dizia respeito ao tamanho da ameaça realmente representada. Embora a disputa não se desse publicamente, havia na IC uma profunda divisão que não era dada a público sobre como considerar Awlaki. Eram fartas as evidências de que ele tinha elogiado a posteriori os ataques contra os Estados Unidos, assim como de que tinha feito contato com Hasan e Abdulmutallab. Também havia provas de que ele

incitava a violência jihadista contra os Estados Unidos e seus aliados. Mas nenhuma prova conclusiva tinha sido apresentada, pelo menos publicamente, de que ele tivesse desempenhado papel operacional em algum desses ataques.

Em outubro de 2009, a CIA teria chegado à conclusão de que "não tinha provas específicas[25] de que ele ameaçasse a vida de americanos — o que é o mínimo que se pode exigir para uma operação de captura ou morte" contra um cidadão americano. O presidente Obama agora discordava dessa avaliação. Awlaki tinha de morrer.

Em fevereiro de 2010, o jornalista Abdulelah Haider Shaye mais uma vez conseguiu encontrar Awlaki e fez a primeira entrevista com o cidadão americano desde que se tornaram públicas as notícias da ameaça de seu assassinato pelo governo americano. "Por que o senhor acha que os americanos querem matá-lo?",[26] perguntou Shaye a Awlaki. "Porque sou muçulmano e propago o islã", respondeu Awlaki, acrescentando que as acusações contra ele — na imprensa, não num tribunal de justiça — se baseavam na ideia de que ele teria "incitado" Nidal Hasan e Abdulmutallab e que gravações de palestras suas tinham sido encontradas em poder de conspiradores em mais de uma dúzia de supostos complôs terroristas. "Tudo isso é parte da tentativa de liquidar as vozes que clamam pelos direitos da Ummah." E acrescentou:

> Pregamos o Islã que foi revelado por Alá ao profeta Maomé, o Islã da jihad e da sharia. Sempre que uma voz prega o Islã, eles acabam com a pessoa ou com sua reputação; acabam com a pessoa assassinando-a ou pondo-a na cadeia, ou acabam com sua reputação distorcendo sua imagem na imprensa.

Shaye perguntou a Awlaki: "O senhor acha que o governo do Iêmen facilitaria seu assassinato?".

"O governo do Iêmen vende seus próprios cidadãos aos Estados Unidos para ganhar os mal havidos recursos que implora ao Ocidente em paga do

sangue deles. As autoridades iemenitas dizem aos americanos que ataquem onde quiserem, e pedem a eles que não anunciem a autoria dos ataques para evitar a indignação pública, e então o governo iemenita assume despudoradamente esses ataques", respondeu Awlaki.

> O povo de Shabwah, Abyan e Arhab viram os mísseis de cruzeiro, e algumas pessoas viram bombas de fragmentação que não explodiram. O Estado mente quando reivindica a responsabilidade pelos ataques, e faz isso para negar a colaboração. Drones americanos voam continuamente sobre o Iêmen. Que Estado é esse que permite que o inimigo espione seu povo, considerado isso uma "cooperação consentida"?

No Iêmen, Awlaki estava agora completamente clandestino e tinha dificuldade para postar seus sermões. Seu blog tinha sido bloqueado pelo governo americano e havia drones cruzando os céus de Shabwah. Embora as agências de notícias americanas, "especialistas" em terrorismo e destacados funcionários do governo identificassem Awlaki como líder da AQPA, essas acusações eram ambíguas. Awlaki tinha pisado em terreno minado ao elogiar abertamente ataques terroristas contra os Estados Unidos e convocando os muçulmanos americanos a seguir o exemplo de Nidal Hasan. Contudo, os indícios existentes sobre a relação da Al-Qaeda com Awlaki em 2010 levam a crer que ele não era um quadro operacional do grupo, e sim estava à procura de uma aliança com pessoas de ideias afins. Algumas delas, como seu tio, até argumentaram que ele foi levado a se aliar à AQPA depois de marcado para morrer juntamente com os líderes da organização.

O xeque Saleh bin Fareed tinha sido o protetor de Anwar no Iêmen. Foi a liderança de Bin Fareed sobre sua tribo que permitia a Awlaki transitar livremente por Shabwah e outras áreas tribais. Mas o regime iemenita pressionava o xeque para entregar Anwar. O pai de Awlaki, Nasser, estava convencido de que Anwar permaneceria escondido e que o governo americano continuaria tentando matá-lo. Bin Fareed decidiu fazer uma nova tentativa. Foi visitar Anwar em Shabwah. Disse que ao chegar viu drones "circundando nosso vale 24 horas por dia[27] — sem parar um minuto. Claro

que só podemos vê-los à luz do sol — mas podemos ouvi-los claramente. E acho que estavam atrás de Anwar", disse-me ele.

Quando Bin Fareed se encontrou com o sobrinho, este lhe disse que tinha ouvido falar que Obama o tinha marcado para morrer. "Em Sana'a agora, acho que eles estão sob pressão", respondeu Bin Fareed. "Agora o presidente deu ordem a eles para capturar ou matar você." Awlaki disse a Bin Fareed que não tinha sido acusado de crime algum pelo governo americano e que não ia se apresentar para responder a acusações que não existiam. "Pode dizer a eles, não tenho nada, até hoje, não tenho nada a ver com a Al-Qaeda", disse Anwar ao tio. "Mas se [Obama] não desistir [de sua ordem], e eu continuar sendo procurado, talvez eles me mandem para o inferno. Não tenho escolha."

Bin Fareed me disse que acreditava que as ameaças contra Anwar sem querer aproximaram-no da AQPA. "É claro, entendemos que [Anwar] não tinha escolha. E, na verdade, foram eles que o empurraram para o inferno." O anúncio do governo dos Estados Unidos de que Anwar estava marcado para morrer, disse-me Bin Fareed, "foi um erro muito, muito grande".

Em 23 de maio de 2010, o braço midiático da Al-Qaeda no Iêmen, Al-Malaeim, divulgou um vídeo intitulado "O primeiro e exclusivo encontro[28] com o xeque Anwar al-Awlaki". No vídeo, Awlaki agradece a seu entrevistador, um homem barbado todo de branco, por "ter se dado tanto trabalho para chegar até aqui". Usando o traje tradicional iemenita, Awlaki aparecia sentado diante de uma estante cheia de livros religiosos. Trazia na cintura uma *jambiya*, adaga que é um símbolo tribal usado por muitos iemenitas. Na entrevista, Awlaki elogiou um discurso recente do número dois da Al-Qaeda, Ayman al-Zawahiri, mas também se referiu a "vocês, gente da Al-Qaeda", e não se apresentou como membro do grupo. O entrevistador, que agradeceu muito a Awlaki pela entrevista "exclusiva", não se dirigiu a ele como membro da Al-Qaeda.

O entrevistador que aparece nesse vídeo propagandístico da Al-Qaeda foi incrivelmente direto e fez a Awlaki muitas perguntas sobre o ataque a civis, sua relação com Nidal Hasan e Abdulmutallab e sua interpretação de várias

fatwas. Também perguntou a Awlaki sobre o que se dizia de sua condição de homem marcado. Falando em árabe, Awlaki disse ao entrevistador:

> Não é verdade que eu seja um fugitivo. Circulo entre os membros de minha tribo e em outras partes do Iêmen porque o povo do Iêmen odeia os americanos e apoia a gente da verdade e os oprimidos. Circulo entre os membros da tribo aulaq e recebo apoio de amplos setores da população do Iêmen.

Awlaki elogiou vários movimentos mujahedin pelo mundo, do Iraque ao Afeganistão e à Somália. "Pelos muçulmanos em geral e pelos habitantes da Península em particular, devemos participar desta jihad contra os Estados Unidos", disse ele.

Awlaki estava sem dúvida desenvolvendo uma afinidade com os princípios da Al-Qaeda — e seus pronunciamentos vinham se confundindo com os da organização. Ainda assim, eram palavras, não atos. Para um ex-analista da DIA, Joshua Foust, era como se alguém na IC dos Estados Unidos estivesse aumentando a importância de Awlaki com medo do que ele pudesse inspirar com suas palavras. Embora recriminasse o elogio à Al-Qaeda e o convite a ataques terroristas contra os Estados Unidos, Foust não acreditava que essas declarações constituíssem provas de um papel operacional importante na Al-Qaeda. "Mesmo dentro da AQPA, ele é literalmente de nível médio",[29] disse-me ele na ocasião. "Até mesmo os líderes da AQPA o tratam como se fosse um subordinado que deve ficar de boca calada e fazer o que lhe é ordenado." E acrescentou: "Estou convencido de que o foco em Awlaki não faz nenhum sentido, porque lhe atribuímos uma importância e uma influência que ele na verdade não tem".

Depois da conspiração da bomba do Natal, a Casa Branca mudou de tom ao falar de Awlaki, dizendo que ele tinha se tornado um quadro operacional, sendo que alguns funcionários chegavam a compará-lo a Osama bin Laden. "Acho que é um exagero,[30] francamente, achar que ele é necessariamente um novo Bin Laden", disse-me Nakhleh, o ex-dirigente da CIA. "Nem o teríamos levado em conta se não fosse Abdulmutallab, o Homem da Bomba na Cueca."

Embora Awlaki viesse travando relações com diversas figuras da Al-Qaeda em Shabwah e em outros lugares, e seu status na hierarquia da organização estivesse em ascensão, iemenitas bem informados que tinham entrevistado líderes da AQPA contaram-me que ele não era membro operacional do grupo. "Anwar al-Awlaki não era líder[31] da Al-Qaeda, não tinha nenhum cargo oficial na organização", disse o jornalista Abdul Rezzaq al-Jamal. Ele me contou que a AQPA considerava Awlaki um aliado e que "o que o ligava à Al-Qaeda era a hostilidade aos Estados Unidos". Awlaki "concorda com a Al-Qaeda em concepção, fundamentos e estratégias. Os esforços empreendidos por Awlaki no contexto do trabalho da AQPA, sobretudo em termos de recrutamento no Ocidente, foram muito grandes".

Nasser Awlaki reconheceu que nas entrevistas o filho estava começando a se referir aos membros da Al-Qaeda como "meus irmãos", mas que não acreditava que Anwar fosse membro da AQPA. "Ele nunca disse[32] que era membro da Al-Qaeda", contou-me, imaginando que "talvez como ideologia, Anwar tenha chegado a crer em algumas das ideias da Al-Qaeda, como as que dizem que se você não consegue recuperar sua terra por meios pacíficos, deve lutar por ela. Se uma pessoa o agride, você tem de se defender". Nasser acrescentou ainda que "Anwar é um homem muito corajoso. Posso lhe dizer, com certeza, que conheço meu filho. Se ele fosse membro daquela organização, não teria problema em dizê-lo". Afinal, estando já marcado para morrer pelos Estados Unidos, ele nada tinha a perder.

Até mesmo membros do governo iemenita estavam preocupados com a condição de líder terrorista a que os Estados Unidos estavam elevando Awlaki. O ministro das Relações Exteriores do Iêmen, Abu Bakr al-Qirbi, disse a repórteres em Sana'a que "Anwar al-Awlaki sempre foi visto mais como pregador[33] do que como terrorista e não deveria ser tomado por terrorista a menos que os americanos tivessem provas de que ele está envolvido em terrorismo".

O governo dos Estados Unidos não acusava Awlaki de crime algum, nem deu publicamente nenhum indício de que Awlaki fosse o chefe da AQPA, como

fazia parecer. O caso de Awlaki levaria às últimas consequências uma das principais questões levantadas pelo papel cada vez maior que o assassinato dirigido vinha desempenhando na política externa americana: poderia o governo americano assassinar seus próprios cidadãos sem o devido processo judicial?

38. A agência matrimonial da CIA

DINAMARCA E IÊMEN, 2010 — Enquanto se intensificava a caçada humana lançada pelos Estados Unidos contra Anwar Awlaki no Iêmen, Morten Storm estava ocupado tentando encontrar uma mulher europeia para Awlaki. Sem o conhecimento de Awlaki, o agente dinamarquês da Inteligência estava coordenando com a CIA a procura de uma noiva. Storm tinha postado mensagens em sites[1] frequentados por admiradores de Awlaki e pouco depois recebeu uma nota de uma croata recém-convertida ao Islã. "Aminah" era o nome que ela adotara depois da conversão, embora tivesse sido criada como católica. Tinha sido uma estrela do atletismo no ensino médio[2] e trabalhara com jovens problemáticos em Zagreb. "Estive pensando que se ele estava procurando uma segunda esposa,[3] eu lhe proporia casamento. Não sei se isso é muita tolice", escreveu Aminah para Storm. "Tenho profundo respeito por ele e por tudo o que ele faz […]. Iria com ele a qualquer parte. Tenho 32 anos e estou pronta para coisas perigosas. Não tenho medo da morte, ou de morrer em nome de Alá."

Storm continuou correspondendo-se com Awlaki e lhe falou de Aminah. Informou também o PET, Serviço de Inteligência da Dinamarca, que estava empenhado em arranjar casamento para Awlaki. O PET fez contato com a CIA. Storm declarou que os funcionários da Inteligência ficaram "radiantes".[4] Juntas, as duas Agências de Inteligência fizeram um plano, para o caso de o projeto de casamento dar certo: Storm entregaria a Aminah uma mala

equipada com um dispositivo de rastreamento[5] que revelaria o paradeiro de Awlaki.

Awlaki contatou Storm novamente em 17 de fevereiro de 2010 e disse que queria conhecer Aminah. "Se você for visitá-la,[6] posso pôr na internet uma gravação em vídeo de mim mesmo, num arquivo criptografado, e você pode mostrá-lo a ela, assim ela terá certeza de que sou eu", escreveu. Dias depois, Awlaki escreveu mais uma vez para falar da melhora de suas condições de vida:

> Normalmente não moro numa tenda, e sim numa casa [que] pertence a um amigo. Não saio de casa, e na minha situação minha mulher ficaria comigo o tempo todo. Prefiro esta residência [a] uma tenda nas montanhas porque me dá a possibilidade de ler, escrever e pesquisar.

Depois dessa mensagem, Storm disse ter se reunido com funcionários da CIA e da PET em Helsingør, na Dinamarca. Participou da reunião um veterano contato da CIA baseado na Dinamarca que usava o nome de Jed e, segundo Storm, um funcionário da CIA vindo de Washington que se apresentava como Alex.

Storm reuniu-se com Aminah em Viena, Áustria, em 8 de março de 2010, diante da estação de ônibus internacionais.[7] Sua viagem foi confirmada por grande número de notas fiscais[8] examinadas pelo jornal dinamarquês *Jyllands-Posten*. Storm disse que ao encontrar-se com Aminah, estava sendo seguido por seus supervisores do PET e da CIA. Aminah, disse Storm, convenceu-o de que estava disposta a aceitar as consequências de sua decisão de viajar para o Iêmen para casar-se com Awlaki. A pedido de Awlaki, Storm ensinou à moça a enviar e-mails criptografados e num segundo encontro mostrou-lhe um vídeo que o clérigo fizera especialmente para ela. "Esta gravação foi feita especificamente para a irmã Aminah,[9] a seu pedido, e o irmão que está levando esta gravação é de confiança", dizia Awlaki no vídeo. "Dito isto, peço a Alá que a guie para o que for melhor, nesta e na outra vida. E que a guie para escolher o que for melhor quanto a esta proposta. Sugiro também que, se

possível, você faça também uma mensagem gravada e me mande. Seria muito bom." Segundo Storm, o vídeo levou Aminah às lágrimas.

Aminah respondeu com dois vídeos de si mesma. No primeiro deles usava um *hijab* [véu], com apenas o rosto visível. Disse que se sentia "nervosa"[10] e que a experiência era "embaraçosa". No segundo vídeo, tinha removido o véu. "Irmão, sou eu sem a echarpe,[11] para que possa ver meu cabelo", disse ela num inglês com forte sotaque. "Espero que fique contente comigo, *inshallah*." Os dois concordaram em se casar no Iêmen.

Awlaki enviou a Storm um e-mail criptografado falando das coisas que Aminah precisaria no Iêmen: "Roupas para o calor,[12] objetos de higiene pessoal etc. Tudo de que ela possa precisar durante um período de um ou dois meses. Não deve trazer mais do que uma mala de tamanho médio e uma sacola de rodinhas. Deve trazer consigo pelo menos 3 mil dólares". Então, a CIA fez contato com Storm. Num documento obtido pelo *Jyllands-Posten*, Awlaki é chamado de "Gancho" e Aminah de "Irmã".[13] A CIA sugeriu que Storm "usasse as instruções do Gancho como pretexto para entregar à Irmã a mala e o estojo de cosméticos".

Storm voltou a Viena em 8 de maio de 2010 para comprar a passagem de Aminah para o Iêmen e entregar-lhe roupas e 3 mil dólares, tudo pago pela CIA, segundo ele. Entregou também a Aminah a mala marcada que, se tudo corresse de acordo com o planejado, conduziria Awlaki e sua noiva para a execução por um drone. Aminah viajou para o Iêmen em 2 de junho. Storm disse que foi para uma casa segura alugada pela CIA e pelo PET na Dinamarca. "Fomos para lá, fizemos churrasco[14] e uma bela festa", contou Storm ao *Jyllands-Posten*. A viagem de Aminah, lembrou ele, estava sendo constantemente monitorada.

Dois dias depois Storm recebeu uma mensagem de texto de seu supervisor dinamarquês. "Parabéns, irmão,[15] você acaba de ficar rico, muito rico", dizia. O agente incluía emoticons sorridentes no texto. Storm disse que apanhou sua recompensa em 9 de junho de 2010, no Crowne Plaza Hotel próximo de Copenhague, acrescentando que estavam presentes um oficial da CIA e outro

do PET na entrega, e que o oficial do PET estava algemado à mala[16] que continha sua recompensa. A mala continha 250 mil dólares em maços de notas de cem. Storm pediu o segredo para abrir a mala. "Tente 007",[17] disse a ele o agente da CIA. Storm tirou uma foto do dinheiro que estava dentro da mala e mais tarde ofereceu-a ao *Jyllands-Posten* como prova de sua história. Numerosas fontes confirmaram que ele recebeu o pagamento.[18]

A CIA e seus aliados celebraram o que acreditavam ser o fim da caçada a Awlaki, mas logo seu plano apresentou problema. Aminah devia frequentar uma escola de línguas em Sana'a durante duas semanas antes de encontrar seu prometido. Quando os assessores de Awlaki chegaram para levá-la até ele, disseram-lhe que não podia levar a mala,[19] apenas uma sacola plástica com seus pertences. A mala marcada da CIA não faria a excursão. Pouco depois, Awlaki e Aminah estavam casados. Sem querer, a CIA tinha conseguido uma esposa europeia para um de seus alvos mais procurados. Mais tarde, Awlaki mandou uma mensagem a Storm[20] agradecendo pelo enlace.

39. "O leilão do assassino"

WASHINGTON, DC, 2010 — Nos corredores do Congresso dos Estados Unidos, os legisladores se alinhavam em um ou outro dos dois grandes grupos de opinião quanto à questão do assassinato de Anwar Awlaki, um cidadão americano: o do silêncio e o do apoio. Só três meses depois do anúncio do plano foi que um membro da Câmara dos Representantes ergueu a voz contra ele. "Não apoio e ponto final",[1] disse-me na época o democrata Dennis Kucinich. "Acho que membros dos dois partidos que tenham consideração pela Constituição deveriam se manifestar sobre isso." Kucinich disse que enviara diversas cartas ao governo Obama questionando a inconstitucionalidade daquela política, assim como sobre possíveis violações da lei internacional, mas sem receber resposta.

"Como há muitas pessoas inteligentes no governo, eles sabem os riscos que estão correndo nesse caso em relação a violações da lei", disse Kucinich. Chamou essa política de "extraconstitucional, extrajudicial", dizendo que ela "perverte a presunção de inocência e [com ela] o governo torna-se investigador, policial, promotor, juiz, jurado e executor, tudo de uma vez só. Isso levanta enormes questões com respeito a nossa Constituição e nosso modo de vida democrático". E acrescentou: "Tudo isso está sendo feito em nome da segurança nacional. Como vamos saber por que certas pessoas estão sendo mortas? Quero dizer, quem está tomando essa decisão? É como um poder divino. Você pode apontar o dedo para uma imagem e dizer 'Essa pessoa já era'".

O fato de haver um cidadão americano na lista não era a única preocupação de Kucinich. Um presidente democrata popular e advogado especialista em direito constitucional que estendia os limites das políticas extremas do governo Bush, acreditava Kucinich, teria consequências de longo prazo. "Estamos agindo em função do medo. Estamos esquecendo quem somos", disse-me ele. "Estamos demolindo pilares das nossas tradições democráticas. O direito a julgamento? Acabou. O direito de confrontar seus acusadores? Acabou. O direito de não sofrer castigo cruel e inusitado? Acabou. Todas essas âncoras estão sendo removidas." E acrescentou:

> Não pensem nem por um momento que possamos fazer esse tipo de coisas sem que elas tenham consequências diretas para o país. Não se pode ter uma América lá fora e outra aqui. É tudo a mesma coisa. A erosão da integridade, a erosão dos valores democráticos, a erosão das boas intenções, tudo isso prenuncia uma nação em que os direitos elementares de nosso próprio povo já não podem ser garantidos. Estão sendo incluídos no leilão do assassino.

Em julho de 2010, Kucinich apresentou o projeto de lei[2] HR 6010, "que proibia a execução extrajudicial de cidadãos americanos". No projeto, Kucinich fazia menção a todas as resoluções executivas, desde o governo Ford, que proibiam o assassinato, entre elas a Resolução Executiva 12333, que dizia: "Nenhuma pessoa empregada pelo governo dos Estados Unidos ou que aja em seu nome se envolverá ou conspirará para se envolver em assassinato". Em suma, o projeto convocava o Congresso a afirmar que os cidadãos americanos tinham direito ao devido processo antes de serem executados. "O uso de força extrajudicial contra um cidadão dos Estados Unidos fora dos campos de batalha internacionalmente reconhecidos do Iraque e do Afeganistão constitui uma violação da lei de conflitos armados", dizia o projeto de lei. "É do maior interesse para os Estados Unidos respeitar o império da lei e dar o exemplo, mantendo os princípios do direito internacional e do direito civil."

Apenas seis outros membros da Câmara dos Representantes, e nenhum senador, apoiaram o projeto de lei de Kucinich. O assunto morreu aí.

Em julho, funcionários da Inteligência americana reconheceram que tinham sido executados "quase uma dúzia"[3] de ataques com o objetivo de matar Awlaki. Nenhum deles tivera sucesso. As principais organizações americanas que tinham lutado contra as políticas da guerra ao terror do governo Bush — o Centro de Direitos Constitucionais (Center for Constitutional Rights, CCR) e a União Americana pelas Liberdades Civis (American Civil Liberties Union, Aclu) — estavam avaliando o programa de assassinatos dirigidos, focado principalmente no aumento de ataques com drones no Paquistão. No entanto, uma vez que um cidadão americano fora apontado como alvo do programa, elas acharam que o assunto devia ser contestado no sistema judiciário americano. Era "uma grande oportunidade[4] para contestar o programa [de assassinatos], porque temos, concretamente, o nome de uma pessoa — e não se trata de um assassinato já consumado — sendo, portanto, o caso de tentarmos impedir o assassinato de uma pessoa que, com base no que foi informado, sabemos que está numa lista da morte", disse Pardiss Kebriaei, alto representante do CCR.

Kebriaei e seus colegas analisaram os fatos publicamente disponíveis sobre Awlaki e chegaram à conclusão de que os sermões e comentários de Awlaki em entrevistas, embora ofensivos a muitos americanos, "nos parecem ser uma atividade protegida pela Primeira Emenda" e que, "se representa alguma ameaça e se o que ele está fazendo não tem o amparo da lei e constitui crime, então que ele seja indiciado e julgado, com direito ao devido processo, como qualquer pessoa, em especial um cidadão americano". Kebriaei disse que se os Estados Unidos matassem um de seus próprios cidadãos num país estrangeiro, no qual não havia guerra declarada, sem atribuir um crime à pessoa, isso equivaleria

> a uma afirmação por parte dos Estados Unidos de que está de fato reivindicando essa autoridade e usando essa autoridade para usar força militar letal contra suspeitos de terrorismo onde quer que se encontrem. E as implicações legais, morais e políticas disso são para mim aterrorizantes.

Depois que os advogados do CCR e da Aclu contataram Nasser Awlaki por intermédio de seus parceiros no Iêmen,[5] ele os contratou para representá-lo como voluntários num processo que questionava o direito de o governo Obama matar seu filho sem que houvesse processo. "Farei o que puder[6] para convencer meu filho [a se apresentar], a voltar, mas eles não me dão tempo. Querem matar meu filho. Como pode o governo americano matar um de seus cidadãos? Essa é uma questão legal que precisa ser respondida", disse Nasser.

Dias depois da primeira conversa de Nasser com os advogados nos Estados Unidos, o governo Obama entrou em ação para tentar impedir que o caso chegasse aos tribunais americanos. Em 16 de julho de 2010, o Departamento do Tesouro atribuiu oficialmente a Anwar Awlaki o rótulo de "Terrorista Global Especialmente Designado". Em lugar do presidente, do secretário de Defesa ou do diretor da CIA, a Casa Branca usou o subsecretário para terrorismo e Inteligência financeira do Departamento do Tesouro, Stuart Levey, para defender a tese segundo a qual Awlaki tinha se tornado um "quadro operacional", acusando-o diretamente de "preparar" e instruir Abdulmutallab "para essa operação", alegando que "depois de receber essas instruções de Awlaki, Abdulmutallab conseguiu o artefato explosivo que usou na tentativa de ataque do dia de Natal". Levey declarou que Awlaki tinha "se envolvido em todos os aspectos[7] da cadeia de fornecimento do terrorismo — levantamento de verbas para grupos terroristas, recrutamento e treinamento de quadros operacionais, planejamento e mando de ataques contra inocentes", mas não apresentou provas de nenhuma dessas acusações.

O rótulo imposto a Awlaki pelo Departamento do Tesouro tornava crime o fato de advogados americanos representarem Awlaki sem autorização do governo. Em 23 de julho, a Aclu e o CCR apresentaram uma solicitação urgente de autorização. Como não a conseguiram, processaram o Departamento do Tesouro.[8] Em 4 de agosto, em reação ao processo, o Departamento do Tesouro mudou de parecer e permitiu que Awlaki fosse representado por advogados.[9] Um mês depois, o CCR e a Aclu entraram com uma ação contra o presidente Obama, Panetta, o diretor da CIA, e Gates,

secretário de Defesa, denunciando a ilegalidade de sua intenção de mandar assassinar Awlaki. "Fora de um conflito armado, tanto a Constituição quanto as leis internacionais proíbem o assassinato dirigido, exceto como último recurso para proteger contra ameaça concreta, específica e iminente de morte ou grave ferimento físico", dizia o texto.

> O uso sumário da força[10] é legal nessas circunstâncias estritas somente porque a iminência da morte torna inviável o processo judicial. Uma política de assassinatos dirigidos dentro da qual as pessoas são postas em listas de morte, depois de um processo burocrático, e nelas permanecem durante meses extrapola claramente o uso da força letal como último recurso contra ameaça iminente e, da mesma forma, extrapola o que a Constituição e as leis internacionais permitem.

Eles pediram a um juiz federal que impedisse o presidente, a CIA e o JSOC de "matar intencionalmente" Awlaki e ordenasse "a revelação dos critérios usados pelo governo para determinar o assassinato dirigido de um cidadão americano".

O governo Obama respondeu energicamente ao processo, invocando um argumento amplamente usado durante todo o governo Bush para invalidar processos que visavam responsabilizar Donald Rumsfeld e outros funcionários do governo por assassinatos extrajudiciais, tortura e prisões extraordinárias: a "prerrogativa" do segredo militar e de Estado. Os advogados do Departamento de Justiça pediram ao juiz que extinguisse o processo por outros motivos, mas disseram que se tudo o mais falhasse, usariam a prerrogativa de segredo militar e de Estado, alegando que isso seria "necessário para proteger contra o risco de dano significativo à segurança nacional". O processo de Awlaki, argumentou o procurador-geral assistente Tony West, "põe diretamente em questão[11] a existência e detalhes operacionais de supostas atividades militares e de Inteligência voltadas para o combate da ameaça terrorista aos Estados Unidos". Caracterizou o processo como "um exemplo paradigmático de uma causa na qual nenhuma de suas partes pode ser litigada no mérito sem pôr em risco, de forma imediata e irreparável, a revelação de informações de segurança nacional altamente

delicadas e sigilosas". Referiu-se a Awlaki como "um líder operacional da AQPA".

O governo apresentou declarações de Panetta, Gates e Clapper, feitas sob juramento, afirmando o regime de segredo de Estado e resumindo a ameaça à segurança nacional que, eles acreditavam, seria causada pela litigação do processo. Panetta declarou por escrito que estava alegando segredo de Estado para "proteger fontes, métodos e atividades da Inteligência[12] que poderiam ficar comprometidos pelas acusações contidas na petição inicial" e argumentou que, se revelasse o fundamento que o levava a invocar esse regime, poderia prejudicar a "segurança nacional americana". Gates assegurou que "a revelação de informações relacionadas à AQPA e a Anwar al-Awlaki causaria um dano gravíssimo[13] à segurança nacional" e que as Forças Armadas americanas "não podem revelar a uma organização terrorista estrangeira ou a seus líderes o que sabe a respeito de suas atividades e como obteve essa informação". Em essência, o governo estava afirmando que tinha o direito de matar um cidadão americano, mas que era perigoso demais revelar a justificativa para isso ao público americano.

Os advogados de Awlaki responderam:

> O apelo ubíquo à prerrogativa[14] de segredo de Estado para encerrar este litígio é tão irônico quanto extremo. O fato de Anwar al-Awlaki ter sido marcado para morrer só é de conhecimento de todos porque altos representantes do governo, numa estratégia de imprensa aparentemente coordenada, avisaram os principais jornais da nação que o Conselho Nacional de Segurança tinha autorizado o uso de força letal contra ele […]. Se o próprio governo tivesse aderido às preocupações prioritárias de segredo que invoca com tanta solenidade em suas alegações, esses funcionários do governo não teriam anunciado aos quatro ventos as intenções do governo, e funcionários da Inteligência, falando publicamente, em vez de reconhecer tacitamente que o filho do autor estava condenado, teriam se furtado a qualquer comentário a respeito.

E afirmaram:

> O governo vazou sua intenção de autoridade incontrolada na linguagem doutrinária da legitimidade, da justiça, da equidade e do segredo, mas a conclusão dessa argumentação é que o Executivo, que

precisa de autorização judicial para vigiar as comunicações de um cidadão americano ou revistar sua pasta, pode executar esse cidadão sem nenhuma obrigação de justificar seus atos ante um tribunal ou ante o público.

Dentro da Casa Branca, o governo Obama já preparava seu próprio arcabouço legal[15] para matar um de seus próprios cidadãos. Embora a ameaça de matar Awlaki tenha sido recebida pelo Congresso praticamente sem escândalo, os que estavam no governo sabiam que uma vez morto Awlaki, era quase certo que o caso iria parar nos tribunais. Altos funcionários do governo começaram a passar a jornalistas as informações que diziam ter sobre Awlaki — informações que indicavam que Awlaki se tornara um quadro operacional e estava ativamente envolvido em complôs para atacar os Estados Unidos, usando inclusive armas químicas e biológicas.

O governo já estava decidido a assassinar Awlaki, e o presidente Obama queria ter condições de sustentar ante o povo americano que essa fora a decisão certa. O principal conselheiro legal do Departamento de Estado, Harold Koh, desejava expor o caso publicamente antes que Awlaki estivesse morto. Estava cansado de ouvir críticas destrutivas ao programa de assassinatos dirigidos feitas por diplomatas europeus e grupos de direitos humanos. No passado, Koh tinha sido conhecido como um liberal, advogado dos direitos humanos e das liberdades civis, e por isso seu selo de aprovação era útil para o governo na defesa de sua política de assassinato em geral — e reforçava sua decisão de condenar um cidadão americano sem julgamento. A Casa Branca acreditava também que a defesa pública do programa por Koh seria um forte golpe preventivo contra as críticas. "Os militares e a CIA também adoraram a ideia",[16] comentou Daniel Klaidman, correspondente da *Newsweek* e autor do livro *Kill or Capture*, sobre a campanha de assassinatos dirigidos. "Pelas costas, chamavam o advogado do Departamento de Estado de 'Koh, o Matador'. Houve quem chegasse a falar em mandar imprimir camisetas com o dístico: 'Drones: se são válidos para Harold Koh, são válidos para mim'."

Antes de seu discurso público, Koh teve acesso aos dados da Inteligência sobre Awlaki, que lhe foram passados pela CIA e pelas Forças Armadas. Koh instalou-se numa Dependência Protegida de Inteligência Confidencial para um longo dia de leitura. Segundo Klaidman, cujo livro se baseava quase que inteiramente em informações vazadas por intermédio de funcionários do governo, Koh

> determinou seu próprio critério legal[17] para justificar o assassinato dirigido de um cidadão americano: o mal, com informações blindadas para demonstrá-lo. Não era exatamente um critério técnico, legal, mas era um limiar em que ele se sentia à vontade. Ele agora estava lendo sobre numerosos complôs para matar americanos e europeus, e em todos eles Awlaki estivera profundamente envolvido em termos operacionais. Havia planos de envenenar água e alimentos no Ocidente com toxina botulínica, assim como atacar americanos com ricina e cianureto. A criatividade de Awlaki para inventar complôs mais originais e mortíferos era de arrepiar. Koh estava abalado quando saiu da sala. Awlaki não era apenas mau, era satânico.

Quando Koh fez seu discurso, em 25 de maio de 2010, declarou que "as práticas dos Estados Unidos contra seus alvos,[18] inclusive operações letais com uso de veículos aéreos não tripulados, obedecem a todas as leis aplicáveis ao caso, inclusive as leis de guerra". O discurso de Koh foi pronunciado na convenção anual da Sociedade Americana de Direito Internacional. Ele fez uma defesa irrestrita da política de assassinatos dirigidos do governo, dizendo:

> Há quem diga que o uso de força letal contra algumas pessoas específicas não deixa espaço para o processo adequado e por isso constitui *assassinato extrajudicial ilegal*. No entanto, um Estado envolvido num conflito armado ou em legítima defesa não está obrigado a abrir processo legal contra seus alvos antes de usar força letal […]. Há quem diga que nossas práticas dirigidas violam as leis internas e, em especial, a *proibição consagrada de assassinatos*. Mas dentro das leis nacionais, o uso de sistemas de armamentos legais — coerentes com as respectivas leis da guerra — para atingir com precisão líderes beligerantes específicos de alto nível quando agindo em defesa própria ou durante um conflito armado não é ilegal e, portanto, não configura "assassinato".

Os advogados de Nasser Awlaki não defenderam a tese de que Anwar Awlaki era inocente. Em vez disso, alegaram, se ele era o que o governo dos

Estados Unidos o julgava ser — um terrorista e quadro operacional da Al-Qaeda —, deveriam ser apresentadas provas que seriam apreciadas por um tribunal de justiça. Se fosse verdade o que o governo permitia que chegasse aos jornalistas acerca do profundo envolvimento de Awlaki em complôs terroristas, inclusive em ataques com armas químicas aos Estados Unidos, por que não indiciá-lo e pedir sua extradição ao Iêmen para levá-lo a julgamento? "Se uma pessoa constitui uma ameaça, se há indícios contra ela, muito bem, acusem-na e a submetam ao processo devido", disse Kebriaei, um dos advogados de Awlaki. "O presidente e o DoD ou a CIA não podem, por sua conta, decidir secretamente que essas pessoas constituem ameaça e portanto podemos não apenas prendê-las como também matá-las."

O governo continuou permitindo o vazamento de informações que, na sua interpretação, provavam que Awlaki era membro operacional da Al-Qaeda, e assim a imprensa começou a se referir a Awlaki como um líder ou como o líder da AQPA. Quando os advogados dele tentaram contestar na justiça as afirmações do governo de que ele era um líder da AQPA e quadro de ação, os advogados do governo americano impediram a contestação. O advogado do governo "entrou no tribunal e começou assim: 'O contexto deste caso é que estamos falando de um líder da AQPA, e tudo o mais é segredo de Estado. Não podemos falar sobre provas, mas vocês deveriam saber'", lembrou Kebriaei.

> Somos levados à loucura ao ouvir o governo fazer acusações completamente desprovidas de apoio em fatos reais que tenhamos visto e não poder ter acesso a essa informação, estar na posição de ver isso em reportagens [na imprensa] e não sermos capazes de responder. O governo Bush reivindicava uma autoridade de detenção global no contexto dessa guerra contra o terror, e o que o governo Obama está fazendo é na verdade ampliando aquilo e reivindicando uma autoridade global para matar, inclusive o direito de matar cidadãos americanos.

Anwar Awlaki, enquanto isso, passava seus dias e suas noites fugindo. Sabia que os americanos estavam tentando matá-lo ativamente. Via drones, e ocasionalmente via ataques de mísseis nas proximidades. Awlaki tinha com certeza se tornado cada vez mais radical em suas opiniões sobre os Estados

Unidos, mas de seu ponto de vista tinham sido os Estados Unidos que mudaram, não ele. Não muito tempo antes, Awlaki tinha defendido o voto em George W. Bush e elogiado as liberdades americanas. Falou com paixão quando condenou a Al-Qaeda e os ataques do Onze de Setembro, e falava de uma coexistência pacífica de muçulmanos com os Estados Unidos. Mas com o endurecimento global que se seguiu ao Onze de Setembro e com a campanha do governo dos Estados Unidos para caçá-lo, alguma coisa mudou em Awlaki, e ele já não se encontrava dividido entre a lealdade a seu país natal e sua religião. Numa de suas mensagens de áudio postadas na internet, Awlaki perguntou:

> Eis o que tenho a dizer aos muçulmanos dos Estados Unidos:[19] como é que sua consciência permite que vocês vivam em coexistência pacífica com a nação responsável pela tirania e pelos crimes cometidos contra seus irmãos e irmãs? Como podem sentir lealdade por um governo que está liderando a guerra contra o Islã e contra os muçulmanos? [...] A arrogância imperial está conduzindo os Estados Unidos a seu destino: uma guerra de desgaste, uma hemorragia incontida que só terminará com a queda e o estilhaçamento dos Estados Unidos da América.

Johari Abdul Malik, que sucedeu a Awlaki no posto de imã da mesquita de Dar al-Hijrah na Virgínia, ficou pasmo. Lembrava de Awlaki como um moderado e como líder muçulmano que unia dois mundos com habilidade. "Passar daquela pessoa[20] para esta que está enviando essas palavras do Iêmen é um choque", ele disse. "Não acho que tenhamos entendido mal. Acho que alguma coisa aconteceu com ele."

40. "Estamos aqui para o martírio, meu irmão"

IÊMEN, 2009-10 — Nos primeiros tempos de sua estadia no Iêmen, Samir Khan perdeu o telefone celular. Essas coisas acontecem a turistas e estudantes no mundo todo. Mas para Khan, o prejuízo foi maior. O celular era o único meio de comunicação com as pessoas que ele tinha vindo encontrar no Iêmen: os mujahedin. Khan tinha o número de celular de um homem que, segundo lhe disseram, poderia levá-lo a contatar a AQPA, e eles estavam trocando mensagens de texto e combinando um encontro quando o telefone de Khan sumiu. O jovem paquistanês-americano entrou em pânico. "Ele ficou desconsolado,[1] já que esse era o único meio de contato entre ele e os mujahedin", lembrou seu amigo Abu Yazeed, jihadista declarado. "Apesar disso, em nenhum momento ele pensou em voltar." Khan foi a mesquitas na esperança de encontrar alguém que pudesse reconectá-lo. Uma noite, ele estava fazendo a *ishaa*, a oração noturna, quando sentiu que lhe batiam no ombro. "Você é Samir?", perguntou-lhe o homem. Khan assentiu. "Sou o irmão com quem você estava trocando mensagens de texto", respondeu. Pouco depois, Khan estava fazendo as malas, deixando para trás Sana'a e qualquer simulação de que estava ali para ensinar inglês ou aprender árabe numa de suas universidades. Ele estava mesmo se preparando para estudar a jihad com os mujahedin, que o acolheriam como um de seus *muhajirin*, ou emigrantes.

Khan sentiu-se como se estivesse no carro "durante anos",[2] encaminhando-se pelas estradas irregulares que é preciso percorrer para ir de Sana'a ao sul do Iêmen. O motorista escolhido para levar Khan ao campo dos mujahedin ouvia um *nashid*, um hino, que tocava sem parar. Chamava-se "Senhor Ya Bin Laden". Khan já ouvira a homenagem a Bin Laden anteriormente, mas agora que estava a ponto de se encontrar com os combatentes da AQPA, ela adquiria um novo significado. "Alguma coisa me tocou naquele momento. O *nashid* repetia versos relacionados ao combate aos tiranos do mundo com o objetivo de dar a vitória à nação islâmica. Mas também lembrava ao ouvinte que o xeque Osama bin Laden é o líder dessa luta global", lembrou Khan num ensaio que escreveu meses depois. "Vi pela janela as casas altas de barro sob um lindo céu e fechei os olhos, deixando o vento soprar meu cabelo. Respirei fundo." E Samir pensou:

> Sou uma pessoa convencida de que a reivindicação do poder para o Islã no mundo moderno não vai ser fácil como desfilar por um tapete vermelho ou passar por um sinal aberto. Estou perfeitamente consciente de que partes de corpos serão decepadas, crânios serão esmagados e sangue será derramado para que isso se torne realidade. Quem não pensar assim é uma pessoa que não está preparada para fazer os sacrifícios que fazem os heróis e os lutadores.

Ao se aproximar do campo, Khan olhou a paisagem rural pela janela.

> Enquanto meus olhos passeavam pelas dunas misteriosamente onduladas, lembrei-me do enigma da jihad no mundo contemporâneo. É nada menos que fascinante saber que as guerrilhas podem combater superpotências globais com o mínimo indispensável e causar graves perdas ao inimigo, drenar a economia do inimigo e aumentar o apoio popular aos mujahedin.

Na Carolina do Norte, agentes do FBI bateram na casa de Khan. "Eles souberam[3] que Samir fora para o Iêmen", lembrou a mãe dele, Sarah Khan. "E agora queriam saber como ele tinha ido para lá e coisas assim, e se tínhamos contato com ele. Perguntaram sobre a ida de [Samir] para o Iêmen." Os agentes perguntaram aos Khan "com quem ele ia entrar em contato lá, esse tipo de coisa. Sabíamos, por informações que víamos nos noticiários, na

internet e nos jornais, que o FBI vigiava os muçulmanos, então achamos que o que estava acontecendo era uma coisa assim". Sarah Khan tinha ouvido as notícias sobre os ataques com mísseis de cruzeiro no Iêmen e sobre o complô da "bomba na cueca". Ela me contou que, para a mãe de um filho que, segundo ela acreditava, estava estudando no Iêmen, "aquilo era muito assustador, é claro. Foi um momento muito assustador para nós". Mas ela pensou que "Samir estava na universidade, por isso achamos que não corria perigo". No entanto, Samir não estava mais na universidade. Estava indo direto para o núcleo de uma guerra em expansão dos Estados Unidos contra a AQPA.

As pessoas que chegam a um campo da Al-Qaeda no Iêmen não são recebidas de braços abertos. Há um processo de checagem. Mas Khan não era uma incógnita. Já era uma grandeza conhecida, por meio de seus blogs e da revista virtual, e a liderança da AQPA gostava da ideia de ter um jihadista americano em suas fileiras. Khan passou por treinamento na área rural do Iêmen e estava ansioso para ver um combate. "O amor de Samir pelo martírio em nome de Alá era extraordinário", disse seu amigo. Khan certa vez mandou-lhe uma mensagem de texto que dizia: "Foi para o martírio que vim para cá, meu irmão. Não desistiremos até conseguir o que nos fez vir para cá". A AQPA acabaria publicando fotos de Khan empunhando armas e praticando combate corpo a corpo, mas os mujahedin acreditavam que a maior contribuição que ele podia dar à causa era em seu papel de propagandista. Quando ele finalmente chegou a uma base da AQPA, os jihadistas iemenitas e sauditas que ele conheceu ouviram suas histórias de vigilância pelo FBI e assédio pelo governo americano. Repassaram seus escritos e trabalhos anteriores em suas publicações on-line.

"Percebi que ele tinha viajado bastante em circunstâncias muito difíceis, para não mencionar o fato de que estava sendo procurado e caçado pela CIA", lembrou Abu Yazeed. "Suas armas para defender o Islã eram muito simples: um laptop e uma câmera. No entanto, ele estava carregado de munição. Essa munição era a crença da jihad na trilha de Alá." Os novos amigos de Khan

acharam que seu sorriso largo era contagioso e sempre estavam pedindo a ele que risse "em inglês". Eles "tinham-no como fonte de motivação e inspiração para eles mesmos, já que tinha atravessado o oceano para apoiar a causa do Islã".

Embora Khan estivesse entusiasmado com o treinamento com armas, a liderança da AQPA destinou-o a sua divisão de propaganda. Queriam sua ajuda para criar uma publicação em inglês que pudesse divulgar a mensagem deles pela diáspora muçulmana. Seria uma revista atraente e bem-acabada chamada *Inspire*. Khan tinha estudado tecnologia de internet[4] durante o período em que frequentara uma faculdade comunitária na Carolina do Norte e criara diversos sites próprios, assim como uma revista on-line bem parecida com a que se pretendia para a AQPA. De acordo com Khan:

> Depois de passar algum tempo em companhia dos mujahedin, reconheci prontamente que o sucesso não depende do trabalho que você faz de nove da manhã às cinco da tarde, nem da riqueza que você possa ter acumulado, nem de até onde você levou seus estudos na faculdade. Todas essas coisas são respeitáveis, mas estar com os mujahedin me ajudou a abrir os olhos para o fato de que nossa razão de viver não tem nada a ver com nenhuma dessas coisas [...]. A única coisa no mundo que me importa, agora mais do que nunca, é a situação de meu coração quando eu morrer.

Nesses primeiros tempos com a AQPA, sua principal tarefa passou a ser "conectar e facilitar a ligação[5] entre diferentes grupos de pessoas na internet", disse Aaron Zelin, intelectual que estudara e escrevera muito sobre a AQPA.

> Ele era um tecido conectivo e um nodo tão importante que sem ele provavelmente o recrutamento teria sido mais difícil, principalmente depois do fim do site de Awlaki. Ele aprendeu a conectar-se com jovens no Ocidente sem arrogância, de igual para igual, como que mostrando "Veja, sou um cara como qualquer outro, nem mesmo sou um acadêmico religioso e cheguei aos campos da jihad para combater os apóstatas e os cruzados-sionistas: então você também pode fazer o mesmo".

Quando o primeiro número da *Inspire* começou a ser produzido, Khan fez o projeto gráfico, editou e traduziu. Adotou mais de um nome de guerra, entre eles o de Qaqa al-Amiriki e o de Abu Shidah, ou Pai da Crueldade. "Ele — da

maneira como entendo — queria escolher o mais agressivo dos nomes para aterrorizar os inimigos do Islã", lembrou Abu Yazeed. Khan lançou-se ao trabalho na *Inspire* e pôs-se a estudar árabe com paixão. Quando seus colegas tentavam praticar inglês com ele, Khan respondia em árabe. "Não me lembro de uma só vez em que tenha estado com ele que não tenha me perguntado alguma coisa relacionada ao vocabulário árabe", lembrou seu amigo. "A cada vez que eu o via, notava que seu árabe estava melhor. Durante o tempo em que permaneceu lá, progrediu tanto que já não era fácil perceber que ele era um irmão anglófono."

Khan envolveu-se com a AQPA no mesmo instante em que soavam numerosos sinais de alarme em Washington. A AQPA pretendia que a *Inspire* divulgasse sua missão entre o público anglófono e incentivasse jihadistas solitários do Ocidente a executar ataques, mas também tirava partido da campanha propagandística dos Estados Unidos, que pretendia apresentar a AQPA como uma grave ameaça. Em inglês, o programa da AQPA estaria acessível a todos. E Anwar Awlaki seria, desde o primeiro número, um destacado comentarista e analista religioso nas páginas da *Inspire*.

Pouco havia na revista que já não tivesse sido dito muito antes pela publicação da AQPA em árabe, a *Sada al-Malahim*. Agora, o pessoal dos órgãos de Inteligência dos Estados Unidos, que tinham um número limitado de analistas fluentes em árabe, podia ler suas declarações em inglês. "Na ocasião do lançamento do primeiro número da *Inspire*, a AQPA já lançara treze números de sua revista em árabe, que tinha um conteúdo muito mais rico sobre a AQPA", disse Zelin. O lançamento da *Inspire*, disse ele, coincidiu

> com uma disposição, por parte da AQPA, de insistir mais amplamente em suas ambições globais em virtude do complô do dia de Natal. A AQPA sempre quis atingir os Estados Unidos. A *Inspire* era um meio de reunir seus simpatizantes no Ocidente e tentar ganhar maior penetração, de modo que pudessem planejar ataques ao Ocidente com mais facilidade.

O primeiro número da revista foi lançado pela internet, mas não se pode dizer que tenha sido um grande sucesso. De suas 67 páginas, apenas quatro

eram realmente páginas da revista. As outras 63 continham um código de computador que, quando decifrado, revelava receitas de cupcake exibidas no popular programa de entrevistas da famosa apresentadora Ellen DeGeneres da TV americana. Não se sabe como o arquivo se corrompeu, mas dizem alguns que foi um ataque cibernético praticado por hackers anti-AQPA, pelo MI-66 ou pela própria CIA.

Seja como for, o primeiro número da *Inspire* acabou chegando intacto à internet em junho de 2010. "Diz Alá: 'E inspire os fiéis a lutar'",7 começava a apresentação, assinada pelo anônimo editor da *Inspire*. "É desse versículo que deriva o nome de nossa nova revista." A *Inspire*, dizia o editor, era

> a primeira revista lançada pela organização Al-Qaeda em inglês. No Ocidente; no sul, no leste e no oeste da África; no sul e no sudeste da Ásia e em outros lugares há milhões de muçulmanos cuja primeira ou segunda língua é o inglês. Queremos que esta revista seja uma plataforma para a apresentação das importantes questões que a Ummah enfrenta hoje ao amplo e disperso público leitor anglófono.

A *Inspire* publicou uma entrevista "exclusiva" com o líder da AQPA, Nasir al-Wuhayshi, também conhecido como Abu Basir, assim como textos traduzidos de Bin Laden e Zawahiri. Entre eles havia um ensaio elogiando Abdulmutallab, o Homem da Bomba na Cueca. A revista era bem produzida, com um projeto gráfico que lembrava uma típica revista americana para adolescentes, embora sem mulheres e celebridades em trajes da moda. Em vez disso, mostrava fotos de crianças supostamente mortas por mísseis americanos e imagens de jihadistas mascarados e armados. Um artigo intitulado "Faça uma bomba na cozinha da mamãe", assinado pelo "*Chef* da Al-Qaeda", ensinava fabricar artefatos explosivos usando objetos domésticos comuns. Outro artigo dava instruções detalhadas sobre como baixar da internet programas de nível militar para criptografar e-mails e mensagens de texto.

Ainda mais perturbador, talvez, a revista continha uma "lista de alvos" integrada por pessoas que, segundo afirmava, tinham criado "caricaturas blasfemas" do profeta Maomé. No fim de 2005, o *Jyllands-Posten* — jornal

dinamarquês que mais tarde publicaria a história de Morten Storm — encomendou uma dúzia de histórias em quadrinhos do profeta,[8] aparentemente para contribuir para o debate sobre a autocensura dentro do Islã. Isso irritou muçulmanos do mundo inteiro na época, inflamou protestos em massa e provocou ameaças de morte e de bombas contra o jornal. A lista de alvos publicada pela *Inspire* incluía nomes de editores de revistas, autoridades antimuçulmanas que tinham defendido os quadrinhos e o escritor Salman Rushdie. Incluía ainda Molly Norris, cartunista de Seattle que tinha criado o "Dia de todos desenharem Maomé".[9] Molly Norris disse que fez isso em reação à decisão da rede US Comedy Central, que, depois de receber ameaças, resolveu eliminar uma cena do desenho animado *South Park* que mencionava a polêmica.

A lista de alvos da *Inspire* vinha acompanhada de um ensaio escrito por Awlaki incentivando os muçulmanos a atacar quem difamasse a imagem de Maomé. "Gostaria de expressar meus agradecimentos[10] a meus irmãos da *Inspire* pelo convite para escrever o artigo principal do primeiro número de sua nova revista. Gostaria também de elogiá-los pela escolha desse tema, a defesa do Mensageiro de Alá, como o principal deste número", escreveu Awlaki. Passou então a expor uma defesa do assassinato das pessoas envolvidas na blasfêmia contra Maomé. "O grande número de participantes torna as coisas mais fáceis para nós por haver mais alvos para escolher e por dificultar o oferecimento de proteção por parte do governo." Awlaki continuava:

> Mas mesmo assim nossa campanha não deve limitar-se a participantes ativos. Esses criminosos não atuam no vácuo. Pelo contrário, atuam dentro de um sistema que lhes oferece apoio e proteção. O governo, os partidos políticos, a polícia, os serviços de Inteligência, os blogs, as redes sociais, a imprensa e assim por diante fazem parte de um sistema dentro do qual a difamação do Islã não é apenas protegida mas também promovida. Os principais elementos desse sistema são as leis que tornam legal essa blasfêmia. Como eles estão exercendo um "direito" defendido pela lei, têm o respaldo de todo o sistema político ocidental. Isso tornaria legal, do ponto de vista islâmico, o ataque contra qualquer alvo ocidental […]. Assassinatos, atentados a bomba e incêndios provocados são

formas legítimas de vingança contra um sistema que aprecia o sacrilégio do Islã em nome da liberdade.

Quando a *Inspire* foi publicada, alguns integrantes da IC dos Estados Unidos entraram em pânico. A primeira preocupação foi proteger as pessoas identificadas como alvos para assassinato. O FBI tomou cuidados imediatos para proteger a cartunista de Seattle, temendo que pudesse ser morta. Ela acabou trocando de nome e se mudando.[11] Órgãos de segurança de outros países tomaram medidas semelhantes.

A "lista de alvos" personificava os temores de que Awlaki incitasse jovens muçulmanos ocidentais a cometer atos de terror "solitários". A revista *Inspire* se tornaria uma das principais fontes de informação sobre a AQPA e Awlaki, com analistas de Inteligência perscrutando cada novo número em busca de pistas sobre seu paradeiro ou novos complôs possíveis. Quanto mais os Estados Unidos falavam sobre a *Inspire*[12] e Anwar al-Awlaki, mais a imprensa focalizava a revista e o homem, o que resultou numa promoção cada vez maior de ambos pela AQPA, que tirava proveito da propaganda gratuita", lembrou Gregory Johnsen, o especialista em Iêmen da Universidade Princeton.

Era um tanto chocante ver a reação dos Estados Unidos à *Inspire*, já que a AQPA vinha dizendo as mesmas coisas havia anos — com a diferença de que essas coisas eram ditas em árabe nas páginas da *Sada al-Malahim*. Quando a *Inspire* começou a ser publicada, muita gente do governo dos Estados Unidos que não tinha meios de ler a *Sada al-Malahim* de repente descobriu o que a AQPA vinha dizendo, o que, nos meses que se seguiram à tentativa de atentado a bomba do Natal de 2009, levou a uma reação exagerada e a uma sensação de pânico por parte de certos órgãos.

Ao que parece, Awlaki e Khan ficaram satisfeitos com a reação do governo dos Estados Unidos à *Inspire*. Em edições posteriores, a *Inspire* destacaria citações de autoridades americanas condenando a revista e reagindo às várias ameaças publicadas em suas páginas. Samir Khan tornou-se de repente uma personalidade estelar no cenário jihadista internacional. "Todos os observadores bem informados acreditam que Khan seja o editor da *Inspire*.

Não só porque a revista publica seus artigos, mas pelas semelhanças entre ela e a *Jihad Recollections*, que ele editava e postava na internet antes de ir para o Iêmen", disse Zelin. No Iêmen, Khan começou a criar uma relação próxima com Awlaki, homem que ele admirava de longe havia longo tempo. "É evidente, é claro, que Khan idolatrava Awlaki, tanto por sua pregação quanto pela postura que ele assumiu na vida", disse Johnsen, acrescentando que Khan acabaria por se tornar "uma espécie de assessor executivo" de Awlaki. E Anwar Awlaki estava se colocando à frente, numa clara aliança com a AQPA. Suas relações com conspirações anteriores eram incertas, mas agora ele incentivava abertamente o assassinato de pessoas específicas no mundo todo.

Nasir al-Wuhayshi, o líder da AQPA, via claramente o valor da obsessão dos Estados Unidos com Awlaki. Tanto que ele chegou a enviar uma mensagem a Osama bin Laden propondo o nome de Awlaki para novo chefe da AQPA. Em 27 de agosto de 2010, Bin Laden ordenou a seu braço direito,[13] Shaykh Mahmud, tambem conhecido como Atiya Abdul Rahman, que transmitisse uma mensagem a Wuhayshi. Ao que parece, Bin Laden via Awlaki como aliado e como um efetivo potencialmente valioso para os objetivos da Al-Qaeda. O problema, explicou Bin Laden, era que Awlaki era uma grandeza desconhecida para a Al-Qaeda central, um homem que ainda tinha de provar sua determinação na verdadeira jihad. "A presença de certas características em nosso irmão Anwar [...] é uma coisa boa, para servir à jihad", escreveu Bin Laden, acrescentando que queria "uma oportunidade de conhecê-lo melhor". E explicou: "Aqui geralmente temos certeza depois que a pessoa é enviada ao campo de batalha e é testada ali". Pediu a Wuhayshi "o currículo detalhado e em toda a sua extensão do irmão Anwar al-Awlaki", assim como uma declaração do próprio Awlaki explicando "em detalhe sua visão". Wuhayshi, afirmou Bin Laden, deve "permanecer no cargo, no qual é qualificado e capaz de comandar as coisas no Iêmen".

Samir Khan saboreou sua recente fama e escreveu numerosos ensaios falando de sua própria experiência como exemplo para outros jovens ocidentais que poderiam unir-se à jihad. "Para os Estados Unidos, sou um

traidor porque minha religião assim exige. Um traidor pode ser louvável ou desprezível. Aos olhos de uma pessoa, o bem e o mal se definem por uma agenda política", escreveu ele.

> Tenho orgulho de ser um traidor aos olhos dos Estados Unidos, tanto quanto tenho orgulho de ser muçulmano; e aproveito esta oportunidade para reafirmar meu juramento de lealdade (*bai'yah*) e o *bai'yah* dos mujahedin da Península Arábica ao leão feroz, ao herói da jihad, o humilde servidor de Deus, meu amado xeque Osama bin Laden, que Alá o proteja. Ele é realmente o homem que abalou o trono dos tiranos do mundo. Juramos fazer a jihad pelo resto da vida, até implantarmos o Islã no mundo inteiro ou encontrarmos nosso Senhor como sustentáculos do Islã. E como é respeitável, aventuresca e prazerosa uma vida como essa, comparada à daqueles que ficam sentados, trabalhando das nove da manhã às cinco da tarde!

41. A perseguição de Abdulelah Haider Shaye

IÊMEN, VERÃO DE 2010 — Nos meses que se seguiram ao bombardeio de Al-Majalah, o jovem jornalista Abdullelah Haider Shaye não deixou de cobrir o que tinha ocorrido. De vez em quando levantava a questão na Al-Jazeera e continuou a fazer matérias sobre outros ataques americanos no Iêmen. Tinha entrevistado Awlaki várias vezes e ficara famoso, dentro e fora do Iêmen, como um importante crítico da guerra secreta americana, cada vez mais ampla, no Iêmen. "Ele estava se concentrando[1] na forma com a qual Saleh usava a Al-Qaeda como trunfo para receber mais dinheiro e apoio logístico dos Estados Unidos", lembrou o cartunista Kamal Sharaf, o mais íntimo amigo de Shaye. "Abdulelah era a única pessoa que criticava a Al-Qaeda e falava a verdade sobre a organização, de modo que era ouvido no mundo árabe e nos Estados Unidos." Shaye estava trabalhando para o *Washington Post*, a ABC News, a Al-Jazeera e muitas outras fontes noticiosas internacionais de primeira linha, e com frequência fazia reportagens que mostrava a política americana no Iêmen sob um ângulo negativo.

Em julho de 2010, sete meses depois do ataque de Al-Majalah, Shaye e Sharaf saíram de casa para resolver assuntos pessoais. Sharaf entrou num supermercado, e Shaye ficou esperando por ele do lado de fora. Ao sair da loja, contou-me Sharaf, "vi homens armados agarrando Shaye e levando-o para um carro". Os homens, soube-se depois, eram agentes do Serviço de Informações iemenita. Agarraram Shaye, cobriram sua cabeça com um capuz e levaram-no para um local não revelado. Segundo Sharaf, ameaçaram Shaye e lhe disseram

que não fizesse mais declarações à TV. As reportagens dele sobre o bombardeio e suas críticas ao governo dos Estados Unidos e do Iêmen, disse Shafar, levaram o regime a sequestrá-lo. Um dos interrogadores lhe disse: "Vamos destruir sua vida se você não calar a boca". Por fim, na calada da noite, Shaye foi solto e deixado numa rua. "Agentes da Segurança Política ameaçaram Abdulelah várias vezes[2] pelo telefone, e depois ele foi sequestrado, espancado e investigado por causa de suas afirmações e sua análise do bombardeio de Al-Majalah e da guerra americana contra o terrorismo no Iêmen", disse-me o advogado iemenita de Shaye, Abdulrahman. "Creio que ele foi preso devido a um pedido dos Estados Unidos."

Shaye reagiu ao sequestro recorrendo à Al-Jazeera e relatando sua própria prisão. Mohamed Abdel Dayem, que dirigia o programa do Oriente Médio e do norte da África da Comissão de Proteção a Jornalistas, por acaso estava no Iêmen na noite em que Shaye foi sequestrado. Tinha ido fazer pesquisas sobre um tribunal especial criado pelo governo do Iêmen para processar jornalistas que criticavam o governo. Dois dias antes da prisão de Shaye, Dayem se encontrara com ele. "Pude ver logo que ele era um jornalista muito inteligente[3] e que estava disposto a se arriscar bastante para fazer as reportagens difíceis, porque as fáceis qualquer um pode fazer", disse. Na noite em que Shaye foi preso, Dayem estava no estúdio da Al-Jazeera em Sana'a, preparando-se para uma entrevista, quando o telefone tocou. Era Shaye. "Estou saindo da prisão", disse ele. "Vou para casa trocar de jaqueta. Esta está suja de sangue. Chego aí em vinte minutos." Dayem disse que, no estúdio, Shaye "pôs a boca no mundo, no ar", contando seu sequestro e explicando por que achava que estava sendo perseguido.

Nessa época, o governo dos Estados Unidos começou a dizer, privadamente, aos principais órgãos de comunicação americanos que trabalhavam com Shaye, que deveriam interromper sua relação com ele. Uma fonte de uma importante organização jornalística americana me disse que o governo tinha avisado sua empresa que Shaye estava usando sua remuneração[4] para ajudar a Al-Qaeda. Uma autoridade de Inteligência dos

Estados Unidos disse a outro jornalista de uma importante revista americana que "informações sigilosas" indicavam que Shaye estava "cooperando" com a Al-Qaeda. "Fiquei convencido[5] de que ele é um agente", disse a autoridade. Da mesma forma que queria Awlaki silenciado, o governo americano queria calar qualquer pessoa que divulgasse as opiniões de Awlaki ou entrevistasse líderes da AQPA.

Quando o conheci num café de Sana'a, em 2011, Sharaf abanou a cabeça diante da ideia de que Shaye apoiasse a Al-Qaeda. "Abdulelah continuou a noticiar fatos, não para agradar aos americanos ou a Al-Qaeda, mas por acreditar que sua versão dos fatos era verdadeira e que o papel do jornalista consiste em dizer a verdade", disse Sharaf. "Ele é 100% profissional", acrescentou. "É uma figura rara no jornalismo do Iêmen, onde 90% dos jornalistas escrevem sem pesquisar nada e carecem de credibilidade." Shaye, ele explicou,

> tem a mente muito aberta e não aceita extremismo. Foi contra a violência e a morte de inocentes em nome do Islã. Também foi contra a morte de muçulmanos inocentes sob o pretexto de combater o terrorismo. Em sua opinião, a guerra contra o terror deveria ter sido travada culturalmente, e não pela via militar. Ele acha que usar de violência só vai criar mais violência e incentivar a propagação de mais correntes extremistas na região.

Nesse ínterim, Sharaf estava enfrentando seus próprios problemas com o regime iemenita por causa de uns quadrinhos sobre o presidente Saleh e de suas críticas à guerra do governo iemenita contra a minoria houthi no norte do Iêmen. Tinha criticado também os salafis conservadores. E sua estreita amizade com Shaye o punha em risco.

Em 16 de agosto de 2010, Sharaf e sua família tinham acabado de quebrar o jejum do Ramadã quando ouviram gritos do lado de fora da casa. "Saiam, a casa está cercada." Sharaf saiu. "Vi soldados que nunca tinha visto antes. Altos e corpulentos […]. Lembravam fuzileiros navais americanos. Logo entendi que eram da unidade de contraterrorismo. Portavam fuzis modernos, com mira a laser. Usavam uniformes como os dos fuzileiros americanos", ele me

contou. Disseram-lhe que tinham vindo buscá-lo. "Qual é a acusação?", ele perguntou. "Eles responderam: 'Você vai descobrir'."

Enquanto Sharaf estava sendo preso, forças iemenitas tinham cercado a casa de Shaye. "Como Abdulelah recusou-se a sair, eles invadiram a casa, pegaram-no à força, espancaram-no, quebraram um dente dele", disse Sharaf. "Fomos levados, os dois, vendados e algemados, para a prisão de segurança nacional, mantida pelos americanos." Lá, eles foram separados e jogados em celas escuras e subterrâneas, contou Sharaf. "Ficamos presos uns trinta dias, durante o Ramadã, na prisão de segurança nacional, onde éramos interrogados continuamente."

Naquele primeiro mês, Sharaf e Shaye não se viram. Por fim, foram transferidos da prisão de segurança nacional para a prisão de segurança política do Iêmen, onde ficaram juntos numa cela.[6] Sharaf acabou sendo solto, depois de prometer às autoridades que não faria mais quadrinhos sobre o presidente Saleh. Shaye não quis fazer nenhum acordo desse tipo.

Shaye foi mantido na solitária durante 34 dias,[7] sem acesso a advogado. Sua família não sabia sequer para onde tinha sido levado e por quê. Por fim, um prisioneiro libertado informou a seus advogados que ele estava na prisão de segurança política, e ali puderam vê-lo. "Quando Abdulelah foi preso, foi deixado num banheiro estreito, sujo e fedorento durante cinco dias. Notei que lhe faltava um dos dentes e outro estava quebrado, além de cicatrizes em seu peito", recordou Barman. "Havia muitas cicatrizes em seu peito. Ele foi torturado psicologicamente. Disseram a ele que todos os seus amigos e parentes o tinham abandonado e que ninguém tinha se interessado por sua sorte. Ele foi torturado com informações falsas."

Em 22 de setembro, Shaye foi levado a um tribunal. Os promotores pediram mais tempo para preparar a acusação.[8] Um mês depois, ele foi trancafiado numa jaula no tribunal de segurança estatal do Iêmen, criado por decreto presidencial e amplamente denunciado por grupos de direitos humanos e da imprensa como ilegal e injusto. O governo do Iêmen chamou aquilo de julgamento. "Isso mesmo. O julgamento não passa pelo teste da

gargalhada, não mesmo. E o tribunal também não passa nesse teste", disse Dayem, da Comissão de Proteção a Jornalistas. "Não consegui localizar um só processo tramitado nesse tribunal criminal especializado [...] que cumprisse, mesmo que mal, os requisitos de um julgamento justo."

O juiz leu uma lista de acusações contra Shaye. Ele era acusado de ser o "homem da imprensa" para a Al-Qaeda, recrutando novos quadros operacionais para o grupo e fornecendo a Al-Qaeda fotografias de bases iemenitas e de embaixadas de países estrangeiros para possíveis ataques. "O governo tinha protocolado muitas acusações contra ele", disse Barman.

> Algumas delas eram: aderir a um grupo armado que visava prejudicar a estabilidade e a segurança do país, incitar membros da Al-Qaeda a assassinar o presidente Ali Abdullah Saleh e seu filho, recrutar novos membros para a Al-Qaeda, trabalhar como propagandista da Al-Qaeda em geral e de Awlaki em particular. Pela lei do Iêmen, muitas dessas acusações são puníveis com a pena de morte.

Enquanto as acusações contra ele eram lidas, disse a jornalista Iona Craig, experiente correspondente estrangeira que enviava matérias do Iêmen para o *Times*, de Londres, Shaye "caminhava lentamente pela cela branca,[9] sorrindo e balançando a cabeça, atônito".

Quando o juiz acabou de ler as acusações, Shaye se pôs de pé junto das grades da cela e dirigiu-se a seus colegas jornalistas: "Quando eles esconderam assassinos[10] de mulheres e crianças em Abyan, quando eu revelei a localização de campos de nômades e civis em Abyan, Shabwah e Arhab, onde seriam atingidos por mísseis de cruzeiro, foi nesse dia que eles decidiram me prender", declarou. "Vocês aqui presentes podem notar que eles transformaram todas as minhas colaborações jornalísticas em acusações. Todas as minhas colaborações e citações para repórteres internacionais e para canais de notícias viraram acusações." Enquanto guardas de segurança o tiravam dali, Shaye gritou: "Iêmen, aqui é um lugar onde, quando um jornalista jovem faz sucesso, é olhado com desconfiança".

42. O presidente pode criar suas próprias regras

WASHINGTON, DC, E IÊMEN, FIM DE 2010 — Enquanto as operações americanas de contraterrorismo no Iêmen se expandiam, no verão de 2010, Washington e outras forças políticas e econômicas traçavam planos para uma reestruturação neoliberal da economia daquele país. Sob a bandeira de "Amigos do Iêmen", o governo dos Estados Unidos e o do Reino Unido se uniram à União Europeia, ao Fundo Monetário Internacional e a alguns vizinhos do Iêmen. "O progresso contra os extremistas violentos[1] e o progresso no sentido de um futuro melhor para o povo iemenita dependerão do fortalecimento das iniciativas de desenvolvimento", disse Hillary Clinton, secretária de Estado americana, numa das primeiras reuniões do grupo, em janeiro de 2010. Essas iniciativas incluíam o que Aaron W. Jost, diretor de Assuntos da Península Arábica do NSC, chamou de "assistência econômica e humanitária muito ampliada [...] ao povo iemenita".[2]

O governo Obama aumentou os recursos da USAID destinados ao Iêmen para financiamento, assistência humanitária e "promoção da democracia", que eram de 14 milhões de dólares em 2008, para 110 milhões de dólares em 2010. "Não resta dúvida de que a AQPA constitui uma ameaça grave para o Iêmen, para os Estados Unidos e para nossos aliados", afirmou Jost. "Entretanto, o apoio a operações contra a AQPA é apenas uma parte da estratégia dos Estados Unidos para o Iêmen." Todavia, como condição para a maior assistência que o

Iêmen receberia, o presidente Saleh foi obrigado a aceitar ajustes estruturais do FMI (Fundo Monetário Internacional), entre eles "a redução gradual dos subsídios públicos aos combustíveis". Uma declaração dos "Amigos" reconhecia abertamente que "as necessárias reformas econômicas teriam impacto adverso sobre os pobres".[3]

Washington e seus aliados deixaram claro para Saleh que a continuidade da ajuda militar estava condicionada à sua cooperação com as reformas econômicas. "O povo iemenita e a comunidade internacional se confrontam com ameaças reais por parte da AQPA, e talvez levem anos para derrotá-la", declarou Jost.

> Não obstante, cremos que o futuro sorri para os que constroem e não para os que se concentram em destruir. E os Estados Unidos põem-se ao lado do povo do Iêmen no momento em que procuram construir um futuro mais positivo e rejeitar os esforços da AQPA para matar homens, mulheres e crianças inocentes.

A prioridade maior de Saleh não era reprimir a AQPA, mas derrotar as rebeliões internas dos houthis e dos secessionistas do sul. No entanto, para continuar a receber a ajuda militar americana, de que ele precisava para combater as insurgências internas, teria de provar a Washington que falava sério a respeito de combater a AQPA. O coronel Lang, que, como adido de Defesa dos Estados Unidos, passara anos negociando com Saleh, disse que o presidente iemenita estava farto do que via como uma tentativa do governo Obama de aplicar ao Iêmen a doutrina da contrainsurreição, mas tinha de fazer o jogo para continuar recebendo ajuda militar. De acordo com Lang na época:

> Na verdade, Saleh não quer[4] nosso envolvimento ao ponto que as plenas implicações dessa doutrina exigiria, pois nesse caso ele seria relegado, cada vez mais, à situação de um governante como Karzai […] e, na verdade, enquanto o presidente afegão [Hamid] Karzai nunca foi capaz de jogar o jogo com muita habilidade, Saleh foi. Com muita habilidade.

Acrescentou que Saleh sabia que o dinheiro proporcionado pelos "Amigos do Iêmen" e pela USAID para reforma política seria monitorado pelos Estados Unidos, "de modo que alguma propina eventual não beneficie demais a ele e a seus camaradas, e outras coisas desse tipo, o que tenderá a reduzir seu poder. Por isso, na verdade ele não vai estar a favor do plano". No entanto, com o intenso foco americano na AQPA — seu tíquete-alimentação, em forma de ajuda militar — Saleh tinha de aceitar o jogo.

Em agosto de 2010, depois da série de mortes de militares e agentes de Inteligência iemenitas pelos assassinos de motocicletas, as forças iemenitas lançaram uma grande ofensiva no distrito de Lawdar, em Abyan, suposto reduto da AQPA. Em vários dias de batalhas, teriam morrido, segundo informes, uma dúzia de soldados do governo mais dezenove pessoas que o governo iemenita identificava como membros da Al-Qaeda. Ao menos três civis morreram também, e dezenas de outros deixaram suas casas. "As forças de segurança deram aos terroristas[5] da Al-Qaeda uma dura lição e lhes infligiram golpes dolorosos, fazendo com que terroristas que tentavam se esconder fossem obrigados a fugir, depois que dezenas deles foram mortos e feridos", declarou o vice-ministro do Exterior do Iêmen, general Saleh al-Zaweri.

Essa avaliação não contou com a anuência de Washington. As forças do JSOC vinham obtendo vitórias ocasionais sobre a AQPA, mas as Forças de Operações Especiais iemenitas eram vistas como preguiçosas e, de modo geral, incompetentes por seus colegas americanos, e a hipocrisia de Saleh muitas vezes redundava em coleta de informações de má qualidade. Em suma, havia no Iêmen aquilo que altas autoridades americanas classificavam como "escassez de informações consistentes".[6] As forças do JSOC estavam, com certeza, mais habilitadas a achar, atacar e acabar com seus alvos, mas essas operações exigiam um cuidadoso trabalho de Inteligência. "Todos os Land Rovers[7] são muito parecidos entre si", disse ao *Washington Post* um ex-agente de informações americano, de alta graduação e experiente em operações no Iêmen. "Você tem de ter alguma coisa que lhe diga que aquele ali é o que você

deve seguir." Historicamente, a CIA recrutara pessoal do JSOC e de outras unidades de operações especiais para missões letais, mas a ascensão do JSOC nos governos de Bush e Obama tinha alterado esse processo. O JSOC, como me disseram fontes militares, queria mandar no jogo — e a CIA não estava nada satisfeita com isso.

Em 25 de agosto, quando terminou a ofensiva de Lawdar, o *Washington Post* e o *Wall Street Journal* publicaram matérias de primeira página que se baseavam, como era evidente, em dados que a CIA e seus aliados no governo deixaram vazar. "Pela primeira vez[8] desde os ataques do Onze de Setembro, analistas da CIA veem uma das ramificações da Al-Qaeda — e não o núcleo do grupo, agora instalado no Paquistão — como a mais urgente ameaça à segurança dos Estados Unidos", começava a matéria do *Post*. O *Wall Street Journal* acrescentou que o governo estava avaliando planos para "montar um programa mais intenso[9] de assassinatos dirigidos no Iêmen". A matéria do *Post* atribuía a uma alta autoridade do governo, sem revelar seu nome, a afirmativa de que a AQPA estava "em ascensão"[10] e que, entre o Paquistão e o Iêmen, "os graus relativos de preocupação estão aumentando. Estamos agora mais preocupados com a AQPA do que antes". Essa fonte disse: "Estamos pensando em apelar a todos os recursos à nossa disposição", falando de planos para "uma escalada num período de meses".

Os vazamentos pareciam indicar um jogo de poder por parte da CIA para garantir um maior papel nas operações no Iêmen, que vinham sendo dominadas pelo JSOC. "Ninguém vai achar pedaços de bombas com marcas dos Estados Unidos nelas, disse a alta autoridade, referindo-se claramente ao ataque com mísseis Tomahawk a Al-Majalah, em dezembro de 2009, e ao ataque apoiado em informações falsas em Marib, que matou o vice-governador em sua missão de negociação. A autoridade deixou claro que a Casa Branca estava avaliando um plano para usar mais drones da CIA.

"A Agência tirou proveito[11] de todas as críticas feitas ao desempenho do JSOC como argumento para retomar o controle sobre as operações secretas", disse o coronel Lang, que durante a carreira trabalhou tanto com as Forças de

Operações Especiais quanto com a CIA, inclusive no Iêmen. "A concorrência entre os serviços militares clandestinos e a CIA é agora maior do que antes." Embora a CIA estivesse obviamente procurando conquistar vantagem em sua luta pelo poder com o JSOC em relação ao controle das operações no Iêmen, havia também um importante interesse estratégico, por parte do governo, em fazer uma mudança no comando da CIA: pôr as forças do JSOC sob a orientação da CIA permitiria, dentro das leis americanas, que "equipes de elite para caça-e-morte"[12] atuassem com muito mais liberdade no Iêmen sem o consentimento do governo local.

Em setembro de 2010, durante a visita que John Brennan, principal consultor de Obama para contraterrorismo, fez ao Iêmen, Saleh lançou mais uma ofensiva contra a AQPA,[13] dessa vez na cidade de Hawta, na província de Shabwah, a 95 quilômetros da casa de Anwar Awlaki. Liderados por unidades de contraterrorismo treinadas e armadas pelos Estados Unidos, comandos iemenitas sitiaram a cidade usando disparos de artilharia e ataques de helicópteros. Embora a importância da participação dos Estados Unidos na operação ainda seja sigilosa, autoridades militares confirmaram que forças americanas estiveram presentes. Em 20 de setembro, enquanto milhares de pessoas fugiam de suas casas, Brennan estava em Sana'a para se reunir com Saleh. A data escolhida pelo presidente Saleh para a ofensiva foi significativa, permitindo-lhe apontar a Brennan uma operação concreta e em andamento contra a AQPA. Enquanto Saleh e Brennan se reuniam, o grupo Amigos do Iêmen preparava-se para realizar reuniões em nível ministerial em Nova York para tratar de ajuda ao país. De acordo com uma declaração divulgada pelo NSC, Brennan e Saleh "discutiram colaboração[14] contra a ameaça permanente da Al-Qaeda, e Brennan transmitiu ao povo iemenita os pêsames dos Estados Unidos pela perda de autoridades de segurança e cidadãos iemenitas mortos em recentes ataques da Al-Qaeda". Embora publicamente o governo do Iêmen apregoasse seu êxito em Hawta e Lawdar, as operações redundaram em fracasso, já que os principais alvos da Al-Qaeda nos dois lugares fugiram e cresceu a fúria tribal contra o governo.

Na noite de 28 de outubro de 2010, um mês depois da reunião com Saleh, Brennan[15] recebeu um telefonema de seu amigo príncipe Mohammed bin Nayef. O Serviço de Informações saudita, disse o príncipe, descobrira um plano da AQPA para abater aviões de carga dos Estados Unidos. As bombas já estavam colocadas. Pouco depois das 22h30, Brennan avisou o presidente Obama de uma "possível ameaça terrorista"[16] ao território americano. A Inteligência saudita forneceu aos Estados Unidos e ao Reino Unido dados que permitiriam localizar[17] os pacotes que, segundo acreditava, continham explosivos. Quando Brennan soube da trama, um dos aviões que estaria levando uma bomba já tinha decolado de Sana'a. O pacote foi transferido para um avião da UPS e levado para a Alemanha, onde foi novamente transferido antes de chegar, às 2h13,[18] hora local, ao aeroporto de East Midlands, em Leicestershire, 160 quilômetros ao norte de Londres.

O pacote continha um cartucho de impressão equipado com um circuito impresso. Em vez de toner, tinha pólvora branca. Testes preliminares, realizados na Grã-Bretanha, inclusive com cães farejadores e equipamento de detecção de explosivos, indicaram que não se tratava de uma bomba. O pacote permaneceu na Grã-Bretanha para novos testes,[19] e o avião foi liberado, continuando a viagem para Filadélfia. Nesse ínterim, o pacote suspeito foi levado de helicóptero para análise ao Laboratório de Ciência e Tecnologia de Defesa,[20] em Fort Halstead. Revelou-se depois que a pólvora continha quatrocentos gramas de PETN, o mesmo explosivo usado na roupa de baixo de Abdulmutallab e no atentado malogrado contra o príncipe Bin Nayef. O pacote estava armado com um despertador ligado ao circuito impresso de um telefone celular Nokia. Posteriormente a Scotland Yard declarou que se a bomba não tivesse sido removida, "a ativação poderia ter ocorrido[21] sobre a costa leste dos Estados Unidos", estando a detonação prevista para ocorrer às 5h30, hora local. Uma alta autoridade britânica de contraterrorismo declarou ao *The Guardian* que o artefato era "um dos mais sofisticados[22] já vistos. O

olho nu não o detectaria, experientes peritos em bombas não o viram e é muito pouco provável que exames com raios X o localizassem". Uma segunda bomba, com trezentos gramas de PETN, foi descoberta em Dubai,[23] a bordo de um avião da FedEx. Tal como o outro pacote, fora enviado a uma organização judaica em Chicago. Ironicamente, nenhum dos dois endereços era válido. Os investigadores suspeitaram que os remetentes tinham obtido dados desatualizados pela intenet.

Embora endereçados a organizações judaicas em Chicago, os pacotes tinham como destinatários figuras históricas malvistas e mortas[24] havia muito tempo. Um deles tinha sido enviado a Diego de Deza, o cruel grande inquisidor que, durante um período, liderou a Inquisição espanhola. O outro era para Reynald Krak, cavaleiro francês da segunda cruzada, conhecido pelo assassinato em massa de muçulmanos. Krak acabou decapitado por Saladino, o guerreiro muçulmano que derrotou os cruzados no século XII.

Na sexta-feira, 29 de outubro, os americanos viram, pelo noticiário da TV, caças americanos escoltando um avião de carga num pouso de emergência[25] no aeroporto FJK. Mostraram-se imagens de outros aviões sendo revistados[26] nos aeroportos de Filadélfia e Newark, e correram rumores sobre outros pacotes perigosos. Naquela noite, o presidente Obama disse que os explosivos tinham constituído "uma ameaça terrorista digna de crédito".[27] Por fim, nenhuma das bombas detonou, e a especulação quanto a explosivos a bordo de outros aviões mostrou não ter fundamento. Assim que a ligação com o Iêmen ficou clara, não houve discussão alguma no governo: todos os olhos estavam fixados na AQPA.

Em novembro, a AQPA publicou um "número especial" da *Inspire*. A capa mostrava uma imagem borrada de um avião de carga da UPS, com uma manchete simples: "US$ 4200". Esse fora o custo, de acordo com a AQPA, das tentativas de atentados, que o grupo chamou de "operação hemorragia". A revista publicou fotografias que mostravam as bombas feitas com cartuchos de impressora antes de despachadas, bem como artigos que expunham os objetivos e detalhes técnicos das bombas. A AQPA alegou também ter

derrubado um avião da UPS meses antes, em 3 de setembro. "Tivemos êxito[28] em abater o avião da UPS, mas como os meios de comunicação do inimigo não atribuíram a operação a nós, permanecemos em silêncio para poder repetir a operação", declarou a revista. Com efeito, um avião da UPS acidentou-se naquele dia, matando dois membros da tripulação. Segundo investigadores, o acidente ocorreu depois de um incêndio no aparelho. Autoridades americanas desmentiram[29] que o acidente tivesse sido causado por um ataque terrorista. "Gostaríamos de perguntar: Por que o inimigo não revelou a verdade sobre o que aconteceu com o avião da UPS acidentado?", dizia a declaração da AQPA. "Será porque o inimigo não descobriu como o avião foi abatido? Ou porque o governo Obama quis esconder a verdade, de modo a não expor seu fracasso, sobretudo [...] num ano de eleição?" A AQPA chamou o 3 de setembro de "dia em que uma árvore caiu numa floresta sem ninguém ouvir".

Quanto às bombas de outubro, o "chefe de Operações Estrangeiras" da AQPA escreveu na *Inspire* que derrubar os aviões teria sido um bônus, mas que "o objetivo não era causar baixas máximas, e sim causar prejuízos máximos à economia americana.[30] Foi também por isso que escolhemos as duas empresas de carga aérea dos Estados Unidos, a FedEx e a UPS, para nossa operação dupla". Observando que o governo dos Estados Unidos e os de outros países provavelmente gastariam quantias substanciais para rever e mudar os procedimentos de segurança dos aeroportos, ele escreveu: "Ou você gasta bilhões de dólares para inspecionar cada pacote no mundo ou você nada faz e nós continuamos a tentar". Disse que haviam escolhido endereços em Chicago porque essa era a "cidade de Obama". A revista publicou também a fotografia de um surrado livro de Dickens, que Awlaki lera na prisão. "Estávamos muito otimistas quanto ao resultado dessa operação", escreveu o suposto chefe de Operações Estrangeiras. "Foi por isso que pusemos numa das caixas um romance intitulado *Grandes esperanças*."

Quatro dias depois da descoberta das bombas nos aviões de carga, o Iêmen indiciou Awlaki, in absentia,[31] com base em acusações não relacionadas com essa trama. A acusação oficial foi "incitar ao assassinato de estrangeiros e

membros de serviços de segurança". O juiz ordenou aos promotores que caçassem Awlaki e o trouxessem a juízo, vivo ou morto. Independentemente das acusações específicas contra Awlaki, ficou claro que o indiciamento fora coordenado com Washington e pretendia conferir legitimidade à perseguição e ao possível assassinato de Awlaki, ao mesmo tempo que mais uma vez jogava a responsabilidade nos ombros dos iemenitas.

O juiz John Bates, nomeado em 2001 pelo presidente George W. Bush, ouviu uma sustentação oral no processo Al-Awlaki v. Obama que contestava a inclusão de um cidadão americano na lista de pessoas a serem mortas elaborada pelo governo. "Como se explica a exigência de aprovação judicial[32] para que os Estados Unidos imponham vigilância eletrônica a um cidadão americano no exterior e ao mesmo tempo, segundo os réus, fica vedado o escrutínio judicial quando os Estados Unidos decidem pôr um cidadão americano no exterior numa lista de assassinatos dirigidos?", perguntou o juiz. Os advogados do governo insistiram que o caso de Anwar Awlaki era um segredo de Estado, dentro de uma política de segurança nacional determinada pelo presidente e não estava na esfera dos tribunais. O juiz Bates declarou o processo "uma causa singular e extraordinária" em que "estão em jogo considerações vitais de segurança nacional e de assuntos militares e de relações exteriores (e, portanto, possivelmente de segredos de Estado)". Bates perguntou: Pode um cidadão americano

> usar o sistema judicial dos Estados Unidos para reivindicar seus direitos constitucionais, ao mesmo tempo que procura escapar às autoridades de segurança dos Estados Unidos, instando pela "jihad contra o Ocidente" e atuando em planejamento operacional para uma organização que já realizou numerosos ataques terroristas contra os Estados Unidos? Pode o Executivo ordenar a morte de um cidadão americano sem primeiro abrir contra ele alguma forma de processo judicial, baseando-se na mera assertiva de que ele é um membro perigoso de uma organização terrorista?

E o juiz Bates concluiu: "Essas e outras questões legais e de política suscitadas por esse processo são controversas e de elevado interesse público".

No entanto, o juiz Bates extinguiu a causa em 7 de dezembro de 2010, por questões processuais, determinando que o pai de Anwar, Nasser, não tinha legitimidade para abrir um processo em nome do filho e que a causa não sobreviveria a uma revisão das "questões políticas" que levantava em relação à autoridade do presidente para fazer guerra. O juiz Bates concluiu que "as sérias questões referentes aos méritos da suposta autorização para o assassinato dirigido de um cidadão americano no exterior têm de esperar uma outra época".

Os advogados de Awlaki ficaram desapontados, mas não surpresos com a decisão. A CCR e a Aclu tinham passado oito anos lutando com o governo Bush por causa das mesmas questões, embora afirmassem que esse caso tinha implicações maiores. "Se a decisão do tribunal está correta,[33] o governo tem autoridade incontestável de levar a cabo o assassinato dirigido de qualquer americano, em qualquer lugar, desde que o presidente o considere uma ameaça à nação", disse Jameel Jaffer, da Aclu, ao ser anunciada a decisão. "Seria difícil imaginar uma afirmação mais incompatível com a Constituição ou mais perigosa para a liberdade americana." De certa forma, o processo Awlaki foi um microcosmo da mudança da atitude do presidente Obama em relação ao contraterrorismo, que passou a ser muito semelhante ao de seu antecessor: o presidente pode criar suas próprias regras.

43. "É provável que a cabeça de ponte da Al-Qaeda na Somália tenha sido facilitada"

SOMÁLIA, 2010 — Enquanto se desenrolava a batalha legal sobre a legitimidade do assassinato de um cidadão americano por seu próprio governo, a equipe de contraterrorismo da Casa Branca não estava preocupada apenas com Awlaki ou com a AQPA no Iêmen. Enfrentava também uma ameaça cada vez mais ampla na Somália, devido ao recente processo de fortalecimento e unificação de um movimento islâmico naquele país. O grupo militante Al-Shabab firmara um "acordo para unificação"[1] com a milícia Ras Kamboni, de Hassan Turki, com o objetivo explícito de "criar um Estado islâmico que ponha em vigor a *sharia*, a legislação islâmica". No entanto, o que mais preocupava a comunidade de contraterrorismo americana era o último ponto do acordo. "Com o fito de restaurar a dignidade danificada dos muçulmanos, seu poder político, sua força econômica e seu poderio militar, todos os muçulmanos na região devem se unir e pôr fim à hostilidade entre si, criada pelas potências coloniais", dizia a declaração. "Para impedir a invasão pelos cruzados internacionais e os ataques que eles vêm realizando contra o povo muçulmano, a jihad no Chifre da África deve se fundir com a jihad internacional, liderada pela rede Al-Qaeda e por seu amir xeque Osama bin Laden."

Para justificar sua aliança com a Al-Qaeda, a Al-Shabab fundiu seu apoio ao grupo terrorista com a resistência à agressão estrangeira. A possibilidade de

assumir essa postura era algo com que Osama bin Laden nem teria sonhado na década de 1990. E os erros de conduta e de cálculo de Washington tinham ajudado a levar a isso. "Os Estados Unidos lançaram ataques aéreos[2] contra membros de alto nível da Al-Shabab, que acreditavam vinculados à Al-Qaeda. No entanto, os especialistas afirmam que esses ataques só serviram para aumentar o apoio popular à Al-Shabab. Na verdade, afirmam que as únicas ações capazes de galvanizar a Al-Shabab e aumentar o apoio a essa organização na Somália são novos ataques por parte dos Estados Unidos ou uma volta das tropas etíopes", concluiu um informe da Comissão das Relações Exteriores do Senado no começo de 2010. "A Al-Qaeda é agora uma organização mais sofisticada e mais perigosa na África", declarava o informe, observando que "é provável que a cabeça de ponte [da Al-Qaeda] na Somália tenha sido facilitada pelo envolvimento das potências ocidentais e de seus aliados".

Embora a jihad da Al-Shabab, até aquele ponto, estivesse confinada aos limites da Somália, o grupo em breve faria acompanhar sua declaração formal de unidade com a Al-Qaeda atacando seus inimigos no próprio território deles.

Alguma coisa aconteceu a Ahmed Madobe, chefe de uma milícia somaliana, nos dois anos em que esteve sob custódia etíope depois de ter sido quase morto pelo JSOC, em 2007. Em 2009, Madobe fez um acordo[3] com os governos da Etiópia e da Somália pelo qual renunciaria à Al-Shabab e combateria ativamente essa organização. Depois disso, voltou para a sua região na Somália. Segundo suas palavras,[4] tinha planejado voltar para Jubba e tentar definir o melhor acordo que pudesse fazer. Se fosse com o governo somaliano, muito bem. Se não fosse, bem, uma vez guerrilheiro, sempre guerrilheiro.

Entretanto, ao voltar para sua região, Madobe descobriu que ela não era mais dele. Seu mentor, Hassan Turki, fundira a Ras Kamboni com a Al-Shabab e prometera fidelidade à Al-Qaeda. Madobe foi posto contra a parede pelos ex-companheiros: ou você está conosco ou está contra nós. Madobe diz que

tentou negociar um acordo de partilha de poder na região, mas a Al-Shabab o rejeitou. Por isso, ele ficou com a única opção real de que dispunha. Pelo menos é assim que prefere expor a situação. "A visão que eu tinha da Etiópia mudou bastante, da mesma forma que a que eu tinha da política internacional na Somália", ele me disse. No começo de 2010, Madobe anunciou[5] que suas forças estavam em guerra com a Al-Shabab e que apoiavam o governo da Somália. E ficou evidente que ele forjara uma nova relação com os etíopes, que durante muito tempo haviam financiado vários chefes de milícias e políticos somalianos. "Estávamos lutando contra os etíopes e os americanos, e os considerávamos inimigos", afirmou.

> Mas esses sujeitos da Al-Shabab são piores do que eles, pois conspurcaram a imagem do Islã e os valores de nosso povo. Por isso, agora, as divergências entre mim, os etíopes e os Estados Unidos são pequenas em comparação com as divergências que tenho com a Al-Shabab.

A aliança de Turki com a Al-Shabab causava especial preocupação aos Estados Unidos, uma vez que dava à aliança o controle total da importante cidade portuária de Kismayo. O controle desse porto, junto com o dos "portos secundários de Marka e Baraawe [...] tornou-se a principal fonte de renda[6] para [a Al-Shabab]", segundo um relatório da ONU. A Al-Shabab "recebe entre 35 milhões e 50 milhões de dólares anuais em receitas portuárias, dos quais pelo menos 15 milhões são provenientes do comércio de carvão e açúcar". Os Estados Unidos queriam interromper esses fluxos de caixa, e por isso começaram a apoiar Ahmed Madobe, ex-membro da União das Cortes Islâmicas que o JSOC tentara matar em 2007. Madobe fora no passado aliado da Al-Shabab e da milícia Ras Kamboni, de Hassan Turki. Madobe e seus homens começaram a receber "treinamento e apoio"[7] de forças militares quenianas apoiadas pelos Estados Unidos. Trafegavam em caminhonetes novas, dotadas de metralhadoras, e, durante batalhas com forças da Al-Shabab, recebiam apoio de artilharia de forças quenianas e apoio aéreo de helicópteros militares. Madobe tornou-se integrante de uma nova geração de chefes de milícias cooptados dos destroços da União das Cortes Islâmicas. Não seria o último.

A Copa de 2010 — o mais famoso evento esportivo do mundo — realizou-se na África do Sul. Pela primeira vez, as finais foram disputadas em cidades africanas, e todo o continente se transformou numa gigantesca arena. Enormes telões foram montados em campos e estádios, e os jogos foram exibidos por televisores em todos os bares, restaurantes e cafés. Uganda não foi exceção. Em 11 de julho de 2010, no bairro de Kabalagala, na capital, Kampala, uma multidão, formada sobretudo de estrangeiros, assistia à final da Copa, entre a Holanda e a Espanha, no restaurante Ethiopian Village.[8] Quando acabou o primeiro tempo,[9] o jogo estava empatado em zero a zero. Bum! Uma explosão sacudiu o restaurante. Quinze pessoas morreram e dezenas ficaram feridas, entre elas seis missionários menonitas. Quando a partida chegou ao último minuto do tempo regulamentar,[10] uma segunda explosão aconteceu no Kyadondo Rugby Club,[11] em Nakawa, alguns quilômetros ao norte. Seguiu-se uma terceira explosão na base de um telão em torno do qual muitas pessoas viam o jogo. Ao todo, 64 pessoas, na maioria ugandenses, morreram nas explosões de Nakawa. Um assistente social americano de 25 anos também morreu. Uma cabeça encontrada no local[12] seria de um somaliano, que as autoridades ugandenses supunham ser um homem-bomba. Um colete com explosivos, não detonados, foi encontrado depois.

Logo após o duplo atentado, as especulações apontavam para a Al-Shabab. No entanto, o grupo nunca executara ataques fora das fronteiras da Somália. Membros subalternos da Al-Shabab comemoraram os ataques — um deles declarou que estava "muito feliz"[13] —, mas não assumiram a autoria das explosões. No dia 12 de julho, porém, o xeque Alo Mohamud Rage, porta-voz da Al-Shabab, anunciou, orgulhoso, que o grupo estava por trás dos atentados. "Realizaremos ataques[14] contra nossos inimigos onde eles estiverem", disse. "Ninguém há de nos impedir de cumprir nosso dever islâmico." E acrescentou: "Agradecemos aos mujahedin[15] que levaram a cabo o ataque.

Estamos enviando uma mensagem a Uganda e ao Burundi: se eles não retirarem da Somália as tropas que enviaram para a Amisom, as explosões continuarão, com certeza". Enquanto os vizinhos de Uganda e da Somália entravam em estado de alerta vermelho, em Mogadíscio a Al-Shabab preparava uma grande campanha para derrubar o frágil governo que a Amisom estava protegendo.

Nos dois primeiros anos do governo Obama, a política externa dos Estados Unidos concentrou-se sobretudo no Afeganistão e no Iraque — e envolveu-se numa controvérsia sobre a prisão de Guantánamo —, mas em 2010 a Somália começou a se tornar uma importante área de preocupação. O JSOC havia realizado várias operações no país, com destaque para a que matara Saleh Ali Saleh Nabhan, líder da Al-Qaeda na África Oriental. Entretanto, à medida que os Estados Unidos ampliavam seus ataques, a Al-Shabab parecia tornar-se mais ousada. A cada semana, o grupo aumentava o território sob seu controle. Das organizações filiadas à Al-Qaeda, a Al-Shabab era a que controlava a maior faixa de terra. Em 2010, a Somália ganhou a discutível honra de ser considerada a capital mundial do terrorismo,[16] no Índice Global de Risco de Terrorismo da Maplecroft, com nada menos que 556 ataques terroristas entre junho de 2009 e junho de 2010, que redundaram na morte de 1437 pessoas. A retórica da Casa Branca contra a Al-Shabab tornou-se cada vez mais belicosa, e Obama emitiu a Ordem Executiva 13536, declarando que era uma "emergência nacional[17] enfrentar a ameaça [da Somália]". Entre as preocupações mais sérias identificadas pela comunidade de contraterrorismo dos Estados Unidos estava a questão de combatentes estrangeiros, sobretudo originários dos Estados Unidos, que tinham sido utilizados em ataques suicidas.

Em 5 de agosto de 2010, o procurador-geral Eric Holder anunciou o indiciamento de catorze pessoas, residentes nos Estados Unidos, acusadas de prestar apoio material à Al-Shabab. "Esses indiciamentos e prisões[18] — nos

estados de Minnesota, Alabama e Califórnia — tornam mais claro um canal mortífero pelo qual foram enviados, à Al-Shabab, recursos e combatentes originários de cidades em todos os Estados Unidos", declarou Holder.

> Embora nossas investigações estejam ocorrendo em todo o país, essas prisões e acusações devem servir como uma advertência inequívoca a quem estiver pretendendo aderir a grupos terroristas como a Al-Shabab, ou apoiá-los: se você optar por esse caminho, pode ter certeza de que se verá numa cela de prisão americana, ou será mais uma baixa num campo de batalha da Somália.

Moradores de Mogadíscio começaram a relatar a passagem habitual de aviões de reconhecimento sobre a capital.

O governo Obama estava aumentando suas operações. No entanto, o mesmo fazia a Al-Shabab. Em 22 de agosto de 2010, a organização lançou o que o Grupo de Monitoramento da ONU na Somália e na Eritreia classificou como "sua mais importante campanha militar[19] desde maio de 2009". O xeque Rage deu uma entrevista coletiva em 23 de agosto para anunciar uma "guerra de vulto"[20] para derrubar de uma vez por todas o governo somaliano apoiado pelos Estados Unidos.

A Al-Shabab vinha mobilizando combatentes havia meses, preparando-se para a fartamente anunciada ofensiva da Amisom que só viria a ocorrer muito depois. Com um contingente estimado entre 2500 e 5 mil militantes, a Al-Shabab executou ataques diretos contra a Villa Somalia e outras sedes do governo, e tentou repelir forças do governo somaliano e da Amisom em bairros importantes de Mogadíscio. Pelo menos oitenta pessoas foram mortas e dezenas ficaram feridas durante uma semana de intensa violência,[21] de 23 a 30 de agosto. Entre outros incidentes de monta, cabe citar um ataque ao palácio presidencial, em 30 de agosto, e um atentado a bomba, que deixou muitos mortos,[22] no dia seguinte. No segundo dia dessa "Ofensiva do Ramadã", em 24 de agosto, três milicianos antigovernistas, disfarçados de soldados do governo somaliano, sitiaram o Muna Hotel,[23] situado a algumas centenas de metros da Villa Somalia. O ataque, que envolveu dois suicidas, matou pelo menos 33 pessoas, entre as quais vários parlamentares. Após o

ataque, forças do governo somaliano amarraram os restos[24] de um dos militantes da Al-Shabab à traseira de um veículo e desfilaram com ele pela cidade.

"Esse foi um ato particularmente ultrajante[25] durante o mês islâmico do Ramadã", disse John Brennan, o principal consultor de contraterrorismo de Obama, no dia do ataque ao hotel. "Os Estados Unidos continuarão a apoiar aqueles que se opõem ao terrorismo, ao extremismo e à violência em todas as suas formas, e continuarão a trabalhar estreitamente com essas pessoas na África, principalmente no Chifre da África e na Somália."

Duas semanas depois, em 9 de setembro de 2010, o aeroporto foi vítima de um ataque com dois carros-bomba,[26] durante a visita de uma delegação internacional que incluía o representante especial do secretário-geral da ONU e o representante especial do presidente da União Africana. Essas autoridades saíram incólumes, embora os ataques — e a luta que se seguiu — tenham custado a vida de dois soldados da Amisom e de pelo menos cinco civis. De acordo com o grupo de monitoramento Ameaças Críticas, os combates haviam desalojado 23 mil residentes[27] de Mogadíscio no fim de setembro.

Várias batalhas continuaram a sacudir Mogadíscio durante o mês de setembro. A Al-Shabab obteve ganhos expressivos nos primeiros momentos da ofensiva, embora a operação acabasse por fazer a Amisom empregar mais 2 mil soldados. A ofensiva acabou sendo repelida. Um fator importante para a derrota da Al-Shabab, segundo o Grupo de Monitoramento da ONU, pode ter sido a "dependência exagerada [da Al-Shabab] de crianças[28] incapazes de resistir às tropas da Amisom ou, em menor grau", a forças do governo e a milícias pró-governo. Segundo informações, a Al-Shabab sofreu pesadas baixas, tanto entre combatentes como entre comandantes de alta graduação, e em alguns casos perdeu territórios para as forças do governo. Por fim, a ofensiva da Al-Shabab conseguiu, até certo ponto, desestabilizar ainda mais um governo somaliano que já estava em situação crítica. Além disso, provocou um debate interno na própria Al-Shabab e na Al-Qaeda quanto a suas táticas e a conveniência de tentar manter territórios ou de tentar capturar

toda a capital. Nesse ínterim, a CIA estava expandindo sua presença em Mogadíscio.

44. "Anwar Awlaki [...] com certeza tem um míssil em seu futuro"

IÊMEN, 2011 — Em janeiro de 2011, um tribunal do Iêmen condenou o jornalista iemenita Abdulelah Haider Shaye por acusações relacionadas a terrorismo[1] e lhe impôs uma sentença de cinco anos de reclusão, a que se seguiriam dois anos de movimentação restrita e vigilância. Durante todo o julgamento, Shaye recusou-se a reconhecer a legitimidade do tribunal e a apresentar uma defesa. Para a organização Human Rights Watch, o tribunal especial que o julgou "não cumpria as normas internacionais[2] de processo legal justo", e seus advogados alegaram que as poucas "provas" apresentadas contra ele baseavam-se em documentos forjados. "O que ocorreu foi uma decisão política, e não judicial. Não tem base legal",[3] disse Abdulrahman Barman, advogado de Shaye, que boicotou o julgamento. "Tendo assistido ao julgamento,[4] posso dizer que foi uma farsa total", disse a jornalista Iona Craig, do *Times* londrino.

Vários grupos internacionais de direitos humanos condenaram o julgamento como uma farsa e uma injustiça. "Há fortes indícios[5] de que as acusações contra [Shaye] são fraudulentas e que ele foi preso apenas por ousar manifestar-se a respeito da colaboração dos Estados Unidos no ataque a um depósito de munições ocorrido no Iêmen", disse Philip Luther, da Anistia Internacional.

Sem dúvida alguma, Shaye estava fazendo reportagens que tanto o governo do Iêmen quanto o dos Estados Unidos queriam suprimir. Estava também entrevistando uma pessoa que Washington vinha caçando, ou seja, Anwar Awlaki. Embora o governo do Iêmen e dos Estados Unidos alegassem que ele promovia a propaganda da Al-Qaeda, observadores atentos do Iêmen discordavam. "É difícil exagerar[6] a importância de seu trabalho", declarou Gregory Johnsen, professor da Universidade de Princeton, que vinha se comunicando com Shaye desde 2008 e me disse:

> Sem as reportagens e entrevistas de Shaye, saberíamos muito menos sobre a Al-Qaeda na Península Arábica do que sabemos, e se acreditarmos, como eu acredito, que conhecer os inimigos é importante para definir uma estratégia destinada a derrotá-los, nesse caso sua prisão e sua posterior detenção deixaram uma lacuna em nosso conhecimento que ainda não foi preenchida.

Depois da condenação e da sentença de Shaye, líderes tribais pressionaram o presidente Saleh para que lhe concedesse anistia. "Alguns iemenitas de destaque e xeques tribais visitaram o presidente para atuar como mediadores na questão, e Saleh concordou em libertá-lo e perdoá-lo", recordou Barman. "Estávamos esperando a divulgação do perdão [...]. O documento já estava impresso e pronto para que o presidente o assinasse e o anunciasse no dia seguinte." A notícia do perdão iminente vazou na imprensa iemenita. Nesse dia, 2 de janeiro de 2011, o presidente Saleh recebeu um telefonema do presidente Obama.[7] Os dois falaram a respeito de cooperação na área de contraterrorismo e da batalha contra a AQPA. No fim da conversa, Obama "expressou preocupação" quanto à libertação de Shaye, que, disse ele, "fora condenado a cinco anos de prisão por sua ligação com a AQPA". De fato, Shaye ainda não tinha sido libertado quando se deu esse telefonema, mas seu perdão já estava preparado e só faltava a assinatura de Saleh. Não era inusitado que a Casa Branca expressasse preocupação com o fato de o Iêmen permitir que suspeitos de ligação com a AQPA fossem soltos. Fugas mal explicadas de militantes islâmicos presos tinham sido comuns no Iêmen na década anterior, e sabia-se que Saleh explorava a ameaça do terrorismo para arrancar dinheiro

dos Estados Unidos para a luta antiterrorista. Entretanto, esse caso era diferente: Abdulelah Haider Shaye não era um militante islâmico ou um quadro operacional da Al-Qaeda. Era um jornalista. Depois da ligação de Obama, Saleh rasgou o perdão. De acordo com Johnsen:

> Evidentemente, as reportagens de Shaye traziam embaraço para o governo americano e o iemenita, pois numa época em que ambos tentavam, sem sucesso, matar líderes importantes da AQPA, esse jornalista, usando só sua câmera e seu computador, era capaz de localizar esses mesmos líderes e entrevistá-los [...]. Não existem dados públicos que levem a crer que Abdulelah fosse algo mais que um jornalista tratando de realizar seu trabalho, e não está claro por que o governo americano ou o iemenita se recusam a apresentar as informações que afirmam ter.

Shaye fez uma breve greve de fome[8] em protesto contra sua prisão, interrompida depois que a família manifestou preocupação com sua saúde em deterioração. Enquanto entidades internacionais de jornalismo, como o Comitê para a Proteção dos Jornalistas, a Federação Internacional de Jornalistas e a organização Repórteres sem Fronteiras, pediam a libertação de Shaye, seu caso recebia pouca atenção nos Estados Unidos. No Iêmen, jornalistas, ativistas de direitos humanos e advogados alegavam que ele estava preso a pedido dos Estados Unidos. Beth Gosselin, porta-voz do Departamento de Estado, disse-me que os Estados Unidos desejavam mantê-lo preso. "Continuamos preocupados[9] com a possível libertação de Shaye devido à sua associação com a Al-Qaeda na Península Arábica. Apoiamos os comentários do presidente." Quando lhe perguntei se o governo dos Estados Unidos deveria apresentar fatos que legitimassem sua afirmação de que Shaye tinha ligações com a AQPA, Gosselin respondeu: "Isso é tudo o que temos a declarar sobre esse caso".

A jornalista Iona Craig, do *Times*, de Londres, fez perguntas ao embaixador americano no Iêmen, Gerald Feierstein, sobre o caso Shaye. Segundo ela, Feierstein riu antes de responder. "Shaye foi para a cadeia[10] porque estava promovendo a Al-Qaeda e seus planos de ataques a americanos, e por isso temos um interesse muito direto em seu processo e em sua prisão", disse.

Quando a jornalista aludiu às ondas de choque que a prisão causara na comunidade jornalística do Iêmen, Feierstein respondeu: "Isso nada tem a ver com jornalismo, e sim com o fato de que ele estava ajudando a AQPA, e se eles [os jornalistas iemenitas] não fizerem isso, não precisam se preocupar conosco".

Para muitos jornalistas do Iêmen, os "fatos" divulgados sobre o modo como Shaye estava "ajudando" a AQPA mostravam que simplesmente entrevistar pessoas ligadas a Al-Qaeda ou noticiar mortes de civis causadas por ataques americanos era crime no entender do governo dos Estados Unidos. "Creio que o pior em relação a esse caso é que não só um jornalista independente está sendo mantido na prisão pelos Estados Unidos, por procuração", disse Iona Craig, "como também que os americanos conseguiram [intimidar] outros jornalistas iemenitas que investigavam ataques aéreos contra civis e, mais importante, que responsabilizavam seu próprio governo. Shaye fez as duas coisas." E Craig acrescentou: "Com o enorme aumento de ataques aéreos do governo e com os ataques americanos com drones, o Iêmen precisa que jornalistas como Shaye noticiem o que realmente está acontecendo".

O governo dos Estados Unidos tinha fechado o blog de Anwar Awlaki, e o "imã da internet" não tinha presença alguma on-line, a não ser por meio de seus ensaios na revista *Inspire*. O único jornalista que ousava entrevistá-lo estava preso. Agora a Casa Branca queria acabar o trabalho. Enquanto levava adiante seus planos para matar Awlaki, a Casa Branca despachou o principal advogado do governo, o procurador-geral Eric Holder, para uma entrevista no principal noticiário matutino da rede de televisão ABC, *Good Morning America*. A entrevista foi divulgada como um "Aviso claro sobre ataques terroristas". Um letreiro anunciava que a ameaça de "Terror vindo de dentro do país" causava ao procurador-geral "noites insones". Holder declarou: "Estou dando esta entrevista para conscientizar as pessoas quanto ao fato de que a ameaça é real, a ameaça é diferente, a ameaça é constante".[11] Acrescentou:

> A ameaça, que era de apenas temer que estrangeiros viessem para cá, mudou. Agora há a ameaça de que pessoas nos Estados Unidos, cidadãos americanos — criados aqui, nascidos aqui —, por alguma razão decidiram que vão se radicalizar e pegar em armas contra a nação em que nasceram.

Imagens de Anwar Awlaki apareceram na tela, acompanhadas de um letreiro: "Nova ameaça importante de terrorismo: clérigo que rivaliza com Bin Laden".

O repórter falou sobre o caso do "Homem da Bomba na Cueca", que tentou derrubar o voo da Northwest Airlines no dia de Natal, e das tentativas de explodir os aviões de carga. Awlaki é "um homem extremamente perigoso. Vem demonstrando desejo de causar prejuízos aos Estados Unidos, de atacar o território americano", disse Holder. "Ele é uma pessoa que […] como cidadão americano […] conhece bem este país e representa uma dimensão, por causa desse conhecimento, que os outros não têm." O perigo que Awlaki representava para os Estados Unidos, disse Holder, era a capacidade de incitar terroristas em potencial à ação. "A capacidade de entrar em sua casa, ligar seu computador, encontrar um site que expele esse tipo de ódio […] eles têm a capacidade de fazer com que alguém que esteja apenas interessado, talvez em dúvida, queira passar para o outro lado", disse. Awlaki "estaria na mesma lista de Bin Laden". O repórter perguntou a Holder se os Estados Unidos preferiam capturar Awlaki e julgá-lo ou matá-lo imediatamente. "Bem, é certo que desejamos neutralizá-lo. E faremos todo o possível para atingir esse objetivo", respondeu Holder.

Awlaki alcançara agora um status épico, como o maior criminoso americano do planeta. Os advogados da Aclu e do CCR, que se esforçavam para evitar que o governo matasse Awlaki, espantaram-se com o fato de o governo não apresentar indícios que dessem respaldo às afirmações que Holder e outras autoridades vinham fazendo publicamente, nos meios de comunicação, e por meio de vazamento de informações a um grupo seleto de jornalistas. "Mesmo que aquilo que [Awlaki] está dizendo[12] seja crime, que o acusem, que o julguem. Isso ainda não é uma razão para fazer um drone entrar no Iêmen e matá-lo", disse-me Pardiss Kebriaei, um de seus advogados. "Não importa o

que as pessoas achem, nem o que ele esteja dizendo, mesmo que ele tenha passado dos limites, o fato é que o governo não pode simplesmente determinar, com base numa vaga alegação de ameaça, que ele deve ser morto sem o devido processo legal."

O governo Obama discordava.

O tempo no jogo de gato e rato entre os drones americanos e Awlaki estava passando. Obama estava mobilizando equipes do JSOC e da CIA para caçá-lo e matá-lo. Malcolm Nance, ex-agente de informações da Marinha, disse-me na época que Awlaki era "perigoso numa escala estratégica" e que ele "sem dúvida tem um míssil em seu futuro.[13] Não se poder permitir [que ele] molde ideologicamente o campo de batalha e transforme isso em capacidade de combate".

Pouco depois do episódio em que o atentado contra o avião de carga foi evitado, meios de comunicação britânicos anunciaram que as forças do SAS estavam atuando no Iêmen ao lado do JSOC e do CTU iemenita "em missões para matar ou capturar[14] líderes da AQPA. Em fevereiro de 2011, o diretor do Centro Nacional de Contraterrorismo, Michael Leiter, fez uma exposição ao Congresso a respeito das principais ameaças enfrentadas pelos Estados Unidos em todo o mundo. "A Al-Qaeda na Península Arábica,[15] tendo Awlaki como líder dessa organização, é, com certeza, o risco mais importante para o território americano", declarou ele à Comissão de Segurança Interna da Câmara. "Awlaki é o mais conhecido ideólogo de língua inglesa que vem falando diretamente às pessoas aqui nos Estados Unidos."

Joshua Foust, ex-analista da DIA, assim descreveu a reação de Obama na época: "Ele enviou imediatamente drones[16] e caras das Operações Especiais ao Iêmen. Foi na mesma hora: 'Vamos mandar o JSOC'. Mandem os ninjas". Sem dar detalhes, que disse serem sigilosos, Foust afirmou que acompanhara operações de assassinato dirigido que, segundo ele acreditava, eram justificadas e não eram "em teoria ruins". No entanto, ele me disse também que estava muito preocupado com as normas que vinham sendo usadas para determinar quais pessoas seriam visadas. "Francamente, quando trabalhei com

o Iêmen, passava-se a maior parte do tempo discutindo" com o Comando de Operações Especiais-Iêmen e outros analistas da DIA "sobre normas probatórias", disse ele.

> Para mim, a norma probatória para matar pessoas é assustadoramente baixa. Creio que se resume a três relatórios diferentes e comprovados de Humint. Só isso? Num tribunal, isso não passaria de disse me disse. Não entendo como as pessoas podem se sentir tão tranquilas com relação a matar gente com indícios tão ralos [...]. Se você vai matar alguém, precisa ter uma razão muito forte para isso e precisa de provas absolutamente seguras de que essa morte vai promover materialmente seus interesses. E simplesmente esse não é o caso.

Por fim, afirmou Foust, o chefe da unidade da DIA "disse que eu não me metesse e me calasse".

45. O curioso caso de Raymond Davis: Ato I

PAQUISTÃO, 2011 — O americano corpulento de 36 anos passaria despercebido em sua cidadezinha, Big Stone Gap,[1] aninhada no interior rural e montanhoso do sudoeste da Virgínia. Com sua camisa xadrez de flanela, calça jeans e a barba por fazer, um tanto grisalha, ele talvez só chamasse a atenção pela escolha do veículo: um Honda Civic branco, e não uma caminhonete. Mas em 27 de janeiro de 2011, Raymond Davis não estava dirigindo seu carro em Big Stone Gap, na Virgínia. Estava do outro lado do mundo, preso no tráfego congestionado e caótico da segunda cidade do Paquistão, Lahore.[2] Ali, o Honda Civic não chamava mesmo a atenção. Pertencia a uma locadora da cidade, e sua placa, de Lahore, era LEC-10/5545.

Talvez nunca se venha a saber direito, em detalhes, o que aconteceu no cruzamento de Mozang Chowk naquele dia. Mais obscuro ainda é quem é mesmo Raymond Davis e o que ele estava fazendo em Lahore — ou no Paquistão de modo geral. Momentos depois que o carro de Davis parou, três pessoas foram mortas, o americano estava sendo levado para uma conhecida prisão em Lahore, multidões de paquistaneses furiosos exigiam sua execução e se desenrolava a mais grave crise diplomática entre o governo paquistanês e o americano desde o incêndio e o saque da embaixada dos Estados Unidos em Islamabad em 1979.

A se dar crédito à versão oficial do que ocorreu naquele dia, na palavra de Davis e de altas autoridades americanas, inclusive o presidente Obama, Raymond Davis trabalhava no consulado dos Estados Unidos em Lahore, era

um burocrata que carimbava passaportes e realizava trabalhos administrativos — em essência, um escriturário — que se viu no lugar errado e na hora errada, numa cidade muito perigosa. De acordo com essa versão da história, Davis foi vítima de uma tentativa de assalto a mão armada por dois marginais que o seguiram numa motocicleta depois que ele fez um saque num caixa automático.[3] Quando Davis parou no congestionamento, os meliantes pararam diante de seu carro,[4] um deles brandindo uma arma. Temendo por sua vida, Davis puxou sua pistola Glock semiautomática de nove milímetros e disparou, através do para-brisa, contra os homens, em legítima defesa. Depois de uma breve perseguição de carro, a polícia do Punjab deteve Davis.[5] Ele tinha consigo um passaporte diplomático, que lhe dava imunidade. O presidente Obama referiu-se a Davis como "nosso diplomata".[6] Pelas Convenções de Viena,[7] nenhuma acusação criminal podia ser feita legalmente a ele no Paquistão, e Davis deveria ter sido devolvido à custódia americana. Caso encerrado.

Aceitar essa versão da história exige crer que um funcionário administrativo do consulado teria bastante sangue-frio e destreza com uma Glock para reagir com a precisão de um pistoleiro a uma tentativa de assalto, abatendo dois assaltantes depois de disparar sua arma por trás do volante e através do para-brisa do carro. Isso seria um feito notável para um "assessor técnico"[8] ou um membro da "equipe administrativa", como as autoridades americanas se referiram a Davis. Os diplomatas americanos no Paquistão não estão autorizados[9] a portar armas. Não importa.

Essa, naturalmente, não era toda a história. Na verdade, a versão oficial pode não conter nem uma gota de verdade substancial, a não ser o óbvio: que um americano chamado Raymond Davis matou dois paquistaneses em pleno dia num cruzamento em Lahore. Os elementos essenciais dessa história não são o passaporte diplomático de Raymond Davis, que tipo de visto lhe fora concedido ou o fato de os Estados Unidos terem pedido publicamente sua libertação depois que ele foi preso. Tudo isso são pormenores de uma versão

de acobertamento, parte da qual fora concebida com antecedência. Outra parte foi atamancada às pressas.

A prisão de Kot Lackpat, nos subúrbios de Lahore, abriga dezenas de suspeitos de militância e terroristas acusados — homens cujo maior prazer seria ter a oportunidade de degolar, na calada da noite, um americano suspeito de espionagem. Foi para essa cadeia que Raymond Davis acabou sendo levado depois de uma breve perseguição de carro, em Lahore, que terminou com sua detenção, pela polícia, no velho bazar de Anarkali.[10] Davis não foi posto com a população carcerária geral, e sim numa cela isolada na "área de segurança máxima"[11] da cadeia. Assim que ele chegou, cerca de 25 suspeitos de serem "jihadis" foram transferidos da cadeia.[12] Para maior segurança, os Punjab Rangers,[13] um contingente de paramilitares, foram levados para cercar essa ala da cadeia. Isso foi explicado como uma medida de segurança para proteger Davis, mas tinha também outra finalidade:[14] garantir que ninguém viesse libertar o americano. O Serviço de Informações paquistanês sabia de coisas a respeito de Davis que faziam crer que isso podia ocorrer.

Pouco depois de sua prisão, Davis foi levado a uma sala. Alguém ali fotografou, em imagens granuladas,[15] seu interrogatório. "Preciso informar à embaixada onde estou. Digam-me apenas o nome desta rua", insistiu Davis. "Você é americano?", gritou alguém. "Sou", respondeu ele. Ainda usando seus crachás de identificação do governo americano em torno do pescoço, Davis levantou-os um a um para que seus interrogadores os vissem. "Você é da embaixada americana?", um deles perguntou. "Não. Sou do consulado geral. Não temos embaixador […] aqui, em Lahore. Só trabalho como consultor lá", respondeu Davis, acrescentando que trabalhava no Escritório de Assuntos Regionais, o RAO [*Regional Affairs Office*]. Ofereceram a Davis um copo d'água, mas, em vez disso, Davis pediu uma garrafa d'água. "Ah, água pura!", um dos interrogadores exclamou, provocando risos na sala. "Sem dinheiro, nada de água", acrescentou o homem, causando mais risos. Prosseguiu o interrogatório. Por fim, Davis assinou um depoimento, em que afirmava sua versão de que tinha disparado os tiros em legítima defesa e que os mortos

eram assaltantes. Davis pediu várias vezes seu passaporte, que, segundo ele, provaria que era diplomata. "Podem procurar meu passaporte no carro?", perguntou, acrescentando que o documento estava sob o assento ou poderia ter caído na rua quando ele foi preso.

As autoridades paquistanesas já estavam vasculhando o carro de Davis, mas seu passaporte seria a coisa menos interessante[16] que nele descobririam. Já tinham recuperado a Glock de nove milímetros, junto com um estoque de munição, inclusive cinco pentes. No carro, descobriram dois pentes de munição, vazios, para a pistola de nove milímetros, e outra arma semiautomática, além de sua munição. À medida que continuava a investigação de Davis e de seu carro, descobriu-se um esconderijo de suprimentos que prejudicaria seriamente a credibilidade das afirmações de Davis sobre sua condição de diplomata ou de mero funcionário técnico do consulado. Entre as coisas achadas havia equipamento de visão noturna, múltiplas identidades,[17] vários cartões de caixas eletrônicos, máscaras,[18] um conjunto de maquiagem usado para disfarce, um conjunto de sobrevivência, uma lanterna para ser usada na testa, equipamento de infravermelho, um telefone via satélite e diversos cortadores de arame e facas. Ele tinha também uma passagem aérea. Segundo fontes da segurança paquistanesa, citadas pelo *Express Tribune*, uma verificação dos números em seus diversos celulares revelou chamadas para 27 militantes[19] do grupo terrorista Lashkar-e-Jhangvi e do Tehrik-e-Taliban, o Talibã paquistanês. No cartão de memória da câmera de Davis, os detetives acharam fotos de escolas religiosas[20] e instituições públicas e militares[21] perto da fronteira com a Índia. Encontraram também uma cédula de identidade que mostrava Davis como prestador de serviços para o DoD dos Estados Unidos.[22]

Nesse ínterim, nos Estados Unidos, repórteres haviam localizado a mulher de Davis, Rebecca, na casa em que moravam, em Highlands Ranch, perto de Denver, Colorado. Ela pediu que ligassem para um telefone cujo número lhe fora fornecido pelo governo americano. O telefone ficava na sede da CIA,[23] em Langley, na Virgínia.

Durante seu interrogatório, David declarou que vinha do consulado americano quando se deu a tentativa de assalto. Entretanto, de acordo com o GPS instalado em seu carro, ele viera de uma residência particular no luxuoso Upper Mall, em Scotch Corner, na zona leste de Lahore. "O acusado omitiu isso",[24] observou depois um relatório da polícia. "Ele se recusou a responder a todas as perguntas no decorrer das investigações, dizendo que o consulado americano lhe proibira responder a qualquer pergunta." A casa da qual Davis saíra naquele dia, a confiarmos nos dados do GPS recuperado, era bastante conhecida pela Agência de Informações do Paquistão.[25]

"Rapaz, isso parece um romance de ficção científica militar",[26] pensou o tenente-coronel Anthony Shaffer, segundo relatou, no momento em que soube da prisão de Davis. "O jogo de espionagem entre a Agência de Informações do Paquistão, a ISI e a CIA ficou muito pior." Schaffer, veterano operador clandestino que trabalhara para a CIA e para a DIA em operações de sigilo máximo, coordenou o programa de Inteligência Humana no Afeganistão nas primeiras fases da guerra no país e planejou incursões secretas no Paquistão. Sabia da gravidade da situação quando os paquistaneses prenderam Davis. "O nível mais elevado do governo Obama provavelmente não conhecia todos os detalhes do que estava acontecendo", disse Schaffer.

Muito antes dos tiros em Mozang Chowk, a ISI sabia que Raymond Davis não era diplomata e que não estava se esfalfando no consulado americano carimbando passaportes.

Davis chegara ao Paquistão[27] uma semana antes dos tiros em Lahore, mas aquela não era a primeira vez que entrava no país. Ele era um experiente membro das Forças Especiais, um ex-boina-verde que servira como sargento de armas na área de Operações Especiais.[28] Sua última função nas Forças Armadas tinha sido no 3º Grupo de Forças Especiais, baseado em Fort Bragg, onde o JSOC tinha seu quartel-general. Em 2003, quando a ocupação do Iraque chegava ao auge, Davis deixou as Forças Armadas[29] para se tornar prestador

de serviços particular, o que viria a situá-lo no cerne das operações secretas e clandestinas americanas. Sua primeira viagem ao Paquistão de que se tem notícia foi feita em dezembro de 2008, quando ele começou a trabalhar para a famigerada empresa de segurança privada Blackwater,[30] que tinha um contrato secreto com a CIA. Seu trabalho como prestador de serviços para a Equipe de Resposta Global (Global Response Staff, GRS) da Agência consistia em dar proteção a quadros operacionais da CIA enviados ao Paquistão como parte da presença cada vez maior de pessoal da Agência para coordenar a guerra secreta de Washington naquele país. O trabalho muitas vezes o punha em contato direto com oficiais que se reuniam com fontes secretas ou preparavam operações delicadas. Sua fachada oficial[31] — encarregado de negócios regionais na embaixada — era bastante usada por quadros operacionais e prestadores de serviços da CIA.

No período em que Davis trabalhou para a Blackwater, a empresa atuava no cerne das operações secretas mais delicadas da CIA no Paquistão, ajudando a executar a campanha de bombardeios com drones[32] e as operações dirigidas de morte e captura. A Blackwater, que durante muito tempo fora utilizada pelo governo Bush como uma força "inimputável" capaz de realizar operações clandestinas protegidas pelo segredo e por diversas camadas de subcontratos, tinha tentáculos em quase todos os aspectos das operações secretas dos Estados Unidos. A empresa não só trabalhava para o programa de assassinatos da CIA, como atuava estreitamente com o JSOC. Na Blackwater, Davis atuava na ligação entre as principais organizações que executavam a campanha secreta.

Designado para a unidade de segurança da CIA, Davis viajava entre Islamabad, Lahore e Peshawar.[33] Segundo um ex-agente do JSOC que trabalhou em suas operações sigilosas no Afeganistão e no Paquistão, enquanto Davis prestava serviços à CIA, foi convidado pelo JSOC a trabalhar simultaneamente em suas operações no Paquistão, utilizando a fachada mais palatável de agente da CIA. "Davis era das Forças Especiais 'caretas',[34] não um elemento das operações especiais secretas", disse a fonte. "Nada é mais

emocionante para esses sujeitos do que ser procurado pelo JSOC e convidado a fazer alguma coisa para eles. Foi como fazer um frila gratuito para o JSOC."

Esse foi o começo da incursão de Davis na zona mais escusa das operações secretas americanas no Paquistão. Ele trabalhou com a Blackwater no país até agosto de 2010, e em setembro tornou-se um agente independente, assinando um contrato no valor de 200 mil dólares[35] por "Serviços de Proteção no Exterior". Para isso, utilizou uma companhia chamada Hyperion Protective Services, LLC, que, segundo ela própria, oferecia "profissionais de gestão de perda e risco".[36] A empresa estava registrada num endereço em Las Vegas.[37] Davis e sua mulher figuravam, com uma terceira pessoa, como seus titulares. O endereço era, na realidade, uma caixa postal[38] numa loja da UPS que funcionava num centro comercial, ao lado de uma barbearia Super Cuts. Davis retornou ao Paquistão.

O ex-agente do JSOC declarou que Davis ajudou a lavar dinheiro e a criar "aparelhos" para o pessoal do JSOC, além de realizar seu trabalho para a CIA. "No mundo inteiro, temos pessoas que, literalmente, são periféricas às políticas e estão baseadas no país apenas para colher informações humanas ou para facilitar operações especiais ou de espionagem", disse ele. Era isso, ao menos em parte, o que Davis estava fazendo no Paquistão. Seus vários papéis, sendo alguns autênticos, outros de fachada, outros ainda fachadas de fachadas — diplomata, assessor técnico, prestador de serviços para a Blackwater, guarda-costas da CIA, boina-verde, quadro do JSOC —, levam a crer que sua história e a da guerra secreta dos Estados Unidos no Paquistão são muito mais complicadas, e menos ingênuas, do que os informes oficiais nos levaram a crer.

O fato de alguém como Davis terminar trabalhando para o JSOC não pode ser visto como excepcional. Muitos quadros operacionais da Blackwater — vários dos quais tinham atuado em unidades de Operações Especiais ou de Forças Especiais — que originalmente foram para o Paquistão como prestadores de serviços de segurança por fim começaram a trabalhar nas operações dirigidas de assassinato e captura do JSOC. "Os caras da Blackwater[39]

têm experiência. Muitos deles são militares reformados e estão por aí há vinte ou trinta anos, e têm uma experiência que os boinas-verdes, mais jovens, não têm", disse o tenente-coronel reformado Jeffrey Addicott, advogado militar bem relacionado que atuou como consultor jurídico para as Forças Especiais do Exército dos Estados Unidos. "Eles são entidades conhecidas. Todo mundo sabe quem eles são, sabem de sua capacidade e eles têm experiência. São valiosíssimos."

Os veteranos das Operações Especiais "ganham muito mais dinheiro[40] sendo cérebros dessas operações, planejando ataques em vários países baseados na experiência que ganharam na Tchetchênia, na Bósnia, na Somália, na Etiópia", disse uma fonte da Inteligência militar americana. "Eles estavam lá para todas essas coisas, eles sabem do que estão falando." E acrescentou: "Eles recontratam pessoas que trabalharam para eles e que já tinham planejado e executado esses [tipos de] operações".

Não está claro quando foi, exatamente, que isso começou no Paquistão. A presença da Blackwater na fronteira entre o Afeganistão e o Paquistão data de abril de 2002, quando ela ganhou seu primeiro contrato "negro"[41] para proteger as operações da CIA no Afeganistão nas primeiras fases da guerra movida pelos Estados Unidos. Ela também tinha contratos de segurança diplomática, logísticos e da CIA no Paquistão. De acordo com um ex-dirigente da Blackwater e uma fonte da Inteligência militar, o relacionamento com o JSOC se intensificou depois que o presidente Bush autorizou uma expansão das atividades das Operações Especiais no Paquistão.

Pedi ao ex-executivo da Blackwater, que tinha ampla experiência no Paquistão, que confirmasse o que a fonte da Inteligência militar me dissera — que as forças da Blackwater não estavam matando pessoas no Paquistão, mas sim apoiando o JSOC e a CIA, que se encarregavam dessas coisas. "Isso não representa exatamente a verdade",[42] ele respondeu. Concordou com o que a fonte da Inteligência militar dissera sobre os programas do JSOC e da CIA, mas indicou outra função que, segundo ele, a Blackwater desempenhava no Paquistão, não para o governo americano, mas para Islamabad. Disse que a

Blackwater trabalhava com um subcontrato para a Kestral Logistics, uma poderosa firma paquistanesa[43] especializada em apoio logístico militar, segurança privada e consultoria de informações. Essa firma tinha como dirigentes antigas autoridades do Exército e do governo do Paquistão. Embora os principais escritórios da Kestral ficassem no Paquistão, a empresa tinha filiais em vários países. A Kestral tinha polpudos negócios, na área da logística de defesa, com o governo do Paquistão e os de outros países, e também com grandes companhias americanas ligadas à defesa. Segundo o ex-executivo da Blackwater, o fundador dessa empresa, Eric Prince, tinha uma relação "bastante estreita" com o diretor executivo da Kestral, Liaquat Ali Baig. "Já se reuniram muitas vezes, fizeram um acordo e [prestam] apoio recíproco." Trabalhando com a Kestral, disse o ex-executivo, a Blackwater oferecia segurança a embarques do DoD que, destinados ao Afeganistão, chegariam ao porto de Karachi. A Blackwater protegia os suprimentos que eram transportados por terra de Karachi a Peshawar, e depois seguiam para oeste pela passagem de fronteira em Torkham, a mais importante rota de suprimentos para as Forças Armadas dos Estados Unidos no Afeganistão.

Ainda segundo o ex-executivo, os quadros operacionais da Blackwater também se integravam com as forças da Kestral em operações delicadas de contraterrorismo na Província da Fronteira de Noroeste, onde atuavam em conjunto com a força paramilitar do Ministério do Interior paquistanês, conhecida como Corpo de Fronteira (ou também como "batedores da fronteira"). Tecnicamente, o quadro de pessoal da Blackwater compunha-se de assessores, mas o ex-executivo disse que, no campo, as diferenças com frequência se borravam. A Blackwater estava "proporcionando a orientação real sobre como realizar [operações de contraterrorismo] e os homens da Kestral executam muitas, mas contando com a orientação e a supervisão de alguns sujeitos da Blackwater, que acompanham de fato as equipes quando elas executam o trabalho", disse ele. "Você já pode ver que isso é capaz de levar a outras coisas nas áreas de fronteira." Disse também que quando os homens da Blackwater acompanhavam as equipes paquistanesas, de vez em

quando participavam de operações contra suspeitos de terrorismo. "Existem sujeitos da BW que estão colaborando [...] e todos eles querem participar das missões [...] e por isso vão com eles", explicou. "Assim, as coisas que você vê nas notícias sobre como um grupo militar paquistanês atacou uma casa ou fez isso ou fez aquilo [...]. Em alguns desses casos você vai ter ocidentais que estão lá atacando a casa, isso se não estiverem *dentro* da casa." A Blackwater, disse ele, era paga pelo governo paquistanês, através da Kestral, por serviços de consultoria.

> Isso possibilita ao governo paquistanês dizer: "Ei, nada disso, não encarregamos ocidental nenhum de fazer isso. Somos nós que planejamos tudo, e nosso pessoal executa as missões". Mas o esquema dá a eles o know-how que os ocidentais possuem para as atividades relacionadas [a contraterrorismo].

A fonte da Inteligência militar confirmou que a Blackwater trabalhava com o Corpo de Fronteira, dizendo: "Não há uma supervisão real. Na verdade, ninguém presta atenção nisso".

Um porta-voz da Diretoria de Controles Comerciais de Defesa (Directorate of Defense Trade Controls, DDTC), do Departamento de Estado americano, responsável pela concessão de licenças a empresas americanas para prestar serviços relacionados à defesa a governos ou entidades estrangeiras, não quis confirmar ou negar que a Blackwater tivesse licença para atuar no Paquistão ou trabalhar com a Kestral. "Não podemos ajudá-lo",[44] disse David McKeeby, porta-voz do Departamento, depois de consultar autoridades do DDTC. "O senhor terá de entrar em contato com as companhias diretamente." O porta-voz da Blackwater declarou que a companhia não tinha "operação de espécie alguma"[45] no Paquistão, além de um empregado que trabalhava para o DoD. E a Kestral não respondeu a perguntas sobre sua relação com a Blackwater.

De acordo com os registros federais sobre lobby,[46] a Kestral contratou Roger Noriega,[47] ex-secretário de Estado assistente para assuntos do Hemisfério Ocidental entre 2003 e 2005, para fazer lobby junto ao governo dos Estados Unidos (Departamento de Estado, USAID e Congresso) quanto a

questões de relações exteriores "referentes às possibilidades [de a Kestral] realizar atividades de interesse dos Estados Unidos". Noriega foi contratado através de sua firma, a Vision Americas,[48] que ele dirigia com Christina Rocca,[49] ex-agente de operações da CIA que serviu como secretária de Estado assistente para assuntos do Sul da Ásia de 2001 a 2006, quando se envolveu a fundo na formulação da política americana em relação ao Paquistão. Em outubro de 2009, a Kestral pagou à Vision Americas 15 mil dólares[50] e deu a uma firma a ela filiada, a Firecreek Ltd.,[51] uma quantia igual para fazer lobby com relação a questões de defesa e política exterior.

Em novembro de 2009, quando trabalhei numa reportagem investigativa sobre operações de assassinatos dirigidos no Paquistão, para a revista *Nation*, recebi uma chamada em meu celular, na véspera da publicação, do capitão John Kirby, porta-voz do almirante Michael Mullen, presidente do Estado-Maior Conjunto, o mais importante consultor militar do presidente Obama. Kirby não quis explicar como obtivera meu número ou como tomara conhecimento da reportagem. "Vamos ficar apenas assim: nós soubemos dela", disse ele sem meias palavras. Kirby disse que minha reportagem era falsa, mas que não queria expressar essa opinião publicamente. "Não falamos de forma alguma sobre operações correntes, qualquer que seja sua natureza." Disse-me, também sem meia palavras, que se publicássemos a reportagem, que ligava a Blackwater a operações do JSOC no Paquistão, eu estaria "na corda bamba".

Como tínhamos confiança em nossas fontes, apesar dessa clara tentativa de intimidação, a *Nation* publicou a reportagem, intitulada "The Secret US War in Pakistan" [A guerra secreta dos Estados Unidos no Paquistão]. No dia seguinte, o porta-voz do Pentágono, Geoff Morrell, classificou-a de "conspiratória"[52] e negou explicitamente que as Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos estivessem fazendo alguma coisa no Paquistão além de dar "treinamento". Morrell disse aos repórteres:

> Basicamente, temos no Paquistão, creio, algumas dezenas de unidades envolvidas numa missão de treinar treinadores. São Forças de Operações Especiais. Temos sido muito transparentes com relação a isso. Elas estão… há meses, se não há anos, treinando forças do Paquistão para que possam, por sua vez, treinar outras unidades militares paquistanesas para… certas qualificações e técnicas militares. E essa é a atividade de nossos… nossos, vocês sabem, efetivos militares terrestres no Paquistão, apesar de teorias conspiratórias que, vocês sabem, algumas revistas […] possam inventar. Não existe nada disso.

Na realidade, existia muita coisa.

Um ano depois de minha matéria na *Nation*, o WikiLeaks divulgou uma série de telegramas sigilosos que mostravam que, um mês antes que Morrell me desmentisse, a embaixada dos Estados Unidos estava ciente de que as Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos realizara operações ofensivas no Paquistão, ajudando a orientar ataques com drones e executando operações conjuntas com forças paquistanesas contra forças da Al-Qaeda e do Talibã no Waziristão do Norte e do Sul e em outros pontos das Áreas Tribais Administradas pelo governo federal. Segundo um telegrama sigiloso de 9 de outubro de 2009, remetido pela embaixadora dos Estados Unidos no Paquistão, Anne Patterson, as operações tinham sido "quase com certeza [realizadas] com o consentimento pessoal do chefe do Estado-Maior do Exército [do Paquistão], general [Ashfaq Parvez] Kayani".[53] As operações tinham sido coordenadas com o Escritório do Representante da Defesa dos Estados Unidos no Paquistão. Uma fonte das Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos me disse que as forças americanas a que o telegrama se referia como "SOC(FWD)-PAK" (Comando de Operações Especiais-Avançado Paquistão) eram "tropas operacionais avançadas"[54] do JSOC.

No outono de 2008, o Comando de Operações Especiais dos Estados Unidos pediu a diplomatas americanos de alto nível, no Paquistão e no Afeganistão, informações detalhadas sobre campos de refugiados na fronteira Afeganistão-Paquistão e uma lista das organizações de ajuda humanitária que neles atuavam. Em 6 de outubro, a embaixadora Patterson enviou um

telegrama, com indicação de "Confidencial", ao secretário de Defesa, Robert Gates, à secretária de Estado, Condoleezza Rice, à CIA, ao Centcom dos Estados Unidos e a várias embaixadas americanas, dizendo que algumas das solicitações, feitas verbalmente ou por e-mail, "levavam a crer que as agências tencionavam usar os dados para fins de ataques". Outras solicitações, segundo o telegrama, "sinalizam que as informações seriam utilizadas com objetivos 'não ofensivos'". O telegrama, enviado em conjunto pelas embaixadas dos Estados Unidos em Cabul e Islamabad, declarava:

> Preocupa-nos a transmissão a grupos militares de informações obtidas junto a organizações humanitárias, sobretudo por motivos que permanecem obscuros. Particularmente preocupante é o fato de que isso não nos parece ser a forma mais eficiente de obter informações precisas.

Em termos claros, o que esse telegrama dizia era que ao menos uma pessoa do Comando de Operações Especiais dos Estados Unidos pedira a diplomatas em Cabul e/ou Islamabad, sem rodeios, informes sobre campos de refugiados, que seriam usados numa operação de assassinato dirigido ou de captura.

O telegrama também revelava que além das solicitações vindas do Socom e do adido de Defesa dos Estados Unidos, um prestador de serviços ao Socom também pedira a diplomatas americanos "informações a respeito de campos, na fronteira Paquistão-Afeganistão, que estejam abrigando refugiados afegãos e/ou Pessoas Desalojadas Internamente (Internally Displaced Persons, IDPs)". Especificamente, acrescentava o telegrama, o Socom e seu "prestador de serviços" tinham "solicitado informações sobre nomes e localização de campos,[55] status dos campos, número de IDPs/refugiados e discriminação étnica, e sobre as ONGs e organizações de ajuda humanitária que atuam nesses campos".

O telegrama de outubro de 2008 deixa claro que as solicitações tinham inquietado diplomatas americanos em Cabul e Islamabad, levando-os a pedir a vários órgãos militares, de Inteligência e do governo dos Estados Unidos "esclarecimentos sobre a origem e a finalidade dessa consulta". Ao mesmo tempo, o telegrama dava a entender que se a CIA ou as Forças de Operações

Especiais desejavam tais informações, "deveriam enviar um telegrama à embaixada apropriada" ou a um representante do diretor de Inteligência nacional, e não pedi-las por e-mail ou verbalmente ao pessoal das embaixadas. Evidentemente, a solicitação por vias transversas era feita por alguma razão.

Tão próxima estava a Blackwater das operações mais sigilosas e delicadas da CIA que alguns integrantes da empresa estiveram entre as baixas de um dos ataques mais letais que se conhecem contra a Agência em sua história: o atentado suicida, em dezembro de 2009, a um posto avançado da CIA na Base Operacional Avançada Chapman,[56] no Afeganistão. Quadros operacionais da Blackwater atuavam como seguranças da segunda pessoa do comando da Agência no país. Achavam-se reunidos com uma fonte, alguém que viera de carro do Paquistão, uma pessoa que, acreditavam, sabia do paradeiro de Ayman al-Zawahiri, o número dois da Al-Qaeda. Humam Khalil Abu-Malal al-Balawi, soube-se depois, era um agente duplo, ligado de coração ao Talibã paquistanês. Ao todo, sete integrantes da CIA e um agente da Inteligência jordaniana foram mortos quando Balawi detonou os explosivos que trazia no corpo. Dois dos mortos pertenciam à Blackwater.

Segundo a fonte de Inteligência militar, além de planejar ações secretas e ataques com drones, a Blackwater fornecia guardas privados para a perigosa tarefa de fazer a segurança de bases secretas de drones americanos, de acampamentos do JSOC e de instalações da DIA no Paquistão.

A embaixada americana considerava, claramente, que a capacidade das Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos de atuar no Paquistão fora uma conquista das mais importantes. "Um relacionamento com os militares cultivado com paciência[57] foi o fator-chave que nos permitiu esse avanço", dizia um telegrama da embaixada americana em outubro de 2009. Também mencionava as possíveis consequências do vazamento dessas atividades:

> Tais operações são muito delicadas do ponto de vista político, em vista das preocupações generalizadas, por parte do público, com relação à soberania paquistanesa e da oposição a que forças

militares estrangeiras sejam autorizadas a operar, seja de que forma for, em solo paquistanês. Se essas operações ou questões com elas relacionadas forem objeto de qualquer cobertura em meios de comunicação paquistaneses ou americanos, é provável que as Forças Armadas paquistanesas interrompam os pedidos dessa ajuda.

Declarações como essa talvez ajudem a explicar por que o embaixador Richard Holbrooke, na época o principal enviado dos Estados Unidos ao Afeganistão e ao Paquistão, optou por meias verdades quando disse, em julho de 2010: "As pessoas acham que os Estados Unidos têm tropas no Paquistão. Bem, não temos".[58]

No fim de 2010, as relações entre os Estados Unidos e a ISI começaram a se deteriorar rapidamente. Em novembro, um processo civil instaurado[59] em Nova York acusou o chefe da ISI, Ahmad Shuja Pasha, de envolvimento nos atentados a bomba em Mumbai, executados pelo grupo Lashkar-e-Taiba. Em dezembro, a CIA retirou do Paquistão às pressas o chefe de sua estação em Islamabad, depois que a imprensa local revelou seu nome, Jonathan Banks. A identidade do chefe da espionagem americana foi revelada[60] numa ação judicial aberta no Paquistão por um homem do Waziristão do Norte que alegava que dois parentes seus tinham sido mortos pelo míssil disparado por um drone. Autoridades americanas acusaram a ISI de vazar o nome em retaliação ao processo contra Pasha. Um agente de informações dos Estados Unidos declarou que Banks tinha de ser retirado porque "as ameaças terroristas contra ele[61] no Paquistão são tão sérias que seria imprudente não agir".

Um mês depois, em 20 de janeiro de 2011, Raymond Davis voltou ao Paquistão.[62]

46. O curioso caso de Raymond Davis: Ato II

PAQUISTÃO, 2011 — Em Lahore, Raymond Davis morava e trabalhava numa casa no Upper Mall, que, segundo informações, dividia com cinco agentes da CIA.[1] Quadros operacionais do JSOC também usavam a casa.[2] Longe de ser um diplomata, Davis trabalhava numa equipe ultrassecreta e altamente compartimentada incumbida de delicadas operações de vigilância e inteligência capazes de levar a assassinatos dirigidos ou capturas. Entre as tarefas da equipe, segundo autoridades americanas, estava a coleta clandestina de informações sobre o grupo terrorista Lahkar-e-Taiba.[3] Em 27 de janeiro, Davis estava realizando um "percurso para melhor conhecimento de área"[4] que o obrigou a se expor nas ruas de Lahore durante horas. Examinou diversos locais, entre os quais escolas religiosas e edifícios públicos. Por isso as autoridades paquistanesas encontraram, em seu carro, o equipamento de alta tecnologia de um agente clandestino: armas com munição suficiente para uma pequena guerra urbana, aparelhos de vigilância, cortadores de arame, facas e visores infravermelhos. Isso explicaria também os vários crachás, que lhe atribuíam diferentes funções, bem como o conjunto de maquiagem teatral. O tenente-coronel Shaffer me disse que é comum que os agentes secretos alterem sua aparência para passar despercebidos. "É como representar sem um roteiro",[5] explicou. "A atividade exige isso. É a espionagem."

Davis também tinha consigo uma "nota de sangue",[6] distribuída a todos os militares americanos que atuam em ambiente hostil. De acordo com a

Publicação Conjunta 3-50 das Forças Armadas sobre Recuperação de Pessoal, uma nota de sangue

> é um pedaço de pano[7] no qual figura uma bandeira americana, uma declaração em inglês e em várias línguas utilizadas na área de operação, e números que identificam a nota. A nota de sangue identifica o portador como americano e promete uma recompensa que será dada pelo governo dos Estados Unidos a qualquer pessoa que preste assistência ao portador ou o ajude a retornar à zona de segurança.

Essas notas devem ser usadas por militares americanos sitiados, perdidos ou em perigo iminente de captura ou ferimento, "depois que todas as outras medidas[8] independentes de evasão ou fuga tenham fracassado e o portador considere a ajuda externa vital para sua sobrevivência".

Em algum momento do dia 27 de janeiro, enquanto transitava em Lahore, Davis entrou em contato com os homens da motocicleta, Faizan Haider, de 22 anos, e Faheem Shamsahd, também conhecido como Muhammad Faheem, de 26. Segundo a versão americana dos fatos, os dois homens viram Davis parar no caixa automático para tirar dinheiro e puseram em prática um plano para roubá-lo. No entanto, de acordo com quatro fontes paquistanesas que falaram à ABC News logo após o incidente, os dois homens trabalhavam para a ISI e começaram a seguir Davis depois que ele cruzou "uma linha vermelha".[9] Dias antes do incidente, "foi pedido [a Davis] que deixasse uma área de Lahore declarada sob restrição pelas Forças Armadas", segundo as fontes da ABC. "Seu celular foi rastreado, e com isso se soube que ele fizera ligações para áreas tribais no Waziristão, onde o Talibã paquistanês e uma dúzia de outros grupos militantes têm santuários. Agentes da Inteligência paquistanesa consideraram-no uma ameaça, 'por invadir seu terreno'", disse uma autoridade do governo. "Sim, eles pertenciam ao serviço de segurança",[10] declarou uma autoridade de segurança paquistanesa ao jornal *Express Tribune*. "Julgaram as atividades do agente americano prejudicial à nossa segurança nacional." Complicando tudo isso, outras autoridades paquistanesas negaram enfaticamente[11] que os homens pertencessem à ISI.

O tenente-coronel Anthony Shaffer declarou ter ouvido de colegas que atuam no Paquistão relatos fidedignos segundo os quais os dois homens eram de fato ligados à ISI. "Eles só pretendiam pará-lo e deixar claro: 'Sabemos quem você é'", disse Shaffer. Como a CIA não informara à ISI que Davis era um de seus agentes, "eles pretendiam dizer-lhe: Sabemos que você está aqui'".

"Sei muito mais sobre esse caso do que posso dizer, infelizmente", acrescentou Shaffer. "Direi apenas que o caso Davis foi levantado pela ISI, que houve uma provocação, que houve um motivo para Davis reagir como reagiu e que esse jogo de gato e rato chegou a um ponto em que a CIA estava sendo vigiada pelas próprias pessoas com quem estava trabalhando."

Talvez nunca se saiba qual foi a "linha vermelha" que Davis cruzou, se foi mesmo isso que levou os dois homens a segui-lo. Talvez tivesse a ver com chegar perto demais do Lashkar-e-Taiba (let). Talvez ele estivesse procurando revelar as ligações do grupo com a ISI. Talvez estivesse investigando alvos para os ataques da Agência com drones. Houve quem desse a entender que Davis era o novo chefe da estação da CIA.[12] Algumas autoridades paquistanesas chegaram a propor uma vasta teoria conspiratória pela qual Davis estaria trabalhando com o Talibã e outros grupos militantes para planejar ataques a alvos civis que pudessem ser imputados a terroristas. Essa foi uma acusação comum feita à Blackwater em lugares como Peshawar, capital das Áreas Tribais Administradas pelo Governo Federal e uma frente importante na guerra secreta dos Estados Unidos no Paquistão. Apesar da natureza grave dessas acusações, nunca foram apresentadas provas que lhes dessem respaldo. "A morte dos dois homens em Lahore veio a calhar[13] para nossos órgãos de segurança, que suspeitavam que Davis estivesse arquitetando atividades terroristas em Lahore e outros lugares do Punjab", declarou uma alta autoridade policial do Punjab, acrescentando que Davis tinha "vínculos estreitos" com o Talibã paquistanês. "Davis colaborou no recrutamento de jovens do Punjab para o Talibã, a fim de alimentar a sublevação sangrenta." Autoridades da polícia declararam que o rastreamento dos telefones de Davis mostravam ligações para mais de trinta paquistaneses, entre os quais "27

militantes" do Talibã e do grupo militante Lashkar-e-Jhangvi, que os Estados Unidos e o Paquistão apontavam como organização terrorista.

Outras fontes do governo paquistanês alegavam que a ISI sabia que Davis estava autorizado a trabalhar num programa da CIA destinado a vigiar a Al-Qaeda e o Talibã. "A tarefa de Davis[14] consistia em rastrear os movimentos do Talibã e da Al-Qaeda em diferentes áreas do Paquistão", declarou uma fonte ao *Tribune*. "Em vez disso, porém, os investigadores descobriram que ele criara laços estreitos com o Talibã. O governo e os órgãos de segurança se surpreenderam ao saber que Davis e alguns de seus colegas estavam envolvidos em atividades que não constavam do acordo." As teorias conspiratórias paquistanesas levavam a crer que o agente americano estava fomentando falsos atentados a bomba[15] a fim de forçar o governo do Paquistão a assumir uma atitude mais agressiva em relação a grupos militantes, ou dar a impressão de que as armas nucleares do país não estavam seguras. Em nenhum momento foram apresentadas provas dessas alegações.

A verdade talvez nunca venha a ser conhecida, mas é mesmo possível que Davis estivesse planejando alguma coisa com o Talibã e a Al-Qaeda que o Paquistão não aprovava e que o governo dos Estados Unidos jamais se disporia a reconhecer. "Todos os países realizam operações de espionagem",[16] afirmou o coronel Patrick Lang.

> No decorrer dessa tarefa no "jogo das nações", algumas coisas são feitas em "ligação" com o serviço de um país, neste caso a ISI, e outras, não. São feitas de forma unilateral, ou seja, ilegal, no país onde ocorrem. Se a pessoa não faz isso, fica vulnerável à atividade do serviço de "ligação".

A IC americana, argumentou Lang,

> muitas vezes é acusada de ignorar, na verdade, o que está "rolando" num país. Evita-se isso fazendo algumas coisas "unilateralmente". Nesse caso, a ISI está irritada? Tenho certeza de que está. Você acha que acreditamos que o Paquistão não opera nos Estados Unidos "unilateralmente"? Se acreditarmos nisso, é porque somos idiotas.

Seja como for, em vista dos programas nos quais se sabia que Raymond Davis tinha trabalhado, a versão dos Estados Unidos para o incidente e a caracterização de Davis como diplomata ou "assessor técnico", ou, como disse o *New York Times* — "um diplomata burocrata[17] que carimbava vistos como tarefa no consulado" —, era inacreditável. Talvez ele pertencesse à CIA. É também possível que a condição de agente da CIA fosse a fachada para uma fachada e que, como minha fonte da Inteligência militar deu a entender, ele estivesse trabalhando para o JSOC. "Isso é comum", disse-me o tenente-coronel Shaffer. "Tudo se confunde, vira uma mixórdia. A triste verdade", afirmou ele, é que as autoridades americanas, inclusive os embaixadores e os formuladores de políticas que não estejam ligados diretamente a uma operação, "na verdade não sabem o que está rolando, em lugar nenhum. Tudo se torna então uma grande embrulhada". Shaffer acrescentou que a fachada de Davis não passava de "sobreposição". Explicou: "Você sempre tem uma fachada para uma fachada, e isso vai depender de até que ponto você tenta derrubar alguém, principalmente se parte do princípio de que vai ser encostado em algum momento no futuro. Sempre há o que se descartar".

Não é raro que agentes da CIA atuem sob a fachada de diplomatas. É um procedimento operacional comum em muitos países. O RAO, onde Davis disse que trabalhava, era uma fachada comum para espiões americanos. Todo mundo que precisava saber estava ciente desses arranjos de fachada. Quando uma operação desanda, em geral os maus resultados não aparecem para o público. Fazem-se acordos discretos, e às vezes trocam-se prisioneiros ou autorizam-se pagamentos. Tudo isso faz parte do jogo da espionagem. Entretanto, esse incidente se deu em plena luz do dia, num cruzamento congestionado, com dezenas de testemunhas oculares.

Se tivesse sido revelado que Davis estava trabalhando para o JSOC no Paquistão, esse teria sido o cenário mais ofensivo para a ISI. Depois da eleição de Obama em 2008, enquanto o governo do Paquistão tentava conter o fluxo de quadros operacionais da CIA no país, os Estados Unidos começaram a aumentar o número do pessoal de fachada que o governo permitia que

"passassem" por diplomatas. Fazia muito tempo que a ISI lidava com a CIA, mas o JSOC era algo bem diferente, algo que a ISI viria a achar assustador.

Além de ser o principal órgão americano de operações de assassinatos dirigidos, o JSOC era também a mais importante entidade americana dedicada à contraproliferação. Abundavam, no Paquistão, teorias de que os Estados Unidos tramavam apoderar-se das armas nucleares do país, fonte de comentários infindáveis em noticiários da TV. A ideia não era pura paranoia. De fato, o JSOC traçara planos[18] para proteger as ogivas nucleares do Paquistão no caso de um golpe ou de outro fator desestabilizante. No fim da década de 1990, revelou-se a existência de planos para que o JSOC estivesse preparado para se deslocar a qualquer parte do globo a fim de "recuperar materiais nucleares, biológicos, químicos [*nuclear, biological, chemical*, NBC] das mãos de grupos terroristas, infiltrar-se sem ser detectado em certos países para obter indícios de algum programa secreto de desenvolvimento de WMDS, sabotar tal programa e detectar, desarmar, desabilitar ou confiscar as WMDs".[19] Esses planos não visavam unicamente ao Paquistão, mas alimentaram a obsessão da ISI com o JSOC.

O brigadeiro reformado F. B. Ali descreveu duas fases das operações do JSOC no Paquistão, a primeira das quais foi o acordo com o grupo para "perseguição ativa", que remonta ao governo do presidente Musharraf. "A segunda fase do influxo do JSOC[20] ocorreu depois que os Estados Unidos decidiram empreender um amplo e prolongado programa de assistência ao Paquistão", disse Ali.

> Os Estados Unidos solicitam vistos para grande número de funcionários e pessoal de apoio para administrar o programa. A ISI insistiu para que a segurança investigasse todos os solicitantes de vistos, o que atrasaria o processo. Os Estados Unidos exerceram intensa pressão sobre o governo, advertindo que o programa de assistência seria prejudicado.

O governo do Paquistão, declarou Ali, aquiesceu e permitiu a entrada de grande número de americanos no país. Essa declaração foi confirmada por uma autoridade da ISI, segundo a qual milhares de vistos foram emitidos para pessoal da embaixada americana num período de cinco meses antes do

incidente com Davis, "depois de uma ordem do governo[21] à embaixada do Paquistão em Washington para que emitisse os vistos sem a investigação habitual do Ministério do Interior e da ISI". De acordo com uma reportagem da Associated Press em fins de fevereiro de 2011, "dois dias depois de receber essa instrução, a embaixada do Paquistão emitiu quatrocentos vistos e desde então eles foram emitidos aos milhares". Ao todo, segundo informações da embaixada do Paquistão em Washington, mais de 3500 vistos[22] foram emitidos em 2010 para diplomatas, militares e funcionários de "órgãos aliados".

Na época do incidente com Davis, o Ministério das Relações Exteriores do Paquistão declarou que havia no país 851 americanos com imunidade diplomática, dos quais 297 não trabalhavam "em função diplomática".[23] No entanto, o Ministério do Interior listou mais de quatrocentos "americanos especiais",[24] que autoridades de segurança locais suspeitavam que fossem "membros de agências de Inteligência americanas que exercem missões secretas no Paquistão e estão subordinados" ao JSOC. "Na versão 'oficial',[25] o que eles fazem é coletar informações de contraterrorismo", disse o brigadeiro Ali.

> Contudo, o pessoal subalterno da ISI sabia que não era nada disso. Eles simplesmente não tinham como fazer com que a chefia do órgão, ligada aos americanos, tomasse providências. Até Raymond Davis abater dois agentes da ISI, nas ruas de Lahore, e os Estados Unidos moverem céus e terra para libertá-lo.

Fosse o que fosse o que Davis estava fazendo — e para quem — antes de parar no cruzamento da Mozang Chowk, em Lahore, em 27 de janeiro de 2011, o que aconteceu naquele dia parecia saído de um filme de espionagem.

Em algum momento, Davis viu os dois sujeitos na motocicleta, diante dele, como uma ameaça. Contou que um dos homens agitava uma arma de fogo de forma ameaçadora. Davis pegou sua pistola Glock 9 e disparou cinco tiros através do para-brisa dianteiro, com absoluta precisão, abatendo Muhammad Faheem, que estava de carona na moto. Um tiro atingiu-o na cabeça, um

pouco acima da orelha. Outro furou seu estômago.[26] O condutor da motocicleta, Faizan Haider, largou o veículo e começou a fugir. Davis, empunhando a Glock, saiu do carro, apontou e disparou mais cinco tiros. Haider caiu a nove metros da motocicleta. Pelo menos dois tiros[27] pegaram em suas costas. Ele morreu no hospital.

Segundo testemunhas oculares, Davis voltou calmamente até seu carro depois de balear os dois homens e pegou um rádio militar. Pediu reforços. Antes de entrar no veículo, foi até os dois corpos empapados de sangue e fotografou-os,[28] segundo testemunhas que estavam no cruzamento apinhado. À medida que juntava gente nas ruas, crescia a possibilidade de formação de um tumulto. Policiais de trânsito gritaram a Davis para que parasse. Ignorando-os, ele voltou ao carro — com o para-brisa crivado de furos feitos por sua própria Glock — e saiu em velocidade. Nesse ínterim, um Toyota Land Cruiser corria pelas ruas de Lahore. Sua placa, LZN-6970, era falsa.[29] O motorista do veículo de apoio a Davis não tinha intenção de esperar no trânsito engarrafado. Costurava pelas pistas e, em dado momento, passou por cima do canteiro central de uma rua congestionada e seguiu pela contramão, em disparada, rumo a Mozang Chowk. A cerca de quinhentos metros do cruzamento onde ocorrera o tiroteio, o Land Cruiser bateu na motocicleta[30] de um paquistanês, Ibadur Rehman, esmagando-o, e continuou em direção à cena. Ao descobrir que Davis já tinha saído dali, os homens do Land Cruiser fugiram.

Quando o veículo de apoio chegou, Davis já estava a mais de três quilômetros de Mozang Chowk.[31] A perseguição logo acabou. A polícia o deteve no apinhado Mercado Velho de Anarkali. Davis não resistiu e foi levado pela polícia. Declarou que trabalhava para o governo dos Estados Unidos. Sua provação de sete semanas estava só começando. Enquanto Davis era levado a uma delegacia de polícia do Punjab para ser interrogado, os homens da equipe de apoio preparavam-se para se evadir. Perto do Faletti's Hotel,[32] vários objetos caíram do Toyota Land Cruiser: quatro pentes de munição, cem projéteis, uma máscara preta, uma faca com bússola e um

pedaço de pano com a bandeira americana — outra nota de sangue. Voltaram à casa da CIA-JSOC, destruíram todos os documentos do governo que estavam em seu poder[33] e partiram para o consulado dos Estados Unidos. Nunca mais se voltou a ter notícias daqueles homens no Paquistão. Alegando que tinham imunidade diplomática, os Estados Unidos os retiraram do país antes que pudessem ser interrogados pela polícia. "Deram o fora,[34] já estão nos Estados Unidos", comentou uma alta autoridade do Paquistão.

Foi preciso menos de 24 horas para que a notícia do incidente se espalhasse pelo Paquistão. Em Lahore, manifestantes furiosos pediam que Davis fosse enforcado.[35] Na imprensa paquistanesa, começaram a sair notícias de que ele era um agente da CIA e da Blackwater. Detido no distrito policial de Lytton Road, o americano — tranquilo — via-se cercado por um ambiente de caos. Policiais, inspetores e outras pessoas falavam uns com os outros aos gritos. Tinham dificuldade para pronunciar o nome dele. Davis insistia para que localizassem seu passaporte. Repetia que trabalhava como consultor no consulado em Lahore e que tinha passaporte diplomático. Ao contrário de colegas seus que tinham se metido em encrencas no Paquistão em meses anteriores, Davis não voltaria logo para os Estados Unidos. Foi transferido para a prisão de Kot Lakhpat enquanto as autoridades paquistanesas intensificavam a investigação, o que incluiu um exame pericial na cena do crime. Os três mortos (os dois baleados por Davis e o homem que foi atropelado pelo Land Cruiser da equipe de apoio) foram autopsiados antes de serem entregues às famílias para sepultamento.

Segundo a investigação da polícia paquistanesa, a alegação de Davis de que atirara em legítima defesa não era correta.[36] O laudo da polícia indicava que os dois homens assassinados por Davis tinham sido baleados pelas costas. Testemunhas declararam à polícia que Haider fora abatido ao correr "para salvar a vida". Davis disse à polícia que Faheem tinha engatilhado a arma e a apontado para ele. Quando a polícia localizou a arma de Faheem, "a agulha da pistola do morto [estava] vazia, e os projéteis no pente". Ademais, segundo a polícia, "ninguém os viu fazendo pontaria" contra Davis. A polícia informou

ainda que, ao lhe pedir sua licença para portar armas, Davis não a apresentou. Para a polícia do Punjab, o incidente logo se tornou uma investigação de homicídio. A polícia determinou que Davis ficasse preso por seis dias[37] para novas investigações.

Os pormenores do incidente foram pouco importantes em comparação com o jogo de apostas altas que se desenrolaria entre o governo americano e o Paquistão. Sem que o governo paquistanês soubesse, cinco meses antes de Raymond Davis ser preso, a Inteligência americana fizera uma descoberta de valor potencialmente incalculável. A CIA tinha localizado um mensageiro ligado a Osama bin Laden. Rastrearam seus movimentos, o que os levou a uma grande casa em Abbottabad, no Paquistão. Usando imagens de satélites, analistas notaram os movimentos de uma figura misteriosa na propriedade. A Casa Branca achou que tinha localizado Osama bin Laden. Quando o almirante McRaven começava a imaginar cenários que o JSOC poderia utilizar para matar ou capturar o líder da Al-Qaeda, David baleou os homens em Lahore e agora estava detido numa prisão paquistanesa. Os Estados Unidos temiam[38] que, se atacasse a casa em Abbottabad, Davis pudesse ser morto em retaliação pela violação da soberania do Paquistão. Washington tinha de tirar seu homem de lá.

Ignorando os planos americanos de atacar o que Washington acreditava ser a residência de Bin Laden no Paquistão, o governo de Islamabad encarava o caso Davis como uma oportunidade para obter vantagem em sua guerra de informações com os Estados Unidos. "Para a ISI, o caso Davis foi uma dádiva dos céus",[39] assim terminava o editorial do *Economist*. "A ISI está furiosa com a independência com que os agentes americanos atuam, rastreando militantes da Al-Qaeda, do Talibã e de outros grupos, que fugiram para Lahore e Karachi a fim de escapar aos ataques de drones na fronteira montanhosa com o Afeganistão."

A reação do governo americano à prisão de Davis foi canhestra. É bem possível que a embaixada dos Estados Unidos não estivesse plenamente informada sobre o papel real de Davis no Paquistão — se ele trabalhava para a

CIA, para o JSOC ou para ambos. Um dia após a prisão de Davis, um porta-voz da embaixada americana em Islamabad, Alberto Rodríguez, declarou à televisão paquistanesa: "Posso confirmar[40] que a pessoa envolvida no incidente é um funcionário do consulado". Pouco depois, em 27 de janeiro, a embaixada enviou uma nota diplomática ao Ministério das Relações Exteriores do Paquistão afirmando que Davis era "funcionário do consulado geral[41] dos Estados Unidos em Lahore e detentor de passaporte diplomático". O problema para os Estados Unidos, porém, era que essa designação significava que as autoridades paquistanesas podiam alegar que ele não tinha direito a imunidade plena, mas estava enquadrado na Convenção de Viena de 1963 sobre Relações Consulares. Esse tratado rezava que "os agentes consulares não estarão sujeitos a prisão ou detenção durante o julgamento, exceto no caso de crime grave[42] e na dependência de uma decisão da autoridade judicial competente". Com certeza, argumentavam os paquistaneses, homicídio é um crime grave.

Em 3 de fevereiro, os americanos alteraram sua posição. Dessa vez, rotularam Davis como "membro da equipe administrativa e técnica[43] da embaixada dos Estados Unidos". De acordo com autoridades do Paquistão, Davis nunca recebera status de diplomata devido a "indagações não respondidas"[44] a seu respeito que o Paquistão fizera aos Estados Unidos.

A indignação espalhava-se pelo país. Dez dias depois do incidente, num leito de hospital em Faisalabad, Shumaila Kanwal, a viúva de Faheem, usava suas últimas forças para gravar uma declaração em vídeo. Havia ingerido raticida e estava pondo fim à própria vida em protesto contra o que chamou de assassinato do marido pelas mãos de um agente dos Estados Unidos. "Quero sangue por sangue",[45] disse, lutando para respirar e tentando focalizar a vista. "O assassino de meu marido devia ser baleado da mesma forma que meu marido foi fuzilado." Imran Haider, irmão do outro homem baleado por Davis, disse que seu irmão soubera pouco tempo antes que a mulher estava grávida. Mostrou-se furioso com o fato de o irmão estar sendo "caluniado" como assaltante. "Ele era limpo",[46] declarou. "Tudo o que queremos é que

esse americano seja julgado e que seja feita uma investigação correta. Ele deve ser condenado à morte. Nada de acordos."

Shumaila morreu logo depois de gravar a declaração. Sua morte enfureceu ainda mais o já irado público paquistanês. Os partidos islâmicos organizaram enormes manifestações, queimando efígies de Davis e chamando-o de terrorista, espião e, talvez o pior de tudo, agente da Blackwater.

Logo ficou claro que o Paquistão não iria soltar Davis na surdina. Os Estados Unidos deram início a uma campanha febril para libertá-lo. A CIA chegou a ponto de interromper seus ataques com drones no país, segundo informações, a pedido da ISI. O fato de os Estados Unidos terem cessado esses ataques foi digno de nota, diante da importância deles para a sua estratégia no Paquistão. "A prisão desse sujeito[47] é um fato muito positivo para nós", declarou Mullah Jihad Yar, comandante do Talibã paquistanês. "Nossas forças eram alvo de ataques dia sim, dia não. Agora podemos nos movimentar com mais liberdade." Para veteranos da Agência, as decisões americanas indicavam a urgência com que os Estados Unidos desejavam que Davis fosse solto. "A embaixada e a estação querem Davis de volta para que ele não comece a falar sobre outras coisas que estão fazendo unilateralmente",[48] disse Giraldi, ex-agente da CIA. Quanto à questão de imunidade, Giraldi asseverou que Davis não a tinha. "Para ser um diplomata, em termos legais, a pessoa tem de ser acreditada junto ao Ministério das Relações Exteriores do país, e eles têm de aceitar suas credenciais. A pessoa é então incluída na lista diplomática", disse ele. "A maioria dos funcionários das embaixadas americanas em quase todos os postos no exterior não tem status diplomático e, portanto, não tem imunidade, exceto na medida em que o governo local lhes conceda certas proteções a título de cortesia. Não existe indício algum de que Davis tenha passado pelo processo de credenciamento ou de qualquer coisa dessa natureza, mesmo que ele estivesse viajando com um passaporte diplomático."

Enquanto notícias sobre a ligação de Davis com a CIA, o JSOC e a Blackwater pululavam na imprensa paquistanesa, os principais meios de comunicação e o governo dos Estados Unidos promoviam a versão de que Davis era diplomata.

"Continuamos a insistir[49] junto ao governo do Paquistão que nosso diplomata tem imunidade diplomática, que em nosso entender ele agiu em legítima defesa e que deve ser solto", declarou o porta-voz do Departamento de Estado P. J. Crowley numa nota de 7 de fevereiro, divulgada pela CNN, CBS, PBS, pelo jornal *usa Today* e outros importantes órgãos de imprensa. "O Paquistão deve cumprir suas obrigações internacionais de acordo com a Convenção de Viena."

Em resposta à pressão de Washington, o governo de Asif Zardari, simpático aos Estados Unidos, se dispunha a reconhecer[50] Davis como diplomata, mas enfrentava a resistência de suas próprias autoridades. Solicitado a credenciar Davis como diplomata, o ministro das Relações Exteriores do Paquistão, Shah Mahmood Qureshi, recusou-se a fazê-lo, dizendo que o pedido não correspondia aos "dados oficiais" sobre Davis no Ministério. "Segundo a opinião de nossos especialistas,[51] a imunidade geral que a embaixada dos Estados Unidos está solicitando não se justifica", declarou ele. Em reação, a secretária de Estado Hillary Clinton desfeiteou Qureshi[52] numa conferência internacional de segurança em Munique, na Alemanha. Qureshi foi então alijado do cargo de ministro — segundo ele, em decorrência de sua "resistência, por questão de princípios",[53] à concessão de imunidade a Davis. Ao assumir essa posição, Qureshi submeteu a questão aos tribunais de Lahore, garantindo com isso a continuidade da saga Davis. Destacados parlamentares americanos ameaçaram suspender a ajuda humanitária ao Paquistão[54] se Davis não fosse libertado. O presidente Zardari classificou as ameaças de "contraproducentes", escrevendo no *Washington Post*: "Num ambiente incendiário,[55] retórica furiosa e ameaças disfuncionais podem atear incêndios que serão difíceis de extinguir".

Enquanto Raymond Davis permanecia em sua cela na prisão de Kot Lakhpat, as autoridades americanas temiam por sua segurança. Nada menos de três prisioneiros[56] tinham sido assassinados por guardas. Algumas autoridades paquistanesas expressavam receio de que a CIA tentasse dar-lhe fuga de forma espetacular. A comida de Davis era provada por cachorros.[57]

Enquanto seus superiores se esforçavam para libertá-lo, Davis se mantinha sereno e desafiador. Durante um interrogatório, escanhoado e usando um pulôver azul de lã, ele disse: "O embaixador dos Estados Unidos afirma que eu tenho [imunidade], de modo que não vou responder a nenhuma pergunta".[58] Exigiu ver seu passaporte. "Está bem na primeira página", disse, fazendo com os dedos um retângulo. "Passaporte diplomático." O interrogador tentou fazer-lhe novas perguntas, e Davis anunciou que não responderia mais pergunta alguma. "Vou voltar para meu quarto", disse ao homem, levantando-se. "Você não pode agir assim", declarou o interrogador. "Você não é diplomata." Davis simplesmente reiterou que não iria responder a novas perguntas e caminhou para a porta.

Em Washington, todo o peso do governo Obama estava sendo empregado em prol da causa de sua libertação. "Em nosso entender, ele agiu em legítima defesa,[59] quando confrontado por dois homens armados em motocicleta", declarou Crowley no Departamento de Estado. Ele "tinha todos os motivos para crer que os homens armados pretendiam fazer-lhe mal". Crowley exigiu a libertação de Davis.

Em 15 de fevereiro, com Davis ainda detido e um juiz paquistanês preparando-se para decidir se ele tinha direito a imunidade, chegou ao Paquistão o senador John Kerry, presidente da Comissão das Relações Exteriores do Senado. Kerry era bastante conhecido no país por ter defendido, junto com outros congressistas, um amplo pacote de ajuda ao Paquistão no montante de 7,5 bilhões de dólares. Encontrou-se com o presidente Zardari[60] e outras autoridades de primeiro escalão e depois com um grupo de jornalistas paquistaneses em Lahore, onde defendeu o princípio de que Davis era diplomata e deveria ser entregue à custódia dos Estados Unidos. "Temos — todos nós — de respeitar a lei",[61] disse Kerry, sentado numa poltrona estofada e cercado de jornalistas paquistaneses. As redes de televisão do país transmitiram seus comentários ao vivo. A lei que rege a imunidade diplomática, disse Kerry, "não é um documento que o Paquistão tenha assinado com desatenção. Seus líderes a assinaram para isto mesmo, há muito,

muito tempo". Kerry falava devagar, quase como se estivesse falando a uma turma de crianças, e não a jornalistas.

> Não fomos nós que a criamos [a imunidade]. Vivemos com ela e é importante que vivamos com ela, porque às vezes ocorrem incidentes, numa parte do mundo ou em outra, em que os diplomatas não conseguem realizar o trabalho que lhes compete, às vezes em circunstâncias muito perigosas, a menos que disponham dessa imunidade.

Os jornalistas pressionaram Kerry em relação ao status de Davis e perguntaram por que, no entendimento deles, parecia que os Estados Unidos não estavam respeitando as leis e o processo judicial do Paquistão. "Nosso governo crê firmemente que esse caso não é da alçada de tribunais. E ele não é da alçada de tribunais porque esse homem tem imunidade diplomática como funcionário administrativo e técnico da embaixada dos Estados Unidos em Islamabad", respondeu Kerry. "Entendemos que a documentação deixa isso claro. Essa é a nossa posição. Não estamos desrespeitando seus tribunais. Nós os respeitamos profundamente. Desejamos que seus tribunais sejam fortes e vibrantes […]. Mas temos de respeitar o direito internacional." Kerry instou o Paquistão a "permitir que os fatos e a realidade falem por si mesmos nesse caso".

É muitíssimo duvidoso que John Kerry realmente acreditasse que Davis era um "funcionário administrativo e técnico da embaixada". Como presidente da Comissão de Relações Exteriores, tinha acesso às mais sigilosas informações da Inteligência dos Estados Unidos e foi rigorosamente instruído antes de partir para o Paquistão.

Enquanto Kerry buscava persuadir as autoridades paquistanesas, em Washington o presidente Obama defendia Davis publicamente: "Com relação a Mr. Davis,[62] nosso diplomata no Paquistão, temos aqui um princípio simplíssimo que todos os países do mundo que firmaram a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas acataram no passado e hão de acatar no futuro. E segundo esse princípio, se… se nossos diplomatas se encontram em

outro país não estão sujeitos a processo por parte desse país", declarou Obama na Casa Branca.

> Se nossos embaixadores começarem a ser vistos como presas lícitas em todo o mundo, inclusive em lugares perigosos onde possamos ter divergências com esses países […] e se eles passarem a estar sujeitos a ser processados nesses países, isso… Isso é intolerável. Significa que não podem realizar seu trabalho.

Obama disse que o governo tinha sido "muito firme" ao tornar claras suas exigências ao governo do Paquistão e que estava trabalhando "para obter a libertação dessa pessoa". E acrescentou:

> Para aqueles que não conhecem os antecedentes desse caso, dois paquistaneses foram mortos num incidente com Mr. Davis dentro… no Paquistão. Assim, é óbvio que lamentamos a perda de vidas. Não somos insensíveis a isso, vocês sabem. Mas está em jogo um princípio mais amplo que, em meu entender, temos de acatar.

Enquanto Obama, Kerry e outras autoridades americanas pintavam Davis, em público, como diplomata, vários meios de comunicação americanos dos mais importantes, com destaque para o *New York Times*, já sabiam que Davis, na verdade, trabalhava para a CIA. A pedido do governo Obama, o *Times* e outros órgãos da imprensa concordaram em omitir o fato em suas matérias sobre o caso. O *Times* posteriormente informou que concordou em não mencionar a ligação de Davis com a CIA depois que autoridades do governo "argumentaram que a revelação desse trabalho específico[63] poria sua vida em risco". (A Associated Press também admitiu que soubera que Davis estava trabalhando para a CIA "logo depois do incidente",[64] mas que não divulgara o fato.) Matérias do *New York Times* referiam-se a Davis como "funcionário americano"[65] e aludiram ao "mistério com relação ao que Mr. Davis estava fazendo com seu conjunto de equipamentos"[66] e às especulações que tais equipamentos haviam gerado na imprensa paquistanesa, mesmo quando o *Times* já sabia que ele trabalhava para a CIA. "Uma coisa[67] é um jornal omitir

informações por acreditar que revelá-las pode pôr vidas em perigo", disse o jornalista e advogado constitucionalista Glenn Greenwald.

> Aqui, porém, o governo dos Estados Unidos passou semanas fazendo declarações públicas extremamente capciosas — como Obama chamando Davis de "nosso diplomata no Paquistão" —, enquanto o *New York Times* ocultava conscientemente fatos que prejudicavam essas afirmações do governo, e isso porque autoridades públicas mandaram que assim procedesse. Isso se chama ser um agente ativo da propaganda governamental.

O primeiro órgão de imprensa de repercussão mundial a mencionar a ligação de Davis com a CIA foi o jornal londrino *The Guardian*. Tanto a CIA quanto seu congênere britânico, o MI-5, pressionaram o jornal para não divulgar essa informação. Finalmente, na edição de 21 de fevereiro, o jornal deu a matéria. "Chegamos à conclusão de que a ligação dele com a CIA[68] era um elemento crítico do caso, que certamente seria um fator em seu julgamento ou em tentativas de libertá-lo", comentou Ian Katz, editor-chefe assistente do *Guardian*. "Os motivos que nos deram para não revelar a informação foram, primeiro, que isso poderia complicar a soltura de Davis — o que não é problema nosso. Se ele fosse um refém em cativeiro, outros fatores estariam em jogo, mas ele está sendo objeto de um processo judicial. A outra razão dada pela CIA foi que haveria retaliações contra ele na prisão." Depois que o *Guardian* publicou a notícia, a CIA autorizou a mídia americana a dá-la também. Em sua primeira matéria em que Davis era ligado à CIA o *Times* citou George Little, porta-voz da Agência: "Nosso pessoal de segurança,[69] espalhado pelo mundo, atua num papel de apoio, fazendo a segurança de autoridades americanas. Não realiza coleta de informações no exterior nem participa de operações clandestinas". Na realidade, a linha divisória entre os guardas de "segurança" da Agência e seus quadros operacionais era quase nula depois de atuarem juntos por uma década no Paquistão e no Afeganistão.

O senador Kerry manteve conversas secretas[70] com o embaixador do Paquistão nos Estados Unidos, Husain Haqqani, ocasião em que se debateu o pagamento de "dinheiro de sangue" às famílias das vítimas de Davis e do

homem atropelado pela equipe de apoio. Embora a CIA e a ISI se guerreassem, com vazamentos para a imprensa e acusações mútuas, tanto o governo dos Estados Unidos quanto o do Paquistão sabiam que Davis seria libertado. A questão era quando e o que a ISI obteria da CIA antes que isso acontecesse. Em meados de fevereiro, quando Davis estava detido havia duas semanas, Panetta, diretor da CIA, conversou com Pasha, chefe da ISI, que exigiu que os Estados Unidos identificassem "todos os Ray Davises[71] que trabalhavam no Paquistão, escondidos de nós". Depois dessa conversa, a ISI concordou em colaborar para intermediar e apoiar um plano de indenização às famílias das vítimas, preparando o caminho para a libertação de Davis.

Em depoimento à Comissão de Inteligência do Senado, um dia depois da visita de Kerry ao Paquistão, Panetta declarou que a relação da CIA com a ISI era "uma das mais complicadas que já vi em muito tempo".[72] Dias depois, a Associated Press obteve o rascunho de uma nota que estava sendo preparada pela agência paquistanesa e dizia que "a ISI está pronta para afastar-se da CIA[73] devido à sua frustração com o que considera uma pressão coercitiva e à sua indignação com o que acredita ser uma operação secreta americana envolvendo centenas de espiões contratados". A nota, nunca divulgada, afirmava que depois dos tiros de Davis, "a conduta da CIA em relação ao incidente praticamente pôs em xeque a parceria [...]. É difícil prever se a relação voltará um dia ao nível de antes do episódio Davis", acrescentando sem evasivas: "O ônus de não prejudicar essa relação entre as duas agências cabe à CIA".

No fim de fevereiro, Davis foi levado a um tribunal em Lahore, onde lhe pediram que assinasse um boletim de ocorrência policial, no qual ele reconhecia ter "assassinado" os dois homens. Davis se recusou a assinar[74] e reiterou sua alegação de que tinha imunidade diplomática. Nesse ínterim, a ISI estava vasculhando as centenas de solicitações de vistos concedidos a americanos nos seis meses anteriores. A ISI alegou que a solicitação da Davis continha "referências e números de telefones falsos"[75] e anunciou que estava procurando fatos semelhantes em outros arquivos de vistos.

Em 25 de fevereiro, a polícia prendeu em Peshawar outro americano prestador de serviços de segurança,[76] Aaron DeHaven, cuja empresa, a Catalyst Services, jactava-se de que sua equipe "estivera envolvida em alguns dos mais importantes acontecimentos dos últimos vinte anos,[77] seja na dissolução da antiga União Soviética, seja na iniciativa dos Estados Unidos na Somália, seja na Guerra Global ao Terror", e que seus integrantes tinham feito "carreira nas Forças Armadas dos Estados Unidos e no DoD dos Estados Unidos". A imprensa paquistanesa não perdeu tempo em tachá-lo de espião, à maneira de Davis, e logo surgiram na imprensa notícias de que "prestadores de serviços" vinham deixando o país às dúzias.[78]

O governo paquistanês queria ser visto como forte e atuante, e Washington se resignava a permitir que ele se mostrasse assim, desde que isso resultasse na libertação de Davis. George Little, da CIA, declarou que os laços da Agência com a ISI "têm sido fortes[79] ao longo dos anos, e se surgem questões a serem dirimidas, nós as resolvemos. Esse é o sinal de uma parceria saudável". Apesar das declarações públicas da CIA, a parceria chegou, na realidade, ao ponto mais baixo de sua história. Para os Estados Unidos, porém, os riscos eram altos demais para permitir que o caso Davis saísse ainda mais do controle. A guerra dos Estados Unidos no Afeganistão dependia inteiramente da cooperação do Paquistão. Sem o apoio de Islamabad, rotas de suprimentos cruciais para os Estados Unidos estariam fechadas. Os generais já tinham aguentado o suficiente.

Em 23 de fevereiro, teve início o ato final da saga Davis, muito longe da prisão onde o americano esperava seu destino. Na verdade, o acordo não foi selado nem no Paquistão, nem nos Estados Unidos, mas sim num hotel de lazer, luxuoso e isolado, numa praia de Mascate, capital de Omã, uma nação da Península Arábica. A respeito da reunião, uma nota paquistanesa afirmava:

> O que faz uma pessoa quando quer refletir seriamente[80] e impor juízo a uma situação enlouquecedora? Afasta-se da turba desvairada e procura um pacífico resort de luxo omaniano, é

claro. Pois foi isso o que fizeram as lideranças militares dos Estados Unidos e do Paquistão.

Numa sala privada, as figuras mais poderosas das Forças Armadas dos Estados Unidos se reuniram com seus congêneres paquistaneses. Liderada pelo almirante Mullen, a delegação americana era integrada[81] pelo almirante Eric Olson, comandante do Comando de Operações Especiais dos Estados Unidos; o general David Petraeus; e o general James Mattis, comandante do Centcom. Reuniram-se com a mais alta autoridade militar do Paquistão, o general Ashfaq Parvez Kayani, e com o general de divisão Javed Iqbal, seu diretor-geral de Operações Militares. "A relação Estados Unidos-Paquistão vem se deteriorando à medida que crescem as especulações sobre as intenções dos Estados Unidos no Paquistão", assim começava a nota. "O caso Davis trouxe todas essas suspeitas à tona."

Referindo-se à suposta cisão entre a CIA e a ISI, a nota dizia que as autoridades militares americanas "tinham de destacar que assim que ultrapassasse um ponto crucial, a situação seria assumida por forças políticas que não poderiam ser controladas". De acordo com a nota, a delegação americana pediu aos generais paquistaneses que "tomassem a frente e fizessem o que os governos não estavam conseguindo fazer — principalmente porque as Forças Armadas americanas estavam numa fase crítica no Afeganistão, e o Paquistão era a chave para o controle e a solução". E a nota concluía:

> As lideranças militares, a partir de agora, hão de instruir e guiar seus líderes civis, confiantes em trazer uma mudança qualitativa ao relacionamento Estados Unidos-Paquistão, interrompendo a deterioração do processo e encaminhando-o na direção correta.

Depois do encontro de Omã, fontes da ISI declararam que a CIA concordara em não realizar operações unilaterais no Paquistão em troca de seu apoio na libertação de Davis. "Eles não farão nada, escondido de nós,[82] que resulte em morte ou prisão de pessoas", afirmou uma autoridade paquistanesa ao *Guardian*. Isso, é claro, não era verdade. Nem sequer se sabe ao certo se a CIA

prometeu isso. O *New York Times* informou que autoridades americanas "insistiram [...] que a CIA não fez promessa alguma[83] de reduzir operações secretas no Paquistão ou de dar ao governo paquistanês ou à sua Agência de Inteligência uma lista de espiões americanos que atuam no país — afirmações que as autoridades paquistanesas contestaram".

Seja como for, os Estados Unidos e o Paquistão começaram a concatenar um plano para usar a *sharia*, a lei islâmica, para libertar Davis. A partir do momento em que Davis atirou nos dois homens em Lahore, as famílias de suas vítimas e a do terceiro homem, atropelado pela equipe de apoio, insistiram publicamente que não desejavam pagamento ou propina, mas sim que Davis fosse julgado e enforcado.[84] No leito de morte, Shumaila Kanwal, viúva de Faheem, disse temer que não se fizesse justiça por causa de um acordo político. Durante semanas, multidões de manifestantes coléricos protestaram a cada sessão judicial, exigindo que Davis fosse acusado e julgado. Essa não era uma opção nem para os Estados Unidos nem para o Paquistão.

O espetáculo já tinha durado mais que o suficiente. E seu fim foi coreografado meticulosamente pelos dois governos. De conformidade com a cláusula de *diyyat* da *sharia*, as famílias de uma vítima podiam "perdoar" o acusado e, em troca, aceitar um pagamento vulgarmente chamado de "dinheiro de sangue". Com isso, o processo criminal contra Davis seria interrompido. No entanto, isso exigia o consentimento das famílias das vítimas.

Em 16 de março, agentes paquistaneses não identificados levaram à força[85] dezenove parentes das vítimas, homens e mulheres, à prisão de Kot Lakhpat. Aquele seria o dia do julgamento de Raymond Davis. Nem o público, nem repórteres puderam entrar. Segundo o ministro da Justiça do Punjab, Rana Sanaullah, Davis era acusado de homicídio.[86] Entretanto, em vez de assistir à apresentação de provas, aos depoimentos de testemunhas e ao interrogatório de Davis, os parentes das vítimas receberam ordem de assinar documentos pelos quais perdoavam o americano. "Eu e meu assistente[87] fomos mantidos em detenção forçada durante horas", declarou um advogado da família de

Faizan Haider. Cada um dos dezenove parentes foi levado diante do juiz, sendo-lhe perguntado se perdoava Davis. Sob intensa pressão, todos responderam que sim. O juiz então extinguiu o processo contra Davis e determinou sua libertação. "Tudo aconteceu no tribunal e de acordo com a lei", declarou Sanaullah. "O tribunal absolveu Raymond Davis. Agora ele pode ir aonde quiser."[88] Como disse o brigadeiro paquistanês reformado F. B. Ali, "a cláusula de *diyyat*[89] é muito apreciada pelos ricos e poderosos nas sociedades muçulmanas onde ela vigora. Ela literalmente lhes permite evitar a condenação por homicídio".

Ao todo, as famílias receberam 2,3 milhões de dólares. Numa visita ao Cairo, a secretária de Estado Hillary Clinton elogiou a solução. "As famílias das vítimas do incidente de 27 de janeiro perdoaram Mr. Davis, e estamos muito gratos pela decisão deles", disse ela. "Agradecemos as medidas que tomaram e que possibilitaram a Mr. Davis voltar para casa." Interrogada a respeito dos pagamentos às famílias, ela declarou: "Os Estados Unidos não pagaram compensação alguma".[90] Com efeito, o Paquistão foi que efetuou o pagamento,[91] que os Estados Unidos depois reembolsariam, usando o orçamento da CIA.

Quando Raymond Davis saiu do tribunal, depois da ordem de soltura, lágrimas escorriam pelo seu rosto, enquanto os parentes das vítimas continuavam sentados, num silêncio atônito, alguns soluçando. Davis foi levado depressa para um comboio de carros com chapas diplomáticas e conduzido diretamente a um aeródromo onde embarcou num avião "especial"[92] — do tipo usado pelo programa de transferências clandestinas de presos da CIA. O aparelho cruzou o espaço aéreo do Afeganistão, rumo a Bagram,[93] e Davis desapareceu. "Ele se foi", disse o tenente-coronel Shaffer, sorrindo.

Vinte e quatro horas após a libertação de Davis, um ataque americano com drones[94] matou cerca de quarenta pessoas no Waziristão do Norte. Talvez as coisas pudessem voltar agora ao que eram antes do caso Davis. Mas apenas seis semanas depois que ele foi retirado às pressas do Paquistão, a guerra

secreta que ele ajudara a fazer saltaria para a primeira página de todos os jornais do mundo, quando helicópteros do JSOC adentraram em território paquistanês na calada da noite e rumaram para a cidade de Abbottabad. Sua missão: matar o homem mais procurado do mundo.

47. O tsunami da mudança

ÁUSTRIA E IÊMEN, 2011 — Em meados de 2011, o Iêmen se viu engolfado pela revolução que varria o mundo árabe. A revolta popular contra os regimes opressivos na região começara em dezembro de 2010, quando Mohamed Bouazizi, camelô tunisiano de 26 anos, optou pela medida extrema. O jovem vendedor de frutas e verduras se esfalfava a cada dia nas ruas de Sidi Bouzid, cidadezinha pobre e rural, para ganhar alguma coisa, enfrentando o assédio constante da polícia e de funcionários municipais, que lhe exigiam propinas. Nesse dia em particular, as autoridades lhe tiraram a única fonte de renda, ao confiscarem sua carrocinha[1] e suas mercadorias, porque ele não tinha a licença exigida. Furioso, Bouazizi correu ao gabinete do governador, que não quis recebê-lo.[2] Então, transtornado, foi a um posto de gasolina,[3] encheu um jarro de combustível e postou-se no meio do trânsito. Eram 11h30 da manhã. "Como é que vocês querem que eu ganhe a vida?", gritou, antes de empapar-se de gasolina. Riscou um fósforo e seu corpo ardeu em chamas.

Daí a poucos meses, protestos gigantescos contra regimes apoiados pelos Estados Unidos no mundo árabe agitavam as capitais do Oriente Médio e do norte da África, num levante que se tornou conhecido como a Primavera Árabe. Vários ditadores caíram, um atrás do outro: Zine El Abidine Ben Ali, na Tunísia, foi o primeiro deles. Em 25 de janeiro, começou uma rebelião contra o ditador egípcio Hosni Mubarak, que acabou por derrubar o regime. Os iemenitas viam seus irmãos e irmãs árabes, em outros países, tirar do poder os ditadores que os governavam desde quando podiam lembrar.

Menos de duas semanas depois, dezenas de milhares de pessoas convergiram para uma praça no centro de Sana'a e mudaram-lhe o nome para Praça da Mudança. Anunciaram que não sairiam dali até que o presidente Saleh e sua família fossem alijados do poder. Um novo número da *Inspire* coincidiu com a propagação dos protestos no Iêmen. Sua reportagem de capa sobre os levantes árabes, "o tsunami da mudança", levava a assinatura de Anwar Awlaki. "A primeira mudança trazida por essa mudança, e provavelmente a mais importante,[4] é de natureza mental. Ela trouxe uma mudança para o espírito coletivo da Ummah. A revolução rompeu, nos corações e nas mentes, as barreiras do medo de que os tiranos não pudessem ser eliminados", escreveu Awlaki. "Não sabemos ainda qual será o resultado disso, nem precisamos saber. O resultado não terá de ser um governo islâmico para que consideremos o que está acontecendo como um passo na direção certa." Awlaki defendeu os protestos contra o regime do Iêmen, apoiado pelos Estados Unidos, ao escrever: "Qualquer debilitação do governo central produzirá, sem dúvida, mais força para os mujahedin nesta terra abençoada".

Em 18 de março de 2011, mais de 100 mil manifestantes iemenitas se reuniram em ruas próximas à Universidade de Sana'a para as orações da sexta-feira. Terminadas as orações, quando as pessoas se dispersavam, as forças de segurança do governo e milícias pró-Saleh abriram fogo contra a multidão,[5] matando mais de cinquenta pessoas. Algumas foram baleadas na cabeça por atiradores de elite. Três dias depois, o regime de Saleh sofreu um duro golpe, quando o mais poderoso militar do Iêmen, o general Ali Mohsin al-Ahmar, comandante da 1ª Divisão Blindada, apoiou os protestos e comprometeu-se a defender a "revolução pacífica e jovem"[6] do Iêmen. Outros militares importantes logo o imitaram. Altas autoridades civis, entre as quais dezenas de embaixadores e diplomatas, anunciaram que estavam deixando seus cargos. Destacados líderes tribais, que durante muito tempo tinham sido os mais importantes esteios do poder de Saleh, bandearam-se para a oposição.

No momento em que a revolução no Iêmen ganhava força, os Estados Unidos começavam uma campanha de bombardeios em apoio a rebeldes

armados na Líbia, que acabariam por derrubar o regime do coronel Muammar el Qaddafi. No Iêmen, porém, o governo americano fazia um jogo muito diferente. Afinal, a AQPA no Iêmen fora declarada a mais grave ameaça externa para o território dos Estados Unidos. Os planejadores das operações militares e de Inteligência concordavam com a avaliação de Awlaki de que a instabilidade no Iêmen beneficiaria a AQPA. No Egito, o ditador Hosni Mubarak, durante muito tempo apoiado pelos Estados Unidos, fora derrubado, tal como outros líderes de regimes ligados a Washington. Em seu número sobre a Primavera Árabe, a *Inspire* publicou um anúncio — uma fotografia de Ali Abdullah Saleh com o dedo indicador sobre a boca, num gesto de "silêncio!". "Ei, Ali, Mubarak acaba de cair", dizia o letreiro. "Adivinhe quem será o próximo."

Embora a secretária de Estado Hillary Clinton e outras autoridades americanas condenassem a violência no Iêmen, não chegaram nem perto de pedir o fim do regime ou de instar por uma ação militar internacional para confrontar a brutalidade das forças de segurança iemenitas. Em vez disso, os Estados Unidos preferiram recomendar uma "solução política".[7] Dias depois do massacre em Sana'a, perguntaram ao secretário de Defesa, Robert Gates, que fazia uma visita a Moscou, se os Estados Unidos ainda apoiavam Saleh. "Não creio que caiba a mim[8] discutir os assuntos internos do Iêmen", respondeu Gates. O que ele disse em seguida deixou claríssimo quais eram as prioridades americanas:

> É óbvio que estamos preocupados com a instabilidade no Iêmen. Acreditamos que a Al-Qaeda na Península Arábica, que se concentra sobretudo no Iêmen, talvez seja a mais perigosa de todas as ramificações da Al-Qaeda neste momento. Por conseguinte, a instabilidade e o desvio da atenção em relação à ameaça da Al-Qaeda constituem, com certeza, minha principal preocupação no que diz respeito à situação.

Nessa época, o governo Obama levava a cabo seu programa de treinar e equipar as forças militares e de segurança do Iêmen, entre as quais estavam algumas das mesmas unidades que estavam reprimindo protestos pacíficos contra o governo.

"A apática reação dos Estados Unidos[9] demonstra até que ponto nossa política no Iêmen é míope", disse-me na época Joshua Foust, o ex-analista da DIA.

> Docilmente, consentimos na brutalidade de Saleh, devido ao medo infundado de que nossos programas de contraterrorismo sejam interrompidos, sem, aparentemente, nos darmos conta que, ao assim proceder, estamos praticamente garantindo que o próximo governo há de desaprovar exatamente esses programas.

Gregory Johnsen disse-me que algumas preocupações de Washington eram também dele, mas que a obsessão míope com o terrorismo era contraproducente. A queda de Saleh "poderia, decerto, ter algum impacto negativo[10] sobre as operações de contraterrorismo dos Estados Unidos no Iêmen", disse ele, acrescentando: "Preocupa-me em especial o fato de a AQPA estar conseguindo armas e dinheiro em certas partes do país, à medida que os militares sofrem reveses em áreas remotas". O Iêmen tem "vários problemas mais prementes, todos os quais, se deixados sem solução, ajudarão a AQPA a ganhar força nos próximos anos", advertiu Johnsen. "Não existe, no Iêmen, nenhuma solução do tipo 'míssil mágico' para o problema da AQPA. Os Estados Unidos simplesmente não podem bombardeá-la até acabar com ela."

A julgar por suas políticas, o governo Obama pensava de outro modo.

O irmão caçula de Anwar Awlaki, Ammar, era em tudo diferente dele. Enquanto Anwar abraçava uma interpretação radical do Islã e pregava a jihad contra os Estados Unidos, Ammar fazia carreira numa empresa de petróleo no Iêmen. Ammar estudara no Canadá e tinha boas conexões políticas. Usava calças jeans, óculos Armani estilosos e deixara uma barbicha. Penteava o cabelo para trás e sempre tinha o modelo de iPhone mais recente. Vira Anwar pela última vez em 2004. Em fevereiro de 2011, Ammar estava em Viena, na Áustria, numa viagem de negócios. Tinha acabado de voltar para o hotel, depois de jantar com um colega austríaco, quando o telefone tocou em seu

apartamento. "Como vai, Ammar?",[11] disse um homem com sotaque americano. "Minha mulher conhece a sua e eu tenho um presente para ela." Ammar desceu ao saguão, onde viu um homem alto e magro, que vestia um terno azul bem cortado. Apertaram-se as mãos. "Podemos conversar um pouco?", perguntou o homem, e sentaram-se no saguão. "Na verdade, eu não trouxe um presente para a sua mulher. Vim dos Estados Unidos e preciso conversar com você sobre o seu irmão."

"Imagino que você seja do FBI ou da CIA", disse Ammar. O homem sorriu. Ammar pediu-lhe uma identificação. "Vamos, não somos do FBI, não temos crachás que nos identifiquem assim", disse o homem. "O máximo que posso fazer é lhe mostrar meu passaporte diplomático."

"Chame-me de Chris", disse o americano.

"Qual era seu nome ontem?", retrucou Ammar.

Chris deixou claro que trabalhava para a CIA e disse a Ammar que os Estados Unidos tinham uma Força-tarefa dedicada a "matar ou capturar seu irmão". Disse também que os Estados Unidos desejavam pegar Anwar vivo, mas que o tempo estava se esgotando. "Ele vai ser morto", disse Chris a Ammar. "Nesse caso, por que você não ajuda a salvar a vida dele, ajudando-nos a capturá-lo?" Acrescentou: "Você sabe que há uma recompensa de 5 milhões de dólares pela cabeça de seu irmão. Você não vai nos ajudar de graça".

Ammar disse a Chris que não queria o dinheiro, e o americano respondeu:

> Esses 5 milhões ajudariam a educar os filhos [de Anwar]. Os Estados Unidos são muito francos, e só vou lhe dizer uma coisa. Há uma recompensa de 5 milhões de dólares, que estão aí para quem quiser. E em vez de deixar que alguém fique com ela, por que você não se habilita a esse dinheiro e ajuda a fazer com que os filhos de Anwar tenham uma educação decente?

"Acho que não há necessidade de nos encontrarmos de novo", disse Ammar a Chris, reiterando que não fazia ideia de onde estava Anwar. Mesmo assim, Chris lhe disse que pensasse no assunto. Que o discutisse com a família. "Podemos nos encontrar quando você for a Dubai daqui a duas semanas."

Ammar ficou estupefato. Seus bilhetes para essa viagem nem tinham sido comprados ainda, e os detalhes ainda estavam sendo debatidos. Chris deu a Ammar um endereço eletrônico — uma conta do Hotmail — e disse que esperaria seu contato.

Ammar retornou ao Iêmen. "Conversei com minha mãe e meu irmão [não Anwar], e eles disseram: 'Não dê ouvidos. Não responda a eles, nem entre em contato. Só não ouça'." Ammar ignorou os e-mails que recebeu de Chris.

48. A fortaleza de Abbottabad

WASHINGTON, DC, 2010-1; PAQUISTÃO, 2011 — Enquanto a caçada de Anwar Awlaki pelos americanos se intensificava, o homem mais procurado do mundo se escondia ficando à vista de todos. Durante anos, acreditou-se que Osama bin Laden estivesse morando numa caverna ou escondido nas áreas tribais ao longo da fronteira entre a África e o Paquistão. Havia autoridades americanas que pensavam que os Estados Unidos jamais o capturariam, enquanto alguns analistas de terrorismo supunham que Bin Laden já estivesse morto. No entanto, ele estava bem vivo e morando num bairro de classe média, Bilal Town, em Abbottabad, no Paquistão, numa ampla propriedade murada, a cerca de um quilômetro e meio da principal academia militar do Exército paquistanês.

Não se sabe com certeza quando Bin Laden se mudou para Abbottabad, mas a propriedade acabou de ser construída[1] em 2005. E a casa fora, claramente, feita para esconder a vida de seus moradores. O líder da Al-Qaeda morava no terceiro andar da casa principal da propriedade, com três de suas mulheres e vários filhos. A residência fora habilmente projetada para que ninguém pudesse ver seu interior. Quase não tinha janelas, com exceção de aberturas estreitas[2] numa parede. Por ironia, foram exatamente essas características da casa que, em 2 de maio de 2011, impediram que Bin Laden visse os bem armados SEALs da Marinha dos Estados Unidos que sobrevoavam o Paquistão numa missão destinada a pôr fim à sua vida.

⋆ ⋆ ⋆

Antes disso, a última oportunidade real dos Estados Unidos para matar ou capturar Osama bin Laden ocorrera uma década mais cedo, no inverno de 2001, em Tora Bora, no Afeganistão. Uma interrupção na coordenação entre o Pentágono e a CIA arruinara a operação, fazendo com que Bin Laden e seu braço direito, Zawahiri, desaparecessem — segundo alguns pensavam, para sempre. Durante os dez anos seguintes, um grupo de resolutos analistas da CIA seguiu uma pista atrás da outra, chegando sempre a becos sem saída. Sem quaisquer recursos de inteligência humana dentro da Al-Qaeda, sem sinais provenientes do próprio Bin Laden e com pouca esperança de ajuda por parte de autoridades nas regiões onde se acreditava que ele pudesse estar, a CIA tinha as mãos atadas. Em 2005, a unidade Bin Laden foi dissolvida,[3] embora alguns analistas continuassem a perseguir o líder da Al-Qaeda.

Em sua campanha eleitoral, Barack Obama se comprometera a fazer do Afeganistão e da luta contra a Al-Qaeda a pedra angular de sua política contra o terrorismo, e censurava o governo Bush por ter cometido erros na caça a Bin Laden. Eleito presidente, Obama determinou a Leon Panetta, diretor da CIA, que desse prioridade à busca, declarando, em maio de 2009, que a morte ou captura de Bin Laden seria a "meta número um"[4] de Panetta. As ordens de Obama tinham injetado vida nova — e mais recursos — na busca que, durante quatro anos, fora realizada, basicamente, por um pequeno número de analistas da CIA. Enquanto a Agência revigorava seus esforços para localizar Bin Laden, nem todos na IC acreditavam que o esforço levaria a resultados positivos. Em abril de 2010, o general de divisão Michael Flynn declarou a Michael Hastings, repórter da revista *Rolling Stone*: "Não creio que consigamos pegar Bin Laden", acrescentando: "Acho que um dia vamos receber um aviso[5] dos paquistaneses: 'Bin Laden está morto, capturamos Al-Zawahiri'". Na época, Flynn era o mais graduado oficial de Inteligência no Afeganistão e Paquistão e estava subordinado diretamente ao general McChrystal. Como

observou Hastings, Flynn "tinha acesso aos mais detalhados e sigilosos relatórios da Inteligência".

Entretanto, em agosto de 2010, a CIA conseguiu seu maior avanço no caso desde Tora Bora, quando um de seus agentes no Paquistão detectou Abu Ahmed al-Kuwaiti em Peshawar. Fazia muito tempo que Kuwaiti estava no radar da CIA, e vários membros da Al-Qaeda, capturados e interrogados por forças americanas logo após o Onze de Setembro, haviam-no apontado[6] como um importante assistente de Bin Laden e seu principal mensageiro. O agente da CIA no Paquistão seguira o jipe Suzuki branco de Kuwaiti,[7] durante duas horas, de Peshawar até Abbottabad. Examinando em minúcia a propriedade, que segundo eles lembrava uma "fortaleza",[8] os analistas da CIA descobriram que ela não tinha telefone nem conexão com a internet, e que os residentes queimavam o próprio lixo,[9] cultivavam suas próprias verduras[10] e criavam seus próprios frangos e vacas. A cada semana, matavam dois cabritos. Os analistas sabiam que tinham em sua mira um dos mais importantes auxiliares de Bin Laden, mas sabiam também que um peixe mais graúdo poderia estar morando na propriedade — talvez o maior de todos. Decidiram não tentar capturar Kuwaiti, esperando que ele os levasse ao próprio Bin Laden.

No fim do outono, Panetta pediu aos analistas que compilassem uma lista de 25 maneiras[11] de extrair informações do interior da propriedade. Já tinham pensado em instalar dispositivos de escuta no sistema de esgoto, ou uma câmera numa árvore próxima. De acordo com o escritor Peter Bergen:

> Uma das ideias aventadas foi atirar na propriedade bombas de fedor[12] para fazer com que os ocupantes da propriedade saíssem de casa. Outra foi jogar com o presumido fanatismo religioso dos habitantes da propriedade e transmitir, do lado de fora, uma suposta "Voz de Alá" dizendo: "Ordeno-vos que saiam para a rua!".

Por fim, a CIA mobilizou um médico paquistanês para administrar um falso programa de vacinação contra hepatite b no bairro.[13] A Agência queria que o médico e sua "equipe" tivessem acesso à propriedade e obtivessem amostras de DNA dos ocupantes, que seriam comparadas com as amostras que a Agência

já possuía da irmã falecida de Bin Laden. O médico envolvido no plano, Shakil Afridi, vinha das regiões tribais do Paquistão. A CIA pagou a Afridi para dirigir o falso programa, que teria início nas áreas mais pobres de Abbottabad, a fim de ganhar foros de legitimidade. Por fim, o plano fracassou e nem Afridi nem sua equipe conseguiram obter as amostras de DNA.[14] Afridi acabou sendo detido e preso pelas autoridades paquistanesas por trabalhar para a CIA.

No fim do verão e começo do outono de 2010, os analistas da CIA começaram a fazer circular memorandos referentes ao significado do mensageiro e sua relação com Bin Laden, entre eles um que se intitulava "Fechando o cerco sobre o correio de Osama bin Laden" e outro intitulado "Anatomia de uma pista".[15]

A CIA montou um "aparelho" em Abbottabad e aprofundou sua análise do "sistema de vida"[16] dos residentes da propriedade. Além da família de Kuwaiti e da de seu irmão, logo descobriram que uma terceira família morava no terceiro andar da maior casa da propriedade. Mediante análises de sombras obtidas por fotos aéreas, os analistas da CIA detectaram uma pessoa, que acreditavam ser um homem, que fazia passeios diários no pátio interno da propriedade, numa pequena horta — mas apenas debaixo de uma lona, o que impedia que drones ou satélites obtivessem algo além de uma silhueta de sua imagem. Não tinham como determinar a estatura do homem. Internamente, os analistas da CIA o chamavam de "o Caminhante".[17]

Em janeiro de 2011, no consenso geral da CIA, provavelmente o Caminhante era o próprio Bin Laden. O presidente Obama pediu a sua equipe de contraterrorismo que preparasse um leque de opções de ação. O subsecretário de Defesa, Michael Vickers, Panetta e seu assistente, Mike Morell, reuniram-se com o almirante McRaven na sede da CIA e leram para ele um relatório da Inteligência recebido de Abbottabad: "Em primeiro lugar, parabéns[18] pela obtenção de uma pista tão boa", disse-lhes McRaven.

> Em segundo, essa é uma incursão relativamente rotineira para o JSOC. Fazemos isso dez, doze, catorze vezes por noite. O que complica a situação aqui é que esse lugar fica a 240 quilômetros da fronteira do Paquistão, e o fator complicador é a logística para chegar até lá e, depois, o aspecto

político, de explicar a incursão. Quero pensar um pouco a respeito, mas meu instinto diz que devo pôr um membro muito experiente de uma unidade especial para trabalhar diretamente com vocês, um homem que vá à CIA todos os dias e, basicamente, comece a planejar e dar corpo a algumas opções.

O *Wall Street Journal* publicou uma reportagem em que dizia que

McRaven destacou[19] um experiente oficial de operações especiais — um capitão da Marinha, membro da Equipe 6 dos SEALs, uma das unidades de Forças Especiais — para trabalhar na chamada AC1, ou Complexo Abbottabad 1. O capitão trabalhou todos os dias com a equipe da CIA, numa instalação segura e remota na área da Agência em Langley, Virgínia.

No papel, qualquer incursão contra a propriedade seria realizada usando a CIA como fachada, de modo que, se ela desse errado, os Estados Unidos pudessem negar a operação. Na realidade, porém, os homens de McRaven comandariam o espetáculo. Dentro da CIA, a operação AC1 logo se tornou conhecida como "Atlantic City".[20]

A CIA e a equipe de segurança nacional pensaram em várias outras opções[21] além da incursão de uma equipe de SEALs. Imaginaram um ataque com um avião B-2 contra a propriedade, semelhante à operação que matou Zarqawi no Iraque. No entanto, esse cenário apresentava diversos riscos de monta: seria quase impossível obter DNA para confirmar a morte de Bin Laden, e o bombardeio com certeza mataria não só todas as mulheres e crianças na propriedade, como também, possivelmente, outros residentes do bairro. Um ataque com drone sempre era uma opção no Paquistão, porém as condições na propriedade tornavam imprevisíveis as possibilidades de um impacto direto. Além de tudo, havia o fato de que Raymond Davis, prestador de serviços para a CIA, ainda estava detido numa prisão do Paquistão, enfrentando acusações de homicídio e apelos para que fosse executado. Qualquer ação unilateral dos Estados Unidos, enfureceria, sem dúvida, o governo paquistanês. Alguns analistas temeram que Davis fosse morto em retaliação.[22]

Por fim, a equipe de contraterrorismo de Obama concluiu que uma incursão do JSOC, realizada por SEALs experientes da Marinha, sob o comando

de MacRaven, seria a melhor solução para resolver o problema. O JSOC já fizera incursões no Paquistão antes, mas nunca adentrara tanto no território, nem usando uma força grande como seria essa. Eram altos os riscos de que o governo paquistanês localizasse os helicópteros, que teriam de penetrar 240 quilômetros no país, e os derrubasse. McRaven começou a juntar uma equipe de SEALs, preparando-os para uma operação delicada, mas sem lhes dizer o objetivo da missão. Assim que Raymond Davis foi libertado, em 16 de março, os preparativos para a operação se aceleraram.

Os homens de McRaven se prepariam para a missão num lugar secreto na Carolina do Norte e em outro no deserto de Nevada.[23]

Um dos SEALs que faziam parte dos exercícios era Matt Bissonnette, veterano do DEVGRU, que passara os últimos dez anos participando de uma série praticamente ininterrupta de operações de combate que o levavam para trás de linhas inimigas, na guerra americana contra o terror, depois do Onze de Setembro. Bissonnette tinha estado em missões no Afeganistão, no Iraque, no Chifre da África e, como quis o destino, no Paquistão. Na verdade, tinha participado de uma tentativa anterior para capturar Bin Laden, em 2007, que ele classificou como "uma furada".[24] Fora subindo nas fileiras das Operações Especiais, até tornar-se líder de equipe no DEVGRU.

Bissonnette e outros quadros operacionais do JSOC foram chamados a um Centro Sigiloso de Informação Compartimentada, onde os telefones são proibidos e as paredes são revestidas de chumbo para impedir o uso de dispositivos de escuta eletrônica. Segundo Bissonnette, "quase trinta pessoas na sala,[25] entre membros do SEALs, um técnico do Descarte de Material Explosivo (Explosive Ordenance Disposal, EOD) e mais dois caras de apoio". Os homens receberam poucas informações além de que seriam enviados à Carolina do Norte para um "exercício de prontidão conjunta". Não lhes deram pista alguma do que os esperava. "Havia muita experiência naquela sala. Os que estavam ali vinham de equipes diversas", recordou Bissonnette. "Em

geral, cada equipe sempre tinha um cara mais novo que levava a escada e a marreta. Mas olhando em volta só víamos veteranos." E acrescentou: "Eles estavam formando uma espécie de *dream team*, ou time dos sonhos".[26]

Segundo Bissonnette, "a especulação correu à solta".[27] Alguns homens previram que seriam mandados à Líbia. Outros apostaram na Síria ou no Irã. Quando os SEALs chegaram à base de treinamento na Carolina do Norte, receberam instruções. O alvo da missão misteriosa era, na verdade, Osama bin Laden. "Ah, essa não",[28] comentou Bissonnette.

Vinte e oito elementos altamente experientes do DEVGRU tinham sido escolhidos para a operação,[29] incluindo um especialista em explosivos. Também faziam parte da equipe um cão de combate, chamado Cairo, e um intérprete. Quatro substitutos tinham sido incluídos na missão, para o caso de um dos SEALs se contundir no treinamento. No Afeganistão, se juntaria ao destacamento de estrelas um SEAL que Bissonnette chamou de "Will", que aprendera a falar árabe sozinho e seria capaz de fazer interrogatórios sobre a missão.

Com a ajuda de analistas da CIA, os homens decoraram a maquete complicada da propriedade, exibida do lado de fora da sala de instruções. A maquete, de isopor, estava sobre uma base quadrada de compensado, com 1,5 metro de lado. Ficava numa caixa de madeira quando não era usada. O modelo mostrava "a casa de Bin Laden com incrível riqueza de detalhes,[30] incluindo as arvorezinhas do pátio e carros na entrada da garagem e na rua que passava pelo lado norte do conjunto", escreveu Bissonnette mais tarde. "Mostrava também onde ficavam os portões e portas de acesso, as caixas-d'água no teto, e até o arame farpado que corria pelo topo do muro. Um gramado cobria o pátio principal. Até as casas vizinhas e os campos eram representados quase nos mínimos detalhes."

Os SEALs foram apresentados ao Caminhante. Numa exposição feita pela CIA intitulada "Caminho para Abbottabad",[31] foram postos a par do trabalho de Inteligência, durante anos, para rastrear o líder da Al-Qaeda. Dias depois de chegarem à Carolina do Norte, os homens tiveram seu primeiro vislumbre do

Caminhante, por meio de um vídeo em preto e branco. Viram-no caminhar em círculos sob um "toldo improvisado" no pátio da propriedade. Em certa ocasião, um helicóptero militar paquistanês passou sobre a propriedade enquanto o Caminhante estava do lado de fora. "Não vimos o Caminhante correr para um carro e fugir. No mesmo instante, todos pensamos a mesma coisa", lembrou Bissonnette. "Aquilo significava que ele estava habituado ao barulho de helicópteros."[32]

A avaliação da CIA informou aos homens que se acreditava que Bin Laden estivesse morando no terceiro andar da propriedade, e seu filho Khalid, no segundo. Com exceção de conjecturas bem informadas, segundo as quais os residentes da propriedade ocupariam este ou aquele andar, os homens do DEVGRU não faziam ideia de como era o interior das casas. Só saberiam quando entrassem nelas. A equipe usaria várias palavras "profissionais" para informar sobre o avanço da missão pelo rádio, pois palavras curtas e isoladas reduziriam o tráfego de rádio e a confusão. De acordo com Bissonnette, "para essa missão[33] escolhemos palavras que tinham como tema 'indígenas americanos'". Bin Laden seria chamado de "Geronimo".

À medida que os SEALs se preparavam para a missão, McRaven fazia exposições a Obama e sua equipe de segurança nacional. "Em termos de dificuldade,[34] comparada com o que fazemos todas as noites no Afeganistão e com o que fazemos no Iraque, essa missão não é uma das mais difíceis do ponto de vista técnico. A parte difícil foi a questão da soberania com o Paquistão e voar durante longo tempo dentro do espaço aéreo paquistanês", disse McRaven. Tony Blinken, consultor de segurança nacional do vice-presidente Biden, assim descreveu o impacto da análise de McRaven: "Antes de mais nada, o fato de ele pertencer ao elenco central ajuda",[35] disse Blinken a Bergen.

> Ele parece talhado para o papel, de modo que inspira confiança, mas a gente fica também com uma impressão fortíssima de que ele não é um sujeito que vai se gabar ou jactar-se. É um sujeito que expõe a avaliação com muita honestidade, e por isso quando falou foi recebido com muita

credibilidade, o que também criou uma enorme confiança. E basicamente o que McRaven nos disse foi que, depois de terem planejado, analisado e treinado a missão, ele decidiu: "Podemos fazer isso".

Enquanto os SEALs faziam manobras preparatórias para a operação na Carolina do Norte e no deserto de Nevada, vários figurões do governo, das Forças Armadas e da CIA presenciavam alguns exercícios. Segundo Bissonnette, durante uma sessão, alguém perguntou se a incursão era para matar. "Um advogado[36] do DoD ou da Casa Branca salientou que não era para ser assassinato", contou. "Se estiver nu, com as mãos para cima, você não vai lutar com ele", disse o advogado. "Não sou eu quem vai lhes dizer como devem fazer seu trabalho."

A equipe de SEALs foi mandada para Jalalabad, no Afeganistão, antes da missão. Bissonnette estendeu uma rede no avião, preparando-se para a longa viagem. Alguns homens engoliram um comprimido de sonífero para o longo voo transatlântico. Analistas da NSA e da CIA juntaram-se aos SEALs. Logo depois que o avião decolou, Bissonnette ocupou um assento vago ao lado de uma analista da CIA e lhe perguntou: "Quais são as probabilidades?".[37] De que o homem na propriedade fosse Bin Laden, é claro. "Cem por cento", ela respondeu. Bissonnette recostou-se, lembrando-lhe que já tinha escutado essas afirmações da boca de analistas de Inteligência e que tinham se revelado infundadas. A analista da CIA mostrou-se ainda mais convicta de sua avaliação, dizendo a Bissonnette que não apoiara a ideia da incursão e teria preferido um ataque aéreo. "Às vezes o chefe do JSOC é o grande gorila da sala", disse ela. "Eu gostaria de poder simplesmente apertar um botão e lançar-lhe uma bomba." Bissonnette respondeu: "Vocês fizeram a parte mais árdua do trabalho para nos trazer até aqui", acrescentando: "Mas estamos muito felizes por ter nossos trinta minutos de diversão".

Na manhã de sexta-feira, 29 de abril, às 8h20 da manhã,[38] Obama encontrou-se com Thomas Donilon, consultor de Segurança Nacional, seu assistente Dennis McDonough, John Brennan e o chefe do Estado-Maior William Daley na Sala de Recepção Diplomática da Casa Branca. Obama anunciou aos presentes, dispostos num semicírculo: "Tomei a decisão. Vamos

lá.[39] E a única coisa capaz de nos fazer não ir é se Bill McRaven e sua gente julgarem que as condições do tempo ou do solo aumentam o risco para as nossas forças".

A missão teria o nome de operação Lança de Netuno, homenagem ao tridente do deus romano do mar, símbolo comum nos equipamentos dos SEALs que aparece no quepe da unidade.

Em sua segunda noite em Jalalabad, Bissonnette e outros SEALs sentaram-se em torno de uma fogueira, discutindo em que parte do corpo de Bin Laden atirariam. "Tentem não acertar o filho da puta no rosto",[40] disse um SEAL que ele chamava de "Walt". "Todo mundo vai querer ver a foto." Os homens especularam a respeito de como aquela incursão favoreceria a carreira de seus oficiais comandantes. Bissonnette previu que McRaven seria promovido a comandante do Socom.[41] "E vamos reeleger Obama, com certeza",[42] acrescentou Walt. "Já posso vê-lo falando como matou Bin Laden."

A incursão, planejada para a noite de sábado, 30 de abril, coincidia com o Jantar dos Correspondentes da Casa Branca, o que significava que o presidente e praticamente todos os membros graduados de sua equipe de segurança nacional estariam socializando com a elite da imprensa e com celebridades de Hollywood enquanto se desenrolava a incursão. Alguns assessores do presidente queriam adiar a operação para depois do jantar, por temerem que se algo desse errado, obrigando o presidente e outras autoridades a deixarem o evento, o sigilo da incursão fosse por água abaixo. A incursão fora planejada, especificamente, para ocorrer numa noite sem lua,[43] de modo que os helicópteros se aproximassem da forma mais sorrateira possível. Por acaso, uma excessiva nebulosidade acabou obrigando McRaven a adiar a incursão[44] para a noite seguinte.

Obama telefonou a McRaven para uma verificação final. Já era tarde da noite em Jalalabad quando McRaven levantou o fone. Disse ao presidente que seus homens estavam prontos para partir. "Eu não poderia ter mais confiança[45] do que a que tenho em você e em suas forças", disse o presidente. "Desejo boa sorte a você e a suas forças. Por favor, transmita a eles meu

agradecimento pessoal pelo trabalho e também a mensagem de que vou acompanhar pessoalmente, bem de perto, essa missão."

O presidente e a primeira-dama chegaram ao Washington Hilton às dezenove horas da noite de sábado para o Jantar dos Correspondentes.[46] Lá estavam também Panetta, Gates, Vickers e vários outros membros da equipe que planejara o ataque contra Bin Laden. No semblante de Obama nada transparecia da tensão quanto aos preparativos que estavam sendo feitos do outro lado do globo. O presidente estava calmo e jovial, fazendo piadas, entre elas uma endereçada ao bilionário Donald Trump, que estava na plateia. Trump estivera em evidência na imprensa, promovendo sua fútil teoria de que o presidente não era cidadão americano. O anfitrião do jantar, Seth Meyers, estrela do programa de TV *Saturday Night Live*, chegou a fazer uma piada sobre Bin Laden, obviamente sem imaginar que várias pessoas na festa estavam profundamente envolvidas no plano de matá-lo daí a horas. "As pessoas acham que Bin Laden está escondido no Hindu Kush", disse Meyers. "Mas você sabia que todos os dias, das quatro às cinco da tarde, ele é âncora de um programa na C-SPAN?"* A câmera mostrou o presidente gargalhando.

No Afeganistão, as instruções finais antes do início da operação Lança de Netuno foram dadas numa sala "onde só sobravam lugares em pé",[47] como escreveu Bissonnette, com SEALs do outro esquadrão da base lotando a sala. O presidente tinha autorizado os SEALs a resistir a quaisquer unidades paquistanesas que os confrontassem na missão. O oficial que dava as instruções às equipes explicou-lhes o que deveriam dizer no caso de serem presos pelos paquistaneses: estavam tentando recuperar um drone que tinha caído. A ideia provocou risos. "A história era ridícula.[48] Éramos aliados do Paquistão no papel, e, se perdêssemos um avião não tripulado, o Departamento de Estado negociaria diretamente com o governo paquistanês para tê-lo de volta", afirmou Bissonnette, incrédulo. "A história não

convenceria ninguém e seria muito difícil sustentá-la durante horas de interrogatório", escreveu.

> A verdade é que, se chegássemos a esse ponto, nenhuma história que inventássemos justificaria a presença de 22 SEALs com 27 quilos de equipamento high-tech nas costas, um especialista em descarte de material bélico explosivo e um intérprete — num total de 24 homens —, mais um cão, incursionando num bairro de subúrbio a poucos quilômetros de uma academia militar paquistanesa.

O comandante do DEVGRU encerrou a sessão de instruções. McRaven, disse ele, tinha lhes dado sinal verde.[49] Daí a 24 horas, os SEALs estariam voando para Abbottabad.

Os membros da equipe de segurança nacional de Obama começaram a chegar à Casa Branca por volta das oito horas da manhã[50] do domingo, 1º de maio. Pratos de sanduíches foram comprados na Costco.[51] Fizeram-se pedidos a várias pizzarias[52] para evitar uma encomenda grande, que chamaria muita atenção.

Por volta das treze horas,[53] a equipe de segurança nacional de Obama começou a se reunir na Sala de Situação. Obama estava terminando uma partida de golfe[54] na Base Aérea Andrews — para não passar a impressão de que algo de anormal estava para acontecer. Na CIA, Panetta e seu assistente, Mike Morell, reuniram-se com o comandante do Socom, numa sala protegida. No papel, Panetta era o encarregado da operação. Na realidade, era o almirante McRaven que dirigia a Lança de Netuno.

Obama voltou para a Casa Branca aproximadamente às catorze horas, ainda usando os sapatos de golfe e um agasalho, e desceu a escada para a Sala de Situação, onde foram exibidas as observações finais de Panetta sobre a operação. No entanto, Obama e sua equipe não quiseram acompanhar a mais delicada missão da história dos Estados Unidos da Sala de Situação, construída para tais operações. Em vez disso, as mais altas autoridades americanas se espremeram numa salinha muito menor, ao lado.

Essa salinha tinha o mesmo sistema protegido de comunicações por vídeo e telefonia, mas nela só cabiam sete pessoas.[55] Dois televisores de tela plana, de

dimensões modestas, achavam-se instalados lado a lado numa parede. No dia da incursão contra Bin Laden, a sala de reuniões tinha sido ocupada pelo general de brigada Marshall "Brad" Webb, comandante assistente do JSOC. Ele e outro oficial do JSOC estavam monitorando a operação em tempo real com um laptop. O sinal vinha de um drone furtivo RQ-170[56] que sobrevoava Abbottabad. Além disso, eles tinham comunicações seguras com McRaven em Islamabad, com Panetta na sede da CIA e com o general Cartwright no Centro de Operações do Pentágono. Quando os homens propuseram transferir o centro de comando para a Sala de Situação, disseram-lhes que deveriam manter tudo como estava.[57]

Ao lado, na Sala de Situação, o círculo de consultores próximos de Obama[58] debatia se o presidente deveria acompanhar a missão ao vivo. Enquanto a discussão prosseguia, várias autoridades de primeiro escalão, entre elas a secretária de Estado Hillary Clinton e o vice-presidente Biden, começaram a passar para a salinha do general Webb. Pouco depois, o presidente entrou na sala. "Preciso ver isso",[59] disse. O comandante supremo sentou-se numa cadeira dobrável à direita de Webb. Obama mais tarde comentou a disposição dos assentos, dizendo: "[Webb] começou a se levantar e as pessoas estavam começando a cumprir o protocolo e imaginando como redispor as coisas. Eu disse: 'Não se preocupem com isso. Concentrem-se só no que estão fazendo'. E foi assim que acabei [numa] cadeira dobrável".[60]

Eram 23 horas em Abbottabad,[61] e na propriedade de Bin Laden as famílias já tinham se deitado. Muitos quilômetros a oeste, do outro lado da fronteira entre o Paquistão e o Afeganistão, em Jalalabad, 23 membros da Equipe 6 dos SEALs estavam numa base aérea preparando-se para dar início à sua missão. Meia hora depois, os helicópteros Black Hawk[62] decolaram. Às 2h30, a Casa Branca recebeu a primeira informação de que os helicópteros tinham decolado. "O clima era de roer as unhas até o sabugo[63] e de prender a respiração", comentou Brennan.

Os SEALs estavam empregando na missão dois helicópteros Black Hawk MH-60, especializados, pilotados por homens do JSOC, apelidados "Patrulheiros da Noite". Os Black Hawks eram uma versão *stealth*, ou seja, de baixa assinatura radar, que os Estados Unidos vinham desenvolvendo havia anos.[64] Esse aparelho, de características singulares, nunca tinha sido objeto de descrição pública. Fora alterado com tecnologia avançada que lhe permitia voar em silêncio e evitar detecção por radar. Para mascarar ainda mais sua presença, os pilotos voariam em alta velocidade e o mais perto do solo possível.[65] O general Hugh Shelton, ex-comandante do Socom, cujo filho é piloto do JSOC, declarou que os Patrulheiros da Noite são os melhores pilotos das Forças Armadas americanas. "Eles conseguem, literalmente… São capazes de pilotar um helicóptero de cabeça para baixo, se quiserem, e podem pousar num trem em movimento… de noite", ele me disse. "Sempre que haja uma missão que não pode falhar,[66] você vai querer que esses homens sejam os pilotos."

Três Chinooks MH-47[67] decolaram do mesmo aeródromo em Jalalabad assim que os Black Hawks entraram no Paquistão. Um deles pousou no lado afegão da fronteira. Os outros dois voaram até um rio remoto em Kala Dhaka,[68] localizado na região de Swat, mais ou menos a oitenta quilômetros ao norte da propriedade de Bin Laden. Ali a Força de Reação Rápida esperaria. Se a incursão dos SEALs enfrentasse problemas sérios, a QRF chegaria a Abbottabad em cerca de vinte minutos.[69] Nesse ínterim, os Black Hawks voaram em direção à propriedade e chegaram aos arrabaldes de Abbottabad.

No Afeganistão, o almirante McRaven dirigia a operação de um ponto seguro em Jalalabad. Em Kabul, o general David Petraeus e um de seus auxiliares monitoravam os acontecimentos[70] numa sala de controle secreta. Se os paquistaneses fizessem decolar seus caças a jato, Petraeus estava pronto para mobilizar a reação da força aérea americana.

* Acrônimo de Cable-Satellite Public Affairs Network (rede por cabo e satélite para assuntos públicos), rede de três cadeias a cabo americanas dedicada à cobertura contínua e ao vivo de atividades do governo (presidência e Congresso dos Estados Unidos). (N. T.)

49. "Pegamos o cara. Pegamos o cara"

PAQUISTÃO, 2011 — O presidente Obama e sua equipe espremiam-se em torno de uma mesa na salinha ao lado da Sala de Situação, vendo imagens granuladas dos Black Hawks se aproximando do noroeste de Abbottabad. Os poucos assentos já estavam ocupados, mas todos os presentes mantinham-se em silêncio, só quebrado por uma ou outra pergunta[1] ao assistente de McRaven, o general Webb. A bordo dos helicópteros, alguns SEALs tinham tentado um cochilo a caminho daquela missão, sem dúvida a mais importante da carreira de todos eles. Matt Bissonnette disse que só acordou direito quando o helicóptero estava a dez minutos da cidade.[2] Ajeitou seus óculos de visão noturna e preparou o equipamento de rapel. Com as pernas do lado de fora do helicóptero, observava a paisagem que corria sob seus pés. "Sobrevoávamos várias casas[3] com piscinas iluminadas e jardins bem cuidados atrás de altos muros de pedra. Eu estava acostumado com aldeias pobres de cabanas de adobe", lembrou-se. "De cima [de Abbottabad], tive a impressão de estar sobrevoando um subúrbio nos Estados Unidos."

Passando sobre o muro sudeste da propriedade, o Black Hawk entrou em voo estacionário perto da área onde os SEALs tinham planejado descer. Com os óculos de visão noturna, Bissonnette divisava detalhes do solo.

> Olhando o conjunto, dez metros abaixo,[4] vi roupa lavada sacudindo no varal. Os tapetes estendidos para secar estavam se sujando com a poeira dos rotores. Havia lixo em redemoinho pelo quintal, e, num curral próximo, cabras e vacas se atropelavam, assustadas com o barulho do helicóptero.

Foi nesse ponto que as coisas passaram a divergir do plano original. O Black Hawk começou a perder altura rapidamente. Isso aconteceu, em parte, devido à alta temperatura, mas foi também decorrência do peso extra[5] do sistema aplicado ao aparelho para impedir sua detecção pelo radar. Numa altitude elevada, o piloto pode tentar voar na vertical para evitar a queda, mas em baixa altitude essa opção pode ser mortal.

O piloto do Black Hawk em perigo tentou controlá-lo girando noventa graus para a direita. Bissonnette sentiu o corpo flutuar sobre o piso do aparelho e procurou um lugar onde se firmar. Espremido contra os outros SEALs, não conseguiu puxar o corpo para dentro. "Puta merda, estamos entrando",[6] pensou, vendo o muro da propriedade aproximar-se cada vez mais. Bissonnette juntou as coxas contra o peito, na esperança de evitar que fossem esmagadas se o helicóptero caísse de lado. "O helicóptero estremeceu[7] quando a dianteira cravou no chão, mole como um dardo. Num instante o chão tinha vindo em alta velocidade ao meu encontro. No instante seguinte eu estava totalmente imóvel. Foi tudo tão rápido que nem senti o impacto."

O piloto do Chalk Um conseguira ir até o fim de seu plano de emergência — fazer o helicóptero pousar no pátio maior da propriedade. A cauda do aparelho comprimiu-se de encontro ao muro da propriedade, de 3,5 metros de altura, num ângulo que impedia que os rotores do aparelho batessem no chão e se despedaçassem, transformando-se em metralha perigosa. "Se qualquer outra parte[8] atingisse o muro, ou se tivéssemos virado e o rotor tocasse o chão primeiro, nenhum de nós teria saído andando, ileso", escreveu Bissonnette. Os pilotos, ele disse, "conseguiram fazer o impossível".

O "pouso forçado" salvou a vida dos SEALs, mas a possibilidade de negar o que a missão era na verdade tinha ido por água abaixo. O mesmo se poderia dizer de qualquer esperança de surpreender os ocupantes da propriedade.

O plano original tinha de ser abandonado. Em vez de descer por cordas dentro da propriedade, os SEALs teriam agora de executar o ataque partindo do lado de fora dos muros. A perda do elemento surpresa talvez permitisse que

seus alvos se armassem e se preparassem para resistir aos comandos americanos. "Senti um aperto no coração",[9] escreveu Bissonnette.

> Até a ordem de circular, tudo estava funcionando como planejado. Tínhamos conseguido burlar os radares e evitar os mísseis do Paquistão durante o trajeto, e havíamos chegado sem que nos detectassem. Agora, a invasão estava indo à merda. Tínhamos ensaiado essa possibilidade, mas como plano B. Se o alvo estivesse realmente lá dentro, o fator surpresa seria fundamental, mas agora estava desaparecendo.

Fez-se silêncio na Casa Branca, enquanto Obama e seus consultores aguardavam notícias do helicóptero acidentado. "Podíamos acompanhar a situação em tempo real", disse depois o presidente. "Por isso, ali no nível máximo, todo mundo, creio, prendia a respiração. Aquilo não estava no roteiro."[10]

"Foram realmente momentos carregados de emoção",[11] afirmou a secretária de Estado Hillary Clinton. Mais tarde ela diria ao escritor Peter Berger: "Aquilo lembrava um episódio da série *24* ou qualquer filme que se possa imaginar". Biden, que se opusera à opção da incursão de comandos, manuseava, nervoso, seu rosário, assistindo ao desenrolar do acidente. "O que se podia ver ali era que não aconteceu a primeira coisa que, como nos disseram, teria de acontecer para que a missão tivesse sucesso", comentou Biden. "O helicóptero não pousou no lugar certo, e foi como se todo mundo quisesse dizer: 'Parem!'."[12]

Se a equipe de segurança nacional de Obama estava abalada com o acidente, o mesmo não acontecia com McRaven. Ou pelo menos ele não deu essa impressão. "Já vamos corrigir a missão",[13] disse ele, calmamente, a Panetta. "Diretor, como pode ver, temos um helicóptero caído no pátio. Meus homens estão preparados para emergências assim e vão resolvê-la." A serenidade e a confiança de McRaven impressionaram as autoridades na sala. "O almirante McRaven teve uma conduta notável, imperturbável e profissional", disse depois Ben Rhodes, consultor assistente de segurança

nacional. "Sua fisionomia não se abalou."[14] Mais tarde, Obama referiu-se a McRaven como "uma pedra de gelo".[15]

De acordo com Obama: "Tivemos a sensação de que,[16] apesar de o helicóptero ter pousado com violência, seus passageiros não tinham se ferido e iriam ainda cumprir a missão".

Todos os SEALs do helicóptero acidentado haviam sobrevivido sem ferimentos graves. E como o segundo helicóptero, que deveria ter depositado seus SEALs no terraço do prédio, pousou do lado de fora da propriedade, foi acionado o plano b.

Bissonnette e Will, o tradutor, seguiram em direção à casa de hóspedes, onde disseram ter sido recebidos a tiros de fuzil AK-47, e responderam o fogo. Em pouco tempo, saiu da casa de hóspedes uma mulher com uma criança pequena nos braços. Era Mariam al-Kuwaiti, mulher do mensageiro. "Ele está morto",[17] disse ela. "Vocês atiraram nele. Ele morreu. Vocês o mataram." Will a revistou, em busca de armas, e transmitiu o recado a Bissonnette. Abaixando-se, Bissonnette abriu a porta e olhou para dentro. "Vi os pés de alguém estirado no chão na entrada do quarto de dormir",[18] disse. Com Will às suas costas, ele entrou na casa e deu vários outros tiros em Kuwaiti. Embora Bissonnette tenha afirmado que tinham atirado nele, outros relatos, inclusive o de Bergen, levam a crer que Kuwaiti estava desarmado. "O AK-47 do mensageiro[19] foi encontrado depois ao lado de sua cama. É improvável que tenha sido usado, devido à sua localização e ao fato de não terem sido achados cartuchos da arma", escreveu Bergen. Enquanto isso, outro grupo de SEALs[20] avançava para a casa principal, abatendo outros dois membros da família de Kuwaiti, diante de mulheres e crianças horrorizadas.

Fazia cerca de dez minutos que os homens estavam em solo. Os SEALs do Chalk Dois tinham conseguido entrar na propriedade pelo portão principal. Quando os comandos pisaram dentro da casa de Bin Laden, perderam

contato[21] com a equipe de Obama na Casa Branca. Mais tarde, o presidente disse:

> Houve longos períodos[22] em que tudo o que fizemos foi esperar. E esses foram os mais longos quarenta minutos de minha vida, com a possível exceção de quando Sasha teve meningite, com três meses de idade, e fiquei esperando o médico me dizer que ela estava bem. Foi uma situação muito tensa.

Em *Targeting Bin Laden*, documentário para o History Channel, Obama disse ainda: "Ficamos totalmente no escuro,[23] era difícil saber com exatidão o que estava acontecendo. Sabíamos que havia tiros e também algumas explosões".

Nesse ínterim, o portão que bloqueava a escada da casa foi pelos ares. Os SEALs começaram a subir os degraus, que "se dispunham em ângulos de noventa graus,[24] formando uma espécie de escada em espiral, com lanços separados por pequenos patamares". No segundo andar havia quatro portas. Os SEALs revistaram cada um dos cômodos e começaram a subir para o terceiro andar, onde acreditavam que o Caminhante e sua família residissem. Ao fazê-lo, viram uma cabeça que apareceu por um instante atrás da parede, no alto da escada.

Analistas de informações haviam adiantado que Khalid,[25] filho de Bin Laden, morava no segundo andar. Os informes diziam também que Khalid não usava barba. A descrição coincidia com o homem que olhara pelo canto da parede da escada.

"Khalid", murmurou um SEAL. "Khalid."

Quando o rapaz de 23 anos juntou coragem para olhar pelo canto da parede de novo, levou uma bala no rosto. "O que Khalid estaria pensando[26] naquele momento?", perguntou Bissonnette depois. "Olhar pelo canto… A curiosidade matou o gato. Acho que matou Khalid também."

Os comandos acabaram de subir as escadas, passando por cima de placas de cerâmica molhadas pelo sangue de Khalid. Enquanto avançavam pelo corredor do terceiro andar, viram a cabeça de um homem aparecer numa porta. Um dos homens disparou duas rajadas curtas contra a figura.[27] O

homem desapareceu no quarto. Ao entrar, os homens viram duas mulheres. Imaginando que pudessem estar usando coletes com explosivos, um deles as agarrou e levou-as para um canto do quarto, para que seus colegas pudessem continuar. Outro SEAL se viu, no escuro, face a face diante de um homem alto.

> No mesmo segundo,[28] atirei nele, duas vezes, na testa. Pá! Pá! No segundo tiro, ele caiu [...]. Desabou no chão, diante da cama, e atirei de novo, pá!, no mesmo lugar. Dessa vez usei minha mira holográfica eletro-óptica de ponto vermelho. Ele estava morto. Não se mexia. Tinha a língua para fora. Vi que ele fazia as últimas inspirações, num gesto reflexo.

Bissonnette e outro SEAL entraram no quarto. "Vimos imediatamente o homem deitado no chão ao pé da cama",[29] ele contou.

> Sangue e massa cinzenta escorriam do crânio. À beira da morte, ele se contorcia, em convulsão. Eu e o outro invasor apontamos nossos lasers para seu peito e fizemos vários disparos. As balas rasgaram-lhe a carne, sacudindo o corpo contra o assoalho, até parar de mexer.

O quarto estava ainda completamente às escuras, de modo que Bissonnette ligou a luz de seu capacete para examinar melhor o rosto do homem. Estava coberto de sangue. "Um buraco na testa[30] tinha feito o lado direito de seu crânio cair", lembrou-se. "O peito dele estava rasgado a partir do lugar onde as balas tinham entrado em seu corpo. Ele jazia numa poça de sangue que aumentava cada vez mais." O SEAL que atingiu o homem disse: "O público americano[31] não quer nem saber que cara tem isto".

Os SEALs não tinham certeza de que o homem abatido era Bin Laden. Seu rosto era agora uma massa informe. Começaram a tirar amostras de DNA de seu corpo, e um dos comandos borrifou o rosto ensanguentado do homem com o líquido de sua mochila de hidratação. Bissonnette pôs-se a limpar o rosto do morto. "A cada movimento, o rosto ficava mais conhecido.[32] Parecia mais jovem do que eu esperava. A barba era negra, como se tivesse sido tingida. Eu não parava de pensar em como não era nem um pouco parecido com a imagem que eu tinha", escreveu ele. Um dos SEALs passou uma

mensagem de rádio para a rede de comando: "Temos uma possível, repito, uma possível aterrissagem do alvo no terceiro andar". Bissonnette começou a tirar fotos do corpo do homem. Depois ajoelhou-se para se concentrar no rosto. Virou sua cabeça inerte para ter fotos de perfil. A seguir, pediu a um companheiro que abrisse um dos olhos do homem para poder fotografá-lo em close-up.

Na sacada, o SEAL que falava árabe interrogava as mulheres e as crianças. Veio pelo rádio uma ordem para preparar o Black Hawk acidentado para ser destruído. Nessa altura, mesmo porque a missão tinha durado mais que o previsto, a reserva de combustível para os helicópteros restantes, inclusive o CH-47 em voo estacionário ali perto, estava baixando.

Bissonnette continuou a tirar fotos, enquanto seu companheiro coletava amostras do sangue e da saliva do homem. Os SEALs tinham dois conjuntos idênticos de fotos e de amostras de DNA que seriam levados de volta a Jalalabad separadamente, em cada um dos Black Hawks. "Planejamos assim para que uma amostra de DNA e um conjunto de fotos sobrevivessem,[33] se um dos helicópteros fosse derrubado no voo de volta para Jalalabad", explicou depois Bissonnette.

O SEAL que falava árabe interrogou a mulher mais velha no quarto. Quando perguntou quem era o homem morto, ela disse "O xeque", mas recusou-se a dar maiores explicações. Depois de ouvir vários nomes, o SEAL voltou-se para as crianças. Perguntou a uma das meninas, que lhe disse que o homem era Osama bin Laden. Ele perguntou se ela tinha certeza, e a menina confirmou. O SEAL virou-se de novo para a mulher mais velha. "Agora pare de me encher o saco", gritou, e perguntou-lhe mais uma vez[34] quem era o homem no quarto. Chorando, a mulher confirmou que era Osama bin Laden. O SEAL comunicou a dupla confirmação. Nesse momento, dois SEALs graduados, entre eles o comandante do esquadrão de Bissonnette, entraram no quarto. O comandante examinou o rosto de Bin Laden. "É, parece que é nosso cara", disse. O SEAL graduado saiu do quarto e mandou um rádio para McRaven:

"Por Deus e pelo país, transmito Geronimo", disse ele. "Geronimo E.K.I.A." Era a sigla, em inglês para "Geronimo morto em ação".[35]

Na apinhada sala de reuniões da Casa Branca, do outro lado do mundo, a equipe de segurança nacional de Obama exultou. "Pegamos o cara", disse Obama calmamente. "Pegamos o cara."[36] O almirante McRaven procurou evitar comemoração antes da hora.

> Ouçam, recebi um aviso de Geronimo,[37] mas tenho de lhes dizer que se trata de uma primeira comunicação. Por favor, mantenham suas expectativas um pouco controladas. Em geral, os quadros operacionais, em missão, estão com a adrenalina lá em cima. Eles são profissionais, mas é bom não considerarmos isso favas contadas até eles voltarem e termos comprovações.

O chefe do JSOC acrescentou: "Estamos com SEALs no solo sem transporte".

Fazia pouco mais de meia hora que os SEALs estavam na propriedade quando Bin Laden foi morto. A possibilidade de um enfrentamento com forças paquistanesas crescia a cada segundo. No segundo andar da casa maior, os homens tentavam juntar o máximo possível de pertences de Bin Laden[38] e de possíveis fontes de informações.

Terminado o processo de fotografar e colher amostras de DNA, dois SEALs tiraram o corpo do quarto, arrastando-o pelas pernas. Bissonette começou a revistar a área, agarrando papéis e alguns cassetes. Achou também duas armas:[39] um fuzil AK-47 e uma pistola Makarov. Nenhuma delas estava carregada.

O tempo se esgotava. Fora da propriedade, o intérprete e alguns SEALs tinham conseguido deter alguns curiosos, mas Abbottabad estava acordando. Autoridades paquistanesas poderiam chegar a qualquer momento, e os helicópteros que circulavam sobre a propriedade estavam ficando sem combustível. Valera a pena ter trazido o intérprete, já que moradores do bairro tranquilo tinham ouvido o barulho de helicópteros e de explosões, e alguns tinham descoberto que a energia elétrica fora cortada. Gul Khan declarou ao jornal *India Today*: "Vi soldados saindo dos helicópteros[40] e correndo em direção à casa. Alguns deles nos disseram, num pashto castiço,

que desligássemos as luzes e ficássemos dentro de casa". Entrevistado pela CNN depois da incursão, um homem não identificado disse, por intermédio de um tradutor: "Não vimos as roupas deles,[41] mas estavam falando pashto e nos disseram que fôssemos para casa. Depois de algum tempo, [quando a] falta de eletricidade acabou e a luz voltou, eles nos mandaram apagar todas elas". Um outro homem que prestou declarações à CNN, por meio de um tradutor, disse: "Tentamos ir lá, mas eles apontaram as armas com mira de laser para nós e disseram: 'Não, vocês não podem ir lá'. Estavam falando pashto, e por isso pensamos que eram afegãos, e não americanos".

Os SEALs que estavam na casa se surpreenderam com a quantidade de materiais disponíveis, mas não podiam levar tudo. Tinham cinco minutos. "Sabíamos que era arriscado ficar sem combustível,[42] ou permanecer no alvo tempo demais, dando à polícia ou às Forças Armadas tempo para reagir", lembrou Bissonnette depois. "Conseguimos o que fomos buscar: Bin Laden. Era hora de partir, enquanto ainda era tempo."

Bissonnette dirigiu-se à zona de pouso. Logo se juntaram a ele os SEALs que estavam no segundo andar da propriedade de Bin Laden, carregados de objetos que tinham reunido na casa. "Parecíamos um acampamento de ciganos,[43] ou Papai Noel na noite de Natal", ele escreveu. "Alguns levavam nos ombros sacolas de náilon tão cheias que lhes dificultava a corrida até o helicóptero. Vi um SEAL com uma CPU numa mão e uma sacola de couro para roupa de ginástica repleta de objetos na outra."

O cadáver de Bin Laden, agora num saco mortuário, foi posto no Black Hawk que sobrou,[44] o qual, na opinião dos SEALs, teria melhores chances de sair incólume do Paquistão. O grande Chinook — o CH-47 — podia levar os SEALs. Antes de decolar, o comandante explodiu o Black Hawk acidentado, de modo que sua tecnologia de baixa assinatura radar não pudesse ser examinada pelos paquistaneses. Obama e sua equipe viram, pela TV, a fogueira de 60 milhões de dólares.[45]

As notícias sobre os estranhos acontecimentos em Abbottabad espalharam-se depressa. À uma hora, pouco antes que os SEALs decolassem[46] para deixar a

propriedade, o comandante do Exército paquistanês, general Ashfaq Parvez Kayani, estava em seu escritório e recebeu uma ligação do diretor de operações militares, o general de divisão Ishfaq Nadeem. Com base nos informes iniciais que tinha recebido, Kayani julgou que a Índia poderia estar realizando algum tipo de ataque no interior do Paquistão. Telefonou para o marechal Rao Qamar Suleman, comandante da Força Aérea, e ordenou que a força atacasse qualquer aeronave não identificada.

Por volta da 1h08, os SEALs decolaram em Abbottabad. Obama determinou à sua equipe de segurança nacional: "Informem assim que nossos helicópteros saírem do espaço aéreo paquistanês".[47] O Black Hawk e o Chinook seguiram rotas mais diretas, porém separadas,[48] para sair do Paquistão, com o Black Hawk parando num ponto de reabastecimento no país. Todos os militares americanos cruzaram a fronteira para o Afeganistão ilesos, levando o corpo de Bin Laden.

No aeródromo em Jalalabad,[49] uma caminhonete branca Toyota Hilux esperava para transportar o cadáver de Bin Laden até um hangar próximo. Quando o Black Hawk pousou, três Rangers do Exército agarraram o corpo do líder da Al-Qaeda. "Não, porra", disse um dos SEALs aos Rangers. "Isto é nosso."

O corpo de Bin Laden foi levado de helicóptero para Bagram, onde se tiraram novas amostras de DNA, e depois para o mar da Arábia,[50] onde se encontrava o porta-aviões *USS Carl Vinson*. "Foram respeitados os procedimentos tradicionais do sepultamento islâmico",[51] dizia um e-mail de 2 de maio enviado do *Carl Vinson* pelo contra-almirante Charles Gaouette a Mullen e outros oficiais militares.

O corpo do morto foi lavado (ablução) e depois envolto num lençol branco. Foi posto numa bolsa mortuária com peso. Um oficial leu textos religiosos, traduzidos para o árabe por um falante nativo. Completada a leitura, o corpo foi colocado numa tábua plana, que foi inclinada, e deslizou para o mar.

50. "Agora eles estão atrás do meu filho"

SOMÁLIA, WASHINGTON, DC, E IÊMEN, 2011 — Eram 23h35, hora de Washington. O presidente Obama entrou no corredor que leva ao Salão Leste da Casa Branca. Assumiu seu lugar na tribuna, usando um terno escuro, com gravata vermelha e uma bandeirinha americana na lapela esquerda. "Boa noite",[1] começou. "Esta noite, posso anunciar ao povo americano e ao mundo que os Estados Unidos realizaram uma operação que matou Osama bin Laden, líder da Al-Qaeda e um terrorista responsável pela morte de milhares de homens, mulheres e crianças inocentes." O presidente não fez referência aos SEALs ou ao almirante McRaven. "Por ordem minha, os Estados Unidos executaram uma operação dirigida contra uma propriedade em Abbottabad, Paquistão. Uma pequena equipe de americanos executou a operação com coragem e eficiência extraordinárias", disse ele. "Nenhum americano se feriu. O grupo teve todo o cuidado para evitar baixas civis. Após uma troca de tiros, mataram Osama bin Laden e tomaram seu corpo sob custódia."

Nas semanas seguintes, multiplicaram-se as controvérsias, enquanto autoridades da Casa Branca deixavam vazar detalhes que se mostravam falsos ou exagerados. Embora o governo afirmasse explicitamente que a operação tinha sido de "morte ou captura", e não um assassinato, Bin Laden estava desarmado ao ser morto, e as armas recuperadas em seu quarto não estavam carregadas. Entretanto, ao fazer uma exposição a repórteres logo depois da incursão, um alto funcionário do governo declarou que Bin Laden "resistiu à força de ataque"[2] e "foi morto num tiroteio quando nossos homens invadiram

a propriedade". Na realidade, a incursão esteve longe de ser o tiroteio espetacular descrito inicialmente por autoridades da Casa Branca.

Em menos de vinte minutos, os SEALs tinham baleado sete dos onze adultos[3] na propriedade, matando quatro homens e uma mulher. Para as autoridades paquistanesas,[4] mulheres e crianças tinham saído feridas na incursão. Peter Bergen, que teve acesso à propriedade, e diversas testemunhas afirmaram que todos os feridos pareciam estar desarmados. O grupo de direitos humanos Anistia Internacional classificou a incursão como ilegal em seu relatório anual de 2011. "O governo dos Estados Unidos[5] deixou claro que a operação foi realizada no quadro da teoria americana de um conflito armado global em curso entre os Estados Unidos e a Al-Qaeda, no qual os Estados Unidos não reconhecem que sejam aplicáveis as leis internacionais de direitos humanos", disse o relatório. "Na ausência de maiores esclarecimentos, a morte de Osama bin Laden parece ter sido ilegal."

No dia seguinte ao da operação, Brennan deu uma entrevista coletiva, destinada a fornecer detalhes sobre a incursão, mas cheia de erros. Brennan começou dizendo que Osama bin Laden tinha sido morto num tiroteio e que não houvera chance de capturá-lo vivo. Mais adiante, acrescentou que Bin Laden utilizava mulheres, na propriedade, como escudos humanos. "Pensando no caso de uma perspectiva visual, temos aqui Bin Laden, que vinha pedindo esses ataques, morando nessa propriedade de 1 milhão de dólares, morando numa área muito distante da linha de frente, escondendo-se atrás de mulheres, postas diante dele como um escudo", disse. "Acho que isso realmente mostra como foi falsa a história contada sobre ele ao longo dos anos. Além disso, em vista do que Bin Laden esteve fazendo escondido ali, enquanto punha outras pessoas para executar ataques, creio que isso também mostra a natureza da pessoa que ele era."[6] Brennan afirmou ainda que a mulher que morrera fora atingida enquanto protegia Bin Laden, embora, na verdade, ela tivesse sido morta junto com o marido. Mais tarde a Casa Branca obrigou Brennan a se desdizer.[7]

Os vazamentos provenientes da Casa Branca indignaram a comunidade das Operações Especiais e fizeram, por fim, que Bissonnette, um dos SEALs que tinham atirado em Bin Laden, escrevesse seu próprio livro sobre a incursão, sob o pseudônimo de Mark Owen, intitulado *Não há dia fácil*. Segundo Bissonnette, o livro foi escrito para esclarecer os fatos. O número de ex-SEALs e outros veteranos que começaram a falar sobre o caso tornou-se tão grande que McRaven ordenou[8] que os membros das Forças de Operações Especiais, na ativa ou não, parassem de dar entrevistas à imprensa.

Na noite em que Obama anunciou a morte de Bin Laden, milhares de americanos saíram às ruas diante da Casa Branca e da Times Square, em Nova York, gritando: "USA! USA!".

Para os parentes de vítimas dos ataques de Onze de Setembro, a morte de Bin Laden fechava as contas. No entanto, a operação contra o líder da Al-Qaeda insuflara vida nova na guerra global de Washington.

A sigla JSOC, antes envolvida num manto de segredo, tornou-se famosa entre os americanos, e a imprensa passou a tratar os SEALs como celebridades. A Disney chegou a tentar registrar como sua a marca "SEAL Team 6",[9] e em Hollywood começou a ser rodado o filme *A hora mais escura* — para o qual seus produtores ganharam acesso a materiais sigilosos.[10]

Enquanto continuava na imprensa a batalha em relação aos vazamentos — e também sobre versões contraditórias de como se dera a morte de Bin Laden —, nos bastidores a Casa Branca mergulhava no planejamento de operações mais mortíferas contra Alvos de Grande Valor. Entre esses alvos estava Anwar Awlaki.

Ahmed Abdulkadir Warsame, somaliano que os Estados Unidos afirmavam estar ligado à Al-Shabab da Somália, foi capturado pelo JSOC, em abril de 2011, no golfo de Áden. Warsame estava num bote quando foi detido por uma equipe anfíbia.[11] Autoridades americanas de contraterrorismo alegaram que ele tinha se encontrado com Awlaki e que estava formando vínculos entre a

Al-Shabab e a AQPA. Os homens do JSOC levaram-no a uma prisão militar temporária a bordo do *USS Boxer*, onde, durante mais de dois meses, Warsame ficou incomunicável, antes de ser transferido para Nova York[12] e indiciado com base em acusações de conspiração e apoio material à Al-Shabab e à Al-Qaeda.

Na comunidade de direitos civis, houve quem louvasse o governo Obama por julgar Warsame num tribunal federal, em vez de mandá-lo para Guantánamo, mas o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) não teve permissão para vê-lo durante os dois meses de interrogatórios contínuos[13] a bordo do *Boxer*, nem ele teve acesso a advogados. O caso de Warsame provocou um debate jurídico em torno das políticas do governo Obama de capturar e deter suspeitos de terrorismo, sobretudo à luz das campanhas de contraterrorismo, cada vez mais amplas, na Somália e no Iêmen.

As resoluções executivas emitidas por Obama dois dias depois de sua posse como presidente determinava que o governo notificasse o CICV[14] quanto a qualquer pessoa sob a custódia do governo americano e lhe desse acesso a ela. Para aqueles que durante muito tempo tinham combatido as políticas de detenção do governo Bush, o caso Warsame mostrou que Obama estava transgredindo suas próprias resoluções executivas. "Isso é ilegal e indesculpável.[15] Significa, de fato, que o sr. Warsame desapareceu durante esse período, com todos os perigos concomitantes gerados por essa detenção oculta. Lembra as antigas detenções na baía de Guantánamo e no 'buraco negro' da CIA", afirmou o Centro de Direitos Constitucionais. O grupo acusou o governo Obama de "forçar" o significado da AUMF, concedida pelo Congresso para possibilitar a perseguição aos atacantes do Onze de Setembro, e de usá-la, uma década depois, "para capturar e deter, talvez indefinidamente e em qualquer lugar do mundo, qualquer pessoa que esse governo afirme ser suspeito de terrorismo".

Entretanto, o governo Obama não estava apenas capturando e detendo suspeitos: eles eram interrogados como parte de uma campanha, cada vez mais intensa, para caçar terroristas. Depois da captura de Warsame,

autoridades americanas não identificadas jactaram-se[16] junto a importantes meios de comunicação americanos de que o somaliano lhes proporcionara informações capazes de levar à ação. A ação gerada por essa informação não ocorreria na Somália, e sim no Iêmen, contra um dos inimigos mais procurados de Washington.

"Eu quero Awlaki",[17] disse Obama à sua equipe de contraterrorismo. "Não deem descanso a ele."

Bin Laden estava morto e Ayman al-Zawahiri em breve assumiria seu lugar como líder da organização central da Al-Qaeda, mas Obama e sua equipe tinham designado como novo Inimigo Público Número Um aquele cidadão americano que se mudava de um lado para outro nas terras áridas do Iêmen. Numa vida diferente, Obama tinha sido professor de direito constitucional, mas como presidente criara uma estrutura legal alternativa para lidar com Awlaki. O Poder Executivo encabeçado por Obama atuara como promotor, juiz e júri. Como autoridade suprema, ele dera seu veredicto. Agora, suas forças, escolhidas a dedo, cumpririam a execução.

Três dias depois de Obama ter anunciado ao mundo que o JSOC matara Osama bin Laden, a equipe de contraterrorismo lhe apresentou uma atualização dos dados sobre o Iêmen. A CIA e o JSOC acreditavam ter localizado a moradia de Awlaki no sul do Iêmen e afirmavam que tinham de aproveitar o momento para pegá-lo. Encorajados pela incursão contra Bin Laden, os generais de Obama vinham pressionando para que o presidente autorizasse uma espécie de blitzkrieg[18] para desferir um golpe fulminante contra a Al-Qaeda em vários países. No Iêmen, o JSOC vinha falando em virar a mesa e assumir a ofensiva.

O presidente Obama havia determinado a John Brennan[19] que o atualizasse, a cada "terça-feira de terror", a respeito de todas as informações disponíveis sobre Awlaki. Agora o presidente se via diante de uma oportunidade concreta para acabar com ele. De acordo com o relato de Daniel

Klaidman, Warsame proporcionara informações cruciais sobre Awlaki. Os SEALs da Marinha que capturaram Warsame tinham também se apoderado de seu laptop, pen drives e outros dispositivos de armazenamento de dados. "O computador estava cheio[20] de e-mails e outras provas que o ligavam diretamente a Awlaki. Warsame havia se encontrado com o clérigo apenas dois dias antes, para fechar um importante negócio de armas", segundo Klaidman.

> A proximidade entre Warsame e Awlaki e outros membros graduados da AQPA dava-lhe acesso a informações críticas, do tipo "sistema de vida", que ele transmitiu aos americanos ao ser interrogado. Contou-lhes como Awlaki viajava, mencionando até os tipos de veículos que usava e a configuração de seus comboios. Forneceu informações sobre as maneiras como Awlaki transmitia e recebia comunicações, assim como sobre as complexas medidas de segurança tomadas por ele e por seu círculo.

Tudo isso somado a interceptações de sinais feitas pelo JSOC e pela CIA, e a "detalhes vitais sobre o paradeiro de Awlaki",[21] obtidos junto aos serviços de informações do Iêmen, levava agora ao que a Casa Branca acreditava serem as melhores condições já surgidas até então para matar Awlaki. As aeronaves militares americanas estavam a postos. Obama deu sinal verde. A operação caberia ao JSOC. Um avião Dragon Spear,[22] das Operações Especiais, armado com mísseis Griffin de curto alcance, ganhou o espaço aéreo iemenita, apoiado por jatos Harrier, dos fuzileiros navais, e drones Predator, rumo a Shabwah. Um drone de reconhecimento Global Hawk voaria acima desses aparelhos para transmitir sinais ao vivo aos planejadores da missão.

Ciente de que os Estados Unidos estavam tentando matá-lo, o clérigo americano tomara precauções para limitar o número de pessoas com quem se comunicava. Mudava de residência frequentemente e estava sempre trocando de veículos. Na noite de 5 de maio, Awlaki e alguns amigos estavam passando de carro por Jahwa, na zona rural no sul de Shabwah, quando a caminhonete em que viajavam foi sacudida por uma explosão próxima que estilhaçou as janelas do veículo. Awlaki viu um clarão e supôs que um foguete tinha sido

disparado contra o carro. "Acelere!",[23] gritou para o motorista. Olhou em torno e tomou pé da situação. Ninguém tinha ficado ferido. A caçamba da caminhonete estava cheia de botijões de gasolina, mas ainda assim o veículo não tinha explodido. *Alhamdulillah*, pensou Awlaki. "Graças a Deus." Pediu cobertura.

Enquanto Awlaki e os amigos corriam para se afastar do que supunham ser uma emboscada, os planejadores do JSOC viam, via satélite, seu carro emergir das nuvens de poeira causadas pelo Griffin. Tinham errado o disparo. O rastreador de alvos funcionara mal, e o sistema de guia não conseguiu fixar-se no veículo de Awlaki. A missão estava agora entregue aos Harriers e ao drone. Segundo ataque. Uma enorme bola de fogo iluminou o céu. No momento em que já se dispunham a comemorar, os planejadores viram, chocados, a caminhonete aparecer de novo. O para-choque traseiro fora atingido, mas o veículo continuava a rodar. Os Harriers já estavam com pouco combustível e tiveram de abandonar a missão. O terceiro ataque teria de ser feito pelo drone. Awlaki olhou pela janela, à procura dos autores da emboscada. Foi então que ele viu o drone no céu. Em meio à fumaça e à poeira, Awlaki disse ao motorista que não entrasse numa área povoada. Pararam num pequeno vale com algumas árvores.

Os irmãos Abdullah e Musa'd Mubarak al-Daghari, conhecidos na comunidade da AQPA como irmãos Harad,[24] tinham visto o ataque de longe e vinham depressa para ajudar Awlaki. Enquanto o drone sobrevoava o local, os planejadores americanos não tinham como ver o que estava acontecendo no solo. Um ex-planejador do JSOC, que leu os relatórios americanos sobre a missão malograda, explicou-me que a missão só tinha satélites que proporcionavam "imagens de cima para baixo". Com esses satélites, disse: "Não se vê merda nenhuma.[25] Você está olhando para formigas se mexendo. Eles só viam veículos, e as pessoas nos veículos eram espertas. Poeira, cascalho, fumaça e chamas tinham ocultado o Alvo de Grande Valor. Os irmãos Harad rapidamente meteram Awlaki e o motorista no utilitário Suzuki Vitara[26] deles, enquanto pegavam o veículo de Awlaki. Instruíram Awlaki a ir

para um penhasco no qual poderia se abrigar, se conseguisse chegar lá sem ser atingido pelos mísseis americanos. Os irmãos Harad partiram então na direção oposta, dirigindo a caminhonete que os americanos tinham tentado explodir momentos antes.

Com dois veículos em movimento, cada qual numa direção, os planejadores americanos tiveram de decidir qual deles seguir. Optaram pela caminhonete de Awlaki.[27] O clérigo olhou para cima e viu os drones ainda no ar. Conseguiu chegar ao penhasco nas montanhas. Dali, viu outra salva de mísseis ser disparada e explodir a caminhonete, matando os irmãos Harad.

O JSOC comemorou o que julgava ter sido um ataque bem-sucedido. Awlaki fez as orações vespertinas e refletiu sobre a situação. Naquela noite "aumentou minha certeza de que nenhum ser humano morrerá antes de completar sua vida e [atingir] o tempo que lhe é devido", pensou. Adormeceu nas montanhas, sendo despertado por amigos que o levaram para a segurança da casa de seu velho amigo Shaykh Nadari.

Na hora dos ataques, Nadari dormia, mas acordou com o barulho das explosões e sentiu o chão estremecer. "Quando chegou a manhã e a luz começou a se espalhar, ela trouxe consigo o xeque Anwar", lembrou ele mais tarde. "Ele entrou em nossa casa com um sorriso alegre, e com isso soubemos que tinha sido ele o alvo dos ataques. Os homens se abraçaram, e Awlaki lhe falou dos ataques. Calculava que dez ou onze mísseis tinham sido disparados. Nadari lhe perguntou qual era a sensação de ser bombardeado pelos americanos. "Achei mais fácil do que pensamos que fosse. Sentimos um pouco de medo, mas Alá Todo-Poderoso nos envia tranquilidade", disse Awlaki ao amigo. "Dessa vez, onze mísseis erraram o alvo, mas da próxima, o primeiro foguete pode atingi-lo." Awlaki ficou com Nadari alguns dias e depois seguiu seu caminho. Aquela foi a última vez que os dois homens se viram.

"Estávamos esperando que fosse ele",[28] disse uma autoridade americana depois do ataque. Ao correr a notícia do ataque, autoridades americanas não identificadas confirmaram que o ataque tinha visado Awlaki. E por algum tempo, julgaram ter tido êxito. Os operadores americanos de drones "não

sabiam que os veículos tinham sido trocados,[29] o que teve como resultado a morte das pessoas erradas e Awlaki [estar] ainda vivo", de acordo com uma autoridade de segurança iemenita.

Awlaki podia ter escapado, mas os Estados Unidos agora o tinham sob a sua mira. "O governo dos Estados Unidos vem visando a Al-Awlaki[30] já há algum tempo, [e o] ritmo dessa operação vem aumentando", disse Fran Townsend, ex-assessora de segurança interna do governo Bush.

> Cabe crer que eles tinham um plano operacional para atacar toda a liderança [da Al-Qaeda], que o ataque com drones contra Al-Awlaki, se eles tivessem oportunidade disso, deveria ter ocorrido na mesma época da operação contra Bin Laden, de modo que pretendiam enviar um recado muito claro, de que todos os líderes da Al-Qaeda, onde quer que fossem encontrados, seriam atacados.

Nasser Awlaki não tinha acesso ao filho, mas soubera, por intermediários, que Anwar estava vivo. Percebeu que, tendo fracassando mais uma vez em sua missão de achá-lo e matá-lo, o governo dos Estados Unidos estaria mais determinado do que nunca a pôr fim àquilo. Viu na TV os noticiários sobre a incursão contra Bin Laden e ouviu comentaristas, intelectuais e altas autoridades americanas compararem seu filho ao líder da Al-Qaeda e até darem a entender que Awlaki seria o seu sucessor na liderança da organização. "Eles mataram Bin Laden e agora estão atrás de meu filho",[31] disse.

51. "Foi a sangue-frio"

PAQUISTÃO, 2011 — Três semanas depois da incursão que matou Osama bin Laden, os líderes da ISI paquistanesa ainda estavam furiosos. O presidente Obama e o presidente Zardari, do Paquistão, apresentaram publicamente uma frente unida na comemoração da morte do líder da Al-Qaeda, e Obama agradeceu ao governo do Paquistão por sua colaboração ao longo dos anos, dizendo: "Nossa cooperação com o Paquistão no contraterrorismo[1] ajudou a nos conduzir a Bin Laden e à propriedade onde ele se escondia". Zardari escreveu uma matéria publicada na página de opinião do *Washington Post* elogiando a incursão e afirmando que o Paquistão tinha "feito a sua parte".[2] O primeiro-ministro Yousaf Raza Gillani declarou: "Não vamos permitir[3] que nosso solo seja usado pelo terrorismo contra qualquer outro país, e, portanto, penso que foi uma grande vitória, um sucesso, e felicito o êxito dessa operação".

Apesar das barretadas diplomáticas, no entanto, a violação da soberania paquistanesa foi um escândalo no país. "Foi a sangue-frio",[4] disse um alto funcionário da segurança paquistanesa. Um dia depois da incursão, o Ministério das Relações Exteriores do Paquistão emitiu uma declaração dizendo que a incursão tinha sido "uma ação unilateral não autorizada",[5] afirmando que "um fato como esse não deve servir como precedente para país nenhum, inclusive os Estados Unidos".

O ex-ministro das Relações Exteriores do Paquistão Shah Mahmood Qureshi — afastado por sua arrojada posição no caso Raymond Davis —

qualificou a incursão de "agressão gratuita"[6] contra o país, enquanto o líder oposicionista Chaudhry Nisar Ali Khan clamava pela renúncia do presidente e do primeiro-ministro. "Essa operação atropela nossa honra e nossa dignidade, e o presidente e o primeiro-ministro devem dar uma explicação ou renunciar", disse. "O governo se mantém em silêncio e parece que ninguém responderá à propaganda contra o Paquistão."

"Todo paquistanês quer saber[7] como as tropas americanas entraram sem permissão no Paquistão soberano e independente", disse Altaf Hussain, líder do movimento Muttahida Qaumi. "Como é possível que uma incursão tenha ocorrido em pleno território paquistanês? Como é possível que os agressores tenham conseguido ir embora incólumes e despercebidos? Como é possível que o governo e a Inteligência tenham ignorado tudo isso?"

O Parlamento paquistanês condenou a operação, chamando-a de "violação da soberania paquistanesa",[8] e instou Islamabad a "revisitar e rever os termos de seu acordo com os Estados Unidos". No entanto, apesar do estado delicado das relações entre os dois governos, algumas autoridades americanas agiam como se quisessem pôr mais lenha na fogueira. Durante uma entrevista coletiva logo depois da incursão, Brennan declarou que era "inconcebível[9] que Bin Laden não tenha tido apoio do sistema" no Paquistão.

Enquanto um grupo de 1500 paquistaneses[10] protestava pelo assassinato de Bin Laden, os Estados Unidos reiniciavam os ataques com drones. Apenas quatro dias depois da incursão, a CIA atacou uma casa no Waziristão do Norte. Tendo ocorrido logo após a saga de Raymond Davis, a incursão contra Bin Laden foi vista como um mau presságio pelos serviços de Inteligência do Paquistão. O governo de Washington se tornava cada vez mais ousado em suas operações no Paquistão e atacaria com ou sem permissão da ISI. Obama cumprira a ameaça de uso de força unilateral em território paquistanês.

Embora sem poder fazer muita coisa para revidar diretamente, a ISI deu início a uma campanha de caça aos paquistaneses que, segundo o órgão acreditava, tinham apoiado os Estados Unidos na operação Bin Laden. Três semanas depois da incursão, agentes da Inteligência paquistanesa detiveram o

dr. Shakil Afridi, que tinha ajudado a CIA na falsa campanha de vacinação contra a hepatite B em Abbottabad, e o médico foi preso, julgado e condenado a 33 anos de cadeia.[11] A secretária de Estado Hillary Clinton e legisladores americanos de prestígio se mobilizaram pela libertação de Afridi. Os senadores John McCain e Carl Levin disseram que a condenação era "chocante e ultrajante",[12] afirmando que Afridi era um herói. "O dr. Afridi deu o exemplo que gostaríamos de ter visto seguido há muito tempo por outros paquistaneses", disseram os legisladores numa carta conjunta. "Ele deveria ser louvado e recompensado por seus atos em vez de punido e afrontado." A ministra das Relações Exteriores do Paquistão reagiu. "Para nós, ele não é nenhum herói,[13] podem crer", disse ela. "É uma pessoa cuja atividade pôs em perigo nossas crianças."

A morte de Osama bin Laden certamente não inibiu o ritmo dos assassinatos no Paquistão. "Desde a morte do líder da Al-Qaeda,[14] a ISAF não dá sinal de reduzir ou cessar sua missão. Na verdade, o ritmo tem sido mais acelerado que o normal nos três últimos meses", gabou-se a ISAF num comunicado à imprensa emitido apenas uma semana depois do assassinato de Bin Laden. As incursões no Paquistão também continuaram. Em diversas ocasiões, forças da OTAN com base no Afeganistão executaram operações na fronteira, e numa delas mataram 25 soldados paquistaneses.[15] De quando em quando, equipes dos SEALs ou membros da Divisão de Atividades Especiais da CIA cruzavam a fronteira e executavam operações no Paquistão. Os ataques com drones continuavam com força total. Apesar dos protestos no Paquistão, ficava claro que o governo Obama continuaria a agir unilateralmente no país, mesmo depois da morte de Bin Laden.

52. "Os Estados Unidos consideram a Al-Qaeda como terrorismo, e nós consideramos os drones como terrorismo"

IÊMEN, FIM DE 2011 — Enquanto o governo Obama festejava o sucesso da operação que matou Bin Laden, e o JSOC e a CIA fechavam o cerco contra Anwar Awlaki, a insurreição árabe se expandia. Três semanas depois da incursão em Abbottabad, o governo do presidente Ali Abdullah Saleh no Iêmen estava à beira do colapso. Os protestos aumentavam, e Saleh já tinha jogado praticamente todas as cartadas de que dispunha para manter os americanos do seu lado. Tinha dado passe livre à máquina contraterrorista dos Estados Unidos para bombardear o Iêmen e escancarado as portas para a continuação de uma guerra nem tão secreta. Mas à medida que seu poder se esvaía, a AQPA via oportunidades no caos. No verão de 2011, as unidades contraterroristas de elite, apoiadas pelos Estados Unidos, foram afastadas[1] da luta contra a AQPA para defender o regime contra seu próprio povo. No sul do Iêmen, onde a presença da AQPA era mais forte, os mujahedin procuravam tirar partido de um Estado em implosão cujos líderes tinham adquirido reputação de corruptos e fracassado em proporcionar bens e serviços básicos.

Em 27 de maio de 2011, centenas de militantes sitiaram Zinjibar,[2] a cinquenta quilômetros de Áden, cidade de importância estratégica do sul do país, mataram soldados, expulsaram os governantes municipais e mantiveram o controle da cidade durante dois dias. A identidade desses militantes foi

objeto de controvérsia. Segundo o governo iemenita, eram quadros operacionais da AQPA. Mas os militantes que tomaram a cidade não se diziam filiados à AQPA. Pelo contrário, apresentaram-se como um novo grupo, o Ansar al-Sharia,[3] ou Defensores da Sharia. Autoridades iemenitas me disseram que Ansar al-Sharia era um nome de fachada da Al-Qaeda.[4] Afirmaram que a primeira referência pública ao grupo de que se tinha notícia fora feita pelo principal clérigo da AQPA, Adil al-Abab, um mês antes do ataque a Zinjibar. "O nome Ansar al-Sharia[5] é o que usamos para penetrar nas áreas em que trabalhamos para falar às pessoas sobre nosso trabalho e nossos objetivos, e dizer que estamos no caminho de Alá", dissera ele, acrescentando que o novo nome pretendia dar destaque à mensagem do grupo, assim como evitar as associações com o nome Al-Qaeda. Quer as origens dos Ansar al-Sharia fossem mais independentes, quer o grupo fosse mero produto da campanha para renomear a AQPA, como dissera Abab, sua importância em tempo pouco transcendeu as esferas de influência da Al-Qaeda no Iêmen, historicamente limitadas, e ao mesmo tempo popularizou alguns dos mais importantes princípios da AQPA.

Meses depois do cerco a Zinjibar, estive em Áden, onde me encontrei com o oficial iemenita encarregado de retomar as áreas controladas pelos Ansar al-Sharia. O general Mohammed al-Sumali viajava no banco do passageiro de sua Land Cruiser blindada, que zumbia na autopista deserta que liga Áden à província de Abyan, onde militantes islâmicos tinham ocupado Zinjibar. Sumali, homem corpulento de óculos e bigode, era o comandante da 25ª Brigada Mecanizada das Forças Armadas iemenitas e tinha sido incumbido de expulsar os militantes de Zinjibar. Sua missão tinha importância internacional: a retomada de Zinjibar era vista por muita gente como o último teste do regime vacilante de Saleh. O único movimento que se via na estrada era o de refugiados que escapavam dos combates em direção a Áden e reforços militares indo para Zinjibar. Sumali não queria ir até a linha de frente no dia em que estive com ele. "Você sabe, pode haver morteiros[6] apontados para você", disse ele. Em duas oportunidades, os ocupantes de Zinjibar tinham

tentado assassinar o general naquele mesmo veículo. Havia um orifício de bala no para-brisa, logo abaixo da cabeça dele, e outro na janela lateral, com os vidros trincados pelo impacto inequívoco de projéteis. Quando concordei em não responsabilizar a ele ou a seus homens pelo que pudesse acontecer, ele cedeu. Embarcamos e partimos.

Enquanto viajávamos pelo litoral do mar Arábico, passando por tubos de morteiro abandonados, tanques russos T-72 atolados em bermas de areia e eventuais camelos errantes, o general Sumali relatou o que tinha acontecido em 27 de maio, quando os Ansar al-Sharia tomaram a cidade. Sumali atribuía o fato a um "vacilo da Inteligência" e explicou: "Fomos surpreendidos no fim de maio com o grande fluxo de militantes terroristas para Zinjibar". E acrescentou que os militantes "invadiram e atacaram alguns pontos da segurança. Foram capazes de cercar essas instituições. Ficamos surpresos quando o governador, seus auxiliares imediatos e autoridades municipais refugiaram-se em Áden". Enquanto as Forças Armadas iemenitas começavam a dar combate aos militantes, contou-me o general Sumali, soldados das Forças Centrais de Segurança do Iêmen fugiam, deixando para trás armamento pesado. As CSF, cuja unidade contraterrorista era armada, treinada e financiada pelos Estados Unidos, estavam sob o comando de Yahya, sobrinho do presidente Saleh. A imprensa ligada aos militantes noticiou que as forças dos Ansar tinham confiscado "peças de artilharia pesada,[7] armamento antiaéreo moderno, numerosos tanques e grandes quantidades de munição de diversos tipos".

Sumali disse que na semana seguinte, quando suas tropas tentaram repelir o ataque a Zinjibar, foram atacadas por militantes que usavam a artilharia capturada das unidades das CSF. "Muitos de meus homens foram mortos", disse-me ele. Os combatentes islâmicos executaram também uma série de incursões arrojadas à base da 25ª Brigada Mecanizada, na periferia sul de Zinjibar. Ao todo, mais de 230 soldados[8] imenitas morreram em combates contra os militantes em menos de um ano. "Esses sujeitos são incrivelmente

corajosos", admitiu o general, referindo-se aos militantes. "Se eu tivesse todo um exército de homens com essa coragem, poderia conquistar o mundo."

Segundo Sumali, Zinjibar caiu por culpa de falhas da Inteligência, mas críticos do regime em desintegração de Saleh me contaram uma história diversa. Disseram que as forças do presidente Saleh permitiram que a cidade caísse. A luta começou num período em que Saleh enfrentava uma onda de apelos em favor de sua renúncia, dentro e fora do Iêmen. Muitos de seus principais aliados tinham passado para o movimento de oposição. Depois de 33 anos dominando seus opositores, disseram eles, Saleh via que o fim estava próximo. "Na verdade, foi o próprio Saleh quem entregou Zinjibar àqueles militantes",[9] acusou Abdul Ghani al-Iryani, um bem informado analista político. "Ele ordenou que a força policial evacuasse a cidade e a entregasse aos militantes porque queria alertar o mundo de que sem ele o Iêmen cairia em mãos de terroristas." Essa teoria, embora não comprovada, não era destituída de fundamento. Desde a guerra dos mujahedin contra os soviéticos no Afeganistão, na década de 1980, até depois do Onze de Setembro, era público o uso que Saleh fazia da ameaça representada pela Al-Qaeda e outros militantes a fim de obter financiamento e armas junto aos Estados Unidos e à Arábia Saudita para fortalecer seu poder interno e neutralizar opositores. Um funcionário do governo iemenita que pediu para não ser identificado por não estar autorizado a falar publicamente sobre assuntos militares reconheceu que os homens da Guarda Republicana, treinada e apoiada pelos Estados Unidos, não reagiram[10] quando os militantes entraram na cidade. Essas forças eram comandadas por Ahmed Ali Saleh, filho do presidente. Nem as forças leais a um dos mais poderosos oficiais do país, o general Ali Mohsen, comandante da 1ª Divisão Blindada, se mobilizaram. Dois anos antes do cerco de Zinjibar, Mohsen tinha desertado do regime de Saleh e estava apoiando publicamente sua deposição.

O general Sumali me disse que não poderia "confirmar ou negar" que os Ansar al-Sharia fossem na verdade a AQPA. "O que importa para mim, como soldado, é que eles pegaram em armas contra nós. Quem quer que esteja

atacando nossas instituições, nossos acampamentos militares e matando nossos soldados, será combatido, seja ou não filiado à Al-Qaeda ou aos Ansar al-Sharia", disse-me ele. "Não importa o nome que eles tenham. E não tenho como confirmar se os Ansar al-Sharia são ligados à Al-Qaeda ou se formam um grupo independente."

Em vez de lutar contra a AQPA, as unidades iemenitas de elite apoiadas pelos Estados Unidos — criadas e mantidas com o objetivo explícito de atuar apenas em operações de contraterrorismo — voltaram a Sana'a para proteger o regime cambaleante da fúria de seu próprio povo. As unidades apoiadas pelos Estados Unidos existiam "principalmente para a defesa do regime", disse Iryani. "No combate de Abyan, as forças contraterroristas não foram mobilizadas da maneira adequada. Elas ainda estão aqui no palácio [em Sana'a], protegendo o palácio. É assim que as coisas são." Ao mesmo tempo, John Brennan reconhecia que "o tumulto político"[11] tinha levado as unidades treinadas pelos Estados Unidos "a focar em seu posicionamento para propósitos políticos internos, em vez de fazer o que pudessem contra a AQPA". Assim, sobrou para o general Sumali e suas forças convencionais a tarefa de combater os islâmicos que tinham assumido o controle de Zinjibar.

Depois que passamos pela primeira linha de frente na periferia de Zinjibar, "Tiger 1", e avançamos menos de um quilômetro em direção à "Tiger 2", Sumali permitiu que eu saísse do veículo. "Só ficaremos dois minutos", disse-me ele. "Este lugar é perigoso." Na mesma hora, o general foi cercado por seus homens. Magros e emaciados, muitos deles usavam longas barbas e uniformes em frangalhos, quando tinham uniforme. Alguns deles imploravam a Sumali que lhes desse autorização por escrito para receber um adicional por combate. Um dos soldados disse a ele: "Eu estava com o senhor quando o senhor foi vítima de emboscada. Ajudei a repelir o ataque". Sumali rabiscou algo num papel e entregou-o ao soldado. A cena continuou até que Sumali voltou a entrar no Toyota. À medida que nos afastávamos, ele falava a seus homens de dentro de seu veículo blindado com um megafone: "Continuem lutando. Não desistam!".

Fosse estratagema de um regime em crise permitir que militantes tomassem Zinjibar, fosse uma tomada de poder oportunista por parte da AQPA, a ocupação de diversas cidades do sul do Iêmen por forças islâmicas era significativa. Ao contrário do movimento Al-Shabab da Somália, a AQPA nunca tinha controlado faixas importantes do território do Iêmen. Mas os Ansar al-Sharia estavam determinados a fazer exatamente isso: declarar um emirado islâmico independente em Abyan.[12] Depois que os Ansar al-Sharia e seus aliados consolidaram seu controle sobre Zinjibar, adotaram um programa voltado para a conquista de apoio popular. "Os Ansar al-Sharia foram muito mais eficientes[13] na iniciativa de prover serviços básicos em áreas do Iêmen das quais o governo tinha praticamente desaparecido", disse-me na ocasião Johnsen, o especialista em Iêmen da Universidade Princeton. "Eles dizem que estão seguindo o modelo do Talibã na tentativa de prover serviços e instaurar um governo islâmico onde o governo central deixou um vazio."

Os Ansar al-Sharia consertaram estradas, restabeleceram a eletricidade,[14] distribuíram alimentos e instituíram patrulhas de segurança dentro da cidade e em seus arredores. Instituíram também tribunais islâmicos onde as disputas poderiam ser resolvidas. "A Al-Qaeda e os Ansar al-Sharia levaram segurança ao povo em áreas conhecidas por sua violência, pelos roubos, pelas barreiras nas estradas", disse Abdul Rezzaq al-Jamal, o jornalista iemenita independente que com frequência entrevistava líderes da Al-Qaeda e passara longo tempo em Zinjibar. "As pessoas que conheci em Zinjibar estavam gratas à Al-Qaeda e aos Ansar al-Sharia por manter a segurança."[15] Mesmo implantando a lei e a ordem em Abyan, ocasionalmente essas organizações faziam cumprir sua política com métodos brutais, como a amputação de membros de suspeitos de roubo e açoitamento público de usuários de drogas. Na cidade de Jaar, controlada pelos Ansar al-Sharia, os moradores contaram que foram reunidos para um evento horrível[16] em que militantes deceparam as mãos de dois jovens acusados de furtar fios da rede elétrica. As mãos amputadas foram levadas em desfile pela cidade, como forma de advertência a possíveis ladrões. Um dos jovens, de quinze anos, teria morrido pouco depois devido à

hemorragia. Em outro incidente, os Ansar al-Sharia decapitaram publicamente[17] dois homens acusados de dar informações aos Estados Unidos para facilitar ataques com drones. Um terceiro foi executado em Shabwah.[18]

A AQPA aproveitou-se da impopularidade do governo iemenita, reconhecendo astutamente que sua mensagem de um sistema de lei e ordem baseado na Al-Sharia seria bem recebida em Abyan, que via o governo de Saleh como um fantoche dos Estados Unidos. Os ataques com mísseis americanos, a morte de civis, uma ausência quase total de serviços públicos e uma pobreza crescente criaram a oportunidade que a AQPA aproveitou. "Depois que grupos de militantes assumiram o controle da cidade, a AQPA chegou, assim como tribos de áreas que no passado tinham sido atacadas pelo governo iemenita e pelo governo dos Estados Unidos", disse Iryani, o analista político iemenita. "Vieram porque tinham uma rixa com o regime e com os Estados Unidos. Existe um núcleo da AQPA, mas a grande maioria é de populares ressentidos com os ataques a suas casas, que os obrigaram a lutar."

Enquanto os Ansar al-Sharia assumiam o controle de cidades no sul, Washington discutia o modo de reagir. Algumas pessoas no governo Obama defendiam a entrada dos Estados Unidos no combate. O general James Mattis, que assumira o lugar de Petraeus no comando do Centcom, propôs que o presidente autorizasse um pesado ataque aéreo[19] contra o Estádio de Futebol Unity, na periferia de Zinjibar, onde os combatentes dos Ansar al-Sharia tinham estabelecido uma base improvisada para atacar as Forças Armadas iemenitas. O presidente Obama torpedeou a proposta. "Não estamos no Iêmen para nos meter em conflitos domésticos", disse o presidente. "Vamos permanecer focados nas ameaças a nosso país — que é nossa prioridade real."[20]

Em vez do ataque aéreo, os Estados Unidos apoiariam as forças convencionais do general Sumali com suprimentos levados por helicópteros.[21] Os americanos também proporcionariam às forças iemenitas em Abyan dados de Inteligência em tempo real obtidos por drones. "Foi uma parceria ativa. Os americanos ajudaram principalmente com logística e inteligência", disse-me

Sumali. "E então encurralamos as posições [deles] com a artilharia ou os ataques aéreos." Em poucas ocasiões, revelou Sumali, os Estados Unidos executaram ataques unilaterais nas cercanias de Zinjibar que "tinham como alvo líderes da Al-Qaeda que estavam na lista negra de terroristas dos Estados Unidos", e ressalvou: "Não coordenei diretamente esses ataques". No fim de 2011, à medida que, em todo o sul, as cidades começavam a cair em mãos dos Ansar al-Sharia e o regime de Saleh se esfacelava, o governo Obama decidiu retirar[22] do Iêmen a maior parte de seus efetivos militares, inclusive os que estavam dedicados ao treinamento de forças de contraterrorimo iemenitas. "Eles foram embora[23] por causa da situação de segurança", disse-me na época o ministro das Relações Exteriores Abu Bakr al-Qirbi. "Com certeza, acho que se eles não voltarem e se as unidades de contraterrorismo não forem equipadas com a munição e o material necessários, haverá um impacto" nas operações contraterroristas.

Os Estados Unidos estavam mudando de tática. Com o regime de Saleh gravemente debilitado, o governo Obama achou que naquela etapa teria muito pouco a ganhar com uma aliança. Os Estados Unidos intensificaram o uso de seu poderio aéreo e de drones, atacando no Iêmen a seu bel-prazer para pôr em marcha sua campanha contra a AQPA. O governo Obama logo começou a construir uma base aérea secreta[24] na Arábia Saudita, mais próxima do que a base do Djibuti, que serviria como plataforma de lançamento para novos ataques com drones no Iêmen. O alvo número um continuava sendo o mesmo: Anwar Awlaki.

Para conseguir qualquer coisa no Iêmen, o segredo é navegar por seu labiríntico sistema tribal. Durante anos, o patrocínio de uma rede tribal ajudou a fortalecer o regime de Saleh. Muitas tribos tinham uma opinião neutra sobre a AQPA, ou viam-na como um aborrecimento menor; algumas delas lutavam contra as forças da Al-Qaeda, outras davam abrigo e um santuário seguro à organização. A posição de muitas tribos em relação à Al-Qaeda dependia de como, em sua opinião, a AQPA poderia favorecer ou prejudicar seu próprio programa.

Contudo, a política do governo Obama para o Iêmen tinha irritado muitos dos líderes tribais que tinham a possibilidade de manter a AQPA em xeque e, no decorrer de três anos de bombardeios regulares, acabou com a motivação que esses líderes ainda pudessem ter para tal coisa. Muitos líderes do sul do país[25] falaram-me com raiva sobre ataques americanos e iemenitas que mataram civis e animais de criação, destruindo ou danificando dezenas de casas. O que os Estados Unidos conseguiram com os ataques aéreos e com o apoio às unidades contraterroristas dirigidas pela família de Saleh foi aumentar a simpatia das tribos pela Al-Qaeda. "Por que deveríamos combatê-los? Por quê?", perguntou Ali Abdullah Abdulsalam, xeque tribal de Shabwah que adotara o nome de guerra de Mullah Zabara, em homenagem, disse-me ele, ao líder talibã mulá Mohammed Omar. "Se meu governo constrói escolas, hospitais e estradas e satisfaz as necessidades básicas, serei leal a meu governo e vou protegê-lo. Até agora, não temos serviços básicos como eletricidade ou água encanada. Por que lutaríamos contra a Al-Qaeda?"[26] Ele me disse que a AQPA controlava amplas áreas de Shabwah e admitiu que o grupo "proporcionava segurança e evitava os saques. Se seu carro for roubado, eles vão trazê-lo de volta para você". Nas áreas "controladas pelo governo, ocorrem roubos e saques. Você nota a diferença". E Zabara acrescentou: "Se não ficarmos mais atentos, a Al-Qaeda vai tomar e controlar novas regiões".

Zabara fez questão de esclarecer que sabia que a AQPA era um grupo terrorista empenhado em atacar os Estados Unidos, mas essa estava longe de ser sua preocupação principal. "Os Estados Unidos veem a Al-Qaeda como terrorista, e nós consideramos que os drones são terrorismo", disse ele. "Os drones voam dia e noite, assustando mulheres e crianças, perturbando o sono das pessoas. Isso é terrorismo." Zabara disse-me que diversos ataques americanos em sua região tinham causado a morte de dezenas de civis e que sua comunidade estava cheia de bombas de fragmentação não detonadas que às vezes explodiam, matando crianças. Ele e outros líderes tribais pediram ajuda ao governo do Iêmen e ao dos Estados Unidos para removê-las, disse ele. "Não recebemos resposta, então usamos nossas armas para detoná-las."

Disse também que o governo dos Estados Unidos deveria indenizar em dinheiro as famílias de civis mortos nos ataques de mísseis nos três últimos anos. "Exigimos compensação aos Estados Unidos pela morte de cidadãos iemenitas, como aconteceu no caso Lockerbie", declarou. "O mundo é uma aldeia. Os Estados Unidos receberam indenização da Líbia pela explosão em Lockerbie, mas os iemenitas, não."

Encontrei-me com Mullah Zabara e seus homens no aeroporto de Áden, num ponto da costa ao largo da qual o *USS Cole* tinha sido atingido por uma bomba em outubro de 2000, matando dezessete marinheiros americanos. Zabara usava roupas pretas tribais, complementadas com a *jambiya* cingida diante do abdome e uma Beretta no quadril. Zabara era uma figura impressionante, de pele curtida e uma grande cicatriz em forma de lua crescente em volta do olho direito. "Não conheço esse americano", disse ele a meu colega iemenita. "Portanto, se alguma coisa me acontecer em decorrência deste encontro — se eu for sequestrado —, simplesmente vamos matar você depois." Todos riram, nervosamente. Conversamos durante algum tempo numa estrada à beira de um penhasco ao longo da costa antes que ele nos levasse à cidade para dar uma volta. Depois de vinte minutos de percurso, ele encostou a um lado da estrada, comprou uma caixa de seis Heineken numa birosca, atirou-me uma das latas e abriu uma para si. Eram onze da manhã.

"Uma vez fui parado por uns caras da AQPA num dos postos de controle deles, e eles viram que eu tinha uma garrafa de Johnnie Walker", lembrou ele enquanto engolia a segunda cerveja em dez minutos e acendia um cigarro. "Eles me perguntaram: 'Por que você está com isso?'. Respondi: 'Para beber'." E riu com vontade. "Disse a eles que fossem encher o saco de outro e fui embora." A mensagem do incidente era clara: os caras da Al-Qaeda não queriam problema com líderes tribais. "Não tenho medo da Al-Qaeda. Vou aos lugares deles e me encontro com eles. Somos todos líderes tribais conhecidos, e eles têm de recorrer a nós para resolver suas desavenças." Além disso, acrescentou, "tenho 30 mil combatentes de minha própria tribo. A Al-

Qaeda não pode me atacar". Zabara serviu como mediador entre a AQPA e o governo iemenita, em nome deste, e foi decisivo para garantir a libertação de três assistentes sociais franceses[27] mantidos como reféns pelo grupo militante durante seis meses. Zabara também foi requisitado pelo ministro da Defesa do Iêmen para interceder junto a militantes em Zinjibar em diversas ocasiões, inclusive para recuperar corpos de soldados mortos em combate em áreas controladas pelos Ansar al-Sharia. "Não tenho nada contra a Al-Qaeda nem contra o governo", disse-me ele. "Participei da mediação para deter o banho de sangue e para chegar à paz." Em Zinjibar, seus esforços não tiveram sucesso. Enquanto tentava a mediação, disse-me ele, deparou com quadros operacionais da AQPA provenientes dos Estados Unidos, França, Paquistão e Afeganistão.

Perguntei-lhe se alguma vez tinha se encontrado com grandes líderes da AQPA. "Fahd al-Quso é da minha tribo", respondeu com um sorriso, ao se referir a um dos mais procurados suspeitos do atentado contra o *Cole*. "Estive com [Said] al-Shihri e [Nasir] al-Wuhayshi há cinco dias em Shabwah", acrescentou com naturalidade, falando dos dois principais líderes da AQPA, ambos rotulados como terroristas pelos Estados Unidos.

> Caminhamos juntos e eles disseram: "A paz esteja contigo". Respondi: "A paz esteja convosco também". Não temos nada contra eles. No passado, teria sido impensável chegar a eles. Ficavam escondidos em montanhas e grutas, mas agora andam pelas ruas e frequentam restaurantes.

"Por que isso?", perguntei. "O regime, os ministros e funcionários do governo estão esbanjando o dinheiro reservado para combater a Al-Qaeda, e a Al-Qaeda está crescendo", ele respondeu. Os Estados Unidos "bancam a Segurança Política e [as Forças de] Segurança Nacional, que gastam o dinheiro viajando de cá para lá, em Sana'a ou nos Estados Unidos, com suas famílias. Tudo o que as tribos recebem são os ataques aéreos contra nós." E acrescentou que o contraterrorismo "tornou-se uma espécie de investimento" para as unidades apoiadas pelos americanos. "Se eles lutarem com seriedade, o financiamento acaba. Eles prolongaram o conflito com a Al-Qaeda para

receber mais dinheiro" dos Estados Unidos. Em janeiro de 2013, Zabara foi assassinado em Abyan.[28] Não se sabe quem o matou. Ainda naquele mês, o governo iemenita anunciou que Shihri morrera[29] "por não resistir aos ferimentos recebidos numa operação contraterrorista".

Não resta dúvida de que quando o presidente Obama tomou posse, a Al-Qaeda tinha ressuscitado suas atividades no Iêmen. Mas a real proporção da ameaça que a AQPA representava para os Estados Unidos ou para Saleh naquele momento histórico era motivo de polêmica. O que permanecia praticamente irretorquível no discurso americano sobre a AQPA e sobre o Iêmen era a possibilidade de que as ações americanas — assassinatos dirigidos, Tomahawks e ataques de drones — funcionassem na prática como um tiro no pé, dando de bandeja à AQPA uma oportunidade de recrutar mais gente e incitar o grupo a aumentar sua própria violência. "Não estamos gerando boa vontade com essas operações",[30] disse-me o ex-dirigente da CIA Emile Nakhleh.

> Devíamos visar radicais de fato e em potencial, mas infelizmente […] outras coisas e outras pessoas estão sendo destruídas e mortas. Assim, a longo prazo, não há certeza de que isso ajude. Essas operações não vão contribuir para desradicalizar potenciais recrutas. Para mim, o problema maior é toda a questão da radicalização. Como podemos dar uma rasteira nisso? [...] Essas operações podem ter sucesso em casos específicos, mas não acho que contribuam necessariamente para a desradicalização de certos setores dessas sociedades.

O coronel Patrick Lang, que passou quase toda a carreira liderando missões delicadas em operações secretas, inclusive no Iêmen, disse-me que a ação da AQPA tinha sido

> muito exagerada como ameaça[31] aos Estados Unidos. Na verdade, muitos americanos acham que qualquer coisa que possa matar você, seja num aeroplano, caminhando pela Park Avenue ou qualquer coisa assim, é a maior ameaça do mundo, certo? Porque não estão acostumados a lidar com condições de perigo como estilo de vida, certo? Daí que à pergunta "a AQPA é uma ameaça aos

> Estados Unidos?", eles respondem sim. A AQPA pode derrubar um avião, matar centenas de pessoas. Mas ela representa uma ameaça à existência dos Estados Unidos? É claro que não. Nenhuma dessas pessoas representa uma ameaça à existência dos Estados Unidos. Estamos completamente loucos a esse respeito. Temos essa reação histérica ao perigo.

Da mesma forma que o Afeganistão e o Iraque proporcionaram um laboratório para o treinamento e o desenvolvimento de toda uma geração de quadros operacionais especiais altamente qualificados e experientes, o Iêmen representou um paradigma que certamente perpassará a política de segurança dos Estados Unidos nas décadas vindouras. Foi durante o governo Bush que os Estados Unidos declararam ser o mundo um campo de batalha, assim qualquer país poderia ser alvo de assassinatos dirigidos, mas foi o presidente Obama quem pôs o selo do bipartidarismo nessa visão de mundo que quase que com certeza resistirá muito além do fim de seu mandato. "Isso vai prosseguir durante muito tempo", disse Lang.

> A Guerra Global ao Terror adquiriu vida própria. Era como uma casquinha de sorvete lambendo a si mesma. E como a indústria contraterrorista/contrainsurrecional se transformou numa coisa dessas, envolvendo tantas pessoas, fundações, jornalistas e autores de livros, generais e os caras que dão tiros — tudo isso junto acumula uma massa gigantesca de inércia que tende a manter as coisas na mesma direção [...]. Continua rolando. Seria preciso que os legisladores civis, alguém como o presidente, por exemplo, tomassem uma decisão consciente para decidir "tudo bem, rapazes, o espetáculo acabou".

Mas Obama estava longe de decidir que o espetáculo tinha acabado.

53. A Casa Rosada

WASHINGTON, DC, E SOMÁLIA, 2011 — Um mês depois da incursão contra Bin Laden, o almirante McRaven ainda era festejado em Washington. Em junho de 2011, ele compareceu ante o Congresso para ser confirmado como chefe do Comando de Operações Especiais dos Estados Unidos. O novo cargo representava uma promoção em relação ao de comandante em chefe e oficialmente encarregaria McRaven do programa global de assassinatos dirigidos das Forças Armadas. Assim que se apresentou ante a Comissão de Serviços Armados do Senado, choveram sobre ele louvores de republicanos e democratas pelo ataque contra Bin Laden e sua participação em outras operações. "Felicito-o e a seus colegas[1] dos SEALs pelas extraordinárias operações", disse o senador democrata Jack Reed. "Acho que sua determinação e seu tato para cada nível do conflito, a partir das aldeias do Afeganistão e do Paquistão até chegar aos mais complicados meandros de Washington, ficaram amplamente demonstrados." O republicano John McCain fez eco a esses comentários, dizendo a McRaven: "O que o senhor conquistou em sua distinta carreira antes de 2 de maio de 2011 é realmente extraordinário. Mas naquele dia, na liderança da operação que matou Osama bin Laden, o senhor e seus homens ganharam um lugar permanente na história militar americana".

Foi então que o verdadeiro foco daquelas sessões do Congresso veio à tona: estariam McRaven e suas Forças de Operações Especiais "prontos e capacitados para expandir" suas "operações para o mundo todo a um chamado

imediato?", perguntou Reed. McRaven disse aos senadores que, em virtude do aumento vertiginoso da mobilização de Operações Especiais num campo de batalha global e em expansão, seriam necessários mais recursos e o treinamento de uma nova geração de quadros operacionais. Nesse ponto, o almirante foi direto aos alvos privilegiados do momento. "De meu ponto de vista, como ex-comandante do JSOC, posso dizer que estamos olhando com muita preocupação para o Iêmen e para a Somália", declarou. Disse que para expandir com sucesso os "ataques fulminantes" naqueles países, os Estados Unidos teriam de aumentar o uso de drones, bem como ampliar a atuação da Inteligência em campo e as missões de vigilância e reconhecimento. "Qualquer expansão dos efetivos deve vir acompanhada de uma expansão proporcional dos elementos possibilitadores", declarou McRaven.

Quando viajei a Mogadíscio, no mês da promoção de McRaven, um grande símbolo da presença nem tão discreta dos "elementos possibilitadores" americanos saltou-me aos olhos no momento em que pousamos. Acomodado num canto nos fundos do Aeroporto Internacional de Aden Adde, estendia-se um conjunto amuralhado de edifícios. Situadas no litoral do oceano Índico, as dependências lembravam uma pequena comunidade confinada, com uma dúzia de edifícios protegidos por muros altos e vigiados por sentinelas postadas nas torres de seus quatro cantos. Depois fiquei sabendo, por numerosas fontes somalianas e da Inteligência americana, que se tratava do novo centro de contraterrorismo[2] comandado pela CIA e usado por quadros operacionais do JSOC. Os somalianos chamavam-no de "Casa Rosada". Outros, simplesmente, de "Guantánamo". Adjacentes ao conjunto havia oito grandes hangares de metal. A CIA tinha sua própria aeronave no aeroporto. O conjunto, que, segundo informações de funcionários do aeroporto e fontes da Inteligência somaliana, tinha sido concluído no começo de 2011, era guardado por soldados somalianos, mas os americanaos controlavam o acesso a ele. Em suas dependências, a CIA comandava um programa de treinamento em contraterrorismo[3] para quadros operacionais e agentes da Inteligência

somaliana com o objetivo de construir uma força de ataque nacional capaz de executar operações de sequestro e de "combate" dirigido contra a Al-Shabab.

Como parte de seu programa de contraterrorismo em expansão, a CIA utilizava também a prisão clandestina sepultada nos porões da sede da Agência de Segurança Nacional da Somália, onde ficavam prisioneiros suspeitos de pertencerem à Al-Shabab ou de terem ligação com o grupo. Alguns dos presos, como o suposto braço direito do líder da Al-Qaeda, Saleh Ali Saleh Nabhan, tinham sido sequestrados nas ruas do Quênia e levados de avião para Mogadíscio. Outros tinham sido arrancados de voos comerciais na hora do pouso ou tirados de suas casas na Somália e trazidos à masmorra. Embora a prisão subterrânea fosse oficialmente controlada pela Agência Nacional de Segurança da Somália, os salários dos funcionários locais eram pagos por agentes da Inteligência americana, que também interrogavam diretamente os prisioneiros. Entre as fontes que me falaram sobre a prisão e o centro contraterrorista da CIA havia altos funcionários da Inteligência somaliana, membros do governo federal de transição da Somália, ex-prisioneiros da cadeia subterrânea, diversos analistas somalianos bem informados e líderes de milícias, alguns dos quais trabalhavam com funcionários americanos, inclusive da CIA. Um funcionário americano, que confirmou a existência dos dois lugares, disse-me: "Faz todo sentido[4] ter uma forte parceria contraterrorista" com o governo da Somália.

A grande presença da CIA em Mogadíscio devia-se à escolha da Somália, pelo governo Obama, como foco da atividade contraterrorista, que incluía ataques dirigidos praticados pelo JSOC, ataques de drones e múltiplas operações de vigilância. Os agentes americanos "estão presentes o tempo todo",[5] disse um alto funcionário da Inteligência somaliana. Às vezes, contou, viam-se trinta deles em Mogadíscio. Todavia, os homens que trabalhavam com a NSA não participavam de operações. Dedicavam-se a orientar e treinar agentes somalianos. "Nesse ambiente, é bastante espinhoso. Eles querem nos ajudar, mas a situação não lhes permite, por mais que queiram. Não controlam a política, não controlam a segurança", disse a fonte. "Eles não controlam a

situação como no Afeganistão ou no Iraque. Na Somália a situação é fluida, a situação muda, as pessoas mudam."

Segundo fontes somalianas bem informadas, a CIA relutava em tratar diretamente com líderes políticos somalianos, que, apesar dos elogios em público, eram vistos pelos americanos como corruptos e indignos de confiança.[6] Assim, os Estados Unidos punham os agentes da Inteligência somaliana diretamente em sua folha de pagamento. Fontes somalianas que conheciam o programa contam que os agentes recebiam dos americanos duzentos dólares mensais[7] em dinheiro, num país em que a renda média anual era de cerca de seiscentos dólares. "Eles nos dão grande apoio financeiro", disse o funcionário da Inteligência somaliana. "São de longe os maiores [financiadores]."

Não ficava claro em que medida o presidente da Somália tinha controle — se é que tinha algum — sobre essa força contraterrorista, nem mesmo se estava bem informado de suas operações. O pessoal da CIA e outros agentes da Inteligência americana "não se davam ao trabalho de manter contato[8] com a liderança política do país, o que diz muito sobre suas intenções", contou-me Abdirahman "Aynte" Ali, pesquisador da Shabab que tinha também muitas fontes dentro do governo somaliano. "Essencialmente, parece que é a CIA que está em ação, executando a política externa dos Estados Unidos. O pessoal do Departamento de Estado deveria estar cuidando da política externa, mas parece que é a CIA quem faz isso no país." As autoridades do governo somaliano que entrevistei disseram que a CIA era o principal órgão americano do programa contraterrorista em Mogadíscio, mas que às vezes há agentes da Inteligência militar americana envolvidos. Quando perguntei se eram do JSOC ou da DIA, o funcionário da Inteligência somaliana respondeu: "Não sabemos. Eles não nos dizem".

Enquanto a CIA construía sua agência de Inteligência somaliana, o diretor da Agência, Leon Panetta, compareceu ante o Congresso e foi interrogado sobre a luta contra a Al-Qaeda e suas afiliadas no Iêmen, na Somália e no norte da África. "Nossa abordagem tem sido empreender operações em cada uma

dessas áreas para deter a Al-Qaeda e persegui-los até que já não tenham para onde fugir", disse ele.

> É o que estamos fazendo no Iêmen. Claro que se trata de uma situação perigosa e incerta, mas continuamos a trabalhar com o pessoal de lá na tentativa de desenvolver o contraterrorismo. Estamos trabalhando com o JSOC também em suas operações. O mesmo vale para o caso da Somália.[9]

Depois que revelei à *Nation* o caso do programa contraterrorista da CIA para a Somália, um funcionário do governo somaliano disse ao *New York Times* que o serviço de espionagem sustentado pela CIA estava se tornando um "governo dentro do governo." "Ninguém, nem mesmo o presidente, sabe o que a NSA está fazendo", disse ele. "Os americanos estão criando um monstro."[10]

Segundo ex-prisioneiros, a cadeia subterrânea da NSA, administrada por guardas somalianos, era formada por um longo corredor, ladeado por pequenas celas imundas e infestadas de percevejos e mosquitos. Um deles disse que ao chegar, em fevereiro de 2011, viu dois homens brancos[11] usando coturnos, calças de uniforme de combate, camisas cinzentas metidas para dentro das calças e óculos escuros. Os ex-prisioneiros disseram que as celas não tinham janelas e o ar era viciado, úmido e fétido. Os prisioneiros não podiam sair. Muitos apresentavam erupções na pele e se coçavam sem parar. Alguns estavam presos havia um ano ou mais, sem acusações e sem acesso a advogados ou à família. Um dos ex-prisioneiros disse que os que estavam reclusos havia muito tempo andavam para lá e para cá sem parar,[12] e outros ficavam se balançando, encostados às paredes.

Um jornalista somaliano,[13] preso em Mogadíscio depois de filmar uma operação militar sigilosa, disse-me que foi levado à prisão e posto numa cela subterrânea sem janela. Entre os presos que ele conheceu enquanto esteve lá havia um homem que tinha passaporte ocidental (ele omitiu a nacionalidade do preso). Alguns dos prisioneiros contaram-lhe que tinham sido apanhados em Nairóbi e levados num pequeno avião a Mogadíscio, onde foram entregues a agentes da Inteligência somalianos.

Uma vez sob custódia, segundo o alto funcionário da Inteligência somaliana e ex-prisioneiros, alguns dos presos eram interrogados livremente por agentes americanos e franceses. "Nosso objetivo é agradar nossos parceiros, assim vamos obter mais [coisas] deles, como em qualquer relacionamento", disse-me o funcionário da Inteligência somaliana. Os americanos, ele disse, operavam unilateralmente no país, mas os franceses estavam integrados à Amisom e a sua base aérea. Com efeito, em julho de 2011, pude ver um agente da Inteligência francesa com um comandante da Amisom controlando passageiros que desembarcavam de um voo procedente de Nairóbi. Fontes da Inteligência somaliana disseram-me que às vezes os franceses pediam que certos passageiros fossem retirados de aviões[14] e interrogados. Segundo Aynte, em alguns casos, "os órgãos de Inteligência americanos e de outras nacionalidades avisavam a Inteligência somaliana de que algumas pessoas, alguns suspeitos, gente que estivera em contato com a liderança da Al-Shabab, estavam a caminho de Mogadíscio num avião [comercial] e deviam ser esperadas no aeroporto. Peguem e interroguem".

A prisão subterrânea estava instalada no mesmo edifício[15] ocupado no passado pelo famigerado Serviço de Segurança Nacional da Somália (National Security Service, NSS) durante o regime militar de Mohamed Siad Barre, que governou de 1969 a 1991. Um ex-prisioneiro disse-me que viu um velho símbolo do NSS do lado de fora. Durante o regime de Barre, a famosa prisão subterrânea e centro de interrogatório, que ficava atrás do palácio presidencial em Mogadíscio, foi um dos fundamentos do aparelho repressivo do Estado. Era chamado de Godka, ou "Buraco".[16]

"O bunker está lá, e é lá que o órgão de Inteligência interroga as pessoas", disse Aynte, que mantinha contato com funcionários da Inteligência somaliana. "Quando a CIA e outros órgãos de Inteligência — que na verdade estão em Mogadíscio — querem interrogar essas pessoas, vão lá e interrogam." Funcionários somalianos "dão início ao interrogatório, mas as agências estrangeiras de Inteligência — os americanos e franceses — fazem também seu próprio interrogatório". O funcionário americano posto à minha

disposição para comentar o assunto disse que a "inquirição" de prisioneiros por quadros operacionais americanos naquelas dependências "tinha ocorrido em raras ocasiões" e sempre em conjunto com agentes somalianos.

Num gesto dramático que, aparentemente, cumpria a promessa de campanha de fechar as abomináveis prisões clandestinas da CIA estabelecidas no governo Bush, Obama assinou a Resolução Executiva 13491 em 22 de janeiro de 2009. A resolução exigia que "a CIA fechasse com a celeridade possível[17] todas as dependências de detenção atualmente em operação e não voltasse a operar nenhuma dependência de detenção no futuro". Para os grupos de direitos humanos, o uso da prisão subterrânea se mostrava como uma subversão furtiva daquela resolução. Depois da publicação de minha reportagem sobre a prisão na *Nation* e de um artigo subsequente sobre o tema publicado por Jeffrey Gettleman no *New York Times*, uma coalizão de grupos de direitos humanos escreveu uma carta ao presidente Obama. Os artigos, diziam eles, "põem em dúvida[18] o fato de os Estados Unidos estarem cumprindo suas obrigações de respeitar e garantir que se respeitem as exigências internacionais de direitos humanos referentes a *non-refoulement* [não devolução], detenção arbitrária e tratamento humano". Citando a Resolução Executiva 13491, eles disseram ao presidente que

> o senhor deixou claro seu profundo compromisso de garantir que as operações contraterroristas fossem executadas com respeito aos direitos humanos e ao império da lei. Exortamos o senhor a reafirmar esse compromisso, revelando, na maior medida possível, a natureza do envolvimento americano em operações de detenção, interrogatório e transferência no estrangeiro, referentes à prisão na Somália, de modo que possa haver um diálogo público de peso quanto ao enquadramento dessas operações dentro da lei.

Apesar da retórica dos primeiros dias do presidente Obama e seus subordinados sobre a necessidade de equilíbrio entre liberdade e segurança, em dois anos de governo ficou claro que a Casa Branca vinha escolhendo sistematicamente a segurança em detrimento das liberdades civis. E embora alguns dos excessos da era Bush tenham acabado e outros tenham sido

refreados, o programa de morte/captura estava crescendo, e não diminuindo. Muitas dúvidas graves ainda se projetavam sobre o programa de assassinatos dirigidos: estaria realmente tornando os Estados Unidos um país mais seguro? Essas operações resultariam em menos ou em mais terrorismo? As ações empreendidas pela Casa Branca em nome da luta contra o terrorismo — ataques de drones, assassinatos, prisões — acaso não estariam ajudando grupos como a Al-Shabab, a AQPA e o Talibã a recrutar novos membros e simpatizantes?

No começo de 2011, a Al-Shabab controlava com firmeza uma região da Somália maior que a controlada pelo governo federal de transição, mesmo considerando que este era apoiado por milhares de soldados da União Africana, treinados, armados e financiados pelos Estados Unidos. Em Mogadíscio, apesar do dinheiro e das armas dos americanos, grande parte das forças da Amisom estava confinada a suas bases. Em vez de combater a insurreição, elas optaram por bombardear regularmente[19] áreas controladas pela Al-Shabab e cheias de civis. O JSOC estava eliminando militantes, mas o número de civis mortos pelos bombardeios da Amisom levou alguns líderes de clãs a dar apoio à Al-Shabab. Enquanto isso, o governo somaliano era visto como fraco, ilegítimo ou coisa pior.

"Noventa e nove por cento dos integrantes do governo são corruptos, imorais, desonestos, marcados pela comunidade internacional, disse-me Mohammed Farah Siad, um empresário de Mogadíscio que visitei em sua casa, perto do porto de Mogadíscio, no verão de 2011. Siad, que tinha seu negócio desde 1967, reclamava por ter de pagar propinas regulares e por ser roubado, assim como outros importadores, por funcionários do governo. "Acho que essas pessoas devem ter sido escolhidas por estar entre as piores. Quanto mais criminoso você for, quanto mais usuário de drogas, mais será escolhido para membro do Parlamento somaliano." O governo, disse ele, existia para "trapacear por dinheiro". Siad, que condenava decisivamente a Al-

Shabab e a Al-Qaeda, disse que a Al-Shabab era muito mais bem organizada que o governo somaliano, e acreditava que se as tropas da Amisom se retirassem, a Al-Shabab tomaria o poder. "Imediatamente, em meia hora", disse ele. "Em menos de meia hora." Os somalianos, disse ele, viam-se obrigados a escolher entre os "ladrões" do governo e os "criminosos" da Al-Shabab. "Estamos órfãos",[20] concluiu.

A Al-Shabab controlava o que "se calcula em metade da Somália, que é do tamanho do Texas. Então você pode imaginar como a área é grande — inclusive uma parte de Mogadíscio, a capital", calculava Aynte. Estava claríssimo que se o governo somaliano era incapaz de instituir forças policiais e militares que pudessem estabilizar pelo menos a capital, a influência da Al-Shabab continuaria crescendo. Cada suicídio de homem-bomba dava prova de que o governo era vulnerável, e cada morteiro que explodia em áreas de civis trazia a mensagem de que o governo — e as forças da União Africana apoiadas pelos Estados Unidos — não estava do lado do povo.

Com a maioria dos somalianos entre um governo pelo qual nutriam desprezo e militantes islâmicos que lhes infundia temor, o governo Obama deu a conhecer o que chamava de política "de duas vias"[21] para a Somália. Seu governo trataria ao mesmo tempo com o "governo central" de Mogadíscio e com chefes regionais e de clãs de toda a Somália. "A política de duas vias é apenas um novo rótulo[22] para a velha e fracassada política do governo Bush, observou o analista somaliano Afyare Abdi Elmi. "Ela fortalece inadvertidamente as divisões de clãs, desgasta tendências democráticas e inclusivas e, principalmente, cria ambiente propício para o retorno do caos organizado ou do domínio dos chefes de milícias."

A política de duas vias dava espaço para que governos regionais autoproclamados e com base em clãs pretendessem reconhecimento e apoio dos Estados Unidos. "Governos locais pipocam a cada semana", disse Aynte na época. "A maior parte deles não controla lugar nenhum, mas as pessoas anunciam esses governos municipais na esperança de que a CIA estabeleça um pequeno posto avançado em sua cidadezinha."

Em meados de 2011, segundo o *New York Times*, "em Washington, funcionários americanos disseram que estavam se travando debates sobre a questão de até que ponto os Estados Unidos podiam confiar no treinamento de milícias clandestinas e em ataques de drones armados para combater a Al-Shabab". "Durante o ano passado, a embaixada dos Estados Unidos em Nairóbi, segundo um funcionário americano, tornou-se um enxame de quadros operacionais militares e da Inteligência que estão 'em cócegas' para multiplicar as operações na Somália."[23]

Enquanto os Estados Unidos endureciam sua retórica e seus ataques contra a Al-Shabab, seus êxitos táticos ocorriam sobretudo em áreas rurais fora de Mogadíscio. Na capital somaliana, a força contraterrorista treinada e financiada pela CIA mostrava poucos ganhos tangíveis. "Até agora, o que não vimos foram resultados", disse-me o alto funcionário da Inteligência somaliana no verão de 2011. Ele admitiu que nem as forças americanas nem as da Somália tinham sido capazes de executar com sucesso uma única missão dirigida em áreas da capital controladas pela Al-Shabab. No fim de 2010, segundo aquele funcionário, agentes somalianos treinados pelos Estados Unidos executaram uma operação numa área controlada pela Al-Shabab que foi um rotundo fracasso e resultou na morte de diversos agentes. "Houve uma tentativa, mas foi infeliz", lembrou ele. Em 3 de fevereiro de 2011, a Al-Shabab transmitiu a execução[24] de um suposto informante da CIA por seu canal de televisão, o Al-Kataib.

Ao mesmo tempo que lutavam para ter algum êxito com o mais recente projeto da CIA na Somália, os Estados Unidos travavam sua campanha contra a Al-Shabab privilegiando o apoio dado às forças da Amisom, que estavam longe de executar sua missão com algo parecido com precisão cirúrgica. A Amisom divulgava frequentes comunicados à imprensa em que se vangloriava de seus triunfos contra a Al-Shabab e da retomada de territórios, mas a realidade era bem mais complicada.

Caminhando pelas áreas que a Amisom tinha retomado em 2011, vi um emaranhado de túneis subterrâneos usados no passado pelos combatentes da

Al-Shabab para se deslocar de um prédio a outro. Segundo alguns relatos, os túneis se estendiam ininterruptamente ao longo de quilômetros. Restos de comida, mantas e cartuchos de munição ainda estavam espalhados perto das posições de "ataque surpresa" usadas então por atiradores da Al-Shabab, protegidas por sacos de areia — era tudo o que restara das posições da guerrilha. Não só os combatentes da Al-Shabab tinham sido expulsos das áreas de superfície: os civis que antes residiam nelas foram expulsos também. Quando estive lá, percebi em diversas ocasiões disparos de artilharia feitos pelas forças da Amisom, de sua base no aeroporto, contra o mercado de Bakaara, onde bairros inteiros tinham sido totalmente abandonados. As casas estavam em ruínas e os animais perambulavam por ali mascando lixo. Em alguns pontos, havia corpos sepultados às pressas em covas em que a terra mal os cobria. Do outro lado da estrada, num velho bairro da Al-Shabab, um corpo sem cabeça jazia poucos metros adiante de um novo posto de controle do governo.

Numa série de entrevistas em Mogadíscio, diversos líderes internacionalmente reconhecidos do país, entre eles o presidente Sharif, pediram que o governo dos Estados Unidos aumentasse substancialmente e com rapidez a assistência prestada às Forças Armadas somalianas, em forma de treinamento, equipamento e armas. Mais ainda, diziam que sem instituições civis viáveis, a Somália permaneceria vulnerável a grupos terroristas que mais adiante poderiam desestabilizar não apenas a Somália, mas toda a região. "Acho que os Estados Unidos devem ajudar[25] os somalianos a instituir um governo que proteja civis e seu povo", disse Sharif. Mas os Estados Unidos não tinham fé em Sharif, nem em outros funcionários do governo — e tinham razões para isso. "Se [o governo somaliano] estivesse fazendo alguma coisa além de embolsar todo o dinheiro que lhe foi dado, teria muito mais recursos que a Al-Shabab",[26] disse Ken Menkhaus, o especialista em Somália da Davidson College. Segundo o Grupo de Monitoramento das Nações Unidas na Somália, o armamento e as munições entregues ao governo somaliano e a "milícias associadas" estavam aparecendo cada vez mais no

mercado negro e acabavam em mãos da Al-Shabab. As Nações Unidas estimavam que "o governo e as forças governistas vendiam entre um terço e a metade de sua munição"[27] no mercado negro.

Na luta contra a Al-Shabab, o governo dos Estados Unidos não se alinhava incondicionalmente ao governo da Somália. A estratégia americana que estava se afirmando no país — tendo como política declarada o aumento da presença secreta e planos de financiamento — apresentava duas vertentes. Por um lado, a CIA treinava, pagava e ocasionalmente dirigia os agentes da Inteligência somaliana que não estavam sob controle firme do governo somaliano, enquanto o JSOC executava ataques unilaterais sem prévio conhecimento do governo. De outro, o Pentágono aumentava seu apoio a operações contraterroristas de forças militares africanas não somalianas e lhes proporcionava armamento.

Em 2011, um somaliano que estava exercendo bastante controle em seu território era Indha Adde, ex-ministro da Defesa da União das Cortes Islâmicas e antigo aliado da Al-Shabab. Quando o visitei, no verão de 2011, ele tinha assumido a identidade de general Yusuf Mohammed Siad e ostentava um uniforme militar com três estrelas. Tornara-se oficial de alta patente das Forças Armadas somalianas. Enquanto os Estados Unidos e outras potências ocidentais, sob os auspícios da Amisom, comandavam exercícios de treinamento especializado dirigidos às Forças Armadas de Uganda e do Burundi, às quais também forneciam armamento e equipamento ao custo de centenas de milhões de dólares, o governo da Somália mal podia pagar[28] a seus próprios soldados. As Forças Armadas somalianas estavam carentes de verbas e mal armadas, seus soldados ganhavam mal, eram indisciplinados, e no final das contas, mais leais aos próprios clãs do que ao governo central. Foi assim que nasceu o programa alugue-uma-milícia. E Indha Adde era um exemplo primoroso de como isso funcionava.

Enquanto Washington fazia de tudo para esconder o apoio que dava aos chefes de milícias na Somália, os acordos que seus representantes na Etiópia, no Quênia e na Amisom faziam com chefes de milícias — similares aos que

tinham sido intermediados pela Aliança pelo Restabelecimento da Paz e de Contraterrorismo da CIA no início da década de 2000 — eram, em Mogadíscio, um segredo de polichinelo.

O governo dos Estados Unidos privilegiava suas próprias operações fulminantes unilaterais, mas o governo da Somália e a Amisom buscavam o apoio de personagens indigestos num esforço duplo: construir de forma independente algo que se assemelhasse minimamente a um Exército nacional, e — de forma bem parecida à tentativa americana com seu Conselho do Despertar nas áreas sunitas do Iraque em 2006 — comprar lealdade estratégica de antigos aliados do inimigo do momento. Indha Adde ganhou uma patente, apesar de nunca ter servido num exército regular, enquanto outros foram agraciados com ministérios em troca da cessão de suas milícias para a luta contra a Al-Shabab. Vários deles eram antigos aliados da Al-Qaeda ou da Al-Shabab, e muitos tinham combatido diretamente a invasão etíope patrocinada pelos Estados Unidos, ou tinham lutado contra a missão liderada pelos Estados Unidos na Somália, no começo da década de 1990, que culminou com o incidente da derrubada dos Black Hawks. Outras milícias eram pouco menos que representantes dos governos da Etiópia e do Quênia, ambos firmemente apoiados por Washington. Em 2011, Indha Adde tinha se transformado numa espécie de híbrido de suas personalidades anteriores, um chefe de milícia islâmico que acreditava na *sharia*, recebia dinheiro e armas da Amisom e cultivava relações amigáveis com a CIA.

Grande parte de Mogadíscio era inacessível sem a anuência de Indha Adde, que controlava uma das maiores milícias e possuía mais veículos de combate na cidade que qualquer outro chefe de milícia. Seu técnico em mecânica, que montava caminhonetes especialmente armadas para seus homens (e guardava uma estranha semelhança com o ator americano Mr. T), era reconhecido como o melhor de Mogadíscio. Com alta patente militar e uma inundação de armas modernas, Indha Adde era mais poderoso — e pelo menos do modo como ele se via —, mais respeitável do que nunca. Eu estava diante de uma das casas de Indha Adde, esperando que sua comitiva preparasse a partida para

as linhas de frente, quando um Toyota Corolla encostou. Em instantes, caixas e mais caixas de munição novinha começaram a ser descarregadas.

Indha Adde levou-me a diversas linhas de frente em que sua milícia estava lutando contra a Al-Shabab. No caminho entre uma e outra de suas várias posições, fomos alvo de disparos contínuos de atiradores da Al-Shabab. Meses antes,[29] o guarda-costas de Indha Adde tinha levado um tiro na cabeça ao se postar diante do chefe numa batalha contra combatentes da Al-Shabab. Segundo o relato de testemunhas, Indha Adde lançou o corpo do homem sobre o ombro, levou-o até um lugar seguro, pegou uma arma automática e disparou contra os algozes. "Numa só noite, disparei 120 projéteis de AK-47,[30] quatro carregadores e 250 balas de metralhadora. Sou o combatente número um nas linhas de fogo", disse-me ele, enquanto caminhávamos pelos restos bombardeados de um bairro que seus homens tinham retomado havia pouco da Al-Shabab. Ao contrário dos homens da Amisom, Indha Adde não usava colete à prova de balas e a toda hora parava para atender a ligações no celular com fone de ouvido. "O papel de um general é uma via de mão dupla. Numa guerra convencional e bem financiada, os generais ficam na retaguarda e comandam dando ordens", declarou. "Mas na guerra de guerrilhas, como a que temos, o general precisa estar na linha de frente para levantar o moral de seus homens."

Quando passávamos pelas trincheiras nas cercanias do mercado de Bakaara, que tinha sido ocupado por combatentes da Al-Shabab, a comitiva de Indha Adde se deteve. Numa das valas, de uma sepultura improvisada constituída de um pouco de areia amontoada de qualquer jeito sobre um corpo, sobressaía um pé humano. Um dos milicianos de Indha Adde disse que o corpo pertencia a um estrangeiro que lutava ao lado da Al-Shabab. "Sepultamos os mortos deles e capturamos soldados com vida", disse-me Indha Adde com sua voz baixa e áspera. "Se são somalianos, cuidamos deles, mas quando capturamos um estrangeiro, ele é executado para que os outros possam ver que não temos piedade."

Perguntei a Indha Adde por que ele agora lutava do lado dos Estados Unidos contra seus antigos aliados da Al-Shabab, e ele despejou algo semelhante a versos decorados sem fazer uma só pausa: "Terroristas internacionais estrangeiros entraram no país, começaram a matar nossa gente. Mataram alguns de nossos pais, estupraram nossas mulheres e saquearam nossas casas. Tenho a obrigação de defender meu povo, meu país e minha religião. Tenho de libertar meu povo ou morrer tentando". Os militantes da Al-Qaeda e da Al-Shabab tinham mudado, não ele, disse. "Os terroristas estão desvirtuando a religião", disse ele. "Se eu soubesse antes o que sei agora — que os caras que eu estava protegendo eram terroristas —, teria entregado todos para a CIA sem pedir nada."

Uma das forças mais poderosas a surgir da aliança entre o governo da Somália e as milícias para combater à Al-Shabab foi a Ahlu Sunna Wal Jama (ASWJ), organização paramilitar muçulmana sufista. Fundada[31] na década de 1990 como entidade de tendências políticas, mas dedicada a promover o estudo do sufismo e à prestação de trabalhos comunitários e assumidamente não militante, a ASWJ se via como um para-choque contra o que entendia como um avanço do wahabismo na Somália. Proclamava como missão "pregar uma mensagem[32] de paz e desautorizar as crenças e a plataforma política" de "movimentos fundamentalistas". Administrava madraçais e ensinava a memorização do Alcorão. Os serviços religiosos da seita, que incluía muitos cânticos de grupo, mais parecia um culto dominical evangélico do que as pregações das sextas-feiras nas mesquitas de todo o mundo muçulmano.

Em 2008, a Al-Shabab começou a atacar líderes da Ahlu Sunna, executando assassinatos e profanando[33] as sepulturas de seus anciãos. A Al-Shabab via a ASWJ como um culto cujas práticas de celebração da morte e de falar em línguas desconhecidas configuravam heresia. Depois de muita discussão[34] dentro da comunidade ASWJ, seus integrantes formaram milícias para pegar em

armas contra a Al-Shabab. No início, suas tropas, integradas por combatentes clânicos indisciplinados e por intelectuais religiosos, deixavam muito a desejar. Então, na surdina, a Etiópia começou a armar e financiar[35] a ASWJ, dar-lhe treinamento e, no fim, a enviar soldados.[36] No começo de 2010, a ASWJ era vista em geral como mandatária da Etiópia — e portanto dos Estados Unidos. Em março de 2010, depois de um acalorado debate interno, a ASWJ assinou um acordo formal de cooperação[37] com o governo da Somália.

Um dos primeiros beneficiários da nova condição da ASWJ como milícia paramilitar foi Abdulkadir Moalin Noor, conhecido simplesmente como "o Califa", ou "o sucessor". Seu pai, homem santo[38] amplamente reverenciado, tinha morrido em 2009 aos 91 anos e designara Noor como novo líder espiritual do movimento. Educado em Londres, Noor administrava os investimentos da família fora da Somália. Quando o pai morreu, ele abandonou uma vida de segurança e conforto para voltar a Mogadíscio, onde recebeu o título de ministro de Estado. No entanto, Noor ainda apreciava os luxos do Ocidente. Circulava por Mogadíscio numa SUV blindada, com peles de animais sobre os assentos. Instalou uma rede de internet sem fio num acampamento da ASWJ perto da capital, que não tinha água encanada, e seu exemplar do Alcorão era lido num iPad novinho em folha. Em seu recém-comprado iPhone branco, mostrou-me um e-mail do ministro das Relações Exteriores da Etiópia.

Noor, que se encontrava regularmente com funcionários do governo e agentes de Inteligência do Ocidente, não quis explicitar quem estava financiando a ASWJ do exterior, mas apontou os Estados Unidos como "aliado número um"[39] da Somália. "Estou aqui para lhes agradecer, porque estão nos ajudando, lutando contra os terroristas", disse-me ele. "E que me diz da área militar?", perguntei. "Não quero mencionar uma porção de coisas", ele respondeu. "Mas eles estão metidos até o pescoço. Estão trabalhando com nossa Inteligência, dando-lhe treinamento. Estão trabalhando com o pessoal da área militar. Eles têm forças especialmente treinadas aqui lutando contra a Al-Shabab. Não quero revelar, mas sei que estão fazendo um bom trabalho.

Eles têm mesmo gente aqui combatendo a Al-Shabab. E com a ajuda de Alá esperamos que esse caos termine logo."

Em meados de 2011, as milícias da ASWJ tinham se afirmado como uma das mais efetivas forças de combate à Al-Shabab fora de Mogadíscio, retomando territórios na região de Mudug[40] e em diversos outros bolsões do país. Mas, como ocorria com os mais poderosos grupos paramilitares da Somália, as coisas não eram bem o que pareciam.

O Grupo de Monitoramento das Nações Unidas na Somália declarou que algumas das milícias da ASWJ "são, aparentemente, mandatárias[41] de Estados vizinhos, e não autoridades locais emergentes". A ASWJ recebia apoio[42] também da Southern Ace, empresa privada de segurança. Registrada formalmente em Hong Kong em 2007 e dirigida por um sul-africano branco, Edgar Van Tonder, a Southern Ace cometeu "graves violações[43] do embargo de armamentos" imposto à Somália, segundo as Nações Unidas, e "começou também a explorar possibilidades de tráfico de material bélico, além de se envolver em experimentos hortícolas voltados para a produção de drogas,[44] entre elas maconha, cocaína e ópio".

Entre abril de 2009 e o começo de 2011, segundo as Nações Unidas, a

> Southern Ace e seus associados locais recrutaram e puseram em operação uma milícia de 220 integrantes, forte e bem equipada [...] supervisionada por uma dúzia de zimbabuanos e três ocidentais, a um custo estimado de 1 milhão de dólares em salários e pelo menos 150 mil dólares em armas e munição. O resultado foi a criação de uma das forças mais poderosas [...] com potencial para alterar o equilíbrio de poder na área.[45]

A Southern Ace começou a comprar armas no mercado de material bélico da Somália, entre elas dezenas de fuzis Kalashnikov, metralhadoras pesadas, lançadores-propelentes de granadas e uma metralhadora antiaérea ZU-23 com 2 mil projéteis. As compras de armas da empresa "eram tão grandes" que autoridades locais "notaram um aumento significativo no preço da munição e uma escassez de projéteis para a ZU-23". Algumas dessas armas estavam montadas em veículos de tração nas quatro rodas e caminhonetes. A empresa

importou das Filipinas para a Somália "uniformes de tipo militar e coletes à prova de balas para apoiar suas operações",[46] segundo as Nações Unidas.

Apoiada pela Etiópia e pela Southern Ace, a ASWJ empreendeu uma série de importantes ofensivas contra a Al-Shabab que, segundo as Nações Unidas, foram executadas em violação ao embargo de armas. Sem dúvida, a Etiópia e os Estados Unidos viam a ASWJ como a principal contrapartida à retórica da Al-Shabab e da Al-Qaeda, e em apenas três anos transformaram uma entidade que na origem não era violenta num dos mais poderosos grupos armados da Somália. "Até certo ponto, o apoio de governos estrangeiros a forças que atuam como prepostas suas na Somália representa um retorno à era dos chefes de milícias[47] da década de 1990 e início da década seguinte", concluiu com concisão um relatório das Nações Unidas. Essas práticas, continuou, "mostraram-se historicamente contraproducentes".

A Southern Ace estava longe de ser a única empresa mercenária a intervir na Somália. Nenhuma guerra americana moderna estaria completa sem a participação de Erik Prince, fundador da Blackwater. Embora os crimes e escândalos de sua empresa tenham ficado intimamente ligados[48] aos neoconservadores e à era Bush, as forças da Blackwater continuaram a desempenhar importante papel nas operações globais da CIA no governo Obama. Com a Blackwater submetida a profundas investigações e seus principais subordinados indiciados por conspiração e uso indevido de material bélico nas instâncias federais, Prince saiu dos Estados Unidos em 2010 e se radicou em Abu Dhabi, nos EAU, importante ponto de irradiação da atividade mercenária e da ação bélica terceirizada como um todo. Prince tinha ligações estreitas com a realeza, especialmente com o príncipe herdeiro de Abu Dhabi. Disse que tinha escolhido Abu Dhabi por causa da "grande proximidade com potenciais oportunidades[49] em todo o Oriente Médio, e da excelente logística", acrescentando que o lugar tinha "um ótimo ambiente para os

negócios, impostos baixos ou inexistentes, livre-comércio e nenhum advogado ou sindicato fora de controle. É propício aos negócios e às oportunidades".

Depois de adotar os EAU como pátria, Prince deu continuidade a suas atividades mercenárias. Deixara os Estados Unidos, disse, para "evitar que os chacais metam a mão no meu dinheiro",[50] acrescentando que queria explorar novas oportunidades "na área energética". Poucos dias antes do Natal de 2010, Prince pousou no aeroporto internacional de Mogadíscio, desembarcou do jatinho particular que o levara e foi conduzido à sala VIP, onde esteve reunido com pessoas não identificadas durante uma hora. Depois disso voltou para o avião e decolou. "Tínhamos ouvido falar muito nas ambições da Blackwater de deixar sua marca na Somália",[51] disse um funcionário ocidental na ocasião.

Havia muito que Prince estava interessado em montar uma força particular de combate à pirataria que pudesse zarpar da costa da Somália. No fim de 2008, ele estava em negociação com mais de uma dúzia de companhias de navegação[52] sobre a contratação da Blackwater para proteger seus navios em trânsito no Chifre da África e no golfo de Áden. Em 2006, ele tinha comprado um barco de 183 pés,[53] o *McArthur*, que transformou numa nave-mãe antipirataria capaz de comportar helicópteros Little Bird, botes infláveis, 35 soldados privados e uma metralhadora calibre 50. "Poderíamos tirar os barcos de lá,[54] perseguir e deter os barcos de pesca que os piratas estão usando a um custo bem menor do que a Marinha teria com suas belonaves de 1,5 bilhão, 2 bilhões de dólares", disse Prince. A União Europeia, disse ele, "estava lá com 24 navios tentando cobrir uma área de 5 milhões de quilômetros quadrados do oceano Índico no combate a piratas somalianos. Isso dá 2,5 milhões de quilômetros quadrados por navio. É exatamente o que não se deve fazer".

Prince sugeriu que sua força poderia operar de forma análoga à dos navios corsários durante a Revolução Americana. "Um navio corsário era uma embarcação privada, com tripulação privada e um capitão privado, que recebia uma licença de caça. É chamada de carta de corso. Está prevista na Constituição", declarou Prince num discurso pouco antes de partir para os

EAU. "Eles tinham autorização para caçar barcos inimigos e faziam isso muito bem. Até o general Washington investia nesse tipo de operações de corsários."

Não havia dúvida de que a pirataria vinha aumentando ao largo da costa da Somália. Os ataques de piratas continuaram a crescer no segundo semestre de 2010 — de setembro desse ano a janeiro de 2011, o número de reféns tomados por piratas subiu de 250 para 770.[55] Os piratas começaram a exigir resgates cada vez mais exorbitantes e a usar "naves-mães" confiscadas para executar ataques mais ambiciosos.

Em janeiro de 2011, soldados americanos executaram uma incursão antipirataria em terra, capturando três jovens somalianos[56] e levando-os a bordo de um navio para interrogatório. Pouco depois, o líder das forças navais do Centcom, vice-almirante Mark Fox, sugeriu que os Estados Unidos empregassem medidas contraterroristas na luta contra piratas somalianos. Citando a progressiva sofisticação da tecnologia usada pelos piratas, assim como sua ligação com a Al-Shabab, Fox propôs que os ataques piratas fossem contidos em terra ainda embrionários. "A Al-Shabab é responsável[57] por muita atividade de treinamento, acampamentos e esse tipo de coisa na Somália", declarou. "Os piratas usam essas coisas. Na minha opinião, não pode haver uma separação entre a atividade contraterrorista e a contrapirataria."

Embora Fox possa ter exagerado as ligações entre a Al-Shabab e a pirataria — vários relatos indicam que a Al-Shabab estava extorquindo os piratas[58] muito mais do que se coordenando com eles —, ele tinha razão ao dizer que os piratas estavam se tornando mais ousados.

Em 16 de fevereiro de 2011, Abduwali Muse — o único pirata julgado pelo sequestro do *Maersk Alabama*, foi condenado a 33 anos de prisão.[59] Dois dias depois, um iate particular, o *SV Quest*, de propriedade de Jean e Scott Adam, que moravam na Califórnia, enviou um SOS.[60] Eles tinham sido capturados com os tripulantes Phyllis Macay e Robert Riggle, baseados em Seattle, a 440 quilômetros[61] da costa de Omã. Uma flotilha pertencente à Quinta Frota dos Estados Unidos que estava no local começou a rastrear o *Quest* pouco depois de enviada a mensagem de sua captura, com o apoio de helicópteros[62] e

drones desarmados.[63] A missão de resgate alcançou o *Quest* em águas internacionais entre o extremo norte de Puntland e a ilha iemenita de Socotra.

No dia seguinte, o presidente Obama autorizou o uso de força letal.[64] Mas se em todos os aspectos a neutralização dos piratas que tomaram o *Maersk Alabama* foi um sucesso, a missão de libertação de passageiros e tripulantes do *Quest* foi um desastre.

Um bando de piratas extraordinariamente numeroso — dezenove membros — e incontrolável estava a bordo do iate, tornando impossível replicar o desfecho conciso do resgate do *Alabama*: "Três tiros, três piratas mortos". Portanto, o impasse continuou até que dois piratas do *Quest* se dispuseram a subir a bordo de um dos navios[65] para negociar com o FBI. Assim que começaram as conversações, os agentes do FBI prenderam os piratas. Na manhã seguinte, uma granada propelida por foguete (*rocket-propelled grenade*, RPG) foi disparada contra um dos barcos da Marinha e teve início uma troca de tiros.[66] Dois piratas morreram. As forças americanas então lançaram-se à ação: duas lanchas motorizadas levaram quinze comandos SEALs até o iate, onde se travou um intenso combate corpo a corpo. Dois piratas foram mortos pelos SEALs, um deles baleado e o outro esfaqueado. Mas já era tarde demais para os reféns.[67] Dois estavam mortos e os demais tinham sido feridos de morte. Não ficou claro se foram executados ou apanhados pelo fogo cruzado.

Numa entrevista coletiva concedida por telefone, o almirante Fox afirmou que os reféns tinham sido baleados antes da abordagem e da violenta operação de resgate. Um correspondente da BBC que falou com os piratas disse que eles assumiram a autoria do assassinato dos cativos,[68] que no entanto só teriam sido mortos depois que a Marinha americana disparou os primeiros tiros, que mataram os dois primeiros piratas. Os quinze sobreviventes[69] foram detidos pelos americanos, e catorze deles foram mais tarde indiciados por pirataria e sequestro (o décimo quinto era menor, e apurou-se que não tinha tido papel central no crime).

Deixando manifesta uma das qualidades que determinaram a ascensão da Blackwater, Erik Prince viu, mais uma vez, oportunidade na crise. Em 2009, a

Blackwater tinha firmado um acordo[70] com o governo do Djibuti para operar o navio antipirataria *McArthur* a partir do território djibutiano (mais tarde, o navio foi vendido a uma subsidiária da Saracen International). O acordo resultou de uma série de reuniões entre autoridades do Djibuti com Prince e Cofer Black, ex-chefe do Centro de Contraterrorismo da CIA, que na época era alto executivo da Blackwater. Cálculos iniciais mostram que a empresa poderia ganhar cerca de 200 mil dólares pelo acompanhamento de cada navio das companhias de navegação. A tripulação era composta de 33 americanos, entre eles três grupos de seis atiradores que operavam em turnos ininterruptos. "A Blackwater não pretende prender nenhum pirata, e sim usar força letal contra piratas, se necessário for", segundo um telegrama diplomático americano sobre o acordo, observando que a Blackwater "tinha feito briefings para o Africom, o Centcom e funcionários da embaixada dos Estados Unidos em Nairóbi". O telegrama acrescentava que "não havia precedente de uma operação militar num ambiente puramente comercial".

A indústria da pirataria da Somália tinha sua base na região semiautônoma de Puntland, pouco interessada em cooperar com o governo de Mogadíscio apoiado pelos Estados Unidos. As autoridades de Puntland vinham enfrentando uma pressão cada vez maior da comunidade internacional para reprimir os piratas, e um movimento islâmico local ameaçava sua possibilidade de assinar lucrativos contratos de exploração de petróleo e minérios com grandes empresas. A Somália possui grandes depósitos de "urânio e reservas pouco exploradas de minério de ferro, estanho, gipsita, bauxita, cobre, sal e gás natural, assim como de petróleo",[71] segundo a CIA. No fim de 2010, o governo de Puntland anunciou que estava criando sua própria força de combate à pirataria e ao terrorismo,[72] e declarou que tinha recebido financiamento de uma nação doadora do Golfo Pérsico. Revelou-se mais tarde[73] que a nação doadora era nada menos que os EAU e que a empresa contratada para o treinamento da força de segurança era financiada por um de seus mais recentes residentes, Erik Prince.

A empresa, a Saracen International, era administrada por veteranos da antiga empresa mercenária Executive Outcomes[74] e tinha escritórios e empresas fantasmas[75] em numerosos países, entre eles África do Sul, Uganda, Angola e Líbano. Entre os principais personagens da empresa estava Lafras Luitingh, antigo oficial do Bureau de Cooperação Civil da África do Sul,[76] notória força de segurança conhecida por caçar e matar opositores do regime de apartheid. Segundo um relatório confidencial da Inteligência da Amisom, Prince estava no "topo da cadeia de administração da Saracen" e "proporcionava capital de arranque[77] para contrato da Saracen". Segundo o Grupo de Monitoramento das Nações Unidas na Somália, Prince e Luitingh encontraram-se em Washington em outubro de 2009, e daí se reuniram com representantes do governo de Abu Dhabi.[78] Os EAU contrataram também um ex-diplomata americano,[79] o advogado Pierre-Richard Prosper, que tinha atuado como embaixador itinerante para questões relacionadas a crimes de guerra no governo do presidente Bush, e o ex-oficial da CIA Michael Shanklin, ex-chefe da estação da CIA em Mogadíscio. No fim de 2010, a Saracen estava treinando uma força antipirataria de mil homens[80] no norte de Puntland. Esse exército estava sendo preparado também para capturar militantes islâmicos que estivessem ameaçando boas oportunidades de negócio. Os militantes islâmicos haviam reclamado que tinham sido "excluídos dos negócios de exploração de energia" em sua região. "Não se pode ter exploração de petróleo[81] onde houver insegurança", declarou Mohamed Farole, filho e assessor do presidente de Puntland, Abdirahman Mohamed Farole.

Em maio de 2011, as operações da Saracen em Puntland estavam em andamento:[82] na base de Bandar Siyada, perto de Bosaso, 470 soldados e pilotos tinham completado seu treinamento. Havia planos de equipar a força com três aeronaves de transporte e três de reconhecimento, dois helicópteros de transporte e dois helicópteros leves. A força que estava sendo montada seria, segundo o Grupo de Monitoramento das Nações Unidas, a mais bem equipada das forças autóctones de toda a Somália e a maior das iniciativas militares com apoio externo depois da Amisom. Provas fotográficas mostram

que pessoal da Saracen já tinha sido enviado a Somália para fazer a segurança de figurões e de operações humanitárias.

A Saracen também tinha feito acordo com o governo do presidente xeque Sharif em Mogadíscio para formar um destacamento de segurança pessoal para o presidente e outros altos funcionários do governo. As operações da Saracen em Mogadíscio já eram perceptíveis em outubro de 2010. Luitingh, Shanklin e um pequeno grupo da Saracen viajaram para Mogadíscio[83] em 5 de outubro. Nas três semanas seguintes, receberam dos EAU quatro veículos blindados, equipados com torres de artilharia. Parecia que o presidente Sharif e seu primeiro-ministro tinham feito acordos secretos com a Saracen e pelo menos cinco outras empresas de segurança privada[84] que haviam se estabelecido nos arredores do aeroporto internacional de Mogadíscio. Não demorou para que essas atividades ostensivas levantassem suspeitas e preocupações na Amisom e entre políticos somalianos. O comandante da Amisom, general Nathan Mugisha, manifestou sua preocupação com "grupos armados desconhecidos[85] na área da missão", em referência às operações da Saracen. Enquanto isso, legisladores somalianos anunciavam, no fim de 2010, que exigiam a suspensão de contratos[86] com prestadores privados de serviços de segurança, alegando que não tinham ideia de para que funções esses prestadores de serviço haviam sido contratados.

Enquanto transcorria a última guerra privada de Prince e da Saracen, estourou o escândalo. O Grupo de Monitoramento das Nações Unidas declarou que a Saracen vinha atuando em flagrante violação ao embargo de armas à Somália e concluiu, em seu relatório, que, "apesar das efêmeras e malsucedidas iniciativas da Southern Ace no tráfico de armas e drogas, a mais flagrante violação do embargo de armas praticada por uma empresa privada durante o mandato do Grupo de Monitoramento das Nações Unidas foi perpetrada pela Saracen International, em associação com uma obscura rede de entidades a ela filiadas".[87] O Grupo de Monitoramento das Nações Unidas sugeriu que as operações continuadas da Saracen poderiam aumentar o apoio popular a milícias islâmicas locais e, possivelmente, à Al-Shabab. "A presença

da Saracen aumentou a tensão[88] no nordeste da Somália", concluiu. Um ano depois, em resposta a um novo relatório das Nações Unidas, o advogado da Saracen acusou o grupo de monitoramento de publicar "um conjunto de insinuações sem fundamento e frequentemente falsas".

No começo de 2011, quando o envolvimento de Prince com a Saracen se tornou público, seu porta-voz, Mark Corallo, disse que Prince estava sendo levado simplesmente pelo imperativo humanitário de ajudar a "Somália a superar o flagelo da pirataria"[89] e afirmou que ele não tinha interesse financeiro no trabalho da Saracen.

"Não queremos nada com a Blackwater",[90] disse ao *New York Times* o ministro da Informação da Somália, Abdulkareem Jama, lembrando a matança de iraquianos inocentes na praça Nisour, em Bagdá, em 2007. "Precisamos de ajuda, mas não queremos mercenários." Jama não mencionou que esteve presente, junto com outras autoridades da Somália, nas negociações do acordo com a Saracen.[91]

Na primavera de 2011, Puntland anunciou que estava suspendendo as operações da Saracen[92] para aguardar a aprovação das Nações Unidas. Mas um alto funcionário do governo somaliano disse-me que a empresa ainda atuava discretamente[93] em Mogadíscio, ao lado de forças somalianas de segurança. Entre outras empresas privadas de segurança[94] com base no aeroporto de Mogadíscio estavam a AECOM Technology Corporation, a OSPREA Logistics, a PAE, a Agility, a RA International, a International Armored Group, a Hart Security, a DynCorp, a Bancroft e a Threat Management Group. Algumas delas treinavam os serviços de segurança da Somália, outras apoiavam a Amisom, outras ainda davam apoio logístico para grupos de ajuda e jornalistas. Algumas dessas empresas, como a Bancroft, eram bem conhecidas, mas as atividades desempenhadas por outras eram secretas e livres de fiscalização eficaz. Dessa forma, eram perfeitamente adequadas para a Somália. Eram convenientes para Washington também. "Não queremos pegadas[95] nem coturnos americanos nesse solo", disse Johnnie Carson, principal representante do governo Obama na Somália.

Apesar do papel cada vez maior da CIA e do JSOC, e do uso de chefes de milícias transformados em generais e de empresas mercenárias, a maior vitória tática dos anos recentes na Somália não foi conquistada pela Amisom, pela CIA ou pelo JSOC, nem por nenhuma força local apoiada pelos Estados Unidos, e sim por membros de uma milícia integrante da caótica Força Armada do governo somaliano. E foi por puro acidente.

54. "Selvageria total em todo o país"

SOMÁLIA, 2011 — O mundo de Fazul Abdullah Mohammed tinha se tornado muito pequeno. Quase todos os seus camaradas da Al-Qaeda da África Oriental tinham sido assassinados pelo JSOC, e ele vivia em trânsito permanente. Por cortesia do governo americano, sua cabeça valia um prêmio de 5 milhões de dólares.[1] Alguns relatórios da Inteligência diziam que ele poderia ter feito uma cirurgia plástica, e periodicamente pipocavam notícias sobre aparições dele em todo o Chifre da África, usando nomes e passaportes falsos. Com a morte de muitos dos líderes veteranos da Al-Qaeda, Fazul estava cada vez mais isolado e às voltas com as complexidades da política de clãs da Somália. Foi então que, em 2 de maio, Osama bin Laden foi morto. "Devemos redobrar nossa jihad[2] para superar nossos inimigos", declarou o xeque Rage, porta-voz da Al-Shabab, depois da morte de Bin Laden. "Nunca nos afastaremos do caminho do xeque Osama e continuaremos a batalha até sentir o gosto da morte que nosso irmão Osama experimentou ou chegar à vitória e governar o mundo todo."

Apesar dessas declarações, a Al-Shabab se achava muito enfraquecida. Sofrera diversas baixas em decorrência dos bombardeios da Amisom, dos assassinatos dirigidos do JSOC e da luta de várias milícias de clãs que pretendiam retomar territórios da Al-Shabab. Se quisesse sobreviver e dar continuidade a sua ascensão na Somália, teria de se adaptar. Quando Bin Laden morreu, Fazul já tinha passado a maior parte de sua vida adulta dedicado à Somália e se frustrara tanto com a liderança da Al-Qaeda quanto

com a da Al-Shabab. Escreveu a Zawahiri reclamando que a Al-Shabab não estava sendo convenientemente apoiada pela Al-Qaeda central. "Criticou-os[3] por não dar importância ao que ele chamava de uma organização que já tinha provado sua eficiência", disse uma fonte somaliana com vínculos estreitos com os serviços de Inteligência que leu a carta. Fazul, relatou a fonte, dizia que "a Al-Qaeda central está canalizando recursos para outras unidades militares que não são tão eficazes quanto a Al-Qaeda na Somália". A fonte acrescentou: "Ele tem razão quanto a isso. A Al-Qaeda na África Oriental provou que é capaz de manipular uma organização como a Al-Shabab, conectar-se com sua liderança, integrar seu comando superior e fazer o que quiser com isso". Mas Fazul sentia cada vez mais dificuldade[4] para proporcionar os recursos necessários da Al-Qaeda para a Al-Shabab, que então passou a procurar outros meios de financiamento fazendo acordos com clãs poderosos.

Assim, Fazul achou-se em conflito com a liderança somaliana da Al-Shabab. Minha fonte somaliana, que tivera acesso a alguns escritos de Fazul de 2011, revelou diversas "fissuras" e disse que

> Fazul achava, essencialmente, que a Al-Shabab estava no caminho errado, que a guerra convencional travada entre a Al-Shabab e o governo já não era sustentável, que o grupo começara a perder terreno em Mogadíscio e que tinha muito poucos combatentes, cerca de 4 mil mais ou menos, contra 8 mil homens da força de paz da União Africana e talvez 10 mil somalianos.

Fazul criticava a liderança da Al-Shabab por não conseguir recrutar jovens somalianos — de preferência entre treze e dezesseis anos — e treiná-los para uma luta de longo prazo. Dizia que embora a Al-Shabab recrutasse jovens, "em poucos meses esses jovens são enviados em missões suicidas. E ele achava que essa era uma má ideia, que a longo prazo acabaria com os combatentes da Al-Shabab". A fonte acrescentou: "Quero dizer que o cara tem os olhos postos no futuro e acusa a liderança da Al-Shabab de miopia".

Um mês depois da morte de Bin Laden, a Al-Shabab viu-se em graves problemas. A Amisom tinha aumentado o tamanho de suas forças[5] e sua

atuação deixou de ser uma operação de paz para tornar-se cada vez mais ofensiva. Tropas de Uganda e do Burundi, treinadas pelos Estados Unidos, começaram a se infiltrar em território da Al-Shabab[6] nos arredores de Mogadíscio, inclusive no mercado de Bakaara. Os Estados Unidos estavam alimentando as listas de alvos da Amisom e proporcionando-lhe nova tecnologia,[7] inclusive pequenos drones Raven de vigilância, equipamento para visão noturna e de comunicações e outros dispositivos de vigilância. A milícia pró-governo ASWJ derrotou as forças da Al-Shabab em áreas essenciais da periferia da cidade, enquanto outras milícias apoiadas pelos Estados Unidos, inclusive as de Indha Adde e Ahmed Madobe, davam-lhe combate em outros pontos. A Al-Shabab, como Fazul tinha avisado, estava investindo demais em recrutas jovens e inexperientes para lutar na linha de frente contra milícias somalianas muito mais bem treinadas, experientes e com apoio externo. Era um momento de definição para a história da Al-Shabab, e também para Fazul.

Tarde da noite de 7 de junho de 2011, um homem cujo passaporte sul-africano o identificava como Daniel Robinson[8] viajava no banco do passageiro de uma SUV Toyota nas cercanias de Mogadíscio quando seu motorista queniano errou o caminho e dirigiu-se diretamente para um posto de controle entregue aos cuidados de meninos da milícia somaliana. Como não era comum naquela época o trânsito de veículos pelas ruas de Mogadíscio tarde da noite, os rapazes do posto de controle, alguns deles drogados com *khat*,[9] desconfiaram imediatamente. Depois que os homens que estavam no veículo recusaram-se a atender a ordem[10] de se identificar e de mostrar o rosto acendendo as luzes internas do veículo, os rapazes da milícia se sentiram ameaçados e abriram fogo. Os homens que estavam no veículo revidaram, e teve início um tiroteio. Ao nascer do sol, o veículo estava cobertos de buracos. Quando as forças somalianas finalmente se aproximaram do veículo, encontraram[11] laptops, celulares, documentos, armas e 40 mil dólares em dinheiro. Os soldados imediatamente saquearam[12] o carro e levaram o butim

para suas aldeias. Deixaram os passaportes e alguns poucos objetos onde estavam.

Quando se soube que os mortos no posto de controle eram estrangeiros, agentes da Inteligência somaliana, patrocinada pela CIA, foram enviados para investigar e recuperar os objetos saqueados. "Havia uma porção de coisas em inglês e árabe,[13] papéis", lembrou um funcionário da Inteligência somaliana que ajudou na investigação. Os documentos, disse ele, continham "troços muito táticos" que pareciam ligados à Al-Qaeda, inclusive "duas pessoas importantes se comunicando". Os agentes somalianos "entenderam que se tratava de um homem importante" e informaram a CIA em Mogadíscio. Os corpos foram levados[14] à Agência de Segurança Nacional somaliana. Os americanos colheram amostras de DNA e impressões digitais, que foram levadas a Nairóbi para exame.

Em poucas horas, os Estados Unidos confirmaram que Robinson era, na verdade, Fazul Abdullah Mohammed. Em suas instalações em Mogadíscio, a CIA e os agentes da NSA somaliana examinaram detidamente os materiais recuperados do carro de Fazul, que servia como quartel-general móvel para o líder da Al-Qaeda. Arquivos deletados e criptografados foram recuperados e decodificados pelos agentes americanos. O alto funcionário da Inteligência somaliana que analisou os documentos disse que as informações encontradas tinham mais valor que os dados achados no computador da casa de Osama bin Laden no Paquistão, principalmente à luz do foco cada vez maior dos Estados Unidos — e da Al-Qaeda — na África Oriental. Os americanos, disse ele, ficaram "imensamente gratos". A secretária de Estado Hillary Clinton disse que a morte de Fazul tinha sido um "golpe significativo[15] contra a Al-Qaeda, seus aliados extremistas e suas operações na África Oriental. É o fim merecido para um terrorista que levou tanta morte e sofrimento a tantos inocentes".

Segundo Aynte, o especialista em Al-Shabab, a liderança da Al-Shabab estava concentrada na época em táticas e operações que permitissem ao grupo "ocupar a maior extensão de terra possível".[16] Mas segundo a fonte que analisou os textos de Fazul, ele teria recomendado à liderança da Al-Shabab

que "voltasse a suas velhas formas insurrecionais de ataque e fuga e operações subterrâneas, desocupando as áreas por eles controladas". Fazul estava "exortando a Al-Shabab a desistir das vastas áreas que tinha sob seu controle na Somália para tornar-se clandestina em todo o país, inclusive em áreas pacíficas na Somalilândia e em Puntland, e assim abalar o país todo". Fazul acreditava que a "Al-Shabab simplesmente não ia ser capaz de manter aquelas condições, não conseguiria manter 40% da Somália sob seu controle e seria melhor desistir daquelas terras e apenas causar destruição, executar pequenas operações, assassinatos, em toda a Somália". Sua ideia era fazer com que o governo fantoche dos americanos fracassasse enquanto a Al-Shabab "criava uma selvageria total em todo o país".

Em 23 de junho, os Estados Unidos executaram um ataque[17] contra supostos membros da Al-Shabab perto de Kismayo. Como acontecera na operação Nabhan, uma equipe do JSOC chegou em helicópteros e agarrou os corpos dos mortos e os feridos, que foram levados a lugar não revelado. Em 6 de julho, houve mais três ataques americanos[18] contra campos de treinamento da Al-Shabab na mesma área. Quando estive com o presidente xeque Sharif, em Mogadíscio, logo após essa série de ataques, ele negou ter conhecimento dos atos americanos. Perguntei a ele se esses ataques fortaleceriam ou debilitariam seu governo. "As duas coisas",[19] ele respondeu. "No que tange à soberania, não é bom que se ataque um país soberano. Essa é a parte negativa. A parte positiva é que estão sendo visadas pessoas que são criminosas."

Uma semana depois do ataque de 23 de junho, o principal conselheiro do presidente Obama para contraterrorismo, John Brennan, explicou a nova estratégia americana que consistia não em "mobilizar grandes exércitos no estrangeiro, mas exercer uma pressão dirigida e cirúrgica sobre os grupos que nos ameaçam". Brennan apontou a Al-Shabab, dizendo que "a partir do território que controla na Somália, a Al-Shabab continua a ordenar ataques contra os Estados Unidos", e acrescentou: "Não podemos baixar e não baixaremos a guarda. Continuaremos a bater na Al-Qaeda[20] e em sua laia".

Desde 1991, os somalianos vinham sendo atingidos por dois flagelos poderosos: a violência da guerra civil, a intervenção estrangeira e o terrorismo, por um lado, e o clima rigoroso que castiga o país. Em 2011, os dois ocorreram com força e ao mesmo tempo. A seca, agravada por programas internacionais de ajuda mal administrados, cobrou um preço altíssimo[21] dos civis somalianos. Os habitantes das áreas rurais ficaram tão desesperados que milhares deles começaram a se dirigir em bandos para a capital, atingida pela violência,[22] em busca de alimento. Outros fugiram através das fronteiras para o superlotado campo de refugiados de Dadaab, no Quênia. Quando a epidemia de fome foi declarada oficialmente, em julho de 2011, a média mensal de refugiados que cruzavam a fronteira tinha triplicado: cerca de 30 mil[23] deles chegavam a cada mês. Naquela época, a Al-Shabab tinha perdido uma fonte essencial de financiamento por causa da ofensiva da Amisom no mercado de Bakaara. Quando a Al-Shabab abriu mão do controle do mercado — o mais importante centro de comércio de Mogadíscio — em favor da Amisom, perdeu também o direito de coletar impostos[24] de negociantes e moradores. No sul, a seca que atingiu agricultores contribuintes acarretou uma perda de renda similar para a Al-Shabab. E aí veio a estação de monções,[25] limitando seriamente o comércio marítimo e as atividades portuárias. A Al-Shabab já não era capaz de sustentar a guerra que vinha travando havia anos.

No sábado, 6 de agosto, combatentes da Al-Shabab empreenderam uma retirada organizada[26] de muitos de seus principais baluartes em Mogadíscio. De manhã cedo, partiram em grande número, encaminhando-se supostamente para seus quartéis-generais de Barawa e Merca, no sul. A retirada ocorreu depois de uma noite de ataques[27] contra bases militares e posições do governo somaliano e furiosas batalhas. Quando correu a notícia da retirada da Al-Shabab, houve relato de celebrações nas ruas em toda a cidade sitiada. O porta-voz da Al-Shabab, xeque Rage, anunciou que o grupo tinha "evacuado totalmente Mogadíscio[28] por questões táticas", mas que "em

breve estaria de volta. A retirada de nossas forças tem como objetivo apenas contra-atacar o inimigo. As pessoas terão boas notícias nas horas vindouras. Combateremos o inimigo onde quer que ele se encontre".[29]

O governo somaliano e as forças da Amisom apoiadas pelos Estados Unidos celebraram a retirada como uma grande vitória e começo do fim da Al-Shabab. A Somália "felicita o sucesso das forças do governo somaliano apoiadas pela [Amisom] que derrotaram a inimiga Al-Shabab", disse o presidente Sharif aos repórteres na Villa Somalia, e convocou os somalianos a "colher os frutos da paz".[30] A Amisom logo anunciou que suas forças, juntamente com as do governo somaliano, controlavam 90% da cidade.[31] Numa discreta nota de rodapé, a Amisom observou que seriam necessários 20 mil soldados[32] para garantir com eficácia a segurança de Mogadíscio. Em setembro, o subsecretário para Inteligência do DoD dos Estados Unidos, Michael Vickers — ator fundamental das operações secretas americanas e líder da política de assassinatos dirigidos contra a liderança da Al-Qaeda —, disse que "elementos da Al-Qaeda na África Oriental[33] continuam a ser um foco [contraterrorista] primário dos Estados Unidos à luz de claras indicações de sua intenção já em prática de executar ataques". Mas Vickers acrescentou que acreditava que os Estados Unidos tinham "dizimado" a "hierarquia dos líderes" da Al-Shabab e da Al-Qaeda na África Oriental. Podia ser verdade, mas o canto de vitória era prematuro.

No outono de 2011, a Al-Shabab executou uma série de ataques importantes na Somália, inclusive um grande golpe no centro de Mogadíscio, mostrando que, apesar de sua retirada tática, ainda conseguia atingir profundamente o terreno dominado pelo governo. Quadros operacionais da Al-Shabab conduziram um caminhão de quinze toneladas,[34] com uma bomba, até uma propriedade fortificada do governo, onde o veículo foi detonado, matando mais de cem pessoas e ferindo dezenas. No local do ataque, o bairro K-4, havia também um escritório do Ministério da Educação, onde muitos

estudantes estavam verificando os resultados de um exame recente. O K-4 era um dos bairros que segundo o governo estava totalmente sob seu controle. "Este é o maior ataque[35] desde que a Al-Shabab foi derrotada", disse um porta-voz da Amisom, aparentemente sem notar a ironia de sua afirmação.

Em resposta à mudança tática da Al-Shabab e aos últimos ataques, uma força da Amison, liderada pelo Burundi, lançou uma ofensiva[36] para expulsar a Al-Shabab de Daynile, baluarte essencial da Al-Shabab ao norte de Mogadíscio. A ofensiva, embora parcialmente bem-sucedida, acabou com dezenas de soldados burundianos mortos — pelo menos 75, segundo algumas estimativas, o que faria do episódio a maior perda de vidas da Amisom numa única batalha em todos os tempos. Depois do episódio, que a Al-Shabab chamou de "Batalha de Daynile",[37] seus combatentes empilharam os corpos de soldados burundianos em caminhões e desfilaram com eles pela cidade. Dezenas de pessoas ladearam as estradas aplaudindo, gritando *"Allah u Akbar!"* e louvores à Al-Shabab. Os caminhões finalmente entraram num campo aberto, onde despejaram os cadáveres. Alguns dos moradores se prostraram diante dos combatentes. Mukhtar Robow e outros líderes somalianos da Al-Shabab examinaram os burundianos mortos — que ainda usavam seus uniformes de combate. No peito de um dos soldados da Amisom, ainda estava fincada a machadinha de um combatente da Al-Shabab.

"Queremos dizer ao povo muçulmano que se regozije com o fato de que aqueles que tiraram vocês de suas casas, causaram tantos problemas e violaram a honra de suas mulheres — hoje também foram humilhados por Alá", disse o xeque Rage. Segurando um crucifixo e uma Bíblia que ele disse terem sido confiscados de um dos soldados, Rage continuou:

> Também queremos fazer saber aos muçulmanos que esta é uma guerra entre […] o Islã e o cristianismo […]. Este é também um sério aviso aos quenianos que estão entrando em nossa terra muçulmana: esse é o fim que espera por seus filhos, pela vontade de Alá Todo-poderoso. Os infiéis sofreram baixas pesadas, mas nós só conseguimos transportar 76 corpos. E esses eram os infiéis originais, especialmente os do Burundi.

"Os rumores sobre o colapso iminente da Al-Shabab",[38] observou Christopher Anzalone, doutorando do Instituto de Estudos Islâmicos na Universidade McGill, cujo trabalho se centrava na Al-Shabab, "são exagerados e desmentidos pela capacidade persistente que o movimento apresenta de lançar grandes ataques em Mogadíscio, assim como infligir grande número de baixas nas forças da Amisom e do governo somaliano". A Al-Shabab estava lutando pela sobrevivência — e não apenas no campo de batalha. Ao que tudo indica, ela entendia que apesar de todas as vitórias militares que conquistasse, no final das contas precisaria de apoio popular — como aquele que levou as Cortes Islâmicas ao poder e expulsou os chefes de milícias da CIA — para sobreviver. Precisava de sua própria versão da doutrina americana da contrainsurreição. Obrigada a abrir mão do controle militar de certas áreas, a Al-Shabab redobrou suas iniciativas políticas.

A Al-Shabab organizou uma série de reuniões[39] com anciãos de clãs de várias regiões numa tentativa de estabelecer relações com eles e negociar acordos. Um mês depois da morte dos soldados burundianos, a Al-Shabab permitiu o acesso de repórteres a um de seus campos de amparo a refugiados internos, o de Ala-Yasir, no sul da Somália. Até certo ponto seu intento era neutralizar as acusações de ser responsável pelo desastre humanitário e impedir a chegada de ajuda à Somália, mas além disso estava ali um hóspede especial. Apresentado como enviado da Al-Qaeda à crise humanitária da Somália, o homem branco, com um keffiyeh envolvendo o rosto, foi identificado como Abu Abdullah al-Muhajir. Líderes da Al-Shabab na região disseram que ele era cidadão americano. Os jornalistas puderam ver Muhajir e seus aliados distribuindo alimentos, livros islâmicos e roupas no campo de refugiados, que abrigava mais de 4 mil pessoas. A delegação da Al-Qaeda trouxe também uma ambulância. "Amados irmãos e irmãs da Somália,[40] estamos acompanhado sua situação dia a dia", disse Muhajir em inglês. "E embora separados por milhares de quilômetros, vocês estão presentes em nossos pensamentos e em nossas orações." Segundo os jornalistas, o homem distribuiu bolsas cheias de xelins somalianos equivalentes a 17 mil dólares.

Talvez a Al-Shabab estivesse mesmo indo a nocaute, como afirmavam o governo da Somália e a Amisom. Ou talvez o grupo estivesse pondo em prática a ideia de Fazul, ou seja, uma campanha guerrilheira de terror, e desistindo do território em favor de semear o medo em todo o país, enquanto expunha claramente a incapacidade do governo somaliano de impor a estabilidade. A Al-Shabab com certeza tinha enfrentado uma dura batalha para afirmar seu controle sobre o território que conquistara em decorrência da desastrada invasão da Etiópia, com apoio dos Estados Unidos, e da derrubada das Cortes Islâmicas, mas seu futuro bem poderia ser determinado — como o da maior parte da Somália moderna — pela intervenção externa.

Os Estados Unidos podem ter exterminado uma enorme quantidade de figuras de destaque da Al-Qaeda e da Al-Shabab, mas com isso inspiraram, ao mesmo tempo, sucessores desses militantes — inclusive cidadãos americanos — a se levantar e continuar a luta. Ao contrário do que ocorria com as forças da Amisom e outras tropas estrangeiras, os membros da Al-Shabab eram principalmente somalianos e assim podiam se reintegrar à sociedade, adotar novos nomes e se reagrupar. "Se alguém pensa hoje[41] que a Somália será governada por um governo que não seja muçulmano estará se iludindo e não acompanha os acontecimentos do mundo", disse Ahmed Abdi Godane, o emir da Al-Shabab no fim de 2011. "Chegará o dia, num futuro próximo, em que a *sharia* de Alá governará o país inteiro — de uma ponta a outra, e a Somália se tornará a base do Califado Islâmico, dentro da metodologia da Profecia. E nossa jihad continuará até alcançarmos o objetivo definido por Alá."

A ascensão meteórica da Al-Shabab na Somália e o legado de terror que ela gerou foram uma resposta direta a dez anos de uma desastrosa política americana que fortaleceu a própria ameaça que pretendia esmagar. Os diversos aspectos das operações americanas na Somália, no fim das contas, devem ter dado um enorme incentivo aos chefes de milícias, inclusive àqueles que um dia tiveram a Al-Shabab entre seus aliados e amigos. "Eles não lutam

por uma causa",[42] comentou comigo o prefeito de Mogadíscio, Mohamed Ahmed Nur.

> E o conflito vai começar amanhã, quando derrotarmos a Al-Shabab. Esses grupos estão baseados em clãs, no sistema de milícias e coisas assim. Eles não querem um sistema. Querem manter sua área de influência como um posto fixo, e assim, quando o governo se tornar fraco, poderão dizer: "Somos nós que mandamos aqui".

Era como se Washington tivesse posto a história de lado e, com ela, o duro trabalho de apoiar movimentos autóctones somalianos com potencial para estabilizar o país, preferindo a isso uma guerra de desgaste. Com o presidente Obama, a mobilização de tropas em grande escala para o Iraque e o Afeganistão foi substituída por uma expansão dos ataques com drones e assassinatos dirigidos executados por equipes de Operações Especiais. O presidente Obama parecia estar investindo numa estratégia que supunha que a paz chegaria quando se matassem os caras maus. Mas como aconteceu no Afeganistão, no Iraque e em outros países, tudo indica que essa estratégia tenha alimentado os próprios movimentos que criaram esses "caras maus". "Usando drones e assassinatos dirigidos,[43] sem fazer nada no outro lado, você se livrará de pessoas. Mas as causas fundamentais permanecem lá", notou o ex-ministro das Relações Exteriores da Somália, Ismail Mahmoud "Buubaa" Hurre. "A causa fundamental não é a segurança. As causas fundamentais são políticas e econômicas."

A história da Somália sempre foi marcada pela extrema violência e pela divisão social. Mas o país mostrou também uma capacidade de se unir diante da intervenção estrangeira. A Al-Shabab pode ter se enfraquecido gravemente como movimento, porém as condições que a transformaram num Frankenstein permanecem. O resultado final da política americana, desde 1991 até o primeiro mandato de Obama, foi garantir que o sistema de milícias continuasse e que a Somália permanecesse na condição de celeiro de jihadistas violentos e de interesse permanente para a Al-Qaeda. Juntos, os governos Bush e Obama conseguiram voltar os ponteiros da história à época em que as

tropas americanas se retiraram da Somália depois do episódio da derrubada dos Black Hawks e abandonaram o país em mãos de gângsteres e chefes de milícias. A partir de então, a realidade infernal da Somália tornou-se ainda pior. Não obstante, no fim de 2011, o governo Obama tinha estabelecido uma nova base de drones[44] na Etiópia além das que tinha nas Seychelles e na Arábia Saudita.

55. Abdulrahman desaparece

IÊMEN, 2011 — Abdulrahman Awlaki, filho mais velho de Anwar Awlaki, nasceu em Denver, Colorado. Como o pai, passou os sete primeiros anos de vida nos Estados Unidos, frequentando escolas americanas. Quando voltou ao Iêmen, seus avós — pais de Anwar — passaram a desempenhar um papel importante em sua educação, principalmente depois que Anwar foi para a clandestinidade. Anwar "sempre pensou que seria melhor[1] para Abdulrahman ficar comigo", disse-me Nasser. Anwar acreditava que sua mulher e seus filhos "não deveriam se envolver de modo algum em seus problemas". Nasser sabia que Anwar nunca voltaria aos Estados Unidos e que estava em rota de colisão com o governo americano. Mas ainda assim tinha esperanças para o neto. Nasser queria que Abdulrahman se destacasse na escola e sonhava mandá-lo de volta aos Estados Unidos para a educação superior.

Abdulrahman era muito parecido com o pai na sua idade, mas tinha cabelos compridos e encaracolados. "Fazíamos pressão para que ele fosse à mesquita, fizesse as orações nas horas certas, essas coisas", lembrou Nasser, recordando ainda que Abdulrahman não era muito religioso e preferia passar o tempo com os amigos. "Seu cabelo estava muito comprido, e a mãe dele queria que ele o cortasse. Quero dizer que ele era normal, como qualquer um. Agia como qualquer outro americano" adolescente. "Anwar costumava ter aventuras, fazer coisas assim. Abdulrahman não era desse tipo", acrescentou. "Vinha da escola para casa e depois saía para ficar com os amigos. Iam à pizzaria, a todo

tipo de lugar. Eu sempre lhe dizia: 'Quando você for grande, quero que estude nos Estados Unidos'."

Era difícil para Abdulrahman e seus irmãos crescer sem ter o pai por perto, mas, sendo adolescente, Abdulrahman tinha idade para compreender por que não podia ver o pai. E isso era assustador. "Definitivamente, ele estava muito nervoso com a história de o pai ser perseguido, com o que estava acontecendo com o pai", disse Nasser. "Ele estava mesmo muito preocupado com o pai."

A tia de Abdulrahman, Abir, irmã caçula de Anwar, era muito chegada a ele. "Abdulrahman era uma das pessoas que tinha um lugar maior em meu coração.[2] Eu o amava muito, como todo mundo, porque para nós todos era muito fácil adorá-lo", disse-me ela. "Para mim, ele tinha de alguma forma preenchido o vazio provocado pela ausência do pai dele, e tornou-se meu irmão, um irmão muito querido." Abdulrahman admirava o pai e chegou a escolher "Ibn al-Shaykh",[3] filho do xeque, como nome de usuário no Facebook. Mas Abdulrahman não era seu pai.

Abdulrahman gostava de hip-hop,[4] do Facebook e de andar com os amigos. Eles tiravam retratos de si mesmos fazendo pose de rappers, e quando começou a revolução iemenita, Abdulrahman quis participar. Enquanto protestos multitudinários abalavam o Iêmen, ele passava horas andando de cá para lá na Praça da Mudança com jovens revolucionários não violentos que tinham jurado mudar o governo por vias pacíficas. Passava noites na praça com os amigos, discutindo sua visão para o futuro e, às vezes, apenas fazendo gazeta. Mas enquanto a revolução prosseguia e o governo era levado à beira do colapso, Abdulrahman decidiu satisfazer o desejo de ver o pai.

Numa manhã do começo de setembro, Abdulrahman acordou[5] antes que toda a família. Entrou nas pontas dos pés no quarto da mãe, pegou sua bolsa e tirou dela 9 mil rials iemenitas — o equivalente a quarenta dólares — e deixou um bilhete do lado de fora da porta do quarto. Pulou a janela da cozinha e saiu para o quintal. Pouco depois das seis, o segurança da família viu o menino saindo, mas não achou que houvesse nada de errado. Era domingo, 4 de setembro, pouco depois do feriado de Eid al-Fitr, que marca o fim do mês

sagrado do Ramadã. Nove dias antes, Abdulrahman tinha completado dezesseis anos.[6]

Pouco depois, a mãe de Abdulrahman acordou. Começou a despertar os filhos para as orações matinais e procurou Abdulrahman. Ele não estava em seu quarto. Ela chamou-o e, ao procurar pela casa, encontrou o bilhete. "Sinto muito por ter saído dessa forma.[7] Sinto falta de meu pai e quero ver se posso chegar até ele e falar com ele", dizia o bilhete. "Estarei de volta em poucos dias. Desculpe ter pegado o dinheiro. Vou devolvê-lo. Por favor, me perdoe. Com amor, Abdulrahman." Nasser disse que todos ficaram chocados. "Ele às vezes falava do pai e queria muito vê-lo, mas na verdade nada indicava que um dia ele nos deixaria daquele jeito. Ele nunca disse à mãe, ou a mim, ou a sua avó que queria sair à procura do pai", lembrou Nasser. "Porque o pai sempre achou que era melhor que ele ficasse comigo. E que assim não se envolveria em nenhum de seus problemas."

Revistando o quarto de Abdulrahman, descobriram que ele só tinha levado uma mochila. Estava claro que planejava uma viagem breve. "Quando a mãe dele me falou da carta, fiquei chocada", contou-me a avó de Abdulrahman, Saleha. "Pensei: 'Acho que isso só vai servir de isca para o pai dele'." A CIA, ela temia, "poderia encontrar o pai por intermédio dele".[8] A família procurou os amigos de Abdulrahman. Alguém disse a Nasser que nos últimos tempos um dos professores da escola tinha se tornado muito chegado a Abdulrahman, e Nasser achou que esse professor poderia estar incentivando o menino a encontrar o pai e retomar o contato, que isso seria bom para ele. "O professor tinha influência sobre ele, costumavam ir juntos à pizzaria", disse Nasser. Quando Nasser tentou encontrar o professor para pedir-lhe alguma informação sobre o paradeiro de Abdulrahman, ele tinha "desaparecido".

Abdulrahman já tinha tomado um ônibus em Bab al-Iêmen, a parte velha de Sana'a. Seu destino era Shabwah, a província de origem da família e cenário de repetidos ataques aéreos destinados a matar o pai dele.

56. Hellfire

WASHINGTON, DC, E IÊMEN, 2011 — Em 6 de setembro de 2011, o general David Petraeus prestou juramento como diretor da CIA. Uma década depois do Onze de Setembro, a Agência estava mudada em decorrência de sua guerra de bastidores com o JSOC. Para alguns antigos funcionários da Inteligência, a escolha de Petraeus por Obama era sinal de perigo. "A CIA se tornou mais militarizada[1] e está trabalhando bem próxima ao JSOC, a tal ponto que eles estão até mesmo usando a cobertura da CIA, o que seria impensável há dez anos", disse-me o ex-agente secreto da CIA Phil Giraldi. "Grande parte do orçamento da CIA já não vai para a espionagem. Serve para apoiar paramilitares que trabalham junto do JSOC para matar terroristas e executar o programa de drones." A CIA, acrescentou, "virou uma máquina de matar".

Um oficial de ligação do Departamento de Estado que trabalhou longo tempo com o JSOC disse que a intenção de Petraeus no comando da CIA era tornar a Agência um "mini-Comando de Operações Especiais[2] que passa por ser um órgão de Inteligência". Apesar de todos os elogios a Petraeus por sua estratégia contrainsurrecional e pelo aumento do número de soldados americanos no Iraque, disse-me o oficial, a mais importante contribuição de Petraeus foi uma "ferramenta política" que ele proporcionou àqueles que, dentro do aparato de segurança nacional, queriam a continuidade e a expansão das pequenas guerras secretas. Destacando a "mística que cerca o JSOC" e o almirante William McRaven, disse o oficial, "Petraeus estava tentando implantar aquele clima de comando na CIA".

O coronel Patrick Lang contou-me que, assim que Petraeus chegou a Langley, "quis arrastá-lo em direção à ação clandestina para que se tornasse um ator importante".[3]

Durante dois anos, as tentativas de assassinar Anwar Awlaki se basearam em informações segundo as quais ele estaria escondido em áreas de sua tribo, nas províncias de Shabwah e Abyan. Contudo, as sessões de interrogatório com Ahmed Abdulkadir Warsame[4] — o jovem somaliano capturado pelo JSOC e mantido durante meses a bordo de um navio da Marinha americana — indicavam que Awlaki tinha se deslocado para a província de Jawf, no norte do Iêmen, longe do local onde ocorria a maior parte dos ataques que visavam atingi-lo. Havia muito tempo que os Estados Unidos supunham que Awlaki estava em Shabwah, onde executaram inúmeras operações com o objetivo de pegá-lo. A Inteligência de campo iemenita corroborou a informação dada por Warsame aos interrogadores americanos quando foi capturado pelo JSOC. No começo de setembro, um avião americano de vigilância localizou Awlaki numa pequena casa de Khashef,[5] aldeia de Jawf distante cerca de 150 quilômetros de Sana'a, a nordeste. Jawf, que faz fronteira com a Arábia Saudita, estava cheia de informantes que constavam da folha de pagamento do reino.[6]

Aldeães de Khashef começaram a ver drones cruzando os céus.[7] A guerra de drones de Washington estava a pleno vapor no Iêmen, de modo que a presença dessas aeronaves não era totalmente fora do comum, mas o que os moradores da aldeia não sabiam era que as equipes de contraterrorismo da Casa Branca estavam vigiando uma casa em particular. Vigiando e esperando. Uma vez de posse das coordenadas da localização de Awlaki, a CIA mandou de imediato diversos drones Predator de sua nova base na Arábia Saudita e assumiu também o controle operacional[8] de alguns drones do JSOC lançados do Djibuti.

O plano de assassinar Awlaki foi chamado de operação Troia.[9] O nome já indicava que os Estados Unidos tinham um espião duplo que estava conduzindo suas forças até Awlaki.

Enquanto os americanos vigiavam a casa onde Anwar Awlaki estava alojado em Jawf, Abdulrahman Awlaki chegava a Ataq,[10] em Shabwah. Parentes foram buscá-lo no terminal de ônibus e lhe disseram que não sabiam onde estava o pai dele. O menino resolveu aguardar, na esperança de que o pai viesse a seu encontro. Sua avó ligou para a família com quem ele estava em Shabwah, mas Abdulrahman se negou a falar com ela. "Liguei para a casa da família[11] e eles disseram 'sim, ele está aqui', mas não falei com ele", recordou ela. "Ele evitava falar conosco porque sabia que lhe diríamos que voltasse para casa. E ele queria ver o pai." Abdulrahman viajou com alguns de seus primos para a cidade de Azzan, onde ele pretendia ficar até ter notícias do pai.

Na Casa Branca, o presidente Obama estava diante de uma decisão que não tinha a ver com moralidade ou legalidade, mas com oportunidade. Ele já tinha condenado Anwar Awlaki, cidadão americano, à morte sem julgamento. Uma autorização legal secreta estava sendo preparada, e os críticos de dentro do governo tinham sido marginalizados ou cooptados. Só o que faltava decidir era o dia em que Awlaki ia morrer. Obama, segundo um de seus assessores, não tinha "escrúpulo algum"[12] quanto à morte dele. Informações sobre a operação vazadas de dentro do governo revelam que as autoridades americanas sabiam que na casa onde Awlaki estava alojado havia mulheres e crianças. Embora as dezenas de ataques de drones americanos tivessem matado civis em diversos países, a política oficial era de evitar essas mortes na medida do possível. Quando Obama foi informado sobre a localização de Awlaki em Jawf e lhe disseram que havia crianças na casa, ele disse explicitamente que não queria excluir nenhuma possibilidade. Awlaki não escaparia mais uma vez. "Tragam-me os dados, que vou decidir diante dos fatos,[13] e não em abstrato", disse Obama a seus assessores. "No caso

presente", lembrou-se um confidente de Obama, "o presidente houve por bem abrandar alguns de seus requisitos secundários."[14]

Awlaki vinha escapando de drones e mísseis de cruzeiro americanos havia pelo menos dois anos. Raramente ficava num mesmo lugar[15] mais de uma ou duas noites. Dessa vez foi diferente. Por algum motivo, ele ficou na mesma casa de Khashef muito mais tempo, sempre monitorado pelos Estados Unidos. Agora os americanos o tinham claramente à vista. "Eles estavam morando na casa havia pelo menos duas semanas. Uma pequena casa de taipa", pessoas do lugar diriam a Nasser mais tarde. "Acho que eles pretendiam fazer um vídeo. Samir Khan estava com ele." Na manhã de 30 de setembro de 2011, Awlaki e Khan acabavam de tomar o café da manhã[16] dentro da casa. Câmeras espiãs e satélites transmitiam para Washington e para a Virgínia as imagens dos dois homens e vários de seus companheiros amontoando-se em veículos e afastando-se da casa. Dirigiam-se para a província de Marib. Assim que os veículos entraram nas estradas de terra poeirentas, drones americanos armados com mísseis Hellfire foram lançados à caça deles. Tecnicamente, os drones estavam sob comando da CIA, embora um avião e forças terrestres do JSOC[17] estivessem de prontidão para o caso de sua assistência ser necessária. Uma equipe de comandos estava pronta para subir a bordo de helicópteros V-22 e entrar em ação. Como medida de precaução extra, jatos Harrier da Marinha partiram numa manobra de apoio.

Seis meses antes, Awlaki tinha escapado por um triz de mísseis americanos. "Dessa vez, onze mísseis erraram o alvo,[18] mas da próxima o primeiro poderá acertar", disse ele. Com os carros correndo pela estrada, a profecia de Awlaki tornou-se realidade. A mira de dois dos drones Predator fixaram-se no carro que transportava Awlaki, enquanto outro veículo aéreo pairava acima deles como reserva. Um míssil Hellfire disparado de um dos drones atingiu em cheio o carro, transformando-o numa bola de fogo. Um segundo míssil atingiu o alvo segundos depois, para garantir que os homens que estavam dentro do carro não escapassem se acaso tivessem sobrevivido. "Poucos minutos depois de deixar a casa, indo para um *wadi*, um lugar onde pudessem fazer o filme,

foram atingidos", disse Nasser. "O carro ficou completamente destruído. E o corpo [de Anwar] foi atirado para fora do carro." O governo iemenita mandou uma mensagem de texto a jornalistas. "O terrorista Anwar Awlaki foi morto[19] com alguns de seus acompanhantes", dizia a mensagem. Eram 9h55[20] da manhã, hora local. Habitantes da área que chegaram até a cena da explosão disseram que os corpos estavam de tal forma queimados que seria impossível o reconhecimento. Não houve sobreviventes. No meio dos escombros, eles encontraram um símbolo da cultura iemenita mais confiável que uma impressão digital: o cabo de chifre de rinoceronte, carbonizado, de uma *jambiya*.[21] Não havia dúvida de que pertencera a Anwar Awlaki.

Em 30 de setembro, em visita a Fort Myer, na Virgínia, o presidente Obama subiu a uma tribuna e falou com os repórteres. "Nas primeiras horas da manhã de hoje,[22] Anwar Awlaki, um dos líderes da Al-Qaeda na Península Arábica, foi morto no Iêmen", declarou Obama. "A morte de Awlaki é um golpe importante para a mais ativa entidade operacional filiada à Al-Qaeda." O presidente então conferiu a Awlaki um rótulo que nunca dantes lhe tinha sido atribuído, apesar de todos os relatos de associação com a Al-Qaeda. "Awlaki era líder das operações externas da Al-Qaeda na Península Arábica. Nessa função, ele assumiu a liderança no planejamento e na direção de iniciativas voltadas para o assassinato de americanos inocentes", afirmou. "A morte de Awlaki constitui um marco significativo no esforço mais amplo de derrotar a Al-Qaeda e suas sucursais", acrescentando que os Estados Unidos "serão resolutos no compromisso de destruir as redes terroristas que pretendem matar americanos, e assim construir um mundo em que as pessoas possam viver em paz, prosperidade e segurança, seja onde for". Obama não mencionou o fato de Awlaki ser cidadão americano.

No Iêmen, a família Awlaki recebeu a notícia do ataque de Jawf. No início duvidaram dos informes oficiais,[23] já que antes deles muitos outros tinham se revelado falsos, mas depois confirmaram que dessa vez eram verdadeiros.

Enquanto pranteavam a morte do filho, Anwar, os Awlaki tinham sua atenção voltada para o neto, Abdulrahman. Ele fora a Shabwah em busca do pai, e agora o pai estava morto.

Depois de ouvir a notícia da morte de Anwar, ele ligou para casa pela primeira vez e falou com a mãe e com a avó. "Já chega, Abdulrahman. Você precisa voltar", disse-lhe Saleha, sua avó. "Aí está, você não viu seu pai." Abdulrahman, lembrou-se ela, parecia arrasado, mas mesmo assim tentou confortá-la. "Tenha paciência. Seja forte", disse-lhe Abdulrahman. "Alá o escolheu." A conversa foi breve. Abdulrahman disse que voltaria para casa em breve, mas queria esperar que as estradas ficassem mais livres. "Na época, não havia muita segurança nas estradas. A revolução estava talvez em seu auge", acrescentou Saleha. Havia blitze policiais e combates no caminho. Abdulrahman não queria ser preso ou surpreendido por alguma violência. Ia ficar com os primos em Shabwah e voltaria a Sana'a quando as coisas se acalmassem.

Na Carolina do Norte, Sarah Khan acordou e recebeu as notícias do Iêmen. "De manhã, quando abri o computador,[24] vi que tinham matado Anwar Awlaki", contou-me ela. Não havia menção ao filho dela, Samir, nas primeiras notícias. Mas o marido de Sarah, Zafar, ligou para ela do escritório e disse que vira algumas notícias segundo as quais um tal de "Samir Khan" também tinha sido morto pelos drones. "Não acreditei", disse-me Sarah. "Samir é um nome muito comum no Oriente Médio — podia ser qualquer Samir. Não haveria de ser o meu Samir. Eu estava assim meio que não, não é verdade. Não pode ser Samir. Tem de ser outra pessoa. Eu não queria acreditar naquilo." À medida que chegavam mais notícias, eles começaram a aceitar o fato de que o filho estava morto, por ação de seu próprio governo. Os Khan tentaram contato com o Departamento de Estado para buscar informação, alguma resposta. Por que Samir tinha sido morto se o fbi dissera a sua família[25] que ele não cometera nenhum crime? O júri convocado para considerar as acusações contra ele um

ano antes, em agosto de 2010, decidira não indiciá-lo. Por que tinha sido condenado à morte sem julgamento? As perguntas deles ficaram sem resposta.

Os Khan — que tinham feito de tudo para ficar longe da imprensa quando o filho deles tornou-se uma pessoa conhecida por causa da revista *Inspire* — decidiram tornar públicas suas perguntas. Depois do ataque no Iêmen, eles escreveram ao governo americano uma carta aberta que foi publicada num jornal local. "Foi dito na imprensa[26] que Samir não era o alvo do ataque; no entanto, nenhum representante do governo americano nos procurou para nos dar alguma notícia sobre a recuperação dos restos mortais de nosso filho, nem para nos apresentar condolências. Em vista disso, nos sentimos chocados com a indiferença que nosso governo mostrou em relação a nós", dizia a carta.

> Sendo um cidadão americano cumpridor das leis, nosso falecido filho Samir Khan jamais violou a lei nem se envolveu em nenhum crime. A Quinta Emenda estabelece que nenhum cidadão deve ser "privado de vida, liberdade ou propriedade sem o devido processo legal", e no entanto nosso governo assassinou dois de seus cidadãos. Seria esse tipo de execução a única solução? Por que eles não podiam ser capturados e levados a julgamento? Onde está a justiça? Na medida em que lamentamos a morte de nosso filho, temos de fazer essas perguntas.

Dias depois, Zafar Khan recebeu um telefonema do Departamento de Estado. A pessoa que estava na linha expressou-lhe "condolências" pela morte de Samir. "Disseram que sentiam muito e que não era Samir o alvo", disse-me Sarah Khan. "Disseram que Sammy não tinha feito nada errado. Disseram que não era ele o alvo." Para ela, isso só fez levantar mais dúvidas. "Se sabiam que Samir estava lá, naquele veículo, como puderam fazer uma coisa dessas?", perguntou ela. Mais tarde, funcionários do governo Obama disseram que a morte de Khan tinha sido um "dano colateral"[27] num ataque que visava Awlaki, mas o representante Michael McCaul, do Texas, tinha outro nome para isso. "Samir Khan foi um bônus.[28] O caso de levar dois e pagar um", disse ele. "Uma grande tacada."

À medida que a notícia da morte de Awlaki se espalhava, políticos dos dois grandes partidos dos Estados Unidos festejavam o assassinato de um cidadão

de seu país. "É uma vitória extraordinária,[29] um grande momento para os Estados Unidos", celebrou o parlamentar republicano Peter King, presidente da Comissão de Segurança Interna da Câmara. Awlaki, disse ele, tinha se tornado "mais perigoso do que Bin Laden"— com efeito, ele era o "terrorista número um do mundo". A senadora democrata Dianne Feinstein, presidente da Comissão de Inteligência do Senado, comemorou o assassinato de Awlaki dizendo, numa declaração conjunta com o senador republicano Saxby Chambliss, que ele "representava uma ameaça significativa e iminente[30] aos Estados Unidos" e tinha "declarado guerra aos Estados Unidos e inspirado e planejado ataques contra nós. Cumprimentamos os órgãos e as pessoas que o encontraram e eliminaram essa perigosa ameaça". A secretária de Estado Hillary Clinton disse:

> Como Osama bin Laden[31] e tantos outros líderes terroristas que foram mortos ou capturados em anos recentes, [Awlaki] já não representa uma ameaça para os Estados Unidos, nem para nossos aliados, nem para os povos amantes da paz de qualquer lugar do mundo. Hoje todos nós estamos mais seguros.

"Fico feliz por terem feito isso",[32] disse o senador republicano John McCain. O ex-vice-presidente Dick Cheney elogiou Obama pela morte de Awlaki, dizendo: "Penso realmente que foi um grande golpe.[33] Acho que o presidente deve ter autoridade para ordenar esse tipo de ataque, mesmo quando envolva cidadãos americanos". O diretor da CIA, Leon Panetta, fez eco a esses sentimentos, declarando: "Essa pessoa era sem dúvida um terrorista,[34] e sim, era cidadão [americano], mas terrorista é terrorista".

Embora a morte de Awlaki não tenha dado ensejo a festejos populares espontâneos como os que se viram nas ruas de Washington e de Nova York quando da morte de Bin Laden, alguns tabloides encenaram em suas páginas suas próprias paradas da vitória. "Outro Al-Qaeda morde a poeira;[35] Despachado para o inferno; Drone da CIA mata o terrorista Al-Awlaki, nascido nos EUA", estampou o *New York Post*. "Controle remoto realmente atinge o alvo",[36] proclamava outra manchete do jornal. "Menos um grande do terror.[37]

Al-Qaeda perde líder em ataque; Seu ódio violento aos Estados Unidos morre quando um ataque de míssil elimina o monstro militante nascido nos Estados Unidos", anunciou o *Daily News*, de Nova York.

As únicas vozes dissidentes que se ouviram em Washington logo depois do assassinato de Awlaki vieram da fímbria dos partidos Republicano e Democrata. "Vejo com muita tristeza que os americanos aceitem cegamente e com naturalidade que agora o presidente mande assassinar pessoas que ele considera maus sujeitos", disse o texano Ron Paul em comícios que pronunciou como parte de uma campanha sem sucesso pela indicação de sua candidatura à presidência pelo Partido Republicano. "Awlaki nasceu aqui, é cidadão americano.[38] Nunca foi julgado ou indiciado por crime algum. Começar a assassinar cidadãos americanos sem acusações — devemos pensar nisso com muita seriedade." O democrata Dennis Kucinich, que cerca de dois anos antes da morte de Awlaki desafiara a afirmação do governo de que podia matar cidadãos americanos sem julgamento, disse:

> O governo transpôs um limite perigoso[39] e firmou um arriscado precedente para o modo como os Estados Unidos tratam os casos de terrorismo. Esse arriscado precedente legal permite que o governo ataque cidadãos americanos no exterior por serem suspeitos de envolvimento em terrorismo, subvertendo seus direitos constitucionais mais elementares e o devido processo legal. Eles são despojados sumária e anonimamente do direito a julgamento.

Glenn Greenwald, advogado especializado em direito constitucional e colunista de diversos jornais, esteve entre os poucos comentaristas americanos a olhar com desconfiança as comemorações pela morte de Awlaki: "Depois de várias tentativas fracassadas[40] de assassinar um de seus próprios cidadãos, hoje os Estados Unidos tiveram sucesso". Greenwald predisse corretamente que poucos americanos levantariam dúvidas sobre o assassinato ou expressariam indignação por ele. "O mais surpreendente é que seus cidadãos não apenas se abstêm de objetar, mas acatam e saúdam o novo poder do governo americano de assassinar seus concidadãos, bem longe de qualquer campo de batalha e, literalmente, sem sombra de processo legal."

Numa entrevista que deu no dia em que foi anunciada a morte de Awlaki, Greenwald disse:

> Lembrem que houve grande controvérsia[41] quando George Bush arrogou-se o poder de simplesmente deter cidadãos americanos sem processo ou simplesmente grampear suas conversas sem ordem judicial. Temos aqui uma coisa muito mais grave. Não se trata de escuta ilegal nem de prender cidadãos americanos sem processo, mas de matá-los sem processo. E mesmo assim, como quem faz isso é o presidente Obama, democratas e progressistas não veem problema nisso e são até favoráveis [...]. Dizer que o presidente tem o direito de matar cidadãos sem processo é o mesmo que pegar a Constituição, rasgá-la em mil pedaços, queimá-la e sapatear em cima dela.

Para alguns dos antigos membros do governo Bush, o assassinato de um cidadão americano por um presidente democrata representava levar o limite do aceitável na conduta americana na guerra ao terror além de seus próprios padrões, já elásticos. "Neste momento, não há um só governo no planeta[42] que concorde com nossa justificativa legal para essas operações, com exceção do Afeganistão e talvez de Israel", disse Michael Hayden, diretor da CIA na era Bush. "Foi-nos exigida uma ordem judicial para grampear [Awlaki]" , observou ele, "mas não exigiu-se uma ordem judicial para matá-lo. Isso não quer dizer alguma coisa?".

Ainda que as questões legais que cercavam a morte de Awlaki tenham recebido pouca atenção da imprensa americana e mal registraram uma piscadela no radar da opinião pública dos Estados Unidos, alguns jornalistas e outros tantos legisladores na Colina do Capitólio começaram a buscar informação sobre o processo que levava à autorização de assassinato de cidadãos americanos. Só umas poucas pessoas em Washington sabiam de alguma coisa. "Existe um processo[43] que passa pelo NSC, e então depois disso ele segue para o presidente, e então o presidente indica que essas pessoas estão na lista, e como resultado desse processo concluímos que é legal", disse Charles Albert "Dutch" Ruppersberger III, democrata de Maryland que representava a minoria na Comissão de Inteligência da Câmara na época. "É

legítimo, e estamos eliminando alguém que tentou nos atacar em numerosas ocasiões, e ele estava na lista. Foi de acordo com um processo."

Embora a Casa Branca e alguns destacados parlamentares que legislam sobre segurança nacional tenham garantido aos jornalistas e ao público que se tratava de um processo legal, o governo recusou-se a tornar públicas as provas. Alguns legisladores — que por suas atribuições na comissão e por ter acesso a informações confidenciais puderam analisar o processo de assassinato — alegaram não ter sido suficientemente informados pela Casa Branca. "É importante para o povo americano saber[44] quando o presidente pode matar um cidadão americano e quando não pode", disse-me Ron Wyden, senador democrata por Oregon, integrante da Comissão de Inteligência do Senado desde 2001 que se indispôs com frequência com o governo Bush sobre questões de confidencialidade e transparência. Agora, com um presidente democrata, ele continuava travando as mesmas batalhas — e outras novas. Wyden me disse que interpelou insistentemente o governo acerca de sua justificativa para assassinar cidadãos sem julgamento e chamou essas tentativas de extrair informação de "uma enorme luta". O povo americano, disse Wyden, merece "saber claramente quando um presidente acha que um cidadão de seu país pode ser morto, ter sua vida tirada. Essas são questões substanciais sobre um ponto que simplesmente não acho que seja apenas de detalhe, e o povo americano merece mais." No caso de Awlaki, o alvo não tinha sido indiciado por nenhum tribunal americano e não era acusado de nada. Sendo assim, como ele poderia ter se entregado? A quem teria se entregado? "É como se essas perguntas ficassem em estado de latência, sem respostas", disse-me Wyden.

Giraldi, o ex-dirigente da CIA, rotulou a morte de Awlaki de "assassinato". Analisando as informações que vieram a público sobre Awlaki e o que o governo afirmava que Awlaki tinha feito, concluiu que "Nenhuma dessas coisas, no meu entender, justifica uma sentença de morte. Aí eles dizem: 'Bem, nós temos outros troços, mas é segredo'", disse-me ele na ocasião.

> E essa é, com certeza, o tipo de coisa com que eles sempre se saem. E se surge um problema no tribunal, você entra com a prerrogativa do segredo de Estado e o problema acaba. Estamos numa situação em que as pessoas estão sendo mortas, não se sabe em função de que provas, e não há meios de reverter a situação.

Nasser Awlaki acreditava que as forças de segurança americanas e iemenitas poderiam ter prendido Anwar, mas que não queriam vê-lo num tribunal em condições de apresentar defesa. Também é possível que os Estados Unidos não quisessem dar a Awlaki uma tribuna para que ele disseminasse mais amplamente a sua mensagem. "Acho que eles queriam matá-lo, sem processo, por achar que era um alvo militar legítimo", disse-me Nasser. "Como é que Umar Farouk, que tentou explodir o avião, ou Nidal Hasan, que matou mesmo aqueles soldados, como é que eles puderam ter, digamos assim, um julgamento justo? Meu filho não teve esse julgamento justo."

57. Pagar pelos pecados do pai

WASHINGTON, DC, E IÊMEN, 2011 — Abdulrahman Awlaki estava em Shabwah lamentando a morte do pai. Os membros da sua família que ali viviam tentaram consolá-lo e incentivá-lo a sair com os primos[1] — fazer caminhadas ou tomar as refeições ao ar livre. Era isso que Abdulrahman fazia na noite de 14 de outubro. Ele e seus primos tinham reunido um grupo de amigos para um churrasco. Estenderam uma toalha no chão e estavam prontos para começar a comer. Havia algumas outras pessoas ali perto fazendo a mesma coisa. Eram cerca das nove horas da noite quando os drones cortaram o céu noturno. Momentos depois, Abdulrahman estava morto. Estavam mortos também diversos outros adolescentes de sua família, inclusive seu primo Ahmed, de dezessete anos.[2]

Na manhã seguinte, bem cedo, Nasser Awlaki recebeu um telefonema de sua família em Shabwah. "Alguns de nossos parentes[3] foram até o lugar onde [Abdulrahman] foi morto e examinaram a área. E disseram que ele tinha sido sepultado com os demais numa única sepultura porque os corpos estavam em pedaços. Não houve como enterrá-los em sepulturas separadas", disse-me Nasser. "Puseram três ou quatro numa só sepultura porque eles estavam em pedaços. As pessoas que lá estavam só conseguiram reconhecer a parte de trás do cabelo de Abdulrahman, mas não puderam reconhecer seu rosto ou qualquer outra coisa." No cenário de horror em que tiveram o neto mais velho morto duas semanas depois da morte de seu filho mais velho, Nasser e Saleha viam com ceticismo os numerosos relatos da imprensa que davam

Abdulrahman como um rapaz de 21 anos, com funcionários anônimos das Forças Armadas americanas referindo-se a ele como um rapaz em "idade militar".[4] Algumas matérias detalhavam que ele era simpatizante da Al-Qaeda e tinha sido morto numa reunião com Ibrahim al-Banna,[5] cidadão egípcio de quem se dizia que era "coordenador de imprensa" da AQPA.

"Matar um adolescente é simplesmente inacreditável,[6] e eles diziam que ele era um militante da Al-Qaeda. É um absurdo", disse Nasser pouco depois do ataque. "Queriam justificar a morte dele, é isso." Quando visitei Nasser depois da morte de Abdulrahman, ele me mostrou a certidão de nascimento do menino, do Colorado, que dizia que ele nascera em Denver em 1995. "Quando foi morto pelo governo americano,[7] era um adolescente, não tinha 21 anos. Ele não poderia ter se alistado nas Forças Armadas dos Estados Unidos. Tinha dezesseis anos", disse-me ele.

Dias depois da morte de Abdulrahman, os Estados Unidos emitiram uma nota que, como sempre, fingia ignorar quem eram os reponsáveis pelo ataque, embora "funcionários não identificados" dos Estados Unidos e do Iêmen tivessem confirmado o ataque a quase todos os meios de comunicação que perguntaram a respeito. "Vimos em reportagens[8] que o veterano militante da AQPA Ibrahim al-Banna foi morto na última sexta-feira junto com outros, entre eles o filho de Anwar al-Awlaki, que estava com Banna na ocasião", declarou à imprensa o porta-voz do NSC, Thomas Vietor, numa declaração que estranhamente retratava Abdulrahman como alguma coisa situada entre um filiado da Al-Qaeda e um turista sem sorte.

> Durante todo o ano passado, o Departamento de Estado alertou publicamente os cidadãos americanos a não viajar para o Iêmen e incentivou os que já estavam lá a deixá-lo, por causa da ameaça contínua de violência e da presença de organizações terroristas, inclusive a AQPA, em todo o país.

Os membros da família Awlaki, que haviam se recusado a discutir a morte de Anwar, acharam que tinham de falar publicamente sobre a morte de Abdulrahman. "Vimos com surpresa e condenação[9] que diversos jornais e

outros meios de comunicação importantes dos Estados Unidos distorceram a verdade, afirmando que Abdulrahman era um quadro da Al-Qaeda e informando sua idade, falsamente, para induzir a engano, como sendo 21 anos", dizia a declaração da família. "Abdulrahman Anwar Awlaki nasceu em 26 de agosto de 1995 em Denver, Colorado. Era cidadão americano e foi criado nos Estados Unidos até 2002, quando seu pai foi obrigado a sair do país e voltar ao Iêmen." Convidaram as pessoas a visitar a página de Abdulrahman no Facebook — que revelava um adolescente interessado em música, videogames e amigos —

> e ver o "terrorista mortal", "o quadro operacional da Al-Qaeda de 21 anos" que os Estados Unidos diziam ter matado. Vejam suas fotos, seus amigos e seus passatempos. Sua página no Facebook mostra um menino normal, um adolescente que pagou um alto preço por algo que nunca fez e nunca foi.

Para a família Awlaki, o sofrimento foi devastador. Depois da morte de Anwar, "as pessoas vinham a nossa casa[10] para apresentar condolências e solidariedade, e eu estava em completo estado de descrença e negação", lembrou a irmã de Anwar, Abir.

> Eles continuaram vindo durante as duas semanas seguintes, quando novamente recebemos o golpe do assassinato do filho mais velho de Anwar, Abdulrahman. O menino magricela, sorridente e de cabelos cacheados tinha sido assassinado, e por quê? De que era culpado? [...] O choque da perda de Abdulrahman catorze dias depois da morte do pai foi insuportável. Não consigo tirar da cabeça a expressão de meu pai ao receber a notícia. É muito duro — é duro para um pai perder o filho primogênito e depois seu primeiro e mais querido neto. Todos lá em casa estavam traumatizados e feridos em todos os sentidos da palavra.

A avó de Abdulrahman, Saleha, entrou em grave depressão após a morte do filho e do neto. Ela e Abdulrahman eram muito chegados. Depois que ele morreu, quando começaram a chegar visitas para dar pêsames, ela lhes servia chá e doces. Mais tarde, em sua casa em Sana'a, ela me disse: "Olho para a casa[11] e procuro ver se alguém vai pegar os pratos e levá-los para a cozinha".

Ela estava em busca do neto, lembrando que ele a ajudava a lavar pratos, mas ele já não estava ali. "Sinto muito a falta dele", disse Saleha, começando a chorar. "Abdulrahman era um menino diferente. Nunca conheci ninguém como Abdulrahman. Era um menino muito, muito doce." Perguntei-lhe que mensagem ela mandaria ao povo dos Estados Unidos. "Abdulrahman não foi o único morto naquele dia. Havia outras crianças cujos pais gostavam muito delas. Da mesma forma que os americanos amam seus filhos", disse ela. "Fico pensando, se Obama perdesse uma de suas filhas, ou a sra. Clinton, ficariam contentes? Ficariam contentes se perdessem um de seus filhos dessa forma? Fico pensando, isso faria o povo americano mais feliz?"

Mesmo condenando a morte de Anwar e acreditando que os Estados Unidos tinham exagerado em suas acusações de envolvimento dele com a Al-Qaeda, a família, segundo Nasser me contou, até entendia por que ele tinha sido morto. "Meu filho acreditava no que fazia", disse Nasser, "mas estou realmente angustiado e decepcionado com a morte, a morte brutal, do filho dele. Ele não fez nada contra os Estados Unidos. Era um cidadão americano. Talvez algum dia tivesse voltado aos Estados Unidos para estudar e morar lá, mas foi morto a sangue-frio."

A CIA afirmou que não tinha executado o ataque, garantindo que o suposto alvo, Ibrahim Banna, não estava na lista da morte da Agência. Isso levou à suposição de que o ataque que matou Abdulrahman e seus parentes tenha sido executado pelo JSOC.[12] Altos funcionários do governo americano declararam ao *Washington Post* que "as duas listas da morte não coincidem,[13] mas deram explicações contraditórias sobre por que isso acontece". As autoridades acrescentaram que Abdulrahman foi uma "baixa não intencional". Um funcionário do JSOC disse-me que o alvo verdadeiro não foi morto no ataque, mas não disse quem era o alvo. Em 20 de outubro de 2011, representantes das Forças Armadas apresentaram um relatório confidencial[14] sobre o ataque do JOSC à Comissão de Serviços Armados do Senado. Com exceção de declarações de funcionários do governo não identificados, os Estados Unidos não deram explicação alguma para o ataque. O mistério se aprofundou quando a AQPA

lançou uma declaração dizendo que Banna estava vivo.[15] "Essas mentiras e declarações[16] anunciadas pelo governo [...] não são raras [...] o governo já anunciou a morte falsa de mujahedins muitas vezes", dizia a declaração. Os Awlaki começaram a pensar que talvez Abdulrahman tenha sido de fato o alvo do ataque.

Harry Reid, líder da maioria no Senado e um dos poucos legisladores americanos que tiveram pleno acesso a todas as informações sobre o ataque, deixou entrever que esse poderia ser o caso quando foi indagado sobre a morte dos dois Awlaki e de Samir Khan. "Só sei que[17] os cidadãos americanos mortos no estrangeiro", disse ele na CNN, "são terroristas e, francamente, se alguém no mundo merece ser morto, são esses três." Indagado especificamente sobre Abdulrahman por meu colega jornalista Ryan Devereaux, o representante Peter King, que também faz parte da Comissão de Inteligência, disse: "Estou convencido,[18] e tenho me encontrado regularmente com o general Petraeus, com a CIA e também com líderes das Forças Armadas, de que todos os ataques executados no Iêmen e no Afeganistão, em qualquer lugar em que os Estados Unidos tenham se envolvido, acredito que os Estados Unidos tiveram suas razões para executá-los, e eu os apoio", e acrescentou: "Estou satisfeito por terem feito a coisa certa". Indagado se tinha analisado o caso específico de Abdulrahman, King respondeu: "Sim, foi uma dedução lógica. Vocês estão tentando me criar problemas". Tendo dito que analisou o caso, o representante King mais tarde afirmou falsamente que Abdulrahman estava com o pai quando foi morto. "Se o menino foi morto quando estava com ele, foi azar dele",[19] disse King.

Robert Gibbs, ex-assessor de imprensa da Casa Branca e proeminente figura na campanha de Obama à reeleição em 2012, também foi indagado a respeito do ataque que matou Abdulrahman. "É um cidadão americano que está sendo visado sem processo legal, sem julgamento. Além disso, é menor de idade", disse a repórter Sierra Adamson a Gibbs durante um papo informal com a imprensa depois de um debate presidencial em que Gibbs representara Obama. Gibbs devolveu: "Eu diria que um pai deve ser bem mais

responsável,[20] se é que estão mesmo preocupados com o bem-estar de seus filhos. Não acho que se tornar um jihadista terrorista da Al-Qaeda seja a melhor maneira de cumprir esse dever".

Os Awlaki ficaram com suas perguntas sem resposta sobre as razões da morte do neto. Pensaram que talvez de alguma forma os Estados Unidos tivessem usado Abdulrahman para encontrar Anwar. Talvez, como acontecera com a morte de opositores do regime iemenita no passado, os Estados Unidos tenham recebido falsas informações sobre a idade de Abdulrahman e suas ligações com a Al-Qaeda. Embora enfatizando que não eram propensos a teorias conspiratórias, eles me disseram que era difícil imaginar por que Abdulrahman teria sido morto, sobretudo se Banna não estava lá. Então, quem seria o alvo? "Seria bom que os Estados Unidos se certificassem[21] do tipo de informação que recebem antes de empreender uma ação contra uma pessoa. Eu não acredito que tenha sido apenas um acidente. Eles devem tê-lo seguido", disse Nasser. "Mas eles queriam encobrir o caso, e por isso disseram que ele tinha 21 anos, para justificar seu assassinato. Ou talvez, como disseram, ele estava no lugar errado na hora errada." Fez uma pausa antes de prosseguir: "Não acho que se possa aceitar essa justificativa".

Um funcionário anônimo do governo americano mais tarde diria ao *Washington Post* que o assassinato de Abdulrahman tinha sido um "erro revoltante[22] […]. Eles estavam atrás do cara que estava sentado perto dele". Mas ninguém identificou quem seria essa pessoa. Até onde a família sabe, o neto estava com seus primos adolescentes, nenhum deles filiado à Al-Qaeda. As decisões sobre "alvos, drones, são tomadas apenas pelas mais altas autoridades do governo dos Estados Unidos, pela CIA e coisas assim. Por que eles visaram especificamente esses garotos?", perguntou Nasser. "Quero respostas do governo dos Estados Unidos."

O governo Obama lutou com todo empenho para manter essas respostas em segredo, invocando repetidamente a prerrogativa do segredo de Estado — exatamente como tinha feito o presidente Bush em seus oito anos no cargo. O

assassinato de Anwar e o de Abdulrahman Awlaki representaram um divisor de águas na história moderna dos Estados Unidos.

Epílogo: A guerra perpétua

Em 21 de janeiro de 2013, Barack Obama tomou posse para seu segundo mandato como presidente dos Estados Unidos. Assim como fez quando deu início a sua primeira campanha para a presidência, seis anos antes, outra vez ele prometeu virar a página da história e levar a política externa dos Estados Unidos a outra direção. "Termina agora uma década de guerra",[1] declarou. "Nós, o povo, ainda acreditamos que a segurança duradoura e a paz persistente não exigem guerra perpétua."

Grande parte da atenção da imprensa se voltou naquele dia para o novo penteado da primeira-dama, Michelle Obama, que apareceu no balcão exibindo uma franja recém-cortada, e para as celebridades presentes, como o astro do hip-hop Jay-Z e sua mulher, Beyoncé, que cantou o hino nacional. Mas no dia em que Obama fez o juramento, um drone americano atacou no Iêmen.[2] Foi o terceiro ataque no país em três dias. Apesar da retórica do presidente nas escadarias do Capitólio, estava bem claro que ele continuaria presidindo um país em estado de guerra perpétua.

No ano que antecedeu à posse, mais pessoas tinham sido mortas em ataques de drones americanos[3] do que as que estavam presas em Guantánamo. Enquanto Obama fazia seu juramento para dar início ao segundo mandato, sua equipe de contraterrorismo estava completando a tarefa de sistematização da lista da morte[4] e fixando regras segundo as quais cidadãos americanos podiam ser assassinados. O almirante McRaven fora

promovido a comandante do Socom, e suas forças de Operações Especiais estavam em ação em mais de cem países.[5]

Depois que a carreira do general Petraeus foi interrompida devido a um caso extraconjugal, o presidente Obama indicou John Brennan para substituí-lo no cargo de diretor da CIA, garantindo dessa forma que a Agência fosse liderada por uma figura seminal na expansão e na implementação do programa de assassinatos. Após quatro anos como principal assessor de Obama em contraterrorismo, Brennan tornara-se conhecido em alguns círculos como o "tzar do assassinato" pelo papel que desempenhara nos ataques com drones e outras operações de assassinato dirigido.

Quando Obama tentou pôr Brennan no comando da Agência, no começo de seu primeiro mandato, a indicação foi torpedeada[6] por uma polêmica sobre a conduta de Brennan no programa de detenções da era Bush. No início do segundo mandato de Obama, Brennan criou um "manual estratégico"[7] para eliminar pessoas cujo nome estivesse na lista da morte. "O assassinato dirigido é agora tão rotineiro[8] que o governo Obama passou grande parte do ano passado codificando e dando forma ao processo que sustentaria essa prática", observou o *Washington Post*. A atuação de Brennan foi de importância fundamental na evolução do assassinato dirigido

> ao codificar os princípios que norteiam o governo na montagem das listas de captura e morte, como parte de um esforço maior para guiar futuros governos nos meandros dos processos contraterroristas que Obama adotou [...]. O sistema funciona como um funil, pois começa com as informações prestadas por uma dúzia de entidades, informações essas que vão se estreitando ao longo de análises sucessivas até que as emendas propostas sejam depositadas na mesa de Brennan e finalmente apresentadas ao presidente.

A equipe de contraterrorismo de Obama instituiu a chamada Matriz de Distribuição, uma base de dados com informações sobre suspeitos de terrorismo e militantes que sugere nomes para morte ou captura. Altos funcionários do governo previam que o programa de assassinatos dirigidos continuaria por "pelo menos mais uma década". Durante seu primeiro

mandato, concluiu o *Washington Post*, "Obama institucionalizou a prática altamente confidencial de assassinatos dirigidos, transformando elementos locais numa infraestrutura contraterrorista capaz de sustentar uma guerra que se anunciava permanente".

No começo de 2013, veio à tona um "relatório técnico"[9] do Departamento de Justiça que estabelecia a "Legalidade das Operações Letais voltadas contra um cidadão americano". Os advogados que escreveram o documento de dezesseis páginas afirmavam que o governo não precisava ter dados específicos de Inteligência que apontassem para o envolvimento ativo de um cidadão americano numa conspiração terrorista determinada para que sua execução dirigida fosse aprovada. Pelo contrário, dizia o documento, a afirmação de um "bem informado funcionário de alto escalão do governo" de que um alvo representa uma "ameaça iminente" aos Estados Unidos é base suficiente para que se ordene a execução de um cidadão americano. Todavia, os advogados do Departamento de Justiça procuraram alterar a definição de "iminente" defendendo o que eles chamavam de "conceito mais amplo de iminência". Segundo escreveram, "a condição para que um líder operacional represente uma ameaça 'iminente' de ataque violento contra os Estados Unidos não exige que os Estados Unidos tenham claros indícios de que um ataque específico contra americanos esteja para ocorrer num futuro imediato". Os advogados do governo argumentaram que esperar para executar um assassinato dirigido "até que os preparativos para um ataque estivessem concluídos não daria aos Estados Unidos o tempo necessário para se defender". Afirmaram que essas operações configuravam "uma morte legal em legítima defesa", e "não assassinato".

Jameel Jaffer, da Aclu, disse que o relatório era um "documento de arrepiar",[10] pois afirma que o governo tem o direito de praticar o assassinato extrajudicial de um cidadão americano". E acrescentou:

> Esse poder vai estar à disposição do próximo governo,[11] e do seguinte, e à disposição de qualquer conflito no futuro, não apenas do conflito contra a Al-Qaeda. E, segundo o governo, esse poder se

estende ao mundo inteiro, e não apenas a campos de batalha geograficamente localizados. Portanto, é uma proposição de enorme abrangência.

Em outubro de 2002, quando o governo Bush se preparava para invadir o Iraque, Barack Obama fez o discurso mais importante de sua carreira política nacional. O então membro do Senado de Illinois investiu com veemência contra a guerra do Iraque, mas começou seu discurso com um esclarecimento. "Embora este comício esteja sendo visto como antiguerra, eu me coloco diante de vocês como uma pessoa que não é contrária à guerra em todas as circunstâncias […]. Não me oponho a todas as guerras."[12] E declarou: "Oponho-me a uma guerra idiota. Oponho-me a uma guerra imprudente". Durante sua primeira campanha à presidência, Obama fustigou o governo Bush por fazer a guerra errada — no Iraque — e criticou sistematicamente seu opositor, o senador John McCain, por não detalhar como faria a guerra contra Osama bin Laden e contra a Al-Qaeda.

Quando seu primeiro mandato estava perto do fim, a esmagadora maioria das forças militares dos Estados Unidos tinha sido evacuada do Iraque e já se discutia abertamente o projeto de fazer o mesmo em relação ao Afeganistão em 2014. O governo tivera êxito em convencer a opinião pública americana de que Obama estava travando uma guerra mais inteligente que seu antecessor. Ao concorrer à reeleição, Obama foi indagado sobre acusações feitas a ele por seus opositores republicanos de que sua política externa se baseava em conciliação. "Pergunte a Osama bin Laden[13] e a 22 dos trinta principais líderes da Al-Qaeda se tenho incorrido em conciliação", replicou Obama. "Ou a quem quer que tenha sobrado, perguntem a eles sobre isso."

A guerra contra o terror entrava em sua segunda década quando se consolidou a fantasia de uma guerra limpa, mito alimentado pelo governo Obama que encontrou um público receptivo. Todas as pesquisas indicavam que os americanos estavam cansados de grandes mobilizações militares no Iraque e no Afeganistão e do número cada vez maior de baixas americanas que isso provocava. Uma pesquisa em 2012[14] mostrou que 83% dos americanos apoiavam o programa de drones de Obama, sendo que 77% de democratas

liberais se diziam favoráveis a esses ataques. A pesquisa *Washington Post*-ABC News concluiu que o apoio aos ataques de drones diminuía "um pouco" quando o alvo era cidadão americano.

O presidente Obama e seus assessores raramente mencionavam em público o programa de drones. Na verdade, a primeira confirmação de que se tem notícia sobre o uso de drones armados só foi dada pelo presidente muito depois do início de seu primeiro mandato. Não veio em forma de comunicado legal ou de entrevista coletiva, mas sim no chat Hangout do Google+ em que o presidente respondia a perguntas do público. Alguém lhe perguntou sobre o uso de drones. "Quero ter certeza de que as pessoas entendem[15] realmente que os drones não causaram grande número de baixas de civis", disse Obama. "Na maior parte dos casos, eles foram muito precisos, foram ataques de precisão contra a Al-Qaeda e seus agregados. E temos muito cuidado quanto ao modo como eles tem sido aplicados." Rejeitou o que chamou de uma "percepção" segundo a qual "estamos disparando uma penca de ataques ao deus-dará" e afirmou que "este é um esforço dirigido e focado, contra uma gente que está na lista de terroristas ativos, que está pretendendo ir em frente e prejudicar americanos, atingir instalações americanas, bases americanas e assim por diante". E prosseguiu:

> É importante que todos entendam que isso tudo é mantido com rédea muito curta. Não se trata de um bando de gente reunida numa sala, em algum lugar, que toma as decisões. E faz parte integrante de nossa autoridade global no que se refere ao combate da Al-Qaeda. Não é nada que possa ser usado fora disso.

Michael Boyle, professor da Universidade La Salle e ex-integrante do grupo de especialistas em contraterrorismo que assessorou a campanha de Obama, disse que uma das razões pelas quais o governo "vinha tendo tanto êxito em aumentar o número de baixas entre civis"[16] era o uso de "ataques por indício" e outros sistemas que classificavam homens em idade militar como alvos legítimos, mesmo que sua identidade fosse desconhecida. "O resultado do conceito de 'culpabilidade por associação' vem tendo uma flexibilização

gradual dos critérios pelos quais os Estados Unidos selecionam seus alvos para ataques de drones", acusou Boyle. "As consequências disso podem ser vistas em ataques contra mesquitas ou enterros, que matam não combatentes e esgarçam o tecido social das regiões em que ocorrem." Ninguém, prosseguiu, "sabe na verdade o número de mortes causadas por drones naquelas terras distante e às vezes sem lei".

Usando drones, mísseis de cruzeiro e incursões de Operações Especiais, os Estados Unidos embarcaram na missão de chegar à vitória pelo caminho do assassinato. A guerra contra o terror, desfechada por um governo republicano, acabou legitimada e expandida por um presidente democrata e popular. Embora a ascensão de Barack Obama ao cargo de homem mais poderoso da Terra tenha sido resultado de uma enorme diversidade de fatores, ela se deveu em grande medida ao desejo de milhões de americanos de mudar o curso dos excessos da era Bush. Se John McCain tivesse vencido a eleição, é difícil imaginar um apoio tão generalizado, principalmente entre democratas liberais, a algumas políticas contraterroristas implantadas por Obama. Como pessoas, todos devemos nos perguntar se apoiaríamos as mesmas políticas — a expansão dos ataques de drones, a autonomia dada ao JSOC, o uso da prerrogativa do segredo de Estado, as detenções sem prazo, a recusa do direito ao habeas corpus, o assassinato de cidadãos americanos sem indiciamento nem julgamento — se o comandante em chefe não fosse o candidato escolhido por nós. Mas além da perspectiva partidária, as políticas implantadas pelo governo Obama terão consequências de longo alcance. Os futuros presidentes — republicanos ou democratas — herdarão um processo estabelecido de assassinato de inimigos dos Estados Unidos, reais ou imaginários. Herdarão um Poder Executivo com poderes avassaladores, justificados com a bandeira da segurança nacional.

Em 2012, um ex-professor de direito constitucional foi indagado sobre o programa americano de drones e de assassinatos dirigidos. "É muito importante para o presidente[17] e para toda a cultura de nossa equipe de segurança nacional voltar sempre a perguntas escabrosas como 'Estamos

fazendo a coisa certa? Estamos obedecendo ao império da lei? Estamos nos prendendo aos processos legais?'", respondeu ele, advertindo que era importante para os Estados Unidos "evitar qualquer tipo de deslize em direção a um lugar onde não sejamos leais a nós mesmos".

Esse ex-professor de direito era Barack Obama.

A criação da lista de alvos a serem mortos e a multiplicação dos ataques com drones "representam uma traição[18] à promessa do presidente Obama de subordinar as políticas contraterroristas à Constituição americana", acusou Boyle. Obama, prosseguiu ele,

> banalizou e normalizou o assassinato extrajudicial no Salão Oval, tirando proveito da vantagem temporária dos Estados Unidos na tecnologia do drone, para travar uma série de guerras ocultas no Afeganistão, no Paquistão, no Iêmen e na Somália. Sem a fiscalização do Legislativo e do Judiciário, e longe da vista do público, Obama autoriza assassinatos todas as semanas, sendo a decisão sobre a culpa ou a inocência dos candidatos à lista da morte tomada em segredo.

Boyle advertiu:

> Quando Obama deixar o poder, nada impedirá o próximo presidente de lançar seus próprios ataques de drones, talvez contra um grupo de alvos diferentes e mais controvertidos. A infraestrutura e os processos de exame da lista da morte vão ficar onde estão para o próximo presidente, que pode ser menos atento às implicações morais e legais de seus atos do que se supõe que Obama seja.

No fim de 2012, a Aclu e o *New York Times* pediram informações sobre a justificativa legal para o programa de assassinatos, especificamente para o ataque que matou três cidadãos americanos — entre eles Abdulrahman Awlaki, de dezesseis anos. Em janeiro de 2013, uma juíza federal manifestou-se sobre a solicitação.[19] Em sua decisão, a juíza Colleen McMahon mostrou-se frustrada com a falta de transparência da Casa Branca ao escrever que as solicitações dentro da Lei da Liberdade de Informação (Freedom of Information Act, FOIA) levantaram "sérias questões sobre os limites das atribuições do Poder Executivo dentro da Constituição e das leis dos Estados Unidos, e sobre nossa condição de nação de leis e não de homens". Ela

acusava o governo Obama de "ter se envolvido numa discussão pública sobre a legalidade do assassinato dirigido, até mesmo de cidadãos, mas de modos enigmáticos e imprecisos, normalmente sem citar nenhuma lei ou decisão judicial que justifique suas conclusões". E prosseguiu:

> Mais transparência sobre o argumento legal em que o governo se baseia para justificar o assassinato dirigido de pessoas, inclusive de cidadãos dos Estados Unidos, longe de qualquer campo de batalha "incandescente" que esteja à vista, permitiria uma discussão inteligente e a avaliação de uma tática que (como a tortura anteriormente) ainda se debate acaloradamente. Ajudaria também o conhecimento público da abrangência dessa prática mal definida mesmo que generalizada e aparentemente em crescimento.

Finalmente, a juíza McMahon bloqueou a divulgação de documentos. Citando suas preocupações legais sobre as condições de transparência referentes ao programa de assassinatos, ela escreveu:

> Este tribunal é regido pela lei, e dentro da lei só posso concluir que o governo não violou a FOIA pelo fato de ter se recusado a entregar os documentos solicitados ao amparo da FOIA e, portanto, não pode ser obrigado por este tribunal a explicar em detalhe as razões pelas quais não violou a Constituição e as leis dos Estados Unidos. A natureza de "Alice no país das maravilhas" desse pronunciamento não teve efeito sobre mim, mas depois de uma apreciação cuidadosa e prolongada, achei-me numa situação paradoxal na qual não posso resolver um problema por causa de proibições e leis — uma verdadeira armadilha. Não posso achar um caminho, dentre o emaranhado de leis e precedentes que de fato autorizam o Poder Executivo a proclamar como perfeitamente legais certos atos que por si só parecem incompatíveis com nossa Constituição e nossas leis, se as razões para suas conclusões são mantidas em segredo.

Não são apenas os precedentes firmados durante a era Obama os que terão reflexos no futuro, mas também as próprias operações letais. Ninguém pode predizer cientificamente as consequências futuras dos ataques de drones e de mísseis de cruzeiro e das incursões noturnas. Mas, de minha experiência em diversas zonas de guerra não declarada no mundo todo, vejo claramente que os Estados Unidos estão ajudando a criar uma nova geração de inimigos na Somália, Iêmen, Paquistão, Afeganistão e em todo o mundo muçulmano.

Aqueles cujos entes queridos foram mortos em ataques de drones ou de mísseis de cruzeiro, ou em incursões noturnas, terão contas legítimas a acertar. Num memorando de outubro de 2003, escrito menos de um ano depois da invasão americana do Iraque, Donald Rumsfeld resumiu a questão de os Estados Unidos estarem "ganhando ou perdendo[20] a GWOT" numa pergunta: "Estamos capturando, matando ou prendendo e dissuadindo mais terroristas a cada dia do que os madraçais e os clérigos radicais estão recrutando, treinando e lançando contra nós?". Mais de uma década depois do Onze de Setembro, essa questão deveria ser atualizada. No fim das contas, legisladores e opinião pública dos Estados Unidos deverão enfrentar uma pergunta incômoda: Nossos próprios atos, executados em nome da segurança nacional, estão nos tornando mais seguros ou menos seguros? Estão eliminando mais inimigos do que os estão incentivando? Boyle disse isso de um modo brando quando observou que, no que se refere ao programa de assassinatos dos Estados Unidos, as "consequências estratégicas adversas[21] […] não foram adequadamente comparadas aos ganhos táticos associados à morte de terroristas".

Em novembro de 2012, o presidente Obama observou que "não há país no mundo[22] que tolere uma chuva de mísseis despejada sobre seus cidadãos de fora de suas fronteiras". Essa declaração foi feita em defesa do ataque de Israel a Gaza, lançado em nome de proteção contra os mísseis do Hamas. "Apoiamos plenamente o direito de Israel de se defender contra mísseis que caem sobre as casas e locais de trabalho das pessoas e têm o potencial de matar civis", prosseguiu. "E vamos continuar apoiando o direito de Israel a sua defesa." Como as pessoas que vivem em áreas do Iêmen, do Paquistão e da Somália, regularmente atingidas por ataques de drones ou mísseis, teriam visto essa declaração?

Perto do fim do primeiro mandato de Obama, o principal assessor jurídico do Pentágono, Jeh Johnson, deu uma importante palestra na Oxford Union, na Inglaterra. "Se eu tivesse de resumir meu trabalho[23] numa única frase, diria: é garantir que tudo o que nossas Forças Armadas e nosso DoD façam esteja em

consonância com as leis americanas e internacionais", disse ele. "Isso inclui a análise legal prévia de todas as operações militares que o secretário de Defesa e o presidente devem aprovar." Como disse Johnson, o governo britânico estava enfrentando sérios problemas sobre seu envolvimento nos ataques de drones americanos. Um processo aberto no Reino Unido pelo filho britânico de um líder tribal morto no Paquistão afirmava que representantes do governo britânico tinham atuado como "partes secundárias no crime",[24] fornecendo aos Estados Unidos informações que teriam levado ao ataque de 2011. Uma comissão das Nações Unidas[25] se preparava para dar início a uma investigação sobre a expansão do programa de assassinatos dos Estados Unidos, e novos problemas legais estavam surgindo para os tribunais americanos. Em seu discurso, Johnson apresentou a defesa das polêmicas políticas contraterroristas dos Estados Unidos:

> Alguns especialistas em leis e comentaristas do assunto em nosso país rotulam a detenção de membros da Al-Qaeda pelas Forças Armadas como "detenção sem acusações por tempo indeterminado". Alguns dizem que o uso de força letal contra membros conhecidos e identificados da Al-Qaeda é "assassinato extrajudicial".
>
> No contexto do cumprimento da lei, ou da justiça criminal, em que ninguém é sentenciado à morte ou à prisão sem indiciamento, acusação e julgamento por um juiz ou um júri imparcial, essa caracterização poderia ser compreensível.
>
> No contexto de um conflito armado convencional — como deveriam ser —, a captura, a detenção e a força letal são práticas tradicionais tão antigas quanto os exércitos.

No fim, a defesa que o governo Obama faz de suas guerras globais em expansão se reduz à afirmação de que está efetivamente em guerra, que as autorizações concedidas pelo Congresso dos Estados Unidos ao governo Bush depois do Onze de Setembro para perseguir os responsáveis pelos ataques justificam os atuais ataques do governo Obama contra "militantes suspeitos" pelo mundo — alguns dos quais aprendiam a andar quando as Torres Gêmeas desamoronaram — mais de uma década depois. O resultado final das políticas iniciadas no governo Bush e mantidas e expandidas por seu sucessor democrata, foi levar o mundo à aurora de uma nova época, a época da Guerra

Suja ao Terror. Como afirmou Boyle, o ex-assessor de Obama para contraterrorismo, no começo de 2013, o programa de drones dos Estados Unidos estava "incentivando uma nova corrida armamentista[26] com drones que fortalecerá rivais atuais e futuros, e lançará as bases de um sistema internacional cada vez mais violento".

Hoje em dia, as decisões sobre quem deve viver ou morrer em nome da segurança nacional dos Estados Unidos são tomadas em segredo, as leis são interpretadas pelo presidente e seus assessores a portas fechadas, e nenhum alvo é inatingível, nem cidadãos americanos. Mas as decisões tomadas em Washington têm implicações que vão muito além do impacto sobre os mecanismos democráticos de controle nos Estados Unidos. Em janeiro de 2013, Ben Emmerson, inspetor especial das Nações Unidas para contraterrorismo e direitos humanos, anunciou sua investigação sobre ataques de drones e assassinatos dirigidos executados pelos Estados Unidos. Numa declaração preliminar, Emmerson caracterizou a defesa que os Estados Unidos fazem do uso de drones e de assassinatos dirigidos em outros países como "democracias ocidentais[27] [...] envolvidas numa [guerra] global contra um inimigo sem Estado, sem limites geográficos do teatro de conflito e sem limite de tempo". Essa posição, concluiu ele, "é contestada veementemente por muitos Estados e pela maior parte dos especialistas em direito internacional fora dos Estados Unidos".

Em sua posse, em janeiro de 2013, Obama empregou a retórica do internacionalismo. "Vamos defender nosso povo[28] e preservar nossos valores pela força das armas e do império da lei. Vamos mostrar a coragem de tentar resolver pacificamente nossas diferenças com outras nações — não por sermos ingênuos quanto aos perigos que enfrentamos, mas porque o entendimento elimina de forma mais duradoura a desconfiança e o medo", declarou o presidente.

> Os Estados Unidos vão continuar sendo a âncora de fortes alianças em cada canto do globo; e vamos renovar as instituições que ampliam nossa capacidade de gerenciar a crise no estrangeiro, já que ninguém aposta mais num mundo pacífico do que sua mais poderosa nação.

Com tudo isso, quando Obama dava início a seu segundo mandato, os Estados Unidos estavam mais uma vez em conflito com o resto do mundo quanto a elementos centrais de sua política externa. O ataque de um drone no Iêmen no dia da posse de Obama foi um poderoso símbolo de uma realidade claramente estabelecida durante seus quatro primeiros anos no governo: a unilateralidade e a excepcionalidade dos Estados Unidos não são apenas princípios de governo dos dois grandes partidos, mas uma instituição americana permanente. Enquanto o envio de tropas em larga escala diminuía, os Estados Unidos aumentavam o uso de drones, mísseis e incursões de Operações Especiais num número sem precedentes de países. A guerra contra o terror tinha se transformado numa profecia autorrealizada.

A pergunta que todos os americanos devem se fazer vem sendo adiada penosamente: como se acaba com uma guerra como essa?

1. O autor em Gardez, no Afeganistão, na companhia de sobreviventes de uma incursão noturna americana em fevereiro de 2010. No ataque morreram duas mulheres grávidas, além de um comandante da polícia afegã e várias outras pessoas (© *Richard Rowley, do filme Dirty Wars*).

2. Mohammed Daoud Sharabuddin (o quarto a partir da esquerda) com soldados americanos. Daoud foi morto por Forças de Operações Especiais numa incursão noturna baseada em informações erradas. Durante muito tempo combateu o Talibã e foi treinado pelos EUA (Cortesia de Hajji Sharabuddin).

3. Soldados afegãos que acompanharam McRaven preparam o sacrifício de uma ovelha para pedir perdão pelas mortes ocorridas na incursão noturna (© Jeremy Kelly).

4. O almirante McRaven, na época comandante do JSOC, visitou Gardez, no Afeganistão, em março de 2010, um mês depois de uma desastrada incursão noturna dos americanos (© Jeremy Kelly).

5. Hajji Sharabuddin, que teve parentes mortos na incursão noturna em Gardez, exibe uma fotografia dos dois filhos que morreram. "Não aceito o pedido de perdão", disse ele. "Os americanos não só destruíram minha casa, como destruíram minha família" (© *Richard Rowley, do filme* Dirty Wars).

6. Mohamed Afrah Qanyare foi um dos primeiros chefes de milícia somalianos contratados pela CIA depois do Onze de Setembro para caçar pessoas que constavam da lista de alvos dos EUA. "Os Estados Unidos conhecem a guerra. Eles são mestres da guerra", disse ele (© Richard Rowley, do filme Dirty Wars).

7. Construída em 1928, quando a Somália se achava sob o domínio colonial italiano, a catedral de Mogadíscio está hoje em ruínas. A partir de 2002, chefes de milícia somalianos, apoiados pelos EUA, lutaram contra forças islâmicas pelo controle do país (© *Richard Rowley, do filme* Dirty Wars).

8. O chefe de milícia Yusuf Mohammed Siad, apelidado "Indha Adde" (*Olhos Brancos*)*, controla amplas áreas de Mogadíscio. Antes aliado da Al-Qaeda, hoje combate a Al-Shabab ao lado dos EUA. "Se capturamos um estrangeiro, nós o executamos, para que os outros vejam que não temos piedade", disse* (*© Richard Rowley, do filme* Dirty Wars).

9. O autor na linha de frente, perto do mercado de Bakaara, em Mogadíscio, em junho de 2011 (© Jeremy Kelly).

10. O dr. Nasser Awlaki em sua casa em Sana'a, no Iêmen. Depois que seu filho, o cidadão americano Anwar Awlaki, foi posto na lista de alvos, ele abriu um processo para tentar salvar-lhe a vida. Escreveu uma carta pessoal ao presidente Obama, pedindo-lhe: "Reconsidere sua ordem para matar […] *meu filho"* (© *Richard Rowley, do filme* Dirty Wars).

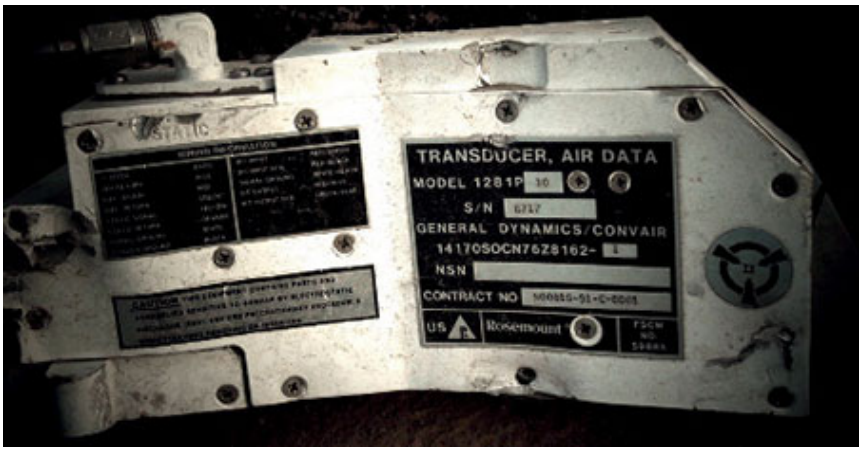
11. Nasser Awlaki com o primogênito, Anwar, nascido no Novo México, em 1971. Anwar "era um típico menino americano", disse (*Cortesia da família Awlaki*).

12. Em 2001, Anwar Awlaki era imã de uma grande mesquita na Virgínia. Depois do Onze de Setembro, deu várias entrevistas a órgãos de comunicação e falou sobre a vida dos muçulmanos americanos, sendo normalmente visto como moderado. Declarou que os autores dos ataques tinham "pervertido sua religião" (*Tracy A. Woodward* [Washington Post]*, com a permissão da Getty Images*).

13. No começo de 2010, soube-se que Awlaki estava na lista de alvos dos EUA. Seus sermões tinham se tornado cada vez mais radicais, e ele assumiu a identidade a que antes declarara opor-se. "Acabei chegando à conclusão de que a jihad contra os EUA é obrigatória para mim, como também para todo muçulmano apto", declarou. Awlaki tornou-se o primeiro cidadão americano a ser assassinado por seu próprio governo.

14. Raymond Davis, a serviço da CIA, matou dois paquistaneses a tiros em Lahore, em 2011. Preso pelas autoridades do país, acabou sendo libertado depois que as famílias das vítimas foram forçadas a aceitar o pagamento de "dinheiro de sangue". Muitos paquistaneses exigiam que ele fosse executado (*Hamza Ahmed, com permissão da Associated Press*).

15. O almirante William McRaven, chefe da operação que matou Osama bin Laden, com o presidente Barack Obama em Fort Campbell, no Kentucky, dias depois do ataque em Abbottabad, Paquistão. A partir de 2001, McRaven foi uma das principais autoridades americanas na execução do programa de assassinatos dirigidos (Charles Dharapak, com permissão da Associated Press).



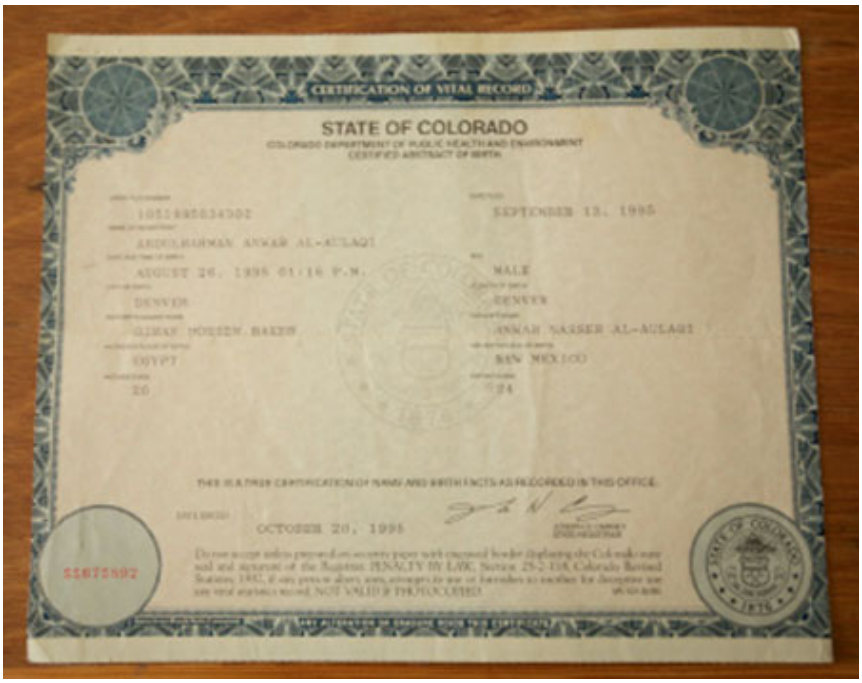
16. Componente do míssil americano que atingiu a aldeia iemenita de Majalah, em 17 de dezembro de 2009. Ao todo, mais de quarenta pessoas foram mortas, entre elas catorze mulheres e 21 crianças. O governo do Iêmen assumiu a responsabilidade pelo ataque, que teria sido uma operação bem-sucedida contra um campo de treinamento da Al-Qaeda (© Richard Rowley, do filme Dirty Wars).

17. Muqbal, líder tribal de Majalah, no Iêmen. "Se matam crianças inocentes e dizem que elas são da Al-Qaeda, todos nós somos da Al-Qaeda", disse ele. "Se as crianças são terroristas, somos todos terroristas" (© *Richard Rowley, do filme* Dirty Wars).

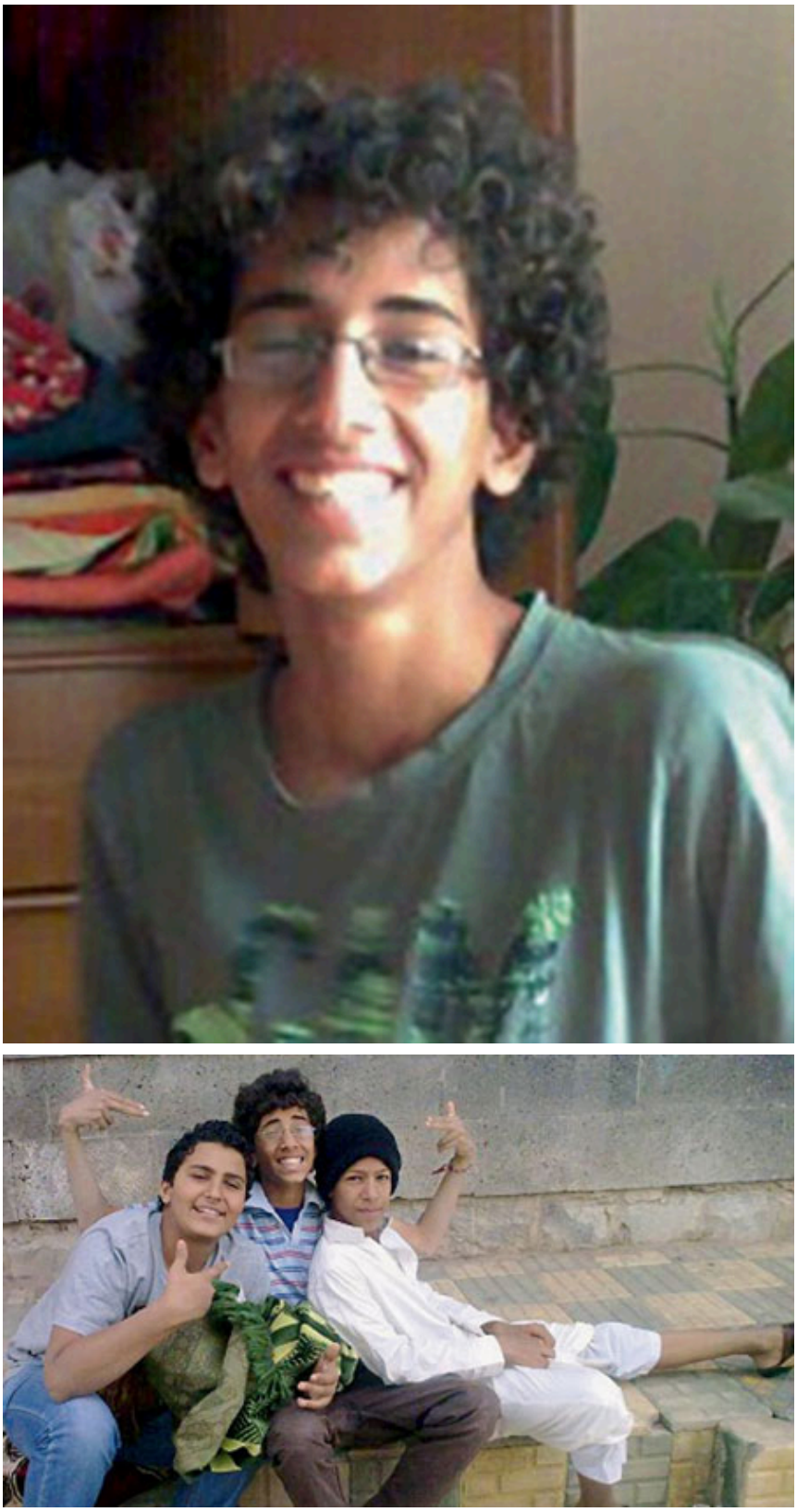
18. O jornalista iemenita Abdulelah Haider Shaye foi preso logo depois de revelar o ataque dos EUA a Al-Majalah com um míssil de cruzeiro e de entrevistar Anwar Awlaki. Quando o presidente do Iêmen decidiu perdoá-lo, Obama interveio pessoalmente, e o perdão foi cancelado (© *Iona Craig*).

19. Cartazes exigindo a libertação de Shaye foram espalhados por Sana'a. Grupos de direitos humanos e de liberdade de imprensa qualificaram seu julgamento como farsa (© *Richard Rowley, do filme* Dirty Wars).

20. O então comandante do JSOC, almirante William McRaven, e o presidente do Iêmen, Ali Abdullah Saleh, en Sana'a, em outubro de 2009.



21. Certidão de nascimento de Abdulrahman Awlaki, nascido em Denver, Colorado, em 1995. O filho mais velho de Anwar Awlaki morou com os avós depois que o pai entrou para a clandestinidade em 2009.



22. Abdulrahman Awlaki, cidadão americano de dezesseis anos, foi morto num ataque americano com drone em 14 de outubro de 2011. Seu pai fora assassinado

duas semanas antes. Abdulrahman estava jantando com um primo adolescente e amigos ao ser morto. O governo dos EUA nunca explicou sua morte (*Cortesia da família Awlaki*).

23. Uma menina que sobreviveu ao ataque americano com um míssil contra Al-Majalah, Iêmen, em dezembro de 2009 (© *Richard Rowley, do filme* Dirty Wars).

24. Menina numa manifestação contra Saleh antes das orações de sexta-feira em Sana'a (*© Richard Rowley*).

Agradecimentos

Este livro é produto do trabalho incansável de um grupo de pessoas espalhadas pelo mundo inteiro, do Brooklyn, em Nova York, a Sana'a, no Iêmen, passando por Washington, Mogadíscio, na Somália, Cabul, no Afeganistão, e por aí afora. Nunca esquecerei a coragem e a dedicação dos colegas jornalistas que viajaram comigo e me ajudaram em tantas fases desta jornada de anos de duração. Não posso agradecer nominalmente a algumas das pessoas que mais me ajudaram a produzir este livro — seja pela segurança delas, seja porque prometi guardar segredo sobre sua identidade. Todas elas são credoras de minha mais profunda gratidão e de meu respeito.

Embora meu nome apareça na capa deste livro, muitas das histórias que ele contém só puderam ser contadas graças a meu caro irmão Richard Rowley. Rick é um jornalista incrivelmente corajoso e sereno sob pressão e coerção. Fomos alvejados juntos nos telhados de Mogadíscio, dormimos no chão sujo na zona rural do Afeganistão e viajamos juntos nas baixadas do sul do Iêmen. Houve muitas ocasiões, durante essa investigação, em que não sei se teria tido a força ou a coragem de seguir adiante se não fosse por Rick. Ele é um exemplo brilhante de como devem ser jornalistas e amigos.

Durante mais de dois anos, minha pesquisadora Lauren Sutherland trabalhou com afinco para rastrear cada pista que tínhamos — por mais maluco que pudesse parecer o caminho. Ela é uma investigadora implacável, e preparou dezenas de relatórios e memorandos minuciosamente

documentados sobre tudo, desde os chefes de milícias da Somália a perfis de unidades militares pouco conhecidas e obscuros documentos jurídicos. Ficou sempre calma sob pressão e jamais reclamou das longas horas de trabalho que teve de encarar. Também nos acompanhou numa viagem sigilosa pela fronteira entre o Quênia e a Somália para reunir-nos com um chefe de milícia que estava na mira do JSOC. Meu colega Ryan Devereaux também prestou inestimáveis serviços de pesquisa para este livro.

É hábito dos autores agradecer a seus agentes, mas Anthony Arnove é muito mais do que isso para mim. Sinto-me realmente honrado por trabalhar com ele. Acima de tudo, ele é um amigo incrível e leal, depositário de toda a minha confiança. Passou um tempo surreal revisando as muitas versões deste livro, sempre buscando um modo de torná-lo mais forte. Ele tem um instinto fantástico e dedicou literalmente a vida inteira a apoiar as lutas pela justiça. Este livro não teria existido sem a brilhante batuta de Anthony à frente do projeto.

Minha editora, Betsy Reed, é fácil a melhor do ramo. Ela não só editou este livro em cerca de dez diferentes versões como foi minha editora na revista *Nation* durante quase uma década. É uma defensora ferrenha de seus escritores e dos textos deles, e sempre me leva mais longe do que acho que posso chegar. Nunca entreguei a Betsy um texto que ela não tenha tornado muito mais forte. Tenho a sorte de trabalhar com ela dia após dia e tê-la como uma querida amiga.

Por felicidade, tenho uma família que me apoia sem restrições. Meus pais, Michael e Lisa, são meus heróis. Meu irmão, Tim, e minha irmã, Stephanie, sempre estiveram ao meu lado, e tenho muito orgulho de tê-los como irmãos e também de chamá-los de amigos. Ksenija Scahill é uma jovem incrível e forte, muito mais sábia do que seus anos fazem supor, com uma profunda curiosidade pelo mundo, e sempre me incentiva. Tenho muito orgulho dela e da pessoa que ela é. Ela é tudo para mim. Liliana Segura não só é uma jornalista fenomenal, como foi desprendida, carinhosa e decidida no apoio que prestou a mim e a este projeto. Esteve sempre ao meu lado, para o que desse e

viesse, quando era preciso. Sem ela e seu apoio inabalável este livro não teria existido. Minhas tias, meus tios e primos são pessoas fantásticas cuja lealdade e estímulo não têm limites. Minha cunhada, Jenny Kling-Scahill, foi uma grande aquisição para nossa família, e adoro minhas sobrinhas, Maya e Caitlin. Barb e Harry Hoferle, minha tia e meu tio, visitaram-me em quase todos os lugares em que morei neste mundo e foram magníficos com seu amor e seu apoio.

Carl Bromley, da Nation Books, é um homem notável e um grande amigo. Tem um espírito brilhante e afiado, além de ideias fantásticas. Desde o primeiro dia em que nos encontramos para falar de meu livro anterior, *Blackwater*, Carl foi um de meus colegas mais confiáveis. Ele é um verdadeiro tesouro. Ruth Baldwin tem sido uma aliada fantástica e uma incansável advogada deste projeto e de muitos outros ao longo dos anos. O apoio que recebi de Taya Kitman, do Instituto Nation, foi fundamental. A equipe do Instituto Nation é um grupo fora de série de pessoas inteligentes e talentosas. Quero expressar minha gratidão também a Hamilton Fish, por seu apoio ao longo de anos, e a Victor Navasky.

A equipe do Perseus Books Group e do Basic Books é maravilhosa. Susan Weinberg foi entusiástica defensora deste livro desde o dia em que chegou. Sua assertividade e sua paixão deram o tom para um grande esforço coletivo em prol deste projeto. Seu antecessor, John Sherer, com quem também foi um prazer trabalhar, preparou o terreno para este projeto há anos. Robert Kimzey fez um trabalho brilhante levando adiante a produção deste livro contra todos os inconvenientes, num prazo apertadíssimo, e o fez com generosidade e classe. Michele Wynn é uma excepcional copidesque. Sou grato também a Mark Sorkin por seu diligente trabalho com a correção de provas deste livro. Michele Jacob, minha assessora de imprensa, além de uma joia, é uma apaixonada defensora de meu trabalho. É uma grande profissional. Alan Kaufman, advogado tenaz que não tem medo dos poderosos, sempre cuidou muito de proteger minha atividade jornalística. Muito obrigado a Martin Soames, que fez a revisão técnica deste livro referente à legislação britânica, por seu cuidadoso trabalho.

Muito obrigado a Marie Maes pelo índice detalhado; a Mike Morgenfeld e ao departamento de cartografia da Avalon Travel pelos excelentes mapas; e a Jeff Vespa, da WireImage, pela foto do autor. Daniel LoPreto, da Nation Books, foi de valor inestimável na preparação da iconografia e na ajuda que prestou na complexa produção deste livro.

Tenho uma imensa dívida de gratidão para com meus colegas da revista *Nation*. Katrina van den Heuvel, inabalável chefe de redação, sempre acreditou em mim desde que começamos a trabalhar juntos, em 2005. É uma alegria trabalhar com Richard Kim, Roane Carey e Emily Douglas, que são magníficos editores. Joliange Wright e Ellen Bollinger sempre me deram grande incentivo, da mesma forma que Jean Stein. Sinto-me honrado por pertencer à família da revista *Nation*. Minha amiga e mentora Amy Goodman é a pessoa mais fiel que já conheci e está entre os maiores jornalistas de nosso tempo. Sempre considerarei *Democracy Now!* minha universidade e minha família.

A Fundação Puffin, o Fundo Global Wallace e a Fundação Lannan foram excepcionais nesses anos de apoio a mim e a meu trabalho. Sem eles, nada do que fiz na década passada teria sido possível. Patrick Lannan tornou-se um querido amigo e grande parceiro no uísque de fim de noite. Randall Wallace é um camarada mágico. E Perry Rosenstein tem sido um constante apoiador de meu trabalho. Meu amigo Scott Roth, que foi tão essencial para o projeto deste livro, tem um apurado senso de justiça e é uma das pessoas mais perspicazes que conheço. Minha gratidão também a Tony Tabatznik, Jen Robinson, Jess Search, Sandra Whipham e todos os da Fundação Bertha e da BRITDOC. A brilhante Cara Mertes, do Instituto Sundance, tem sido uma firme conselheira. Muito obrigado também ao Projeto Kindle pelo apoio.

Este livro se beneficiou muitíssimo do apoio de meus editores internacionais: Pete Ayrton e Hannah Westland, da Serpent's Tail; Antje Kunstmann e Moritz Kirschner, da Verlag Antje Kunstmann; Alexandre Sanchez e Louis-Frédéric Gaudet, da Lux Éditeur; e das equipes editoriais da Companhia das Letras, Ediciones Paidós, Norstedts Förlag, All Prints

Distributors and Publishers, e Wydawnictwo Sine Qua Non. Agradeço também a David Grossman, da agência literária David Grossman; a Isabel Monteagudo e Rosa Bertran, da International Editors Co.; a Philip Sane, da agência Lennart Sane, e a toda a equipe da agência literária Prava I Prevodi.

O filme *Dirty Wars* tem em seus créditos mais de duzentas pessoas que ajudaram a fazer o documentário. Impossível agradecer a cada uma delas aqui, mas gostaria de agradecer especialmente à notável equipe da IFC Films/Sundance Selects; a Josh Braun e todos os seus colegas da Submarine Entertainment; a Nancy Willen, da Acme Public Relations; a David Harrington e ao Kronos Quartet, assim como à Associação de Artes Cênicas Kronos; a Frank Dehn, Sue Bodine, Marc H. Simon e David Menschel da Vital Projects Fund; e a Kristin Feeley, do Programa de Documentários do Instituto Sundance. Especiais agradecimentos a Joslyn Barnes, Bonni Cohen, Howard Gertler, Rebecca Lichtenfeld, James Schamus, ao Laboratório de Produção Criativa do Instituto Sundance e a Michael Watt.

Enquanto escrevia este livro, tive a honra de trabalhar com muitos jornalistas e trabalhadores da imprensa incríveis e corajosos. No Afeganistão, Jerome Starkey, Jeremy Kelly e Jason Motlagh foram generosos com seu tempo e suas ideias. Meu amigo Raouf Hikal, grande mediador e coordenador, assumiu graves riscos para contar histórias que de outra forma não teriam sido narradas. Obrigado também a Haji Shokat, Fatima Ayoub, Noor Islam Ahmadzia, Asif Shokat, Naqibullah Salarzai e Shafiq Ullah. Una Vera Moore deu uma ajuda essencial. Obrigado também à família Sharabuddin, de Gardez, por nos receber em sua casa e dividir conosco sua história tão dolorosa. Nunca os esqueceremos.

No Iêmen, Saber al-Haidary e Nasser Arrabyee foram grandes coordenadores e amigos. Mohammed Albasha prestou imensa ajuda e sempre fez o impossível para nos fazer entrar no país. Obrigado também a Ashwaq Arrabyee e Adnan Arrabyee. Minha amiga Iona Craig é uma jornalista fantástica e uma alma incrivelmente generosa. Ajudou-nos de tantas maneiras que seria impossível relacioná-las aqui. Adam Baron, Gregory Johnsen e Aaron

Zelin proporcionaram apoio e ideias essenciais, como fez também Haykal Bafana. O xeque Saleh bin Fareed nos recebeu com grande hospitalidade e garantiu que pudéssemos documentar o caso do bombardeio de Al-Majalah. É um homem elegante e refinado. A família Awlaki nos recebeu em sua casa e partilhou conosco sua história. Admiro sua capacidade de perdoar, de ser paciente e de nunca desistir da busca pela justiça. O dr. Nasser Awlaki foi muito generoso em relação a seu tempo e a sua família. Saleha e Abir Awlaki prepararam para nós comidas magníficas e vasculharam fundo seus álbuns de fotos e sua coleção de vídeos para nos ajudar a contar a história da família. Ammar Awlaki foi incrivelmente prestativo durante toda a nossa estada no Iêmen. Obrigado também a Omar Awlaki pelo mel delicioso e por nos receber em sua casa.

Na Somália, tivemos o privilégio de trabalhar com o grande Bashiir Yusuf Osman, dono do Peace Hotel. É um homem destemido e uma mistura incrível de mediador, coordenador de segurança, anfitrião e amigo. Nunca esquecerei os riscos que ele assumiu para que pudéssemos trabalhar na Somália. Sou grato também a Abdirahman "Aynte" Ali e a Mohamed Ibrahim "Fanah" Mohamed por sua assessoria, assim como a Sadia Ali Aden e Mohamed Olad Hassan. No Quênia, Abdirizak Haji Atosh e Daud Yussuf nos deram muita assistência. Muito obrigado também a Katharine Houreld e Clara Gutteridge por sua grande ajuda.

Meu irmão K'naan Warsame foi uma verdadeira inspiração para meu trabalho. Sua música foi a trilha sonora deste livro. Ouvia suas canções tarde da noite no Brooklyn enquanto digitava e também nas ruas de Mogadíscio e Sana'a. Sua voz suave e sua poesia cáustica explodiam pelo mundo todo. Tenho a maior honra de chamá-lo de amigo. Agradecimentos especiais também para o CCR e para a União Americana para as Liberdades Civis, especialmente para Pardiss Kebriaei, Jameel Jaffer, Hina Shamsi e Vince Warren por atender meus reiterados pedidos de documentos e entrevistas.

Sinto-me abençoado por ter essa grande comunidade de amigos, colegas e até mesmo adversários — todos eles me provocam e me esclarecem. David

Riker, que fez conosco o filme *Dirty Wars*, é uma das pessoas mais sinceras e profundas que já conheci. Aprendi muito com ele e admiro-o imensamente. Brenda Coughlin foi uma grande aliada e querida amiga por muitos anos, sempre disposta a fazer o que deve ser feito, quase sempre assumindo as mais ingratas tarefas e indo além dos limites. Trabalhei com Jacqueline Soohen desde que era imberbe. Passamos anos indo juntos ao Iraque e voltando. Ela é uma grande jornalista e como uma irmã para mim. Sharif e Kareem Kouddous são meus irmãos e sempre estiveram ao meu lado, quaisquer que fossem as circunstâncias. Obrigado também a meus camaradas Ali Gharib, Garrett Ordower, Hani Sabra e Dan Coughlin por sempre me lembrar de não levar a vida tão a sério. Michael Ratner e Karen Ranucci foram tão generosos com seu apoio e com seu amor por muitos anos. Obrigado também ao grande Michael Moore por ter me dado um de meus primeiros trabalhos "reais" e por ter sempre apoiado meu trabalho. Oliver Stone e John Cusack me deram apoio, ânimo e sabedoria em momentos cruciais. Minha querida amiga Naomi Klein esteve sempre do meu lado nos bons e maus momentos. Ela e Avi Lewis são grandes defensores da justiça.

Anamaria Segura e Phil Tisne iluminaram minha vida. Muchas gracias também a Jorge e Clemencia Segura por todo o amor e o apoio. Wallace Segura é um intelectual entre intelectuais. Emma Kelton-Lewis e Daniel Avery foram generosíssimos no apoio pessoal, assim como Claire e Rennie Alba. Obrigado a meu amigo Glenn Greenwald por ser quem é e por ter me mantido lúcido em momentos cruciais nos últimos anos. Minha gratidão também a Chris Hayes, amigo e colega, por todo o incentivo e o apoio. A minha irmã Ana Nogueira por ter sido amiga de verdade durante tanto tempo, e a meus camaradas Mike Burke e Elizabeth Press, meu muito obrigado.

Entre os jornalistas e escritores que consultei, com quem aprendi e comparei anotações durante a realização deste projeto estão Spencer Ackerman, Marc Ambinder, D. B. Grady, Barry Eisler, Noah Shachtman, Matthew Cole, Matthieu Aikins, Anand Gopal, Azmat Zahra Khan, Michelle Shepherd, Gareth Porter, Jeffrey Kaye, Jason Leopold, Kevin Gosztola, Adam

Serwer, James Gordon Meek, Jake Tapper, Eli Lake, Ryan Grim, Michael Hastings, Josh Rogin, Charlie Savage, Jim Risen, Marcy Wheeler, Alyona Minkovski, Medea Benjamin, Jodie Evans, Kade Ellis, Nick Turse, Tom Engelhardt, Willie Geist, Justin Elliott, Rachel Maddow, Solly Granatstein, Aram Roston, Amy Davidson, Arun Gupta, Christian Parenti, Jane Mayer, Sy Hersh, Josh Gerstein, Micah Zenko, Declan Walsh, J. M. Berger, Sean Naylor, Joshua Hersh, Casey Coombs, Jonathan Larsen, Diane Shamis, Jamil Smith e Jeff Stein. Obrigado a todos por fazerem o que fazem.

Quero agradecer também a algumas pessoas com quem tive o prazer de conversar ao longo desses anos (muitas delas pelo Twitter primeiro e na vida real depois). Aprendi muito com todas elas, às vezes por meio de nossos desentendimentos, e todas são credoras de meu respeito. Entre elas, Brandon Webb e Jack Murphy, do site Special Operations Forces Situation Report; Rob Dubois, Daveed Gartenstein-Ross, Jeff Emanuel, Rob Caruso, Dan Trombly, Joshua Foust, Clint Watts, Matthew Hoh, Andrew Exum, Nada Bakos, Will McCants, Mosharraff Zaidi, Huma e Saba Imtiaz, Omar Waraich, Andy Carvin, Caitlin Fitzgerald, Blake Hounshell, Sebastian Junger, Timothy Carney, Peter Bergen e Chris Albon. Muito obrigado também a David Massoni, cuja Thistle Hill Tavern me proporcionou muitas refeições enquanto escrevia este livro.

No momento em que escrevo estas linhas, o jornalista iemenita Abdulelah Haider Shaye continua numa prisão em Sana'a, em boa medida por intervenção da Casa Branca. Ele deveria estar em liberdade.

Siglas e abreviaturas

AC1, Complexo Abbottabad 1

ACCMS, Alternative Compartmentalized Control Measures [Medidas Alternativas Compartimentalizadas de Controle]

Aclu, American Civil Liberties Union [União Americana pelas Liberdades Civis]

AFOS, Advance Force Operations [Forças de Operações Avançadas]

Africom, United States Africa Command [Comando dos Estados Unidos na África]

AIAI, Al-Itihaad al-Islamiya

Amisom, African Union Mission in Somalia [Missão da União Africana na Somália]

ANSF, Afghan National Security Forces [Forças de Segurança Nacional do Afeganistão]

AOR, *area of responsibility* [área de responsabilidade]

AQI, Al-Qaeda no Iraque

AQN-ExOrd, Al-Qaeda Network Execute Order [Ordem de Execução da Rede Al-Qaeda]

AQPA, Al-Qaeda na Península Arábica

ASWJ, Ahlu Sunna Wal Jama

AUMF, Authorization for Use of Military Force [Autorização para Uso de Força Militar]

BIF, Battlefield Interrogation Facility [Central de Interrogatório de Campo de Batalha]

CAG, Combat Applications Group (também conhecida como Delta Force, Força Delta) [Grupo de Aplicações de Combate]

CCR, Center for Constitutional Rights [Centro de Direitos Constitucionais]

Centcom, Central Command [Comando Central]

CFR, Council on Foreign Relations [Conselho das Relações Exteriores]

CID, Army Criminal Investigations Division [Divisão de Investigações Criminais do Exército]

CINC, commander in chief [comandante em chefe]

CJTF 180, Combined Joint Task Force 180 [Força-tarefa Conjunta Combinada 180]

CJTF-HOA, Combined Joint Task Force — Horn of Africa [Força-tarefa Conjunta Combinada — Chifre da África]

COIN, *counterinsurgency* [contrainsurreição]

Conop, Concept of Operations [Conceito de Operações]

CSF, Central Security Forces [Forças Centrais de Segurança]

CSSW, Charitable Society for Social Welfare [Sociedade Beneficente para o Bem-estar Social]

CT, *counterterrorism* [contraterrorismo]

CTC, Counterterrorism Center [Centro de Contraterrorismo]

CTTL, Continuous Clandestine Tagging Tracking and Locating [Identificação, Rastreio e Localização Clandestinos e Contínuos]

DDTC, Directorate of Defense Trade Controls [Diretoria de Controles Comerciais de Defesa]

DEVGRU, Naval Warfare Development Group (Seal Team 6) [Grupo de Desenvolvimento de Guerra Naval (Equipe 6 dos SEALs)]

DIA, Defense Intelligence Agency [Agência de Inteligência de Defesa]

DoD, Department of Defense [Departamento de Defesa]

EAU, Emirados Árabes Unidos

EKIA, *enemy killed in action* [inimigo morto em ação]

EC, Electronic Communications [Comunicações Eletrônicas]

EOD, Explosive Ordenance Disposal [Descarte de Material Explosivo]

FOG, Field Operations Group [Grupo de Operações de Campo]

FOUO, For Official Use Only [Para Uso Oficial Exclusivo]

GRS, Global Response Staff [Equipe de Resposta Global]

GST, Greystone [programa secreto da Guerra Global contra o Terror]

GTMO, ou Gitmo, ou Guantánamo Bay [Prisão de Guantánamo]

GWOT, Global War on Terror (or Terrorism) [Guerra Global contra o Terror (ou Terrorismo)]

HIG, Hezb-e-Islami Gulbuddin

Humint, *human intelligence* [inteligência humana]

HVT, High Value Target [Alvo de Grande Valor]

IC, Intelligence Community [Comunidade de Inteligência]

ICG, International Crisis Group [Grupo Crise International]

ICRC, International Committee of the Red Cross [Comissão Internacional da Cruz Vermelha]

IDPS, Internally Displaced Persons [Pessoas Desalojadas Internamente]

INS, Immigration and Naturalization Service [Serviço de Imigração e Naturalização]

Iona, Islamic Organization of North America [Organização Islâmica da América do Norte]

ISAF, International Security Assistance Force [Força Internacional de Assistência para a Segurança]

ISI, Inter-Services Intelligence [Inteligência Interserviços, principal órgão da Inteligência paquistanesa]

ISR, Intelligence, Surveillance, Reconnaissance [Inteligência, Vigilância, Reconhecimento]

JAG, Judge Advocate General's Corps [Corpo Jurídico das Forças Armadas]

JIMAS, Associação para o Reavivamento do Caminho do Mensageiro

JPEL, Joint Prioritized Effects List [Lista Conjunta de Alvos Prioritários]

JPRA, Joint Personnel Recovery Agency [Agência Conjunta de Pessoal de Resgate]

JSOC, Joint Special Operations Command [Comando Conjunto de Operações Especiais]

JUWTF, Joint Unconventional Warfare Task Force [Força-tarefa Conjunta de Guerra Não Convencional]

KIA, *killed in action* [morto em ação]

LET, Lashkar-e-Taiba

LIMDIS, *limited distribution* [circulação limitada]

MLE, Military Liaison Elements [adidos militares]

NBC, *nuclear, biological, chemical* [nuclear, biológico, químico]

NSA, National Security Agency [Agência de Segurança Nacional]

NSC, National Security Council [Conselho de Segurança Nacional]

NSDD, National Security Decision Directive [Decisão Diretiva de Segurança Nacional]

NSPD, National Security Presidential Directive [Diretriz Presidencial de Segurança Nacional]

NSS, National Security Service [Serviço de Segurança Nacional]

OLC, Office of Legal Counsel [Assessoria Jurídica do Departamento da Justiça]

ONG, organização não governamental

OSS, Office of Strategic Services [Gabinete de Serviços Estratégicos]

PAK, Pakistan [Paquistão]

PET, Serviço de Inteligência da Dinamarca

PETN, tetranitrato de pentaeritritol

PNAC, Project for the New American Century [Projeto para um Novo Século Americano]

PSO, Political Security Organization [Organização de Segurança Política]

QRF, Quick Reaction Force [Força de Reação Rápida]

RAO, Regional Affairs Office [Escritório de Assuntos Regionais]

ROTC, Reserver Officers' Training Corps

RPG, *rocket-propelled grenade* [granada propelida por foguete]

SAD, Special Activities Division [Divisão de Atividades Especiais]

SAP, Special Access Program [Programa de Acesso Especial]

SAS, Special Air Service [Serviço Aéreo Especial]

SCUD, nome atribuído pela OTAN ao míssil balístico soviético R-11 (depois R-17 e R-300 Elbrus)

SEALS, Sea, Air, Land [tropa de elite da Marinha dos Estados Unidos]

SECDEF, ou SecDef, ou Secdef, secretary of Defense [secretário de Defesa]

SELECT, divisão de elite da Blackwater

SERE, Survival, Evasion, Resistance and Escape [Sobrevivência, Evasão, Resistência e Fuga]

SMU, Special Mission Unit [Unidade de Missão Especial]

SO/LIC, Special Operations/Low Intensity Conflict [Operações Especiais/Conflito de Baixa Intensidade]

SOC(FWD)-Yemen, Special Operations Command-Forward Yemen [Comando de Operações Especiais-Avançado Iêmen]

SOC(FWD)-PAK, Special Operations Command-Forward Pakistan [Comando de Operações Especiais-Avançado Paquistão]

SOCOM, Special Operations Command [Comando de Operações Especiais]

SOF, Special Operations Forces [Forças de Operações Especiais]

SOG, Studies and Observation Group [Grupo de Estudos e Observação]

SOP, Standard Operating Procedure [Procedimento Operacional Padrão]

SSB, Strategic Support Branch [Braço de Apoio Estratégico]

TADS, Terrorist Attack Disruption Strikes [Ataques de Desmonte de Atos Terroristas]

TCCC, Tom Clancy Combat Concepts [Conceitos de Combate de Tom Clancy]

TECS II, Treasury Enforcement Communications System [Sistema de Comunicações de Fiscalização do Tesouro]

TF, Task Force [Força-tarefa]

TFG, Transitional Federal Government [Governo Federal de Transição]

UCI, União das Cortes Islâmicas

USAID, US Agency for International Development [Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional]

USG, US *government* [governo dos Estados Unidos]

USSOCOM, US Special Operations Command [Comando de Operações Especiais dos Estados Unidos]

WFO, Washington Field Office [Gabinete Operacional de Washington]

WMD, Weapons of Mass Destruction [Armas de Destruição em Massa]

Notas

PRÓLOGO

1. Entrevistas concedidas ao autor por membros da família Awlaki, jan./ago. 2012. Os detalhes sobre o menino e a cena foram tirados dessas entrevistas.

2. Entrevista concedida ao autor por Saleha al Awlaki, set. 2012.

1. "HAVIA A PREOCUPAÇÃO [...] DE NÃO CRIAR UMA LISTA NEGRA AMERICANA"

1. "Joint Inquiry Briefing by Staff on US Government Counterterrorism Organizations (Before September 11, 2001) and on the Evolution of the Terrorist Threat and US Response: 1986-2001, Senate Select Committee on Intelligence and House Permanent Select Committee on Intelligence, 11 jun. 2002." Todos os detalhes do relatório foram tirados da transcrição, salvo indicação do contrário. Disponível em: <https://www.fas.org/irp/congress/2002_hr/061102clarke.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

2. Joe Havely, "The Loya Jirga: A Very Afghan Gathering", CNN.com, 12 jun. 2002. Disponível em: <http://asia.cnn.com/2002/WORLD/asiapcf/central/06/10/afghan.loyajirga/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

3. "Tower Report Under Wraps in the Attic", *New York Times*, 27 fev. 1989.

4. Clarke descreve suas credenciais da Casa Branca e do contraterrorismo durante o relatório para o Congresso.

5. Segundo o Relatório da Comissão do Onze de Setembro, em 1998 Clarke "esboçou o que ele mesmo chamou de 'Plano político militar delenda'", que expunha um plano de "eliminar imediatamente qualquer ameaça significativa aos americanos" vinda da "rede de Bin Laden". O plano tinha componentes diplomáticos e orçamentários, mas recomendava também uma "ação secreta para interromper atividades terroristas, e acima de tudo para capturar Bin Laden e seus adjuntos e levá-los a julgamento", assim como ação militar na sequência. Comissão Nacional sobre Ataques Terroristas contra os Estados Unidos (Philip Zelikow, diretor executivo; Bonnie D. Jenkins, assessora jurídica; Ernest R. May, assessor sênior), *The 9/11 Commission Report* (Nova York: W. W. Norton, 2004), p. 120. Disponível em: <http://govinfo.library.unt.edu/911/report/911Report.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

6. Depoimento de Richard Clarke. "Joint Inquiry Briefing by Staff on US Government Counterterrorism Organizations (Before September 11, 2001) and on the Evolution of the Terrorist Threat and US Response: 1986-2001, Senate Select Committee on Intelligence and House Permanent Select Committee on Intelligence, 11 jun. 2002." Todas as afirmações feitas por Richard Clarke foram tiradas do relatório, salvo indicação do conrário. Disponível em: <https://www.fas.org/irp/congress/2002_hr/061102clarke.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

7. Ordem Executiva n. 11905, Diário Oficial americano, 7703, 7733 (1976).

8. Ordem Executiva n. 12036, Diário Oficial americano, 3674, 3688, 3689 (1978).

9. Seymour M. Hersh, "Target Qaddafi", *New York Times Magazine*, 22 fev. 1987.

10. "The United States Navy in 'Desert Shield'/'Desert Storm';'Thunder and Lightning' — The War with Iraq", 15 maio 1991. Disponível em: <www.history.navy.mil/wars/dstorm/ds5.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013. "Os TLAMs foram usados contra depósitos de armas químicas e nucleares, mísseis terra-ar instalados, centros de comando e controle e palácio presidencial de Saddam."

11. William M. Arkin, "The Difference Was in the Details", *Washington Post*, 17 jan. 1999.

12. James Bennet, "U.S. Cruise Missiles Strike Sudan and Afghan Targets Tied to Terrorist Network", *New York Times*, 21 ago. 1998.

13. James Astill, "Strike One", *The Guardian*, 1 out. 2001.

14. Clarke disse: "[O governo e o Departamento de Justiça] não queriam jogar fora a proibição de assassinar de maneira a jogar o bebê pelo ralo junto com a água do banho".

15. Como disse Clarke: "A CIA pedia uma autorização. Eles a obtinham rapidamente. Nós esperávamos. Nada acontecia".

16. A representante Pelosi está falando durante o informe coletivo.

17. "Statement of Principles", Projeto para o Novo Século Americano, 3 jun. 1997. Elliott Abrams, Richard Cheney, Donald Rumsfeld, Paul Wolfowitz e I. Lewis Libby foram os signatários da carta ao PNAC.

18. "Rebuilding America's Defenses: Strategy, Forces, and Resources for a New Century", Projeto para o Novo Século Americano, set. 2000, p. 4.

19. "Introduction", op. cit., p. ii.

20. David Armstrong, "Dick Cheney's Song of America; Drafting a Plan for Global Dominance", *Harper's*, out. 2002.

21. Patrick E. Tyler, "US Strategy Plan Calls for Insuring No Rivals Develop", *New York Times*, 8 mar. 1992.

22. Jim Lobe, "Cold War 'Intellectuals' Re-enlist for War on Iraq, Arabs", *Agência Inter Press Service*, 17 nov. 2001.

23. Discurso preparado de George W. Bush, "A Period of Consequences", *The Citadel*, 23 set. 1999.

24. Jim Lobe, op. cit.

25. "Rebuilding America's Defenses: Strategy, Forces, and Resources for a New Century", op. cit., p. 14.

26. Fax de Donald Rumsfeld para a conselheira de Segurança Nacional, Condoleezza Rice, "Subject: International Criminal Court", 23 fev. 2001. Disponível em: <http://rumsfeld.com/library>. Acesso em: 25 nov. 2013.

27. Transcrição "'The Crazies Are Back': Bush Sr.'s Briefer Discusses How Wolfowitz and Allies Falsely Led the U.S. to War", *Democracy Now!*, 17 set. 2003.

28. Charlie Savage, *Takeover: The Return of the Imperial Presidency and the Subversion of American Democracy*. Nova York: Bay Back, 2008, p. 9.

29. Id., ibid., pp. 25-6.

30. Richard L. Madden, "House and Senate Override Veto by Nixon on Curb of War Powers; Backers of Bill Win Three-Year Fight", *New York Times*, 7 nov. 1973.

31. Resolução conjunta do Congresso e do presidente sobre os poderes de guerra, lei n. 93-148, parágrafos 3-4, 1973.

32. Bob Woodward, "Cheney Upholds Power of the Presidency; Vice President Praises Bush as Strong, Decisive Leader Who Has Helped Restore Office", *Washington Post*, 20 jan. 2005.

33. Comissão Especial para Estudo de Operações Governamentais sobre Atividades de Inteligência, Relatório Final, Livro III: Relatórios de Equipe Complementares e Detalhados sobre Atividades da Inteligência e Direitos dos Americanos, Senado Federal n. 94-755, 1976.

34. Comissão Especial para Estudo de Operações Governamentais sobre Atividades de Inteligência, Relatório da Equipe, Ação Secreta no Chile, 1963-73, 1975.

35. Comissão Especial do Senado para Estudo de Operações Governamentais sobre Atividades de Inteligência (Comissão Church), site do Senado dos Estados Unidos. Disponível em: <www.senate.gov/artandhistory/history/common/investigations/ChurchCommittee.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

36. Adam Liptak, "Cheney's To-Do Lists, Then and Now", *New York Times*, 11 fev. 2007.

37. Análise da Comissão Especial de Inteligência do Senado, Responsabilidades e Atividades, site da Comissão. Disponível em: <www.intelligence.senate.gov/about.html>. Acesso em: 25 nov. 2013; "The CIA and Congress: The Creation of the HPSCI", Disponível em: <www.cia.gov/news-information/featured-story-archive/2011-featured-story-archive/cia-and-congress-hpsci.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

38. Lei de Autorização de Inteligência para o ano completo de 1981, lei n. 96-450, 1980. O título V da lei — "Accountability for Intelligence Activities" — determina que "o diretor da Central de Inteligência e os chefes de todos os departamentos, agências e outros órgãos dos Estados Unidos envolvidos em atividades de inteligência [...] manterão a Comissão Especial de Inteligência do Senado e a Comissão Permanente de Inteligência da Casa dos Representantes [...] plenamente informadas e atualizadas sobre todas as atividades de Inteligência pelas quais forem responsáveis, em que estiverem envolvidos ou que forem executadas por qualquer departamento, agência ou órgão dos Estados Unidos, ou em seu nome, inclusive qualquer atividade de inteligência preventiva significativa".

39. Charlie Savage, op. cit, p. 43.

40. Id., ibid.

41. "Case Concerning the Military and Paramilitary Activities in and Against Nicaragua (Nicaragua v. United States of America)", Sumário do Juízo, Corte Internacional de Justiça, 27 jun. 1986.

42. Comissão Especial do Senado para a Assistência Militar Secreta ao Irã e à Oposição Nicaraguense e Comissão Especial da Câmara para Investigação de Transações Secretas de Armas com o Irã, Relatório das Comissões do Congresso sobre a Investigação do Caso Irã-contras, com Opiniões Suplementares, Minoritárias e Adicionais, Senado da República n. 100-216, Câmara dos Representantes n. 100-433, 1987, pp. 498-500.

43. Paula Dwyer, "Pointing a Finger at Reagan", *Businessweek*, 23 jun. 1997.

44. Comissão Especial do Senado para a Assistência Militar Secreta ao Irã e à Oposição Nicaraguense e Comissão Especial da Câmara para Investigação de Transações Secretas de Armas com o Irã, Relatório das Comissões do Congresso sobre a Investigação do Caso Irã-contras, Seção II: Relatório da Minoria, Senado da República, n. 100-216, Câmara dos Representantes, n. 100-433, 1987, pp. 437, 469.

45. Tom Squitieri, "Role of Security Companies Likely to Become More Visible", *USA Today*, 1 abr. 2004.

46. Charlie Savage, op. cit., p. 67.

47. O segundo retrato era, provisoriamente, só uma fotografia que mais tarde seria substituída por uma pintura no valor aproximado de 50 mil dólares. Ver Christopher Lee, "Official Portraits Draw Skeptical Gaze", *Washington Post*, 21 out. 2008.

48. Transcrição, observações de Donald Rumsfeld remarks, "DOD Acquisition and Logistics Excellence Week Kickoff — Bureaucracy to Battlefield", Pentágono, 10 set. 2001.

49. Paul C. Light, "Rumsfeld's Revolution at Defense", Brookings Policy Brief Series, documento de trabalho n. 142, Brookings Institution, jul. 2005.

50. James M. Lindsay e Ivo H. Daalder, "The Bush Revolution: The Remaking of America's Foreign Policy", Instituto Brookings, maio 2003.

51. Douglas Feith, *War and Decision: Inside the Pentagon at the Dawn of the War on Terrorism*. Nova York: Harper, 2009, p. 1.

52. Ron Suskind, *The Price of Loyalty: George W. Bush, the White House, and the Education of Paul O'Neill*. Nova York: Simon and Schuster Paperbacks, 2004, p. 86.

53. Bob Woodward, *State of Denial: Bush at War, Part III*. Nova York: Simon and Schuster Paperbacks, 2006, p. 49.

54. Douglas Feith, op. cit., p. 51.

55. Entrevista concedida ao autor pelo general da reserva Hugh Shelton em março de 2011. Todas as informações e declarações atribuídas ao general Shelton foram tiradas dessa entrevista, salvo indicação do contrário.

56. Richard Clarke, *Against All Enemies: Inside America's War on Terror*. Nova York: Free Press, 2004, p. 32.

57. *The 9/11 Commission Report*, op. cit., pp. 335-6.

58. "The War Behind Closed Doors", *Frontline*, PBS, 20 fev. 2003.

59. Entrevista concedida ao autor pelo dr. Emile Nakhleh em fevereiro de 2012. Os detalhes sobre a carreira do dr. Nakhleh foram tirados dessa entrevista. A informação sobre os estudos do dr. Nathleh na CIA também pode ser encontrada em sua biografia dentro do Projeto de Política Externa Americana. Disponível em: <http://americanforeignpolicy.org/iran-experts/emile-nakhleh>. Acesso em: 25 nov. 2013.

60. Transcrição do debate presidencial entre George W. Bush e Al Gore, Universidade de Wake Forest, Winston-Salem, Carolina do Norte, 11 out. 2000. Disponível em: <www.debates.org/index.php?page=october-11-2000-debate-transcript>. Acesso em: 25 nov. 2013.

61. Alguns textos afirmam que Cheney fez cerca de uma dúzia de visitas à sede da CIA; outros dão um número ligeiramente inferior. Dubose e Bernstein dizem que "Cheney fez pelo menos oito, talvez mais de quinze" visitas, citando entrevistas dentro da CIA e relacionadas a ela. Libby, ao que consta, era um visitante mais assíduo. Ver Tom Hamburger e Peter Wallsten, "Cheney's Tussles with CIA Are Subtext of Leaker Probe; Vice President's Skeptical View of Intelligence Agency Dates Back to the Late 1980's",

Baltimore Sun, 21 out. 2005; Lou Dubose e Jake Bernstein, *Vice: Dick Cheney and the Hijacking of the American Presidency*, ed. para Kindle. Nova York: Random House, 2006.

62. Martha Mendoza (AP), "One Man Still Locked Up from 9/11 Sweeps", *Washington Post*, 4 out. 2006.

63. Joshua A. Bobich, "Note: Who Authorized This?! An Assessment of the Process for Approving US Covert Action", *William Mitchell Law Review*, v. 33, n. 3, pp. 1111-42, 1126, 10 abr. 2007. Os detalhes sobre o processo do governo Clinton para a aprovação de ações secretas são desse artigo.

64. Id., ibid., p. 1126; memorando de George W. Bush, "Subject: Organization of the National Security Council System", 13 fev. 2001. O memorando, não confidencial, é conhecido como Diretriz Presidencial sobre Segurança Nacional 1 (NSPD-1), e, embora não mencione especificamente ações secretas, pretende preservar grande parte da estrutura do sistema nacional de segurança.

65. *The 9/11 Commission Report*, op. cit., p. 210.

66. Ibid., p. 202.

67. Ibid., p. 204.

68. Ibid., p. 203.

69. Ibid., pp. 204-5.

70. Depoimento do secretário Donald Rumsfeld preparado para a Comissão Nacional sobre ataques terroristas contra os Estados Unidos, 23 mar. 2004.

71. *The 9/11 Commission Report*, op. cit., p. 212.

72. Ibid., p. 190.

73. Entrevista concedida ao autor por uma fonte da Inteligência militar dos Estados Unidos, fev. 2010.

74. Bill Yenne, *Attack of the Drones: A History of Unmanned Aerial Combat*. St. Paul, MN: Zenith Press, 2004, p. 86. Segundo Yenne, "em 16 de fevereiro de 2010, durante testes realizados na base aérea de Nellis, um Predator disparou com êxito um Hellfire AGM-114C contra um alvo. A ideia de transformar o Predator num predador tornou-se realidade".

75. *The 9/11 Commission Report*, op. cit., pp. 190, 211.

76. Ibid., p. 211. A comissão obteve e citou um memorando enviado por Cofer Black a Richard Clarke em 25 de janeiro de 2001.

77. Ibid.

78. Ibid.

79. "The Honorable Charles E. Allen, Principal", Chertoff Group. Disponível em: <http://chertoffgroup.com/bios/charles-allen.php>. Acesso em: 25 nov. 2013.

80. *The 9/11 Commission Report*, op. cit., p. 211.

81. Ibid., p. 213.

82. Ibid.

83. Ibid., p. 214.

84. Milton Friedman, "Preface". In: *Capitalism and Freedom*, ed. comemorativa do 40º aniversário. Chicago: University of Chicago Press, 2002, 1982, p. xiv. [Ed. bras.: Capitalismo e liberdade. Rio de Janeiro: Artenova, 1977.]

85. Naomi Klein, *The Shock Doctrine: The Rise of Disaster Capitalism*. Nova York: Picador, 2007, p. 14.

86. Nina Easton, "Why Is Dick Cheney Smiling?", Money.CNN.com, 25 nov. 2007. Disponível em: <http://money.cnn.com/2007/11/22/magazines/fortune/cheney.fortune/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

87. Milton Friedman, op. cit., 1982, p. xiv.

88. "Rebuilding America's Defenses: Strategy, Forces, and Resources for a New Century", op. cit., p. 51.

89. Douglas Feith, op. cit., p. 51.

90. Resolução Conjunta para Autorizar o Uso das Forças Armadas dos Estados Unidos contra os Responsáveis pelos Recentes Ataques Lançados contra os Estados Unidos, lei 107-40, parágrafo 2, 2001.

91. Richard F. Grimmett, "Authorization for Use of Military Force in Response to the 9/11 Attacks (PL 107-40): Legislative History", Serviço de Pesquisa do Congresso, atualizado em 16 jan. 2007.

92. "Barbara Lee's 9/14/01 Speech", vídeo do YouTube da sequência do debate que precedeu a aprovação da autorização para uso da força militar, 14 set. 2001, postado por "OneVoicePAC". Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=Zh_sxilhyV0>. Acesso em: 25 nov. 2013.

93. Discurso preparado da representante Barbara Lee contra a autorização para o uso da força no Afeganistão 14 de setembro de 2001.

94. Transcrição da entrevista com o vice-presidente Richard Cheney, *Meet the Press*, NBC, 16 set. 2001.

95. Bob Woodward, op. cit., pp. 75, 101. Woodward fala de uma proposta anterior apresentada pelo diretor da CIA George Tenet durante as reuniões de Camp David, intitulada "Going to War", que inclui autorização para deter membros da rede Al-Qaeda e usar força letal contra eles. No documento de 17 de setembro, diz Woodward, foram "autorizadas todas as medidas propostas por Tenet em Camp David".

96. Steve Coll, *Ghost Wars: The Secret History of the cia, Afghanistan, and Bin Laden, from the Soviet Invasion to September 10, 2001*. Nova York: Penguin, 2004, p. 267.

97. Id., ibid.

98. Id., ibid., páginas iniciais.

99. Id., ibid., p. 271.

100. Id., ibid., p. 267.

101. Id., ibid.

102. Bill Waugh com Tim Keown, *Hunting the Jackal: A Special Forces and cia Ground Soldier's Fifty-Year Career Hunting America's Enemies*. Nova York: William Morrow, 2004, p. 143.

103. Robert Young Pelton, *Licensed to Kill: Hired Guns in the War on Terror*. Nova York: Three Rivers, 2006, p. 28.

104. Entrevista ao autor, coronel da reserva Lawrence Wilkerson, maio 2011.

105. Michael Hirsh e Michael Isikoff, "What Went Wrong", *Newsweek*, 27 maio 2002.

106. *The 9/11 Comission Report*, op. cit., p. 261. O relatório inclui o texto parcial do informe presidencial diário de 6 ago. 2001.

107. J. Cofer Black, depoimento preparado para apresentação à Audiência da Comissão Parlamentar Conjunta para Inteligência sobre o Onze de Setembro, 26 set. 2002.

108. Gordon Corera, "How Terror Attacks Changed the CIA", BBC.co.uk, 13 mar. 2006. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/4800154.stm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

109. Bob Woodward, op. cit., p. 52.

110. Id., ibid.

111. Entrevista concedida ao autor por Philip Giraldi em março de 2012.

112. Gary C. Schroen, *First In: An Insider's Account of How the CIA Spearheaded the War on Terror in Afghanistan*. Nova York: Presidio, 2005, p. 38.

113. Jane Mayer, "The Search for Osama: Did the Government Let Bin Laden's Trail Go Cold?", *New Yorker*, 4 ago. 2003, p. 27.

114. Bob Woodward, op., cit., p. 103.

115. Robert Y. Pelton, op. cit., pp. 30-2.

116. Seymour M. Hersh, "Manhunt: The Bush Administration's New Strategy in the War Against Terrorism", *New Yorker*, 23 dez. 2002, p. 66; James Risen e David Johnson, "Threats and Responses: Hunt for Al-Qaeda; Bush Has Widened Authority of CIA to Kill Terrorists", *New York Times*, 15 dez. 2002.

117. George W. Bush, "Presidential Address to the Nation", 7 out. 2001.

118. Bob Woodward, op. cit., p. 175.

119. *The 9/11 Commission Report,* op. cit., p. 351.

120. Tom Lasseter, "Day Four: Easing of Laws That Led to Detainee Abuse Hatched in Secret", *McClatchy*, 18 jun. 2008.

121. Chitra Ragavan, "Cheney's Guy", usnews.com, 21 maio 2006. Disponível em: <www.usnews.com/usnews/news/articles/060529/29addington.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

122. Tom Lasseter, op. cit.

123. Tim Golden, "After Terror, a Secret Rewriting of Military Law", *New York Times*, 24 out. 2004. O artigo de Golden se refere explicitamente à exclusão de alguns juristas e oficiais das discussões internas a respeito das políticas do tribuna militar.

124. Código dos Estados Unidos, título 50, parágrafo 413b, "Presidential Approval and Reporting of Covert Actions".

125. Entrevista ao autor, fonte da Inteligência das Forças Armadas, nov. 2009. A existência de um programa conhecido pelas iniciais "GST" foi relatada pela primeira vez por Dana Priest ao *Washington Post*. Mais tarde, ela mencionou o nome "Greystone" numa entrevista mostrada no documentário da PBS, *Top Secret America*.

126. Dana Priest, "Covert CIA Program Withstands New Furor", *Washington Post*, 30 dez. 2005.

127. Id., ibid.

128. Id., ibid.

129. Tyler Drumheller, com Elaine Monaghan, *On the Brink: An Insider's Account of How the White House Compromised American Intelligence*. Nova York: Carroll and Graff, 2006, p. 32.

130. Transcrição da entrevista com John Rizzo, "John Rizzo: The Lawyer Who Approved CIA's Most Controversial Programs", PBS.org, 6 set. 2011. Disponível em: <http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/iraq-war-on-terror/topsecretamerica/john-rizzo-the-lawyer-who-approved-cias-most-controversial-programs/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

131. John Barry, Michael Isikoff e Michael Hirsh, "The Roots of Torture", *Newsweek*, 23 maio 2004.

132. Id., ibid.

133. Dana Priest, "Former CIA Spy Boss Made an Unhesitating Call to Destroy Interrogation Tapes", *Washington Post*, 24 abr. 2012.

134. Stephen Gillers, "The Torture Memo", *Nation*, 9 abr. 2008.

135. Transcrição da entrevista com Jose A. Rodriguez Jr., *60 Minutes*, CBS, 29 abr. 2012.

136. Jane Mayer, "The Black Sites: A Rare Look Inside the CIA's Secret Interrogation Program", *New Yorker*, 13 ago. 2007.

137. Dana Priest, "CIA Holds Terror Suspects in Secret Prisons", *Washington Post*, 2 nov. 2005.

138. Id., ibid. Um antigo funcionário da Inteligência disse a Dana Priest: "Nunca nos sentamos, até onde sei, para traçar uma grande estratégia. Tudo se fazia como reação. Foi assim que chegamos a uma situação em que as pessoas eram presas, mandadas para um mundo subterrâneo e nem nos perguntávamos 'O que vamos fazer com elas depois?'".

139. Dana Priest, op. cit.

140. Id., ibid.

141. Rebecca Leung, "CIA Flying Suspects to Torture?", CBSNews.com, 11 fev. 2009. Disponível em: <http://www.cbsnews.com/news/cia-flying-suspects-to-torture-04-03-2005/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

142. Dana Priest, op. cit.

143. Joby Warrick e Dan Eggen, "Hill Briefed on Waterboarding in 2002", *Washington Post*, 9 dez. 2007.

144. Jane Mayer, *The Dark Side: The Inside Story of How the War on Terror Turned into a War on American Ideals*. Nova York: Doubleday, 2008, p. 114.

145. Stephen Grey, *Ghost Plane: The True Story of the cia Rendition and Torture Program*. Nova York: St. Martin's, 2006, pp. 139-41.

146. Id., ibid., pp. 140-1. Segundo Grey, que entrevistou Michael Scheuer para seu livro, a Casa Branca aprovou a política de captura. Juristas aprovavam cada operação, e "dentro da CIA, a autorização para cada operação […] tinha de vir do diretor da Inteligência central […] ou do diretor assistente".

147. Oitava Audiência Pública ante a Comissão Nacional sobre Ataques Terroristas contra os Estados Unidos, 24 mar. 2004 (depoimento de George Tenet, diretor da Agência Central de Inteligência).

148. Anistia Internacional, "Pakistan: Imminent Execution of Mir Aimal Kasi Raises Fears for Others Taken into US Custody Without Human Rights Safeguards", 2002.

149. Richard Clarke, "The Confusion over Renditions", *Boston Globe*, 29 jan. 2009.

150. Christopher S. Wren, "U.S. Jury Convicts Three in a Conspiracy to Bomb Airliners", *New York Times*, 6 set. 1996; prisão confirmada em "Patterns of Global Terrorism 1998", Departamento de Estado, abr. 1999.

151. "Patterns of Global Terrorism 1998", Departamento de Estado, abr. 1999.

152. Lei de Reforma e Reestruturação dos Assuntos Estrangeiros, lei 105-277, parágrafo 2242(a) (1998).

153. Jim Landers, "CIA Official Says War on Terrorism Will Be Won with Great Force", *Knight Ridder/Tribune News Service*, 18 out. 2001.

154. Dana Priest e Barton Gellman, "US Decries Abuse but Defends Interrogations", *Washington Post*, 26 dez. 2002.

155. Id., ibid.

156. Depoimento de J. Cofer Black, "Joint Inquiry into Intelligence Community Activities Before and After the Terrorist Attacks of September 11, 2001, Hearings Before the Senate Select Committee on Intelligence and House Permanent Select Committee on Intelligence, 107o Cong., 2a Sess.", 26 set. 2002. Disponível em: <http://www.intelligence.senate.gov/pdfs/1071086v2.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

157. Dana Priest, "Al-Qaeda-Iraq Link Recanted; Captured Libyan Reverses Previous Statement to CIA, Officials Say", *Washington Post*, 1 ago. 2004.

158. Jane Mayer, op. cit., p. 104.

159. Id., ibid.

160. Id., ibid., p. 106.

161. John Barry e Daniel Klaidman, "A Tortured Debate", *Newsweek*, 20 jun. 2004.

162. Garrett M. Graff, *The Threat Matrix: The fbi at War in the Age of Global Terror*. Nova York: Little, Brown, 2011, p. 359; Jason Vest, "Pray and Tell", *American Prospect*, 19 jun. 2005.

163. James Risen, *State of War: The Secret History of the CIA and the Bush Administration*. Nova York: Free Press, 2006, p. 29.

164. "Top Al-Qaeda Leader Held Aboard U.S. Warship", CNN.com, 8 jan. 2002. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2002/WORLD/asiapcf/central/01/08/ret.afghan.prisoners/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

165. Michael Isikoff e David Corn, *Hubris: The Inside Story of Spin, Scandal, and the Selling of the Iraq War*. Nova York: Three Rivers, 2007, pp. 122-3.

166. Coronel Lawrence B. Wilkerson, "The Truth About Richard Bruce Cheney", *Washington Note*, 13 maio 2009.

167. Transcrição da entrevista com Ali Soufan, "The Interrogator", *Frontline*, PBS, transmitida em 13 set. 2011.

168. John D. Rockefeller IV e Carl Levin, carta ao vice-almirante Lowell E. Jacoby, diretor da Agência de Inteligência de Defesa, 18 out. 2005. A carta contém dois parágrafos de um sumário sobre terrorismo da DIA (DITSUM) de 3 de outubro de 2005 a respeito das afirmações de Libi depois de seu interrogatório.

169. Michael Isikoff e David Corn, op. cit., p. 187.

170. Transcrição de discurso de Colin Powell nas Nações Unidas em 5 de fevereiro de 2003.

171. Transcrição da entrevista com Ali Soufan, op. cit.

172. Entrevistas concedidas ao autor por ex-funcionários do governo americano, ago. 2010, maio 2011.

173. Charlie Savage, op. cit., pp. 135-6, 138.

174. Katharine Q. Seelye, "A Nation Challenged: The Prisoners; Powell Asks Bush to Review Stand on War Captives", *New York Times*, 27 jan. 2002.

175. Colin L. Powell, memorando ao conselheiro da presidência e ao assistente da presidência para assuntos de segurança nacional, "Subject: Draft Decision Memo- randum for the President on the Applicability of the Geneva Convention to the Conflict in Afghanistan", 26 jan. 2002. Powell relaciona os "prós" e "contras" da aplicação e da não aplicação das Convenções de Genebra ao conflito no Afeganistão. Entre os contras do não cumprimento das convenções, Powell observa que "significaria um retrocesso de mais de um século na política e na prática dos Estados Unidos de apoio às Convenções de Genebra e debilitaria a proteção da lei da guerra para nossos próprios soldados, tanto neste contexto específico como em geral".

176. John Barry, Michael Isikoff e Michael Hirsh, op. cit. Bush tomou a decisão no começo de fevereiro, e em "meados de janeiro de 2002 o primeiro carregamento de prisioneiros pousou no Acampamento Raio X em Guantánamo".

177. Depoimento de Jose A. Rodriguez Jr. a Bill Harlow. In: *Hard Measures: How Aggressive cia Actions After 9/11 Saved American Lives*. Nova York: Threshold, 2012, pp. 116-7.

178. Donald Rumsfeld, documento de trabalho enviado ao general Myers, "Subject: Afghanistan", 17 out. 2001. Nele, Rumsfeld escreve "Dada a natureza do nosso mundo, não seria compreensível que o Departamento não deva estar numa posição de dependência quase total da CIA em situações como esta?".

1. James J. Zogby, "The Arab American Vote in the November 2000 Election", Instituto Árabe Americano, 14 dez. 2000. Numa análise encomendada pela Abu Dhabi Television, Zogby escreve que "uma recente pesquisa feita entre eleitores árabe-americanos mostra que eles apoiaram a candidatura do republicano George W. Bush contra o democrata Al Gore por uma margem de 45,5% a 38%". Ele indica ainda que embora os árabe-americanos em geral se inclinassem pelos democratas, "essa eleição ocorreu contra o pano de fundo de uma escalada de violência israelense contra os palestinos", o que "aparentemente influenciou o voto de uma parte dos árabe-americanos".

2. Transcrição da entrevista com Anwar al-Awlaki, "Fighting Fear", *NewsHour with Jim Lehrer,* PBS, 30 out. 2001.

3. Entrevista concedida ao autor por Nasser al-Awlaki em janeiro de 2012. Detalhes da vida familiar de Nasser al-Awlaki e sobre os primeiros anos de Anwar al-Awlaki foram tirados dessa entrevista, salvo indicação do contrário.

4. Ibid. Todas as citações de Nasser al-Awlaki foram tiradas da entrevista ao autor, salvo indicação do contrário.

5. Ensaio pessoal inédito escrito por Nasser al-Awlaki e mostrado ao autor em janeiro de 2012.

6. Um relatório do FBI sobre Anwar diz que seu aniversário era em 21 de abril, mas Nasser diz numa entrevista ao autor que Anwar tinha nascido em 22 de abril. O noticiário usa ambas as datas.

7. "Interview: Dr. Nasser al-Awlaki on the Killing of His Son, Anwar, and His Grandson", *National Yemen*, 6 out. 2012.

8. Catherine Herridge, *The Next Wave: On the Hunt for Al-Qaeda's American Recruits*. Nova York: Crown Forum, 2011, p. 78.

9. Bruce Finley, "Muslim Cleric Targeted by U. S. Made Little Impression During Colorado Years", *Denver Post*, 11 abr. 2010.

10. Anwar al-Awlaki, "Spilling Out the Beans; Al Awlaki Revealing His Side of the Story", *Inspire* 9 (inverno 2012), maio 2012.

11. Id., ibid.

12. Id., ibid.

13. Id., ibid.

14. Id., ibid.

15. Id., ibid.

16. Entrevista concedida ao autor por Nasser al-Awlaki em janeiro de 2012; Scott Shane e Souad Mekhennet, "Imam's Path from Condemning Terror to Preaching Jihad", *New York Times*, 8 maio 2010.

17. Bruce Finley, op. cit.

18. Id., ibid.

19. Id., ibid.

20. Entrevista concedida ao autor por Nasser al-Awlaki em janeiro de 2012.

21. Bruce Finley, op. cit.

22. Scott Shane e Souad Mekhennet, op. cit.

23. Cópia da certidão de nascimento de Abdulrahman al-Awlaki pertencente ao autor.

24. Scott Shane e Souad Mekhennet, op. cit.

25. Union-Tribune e Associated Press, "Anwar al-Awlaki, Al-Qaeda-Linked Cleric with San Diego Ties, Killed", UTSanDiego.com, 30 set. 2011. Disponível em: <http://www.utsandiego.com/news/2011/Sep/30/yemenal-qaida-linked-cleric-san-diego-ties-killed/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

26. Memorando para fins de registro: entrevista telefônica de Lincoln Higgie, preparada por Dieter Snell, FBI, Gabinete Operacional de San Diego, 19 nov. 2003. Disponível no site dos Arquivos Nacionais e Administração de Documentos: <http://media. nara.gov/911/MFR/t0148-911 MFR-00449. pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

27. Transcrição de *The Situation Room,* CNN, 30 set. 2011.

28. Scott Shane e Souad Mekhennet, op. cit.

29. Id., ibid.

30. "Comissão Nacional sobre Ataques Terroristas contra os Estados Unidos" (Philip Zelikow, diretor executivo; Bonnie D. Jenkins, assessora jurídica; Ernest R. May, conselheiro). In: *The 9/11 Commission Report*. Nova York: W. W. Norton, 2004, p. 517.

31. Susan Schmidt, "Imam from Va. Mosque Now Thought to Have Aided al-Qaeda", *Washington Post,* 27 fev. 2008.

32. Tom Hays (AP), "FBI Eyes NYC 'Charity' in Terror Probe", washingtonpost.com, 26 fev. 2004. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A9947-2004Feb26.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

33. Susan Schmidt, op. cit.

34. Sumário de projeto de cooperação técnica do Bureau para Assuntos Laborais Internacionais, do Departamento do Trabalho dos Estados Unidos, para o projeto "Alternatives to Combat Child Labor Through Education and Sustainable Services in the Middle East and North Africa (Mena) Region". Disponível em: <www.dol.gov/ilab/projects/ europe_mena/MidEast_LebanonYemen_ EI_CLOSED.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013; "Project Status — Europe, Middle East, and North Africa", Disponível no site do Departamento do Trabalho: < www.dol.gov/ilab/projects/europe_mena/ project-europe.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

35. Entrevistas concedidas ao autor por membros da família Awlaki, jan. 2012.

36. J. M. Berger, *Jihad Joe: Americans Who Go to War in the Name of Islam*. Washington, DC: Potomac, 2011, p. 119.

37. Susan Schmidt, op. cit.

38. "Joint Inquiry into Intelligence Community Activities Before and After the Terrorist Attacks of September 11, 2001, Hearings Before the Senate Select Committee on Intelligence and House Permanent Select Committee on Intelligence, 107º Cong., 2ª Sess.", 26 set. 2002, p. 178. Disponível em: <http://www.intelligence.senate.gov/pdfs/1071086v2.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

39. Id., ibid.

40. Scott Shane e Souad Mekhennet, op. cit.

41. Entrevista ao autor concedida por Nasser al-Awlaki, jan. 2012.

42. J. M. Berger, "Gone but Not Forgotten", *Foreign Policy,* 30 set. 2011.

43. Scott Shane e Souad Mekhennet, op. cit.

44. Alexander Meleagrou-Hitchens, "As American as Apple Pie: How Anwar al-Awlaki Became the Face of Western Jihad", Centro Internacional de Estudos sobre o Radicalismo e a Violência Política, Londres, 2011.

45. Anwar al-Awlaki, op. cit.

46. "Radical Cleric Killed by Drone Was Twice Arrested with Prostitutes in San Diego", L.A. Now (blog), *Los Angeles Times,* 30 set. 2011. Disponível em: <http://latimesblogs.latimes.com/lanow/2011/09/anwar-awlaki-the-american-born-cleric-and-jihadist-killed-by-a-us-backed-drone-strike- in-yemen-spent-several-years-in-san.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

47. Anwar al-Awlaki, op. cit.

48. Id., ibid.

49. Entrevista ao autor concedida por Nasser al-Awlaki, jan. 2012.

50. Id., ibid.

51. Transcrição de "Connections Between Radical Cleric, Hasan Closely Examined", *NewsHour*, PBS, 12 nov. 2009.

52. "Former Islamic Spiritual Leader Defends Mosque", *Copley News Service*, 28 set. 2001.

53. "Muslim Americans Suffer Terrorist Backlash", *Scripps Howard News Service*, 12 set. 2001.

54. William Branigin, "Terror Hits Close to Home; Mix of Emotions Sweeps over Area's Residents", *Washington Post*, 20 set. 2001.

55. Susan Morse, "First Source of Comfort; When Events Overwhelm, Clergy, Not Doctors, Are on the Front Lines", *Washington Post*, 18 set. 2001.

56. Debbi Wilgoren e Ann O'Hanlon, "Worship and Worry; Fear for Other Muslims Mixes with Support for US", *Washington Post*, 22 set. 2001.

57. Id., ibid.

58. Id., ibid.

59. William Branigin, op. cit.

60. Brian Handwerk e Zain Habboo, "Attack on America: An Islamic Scholar's Perspective — Part 1", *National Geographic*, 28 set. 2001.

61. Anwar al-Awlaki, op. cit.

62. Arquivos do FBI sobre "Anwar Nasser Awlaki", 26 set. 2001. Documento obtido por Intelwire, news.intelwire.com.

63. *The 9/11 Commission Report*, op. cit., p. 229.

64. Ibid., p. 221.

65. Ibid., pp. 229-30

66. Ibid., p. 221.

67. Arquivos do FBI sobre "Anwar Nasser Awlaki", op. cit.

68. Ibid.

69. Anwar al-Awlaki, op. cit.

70. Arquivos do FBI sobre "Anwar Nasser Awlaki", op. cit.

71. *The 9/11 Commission Report*, op. cit., p. 517.

72. Ibid., p. 221.

73. Entrevista concedida ao autor por Nasser al-Awlaki em janeiro de 2012. As visitas de Hasan a Dar al-Hijrah foram documentadas em matérias jornalísticas como: David Johnston e Scott Shane, "U.S. Knew of Suspect's Tie to Radical Cleric", *New York Times*, 9 nov. 2009.

74. Robert D. McFadden, "Army Doctor Held in Ft. Hood Rampage", *New York Times*, 5 nov. 2009.

75. "Al-Awlaki Assassinated in Drone Attack", postado no site da Dar al-Hijrah, 30 set. 2011. Disponível em: <www.daralhi- jrah.net/ns/?p=6258>. Acesso em: 25 nov. 2013.

76. Matthew Barakat, "Relief, Anger at Va. Mosque Where Al-Qaeda Figure Preached", *Associated Press*, 30 set. 2011.

77. Transcrição de "Fighting Fear", entrevista concendida a Ray Suarez, *NewsHour with Jim Lehrer*, PBS, 30 out. 2001.

78. Scott Shane e Souad Mekhennet, op. cit.

79. Laurie Goodstein, "A Nation Challenged: The American Muslims; Influential American Muslims Temper Their Tone", *New York Times*, 19 out. 2001.

80. Brian Handwerk e Zain Habboo, op. cit.

81. Travis Fox (video), "Understanding Ramadan: A Day in the Life of an Imam", washingtonpost.com, 18 nov. 2001. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-srv/mmedia/liveonline/111801-1v.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

82. Sermão de Anwar al-Awlaki extraído de "Fighting Fear", *NewsHour with Jim Lehrer*, PBS, 30 out. 2001.

83. Debbi Wilgoren e Ann O'Hanlon, op. cit.

84. "Muslim Students Are Wary of the War", *Washington Times*, 11 out. 2001.

85. Ellen Sorokin, "Area's Muslims Facing a Somber Ramadan; Terror Attack, War in Afghanistan Create 'Gloomy Mood'", *Washington Times*, 16 nov. 2001.

86. Entrevista em vídeo de novembro de 2001 fornecida ao autor pela Travis Fox.

87. Transcrição, *Morning Edition*, National Public Radio (doravante NPR), 1 nov. 2001.

88. Entrevista em vídeo de novembro de 2001 fornecida ao autor pela Travis Fox.

89. Ibid.

90. Ver Human Rights Watch EUA, "'We Are Not the Enemy': Hate Crimes Against Arabs, Muslims, and Those Perceived to Be Arab or Muslim After September 11", 14 nov. 2002; "NPR Special Report: Muslims in America; Part One: Profiling the Proud Americans of 'Little Mecca'", NPR, 21 out. 2001. Disponível em: <www.npr.org/news/specials/response/home_front/features/2001/oct/muslim/011022.muslim.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

91. Transcrição, *Talk of the Nation with Neal Conan*, NPR, 15 nov. 2001.

92. Joe Cantlupe e Dana Wilkie, "Former San Diego Islamic Spiritual Defends Mosque", *Copley News Service*, 28 set. 2001.

93. Transcrição, *Morning Edition*, NPR, 1 nov. 2001.

94. Jean Marbella, "Ramadan Raises Conflicting Loyalties; US Muslims Feel Pull of Nation, Solidarity; War on Terrorism", *Baltimore Sun*, 28 out. 2001.

95. Transcrição de *Morning Edition*, NPR, 1 nov. 2001.

96. E-mail de remetente não revelado a destinatários não revelados sobre o tema "RE: Luncheon Speaker — Islam and Middle Eastern politics and culture — February 5th — Response date — 1/31", enviado em 1 de fevereiro de 2002, obtido pela Inteligência pública. Disponível em: <http://publicintelli- gence.net/dod-email-discussing-anwar-al-aw- lakis-2002-presentation-at-the-pentagon/> . Acesso em: 25 nov. 2013.

97. Catherine Herridge, "Exclusive: Al-Qaeda Leader Dined at the Pentagon Just Months After 9/11", FoxNews.com, 20 out. 2010. Disponível em: <http://www.foxnews.com/us/2010/10/ 20/al-qaeda-terror-leader-dined-pentagon-months/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

98. Ibid.

99. E-mail de remetente não revelado, "RE: Luncheon Speaker […]", op. cit.

100. *Muhammad: Legacy of a Prophet*, PBS, 2002, produção da KiKim Media and Unity Productions Foundation/A KQED Presentation, Corporation for Public Broadcasting.

101. Jerry Markon, "Muslim Anger Burns over Lingering Probe of Charities", *Washington Post*, 11 out. 2006.

102. Associated Press, "Feds Launch 'Operation Green Quest'", CBSNews.com, 25 out. 2001. Disponível em: <http://www.cbsnews.com/news/feds-launch-operation-green-quest/>. Acesso em> 25 nov. 2013.

103. Judith Miller, "A Nation Challenged: The Money Trail; Raids Seek Evidence of Money-Laundering", *New York Times*, 21 mar. 2002.

104. Riad Z. Abdelkarim e Basil Z. Abdelkarim, "Islam in America: As American Muslims Face New Raids, Muslim Charities Fight Back", *Washington Report on Middle East Affairs*, maio 2002, pp. 80-1.

105. Jerry Markon, op. cit.

106. Id., ibid.

107. Gravação em áudio do sermão de Anwar al-Awlaki, Virgínia, março de 2002, transcrição de Alexander Meleagrou-Hitchens, "As American as Apple Pie: How Anwar al-Awlaki Became the Face of Western Jihad", Centro Internacional para o Estudo do Radicalismo e da Violência Política, Londres, 2011.

108. Id., ibid.

109. Catherine Herridge, op. cit., p. 91.

110. Chitra Ragavan, "The Imam's Very Curious Story", *us News and World Report*, 13 jun. 2004. Disponível em: <www.usnews.com/usnews/news/arti- cles/040621/21plot.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

111. Anwar al-Awlaki, op. cit.

112. Chitra Ragavan, op. cit.

113. Transcrição, "Connections Between Radical Cleric, Hasan Closely Examined", *NewsHour*, PBS, 12 nov. 2009.

114. Meleagrou-Hitchens, op. cit.

115. Scott Shane e Souad Mekhennet, op. cit.

116. Meleagrou-Hitchens, op. cit.

117. Gravação em áudio do sermão do imã Anwar al-Awlaki, local não confirmado, mar. 2002.

3. ACHAR, ATACAR, ACABAR: A ASCENSÃO DO JSOC

1. Transcrição do discurso do secretário de Defesa Donald Rumsfeld, "Address to the Men and Women of Fort Bragg/Pope AFB", Fort Bragg, NC, 21 nov. 2001.

2. Rowan Scarborough, *Rumsfeld's War: The Untold Story of America's Anti-Terrorist Commander,* Washington, DC: Regnery, 2004, pp. 8-10.

3. Descrição do Comando Conjunto de Operações Especiais como aparece no "Special Operations Forces Reference Manual", compilado e criado para o Instituto das Forças Conjuntas de Operações Especiais pela Cubic Applications, Inc., jan. 1998.

4. Mark Bowden, "The Desert One Debacle", *Atlantic*, maio 2006.

5. Id., ibid.

6. Id., ibid.

7. Id., ibid.

8. Id., ibid.

9. Gary Sick, "The Election Story of the Decade", *New York Times*, 15 abr. 1991.

10. *nbc Nightly News*, 20 jan. 1981. Disponível em: <www.nbc.com/news-sports/msnbc-video/2012/01/from-the-archives-reagan-sworn-in-iran-hostages-released/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

11. Tom Clancy, "Entrevista com o general da reserva Carl Stiner". In: *Shadow Warriors: Inside the Special Forces*. Nova York: Berkley Publishing Group, 2002, p. 9.

12. Entrevista concedida ao autor pelo coronel da reserva W. Patrick Lang em setembro de 2010. Detalhes sobre a formação e as credenciais do coronel Lang foram tiradas dessa entrevista. Ver também "Bio of Col. W. Patrick Lang", Sic Semper Tyrannis (blog). Disponível em: <turcopolier.typepad.com>. Acesso em: 25 nov. 2013.

13. Ibid. Todas as declarações e as informações atribuídas ao coronel Lang foram tiradas da entrevista concedida ao autor.

14. Tenente-coronel David E. Hill Jr., "The Shaft of the Spear: US Special Operations Command, Funding Authority, and the Global War on Terrorism", Projeto de Pesquisa Estratégica da Escola Superior de Guerra do Exército dos Estados Unidos, 15 mar. 2006.

15. Eric L. Haney, *Inside Delta Force: The Story of America's Elite Counterterrorist Unit*. Nova York: Bantam Dell, 2003, pp. 1-4.

16. "Seal Team Six", Relatório de Situação das Forças de Operações Especiais (Sofrep). Disponível em: <http://sofrep.com/devgru-seal-team-6/>. Acesso em: 25 nov. 2013. Mais detalhes sobre a origem da Equipe 6 dos SEALs foram tirados da breve história do Sofrep.

17. Michael Smith, *Killer Elite: The Inside Story of America's Most Secret Special Operations Team*. Nova York: St. Martin's, 2006, pp. 20-1.

18. Id., ibid., pp. 22-46.

19. Ver Ronald H. Cole, "Operation Urgent Fury: Grenada", Gabinete Conjunto de História, Gabinete do Chefe do Estado-Maior Conjunto, 1997.

20. Robert Chesney, "Military-Intelligence Convergence and the Law of the Title 10/Title 50 Debate", *Journal of National Security Law and Policy*, n. 5, pp. 539-629, 2012.

21. Mark Bowden, *Killing Pablo: The Hunt for the World's Greatest Outlaw*. Nova York: Penguin, 2001, pp. 147, 259.

22. Paula Broadwell e Vernon Loeb, *All In: The Education of General David Petraeus*. Nova York: Penguin, 2012, pp. 148-53; Michael Smith, op. cit., pp. 192-3.

23. "Joint Special Operations Command (JSOC)", GlobalSecurity.org. Disponível em: <www.globalsecurity.org/military/agency/ dod/jsoc.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

24. Philip Shenon, "Documents on Waco Point to a Close Commando Role", *New York Times*, 5 set. 1999.

25. "Joint Special Operations Command (JSOC)", GlobalSecurity.org, op. cit.

26. Eric Schmitt, "Commandos Get Duty on U.S. Soil", *New York Times*, 23 jan. 2005.

27. Marc Ambinder e D. B. Grady, *The Command: Deep Inside the President's Secret Army*, ed. para Kindle. Hoboken, NJ: John Wiley and Sons, 2012.

28. Entrevista concedida ao autor pelo general da reserva Hugh Shelton, março de 2011. Todas as informações e declarações atribuídas ao general Shelton foram tiradas dessa entrevista, salvo indicação

do contrário.

29. "General Henry Hugh Shelton Biography", site do Centro de Liderança General H. Hugh Shelton da Universidade Estadual da Carolina do Norte. Disponível em: <www.ncsu.edu/extension/sheltonleadership/shelton-forum/ documents/GENERALHENRYHUGHSHELTONBIOGRAPHYOct07.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

30. "Delta Force Pulled Off Daring Rescue", *Associated Press*, 3 jan. 1990.

31. Tom Clancy, "Entrevista com o general da reserva Carl Stiner", op. cit., p. 409. Clancy diz que "'Schwarzkopf era um bom exemplo de alto oficial que não compreendia as operações especiais e tinha medo delas', disse o general das Forças Especiais Jim Guest, que serviu como J-3 do Socom. Na mentalidade de Schwarzkopf: 'Tenho uma cobra enrolada dentro da gaiola, se eu abrir a gaiola a cobra vai sair e me causar problemas'".

32. Comando de Operações Especiais dos Estados Unidos (Socom), *History of Socom*, 6ª ed., 31 mar. 2008.

33. Ibid.

34. General Wayne Downing, memorando a Rumsfeld e ao general Peter Pace, chefe do Estado-Maior Conjunto, "Special Operations Forces Assessment", 9 nov. 2005. Disponível em: <http://rumsfeld.com/library/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

35. Richard H. Shultz Jr., "Showstoppers: Nine Reasons Why We Never Sent Our Special Operations Forces After Al-Qaeda Before 9/11", *Weekly Standard*, v. 9, n. 19, 26 jan. 2004.

36. Comissão Nacional sobre Ataques Terroristas contra os Estados Unidos (Philip Zelikow, Executive Director; Bonnie D. (Philip Zelikow, diretor executivo; Bonnie D. Jenkins, assessora jurídica; Ernest R. May, assessor sênior), *The 9/11 Commission Report*. Nova York: W. W. Norton, 2004, p. 136.

37. Richard H. Shultz Jr., op. cit.

38. Id., ibid.

39. Downing, memorando a Rumsfeld e Pace, "Special Operations Forces Assessment".

40. Ver parágrafos 153 e 163 do Título 10 do Código dos Estados Unidos.

41. Hugh Shelton, *Without Hesitation: The Odyssey of an American Warrior*. Nova York: St. Martin's, 2010, pp. 401, 413.

42. Rowan Scarborough, *Rumsfeld's War: The Untold Story of America's Anti-Terrorist Commander*. Washington, DC: Regnery, 2004, p. 16. Scarborough discute o relatório de Shultz, e para tanto teve permissão, por parte das autoridades máximas de Segurança, para entrevistar altos comandantes e governantes. "Os juristas do Pentágono, na década de 1990, diziam que o Departamento de Defesa não tinha autoridade legal até o Título 10" para autorizar operações secretas, escreveu Shultz. "Rumsfeld contornou a política de Clinton de argumentar a favor das restrições impostas pelo Título 10 e decidiu que as ações secretas podiam ser autorizadas pelo Pentágono", escreveu Scarborough.

43. Richard H. Shultz Jr., op. cit.

44. Rowan Scarborough, op. cit., p. 14.

45. Resolução 794 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, adotada em 3 de dezembro de 1992. Disponível em: <www.un.org/documents/sc/res/1992/ scres92.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

46. Richard W. Stewart, *The United States Army in Somalia, 1992-1994*, U.S. Army Centro de História Militar do Exército dos Estados Unidos. Disponível em: <www.history.army.mil/brochures/Somalia/Somalia.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

47. Mark Bowden, "How a Relief Mission Ended in a Firefight", *Philadelphia Inquirer*, 14 dez. 1997.

48. Id., ibid.

49. Richard H. Shultz Jr., op. cit.

50. Id., ibid.

51. Id., ibid.

52. Rowan Scarborough, op. cit., p. 14.

53. Jamie McIntyre, "Rumsfeld Versus Shelton", Line of Departure (blog), Military.com, 25 de fevereiro de 2011. Disponível em: <www.lineofdeparture.com/tag/rumsfeld-shel-ton/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

54. Rowan Scarborough, op. cit., p. 15.

55. Douglas J. Feith, *War and Decision; Inside the Pentagon at the Dawn of the War on Terrorism*. Nova York: Harper, 2009, p. 51.

56. Donald H. Rumsfeld, "A New Kind of War", *New York Times*, 27 set. 2001.

57. Entrevista concedida ao autor por Malcolm W. Nance em maio de 2011

58. Jennifer Kibbe, "The Rise of the Shadow Warriors", *Foreign Affairs*, v. 83, n. 2, p. 112, mar.-abr. 2004.

59. Entrevista concedida ao autor por Vincent Cannistraro em agosto de 2010. Todas as informações e declarações atribuídas a Vincent Cannistraro foram tiradas dessa entrevista.

60. Entrevista concedida ao autor pelo coronel da reserva Lawrence Wilkerson em maio de 2011.

61. Transcrição do programa *NewsHour*, PBS, 26 mar. 2004. Colin Powell: "Recomendo ao presidente que nosso foco devia ficar na Al-Qaeda, no Talibã e no Afeganistão. Foram eles que atacaram os Estados Unidos da América em 11 de setembro".

62. Transcrição da Conferência "Secretary Rumsfeld News Briefing in Brussels", 18 dez. 2001. Disponível em: <http://www.defense.gov/transcripts/transcript.aspx?transcriptid=3490>. Acesso em: 25 nov. 2013.

63. Seymour Hersh, "Manhunt: The Bush Administration's New Strategy in the War Against Terrorism", *New Yorker*, 23 dez. 2002.

64. Memorando ao presidente George W. Bush, sem assunto, 23 set. 2001. Disponível em: <http://rumsfeld.com/library/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

4. O CHEFE: ALI ABDULLAH SALEH

1. Robert F. Worth, "For Yemen's Leader, a Balancing Act Gets Harder", *New York Times*, 21 jun. 2008.

2. Gregory D. Johnsen, "The Boss Falls. Then What?", *New York Times*, 24 mar. 2011.

3. Entrevista concedida ao autor pelo coronel da reserva W. Patrick Lang em fevereiro de 2011. Toda informação e declarações atribuídas ao coronel Lang foram tiradas dessa entrevista, assim como os detalhes sobre sua formação.

4. Gregory D. Johnsen, *The Last Refuge: Yemen, Al-Qaeda, and America's War in Arabia*. Nova York: W. W. Norton, 2013, p. 7.

5. "An Interview with President Ali Abdullah Saleh", *New York Times*, 28 jun. 2008.

6. Robert F. Worth, op. cit.

7. "An Interview with President Ali Abdullah Saleh", op. cit.

8. Lawrence Wright, *O vulto das torres: A Al-Qaeda e o caminho até 11/09*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 202.

9. Robert F. Worth, "Yemen's Deals with Jihadists Unsettle the U.S.", *New York Times*, 28 jan. 2008.

10. Entrevista concedida ao autor por um ex-funcionário do contraterrorismo americano, jan. 2011.

11. Entrevista concedida ao autor por Ali Soufan em janeiro de 2011.

12. William Branigin, "Two Sentenced to Die for *USS Cole* Attack", *Washington Post*, 30 set. 2004.

13. Diana Elias, "Video Offers Strong Bin Laden-*USS Cole* Link", ABCNews.go.com, 19 jun. 2001. Disponível em: <http://abcnews.go.com/International/story?id=80896>. Acesso em: 25 nov. 2013.

14. Lawrence Wright, op. cit., p. 365.

15. Id., ibid., p. 354.

16. Id., ibid.

17. Ali H. Soufan, "Closing the Case on the Cole", *New York Times*, 11 out. 2010.

18. Soufan observa nesse texto que a equipe do FBI "deixou o Iêmen com a maior parte dos terroristas trancafiados", mas diz que em pouco tempo eles foram libertados pelo governo.

19. Ali H. Soufan, op. cit.

20. Lawrence Wright, op. cit., p. 363.

21. Walter Pincus, "Yemen Hears Benefits of Joining U.S. Fight; Officials Discuss up to $400 Million in Aid", *Washington Post*, 28 nov. 2001.

22. Transcrição do discurso do presidente George W. Bush transmitido por rádio, 15 set. 2001. Disponível em: <www.nytimes.com/2001/09/16/us/after-the-attacks-the-president-s-message-a-different-battle-awaits.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

23. Eric Schmitt e Thom Shanker, *Counterstrike: The Untold Story of America's Secret Campaign Against Al-Qaeda*. Nova York: Times, 2011, p. 30.

24. Jonathan Mahler, "The Bush Administration vs. Salim Hamdan", *New York Times Magazine*, 8 jan. 2006.

25. "Issues of Interest; Yemeni-American Relations", site da embaixada do Iêmen em Washington, DC. Disponível em: <www.yemenembassy.org/issues/ymusrelshp/index.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

26. Ibid.

27. Entrevista concedida ao autor por um oficial iemenita em janeiro de 2013.

28. "Yemen Hears Benefits of Joining u. s. Fight", op. cit.

29. Philip Smucker e Howard LaFranchi, "Anti-US strike Shakes Yemen; Three US aid Workers Slain in a Hospital", *Christian Science Monitor*, 31 dez. 2002.

30. Dana Priest, "U. S. Military Teams, Intelligence Deeply Involved in Aiding Yemen on Strikes", *Washington Post*, 27 jan. 2010.

31. Entrevista concedida ao autor pelo dr. Emile Nakhleh em janeiro de 2010.

32. "Issues of Interest; Yemeni-American Relations", op. cit.

33. Gregory D. Johnsen, "The Expansion Strategy of Al-Qaeda in the Arabian Peninsula", *ctc Sentinel*, pp. 8-11, set. 2009.

34. Robert Schlesinger, "In Djibouti, US Special Forces Develop Base amid Secrecy", *Boston Globe*, 12 dez. 2002.

35. Dana Priest, op. cit.

1. Entrevista concedida ao autor pelo xeque Saleh bin Fareed, jan. 2012. Todas as declarações e informações atribuídas a Saleh bin Fareed foram tiradas dessa entrevista, salvo indicação do contrário.

2. Gravação em áudio da palestra de Anwar al-Awlaki intitulada: "Lessons from the Companions Living as a Minority", Conferência do JIMAS, Universidade de Leicester, ago. 2002.

3. Anwar al-Awlaki, "The Islamic Education of Shaikh Anwar al Awlaki", blog do imã Anwar, anwar-alawlaki.com, 12 ago. 2008.

4. Entrevistas concedidas ao autor por membros da família Awlaki, jan. e ago. 2012.

5. Chitra Ragavan, "The Imam's Very Curious Story: A Skirt-Chasing Mullah Is Just One More Mystery for the 9/11 Panel", *US News and World Report*, 13 jun. 2004. Disponível em: <www.usnews.com/usnews/news/articles/040621/21plot.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

6. Comissão Nacional sobre Ataques Terroristas contra os Estados Unidos (Philip Zelikow, diretor executivo; Bonnie D. Jenkins, assessora jurídica; Ernest R. May, assessor sênior). In: *The 9/11 Commission Report*. Nova York: W. W. Norton, 2004, p. 517.

7. "Justice Department Response to Fox News Regarding Colorado 2002 Awlaki Matter", FoxNews.com, 21 maio 2010. Para o mandado de prisão ver: <www.scribd.com/doc/29510870/Al-Awlaki-Arrest-Warrant>. Acesso em: 25 nov. 2013.

8. A carta do Departamento de Justiça publicada pelo FoxNews.com diz que ele "corrigiu" o erro.

9. Joseph Rhee e Mark Schone, "How Anwar Awlaki Got Away", ABCNews.go.com, 30 nov. 2009. Disponível em: <http://abcnews.go.com/Blotter/FtHoodInvestigation/anwar-awlaki/story?id=9200720>. Acesso em> 25 nov. 2013.

10. Id., ibid.

11. O jornalista Paul Sperry obteve a informação sobre o sistema TECS II no que se refere a Awlaki. Disponível em: <www.sperryfiles.com/images/1-3.jpg>. Acesso em: 25 nov. 2013.

12. Entrevista concedida ao autor por Nasser al-Awlaki em setembro de 2012. Todas as citações de Nasser al-Awlaki foram tiradas de entrevistas concedidas ao autor entre janeiro e setembro de 2012, salvo indicação do contrário.

13. *The 9/11 Commission Report*, op. cit., p. 517.

14. Catherine Herridge, *The Next Wave: Inside the Hunt for Al-Qaeda's American Recruits*. Nova York: Crown Forum, 2011, p. 95.

15. Joseph Rhee, "US Attorney Defends Decision to Scrap Awlaki Arrest Warrant", ABCNews.go.com, 7 dez. 2009. Disponível em: <http://abcnews.go.com/Blotter/us-attorney-defends-decision-scrap-anwar-al-awlaki/story?id=9243302>. Acesso em: 25 nov. 2013.

16. Entrada "Incident Log" do TECS II, referente à chegada de Anwar ao aeroporto John F. Kennedy, 10 out. 2002. Disponível em: <www.sperryfiles.com/images/1-4.jpg>. Acesso em: 25 nov. 2013.

17. Entrada na base de dados seguinte a "Secondary inspection" de Awlaki sobre sua chegada ao aeroporto JFK, 10 out. 2001. Disponível em: <www.sperryfiles.com/images/1-1.jpg>. Acesso em: 25 nov. 2013.

18. Catherine Herridge, "Mueller Grilled on FBI's Release of al-Awlaki in 2002", FoxNews.com, 8 mar. 2012. Disponível em: <http://www.foxnews.com/politics/2012/03/07/mueller-grilled-on-fbis-release-al-awlaki-in-2002/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

19. Entrada "Incident Log" do TECS II, op. cit.

20. Joseph Rhee e Mark Schone, "How Anwar Awlaki Got Away", ABCNews.go.com, 30 nov. 2009. Disponível em: <http://abcnews.go.com/Blotter/FtHoodInvestigation/anwar-awlaki/story?id=9200720>. Acesso em: 25 nov. 2013.

21. Entrada na base de dados seguinte a "Secondary inspection", 10 out. 2001, op. cit.

22. Entrada "Incident Log" do TECS II, op. cit.

23. Ibid.

24. Catherine Herridge, op. cit., p. 91.

25. Id., ibid.

26. Id., ibid., p. 93.

27. Entrada "Incident Log" do TECS II, op. cit.

28. Catherine Herridge, op., cit., p. 96.

29. Entrada "Incident Log" do TECS II, op. cit., p. 2, obtida por Paul Sperry. Disponível em: <www.sperryfiles.com/images/1-5.jpg>. Acesso em: 25 nov. 2013.

30. Anwar al-Awlaki, "Spilling out the Beans; Al Awlaki Revealing His Side of the Story", *Inspire* 9 (inverno de 2012), maio 2012.

31. Susan Schmidt, "Imam from Va. Mosque Now Thought to Have Aided al-Qaeda", *Washington Post*, 27 fev. 2008.

32. Jerry Markon, "Muslim Lecturer Sentenced to Life", *Washington Post*, 14 jul. 2005.

33. Milton Viorst, "The Education of Ali al-Timimi", *Atlantic Monthly*, jun. 2006.

34. Mary Beth Sheridan, "Hardball Tactics in an Era of Threats", *Washington Post*, 3 set. 2006.

35. Catherine Herridge, op. cit., p. 84.

36. Id., ibid., p. 217.

37. Id., ibid., p. 216.

38. Entrevista concedida ao autor por Edward MacMahon em julho de 2012.

39. Scott Shane e Souad Mekhennet, "Imam's Path from Condemning Terror to Preaching Jihad", *New York Times*, 8 maio 2010.

40. Eric Lichtblau, "Scholar Is Given Life Sentence in 'Virginia Jihad' Case", *New York Times*, 14 jul. 2005.

41. Catherine Herridge, op. cit., p. 85.

42. Cópia de arquivo do autor.

43. Entrevista concedida ao autor por Edward MacMahon em julho de 2012.

44. Catherine Herridge, op. cit., p. 85.

45. Mary Beth Sheridan, op. cit.

46. Comunicado à imprensa do representante Frank Wolf, "Wolf Asks FBI Why Aulaqi Was Released from Custody in 2002", 24 maio 2010. Disponível em: <http://wolf.house. gov/press-releases/wolf-asks-fbi-why-aulaqi-was-released-from-custody-in-2002/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

47. Catherine Herridge, op. cit., p. 206.

48. Jerry Markon, "Views of Va. Muslim Leader Differ as Terror Trial Opens", *Washington Post*, 5 abr. 2005.

49. Frank Wolf, op. cit.

50. Entrevista concedida ao autor por ex-agente do contraterrorismo do FBI em julho de 2012.

51. Chitra Ragavan, op. cit.

6. "ESTAMOS NUM NOVO TIPO DE GUERRA"

1. Philip Smucker e Howard LaFranchi, "Anti-US Strike Shakes Yemen; Three US Aid Workers Slain in a Hospital", *Christian Science Monitor*, 31 dez. 2002.

2. Id., ibid.

3. Seymour M. Hersh, "Manhunt: The Bush Administration's New Strategy in the War Against Terrorism", *New Yorker*, 23 dez. 2002.

4. Michael DeLong, com Noah Lukeman, *Inside CentCom: The Unvarnished Truth About the Wars in Afghanistan and Iraq*. Washington, DC: Regnery, 2004, p. 70.

5. Seymor M. Hersh, op. cit.

6. Dina Temple-Raston, *The Jihad Next Door: The Lackawanna Six and Rough Justice in the Age of Terror*. Nova York: PublicAffairs, 2007, p. 196.

7. Michael DeLong, op. cit., p. 70.

8. Dina Temple-Raston, op. cit., p. 195.

9. Id., ibid., p. 196.

10. Michael DeLong, op. cit., pp. 70-1.

11. Id., ibid., p. 71.

12. Dina Temple-Raston, op. cit., p. 196.

13. Dana Priest, "U.S. Citizen Among Those Killed In Yemen Predator Missile Strike", *Washington Post*, 8 nov. 2002.

14. James Risen e Marc Santora, "Threats and Responses: The Terror Network; Slain in Yemen Tied by U.S. to Buffalo Cell", *New York Times*, 10 nov. 2002.

15. Matthew Purdy e Lowell Bergman, "Where the Trail Led: Between Evidence and Suspicion; Unclear Danger: Inside the Lackawanna Terror Case", *New York Times*, 12 out. 2003. Os seis outros homens foram condenados por acusações ligadas a terrorismo, cumpriram pena em prisão federal e foram libertados. Ver Mary Friona e Claudine Ewing (WGRZ-TV), "Lackawanna Six: Ten Years Later", wgrz.com, 14 set. 2012. Disponível em: <http://www.wgrz.com/news/article/181654/13/Lackawanna-Six-Ten-Years-Later>. Acesso em: 25 nov. 2013.

16. Greg Miller e Josh Meyer, "U.S. Drops Bomb in Yemen, Kills Six Al-Qaeda Operatives", *Los Angeles Times*, 5 nov. 2002.

17. Transcrição de "DoD News Briefing — Secretary Rumsfeld and Gen. Myers", 4 nov. 2002.

18. Mark Hosenball e Evan Thomas, "The Opening Shot; in a Show of Superpower Might, the CIA Kills a Qaeda Operative in Yemen and His American Ally", *Newsweek*, 18 nov. 2002.

19. Transcrição, *CNN International*, 5 nov. 2002.

20. Mark Hosenball e Evan Thomas, op. cit.

21. Michael DeLong, op. cit., p. 71.

22. Philip Smucker, "The Intrigue Behind the Drone Strike; Yemen Official Says US Lacks Discretion as Antiterror Partner", *Christian Science Monitor*, 12 nov. 2002.

23. Michael DeLong, op. cit., pp. 70-1.

24. Mark Hosenball e Evan Thomas, op. cit.

25. Anistia Internacional, "Yemen/usa: Government Must Not Sanction Extra-judicial Executions", 8 nov. 2002.

26. Transcrição, *Fox News Sunday*, 10 nov. 2002.

27. Dana Priest, "CIA Killed U.S. Citizen in Yemen Missile Strike; Action's Legality, Effectiveness Questioned", *Washington Post*, 8 nov. 2002.

28. Chris Woods, "'OK, fine. Shoot him.' Four Words That Heralded a Decade of Secret US Drone Killings", Gabinete de Jornalismo Investigativo, 3 nov. 2012.

29. Greg Miller e Josh Meyer, op. cit.

30. Transcrição de observações do discurso preparado do presidente Bush transmitido por rádio, 16 nov. 2002.

31. Robert Schlesinger, "In Djibouti, US Special Forces Develop Base amid Secrecy", *Boston Globe*, 12 dez. 2002. "A base foi transformada desde a chegada dos primeiros soldados americanos, que assumiram antigas instalações francesas que estavam em avançado estado de deterioração. Muitos dos antigos edifícios foram demolidos e substituídos por um número cada vez maior de barracas e construções sólidas. Barreiras *hesko* — estruturas de lona e arame preenchidas com escória — protegem as estradas, algumas delas pavimentadas, outras de cascalho e irregulares. A base tem duas academias, e a velha piscina francesa está a ponto de ser reformada. Em lugar das refeições de comida pronta que antes se serviam às Forças Armadas, agora todos os dias se servem quatro refeições quentes."

32. Id., ibid.

33. Id., ibid.

34. Agência France-Presse, "US Anti-Terror Chief Meets President of Troubled Yemen", 22 dez. 2002.

35. Transcrição de "Joint Task Force Horn of Africa Briefing", 10 jan. 2003.

36. Mark Fineman, "New Phase of War on Terror Moves to E. Africa; American Military Presence Is Beefed Up as Navy Vessel Becomes a Mobile Forward Base", *Los Angeles Times*, 21 dez. 2002.

37. Id., ibid.

38. Id., ibid.

39. "US Anti-Terror Chief Meets President of Troubled Yemen", op. cit.

40. Id., ibid.

41. Patrick E. Tyler, "Yemen, an Uneasy Ally, Proves Adept at Playing Off Old Rivals", *New York Times*, 19 dez. 2002.

42. Transcrição de "Secretary Rumsfeld Town Hall Meeting at Camp Lemonier [sic], Djibouti", 11 dez. 2002.

7. PLANOS ESPECIAIS

1. Barton Gellman e Thomas E. Ricks, "US Concludes bin Laden Escaped at Tora Bora Flight; Failure to Send Troops in Pursuit Termed Major Error", *Washington Post*, 17 abr. 2002.

2. Richard Sale, "Embarrassed Rumsfeld Fired CIA Official", *United Press International*, 28 jul. 2004.

3. Bob Woodward e Dan Eggen, "Aug. Memo Focused on Attacks in U.S. Lack of Fresh Information Frustrated Bush", *Washington Post*, 19 maio 2002.

4. Richard Sale, op. cit.

5. Joby Warrick e Walter Pincus, "Station Chief Made Appeal to Destroy CIA Tapes; Lawyer Says Top Official Had Implicit Approval", *Washington Post*, 16 jan. 2008.

6. Jose A. Rodriguez Jr., com Bill Harlow, "Prefácio". In: *Hard Measures: How Aggressive CIA Actions After 9/11 Saved American Lives*. Nova York: Threshold, 2012, p. xiii. "Tenho certeza, fora de qualquer

dúvida, de que essas técnicas, aprovadas pelos mais altos escalões do governo americano… protegeram o povo dos Estados Unidos contra danos e levaram à captura e à morte de Osama bin Laden."

7. Dana Priest e Walter Pincus, "Some Iraq Analysts Felt Pressure from Cheney Visits", *Washington Post*, 5 jun. 2003.

8. Bryan Burrough, Evgenia Peretz, David Rose e David Wise, "The Path to War", *Vanity Fair*, nov. 2004, p. 228.

9. Relatório da CIA de janeiro de 2003 intitulado "Iraq Support for Terrorism", extraído de "Report of an Inquiry into the Alternative Analysis of the Issue of an Iraq-Al-Qaeda Relationship", do senador Carl Levin, 21 out. 2004.

10. Robert Dreyfuss, "The Pentagon Muzzles the CIA", *American Prospect*, 21 nov. 2002.

11. Transcrição, "Department of Defense Press Briefing, Defense Secretary Donald Rumsfeld, Gen. Richard B. Myers, Chairman, JCS", 24 out. 2002.

12. Eric Schmitt e Thom Shanker, "Pentagon Sets Up Intelligence Unit", *New York Times*, 24 out. 2002.

13. Seymour M. Hersh, "Selective Intelligence: Donald Rumsfeld Has His Own Special Sources — Are They Really Reliable?", *New Yorker*, 12 maio 2003.

14. Entrevista concedida ao autor pelo coronel da reserva Lawrence B. Wilkerson em maio de 2011.

15. Julian Borger, "The Spies Who Pushed for War", *Guardian*, 17 jul. 2003.

16. Id., ibid.

17. Franklin Foer e Spencer Ackerman, "The Radical; What Dick Cheney Really Believes", *New Republic*, 20 nov. 2003.

18. Michael Isikoff e David Corn, *Hubris: The Inside Story of Spin, Scandal, and the Selling of the Iraq War*. Nova York: Three Rivers, 2007, p. 6.

19. Id., ibid., pp. 3-4.

20. Jose A. Rodriguez Jr., op. cit., p. 125.

21. Ray McGovern, "Cheney Chicanery", CommonDreams.org, 29 jul. 2003.

22. Senador Carl Levin, "Report of an Inquiry into the Alternative Analysis of the Issue of an Iraq — Al-Qaeda Relationship", 21 out. 2004, p. 10.

23. Id., ibid., pp. 16-24.

24. Id., ibid., p. 23.

25. Id., ibid., p. 24.

26. Id., ibid., p. 14.

27. Id., ibid., p. 15.

28. Id., ibid.

29. Id., ibid., p. 16.

30. Stephen F. Hayes, "Case Closed: The U.S. Government's Secret Memo Detailing Cooperation Between Saddam Hussein and Osama bin Laden", *Weekly Standard*, v. 9, n. 11, 24 nov. 2003.

8. SOBREVIVÊNCIA, EVASÃO, RESISTÊNCIA, FUGA

1. Ali Soufan, "My Tortured Decision", *New York Times*, 22 abr. 2009. Disponível em: <www.nytimes. com/2009/04/23/opinion/23soufan.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

2. James Risen e David Johnston, "Bush Has Widened Authority of CIA to Kill Terrorists", *New York Times*, 15 dez. 2002.

3. Memorando de Donald Rumsfeld para Stephen Cambone, "Subject: Intel", 5 maio 2002. Disponível em: <http://rumsfeld.com/library>. Acesso em: 25 nov. 2013.

4. Memorando de Donald Rumsfeld para Stephen Cambone, com cópia para o general Myers, "Subject: Finding Terrorists", 31 maio 2002. Disponível em: <http://rumsfeld.com/library>. Acesso em: 25 nov. 2013.

5. "About the Joint Personnel Recovery Agency", Comando das Forças Conjuntas dos Estados Unidos. Disponível em: <www.jpra.mil/site_public/about/ about.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

6. Transcrição do documentário *Torturing Democracy*, entrevista com Malcolm Nance, produzido por Sherry Jones, coproduzido por Carey Murphy e Washington Media Associates, em associação com o Arquivo de Segurança Nacional (entrevista de 15 nov. 2008).

7. Documentos fornecidos em sigilo ao autor, assim como entrevistas com participantes de Sere e antigos instrutores, nov. 2009 e jan. 2012; ver também Jane Mayer, "The Experiment: The Military Trains People to Withstand Interrogation — Are Those Methods Being Misused at Guantanamo?", *New Yorker*, 11 jul. 2005.

8. Entrevista concedida ao autor por Malcolm Nance em maio de 2011. Todas as informações e declarações atribuídas a Malcolm Nance foram tiradas dessa entrevista.

9. Ibid.

10. Marc Ambinder e D. B. Grady, *The Command: Deep Inside the President's Secret Army*, ed. para Kindle. Hoboken, NJ: John Wiley and Sons, 2012. "Em outubro de 2002, uma avaliação interna do JSOC dos interrogatórios no aeroporto de Bagram, Afeganistão, e [Gitmo] concluíram que as técnicas de resistência dos combatentes inimigos 'superavam' as técnicas de interrogatório das forças americanas. Os de cima [qg] não estavam satisfeitos com os resultados e o JSOC assumiu a tarefa."

11. Coronel Steven Kleinman, depoimento preparado para a Audiência sobre Serviços Armados no Senado, "O tratamento de presos sob custódia americana", 25 set. 2008. As citações seguintes de Kleinman foram tiradas desse depoimento.

12. Comissão de Serviços Armados do Senado, Inquérito sobre o Tratamento de Presos sob Custódia Americana, Senate Printing, 110-54, sumário executivo, xiv, 20 nov. 2008.

13. Discurso de Donald Rumsfeld e Paul Wolfowitz, "Prepared Statement: Senate Armed Services Committee 'Military Commissions'", 12 dez. 2001. Disponível em: <http://www.defense.gov/speeches/speech.aspx?speechid=506>. Acesso em: 25 nov. 2013.

14. Comissão de Serviços Armados do Senado, op. cit., p. 6.

15. Memorando do JPRA para o Gabinete do Conselheiro Jurídico do Pentágono, "Operational Issues Pertaining to the Use of Physical/Psychological Coercion in Interrogation: An Overview", jul. 2002. Disponível em: <www.washingtonpost.com/wp-srv/ nation/pdf/JPRA-Memo_042409.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

16. Comissão de Serviços Armados do Senado, op. cit., sumário executivo, xiv.

17. Ibid.

18. Joby Warrick e Peter Finn, "Harsh Tactics Readied Before Their Approval", *Washington Post*, 22 abr. 2009.

19. Comissão de Serviços Armados do Senado, op. cit., sumário executivo, xiv.

20. Mark Mazzetti, "Ex-Pentagon Lawyers Face Inquiry on Interrogation Role", *New York Times*, 17 jun. 2008.

21. Comissão de Serviços Armados do Senado, op. cit., p. 31.

22. Peter Finn e Joby Warrick, "2002 Document Referred to Extreme Duress as 'Torture', Warned of Techniques' Unreliability", *Washington Post*, 25 abr. 2009.

23. Gabinete da Assessoria Jurídica do Departamento de Justiça, Gabinete do procurador geral assistente, "Memo for Alberto R. Gonzales, Counsel to the President; Re: Standards for Conduct for Interrogation under 18 USC, sections 2340-2340 A", 1 ago. 2002.

24. Gabinete da Assessoria Jurídica do Departamento de Justiça, Gabinete do procurador geral assistente, "Memorandum for John Rizzo, Acting General Counsel of the Central Intelligence Agency", 1 ago. 2002.

25. Transcrição de "Hard Measures", entrevista de Lesley Stahl, *60 Minutes*, CBS, 29 abr. 2012.

26. Joby Warrick e Dan Egan, "Hill Briefed on Waterboarding in 2002", *Washington Post*, 9 dez. 2007.

27. Paul Kane, "Pelosi Denies Knowing Interrogation Techniques Were Used", Capitol Briefing (blog), *Washington Post*, 23 abr. 2009. Disponível em: <http://voices.washingtonpost.com/capitol-briefing/2009/04/pelosi_denies_knowing_interrog.html>. Acesso em: 25 nov. 2013. Submetida a pressão pública insistente, Pelosi posteriormente admitiu que mais tarde, depois que ela deixara a Comissão de Inteligência, um assessor informou-a sobre o uso de tais técnicas; ver Deirdre Walsh, "Source: Aide told Pelosi Waterboarding Had Been Used", CNN.com, 12 maio 2009. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2009/politics/05/12/pelosi.waterboarding/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

28. Joby Warrick e Dan Egan, op. cit.

29. Comissão Internacional da Cruz Vermelha, "ICRC Report on the Treatment of Fourteen 'High Value Detainees' in CIA Custody", fev. 2007. As descrições de tratamento desumano que se seguem foram tiradas do relatório da Cruz Vermelha.

30. Ibid., p. 6.

31. Ibid., p. 31.

32. Marc Ambinder e D. B. Grady, op. cit., capítulo 3.

33. Greg Miller, "Cheney OK'd Harsh CIA Tactics", *Los Angeles Times*, 16 dez. 2008.

34. Marc Ambinder e D. B. Grady, op. cit.

35. Título 50 do Código dos Estados Unidos, "Presidential Approval and Reporting of Covert Actions", parágrafo 413b.

36. Richard A. Best Jr., "Covert Action: Legislative Background and Possible Policy Questions", Serviço de Pesquisa do Congresso, 27 dez. 2011.

37. Publicação conjunta 1-02, Dicionário de Termos Militares e Correlatos, 8 nov. 2010 (emendado em 15 nov. 2012).

38. Declaração Explanatória Conjunta da Comissão da Conferência, Câmara dos Representantes 1455, 25 jul. 1991. Pretendem os conferencistas que a rubrica "atividades militares tradicionais compreenda as atividades de pessoal das Forças Armadas sob a direção e o controle de um comandante militar dos Estados Unidos (seja ou não o patrocínio de tais atividades, por parte dos Estados Unidos, ostensivo ou venha a ser reconhecido *a posteriori*) que precedam ou estejam relacionadas a hostilidades que previsivelmente (no sentido de que as autoridades do Comando Nacional tenham aprovado tais atividades e/ou o planejamento operacional para hostilidades) envolverão forças militares dos Estados Unidos, ou em que tais hostilidades, envolvendo forças militares dos Estados Unidos, estejam em curso,

e em que o fato da participação dos Estados Unidos na operação geral seja óbvio ou venha a ser reconhecido de público. Nesse sentido, os conferencistas tencionam traçar uma linha divisória entre as atividades que estão e as que não estão sob a direção e o controle do comandante militar. As que não estejam sob a direção e o controle de um comandante militar não deverão ser consideradas como "atividades militares tradicionais".

39. Seymour M. Hersh, "Preparing the Battlefield; The Bush Administration Steps Up Its Secret Moves Against Iran", *New Yorker*, 7 jul. 2008.

40. Michael Respass, "Combating Terrorism with Preparation of the Battlespace", Projeto de Pesquisa Estratégica, Academia de Guerra do Exército dos Estados Unidos, 4 jul. 2003.

41. Lei de Autorização de Inteligência para o Ano Fiscal de 2010, Relatório da Câmara dos Representantes n. 111-186 (2009) (acompanha Câmara dos Representantes 2701).

42. Título 50 do Código dos Estados Unidos, op. cit.

43. Seymour M. Hersh, "Manhunt: The Bush Administration's New Strategy in the War Against Terrorism", *New Yorker*, 23 dez. 2002.

44. Rowan Scarborough, "Billions Needed to Fight Al-Qaeda; General Requests More Troops, Too", *Washington Times*, 24 set. 2002.

45. Eric Schmitt e Thom Shanker, "Ranks and Growing Pains in Taking Key Antiterror Role", *New York Times*, 2 ago. 2004.

46. Seymour M. Hersh, "Manhunt: The Bush Administration's…", op. cit.

47. Eric Schmitt e Thom Shanker, *Counterstrike: The Untold Story of America's Secret Campaign Against Al-Qaeda*. Nova York: Times, 2011.

48. Seymour M. Hersh, "Manhunt: The Bush Administration's…", op. cit.

49. "Fact Sheet on New Counter-Terrorism and Cyberspace Positions; National Director and Deputy National Security Advisor for Combating Terrorism General Wayne Downing (U.S. Army Ret.)", Gabinete da Secretaria de Imprensa, 9 out. 2001. Disponível em: <http://georgewbushwhitehouse.archives.gov/news/releases/2001/10/20011009. html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

50. Memorando do general Wayne Downing para o secretário de Defesa e o presidente do Estado Maior Conjunto "Special Operations Forces Assessment", 9 nov. 2005. Disponível em: <http://rumsfeld.com/library>. Acesso em: 25 nov. 2013.

51. Entrevista concedida ao autor pelo coronel da reserva Lawrence Wilkerson em maio de 2011.

52. Ibid.

53. Marc Ambinder e D. B. Grady, op. cit., capítulo 8.

54. Barton Gellman, "Secret Unit Expands Rumsfeld's Domain; New Espionage Branch Delving into CIA Territory", *Washington Post*, 23 jan. 2005.

55. Linda Robinson, "Moves That Matter; in the Intelligence Wars, a Preemptive Strike by the Pentagon Surprises Many in Congress", *US News and World Report*, 12 ago. 2002.

56. Barton Gellman, "Secret Unit Expands Rumsfeld's Domain; New Espionage Branch Delving into CIA Territory", *Washington Post*, 23 jan. 2005.

57. Josh White e Barton Gellman, "Defense Espionage Unit to Work with CIA", *Washington Post*, 25 jan. 2005; Barton Gellman, op. cit.

58. Barton Gellman, op. cit.

59. Seymour M. Hersh, "The Coming Wars", *New Yorker*, 24 jan. 2005.

60. Barton Gellman, op. cit. Os detalhes subsequentes sobre "documentos internos do Pentágono" e o Braço de Apoio Estratégico foram tirados do *Washington Post*.

61. Entrevista concedida ao autor por Philip Giraldi em março de 2012.

62. Kathryn Stone, "'All Necessary Means' — Employing CIA Operatives in a Warfighting Role Alongside Special Operations Forces" (Projeto de Pesquisa Estratégica da Academia de Guerra do Exército, 2003).

63. Barbara Starr, "Pentagon Runs Clandestine Intelligence-Gathering Infrastructure", CNN.com, 24 jan. 2005. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2005/ALLPOLITICS/01/23/pentagon.intel/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

64. Kerry Gildea, "Rumsfeld Adviser Brings Precise Analytical Approach to DoD Post", *Defense Daily*, 31 jan. 2001.

65. Biografia oficial do Departamento da Defesa, "Dr. Stephen A. Cambone; Under Secretary of Defense for Intelligence", 13 jan. 2006.

66. Ibid.

67. Memorando de Donald Rumsfeld para destinatário(s) não mencionado(s), "Memorandum 9/23/01". Disponível em: <http://rumsfeld.com/library>. Acesso em: 25 nov. 2013.

68. Memorando de Donald Rumsfeld para Stephen Cambone, "Subject: Capabilities", 23 set. 2001. Disponível em: <http://rumsfeld.com/library>. Acesso em: 25 nov. 2013.

69. Memorando de Donald Rumsfeld para Stephen Cambone, "Subject: Opportunity", 26 set. 2001. Disponível em: <http://rumsfeld.com/library>. Acesso em: 25 nov. 2013.

70. Entrevista concedida ao autor pelo coronel da reserva W. Patrick Lang em setembro de 2010. Todas as declarações e informações atribuídas a Patrick Lang foram tiradas de entrevistas ao autor.

71. Memorando de Donald Rumsfeld para Paul Wolfowitz e Stephen Cambone, "Subject: Increase Special Forces", 15 jan. 2002. Disponível em: <http://rumsfeld.com/library>. Acesso em: 25 nov. 2013.

72. Memorando de Stephen A. Cambone para Donald Rumsfeld, "Subject: Conventional Forces/Special Forces", 16 set. 2002. Disponível em: <http://rumsfeld.com/library>. Acesso em: 25 nov. 2013.

73. Rowan Scarborough, *Rumsfeld's War: The Untold Story of America's Anti-Terrorist Commander*. Washington, DC: Regnery, 2004, p. 21.

74. Marc Ambinder, "Delta Force Gets a Name Change", TheAtlantic.com, 10 out. 2010. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/politics/archive/2010/10/delta-force-gets-a-name-change/64310/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

75. Transcrição, "DoD News Briefing — Secretary Rumsfeld and Gen. Myers", 7 jan. 2003.

76. Thomas E. Ricks, "Rumsfeld Stands Tall After Iraq Victory", *Washington Post*, 20 abr. 2003.

77. Resolução do DoD 5143.01, 23 nov. 2005, "Subject: Under Secretary of Defense for Intelligence (US- D(I))". Disponível em: <www.fas.org/irp/doddir/dod/d5143_01. pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

78. Spencer Ackerman, "Rumsfeld's Intelligence Takeover", *New Republic*, 10 jun. 2004.

79. Entrevista concedida ao autor por um ex-assessor do Comando de Operações Especiais em junho de 2012.

80. Biografia do tenente-general da reserva William G. Boykin. Disponível em: <www.kingdomwarriors.net/about.php> Acesso em: 25 nov. 2013. Kingdom Warriors é uma igreja fundada pelo general Boykin e pelo dr. Stuart K. Weber.

81. Memorando para divulgação pública preparado por Bonnie D. Jenkins, assessora jurídica da Comissão Nacional sobre Ataques Terroristas contra os Estados Unidos (Comissão Onze de Setembro), "Interview of Major General William Boykin", 7 nov. 2003. Disponível em: <www.archives.gov/research/9-11/commission-memoranda.html>. Acesso em: 25 nov. 2013. A caracterização e as citações subsequentes de Boykin foram tiradas do relato de Jenkins sobre a entrevista.

82. Jennifer D. Kibbe, "The Rise of the Shadow Warriors", *Foreign Affairs*, v. 83, n. 2, p. 102, mar.-abr. 2004.

83. Entrevista concedida ao autor por Vincent Cannistraro em agosto de 2010.

84. Lei de Autorização de Inteligência para o Ano Fiscal de 2010, Relatório a Câmara dos Representantes n. 111-186 (2009) (acompanha Câmara dos Representantes 2701).

85. Entrevista concedida ao autor pelo coronel Douglas Macgregor em agosto de 2010. Todas as informações e declarações atribuídas a Macgregor foram tiradas dessa entrevista, salvo indicação do contrário.

86. Richard J. Newman, "Renegades Finish Last: A Colonel's Innovative Ideas Don't Sit Well with the Brass", *US News and World Report*, 20 jul. 1997.

87. Kathryn Stone, op. cit.

9. O CRIADOR DE CASO: STANLEY MCCHRYSTAL

1. Dexter Filkins, "Stanley McChrystal's Long War", *New York Times Magazine*, 14 out. 2009.

2. Id., ibid.

3. Evan Thomas, "McChrystal's War", *Newsweek*, 25 set. 2009.

4. Michael Hastings, *The Operators: The Wild and Terrifying Inside Story of America's War in Afghanistan*. Nova York: Blue Rider, 2012, p. 161.

5. "Biography of General Stanley McChrystal", Conselho das Relações Exteriores, 2010. Disponível em: <www.cfr.org/afghanistan/biography-general-stanley-mcchrystal/p19396>. Acesso em: 25 nov. 2013. As informações sobre a educação e as atribuições militares de McChrystal foram tiradas dessa biografia, salvo indicação em contrário.

6. Evan Thomas, op. cit.

7. Michael Hastings, op. cit., pp. 171-2.

8. Evan Thomas, op. cit.

9. Dalton Fury, "The Pope", *SMALL WARS JOURNAL*, 14 maio 2009. Todas as citações de Dalton Fury foram tiradas desse ensaio.

10. Id., ibid.

11. "Overview of the Studies Program, 1998-99", Conselho de Relações Exteriores.

12. Stanley A. McChrystal, "Memorandum to the President". In: *Humanitarian Intervention: Crafting a Workable Doctrine: Three Options Presented as Memoranda to the President*. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2000, pp. 56, 62.

13. "Combined Joint Task Force 82", GlobalSecurity.org. Disponível em: <www.globalsecurity.org/military/agency/dod/cjtf-180.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

14. Anthony Shaffer, *Operation Dark Heart: Spycraft and Special Ops on the Frontlines of Afghanistan — and the Path to Victory*. Nova York: St. Martin's, 2010, p. 29.

15. Dr. Donald P. Wright, James R. Bird, Steven E. Clay, Peter W. Connors, tenente-coronel Scott C. Farquhar, Lynne Chandler Garcia e Dennis F. Van Wey, *A Different Kind of War: The United States Army in Operation Enduring Freedom, October 2001-September 2005*. Fort Leavenworth, KS: Combat Studies Institute Press, 2010, pp. 209-10.

16. Id., ibid., p. 220.

17. Elizabeth Neuffer, "Fighting Terror; Afghanistan on the Front Lines: In US Strategy, Myriad Hazards; Some See Tactics Bolstering Role of Local Warlords", *Boston Globe*, 7 jul. 2002.

18. Comissão de Serviços Armados do Senado, inquérito sobre o tratamento de presos sob custódia dos Estados Unidos, Senate Printing, 110-54, pp. 151-2 (2008).

19. Lianne Hart, "Afghan Detainee's Leg Was 'Pulpified', Witness Says", *Los Angeles Times*, 23 mar. 2005.

20. "Lieutenant General Michael T. Flynn, usa, Director, Defense Intelligence Agency", Agência de Inteligência de Defesa. Disponível em: <www.dia.mil/about/leadership/director.html>. Acesso em: 25 nov. 2013. As informações sobre a carreira militar do general Flynn foram tiradas de sua biografia oficial, salvo indicação do contrário.

21. Michael Hastings, op. cit., p. 27.

22. Ethan T. Vessels, "Pillar of Intelligence Training: The 111th MI Brigade", *Military Intelligence Professional Bulletin*, v. 21, n. 4, out. 1995. Disponível em: <www.fas.org/irp/agency/ army/mipb/1995-4/vessels.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

23. William Arkin, "Secret Soldiers: Will Our Military Be Dominated by Forces Shielded from Scrutiny?", *Los Angeles Times*, 22 jun. 2003.

24. Josh White, "US Generals in Iraq Were Told of Abuse Early, Study Finds", *Washington Post*, 1 dez. 2004.

25. Dana Priest e William Arkin, *Top Secret America: The Rise of the New American Security State*. Nova York: Little Brown, 2011, p. 235.

26. Michael Hastings, op. cit., p. 90.

27. Transcrição, "hbo History Makers Series with Stanley McChrystal", entrevista com Tom Brokaw, Conselho de Relações Exteriores, 6 out. 2011.

28. Allison Stevens, "Lawmakers Split About Benefits of Private Briefings on Status of Iraq War", *Congressional Daily Monitor*, 9 abr. 2003.

29. Id., ibid.

30. Id., ibid.

31. Transcrição de "DoD News Briefing — [Victoria] Clarke [secretária-assistente de Defesa para Relações Exteriores] e general McChrystal", 4 abr. 2003.

32. Transcrição de "Special Targeting Procedures", Centro de Briefing para a Imprensa Estrangeira com o general McChrystal, 3 abr. 2003.

33. Eric Schmitt e Bernard Weinraub, "A Nation at War: Military; Pentagon Asserts the Main Fighting Is Finished in Iraq", *New York Times*, 15 abr. 2003.

34. Dexter Filkins, "Stanley McChrystal's Long War", *New York Times Magazine*, 14 out. 2009.

35. Michael Hastings, "The Runaway General", *Rolling Stone*, 8 jul. 2010.

36. Entrevista concedida ao autor por Andrew Exum em março de 2012. Todas as informações e declarações atribuídas a Andrew Exum foram tiradas dessa entrevista.

37. Marc Ambinder, "The Night Beat: Obama Borrows the Military Back", TheAtlantic.com, 23 jun. 2010. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/politics/archive/2010/06/the-night-beat-obama-borrows-the-military-back/58635/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

38. Entrevista concedida ao autor por um ex-integrante das Operações Especiais, mar. 2011.

39. Dalton Fury, "The Pope", *Small Wars Journal*, 14 maio 2009. As citações subsequentes de Dalton Fury foram tiradas desse ensaio.

40. Carl Prine, "McChrystal Clear", Line of Departure (blog), Military.com, 3 jun. 2012.

41. Entrevista concedida ao autor pelo coronel Douglas Macgregor em agosto de 2010. Todas as declarações e informações atribuídas ao coronel Macgregor foram tiradas dessa entrevista.

42. Entrevista concedida ao autor por um oficial da reserva em julho de 2010.

43. James Dao, "Aftereffects: The Overseer — Man in the News; at the Helm in Shattered Iraq: Lewis Paul Bremer III", *New York Times*, 8 maio 2003.

44. L. Paul Bremer III, "Crush Them; Let Us Wage Total War on Our Foes", *Wall Street Journal*, 13 set. 2001.

45. L. Paul Bremer III com Malcolm McConnell, *My Year in Iraq: The Struggle to Build a Future of Hope*. Nova York: Threshold, 2006, pp. 6-7.

46. Id., ibid., p. 2.

47. Id., ibid., p. 37. Bremer diz que o secretário da Defesa Rumsfeld deu-lhe "ordens estritas" para que implantasse a desbaathificação, com Feith executando os trabalhos prévios.

48. Naomi Klein, "Baghdad Year Zero", *Harper's*, set. 2004.

49. David Rieff, "Blue-print for a Mess", *New York Times Magazine*, 2 nov. 2003.

50. Transcrição de entrevista de L. Paul Bremer III, *Breakfast with Frost*, BBC, 29 jun. 2003, Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/programmes/breakfast with frost/3029904.stm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

51. Transcrição de "Remarks by the President from the *USS Abraham Lincoln*", 1 maio 2003.

52. Ann Scott Tyson, "Anatomy of the Raid on Hussein's Sons", *Christian Science Monitor*, 24 jul. 2003.

53. Transcrição de "DoD News Briefing — Secretary Rumsfeld and Gen. Myers", 30 jun. 2003.

54. Brian Knowlton, "Top US General in Iraq Sees 'Classical Guerrilla-Type' War", *New York Times*, 16 jul. 2003.

55. Alissa J. Rubin, Mark Fineman e Edmund Sanders, "Iraqis on Council to Get Guards", *Los Angeles Times*, 13 ago. 2003.

56. Sameer N. Yacoub (AP), "Huge Explosion Rocks UN Headquarters in Iraq", *usa Today* (USAToday.com), 20 ago. 2003. Disponível em: <http://usatoday30.usatoday.com/news/world/iraq/2003-08-19-iraq-unblast_x.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013; CBS/AP, "Baghdad Bomb Crude but Deadly", CBSNews.com. Disponível em: <http://www.cbsnews.com/news/baghdad-bomb-crude-but-deadly/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

57. Associated Press, "CIA Feels Al-Qaeda Tape on Iraq Is Probably Authentic", NBCNews.com, 7 abr. 2004. Disponível em: <http://www.nbcnews.com/id/4676215/>. Acesso em: 25 nov. 2013. Tanto os Estados Unidos quanto as Nações Unidas citaram o ataque de agosto de 2003 em suas sanções contra Zarqawi e seu grupo. Numa fita de áudio de 2004, um homem que se identificou como Zarqawi reivindicou o ataque às Nações Unidas. Uma agência oficial não identificada disse aos jornalistas que a fita era "provavelmente autêntica".

58. Transcrição de observações feitas pelo secretário de Defesa Donald H. Rumsfeld, convenção de veteranos de guerras externas, San Antonio, TX, 25 ago. 2003.

59. Edith M. Lederer, "Annan Orders U.N. Cutbacks in Iraq Staff", Associated Press, 25 set. 2003.

60. Mary Anne Weaver, "The Short, Violent Life of Abu Musab al-Zarqawi", *Atlantic*, jul.-ago. 2006.

61. "Jordan Says Major Al-Qaeda Plot Disrupted", CNN.com, 26 abr. 2004. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2004/WORLD/meast/04/26/jordan.terror/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

62. Brian Ross, "CIA Questions Saddam's Ties to Al-Qaeda", ABCNews.go.com, 5 out. 2004. Disponível em: <http://abcnews.go.com/WNT/IraqCoverage/story?id=144396&page=1>. Acesso em: 25 nov. 2013.

63. Transcrição de "Remarks by the President on Iraq", Cincinnati Museum Center, Cincinnati, OH, 7 out. 2002.

64. Transcrição do discurso de Colin Powell no Conselho de Segurança das Nações Unidas em 5 de fevereiro de 2003. Disponível em: <www.nytimes.com/2003/02/06/world/ threats-responses-powell-s-address-presenting-deeply-troubling-evidence-iraq.html?pag-ewanted= all&src=pm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

65. Comissão Especial do Senado sobre Inteligência, Descobertas no Pós-Guerra sobre o Programa de WMDs do Iraque e Ligações com o Terrorismo e como Eles se Comparam com as Avaliações no Pré-Guerra, Relatório do Senado, 109-331, p. 63 (2006).

66. "U.S. Raises Zarqawi Reward to $25m", CNN.com, 1 jul. 2004. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2004/WORLD/meast/07/01/iraq.zarqawi.reward/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

67. Mary Anne Weaver, op. cit.

68. Entrevista concedida ao autor por Gareth Porter em setembro de 2010.

69. Dana Priest e William Arkin, op. cit., pp. 236-7.

70. Questões preliminares dirigidas ao tenente-general Bryan D. Brown, indicado pelos Estados Unidos para comandante. Disponível em: <www.globalsecurity.org/military/library/congress/2003_hr/brown.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

71. Donald Rumsfeld, memorando para o general Richard Myers, Paul Wolfowitz, general Peter Pace e Douglas Feith, "Subject: The Global War on Terrorism", 16 out. 2003, publicado na íntegra no usatoday.com, 20 maio 2005. Disponível em: <http://usatoday30.usatoday.com/news/washington/executive/rumsfeld-memo.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

72. Lisa Burgess, "Buyers Beware: The Real Iraq 'Most Wanted' Cards Are Still Awaiting Distribution", *Stars and Stripes*, 17 abr. 2003.

73. John Barry e Michael Hirsh, "The Hunt Heats Up", *Newsweek*, 14 mar. 2004.

74. Barton Gellman, "Person of the Year 2011; Runners-Up; William McRaven: The Admiral", *Time*, 14 dez. 2011.

75. Id., ibid.

76. Id., ibid.

77. Id., ibid.

78. John Barry e Michael Hirsh, op. cit.

79. Barton Gellman, op. cit.

80. Orr Kelly, *Brave Men — Dark Waters: The Untold Story of the Navy seals*. Novato, CA: Pocket, 1992, p. 235; "Admiral William H. McRaven, Commander, United States Special Operations Command, United States Navy", Marinha dos Estados Unidos. Disponível em: <www.navy.mil/navydata/bios/navybio. asp?bioID=401>. Acesso em: 25 nov. 2013. A informação sobre as responsabilidades subsequentes do almirante McRaven foram tiradas de sua biografia oficial.

81. Amanda D. Stein, "US-Socom McRaven Honors Longtime NPS Professor During SGL", Escola naval de Pós-Graduação, 11 jun. 2012. Disponível em: <www.nps.edu/About/ News/USSOCOM-McRaven-Honors-Long- time-NPS-Professor-During-SGL.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

82. Barton Gellman, op. cit.

83. Id., ibid.

84. Id., ibid.

85. Id., ibid.

86. Entrevista concedida ao autor por fonte confidencial em junho de 2012.

10. "A INTENÇÃO DELES É A MESMA QUE A NOSSA"

1. Entrevista concedida ao autor por Mohamed Afrah Qanyare em junho de 2011.

2. Emily Meehan, "Notes from a Failed State: Entry 2", *Slate*, 19 ago. 2008.

3. Entrevista concedida ao autor por Mohamed Afrah Qanyare em junho de 2011. Ver também "Report of the Panel of Experts on Somalia Pursuant to Security Council Resolution 1425 (2002)", de Ernst Jan Hogendoorn, Mohamed Abdoulaye M'Backe e Brynjulf Mugaas, Painel de Especialistas sobre a Somália, Conselho de Segurança das Nações Unidas, 25 mar. 2003, p. 39.

4. Ibid. Muitos jornalistas documentaram os negócios de contrabando da Bluebird Aviation. Ver Donald G. McNeil Jr., "Correspondence/Touring Somalia: When All Else Fails (Like the State), Take the Drug Flight into Town", *New York Times*, 3 fev. 2002.

5. Entrevista concedida ao autor por Mohamed Afrah Qanyare em junho de 2011. As citações de Mohamed Afrah Qanyare foram tiradas dessa entrevista, salvo indicação do contrário.

6. Dexter Filkins, "Terror in Africa: Attacks in Mombasa; Kenyans Hunting Clues to Bombing; Toll Rises to Thirteen", *New York Times*, 30 nov. 2002.

7. Tim Butcher, "Missiles Launched at Holiday Plane as Bombers Bring Carnage to Hotel", *Telegraph*, 29 nov. 2002.

8. United States of America v. Usama bin Laden et al., Tribunal Distrital dos Estados Unidos do Distrito Sul de Nova York, abr. 2000. Disponível em: <cns.miis.edu/reports/pdfs/binladen/indict.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

9. Johan Peleman, Edward Howard Johns, Pavanjeet Singh Sandhu e John Tambi, "Report of the Panel of Experts on Somalia Pursuant to Security Council Resolution 1474 (2003)", Conselho de Segurança das Nações Unidas, 4 nov. 2003, pp. 29-30.

10. Grupo Crise Internacional, "Counter-Terrorism in Somalia: Losing Hearts and Minds?", Relatório África n. 95, 11 jul. 2005, p. 8.

11. Id., ibid.

12. Marc Lacey, "Threats and Responses: African Investigation; Kenya Clears Fishermen, Saying TheyHad No Ties to Attackers", *New York Times*, 14 dez. 2002.

13. Grupo Crise Internacional, op. cit.

14. J. Peleman, E. H. Johns, P. S. Sandhu e J. Tambi, "Report of the Panel of Experts on Somalia Pursuant to Security Council resolution 1425 (2002)", Conselho de Segurança das Nações Unidas, 25 mar. 2003, pp. 29-30.

15. Entrevista concedida ao autor por Mohamed Afrah Qanyare em junho de 2011.

16. Ibid.

17. Sean D. Naylor, "Clandestine Somalia Missions Yield AQ Targets", *Army Times*, 14 nov. 2011.

18. Entrevista concedida ao autor por Mohamed Afrah Qanyare em junho de 2011.

19. Sean D. Naylor, op. cit.

20. Entrevista concedida ao autor por Mohamed Afrah Qanyare em junho de 2011.

21. Telegrama diplomático americano 06NAIROBI2425 do embaixador William Bellamy, embaixada americana em Nairóbi: "Somalia: A Strategy for Engagement", 2 jun. 2006, divulgada por WikiLeaks. Disponível em: <http://wikileaks.org/cable/2006/06/06NAIROBI2425.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

22. Sean D. Naylor, op. cit.

23. Ken Menkhaus, "Political Islam in Somalia", *Middle East Policy*, v. 9, n. 1, mar. 2002. Menkhaus escreveu: "Apesar — ou por causa — de ser o único país do Chifre da África quase inteiramente muçulmano, a Somália não abrigou historicamente o mesmo nível de atividade política islâmica radical como ocorreu em outros países vizinhos, divididos do ponto de vista religioso".

24. Presidente Bush, "Address to a Joint Session of Congress and the American People", Washington, DC, 20 set. 2001.

25. Entrevista concedida ao autor por Ismail Mahmoud Hurre em junho de 2011.

26. Resolução executiva 13224, Gabinete do Coordenador do Contraterrorismo, 23 set. 2011. Disponível em: <www.state.gov/j/ct/ rls/other/des/122570.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

27. Grupo Crise Internacional, "Somalia's Divided Islamists", briefing sobre a África n. 74, 18 maio 2010, pp. 3-4.

28. David Chazan, "Who Are al-Ittihad?", BBC.co.uk, 30 nov. 2002.

29. Grupo Crise Internacional, "Somalia: Countering Terrorism in a Failed State", relatório sobre a África n. 45, 23 maio 2002, p. 10.

30. Michael R. Gordon, "Threats and Responses: The Operations; US Turns Horn of Africa into a Military Hub", *New York Times*, 17 nov. 2002.

31. "US Chides German Minister", BBC.co.uk, 20 dez. 2001.

32. Transcrição de "DoD News Briefing — Secretary Rumsfeld", 19 dez. 2001.

33. Alan Sipress e Peter Slevin, "Powell Wary of Iraq Move; U.S. Eyes Somalia in Continuing Al-Qaeda Hunt", *Washington Post*, 21 dez. 2001.

34. William Bellamy, op. cit.

35. Associated Press, "US Concerned About Terrorist Activity in Somalia", *Navy Times*, 12 dez. 2001.

36. Simon Reeve, "News Analysis; US Returning to a Nightmare Called Somalia", *San Francisco Chronicle*, 16 dez. 2001.

37. Transcrição de "DoD News Briefing — Deputy Secretary Wolfowitz and Rear Admiral Stufflebeem", 10 dez. 2001.

38. Karl Vick, "Al-Qaeda Ally in Somalia in Tatters; Only Remnants Remain of Potential US Target", *Washington Post*, 24 fev. 2002.

39. Id., ibid.

40. Id., ibid.

41. Id., ibid.

42. Entrevista concedida ao autor por um antigo membro da Força-tarefa em março de 2011.

43. Sean D. Naylor, "Clandestine Somalia Missions Yield aq Targets", op. cit.

44. William Bellamy, op. cit.

45. United States of America v. Osama bin Laden et al., Tribunal Distrital dos Estados Unidos do Distrito Sul de Nova York, abr. 2000. Disponível em: <cns.miis.edu/reports/pdfs/binladen/indict.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

46. John J. Goldman, "Testimony Shines Light on Bid [sic] Laden's Terror Strategy", *Los Angeles Times*, 7 fev. 2001.

47. Lawrence Wright, *The Looming Tower: Al-Qaeda and the Road to 9/11*. Nova York: Vintage, 2006, p. 214.

48. John Miller, "Greetings, America. My Name is Osama Bin Laden", *Esquire*, 1º fev. 1999.

49. Simon Reeve, op. cit.

50. Michael Smith, *Killer Elite: The Inside Story of America's Most Secret Special Operations Team*. Nova York: St. Martin's Griffin, 2008, pp. 179-80.

51. William G. Boykin, com Lynn Vincent, *Never Surrender: A Soldier's Journey to the Crossroads of Faith and Freedom*. Nova York: FaithWords, 2008, p. 276.

52. Michael Smith, op. cit., p. 189.

53. "Pillars of Success: William F. Garrison (BBA '66)", The University of Texas-Pan American. Disponível em: <http://portal.utpa.edu/utpa_main/ dua_2011/alumni_home/awards/pillars_of_ success/2008/#.UO0VRXZKZcQ>. Acesso em: 25 nov. 2013.

54. Haroun M. Hassan, "Gen. Mohamed Aidid, Self-Proclaimed Somali President, Is Dead", Associated Press, 2 ago. 1996.

55. Lawrence Wright, op. cit., p. 305.

56. Andrew Higgins e Christopher Cooper, "CIA-Backed Team Used Brutal Means to Break Up Cell in Albania", *Wall Street Journal*, 20 nov. 2001.

57. Lawrence Wright, op. cit., pp. 305-6.

58. Dan Eggen, "Bin Laden, Most Wanted for Embassy Bombings?", *Washington Post*, 28 ago. 2006.

59. Lawrence Wright, op. cit., p. 308.

60. Phil Hirschkorn, "Embassy Bombings Jury Asks for Even More Evidence", CNN.com, 14 maio 2001. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2001/LAW/05/14/embassy.bombings.02/index.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

61. Philip Shenon, "Bombings in East Africa: In Washington; Focus on Suspects in Past Attacks", *New York Times*, 8 ago. 1998.

62. "Joint Inquiry Briefing by Staff on US Government Counterterrorism Organizations (Before September 11, 2001) and on the Evolution of the Terrorist Threat and U.S. Response: 1986-2001, Senate Select Committee on Intelligence and House Permanent Select Committee on Intelligence, 11 jun. 2002." Disponível em: < https://www.fas.org/irp/congress/2002_hr/061102clarke.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

63. Richard H. Shultz Jr., "Showstoppers: Nine Reasons Why We Never Sent Our Special Operations Forces After Al-Qaeda Before 9/11", *Weekly Standard*, v. 9, n. 19, 26 jan. 2004.

64. Id., ibid.

65. Grupo Crise Internacional, "Counter-Terrorism in Somalia...", op. cit.

66. James Risen, "To Bomb Sudan Plant, or Not: A Year Later, Debates Rankle", *New York Times*, 27 out. 1999.

67. Conselho Europeu-Sudanês de Assuntos Públicos, "'Confused, Inconclusive and Contradictory': An Assessment and Analysis of the American Government's 'Evidence' for the Cruise Missile Attack on Sudan", set. 1998. Disponível em: <www. espac.org/al_shifa_pages/al-shifa_1.asp>. Acesso em: 25 nov. 2013.

68. Transcrição de "Terrorism on Trial", *NewsHour with Jim Lehrer*, PBS, 5 fev. 2001.

69. Entrevista concedida ao autor por Ismail Mahmoud Hurre em junho de 2011.

70. General da reserva Wayne A. Downing, para Clint Watts, Jacob Shapiro e Vahid Brown, autores de "Al-Qaeda's (Mis)Adventures in the Horn of Africa", Projeto Harmonia, Centro de Combate ao Terrorismo de West Point, 2 jul. 2007.

71. Sean D. Naylor, "Clandestine Somalia Missions Yield AQ Targets", op. cit.

72. Entrevista concedida ao autor por Mohamed Afrah Qanyare em junho de 2011.

73. Human Rights Watch, "Off the Record: US Responsibility for Forced Disappearances in the 'War on Terror'", jun. 2007.

74. Grupo Crise Internacional, "Counter-Terrorism in Somalia...", op. cit.

75. Human Rights Watch, op. cit.

76. Grupo Crise Internacional, "Counter-Terrorism in Somalia...", op. cit.

77. Paul Salopek, "'Nobody Is Watching'; America's Hidden War in Somalia", *Chicago Tribune*, 24 nov. 2008. As informações sobre o período em que Isse esteve sob custódia americana foram tiradas desse artigo.

78. Grupo Crise Internacional, "Counter-Terrorism in Somalia...", op. cit.

79. Entrevista ao autor, Mogadíscio, Somália, jun. 2011.

80. Entrevista ao autor, Abdirahman "Aynte" Ali, jun. 2011.

81. William Bellamy, op. cit.

82. Entrevista concedida ao autor por Mohamed Afrah Qanyare em junho de 2011.

83. Entrevista concedida ao autor por Ismail Mahmoud Hurre em junho de 2011.

84. John Barry e Michael Hirsh, "The Hidden General", *Newsweek*, 25 jun. 2006.

11. "UM INIMIGO DERROTADO NÃO É UM INIMIGO DESTRUÍDO"

1. Owen Bowcott e David Pallister, "The Message Is: You're Not Safe Here", *The Guardian*, 13 maio 2003.

2. "One Bombed Compound Owned by Pro-Western Saudi", CNN.com, 13 maio 2003. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2003/WORLD/meast/05/13/Saudi.jadawel/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

3. "Riyadh Attack Death Toll Mounts", BBC.co.uk, 9 nov. 2003. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/3254385.stm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

4. Evan Osnos, "Al-Qaeda Blamed for Saudi Blast; Death Toll at Seventeen; Americans Are Among Wounded", *Chicago Tribune*, 10 nov. 2003.

5. "Yemen Arrests a Leading Member of Al-Qaeda", *New York Times*, 26 nov. 2003.

6. Craig S. Smith, "Fire on French Tanker off Yemen Raises Terrorism Fears", *New York Times*, 7 out. 2002.

7. "Confronting Al-Qaeda, Preventing State Failure, Hearing Before the Senate Foreign Relations Committee, 111º Cong. 53 (2010)" (depoimento preparado por Gregory D. Johnsen).

8. Entrevistas concedidas ao autor por antigos membros das Forças de Operações Especiais, fev.-mar. 2011.

9. Christopher Boucek, "War in Saada: From Local Insurrection to National Challenge", Carnegie Paper series Yemen: On the Brink, Carnegie Endowment for International Peace, abr. 2010. Disponível em: <www.carnegieendowment.org/files/war_in_saada.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

10. Ver telegrama diplomático 09SANAA2230 do embaixador Stephen Seche, embaixada dos Estados Unidos em Sana'a, "Subject: Yemen's Counter Terrorism Unit Stretched Thin by War Against Houthis", 17 dez. 2009, publicado no WikiLeaks. Disponível em: <http://wikileaks.org/cable/2009/12/09SANAA2230.html>. Acesso em: 25 nov. 2103.

11. "Yemen: Al-Qaeda Fighting Rebels 'at Government's Request'", Adnkronos.com, 31 jan. 2008. Disponível em: <http://www.adnkronos.com/AKI/English/Security/?id=1.0.1830285308>. Acesso em: 25 nov. 2103.

12. Entrevistas concedidas ao autor por ex-funcionários da Inteligência americana e ex-oficiais das Forças Armadas, jan. e fev. 2011.

13. David Hughes, "Yemen's Problems Are the Region's Problems", NATO Review (blog). Disponível em: <www.nato.int/docu/review/2010/yemen/Yemen_region_problems/en/index.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

14. Camille Pecastaing, *Jihad in the Arabian Sea*, ed. para Kindle. Stanford: Hoover Institution Press, 2011.

15. Procurador-geral John Ashcroft, notas preparadas, "Indictment for the Bombing of the *USS Cole*", Washington, DC, 15 maio 2003.

16. "An Interview with President Ali Abdullah Saleh", *New York Times*, 28 jun. 2008.

17. Barak Barfi, "Yemen on the Brink? The Resurgence of Al-Qaeda in Yemen", Counterterrorism Strategy Initiative Policy Paper, New America Foundation, jan. 2010. Disponível em: <www.humansecuritygateway.com/documents/NAF_YemenOnTheB-rink.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

18. Ane Skov Birk, "Incredible Dialogues: Religious Dialogue as a Means of Counter-Terrorism in Yemen", Series Developments in Radicalisation and Political Violence, The International Centre for the Study of Radicalisation and Political Violence, abr. 2009. Disponível em: <http://icsr.info/2009/06/incredible-dialogues-religious-dialogue-as-a-means-of-counter-terrorism-in-yemen/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

19. Id., ibid.

20. Barak Barfi, op. cit.

21. Entrevista concedida ao autor por ex-funcionário do contraterrorismo americano, jan. 2011.

22. Associated Press, "Main Suspects in *USS Cole* Bombing Escape from Yemeni Prison", FoxNews.com, 11 abr. 2003. Disponível em: <http://www.foxnews.com/story/2003/04/11/main-suspects-in-uss-cole-bombing-escape-from-yemeni-prison/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

23. Michael Sheuer, "Yemen Still Close to al-Qaeda's Heart", *Asia Times Online*, 17 fev. 2008.

24. James L. Pavitt, vice-diretor de operações dos programas de armas de destruição em massa (WMD), declaração por escrito para Record, Comissão Nacional sobre Ataques terroristas nos Estados Unidos, 14 abr. 2004.

12. "NUNCA CONFIE NUM INFIEL"

1. Entrevista concedida ao autor por Nasser al-Awlaki, set. 2012.

2. Alexander Meleagrou-Hitchens, "As American as Apple Pie: How Anwar al Awlaki Became the Face of Western Jihad", Centro Internacional de Estudo do Radicalismo e da Violência Política, Londres, 2011.

3. Id., ibid. Todas as citações de Alexander Meleagrou-Hitchens foram tiradas desse ensaio. O autor não pretende insinuar que as organizações mencionadas neste capítulo aceitavam de alguma forma ou partilhavam as ideias radicais que Awlaki manifestaria mais tarde, principalmente no que diz respeito à jihad. O apoio que elas proporcionaram a Awlaki em 2003 parece ter sido fundamentado em seu talento como pregador para transmitir uma mensagem religiosa conservadora com carisma e sólida base cultural. Como observaram antigos colegas e parentes, seu estilo era uma novidade na época.

4. Id., ibid.

5. Anwar al-Awlaki, "The Life of the Prophet Muhammad: Introduction [Makkan Period]", vídeo do YouTube, 49:20, de uma série de dezesseis CDs com palestras produzida pela Al-Bashir Audio, sem data, postado por "Muslim Knight", 12 set. 2012. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=Ts36mQfviE>. Acesso em: 25 nov. 2013.

6. Anwar al-Awlaki, "Never, Ever Trust the (Kuffar) Non-Believer — Anwar al-Awlaki", vídeo do You-Tube, 13:12, de uma série de palestras de Awlaki intitulada "The Life and Times of Umar bin Khattab" pronunciadas na mesquita da East London, Londres, Reino Unido, postado por "nevertrusttherkuffar", 9 out. 2011. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=4SALh9tTvZ4>. Acesso em: 25 nov. 2013.

7. Anwar al-Awlaki, "Imam Anwar Al-Awlaki: Stop Police Terror, Part 1 of 3", vídeo do YouTube, 10:19, de uma gravação em áudio de uma palestra de Awlaki dentro da campanha "Basta de Terror Policial", na mesquita da East London, em 26 de dezembro de 2003, postado por "Haqq13", 24 maio 2011. Disponíbel em: <www.youtube.com/watch?v=3U6WGQKOLBc>. Acesso em: 25 nov. 2013.

8. "Police Question Terror Suspects", BBC.co.uk, 3 dez. 2003.

9. Anwar al-Awlaki, "Imam Anwar Al-Awlaki: Stop Police Terror, Part 3 of 3", de uma gravação em áudio de uma palestra de Awlaki dentro da campanha "Basta de Terror Policial", na mesquita da East London, 26 dez. 2003, postado por "Haqq13". Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=T6JC4hzaTgY>. Acesso em: 25 nov. 2013.

10. Entrevista ao autor, Nasser al-Awlaki, jan. 2012.

11. Anwar al-Awlaki, "Never, Ever Trust the (Kuffar) Non-Believer", op. cit.

12. Anwar al-Awlaki, transcrição de palestra da série "The Story of Ibn al-Akwa: Sheikh Noor al-Din Shahaada", produzida por Dar Ibn al-Mubarak, 2003; Alexander Meleagrou-Hitchens, op. cit.

13. Entrevista ao autor, Nasser al-Awlaki, set. 2012.

14. Alexander Meleagrou-Hitchens, op. cit.

13. "VOCÊ NÃO PRECISA PROVAR PARA NINGUÉM QUE AGIU CERTO"

1. Thom Shanker e Eric Schmitt, "Pentagon Says a Covert Force Hunts Hussein", *New York Times*, 7 nov. 2003.

2. John Barry e Michael Hirsh, "The Hunt Heats Up", *Newsweek*, 14 mar. 2004.

3. "Agencies Unite to Find Bin Laden", *Washington Times*, 15 mar. 2004.

4. Ibid.

5. Anthony Shaffer, *Operation Dark Heart: Spycraft and Special Ops on the Frontlines of Afghanistan — and the Path to Victory*. Nova York: St. Martin's, 2010, p. 192.

6. Id., ibid., p. 17.

7. Id., ibid., p. 178.

8. Id., ibid., pp. 177-9.

9. Id., ibid., pp. 18-9.

10. Id., ibid., p. 19.

11. Id., ibid, p. 139.

12. Barton Gellman e Dafna Linzer, "Afghanistan, Iraq: Two Wars Collide", *Washington Post*, 22 out. 2004.

13. Juan O. Tamayo, "Capture of Saddam Will Not Mean More Forces Available to Find Bin Laden", *Knight Ridder Newspapers*, 14 dez. 2003.

14. Josh White, "US Generals in Iraq Were Told of Abuse Early, Inquiry Finds", *Washington Post*, 1 dez. 2004.

15. Comissão de Serviços Armados, inquérito sobre o tratamento de presos sob custódia americana, Senate Printing, n. 110-54, p. 218 (2008).

16. Josh White, op. cit.

17. Os detalhes da operação de captura de Saddam Hussein foram tirados de Michael Smith, *Killer Elite: The Inside Story of America's Most Secret Special Operations Team* (Nova York: St. Martin's, 2006), pp. 261-3.

18. Transcrição de "Ambassador Bremer Briefing from Baghdad", 4 dez. 2003.

19. Michael Smith, op. cit., p. 262.

20. "O presidente Bush manda lembranças", cnn.com, 15 dez. 2003.

21. Eric Schmitt e Carolyn Marshall, "In Secret Unit's 'Black Room', a Grim Portrait of US Abuse", *New York Times*, 19 mar. 2006.

22. Transcrição de "Ambassador Bremer Briefing from Baghdad", op. cit.

23. Ibid.

24. Barton Gellman, "Person of the Year 2011; Runners-Up; William McRaven: The Admiral", *Time*, 14 dez. 2011.

25. Rowan Scarborough, *Rumsfeld's War: The Untold Story of America's Anti-Terrorist Commander*. Washington, DC: Regnery, 2004, p. 62.

26. Bob Woodward, *State of Denial: Bush at War, Part III*. Nova York: Simon and Schuster Paperbacks, 2006, p. 266.

27. Jeffrey Gettleman, "Signs That Shiites and Sunnis Are Joining to Battle Americans", *New York Times*, 9 abr. 2004.

28. Entrevista concedida ao autor por Andrew Exum em março de 2012. Todas as citações de Exum neste capítulo foram tiradas dessa entrevista.

29. Entrevista concedida ao autor pelo general Ricardo Sánchez em junho de 2010.

30. Entrevista ao concedida ao autor pelo coronel Lawrence Wilkerson em maio de 2011.

31. Stanley A. McChrystal, "It Takes a Network: The New Front Line of Modern Warfare", Foreign Policy (mar.-abr. 2011). Todas as citações do general McChrystal neste capítulo foram tiradas desse artigo.

32. Sean D. Naylor, "Special Ops Unit Nearly Nabs Zarqawi", *Army Times*, 28 abr. 2006. O artigo descreve a Força-tarefa depois que recebeu um novo codinome, Força-tarefa 145.

33. Stanley A. McChrystal, op. cit.

34. Marc Ambinder e D. B. Grady, *The Command: Deep Inside the President's Secret Army*, ed. para Kindle. Hoboken, NJ: John Wiley and Sons, 2012.

35. William M. Arkin, *Code Names: Deciphering us Military Plans, Programs, and Operations in the 9/11 World*. Hanover, NH: Steerforth, 2005, p. 369.

36. Seymour M. Hersh, "The Gray Zone: How a Secret Pentagon Program Came to Abu Ghraib", *New Yorker*, 24 maio 2004.

37. Jane Mayer, *The Dark Side: The Inside Story of How the War on Terror Turned into a War on American Ideals*. Nova York: Doubleday, 2008, p. 243.

38. Seymour M. Hersh, op. cit.

39. Anthony Shaffer, op. cit., pp. 257-9.

14. "SEM SANGUE, SEM SUJEIRA" [PP. 207-24]

1. Eric Schmitt e Carolyn Marshall, "Task Force 6-26: Inside Camp Nama; in Secret Unit's 'Black Room', a Grim Portrait of US Abuse", *New York Times*, 19 mar. 2006.

2. John H. Richardson, "Acts of Conscience", *Esquire*, 21 set. 2009. Disponível em: <www.esquire.com/features/esq0806terror_102>. Acesso em: 25 nov. 2013.

3. Eric Schmitt e Carolyn Marshall, op. cit.

4. Comissão de Serviços Armados, Investigação sobre o Tratamento de Detentos sob Custódia Americana, Relatório do Senado, 110-54, p. 158 (2008).

5. Ibid., pp. 158-9.

6. Como observaram John Sifton e Marc Garlasco num relatório para a organização Human Rights Watch, no período em que a Força-tarefa operou em Camp Nama, "os Estados Unidos e as forças de coalizão no Iraque estavam cerceados por diversas cláusulas das Convenções de Genebra de 1949, assim como pela lei consuetudinária internacional". O governo dizia publicamente que as Convenções de Genebra se aplicavam ao tratamento de iraquianos presos, mas podiam ser suspensas se o detento fosse um combatente estrangeiro. No entanto, segundo um relatório interno do Departamento de Defesa citado no relatório do Senado, o procedimento operacional padrão usado pela Força-tarefa no Iraque foi "influenciado pelo memorando da contrarresistência que a Secretaria de Defesa aprovou em 2 de dezembro de 2002 […] e incorporou técnicas planejadas para detentos identificados como 'combatentes ilegais'". Pessoal das Forças Armadas que trabalhou com a Força-tarefa disse à Comissão de Serviços Armados do Senado e à Human Rights Watch que negavam-se àqueles prisioneiros as proteções previstas pelas Convenções de Genebra, inclusive a iraquianos. Ver John Sifton e Marc Garlasco, "No Blood, No Foul: Soldiers' Accounts of Detainee Abuse in Iraq", Human Rights Watch, 23 jul. 2006. Disponível em: <www.hrw.org/reports/2006/07/22/no-blood-no-foul>. Acesso em: 25 nov. 2013. Ver também Terry Frieden, "Justice Dept.: Geneva Conventions Limited in Iraq", CNN.com, 26 out. 2004. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2004/LAW/10/26/noniraqi.prisoners/>. Acesso em: 25 nov. 2013; e Comissão sobre Serviços Armados, Investigação sobre o Tratamento de Presos, p. 158.

7. Eric Schmitt e Carolyn Marshall, op. cit.

8. Spencer Ackerman, "How Special Ops Copied Al-Qaeda to Kill It", Danger Room (blog), Wired.com, 9 set. 2011. Disponível em: <www.wired.com/dangerroom/2011/09/mcchrystal-network/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

9. John Sifton e Marc Garlasco, "No Blood, No Foul: Soldiers' Accounts of Detainee Abuse in Iraq", Human Rights Watch, 23 jul. 2006. Disponível em: <www.hrw.org/reports/2006/07/22/no-blood-no-foul>. Acesso em: 25 nov. 2013. Toda informação atribuída à Human Rights Watch neste capítulo foi tirada desse relatório, salvo indicação do contrário.

10. Id., ibid.

11. Id., ibid.

12. Id., ibid.

13. Id., ibid.

14. Id., ibid.

15. Id., ibid.

16. Comissão sobre Serviços Armados, Investigação sobre o Tratamento de Presos, p.191.

17. Id., ibid.

18. Id., ibid., pp. 196-7.

19. John Sifton e Marc Garlasco, op. cit.

20. Entrevista concedida ao autor pelo tenente-coronel Anthony Shaffer em maio de 2011.

21. Entrevista concedida ao autor pelo coronel Lawrence Wilkerson em maio de 2011.

22. Entrevista concedida ao autor por Scott Horton em setembro de 2010. Todas as declarações atribuídas a Scott Horton neste capítulo foram tiradas dessa entrevista.

23. Jonathan S. Landay, "Report: Abusive Tactics Used to Seek Iraq-al Qaida Link", *McClatchy Newspapers*, 21 abr. 2009.

24. Rowan Scarborough, *Rumsfeld's War: The Untold Story of America's Anti-Terrorist Commander*. Washington, DC: Regnery, 2004, p. 48.

25. Entrevista concedida ao autor por Andrew Exum, março de 2012. Todas as citações de Andrew Exum deste capítulo foram tiradas dessa entrevista.

26. Eric Schmitt e Carolyn Marshall, op. cit.

27. Id., ibid.

28. Comissão de Serviços Armados, Investigação sobre o Tratamento de Presos, p. 191.

29. Entrevista concedida ao autor por Scott Horton em setembro de 2010.

30. Eric Schmitt e Carolyn Marshall, op. cit.

31. John Sifton e Marc Garlasco, op. cit. Todas as citações de "Jeff Perry" deste capítulo foram tiradas desse relatório.

32. Id., ibid.

33. Eric Schmitt e Carolyn Marshall, op. cit.

34. Richard P. Formica, "Article 15-6 Investigations of CJSOTF-AP and 5TH SF Group Detention Operations", 8 nov. 2004, pp. 20-1, 30; revelado em 7 de junho de 2006, lançado pelo Departamento da Defesa na sexta-feira 16 de junho de 2006. Disponível em: <www.dod.mil/pubs/foi/operation_and_plans/Detainee/OtherDetaineeRelatedDocuments.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

35. Eric Schmitt e Carolyn Marshall, op. cit.

36. Sifton e Garlasco, "No Blood, No Foul".

37. "CID Report — Final — 0016-04-CID343-69355", Relatório do Comando de Investigação Criminal do Exército sobre acusações de abusos contra presos em Camp NAMA, Aeroporto Internacional de Bagdá, 4 de agosto de 2004, obtido pela União Americana de Liberdades Civis e outros grupos de direitos humanos via FOIA. Disponível em: <www.aclu.org/torturefoia/released/030705/9135_9166.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

38. John Sifton e Marc Garlasco, op. cit.

39. Id., ibid.

40. Comissão de Serviços Armados, Investigação sobre o Tratamento de Presos, p. 173.

41. Id., ibid., p. 173.

42. Id., ibid.

43. Id., ibid.

44. Id., ibid., p. 181.

45. Id., ibid., p. 176.

46. Id., ibid., p. 179.

47. Id., ibid., p. 180.

48. Id., ibid., pp. 181-2.

49. Id., ibid., p. 184.

50. Id., ibid.

51. Id., ibid., p. 186.

52. Id., ibid., p. 193.

53. Entrevista concedida ao autor por Malcolm Nance em maio de 2011. Todas as citações de Malcolm Nance deste capítulo foram tiradas dessa entrevista.

54. Human Rights Watch, "Leadership Failure: Firsthand Accounts of Torture of Iraqi Detainees by the U.S. Army's 82ND Airborne Division", 23 set. 2005. Disponível em: <www.hrw.org/node/11610/section/1>. Acesso em: 25 nov. 2013.

55. Eric Schmitt e Carolyn Marshall, op. cit.

56. Comissão de Serviços Armados, Investigação sobre o Tratamento de Presos, p. 159.

57. Eric Schmitt e Carolyn Marshall, op. cit.

58. John Sifton e Marc Garlasco, op. cit.

59. Id., ibid.

60. Comissão de Serviços Armados, Investigação sobre o Tratamento de Presos, p. 162.

61. Hina Shamsi, "Command's Responsibility: Detainee Deaths in US Custody in Iraq and Afghanistan", Human Rights First, 2006. Disponível em: <www. humanrightsfirst.org/our-work/law-and-secu- rity/we-can-end-torture-now/commands-re-sponsibility-detainee-deaths-in-u-s-custo-dy-in-iraq-and-fghanistan/>. Acesso em: 25 nov. 2013. O relatório do médico-legista citado foi obtido pela Human Rights First: Gabinete do Médico-Legista das Forças Armadas, Relatório Final da Autópsia n. ME-04-309 (Fashad Mohammad), 22 nov. 2004.

62. MG George R. Fay, "AR 15-6 Investigation of the Abu Ghraib Detention Facility and 205TH Military Intelligence Brigade", finalizada em 23 de agosto de 2004, p. 53. O relatório diz que "representantes da CIA" trouxeram um homem a Abu Ghraib em 4 de novembro de 2003. Ele tinha sido "capturado pela Equipe 7 dos SEALs numa missão conjunta 121/CIA". O relatório descreve as circunstâncias da morte do homem. Relatórios posteriores revelaram que o nome do homem era

Manadel al-Jamadi. Ver David Cloud, "Seal Officer Hears Charges in Court-Martial in Iraqi's Death", *New York Times*, 25 maio 2005.

63. Josh White, "US Generals in Iraq Were Told of Abuse Early, Inquiry Finds", *Washington Post*, 1º dez. 2004.

64. Eric Schmitt e Carolyn Marshall, op. cit.

65. "Report of the International Committee of the Red Cross (ICRC) on the Treatment by the Coalition Forces of Prisoners of War and Other Protected Persons by the Geneva Conventions in Iraq During Arrest, Internment and Interrogation", ICRC, fev. 2004. Disponível em: <http://military.piac.asn.au/sites/default/files/documents/document-03.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

66. Memorando do vice-almirante Lowell E. Jacoby ao subsecretário de Defesa para a Inteligência Stephen A. Cambone, "Alleged Detainee Abuse by TF 6-26 Personnel", 25 jun. 2004, obtido dentro da Lei de Liberdade de Informação pela União Americana de Liberdades Civis e outros grupos de direitos humanos. Disponível em: <www.aclu. org/torturefoia/released/t2596_0297.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

67. Eric Schmitt e Carolyn Marshall, op. cit.

68. Id., ibid.

69. Memorando do Comando de Investigação Criminal do Exército sobre acusações de abusos em Camp Nama, 31 de maio de 2004, obtido dentro da Lei de Liberdade de Informação pela União Americana de Liberdades Civis e outros grupos de direitos humanos. Disponível em: <www.aclu.org/torturefoia/released/030705/9117_9134.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

70. Eric Schmitt e Carolyn Marshall, op. cit.

71. Entrevista concedida ao autor por antigo interrogador da Força Aérea em junho de 2012.

72. Comissão de Serviços Armados, Investigação sobre o Tratamento de Presos, p. 167.

73. Seymour M. Hersh, "The General's Report: How Antonio Taguba, Who Investigated the Abu Ghraib Scandal, Became One of Its Casualties", *New Yorker*, 25 jun. 2007.

74. Ian Fishback ao senador John McCain, "A Matter of Honor", 16 set. 2005, *Washington Post*, 25 set. 2005.

75. Id., ibid. Todas as citações do capitão Fishback foram tiradas dessa carta.

76. John H. Richardson, "Acts of Conscience", *Esquire*, 21 set. 2009. Disponível em: <www.esquire.com/features/ ESQ0806TERROR_102>. Acesso em: 25 nov. 2013.

77. Stanley McChrystal, *My Share of the Task: A Memoir*. Nova York: Portfolio; Penguin, 2012, pp. 201-2.

15. A ESTRELA DA MORTE [pp. 225-30]

1. Mark Urban, *Task Force Black: The Explosive True Story of the sas and the Secret War in Iraq*. Londres: Little, Brown, 2010, p. 82. Outras informações sobre o JOC foram tiradas do livro de Urban.

2. Spencer Ackerman, "How Special Ops Copied Al-Qaeda to Kill It", Danger Room (blog), Wired.com, 9 set. 2011. Disponível em: <www.wired. com/dangerroom/2011/09/mcchrystal-network/all/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

3. Jeffrey Gettleman, "Enraged Mob in Fallujah Kills Four American Contractors", *New York Times*, 31 mar. 2004.

4. Ricardo S. Sánchez, com Donald T. Phillips, *Wiser in Battle: A Soldier's Story*. Nova York: HarperCollins, 2008, pp. 349-50.

5. Transcrição de "Defense Department Operational Update Briefing", 20 abr. 2004.

6. Mark Urban, op. cit., p. 40.

7. Id., ibid.

8. CBS/AP, "CIA: Top Terrorist Executed Berg", CBSNews.com, 13 maio 2004. Disponível em: <http://www.cbsnews.com/news/cia-top-terrorist-executed-berg/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

O vídeo foi postado também com o título "Sheikh Abu Musab al-Zarqawi Slaughters an American Infidel with His Own Hands".

9. Entrevista concedida ao autor por Malcolm Nance em maio de 2011.

10. Jonathan Masters e Greg Bruno, "Al-Qaeda in Iraq", Conselho das Relações Exteriores, atualizado em 20 mar. 2012. Disponível em: <www.cfr.org/iraq/al-qaeda-iraq/p14811>. Acesso em: 25 nov. 2013.

11. Entrevista concedida ao autor por Richard Rowley em setembro de 2011.

12. "Jim Steele, Counselor to US Ambassador for Iraqi Security Forces", Premiere Speakers Bureau. Disponível em: <http://premierespeakers.com/ jim_steele/bio>. Acesso em: 25 nov. 2013.

13. Jon Lee Anderson, "The Uprising: Shia and Sunnis Put Aside Their Differences", *New Yorker*, 3 maio 2004.

14. Peter Maass, "The Salvadorization of Iraq: The Way of the Commandos", *New York Times Magazine*, 1 maio 2005.

15. Christopher Drew, "Testimony on Contras Still Haunts Colonel", *Chicago Tribune*, 7 jul. 1991.

16. John Barry e Michael Hirsh, "The Salvador Option", *Newsweek*, 7 jan. 2005.

17. Rod Nordland, "Iraq's Repairman", *Newsweek*, 5 jul. 2004.

18. Special Police Commando Unit-Maass, "The Salvadorization of Iraq".

19. Ibid.

20. Mark Urban, op. cit., pp. 52-3.

21. John Barry e Michael Hirsh, "The Hunt Heats Up", *Newsweek*, 14 mar. 2004.

16. "A MELHOR TECNOLOGIA, AS MELHORES ARMAS, O MELHOR MATERIAL HUMANO — E UM MONTE DE DINHEIRO PARA TORRAR" [PP. 231-46]

1. Nick Davies, "Afghanistan War Logs: Task Force 373 — Special Force Hunting Top Taliban", *The Guardian*, 25 jul. 2010.

2. Anthony Shaffer, *Operation Dark Heart: Spycraft and Special Ops on the Frontlines of Afghanistan — and the Path to Victory*. Nova York: St. Martin's, 2010, p. 32.

3. Id., ibid., p. 24.

4. Id., ibid., p. 195.

5. Id., ibid., p. 196.

6. Id., ibid., p. 197.

7. Id., ibid., p. 116.

8. Mark Mazzetti e David Rohde, "Amid U.S. Policy Disputes, Qaeda Grows in Pakistan", *New York Times*, 30 jul. 2008.

9. Entrevista concedida ao autor pelo tenente-coronel Anthony Shaffer em maio de 2011.

10. Scott Lindlaw (AP), "us ok'd Troop Terror Hunts in Pakistan", *Washington Post*, 23 ago. 2007.

11. Jennifer D. Kibbe, "Rise of the Shadow Warriors", *Foreign Policy*, mar.-abr. 2004.

12. Comunicado do presidente dos Estados Unidos: Relatório complementar consolidado, em consonância com a Resolução sobre os Poderes de Guerra, para ajudar a garantir que o Congresso seja mantido plenamente informado sobre as atividades americanas em apoio à guerra contra o terror em Kosovo e na Bósnia e Herzegovina, segundo a lei 93-148, documento da Câmara 110-5, 15 dez. 2006.

13. Eric Schmitt e Mark Mazzetti, "Secret Order Lets US Raid Al-Qaeda", *New York Times*, 8 nov. 2008.

14. Documentos entregues ao autor em confiança; entrevista concedida ao autor por fonte de Operações Especiais, nov. 2009.

15. Entrevista concedida ao autor por fonte de Operações Especiais em novembro de 2009.

16. Documentos entregues ao autor em confiança.

17. Thom Shanker e Scott Shane, "Elite Troops Get Expanded Role on Intelligence", *New York Times*, 8 mar. 2006.

18. Id., ibid.

19. Barton Gellman, "Secret Unit Expands Rumsfeld's Domain; New Espionage Branch Delving into CIA Territory", *Washington Post*, 23 jan. 2005.

20. Id., ibid.

21. Barton Gellman, op. cit.

22. Michael Smith, *Killer Elite: The Inside Story of America's Most Secret Special Operations Team*. Nova York: St. Martin's, 2006, p. 268; entrevista concedida ao autor por fonte de Operações Especiais em janeiro de 2011.

23. Entrevista concedida ao autor por fonte de Operações Especiais em janeiro de 2011.

24. Ibid.

25. Memorando de Donald Rumsfeld para o general Dick Myers, Doug Feith, CC: general Pete Pace, Steve Cambone, "Preparation of the Battlespace", 2 set. 2004. Disponível em: <http://rumsfeld.com/library>. Acesso em: 25 nov. 2013.

26. John Sifton, "A Brief History of Drones", *Nation*, 27 fev. 2012.

27. Michael T. Flynn, Rich Juergens e Thomas L. Cantrell, "Employing ISR; SOF Best Practices", Joint Forces Quarterly 50, jul. 2008.

28. Doug Richardson, SOAL-T WSO, "US Special Operations Command; Continuous, Clandestine, Tagging, Tracking and Locating (CTTL)", apresentação em PowerPoint preparada para o US-Socom, 5 set. 2007.

29. Entrevistas concedidas ao autor pelo Caçador (pseudônimo) em junho de 2012; Doug Richardson, op. cit.

30. "On the Record; Excerpts from Bob Woodward's Oval Office Interviews with President George W. Bush, May 20-21, 2008", *Washington Post*. Disponível em: <www.washingtonpost.com/wp-srv/nation/specials/ war-within/audio/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

31. Bob Woodward, *The War Within: A Secret White House History, 2006-2008*. Nova York: Simon and Schuster, 2008, p. 13.

32. Michael Hastings, *The Operators: The Wild and Terrifying Inside Story of America's War in Afghanistan*. Nova York: Blue Rider, 2012, p. 173.

33. Mark Urban, *Task Force Black: The Explosive True Story of the SAS and the Secret War in Iraq*. Londres: Little, Brown, 2010, p. 53; Shanker e Shane, "Elite Troops Get Expanded Role".

34. Thom Shanker e Scott Shane, op. cit.

35. Entrevista concedida ao autor pelo coronel da reserva W. Patrick Lang em setembro de 2010.

36. Entrevista concedida ao autor por Andrew Exum em março de 2012.

37. Mark Mazzetti e David Rohde, op. cit.

38. Entrevista concedida ao autor pelo tenente-coronel Anthony Shaffer em maio de 2011. Todas as declarações e informaçãoes atribuídas ao tenente-coronel Shaffer foram tiradas dessa entrevista, salvo indicação do contrário.

39. Mark Mazzetti e David Rohde, op. cit.

40. Marc Ambinder e D. B. Grady, *The Command: Deep Inside the President's Secret Army*, ed. para Kindle. Hoboken, NJ: John Wiley and Sons, 2012, cap. 10.

41. Id., ibid.

42. Mark Mazzetti, "CIA Closes Unit Focused on Capture of bin Laden", *New York Times*, 4 jul. 2006.

43. Mark Mazzetti e David Rohde, op. cit.

44. Id., ibid.

45. Greg Miller, "War on Terror Loses Ground", *Los Angeles Times*, 27 jul. 2008.

46. Rahimullah Yusufzai, "Forty-Six Killed in North Waziristan Fighting; Military Claims Killing Forty-one Foreign Militants". Disponível em: <www.pakdef. info/forum/printthread.php?t=6012&p-p=25&page=15>. Acesso em: 25 nov. 2013.

47. Entrevista concedida ao autor por antigo executivo da Blackwater em novembro de 2009.

48. Erik Prince, discurso pronunciado em janeiro de 2010, cópia em áudio do autor.

49. James Risen e Mark Mazzetti, "CIA Said to Use Outsiders to Put on Drones", *New York Times*, 20 ago. 2010.

50. Matthew Cole, Richard Esposito e Brian Ross, "Mercenaries? CIA Says Expanded Role for Contractors Legitimate", ABCNews.go.com, 11 dez. 2009. Disponível em: <http://abcnews.go.com/Blotter/mercenaries-cia-expanded-role-contractors-legitimate/story?id=9302651>. Acesso em: 25 nov. 2013.

51. Carta de Ayman al-Zawahiri para Musab al-Zarqawi, 9 jul. 2005, divulgada pelo Gabinete do Diretor da Inteligência Nacional em 11 de outubro de 2005. Disponível em: <www.globalsecurity.org/security/library/re port/2005/zawahiri-zarqawi-letter_9jul2005. htm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

52. Seth G. Jones, *Hunting in the Shadows: The Pursuit of Al-Qaeda Since 9/11*. Nova York: W. W. Norton, 2012, p. 249.

53. John Ward Anderson, "Iraqi Tribes Strike Back at Insurgents", *Washington Post*, 7 mar. 2006.

54. Dexter Filkins, Mark Mazzetti e Richard A. Oppell Jr., "How Surveillance and Betrayal Led to a Hunt's End", *New York Times*, 9 jun. 2006. Detalhes sobre a incursão contra Zarqawi podem ser encontrados nessa matéria.

17. "GRANDE PARTE DAQUILO ERA DE LEGALIDADE DUVIDOSA"

Este capítulo se baseia numa série de entrevistas concedidas pelo Caçador, uma fonte de Operações Especiais, entre 2010 e 2011. Caçador é um pseudônimo criado para proteger a identidade da fonte.

1. Ver Marc Ambinder e D. B. Grady, *The Command: Deep Inside the President's Secret Army*, ed. Kindle. Hoboken, NJ: John Wiley and Sons, 2012, cap. 8.

1. Entrevista concedida ao autor por Nasser al-Awlaki em janeiro de 2012. Toda a informação e as declarações atribuídas a Nasser al-Awlaki foram tiradas das entrevistas feitas em janeiro, agosto e setembro de 2012, salvo indicação do contrário.

2. Entrevistas concedidas ao autor por membros da família Awlaki, janeiro e agosto de 2012; Sudarsan Raghavan, "Cleric Linked to Fort Hood Attack Grew More Radicalized in Yemen", *Washington Post*, 10 dez. 2009.

3. Susan Schmidt, "Imam from Va. Mosque Now Thought to Have Aided al-Qaeda", *Washington Post*, 27 fev. 2008.

4. Entrevista concedida ao autor por Nasser al-Awlaki em janeiro de 2012.

5. Susan Schmidt, op. cit.

6. Entrevista concedida ao autor por Nasser al-Awlaki em janeiro de 2012.

7. Transcrição de "Moazzam Begg Interviews Imam Anwar al-Awlaki", Cageprisoners, 31 dez. 2007. Disponível em: <www.cageprisoners.com/our-work/interviews/item/159-moazzam-begg-interviews-imam-anwar-al-awlaki>. Acesso em: 25 nov. 2013.

8. Transcrição da "Interview with In Focus News, California", de Saaqib Rangoonwala, postado por "SoldierOfAllah" no blog de Shaykh Anwar, 13 out. 2011. Disponível em: <http://anwar-awlaki.blogspot.com/2011/10/interview-with-in-fo-cus-news-california.html>. Acesso em: 25 nov. 2013. Não é o mesmo nome de domínio usado anteriormente por Anwar al-Awlaki.

9. Transcrição de "Moazzam Begg Interviews Imam Anwar al-Awlaki".

10. Christof Heyns, "Report of the Special Rapporteur on Extrajudicial Summary or Arbitrary Executions", enviado ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, 27 maio 2011, p. 395.

11. Scott Shane e Souad Mekhennet, "Imam's Path from Condemning Terror to Preaching Jihad", *New York Times*, 8 maio 2010.

12. Entrevista concedida ao autor por um ex-ministro do governo iemenita em janeiro de 2012. Os detalhes sobre a reunião foram tirados dessa entrevista.

13. Ian Black, "Prince Bandar bin Sultan — Profile", *The Guardian*, 10 out. 2012.

14. Entrevista concedida ao autor pelo xeque Saleh bin Fareed em janeiro de 2012.

15. Ibid. Todas as informações e declarações atribuídas a Bin Fareed foram tiradas dessa entrevista.

16. Entrevista concedida ao autor por Nasser al-Awlaki em janeiro de 2012; ver também "Visits by Foreign Leaders of Yemen", Gabinete do Historiador, Departamento de Estado dos Estados Unidos. Disponível em: <http:// history.state.gov/departmenthistory/visits/ yemen>. Acesso em: 25 nov. 2013. O presidente Saleh visitou os Estados Unidos de 29 de abril a 7 de maio de 2007.

17. Entrevista concedida ao autor por Nasser al-Awlaki em janeiro de 2012.

18. Xeque Harith al-Nadari, "My Story with al-Awlaki", *Inspire*, n. 9 (inverno de 2012), maio 2012.

19. Entrevista concedida ao autor por Nasser al-Awlaki em janeiro de 2012.

20. Transcrição de "Moazzam Begg Interviews Imam Anwar al-Awlaki".

21. Anwar al-Awlaki, "Book Review 3: In the Shade of the Quran by Sayyid Qutb", blog do imã Anwar, 22 jun. 2008. Disponível em: <www.anwar-alawlaki.com>. Acesso em: 25 nov. 2013.

22. Transcrição de "Moazzam Begg Interviews Imam Anwar al-Awlaki".

23. Lawrence Wright, *The Looming Tower: Al-Qaeda and the Road to 9/11*. Nova York: Vintage, 2007, p. 20.

24. David von Drehle, "A Lesson in Hate; How an Egyptian Student Came to Study 1950s America and Left Determined to Wage Holy War", *Smithsonian Magazine*, fev. 2006.

25. Lawrence Wright, op. cit., p. 33.

26. Id., ibid., pp. 33-4.

27. Id., ibid., p. 37.

28. Anwar al-Awlaki, op. cit.

29. Postagem no blog de Anwar al-Awlaki, "Book Review 9: English Novels", blog do imã Anwar, 6 ago. 2008. Disponível em: <www.anwar-alawlaki.com>. Acesso em: 25 nov. 2013.

30. Anwar al-Awlaki, "Food Reviews from Behind Bars", blog do imã Anwar, 21 ago. 2008. Disponível em: <www.anwar-alawlaki.com>. Acesso em: 25 nov. 2013.

31. Transcrição da "Interview with In Focus News".

32. Telegrama diplomático americano 07SANAA2333, do vice-chefe da Missão Angie Bryan, embaixada americana em Sana'a, "Yemeni-American Awlaqi Released from ROYG Custody", 18 dez. 2007, divulgado por WikiLeaks. Disponível em: <http://wikileaks.org/cable/2007/12/07SANAA2333.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

33. "Treasury Designates Anwar al-Awlaki, Key Leader of Al-Qaeda in the Arabian Peninsula", comunicado à imprensa, Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, 16 jul. 2010.

19. "OS ESTADOS UNIDOS CONHECEM A GUERRA. ELES SÃO MESTRES DA GUERRA"

1. Entrevista concedida ao autor por Yusuf Mohamed Siad em junho de 2011.

2. Ken Menkhaus, "Governance without Government in Somalia: Spoilers, State Building, and the Politics of Coping", *International Security*, v. 31, n. 3, pp. 74-106 (inverno 2006-7). Disponível em: <www.mitpressjour-nals.org/doi/abs/10.1162/isec.2007.31.3.74>. Acesso em: 25 nov. 2013.

3. Bruno Schiemsky, Melvin E. Holt Jr., Harjit S. Kelley e Joel Salek, "Report of the Monitoring Group on Somalia Pursuant to Security Council Resolution 1587 (2005)", Conselho de Segurança das Nações Unidas, 4 out. 2005, pp. 23-4.

4. Entrevista concedida ao autor por Yusuf Mohamed Siad em junho de 2011. Todas as citações de Indha Adde foram tiradas dessa entrevista, salvo indicação do contrário.

5. Telegrama diplomático 06NAIROBI2425, do embaixador William Bellamy, embaixada dos Estados Unidos em Nairóbi, "Somalia: A Strategy for Engagement", jun. 2006, divulgada pelo WikiLeaks. Disponível em: <http://wikileaks.org/cable/2006/06/06NAIROBI2425.html>. Acesso em: 25 nov. 2013. "Fazul [Abdullah Mohammed], [Saleh Ali Saleh] Nabhan, [Abu Talha] al-Sudani, [Ahmed] Abdi [Godane] e [Aden Hashi] Ayrow devem ser removidos da equação somaliana."

6. Telegrama diplomático 06NAIROBI1484, do embaixador William Bellamy, embaixada dos Estados Unidos em Nairóbi, "Ambassador to Yusuf: Alliance Against Terror Not Directed at TFG", 4 abr. 2006, divulgado pelo WikiLeaks. Disponível em: <http://wikileaks.org/cable/2006/04/06NAIROBI1484.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

7. Cedric Barnes e Harun Hassan, "The Rise and Fall of Mogadishu's Islamic Courts", *Journal of Eastern African Studies*, v. 1, n. 2, jul. 2007.

8. Entrevista concedida ao autor por Abdirahman "Aynte" Ali em junho de 2011.

9. Bruno Schiemsky et al., op. cit., p. 15. O Grupo de Monitoramento relatou que "outro Estado na região deu apoio à oposição e à Frente Oromo de Libertação Nacional [grupo guerrilheiro nacionalista

da Somália que atuava ao longo da fronteira] sob a forma de armas. Esse Estado forneceu arma[s] a aliados da oposição, entre eles o xeque Yusuf Indohaadde […] o xeque Hassan Dahir Aweys […] e outro [s] como resposta ao apoio dado pela Etiópia ao TFG". Confirmou-se com relatórios das Nações Unidas e outros que o país em questão era a Eritreia.

10. Bruno Schiemsky et al., op. cit., pp. 20-1.

11. Entrevista concedida ao autor por Ali Mohamed Gedi em junho de 2011.

12. "Somali Warlords Battle Islamists", BBC News, 21 fev. 2006. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/4735614.stm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

13. Mark Mazzetti, "Efforts by CIA Fail in Somalia, Officials Charge", *New York Times*, 8 jun. 2006.

14. Emily Wax e Karen DeYoung, "US Secretly Backing Warlords in Somalia", *Washington Post*, 17 maio 2006.

15. Salim Lone, "Destabilizing the Horn", *Nation*, 22 jan. 2007.

16. Entrevista concedida ao autor por Mohamed Afrah Qanyare em junho de 2011. Todas as citações de Mohamed Afrah Qanyare foram tiradas dessa entrevista, salvo indicação do contrário.

17. Emily Wax e Karen DeYoung, op. cit.

18. Bruno Schiemsky et al., op. cit., p. 15.

19. Telegrama diplomático 06NAIROBI1261 de Leslie Rowe, chefe adjunta da missão diplomática dos Estados Unidos em Nairóbi, "Worst Combat in Five Years Put at USG Doorstep", 20 mar. 2006, divulgado pelo WikiLeaks. Disponível em: <http://wikileaks.org/cable/2006/03/06NAIROBI1261.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

20. Mark Mazzetti, op. cit.

21. Mohamed Olad Hassan (AP), "Ethiopian Troops off to Somalia", News24.com, 11 nov. 2006.

22. Entrevista concedida ao autor por Abdirahman "Aynte" Ali em junho de 2011. As citações de Aynte foram tiradas dessa entrevista, salvo indicação do contrário.

23. Entrevista concedida ao autor pelo xeque Ahmed "Madobe" Mohammed Islam em junho de 2011.

24. Grupo Crise Internacional, "Somalia's Islamists", Africa Report n. 100, 12 dez. 2005.

25. Simon Robinson, "Somalia's Islamic Leaders Deny a Link to Terror", *Time*, 6 jun. 2006.

26. Abdirahman "Aynte" Ali, "The Anatomy of al Shabaab", documento de trabalho inédito, jun. 2010. Disponível em: <www.radiodaljir. com/audio/docs/TheAnatomyOfAlShabaab.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

27. Clint Watts, Jacob Shapiro e Vahid Brown, "Al-Qaeda's (Mis)Adventures in the Horn of Africa", Centro de Combate ao Terrorismo de West Point, 2 jul. 2007, Appendix B: Cast of Characters from the Horn of Africa, pp. 131-2. Disponível em: <www.ctc.usma.edu/posts/al-qaidas-misadventures-in-the-horn-of-africa>. Acesso em: 25 nov. 2013.

28. Perfil de Fazul Abdullah Mohammed, da Lista de Sanções à Al-Qaeda do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Disponível em: <www.un.org/News/Press/ docs/2012/sc10755.doc.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013. Supostamente, Fazul tinha outros documentos em que sua data de nascimento aparecia como sendo 1976 e 1971. Fazul foi retirado da lista de sanções em 12 de agosto de 2012.

29. Clint Watts, Jacob Shapiro e Vahid Brown, op. cit., pp. 89-90.

30. Id., ibid., p. 93. Os autores citam uma carta enviada por Fazul a seu irmão Omar em 1991.

31. United States of America vs. Osama bin Laden et al., S(9) 98 Cr. 1023, Processo, p. 16.

32. Clint Watts, Jacob Shapiro e Vahid Brown, op. cit., p. 94.

33. Id., ibid., p. 96.

34. Id., ibid., pp. 94-5

35. Id., ibid., p. 95.

36. Id., ibid.

37. Id., ibid., p. 97.

38. Id., ibid., p. 98.

39. Id., ibid., p. 99; Desmond Butler, "Threats and Responses: Terrorism; Three-Year Hunt Fails to Net Qaeda Suspect in Africa", *New York Times*, 14 jun. 2003.

40. Sean D. Naylor, "Years of Detective Work Led to Al-Qaeda Target", *Army Times*, 21 nov. 2011.

41. Clint Watts, Jacob Shapiro e Vahid Brown, op. cit., p. 99.

42. Grupo Crise Internacional, "Counterterrorism in Somalia: Losing Hearts and Minds?", Africa Report, 11 jul. 2005, p. 9.

43. Grupo Crise Internacional, "Somalia's Islamists", Africa Report n. 100, 12 dez. 2005, p. 11.

44. Abdirahman "Aynte" Ali, "The Anatomy of al Shabaab", op. cit., p. 28.

45. Id., ibid.

46. Sean D. Naylor, op. cit.

47. "Islamic Militia Claims Mogadishu", CNN.com, 5 jun. 2006. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2006/WORLD/africa/06/05/somalia/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

48. Transcrição de "Islamic Militia Takes Control of Somali Capital", *NewsHour*, PBS, 6 jun. 2006.

49. Xeque Sharif Sheikh Ahmed, carta a governos e organizações internacionais "The Union of Islamic Courts in Mogadishu Break the Silence", 6 jun. 2006. Disponível em: <www.hiiraan.com/news/2006/jun/somali_news6_7.aspx>. Acesso em: 25 nov. 2013.

50. Telegrama diplomático 06nairobi2640, do embaixador William Bellamy, embaixada dos Estados Unidos em Nairóbi, "Islamist Advances, Prospects for Dialogue, but Still No Admission of the Al-Qaeda Presence", 15 jun. 2006, divulgado pelo WikiLeaks. Disponível em: <http://wikileaks.org/cable/2006/06/06NAIROBI2640.html>. Acesso em: 25 nov. 2013. O telegrama inclui o texto de uma carta enviada pelo xeque Sharif em 14 de junho.

51. Ibid.

52. Ver telegrama diplomático 07NAIROBI5403, do embaixador Michael Ranneberger, embaixada dos Estados Unidos em Nairóbi, "Somalia: Sheikh Sharif and the Future Role of Islamic Courts Moderates", 1 jan. 2007, divulgado pelo WikiLeaks. Disponível em: <http://wikileaks.org/cable/2007/01/07NAIROBI5403.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

53. Jon Lee Anderson, "The Most Failed State", *New Yorker*, 14 dez. 2009.

54. Entrevista concedida ao autor por Daveed Gartenstein-Ross em março de 2011. Todas as citações de Gartenstein-Ross foram tiradas dessa entrevista.

55. Transcrição de "President's Remarks to the Travel Pool at Laredo Border Patrol Sector Headquarters", 6 jun. 2006.

56. Mohammed Olad Hassan, "Life Under Somalia's Islamists", BBC.news.co.uk, 11 jul. 2006. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/5168008.stm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

57. "Mogadishu's Port Reopened", AlJazeera.com, 23 ago. 2006. Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=389189>. Acesso em: 25 nov. 2013.

58. Xan Rice, "Mogadishu's Miracle: Peace in the World's Most Lawless City", *The Guardian*, 25 jun. 2006.

59. Telegrama diplomático 06NAIROBI3441, do assessor econômico John F. Hoover, embaixada dos Estados Unidos em Nairóbi, "Horn of Africa, State-USAID Humanitarian Cable Update Number 8", 8 ago. 2006, divulgado pelo WikiLeaks. Disponível em: <http://wikileaks.org/cable/2006/08/06NAIROBI3441.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

60. Entrevista concedida ao autor por Ismail Mahmoud Hurre em junho de 2011.

61. Memorando de "Ennifar" (provavelmente Azouz Ennifar, representante especial adjunto para a missão das Nações Unidas na Etiópia e na Eritreia), "Reunião com o secretário de Estado, assistente dos Estados Unidos para Assuntos Africanos", 26 jun. 2006, divulgado pelo WikiLeaks. Disponível em: <http://wikileaks.org/wiki/US_encouraged_Ethiopian_invasion_of_Somalia:_UN_meeting_memo_with_Jenday_Frazer,_Secretary_of_ State_for_African_Affairs,_2006>. Acesso em: 25 nov. 2013.

62. Michael R. Gordon e Mark Mazzetti, "US Ethiopian Campaign Routed Islamic Militants in Somalia", *International Herald Tribune*, 23 fev. 2007.

63. Thomas P. M. Barnett, "The Americans Have Landed", *Esquire*, 27 jun. 2007. Disponível em: <www.esquire.com/features/africacommand0707>. Acesso em: 25 nov. 2013.

64. Michael R. Gordon e Mark Mazzetti, "US Used Base in Ethiopia to Hunt Al-Qaeda", *New York Times*, 23 fev. 2007.

65. Stephanie McCrummen, "Interview with Meles Zenawi", BBCNews.com, 14 dez. 2006. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-19328717>. Acesso em: 25 nov. 2013.

66. Entrevista concedida ao autor por Mohamed Afrah Qanyare em junho de 2011.

67. Telegrama diplomático 06addisababa1904 de Vicki Huddleston, encarregada de negócios da embaixada dos Estados Unidos em Adis Abeba, "Corrected Copy — Ethiopia: GOE Says No Incursion in Somalia", 12 jul. 2006, divulgado pelo WikiLeaks. Disponível em: <http://wikileaks.org/cable/2006/07/06ADDISABABA1904.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

68. Entrevista concedida ao autor por Malcolm Nance em maio de 2011. As citações de Malcolm Nance foram tiradas dessa entrevista.

69. Osama bin Laden, transcrição de uma gravação de áudio, 2 jul. 2006, tradução para o inglês do Instituto de Pesquisa de Imprensa do Oriente Médio (MEMRI). Disponível em: <www.memri.org/report/en/print1872.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

70. Telegrama diplomático 06NAIROBI2618, do embaixador William Bellamy, embaixada dos Estados Unidos em Nairóbi, "Jowhar Falls", 14 jun. 2006, divulgado pelo WikiLeaks. Disponível em: <http://wikileaks.org/ cable/2006/06/06NAIROBI2618.html>. Acesso em: 25 nov. 2013. "As Nações Unidas têm informações de que uma brigada etíope em posição ao longo da fronteira com a Somália foi reforçada com blindados e helicópteros, originando receio de uma incursão etíope na Somália. Esse desdobramento poderia levar a um conflito generalizado e causar o fracasso das TFIS. Desse modo, aconselhamos um contato de alto nível com a Etiópia com vistas a dissuadir a movimentação de tropas no interior da Somália […] esquadrão de blindados e helicópteros MI-24 Hind B."

71. Xeque Sharif Sheikh Ahmed, "Islamists Declare Jihad (Holy War) on Neighboring Ethiopia Following the Fall of Key Town to Ethiopian-back[ed] Somali Government Forces", 10 out. 2006, vídeo e transcrição da agência Reuters.

72. Telegrama diplomático 06addisababa3212, do embaixador Donald Yamamoto, embaixada dos Estados Unidos em Adis Abeba, "Somali Prime Minister Gedi Highlights Foreign Extremist Support for ICU", 6 dez. 2006, divulgado pelo WikiLeaks. Disponível em: <http://wikileaks.org/cable/2006/12/06ADDISABABA3212.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

73. Telegrama diplomático 06ADDISABABA3240, do embaixador Donald Yamamoto, embaixada dos Estados Unidos em Adis Abeba, "Ethiopia: Meles Alters Stance on Military Action", 8 dez. 2006, divulgado pelo WikiLeaks. Disponível em: <http://wikileaks.org/cable/2006/12/06ADDISABABA3240.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.; Xan Rice e Suzanne Goldenberg, "How US Forged an Alliance with Ethiopia over Invasion", *The Guardian*, 12 jan. 2007.

74. Alex Perry, "Somalia on the Edge", *Time*, 29 nov. 2007.

75. David Gollust, "US Says Al-Qaeda Elements Running Somali Islamic Movement", *Voice of America*, 14 dez. 2006.

76. Julie Hollar, "Rediscovering Somalia; Press Downplays US Role in Renewed Crisis", Fairness and Accuracy in Reporting, 1 mar. 2008. Disponível em: <http://fair.org/extra-online-articles/rediscovering-somalia/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

77. Id., ibid.

78. Transcrição de *Newsroom*, CNN, 6 jan. 2007.

79. Karen DeYoung, "US Sees Growing Threats in Somalia", *Washington Post*, 18 dez. 2006.

80. Id., ibid.

81. Id., ibid.

82. Jeffrey Gettleman, "Ethiopian Warplanes Attack Somalia", *New York Times*, 24 dez. 2006.

83. David Axe, "Wikileaked Cable Confirms US' Secret Somalia Op", Danger Room (blog), Wired.com, 2 dez. 2010. Disponível em: <www.wired.com/dangerroom/2010/12/wikileaked-cable-confirms-u-s-secret-somalia-op/>. Acesso em: 25 nov. 2013; Scott Baldauf, "In Somalia, Foreign Intervention Won't Resolve Al Shabab Threat", *Christian Science Monitor*, 2 set. 2010. Axe afirma que "cerca de 50 mil soldados etíopes" participaram da invasão; o *Christian Science Monitor* fala em 40 mil.

84. Xan Rice, "Somali Hardliner Calls for Foreign Jihadists", *The Guardian*, 23 dez. 2006.

85. Stephanie McCrummen, "Somali Islamic Fighters Flee Toward Kenya", *Washington Post*, 2 jan. 2007.

86. Reuters, "Anti-Ethiopian Protests Rock Mogadishu", *Toronto Star*, 6 jan. 2007.

20. FUGA DA PRISÃO

1. Mark Trevelyan (Reuters), "Jailbreak in Yemen Stirs Concern Abroad; Inside Job Seen in Qaeda Escape", *Boston Globe*, 10 fev. 2006.

2. Wuhayshi relatou a fuga num artigo escrito para uma publicação em árabe, depois traduzido por Gregory D. Johnsen. Ver Nasir al-Wuhayshi, "The New Leader of al-Qaeda in Yemen Relates the Details of the Escape of al-Qaeda Members from an Intelligence Prison", *Al-Ghad*, 25 jun. 2007.

3. Barbara Starr, "Yemen Prison Break Raises Alarms at Sea", CNN.com, 7 fev. 2006. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2006/WORLD/asiapcf/02/07/yemen.jailbreak/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

4. Entrevista concedida ao autor por antigo funcionário do contraterrrismo americano em janeiro de 2011. Todas as afirmações e citações atribuídas a esse funcionário foram tiradas dessa entrevista.

5. Entrevista concedida ao autor pelo dr. Emile Nakhleh em janeiro de 2010.

6. Sam Kimball, "Whose Side Is Yemen On?", *Foreign Policy*, 29 ago. 2012.

7. Id., ibid.

8. Joseph Giordono, "US Military Plans to Expand Camp Lemonier in Djibouti; Lease to Provide for More Housing and Security", *Stars and Stripes*, 9 jul. 2006.

9. Id., ibid.

10. Telegrama diplomático 07SANAA1989, do embaixador Stephen Seche, embaixada dos Estados Unidos em Sana'a, "Townsend-Saleh Meeting Provides Opening for Additional CT Cooperation", 30 out. 2007, divulgado pelo WikiLeaks. Disponível em: <http://wikileaks.org/cable/2007/10/07 SANAA1989.html>. Acesso em: 25 nov. 2013. Detalhes da reunião de Saleh com Townsend foram tirados desse telegrama.

11. "Security Council Committee on Somalia and Eritrea Issues List of Individuals Identified Pursuant to Paragraph 8 of Resolution 1844 (2008)", Departamento de Informação Pública, Conselho de Segurança das Nações Unidas, 12 abr. 2010. Disponível em: <www.un.org/News/Press/docs/2010/ sc9904.doc.htm>. Acesso em 25 nov. 2013.

12. Entrevista concedida ao autor por um ex-militar em fevereiro de 2012.

13. "Confronting Al-Qaeda, Preventing State Failure, Hearing Before the Senate Foreign Relations Committee, 111o Cong. 53, 2010", depoimento preparado de Gregory D. Johnsen.

14. Gregory D. Johnsen, *The Last Refuge: Yemen, Al-Qaeda, and America's War in Arabia*. Nova York: W. W. Norton, 2012, p. 163.

15. Gregory D. Johnsen, "Al-Qaeda in Yemen Reorganizes Under Nasir al-Wahayshi", Terrorism Focus, v. 5, n. 11, 18 mar. 2008. Disponível em: <www.jamestown. org/single/? no_cache=1&tx_ttnews%5Btt_ news%5D=4796>. Acesso em: 25 nov. 2013.

21. PERSEGUIÇÃO TRANSFRONTEIRAS

1. Robert M. Gates, "Secretary of Defense". Disponível em: <http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/government/ gates-bio.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

2. Lawrence E. Walsh, "Final Report of the Independent Counsel for Iran/Contra Matters", v. I: Investigations and Prosecutions, 4 ago. 1993, p. 223. Disponível em: <http://www.fas.org/irp/offdocs/walsh/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

3. Yaroslav Trofimov, "Soviets' Afghan Ordeal Vexed Gates on Troop-Surge", *Wall Street Journal*, 30 nov. 2009.

4. Depoimento do tenente-general Douglas E. Lute, Comissão de Serviços Armados, Afeganistão, audiência do Senado, 110-269, 2007; Sean D. Naylor, "Spec Ops Raids into Pakistan Halted", *Army Times*, 26 set. 2008.

5. Sean D. Naylor, op. cit.

6. Entrevista concedida ao autor pelo tenente-coronel Anthony Shaffer em maio de 2011.

7. Ann Scott Tyson, "New Plans Foresee Fighting Terrorism Beyond War Zones", *Washington Post*, 23 abr. 2006.

8. Mark Mazzetti e David Rohde, "Amid US Policy Disputes, Qaeda Grows in Pakistan", *New York Times*, 30 jun. 2008.

9. Kamran Haider, "Pakistan Condemns 'Cowardly' US Attack; Eleven Dead", Reuters, 11 jun. 2008.

10. Eric Schmitt e Mark Mazzetti, "Bush Said to Give Orders Allowing Raids in Pakistan", *New York Times*, 10 set. 2008.

11. Entrevista concedida ao autor por fonte de Operações Especiais em agosto de 2010.

12. Christina Lamb, "Playing with Firepower", *Sunday Times*, Londres, 14 set. 2008.

13. Eric Schmitt e Mark Mazzetti, op. cit.

14. Christina Lamb, op. cit.

15. Telegrama diplomático americano 08ISLAMABAD2907, da embaixadora Anne Patterson, embaixada americana em Islamabad, "GOP Condemns Alleged ISAF September 3 Incident in South Waziristan", 3 set. 2008, divulgado pelo WikiLeaks, http://wikileaks.org/ cable/2008/09/08 ISLAMABAD2907.html>.

22. "TODAS AS MEDIDAS TOMADAS PELOS ESTADOS UNIDOS BENEFICIARAM A AL-SHABAB"

1. Eric Schmitt e Mark Mazzetti, "Secret Order Lets US Raid Al-Qaeda", *New York Times*, 9 nov. 2008.

2. Entrevista concedida ao autor por Malcolm Nance em maio de 2011.

3. David Axe, "Hidden History: America's Secret Drone War in Africa", Danger Room (blog), Wired.com, 13 ago. 2012. Disponível em: <www.wired.com/dangerroom/2012/08/somalia-drones/all/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

4. Jeffrey Gettleman, "More Than Fifty Die in US Strikes in Somalia", *New York Times*, 9 jan. 2007.

5. Michael R. Gordon e Mark Mazzetti, "US Used Base in Ethiopia to Hunt Al-Qaeda", *New York Times*, 23 fev. 2007.

6. Jeffrey Gettleman, op. cit.

7. Michael R. Gordon e Mark Mazzetti, op. cit.

8. Telegrama diplomático americano 07ADDISABABA90, do embaixador Donald Yamamoto, embaixada dos Estados Unidos em Adis Abeba, "Scenesetter for Deputy USTR Allgeier's Visit to Ethiopia", 12 jan. 2007, divulgado pelo WikiLeaks. Disponível em: <http://wikileaks.org/ cable/2007/01/07ADDISABABA90.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

9. "US Somali Air Strikes 'Kill Many'", BBC.co.uk, 9 jan. 2007. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/6243459.stm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

10. Andy Soltis, "Qaeda Clobbered; US Somalia Raid Kills Embassy Fiend", *New York Post*, 11 jan. 2007.

11. Alex Perry, "Somalia on the Edge", *Time*, 29 nov. 2007.

12. Aaron Glantz, "US Air Strikes in Somalia Condemned for Killing Innocent Civilians", OneWorld US, 20 jan. 2007.

13. Anne Penketh e Steve Bloomfield, "US Strikes on al-Qaeda Chiefs Kill Nomads", *Independent*, Londres, 13 jan. 2007.

14. "Individuals and Entities Designated by the State Department Under EO 13224", Escritório de Contraterrorismo, Departamento de Estado dos Estados Unidos, 17 dez. 2012. Disponível em: <www.state.gov/j/ct/rls/other/des/143210.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

15. Entrevista concedida ao autor pelo xeque Ahmed "Madobe" Mohammed Islam em junho de 2011. Todas as citações de Madobe foram tiradas dessa entrevista.

16. Telegrama diplomático 07NAIROBI5403, do embaixador Michael Ranneberger, embaixada dos Estados Unidos em Nairóbi, "Sheikh Sharif and the Future Role of the Islamic Courts Moderates", 2 jan. 2007, divulgado pelo WikiLeaks. Disponível em: <http:// wikileaks.org/cable/ 2007/01/07nairobi5403.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

17. Telegrama diplomático americano 07ADDISABABA311, do embaixador Donald Yamamoto, embaixada dos Estados Unidos em Adis Abeba, "PM Meles Highlights Land Reform as Key to Clan

Reconciliation and Political Stability in Somalia", 1 fev. 2007, divulgado pelo WikiLeaks. Disponível em: <http://wikileaks.org/cable/2007/02/07ADDISABABA311.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

18. Jeffrey Gettleman, "Somali Islamists' n. Two Leader Surrenders in Kenyan Capital", *New York Times*, 23 jan. 2007.

19. Entrevista concedida ao autor por Ali Mohamed Gedi em junho de 2011.

20. "Somali Islamist Travels to Yemen", BBC.co.uk, 8 fev. 2007.

21. Human Rights Watch, "Why Am I Still Here? The 2007 Horn of Africa Renditions and the Fate of Those Still Missing", 2008. Todas as informações sobre prisões atribuídas à Human Rights Watch foram tiradas desse relatório.

22. Human Rights Watch, "Why Am I Still Here?", p. 4. O queniano Mohammed Abulmalik foi preso em Mombasa em fevereiro de 2007 e acabou na prisão de Guantánamo.

23. Clint Watts, Jacob Shapiro e Vahid Brown, "Al-Qaeda's (Mis) Adventures in the Horn of Africa", Centro de Combate ao Terrorismo de West Point, 2 jul. 2007, apêndice B: Cast of Characters from the Horn of Africa, p. 99.

24. Lydia Khalil, "Foreign Fighters Face Obstacles Joining the Somali Jihad", *Terrorism Focus*, v. 4, n. 24, 25 jul. 2007. Disponível em: <www.jamestown.org/single/?-no_cache=1&tx_ttnews[tt_news]=4326>. Acesso em: 25 nov. 2013.

25. Entrevista concedida ao autor por Yusuf Mohamed Siad em junho de 2011. As citações de Indha Adde foram tiradas dessa entrevista, salvo indicação do contrário.

26. Garowe Online, "Islamists Do Not Recognize 'Colonial Government,' Says War Chief", Biyokulule.com, 10 dez. 2007; "US Warns Eritrea over 'Terrorism'; Asmara Told to Stop Supporting Somalia Fighters to Avoid 'Terrorism Sponsor' Label", AlJazeera.com, 9 set. 2007. Disponível em: <http://www.aljazeera.com/news/africa/2007/09/200852514165131056 9.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

27. Matt Bryden, Gilbert Charles Barthe, Charles Lengalenga e Ignatius Yaw Kwantwi-Mensah, "Report of the Monitoring Group on Somalia Pursuant to Security Council Resolution, 1811, 2008", Conselho de Segurança das Nações Unidas, 10 dez. 2008, p. 25.

28. Human Rights Watch, "Shell-Shocked: Civilians Under Siege in Mogadishu", 13 ago. 2007. Disponível em: <www.hrw.org/reports/2007/08/12/shell-shocked>. Acesso em: 25 nov. 2013.

29. Anistia Internacional, "Routinely Targeted: Attacks on Civilians in Somalia", 6 maio 2008. Disponível em: <www.amnesty.org/en/library/info/AFR52/006/2008>. Acesso em: 25 nov. 2013.

30. Ibid.

31. Ibid. O relatório cita estimativas da Organização Elman de Direitos Humanos, com base na Somália, e das Nações Unidas, respectivamente.

32. "Somalia: Complex Emergency, Situation Report n. 1, Fiscal Year 2008", USAID, 20 dez. 2007. Disponível em: <http://transition.usaid.gov/our_work/humanitarian_assistance/disaster_assistance/countries/somalia/template/fs_sr/somalia_ce_sr01_12-20-2007.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

33. Entrevista concedida ao autor por Daveed Gartenstein-Ross em março de 2011. Todas as citações de Gartenstein-Ross foram tiradas dessa entrevista, salvo indicação do contrário.

34. Entrevista concedida ao autor por Abdirahman "Aynte" Ali em junho de 2011. Todas as citações de Aynte foram tiradas dessa entrevista, salvo indicação do contrário.

35. Salad Duhul (AP), "Somali Fighting Kills 381; Government Warns of New Offensive", *Deseret News*, 2 abr. 2007.

36. "Crowd Drags Ethiopian Corpse, Echoing 1993 Brutality", CNN.com, 8 nov. 2007. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2007/WORLD/africa/11/08/somalia.fighting/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

37. "Somali Prime Minister Survives Bomb Attack", CNN.com, 3 jun. 2007. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2007/WORLD/africa/06/03/somalia.bombing/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

38. Alex Perry, "Interview: Ethiopian Prime Minister Meles Zenawi", *Time*, 6 set. 2007. Disponível em: <www.time.com/time/magazine/article/0,9171,1659420,00.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

39. "Designation of al-Shabaab as a Foreign Terrorist Organization", Escritório do Coordenador do Contraterrorismo, Departamento de Estado dos Estados Unidos, 26 fev. 2008. Disponível em: <www.state.gov/j/ct/rls/other/des/102446.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

40. Agência France-Presse, "US Missile Strike Targets 'Al-Qaeda Leader' in Somalia", 3 mar. 2008; Jeffrey Gettleman e Eric Schmitt, "US Forces Fire Missiles into Somalia at a Kenyan", *New York Times*, 4 mar. 2008.

41. Stephanie McCrummen e Karen DeYoung, "US Airstrike Kills Somali Accused of Links to Al-Qaeda", *Washington Post*, 2 maio 2008.

42. Eric Schmitt e Jeffrey Gettleman, "Qaeda Leader Reported Killed in Somalia", *New York Times*, 2 maio 2008.

43. Stephanie McCrummen e Karen DeYoung, op. cit.

44. Daveed Gartenstein-Ross, "The Strategic Challenge of Somalia's Al-Shabaab", *Middle East Quarterly*, outono de 2009. Disponível em: <www.meforum.org/2486/somalia-al-shabaab-strategic-challenge#_ftn22>. Acesso em: 25 nov. 2013.

45. Telegrama diplomático americano 08nairobi1363, do embaixador Michael Ranneberger, embaixada dos Estados Unidos em Nairóbi, "Somalia — Ayrow's Demise", 3 jun. 2008, divulgado pelo WikiLeaks. Disponível em: <http://wikileaks.org/cable/2008/06/08NAIROBI1363.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

46. Departamento de Informação Pública do Conselho de Segurança das Nações Unidas, "Security Council, in Presidential Statement, Welcomes Signing of Djibouti Agreement on Reconciliation by Parties to Somalia Conflict", comunicado à imprensa do Conselho de Segurança das Nações Unidas, 4 set. 2008.

47. Entrevista concedida ao autor pelo presidente xeque Sharif Sheikh Ahmed em junho de 2011.

48. Abdirahman "Aynte" Ali, "The Anatomy of al-Shabaab", documento inédito, jun. 2010. Disponível em: <www.radiodaljir.com/audio/docs/TheAnatomyOfAlShabaab.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

49. Id., ibid., p. 28.

50. Id., ibid., p. 20.

51. Grupo Crise Internacional, "Somalia: To Move Beyond the Failed State", Africa Report, n. 147, 23 dez. 2008, p. 12.

52. Ibid., pp. 12-3.

53. Mark Bradbury, "State-Building, Counterterrorism, and Licensing Humanitarianism in Somalia", documento de briefing, Centro Internacional Feinstein, out. 2010.

54. Grupo Crise Internacional, op. cit., p. 14.

55. Ibid.

56. Comissão de Relações Exteriores, Al-Qaeda in Yemen and Somalia: A Ticking Time Bomb, Senate Printing 111-40, p. 16, 2010.

57. Abdirahman "Aynte" Ali, op. cit., p. 37.

58. Khaled Wassef (CNET), "Bin Laden Urges Somalis to 'Fight On'", cbs.com, 19 mar. 2009.

23. "SE SEU FILHO NÃO VIER PARA CÁ, SERÁ MORTO PELOS AMERICANOS"

1. Telegrama diplomático 07SANAA473, do encarregado de negócios Nabeel Khoury, embaixada dos Estados Unidos em Sana'a, "Unmanned usg Aircraft Washes Ashore, Official Media Reports Downed Iranian 'Spy Plane'", 2 abr. 2007, divulgado pelo WikiLeaks. Disponível em: <http://wikileaks.org/cable/2007/04/07SANAA473.html>. Acesso em: 25 nov. 2013. As referências ao incidente do drone se basearam neste telegrama.

2. David Campbell e Richard Norton-Taylor, "US Accused of Holding Terror Suspects on Prison Ships", *The Guardian*, 1 jun. 2008.

3. Hassan M. Fattah, "Suicide Attacks Foiled at Two Oil Sites, Yemen Says", *New York Times*, 16 set. 2006.

4. Gregory D. Johnsen, "Is Al-Qaeda in Yemen Regrouping?", *Terrorism Focus*, v. 4, n. 15, 30 maio 2007. Disponível em: <www.jamestown.org/single/?no_cache=1&tx_ttnews%5Btt_news%5D=4174>. Acesso em: 25 nov. 2013.

5. Depoimento preparado por Gregory D. Johnsen, "Yemen: Confronting Al-Qaeda, Preventing State Failure, Hearing Before the Senate Foreign Relations Committee, 111º Congresso 53, 2010.

6. Ahmed al-Hajj (AP), "Suicide Attacker Kills Nine at Yemen Temple", *Washington Post*, 2 jul. 2007. Segundo Johnsen nesse depoimento ao Senado, o número de mortos foi maior do que se informou inicialmente.

7. Entrevistas concedidas ao autor por membros da família em janeiro de 2012.

8. "Moazzam Begg Interviews Imam Anwar al-Awlaki", Cageprisoners, 31 dez. 2007. Disponível em: <www.cageprisoners.com/our-work/interviews/item/159-moazzam-begg-interviews-imam- anwar-al-awlaki>. Acesso em: 25 nov. 2013.

9. Anwar al-Awlaki, "The Lies of the Telegraph", blog do imã Anwar, anwar-alawlaki.com, 27 dez. 2008.

10. "Moazzam Begg Interviews Imam Anwar al-Awlaki", Cageprisoners, 31 dez. 2007. Disponível em: <http://old.cageprisoners.com/articles.php?id=22926>. Acesso em: 25 nov. 2013.

11. Anwar al-Awlaki, "Assalamu alaykum all", blog do imã Anwar, anwar-alawlaki.com, 31 maio 2008.

12. Anwar al-Awlaki, "Do You Like Cheese?", blog do imã Anwar, anwar-alawlaki.com, 25 nov. 2008.

13. Anwar al-Awlaki, "Is the Franklin Morphing into the Washington?!", blog do imã Anwar, anwar-alawlaki.com, 6 out. 2008.

14. Anwar al-Awlaki, "A Question About the Method of Establishing Khilafa", blog do imã Anwar, anwar-alawlaki.com, 29 ago. 2008.

15. Anwar al-Awlaki, "Is the Franklin Morphing into the Washington?!", op. cit.

16. Susan Schmidt, "Imam from Va. Mosque Now Thought to Have Aided Al-Qaeda", *Washington Post*, 27 fev. 2008.

17. Alexander Meleagrou-Hitchens, "As American as Apple Pie: How Anwar al-Awlaki Became the Face of Western Jihad", Centro Internacional de Estudo da Radicalização e da Violência Política, 2011, p. 55.

18. Grupo Crise Internacional Crisis, "Saudi Arabia Backgrounder: Who Are the Islamists?", *Middle East Report*, n. 31, 21 set. 2004, p. 13.

19. Anwar al-Awlaki, "Constants on the Path of Jihad", op. cit.

20. Entrevista concedida ao autor pelo dr. Emile Nakhleh em janeiro de 2010. Todas as citações de Nakhleh foram tiradas dessa entrevista.

21. Entrevista concedida ao autor pelo xeque Saleh bin Fareed em janeiro de 2010. Todas as citações de Bin Fareed foram tiradas dessa entrevista.

22. Entrevista concedida ao autor por Nasser al-Awlaki em janeiro de 2012. Todas as informações e declarações atribuídas a ele foram tiradas dessa entrevista, salvo indicação do contrário.

23. Xeque Harith al-Nadari, "My Story with al-Awlaki", *Inspire*, n. 9, inverno de 2012, maio 2012.

24. Entrevistas concedidas ao autor por membros da família em janeiro de 2012.

25. Entrevista concedida ao autor pelo xeque Saleh bin Fareed em janeiro de 2012.

26. Entrevistas concedidas ao autor por membros da família Awlaki em agosto de 2012.

27. Ibid.

28. Shane Bauer, "US Embassy Hit in Yemen, Raising Militancy Concerns", *Christian Science Monitor*, 18 set. 2008.

29. Agência France-Presse, "Bush Says Yemen Attack Shows Need to Fight Extremists", 17 set. 2008.

30. Depoimento do general David H. Petraeus, "Nominations Before the Senate Armed Services Committee: Hearings on the Nominations of Gen. David D. McKeirnan; LTG. Raymond T. Odierno; LTG Walter L. Sharp; Gen. David H. Petraeus; Hon. Nelson M. Ford; Joseph A. Benkert; Sean J. Stackley; Frederick S. Celec; Michael B. Doley; Gen. Norton A. Schwartz; and Gen. Duncan J. McNabb, Day 3, Before the Armed Services Committee", 110º Congresso, 145, 2008.

31. Athena Jones, "Obama Discusses Yemen Attack", National-Journal.com, 17 set. 2008. Disponível em: <http://nationalyemen.com/2013/11/18/obama-adviser-discusses-yemen-political-transition-with-hadi/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

32. Michael Sheuer, "Yemen's Role in Al-Qaeda's Strategy", *Terrorism Focus*, n. 5, v. 5, 7 fev. 2008. Disponível em: <www.jamestown.org/programs/gta/single/?tx_ttnews%5Btt_news%5D=4708&tx_ttnews%5BbackPid%5D=246&no_cache=1>. Acesso em: 25 nov. 2013.

33. Entrevista concedida ao autor por ex-funcionário do contraterrorismo em janeiro de 2011.

34. Entrevista concedida ao autor por antigo assessor do JSOC em 2010.

35. Associated Press, "McCain, Obama Spar over Al-Qaeda in Iraq", CBSNews.com, 18 jun. 2009.

36. Anwar al-Awlaki. "Voting for the American President", blog do imã Anwar, anwar-alawlaki.com, 31 out. 2008.

37. Anwar al-Awlaki, "Part 2: Voting for the American President", blog do imã Anwar, anwar-awlaki.com, 3 nov. 2008.

38. Gordon Rayner, "Muslim Groups 'Linked to September 11 Hijackers Spark Fury over Conference'", *Telegraph*, 27 dez. 2008.

39. Anwar al-Awlaki, "The Lies of the Telegraph", blog do imã Anwar, anwar-alawlaki.com, 27 dez. 2008.

40. Evan Kohlmann, "Investigating Ft. Hood: Anwar al-Awlaki's 'Constants on the Path of Jihad'", blog Contraterrorism, 9 nov. 2009. Disponível em: <http://counterterrorismblog.org/2009/11/investigating_ft_hood_anwar_al.php>. Acesso em: 25 nov. 2013.

41. Andrea Elliott, "A Call to Jihad, Answered in America", *New York Times*, 11 jul. 2009.

42. Anwar al-Awlaki, "Salutations to the al-Shabab of Somalia", blog do imã Anwar, anwar-alawlaki.com, 21 dez. 2008.

43. "Al-Shabaab: Reply to the Greeting and Advice of Sheikh Anwar", blog do imã Anwar, anwar-alawlaki.com, 27 dez. 2008.

44. Anwar al-Awlaki, "The Meaning of Gaza", blog do imã Anwar, anwar-alawlaki.com, 28 dez. 2008.

45. Nidal Hasan, e-mail para Anwar Awlaki, 17 dez. 2008, publicado por Intelwire em 19 de julho de 2012. Disponível em: <http://news.intelwire.com/2012/07/the-following-e-mails-between-maj.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

46. Scott Shane, "Born in US, a Radical Cleric Inspires Terror", *New York Times*, 18 nov. 2009.

47. Wesley Yang, "The Terrorist Search Engine", *New York Magazine*, 5 dez. 2010.

48. Evan Kohlmann, op. cit.

49. Entrevista concedida ao autor por Joshua Foust em janeiro de 2011.

50. Anwar al-Awlaki, "Yemeni-American Jihadi Cleric Anwar Al-Awlaki in First Interview with Al-Qaeda Media calls on Muslim US Servicemen to Kill Fellow Soldiers", transcrição da entrevista com Al-Malahem Media, 23 de maio de 2010, pelo Instituto de Pesquisa de Mídia do Oriente Médio (NEMRI). Disponível em: <www.memritv.org/clip_transcript/en/2480.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

51. Anwar al-Awlaki, "A New Year: Reality and Aspirations", blog do imã Anwar, anwar-alawlaki.com, 31 dez. 2008.

52. Id., ibid.

24. "OBAMA DECIDIU MANTER O RUMO FIXADO POR BUSH"

1. Barack Obama, "Transcript: Obama's Speech Against the Iraq War", 2 out. 2002, transcrição disponível via NPR.org. Disponível em: <www.npr.org/templates/story/story.php?storyId= 99591469>. Acesso em: 25 nov. 2013.

2. Barack Obama, "Illinois Sen. Barack Obama's Announcement Speech", 10 fev. 2007, transcrição disponível via Associated Press. Disponível em: <www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/02/10/AR2007021000879.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

3. Scott Shane, David Johnston e James Risen, "Secret US Endorsement of Severe Interrogations", *New York Times*, 4 out. 2007.

4. Transcrição, "Barack Obama on msnbc", 4 out. 2007, disponível via nytimes.com. Disponível em: <www.nytimes.com/2007/10/04/us/poli-tics/04obama-text.html?pagewanted=all>. Acesso em: 25 nov. 2013.

5. "Oct. 30 Democratic Debate Transcript", 30 out. 2007, transcrição disponível via msnbc.com. Disponível em: <www.msnbc.msn.com/id/21528787/ns/ politics-the_debates/t/oct-democratic-debate-transcript/#.UPEUQHZKZCr>. Acesso em: 25 nov. 2013.

6. Associated Press, "Obama Says He Might Send Troops to Pakistan", NBCNews.com, 1º ago. 2007. Disponível em: <http://usatoday30.usatoday.com/news/politics/election2008/2007-08-01-obama_N.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

7. Andy Merten, "Presidential Candidates Debate Pakistan; McCain, Clinton Criticize Obama for Threatening to Order Attacks", NBCNews.com, 28 fev. 2008. Disponível em: <http://www.nbcnews.com/id/23392577/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

8. "Feb. 26 Democratic Debate Transcript", 26 fev. 2007, transcrição disponível via MSNBC.com. Disponível em: <www.msnbc.msn.com/id/23354734/ns/politics-the_debates/t/feb-democratic-debate-transcript/#.UPYeVjBzKZcR>. Acesso em: 25 nov. 2013.

9. "Obama Blasts McCain, Lays Out His Own Agenda", CNN.com, 28 ago. 2008. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2008/POLITICS/08/28/obama.speech/>. Acesso em: 25 nov. 2013; Karl Rove, "Thanksgiving Cheer from Obama; He's Assembled a First-Rate Economic Team", *Wall Street Journal*, 28 nov. 2008.

10. Karl Rove, op. cit.

11. Max Boot, "Obama's Picks", Commentary, postado em 11 de novembro de 2008. Disponível em: <www.commentarymagazine.com/2008/11/25/obamas-picks/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

12. Michael Goldfarb, "Obama the Realist", Weekly Standard (blog), 26 nov. 2008. Disponível em: <www.weekly-standard.com/weblogs/TWSFTP/2008/11/obama_the_realist_1.asp>. Acesso em: 25 nov. 2013.

13. Transcrição de *This Week with George Stephanopoulos*, ABC, 11 jan. 2009.

14. Transcrição de *Face the Nation*, CBS, 10 maio 2009.

25. ATAQUES COM O SELO DE OBAMA

1. Jake Tapper, Jan Crawford-Greenburg e Huma Khan, "Obama Order to Shut Gitmo, CIA Detention Centers", ABCNews.go.com, 22 jan. 2009. Disponível em: <http://abcnews.go.com/Politics/LawPolitics/story?id=6707095>. Acesso em: 25 nov. 2013.

2. Daniel Klaidman, *Kill or Capture: The War on Terror and the Soul of the Obama Presidency*. Nova York: Houghton Mifflin Harcourt, 2012, p. 39.

3. "Complaint Against the United States of America for the Killing of Innocent Citizens of the Islamic Republic of Pakistan to the UN Human Rights Council", 23 fev. 2012. (Disponível em: <http://reprieve.org.uk/media/downloads/2012_02_22_PUB_drones_UN_HRC_complaint. pdf?utm_source=Press+mailing+list&utm_campaign=89f3db0a75-2012_02_23_drones_UN_complaint&utm_medium=email>. Acesso em: 25 nov. 2013). A queixa foi apresentada em nome das vítimas de diferentes ataques, entre elas Ejaz Ahmad, cujos parentes estavam entre os mortos e feridos pelo ataque em questão.

4. Daniel Klaidman, op. cit., p. 39.

5. Bob Woodward, *Obama's Wars*. Nova York: Simon and Schuster, 2010, p. 93.

6. Daniel Klaidman, op. cit., p. 40.

7. "Obama 2009 Pakistan Strikes", Bureau de Jornalismo Investigativo, 10 ago. 2011. Diponível em: <www.thebureauinvestigates.com/2011/08/10/obama-2009-strikes/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

8. "Complaint Against the United States of America", op. cit.

9. "Obama 2009 Pakistan Strikes", op. cit.

10. Daniel Klaidman, op. cit., p. 40.

11. Id., ibid., pp. 40-1.

12. Id., ibid., p. 42.

13. Consta que Obama fez outras pequenas modificações no protocolo de ataque por indícios, como integrar o Departamento de Estado, leia-se o embaixador em Islamabad, ao processo. Adam Entous, Siobhan Gorman e Julian E. Barnes, "US Tightens Drone Rules", *Wall Street Journal*, 4 nov. 2011.

14. Daniel Klaidman, op. cit., p. 120.

15. Eric Schmitt e Thom Shanker, *Counterstrike: The Untold Story of America's Secret Campaign Against Al-Qaeda*. Nova York: Times, 2011, p. 232.

16. Id., ibid., p. 245.

17. R. Jeffrey Smith, Candace Rondeaux e Joby Warrick, "Two US Airstrikes Offer a Concrete Sign of Obama's Pakistan Policy", *Washington Post*, 24 jan. 2009.

18. Bob Woodward, op. cit., p. 93.

19. Jane Mayer, "The Predator War: What Are the Risks of the CIA's Covert Drone Program?", *New Yorker*, 26 out. 2009.

20. Bob Woodward, op. cit., p. 6.

21. Peter Bergen, *Manhunt: The Ten-Year Search for Bin Laden — from 9/11 to Abbottabad*. Nova York: Crown, 2012, p. 116.

22. Jake Tapper, "Chapter Six: The President Takes Aim", in Terry Moran, Martha Raddatz, Nick Schifrin, Brian Ross e Jake Tapper, Target: Bin Laden — the Death and Life of Public Enemy Number One", ABCNews.go.com, 9 jun. 2011. Disponível em: <http://abcnews.go.com/Politics/target-bin-laden-death-life-osama-bin-laden/story?id=13786598>. Acesso em: 25 nov. 2013.

23. "Obama 2009 Pakistan Strikes", op. cit.

24. "US Drone Fires on Taliban Territory", Agência France-Presse, 24 jun. 2009.

25. Jane Mayer, op. cit.

26. Id., ibid.

27. Daniel Klaidman, op. cit., p. 121.

28. "2009: The Year of the Drone", Iniciativa Estratégica de Contraterrorismo, Fundação Nova América. Disponível em: <http://counterterrorism.newamerica.net/drones/2009>. Acesso em: 25 nov. 2013.

29. James Risen e Mark Mazzetti, "CIA Said to Use Outsiders to Put Bombs on Drones", *New York Times*, 20 ago. 2009.

30. Entrevista concedida ao autor por fonte da Inteligência das Forças Armadas dos Estados Unidos em outubro de 2009. Todas as informações e citações da "fonte de Inteligência militar" foram tiradas dessa entrevista.

31. Lei de Transparência e Responsabilidade nas Contratações Militares e de Segurança de 2007, S. 674, 110º Congresso, 2007.

26. OS CARAS DAS OPERAÇÕES ESPECIAIS QUEREM "RESOLVER ESSA MERDA COMO FIZERAM NA AMÉRICA CENTRAL NOS ANOS 1980"

1. Associated Press, "Report: Ex-Gitmo Detainee Now Al-Qaeda's n. 2 in Yemen", USATOday.com, 23 jan. 2009. Disponível em: <http://usatoday30.usatoday.com/news/world/2009-01-23-gitmo-friday_N.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

2. Memorando do Gabinete do Departamento de Defesa para a Revisão Administrativa da Detenção de Combatentes Inimigos na Base Naval Americana de Guantánamo, Cuba, para Said Ali Jabir al-

Khathim al-Shihri, "Unclassified Summary of Evidence for Administrative Review Board in the Case of Said Ali Jabir al-Khathim al-Shihri", 16 jun. 2005. Disponível em: <http://projects.nytimes.com/guantanamo/detainees/372-said-ali-al-shihri/documents/1/pages/411#3>. Acesso em: 25 nov. 2013.

3. Robert F. Worth, "Freed by the US, Saudi Becomes a Qaeda Chief", *New York Times*, 22 jan. 2009.

4. Agência France-Presse, "Former Guantanamo Detainee Elevated to Senior Qaeda Rank", 23 jan. 2009.

5. Barak Barfi, "Yemen on the Brink? The Resurgence of Al-Qaeda in Yemen", Documento de Política Iniciativa Estratégica de Contraterrorismo, Fundação Nova América, jan. 2010, p. 5.

6. Id., ibid., p. 8.

7. Associated Press, "US Report Says Pakistan Terror Attacks Up", USATOday.com, 30 abr. 2009. Disponível em: <http://usatoday30.usatoday.com/news/washington/2009-04-30-terrorism-report_N.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

8. Depoimento de Hillary Rodham Clinton, secretária de Estado, "Hearing to Receive Testimony of Afghanistan, Before the Senate Committee on Armed Services", 111º Congresso, p. 63, 2 dez. 2009.

9. Depoimento do almirante Dennis Blair, diretor nacional de Inteligência, "Annual Threat Assessment Hearing, Before the Permanent Select Committee on Intelligence", 111º Congresso, 25 fev. 2009.

10. Transcrição de "Media Roundtable with CIA Director Leon E. Panetta", 25 fev. 2009, transcrito do Serviço Federal de Notícias.

11. Bob Woodward, *Obama's Wars*. Nova York: Simon and Schuster, 2010, p. 8.

12. Id., ibid., p. 35.

13. Dan Pfeiffer, "The Same Old Washington Blame Game", blog da Casa Branca, 30 dez. 2009. Disponível em: <www.whitehouse.gov/blog/2009/12/30/same-old-washington-blame-game>. Acesso em: 25 nov. 2013.

14. Robert F. Worth, op. cit.

15. Pam Benson, "Obama to Name John Brennan to Lead CIA", Security Clearance (blog), CNN.com, 7 jan. 2013. Disponível em: <http://security.blogs.cnn.com/2013/01/07/obama-to-name-john-brennan-to-lead-cia/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

16. "Profile: John O. Brennan", *who runs gov*, WashingtonPost.com. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/politics/john-o-brennan/gIqA9sfs9O_topic.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

17. "Yemen Frees 176 Al-Qaeda Suspects", AlArabiya.net, 9 fev. 2009. Disponível em: <http://www.alarabiya.net/articles/2009/02/09/66067.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

18. "Tourists Die in Yemen Explosion", BBC.co.uk, 15 mar. 2009. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/7945013.stm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

19. Telegrama diplomático 09SANAA495, da encarregada de negócios Angie Bryan, "Saleh Shows No Flexibility on GTMO Detainees", 23 mar. 2009, divulgado pelo WikiLeaks. Disponível em: <http://wikileaks.org/cable/2009/03/09SANAA495.html>. Acesso em: 25 nov. 2013. O autor se baseou nesse telegrama para os detalhes da reunião.

20. Saba (Iêmen), "Yemeni Leader Receives Letter from US President", BBC Monitoring International Reports, 16 mar. 2009.

21. Angie Bryan, op. cit.

22. Kevin Peraino, "Our Main Enemy Is Al-Qaeda", *Newsweek*, 17 abr. 2009.

23. Entrevista concedida ao autor pelo coronel W. Patrick Lang em fevereiro de 2011. Todas as citações de Lang foram tiradas dessa entrevista.

24. Gareth Porter, "True Believer: Petraeus and the Mythology of Afghanistan", *Truthout*, 20 dez. 2012.

25. General David H. Petraeus, comandante do Comando Central dos Estados Unidos, "The Afghanistan-Pakistan Strategic Review and the Posture of US Central Command", depoimento preparado para a Comissão das Forças Armadas do Senado, 1 abr. 2009.

26. "Yemen", excerto da declaração do general David H. Petraeus, comandante do Comando Central dos Estados Unidos ante a Comissão das Forças Armadas sobre a revisão da estratégia para o Afeganistão e o Paquistão e a posição do Comando Central dos Estados Unidos, 16 mar. 2010. Disponível em: <www.centcom.mil/yemen/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

27. General David H. Petraeus, op. cit.

28. Marc Ambinder, "Obama Gives Commanders Wide Berth for Secret Warfare", *Atlantic*, 25 maio 2010. Disponível em: <www.theatlantic.com/politics/archive/2010/05/obama-gives-commanders-wide-berth-for-secret-warfare/57202/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

29. Telegrama diplomático 09SANAA1015 do embaixador Stephen Seche, embaixada dos Estados Unidos em Sana'a, "Saleh Sees Foreign Hand Behind Yemen's Internal Woes", 31 maio 2009, divulgado pelo WikiLeaks. Disponível em: <http://wikileaks.org/cable/2009/05/09SANAA1015.html>. Acesso em: 25 nov. 2013. O autor se baseia nesse telegrama para detalhes sobre a reunião.

30. Equipe de Teletransmissão da CNN, "Man Pleads Guilty to Recruiting Center Killing, Gets Life", CNN.com, 25 jul. 2011. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2011/CRIME/07/25/arkansas.recruiter.shooting/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

31. Kristina Goetz (Commercial Appeal, Memphis), "Muslim Who Shot Soldier in Arkansas Says He Wanted to Cause More Death", Knoxnews.com, 13 nov. 2010. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2011/CRIME/07/25/arkansas.recruiter.shooting/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

32. James Dao, "Suspect's Lawyer Outlines Defense in Killing of Soldier", *New York Times*, 4 jun. 2009.

33. Pierre Thomas, Richard Esposito e Jack Date, "Recruiter Shooting Suspect Had Ties to Extremist Locations", ABCNews.go.com, 3 jun. 2009.

34. Steve Barnes e James Dao, "Gunman Kills Soldier Outside Recruiting Station", *New York Times*, 1 jun. 2009.

35. "Arkansas Recruiting Center Killing Suspect: 'This Was a Jihadi Attack'", CNN.com, 22 jan. 2010. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2010/CRIME/01/22/arkansas.recruiter.shooting/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

36. James Dao, "Man Claims Terror Ties in Little Rock Shooting", *New York Times*, 21 jan. 2010.

37. Observações de Richard B. Cheney, Instituto Americano de Empreendedorismo, 21 maio 2009. Disponível em: <www.aei.org/article/foreign-and-defense-policy/regional/india-pakistan-afghanistan/remarks- by-richard-b-cheney/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

38. Entrevista concedida ao autor por Joshua Foust em janeiro de 2011.

39. Entrevista concedida ao autor por ex-assessor do comando das Operações Especiais em fevereiro de 2011.

40. Telegrama diplomático 09STATE72112, da secretária de Estado Hillary Clinton à embaixada americana em Sana'a, "Eliciting Yemeni Cooperation for Arms Smuggling Interdiction Efforts", 9 jun. 2009, divulgado pelo WikiLeaks. Disponível em: <http://wikileaks.org/cable/2009/07/09STATE72112.html>. Acesso em: 25 nov. 2013. O autor se baseia nesse telegrama para os detalhes dos argumentos do embaixador Seche.

41. Telegrama diplomático 08SANAA1947, do embaixador Stephen Seche, embaixada dos Estados Unidos em Sana'a, "Saleh Tells Petraeus: 'No Restrictions' on ct Cooperation", 9 ago. 2009, divulgado pelo WikiLeaks. Disponível em: <http://wikileaks.org/cable/2009/08/09SA-NAA1430.html>. Acesso em: 25 nov. 2013. O autor se baseia nesse telegrama para detalhes sobre a reunião.

42. Gregory D. Johnsen, "The Expansion Strategy of Al-Qa'ida in the Arabian Peninsula", *ctc Sentinel*, 3 jan. 2010. Disponível em : <www.ctc.usma.edu/posts/the-expansion-strategy-of-al-qa-ida-in-the-arabian-peninsula-2>. Acesso em: 25 nov. 2013.

43. Id., ibid.

44. Transcrição de "Defense Language Institute All Hands Call", Instituto de Defesa da Língua, Monterey, CA, 10 ago. 2009. Disponível em: <www.jcs.mil/speech.aspx?id=1230>. Acesso em: 25 nov. 2013.

45. Entrevista concedida ao autor por um ex-assessor do comando das Operações Especiais em dezembro de 2010.

27. SUICÍDIO OU MARTÍRIO? [pp. 350-7]

1. Anwar al-Awlaki, "Suicide or Martyrdom?", blog do imã Anwar, anwar-alawlaki.com, 22 jan. 2009.

2. Anwar al-Awlaki, "An Offer to Retract and Unite", blog do imã Anwar, anwar-alawlaki.com, 14 fev. 2009.

3. Anwar al-Awlaki, "State of the Ummah — Imam Anwar Al-Awlaki", vídeo (áudio) do YouTube, 48:51, de uma palestra feita por Anwar al-Awlaki via teleconferência em 1º de março de 2009, postado por "Moahroah", 3 jul. 2012. Disponível em: <www. youtube.com/watch?v= PIpxw2tupdQ>. Acesso em: 25 nov. 2013.

4. Entrevista concedida ao autor por Nasser al-Awlaki em janeiro de 2012.

5. Entrevista concedida ao autor por Nasser al-Awlaki em agosto de 2012.

6. Ibid.

7. Entrevista concedida ao autor por Nasser al-Awlaki em janeiro de 2012.

8. Entrevista concedida ao autor por Nasser al-Awlaki em setembro de 2012.

9. Entrevista concedida ao autor pelo xeque Saleh bin Fareed em janeiro de 2012.

10. Anwar al-Awlaki, "Anwar al-Awlaki May 2010 Interview Video", transcrição de entrevista para a Al-Malahem Media, transmitida em 23 de maio de 2010, tradução de Public Intelligence, 26 maio 2010. Disponível em: <http://publicintelligence.net/anwar-al-awlaki-may-2010-interview-video/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

11. Nidal Hasan, e-mail para Anwar al-Awlaki, 16 jan. 2009, divulgado pela Intelwire em 19 de julho de 2012. Disponível em: <http://news.intelwire.com/2012/07/the-following-e-mails-between-maj.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

12. Nidal Hasan, e-mail para Anwar al Awlaki, 16 fev. 2009, divulgado pela Intelwire em 19 de julho de 2012. Disponível em: <http://news.intelwire.com/2012/07/the-following-e-mails-between-

maj.html>. Acesso em: 25 nov. 2013. Este é o primeiro dos quatro e-mails enviados por Hasan em 16 de fevereiro.

13. Id., ibid., o terceiro dos quatro e-mails enviados por Hasan em 16 de fevereiro.

14. Anwar al-Awlaki, e-mail para Nidal Hasan, 16 fev. 2009, divulgado pela Intelwire em 19 de julho de 2012. Disponível em: <http://news.intelwire.com/2012/07/the-following-e-mails-between-maj.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

15. Nidal Hasan, e-mail para Anwar al-Awlaki, 16 fev. 2009, divulgado pela Intelwire em 19 de julho de 2012. Disponível em: <http://news.intelwire.com/2012/07/the-following-e-mails-between-maj.html>. Acesso em: 25 nov. 2013. Este foi o último dos quatro e-mails enviados por Hasan em 16 de fevereiro.

16. Anwar al-Awlaki, e-mail para Nidal Hasan, 22 fev. 2009, divulgado pela Intelwire em 19 de julho de 2012. Disponível em: <http://news.intelwire.com/2012/07/the-following-e-mails-between-maj.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

17. Nidal Hasan, e-mail para Anwar al-Awlaki, 7 mar. 2009, divulgado pela Intelwire em 19 de julho de 2012. Disponível em: <http:// news.intelwire.com/2012/07/the-following-e-mails-between-maj.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

18. Nidal Hasan, e-mail para Anwar al-Awlaki, 31 maio 2009, divulgado pela Intelwire em 19 de julho de 2012. Disponível em: <http://news.intelwire.com/2012/07/the-fol-lowing-e-mails-between-maj.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

19. Anwar al-Awlaki, "The Army of Yemen Confronts the Mujahideen", blog do imã Anwar, anwar-alawlaki.com, 10 ago. 2009.

20. Anwar al-Awlaki, "Could Yemen Be the Next Surprise of the Season?", blog do imã Anwar, anwar-alawlai.com, 7 out. 2009.

21. Entrevista concedida ao autor por Abdul Rezzaq al-Jamal em janeiro de 2012.

22. Anwar al-Awlaki, "Anwar al-Awlaki's Posthumous Call to Jihad (Part 1)", vídeo do YouTube, 12:48, de uma palestra de Anwar al-Awlaki em março de 2010, produzido pela Al-Malahem Media, postado por "ClarionProductions" em 21 de dezembro de 2011. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=EOcFKofJ5PA>. Acesso em: 25 nov. 2013.

28. OBAMA ABRAÇA O JSOC

1. Joshua Partlow, "In Afghanistan, Taliban Leaving al-Qaeda Behind", *Washington Post*, 11 nov. 2009.

2. "UN Somalia Envoy Accuses Islamist of Coup Attempt", Agência France-Presse, 13 maio 2009.

3. "Somali Terror Group Raps in English for Recruits", Agência France-Presse, 31 mar. 2009.

4. Abu Mansuur al-Amriiki, "The Story of an American Jihaadi, Part One". Disponível em: <http://azelin.files.wordpress.com/2012/05/omar-hammami-abc5ab-mane1b9a3c5a-br-alamrc4abkc4ab-22the-story-of-an-american-jihc481dc4ab-part-122.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013. Para detalhes sobre a vida de Omar Hammami, o autor se baseia em sua autobiografia publicada na internet com o nome de guerra de Abu Mansuur al-Amriiki, salvo indicação do contrário.

5. Andrea Elliott, "The Jihadist Next Door", *New York Times Magazine*, 27 jan. 2010.

6. Id., ibid.

7. Associated Press, "American Is Charged in US for Activities in Somalia", *Washington Post*, 14 fev. 2007.

8. Andrea Elliott, op. cit.

9. Id., ibid.

10. "Lawless Somalia Draws Influx of Foreign Fighters", Agência France-Presse, 27 mar. 2009.

11. Omar Hammami, "A Converted American Who Joined Al-Qaeda", vídeo do YouTube, 3:12, de uma transmissão da CNN que mostra um excerto do vídeo de recrutamento intitulado "Ambush at Bardal", produzido pela Al-Shabab, postado por "shahzad-khan007" em 22 de julho de 2009. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=dvEdB9riTI0>. Acesso em: 25 nov. 2013.

12. Omar Hammami, "Two Americans in Shabaab", vídeo do YouTube, 3:38, do vídeo "Ambush at Bardal", produzido pela Al-Shabab, postado por "RabieAbuBakr" em 15 de abril de 2009. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=HMU9Vgix6Eo>. Acesso em: 25 nov. 2013.

13. "Somali Terrorist Group Releases Recruitment Video Featuring 'The American'", Liga Antidifamação, 8 set. 2009. Disponível em: <www.adl.org/main_Terrorism/al_shabaab_video_the_american.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

14. Em 2012, parece ter havido um rompimento entre Hammami e a Al-Shabab, pois em dois vídeos mostrados na internet, Hammami diz que o "atrito" com outros líderes tinha posto sua vida em risco. A Al-Shabab negou as acusações, disse que Hammami era "narcisista" e por sua vez acusou-o de "semear a desunião" entre os mujahedin. Ver "urgent message", de Omar Hammami, vídeo do YouTube, 1:09, postado por "somalimuhajirwarrior" em 16 de março de 2012. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=GAr2srINqks>. Acesso em: 25 nov. 2013; Instituto de Pesquisa de Mídia do Oriente Médio, "In Second Urgent Message, American Al-Shabab Commander Hammami Confirms Major Schism Between Somali and Foreign Al-Shabab Fighters, Urges Al-Qaeda Leadership to Intervene", tradução para o inglês de uma mensagem de Omar Hammami em 19 de outubro de 2012. Disponível em: <www.memri.org/report/en/print6766.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013; "Abu Mansur Al-Amriki: A Candid Clarification", HSM Press Office, declaração de Harakat Al-Shabab Al-Mujahidin postado em seu Twitter, 17 dez. 2012. Disponível em: <www.twitlonger.com/show/kcjrkc>. Acesso em: 25 nov. 2013.

15. Pierre Thomas e Jason Ryan, "Feds Probing Possible Minn. Terror Group", ABCNews.go.com, 25 nov. 2008. Disponível em: <http://abcnews.go.com/TheLaw/story?id=6331697>. Acesso em: 25 nov. 2013.

16. Daniel Volman, "Obama, Africom, and US Military Policy Toward Africa", documento de trabalho n. 14, Programa de Estudos Africanos, Universidade Northwestern, 2009. Volman cita as respostas do senador Obama a um questionário distribuído em 2008 aos candidatos à presidência pela Fundação Leon H. Sullivan. O questionário — sem as respostas — está disponível em: <www.afjn.org/focus-campaigns/other/other-continental-issues/82-general/399-presidential-town-hall-meeting-africa-questionnaire. html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

17. Hillary Clinton ante a Comissão de Relações Exteriores do Senado na sessão de aprovação de seu nome para secretária de Estado, 13 jan. 2009, transcrição da CQ Transcriptions, divulgada via NYTimes.com. Disponível em: <www.nytimes.com/2009/01/13/us/politics/13text-clinton.html?pagewanted=1&_r=0>. Acesso em: 25 nov. 2013.

18. Marina Litvinsky e Jim Lobe, "Somalia: US Confirms Arms Shipments to Bolster Besieged Gov't", Agência de Notícias Inter Press, 25 jun. 2009.

19. Roland Marchal, "The Rise of a Jihadi Movement in a Country at War; Harakat Al-Shabaab al Mujaheddin in Somalia", Centro Nacional de Pesquisa Científica, mar. 2011, p. 8. A Al-Shabab

supostamente pagava os salários de seus recrutados de modo bem mais regular que outras entidades somalianas, inclusive o governo, embora os salários estabelecidos fossem comparativamente modestos.

20. Edmund Sanders, "Eleven African Soldiers Killed in Somalia", *Los Angeles Times*, 23 fev. 2009.

21. "Somali Militants Kill Eleven Burundian Soldiers in Mogadishu", *Pana Press*, 23 fev. 2009.

22. Mohamed Ibrahim, "Fighting in Somalia Kills at Least Fifteen", *New York Times*, 24 fev. 2009.

23. Greg Jaffe e Karen DeYoung, "Obama Team Mulls Aims of Somali Extremists", *Washington Post*, 11 abr. 2009.

24. Andrea Elliott, "A Call to Jihad, Answered in America", *New York Times*, 11 jul. 2009.

25. Maalik Eng, "Somalia Piracy Falls to Six-Year Low as Guards Defend Ships", *Shabelle Media Network*, 22 out. 2012.

26. Johan Peleman, Edward Howard Johns, Pavanjeet Singh Sandhu e John Tambi, "Report of the Panel of Experts on Somalia Pursuant to Security Council Resolution, 1474, 2003", Conselho de Segurança das Nações Unidas, 4 nov. 2003, p. 32.

27. "Report of the Secretary-General on the Protection of Somali Natural Resources and Waters", Conselho de Segurança das Nações Unidas, 25 out. 2011, pp. 12-3.

28. Najad Abdullahi, "'Toxic Waste' Behind Somali Piracy", Aljazeera.com, 11 out. 2008. Disponível em: <http://www.aljazeera.com/news/africa/2008/10/200810917422321864 4.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

29. "American Crew Regains Control of Hijacked Ship, One Pirate in Custody", FoxNews.com, 8 abr. 2009. Disponível em: <http://www.foxnews.com/story/2009/04/08/american-crew-regains-control-hijacked-ship-one-pirate-in-custody/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

30. Chip Cummins e Sarah Childress, "On the Maersk: 'I Hope if I Die, I Die a Brave Person'", *Wall Street Journal*, 16 abr. 2009.

31. "Crewman's E-mail Gives Harrowing Details of Hijacking", CNN.com, 20 abr. 2009. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2009/WORLD/africa/04/16/somalia.hijacked.ship.email/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

33. Jay Bahadur, *The Pirates of Somalia: Inside Their Hidden World*, ed. Kindle. Nova York: Pantheon, 2011.

33. Mark Mazzetti e Sharon Otterman, "US Captain Is Hostage of Pirates; Navy Ship Arrives", *New York Times*, 8 abr. 2009.

34. James Bone, "Maersk Alabama Crew Return to US to Tell of Somali Pirate Ordeal", *Times Online*, Londres, 18 abr. 2009.

35. Mark Mazzetti e Sharon Otterman, op. cit.

36. Id., ibid.

37. "More Pirates Searching for Lifeboat, Official Says", CNN.com, 10 abr. 2009. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2009/WORLD/africa/04/10/somalia.u.s.ship/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

38. Scott Wilson, Ann Scott Tyson e Stephanie McCrummen, "'Three Rounds, Three Dead Bodies'; Precision Volley by Navy SEALs Ended a Five-Day Ordeal for an American Seaman, but Piracy Off Somalia Continues", *Washington Post*, 14 abr. 2009.

39. Transcrição de *Larry King Live*, CNN, 12 abr. 2009.

40. Scott Wilson, Ann Scott Tyson e Stephanie McCrummen, op. cit.

41. Mark Owen, com Kevin Maurer, *No Easy Day: The Firsthand Account of the Mission That Killed Osama Bin Laden*. Nova York: Dutton, 2012, p. 94.

42. Transcrição de *Larry King Live*, CNN, 12 abr. 2009.

43. Entrevista concedida ao autor por Marc Ambinder em dezembro de 2010. Todas as citações de Marc Ambinder foram tiradas dessa entrevista.

44. Mark Owen, op. cit., p. 89.

45. Marc Ambinder, "Obama Gives Commanders Wide Berth for Secret Warfare", TheAtlantic.com, 25 maio 2010. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/politics/archive/2010/05/obama-gives-commanders-wide-berth-for-secret-warfare/57202/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

46. Entrevista concedida ao autor pelo general Hugh Shelton em março de 2011.

47. Scott Wilson, Ann Scott Tyson e Stephanie McCrummen, op. cit.

48. Marc Ambinder, "SEAL Team Six v. the Pirates", TheAtlantic.com, 12 abr. 2009. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/politics/archive/2009/04/seal-team-six-v-the-pirates/13007/>. Acesso em: 25 nov. 2013. Um porta-voz da Casa Branca declarou a jornalistas que o presidente Obama convocou militares depois da operação, entre eles "o vice-almirante William McRaven, chefe do Comando Conjunto de Operações Especiais".

49. Entrevista concedida ao autor por fonte de Operações Especiais em agosto de 2010.

50. Alex Perry, "Behind the Suicide Bombing in Somalia", *Time*, 19 jun. 2009.

51. Associated Press, "Somali Police Chief Among Seventeen Dead in Clashes", MSNBC.com, 17 jun. 2009. Disponível em: <http://www.nbcnews.com/id/31414888/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

52. Jeffrey Gettleman, "In Somalia, a Leader Is Raising Hopes for Stability", *New York Times*, 16 set. 2009.

53. Al-Arabiya/Agências, "Somalia Seeks Foreign Military Aid amid Crisis", AlArabiya.net, 20 jun. 2009. Disponível em: <http://www.alarabiya.net/articles/2009/06/20/76488.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

54. Mary Beth Sheridan, "US Has Sent Forty Tons of Munitions to Aid Somali Government", *Washington Post*, 27 jun. 2009.

55. Transcrição de "Remarks with Somali Transitional Federal Government President Sheikh Sharif Sheikh Ahmed", 6 ago. 2009.

56. John O. Brennan, "A New Approach to Safeguarding Americans", anotações preparadas, Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, 6 ago. 2009. Disponível em: <www.whitehouse.gov/the-press-office/remarks-john-brennan-center-strategic-and-international-studies>. Acesso em: 25 nov. 2013.

29. "SOLTEM A RÉDEA DO JSOC"

1. "Saudi Prince Spoke to Bomber on Phone Before Attack", Reuters, 2 set. 2009.

2. Al-Arabiya/Reuters, "Qaeda Names Man Who Tried to Kill Saudi Prince", AlArabiya.net, 30 ago. 2009. Disponível em: <http://www.alarabiya.net/articles/2009/08/30/83348.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

3. Abdullah Al-Oreifij (Saudi Gazette), "Saudi Interior Ministry Names Suicide Bomber in Attack on Prince", BBC Monitoring International Reports, 31 ago. 2009.

4. "Saudi Prince Spoke to Bomber on Phone Before Attack", op. cit.

5. Al-Arabiya/Reuters, op. cit.

6. Richard Barrett, "Al-Qaida and Taliban Status Check: A Resurgent Threat?", Instituto Washington para Política do Oriente Médio, 29 set. 2009, transcrição do *Federal News Service*. Disponível em:

<www.teachingterror.net/resources/AQ%20Status%20check.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013. Todas as citações de Barrett e declarações a ele atribuídas foram tiradas dessas anotações.

7. CBS/AQ, "Saudi Bombmaker Key Suspect in Yemen Plot", CBSNews.com, 1 nov. 2010. Disponível em: <http://www.cbsnews.com/news/saudi-bombmaker-key-suspect-in-yemen-plot/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

8. "Profile: Al-Qaeda 'Bomb Maker' Ibrahim al-Asiri", BBC.co.uk, 9 maio 2012. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-11662143>. Acesso em: 25 nov. 2013.

9. Telegrama diplomático 09JEDDAH343 do cônsul-geral Martin R. Quinn, consulado dos Estados Unidos em Jeddah, "Presidential Assistant Brennan's Sept. 5 Discussion with Saudi Interior Minister Prince Naif", 11 set. 2009, divulgado pelo WikiLeaks. Disponível em: <http://wikileaks.org/cable/2009/09/09JEDDAH343.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

10. Transcrição de entrevista com Gloria Borger, *State of the Union with John King*, CNN, 4 jan. 2010.

11. Transcrição de *Meet the Press*, NBC, 3 jan. 2010.

12. Ibid.

13. Telegrama diplomático 09SANAA1669, do embaixador Stephen Seche, embaixada dos Estados Unidos em Sana'a, "Brennan-Saleh Meeting September 6, 2009", 15 set. 2009. Divulgado pelo WikiLeaks. Disponível em: <http://wikileaks.org/cable/2009/09/09SANAA1669.html>. Acesso em: 25 nov. 2013. Detalhes do encontro entre Brennan e o presidente Saleh foram tirados desse telegrama.

14. Ibid.

15. Entrevista concedida ao autor pelo coronel W. Patrick Lang em fevereiro de 2011.

16. Reuters, "US Offers Yemen Help in 'Fight Against Terrorism'", AlArabiya.net, 7 set. 2009. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/2009/09/07/idusl7485052>. Acesso em: 25 nov. 2013.

17. Entrevistas concedidas ao autor por fontes de Operações Especiais em maio-julho de 2010.

18. "Al-Qaeda Extends to Somalia, Yemen", *Washington Times*, 10 set. 2009.

19. Depoimento de Michael Leiter, diretor do Centro Nacional de Contraterrorismo, "Eight Years After 9/11: Confronting the Terrorist Threat to the Homeland, Hearing Before the Senate Committee on Homeland Security and Government Affairs", 111º Congresso, 30 set. 2009, vídeo disponível em: <www.senate.gov/fplayers/I2009/urlPlayer.cfm?fn=govtaff093009&st=840&dur=8355>. Acesso em: 25 nov. 2013.

20. Id., ibid.

21. Sunlen Miller, "A Look at the President's Meetings on Afghanistan and Pakistan", ABCNews.go.com, 10 nov. 2009. Disponível em: <http://abcnews.go.com/blogs/politics/ 2009/11/ a-look-at-the-presidents-meetings-on-afghanistan-and-pakistan/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

22. Marc Ambinder, "Obama Gives Commanders Wide Berth for Secret Warfare", TheAtlantic.com, 25 maio 2010. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/politics/archive/2010/05/obama-gives-commanders-wide-berth-for-secret-warfare/57202/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

23. Mark Mazzetti, "US Is Said to Expand Secret Actions in Mideast", *New York Times*, 24 maio 2010.

24. Id., ibid.

25. Marc Ambinder, op. cit.

26. Mark Mazzetti, op. cit.

27. Id., ibid.

28. Entrevista concedida ao autor pelo coronel W. Patrick Lang em fevereiro de 2011.

29. Entrevista concedida ao autor por fonte de Operações Especiais em maio de 2010.

30. Entrevista concedida ao autor por ex-assistente do comandante de Operações Especiais em maio de 2010.

31. "Yemen, US Talks on Cooperation in Military, Combating Terror Fields", site do presidente Saleh, 4 out. 2009. Disponível em: <www.presidentsaleh.gov.ye/shownews.php?lng=en&_nsid=7743>. Acesso em: 25 nov. 2013.

32. "Senior Military Official Visits Yemen", comunicado à imprensa da embaixada dos Estados Unidos em Sana'a, 4 out. 2009. Disponível em: <http://yemen.usembassy.gov/smov.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

33. Muhammad al-Ahmadi, "Al-Qaeda to Respond to Obama's Strategy in Yemen", *Al-Ghad*, 6 dez. 2009.

34. Bob Woodward, *Obama's Wars*. Nova York: Simon and Schuster, 2010, pp. 227-8.

30. SAMIR KHAN: UM IMPROVÁVEL SOLDADO DE INFANTARIA

1. Ana Campoy, Peter Sanders e Russell Gold, "Hash Browns, Then Four Minutes of Chaos", *Wall Street Journal*, 9 nov. 2009.

2. Brooks Egerton, "Fort Hood Captain: Hasan Wanted Patients to Face War Crimes Charges", *Dallas Morning News*, 17 nov. 2009.

3. James McKinley Jr. e James Dao, "Fort Hood Gunman Gave Signals Before His Rampage", *New York Times*, 8 nov. 2009.

4. Dana Priest, "Fort Hood Suspect Warned of Threats Within the Ranks", *Washington Post*, 10 nov. 2009.

5. "Suspect Was to Deploy to Afghanistan", *Army Times*, 5 nov. 2009.

6. Scott Shane e James Dao, "Investigators Study Tangle of Clues on Fort Hood Suspect", *New York Times*, 14 nov. 2009.

7. Sudarsan Raghavan, "Cleric Says He Was Confidant to Hasan", *Washington Post*, 16 nov. 2009.

8. Anwar al-Awlaki, "Nidal Hassan Did the Right Thing", blog do imã Anwar, anwar-alawlaki.com, 9 nov. 2009.

9. "MENRI TV Clip n. 3240: aqap Video Features American-Yemeni Cleric Anwar al-Awlaki Calling On American Muslims to Either Leave or Follow the Example of Nidal Hassan", transcrição de um vídeo produzido pela AQPA retratando Anwar al-Awlaki, nov. 2011, transcrição do Instituto de Pesquisa para o Oriente Médio (MEMRI), 20 dez. 2011. Disponível em: <www. memritv.org/clip/en/3240.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

10. Transcrição de depoimento de Obama, em vídeo, "Weekly Address: President Obama Calls for Comprehensive Review of Events Leading to Tragedy at Fort Hood", 14 nov. 2009. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/weekly-address-president-obama-calls-comprehensive-review-events-leading-tragedy-fo>. Acesso em: 25 nov. 2013.

11. "Army Base Shooting Was 'Terrorist Attack': US Lawmaker", Agência France-Presse, 18 nov. 2009.

12. Jordan Fabian, "Lieberman: Yemen Will Be 'Tomorrow's War' If Preemptive Action Not Taken", Briefing Room (blog), The Hill, 27 dez. 2009. Disponível em: <http://thehill.com/blogs/blog-briefing-

room/news/73651-lieberman-yemen-will-be-tomorrows-war-if-preemptive-action-not-taken>. Acesso em: 25 nov. 2013.

13. Pesquisa do autor, ago. 2011. Disponível em: <http://who.is/whois/anwar-alawlaki.com/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

14. Anwar al-Awlaki, entrevista para Al-Malahem Media, transmitida em 23 de maio de 2010, transcrição fornecida pelo MEMRI. Disponível em: <www.memrijttm.org/clip_transcript/en/2480.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

15. Transcrição de "Grand Jury Focuses on NC Man Tied to Jihad Magazine", *Morning Edition with Steve Inskeep*, NPR, 18 ago. 2010.

16. Entrevista concedida ao autor por Sarah Khan em abril de 2012. Todas as informações e citações atribuídas a Sarah Khan foram tiradas dessa entrevista.

17. Ibid.

18. Matthew Chayes, Anthony M. Destefano, Robert E. Kessler, Greg Lacour e Victor Manuel Ramos, "Samir Khan, Al-Qaeda Figure, Grew Up on Long Island", *Newsday*, 7 out. 2011; Timothy Bolger, "Slain Al-Qaeda Mouthpiece Samir Khan's Westbury Roots", LongIsland-Press.com, 6 out. 2011. Disponível em: <http://archive.longislandpress.com/2011/10/06/slain-al-qaeda-mouthpiece-samir-kahns-westbury-long-island-roots/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

19. Michael Moss e Souad Mekhennet, "An Internet Jihad Aims at US Viewers", *New York Times*, 15 out. 2007.

20. Id., ibid.

21. Matthew Chayes et al., op. cit.

22. Robbie Brown e Kim Severson, "Second American in Strike Waged Qaeda Media War", *New York Times*, 30 set. 2011.

23. Matthew Chayes et al., op. cit.

24. Michael Moss e Souad Mekhennet, op. cit.

25. "American Editor Brings US Savvy to Jihad Outreach", *Morning Edition*, NPR, 12 out. 2010.

26. Alice Fordham, "A 'Proud Traitor': Samir Khan Reported Dead Alongside Aulaqi", Checkpoint Washington (blog), *Washington Post*, 30 set. 2011.

27. Moss Michael Moss e Souad Mekhennet, op. cit.

28. Id., ibid.

29. "About", The Ignored Puzzle Pieces of Knowledge, revolution.muslimpad.com.

30. "Alleged American Jihadists — Connecting the Dots", CNN.com, 10 out. 2012. Disponível em: <http://news.blogs.cnn.com/2010/08/02/alleged-american-jihadists-connecting-the-dots/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

31. Moss Michael Moss e Souad Mekhennet, op. cit.

32. Id., ibid.

33. Id., ibid.

34. "American Editor Brings US Savvy to Jihad Outreach", op. cit.

35. Michael Moss, "What to Do About Pixels of Hate", *New York Times*, 21 out. 2007.

36. Alice Fordham, op. cit.

37. Samir Khan, "I Am Proud to Be a Traitor to America", *Inspire*, n. 2, outono de 2010, out. 2010. Todos os excertos dos escritos de Khan foram tirados desse artigo, salvo indicação do contrário.

38. Moss Michael Moss e Souad Mekhennet, op. cit.

39. Steven Stalinsky e R. Sosnow, "The Life and Legacy of American Al-Qaeda Online Jihad Pioneer Samir Khan — Editor of Al-Qaeda Magazine 'Inspire' and a Driving Force Behind Al-Qaeda's Push for 'Lone-Wolf' Terrorist Attacks in the West", Instituto de Pesquisa de Mídia do Oriente Médio (MEMRI), 28 set. 2012. Disponível em: <www.memri.org/report/en/print6713.htm#_edn39>. Acesso em: 25 nov. 2013.

40. Matthews Chayes et al., op. cit.

41. Moss Michael Moss e Souad Mekhennet, op. cit.

42. Steve Inskeep, "Grand Jury Focuses on NC Man Tied to Jihad Magazine", *Morning Edition*, NPR, 18 ago. 2010.

43. Abu Yazeed, "Samir Khan: The Face of Joy", *Inspire*, n. 9, inverno de 2012, maio 2012. O autor diz que está publicando um "testamento" deixado por Samir Khan em seu disco rígido.

44. Paul Cruickshank e Tim Lister, "The Danish Biker and the Trail That Led to Al-Qaeda's Most Wanted", CNN.com, 24 out. 2012. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2012/10/09/world/europe/denmark-al-qaeda-trail/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

45. Id., ibid.

46. Ray Weaver, "Former Biker Infiltrated al-Qaeda", *Copenhagen Post*, 8 out. 2012.

47. Id., ibid.

48. Id., ibid.

49. Id., ibid.

50. Paul Cruickshank e Tim Lister, op. cit.

51. Id., ibid.

52. Id., ibid.

53. Ray Weaver, op. cit.

54. Paul Cruickshank e Tim Lister, op. cit.

55. Id., ibid.

56. Id., ibid.

57. Id., ibid.

58. E-mail enviado ao autor pela família Awlaki em dezembro de 2012.

59. Entrevistas concedidas ao autor por membros da família Awlaki em agosto de 2012.

60. Paul Cruickshank e Tim Lister, op. cit.

61. Duncan Gardham, "Morten Storm: A Radical Life", *Telegraph*, 3 dez. 2012.

62. Paul Cruickshank e Tim Lister, op. cit.

63. "The Terrorist's Bride", documentário do *Jyllands-Posten*, 16 dez. 2012. Disponível em: <http://jyllands-posten.dk/indland/article4872967.ece>. Acesso em: 25 nov. 2013.

64. Id., ibid.

65. Ray Weaver, op. cit.

31. TIRO PELA CULATRA NA SOMÁLIA

1. Perfil de Fazul Abdullah Mohammed, Lista de Autorizações da Al-Qaeda do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Disponível em: <https://www.un.org/News/Press/docs//2012/sc10755.doc.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

2. Telegrama diplomático 09NAIROBI1395, do embaixador Michael Ranneberger, embaixada dos Estados Unidos em Nairóbi, "Somalia — the TFG, Al-Shabaab, and Al-Qaeda", 6 jul. 2009, divulgado pelo WikiLeaks. Disponível em: <http://wikileaks.org/cable/2009/07/09NAIRO- BI1395.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

3. Entrevista concedida ao autor por Clara Gutteridge em julho de 2011.

4. Cópia do autor de depoimento escrito de Ahmed Abdullahi Hassan.

5. Entrevista concedida ao autor por Clara Gutteridge em julho de 2011.

6. Cópia do autor de relatório da Inteligência queniana de outubro de 2010.

7. Leon E. Panetta, "Message from the Director: Interrogation Policy and Contracts", Agência Central de Inteligência, 9 abr. 2009. Disponível em: <https://www.cia.gov/news-information/press-releases-statements/directors-statement-interrogation-policy-contracts.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

8. Entrevista concedida ao autor por funcionário dos Estados Unidos em julho de 2011.

9. Entrevista concedida ao autor por funcionário da Inteligência somaliana em junho de 2011.

10. Sean D. Naylor, "JSOC Closes Chapter on al-Qaida Leader: Somalia Raid Nets Body of Man Wanted in Bombing", *Army Times*, 18 set. 2009.

11. Bill Roggio, "Commando Raid in Somalia Is Latest in Covert Operations Across the Globe", *Long War Journal*, 15 set. 2009.

12. Ewen MacAskill, "Somali Insurgents Vow Revenge for US Killing of Leader", *The Guardian*, 15 set. 2009.

13. Jeffrey Gettleman e Eric Schmitt, "US Kills Top Qaeda Militant in Southern Somalia", *New York Times*, 14 set. 2009.

14. Ewen MacAskill, op. cit.

15. Jeffrey Gettleman e Eric Schmitt, op. cit.

16. Entrevista concedida ao autor por Malcolm Nance, em maio de 2011. Todas as citações de Malcolm Nance foram tiradas dessa entrevista.

17. Sean D. Naylor, op. cit.

18. Id., ibid.

19. Entrevista concedida ao autor por funcionário da Inteligência somaliana em junho de 2011.

20. Declaração, equipe jurídica de Ahmed Abdullahi Hassan, jul. 2011.

21. Bobby Ghosh, "Domestic-Terrorism Incidents Hit a Peak in 2009", *Time*, 23 dez. 2009.

22. Mark Mazzetti, "US Is Said to Expand Secret Actions in Mideast", *New York Times*, 24 maio 2010.

23. Peter Spiegel, "Gates Says Somalia Government Is Key to Problem", *Wall Street Journal*, 14 abr. 2009.

24. Johnnie Carson, depoimento preparado, "Developing a Coordinated and Sustainable Strategy for Somalia", Audiência da Subcomissão das Relações Exteriores do Senado para Assuntos Africanos, 20 maio 2009. Disponível em: <www.state.gov/p/af/rls/rm/2009/123729.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

25. Daniel Volman, "Obama Administration Budget Request for Africom Operations and for Security Assistance Programs in Africa in FY 2010", Projeto de Pesquisa de Segurança Africana, maio 2009. Disponível em: <http://concernedafricascholars.org/african-security-research-project/? p=18>. Acesso em: 25 nov. 2013. Os números sobre as solicitações do orçamento americano para o ano fiscal 2010 foram tirados do relatório de Volman.

26. Craig Whitlock e Greg Miller, "US Assembling Secret Drone Bases in Africa, Arabian Peninsula, Officials Say", *Washington Post*, 20 set. 2011.

27. Daniel Volman, op. cit.

28. "Report of the Secretary-General on Somalia Pursuant to Security Council Resolution 1872 (2009)", Conselho de Segurança das Nações Unidas, 2 out. 2009.

29. Mohammed Ibrahim e Jeffrey Gettleman, "African Union Base in Somalia Is Hit", *New York Times*, 17 set. 2009.

30. Detalhes sobre o ataque em id., ibid.

31. Malkhadir M. Muhumed (AP), "Death Toll Rises to Twenty-one in Somalia Suicide Attack", *Seattle Times*, 17 set. 2009.

32. Ibrahim Mohamed, "Suicide Car Bombers Hit Main AU Base in Somalia", Reuters, 17 set. 2009.

33. Id., ibid.

34. Jeffrey Gettleman, "American Helped Bomb Somalia Base, Web Site Says", *New York Times*, 25 set. 2009.

35. "Overviews", site da Universidade Benadir. Disponível em: <www.benadiruniversity.net/Overviews.aspx>. Acesso em: 25 nov. 2013.

36. Cópia do autor, vídeo da cerimônia de graduação na Universidade Benadir, dez. 2009. Muitos dos detalhes sobre o ataque foram tirados desse vídeo.

37. "Somalia Minister Killed by Hotel Suicide Bomb", BBC.co.uk, 3 dez. 2009. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/8106838.stm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

38. Stephanie McCrummen, "Attack at Graduation Ceremony Kills Nineteen in Somali Capital", *Washington Post*, 4 dez. 2009.

39. Allie Shah, "Minneapolis Surgeon Feels Calling Back to Somalia", *Star Tribune*, 19 dez. 2009.

40. Abdinasir Mohamed, "'I Looked to My Right and Saw a Colleague Dead and Bleeding'", *Wall Street Journal*, 4 dez. 2009.

41. Associated Press, "Bomber Dressed as Woman Kills Twenty-two Somalis", FoxNews.com, 3 dez. 2009. Disponível em: <http://www.foxnews.com/story/2009/12/03/bomber-dressed-as-woman-kills-22-somalis/>. Acesso em: 25 nov. 2013; Stephanie McCrummen, op. cit.

42. Stephanie McCrummen, op. cit.

43. "Somalia Suicide Bomber 'Was from Denmark'", BBC.co.uk, 10 dez. 2009. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/8406886.stm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

44. Ibrahim Mohamed, "Somali Rebels Deny They Carried Out Suicide Bombing", Reuters, 4 dez. 2009.

45. Transcrição de "Remarks by the President in Address to the Nation on the Way Forward in Afghanistan and Pakistan", *Academia Militar de West Point*, 1 dez. 2009.

46. Transcrição de depoimento de Obama, "Remarks by the President at the Acceptance of the Nobel Peace Prize", Oslo, Noruega, 10 dez. 2009. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/remarks-president-acceptance-nobel-peace-prize>. Acesso em: 25 nov. 2013.

47. Tweet do correspondente da cbs na Casa Branca Mark Knoller (@markknoller) em 11 de dezembro de 2009. Disponível em: <http://twitter.com/markknoller/status/6567810262>. Acesso em: 25 nov. 2013.

48. Margaret Talev, "Unlikely Support: GOP Loved Obama's Nobel Speech", *McClatchy Newspapers*, 11 dez. 2009.

49. Glenn Greenwald, "The Strange Consensus on Obama's Nobel Address: Why Did So Many Liberals and Conservatives Both Find So Much to Cheer in the President's Foreign Policy Speech?",

Salon.com, 11 dez. 2009. Disponível em: <http://www.salon.com/2009/12/11/obama_127/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

32. "SE MATAM CRIANÇAS INOCENTES E DIZEM QUE ELAS SÃO DA AL-QAEDA, TODOS NÓS SOMOS DA AL-QAEDA"

1. Daniel Klaidman, *Kill or Capture: The War on Terror and the Soul of the Obama Presidency*. Nova York: Houghton Mifflin Harcourt, 2012, p. 199.

2. Id., ibid.

3. Id., ibid., p. 200.

4. Id., ibid., p. 199.

5. Id., ibid., p. 210.

6. Entrevista concedida ao autor pelo xeque Saleh bin Fareed em janeiro de 2012. Todas as informações e citações atribuídas a Bin Fareed foram tiradas dessa entrevista, salvo indicação do contrário.

7. "'Dozens Killed' in Yemen Raids", AlJazeera.com, 18 dez. 2009. Disponível em: <http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2009/12/200912186381090856 8.html >. Acesso em: 25 nov. 2013.

8. Paula Dear, "Britain's Long Relationship with Yemen", *bbc News Magazine*, 12 jan. 2010. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/uk_news/magazine/8441263.stm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

9. Id., ibid.

10. Id., ibid.

11. Phil Hirschkorn, "Who Was Fahd al-Quso?", CBSNews.com, 7 maio 2012. Disponível em: <http://www.cbsnews.com/news/who-was-fahd-al-quso/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

12. Entrevista concedida ao autor por Muqbal em janeiro de 2012. Todas as citações de Muqbal foram tiradas dessa entrevista.

13. Entrevista concedida ao autor por uma sobrevivente em janeiro de 2012.

14. Anistia Internacional, "Yemen: Cracking Down Under Pressure", 25 ago. 2010.

15. Chris Woods, "The Civilian Massacre the US Neither Confirms Nor Denies", Bureau de Jornalismo Investigativo, 29 mar. 2012.

16. Entrevista concedida ao autor por Kamal Sharaf em janeiro de 2012. Todas as citações de Kamal Sharaf foram tiradas dessa entrevista.

17. Ibid.

18. Lista Nacional de Designados Especiais, Gabinete de Controle de Assuntos Estrangeiros, Departamento do Tesouro, 17 jan. 2013. Disponível em: <www.treasury.gov/ofac/downloads/t11sdn.pdf.>. Acesso em: 25 nov. 2013.

19. Ver, por exemplo, Gregory D. Johnsen, *The Last Refuge: Yemen, Al-Qaeda, and America's War in Arabia* (Nova York: W. W. Norton, 2013), pp. 235-8.

20. Scott Shane, Mark Mazzetti e Robert F. Worth, "Secret Assault on Terrorism Widens on Two Continents", *New York Times*, 14 ago. 2010.

21. Dana Priest, "US Military Teams, Intelligence Deeply Involved in Aiding Yemen on Strikes", *Washington Post*, 27 jan. 2010.

22. Chris Woods, op. cit. Segundo Woods, moradores notaram um "avião localizador" sobrevoando o local antes do ataque.

23. Kimberly Dozier, "US Leading Assaults on Al-Qaeda in Yemen", CBSNews.com, 3 jan. 2010.

24. Robert F. Worth, "Yemen Says Strikes Against Qaeda Bases Killed Thirty-Four", *New York Times*, 17 dez. 2009.

25. Telegrama diplomático 09SANAA2250, do embaixador Stephen Seche, embaixada dos Estados Unidos em Sana'a, "Yemen Abuzz with Talk of CT Operations; Attention Slowly Turns to US Role", 21 dez. 2009, divulgado pelo WikiLeaks. Disponível em: <http://wikileaks.org/ cable/ 2009/12/09SANAA2250.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

26. Brian Ross, Richard Esposito, Matthew Cole, Luis Martinez e Kirit Radia, "Obama Ordered US Military Strike on Yemen Terrorists", ABCNews.go.com, 18 dez. 2009. Disponível em: <http://abcnews.go.com/Blotter/cruise-missiles-strike-yemen/story?id=9375236>. Acesso em: 25 nov. 2013.

27. Entrevista concedida ao autor por fonte militar em novembro de 2010.

28. Ian Black, "Yemen 'Kills Thirty-four al-Qaida Members in Raids'", *The Guardian*, 17 dez. 2009.

29. Embaixada da República do Iêmen; Gabinete de Imprensa e Assuntos Públicos Washington, "Press Statement", 24 dez. 2009.

30. "Obama Hails Yemen's Efforts in Fighting Terror in Phone Call to President Salih", Agência de Notícias do Iêmen (SABA), 17 dez. 2009.

31. "Saleh Receives Phone Call from Egyptian President", Agência de Notícias do Iêmen (SABA), 17 dez. 2009.

32. Anistia Internacional, op. cit.

33. Ibid. Detalhes sobre os componentes das bombas de fragmentação e munições são também do relatório da Anistia Internacional.

34. Kim Sengupta, "US Cruise Missile Parts Found in Yemeni Village Where Fifty-two Died", *Independent* (RU), 7 jun. 2010.

35. Gordon Lubold, "Yemen's Air Strike on Al-Qaeda May Signal New US Focus", *Christian Science Monitor*, 24 dez. 2009.

36. Telegrama diplomático 09SANAA2251 do embaixador Stephen Seche, embaixada dos Estados Unidos em Sana'a, "ROYG Looks Ahead Following CT Operations, but Perhaps Not Far Enough", 21 dez. 2009, divulgado pelo WikiLeaks. Disponível em: <http://wikileaks.org/cable/2009/12/ 09SANAA2251.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

37. Entrevista concedida ao autor pelo xeque Saleh bin Fareed em janeiro de 2012. O autor se baseia no relato de Bin Fareed sobre a reunião tribal.

38. Gregory D. Johnsen, op. cit., pp. 255-6.

39. Robert Worth, "Is Yemen the Next Afghanistan?", *New York Times Magazine*, 6 jul. 2010.

40. Cópia do autor da Investigação Parlamentar do Yêmen. Os detalhes sobre as descobertas da delegação foram tirados desse relatório.

41. Entrevista concedida ao autor por jonalistas e analistas de segurança do Iêmen em janeiro de 2012.

42. Eric Schmitt e Robert F. Worth, "US Widens Terror War to Yemen, a Qaeda Bastion", *New York Times*, 27 dez. 2009.

43. Telegrama diplomático 09SANAA2251 do embaixador Stephen Seche, op. cit.

44. Anistia Internacional, op. cit.

45. Ibid.

46. Scott Shane, Mark Mazzetti e Robert F. Worth, op. cit.

47. Telegrama diplomático 09SANAA2251 do embaixador Stephen Seche, op. cit.

48. Scott Shane, Mark Mazzetti e Robert F. Worth, op. cit.

49. Daniel Klaidman, op. cit., p. 210.

50. Telegrama diplomático 09SANAA2251 do embaixador Stephen Seche, op. cit.

51. Telegrama diplomático 09SANAA2274, da encarregada de negócios Angie Bryan, da embaixada dos Estados Unidos em Sana'a, "royg Acknowledges US Intel Assistance in AQAP Strikes, Makes Case Before Parliament", 27 dez. 2009, divulgado pelo WikiLeaks. Disponível em: <http://wikileaks.org/cable/2009/12/09SANAA2274.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

52. Ahmed al-Haj (AP), "Yemen Claims Thirty Killed in Raid on Al-Qaeda Hide-Outs", Guardian.co.uk, 24 dez. 2009. Disponível em: <http://www.timesfreepress.com/news/2009/dec/18/yemen-claims-34-killed-raid-al-qaida-hide-outs/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

53. Kimberly Dozier, op. cit.

54. David E. Sanger e Eric Schmitt, "Threats Led to Embassy Closings in Yemen, Officials Say", *New York Times*, 3 jan. 2010.

33. "OS AMERICANOS QUERIAM MESMO MATAR ANWAR"

1. Entrevista concedida ao autor por Nasser al-Awlaki em janeiro de 2012. Todas as informações e citações atribuídas a Nasser al-Awlaki foram tiradas dessa entrevista, salvo indicação do contrário.

2. Scott Shane, Mark Mazzetti e Robert F. Worth, "Secret Assault on Terrorism Widens on Two Continents", *New York Times*, 14 ago. 2010.

3. Sudarsan Raghavan e Michael D. Shear, "US-aided Attack in Yemen Thought to Have Killed Aulaqi, Two al-Qaida Leaders", *Washington Post*, 25 dez. 2009.

4. Reuters, "Army Kills Dozens of Suspected Al-Qaeda Members", France24.com, 24 dez. 2009. Disponível em: <http://www.france24.com/en/20091224-army-kills-dozens-suspected-al-qaeda-members>. Acesso em: 25 nov. 2013.

5. Christopher Boucek, "Airstrike in Yemen Targets Terror Operatives", entrevista com Jeffrey Brown, *News-Hour*, PBS, 24 dez. 2009. Disponível em: <http://www.pbs.org/newshour/bb/terrorism/july-dec09/yemen_12-24.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

6. Dana Priest, "US Military Teams, Intelligence Deeply Involved in Aiding Yemen on Strikes", *Washington Post*, 27 jan. 2010.

7. Telegrama diplomático 09SANAA2250, do embaixador Stephen Seche, embaixada dos Estados Unidos em Sana'a, "Yemen Abuzz with Talk of CT Operations; Attention Slowly Turns to US Role", 21 dez. 2009, divulgado pelo WikiLeaks. Disponível em: <http://wikileaks.org/cable/ 2009/12/09SANAA2250.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

8. CBS/AP, "Ft. Hood Suspect's Cleric Killed in Yemen?", CBSNews.com, 24 dez. 2009. Disponível em: <http://www.cbsnews.com/news/ft-hood-suspects-cleric-killed-in-yemen/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

9. "Transcript of interview with al-Awlaki", da entrevista concedida à Al-Jazeera por Anwar al-Awlaki em 23 de dezembro de 2009, divulgada via NBC News, 23 dez. 2009. Disponível em:

<www.msnbc.msn.com/id/34579438/ns/us_news-tragedy_at_fort_hood/t/transcript-interview-al-awlaki/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

10. Peter Baker, "Obama's War over Terror", *New York Times Magazine*, 4 jan. 2010.

11. "Investigators Cross Globe Looking for Details of Plane Bombing Suspect", FoxNews.com, 27 dez. 2009. Disponível em: <http://www.foxnews.com/politics/2009/12/27/investigators-cross-globe-looking-details-plane-bombing-suspect/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

12. Seth G. Jones, *Hunting in the Shadows: The Pursuit of Al-Qaeda Since 9/11*. Nova York: W. W. Norton, 2012, p. 345.

13. "Profile: Umar Farouk Abdulmutallab", BBC.co.uk, 21 out. 2011. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-us-canada-11545509>. Acesso em: 25 nov. 2013.

14. Peter Kenyon, "Going Radical: Yemen a Turning Point for Christmas Bomb Suspect", *Morning Edition*, NPR, 19 fev. 2010.

15. Mark Hosenball, "The Radicalization of Umar Farouk Abdulmutallab", *Newsweek*, 1 jan. 2010.

16. Dan Eggen, Karen DeYoung e Spencer S. Hsu, "Plane Suspect Was Listed in Terror Database After Father Alerted US Officials", *Washington Post*, 27 dez. 2008.

17. Tom Abrahams, "Terror Suspect Attended Classes in Houston", KTRK-TV Houston. Disponível em: <http://abclocal.go.com/ktrk/story?section=news/local&id=7193124>.

18. Andrew Gregory, "Syringe Bomber Umar Abdulmutallab Chilling Text Messages to Dad", *Mirror* (RU), 1 jan. 2010. Disponível em: <www.mirror.co.uk/news/uk-news/syringe-bomber-umar-abdulmutallab-chilling-191630>. Acesso em: 25 nov. 2013.

19. Jill Dougherty, "Official: Dad Warned US of Son but 'No Suggestion' of Terrorist Act", CNN.com, 28 dez. 2009. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2009/CRIME/12/28/terror.suspect.father/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

20. "Father of Terror Suspect Reportedly Warned US About Son", FoxNews.com, 2 dez. 2009. Disponível em: <http://www.foxnews.com/story/2009/12/26/father-terror-suspect-reportedly-warned-us-about-so-1157956136/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

21. Ron French, "Inside Story of Terror on Flight 253", *Detroit News*, 18 mar. 2010.

22. Peter Bergen, "Analysis: Similar Explosive on Plane Used in Saudi Attack", CNN.com, 27 dez. 2009. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2009/US/12/27/bergen.terror.plot/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

23. Victor Morton, "Awlaki Personally Blessed Detroit Attack", *Washington Times*, 29 dez. 2009.

24. Sudarsan Raghavan, "Investigators Scrutinize Yemeni American Cleric's Ties to Plane Suspect", *Washington Post*, 1 jan. 2010.

25. Entrevista concedida ao autor pelo mulá Zabara em janeiro de 2012. Todas as citações e informações atribuídas ao mulá Zabara foram tiradas dessa entrevista.

26. Transcrição de "Interview: Anwar al-Awlaki", AlJazeera.com, 7 fev. 2010. Disponível em: <http://www.aljazeera.com/focus/2010/02/2010271074776870.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

27. Entrevistas concedidas ao autor por membros das tribos em janeiro de 2012.

28. Transcrição de "Interview: Anwar al-Awlaki", op. cit.

29. Peter Baker e Scott Shane, "Obama Seeks to Reassure US After Bombing Attempt", *New York Times*, 28 dez. 2009.

30. Matthew Cole, Brian Ross e Nasser Atta, "Underwear Bomber: New Video of Training, Martyrdom Statements", ABCNews.go.com, 26 abr. 2010.

31. Mark Hosenball, "The Radicalization of Umar Farouk Abdulmutallab", *Newsweek*, 1 jan. 2010.

32. Transcrição, *Fox News Sunday*, Fox News, 27 dez. 2009.

33. Mike Allen, "Dick Cheney: Barack Obama 'Trying to Pretend'", *Politico*, 30 dez. 2009.

34. Sam Stein, "Bush Waited Six Days to Discuss Shoe Bomber with No GOP Complaints", *Huffington Post*, 18 mar. 2010.

35. Mike Allen, op. cit.

36. Peter Baker, op. cit.

37. Transcrição de "Inaugural Address", 20 jan. 2009, The American Presidency Project. Disponível em: <www.nytimes. com/2009/01/20/us/politics/20text-obama. html?pagewanted=all>. Acesso em: 25 nov. 2013.

38. Transcrição, *Fox News Sunday*, op. cit.

39. Transcrição, almirante Mike Mullen no Colégio de Guerra Naval, 8 jan. 2010. Disponível em: <www.jcs.mil/speech.aspx?id=1312>. Acesso em: 25 nov. 2013.

40. Olivia Hampton, "Obama: No US Troops to Somalia, Yemen", Agência France-Presse, 11 jan. 2010.

41. "Report of Inspection; Embassy Sanaa, Yemen", Gabinete do inspetor-geral do Departamento de Estado e Conselho de Governadores da Radiodifusão, jun. 2010. Disponível em: <http://oig.state.gov/documents/organization/145254.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

42. "NSDD-38: Staffing at Diplomatic Missions and Their Overseas Constituent Posts", texto da NSDD-38, 2 jun. 1982, divulgado pelo Escritório de Políticas Gerenciais, Dimensionamento e Inovação, 26 abr. 2005. Disponível em: <www.state. gov/m/pri/nsdd/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

43. Dana Priest, "US Military Teams...", op. cit.

44. David S. Cloud (*Tribune*), "White House Considers Yemen Drone Strikes, Officials Say", *Los Angeles Times*, 7 nov. 2010.

45. Entrevista concedida ao autor pelo dr. Emile Nakhleh em janeiro de 2010. Todas as citações informações atribuídas ao dr. Nakhleh foram tiradas dessa entrevista.

46. Telegrama diplomático 10SANAA4, do embaixador Stephen Seche, embaixada dos Estados Unidos em Sana'a, "General Petraeus' Meeting with Saleh on Security Assistance, AQAP strikes", 4 jan. 2010, divulgado pelo WikiLeaks. Disponível em: <http://wikileaks.org/ cable/2010/01/10SANAA4.html>. Acesso em: 25 nov. 2013. Detalhes da reunião de Saleh e Petraeus foram tirados desse telegrama.

47. Haley Sweetland Edwards, "US Lends Firepower to Yemen Fight", *Global Post*, 24 jan. 2010.

48. Id., ibid.

49. Entrevistas concedidas ao autor por fontes de Operações Especiais em 2010 e 2011.

50. Peter Finn, "Return of Yemeni Detainees at Guantanamo Bay Is Suspended", *Washington Post*, 5 jan. 2010.

51. Id., ibid.

52. Transcrição de "Remarks with Qatar Prime Minister Sheikh Hamad bin Jassim bin Jabr al-Thani After Their Meeting", Departamento do Estado, Washington, 4 jan. 2010. Disponível em: <http://www.state.gov/secretary/remarks/2013/04/208544.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013. Detalhes da reunião de Saleh e Petraeus foram tirados desse telegrama.

53. Robert F. Worth, "Senior Qaeda Figures Killed in Attack, Yemen Says", *New York Times*, 15 jan. 2010.

54. Transcrição de declaração à imprensa de Philip J. Crowley, secretário assistente de Estado, Buerau de Assuntos Públicos, "Designations of Al-Qaeda in the Arabian Peninsula (aqap) and Senior Leaders", 9 jan. 2010.

55. "UN Security Council Sanctions Al-Qaeda's Yemen Wing", Reuters.com, 9 jan. 2010. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/2010/01/20/us-yemen-qaeda-un-idUSTRE60I5UQ 20100120>. Acesso em: 25 nov. 2013.

56. Transcrição de declaração à imprensa de Philip J. Crowley, op. cit.

57. Hammoud Mounasser, "Yemen Air Strikes Pound Qaeda Leader's Home: Military", Agência France-Presse, 20 jan. 2010.

58. O primeiro ataque não ocorreu em Marib, mas teria matado Al-Shabwani; o segundo teria atingido proximidades de sua casa.

59. "Air-strikes Target Al-Qaeda in Yemen", *Voice of America*, 19 jan. 2010.

34. "SR. BARACK OBAMA [...] ESPERO QUE RECONSIDERE SUA ORDEM DE MATAR [...] MEU FILHO"

1. Dana Priest, "US Military Teams, Intelligence Deeply Involved in Aiding Yemen on Strikes", *Washington Post*, 27 jan. 2010.

2. Entrevista concedida ao autor pelo coronel W. Patrick Lang em setembro de 2010.

3. Glenn Greenwald, "Presidential Assassinations of US Citizens", Salon.com, 27 jan. 2010. Disponível em: <http://www.salon.com/2010/01/27/yemen_3/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

4. Adam Entous, "US Targets American-Born Cleric in Yemen: Officials", Reuters, 6 abr. 2010. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/2010/04/06/us-yemen-usa-cleric-idUSTRE 63543820100406>. Acesso em: 25 nov. 2013.

5. Proibição do assassinato extrajudicial de cidadãos dos Estados Unidos e outras providências, h.r. 6010, 111º Congresso, 30 jul. 2010. O representante Kucinich cita a declaração em seu projeto de lei. Não foi incluída na gravação pública do depoimento de Blair ante a Comissão Especial Permanente de Inteligência, em 3 de fevereiro de 2010.

6. Entrevista concedida ao autor pelo dr. Emile Nakhleh em janeiro de 2010.

7. Dana Priest, op. cit.

8. Cópia do autor da carta de Nasser al-Awlaki ao presidente Barack Obama.

35. UMA NOITE EM GARDEZ

1. Yochi J. Dreazen, "Lawmakers Hold Up a Top General's Nomination", *Wall Street Journal*, 1 maio 2008.

2. Marc Ambinder, "Obama Gives Commanders Wide Berth for Secret Warfare", *Atlantic*, 25 maio 2010. Disponível em: <www.theatlantic.com/politics/ archive/2010/05/obama-gives-commanders-wide-berth-for-secret-warfare/57202/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

3. "Sharp Division Inside White House on Afghanistan, Analyst Says", CNN.com, 5 out. 2009. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2009/politics/10/05/afghanistan.debate/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

4. Peter Baker, "How Obama Came to Plan for 'Surge' in Afghanistan", *New York Times*, 5 dez. 2009.

5. Transcrição da entrevista concedida pelo general James Jones no programa *State of the Union with John King*, CNN, 4 out. 2009.

6. Entrevista concedida ao autor por fonte confidencial em dezembro de 2010.

7. Karen DeYoung e Scott Wilson, "Obama to Send 34,000 Troops to Afghanistan", *Washington Post*, 1 dez. 2009.

8. Transcrição do discurso do presidente Barack Obama "Address to the Nation on the Way Forward in Afghanistan and Pakistan", Academia Militar de West Point, Nova York, 1º dez. 2009.

9. Entrevista concedida ao autor pelo coronel Lawrence Wilkerson em maio de 2011.

10. Entrevista concedida ao autor por Scott Horton em setembro de 2010.

11. Spencer Ackerman, "Special Operations Chiefs Quietly Sway Afghanistan Policy", *Washington Independent*, 9 nov. 2009.

12. Id., ibid.

13. Id., ibid.

14. General Stanley McChrystal, Avaliação Inicial do Comandante do ISAF (COMISAF) (Aberta), lançado em 21 de setembro de 2009. Disponível em: <www.washingtonpost.com/wpdyn/content/article/2009/09/21/AR2009092100110.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

15. Depoimento do general Stanley McChrystal, "Hearing to Consider the Nomination of Admiral James G. Stavridis, USN for Reappointment to the Grade of Admiral and to be Commander, US European Command and Supreme Allied Commander, Europe; Lieutenant General Douglas M. Fraser, USAF to be General and Commander, US Southern Command; And Lieutenant General Stanley A. McChrystal, USA, to be General and Commander, International Security Assistance Force and Commander, US Forces, Afghanistan, Day 5, Before the Senate Armed Services Committee", 111º Congresso, 2 jun. 2009.

16. Dexter Filkins, "US Tightens Airstrike Policy in Afghanistan", *New York Times*, 21 jun. 2009.

17. Dan De Luce, "We Failed to Follow Bombing Rules: Pentagon", Agência France Presse, 8 jun. 2009.

18. Memorando do Quartel-General da Força Internacional de Assistência para a Segurança, Cabul, Afeganistão, 6 jul. 2009. Disponível em: <www.nato.int/isaf/docu/official_texts/Tactical_Directive_090706.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013. O memorando contém excertos antes confidenciais de uma diretriz tática dada por McChrystal em 2 de julho de 2009.

19. Rowan Scarborough, "Pentagon Quietly Sending 1,000 Special Operators to Afghanistan in Strategy Revamp", FoxNews.com, 5 jun. 2009. Disponível em: <http://www.foxnews.com/politics/2009/06/05/pentagon-quietly-sending-special-operators-afghanistan-strategy-revamp/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

20. Associated Press, "Analysis: Gen. Petraeus Promotes Special-Ops Success to Show Part of Afghan War US Is Winning", FoxNews.com, 3 set. 2010. Disponível em: <http://www.foxnews.com/world/2010/09/03/analysis-gen-petraeus-promotes-special-ops-success-afghan-war-winning/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

21. Entrevista concedida ao autor por Gareth Porter em setembro de 2010.

22. Nick Davies, "Afghanistan War Logs: Task Force 373 — Special Forces Hunting Top Taliban", *The Guardian*, 25 jul. 2010.

23. Julian E. Barnes, "US Steps Up Special Operations Mission in Afghanistan", *Los Angeles Times*, 16 dez. 2009.

24. Id., ibid.

25. Kimberly Dozier (AP), "Afghanistan Secret Prisons Confirmed by US", *Huffington Post*, 8 abr. 2011.

26. Anand Gopal, "America's Secret Afghan Prisons", *Nation*, 28 jan. 2010.

27. Id., ibid.

28. Kimberly Dozier, op. cit.

29. Alissa J. Rubin, "Afghans Detail Detention in 'Black Jail' at US Base", *New York Times*, 28 nov. 2009.

30. Kimberly Dozier, op. cit.

31. Alissa J. Rubin, op. cit.

32. Joshua Partlow, "July Becomes Deadliest Month for U.S. Troops in Nearly Nine-Year Afghan War", *Washington Post*, 31 jul. 2010.

33. Entrevistas concedidas ao autor por comandantes da polícia afegã em outubro de 2010.

34. Matthew Hoh, carta de renúncia dirigida à embaixadora Nancy J. Powell, diretora-geral do Serviço Exterior e diretora de Recursos Humanos do Departamento de Estado, 10 set. 2009. Disponível em: <www.washingtonpost.com/wp-srv/hp/ssi/wpc/ResignationLetter.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

35. Karen DeYoung, "US Official Resigns over Afghan War", *Washington Post*, 27 out. 2009.

36. Id., ibid.

37. Entrevista concedida ao autor por Matthew Hoh em setembro de 2010. Todas as citações atribuídas a Matthew Hoh foram tiradas dessa entrevista, salvo indicação do contrário.

38. Michael Hastings, "The Runaway General", *Rolling Stone*, 8 jul. 2010.

39. "The Cost of Kill/Capture: Impact of the Night Raid Surge on Afghan Civilians", Fundações da Sociedade Aberta e Escritório de Ligação, 19 set. 2011.

40. Jerome Starkey, "Nato 'Covered Up' Botched Night Raid in Afghanistan That Killed Five", *Times* (RU), 13 mar. 2010.

41. "Man Loses Five Family Members in Disputed NATO Raid", CNN Afghanistan Crossroads (blog), CNN.com, 6 abr. 2010. Disponível em: <http://afghanistan.blogs.cnn.com/2010/ 04/06/man-loses-5-family-members-in-disputed-nato-raid/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

42. Entrevista concedida ao autor por Jerome Starkey em outubro de 2010.

43. Jerome Starkey, "US Special Forces 'Tried to Cover Up' Botched Khataba Raid in Afghanistan", *Times Online* (RU), 5 abr. 2010.

44. Entrevista concedida ao autor por Mohammed Tahir em outubro de 2010. Todas as citações atribuídas a Mohammed Tahir foram tiradas dessa entrevista, salvo indicação do contrário.

45. Entrevista concedida ao autor por membros da família Sharabuddin em outubro de 2010. Detalhes sobre a família e a noite da incursão foram tiradas dessas entrevistas, salvo indicação do contrário.

46. "Man Loses Five Family Members in Disputed nato Raid", op. cit.

47. Entrevista concedida ao autor por membros da família Sharabuddin em outubro de 2010.

48. Jerome Starkey, op. cit.

49. Entrevista concedida ao autor por Abdul Ghafar em outubro de 2010. Todas as citações atribuídas a Abdul Ghafar foram tiradas dessa entrevista, salvo indicação do contrário.

50. Entrevista concedida ao autor por Mohammed Sabir em outubro de 2010.

51. Entrevista concedida ao autor por membros da família Sharabuddin em outubro de 2010. As primeiras reportagens, especialmente a de Jerome Starkey, também diziam que duas das mulheres estavam grávidas.

52. Richard A. Oppel Jr., "US Admits Role in February Killing of Afghan Women", *New York Times*, 4 abr. 2010.

53. Jerome Starkey, "Nato Accused of Cover Up over Killing of Pregnant Women", *Scotsman*, 13 mar. 2010.

54. Cópia do autor da "nota informativa" da Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (Unama), Human Rights Unit, 14 fev. 2010.

55. Ibid.

56. Ibid. Segundo a nota informativa da Unama: "A mesma testemunha relatou ter visto pelo menos dez pessoas, inclusive o dono da casa, de 65 anos, serem gravemente agredidos por forças afegãs e americanas".

57. Entrevista concedida ao autor por Hajji Sharabuddin em outubro de 2010.

58. Nota informativa da Unama. Toda informação atribuída às Nações Unidas foi tirada desse documento, salvo indicação do contrário.

59. "Joint Force Operating in Gardez Makes Gruesome Discovery", Comando Conjunto da ISAF, 12 fev. 2010. Disponível em: <www.dvidshub.net/news/45240/joint-force-operating-gardez-makes-gruesome-discovery#.UOLyVBzKZcQ>. Acesso em: 25 nov. 2013.

60. "Afghan, International Force Kills Enemy Fighters", Serviço de Imprensa das Forças Americanas, 12 fev. 2010.

61. "Joint Force Operating in Gardez Makes Gruesome Discovery", op. cit.

62. "Bodies Found Gagged, Bound After Afghan 'Honor Killing'", CNN.com, 12 fev. 2010. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2010/WORLD/asiapcf/02/12/afghanistan.bodies/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

63. Rob Nordland, "Afghanistan: Different Accounts Offered About Civilian Deaths", *New York Times*, 13 fev. 2010.

64. Richard A. Oppel Jr. e Abdul Waheed Wafa, "Afghan Investigators Say US Troops Tried to Cover Up Evidence in Botched Raid", *New York Times*, 5 abr. 2010.

65. Lemar Niazai, "Intelligence Official Among Five Killed by NATO Troops", *Pajhwok Afghan News*, 12 fev. 2010.

66. Amir Shah, "NATO: Raid Killed Militants; Family Says Civilians", Associated Press, 12 fev. 2010.

67. Jerome Starkey, "US Special Forces…", op. cit.

68. Laura King, "Probe Targets Elite Unit; an Inquiry into a Raid That Killed Five Afghan Civilians May Shed Light on the Role of US Special Forces", *Los Angeles Times*, 9 abr. 2010.

69. Jerome Starkey, "US Special Forces…", op. cit.

70. Entrevista concedida ao autor por Jerome Starkey em outubro de 2010. Todas as citações atribuídas a Jerome Starkey foram tiradas dessa entrevista, salvo indicação do contrário.

71. Jerome Starkey, "NATO 'Covered Up' Botched Night Raid", op. cit.

72. Jerome Starkey, "NATO Accused of Cover Up...", op. cit.

73. Id., ibid.

74. Jerome Starkey, "NATO 'Covered Up' Botched Night Raid", op. cit.

75. "ISAF Rejects Cover Up Allegation", Força Internacional de Assistência para a Segurança (ISAF), 13 mar. 2010. Disponível em: <www.dvidshub.net/news/46637/isaf-rejects-cover-up-allegation#.UOL9RhzKZcQ>. Acesso em: 25 nov. 2013.

76. Michael Hastings, *The Operators: The Wild and Terrifying Inside Story of America's War in Afghanistan*. Nova York: Blue Rider Press, 2012, p. 294.

77. Jerome Starkey, "US-led Forces in Afghanistan Are Committing Atrocities, Lying and Getting Away with It", Nieman Watchdog (blog), 22 mar. 2010. Disponível em: <www.niemanwatchdog. org/index.cfm?fuseaction=background. view&backgroundid=00440>. Acesso em: 25 nov. 2013.

78. Jerome Starkey, "Survivors of Family Killed in Afghanistan Raid Threaten Suicide Attacks", *Times* (Londres), 15 mar. 2010.

79. Id., ibid.

80. Id., ibid.

81. Richard A. Oppel Jr. e Rod Nordland, "US Is Reining in Special Operations Forces in Afghanistan", *New York Times*, 15 mar. 2010.

82. Id., ibid.

83. Id., ibid.

84. "Gardez Investigation Concludes", Força Internacional de Assistência para a Segurança — Afeganistão (ISAF), 4 abr. 2010. Disponível em: <www.isaf.nato.int/article/isaf-releases/gardez-investigation-concludes.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

85. Jerome Starkey, "US Special Forces...", op. cit.

86. Richard A. Oppel Jr. e Rod Nordland, op. cit.

87. Id., ibid.

88. Gareth Porter e Ahmad Walid Fazly, "US: McChrystal's Special Ops Probe Excluded Key Eyewitnesses", Agência de Notícias Inter Press Service, 6 jul. 2010.

89. Id., ibid.

90. Entrevista concedida ao autor por membros da família Sharabuddin em outubro de 2010.

91. Jerome Starkey, "US Army Chief Begs Afghans to Forgive", *Times* (Londres), 12 abr. 2010.

92. Entrevista concedida ao autor por Jerome Starkey em outubro de 2010.

93. Jerome Starkey, "US Army Chief Begs Afghans to Forgive", op. cit.

94. Julius Kavendish, "US Special Forces Apologise for Botched Night Raid", *Independent* (RU), 9 abr. 2010.

95. Nick Shifrin e Aleem Agha, "US Vice Admiral Apologizes for Afghan Deaths", ABCNews. go.com, 8 abr. 2010. Disponível em: <http://abcnews.go.com/WN/Afghanistan/special-forces-apologize-afghan-civilian-deaths-sheep/story?id=10320603>. Acesso em: 25 nov. 2013.

96. Entrevista concedida ao autor pelo general da reserva Hugh Shelton em março de 2011.

97. Michael Hastings, op. cit., p. 175.

98. Phil Stewart, "Civilian Casualties Rising in Afghanistan", Reuters, 12 maio 2010.

99. Justin Elliott, "Gen. McChrystal: We've Shot 'An Amazing Number of People' Who Were Not Threats", TPMNuckraker.com, 2 abr. 2010. Disponível em: <http://talkingpointsmemo.com/muckraker/gen-mcchrystal-we-ve-shot-an-amazing-number-of-people-who-were-em-not-em-threats>. Acesso em: 25 nov. 2013.

100. Gareth Porter, "New Light Shed on US's Night Raids", *Asia Times Online*, 27 set. 2010.

101. Gareth Porter, "True Believer: Petraeus and the Mythology of Afghanistan", *Truthout*, 20 dez. 2012.

102. Entrevista concedida ao autor pelo mulá Abdul Salam Zaeef em outubro de 2010. Todas as citações atribuídas ao mulá Zaeef foram tiradas dessa entrevista, salvo indicação do contrário.

103. "Mullah Zaeef Freed from Guantanamo", Dawn.com, 12 set. 2005. Disponível em: <http://www.dawn.com/news/156342/mullah-zaeef-freed-from-guantanamo>. Acesso em: 25 nov. 2013.

104. Thomas Nagorski, "Editor's Notebook: Afghan War Now Country's Longest", ABCNews.go.com, 7 jun. 2010. Disponível em: <http://abcnews.go.com/Politics/afghan-war-now-longest-war-us-history/story?id=10849303>. Acesso em: 25 nov. 2013.

105. James Dao e Andrew W. Lehren, "Grim Milestone: 1,000 Americans Dead", *New York Times*, 18 maio 2010.

106. Gareth Porter, "Petraeus Spin on IED War Belied by Soaring Casualties", Agência de Notícias Inter Press Service, 9 set. 2010.

107. Transcrição de "Statement by the President in the Rose Garden", 23 jun. 2010.

108. Gareth Porter, "True Believer: Petraeus and the Mythology of Afghanistan", *Truthout*, 20 dez. 2012.

109. Julian E. Barnes, "Petraeus Resets Afghan Airstrike Rules", *Wall Street Journal*, 1º ago. 2010.

110. David S. Cloud, "Afghan Civilian Deaths Caused by Allied Forces Rise", *Los Angeles Times*, 2 nov. 2010.

36. O ANO DO DRONE

1. Entrevista concedida ao autor pelo Caçador (pseudônimo) em agosto de 2010. Todas as citações e informações atribuídas ao Caçador foram tiradas dessa entrevista.

2. Dana Priest e William M. Arkin, *Top Secret America: The Rise of the New American Security State*. Nova York: Little, Brown, 2012, p. 204.

3. Jo Becker e Scott Shane, "Secret 'Kill List' Proves a Test of Obama's Principles and Will", *New York Times*, 29 maio 2012.

4. Dana Priest e William M. Arkin, op. cit., p. 205.

5. Jo Becker e Scott Shane, op. cit.

6. Dana Priest e William M. Arkin, op. cit., p. 209.

7. Id., ibid., p. 207.

8. O presidente Obama não aprova necessariamente cada operação antes que seja executada, mas às vezes deve aprovar antecipadamente os conceitos das operações. Ver Eric Schmitt e Thom Shanker, *Counterstrike: The Untold Story of America's Secret Campaign Against Al-Qaeda* (Nova York: Times, 2011), p. 235: "Sabendo que alguns terroristas muito ativos podem surgir brevemente e logo desaparecer, [o secretário da Defesa Robert] Gates criou um sistema em que as opções para os possíveis tipos de missões eram discutidas antecipadamente com o presidente de modo que o comandante em chefe pudesse dar a autorização de antemão a ataques a alvos móveis".

9. Jo Becker e Scott Shane, op. cit.

10. Entrevista concedida ao autor por fontes do JSOC em junho de 2012.

11. Jo Becker e Scott Shane, op. cit.

12. Daniel Klaidman, *Kill or Capture: The War on Terror and the Soul of the Obama Presidency*. Nova York: Houghton Mifflin Harcourt, 2012, p. 121.

13. Jo Becker e Scott Shane, op. cit.

14. Id., ibid.

15. Id., ibid.

16. Jack Goldsmith, *Power and Constraint: The Accountable Presidency After 9/11*. Nova York: W. W. Norton, 2012, Introdução, p. x.

17. Jo Becker e Scott Shane, op. cit.

18. Catherine Herridge, "Obama Administration Pressed for Accountability After Americans Killed in Anti-Terror Airstrikes", FoxNews. com, 25 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www.foxnews.com/politics/2011/10/25/killing-anwar-al-awlaki-unexpected-precedent-for-obama-administration/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

19. Id., ibid.

20. Entrevista concedida ao autor por Philip Giraldi em março de 2012.

21. Karen DeYoung e Greg Jaffe, "US 'Secret War' Expands Globally as Special Operations Forces Take Larger Role", *Washington Post*, 4 jun. 2010.

22. Id., ibid.

23. Id., ibid.

24. Transcrição de depoimento, "Remarks by Assistant to the President for Homeland Security and Counterterrorism John Brennan at CSIS", 26 maio 2010. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/remarks-assistant-president-homeland-security-and-counterterrorism-john-brennan-csi>. Acesso em: 25 nov. 2013.

25. Entrevista concedida ao autor por fonte de Operações Especiais em junho de 2010.

26. Karen DeYoung e Greg Jaffe, op. cit.

37. ANWAR AWLAKI É EMPURRADO PARA O INFERNO

1. Reuters, "Yemen's al-Qaeda Calls for Jihad Against Jews, Christians", *Times of Oman*, 8 fev. 2010.

2. Scott Shane, Mark Mazzetti e Robert F. Worth, "Secret Assault on Terrorism Widens on Two Continents", *New York Times*, 14 ago. 2010.

3. "Al-Jazeera Airs Audio Confirming Al-Qaedah Deaths in Yemen", *bbc Worldwide Monitoring*, 17 maio 2010.

4. Scott Shane, Mark Mazzetti e Robert F. Worth, op. cit.

5. Comunicado à imprensa "Undersecretary of Defense Visits Yemen", embaixada dos Estados Unidos em Sana'a, Iêmen, 22 mar. 2010. Disponível em: <http:// yemen.usembassy.gov/udv3.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

6. Registro do Congresso — Resumo Diário, 29 de abril de 2010, Escritório de Impressão do Governo dos Estados Unidos. Disponível em: <www.gpo.gov/fdsys/pkg/CREC-2010-04-29/pdf/CREC- 2010-04-29-pt1-PgD460.pdf#page=2>. Acesso em: 25 nov. 2013.

7. Cópia de e-mail do autor.

8. Daniel Klaidman, *Kill or Capture: The War on Terror and the Soul of the Obama Presidency*. Nova York: Houghton Mifflin Harcourt, 2012, p. 255.

9. Mohammed Ghobari e Mohamed Sudam, "Air Strike Kills Yemen Mediator", Reuters, 25 maio 2010.

10. Adam Entous, Julian E. Barnes e Margaret Coker, "US Doubts Intelligence That Led to Yemen Strike", *Wall Street Journal*, 29 dez. 2011.

11. "Yemen Strike Kills Mediator, Tribesmen Hit Pipe- line", Reuters, 25 maio 2010.

12. "Air Raid Kills Yemeni Mediator", AlJazeera.com, 25 maio 2010. Disponível em: <http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2010/05/201052510444551846l.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

13. Ibid.

14. Adam Entous, Julian E. Barnes e Margaret Coker, op. cit.

15. Daniel Klaidman, op. cit., p. 255.

16. Adam Entous, Julian E. Barnes e Margaret Coker, op. cit.

17. Jeb Boone, Abdul-Aziz Oudah e Shuaib M. al-Mosawa, "Marib Sheikh: US Drones Fly over Wadi Abida Every Day", *Yemen Observer*, 28 out. 2010. Disponível em: <www.yobserver.com/ front-page/10020035.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

18. Scott Shane, Mark Mazzetti e Robert F. Worth, op. cit.

19. Hush Tomlinson, Michael Evans e Iona Craig, "'Secret' US War on Al-Qaeda in Yemen Killing Civilians", *Times* (RU), 9 dez. 2010.

20. Laura Kasinof, "US Cluster Bombs in Yemen: The Right Weapon in Al-Qaeda Fight?" *Christian Science Monitor*, 7 jun. 2010.

21. "Yemen Gunmen in Deadly Raid on Aden Security Service HQ", BBC.co.uk, 19 jun. 2010. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/10356975>. Acesso em: 25 nov. 2013.

22. Christopher Boucek, "The Evolving Terrorist Threat in Yemen", *ctc Sentinel*, v. 3, n. 9, set. 2010.

23. "Yemen Bans Motorcycles in Qaida-Infested Abyan", *Xinhua*, 16 set. 2010.

24. Anwar al-Awlaki, "Message from Sheikh Anwar al-Awlaki to the American people", vídeo do YouTube, 14:59, lançado pela Al-Malahem Media em março de 2010, postado por "0109vip", 3 mar. 2012. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=GrdK6m9TKf8>. Acesso em: 25 nov. 2013.

25. David Ignatius, "For Lack of Hard Evidence, a Terrorist Evaded Capture", *Washington Post*, 26 mar. 2010.

26. Transcrição de "Interview: Anwar al-Awlaki", AlJazeera.com, 7 fev. 2010. Disponível em: <http://www.aljazeera.com/focus/2010/02/2010271074776870.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

27. Entrevista concedida ao autor por Saleh bin Fareed em janeiro de 2012. Todas as citações e informações atribuídas a Bin Fareed foram tiradas dessa entrevista.

28. "Anwar al-Awlaki al-Malahem Interview [full] english Translation", vídeo do YouTube, 45:27, da entrevista concedida por Anwar al-Awlaki à Al-Malahem Media em 23 de maio de 2010, postado por "EastLdnMuslima", 19 mar. 2012. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=q7o_PQkqntg&playnext=1&list=PLcFlly8jyVa04CYWvx-S9dYvik4J9NiBsy&feature=results_main>. Acesso em: 25 nov. 2013.

29. Entrevista concedida ao autor por Joshua Foust em janeiro de 2011. Todas as citações e informações atribuídas a Foust foram tiradas dessa entrevista, salvo indicação do contrário.

30. Entrevista concedida ao autor pelo dr. Emile Nakhleh em janeiro de 2010. Todas as citações e informações atribuídas ao dr. Nakhleh foram tiradas dessa entrevista, salvo indicação do contrário.

31. Entrevista concedida ao autor por Abdul Razzaq al-Jamal em janeiro de 2012.

32. Entrevista concedida ao autor por, Nasser al-Awlaki em janeiro de 2012. Todas as citações e informações atribuídas a Nasser foram tiradas dessa entrevista, salvo indicação do contrário.

33. Charles Fromm, "Yemen Refuses to Hunt al-Awlaki for US", Inter Press Service, 13 abr. 2010. Disponível em: <http://ipsnorthamerica.net/news. php? =2991>. Acesso em: 25 nov. 2013.

38. A AGÊNCIA MATRIMONIAL DA CIA

1. Paul Cruickshank, Tim Lister e Nic Robertson, "The Danish Agent, the Croatian Blonde and the Plot to Get Al-Awlaki", CNN.com, 24 out. 2012. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2012/10/15/world/al-qaeda-cia-marriage-plot/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

2. Darko Marinkovi/VLM, Darko Pavi i, Renata Rašovi /VLM, "Al-Qa'idina teroristica Amina bila je vrsna trka ica na sto metara", Vecernji List (vecernji.hr), 25 out. 2012.

3. "The Terrorist's Bride", documentário do *Jyllands-Posten*, 16 dez. 2012. Disponível em: <http://jyllands-posten.dk/indland/article4872967.ece>. Acesso em: 25 nov. 2013.

4. Ibid.

5. Ibid.

6. Paul Cruickshank, Tim Lister e Nic Robertson, op. cit.

7. Id., ibid.

8. "The Terrorist's Bride", op. cit.

9. Ibid.

10. Ibid.

11. Paul Cruickshank, Tim Lister e Nic Robertson, op. cit.

12. "The Terrorist's Bride", op. cit.

13. Ibid.

14. Ibid.

15. Paul Cruickshank, Tim Lister e Nic Robertson, op. cit.

16. "The Terrorist's Bride", op. cit.

17. Paul Cruickshank, Tim Lister e Nic Robertson, op. cit.

18. "The Terrorist's Bride", op. cit.

19. Ibid.

20. Paul Cruickshank, Tim Lister e Nic Robertson, op. cit.

39. "O LEILÃO DO ASSASSINO"

1. Entrevista concedida ao autor pelo representante Dennis Kucinich em fevereiro de 2010. Todas as citações e informações atribuídas ao representante Kucinich foram tiradas dessa entrevista.

2. Proibição do assassinato extrajudicial de cidadãos dos Estados Unidos e outras providências, H.R. 6010, 111º Congresso, 30 jul. 2010.

3. Dina Temple-Raston, "US Turns Up Heat on Internet Imam Awlaki", *Morning Edition*, NPR, 29 jul. 2010.

4. Entrevista concedida ao autor por Pardiss Kebriaei em março de 2012. Todas as citações e informações atribuídas a Kebriaei foram tiradas dessa entrevista.

5. "Obama Administration Claims Unchecked Authority to Kill Americans Outside Combat Zones; Federal Court Hears Arguments Today in Aclu and CCR Case Challenging Administration's Claimed Authority to Assassinate Americans It Designates Threats", Centro de Direitos Constitucionais e União Americana de Liberdades Civis, 8 nov. 2010.

6. Paula Newton, "CNN Exclusive: Al-Awlaki's Father Says Son Is 'Not Osama bin Laden'", CNN.com, 11 jan. 2010. Disponível em:

<http://edition.cnn.com/2010/WORLD/meast/01/10/yemen.al.awlaki.father/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

7. "Treasury Designates Anwar al-Awlaki Key Leader of AQPA", Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, 16 jul. 2010.

8. Aclu e CCR v. Geithner, 1:10-cv-013 (DDC 3 ago. 2010).

9. "CCR and Aclu Receive License from OFAC to Pursue Challenge to Targeted Killing", União Americana de Liberdades Civis, 4 ago. 2010.

10. Nasser Al-Awlaki v. Barack Obama, Robert Gates, Leon Panetta ("Al-Aulaqi v. Obama et al."), Caso 1:10-cv-01469-jdb (DDC 30 ago. 2010).

11. Al-Awlaki v. Obama et al., Caso 1:10-cv-01469-JDB (DDC 25 set. 2010).

12. Al-Awlaki v. Obama, Caso 1:10-cv-01469-JDB, "Declaration and Formal Claim of State Secrets Privilege and Statutory Privileges by Leon E. Panetta, Director, Central Intelligence Agency" (DDC 25 set. 2010).

13. Al-Awlaki v. Obama, Caso 1:10-cv-01469-JDB, "Public Declaration and Assertion of Military and State Secrets Privilege by Robert M. Gates, Secretary of Defense" (DDC 25 set. 2010).

14. Al-Awlaki v. Obama, Caso 1:10-cv-01469-JDB, "Reply Memorandum in Support of Plaintiff's Motion for a Preliminary Injunction and in Opposition to Defendant's Motion to Dismiss by Jameel Jaffer, Ben Wizner, Jonathan M. Manes, Pardiss Kebriaei, Maria C. LaHood, William Quigley, and Arthur B. Spitzer" (DDC, 9 out. 2010).

15. Charlie Savage, "Secret US Memo Made Legal Case to Kill a Citizen", *New York Times*, 8 out. 2011.

16. Daniel Klaidman, *Kill or Capture: The War on Terror and the Soul of the Obama Presidency*. Nova York: Houghton Mifflin Harcourt, 2012, pp. 214-5.

17. Id., ibid., p. 216.

18. Discurso de Harold Hongju Koh no Encontro Anual da Sociedade Americana de Direito Internacional, Washington, 25 mar. 2010. Disponível em: <www.state.gov/s/l/releases/remarks/139119.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

19. Anwar al-Awlaki, "Message from Sheikh Anwar al-Awlaki to the American People", vídeo do Dailymotion, 15:16, lançado pela Al-Malahem Media em março de 2010, postado por "karem003", 3 mar. 2012. Disponível em: <http://www.dailymotion.com/video/xn5wxl_message-from-sheikh-mujahid-anwar-al-awlaki-to-the-american-people-and-the-muslims-in-the-west-short_news>. Acesso em: 25 nov. 2013.

20. Ahmed al-Haj e Brian Murphy (AP), "Al-Awlaki: From Voice for Jihad to Al-Qaeda Figure", *Washington Times*, 30 set. 2011.

40. "ESTAMOS AQUI PARA O MARTÍRIO, MEU IRMÃO"

1. Abu Yazeed, "Samir Khan: The Face of Joy", *Inspire*, n. 9, inverno de 2012, maio 2012. Todas as citações e informações atribuídas a Abu Yazeed foram tiradas desse artigo.

2. Samir Khan, "I Am Proud to Be a Traitor to America", *Inspire*, n. 2, outono de 2010, out. 2010. Todas as citações e informações atribuídas a Samir Khan foram tiradas desse artigo.

3. Entrevista concedida ao autor por Sarah Khan em abril de 2012. Todas as citações e informações atribuídas a Sarah Khan foram tiradas dessa entrevista.

4. Entrevista concedida ao autor por Sarah Khan em abril de 2012.

5. Entrevista concedida ao autor por Aaron Zelin em agosto de 2012.

6. Richard Norton-Taylor, "British Intelligence Used Cupcake Recipes to Ruin al-Qaida Website", *The Guardian*, 2 jun. 2011.

7. "Letter from the Editor", *Inspire*, n. 1, verão de 2010, jul. 2010.

8. Stephen Castle, "Mohamed Cartoons Provoke Bomb Threats Against Danish Newspaper", *Independent* (ru), 1 fev. 2006.

9. "'Draw Muhammad' Cartoonist Goes into Hiding at FBI's Insistence After Assassination Threat", FoxNews.com, 16 set. 2010. Disponível em: <http://www.foxnews.com/us/2010/09/16/draw-muhammad-cartoonist-goes-hiding/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

10. Anwar al-Awlaki, "May Our Souls Be Sacrificed for You!", *Inspire*, n. 1, verão de 2010, jul. 2010.

11. Mark D. Fefer, "On the Advice of the FBI, Cartoonist Molly Norris Disappears from View", *Seattle Weekly*, 15 set. 2010.

12. Entrevista concedida ao autor por Gregory Johnsen em agosto de 2012.

13. Osama bin Laden, carta ao xeque Mahmud (Attiya Abd al-Rahman), Socom-2012-0000003-HT 27, 27 ago. 2010, divulgada pelo Centro de Combate ao Terrorismo de West Point em 3 de maio de 2012.

41. A PERSEGUIÇÃO DE ABDULELAH HAIDER SHAYE

1. Entrevista concedida ao autor por Kamal Sharaf em janeiro de 2012. Todas as citações e informações atribuídas a Kamal Sharaf foram tiradas dessa entrevista.

2. Entrevista concedida ao autor por Abdulrahman Barman em janeiro de 2012. Todas as citações e informações atribuídas a Abdulrahman Barman foram tiradas dessa entrevista.

3. Entrevista concedida por Mohamed Abdel Dayem, "Jeremy Scahill: Why Is President Obama Keeping Yemeni Journalist Abdulelah Haider Shaye in Prison?" ao programa *Democracy Now!*, em 15 de março de 2012. Todas as citações e informações atribuídas a Mohamed Abdel Dayem foram tiradas dessa entrevista.

4. Entrevista concedida ao autor por fonte da imprensa americana em março de 2012.

5. Dexter Filkins, "After the Uprising: Can Protesters Find a Path Between Dictatorship and Anarchy?", *New Yorker*, 11 abr. 2011.

6. Entrevista concedida ao autor por Kamal Sharaf em janeiro de 2012.

7. Iona Craig, "Yemen: Press Freedom a Distant Hope", *Index on Censorship*, 27 out. 2010.

8. Nasser Arrabyee, "Yemeni Journalist Sentenced to Five Years for Terror Links", Nasser Arrabyee (blog), 18 jan. 2011.

9. Iona Craig, op. cit.

10. "Yemeni Journalist Accused of Being 'Media Man' for Al-Qaeda", vídeo do YouTube, 0:30, sobre o segundo comparecimento do jornalista ao tribunal, postado por "ioniocraig", 26 out. 2010. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=6J6RgbEx6Zc>. Acesso em: 25 nov. 2013.

42. O PRESIDENTE PODE CRIAR SUAS PRÓPRIAS REGRAS

1. Transcrição de "Remarks with British Foreign Secretary David Miliband and Yemeni Foreign Minister Abu Bakr Abdullah al-Qirbi", Departamento do Estado, 27 jan. 2010. Disponível em: <http://www.state.gov/secretary/rm/2010/01/135930.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

2. Aaron W. Jost, "A Comprehensive Approach to Yemen", The White House Blog, 24 set. 2010. Disponível em: <www.whitehouse.gov/blog/2010/09/24>. Acesso em: 25 nov. 2013. Todas as declarações e informações atribuídas a Jost foram tiradas dessa postagem.

3. "Joint Statement from the Ministerial Meeting of the Friends of Yemen", 24 set. 2010. Disponível em: <www.fco.gov.uk/en/news/latest-news/?view=PressS&id=22916622>. Acesso em: 25 nov. 2013.

4. Entrevista concedida ao autor pelo coronel W. Patrick Lang em fevereiro de 2011.

5. Fawaz al-Haidari, "Yemen Army 'Regains Control' of Southern Town", Agência France-Presse, 25 ago. 2010.

6. Scott Shane, Mark Mazzetti e Robert F. Worth, "Secret Assault on Terrorism Widens on Two Continents", *New York Times*, 14 ago. 2010.

7. Greg Miller, Greg Jaffe e Karen DeYoung, "US Drones on Hunt in Yemen", *Washington Post*, 7 nov. 2010.

8. Greg Miller, "CIA Sees Increased Threat in Yemen", *Washington Post*, 25 ago. 2010.

9. Adam Entous e Siobhan Gorman, "US Weighs Expanded Strikes in Yemen", *Wall Street Journal*, 25 ago. 2010.

10. Greg Miller, op. cit.

11. Gareth Porter, "Behind Drone Issue, a Struggle to Control Covert Ops", Agência Inter Press Service, 10 nov. 2010.

12. Julian E. Barnes e Adam Entous, "Yemen Covert Role Pushed; Foiled Bomb Plot Heightens Talk of Putting Elite US Squads in CIA Hands", *Wall Street Journal*, 1 nov. 2010.

13. Laura Kasinof, "Yemen Goes on Offensive Against Al-Qaeda", *Christian Science Monitor*, 22 set. 2010.

14. "Statement by National Security Council Spokesman Mike Hammer on the Visit of Assistant to the President for Counterterrorism and Homeland Security John Brennan to Yemen", Casa Branca, 20 set. 2010. Disponível em: <www.whitehouse.gov/the-press-office/2010/09/20/statement-national-security-council-spokes-man-mike-hammer-visit-assistan>. Acesso em: 25 nov. 2013.

15. Mark Mazzetti e Robert F. Worth, "US Sees Complexity of Bombs as Link to Al-Qaeda", *New York Times*, 30 out. 2010.

16. David Jackson, "Obama Monitoring Possible Terrorist Plot, Spokesman Says", *usa Today*, 29 out. 2010.

17. Eric Schmitt e Scott Shane, "Saudis Warned US of Attack Before Parcel Bomb Plot", *New York Times*, 5 nov. 2010.

18. Vikram Dodd, Richard Norton-Taylor e Paul Harris, "Cargo Plane Bomb Found in Britain Was Primed to Blow Up over US", *The Guardian*, 20 nov. 2010.

19. Matt Apuzzo, Eileen Sullivan e David Rising (AP), "Race to Find Mail Bombs Zigzagged as Cargo Dodged Screens", *Denver Post*, 7 nov. 2010.

20. Duncan Gardham, "Al-Qaeda Plane Bomb Seventeen Minutes from Going Off", *Telegraph*, 4 nov. 2010.

21. Vikram Dodd, Richard Norton-Taylor e Paul Harris, op. cit.

22. Id., ibid.

23. Scott Shane e Robert F. Worth, "Earlier Flight Maio de Have Been Dry Run for Plotters", *New York Times*, 1 nov. 2010.

24. Ron Grossman e Christi Parsons, "Bomb Plot Becomes Historic Jigsaw Puzzle", *Chicago Tribune*, 4 nov. 2010.

25. Michael Scotto, "JFK-Bound Jet Escorted as Part of Increased Security Following 'Credible' Terror Threat", ny1.com, 29 out. 2010. Disponível em: <http://www.ny1.com/content/news/ 128031/jfk-bound-jet-escorted-as-part-of-increased-security-following--credible--terror-threat/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

26. "Terror Probe Leads to Searches in NY, NJ", Nova York. CBSlocal.com, 29 out. 2010. Disponível em: <http://newyork.cbslocal.com/2010/10/29/trucks-planes-searched-in-nyc-n-j-in-intl-terror-probe/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

27. Jesse Lee, "President Obama: 'A Credible Terrorist Threat Against Our Country, and the Actions That We're Taking", blog da Casa Branca, 29 out. 2010. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/blog/2010/10/29/president-obama-a-credible-terrorist-threat-against-our-country-and-actions-were-tak>. Acesso em: 25 nov. 2013.

28. "Operation Hemorrhage", *Inspire*, nov. 2010, ed. especial.

29. "Dubai Officials Dismiss Claim of Blast on Plane", CNN. com, 6 nov. 2010. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2010/WORLD/meast/11/06/uae.crash.probe/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

30. Chefe de Operações Estrangeiras, "The Objectives of Operation Hemorrhage", *Inspire* nov. 2010, ed. especial.

31. "Yemen Orders Arrest of Al-Awlaki", AlJazeera.com, 6 nov. 2010. Disponível em: <http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2010/11/201011613102535305.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

32. Al-Awlaki v. Obama, 1:10-cv-01469-JDB, "Memorandum Opinion by Judge John D. Bates", 7 dez. 2010.

33. Charlie Savage, "Suit over Targeted Killings Is Thrown Out", *New York Times*, 7 dez. 2010.

43. "É PROVÁVEL QUE A CABEÇA DE PONTE DA AL-QAEDA NA SOMÁLIA TENHA SIDO FACILITADA"

1. Texto do acordo "Somali Website Publishes Islamists' Agreement to Unite with al-Qaidah", Biyokulule Online, 2 fev. 2010. Disponível em: <www.biyokulule.com/view_content.php?articleid=2511>. Acesso em: 25 nov. 2013.

2. Comissão de Relações Exteriores, "Al-Qaeda in Yemen and Somalia: A Ticking Time Bomb", Senate Printing 111-40, 2010, p. 16.

3. "Somalia: Islamist mp Resigns After 'Cheating' Ethiopia Jail", *Garowe Online*, 4 abr. 2009.

4. Entrevista concedida ao autor pelo xeque Ahmed "Madobe" Mohammed Islam em junho de 2011. Todas as declarações e informações atribuídas a Madobe foram tiradas dessa entrevista, salvo indicação do contrário.

5. Radio Shabelle, "Hizbul Islam Declare War on Al-Shabab in Southern Somalia", *Mareeg*, 28 fev. 2010. Disponível em: <www.mareeg.com/fidsan. php?sid=15312&tirsan=3>. Acesso em: 25 nov. 2013. Os combates entre as forças de Madobe e Al-Shabab prosseguiram durante semanas a partir desse ponto.

6. Matt Bryden, Jörg Roofthooft, Ghassan Schbley e Babatunde Taiwo, "Report of the Monitoring Group on Somalia and Eritrea Pursuant to Security Council Resolution 1916 (2010)", Conselho de Segurança das Nações Unidas, 18 jul. 2011, p. 28.

7. Paul Cruickshank, "Kenya's High Stakes Shabaab Offensive", Security Clearance (blog), CNN.com, 24 out. 2011. Disponível em: <http://security.blogs.cnn.com/2011/10/24/kenya's-high-stakes-shabaab-offensive/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

8. Josh Kron, "Bombers Kill More Than Fifty in Attacks in Uganda Capital", *New York Times*, 11 jul. 2010.

9. Xan Rice, "Uganda Bomb Blasts Kill at Least Seventy-Four", *The Guardian*, 12 jul. 2010.

10. "Somali Militants Claim Responsibility for Uganda Bombings", CNN.com, 12 jul. 2010. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2010/WORLD/africa/07/12/uganda.bombings/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

11. "Over Forty Die in Kampala Bomb Blasts", *New Vision* (Kampala), 12 jul. 2010.

12. Haggae Matsiko, "Uganda: An Unexploded Suicide Vest Found in Makindye, Kampala", *Independent* (Kampala), 13 jul. 2010.

13. "'Somali Link' as Seventy-four World Cup Fans Die in Uganda Blasts", BBC.co.uk, 12 jul. 2010. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/10593771>. Acesso em: 25 nov. 2013.

14. Xan Rice, "Somali Militants Say They Carried Out Deadly Uganda World Cup Blasts", *The Guardian*, 12 jul. 2010.

15. "Al-Shabab Claims Uganda Bombings; Twin Attacks Targeting World Cup Fans in Kampala Kill at Least Seventy-four People", AlJazeera.com, 13 jul. 2010. Disponível em: <http://www.aljazeera.com/news/africa/2010/07/201071121252082698 4.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

16. "Somalia Tops Terror Attack List", UPI, 18 nov. 2010.

17. Ordem Executiva 13536, 12 abr. 2010.

18. Promotor geral Eric Holder, anotações para uma entrevista coletiva, Washington, 5 ago. 2010.

19. Matt Bryden et al., op. cit., p. 17.

20. Associated Press, "Militants Slaughter Lawmakers at Somali Hotel", msnbc.com, 24 ago. 2010. Disponível em: <http://www.nbcnews.com/id/38827422/#.Uqr0JvRDtzY>. Acesso em: 25 nov. 2013.

21. Abdi Sheikh, "Somalia's al Shabaab Rebels Push Towards Palace", Reuters, 25 ago. 2010.

22. Mohamed Ibrahim, "Somalia: Roadside Bomb Kills Eight Civilians", *New York Times*, 31 ago. 2010.

23. Matt Bryden et al., op. cit.

24. Mohamed Olad Hassan e Malkhadir M. Muhumed (AP), "Somalia Suicide Bomber, Gunmen Attack Muna Hotel, Thirty-two Killed", *Huffington Post*, 24 ago. 2010.

25. Transcrição do briefing à imprensa do vice-secretário de Imprensa Bill Burton e do assessor da presidência para Contraterrorismo e Segurança Interna John Brennan", Vineyard Haven, MA, 24 ago. 2010.

26. Bryden et al., op. cit., p. 18.

27. Os editores, "Quick Take: Map of al Shabaab's Mogadishu Offensive", *Critical Threats*, 23 set. 2010. Disponível em: <www.criticalthreats.org/somalia/quick-take-map-al-shabaabs-mogadishu-offensive>. Acesso em: 25 nov. 2013.

28. Bryden et al., op. cit., p. 18.

1. Iona Craig, "Obama Intervention Puts Yemen Reporter in Jail", *Index on Censorship*, 7 fev. 2011.

2. Human Rights Watch, Relatório mundial 2011, "Yemen". Disponível em: <www.hrw.org/world-re-port-2012/world-report-2012-yemen>.

3. Entrevista concedida ao autor por Abdulrahman Barman em janeiro de 2012. Todas as declarações e informações atribuídas a Abdulrahman Barman foram tiradas dessa entrevista, salvo indicação do contrário.

4. Entrevista concedida ao autor por Iona Craig em março de 2012. Todas as declarações e informações atribuídas a Iona Craig foram tiradas dessa entrevista, salvo indicação do contrário.

5. "Yemeni Journalist Jailed After Alleging US Involvement in Missile Attack", Anistia Internacional, 19 jan. 2011. Disponível em: <www.amnesty.org/en/news-and-updates/yemeni-journalist-jailed-after-alleging-us-involvement-missile-attack-2011-01-19>. Acesso em: 25 nov. 2013.

6. Entrevista concedida ao autor por Gregory Johnsen em março de 2012. Todas as declarações e informações atribuídas a Gregory Johnsen foram tiradas dessa entrevista, salvo indicação do contrário.

7. "Readout of the President's Call with President Saleh of Yemen", Casa Branca, 3 fev. 2011. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2011/02/03/readout-presidents-call-president-saleh-yemen >. Acesso em: 25 nov. 2013.

8. Iona Craig, "Yemen: Shaye Commences Hunger Strike", *Index on Censorship*, 14 fev. 2012.

9. Entrevista concedida ao autor por Beth Gosselin em março de 2012.

10. Iona Craig, "US Has 'Direct Interest' in Shaye's Case", blog de Iona Craig, 21 fev. 2012. Disponível em: <http://ionacraig.tumblr.com/post/17969745744/us-ambassador-response-to-shaye-imprisonment>. Acesso em: 25 nov. 2013.

11. Eric Holder, entrevista com Pierre Thomas, *Good Morning America*, ABC, 21 dez. 2010.

12. Entrevista concedida ao autor por Pardiss Kebriaei em março de 2012.

13. Entrevista concedida ao autor por Malcolm Nance em maio de 2011.

14. Duncan Gardham e Richard Spencer, "Cargo Bomb Plot: SAS Hunting Al-Qaeda in Yemen", *Telegraph*, 2 nov. 2010.

15. Depoimento de Michael Leiter, "Understanding the Homeland Threat Landscape — Considerations for the 112th Congress, Hearing Before the House Homelnd Security Committee, 111º Congresso", 9 fev. 2011.

16. Entrevista concedida ao autor por Joshua Foust em janeiro de 2011.

45. O CURIOSO CASO DE RAYMOND DAVIS: ATO I

1. Mark Mazzetti, Ashley Parker, Jane Perlez e Eric Schmitt, "American Held in Pakistan Worked with CIA", *New York Times*, 21 fev. 2011.

2. Raja Riaz, "'Raymond Davis Tried to Trick Investigators'", *Daily Times*, 15 fev. 2011. Disponível em: <www.dailytimes. com.pk/default.asp?page=2011\02\15\story_15-2-2011_pg7_17>. Acesso em: 25 nov. 2013.

3. "US Official Raymond Davis on Lahore Murder Charges", BBC.co.uk, 28 jan. 2011. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-south-asia-12305049>. Acesso em: 25 nov. 2013.

4. Declan Walsh, "A CIA Spy, a Hail of Bullets, Three Killed and a US-Pakistan Diplomatic Row", *The Guardian*, 20 fev. 2011.

5. Raja Riaz, op. cit.

6. Transcrição do briefing à imprensa da Casa Branca por Jake Tapper, "Spending Cuts and an American Imprisoned in Pakistan: Todays Qs for O's WH-2/15/11", Political Punch (blog), ABCNews.go.com, 15 fev. 2011. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-south-asia-12305049>. Acesso em: 25 nov. 2013.

7. Charlie Savage, "Pakistan Case Tests Laws on Diplomatic Immunity", *New York Times*, 22 fev. 2011.

8. Matthew Cole, Kirit Radia e Lee Ferran, "American Official Involved in Pakistan Shooting Identified", ABCNews.go.com, 28 jan. 2011. Disponível em: <http://abcnews.go.com/Blotter/lahore-shooting-raymond-davis-american-official-involved-shooting/story?id=12785027>. Acesso em: 25 nov. 2013.

9. Asif Chaudhry, "US Official Guns Down Two Motorcyclists in Lahore", Dawn.com, 28 jan. 2011. Disponível em: <http://www.dawn.com/news/601997/us-official-guns-down-two-motorcyclists-in-lahore>. Acesso em: 25 nov. 2013.

10. Declan Walsh, op. cit.

11. Declan Walsh e Ewen MacAskill, "American Who Sparked Diplomatic Crisis over Lahore Shooting Was CIA Spy", *The Guardian*, 20 fev. 2011.

12. Ewen MacAskill e Declan Walsh, "US Gives Fresh Details of CIA Agent Who Killed Two Men in Pakistan Shootout", *The Guardian*, 21 fev. 2011.

13. "Rangers Deployed at Kot Lakhpat", *Dawn*, 14 fev. 2011.

14. Ansar Abbasi, "Multiple Security Layers Erected for Raymond Davis", *News International* (Paquistão), 11 fev. 2011.

15. "Raymond Davis Investigation by Punjab Police", vídeo do YouTube, 3:06, da gravação do interrogatório inicial de Davis, transmitido pela rede Geo News, postado por "shoaib748", 11 fev. 2011. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=AkqBF- Dk4Zu0>. Acesso em: 25 nov. 2013.

16. Raja Riaz, op. cit. Salvo indicação do contrário, este inventário se baseia no artigo de Raja Riaz, que afirma ter reproduzido excertos do relatório da polícia do Punjab sobre a prisão de Davis.

17. Greg Miller e Karen DeYoung, "US, Pakistan Officials at Diplomatic Odds in Fatal Shooting", *Washington Post*, 10 fev. 2011.

18. Mark Mazzetti et al., op. cit.

19. Qaiser Butt, "'CIA Agent Davis Had Ties with Local Militants'", *Express Tribune*, 22 fev. 2011.

20. Brigadeiro da reserva F. B. Ali, " Update: The Raymond Davis Affair", Sic Semper Tyrannis (blog), 19 fev. 2011. Disponível em: <http://turcopolier.typepad.com/sic_semper_ tyrannis/2011/02/update-the-raymond-davis-affair-fb-ali.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

21. Declan Walsh, op. cit.

22. Jane Perlez, "Mystery over Detained American Angers Pakistan", *New York Times*, 8 fev. 2011.

23. Ewen MacAskill e Declan Walsh, op. cit.

24. Raja Riaz, op. cit.

25. Asad Kharal, "Retracing the Path: Trailing Raymond Davis", *Express Tribune*, 22 fev. 2011.

26. Entrevista concedida ao autor pelo tenente-coronel Anthony Shaffer em maio de 2011.

27. Asad Kharal, op. cit.

28. Greg Miller e Karen DeYoung, op. cit.

29. Ewen MacAskill e Declan Walsh, op. cit.

30. Matthew Cole, "Raymond Davis Is CIA Contractor, US Officials Say", ABCNews.go.com, 21 fev. 2011. Detalhes do mencionado trabalho de Davis com a Equipe de Resposta Global foram tirados da reportagem de Cole.

31. Mazzetti et al., "American Held in Pakistan Worked with CIA".

32. James Risen e Mark Mazzetti, "CIA Said to Use Outsiders to Put Bombs on Drones", *New York Times*, 20 ago. 2009.

33. Matthew Cole, op. cit.

34. Entrevista concedida ao autor por ex-integrante do JSOC em março de 2011. Todas as declarações e informações atribuídas ao ex-integrante do JSOC foram tiradas dessa entrevista.

35. Munir Ahmed (AP), "Disagreements in Pakistan over Held American; ex-Foreign Minister Disputes Immunity Claim", *Star Tribune*, 16 fev. 2011.

36. Matthew Cole, Kirit Radia e Lee Ferran, op. cit.

37. Registro da empresa Hyperion Protective Services LLC, base de dados sobre registros comerciais do site da Secretaria de Estado do Colorado. Captura de tela do índice de registros do Colorado disponível via Jim White, "Does Raymond Davis Recruit Intelligence Agents in US?", My fdl (blog), My Firedoglake, 17 fev. 2011. Disponível em: <http://my.firedoglake.com/jimwhite/2011/02/17/does-raymond-davis-recruit-intelligence-agents-in-us/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

38. "The Store--#3627, Las Vegas, NV". Disponível em: <www.theupsstorelocal.com/3627/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

39. Entrevista concedida ao autor pelo tenente-coronel Jeffrey Addicott em novembro de 2009. Todas as declarações e informações atribuídas a Addicott foram tiradas dessa entrevista.

40. Entrevista concedida ao autor por fonte da Inteligência das Forças Armadas dos Estados Unidos em novembro de 2009. Todas as declarações e informações atribuídas à fonte da Inteligência das Forças Armadas foram tiradas dessa entrevista.

41. Robert Young Pelton, *Licensed to Kill: Hired Guns in the War on Terror*. Nova York: Three Rivers, 2006, pp. 36-41. Entrevista concedida ao autor por antigos funcionários da Blackwater e da Inteligência entre fevereiro e setembro de 2006.

42. Entrevista concedida ao autor por ex-executivo da Blackwater em novembro de 2009. Detalhes da relação da Blackwater com a Kestral Logistics foram tirados dessa entrevista.

43. "Kestral Group of Companies", Kestral Logistics. Disponível em: <www.kestral-logistics.com/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

44. Entrevista concedida ao autor por David McKeeby em novembro de 2009.

45. Mark Corallo, e-mail ao autor de 20 de novembro de 2009.

46. Registro de lobby em favor da Kestral-USA, extraído do Banco de Dados da Lei de Divulgação de Lobby. Disponível em : <http://soprweb.senate.gov/index.cfm?event=submit-SearchRequest>. Acesso em: 25 nov. 2013.

47. Registro de lobby, determinado pela Lei de Divulgação de Lobby, de 1995, 4º semestre de 2009, Roger F. Noriega, com a firma de consultoria Vision Americas, com sede em Washington, em favor de Kestral-USA.

48. "Ambassador Roger F. Noriega", site da Vision Americas. Disponível em: <www.visionamericas.com/noriega.php>. Acesso em: 25 nov. 2013.

49. "Ambassador Christina Rocca", site da Vision Americas. Disponível em: <www.visionamericas.com/rocca.php>. Acesso em: 25 nov. 2013.

50. Registro de lobby, protocolado por Roger F. Noriega, Vision Americas, 3º trimestre de 2009.

51. Ver registros de lobby pela Firecreek Ltd.'s em favor da Kestral-USA, Banco de Dados da Lei de Divulgação de Lobby. Disponível em: <http://soprweb.senate.gov/ index.cfm?event=submit SearchRequest>. Acesso em: 25 nov. 2013.

52. Transcrição de "DoD News Briefing with Geoff Morrell from the Pentagon", 24 nov. 2010; Telegrama diplomático 09ISLAMABAD2449, da embaixadora Anne W. Patterson, embaixada dos Estados Unidos em Islamabad, "Pakistan Army GHQ Again Approves Embedding", 9 out. 2009, divulgado pelo WikiLeaks. Disponível em: <http://wikileaks.org/cable/2009/10/09ISLAMABAD2449.html.009>. Acesso em: 25 nov. 2013.

53. Entrevista concedida ao autor por fonte de Operações Especiais em dezembro de 2010.

54. Telegrama diplomático 08ISLAMABAD3183, da embaixadora Anne W. Patterson, embaixada dos Estados Unidos em Islamabad, "Taskings for IDP/Refugee Information", 6 out. 2008, divulgado pelo WikiLeaks. Disponível em: <http:// cablegatesearch.net/cable.php? id=08ISLAMABAD3183&q=for%20idp-refugee%20information%20taskings>. Acesso em: 25 nov. 2013.

55. Ver Joby Warrick, *The Triple Agent: The al-Qaeda Mole Who Infiltrated the cia*. Nova York: Doubleday, 2011.

56. Embaixadora Anne W. Patterson, "Pakistan Army GHQ Again Approves Embedding".

57. "Bomb Exposes US in Pakistan", *Tampa Bay Times* (*Times Wire*), 10 fev. 2010.

58. Aliza I. Kassim, "Pakistan Defies US Court in Lawsuit over Mumbai Attacks", CNN.com, 30 dez. 2010. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2010/WORLD/asiapcf/12/30/pakistan.intelligence.lawsuit/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

59. Greg Miller e Karin Brulliard, "CIA's Pakistan Chief Removed", *Washington Post*, 18 dez. 2010.

60. Id., ibid.

61. Id., ibid.

62. Asad Kharal, op. cit.

46. O CURIOSO CASO DE RAYMOND DAVIS: ATO II

1. Asad Kharal, "Retracing the Path: Trailing Raymond Davis", *Express Tribune* (Paquistão), 22 fev. 2011; Matthew Cole, "Raymond Davis Is CIA Contractor, US Officials Say", ABCNews.go.com, 21 fev. 2011. Disponível em: <http://abcnews.go.com/Blotter/raymond-davis-held-lahore-shooting-cia-contractor-blackwater/story?id=12964133>. Acesso em: 25 nov. 2013.

2. Entrevista concedida ao autor por ex-executivo da Blackwater em março de 2011.

3. Mark Mazzetti, "A Shooting in Pakistan Reveals Fraying Alliance", *New York Times*, 12 mar. 2011.

4. Matthew Cole, op. cit.

5. Entrevista concedida ao autor pelo tenente-coronel Anthony Shaffer em maio de 2011. Todas as declarações e informações atribuídas ao tenente-coronel Shaffer foram tiradas dessa entrevista, salvo indicação em contrário.

6. Raja Riaz, "Raymond Davis Tried to Trick Investigators", *Daily Times* (Paquistão), 15 fev. 2011. O informe policial diz que se trata de uma "nota da embaixada".

7. Publicação conjunta 3-50, Personnel Recovery, 5 jan. 2008, IV-8. Disponível em: <www.dtic.mil/dpmo/laws_directtives/documents/joint_pu_3_50.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

8. Memorando do Departamento de Defesa, "Department of Defense Policy on Blood Chits", 20 jul. 2006. Disponível em: <www.dtic.mil/dpmo/personnel_accounting/documents/dod_policy_on_blood_ chits.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

9. Nick Schifrin, "Did Ray Davis Shoot Two Pakistani Agents?", ABCNews.go.com, 9 fev. 2011. Disponível em: <http://abcnews.go.com/Blotter/ray-davis-shooting-pakistan/story?id= 12869411>. Acesso em: 25 nov. 2013.

10. Kamran Yousaf, "Raymond Davis Case: Men Killed in Lahore Were Intelligence Operatives, Says Official", *Express Tribune*, 5 fev. 2011.

11. "Agencies Rule Out Any Link with Lahore Killing Incident", *News International*, 8 fev. 2011.

12. Rob Crilly, "Raymond Davis 'Was Acting Head of CIA in Pakistan'", *Telegraph*, 22 fev. 2011.

13. Qaiser Butt, "CIA Agent Davis Had Ties with Local Militants", *Express Tribune*, 22 fev. 2011.

14. Id., ibid.

15. Id., ibid.

16. Coronel W. Patrick Lang, comentário à postagem do brigadeiro da reserva F. B. Ali, "#Update: The Raymond Davis Affair", Sic Semper Tyrannis (blog). Disponível em: <http://turcopolier.typepad.com/sic_semper_tyrannis/2011/02/update-the-raymond-davis-affair-fb-ali.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

17. Mark Mazzetti, op. cit.

18. Marc Ambinder e D. B. Grady, *The Command: Deep Inside the President's Secret Army*, ed. Kindle. Hoboken, NJ: John Wiley and Sons, 2012.

19. Glenn W. Goodman Jr., "Deep Underground Tunnels: Counterproliferation Mission Takes SOF Commandos into Tough New Environments", *Armed Forces Journal*. Disponível em: <www.specialoperations.com/Literature/AFJI/CP.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

20. Brigadeiro da reserva F. B. Ali, "The Fallout from the Davis Affair", Sic Semper Tyrannis (blog), 1 mar. 2011. Disponível em: <http://turcopolier.typepad. com/sic_semper_tyrannis/2011/03/the-fall-out-from-the-davis-affair-fb-ali.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

21. Kathy Gannon e Adam Goldman, "Pakistan's Intelligence Ready to Split with CIA", Associated Press, 23 fev. 2011.

22. Karin Brulliard, "In Aftermath of Shooting, Rising Skepticism About American Presence in Pakistan", *Washington Post*, 22 fev. 2011.

23. Asad Kharal, "After Davis' Arrest, US Operatives Leaving Pakistan", *Express Tribune*, 28 fev. 2011.

24. Id., ibid.

25. F. B. Ali, op. cit.

26. Raja Riaz, op. cit.

27. Declan Walsh, "A CIA Spy, a Hail of Bullets, Three Killed and a US-Pakistan Diplomatic Row", *The Guardian*, 20 fev. 2011.

28. Id., ibid.

29. Asif Chaudhry, "US Official Guns Down Two Motorcyclists in Lahore", Dawn.com, 28 jan. 2011. Disponível em: <http://www.dawn.com/news/601997/us-official-guns-down-two-motorcyclists-in-lahore>. Acesso em: 25 nov. 2013.

30. Declan Walsh, op. cit.

31. Id., ibid.

32. Raja Riaz, op. cit.

33. Matthew Cole, op. cit.

34. Declan Walsh e Ewen MacAskill, "American Who Sparked Diplomatic Crisis over Lahore Shooting Was CIA Spy", *The Guardian*, 20 fev. 2011.

35. "Rallies Demand Public Execution of Davis", Dawn. com, 12 fev. 2011. Disponível em: <http://www.dawn.com/news/605525/rallies-demand-public-execution-of-davis>. Acesso em: 25 nov. 2013.

36. Raja Riaz, op. cit.

37. Karin Brulliard e Aoun Sahi, "US Embassy Demands Release of 'Unlawfully Detained' Diplomat Who Shot Two Pakistanis", *Washington Post*, 29 jan. 2011.

38. Peter Bergen, Manhunt: *The Ten-Year Search for Bin Laden — from 9/11 to Abbottabad*. Nova York: Crown, 2012, p. 171.

39. "Stuck With You; a Clash Between Spy Agencies Is Boosting the isi — but Is Doing Pakistan No Favours", *Economist*, 3 mar. 2011.

40. "American Kills Two Pakistanis in Lahore: US Embassy Spokesman Says Investigations Underway", vídeo do YouTube, 3:53, sequência da transmissão da rede de notícias paquistanesa Express 24/7, postado por "theexpresstribune", 27 jan. 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mXHjR12ggx0>. Acesso em: 25 nov. 2013.

41. Glenn Kessler, "Who Is Raymond Davis?", *Washington Post*, 22 fev. 2011.

42. Convenção de Viena sobre Relações Consulares, 1963; criada em 24 de abril de 1963 (em vigor desde 19 de março de 1967), Nações Unidas.

43. Glenn Kessler, op. cit.

44. Baqir Sajjad Syed, "FO Did Not Grant Diplomatic Status to Davis: US", Dawn.com, 4 fev. 2011. Disponível em: <http://www.dawn.com/news/603753/fo-did-not-grant-diplomatic-status-to-davis-us>. Acesso em: 25 nov. 2013.

45. Babar Dogar (AP), "Shumaila Kanwal, Pakistani Woman, Commits Suicide After US Shooting", *Huffington Post*, 6 fev. 2011.

46. Rob Crilly, "Widow of Man Shot Dead by US Consul Official Commits Suicide", *Telegraph*, 7 fev. 2011.

47. Ron Moreau e Sami Yousafzai, "Killings Spark CIA Fears in Pakistan", *Newsweek*, 17 fev. 2011.

48. Philip Giraldi, em comentário sobre a postagem do brigadeiro da reserva F. B. Ali, "#Update: The Raymond Davis Affair", Sic Semper Tyrannis (blog). Disponível em: <http://turcopolier.typepad.com/sic_semper_tyrannis/2011/02/update-the-raymond-davis-affair-fb-ali.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

49. Associated Press, "US Ups Pressure on Pakistan over Detained American", FoxNews.com, 8 fev. 2011. Disponível em: <http://www.foxnews.com/us/2011/02/08/ups-pressure-pakistan-detained-american/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

50. Ahmad Norrani, "Is Presidency Pushing for Backdated Immunity to Raymond?", *News International*, 12 fev. 2011. Disponível em: <http://www.thenews.com.pk/TodaysPrintDetail.aspx?ID=3952&Cat=13>. Acesso em: 25 nov. 2013.

51. Shah Mahmood Qureshi, "Raymond Davis Does Not Enjoy Immunity", vídeo do YouTube, 7:40, da cobertura de uma entrevista coletiva dada por Qureshi transmitida pela rede Express 24/7 network,

postado por "MrPoliticians", 17 fev. 2011. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=VsF3HpHZdzc>. Acesso em: 25 nov. 2013.

52. Karen DeYoung e Karin Brulliard, "US-Pakistan Relations Strained Further with Case of Jailed Diplomat", *Washington Post*, 8 fev. 2011.

53. Shah Mahmood Qureshi, op. cit.

54. Shaun Tandon, "US Threatens to Cut Pakistan Aid over Shooting", Agência France-Presse, 8 fev. 2011.

55. Asif Ali Zardari, "As Pakistan Battles Extremism, It Needs Allies' Patience and Help", *Washington Post*, 6 mar. 2011.

56. Matthew Cole, "US Fears for Life of Outed CIA Contractor in Pakistan Prison", ABCNews.go.com, 22 fev. 2011.

57. Id., ibid.

58. "New Video of Raymond Davis Interrogation by Punjab Police, Lahore, Pakistan — Watch-GeoNews.com", vídeo do YouTube, 1:03, gravação do interrogatório de Raymond Davis pela polícia do Punjab, transmitida em 15 de fevereiro de 2011 e postada por "feelpkcom", 15 fev. 2011. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=3hye2lLBZfI>.

59. "US Defends 'Diplomat' Accused of Killing Two in Pakistan", *Dawn* (Agência France-Presse), 1 fev. 2011.

60. Jane Perlez, "Pakistan Delays Ruling on Jailed American", *New York Times*, 17 fev. 2011.

61. Senador John Kerry, "Kerry Regrets Raymond Davis Killing", vídeo do YouTube, 33:03, cobertura da rede Express 24/7 das apresentações de John Kerry na imprensa de Lahore, Paquistão, postado por "theexpresstribune", 15 fev. 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/ watch?v=dIISQcOG3tY>. Acesso em: 25 nov. 2013. Os detalhes da apresentação foram tirados da cobertura do evento pela rede Express 24/7.

62. Trancrição de "Press Conference by the President", 15 fev. 2011.

63. Mark Mazzetti, Ashley Parker, Jane Perlez e Eric Schmitt, "American Held in Pakistan Worked with CIA", *New York Times*, 21 fev. 2011.

64. Adam Goldman e Kimberly Dozier (AP), "Arrested US Official Raymond Allen Davis Is Actually a CIA Contractor", *Christian Science Monitor*, 21 fev. 2011.

65. Waqar Gillani e Jane Perlez, "Pakistan Extends Jailing of American Held in Two Deaths", *New York Times*, 11 fev. 2011.

66. Jane Perlez, "Mystery over Detained American Angers Pakistan", *New York Times*, 8 fev. 2011.

67. Glenn Greenwald, "The NYT's Journalistic Obedience", Salon.com, 21 fev. 2011.

68. Chris Elliott, "Open Door: Dangerous Decisions", *The Guardian*, 27 fev. 2011.

69. Mark Mazzetti et al., op. cit.

70. Babar Dogar e Chris Brummit (AP), "Contractor Accused of Murder Released in Pakistan", *Huffington Post*, 16 mar. 2011.

71. Depoimento de Leon Panetta, diretor da Agência Central de Inteligência, "Current and Projected National Security Threats to the United States. Hearing before the Select Committee on Intelligence", 111º Congresso 59, 16 fev. 2011.

72. Id., ibid.

73. Kathy Gannon e Adam Goldman (AP), "Case of Jailed American Causes Deep Rift in Pakistani Spy Agency's Relationship with CIA", *Star Tribune*, 24 fev. 2011.

74. Associated Press, "American: I'm Immune from Pakistan Murder Charge", CBSNews.com, 25 fev. 2011. Disponível em: <http://www.cbsnews.com/news/american-im-immune-from-pakistan-murder-charge/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

75. Kathy Gannon e Adam Goldman, op. cit.

76. Declan Walsh, "Pakistan Arrests US Security Contractor as Rift with CIA Deepens", *Guardian*, 25 fev. 2011.

77. "Another Mysterious American in Pakistan", Outpost Washington (blog), Radio Free Europe Radio Liberty, 25 fev. 2011. Disponível em: <www.rferl.org/content/pakistan_raymond_davis_america_cia_isi/2321321.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

78. Asad Kharal, "After Davis' Arrest, US Operatives Leaving Pakistan", *Express Tribune*, 28 fev. 2011.

79. Declan Walsh, op. cit. Alguns funcionários disseram estar analisando "milhares" de vistos.

80. General Jehangir Karamat, "The Oman Retreat", *Pakistan Today*, 26 fev. 2011. O *Pakistan Today* publicou a memória do encontro em Omã entre altos funcionários dos Estados Unidos e do Paquistão.

81. Kevin Baron, "US, Pakistan Military Chiefs Hold Secret Talks in Oman", *Stars and Stripes*, 23 fev. 2011.

82. Declan Walsh e Ewen MacAskill, op. cit.

83. Carlotta Gall e Mark Mazzetti, "Hushed Deal Frees CIA Contractor in Pakistan", *New York Times*, 16 mar. 2011.

84. "CIA Contractor Ray Davis Freed over Pakistan Killings", BBC.co.uk, 16 mar. 2011. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-south-asia-12757244>. Acesso em: 25 nov. 2013.

85. Huma Imtiaz, "Behind the Scenes of Raymond Davis's Release", *Foreign Policy*, 16 mar. 2011.

86. Declan Walsh e Ewen MacAskill, op. cit.

87. "CIA Contractor Ray Davis Freed over Pakistan Killings", op. cit.

88. Babar Dogar (ap), "'Blood Money' Frees CIA Contractor in Pakistan", *Washington Times*, 16 mar. 2011.

89. F. B. Ali, "The Davis Saga Ends", Sic Semper Tyrannis (blog), 16 mar. 2011. Disponível em: <http://turcopolier.typepad.com/sic_semper_tyrannis/2011/03/the-davis-saga-ends-fb-ali.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

90. Transcrição de "Remarks to the Traveling Press", Cairo, Egito, 16 mar. 2011.

91. Carlotta Gall e Mark Mazzetti, op. cit.

92. "Did Davis Board Viper with His Victims' Heirs?", *News International*, 17 mar. 2011.

93. Ron Moreau e Sami Yousafzai, "Blood Money Buys CIA Contractor's Freedom", *Newsweek*, 16 mar. 2011.

94. "US Drone Strike 'Kills Forty' in Pakistani Tribal Region", BBC.co.uk, 17 mar. 2011. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-south-asia-12769209>. Acesso em: 25 nov. 2013.

47. O TSUNAMI DA MUDANÇA

1. John Thorne, "Bouazizi Has Become a Tunisian Protest 'Symbol'", *National* (eau), 13 jan. 2011.

2. Kareem Fahim, "Slap to a Man's Pride Set Off Tumult in Tunisia", *New York Times*, 21 jan. 2011.

3. "Tunisia and the Spark That Launched Uprisings", *60 Minutes*, CBS, 20 fev. 2011.

4. Anwar al Awlaki, "The Tsunami of Change", *Inspir*, n. 5, primavera 2011, mar. 2011.

5. Adrian Blomfield, "Yemen Protests: Evidence Snipers Shot to Kill", *Telegraph*, 19 mar. 2011.

6. Laura Kasinof, "Yemen General Says Opposition Will Be Ally Against Terrorism", *New York Times*, 22 jun. 2011.

7. Indira A. R. Lakshmanan, "US Facing Loss of Key Ally Against al-Qaeda Group in Yemen", *Bloomberg*, 22 mar. 2011.

8. Transcrição de "Media Availability with Secretary Robert Gates from Moscow, Russia", Departamento de Defesa, 22 mar. 2011. Disponível em: <http://www.defense.gov/transcripts/transcript.aspx?transcriptid=4791>. Acesso em: 25 nov. 2013.

9. Entrevista concedida ao autor por Joshua Foust em 24 de março de 2011.

10. Entrevista concedida ao autor por Gregory Johnsen em março de 2011.

11. Entrevista concedida ao autor por Ammar al Awlaki em agosto de 2012. O autor se baseia no relato de Ammar sobre o encontro em Viena.

48. A FORTALEZA DE ABBOTTABAD

1. Peter Bergen, *Manhunt: The Ten-Year Search for Bin Laden — from 9/11 to Abbottabad*. Nova York: Crown, 2012, p. 3. Para os leitores que desejem estudar os acontecimentos que levaram à incursão contra Bin Laden, os dois livros mais abrangentes sobre o tema publicados até agora são o de Bergen, Manhunt [Ed. bras.: *Procurado: Do Onze de Setembro ao ataque a Abbottabad, os dez anos de caça a Osama bin Laden*. São Paulo: Manole; Amarylis, 2013] e o de Mark Owen com Kevin Maurer, *No Easy Day: The Firsthand Account of the Mission That Killed Osama bin Laden*. Nova York: Dutton, 2012. [Ed. bras.: *Não há dia fácil: Um líder da tropa de elite americana conta como mataram Osama bin Laden*. São Paulo: Paralela; Companhia das Letras, 2012.]

2. Id., ibid., p. 4.

3. Transcrição de "Hunt for Osama Bin Laden Shifts Gears", *Morning Edition*, NPR, 3 jul. 2006.

4. Peter Bergen, op. cit., p. 116; Michael Hastings, *The Operators: The Wild and Terrifying Inside Story of America's War in Afghanistan*. Nova York: Blue Rider, 2012, p. 92.

5. Michael Isikoff, "How Profile of bin Laden Courier Led CIA to Its Target", NBCNews.com, 4 maio 2011. Disponível em: <http://www.today.com/id/42906157/ns/world_news-death_of_bin_laden/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

6. Id., ibid.

7. Peter Bergen, op. cit., p. 123.

8. Ibid., p. 124.

9. Mark Mazzetti, Helene Cooper e Peter Baker, "Behind the Hunt for Bin Laden", *New York Times*, 2 maio 2011.

10. Peter Bergen, op. cit., pp. 12-3.

11. Id., ibid., pp. 125-6.

12. Id., ibid., p. 126.

13. Saeed Shah, "CIA Organised Fake Vaccination Drive to Get Osama bin Laden's Family DNA", *The Guardian*, 11 jul. 2011.

14. Peter Bergen, op. cit., p. 127.

15. Adam Goldman e Matt Apuzzo, "The Man Who Hunted Osama bin Laden", Associated Press, 5 jul. 2011. Peter Bergen dá mais detalhes dos memorandos — o artigo "Closing In on Osama bin Laden's

Courier" também é dele. Ver Peter Berger op. cit., p. 127.

16. Peter Bergen, op. cit., p. 131.

17. Bob Woodward, "Death of Osama bin Laden: Phone Call Pointed US to Compound — and to 'the Pacer'", *Washington Post*, 6 maio 2011.

18. Id., ibid., pp. 166-7.

19. Siobhan Gorman e Julian E. Barnes, "Spy, Military Ties Aided bin Laden Raid", *Wall Street Journal*, 23 maio 2011.

20. Id., ibid.

21. Id., ibid. Ver também Peter Bergen, op. cit., p. 167.

22. Siobhan Gorman e Julian E. Barnes, op. cit.

23. Peter Bergen, op. cit., p. 184.

24. Mark Owen, op. cit, p. 5.

25. Id., ibid., p. 147.

26. Id., ibid., pp. 147-8.

27. Id., ibid., p. 149.

28. Id., ibid., p. 149.

29. Detalhes da formação da equipe em ibid., p. 158.

30. Id., ibid., p. 160.

31. Id., ibid., p. 163.

32. Id., ibid., p. 173.

33. Id., ibid., p. 168.

34. Peter Bergen, op. cit., pp. 185-6.

35. Id., ibid., p. 185.

363. Mark Owen, op. cit., p. 177.

37. Conversa entre Bissonnette e "Jen", Id., ibid., pp. 157-8.

38. Mark Mazzetti e Helene Cooper, "Detective Work on Courier Led to Breakthrough on Bin Laden", *New York Times*, 2 maio 2011.

39. Entrevista com Tom Donilon para o especial do History Channel, *Targeting Bin Laden*, transmitido em 6 de setembro de 2011.

40. Mark Owen, op. cit., p. 192.

41. Id., ibid., p. 275.

42. Id., ibid., p. 193.

43. Peter Bergen, op. cit., p. 192.

44. Id., ibid., p. 208.

45. Jake Tapper, "President Obama to National Security Team: 'It's a Go'", Political Punch (blog), ABCNews.go.com, 2 maio 2011. Disponível em: <http://abcnews.go.com/blogs/politics/2011/05/president-obama-to-national-security-team-its-a-go/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

46. "2011 White House Correspondents' Dinner", vídeo da C-Span, 1:28:17, cobertura do Jantar de Correspondentes da Casa Branca em 30 de abril de 2011. Disponível em: <www.c-spanvideo.org/program/299256-1>. Acesso em: 25 nov. 2013.

47. Mark Owen, op. cit., p. 194.

48. Id., ibid., p. 195.

49. Id., ibid., p. 196.

50. Peter Bergen, op. cit., p. 212.

51. Nicholas Schmidle, "Getting Bin Laden: What Happened That Night in Abbottabad", *New Yorker*, 8 ago. 2011.

52. Entrevista com o presidente Barack Obama, "Inside the Situation Room", *Rock Center*, NBC, 2 maio 2012.

53. Peter Bergen, op. cit., p. 213.

54. Darlene Superville (AP), "Obama's Golf Shoes a Clue to bin Laden Raid?", NBCnews.com, 3 maio 2011.

55. Peter Bergen, op. cit., p. 217.

56. Nicholas Schmidle, op. cit.

57. Peter Bergen, op. cit., p. 217.

58. Id., ibid.

59. Nicholas Schmidle, op. cit.

60. Entrevista com o presidente Barack Obama, "Inside the Situation Room", op. cit.

61. Peter Bergen, op. cit., p. 214.

62. Nicholas Schmidle, op. cit.

63. Entrevista com John Brennan para o especial do History Channel, *Targeting Bin Laden*, transmitido em 6 de setembro de 2011.

64. Christopher Drew, "Attack on Bin Laden Used Stealthy Helicopter That Had Been a Secret", *New York Times*, 5 maio 2011.

65. Peter Bergen, op. cit., p. 215.

66. Entrevista concedida ao autor pelo general Hugh Shelton em março de 2011.

67. Peter Bergen, op. cit., p. 216.

68. Nicholas Schmidle, op. cit.

69. Peter Bergen, op. cit., p. 220.

70. Id., ibid., p. 216.

49. "PEGAMOS O CARA. PEGAMOS O CARA"

1. Peter Bergen, Manhunt: *The Ten-Year Search for bin Laden — from 9/11 to Abbottabad*. Nova York: Crown, 2012, p. 218.

2. Mark Owen com Kevin Maurer, *Não há dia fácil: Um líder da tropa de elite americana conta como mataram Osama bin Laden*. São Paulo: Paralela; Companhia das Letras, 2012, p. 210.

3. Id., ibid., p. 181.

4. Id., ibid., pp. 17-8.

5. Peter Bergen, op. cit., p. 218.

6. Mark Owen, op. cit., p. 8.

7. Id., ibid., p. 214.

8. Id., ibid., p. 215.

9. Id., ibid., p. 7.

10. Entrevista com Barack Obama para o especial do History Channel, *Targeting Bin Laden*, transmitido em 6 de setembro de 2011.

11. Peter Bergen, op. cit., p. 219.

12. Entrevista com Joe Biden, "Inside the Situation Room", *Rock Center*, nbc, 2 maio 2012.

13. Peter Bergen, op. cit., p. 220.

14. Entrevista com Ben Rhodes para o especial do History Channel, *Targeting Bin Laden*, transmitido em 6 de setembro de 2011.

15. Entrevista com Barack Obama, "Inside the Situation Room", *Rock Center*, NBC, 2 maio 2012.

16. Entrevista com Barack Obama, *Targeting Bin Laden*, op. cit.

17. Mark Owen, op. cit., p. 222.

18. Id., ibid., p. 223.

19. Bergen, Manhunt, p. 221.

20. Peter Owen, op. cit., p. 226.

21. Nicholas Schmidle, "Getting Bin Laden: What Happened That Night in Abbottabad", *New Yorker*, 8 ago. 2011.

22. Transcrição de "Obama on bin Laden: The Full '60 Minutes' Interview", de Steve Kroft, *60 Minutes*, CBS, 4 maio 2011.

23. Entrevista com Barack Obama, *Targeting Bin Laden*, op. cit.

24. Mark Owen, op. cit., p. 230.

25. Id., ibid., p. 231.

26. Transcrição de "Killing bin Laden", *60 Minutes*, cbs, 9 set. 2012.

27. Mark Owen, op. cit., p. 235.

28. Phil Bronstein, "The Man Who Killed Osama bin Laden… Is Screwed", *Esquire*, 11 fev. 2013. Disponível em: <http://www.esquire.com/features/man-who-shot-osama-bin-laden-0313>. Acesso em: 25 nov. 2013. O relato do SEAL que atirou em Bin Laden e o de Bissonnette diferem em alguns pontos importantes. "O Atirador", como ele é chamado na matéria da *Esquire*, diz que as mulheres estavam reunidas no corredor e Bin Laden estava vivo e de pé no quarto quando o SEAL atirou-lhe no rosto. Ele diz também que teve certeza da identidade de Bin Laden ao vê-lo. Em seu livro, Bissonnette afirma que Bin Laden foi fatalmente atingido quando os SEALs estavam subindo a escada. As diferenças devem-se provavelmente à posição que cada um dos homens ocupava na casa na noite da morte de Bin Laden. Recomenda-se que os leitores analisem ambas as fontes.

29. Mark Owen, op. cit., p. 236.

30. Id., ibid., p. 239.

31. Phil Bronstein, op. cit.

32. Mark Owen, op. cit., p. 241.

33. Id., ibid., p. 206.

34. Id., ibid., pp. 245-6.

35. Id., ibid., p. 247.

36. Entrevista com Ben Rhodes, *Targeting Bin Laden*, op. cit.

37. Peter Bergen, op. cit., p. 225.

38. Mark Owen, op. cit., p. 252.

39. Id., ibid., pp. 248-9.

40. Qaswar Abbas e Sandeep Unnithan, "How Pak Is Trapped in Web of Deceit", *India Today*, 6 maio 2011.

41. Transcrição, *Anderson Cooper 360 Degrees*, CNN, 12 maio 2011.

42. Mark Owen, op. cit., p. 211.

43. Id., ibid., p. 252.

44. Id., ibid., p. 253.

45. Bob Woodward, "Death of Osama bin Laden: Phone Call Pointed US to Compound — and to 'the Pacer'", *Washington Post*, 6 maio 2011. O preço do helicóptero foi revelado quando Woodward relatou a réplica do presidente Obama à notícia de que um dos SEALs se deitara ao lado do corpo de Bin Laden para conferir sua altura: "Destacamos um helicóptero de 60 milhões de dólares para esta operação, não poderíamos arcar com o custo de uma fita métrica?".

46. Zahid Hussain, Matthew Rosenberg e Jeremy Paige, "Slow Dawn After Midnight Raid", *Wall Street Journal*, 9 maio 2011.

47. Peter Bergen, op. cit., p. 228.

48. Id., ibid.

49. Mark Owen, op. cit., p. 262.

50. Nicholas Schmidle, op. cit.

51. Associated Press, "Military Emails Reveal Details of Bin Laden Burial", CBSNews.com, 22 nov. 2012. Disponível em: <http://www.cbsnews.com/news/military-emails-reveal-details-of-bin-laden-burial/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

50. "AGORA ELES ESTÃO ATRÁS DO MEU FILHO"

1. Transcrição de "Remarks by the President on Osama bin Laden", Casa Branca, 2 maio 2011. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2011/05/02/remarks-president-osama-bin-laden>. Acesso em: 25 nov. 2013.

2. Transcrição de "Press Briefing by Senior Administration Officials on the Killing of Osama bin Laden", Casa Branca, 2 maio 2011. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2011/05/02/press-briefing-senior-administration-officials-killing-osama-bin-laden>. Acesso em: 25 nov. 2013.

3. Peter Bergen, "A Visit to Osama bin Laden's Lair", CNN.com, 3 maio 2012. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2012/05/03/opinion/bergen-bin-laden-lair/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

4. Robert Booth, Saeed Shah e Jason Burke, "Osama bin Laden Death: How Family Scene in Compound Turned to Carnage", *The Guardian*, 5 maio 2011.

5. Anistia Internacional, Relatório Anual 2012, "United States of America", 2012. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/region/usa/report-2012>. Acesso em: 25 nov. 2013.

6. Transcrição de "Press Briefing by Press Secretary Jay Carney and Assistant to the President for Homeland Security and Counterterrorism John Brennan", Casa Branca, 2 maio 2011. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2011/05/02/press-briefing-press-secretary-jay-carney-and-assistant-president-homela>. Acesso em: 25 nov. 2013.

7. "Woman Killed in Bin Laden Raid Not His Wife: White House", *National Post* (Reuters), 2 maio 2011.

8. Kimberly Dozier, "McRaven Tells Troops to Pipe Down", Associated Press, The Big Story (bigstory.ap.org), 12 ago. 2012.

9. Ethan Smith e Julian E. Barnes, "Walt Disney Surrenders to Navy's seal Team 6", *Wall Street Journal*, 26 maio 2011.

10. Mark Hosenball, "Senate Panel to Examine CIA Contacts with 'Zero Dark Thirty' Filmmakers", Reuters, 2 jan. 2013.

11. Daniel Klaidman, *Kill or Capture: The War on Terror and the Soul of the Obama Presidency*. Nova York: Houghton Mifflin Harcourt, 2012, p. 238.

12. United States of America v. Ahmed Abdulkadir Warsame, indiciamento 11 crim 559 (DC distrito sul de Nova York, 5 jul. 2011). Disponível em: <http://graphics8.nytimes.com/packages/pdf/world/Warsame_Indictment.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

13. Charlie Savage, "US Tests New Approach to Terrorism Cases on Somali Suspect", *New York Times*, 6 jul. 2011.

14. Ordem Executiva n. 13491, 74 Fed. Reg. 4893, 4893-94 (27 de janeiro de 2009).

15. "US May Have Violated Domestic and International Law in Capturing and Holding Somali for Months at Sea", Centro de Direitos Constitucionais, 7 jul. 2011. Disponível em: <http://ccrjustice.org/newsroom/press-releases/u.s.-may-have-violated- domestic-and-international-law-capturing-and-holding-somali-months-sea>. Acesso em: 25 nov. 2013.

16. Pete Williams e Jonathan Dienst, "Member of Terrorist Group Brought to US to Stand Trial", NBC-News.com, 5 jul. 2011. Disponível em: <http://www.nbcnews.com/id/43646336/#.Uqs69PRDtzY>. Acesso em: 25 nov. 2013.

17. Daniel Klaidman, op. cit., p. 261.

18. Id., ibid., p. 252.

19. Id., ibid., p. 261.

20. Id., ibid., pp. 262-3.

21. Margaret Coker, Adam Entous e Julian E. Barnes, "Drone Targets Yemeni Cleric", *Wall Street Journal*, 7 maio 2011.

22. Martha Raddatz, "US Missiles Missed Awlaki by Inches in Yemen", ABCNews.go.com, 19 jul. 2011. Disponível em: <http://abcnews.go.com/Blotter/us-missed-awlaki-inches-yemen/story?id=14108686>. Acesso em: 25 nov. 2013. Salvo indicação do contrário, os detalhes dos ataques militares em 5 de maio de 2011 foram tirados desse artigo.

23. Salvo indicação do contrário, detalhes sobre este ataque se baseiam no ensaio do xeque Harith al Nadari, "My Story with al-Awlaki", *Inspir*, n. 9, inverno de 2012, maio 2012.

24. Gregory D. Johnsen, *The Last Refuge: Yemen, Al-Qaeda, and America's War in Arabia*. Nova York: W. W. Norton, 2013, p. 275.

25. Entrevista concedida ao autor por ex-planejador do JSOC em outubro de 2012.

26. Mohammed Jamjoom e Hakim Almasmari, "Yemeni Source: Drone Strike Misses al-Awlaki, Hits Two Supporters", CNN.com, 7 maio 2011. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2011/WORLD/meast/05/07/yemen.drone.strike/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

27. Id., ibid.

28. Transcrição da CBS, *Evening News*, 6 maio 2011.

29. Mohammed Jamjoom e Hakim Almasmari, op. cit.

30. Transcrição de "Deciphering bin Laden's Messages; Drone Strikes; Targeting Awlaki", *John King, usa*, CNN, 6 maio 2011.

31. Tom Finn, "I Fear for My Son, Says Father of Anwar al-Awlaki, Tipped as new Bin Laden", *Observer*, 7 maio 2011.

51. "FOI A SANGUE-FRIO"

1. Transcrição de "Remarks by the President on Osama bin Laden", Casa Branca, 2 maio 2011. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2011/05/02/remarks-president-osama-bin-laden>. Acesso em: 25 nov. 2013.

2. Asif Ali Zardari, "Pakistan Did Its Part", *Washington Post*, 2 maio 2011.

3. Sajjad Tarakzai, "Bin Laden Dead as Joyful US Says Justice Is Done", Agência France-Presse, 2 maio 2011.

4. Kamran Haider e Augustine Anthony, "No Resistance in 'Cold-Blooded' US Raid: Pakistan Officials", Reuters, 5 maio 2011.

5. Jane Perlez e David Rohde, "Pakistan Pushes Back Against US Criticism on Bin Laden", *New York Times*, 3 maio 2011.

6. Express/AFP, "Zardari and Gilani Should Resign: Qureshi", *Express Tribune*, 7 maio 2011.

7. "Altaf Asks Military, Govt to Apologise over US Raid", Dawn.com, 5 maio 2011. Disponível em: <http://www.dawn.com/news/626138/www.tupernic.com>. Acesso em: 25 nov. 2013.

8. "Terms of Engagement with US Be Reviewed: Resolution", Dawn.com, 15 maio 2011. Disponível em: <http://www.dawn.com/news/628774/terms-of-engagement-with-us-be-reviewed-resolution>. Acesso em: 25 nov. 2013.

9. Transcrição de "Press Briefing by Senior Administration Officials on the Killing of Osama bin Laden", Casa Branca, 2 maio 2011. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2011/05/02/press-briefing-senior-administration-officials-killing-osama-bin-laden>. Acesso em: 25 nov. 2013.

10. "US Drone Strike in Pakistan; Protests over Bin Laden", Reuters, 6 maio 2011.

11. Jon Boone, "Doctor Who Helped US in Search for Osama Bin Laden Jailed for Thirty-three Years", *The Guardian*, 23 maio 2012.

12. Senadores John McCain e Carl Levin, "Statement by Senators McCain and Levin on Sentencing of Pakistani Doctor Who Assisted in bin Laden Search", comunicado à imprensa, 23 maio 2012. Disponível em: <www.mccain.senate. gov/public/index.cfm?ContentRecord_ id=7a9e4f17-9a3f-f98a-ad20-f9fb18505c1d&- FuseAction=PressOffice.PressReleases>. Acesso em: 25 nov. 2013.

13. Kimberly Dozier e Bradley Klapper, "Pakistan to Talk Counterterrorism with US, Afghans", Associated Press, 20 set. 2012.

14. Sargento Michael O'Connor, "ISAF Mission at Full Speed Following Death of Al-Qaeda Leader", Quartel-general da ISAF, 12 maio 2011.

15. Salman Masood e Eric Schmitt, "Tensions Flare Between US and Pakistan After Strike", *New York Times*, 26 nov. 2011.

52. "OS ESTADOS UNIDOS CONSIDERAM A AL-QAEDA COMO TERRORISMO, E NÓS CONSIDERAMOS OS DRONES COMO TERRORISMO"

1. Margaret Coker, "Rebel General Fights Yemen Regime", *Wall Street Journal*, 2 jun. 2011.

2. Laura Kasinof, "Islamists Seize a Yemeni City, Stoking Fears", *New York Times*, 29 maio 2011.

3. Hakim Almasmari e Margaret Coker, "Yemen Unrest Spreads South", *Wall Street Journal*, 30 maio 2011.

4. Entrevista concedida ao autor por altos funcionários iemenitas em janeiro de 2012.

5. "Online Question and Answer Session with Abu Zubayr Adel al-Abab, Shariah Official for Member of Al-Qaeda in the Arabian Peninsula [AQAP]", 18 abr. 2011, tradução de Amany Soliman, Centro Internacional de Estudo da Radicalização e da Violência Política. Disponível em: <http://islamopediaonline.org/sites/default/files/abdu_zubayr_english.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

6. Entrevista concedida ao autor pelo general Mohammed al-Sumali em janeiro de 2012. Todas as declarações e informações atribuídas ao general Al-Sumali foram tiradas dessa entrevista.

7. Agência de notícias Madad, "After Great Attrition of Ali Saleh's Forces on the Doofos Front; Ansar Al-Shari'ah Announces a New Strategy and Different Tactics for Urban Warfare", revista noticiosa on-line *News Report*, n. 1, set. 2011, tradução de Ansar Al-Mujahideen English Forum, divulgado via Jihadology, 26 dez. 2011. Disponível em: <http://azelin.files.wordpress. com/2011/10/ane1b9a3c481r-al-sharc4abah-in-yemen-22news-report-issue-122-en.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

8. Fawaz al Haidari, "Yemen Says Hundreds Killed in Qaeda Fight", Agência France-Presse, 11 set. 2011.

9. Entrevista concedida ao autor por Abdul Ghani al-Iryani em janeiro de 2012. Todas as declarações e informações atribuídas a Iryani foram tiradas dessa entrevista.

10. Entrevista concedida ao autor por funcionário do governo iemenita em janeiro de 2012.

11. Kimberly Dozier (AP), "Al-Qaeda Reeling, US Terror Chief Says", Boston.com, 2 set. 2011.

12. Al-Bawaba News, "Yemen: Al-Qaeda Declares South Province as 'Islamic Emirate'", *Eurasia Review*, 31 mar. 2011.

13. "Ansar al-Sharia has been much more proactive": Entrevista concedida ao autor por Gregory Johnsen em janeiro de 2012. Todas as informações e declarações atribuídas a Johnsen foram tiradas dessa entrevista.

14. Sasha Gordon, "Abyani Tribes and Al-Qaeda in the Arabian Peninsula in Yemen", *Critical Threats*, 25 jul. 2012. Disponível em: <www.criticalthreats.org/yemen/gordon-abyani-tribes-and-al-qae- da-arabian-peninsula-july-25-2012#_edn21>. Acesso em: 25 nov. 2013.

15. Entrevista concedida ao autor por Abdul Rezzaq al-Jamal em janeiro de 2012. Todas as informações e declarações atribuídas a Jamal foram tiradas dessa entrevista.

16. "Al-Qaeda Severs Boy's Hand", *Yemen Post*, 25 set. 2011. Disponível em: <http://yemenpost.net/Detail123456789.aspx?ID=3&SubID=4117>. Acesso em: 25 nov. 2013.

17. "Islamist Militants Execute Three Men in South Yemen", Reuters, 12 fev. 2012.

18. Ibid.

19. Daniel Klaidman, *Kill or Capture: The War on Terror and the Soul of the Obama Presidency*. Nova York: Houghton Mifflin Harcourt, 2012, pp. 253-4.

20. Id., ibid., p. 256.

21. Entrevista concedida ao autor pelo general Mohammed al-Sumali em janeiro de 2012.

22. Robert Burns (AP), "U.S. Military Trainers Have Returned to Yemen", *Army Times*, 8 maio 2012.

23. Entrevista concedida ao autor por Abu Bakr al-Qirbi em janeiro de 2012.

24. Greg Miller e Julie Tate, "CIA Shifts Focus to Killing Targets", *Washington Post*, 1 set. 2011. De início, o *Washington Post* relatou a construção da base, revelando apenas que estava em algum ponto da Península. Mais de um ano depois, o *New York Times* confirmou que a base era na Arábia Saudita. Ver Robert F. Worth, Mark Mazzetti e Scott Shane, "Drone Strikes' Risks to Get Rare Moment in the Public Eye", *New York Times*, 5 fev. 2013.

25. Entrevistas concedidas ao autor por líderes tribais em janeiro de 2012.

26. Entrevista concedida ao autor pelo xeque Ali Abdullah Abdulsalam (mullah Zabara) em janeiro de 2012. Todas as informações e declarações atribuídas ao mulá Zabara foram tiradas dessa entrevista.

27. "Three French hostages Freed in Yemen Head for Home", Agence France-Presse, 14 nov. 2011.

28. Nasser Arrabyee, "Al-Qaeda Suspects Killed Tribal Leader, Mediator, Political Asylum Seeker", Nasser Arrabyee (blog), 10 jan. 2013. Disponível em: <http://narrabyee-e.blogspot.com/2013/01/qaeda-suspects-killed-tribal-leader.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

29. Declaração à imprensa da Suprema Comissão de Segurança Nacional da República do Iêmen, 24 jan. 2013.

30. Entrevista concedida ao autor pelo dr. Emile Nakhleh em janeiro de 2010.

31. Entrevista concedida ao autor pelo coronel W. Patrick Lang em fevereiro de 2011.

53. A CASA ROSADA

1. Audiência para analisar a indicação do tenente-general John Allen, do vice-almirante William McRaven e do general James Thurman ante a Comissão de Serviços Armados do Senado, 111º Congresso, 28 jul. 2011 (depoimento do almirante William McRaven), vídeo disponível em: <www.c-spanvideo.org/program/300255-1>. Acesso em: 25 nov. 2013.

2. Entrevistas concedidas ao autor por fontes da Inteligência somaliana e americana em junho e julho de 2011.

3. Entrevistas concedidas ao autor em Mogadíscio, Somália, em junho de 2011.

4. Entrevista concedida ao autor por funcionário americano em julho de 2011. Todas as declarações atribuídas ao funcionário americano foram tiradas dessa entrevista.

5. Entrevista concedida ao autor por funcionário da Inteligência somaliana em junho de 2011. Todas as informações e declarações atribuídas ao funcionário da Inteligência foram tiradas dessa entrevista.

6. A corrupção do governo de transição nessa época foi bem documentada. Ver Grupo Crise Internacional, "Somalia: The Transitional Government on Life Support", *Africa Report*, n. 170, 21 fev. 2011: Apesar das esperanças de que o presidente Sharif pudesse sanear o governo, no início de 2011 o Grupo Crise Internacional constatava que "a corrupção continuava intacta e agora, segundo muitos relatos, mais perniciosa e grave do que nunca, presidida por poderosas figuras do poder estabelecido e permeando todos os escalões do governo", p. 12.

7. Entrevistas concedidas ao autor em Mogadíscio, Somália, em junho de 2011.

8. Entrevista concedida ao autor por Abdirahman "Aynte" Ali em junho de 2011. Salvo indicação do contrário, todas as informações e declarações atribuídas a Aynte foram tiradas dessa entrevista.

9. Depoimento de Leon E. Panetta, "Hearing to Consider the Nomination of Hon. Leon E. Panetta to be Secretary of Defense, Before the Senate Committee on Armed Services", 111º Congresso, 9 jun. 2011.

10. Jeffrey Gettleman, Mark Mazzetti e Eric Schmitt, "US Relies on Contractors in Somalia Conflict", *New York Times*, 10 ago. 2011.

11. Entrevista concedida ao autor por ex-prisioneiro em junho de 2011.

12. Cópia do autor do depoimento escrito de Ahmed Abdulahi Hassan.

13. Entrevistas concedidas ao autor por jornalista somaliano em junho de 2011.

14. Ibid.

15. Entrevistas concedidas ao autor por fontes somalianas com conhecimento direto das operações da NSA em junho 2011.

16. Ver Bureau da Cidadania e Serviços de Imigração dos Estados Unidos, "Somalia: National Security Service Prison (Godka), Mogadishu, Somalia", 8 jan. 1998. Disponível em: <www.unhcr.org/refworld/docid/3df0bc514.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

17. Resolução Executiva 13491, 74 Fed. Reg. 4893, 27 jan. 2009.

18. Carta enviada por oito organizações ao presidente Obama, "Esclarecer Papel Atribuído à CIA na Detenção e em Interrogatório na Somália", 6 set. 2011. Enviada pela União Americana de Liberdades Civis, Anistia Internacional dos Estados Unidos, Centro de Vítimas de Tortura, Médicos pelos Direitos Humanos, Campanha Nacional Religiosa Contra a Tortura, Fundações Sociedade Aberta, Direitos Humanos Primeiro, Human Rights Watch. Disponível em: <www.hrw.org/news/011/09/20/letter-president-obama-clarify-alleged-cia-role-detention-and-interrogation-somalia>. Acesso em: 25 nov. 2013.

19. "Somalia: MPs Condemn Amisom for Shelling Mogadishu's Populated Areas", *Shabelle Media Network*, 6 jun. 2011.

20. Entrevista concedida ao autor por Mohammed Farah Siad em junho de 2011.

21. Johnnie Carson, secretário-assistente de Estado para Assuntos Africanos, "State Department: A Dual-Track Approach to Somalia", discurso no Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, 20 out. 2010, vídeo disponível em: <http://csis.org/event/state-department-dual-track-approach-somalia>. Acesso em: 25 nov. 2013.

22. Afyare Abdi Elmi, "Dual Track Policy in Somalia Misses the Point", AlJazeera.com, 9 jun. 2011. Disponível em: <http://www.aljazeera.com/INDEPTH/OPINION/2011/06/ 2011688620396244.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

23. Jeffrey Gettleman, Mark Mazzetti e Eric Schmitt, op. cit.

24. "Shabaab al-Mujahideen Announces Execution of 'CIA' 'Cooperator'", tradução para o inglês de comunicado divulgado pela Al-Shabab em 3 de fevereiro de 2011, coincidente com a transmissão da execução, Flashpoint Partners. Disponível em: <https://flashpoint-intel.com/inteldocument/flashpoint_shabaab- kataib0211.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

25. Entrevista concedida ao autor pelo presidente xeque Sharif Sheikh Ahmed em junho de 2011.

26. Lauren Sutherland, "Inside Kenya's Overflowing Refugee Camps", *Nation*, 15 ago. 2011. Disponível em: <www.thenation.com/article/162792/inside-kenyas-overflowing-refugee-camps#>. Acesso em: 25 nov. 2013.

27. Matt Bryden, Jörg Roofthooft, Ghassan Schbley e Babatunde Taiwo, "Report of the Monitoring Group on Somalia and Eritrea Pursuant to Security Council Resolution 1916 (2010)", Conselho de Segurança das Nações Unidas, 18 jul. 2011, pp. 43-4.

28. Katharine Houreld (AP), "Unpaid Somali Soldiers Desert to Insurgency", *Hiiraan Online*, 28 abr. 2010.

29. Entrevistas concedidas ao autor em Mogadíscio, Somália, em junho de 2011.

30. Entrevista concedida ao autor por Yusuf Mohamed Siad em junho de 2011. Todas as informações e declarações atribuídas a Indha Adde foram tiradas dessa entrevista, salvo indicação em contrário.

31. Grupo Crise Internacional, "Somalia's Islamists", *Africa Report*, n. 100, 12 dez. 2005.

32. Ibid.

33. Entrevista concedida ao autor por Abdulkadir Moallin Noor, jun. 2011; International Crisis Group, "Somalia's Divided Islamists", *Africa Briefing*, n. 74, 18 maio 2010.

34. Entrevista concedida ao autor por Ab-Dulkadir Moallin Noor, em junho de 2011.

35. Matt Bryden, Arnaud Laloum e Jörg Roofthooft, "Report of the Monitoring Group on Somalia Pursuant to Security Council Resolution 1853 (2008)", 10 mar. 2010, p. 12.

36. Matt Bryden, Jörg Roofthooft, Ghassan Schbley e Babatunde Taiwo, "Report of the Monitoring Group on Somalia and Eritrea Pursuant to Security Council Resolution 1926 (2010)", 18 jul. 2011, p. 51.

37. Grupo Crise Internacional, op. cit.

38. Entrevista concedida ao autor por Abdulkadir Moalin Noor em junho de 2011. Os detalhes subsequentes sobre a formação de Noor e sua volta a Mogadíscio foram tirados dessa entrevista.

39. Ibid. Todas as informações e declarações atribuídas a Noor foram tiradas dessa entrevista.

40. Ibid.

41. Matt Bryden et al., op. cit., p. 11.

42. Id., ibid., p. 269.

43. Id., ibid., p. 255.

44. Id., ibid., p. 53.

45. Id., ibid.

46. Id., ibid., p. 268.

47. Id., ibid., p. 11.

48. Mark Mazzetti e Eric Schmitt, "Private Army Formed to Fight Somali Pirates Leaves Troubled Legacy", *New York Times*, 4 out. 2012.

49. Kareem Shaheen, "Blackwater Founder Questioned in Abu Dhabi", *National* (eau), 25 ago. 2010.

50. Robert Young Pelton, "Erik Prince, an American Commando in Exile", *Men's Journal*, nov. 2010.

51. Entrevista concedida ao autor por funcionário do Ocidente em dezembro de 2010.

52. Philip Ewing, "Blackwater: Thirteen Firms Want Pirate Protection", *Navy Times*, 26 out. 2008.

53. Telegrama diplomático 09DJIBOUTI113 do embaixador James Swan, embaixada dos Estados Unidos na cidade do Djibuti, "Djibouti Approves Blackwater for Commercial Counter-Piracy Operations", 12 fev. 2009, divulgado pelo WikiLeaks. Disponível em: <http://wikileaks.org/cable/2009/02/09DIBOUTI113.html>. Acesso em: 25 nov. 2013. Outros detalhes sobre o navio e seu equipamento foram tirados desse telegrama.

54. Cópia do autor de discurso de Erik Prince em janeiro de 2010.

55. Cheryl Pellerin, "Piracy Challenges Maritime Security off Somalia", Serviço de Imprensa das Forças dos Estados Unidos, 26 jan. 2011.

56. "'US Marines' Land in Central Somalia, Arrest Suspected Pirate", *Shabelle Media Network*, 21 jan. 2011.

57. Lolita C. Baldor (AP), "Admiral Calls for Counterterror Approach to Piracy", FoxNews.com, 26 jan. 2011. Disponível em: <http://www.foxnews.com/us/2011/01/26/admiral-calls-counterterror-approach-piracy/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

58. Matt Bryden et al., op. cit., p. 283. "Na avaliação do Grupo de Monitoramento, o acerto [entre piratas e a Al-Shabab] é local e, em boa medida, fundamentado em clãs; nenhum indício foi encontrado que leve a crer num envolvimento mais amplo e mais sistemático da Al-Shabaab em pirataria."

59. Comunicado à imprensa do promotor dos Estados Unidos, distrito sul de Nova York, "Somalian Pirate Sentenced in Manhattan Federal Court to 405 Months in Prison for Hijacking Three Ships and for Hostage Taking", 16 fev. 2011.

60. Jeffrey Gettleman, "Somali Pirates Hijack Yacht with Americans Aboard", *New York Times*, 19 fev. 2011.

61. "Somali Pirates Seize American Yacht Crew off Oman", BBC.co.uk, 18 fev. 2011. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-12513120>. Acesso em: 25 nov. 2013.

62. Kevin Dolak, Luis Martinez e Jeremy Hubbard, "Warship Tracking Yacht Hijacked by Somali Pirates", ABCNews.go.com, 20 fev. 2011. Disponível em: <http://abcnews.go.com/International/warship-tracking-yacht-hijacked-somali-pirates/story?id=12963934>. Acesso em: 25 nov. 2013.

63. Transcrição de "DoD News Briefing with Vice Adm. Fox via Telephone from Bahrain on Somali Piracy Aboard the S/V Quest", Departamento de Defesa, 22 fev. 2011. Disponível em: <http://www.defense.gov/transcripts/transcript.aspx?transcriptid=4774>. Acesso em: 25 nov. 2013.

64. David Jackson, "Obama Notified of Pirate Killings at 4:42 a.m.", *usa Today*, 22 fev. 2011.

65. Eric Schmitt, "Seizing of Pirate Commanders Is Questioned", *New York Times*, 23 fev. 2011.

66. Transcrição de "DoD News Briefing with Vice Adm. Fox...", op. cit.

67. Adam Nagourney e Jeffrey Gettleman, "Pirates Brutally End Yachting Dream", *New York Times*, 22 fev. 2011.

68. "Pirates Could Face Trial in US over American Deaths", BBC.co.uk, 23 fev. 2011. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-us-canada-12557011>. Acesso em: 25 nov. 2013.

69. Hanna Siegel, "Pirates Charged in Death of American Yachters", ABCNews.go.com, 10 mar. 2011. Disponível em: <http://abcnews.go.com/Blotter/pirates-charged-death-american-yachters/story?id=13107047>. Acesso em: 25 nov. 2013.

70. Embaixador James Swan, "Djibouti Approves Blackwater for Commercial Counter-Piracy Operations". Detalhes sobre o negócio e o navio foram tirados desse telegrama.

71. "Somalia", CIA World Factbook. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/so.ht- ml>. Acesso em: 25 nov. 2013.

72. Associated Press, "One-Thousand-Man Militia Being Trained in North Somalia", *usa Today*, 1 dez. 2010.

73. Mark Mazzetti e Eric Schmitt, "Blackwater Founder Said to Back Mercenaries", *New York Times*, 20 jan. 2011.

74. Id., ibid.

75. Matt Bryden et al., op. cit., p. 274.

76. Desmond Tutu, Alex Boraine, Mary Burton, Bongani Finca, Sisi Khampepe, Richard Lister, Wynand Malan, Khoza Mgojo, Hlengiwe Mkhize, Dumisa Ntsebeza, Wendy Orr, Fazel Randera, Yasmin Sooka e Glenda Wildschut, Relatório da Comissão de Verdade e Reconciliação da África do Sul, v. 2, 29 out. 1998, pp. 138-9. Lafras Luitingh é mencionado como "membro essencial" do Bureau, no cargo de "gerente administrativo ou de produção" no conselho de administração.

77. Id., ibid.

78. Matt Bryden et al., op. cit., p. 274.

79. Associated Press, "One-Thousand-Man...", op. cit.

80. Ibid.

81. Ibid.

82. Matt Bryden et al., op. cit. Os detalhes sobre o trabalho da Saracen na Somália são encontrados nas pp. 53, 276-9 e 281-2.

83. Id., ibid., p. 275.

84. Mohamed Ibrahim e Jeffrey Gettleman, "Parliament Takes on Contractors in Somalia", *New York Times*, 30 dez. 2010.

85. Matt Bryden et al., op. cit., p. 275.

86. Mohamed Ibrahim e Jeffrey Gettleman, op. cit.

87. Matt Bryden et al., op. cit., p. 53.

88. Id., ibid., p. 282.

89. Katherine Houreld (AP), "Blackwater Founder Secretly Backing Somali Militia", Salon.com, 20 jan. 2011. Disponível em: <http://www.salon.com/2011/01/20/blackwater_founder_somali_mercenaries/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

90. Jeffrey Gettleman, "Somalia Is Likely to Cut Ties to Mercenaries, Official Says", *New York Times*, 23 jan. 2011.

91. Matt Bryden et al., op. cit., p. 275.

92. Id., ibid., p. 273.

93. Id., ibid.

94. Id., ibid.

95. Id., ibid.

54. "SELVAGERIA TOTAL EM TODO O PAÍS"

1. Malkhadir M. Muhumed e Jason Straziuso (AP), "Fazul Abdullah Mohammed, Alleged US Embassy Bomber, Dead: Somali Government", 11 jun. 2011.

2. Abdi Sheikh, "Somalia's al Shabaab Vows to Avenge bin Laden", Reuters, 7 maio 2011.

3. Entrevista concedida ao autor em Mogadíscio, Somália, em junho de 2011. Todas as informações e declarações atribuídas à "fonte somaliana" foram tiradas dessa entrevista.

4. Ibid.

5. Abdi Sheikh, "Burundi Sends 1000 Extra AU Troops to Somalia", Reuters, 12 mar. 2011.

6. Agência France-Presse, "Amisom Pinning Back Rebels in Mogadishu", News24.com, 7 abr. 2011. Disponível em: <http://thinkafricapress.com/amisom-pinning-back-rebels-mogadishu>. Acesso em: 25 nov. 2013.

7. Associated Press, "Pentagon Sends Drones, Anti-Terror Equipment to Counterterror Forces Dealing with Somalia", FoxNews.com, 26 jun. 2011. Disponível em: <http://www.foxnews.com/politics/2011/06/26/pentagon-sends-drones-anti-terror-equipment-to-counterterror-forces-dealing/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

8. Malkhadir M. Muhumed (AP), "Young Somali Soldier: I Killed Top al-Qaida Operative", NBCnews.com, 14 jun. 2011. Disponível em: <http://www.nbcnews.com/id/43399631/#.UqtgVfRDtzY>. Acesso em: 25 nov. 2013.

9. Mohamed Odowa, "Fazul's Last Moments; Soldiers Tell of Shootout That Killed Al-Qaeda Commander", SomaliaReport.com, 16 jun. 2011. Disponível em: <http://www.somaliareport.com/index.php/post/976>. Acesso em: 25 nov. 2013.

10. Entrevistas concedidas ao autor por membros da milícia somaliana no local em junho de 2011, e por um alto funcionário da Inteligência somaliana também em junho de 2011.

11. Jeffrey Gettleman, "Somalis Kill Mastermind of Two US Embassy Bombings", *New York Times*, 11 jun. 2011.

12. Entrevista concedida ao autor por funcionário da Inteligência somaliana em junho de 2011.

13. Ibid. Todas as informações atribuídas ao funcionário da Inteligência somaliana foram tiradas dessa entrevista.

14. Detalhes do que aconteceu depois da incursão foram tirados da entrevista concedida ao autor pelo funcionário da Inteligência somaliana.

15. Declaração da secretária Hillary Clinton à imprensa, "Death of Harun Fazul", 11 jun. 2011. Disponível em: <www.state.gov/secretary/rm/2011/06/165942.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

16. Entrevista concedida ao autor por Abdirahman "Aynte" Ali em junho de 2011. Todas as informações e declarações atribuídas a Aynte foram tiradas dessa entrevista.

17. Malkhadir M. Muhumed (ap), "Somalia Says US Forces Snatch Militants Hit in Drone Strike", Boston.com, 2 jul. 2011. Disponível em: <http://www.boston.com/news/world/africa/articles/2011/07/02/somalia_us_took_bodies_of_militants_after_strike/ >. Acesso em: 25 nov. 2013.

18. Aweys Cadde, "Airstrikes Hit Lower Juba [...] Again", SomaliaReport.com, 6 jul. 2011. Disponível em: <http://www.somaliareport.com/index.php/post/1105/Airstrikes_Hit_Lower_JubaAgain>. Acesso em: 25 nov. 2013.

19. Entrevista concedida ao autor pelo presidente xeque Sharif Sheikh Ahmed em junho de 2011.

20. John Brennan, "Ensuring Al-Qaeda's Demise", anotações preparadas para apresentação ante a Escola Paul H. Nitze de Estudos Internacionais Avançados, Washington, 29 jun. 2011.

21. Daniel Maxwell e Merry Fitzpatrick, "The 2011 Somalia Famine: Context, Causes, and Complications", *Global Food Security*, v. 1, n. 1, dez. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.gfs.2012.07.002>. Acesso em: 25 nov. 2013.

22. Jane Ferguson e Moni Basu, "Amid Famine, Somalis Flock Back to the War-Torn City They Fled", CNN.com, 22 jul. 2011. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2011/WORLD/africa/07/21/somalia.famine.mogadishu/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

23. Lauren Sutherland, "Inside Kenya's Overflowing Refugee Camps", *Nation*, 15 ago. 2011.

24. Dr. Afyare Abdu Elmi e Abdi Aynte, "Somalia: The Case for Negotiating with Al-Shabaab", Centro de Estudos Al Jazeera, 16 jan. 2012. Disponível em: <http://studies.aljazeera.net/ResourceGallery/media/Documents/2012/2/16/201221613431444373 4Somalia_The%20Case%20for%20Negotiating%20with%20al-Shabab.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

25. Associated Press, "Taxes Hastened Somalia's Famine, Militant Retreat", FoxNews.com, 1 out. 2011. Disponível em: <http://www.foxnews.com/world/2011/10/01/taxes-hastened-somalias-famine-militant-retreat/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

26. Jeffrey Gettleman e Mohammed Ibrahim, "Shabab Concede Control of Capital to Somalia Government", *New York Times*, 6 ago. 2011.

27. Mohamed Ahmed e Ibrahim Mohamed, "Somali Government Declares Islamist Rebellion Defeated", Reuters, 6 ago. 2011.

28. Jeffrey Gettleman e Mohammed Ibrahim, "Shabab Concede Control...", op. cit.

29. "Somalia's al-Shabab Rebels Leave Mogadishu", BBC.co.uk, 6 ago. 2011. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-14430283>. Acesso em: 25 nov. 2013.

30. Jeffrey Fleishman e Lutfi Sheriff Mohammed, "Somali Shabab Militants Retreat from Mogadishu", *Los Angeles Times*, 6 ago. 2011.

31. Abdi Sheikh Mohamed Ahmed, "Fighting Erupts in Somali Capital After Rebels Say Leaving", Reuters, 7 ago. 2011.

32. "World Must Aid Somalia at Historic Juncture on Its Road to Stability — un Envoy", *un News Centre*, 10 ago. 2011.

33. Michael G. Vickers, subsecretário do Departamento da Defesa para Inteligência, "The Evolution of Al-Qaeda and Associated Movements", anotações preparadas para apresentação num simpósio da Universidade de Defesa Nacional, 13-4 set. 2011. Disponível em: <www.ndu.edu/inss/docuploaded/vickers.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

34. Mohamed Ibrahim e Jeffrey Gettleman, "Truck Bomb Kills Dozens in Somalia's Capital", *New York Times*, 4 out. 2011.

35. Clar Ni Chonghaile, "Mogadishu Truck Bomb: al-Shabaab Insurgents Claim Responsibility", *The Guardian*, 4 out. 2011.

36. Jeffrey Gettleman, "African Union Force Makes Strides Inside Somalia", *New York Times*, 24 nov. 2011.

37. "The Burundian Bloodbath: Battle of Dayniile", vídeo, 32:28, vídeo de propaganda da Fundação de Mídia Shabab's Al-Kata'ib, lançado em 12 de novembro de 2011, postado no Vimeo por "Saadaal Wacan", 12 nov. 2011. Disponível em: <http://vimeo.com/32059413>. Acesso em: 25 nov. 2013. O autor se baseia nesse vídeo para detalhes sobre o tratamento dispensado pela Al Shabab aos soldados assassinados e para a declaração do xeque Rage.

38. Christopher Anzalone, "Al-Shabab's Setbacks in Somalia", *ctc Sentinel*, v. 4, n. 10, out. 2011.

39. Id., ibid.

40. Jamal Osman, "Al-Qaida Targets Somalia Drought Victims with Cash Handouts", *The Guardian*, 1 nov. 2011.

41. "Speech of Mujahid Sheikh Mukhtar Abu Al-Zubeyr About the Death of Qaddafi and the Historical Battle of Dayniile", tradução e transcrição do discurso de Mukhtar Abu al-Zubeyr (também chamado Ahmed Abdi Godane), postado no fórum de Ansar al-Mujahideen em 7 de novembro de 2011. Disponível em: <www.ansar1.info/show-thread.php?t=36981>. Acesso em: 25 nov. 2013.

42. Entrevista concedida ao autor por Mohamed Ahmed Nur em junho de 2011.

43. Entrevista concedida ao autor por Ismail Mahmoud Hurre em junho de 2011.

44. Craig Whitlock, "US Drone Base in Ethiopia Is Operational", *Washington Post*, 27 out. 2011.

55. ABDULRAHMAN DESAPARECE

1. Entrevista concedida ao autor por Nasser al-Awlaki em janeiro de 2012. Todas as declarações e afirmações atribuídas a Nasser al-Awlaki foram tiradas dessa entrevista, salvo indicação do contrário.

2. Entrevista concedida ao autor por Abir al-Awlaki em setembro de 2012.

3. Página de Abdulrahman al-Awlaki no Facebook, captura de tela do autor. Entrevistas concedidas ao autor por membros da família Awlaki em agosto de 2012. Os detalhes que se seguem sobre

Abdulrahman foram tirados dessas entrevistas.

4. Entrevistas concedidas ao autor por membros da família Awlaki em agosto de 2012. Os detalhes que se seguem sobre Abdulrahman foram tirados dessas entrevistas.

5. Entrevista concedida ao autor por Nasser al-Awlaki em janeiro de 2012. Detalhes sobre a partida de Abdulrahman foram tirados dessa entrevista, salvo indicação do contrário.

6. Cópia do autor de certidão de nascimento de Abdulrahman al-Awlaki.

7. O conteúdo do bilhete de Abdulrahman foi informado com base em lembranças de membros da família.

8. Entrevista concedida ao autor por Saleha al-Awlaki em setembro de 2012.

56. HELLFIRE

1. Entrevista concedida ao autor por Philip Giraldi em março de 2012. Todas as informações e declarações atribuídas a Philip Giraldi foram tiradas dessa entrevista.

2. Entrevista concedida ao autor por contato do Departamento de Estado em novembro de 2012.

3. Entrevista concedida ao autor pelo coronel W. Patrick Lang em novembro de 2012.

4. Daniel Klaidman, *Kill or Capture: The War on Terror and the Soul of the Obama Presidency*. Nova York: Houghton Mifflin Harcourt, 2012, p. 263.

5. David S. Cloud, Jeffrey Fleishman e Brian Bennett, "US Drone Strike in Yemen Kills U.S.-Born Al-Qaeda Figure Awlaki", *Los Angeles Times*, 1 out. 2011.

6. Mark Mazzetti, Eric Schmitt e Robert F. Worth, "CIA Strike Kills US-Born Militant in a Car in Yemen", *New York Times*, 1 out. 2011.

7. Sudarsan Raghavan, "Anwar al-Awlaki, US-Born Cleric Linked to Al-Qaeda, Killed in Yemen", *Washington Post*, 1 out. 2011.

8. Greg Miller, "Strike on Awlaki Demonstrates Collaboration Between CIA and Military", *Washington Post*, 30 set. 2011.

9. "US Officials Warn of Possible Retaliation After Al-Qaeda Cleric Is Killed", CNN.com, 30 set. 2011. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2011/09/30/world/africa/yemen-radical-cleric/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

10. Entrevista com Nasser al-Awlaki em agosto de 2012. Todas as informações e declarações atribuídas a Nasser al-Awlaki foram tiradas dessa entrevista, salvo indicação do contrário. Os detalhes sobre os movimentos de Abdulrahman em Shabwah são baseados nessa entrevista.

11. Entrevista com Saleha al-Awlaki em agosto de 2012. Todas as informações e declarações atribuídas à avó de Abdulrahman foram tiradas dessa entrevista.

12. Daniel Klaidman, op. cit., p. 264.

13. Id., ibid.

14. Id., ibid.

15. Id., ibid.

16. Sudarsan Raghavan, "Awlaqi Hit Misses Al-Qaeda Bombmaker, Yemen Says", *Washington Post*, 30 set. 2011.

17. David Martin, "Al-Awlaki Strike Plan Included Jets, Special Ops", CBSNews.com, 30 set. 2011. Disponível em: <http://www.cbsnews.com/news/al-awlaki-strike-plan-included-jets-special-ops/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

18. Xeque Harith al Nadari, "My Story with al-Awlaki", *Inspire*, n. 9, inverno de 2012, maio 2012.

19. "Anwar al-Awlaki Killed in Yemen", AlJazeera.com, 30 set. 2011. Disponível em: <http://www.cbsnews.com/news/al-qaedas-anwar-al-awlaki-killed-in-yemen/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

20. "US Officials Warn of Possible Retaliation After Al-Qaeda Cleric Is Killed", op. cit.

21. Entrevista concedida ao autor por Nasser al-Awlaki em janeiro de 2012.

22. Transcrição de "Remarks by the President at the 'Change of Office' Chairman of the Joint Chiefs of Staff Ceremony", Fort Myer, va, 30 set. 2011.

23. Entrevistas concedidas ao autor por membros da família Awlaki em abril de 2012.

24. Entrevista concedida ao autor por Sarah Khan em abril de 2012. Todas as informações e declarações atribuídas a Sarah Khan foram tiradas dessa entrevista.

25. Entrevista concedida ao autor por Sarah Khan em abril de 2012.

26. Tim Funk, "Family of al Qaida Blogger Samir Khan 'Appalled' by US Actions", *Charlotte Observer*, 6 out. 2011.

27. Daniel Klaidman, op. cit., p. 264.

28. David S. Cloud, Jeffrey Fleishman e Brian Bennett (*Tribune*), "US Drones Kill Influential Al-Qaida Operative in Yemen", *Spokesman Review*, 1 out. 2011.

29. Tim Mak, "Peter King Praises Obama for Al-Awlaki Killing", *Politico*, 30 set. 2011.

30. Senadora Dianne Feinstein e senador Saxby Chambliss, "Feinstein, Chambliss Release Statement on Death of Al-Awlaki", comunicado à imprensa no site da senadora Feinstein em 30 de setembro de 2011. Disponível em: <www.feinstein.senate.gov/public/index.cfm/press-re-leases?ID=08023496-6f2d-4600-af42-ec- 642488cea9>. Acesso em: 25 nov. 2013.

31. Transcrição de "Remarks at the Kumpris Distinguished Lecture Series", Centro Presidencial Clinton, Little Rock, AR, 30 set. 2011.

32. Craig Whitlock, "US Airstrike That Killed American Teen in Yemen Raises Legal, Ethical Questions", *Washington Post*, 22 out. 2011.

33. Transcrição, *State of the Union with Candy Crowley*, CNN, 2 out. 2011.

34. Michael Martinez, "US Drone Killing of American al-Awlaki Prompts Legal, Moral Debate", CNN.com, 30 set. 2011. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2011/09/30/politics/targeting-us-citizens/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

35. Primeira página do *New York Post*, 1 out. 2011, recuperada do serviço de informações Nexis.

36. Chuck Bennett, "Remote-Control Really Hits the Splat", *New York Post*, 1o out. 2011.

37. Joseph Straw, Aliyah Shahid e Larry McShane, "One Less Terror Big: Al-Qaeda Loses Leader in Attack", *Daily News* (Nova York), 1 out. 2011.

38. Michael Martinez, op. cit.

39. Representante Dennis Kucinich, "Kucinich on the Extrajudicial Killing of Anwar al-Awlaki: Wrong Legally, Constitutionally and Morally", comunicado à imprensa do site do representante Kucinich's em 30 de setembro de 2011. Disponível em: <http://kucinich.house.gov/news/documentsingle.aspx?Document ID=262506>. Acesso em: 25 nov. 2013.

40. Glenn Greenwald, "The Due-Process-Free Assassination of US Citizens Is Now Reality", Salon.com, 30 set. 2011. Disponível em: <http://www.salon.com/2011/09/30/awlaki_6/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

41. Transcrição de "With Death of Anwar al-Awlaki, Has US Launched New Era of Killing US Citizens Without Charge?", *Democracy Now!*, 30 set. 2011.

42. Doyle McManus, "Who Reviews the US 'Kill List'?", *Los Angeles Times*, 5 fev. 2012.

43. Brian Witte (AP), "Rep. Ruppersberger Discusses al-Awlaki Death", FederalNewsRadio.com, 30 set. 2011. Disponível em: <http://www.salon.com/2011/09/30/awlaki_6/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

44. Entrevista concedida ao autor pelo senador Ron Wyden em março de 2012.

57. PAGAR PELOS PECADOS DO PAI

1. Entrevistas concedidas ao autor por membros da família Awlaki em janeiro e agosto de 2012. Detalhes sobre as atividades de Abdulrahman na noite de 14 de outubro foram tirados dessas entrevistas, salvo indicação do contrário.

2. Entrevista concedida ao autor por Nasser al-Awlaki em janeiro de 2012.

3. Ibid.

4. Hamza Hendawi (AP), "Yemen: Abdul-Rahman Al-Awlaki, Anwar Al-Awlaki's Son, Among Al-Qaeda Militants Killed in U.S. Drone Strike", *Huffington Post*, 15 out. 2011.

5. Id., ibid.

6. Peter Finn e Greg Miller, "Anwar al-Awlaki's Family Speaks Out Against His Son's Death in Airstrike", *Washington Post*, 17 out. 2011.

7. "When He Was Killed by the US Government", entrevista concedida ao autor por Nasser al-Awlaki em janeiro de 2012. Todas as informações e declarações atribuídas a Nasser al-Awlaki foram tiradas dessa entrevista, salvo indicação do contrário.

8. Peter Finn e Greg Miller, op. cit.

9. Declaração divulgada pela família Awlaki em outubro de 2011, disponível em: <http://upstatedroneaction.org/word-press/2011/11/23/a-family-mourns/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

10. Entrevista concedida ao autor por Abir al-Awlaki em agosto de 2012.

11. Entrevista concedida ao autor por Saleha al-Awlaki em setembro de 2012.

12. Greg Miller, "Under Obama, an Emerging Global Apparatus for Drone Killing", *Washington Post*, 27 dez. 2011.

13. Id., ibid.

14. Craig Whitlock, "US Airstrike That Killed American Teen in Yemen Raises Legal, Ethical Questions", *Washington Post*, 22 out. 2011.

15. Entrevista concedida ao autor por funcionário do JSOC em janeiro de 2013.

16. Agência France-Presse, "Yemen's Al-Qaeda Denies Death of Its Media Chief", 30 out. 2011.

17. Transcrição de *State of the Union with Candy Crowley*, CNN, 11 mar. 2012.

18. Representante Peter King entrevistado por Ryan Devereaux em março de 2012.

19. "Romney Rep. Peter King: Presidential Kill List Totally Constitutional", vídeo, 1:53, Luke Rudkowski, do *We Are Change*, entrevistando o representante King em 22 de outubro de 2012, dia do debate presidencial, WeAreChange.org, 23 out. 2012. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=o6GQr8m5cOY>. Acesso em: 25 nov. 2013.

20. "Obama Top Adviser Robert Gibbs Justifies Murder of Sixteen Year Old American Citizen", vídeo do YouTube, 3:26, Sierra Adamson do *We Are Change*, entrevistando Robert Gibbs em 22 de outubro de

2012, dia do debate presidencial, postado por "wearechange", 23 out. 2012. Disponível em: <www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=7MwB2znbz1g>. Acesso em: 25 nov. 2013.

21. Entrevista concedida ao autor por Nasser al-Awlaki em janeiro de 2012.

22. Karen DeYoung, "A CIA Veteran Transforms US Counterterrorism Policy", *Washington Post*, 24 out. 2012.

EPÍLOGO: A GUERRA PERPÉTUA

1. Transcrição do discurso de posse do presidente Barack Obama em 21 de janeiro de 2013.

2. Reuters, "US Drone Strike Kills Four in Yemen: Sources", 21 jan. 2013.

3. Segundo cálculos disponíveis, em 2012 os ataques de drones mataram pelo menos 246 pessoas no Paquistão e pelo menos 185 no Iêmen. Na Somállia, houve apenas dois ataques confirmados — embora as operações na Somália sejam mais provavelmente não contabilizadas — matando pelo menos doze pessoas. Ver Chris Woods, Jack Serle e Alice K. Ross, "Emerging from the Shadows: US Covert Drone Strikes in 2012", Bureau de Jornalismo Investigativo, 3 jan. 2013. Em novembro de 2012, havia 166 pessoas presas em Guantánamo; ver Associated Press, "Report Shows U.S. Jails Could House Guantanamo Detainees", CBSNews.com, nov. 2012. Disponível em: <http://www.cbsnews.com/news/report-shows-us-jails-could-house-guantanamo-detainees/>. Acesso em: 25 nov. 2013.

4. Greg Miller, Ellen Nakashima e Karen DeYoung, "CIA Drone Strikes Will Get Pass in Counterterrorism 'Playbook,' Officials Say", *Washington Post*, 19 jan. 2013.

5. Almirante William McRaven, comandante, Comando de Forças Especiais dos Estados Unidos, "Posture Statement", preparada para a Comissão de Serviços Armados do Senado, 6 mar. 2012.

6. Pamela Hess (AP), "Potential CIA Chief Cites Critics in Ending Bid", *Seattle Times*, 26 nov. 2008.

7. Greg Miller, Ellen Nakashima e Karen DeYoung, op. cit.

8. Greg Miller, "Plan for Hunting Terrorists Signals US Intends to Keep Adding Names to Kill Lists", *Washington Post*, 23 out. 2012. Os detalhes que se seguem sobre o papel de Brennan e a "Disposition Matrix" foram tirados dessa matéria.

9. Documento do Departamento de Justiça, "Lawfulness of a Lethal Operation Directed Against a US Citizen Who Is a Senior Operational Leader of Al-Qa'ida or An Associated Force", obtido pela NBC News, 4 fev. 2013. Disponível em: <http://msnbcmedia.msn.com/i/msnbc/sections/news/020413_doj_White_Paper.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

10. Michael Isikoff, "Exclusive: Justice Department Memo Reveals Legal Case for Drone Strikes on Americans", NBCNews.com, 4 fev. 2013. Disponível em: <http://investigations.nbcnews.com/_news/2013/02/04/16843014-justice-department-memo-reveals-legal-case-for-drone-strikes-on-americans>. Acesso em: 25 nov. 2013.

11. Transcrição de "Kill List Exposed: Leaked Obama Memo Shows Assassination of US Citizens 'Has No Geographic Limit'", *Democracy Now!*, 5 fev. 2013.

12. Barack Obama, "Transcript: Obama's Speech Against the Iraq War", 2 out. 2002, transcrição disponível via NPR.org. Disponível em: <www.npr.org/templates/story/story.php?storyId= 99591469>. Acesso em: 25 nov. 2013.

13. Jim Kuhnhenn (AP), "Obama Answers Appeasement Charge: 'Ask Bin Laden'", AP Online, 8 dez. 2011.

14. Scott Wilson e Jon Cohen, "Poll Finds Broad Support for Obama's Counterterrorism Policies", WashingtonPost.com, 8 fev. 2012. Disponível em: <http://articles.washingtonpost.com/2012-02-08/politics/35445649_1_drone-program-support-for-drone-strikes-drone-policy>. Acesso em: 25 nov. 2013.

15. "Obama Addresses Drone Strikes During 'Hangout'", vídeo do YouTube, 4:04, resposta de Obama a uma pergunta durante o videofórum do Google+ em 30 de janeiro de 2012, postado por "TheDailyConversation", 30 jan. 2012. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=2rPMPMqO-jKY>. Acesso em: 25 nov. 2013.

16. Michael J. Boyle, "The Costs and Consequences of Drone Warfare", *International Affairs*, v. 89, n. 1, 2013.

17. Transcrição de *Debate Night in America*, CNN, 22 out. 2012.

18. Michael Boyle, "Obama's Drone Wars and the Normalisation of Extrajudicial Murder", página de opinião, Guardian.co.uk, 11 jun. 2012. Disponível em: <http://www.theguardian.com/commentisfree/2012/jun/11/obama-drone-wars-normalisation-extrajudicial-killing >. Acesso em: 25 nov. 2013.

19. Processo *New York Times* v. Departmento de Justiça e Aclu v. Departamento de Justiça, 1:11-cv-09336-cm, "Corrected Opinion Granting the Government's Motion for Summary Judgment and Denying Plaintiffs' Cross Motion for Summary Judgment by Judge Colleen McMahon" (DCSNY, 3 jan. 2013). O *New York Times* e a Aclu entraram com processos distintos em 2012, que mais tarde seriam combinados.

20. Donald Rumsfeld, memorando para o general Richard Myers, Paul Wolfowitz, general Peter Pace e Douglas Feith, "Subject: The Global War on Terrorism", 16 out. 2003, publicado na íntegra por USATOday.com. Disponível em: <http://usatoday30.usatoday.com/news/washington/executive/rumsfeld-memo.htm>. Acesso em: 25 nov. 2013.

21. Michael Boyle, op. cit.

22. Transcrição das "Remarks by President Obama and Prime Minister Shinawatra in a Joint Press Conference", Casa de Governo, Bangcoc, Tailândia, 18 nov. 2012.

23. Jeh Charles Johnson, "The Conflict Against Al-Qaeda and Its Affiliates: How Will It End?", discurso na Universidade Oxford em 30 de novembro de 2012, texto na íntegra das anotações disponível via Lawfare (blog). Disponível em: <www.lawfareblog.com/2012/11/jeh-johnson-speech-at-the-oxford-union/#_ftn1>. Acesso em: 25 nov. 2013. Todas as declarações atribuídas a Jeh Johnson foram tiradas desse discurso.

24. Ravi Somaiya, "Drone Strike Prompts Suit, Raising Fears for US Allies", *New York Times*, 30 jan. 2013.

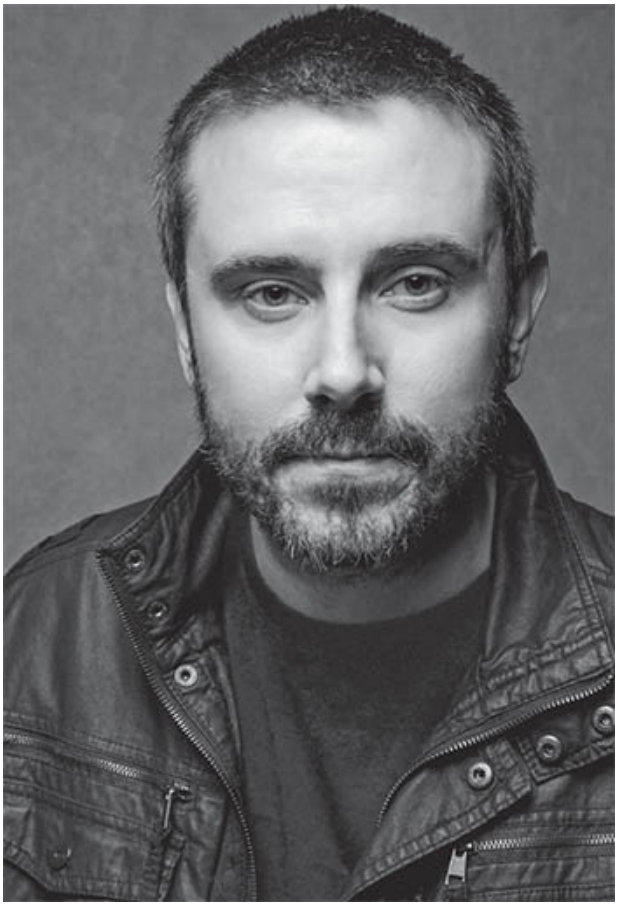
25. Owen Bowcott, "UN to Investigate Civilian Deaths from US Drone Strikes", Guardian.co.uk, 25 out. 2012. Disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2012/oct/25/un-inquiry-us-drone-strikes>. Acesso em: 25 nov. 2013.

26. Michael Boyle, op. cit.

27. Ben Emmerson, "Statement by un Special Rapporteur on Counter-Terrorism and Human Rights Concerning the Launch of an Inquiry into the Civilian Impact, and Human Rights Implications of the Use [of] Drones and Other Forms of Targeted Killing for the Purpose of Counter-Terrorism and

Counter-Insurgency", comunicado do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, 1 jan. 2012.

28. Barack Obama, transcrição do discurso de posse, janeiro de 2013.



© JEFF VESPA/ WIREIMAGE

JEREMY SCAHILL, jornalista de rádio e televisão e documentarista, é colaborador regular da revista *The Nation* e já atuou em coberturas internacionais no Iraque, nos Bálcãs e na Nigéria. *Blackwater* (2008), publicado pela Companhia das Letras, foi ganhador do renomado prêmio jornalístico George Polk de 2007. Scahill vive em Nova York.

Copyright © 2014 by Jeremy Scahill

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Título original
Dirty Wars: The World is a Battlefield

Capa
MILpictures by Tom Weber/ Getty Images

Preparação
Flavia Lago

Revisão
Ana Maria Barbosa
Huendel Viana

ISBN 978-85-8086-966-8

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA SCHWARCZ S.A.
Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32
04532-002 — São Paulo — SP
Telefone: (11) 3707-3500
Fax: (11) 3707-3501
www.companhiadasletras.com.br
www.blogdacompanhia.com.br